MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 33.2021.DG.0658698.2021.011045

A Sua Excelência, o Senhor
GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Encaminha Termo de Referência cujo objeto é a contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Cumprimento-o com o presente e, considerando a data de expiração do Contrato Administrativo nº 023/2016 – MP/PGJ – firmado com o BRADESCO S/A, com vigência **até 7 de novembro de 2021**, esta Comissão, instituída pela Portaria n.º 0168/2019/SUBADM, para acompanhar, gerir e fiscalizar o referido contrato, encaminha para vosso conhecimento e apreciação, o Termo de Referência Nº 2.2021.DG.0658711.2021.011045, a fim de que seja dado início a novo procedimento licitatório visando à contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Ressaltamos que o Contrato Administrativo nº 023/2016 – MP/PGJ foi firmado nos termos do Edital do Pregão Presencial nº 5.002/2016 – CPL/MP/PGJ e teve como contrapartida, à época, o valor de R$ 3.525.000,00 (três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil reais), por meio de crédito em conta bancária indicada por esta PGJ/MPAM.

Para a presente proposição, sugere-se o valor mínimo de contrapartida financeira de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), considerando que a atualização monetária do valor do contrato vigente, com base no IGP-M (FGV), tendo por data inicial o mês de outubro de 2016 até o mês de junho de 2021, resultou em R$ 5.772.554,80 (cinco milhões, setecentos e setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).

Quanto à forma a ser utilizada a título de contrapartida, considerando as atuais demandas indicadas pela Coordenação do PROGRAMA RECOMEÇAR, solicitamos que seja verificada a possibilidade jurídica de viabilizar a estruturação do referido programa, com a aplicação dos recursos primordialmente na contratação da equipe multidisciplinar, a serem desembolsados ao longo do período de 60 (sessenta) meses, de acordo com o item 7 – Cronograma de Desembolso demonstrado na TABELA 1 – CONTRAPARTIDA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – SERVIÇOS BANCÁRIOS, integrante do PLANO DE TRABALHO Nº 1.2021.DG.0662255.2021.011045 anexado aos presentes autos.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos os mais elevados votos de consideração e apreço.

Respeitosamente,

Vívian da Silva Donato Lopes Martins
Diretora-Geral da PGJ/AM

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Patrícia Costa Martins
Diretora de Administração da PGJ/AM

Ivanete de Oliveira Nascimento
Diretora de Planejamento da PGJ/AM

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 13/07/2021, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 13/07/2021, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 13/07/2021, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 13/07/2021, às 17:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 14/07/2021, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0658698** e o código CRC **2E3C9FDC**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2021.DG.0658711.2021.011045

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, terá seu termo final em 07 de novembro de 2021, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da CONTRATADA e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATANTE, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da CONTRATANTE, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

2.2. Para fins de caracterização dos itens acima que detalham o objeto, devem ser tidas em conta as seguintes informações:

2.2.1 Dados referentes à alínea “a”:

a) Sobre a folha de pagamento da PGJ/AM, junho de 2021.

Valor Bruto: R$ 23.325.358,75

Valor Líquido: R$ 15.559.931,96

TABELA 1 - Folha de Pagamento da PGJ/AM por faixa de renda, junho de 2021

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	219
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	93
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	94
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	111
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	76
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	174
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	30
Acima de R$ 30.000,00	258
Total	**1055**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

TABELA 2 - Quantitativo de cargos PGJ/AM, junho de 2021

Classe	Cargo	Quantidade
Membro	Procurador de Justiça	21
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Inicial	40
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Final	97
Membro	Promotor de Justiça Substituto	19
Servidor	Agente de Apoio	157
Servidor	Agente de Serviço	58
Servidor	Agente Técnico	181
Servidor	Comissionado	108
Servidor	Militar à Disposição	37
Estagiários	Estagiários	186
Inativos	Inativos	79
Pensionistas	Pensionistas	67
Total		**1055**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

b) Sobre consignações na folha de pagamento da PGJ/AM

TABELA 3 - Consignações PGJ/AM, junho de 2021

PERÍODO	QTD/SERVIDOR	VALOR (R$)
JUL / 2020	444	672.846,13
AGO / 2020	449	699.321,82
SET / 2020	446	701.305,44
OUT / 2020	447	695.743,85
NOV / 2020	434	688.888,39
DEZ / 2020	433	684.006,82
JAN / 2021	425	670.171,94
FEV / 2021	419	674.376,58
MAR / 2021	407	651.439,10
ABR / 2021	408	656.034,84
MAI / 2021	415	680.181,64
JUN / 2021	425	683.412,23
Total		**8.157.728,78**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

2.2.2 Dados referentes à alínea “b”:

TABELA 4 - Orçamento autorizado e realizado pela PGJ, no período 2018-2021, em R$ milhões.

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	273.598.002,12	270.329.757,27	237.482.095,21	237.479.186,87	243.310.312,73	238.606.353,04	225.610.505,00	115.342.965,16
Outras despesas correntes	86.141.506,05	84.090.211,14	59.112.982,26	58.416.080,32	77.476.032,18	75.393.008,58	63.263.546,88	42.935.059,95
Investimentos	8.096.935,39	7.785.653,81	3.488.021,02	3.468.883,44	2.019.026,69	1.876.145,52	16.125.948,12	343.740,86
Total	**367.836.443,56**	**362.205.622,22**	**300.083.098,49**	**299.364.150,63**	**322.805.371,60**	**315.875.507,14**	**305.000.000,00**	**158.621.765,97**

*Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021)*
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI)
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano

TABELA 5 - Orçamento autorizado e realizado pelo FAMP, no período 2018-2021, em R$

milhões.

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	1.291.910,33	0,00	542.578,14	0,00	856.000,00	0,00	416.000,00	0,00
Investimentos	1.938.380,50	0,00	1.091.014,81	0,00	229.000,00	0,00	239.000,00	0,00
Inversões Financeiras	-	-	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	45.000,00	0,00
Total	**3.230.290,83**	**0,00**	**1.733.592,95**	**0,00**	**1.185.000,00**	**0,00**	**700.000,00**	**0,00**

*Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021)*
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI)
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 6 - Orçamento autorizado e realizado pelo PROVITA, no período 2018-2021, em R$ milhões.

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**

*Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021)*
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI)
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

Obs.: No Provita, os valores das colunas "previsto" (autorizado final/ano), nos encerrados de 2018 a 2020, se encontram com registro zero (R$ 0,00) no Relexeorc, visto que a UG repassou integralmente(destacou) seu orçamento para execução pela PGJ, e nesta UG foi incorporado.

2.3 DOS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA

2.3.1 A CONTRATADA deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça (pessoa jurídica):

a) Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela Instituição Financeira.

b) Abertura e manutenção de contas correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c) Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

d) Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da CONTRATANTE, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (internet), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da ProcuradoriaGeral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e) Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses do Órgão, observando as recomendações do Banco Central do Brasil relativas às aplicações de recursos públicos.

f) Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/ProcuradoriaGeral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 05 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 02 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. André Araújo, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 01 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da CONTRATANTE;

f.1) A CONTRATADA terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais

de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea ‘f’ supra.

f.2) O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário e demais terminais de caixa eletrônico será de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da aprovação do projeto e liberação do espaço pela CONTRATANTE, prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea “g”.

f.4) A CONTRATADA deverá assinar Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5) As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela instituição vencedora, que deverá executá-las somente após aprovação da pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB’s) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea “g”.

2.4 DOS SERVIÇOS – PESSOA FÍSICA

2.4.1 A CONTRATADA deverá oferecer os seguintes produtos e serviços para pessoas físicas, compreendendo membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:

a) Abertura e manutenção de contas salários, contas correntes e contas poupanças em nome dos correntistas, sem custos.

b) Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1 05 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2 02 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3 02 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4 Transferências de recursos entre contas da própria CONTRATADA;

b.5 05 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização.

b.7 01 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de conta salário, conta corrente e poupança.

c) Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d) Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, com prazos de até 96 (noventa e seis) meses, para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATADA e em conexão com o previsto na alínea “a” do item 2.1.

e) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

f) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

g) Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

2.4.2 Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS e a CONTRATANTE anteriormente a assinatura do contrato.

2.4.3 Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

2.4.4 Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

2.4.5 Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos no presente tópico, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB.

2.5 A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da CONTRATADA, serão seus “Clientes Preferenciais”, assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados “serviços diferenciados”, nos termos definidos na Resolução n.º

3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

3. DA CONTRAPARTIDA

3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser destinado ao PROGRAMA RECOMEÇAR, com o intuito de promover o aparelhamento das ações que vem sendo desenvolvidas pelo referido Programa voltadas a projetos sociais, de acordo com o Plano de Trabalho anexo.

3.1.1 Conforme o Anexo 1 – Plano de Trabalho do Programa RECOMEÇAR, os valores deverão ser desembolsados ao longo do período de 60 (sessenta) meses, de acordo com o item 7 – Cronograma de Desembolso demonstrado na TABELA 1 – CONTRAPARTIDA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – SERVIÇOS BANCÁRIOS.

3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Na fase pertinente do certame, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

4.1.2 Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

5.1.1 Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da CONTRATADA, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

5.1.2 A indenização referida no item anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.

5.2 A CONTRATADA deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e on line, através da rede mundial de computadores internet, sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3 A Instituição Financeira CONTRATADA deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da CONTRATANTE, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

5.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da Procuradoria-Geral de Justiça que regular a matéria.

5.5 Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).

5.6 Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a CONTRATADA.

6. DO TERMO DE CESSÃO DE USO

6.1 A Cessão de Uso de que trata o presente Termo de Referência será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário, o qual não poderá ser destinado à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.2 A CONTRATANTE deverá permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

6.3 A Cessão de Uso de que trata o presente instrumento terá o mesmo prazo de vigência do contrato, nos termos estabelecidos no subitem 5.1. 6.4 Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela CONTRATADA, esta deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis;

6.4 A CONTRATANTE poderá revogar a Cessão de Uso

6.4.1 Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela CONTRATADA;

6.4.2 Por razão de interesse público que assim o justifique.

6.5 A denúncia da Cessão de Uso poderá ser feita pela CONTRATADA nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.

6.6 Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a CONTRATADA, terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do local.

6.7 As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da CONTRATANTE, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste instrumento, de acordo com as cláusulas contratuais e disposições legais e regulamentares cabíveis, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas.

7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.

7.3 A CONTRATADA deverá designar agência bancária localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.

7.4 A CONTRATADA promoverá, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, com coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da CONTRATANTE.

7.5 A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização dos mesmos.

7.6 A CONTRATADA deverá efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços.

7.7 A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.

7.7.1 A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.7.2 Quando o crédito do salário não estiver disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da CONTRATANTE.

7.8 A CONTRATADA deverá arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

7.9 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7.10 A CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades em dias de expediente da CONTRATANTE, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a CONTRATADA deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

7.10.1 O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante prévio entendimento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

7.10.2 Nos dias estabelecidos pela CONTRATANTE como os dias de pagamento de seus membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo dois funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

7.11 A CONTRATADA deverá executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

7.12 A CONTRATADA deverá assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.13 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua

propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à CONTRATANTE responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

7.14 A CONTRATADA deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

7.15 A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que esta julgar necessário.

7.16 A CONTRATADA deverá executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

7.17 A CONTRATADA se obriga a manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada, à CONTRATADA, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

7.18 A CONTRATADA deverá aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRANTE julgar necessário.

7.19 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

7.19.1 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, uma vez que inexiste qualquer vinculação da CONTRATADA com esta Instituição Ministerial em relação a essas obrigações.

7.20 A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

7.21 A CONTRATADA ficará obrigada a manter-se, durante o período do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na futura licitação, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

7.22 A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.22.1 A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, sub-empreiteiros ou quaisquer outros.

7.23 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ-AM:

8.1 Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.

8.2 Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas.

8.3 Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à CONTRATADA. Comissão Permanente de Licitação EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ Av. Coronel Teixeira, 7.995. Nova Esperança. Cep.: 69037-473. Fone-Fax: (92) 3655-0701/0743.

8.4 Colocar à disposição da CONTRATADA a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, livre e desembaraçada e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.

8.5 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devam ser interrompidas.

8.6 Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.

8.7 Permitir o acesso do pessoal autorizado da CONTRATADA para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.

8.8 Permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

8.9 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis à espécie, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e integra o procedimento interno respectivo.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 13/07/2021, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 13/07/2021, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 13/07/2021, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 13/07/2021, às 17:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 14/07/2021, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0658711** e o código CRC **709D3CB8**.

PLANO DE TRABALHO Nº 1.2021.DG.0662255.2021.011045

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2021.DG.0658711.2021.011045

PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL – RECOMEÇAR

1. DADOS INSTITUCIONAIS

ÓRGÃO PROPONENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas – Procuradoria-Geral de Justiça

C.N.P.J: 04.153.748/0001-85

ENDEREÇO: Rua Belo Horizonte, nº 500 – Aleixo

CIDADE: Manaus UF: AM CEP: 69.037-473

DDD/FONES: (92) 3663-7804/3664-1599/3664-2166

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA: SILVANA RAMOS CAVALCANTI – PROMOTORA DE JUSTIÇA, Coordenadora Geral do Programa Recomeçar

UNIDADES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO:

PROGRAMA RECOMEÇAR;

DIRETORIA GERAL – DG

2. APRESENTAÇÃO

Em 2016, o Ministério Público do Estado do Amazonas, por meio de seu, da Procuradoria-Geral de Justiça, apresentou à sociedade amazonense o **Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Psicossocial - RECOMEÇAR**.

O Ministério Público cumpre um importante papel na defesa dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro. A Constituição de 1988, em seu artigo 127, *caput*, dispõe, *in verbis,*

> Art. 1.º – O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Com a Constituição de 1988 inaugura-se um novo modelo de Estado, o chamado Estado Democrático de Direito, que objetiva primordialmente a garantia da dignidade do ser humano, incorporando, inclusive, novas dimensões de Direitos Fundamentais, quais sejam, os direitos sociais, coletivos e difusos que abrangem toda a sociedade.

A Carta Magna de 1988 fortalece o Ministério Público como uma instituição direcionada para a defesa da cidadania, pois sua função é de buscar dar efetividade aos direitos individuais indisponíveis, bem como aos direitos sociais e difusos previstos na Constituição.

Nas palavras de Silva (1995, p. 157),

> O Ministério Público deve ser um **canal claro de transformação social**, cuja atuação busca a realização do acesso aos direitos fundamentais de todos aqueles que vivem à margem do direito. O caminho do Ministério Público, como Instituição da sociedade, deve ser, também, o de efetivação da saúde pública, de questões relacionadas à educação, das questões agrárias, da real reabilitação dos apenados, da defesa dos discriminados, dos aposentados, dos portadores de deficiência etc. (grifo nosso)

Para isso, é fundamental o contato direto com a sociedade, o olhar atendo às carências e a procura por estratégias que visem efetivar os direitos fundamentais.

Nessa esteira, o Ministério Público do Estado do Amazonas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 011/93 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas) e atento às demandas sociais, propõe o desenvolvimento de um Programa com vistas a debruçar o olhar sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial.

Tais características trazem ao Ministério Público especial relevância no rol das instituições que estruturam o Estado Democrático de Direito, colocando-o como base de sustentação de um de seus fundamentos, qual seja, a cidadania (art. 1º, II, da Constituição Federal de 1988).

Ao lhe atribuir a missão institucional correspondente à defesa dos interesses sociais indisponíveis, o legislador constituinte, representando a soberania da vontade popular, depositou no Ministério Público a confiança de que se caracterizaria como o guardião dos direitos sociais.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

Ofertar atendimento psicossocial humanizado e acolhedor, de modo a estimular a reintegração social e familiar das pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial, no âmbito de processos judiciais e extrajudiciais, apoiar em suas inciativas em busca de autonomia, contribuindo na promoção do bem-estar e da qualidade de vida, tendo como referência o trabalho em rede intersetorial.

3.2 Objetivos Específicos:

- Subsidiar o trabalho dos Procuradores e Promotores de Justiça, colaborando nas ações idealizadas e desenvolvidas com o fito de garantir o acesso a direitos e garantias fundamentais aos cidadãos.
- Garantir atendimento especializado e, em rede de apoio, às pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial e suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados.
- Manter e ampliar equipe interprofissional que atua no Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Psicossocial - RECOMEÇAR com profissionais de atividade meio e atividade fim.

Assim, o Programa se configura como um Núcleo de Atendimento às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Psicossocial criado em 2016, em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, para oferecer subsídio ao trabalho dos Procuradores e Promotores de Justiça.

O Programa atua no atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial, bem como no atendimento de demandas das Procuradorias Promotorias no desenvolvimento das ações ministeriais que visem assegurar os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

Desde a sua criação já atuou em **593 casos** oriundos de diversas Promotorias de Justiça. O Programa já ofereceu atendimento psicossocial há, aproximadamente, **1.600 pessoas,** ao longo dos seus quase cinco anos de existência.

Atualmente o **Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Psicossocial – RECOMEÇAR** é acompanhado, gerido e fiscalizado pela Promotora de Justiça Silvana Ramos Cavalcanti, titular da 28ª Promotoria de Justiça. Atua na Coordenação Executiva a Agente Técnico Pedagoga Tatiana Almeida Freire de Souza.

4 SERVIÇOS EM FUNCIONAMENTO

- **Serviço Social-** visa promover o acolhimento da pessoa em situação de vulnerabilidade, a identificação de suas expectativas em relação às ações da equipe e o encaminhamento a psicólogo. A proposta é de que a intervenção social seja extensiva aos familiares e/ou colaterais.
- **Psicologia –** visa articular estratégias e ações com o intuito de promover a qualidade de vida das pessoas atendidas no programa, buscando reduzir os fatores de risco psicossocial e fortalecer os fatores de proteção.
- **Visitas Domiciliares–**tem o fito de sensibilizar e conscientizar as famílias sobre a importância do acompanhamento psicossocial nos casos de vulnerabilidade. Poderão ser solicitadas pelas Promotorias e Procuradorias de Justiça e ainda realizadas com vistas a identificar os casos de abandono ou desistência do tratamento.
- **Orientação jurídica:** garante a orientação realizada por bacharel em Direito com vistas a dirimir as principais dúvidas no que tange aos aspectos jurídicos de problemas decorrentes da violência sofrida. Realiza encaminhamento para a rede de parceiros os casos que necessitarem de efetivo acompanhamento jurídico de demandas inerentes a condição da vítima.
- **Grupo de Apoio aos Familiares –** atividade que busca contribuir para o restabelecimento de um ambiente familiar favorável à recuperação da dignidade e elevação da autoestima das pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial, bem como de seus familiares, impedindo uma revitimização por parte da própria família. Busca-se oferecer suporte emocional para a superação das perdas provocadas pelo ato ilícito do qual se foi vítima. Além disso, visa criar laços de solidariedade entre os familiares, discutir problemas em comum e promover o apoio no enfrentamento de situações difíceis.

5 SERVIÇOS EM FASE DE IMPLANTAÇÃO

- **Oficinas Expressivas para Crianças –** Esta atividade ocorrerá por meio de parcerias com instituições. São atividades realizadas com grupos de crianças, com a orientação de um profissional e que visa por meio da expressão lúdico artística a promoção da saúde e o fortalecimento dos fatores de proteção da criança, como a resiliência, em um espaço acolhedor e suportivo.
- **Grupo de Convivência de Jovens –** Esta atividade visará promover a interação social, a discussão grupal a partir de situações-problema, com reflexões que promovam o empoderamento e a construção de identidades.
- **Grupo de Apoio às Mulheres em situação de violência doméstica –** Esta atividade visará promover a saúde mental das participantes, através da comunicação verbal, da relação terapêutica entre as participantes do grupo e da intervenção profissional, sobretudo por meio de um atendimento acolhedor, suportivo e humanizado.
- **Grupo de Convivência de Idosos –** Esta atividade visará a interação social, o fortalecimento da autoestima, favorecer a comunicação e discutir sobre temas relacionados a esse ciclo de vida. Dessa forma, busca-se a potencialização dessas pessoas enquanto sujeitos de direitos.
- **Oficinas Culturais –** Esta atividade ocorrerá por meio de parcerias com instituições com vistas a promover a inclusão cultural e o interesse das pessoas atendidas no programa pelos espaços de cultura da cidade.
- **Rodas de Conversa –** Visa discutir e refletir sobre temas diversos, relacionados à cidadania, ao meio ambiente, à promoção da saúde, entre outros.
- **Oficinas de Qualificação e Geração de Renda –**Esta atividade ocorrerá por meio de

parcerias com instituições que desenvolvam atividades, qualificação e/ou fomento de geração de emprego e renda. Busca desenvolver atividades que ampliem o empoderamento das pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial por meio de ações que favoreçam o resgate da dignidade humana

O Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Psicossocial – RECOMEÇAR fica localizado na Rua Belo Horizonte, nº 500 Aleixo, telefone: **3663-7804/3664-1599/3664-2166.** Funciona de 8h às 17h, mediante visitas previamente agendadas pela equipe interprofissional.

No que diz respeito ao corpo técnico, destacamos que o Programa encontra-se normatizado pelo ATO Nº 273/2019/PGJ que INSTALA, no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas, o PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL – **RECOMEÇAR,** e dá outras providências, bem como pelo ATO Nº 007/2021/PGJ que **ALTERA** o artigo 8.º, do Ato PGJ n.º 273, de 12 de setembro de 2019. De acordo com as referidas normas a Equipe Psicossocial será composta por, no mínimo, 1 (um) Pedagogo, 3 (três) Assistentes Sociais, 3 (três) Psicólogos, 1 (um) Bacharel em Direito e Estagiários, designados pela Procuradoria Geral de Justiça. (Art. 8º, ATO Nº 007/2021/PGJ).

A partir da experiência adquirida ao longo dos anos e da análise dos dados estatísticos de atendimento, considera-se que, para atender o fluxo de demanda atual, fundamental será que a equipe técnica seja formada por 11 (onze) profissionais. Sendo eles 4 (quatro) Assistentes Sociais, 4 (quatro) Psicólogos, 3 (três) Pedagogos, sendo um Pedagogo do quadro efetivo. E ainda por estagiários das respectivas áreas.

6 RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA

O Programa RECOMEÇAR, por meio da Coordenação Geral do Programa Recomeçar, **pleiteia a possibilidade de parcerias que possam favorecer o custeio do Programa nos aspectos abaixo elencados:**

1. Custeio de Remuneração da Equipe Interprofissional:
    - Proposta de Remuneração: R$ 7.000,00
    - Quantidade de Servidores: 10 (dez). Sendo 4 (quatro) Assistentes Sociais, 4 (quatro) Psicólogos, 2 (dois) Pedagogo.
    - Carga Horária: 8h diárias/40h semanais
2. Aquisição de 20 computadores com segunda tela: sugere-se o contato com Diretoria de Informática para definição das especificações da máquina.
3. Aquisição de 3 impressoras multifuncional para as áreas do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia.
4. Aquisição de 20 tablets: serão utilizados durante atendimentos externos (visitas técnicas) para acesso aos sistemas internos.
5. Criação e aquisição de software de *Prontuário de Atendimento Psicossocial* atendendo às necessidades específicas da realidade do Programa.
6. Montagem de uma Sala de Depoimento Especial e Escuta Especializada.
7. Montagem de uma Sala Brinquedoteca para atendimento prévio a crianças de modo a diminuir a ansiedade e resistência, comuns quando a criança ingressa em ambientes estranhos à sua rotina.
8. Aquisição de material psicopedagógico para atendimento da clientela vulnerável, tais como: livros técnicos, testes psicológicos, jogos didáticos, família terapêutica, livros infantis de temáticas relacionadas às questões tratadas no Programa, entre outros recursos.

Diante do exposto, para a manutenção do Programa RECOMEÇAR, são necessárias aplicações de recursos compreendendo investimentos e despesas de custeio discriminadas no Quadro 1.

QUADRO 1 – APLICAÇÃO DE RECURSOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	RESPONSÁVEL
1	Contratação de profissionais para atuarem no Programa RECOMEÇAR	10	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA
2	Aquisição de computadores com segunda tela	20	PGJ/MPAM
3	Aquisição de impressoras multifuncionais	3	PGJ/MPAM
4	Aquisição de tablets	20	PGJ/MPAM
5	Aquisição de software de *Prontuário de Atendimento Psicossocial* atendendo às necessidades específicas da realidade do Programa.	1	PGJ/MPAM
6	Montagem de uma Sala de Depoimento Especial e Escuta Especializada	1	PGJ/MPAM
7	Montagem de uma Sala Brinquedoteca	1	PGJ/MPAM
8	Material psicopedagógico (R$ 4.000,00 por ano)	5	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA

Fonte: Programa RECOMEÇAR, junho 2021

5.1.1 Os itens 1 e 8 ficarão a cargo da instituição bancária a ser contratada, a título de contrapartida financeira, a ser desembolsado ao longo de 60 (sessenta) meses, durante vigência do contrato, conforme TABELA 1 a seguir.

5.1.1.1 O processo de seleção dos profissionais a serem contratados será de responsabilidade da PGJ/MPAM, os quais serão indicados para a efetivação do vínculo.

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

TABELA 1 – CONTRAPARTIDA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - SERVIÇOS BANCÁRIOS

DESCRIÇÃO	QUANT	SALÁRIO + ENCARGOS POR PROFISSIONAL (*)	2021 (2 MESES)	2022 (12 MESES)	2023 (12 MESES)	2024 (12 MESES)	2025 (10 MESES)	TOTAL POR ITEM (60 MESES)
CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O PROGRAMA RECOMEÇAR	10	R$ 12.402,22	R$ 248.044,40	R$ 1.488.266,40	R$ 1.488.266,40	R$ 1.488.266,40	R$ 1.240.222,00	R$ 5.953.065,60
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PSICOPEDAGÓGICO/ ANO	-	-	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	R$ 20.000,00
TOTAL			**R$ 252.044,40**	**R$ 1.492.266,40**	**R$ 1.492.266,40**	**R$ 1.492.266,40**	**R$ 1.244.222,00**	**R$ 5.973.065,60**

Fonte: Programa RECOMEÇAR/ Diretoria Geral, junho 2021

Observações:
(*) Valores aproximados. Cálculo do custo de funcionário para a empresa utilizando calculadora disponível em https://www.idinheiro.com.br/calculadoras/calculadora-custo-de-funcionario-para-empresa/
Foi considerado o valor de salário de R$ 7.000,00 + Auxílio Alimentação de R$ 1.700,00;
O cálculo dos custos de encargos e tributos carece de maior detalhamento, de acordo com o regime tributário do ramo de negócio.

Manaus - AM, 13 de julho de 2021

SILVANA RAMOS CAVALCANTI
Promotora de Justiça, Titular da 28ª Promotoria de Justiça
Coordenadora Geral do Programa RECOMEÇAR

TATIANA ALMEIDA FREIRE DE SOUZA
Agente Técnico-Pedagogo
Coordenadora Executiva do Programa RECOMEÇAR

VÍVIAN DA SILVA DONATO LOPES MARTINS
Diretora-Geral da PGJ/AM

Documento assinado eletronicamente por **Silvana Ramos Cavalcanti**, **Promotor(a) de Justiça de Entrância Final**, em 13/07/2021, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Almeida Freire de Souza**, **Agente Técnico - Pedagogo**, em 13/07/2021, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 13/07/2021, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0662255** e o código CRC **8C204395**.

DESPACHO Nº 312.2021.01AJ-SUBADM.0664326.2021.011045

Tratam os autos de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

O Contrato Administrativo nº 023/2016 – MP/PGJ, com o mesmo objeto, tem vigência **até 7 de novembro de 2021,** e possuiu contrapartida, à época, no valor de R$ 3.525.000,00 (três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil reais), por meio de crédito em conta bancária indicada por esta PGJ/MPAM.

Nesta esteira, a Diretoria-Geral - DG sugeriu para a presente proposição, o valor mínimo de contrapartida financeira de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser utilizada para atender às demandas indicadas pela Coordenação do PROGRAMA RECOMEÇAR, primordialmente a contratação de sua equipe multidisciplinar.

Desta feita, antes da análise jurídica da assessoria desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM, **DETERMINO** o retorno dos autos à DG para readequação do Termo de Referência, dada a necessidade de realização de concurso público para provimento dos cargos imprescindíveis à formação da equipe do Programa RECOMEÇAR ou, se for o caso, dos encaminhamentos para elaboração de projeto de lei de criação de tais cargos.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 16 de julho de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 19/07/2021, às 09:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0664326** e o código CRC **71400E2C**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 39.2021.DG.0665393.2021.011045

A Sua Excelência, o Senhor
GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Encaminha nova versão doTermo de Referência cujo objeto é a contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Cumprimento-o com o presente e, em atenção ao DESPACHO Nº 312.2021.01AJ-SUBADM.0664326.2021.011045, esta Comissão, instituída pela Portaria n.º 0168/2019/SUBADM, encaminha o Termo de Referência Nº 3.2021.DG.0665394.2021.011045, a fim de que seja dado início a novo procedimento licitatório visando à contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, pelo período de 60 (sessenta) meses.

A nova versão do Termo de Referência prevê, a título de contrapartida financeira, o valor de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) a ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas por esta PGJ/AM.

Nesta esteira, encaminhamos os presentes autos para vossa apreciação e manifestação e ficamos ao vosso dispor para eventuais informações adicionais.

Respeitosamente,

Vívian da Silva Donato Lopes Martins
Diretora-Geral da PGJ/AM

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Patrícia Costa Martins
Diretora de Administração da PGJ/AM

Ivanete de Oliveira Nascimento

Diretora de Planejamento da PGJ/AM

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 22/07/2021, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 22/07/2021, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 22/07/2021, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 22/07/2021, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0665393** e o código CRC **02B7B5CD**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2021.DG.0665394.2021.011045

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, terá seu termo final em 07 de novembro de 2021, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da CONTRATADA e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATANTE, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da CONTRATANTE, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

2.2. Para fins de caracterização dos itens acima que detalham o objeto, devem ser tidas em conta as seguintes informações:

2.2.1 Dados referentes à alínea “a”:

a) Sobre a folha de pagamento da PGJ/AM, junho de 2021.

Valor Bruto: R$ 23.325.358,75
Valor Líquido: R$ 15.559.931,96

TABELA 1 - Folha de Pagamento da PGJ/AM por faixa de renda
Mês: junho de 2021

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	219
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	93
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	94
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	111
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	76
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	174
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	30
Acima de R$ 30.000,00	258
Total	1055

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

TABELA 2 - Quantitativo de cargos PGJ/AM
Mês: junho de 2021

Classe	Cargo	Quantidade
Membro	Procurador de Justiça	21
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Inicial	40
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Final	97
Membro	Promotor de Justiça Substituto	19
Servidor	Agente de Apoio	157
Servidor	Agente de Serviço	58
Servidor	Agente Técnico	181
Servidor	Comissionado	108
Servidor	Militar à Disposição	37
Estagiários	Estagiários	186
Inativos	Inativos	79
Pensionistas	Pensionistas	67
Total		1055

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

b) Sobre consignações na folha de pagamento da PGJ/AM

TABELA 3 - Consignações PGJ/AM, junho de 2021

PERÍODO	QTD/SERVIDOR	VALOR (R$)
JUL / 2020	444	672.846,13
AGO / 2020	449	699.321,82
SET / 2020	446	701.305,44
OUT / 2020	447	695.743,85
NOV / 2020	434	688.888,39
DEZ / 2020	433	684.006,82
JAN / 2021	425	670.171,94
FEV / 2021	419	674.376,58
MAR / 2021	407	651.439,10
ABR / 2021	408	656.034,84
MAI / 2021	415	680.181,64
JUN / 2021	425	683.412,23
Total		8.157.728,78

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

2.2.2 Dados referentes à alínea “b”:

TABELA 4 - Orçamento autorizado e realizado pela PGJ, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	273.598.002,12	270.329.757,27	237.482.095,21	237.479.186,87	243.310.312,73	238.606.353,04	225.610.505,00	115.342.965,16
Outras despesas correntes	86.141.506,05	84.090.211,14	59.112.982,26	58.416.080,32	77.476.032,18	75.393.008,58	63.263.546,88	42.935.059,95
Investimentos	8.096.935,39	7.785.653,81	3.488.021,02	3.468.883,44	2.019.026,69	1.876.145,52	16.125.948,12	343.740,86
Total	**367.836.443,56**	**362.205.622,22**	**300.083.098,49**	**299.364.150,63**	**322.805.371,60**	**315.875.507,14**	**305.000.000,00**	**158.621.765,97**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 5 - Orçamento autorizado e realizado pelo FAMP, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	1.291.910,33	0,00	542.578,14	0,00	856.000,00	0,00	416.000,00	0,00
Investimentos	1.938.380,50	0,00	1.091.014,81	0,00	229.000,00	0,00	239.000,00	0,00
Inversões Financeiras	-	-	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	45.000,00	0,00
Total	**3.230.290,83**	**0,00**	**1.733.592,95**	**0,00**	**1.185.000,00**	**0,00**	**700.000,00**	**0,00**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 6 - Orçamento autorizado e realizado pelo PROVITA, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.
Obs.: No Provita, os valores das colunas "previsto" (autorizado final/ano), nos encerrados de 2018 a 2020, se encontram com registro zero (R$ 0,00) no Relexeorc, visto que a UG repassou integralmente(destacou) seu orçamento para execução pela PGJ, e nesta UG foi incorporado.

2.3 DOS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA

2.3.1 A CONTRATADA deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça (pessoa jurídica):

a) Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela Instituição Financeira.

b) Abertura e manutenção de contas correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c) Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

d) Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da CONTRATANTE, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (internet), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da ProcuradoriaGeral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e) Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses do Órgão, observando as recomendações do Banco Central do Brasil relativas às aplicações de recursos públicos.

f) Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/ProcuradoriaGeral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 05 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 02 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. André Araújo, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 01 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da CONTRATANTE;

f.1) A CONTRATADA terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra.

f.2) O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário e demais terminais de caixa eletrônico será de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da aprovação do projeto e liberação do espaço pela CONTRATANTE, prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "g".

f.4) A CONTRATADA deverá assinar Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5) As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela instituição vencedora, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia,

Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "g".

2.4 DOS SERVIÇOS – PESSOA FÍSICA

2.4.1 A CONTRATADA deverá oferecer os seguintes produtos e serviços para pessoas físicas, compreendendo membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:

a) Abertura e manutenção de contas salários, contas correntes e contas poupanças em nome dos correntistas, sem custos.

b) Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1 05 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2 02 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3 02 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4 Transferências de recursos entre contas da própria CONTRATADA;

b.5 05 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização.

b.7 01 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de conta salário, conta corrente e poupança.

c) Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d) Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, com prazos de até 96 (noventa e seis) meses, para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATADA e em conexão com o previsto na alínea "a" do item 2.1.

e) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

f) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

g) Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

2.4.2 Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS e a CONTRATANTE anteriormente a assinatura do contrato.

2.4.3 Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

2.4.4 Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

2.4.5 Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos no presente tópico, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB.

2.5 A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da CONTRATADA, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

3. DA CONTRAPARTIDA

3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Na fase pertinente do certame, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

4.1.2 Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

5.1.1 Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da CONTRATADA, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

5.1.2 A indenização referida no item anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.

5.2 A CONTRATADA deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e on line, através da rede mundial de computadores internet, sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3 A Instituição Financeira CONTRATADA deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da CONTRATANTE, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

5.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da Procuradoria-Geral de Justiça que regular a matéria.

5.5 Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).

5.6 Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a CONTRATADA.

6. DO TERMO DE CESSÃO DE USO

6.1 A Cessão de Uso de que trata o presente Termo de Referência será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário, o qual não poderá ser destinado à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.2 A CONTRATANTE deverá permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

6.3 A Cessão de Uso de que trata o presente instrumento terá o mesmo prazo de vigência do contrato, nos termos estabelecidos no subitem 5.1. 6.4 Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela CONTRATADA, esta deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis;

6.5 A CONTRATANTE poderá revogar a Cessão de Uso

6.5.1 Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela CONTRATADA;

6.5.2 Por razão de interesse público que assim o justifique.

6.6 A denúncia da Cessão de Uso poderá ser feita pela CONTRATADA nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.

6.7 Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a CONTRATADA, terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do local.

6.8 As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da CONTRATANTE, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste instrumento, de acordo com as cláusulas contratuais e disposições legais e regulamentares cabíveis, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas.

7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.

7.3 A CONTRATADA deverá designar agência bancária localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.

7.4 A CONTRATADA promoverá, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, com coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da CONTRATANTE.

7.5 A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização dos mesmos.

7.6 A CONTRATADA deverá efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços.

7.7 A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.

7.7.1 A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.7.2 Quando o crédito do salário não estiver disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da CONTRATANTE.

7.8 A CONTRATADA deverá arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

7.9 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7.10 A CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades em dias de expediente da CONTRATANTE, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a CONTRATADA deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

7.10.1 O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante prévio entendimento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

7.10.2 Nos dias estabelecidos pela CONTRATANTE como os dias de pagamento de seus membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo dois funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

7.11 A CONTRATADA deverá executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

7.12 A CONTRATADA deverá assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.13 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à CONTRATANTE responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

7.14 A CONTRATADA deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

7.15 A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que esta julgar necessário.

7.16 A CONTRATADA deverá executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

7.17 A CONTRATADA se obriga a manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada, à CONTRATADA, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

7.18 A CONTRATADA deverá aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRANTE julgar necessário.

7.19 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

7.19.1 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, uma vez que inexiste qualquer vinculação da CONTRATADA com esta Instituição Ministerial em relação a essas obrigações.

7.20 A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

7.21 A CONTRATADA ficará obrigada a manter-se, durante o período do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na futura licitação, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

7.22 A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.22.1 A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, sub-empreiteiros ou quaisquer outros.

7.23 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ-AM:

8.1 Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.

8.2 Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas.

8.3 Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à CONTRATADA. Comissão Permanente de Licitação EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ Av. Coronel Teixeira, 7.995. Nova Esperança. Cep.: 69037-473. Fone-Fax: (92) 3655-0701/0743.

8.4 Colocar à disposição da CONTRATADA a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, livre e desembaraçada e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.

8.5 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devam ser interrompidas.

8.6 Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.

8.7 Permitir o acesso do pessoal autorizado da CONTRATADA para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.

8.8 Permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

8.9 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições da presente contratação.

9.2. Conforme o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, na hipótese da CONTRATADA, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da presente contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato/objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, e no Edital e das demais cominações legais.

9.3 Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na seção de penalidades deste Termo de Referência:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da CONTRATANTE para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da CONTRATANTE, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1.) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, com as especificações constantes no edital e no contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2.) executar o serviço inerente ao objeto contratado com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3.) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

e.4.) apresentar documentação falsa;

e.5.) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6.) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7.) fornecer declaração falsa;

e.8.) cometer fraude fiscal;

e.9.) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA não cumprir os as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital e do contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.4 Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Terceira – Da Contrapartida.

9.5 As penalidades acima referidas serão propostas pela FISCALIZAÇÃO e impostas pela autoridade competente.

9.6 As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.7 As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

9.8 As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

9.9 A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria CONTRATANTE.

10. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis à espécie, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e integra o procedimento interno respectivo.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 22/07/2021, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 22/07/2021, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 22/07/2021, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 22/07/2021, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0665394** e o código CRC **F41FE289**.

PARECER Nº 84.2021.01AJ-SUBADM.0667899.2021.011045

PROCESSO: 2021.011045

ASSUNTO: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Naquela oportunidade, a Diretoria-Geral - DG sugeriu o valor mínimo de contrapartida financeira de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser utilizada para atender às demandas indicadas pela Coordenação do PROGRAMA RECOMEÇAR, primordialmente a contratação de sua equipe multidisciplinar.

Entretanto, foi determinado no corpo do Despacho 312 (0664326), antes da análise jurídica da assessoria desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM, o retorno dos autos à DG para readequação do Termo de Referência, dada a necessidade de realização de concurso público para provimento dos cargos imprescindíveis à formação da equipe do Programa RECOMEÇAR ou, se for o caso, dos encaminhamentos para elaboração de projeto de lei de criação de tais cargos.

Desta feita, juntou aos autos o Termo de Referência 3 (0665394), que chega para nova análise.

É o relatório. OPINO.

A Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do regime jurídico administrativo, que consiste em um conjunto harmônico de preceitos e regras que moldam a atuação dos entes estatais, impondo limitações e prerrogativas. No âmbito do procedimento de contratação pública, destacam-se, dentre os princípios que regem o Direito Administrativo, os princípios da impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Para a consecução desses princípios e, consequentemente, uma boa gestão da máquina

pública, é necessária, *em regra*, a realização do processo de licitação que, como procedimento prévio ao contrato em que se escolhe a proposta mais vantajosa à persecução de seus fins, impedindo desvirtuamentos.

Assim sendo, dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, inciso XXI, *in verbis:*

> **Art. 37**. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
>
> [...]
>
> **XXI** – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Neste ínterim, tem-se que a licitação é um procedimento formal e obrigatório para os órgãos e entidades da administração pública, tanto para aquisição de bens quanto para contratação de serviços, em obediência à norma constitucional, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Carta de 1988, e infraconstitucional, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.666/1993. E por assim se caracterizar, o Termo de Referência se torna o balizador e o limitador da atuação da Administração Pública na procedimentalização da licitação.

Com o advento do Estado Gerencial pós reforma administrativa constitucional, promovida pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998, o pregão surgiu como nova modalidade de licitação e, com a Lei n. 10.520/02, foi criado um novo instrumento para especificação dos bens e serviços a serem contratados, o chamado Termo de Referência, componente indispensável da fase interna da licitação que traduz a justificativa e a necessidade de realização de determinado objeto a ser contratado pela Administração Pública.

A fase interna merece cuidado meticuloso, senão maior que a fase externa, pois é neste momento que se define o objeto, estabelece os parâmetros da obra ou do serviço que se deseja contratar ou do bem que se deseja adquirir.

O Decreto nº 5.504/2005, que regulamenta o Pregão na forma eletrônica, também exige o Termo de Referência na fase interna, conforme dicção do art. 9º:

> Art. 9º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:
>
> I – elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;
>
> II – aprovação do termo de referência pela autoridade competente; […].
>
> § 1º A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração.
>
> § 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

Foi verificado assim, que o Termo em questão apresenta como justificativa a necessidade de a Procuradoria de Justiça contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

Vale ressaltar também, que o Tribunal de Contas da União já decidiu pela necessidade do referido estudo técnico preliminar:

> **REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CAUTELAR. OITIVA. AUDIÊNCIA. DIRECIONAMENTO A PRODUTOS DE DETERMINADO FABRICANTE. AUSÊNCIA DE ESTUDOS PRÉVIOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS APÓS A ATUAÇÃO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. MULTA. DETERMINAÇÕES**. - As especificações técnicas dos objetos a serem adquiridos devem decorrer de necessidades identificadas em estudos prévios ao certame licitatório. - Do processo administrativo para aquisição de bens e serviços deve constar os estudos e levantamentos que fundamentaram a fixação das especificações técnicas. - É defesa a exigência de seguros em licitações que se destinem a compras de equipamentos sem previsão de pagamentos antecipados, salvo motivo justificado exposto no instrumento convocatório. - É defesa a exigência de número de registro no Ministério da Saúde, de produtos não incluídos na relação estabelecida pela Lei 6.360/1976, salvo motivo justificado, exposto no instrumento convocatório. (TCU.Acórdão 310/203.Processo 037.832/2011-5)

Diante disso, o presente Termo servirá de base para realização de procedimento licitatório, a princípio, dependendo da situação do caso concreto, permitindo a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, tudo dentro dos ditames legais da Lei n. 8.666/93.

Ademais, ao se consultar o compêndio de Orientações e Jurisprudência do TCU[8], tem-se que o Termo de Referência deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- Descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara;
- critérios de aceitação do objeto;
- Critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;
- Valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o caso;
- Prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto;
- Definição dos métodos e estratégia de suprimento;
- Cronograma físico-financeiro, se for o caso;
- Deveres do contratado e do contratante;
- Prazo de garantia, quando for o caso;
- Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;
- Sanções por inadimplemento

Isto posto, vê-se que tal instrumento corresponde à fase preparatória, haja vista que ele expõe, de um lado a precisa necessidade da Administração e, de outro, as condições para contratar.

Assim, da análise das informações constantes do Termo de Referência destacado, verifica-se que contempla todos os requisitos legais, como o objeto a ser contratado, com especificação de itens, justificativa da proposição, prazos e condições para prestação dos serviços, obrigações da contratada e contratante e sanções administrativas.

Importante frisar, para concluir que, a Lei 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei n. 8.666/93, ja previu em seu artigo 6º, XXIII, sobre a definição e os elementos do Termo de Referência:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária;

Assim, necessário aos setores deste Ministério Público iniciarem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos, preparando-se para a total revogação da Lei n. 8.666/93.

Dessa forma, considerando os fundamentos até aqui expostos, **OPINO** pela **APROVAÇÃO** do Termo de Referência 3 (0665394), com a sequência dos trâmites processuais correlatos.

É o parecer que submeto à apreciação de Vossa Excelência.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus/AM, 22 de julho de 2021.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO
Assessora Jurídica
ATO/PGJ nº 338/2020

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 23/07/2021, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0667899** e o código CRC **E4627015**.

DESPACHO Nº 327.2021.01AJ-SUBADM.0667900.2021.011045

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral, no qual encaminha o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Naquela oportunidade, a Diretoria-Geral - DG sugeriu o valor mínimo de contrapartida financeira de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser utilizada para atender às demandas indicadas pela Coordenação do PROGRAMA RECOMEÇAR, primordialmente a contratação de sua equipe multidisciplinar.

Entretanto, foi determinado no corpo do Despacho 312 (0664326), antes da análise jurídica da assessoria desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM, o retorno dos autos à DG para readequação do Termo de Referência, dada a necessidade de realização de concurso público para provimento dos cargos imprescindíveis à formação da equipe do Programa RECOMEÇAR ou, se for o caso, dos encaminhamentos para elaboração de projeto de lei de criação de tais cargos.

Em cumprimento ao Despacho, a DG elaborou o Termo de Referência 3 (0665394), que passou pela análise da assessoria jurídica, e, por meio do Parecer 84 (0667899), opinou favoravelmente pela aprovação do Termo.

Isto posto, **ACOLHO** a peça opinativa e **APROVO** o Termo em questão, **determinando** ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS a realização de pesquisa de preços e mercado e à Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF as providências orçamentárias cabíveis.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 23 de julho de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 26/07/2021, às 10:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 328.2021.SCOMS.0676539.2021.011045

Manaus, 10 de Agosto de 2021.

Exmo. Sr. Dr.
GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Senhor Subprocurador-Geral,

Cumprimentamos Vossa Excelência e, na oportunidade, informamos que, atenção ao Despacho 327.2021.01AJ-SUBADM.0667900.2021.011045 (doc. 0667900), exarado por Vossa Excelência no dia 26 de julho de 2021, este Setor de Compras e Serviços realizou as seguintes diligências:

1) Análise da fase preparatória do Pregão Presencial 5.002/2016 - CPL/MP/PGJ, referente ao Procedimento Interno 967312/2016 (docs. 0676588 e 0676599).

2) Análise do Contrato Administrativo 023/2016-MP/PGJ, firmado com o Banco Bradesco S/A no dia 07 de novembro de 2016 (doc. 0440540), bem como dos demais documentos disponíveis no PI-SEI 2020.002568.

3) Estudo do Acórdão do Tribunal de Contas da União 33.466/2013 (doc. 0676563), cujo conteúdo contempla matéria correlacionada ao escopo da contratação pretendida pela PGJ/AM, conforme pode-se depreender do sumário abaixo colacionado:

> SUMÁRIO: CONSULTA. CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS, EM CARÁTER EXCLUSIVO, DE PAGAMENTO DE SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E

OUTROS SERVIÇOS SIMILARES, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA POR PARTE DA CONTRATADA. CONHECIMENTO. CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA MERCANTIL DO OBJETO. AUSÊNCIA DE INTERESSES RECÍPROCOS E DE REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO A DESCARACTERIZAR OS PRESSUPOSTOS DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. FACULDADE DE O ADMINISTRADOR DISPENSAR A LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OFICIAL, COM BASE NO ARTIGO 37, INCISO XXI, DA CF/88, C/C O ARTIGO 24, INCISO VIII, DA LEI 8.666/1993, DESDE QUE COMPROVADA A VANTAGEM DA CONTRATAÇÃO DIRETA EM RELAÇÃO À ADOÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DOS RECURSOS PÚBLICOS AUFERIDOS DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DA CONTRATADA À CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL E DE EXECUÇÃO DA DESPESA POR MEIO DE LEI ORÇAMENTÁRIA, EM NOME DOS PRINCÍPIOS DA UNICIDADE DE CAIXA E DA UNIVERSALIDADE DO ORÇAMENTO. CIÊNCIA.

Após as pesquisas, investigações e exames descritos acima, este Setor de Compras e Serviços pôde tecer algumas considerações:

1) Não foi identificada qualquer atuação do Setor de Compras e Serviços no escopo do Procedimento Interno 967312/2016, que originou o Contrato Administrativo 023/2016-MP/PGJ, firmado com o BANCO BRADESCO S/A e vigente até o dia 07 de novembro de 2021, conforme o Memorando 33.2021.DG.0658698.2021.011045 (doc. 0658698).

2) A Administração pode optar por realizar contratação direta de instituição financeira oficial para prestação exclusiva de serviços bancários, com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, combinado com o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, com a vantagem demonstrada em relação ao procedimento licitatório, conforme subitem 9.3.1.1 do Acórdão TCU 33.466/2013 (página 46 do doc. 0676563).

3) Caso deseje ampliar a possibilidade de participação para as empresas privadas, além das públicas, a Administração deverá realizar, preferencialmente, procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, utilizando o critério "maior preço", conforme salínea "b" do subitem 9.3.2.3 do Acórdão TCU 33.466/2013 (página 47 do doc. 0676563).

4) O Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça à época, Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro, no Despacho 031.2016.PGJ.1062380.2015.17282 (páginas 240-243 do doc. 0676588), entendeu ser mais vantajosa para a Administração a abertura da disputa do objeto.

5) A condição expressa na alínea "a" do subitem 9.3.2.3 Acórdão TCU 33.466/2013 (página 47 do doc. 0676563), que preconiza a fundamentação da estimativa de contrapartida financeira a ser paga pela futura contratada, em estudo ou avaliação de mercado, conforme o artigo 7º, §2, inciso II, da Lei 8.666/1993, foi suprida com a existência do Plano de Trabalho 1.2021.DG.0662255.2021.011045 (doc. 0662255) que apresenta, eu seu item 7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, o **valor total estimado para a manutenção Programa Recomeçar, no período de 60 (sessenta) meses, qual seja, de R$ 5.973.065,60 (cinco milhões, novecentos e setenta e tres mil, sessenta e cinco reais e sessenta centavos)**.

Sendo assim, este SCOMS vem buscar orientação, junto à douta Subprocuradoria-Geral

de Justiça para Assuntos Administrativos, acerca dos procedimentos administrativos a serem adotados no âmbito do PI-2021.011045.

Respeitosamente,

EDJANE DE PINHO OLIVEIRA
Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 13/08/2021, às 13:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0676539** e o código CRC **3B2D6FD8**.

GRUPO II – CLASSE III – Plenário
TC 033.466/2013-0
Natureza: Consulta
Órgão: Câmara dos Deputados
Interessado: Henrique Eduardo Lyra Alves (130.470.197-20)
Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: CONSULTA. CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS, EM CARÁTER EXCLUSIVO, DE PAGAMENTO DE SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E OUTROS SERVIÇOS SIMILARES, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA POR PARTE DA CONTRATADA. CONHECIMENTO. CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA MERCANTIL DO OBJETO. AUSÊNCIA DE INTERESSES RECÍPROCOS E DE REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO A DESCARACTERIZAR OS PRESSUPOSTOS DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. FACULDADE DE O ADMINISTRADOR DISPENSAR A LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OFICIAL, COM BASE NO ARTIGO 37, INCISO XXI, DA CF/88, C/C O ARTIGO 24, INCISO VIII, DA LEI 8.666/1993, DESDE QUE COMPROVADA A VANTAGEM DA CONTRATAÇÃO DIRETA EM RELAÇÃO À ADOÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DOS RECURSOS PÚBLICOS AUFERIDOS DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DA CONTRATADA À CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL E DE EXECUÇÃO DA DESPESA POR MEIO DE LEI ORÇAMENTÁRIA, EM NOME DOS PRINCÍPIOS DA UNICIDADE DE CAIXA E DA UNIVERSALIDADE DO ORÇAMENTO. CIÊNCIA.

1. A delegação a terceiros da prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares deve ser instrumentalizada por meio de contrato administrativo, havia vista a ausência, no objeto da relação jurídica, de interesses recíprocos e de regime de mútua cooperação;

2. A Administração Pública Federal não está obrigada a promover prévio procedimento licitatório destinado a realizar a contratação de instituição financeira oficial para, em caráter exclusivo, prestar serviços de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, podendo optar por efetuar a contratação direta com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, c/c o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, desde que devidamente

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 36

demonstrada a sua vantagem em relação à adoção do procedimento licitatório;

.

3. Havendo interesse, a Administração Pública Federal pode promover prévio procedimento licitatório para contratação da prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, devendo franquear a participação no certame de instituições financeiras públicas e privadas, em cumprimento aos princípios da legalidade, da isonomia, da moralidade da impessoalidade, da publicidade e da eficiência, previstos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, bem assim da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e de outros princípios correlatos estampados no artigo 3º da Lei 8.666/1993;

4. Na hipótese de a Administração Pública Federal realizar contratação direta de instituição financeira oficial para a prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, com supedâneo no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, com a previsão de contraprestação pecuniária por parte da contratada, deverá cumprir, sob condição de eficácia do ato administrativo, as exigências estabelecidas no artigo 26, *caput* e parágrafo único, do referido diploma legal, sobretudo a apresentação do motivo da escolha do prestador do serviço (inciso II) e justificativa do preço (inciso III), bem como demonstrada a vantagem da contratação direta em relação à adoção do procedimento licitatório.

5. Havendo interesse de a Administração Pública Federal promover prévio procedimento licitatório para contratação de prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, com a previsão de contraprestação pecuniária por parte da contratada, deverá a contratante, além de franquear acesso ao certame tanto das instituições financeiras públicas como das privadas, adotar as seguintes medidas:

5.1. estimar o orçamento base da contrapartida financeira a ser paga pela futura contratada com fundamento em estudo ou avaliação de mercado, em cumprimento à finalidade da condição prevista no artigo 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;

5.2. realizar licitação na modalidade pregão, prevista na Lei 10.520/2001, preferencialmente sob forma eletrônica, conforme exige o artigo 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005, tendo por base critério "maior preço", em homenagem ao princípio da eficiência, insculpido no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal e da seleção proposta mais vantajosa para a Administração Pública, inserto no *caput* do artigo 3º da Lei 8.666/1993;

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 37

6. A receitas públicas advindas de contraprestação pecuniária ao contrato de prestação, em caráter de exclusivo, dos serviços de gestão financeira da folha de pagamento e de outros serviços similares integram o Orçamento Geral da União, devendo, assim, serem recolhidas à conta única do Tesouro Nacional e estarem previstas na Lei Orçamentária, em respeito aos princípios da universalidade orçamentária e da unicidade de caixa, presentes nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.320/64.

RELATÓRIO

Trata-se de Consulta formulada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, acerca das seguintes dúvidas interpretativas quanto à correta aplicação de norma legal e regulamentar em matéria de competência deste Tribunal:

> *"a) O gestor público está obrigado a realizar licitação para a concessão de exclusividade à instituição financeira oficial para a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares?*
>
> *b) Não havendo tal obrigação, mas desejando o órgão aperfeiçoar a captação de recursos para o erário, qual o instrumento jurídico adequado para se proceder à contratação da instituição financeira oficial: contrato ou convênio?*
>
> *c) É viável a contratação direta de banco oficial com amparo no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993? (Peça 1, p. 1-2)"*

Transcrevo, a seguir, a instrução elaborada pela Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado:

> *"**EXAME DE ADMISSIBILIDADE***
>
> *2. A presente consulta deve ser conhecida, vez que formulada por autoridade que possui legitimidade para tanto, acerca da aplicabilidade, em tese, de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência deste Tribunal, de modo que se encontram satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso I, § 1º, e art. 265 do Regimento Interno.*
>
> ***EXAME TÉCNICO***
>
> *3. Acompanha a inicial parecer da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, no qual se buscou indicar de forma precisa o objeto da consulta e a divergência de posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais que suscitaram dúvida na aplicação do art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993.*
>
> *4. Não há necessidade de demonstração de pertinência temática para esta consulta, por se tratar da legitimidade conferida ao presidente da Câmara dos Deputados – CD.*
>
> ***I. Indicação precisa do objeto***
>
> *5. A dúvida existe em relação à obrigatoriedade ou não da realização de licitação para a concessão de exclusividade à instituição financeira oficial para a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares – nomenclatura baseada na Resolução CMN 3.402/2006, considerada a mais adequada ao tema no Acórdão*

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 38

1.952/2011-TCU-Plenário.

*6. Esclarece-se que a busca é pelo "**modelo a ser adotado quando da alienação da gestão financeira da folha de pagamento e de outros serviços, com é o caso de pagamentos a fornecedores**", tendo em conta "a falta de consenso doutrinário e jurisprudencial, inclusive por parte do TCU" (peça 1, p. 5).*

II. Diversidade de posicionamento da doutrina e da jurisprudência, inclusive do TCU

II.1. Realização de convênio com instituições financeiras oficiais

*7. Inicialmente procede-se a distinção entre **disponibilidade de caixa**, expressão técnico-contábil definida no art. 3º do Decreto 93.872/1986 para identificar as receitas da União, e **movimentação financeira**, que trata de circulação escritural ou física de moeda, de acordo com o parágrafo único do art. 1º da Lei 9.311/1996 – Lei da CPMF.*

8. Em seguida, apresenta-se que a Constituição Federal – CF –, art. 164, § 3º, estabelece que "As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central, as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos do poder público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei".

9. Nada obstante, a Instrução Normativa 4/2004 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, em seu art. 2º, estabelece que "A operacionalização da Conta Única do Tesouro Nacional será efetuada por intermédio do Banco do Brasil S/A, ou por outros agentes financeiros autorizados pelo Ministério da Fazenda".

*10. Dessa forma, a **operacionalização das disponibilidades de caixa** depositadas no Banco Central, ou seja, a **movimentação financeira** desses recursos, que antes era realizada por instituições financeiras oficiais, atualmente pode ser feita também por intermédio de bancos privados.*

11. De acordo com o parecer da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, "em que pese a possibilidade de licitação, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, continuam a celebrar convênios com instituições financeiras oficiais" (peça 1, p. 8).

12. Por fim, destaca-se o Acórdão 1.766/2009-TCU-1ª.Câmara, no qual foi exarada determinação no sentido de que a Caixa Econômica Federal abstenha-se de utilizar o termo de convênio para formalizar pacto envolvendo administração de recursos de folhas de pagamento de servidores de entes da Administração Pública, "por não adequar-se ao disposto no § 1º do art. 1º do Decreto nº 6.170/2007, e visto que o contrato é o instituto idôneo à oficialização dessa parceria". Cabe observar que o inciso I do § 1º do art. 1º do Decreto 6.170/2007 define convênio como:

> *'acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;'*

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 39

II.2. Realização de licitação

13. O TC 030.658/2008-0 tratou de consulta de autoria do então Ministro de Estado da Previdência Social José Pimentel, formulada nos seguintes termos:

> *'a) seria possível ao INSS realizar a alienação da "folha de pagamento da Previdência Social", sem lei autorizativa específica, considerando-a para tanto um bem público de natureza móvel?*
>
> *b) seria possível utilizar-se da modalidade pregão com tipo maior preço, na forma da alínea anterior, para registro formal de preços, visando à alienação da "folha de pagamento da Previdência Social", levando-se em consideração a política pública do governo federal no sentido de manter ou ampliar a atual rede de pagamento aos beneficiários?*
>
> *c) caso negativa a resposta a qualquer das questões acima, seria possível reconhecer o pagamento de benefícios da Previdência Social enquanto um serviço público, passível de concessão, na forma da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995?*
>
> *d) seria possível ao INSS realizar a licitação da "folha de pagamento da Previdência Social" apenas em relação aos benefícios a serem concedidos a partir da assinatura dos futuros contratos com as instituições financeiras?*
>
> *e) de que forma orçamentária seria operacionalizada a receita pública ingressa por meio da alienação da "folha de pagamento da Previdência Social?'*

14. O Tribunal, por meio do Acórdão 3.042/2008-TCU-Plenário, assim respondeu a essa consulta:

> *'9.1.1. o direito de um ente público, no caso o INSS, de contratar instituições financeiras para prestar serviços financeiros necessários à consecução de suas atividades de auto-administração e implementação de ações governamentais, como a gestão da folha de pagamentos previdenciários, pode ser considerado um ativo especial intangível e, nesta condição, pode ser ofertada sua exploração econômico-financeira ao mercado, por meio de licitação. Este bem ou direito não pode ser, no entanto, objeto de alienação;*
>
> *9.1.2. a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação do Pregão, do tipo maior valor ofertado para o objeto mencionado no item anterior, somente seria admissível, em princípio, em caráter excepcional, tendo em vista o relevante interesse público da aplicação deste critério alternativo para o atingimento dos objetivos institucionais do ente público e como mecanismo concretizador do princípio licitatório da seleção da oferta mais vantajosa para a Administração. Tal especificidade deve obrigatoriamente ser motivada e justificada pelo ente público no Processo relativo ao certame, além de ter demonstrada sua viabilidade mercadológica;'*

15. Portanto, o Tribunal entendeu desnecessária lei autorizativa específica para a

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 40

licitação da exploração da folha de pagamentos. Além disso, no voto condutor, o Exmo. Ministro Relator Walton Alencar Rodrigues firmou entendimento de que "o procedimento de alienação da gestão financeira dos pagamentos previdenciários [...] deve ser precedido de licitação".

16. O parecer em análise, no entanto, assevera que após o advento da portabilidade das contas-salário, regulamentada pelas Resoluções 3.402 e 3.424 de 2006 do Conselho Monetário Nacional, houve "perda da atratividade da 'aquisição de folha de pagamento' por instituições financeiras privadas", o que implica dificuldade para os órgãos públicos em encontrar interessados em participar de licitação para concessão de exclusividade da gestão financeira de seus pagamentos (peça 1, p. 13-14).

17. Concluindo esse subitem, o parecer dá notícia do Projeto de Lei 3.851/2012, de autoria do Deputado Federal Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA):

> *'que intui tornar obrigatória a realização de "licitação para a escolha da instituição financeira administradora dos depósitos relativos à folha de pagamento" dos agentes públicos da Administração Pública, direta e indireta, o que, contrario sensu, poderia denotar que ainda não existe esta obrigatoriedade'.(peça 1, p. 15)*

II.3. Contratação direta de instituição financeira oficial, com fulcro no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993

18. Inicialmente, destaca-se o inciso VIII do art. 24 da Lei 8.666/1993:

> *"Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *(...)*
>
> *VIII – para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;"*

19. O parecer afirma que alguns doutrinadores consideram que a regra acima não se aplica a empresas exploradoras de atividade econômica, tendo em conta o que dispõe o art. 173, CF, que só permite a exploração direta de atividade econômica por parte do Estado "quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo".

20. Porém, afirma também o parecer que "tal intelecção não é uníssona" e que o TCU, no Acórdão 458/2004-Plenário, "aduz que, em nenhum momento, a lei excluiu do escopo de abrangência do art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993, às empresas estatais exploradoras de atividade econômica" (peça 1, p. 22).

21. Há referência, então, a dois acórdãos do TCU que apontam para a necessidade de que seja firmado contrato para a administração dos recursos da folha de pagamento dos servidores por instituições financeiras – Acórdão 1.766/2009-1ª Câmara e Acórdão 1.952/2011-Plenário.

22. É apresentado, ainda, trecho do livro Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, de autoria de Ivan Barbosa Rigolin e julgados dos Tribunais de Contas de Minas Gerais e de Goiás, todos pugnando pela aplicação do inciso VIII do art. 24 da Lei 8.666/1993 para casos de contratos com o mesmo objeto ora analisado.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 41

III. Análise técnica

23. A análise será apresentada observando a estrutura dos questionamentos.

III.1. O gestor público está obrigado a realizar licitação para a concessão de exclusividade à instituição financeira oficial para a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares?

24. Inicialmente, verifica-se que o caso em tela não se enquadra na Lei 8.987/1995, que trata do regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Assim dispõe o art. 1º da Lei de Concessões:

> *'Art. 1º As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos.'*

25. Ora, os serviços de pagamento de remuneração e similares não são serviços públicos, portanto fica excluída a possibilidade de incidência da Lei 8.987/1995.

26. O inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal estabelece que:

> *'ressalvados os casos especificados na legislação, as **obras, serviços, compras e alienações** serão **contratados** mediante processo de **licitação** pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. ' (sem grifos no original).*

27. A Lei 8.666/1993 veio para regulamentar esse dispositivo constitucional e no art. 1º definiu seu âmbito de atuação:

> *'Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre **licitações** e contratos administrativos **pertinentes a obras, serviços**, inclusive de publicidade, **compras, alienações e locações** no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ' (sem grifos no original)*

*28. Por tanto, a licitação é instituto utilizado pela Administração para **contratação de obras ou serviços** e para **compras**, **alienações** ou **locações**.*

29. Cabe então estudar a natureza do objeto que se apresenta.

30. Conforme deliberação proferida no Acórdão 3.042/2008-TCU-Plenário:

> *'9.1.1. o direito de um ente público (...), de contratar instituições financeiras para prestar serviços financeiros necessários à consecução de suas atividades de auto-administração (...), como a gestão da folha de pagamentos previdenciários, pode ser considerado um ativo especial intangível e, nesta condição, pode ser ofertada sua exploração econômico-financeira ao mercado, por meio de licitação. Este bem ou direito não pode ser, no entanto, objeto de alienação;'*

31. Ora, a presente consulta trata da prestação de serviços de pagamento de remuneração e similares, que têm a mesma natureza dos serviços de pagamentos previdenciários.

32. De fato, a classificação dos serviços de pagamentos previdenciários como ativo

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 42

especial intangível ocorreu por analogia à classificação conferida aos serviços de pagamento de remuneração e similares, conforme constou da instrução da 4ª Secretaria de Controle Externo, adotada pelo Exmo. Ministro Augusto Nardes no relatório que acompanhou o Acórdão 3.042/2008-TCU-Plenário e que se fundamentou na Nota Técnica 1.777/2007 da Secretaria do Tesouro Nacional.

33. Inicialmente cabe observar a classificação dos bens públicos apresentada no Código Civil:

> *'Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.*
>
> *Art. 99. São bens públicos:*
>
> *I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*
>
> *II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*
>
> *III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*
>
> *Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.*
>
> *Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.*
>
> *Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.*
>
> *Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.*
>
> *Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.'*

34. Ora, o bem em análise pertencente a pessoa jurídica de direito público interno – a União –, portanto, trata-se de bem público.

35. José dos Santos Carvalho Filho apresenta que, quanto à destinação, classificação adotada no código civil, os bens de uso comum do povo são aqueles "que se destinam à utilização geral pelos indivíduos" (Manual de Direito Administrativo. 19ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 1004).

36. Por sua vez, os bens de uso especial "são aqueles que visam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral", ou seja, "tais bens constituem o aparelhamento material da Administração para atingir os seus fins". A Administração se vale desses bens "para a consecução das atividades administrativas em geral", razão por que podem ser tanto bens moveis quanto imóveis (ibidem).

*37. Maria Sylvia Zanella Di Pietro vai além e afirma que "**Bens de uso especial** são todas as coisas, móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, utilizadas pela Administração Pública para realização de suas atividades e consecução de seus fins" (Direito Administrativo. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 533 – grifo no original).*

*38. Portanto, a taxiologia permite tratar de bem publico **especial** e **intangível** e, ante o exposto, o ativo **serviços de pagamentos de remuneração e similares** tem essa classificação – ativo especial intangível.*

39. Definido o objeto, cabe estabelecer exatamente o que pretende a Administração.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 43

*40. Todo bem, ou ativo, dito **especial**, como o que ora se apresenta, carrega implícita a ideia de afetação. De acordo com José dos Santos Carvalho Filho, "Se um bem está sendo utilizado para determinado fim público, seja diretamente do Estado, seja pelo uso dos indivíduos em geral, diz-se que está **afetado** a determinado fim público" (idem, p. 1007 – grifo no original). A afetação de um bem público está diretamente relacionada com os princípios da indisponibilidade do interesse público e da continuidade dos serviços públicos.*

41. Tendo isso em conta, o art. 100 do Código Civil estabelece que os bens públicos de uso comum do povo e de uso especial são inalienáveis, conforme apresentado acima.

42. José dos Santos Carvalho Filho apresenta alienação como fato jurídico que:

> *'Indica a transferência da propriedade de determinado bem móvel ou imóvel de uma pessoa para outra. Portanto, quando se faz referência à alienação de um bem público, a ideia que se deseja transmitir é a de que a pessoa de direito público transfere para terceiros bem móvel ou imóvel de sua propriedade'. (idem, p. 1009)*

43. Assim, em se tratando de bem especial, portanto afetado e inalienável, o que se deseja transacionar é a exploração temporária de um ativo: o potencial econômico da prestação de serviços de pagamento de remuneração e similares.

44. Trata-se, portanto, da contratação de um serviço, embora atípico, pois não se contrata apenas um serviço a ser prestado à administração, mas a exploração econômica de um ativo.

45. Não por outro motivo o Acórdão 3.042/2008-TCU-Plenário, subitem 9.1.2., admitiu a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação do Pregão – tipo maior valor ofertado – para a contratação da exploração da folha de pagamentos previdenciários, considerada também ativo especial intangível.

46. A consulta em tela, no entanto, é mais específica e solicita pronunciamento do Tribunal para a concessão de exclusividade à instituição financeira oficial.

47. Quanto a esse tema, o art. 173 da Constituição Federal dispõe:

> *'Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.'*

48. De acordo com José dos Santos Carvalho Filho:

> *'O art. 173, **caput**, da CF tem que ser interpretado conjugadamente com o art. 170, IV e parágrafo único. A exploração de atividades econômicas cabe, como regra, à iniciativa privada, um dos postulados fundamentais do regime capitalista. Desse modo, a possibilidade que a Constituição admitiu no art. 173 há de ser considerada como tendo caráter excepcional. Por isso é que o próprio texto estabeleceu os limites que ensejariam essa forma de atuar do Estado. Sendo assim, não é difícil perceber que a leitura do texto indica claramente que a regra é que o Estado **não explora atividades econômicas**, podendo fazê-lo, contudo, em caráter especial, quando estiverem presentes os pressupostos nele consignados.' (idem, p. 824 – grifos no original)*

49. Prossegue o autor afirmando que:

> *'(...) **mesmo quando explore atividade econômica, o Estado está preordenado, mediata ou imediatamente, à execução de atividade que traduza benefício para a coletividade**,*

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 44

> *vale dizer, **que retrate interesse público**. A razão é simples: não se pode conceber o Estado senão como sujeito capaz de perseguir o interesse coletivo. A intervenção na economia só tem correlação com a iniciativa privada porque é a esta que cabe primordialmente a exploração. Mas **o móvel da atuação interventiva haverá de ser sempre a busca de atendimento de algum interesse público**, mesmo que o Estado se vista com a roupagem mercantil de comerciante ou industrial.' (ibidem – sem grifos no original)*

50. Ora, não trata a prestação de serviços de pagamento de remuneração e similares de atividade que retrate interesse público.

51. Portanto, a concessão da exclusividade da exploração do potencial econômico dos serviços de pagamento de remuneração e similares de um órgão público, mesmo que por instituição financeira oficial, deve ser licitada, admitindo-se a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação – tipo maior valor ofertado.

52. Não se pode, todavia, analisar o objeto da consulta apenas no plano teórico. De fato, a portabilidade das contas-salário, regulamentada pelas Resoluções 3.402 e 3.424 de 2006 do Conselho Monetário Nacional, levou à perda da atratividade da aquisição de folha de pagamento por instituições financeiras privadas, implicando dificuldade para órgãos públicos encontrarem interessados em participar de licitação para concessão de exclusividade na gestão financeira de seus pagamentos. Houve impairment – decréscimo de valor – do ativo, conforme NBCT 16.10, item 40, o que dificulta sobremaneira sua avaliação.

53. Nada obstante, é inegável que as folhas de pagamentos dos servidores, mesmo após a portabilidade, preservam um potencial econômico, incrementado se explorado com exclusividade, como pretende o consulente. Dessa forma, apenas após oferta ao mercado é que se pode saber qual o grau de atratividade desse ativo e o seu potencial econômico. A licitação, que conforme art. 3º da Lei 8.666/1993 visa aos princípios constitucionais da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, é indispensável para tanto.

54. Nada obstante, caso a Administração comprove impairment total do ativo, o credenciamento afigura-se como a solução mais equânime.

55. Trata-se de procedimento administrativo que viabiliza a contratação de todos os particulares que atenderem às condições estabelecidas pela Administração para a prestação de serviços de forma não exclusiva.

56. O credenciamento é cabível quando a competição entre potenciais contratados for inviável. A inviabilidade, nesse caso, difere da usualmente observada: fornecedor exclusivo.

57. No credenciamento, ocorre exatamente o oposto: a contratação de mais de um particular é que de fato atende às necessidades da Administração. Ou seja, a correta execução do objeto se dá pela pluralidade de contratados, ou pela possibilidade dessa pluralidade.

58. O livro Licitações e Contrato: orientações e jurisprudência do TCU (4ª ed. revista, atualizada e ampliada. Brasília: TCU, 2010, p. 618) apresenta que:

> *'Pode ser considerada inexigível licitação nos casos em que não houver possibilidade de seleção objetiva entre as diversas alternativas existentes. Cita-se, por exemplo, credenciamento de médicos e hospitais.'*

59. Carlos Pinto Coelho Mota (Eficácia nas Licitações e Contratos. 11ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 324-326) afirma que:

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 45

> *'O processo de credenciamento vem sendo utilizado na prática como meio excepcional, atípico, de seleção de contratados da Administração Pública, sempre que a competição se demonstra inviável, em virtude da conveniência ou necessidade da prestação do serviço por mais de um executor.*
>
> *(...)*
>
> *A nosso ver, o processo de credenciamento seria uma hipótese híbrida – mais exatamente, um instrumento auxiliar da licitação – pois não se traduz na inexigibilidade propriamente dita, regida sob seu aspecto procedimental pelo art. 26 da LNL.*
>
> *Desenvolve-se de forma similar à licitação, mediante instauração do processo em atendimento às formalidades inerentes à fase interna (PB e outras providências), além da fixação de regras procedimentais que, a nosso ver, podem figurar em edital ou em regulamento, de que constem os pressupostos limítrofes à habilitação ao credenciamento, com observância dos princípios que informam a atividade licitatória comum.' (grifo no original)*

60. Para Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª ed. São Paulo, 2008, p. 46-47):

> *'(...) somente se impõe a licitação quando a contratação por parte da Administração pressupuser a competição entre os particulares por uma certa contratação que não admita a satisfação concomitante de todos os possíveis interessados (...).*
>
> *Não haverá necessidade de licitação quando houver número ilimitado de contratações e (ou) quando a escolha do particular a ser contratado não incumbir à própria Administração. Isso se verifica quando uma alternativa de contratar não for excludente de outras, de molde que todo o particular que o desejar poderá fazê-lo. O raciocínio não é afastado nem mesmo em face da imposição de certos requisitos ou exigências mínimos. Sempre que a contratação não caracterizar uma "escolha" ou "preferência" da Administração por uma dentre diversas alternativas, será desnecessária a licitação.*
>
> *(...) A administração deverá editar um ato de cunho regulamentar, fundado no reconhecimento da ausência de excludência de contratação de um número indeterminado de particulares para atendimento a certas necessidades, no qual serão estabelecidas as condições, os requisitos e os limites não apenas para as futuras contratações como também para que os particulares obtenham o credenciamento – ato formal por meio do qual o particular é reconhecido como em condições de contratação.*
>
> *O credenciamento envolve uma espécie de cadastro de prestadores de serviço ou fornecedores. O credenciamento é o ato pelo qual o sujeito obtém a inscrição de seu nome no referido cadastro.*
>
> *È necessário destacar que o cadastro para credenciamento deve estar permanentemente aberto a futuros interessados, ainda que seja possível estabelecer certos limites temporais para contratações concretas.*
>
> *(...)*
>
> *Nas situações de ausência de competição, em que o credenciamento é adequado, a Administração não precisa realizar licitação. Sob um certo ângulo, verifica-se a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição.'*

61. Prestação de serviços médicos, treinamento e assistência jurídica são exemplos de hipóteses de credenciamento consideradas válidas pelo TCU, como se verifica nas seguintes deliberações: Acórdão 2.521/2003-1ª Câmara, Decisão 535/1996-Plenário, Acórdão 1.913/2006-2ª Câmara.

62. Destaca-se que no Acórdão 1.913/2006-2ª Câmara foi adotada solução que se

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 46

afigura como a mais adequada para o caso presente. Assim dispõem os subitens 1.1.1.3 e 1.1.1.4 da determinação expedida à Companhia Energética de Alagoas:

> *'1.1.1.3. na contratação de serviços advocatícios, proceda ao devido certame licitatório, conforme dispõe o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e o art. 2º da Lei 8.666/93, e no caso de a competição se revelar inviável, realize a pré-qualificação dos profissionais aptos a prestarem os serviços, adotando sistemática objetiva e imparcial da distribuição de causas entre os pré-qualificados, de forma a resguardar o respeito aos princípios da publicidade e da igualdade;*
>
> *1.1.1.4. na contratação de serviços advocatícios em que se configurar situação excepcional que refoge à regra geral acima referida, demonstre de forma fundamentada em processo formal que a contratação direta amparada na inexigibilidade de que trata o art. 25 da Lei 8.666/93, atende aos seguintes requisitos: natureza singular do serviço, a notória especialização do contratado e a inviabilidade de competição;'*

63. Portanto, se a competição para a contratação de serviços de pagamento de remuneração e similares se revelar inviável, pela falta de interesse do mercado e em virtude da possibilidade da prestação do serviço por mais de um executor, a Administração, após demonstrar isso de forma fundamentada, em processo formal, deverá proceder ao credenciamento de instituições financeiras interessadas em prestar esse serviço, adotando sistemática objetiva e imparcial, para posterior contratação com base no art. 25 da Lei 8.666/1993 – inexigibilidade –, devendo o cadastro para credenciamento permanecer aberto a futuros interessados.

> *III.2. Não havendo tal obrigação, mas desejando o órgão aperfeiçoar a captação de recursos para o erário, qual o instrumento jurídico adequado para se proceder à contratação da instituição financeira oficial: contrato ou convênio?*

64. Esta questão restou prejudicada pela resposta dada à questão anterior. Sendo obrigatória a licitação, ao final dessa deve ser assinado um contrato. Todavia, cabe comentar a possibilidade da adoção de convênio.

65. No Acórdão 1.766/2009-TCU-1ª Câmara foi exarada determinação no sentido de que a Caixa Econômica Federal abstenha-se de utilizar o termo de convênio para formalizar pacto envolvendo administração de recursos de folhas de pagamento de servidores de entes da Administração Pública, "por não adequar-se ao disposto no § 1º do art. 1º do Decreto nº 6.170/2007, e visto que o contrato é o instituto idôneo à oficialização dessa parceria". O inciso I do § 1º do art. 1º do Decreto 6.170/2007 define convênio como:

> *'acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;'*

66. A instrução que embasou esse Acórdão dispôs:

> *'5.2.6 (...) os termos assinados com a intenção de firmar parceria, no que tange à aquisição, por parte da Caixa, das folhas de pagamento dos servidores ativos, inativos*

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 47

e pensionistas das entidades públicas, contêm cláusulas que denotam interesses opostos: de um lado, a Caixa se beneficia pelo ganho da exclusividade na prestação de serviços de processamento da folha de pagamento dos servidores, dentre outras facilidades; de outro, o ente se beneficia pelo valor pago pela Caixa, a título de aquisição desta exclusividade, intitulada de "contrapartida" pelas partes, além de outras benesses de natureza preponderantemente financeira, das quais o próprio órgão ou seus servidores irão gozar no decorrer do ajuste.

5.2.7 Destarte, concluímos que a natureza jurídica dos instrumentos analisados é estritamente contratual, a despeito da forma adotada pelas partes para firmar parceria, qual seja o termo de convênio.

(...)

5.2.10 Percebe-se claramente que o legislador foi bem enfático ao definir que, entre outras exigências, os recursos envolvidos em um convênio devem constar dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, bem como seus objetivos devem necessariamente estar incluídos entre eventos, programas de trabalho ou projeto/atividade de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

5.2.11 No caso em análise, diferentemente do previsto na Instrução Normativa STN nº 01/1997 e no Decreto nº 6.170/2007, os recursos destinados à aquisição da folha de pagamento não pertencem ao Orçamento da União. Outrossim, não é interesse direto da Caixa, ou de qualquer outra instituição financeira, as atividades de melhoria, ou os equipamentos que a PARANÁPREVIDÊNCIA, ou qualquer outra entidade envolvida, irá adquirir para consecução de seus objetivos institucionais. De forma análoga, não se inclui entre os objetivos da PARANÁPREVIDÊNCIA o aumento da carteira de clientes correntistas da Caixa, assim como o crescimento dos empréstimos consignados firmados por esta instituição com seus clientes.'

67. Ora, tanto no caso em tela quanto no que motivou a prolação do Acórdão 1.766/2009-TCU-1ª Câmara, não é cabível a assinatura de um convênio, pois o objeto em debate não se caracteriza pelo interesse recíproco das partes.

<u>III.3. É viável a contratação direta de banco oficial com amparo no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993?</u>

68. Conforme apresentou o parecer do consulente, alguns doutrinadores consideram que a hipótese de dispensa do inciso VIII do art. 24 da Lei 8.666/1993 não se aplica a empresas exploradoras de atividade econômica, ante o estabelecido No art. 173, CF, que só permite a exploração direta de atividade econômica por parte do Estado "quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo".

69. Porém, afirma também o parecer que "tal intelecção não é uníssona" e que o TCU, no Acórdão 458/2004-Plenário, "aduz que, em nenhum momento, a lei excluiu do escopo de abrangência do art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993, às empresas estatais exploradoras de atividade econômica" (peça 1, p. 22).

70. No entanto, o Acórdão 458/2004-Plenário em momento algum apresenta essa conclusão. De fato, esse raciocínio está presente em parecer de Celso Antônio Bandeira de Mello, mencionado no voto do Exmo. Ministro Revisor Lincoln Magalhães da Rocha, que não foi acatado pelo Pleno.

71. Ora, quanto a esse tema, vale repisar o que se apresentou no item III.1. acima: conforme José dos Santos Carvalho Filho, a atuação direta do Estado em atividade econômica é restrita àquelas que, mediata ou imediatamente, traduzam benefício para a coletividade.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 48

72. Como o objeto da presente consulta não trata de atividade que retrate interesse público, não é possível conceder à instituição financeira oficial que pretenda explorar com exclusividade a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares a prerrogativa estabelecida no art. 173 da Constituição Federal, ficando esta, por conseguinte, excluída também da prerrogativa definida no inciso VIII do art. 24 da Lei 8.666/1993.

CONCLUSÃO

73. A presente consulta deve ser conhecida, vez que formulada por autoridade que possui legitimidade para tanto, acerca da aplicabilidade, em tese, de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência deste Tribunal, de modo que se encontram satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso I, § 1º, e art. 265 do Regimento Interno.

74. Trata-se, da exploração temporária do potencial econômico da prestação de serviços de pagamento de remuneração e similares, bem público especial intangível, afetado e inalienável.

75. Ou seja, o que se pretende é a contratação de um serviço atípico, pois não se contrata apenas um serviço a ser prestado à administração, mas a exploração econômica de um ativo.

76. Não por outro motivo o Acórdão 3.042/2008-TCU-Plenário, subitem 9.1.2., admitiu a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação do Pregão – tipo maior valor ofertado – para a contratação da exploração da folha de pagamentos previdenciários, considerada também ativo especial intangível.

77. Cabe observar que as Resoluções 3.402 e 3.424 de 2006 do Conselho Monetário Nacional, levaram à perda da atratividade da aquisição de folha de pagamento por instituições financeiras privadas, implicando dificuldade para órgãos públicos encontrarem interessados em participar de licitação para concessão de exclusividade na gestão financeira de seus pagamentos.

78. Nada obstante, é inegável que as folhas de pagamentos dos servidores, mesmo após a portabilidade, preservam um potencial econômico, incrementado se explorado com exclusividade, como pretende o consulente.

79. O primeiro questionamento é sobre a obrigatoriedade da realização de licitação para a concessão de exclusividade à instituição financeira oficial (III.1).

80. Ante às considerações acima, conclui-se que a concessão da exclusividade da exploração do potencial econômico dos serviços de pagamento de remuneração e similares de um órgão público, mesmo que por instituição financeira oficial, deve ser licitada, admitindo-se a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação – tipo maior valor ofertado.

81. No entanto, caso a Administração comprove, em processo formal, que a competição para a contratação de serviços de pagamento de remuneração e similares se revela inviável, pela falta de interesse do mercado e em virtude da possibilidade da prestação do serviço por mais de um executor, deverá ser realizado o credenciamento de instituições financeiras interessadas em prestar esse serviço, adotando-se sistemática objetiva e imparcial, para posterior contratação com base no art. 25 da Lei 8.666/1993 – inexigibilidade –, devendo o cadastro para credenciamento permanecer aberto a futuros interessados.

82. O questionamento seguinte trata de dúvida quanto ao instrumento jurídico

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 49

adequado para se proceder à contratação da instituição financeira oficial: contrato ou convênio? (III.2).

83. Esta questão restou prejudicada pela resposta dada à questão anterior. Sendo obrigatória a licitação, ao final dessa deve ser assinado um contrato.

84. A possibilidade de convênio já foi, inclusive, afastada pelo TCU quando da prolação do Acórdão 1.766/2009-TCU-1ª Câmara.

85.Naquela decisão, foi exarada determinação no sentido de que a Caixa Econômica Federal abstenha-se de utilizar o termo de convênio para formalizar pacto envolvendo administração de recursos de folhas de pagamento de servidores de entes da Administração Pública, "por não adequar-se ao disposto no § 1º do art. 1º do Decreto nº 6.170/2007, e visto que o contrato é o instituto idôneo à oficialização dessa parceria".

86. A inadequação diz respeito ao objeto, que não se caracteriza pelo interesse recíproco das partes.

87. Por fim, o consulente deseja saber se é viável a contratação direta de banco oficial com amparo no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993 (III.3).

88. Nesse âmbito específico, apresentou-se inteligência de José dos Santos Carvalho Filho, segundo o qual a atuação direta do Estado em atividade econômica é restrita àquelas que, mediata ou imediatamente, traduzam benefício para a coletividade.

89. Como o objeto da presente consulta não trata de atividade que retrate interesse público, não é possível conceder à instituição financeira oficial que pretenda explorar com exclusividade a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares a prerrogativa estabelecida no art. 173 da Constituição Federal, ficando esta, por conseguinte, excluída também da prerrogativa definida no inciso VIII do art. 24 da Lei 8.666/1993.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

90. Registra-se que, estando os autos nesta unidade para instrução, a Caixa Econômica Federal (CEF) ingressou com pedido para que seja reconhecida como interessada (peça 2).

91. Nada obstante o fato de o resultado deste processo ter potencial de atingir interesses daquela entidade, entende-se que o pedido deve ser negado. A negativa decorre do fato de a matéria aqui tratada não dizer respeito apenas a interesse da CEF, mas a interesse reflexo para qualquer instituição financeira nacional e, caso o Tribunal atenda ao pedido formulado na peça 2, não haveria como recusar o ingresso de outras instituições financeiras, com consequências incalculáveis para o deslinde desta consulta.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

92. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) conhecer da presente consulta, vez que se encontram satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso I, § 1º, e art. 265 do Regimento Interno do TCU;

b) nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, responder ao consulente que:

b.1) a concessão da exclusividade da exploração do potencial econômico dos serviços de pagamento de remuneração e similares de um órgão público, mesmo que por

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 50

instituição financeira oficial, deve ser licitada, admitindo-se a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação – tipo maior valor ofertado;

b.2) caso a Administração comprove, em processo formal, que a competição para a contratação de serviços de pagamento de remuneração e similares se revela inviável, pela falta de interesse do mercado e em virtude da possibilidade da prestação do serviço por mais de um executor, deverá ser realizado o credenciamento de instituições financeiras interessadas em prestar esse serviço, adotando-se sistemática objetiva e imparcial, para posterior contratação com base no art. 25 da Lei 8.666/1993 – inexigibilidade –, devendo o cadastro para credenciamento permanecer aberto a futuros interessados;

b.3) termo de convênio não é instrumento hábil à formalização de pacto envolvendo administração de recursos de folhas de pagamento de servidores de entes da Administração Pública, por não se adequar ao disposto no § 1º do art. 1º do Decreto 6.170/2007, sendo contrato o instituto idôneo à oficialização dessa parceria;

b.4) não é possível contratar instituição financeira oficial que pretenda explorar com exclusividade a prestação de serviços de pagamento de remuneração e similares com base no inciso VIII do art. 24 da Lei 8.666/1993;

c) negar o ingresso da Caixa Econômica Federal como interessada nos autos;

d) arquivar o presente processo."

Considerando que a consulta envolve a análise abstrata de aplicação do Direito, solicitei pronunciamento do Ministério Público junto ao TCU, cujo parecer foi o seguinte:

Trata-se de consulta formulada pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Henrique Eduardo Alves (peça 1, p. 01-02), versando sobre a ***concessão de exclusividade à instituição financeira oficial para a prestação dos serviços relativos à gestão financeira da folha de pagamento e de outros serviços****.*

2. Em síntese, questiona-se o seguinte (destaques acrescidos):

"a) O gestor público está ***obrigado a realizar licitação*** *para a concessão de exclusividade à instituição financeira oficial para a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares?*

b) Não havendo tal obrigação, mas desejando o órgão ***aperfeiçoar a captação de recursos*** *para o erário,* ***qual o instrumento jurídico adequado*** *para se proceder à contratação da instituição financeira oficial:* ***contrato ou convênio****?*

c) ***É viável a contratação direta*** *de banco oficial com amparo no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993?"*

3. O pedido é motivado pela ausência de consenso doutrinário e jurisprudencial, o que estaria acarretando as mais diversas soluções por parte dos órgãos da República. É acompanhado da manifestação da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados (peça 1, p. 04-27), que delimita a questão aos seguintes aspectos: (i) realização de convênio com instituições financeiras oficiais; (ii) realização de licitação; e (iii) contratação direta fundamentada no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93.

4. Ingressos os autos neste Tribunal, a consulta foi examinada pela SecexAdmin, que, em pareceres uniformes, pronunciou-se no seguinte sentido (peça 5, p. 11-12):

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 51

"b.1) a concessão da exclusividade da exploração do potencial econômico dos serviços de pagamento de remuneração e similares de um órgão público, mesmo que por instituição financeira oficial, deve ser licitada, admitindo-se a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação – tipo maior valor ofertado;

b.2) caso a Administração comprove, em processo formal, que a competição para a contratação de serviços de pagamento de remuneração e similares se revela inviável, pela falta de interesse do mercado e em virtude da possibilidade da prestação do serviço por mais de um executor, deverá ser realizado o credenciamento de instituições financeiras interessadas em prestar esse serviço, adotando-se sistemática objetiva e imparcial, para posterior contratação com base no art. 25 da Lei 8.666/1993 – inexigibilidade –, devendo o cadastro para credenciamento permanecer aberto a futuros interessados;

b.3) termo de convênio não é instrumento hábil à formalização de pacto envolvendo administração de recursos de folhas de pagamento de servidores de entes da Administração Pública, por não se adequar ao disposto no § 1º do art. 1º do Decreto 6.170/2007, sendo contrato o instituto idôneo à oficialização dessa parceria;

b.4) não é possível contratar instituição financeira oficial que pretenda explorar com exclusividade a prestação de serviços de pagamento de remuneração e similares com base no inciso VIII do art. 24 da Lei 8.666/1993;"

5. Em seguida, Vossa Excelência solicitou a oitiva deste Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (peça 8).

6. Com devidas vênias, acompanho apenas parcialmente a proposta formulada pela unidade técnica, pelas razões que passo a expor.

II

7. Em primeiro lugar, é relevante afastar qualquer correspondência que se pretenda estabelecer entre o objeto de que aqui se trata (prestação, em caráter de exclusividade, de serviços bancários relativos ao pagamento de servidores e fornecedores) e a ***disponibilidade de caixa*** *prevista no art. 164, § 3º, da Constituição.*

8. Conforme reiteradamente decidido pelo Supremo Tribunal Federal[1], tais institutos não se confundem. Para a Suprema Corte, o depósito de salário ou de remuneração de servidor público em instituição financeira privada não afronta o art. 164, § 3º, da Constituição Federal, exatamente por não se enquadrar no conceito de disponibilidade de caixa.

9. Conforme explicado no AI 837.677-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, julgamento em 3-4-2012, Primeira Turma, DJE de 8-5-2012:

"Dispõe o § 3º do art. 164 da CF que 'As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do poder público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei'.

Efetivamente, disponibilidade de caixa não se confunde com depósito bancário de salário, vencimento ou remuneração de servidor público*. Enquanto as disponibilidades de caixa se encontram disciplinadas pelo art. 164, § 3º, da CF e se traduzem nos valores pecuniários de propriedade do ente da federação, os depósitos*

[1] Rcl 3.872-AgR/DF, rel. para acórdão Min. Carlos Velloso, DJ 12.5.2006. RE 469.516/RS, rel. Min. Cezar Peluso, DJ 09.06.2006. AI 693.251/RS, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 28.04.2008. AI 837.677-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, julgamento em 3-4-2012, Primeira Turma, DJE de 8-5-2012.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 52

acima mencionados constituem pagamentos de despesas, não havendo qualquer previsão sobre a natureza jurídica (se pública ou não) da instituição financeira em que as despesas do ente público (dentre elas a de custeio com pessoal) deverão ser realizadas." (destaque acrescido)

10. Com efeito, uma vez postos à disposição dos servidores (e demais credores, em situação análoga), os recursos têm natureza de despesa liquidada, pagamento realizado, e não estão mais disponíveis para o ente público. Ao contrário, estão disponíveis para os seus credores (os servidores, por exemplo) e não podem, por isso mesmo, ser classificados como disponibilidades de caixa do ente estatal.

11. O Exmo. Sr. Ministro Cezar Peluso assim se pronunciou sobre o tema, ao sustentar a ausência de dúvidas quanto à diferenciação desses institutos:

> *"Entendo que disponibilidade de caixa é conceito técnico contábil e, evidentemente, não se confunde com verbas que, segundo os registros contábeis, são predestinadas e postas à disposição de terceiros, seja pessoal, fornecedores etc., (...). (...), se tais verbas constituíssem disponibilidade de caixa, os servidores públicos da União jamais poderiam receber pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal, porque as disponibilidades de caixa, segundo o art. 164, § 3º, da Constituição, têm de estar no Banco Central."*

12. Em suma, no que diz respeito a esse aspecto, ***nada impede que os serviços de pagamento a servidores e fornecedores sejam operacionalizados por instituições privadas ou oficiais conforme o caso****.*

III

13. Passo a me deter sobre a questão relativa à definição do instrumento adequado para formalizar a prestação, em caráter exclusivo, dos serviços de gestão financeira da folha de pagamento. Tal questão ganha certa natureza preliminar na medida em que, caso admitida a utilização de convênio, não se mostra necessária a realização de procedimento licitatório.

14. Ressalto, de início, o fato de que a presente consulta restringe-se às situações em que ***a prestação do serviço é concedida em caráter exclusivo*** *e apresenta conteúdo econômico (porquanto menciona* ***captação de recursos para o erário****).*

15. Tendo em vista essa premissa, ***manifesto-me integralmente de acordo com a conclusão da unidade técnica, no sentido de não ser cabível a assinatura de convênio para esse caso****.*

16. Tal entendimento encontra-se em sintonia com precedente desta Corte de Contas, que determinou à Caixa Econômica Federal que se abstivesse de utilizar termo de convênio para formalizar pacto envolvendo administração de recursos de folhas de pagamento de servidores de entes da Administração Pública (Acórdão nº 1766/2009-1ª Câmara).

17. Também no meu entender, o ***contrato*** *é o instituto adequado para regular a gestão da folha de pagamento de servidores por parte de instituição financeira quando o serviço é concedido em caráter exclusivo e apresenta conteúdo econômico. Com efeito, nessa hipótese, não existe, entre as partes, interesse recíproco e regime de mútua cooperação (Decreto nº 6.170/2007, art. 1º, § 1º, I). Ao contrário, são diversos e opostos os interesses em questão, porquanto um lado deseja o objeto do ajuste (a exclusividade na*

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 53

prestação de serviços de processamento da folha de pagamento de servidores e similares) e o outro a contraprestação correspondente (o valor pago).

18. Conforme se extrai do voto condutor do Acórdão nº 3241/2013-Plenário, a existência de interesse recíproco entre os partícipes é condição essencial à formação do acordo de convênio e a inobservância dessa regra pode revelar a celebração de relações jurídicas de natureza contratual não precedidas de licitação pública – ou seja, fuga ao dever de licitar.

IV

19. Considerando necessária a celebração de contrato administrativo nessa hipótese, impõe-se a realização de procedimento licitatório como regra geral, salvo as estritas hipóteses legais de exceção (Constituição Federal, art. 37, XXI).

20. Significa dizer que, dada a natureza contratual desse ajuste quando há o pagamento pela exclusividade da prestação dos serviços, a obrigação constitucional de licitar somente será relevada se a situação concreta puder ser enquadrada em uma das hipóteses de inexigibilidade ou dispensa de licitação.

21. A inexigibilidade de licitação tem lugar quando ocorre inviabilidade de competição, hipótese não configurada neste caso. Resta, portanto, verificar se a situação em análise encontra autorização no ordenamento jurídico para dispensa de licitação. Ressalto que é esse o ponto em que reside minha principal divergência em relação às conclusões da unidade instrutiva, uma vez que, no meu entender, existem elementos suficientes para enquadrar o caso examinado na dispensa de licitação expressamente prevista no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93.

22. Segundo o art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93, é dispensável a licitação "para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado".

23. No que tange ao eventual enquadramento do caso em análise às hipóteses legais de dispensa de licitação, observo que, em situações similares à presente, tem-se invocado o art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93.

24. É certo que a literalidade do dispositivo é respeitada mediante a contratação de bancos oficiais para a prestação dos serviços em questão, desde que praticados preços adequados. Tanto a Caixa Econômica Federal quanto o Banco do Brasil são entidades integrantes da Administração Pública Indireta, criadas anteriormente à edição da Lei de Licitações com vistas à prestação de serviços bancários de interesse do Governo Federal e atuando na qualidade de Agentes do Governo Federal[2].

25. Já a adequação dos preços contratados, exigência prevista na parte final do dispositivo, pode ser verificada a partir da correta mensuração do conteúdo econômico desse ativo intangível (folha de pagamento), considerando que esse valor é função de diversos fatores (por exemplo, do valor mensal da folha, do número de servidores a ela vinculados e respectivas remunerações, entre outros). Portanto, ao conceder a terceiros, em caráter exclusivo, a exploração da folha de pagamento, é imperativo que haja a devida avaliação econômico-financeira do retorno auferido a fim de se mensurar a devida contraprestação.

26. De qualquer forma, a aplicação desse dispositivo legal deve levar em conta a interpretação que, regularmente, o Tribunal tem atribuído a ele. Com efeito, em casos gerais e regulares, o TCU tem se manifestado no sentido de que as empresas estatais que

[2] Lei nº 4.595/64, art. 19, I; Decreto-Lei nº 759/69, art. 2º; e Decreto nº 7.973/2013, Anexo, art. 5º.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 54

desempenham atividade econômica sujeita à livre concorrência não podem ser beneficiadas com as dispensas de licitação previstas nos incisos VIII e XVI do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (Acórdãos nºs 496/99, 314/2001, 869/2006, 2399/2006 e 1705/2007, 3219/2010, todos do Plenário).

27. Observo que esse entendimento não se extrai da mera leitura do texto da Lei de Licitações. Decorre, ao contrário, de interpretação sistemática do ordenamento jurídico visto em sua globalidade, de modo a atribuir ao dispositivo interpretação que o compatibilize com os mandamentos constitucionais que regem a matéria, especificamente o art. 173 – trata-se da chamada interpretação conforme a Constituição.

28. Ou seja, por diversas vezes, o Tribunal entendeu que a dispensa de licitação para a contratação de empresas estatais que exploram atividade econômica não encontrava amparo no art. 24, VIII e XVI, da Lei nº 8.666/93, interpretado conforme o art. 173 da Constituição. Vale dizer, naqueles casos concretos examinados, a dispensa de licitação ofenderia a isonomia de tratamento com as empresas privadas reclamada pela Constituição (CF, art. 173, § 1º, II).

*29. É importante notar que esse entendimento tem a finalidade de proteger as empresas privadas e o mercado e de preservar a livre concorrência contra a intervenção direta do setor público. Conforme voto condutor do Acórdão nº 180/2004-Plenário, "a sujeição das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias ao regime jurídico próprio das empresas privadas, conforme definido no art. 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, **vem em socorro das empresas da iniciativa privada, uma vez que a intervenção do Estado no domínio econômico dá-se com restrições**. Esta é a inteligência do caput do referido art. 173".*

*30. É oportuno mencionar a respeito o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que o art. 173, § 1º, da Constituição visa a **assegurar a livre concorrência**, de modo que as entidades públicas que exercem ou venham exercer atividade econômica não se beneficiem de tratamento privilegiado em relação às entidades privadas que se dediquem à atividade econômica na mesma área ou em área semelhante*[3]*.*

31. Entendo, portanto, que há que se verificar, caso a caso, se a aplicação da dispensa de licitação às empresas estatais está efetivamente ofendendo o dispositivo constitucional. Não sendo concretamente verificada violação, não considero necessárias interpretações que extrapolem o que o próprio mandamento legal designa.

32. Ou seja, o sentido desenvolvido pela jurisprudência do Tribunal para a aplicação do art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93 deu-se diante do texto legal em conjunto com determinada situação concreta em exame (quando se vislumbraram, naquele caso, riscos para o funcionamento da livre concorrência – bem jurídico protegido pelo mencionado dispositivo constitucional). Ausente esse substrato fático que influenciou aquela interpretação da norma jurídica, não há que se aplicar abstratamente a mesma interpretação a toda e qualquer situação.

33. É como afirma Eros Grau: "a norma é produzida, pelo intérprete, não apenas a partir de elementos colhidos no texto normativo (mundo do dever-ser), mas também a partir de elementos do caso ao qual ela será aplicada, isto é, a partir de dados da realidade (mundo do ser)". E mais à frente: "todo texto deve ser compreendido em cada momento e em cada situação concreta de maneira nova e distinta"[4]*.*

34. O próprio Tribunal relevou tal interpretação estrita do dispositivo legal ao examinar situação análoga à que ora se analisa. Com efeito, no Acórdão nº 2452/2010-Plenário, considerou-se legítima a contratação direta, com fundamento no art. 24, VIII, da

[3] RE 172816/RJ, rel. Min. Paulo Brossard, DJ 13.5.1994.

[4] GRAU, Eros Roberto. Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do direito. 5ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 55

Lei nº 8.666/93, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil para a exploração onerosa da folha de pagamento da Câmara dos Deputados.

35. É razoável supor que a portabilidade das contas salários acarretou a perda de boa parte da atratividade que a exploração da folha de pagamento detinha anteriormente para as instituições privadas. A manifestação da Assessoria Técnica da Câmara dos Deputados menciona a dificuldade que os órgãos públicos têm encontrado para identificar interessados nas licitações desse tipo. Em adição, apresenta extrato de matéria jornalística publicada no jornal Valor Econômico, em que se menciona que:

> *"Os bancos privados têm fugido dos leilões para assumir as folhas de pagamento de servidores municipais, consideradas até o ano passado uma excelente oportunidade para abocanhar clientes e ampliar a receita com a venda de produtos. Do início do ano até o fim de abril, 266 licitações micaram. Em 184 delas, os bancos não fizeram propostas. Outras 82 prefeituras cancelaram os leilões – muitas perceberam que não havia interesse dos bancos" (peça 1, p. 13-14).*

36. Diante desse quadro, ficam atenuados os riscos de ofensa à livre concorrência pela participação estatal nesse mercado – mercado em que, aliás, já predominam as instituições oficiais.

37. A propósito, não se pode perder de vista também este fato: tradicionalmente, os órgãos públicos federais têm deixado a cargo do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal a exploração da gestão financeira da folha de pagamento – aspecto que não pode ser desconsiderado para a melhor compreensão acerca da aplicabilidade do art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93 a essa situação e seus efeitos sobre a livre concorrência.

38. Com efeito, a tradição, como contexto dos efeitos factuais e históricos, é uma peça importante na atividade hermenêutica. Aludindo a Gadamer, Eros Grau ensina que "o intérprete não pretende outra coisa senão compreender o texto, compreender o que diz a tradição e o que dá sentido e significação a ele". Nessa linha, a compreensão pressupõe uma antecipação do sentido (uma espécie de compreensão prévia, influenciada pela tradição em que se encontra o intérprete), a integração da parte que deve ser compreendida em um todo pré-concebido.

39. Considerando todo o quadro exposto (precedente do Tribunal, diminuição do interesse do mercado e reiterado costume da Administração Federal de pactuar com instituições oficiais a prestação desse tipo serviço), não vislumbro ofensa ao princípio constitucional da livre concorrência em virtude da aplicação do art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93 na presente hipótese. Assim, a meu ver, ***fica a cargo do gestor a opção pela realização de procedimento licitatório ou pela contratação direta de instituições financeiras oficiais*** *amparada pelo referido dispositivo legal.*

VI

40. Considero relevante abordar um último aspecto, dado o caráter normativo do presente processo. Refiro-me à incidência do ***princípio orçamentário da universalidade na exploração econômica desse patrimônio*** *– aspecto sobre o qual este Tribunal já se debruçou.*

41. É imperativo que o orçamento da União contenha todas as receitas e todas as despesas, conforme previsto nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.320/64. Isso significa que deverão integrar o orçamento as receitas auferidas com a concessão de exclusividade

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 56

para a prestação dos serviços relativos à gestão financeira da folha de pagamento e de outros serviços similares.

42. O princípio da universalidade é indispensável para o controle parlamentar sobre as finanças públicas, possibilitando ao Legislativo: (i) conhecer a priori e autorizar previamente todas as receitas e as despesas do governo; (ii) impedir a realização de qualquer operação de receita e despesa sem prévia autorização parlamentar; e (iii) conhecer o exato volume das despesas projetadas a fim de autorizar a cobrança dos tributos estritamente necessários para atendê-las[5].

43. Ressalto que não é a primeira vez que este Ministério Público junto ao TCU manifesta-se nesse sentido, conforme pronunciamento do então Procurador-Geral, Exmo. Sr. Lucas Rocha Furtado:

> *"Fato é que admitir a vinculação de receitas patrimoniais por ato administrativo faz cair por terra o papel que a Constituição reservou ao Poder Legislativo no tocante às decisões políticas sobre alocação de recursos orçamentários. Além do mais, a falta de contabilização de verbas públicas afronta a transparência que se exige na prática de atos de gestão pública, fragilizando a eficácia do controle social e parlamentar sobre a atividade administrativa."*[6]

VII

44. Por fim, registro que estou de acordo com a proposta de negar o ingresso da Caixa Econômica Federal como interessada no processo (peça 5, p. 11-12), em virtude de a discussão da tese em sede de consulta atingir apenas indiretamente os seus interesses. Estendo esse mesmo raciocínio para o Banco do Brasil, que também requereu o ingresso nos autos enquanto o processo se encontrava no meu Gabinete (peça 16).

45. Ante o exposto, o Ministério Público/TCU manifesta-se no seguinte sentido:

I) conhecer da presente consulta, vez que se encontram satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso I, § 1º, e art. 265 do Regimento Interno do TCU;

II) nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei nº 8.443/92, responder ao consulente que:

II.i) o contrato é o instrumento adequado a ser utilizado quando se pretende aperfeiçoar a captação de recursos a partir da concessão, em caráter exclusivo, dos serviços de gestão financeira da folha de pagamento de servidores e de outros serviços;

II.ii) considerando o contrato como instrumento hábil à formalização da concessão da exclusividade da exploração do potencial econômico dos serviços de pagamento de remuneração e similares de um órgão público, é necessária a realização de procedimento licitatório, ressalvados os casos previstos na legislação, em consonância com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;

II.iii) é cabível a contratação de instituição financeira oficial que pretenda explorar com exclusividade a prestação de serviços de pagamento de remuneração e similares com base no inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93;

III) informar ao consulente que as receitas auferidas a partir da contraprestação paga pela exploração da atividade em questão devem integrar o orçamento da União;

---

[5] GIACOMONI, James. Orçamento Público. 13ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007.
[6] TC nº 029.407/2007-9

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 57

IV) negar o ingresso da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil como interessados nos autos; e

V) arquivar o presente processo."

VOTO

I
Do objeto da Consulta

Com fundamento no artigo 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 264, inciso I, §1º, do Regimento Interno do TCU, conheço da Consulta, formulada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Henrique Eduardo Alves (peça 1, p. 1-2), com o objetivo de examinar a juridicidade da contratação de instituição financeira oficial, para a prestação, em caráter exclusivo, de serviços de gestão financeira da folha de pagamento de servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública Federal e de outros pagamentos correlatos.

O nobre consulente tece considerações e suscita dúvidas interpretativas quanto à correta aplicação das normas legais e regulamentares, em matéria de competência desta Corte de Contas, para, ao final, formular as seguintes indagações:

> *"a) O gestor público está obrigado a realizar licitação para a concessão de exclusividade à instituição financeira oficial para a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares?*
>
> *b) Não havendo tal obrigação, mas desejando o órgão aperfeiçoar a captação de recursos para o erário, qual o instrumento jurídico adequado para se proceder à contratação da instituição financeira oficial: contrato ou convênio?*
>
> *c) É viável a contratação direta de banco oficial com amparo no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993?"*

Com base em parecer da d. Assessoria Técnica da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados (peça 1, p. 4/27), o consulente salienta não haver consenso doutrinário e jurisprudencial, no âmbito do Tribunal de Contas da União, quanto à correta instrumentalização de acordos firmados entre a Administração Pública Federal e instituições financeiras oficiais (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), com vistas a viabilizar o pagamento de servidores e outros serviços similares.

Diante desse quadro de ausência de uniformidade de compreensão da lei, S. Exa. chama a atenção para o fato de diversos órgãos e entidades vinculados à União adotarem procedimentos e soluções de todo diversas para a questão, tais como: 1) celebração de convênios com instituições financeiras oficiais; 2) celebração de contrato, precedido de licitação; e 3) contratação direta das entidades, com dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, VIII, da Lei 8.666/93.

II

Do pedido de ingresso nos autos do Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal

No curso do procedimento, o Banco do Brasil S/A e a Caixa Econômica Federal solicitaram o ingresso nos autos, como terceiros interessados (peças 5 e 16), sob o argumento de que a discussão da tese seguramente iria afetá-los e poderia prejudicar-lhes as respectivas esferas de atuação.

Na linha dos pareceres da Unidade Técnica e do Ministério Público junto ao TCU, indefiro os pedidos. A natureza objetiva do processo de consulta, restrito ao exame da interpretação da normal legal, em plano abstrato, não comporta discussão acerca de fatos concretos, ou de eventuais repercussões da decisão proferida pelo Tribunal, sobre os direitos subjetivos de terceiros.

Ademais, não seria o caso, nem existe previsão, na legislação processual do Tribunal de Contas da União, do chamamento de terceiro sob a forma de "*amicus curiae*", para, querendo, mesmo sem ser parte do processo, apresentar opinião sobre o assunto, a fim de subsidiar a decisão do órgão

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 59

julgador, a exemplo da possibilidade contemplada na Lei 6.385/1976 (Conselho de Valores Mobiliários - CVM), na Lei 12. 529/2011 (Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE), Lei 9.868/1999 (ADI/ADC) e na Lei 9.882/1999 (ADPF).

De toda a forma, a admissão de terceiros, no caso concreto, seria inconveniente à razoável duração do processo, ao abrir a possibilidade de questionamentos, em tema de natureza objetiva, restrito à correta observância pela Administração Federal de norma de direito aplicável à questão.

Ao acolher o pleito de ingresso dos requerentes, haveria também o Tribunal de cogitar da manifestação das demais instituições financeiras privadas interessadas que, igualmente, teriam potencial interesse de contratar com a Administração, para prestar os serviços objeto da Consulta.

Por essas razões, indefiro os pedidos de ingresso nos autos do Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal.

III

Das propostas da Unidade Técnica e do Ministério Público junto ao TCU

No mérito, a Secretaria de Controle Externo da Administração, em pareceres uniformes, propõe responder ao consulente o seguinte:

> "*b.1) a concessão da exclusividade da exploração do potencial econômico dos serviços de pagamento de remuneração e similares de um órgão público, mesmo que por instituição financeira oficial, deve ser licitada, admitindo-se a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação – tipo maior valor ofertado;*
>
> *b.2) caso a Administração comprove, em processo formal, que a competição para a contratação de serviços de pagamento de remuneração e similares se revela inviável, pela falta de interesse do mercado e em virtude da possibilidade da prestação do serviço por mais de um executor, deverá ser realizado o credenciamento de instituições financeiras interessadas em prestar esse serviço, adotando-se sistemática objetiva e imparcial, para posterior contratação com base no art. 25 da Lei 8.666/1993 – inexigibilidade –, devendo o cadastro para credenciamento permanecer aberto a futuros interessados;*
>
> *b.3) termo de convênio não é instrumento hábil à formalização de pacto envolvendo administração de recursos de folhas de pagamento de servidores de entes da Administração Pública, por não se adequar ao disposto no § 1º do art. 1º do Decreto 6.170/2007, sendo contrato o instituto idôneo à oficialização dessa parceria;*
>
> *b.4) não é possível contratar instituição financeira oficial que pretenda explorar com exclusividade a prestação de serviços de pagamento de remuneração e similares com base no inciso VIII do art. 24 da Lei 8.666/1993"* (sublinhados nossos).

Em razão da relevância da matéria, solicitei a oitiva do d. Ministério Público junto ao TCU que, em seu parecer, divergiu da proposta da Unidade Técnica, ao sustentar a viabilidade jurídica do modelo da contratação direta das instituições financeiras oficiais, para realização do objeto em análise, pagamento de servidores, tendo por lastro a dicção do artigo 24, VIII, da Lei 8.666/1993, *"para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado"*.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 60

Reconhece o *Parquet* que a operação da folha de pagamento de servidores é atividade econômica, potencialmente desejável tanto pelas instituições financeiras públicas, como pelas congêneres privadas, sendo, portanto, licitável pelo Poder Público.

Nesse aspecto, destaca a jurisprudência desta Corte de Contas, no sentido de que o exercício da atividade econômica, por empresas estatais, sujeitas à livre concorrência, nos termos do artigo 173, §1º, da Constituição Federal, impediria o "benefício" da dispensa de licitação, previsto nos incisos VIII e XVI do art. 24 da Lei 8.666/1993, sob pena de violar a norma constitucional (*v.g.:* Acórdãos 496/99, 314/2001, 869/2006, 2399/2006 e 1705/2007, 3219/2010, todos do Plenário).

Realça, também, o Ministério Público a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao art. 173, § 1º, da Carta Republicana, no sentido de que, via de regra, entidades públicas, exploradoras de atividade econômica em regime de livre concorrência, não são beneficiadas pelo tratamento privilegiado em relação às instituições privadas que se dedicam ao mesmo ramo de negócio (RE 172816/RJ, *in* DJ 13.5.1994).

No entanto, salienta que a exegese dada ao artigo 24, VIII, da Lei 8.666/1993, de considerar defesa a contratação direta de empresas estatais exploradoras de atividade econômica, por violação ao regime de livre concorrência, nos termos do artigo 173, § 1º, da Carta Magna, não deve ser aplicada de forma genérica, mas aferida caso a caso.

O *Parquet* considera, pois, lícita a contratação direta de instituição financeira oficial, fundamentada no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, quando não violar, na situação concreta, o referido comando da Carta Magna.

Com assento na doutrina, o representante do Ministério Público salienta que o exercício da hermenêutica não consiste apenas na apreensão dos elementos contidos no texto normativo (mundo do dever ser), mas também deve ser feito a partir do contexto histórico e da realidade dos fatos (mundo do ser), em que aplicada a norma jurídica.

Nessa ampla compreensão do tema, o MP/TCU depreende, da conjuntura dos fatos e da prática reiterada da Administração, não haver vulneração ao regime de livre concorrência, previsto no artigo 173, § 1º, da Constituição Federal, pela contratação direta das instituições financeiras oficiais, com supedâneo no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, a exemplo da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S/A, para a execução das atividades vinculadas à folha de pagamento do funcionalismo público federal.

Segundo o Parquet, essa a conclusão que se extrai das seguintes evidências: perda de atratividade da exploração da folha de pagamento pelas instituições privadas desde a instituição da portabilidade das contas salários, ocorrida a partir da vigência da Resolução 3.402/2006, alterada pela Resolução 3.424/2006, ambas do Conselho Monetário Nacional; notícia de licitações às quais não acorreram interessados da iniciativa privada, conforme extrato de publicações de jornais trazido pelo consulente; o fato de, tradicionalmente, os órgãos públicos federais contratarem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para a gestão financeira da folha de pagamento dos servidores.

Pontua, ainda, não vislumbrar ofensa ao princípio constitucional da livre concorrência, em virtude da aplicação do art. 24, VIII, da Lei 8.666/93 na hipótese, ficando a cargo do gestor a opção pela realização de procedimento licitatório, ou pela contratação direta de instituições financeiras oficiais, amparada pelo referido dispositivo legal.

Como precedente do Tribunal que considerou legítima a contração direta de instituição financeira oficial para operar a folha de pagamento de servidor público federal, com esteio no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1933, o Ministério Público cita o Acórdão 2.452/2010-TCU-Plenário.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 61

Outro ponto importante, destacado pelo MPTCU, refere-se ao controle das receitas auferidas com a contratação, em caráter exclusivo, da prestação dos serviços de gestão financeira da folha de pagamento e de outros serviços similares. Tais verbas integrariam o Orçamento Geral da União, conforme o determinam os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.320/64. Nesse aspecto, salienta que tanto as receitas como as despesas públicas, previstas na Lei Orçamentária, devem ser estimadas em sua totalidade, em harmonia com o princípio da universalidade do orçamento.

Em epílogo, propõe o MP/TCU:*"I) conhecer da presente consulta, vez que se encontram satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso I, § 1º, e art. 265 do Regimento Interno do TCU; II) nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei nº 8.443/92, responder ao consulente que: II.i) o contrato é o instrumento adequado a ser utilizado quando se pretende aperfeiçoar a captação de recursos a partir da concessão, em caráter exclusivo, dos serviços de gestão financeira da folha de pagamento de servidores e de outros serviços; II.ii) considerando o contrato como instrumento hábil à formalização da concessão da exclusividade da exploração do potencial econômico dos serviços de pagamento de remuneração e similares de um órgão público, é necessária a realização de procedimento licitatório, ressalvados os casos previstos na legislação, em consonância com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal; II.iii) é cabível a contratação de instituição financeira oficial que pretenda explorar com exclusividade a prestação de serviços de pagamento de remuneração e similares com base no inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93; III) informar ao consulente que as receitas auferidas a partir da contraprestação paga pela exploração da atividade em questão devem integrar o orçamento da União; IV) negar o ingresso da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil como interessados nos autos; e V) arquivar o presente processo."*

IV

Delimitadas as questões postas nos autos, bem como os entendimentos da Unidade Técnica e do Ministério Público junto ao TCU, passo ao exame de mérito do processo, seccionando a análise em tópicos, tendo por base os questionamentos formulados pelo E. Presidente da Câmara dos Deputados.

IV.1

"a) O gestor público está obrigado a realizar licitação para a concessão de exclusividade à instituição financeira oficial para a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares?"

"b) Não havendo tal obrigação, mas desejando o órgão aperfeiçoar a captação de recursos para o erário, qual o instrumento jurídico adequado para se proceder à contratação da instituição financeira oficial: contrato ou convênio"

A primeira pergunta indaga da obrigatoriedade da realização de procedimento licitatório para a denominada "concessão de exclusividade" às instituições financeiras oficiais de prestação de serviços de pagamento de remuneração e similares.

A própria formulação da questão pressupõe, contudo, que apenas as instituições financeiras oficiais sejam destinatárias da referida "concessão". É necessário, pois, verificar a validade dessa assertiva, para saber se, efetivamente, o ordenamento jurídico circunscreve a prestação dos serviços em causa às entidades financeiras estatais. Esse ponto será oportunamente examinado neste voto, no terceiro questionamento da Consulta, cujo objeto é a possibilidade da contratação direta das instituições financeiras oficiais, com fundamento no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 62

Antes, porém, faz-se necessário definir a natureza jurídica da atividade "concessão de exclusividade à instituição financeira para a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares", para, assim, definir o regime jurídico aplicável à relação estabelecida entre a Administração Pública e o terceiro. Ao cabo dessa análise, será possível afirmar se a contratação dos serviços deverá ou não ser precedida de procedimento licitatório.

Inicialmente, "concessão" é termo técnico com significação precisa e delimitada. Não se presta para descrever o regime jurídico a que se submete a atividade contratada, pois não se trata da delegação de serviço público a terceiro, tal qual delineado no artigo 175 da Constituição Federal, regulado por legislação específica, a exemplo da Lei 8.987/1995. A hipótese não cuida, propriamente, da necessidade da regulação de serviços de titularidade do Estado e de interesse de toda a coletividade, a qual envolve definição de política tarifária, proteção dos direitos dos usuários e a obrigatoriedade de continuidade e manutenção de serviços adequados, elementos que conformam a concessão propriamente dita.

Também seria impreciso associar tal atividade a uma categoria de bem público autônomo. A qualificação jurídica da folha de pagamento dos servidores públicos como bem público de uso especial, de natureza intangível, pode gerar perplexidade quanto ao regime a ser aplicado na sua exploração econômica. Em sendo bem público de uso especial, destinado a viabilizar o funcionamento do aparato administrativo do Estado, haveria a necessidade da prévia desafetação do objeto para transferir a sua utilização ao particular, o que não é o caso. Disso decorreria que a exploração desse especial bem público deveria ser realizada pelos clássicos institutos da concessão de uso ou permissão de uso ou autorização. E tais não se revelariam adequados, em razão das dificuldades envolvidas na sua prévia avaliação.

Embora, do ponto de vista contábil e econômico, a folha de pagamentos de servidores possa ser considerada ativo da União, na medida que a sua exploração por terceiros tenha valor econômico e possa gerar receita para o Estado, ainda assim seria impróprio qualificar tal atividade como "alienação da gestão financeira", pois não se está a transferir o domínio e a titularidade desses ativos a terceiros, uma vez que a Administração não pode transferir o que não é seu. Os valores mensalmente creditados são de pertença dos servidores públicos. A Administração apenas assume o compromisso de promover o depósito em determinada instituição financeira. E é exatamente tal comportamento que tem valor econômico e é avaliável pelo mercado em pecúnia.

A folha de pagamento, por meio da qual se efetiva a remuneração dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, além de outros serviços similares, constitui-se em subproduto da atividade de gestão da Administração Pública, cujo valor pode ser aferível monetariamente e transformado em receita para a Administração.

Exatamente a mesma situação ocorre com as folhas de pagamento de empresas privadas, cujo montante é uma derivada da sua atividade econômica, sendo livremente negociada pela empresa, normalmente em prol da rentabilidade de seus negócios, ou em benefício dos titulares das contas creditadas, por exemplo, com a isenção de tarifas e concessão de juros mais baixos. Tal faz parte corriqueira da atividade empresarial e se coloca no bojo dos negócios privados das instituições financeiras.

Consiste, então, a elaboração da folha de pagamento dos servidores públicos mera ação administrativa, com caracteres nitidamente operacionais, secundários, não-finalísticos, com o conteúdo de atividade meio do Estado, por não estar vinculada à prestação de serviço público ou ao interesse primário da sociedade. De qualquer modo, constitui atividade que movimenta recursos vultosos, decorrentes da prestação da atividade estatal por agentes públicos, capaz de agregar valor ao serviço e atrair o interesse de instituições financeiras, com possibilidade de competição.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 63

Antigamente, o pagamento da remuneração de pessoal e dos fornecedores era realizado de forma direta, pela própria Administração, por intermédio das chamadas "pagadorias públicas". Na esteira das reformas administrativas, tendentes a tornar a máquina estatal menos burocrática e mais eficiente, com a redução das atividades meio, de matiz burocrático, sobretudo a partir das diretrizes estabelecidas no artigo 10, §7º, do Decreto-Lei 200/1967, esses serviços passaram a ser delegados às instituições financeiras oficiais, valendo-se de suas estruturas operacionais, especialmente constituídas, vantagens comparativas na prestação de serviços financeiros e capilaridade em todo território nacional.

Se no âmbito do serviço público as pagadorias não tinham possibilidade operacional de geração de receita para a Administração Federal, tal não ocorre na seara das instituições financeiras, cujas linhas privadas de atuação são nitidamente vocacionadas ao aproveitamento desse subproduto da ação do Estado, transformando-o em inequívoca fonte de negócios.

Poder-se-ia mesmo dizer que a prestação de serviços de pagamento de remuneração a servidores ativos, inativos e pensionistas e de fornecedores afeiçoar-se-ia àquelas atividades tipicamente terceirizáveis pela Administração, à semelhança do serviço de copeiragem, segurança e manutenção predial, conforme prevê o Decreto 2.271/1997. Se analisarmos o serviço de pagamento de pessoal pelas instituições financeiras, seria possível enquadrá-lo como atividade bancária ordinária, com a particularidade de que, embora demande custos pela contratada, albergaria latente em si a possibilidade de proveito econômico indireto, de grandes proporções, visivelmente apropriável, seja em favor dos titulares das contas, seja em benefício da própria Administração.

No passado, por um lado, essa vantagem econômica, derivada da operação da folha, era apropriada pelas instituições, ou por grupos de servidores que, das instituições bancárias, obtinham vantagens, a exemplo, dentre outras, do custeio ou patrocínio de eventos em resorts de alto nível.

Por outro lado, ao realizar o pagamento de servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, bem como dos fornecedores da Administração, as instituições financeiras passam a contar, em sua carteira, com um amplo universo de potenciais clientes, podendo oferecer-lhes vasta gama de produtos e serviços do mercado financeiro e de seguros.

São exatamente estes serviços que proporcionam às instituições financeiras negócios efetivos e rentáveis, cujo montante apenas pode ser aquilatado pelo interesse que suscita a perspectiva da venda das folhas de pagamento, situação a que está atento todo o setor financeiro.

A oportunidade de negócio é amplificada na medida em que o funcionalismo público possui maior estabilidade nos cargos e empregos, bem como em vista da altíssima renda média, muito superior à grande parte da população trabalhadora da iniciativa privada. A propósito, dados oficiais do Ipea (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revelam que, no Brasil, apenas 5% da população brasileira ganham mais do que R$ 4.000,00 e somente 1% ganha mais do que R$ 11.000,00 o que torna o setor do funcionalismo público, federal, estadual e municipal, particularmente atraente, rentável e muito menos arriscado para as instituições financeiras, uma vez que se insere, por meio da vasta maioria dos servidores públicos, nesta restritíssima faixa superior.

Por sua vez, a Administração Pública descobriu, em boa hora, na terceirização da gestão financeira da folha de pagamentos de pessoal, oportunidade para auferir recursos próprios, podendo, assim, aplicá-los na melhoria dos serviços públicos. E até recentemente, como visto, ocorria, dentre outras vantagens, o patrocínio de eventos, em recintos turísticos de alto nível, de interesse das categorias funcionais, como contrapartida pela administração da folha de pagamento.

Uma vez que as vantagens indiretas, obtidas pelas instituições financeiras, na exploração econômica da folha de pagamento dos servidores públicos, superam os respectivos custos operacionais, proporcionando margem aceitável para realização desses serviços, tais entidades têm

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 64

livremente admitido custear a folha, seja em modelo informal, ou mediante contraprestação pecuniária à Administração Pública, para obter o direito exclusivo de executar a rentável atividade.

Como apontado pela Câmara dos Deputados, a questão é complexa. Sobre o tema, pairam várias indagações, com idêntico ou diverso teor, mas com o mesmo pano de fundo, a administração da folha de pagamento dos órgãos públicos. Elas envolvem os benefícios econômicos advindos da gestão desse especial subproduto da atividade da Administração Pública e suscitam indagações pertinentes à possibilidade de apropriação dos benefícios econômicos diretamente pelo órgão público.

Na verdade, é prática corrente de vários órgãos, dos três Poderes, buscar, por meio da negociação da folha de pagamentos, obter meios, para melhor exercer sua atividade fim, de acordo com a sua particular perspectiva, ao alvedrio das normas orçamentárias, quase como a criar, em alguns casos, orçamento paralelo - a colocar-se lado a lado com o orçamento oficial, instituído regularmente pelas leis orçamentárias.

Precisamente por esta razão que parcelas do Poder Público, na primeira década deste milênio, têm promovido - ou cogitado promover - o "leilão das folhas de pagamento do funcionalismo público", por intermédio do qual se transfere ao particular a gestão financeira, em caráter exclusivo, da remuneração de servidores, mediante a contrapartida de pagamento pecuniário pela instituição financeira.

Para a exata dimensão dos valores em jogo, examine-se o caso concreto da Prefeitura de São Paulo. O Município leiloou, em setembro de 2005, sua folha de pagamentos, abrangendo 210 mil funcionários do órgão municipal. Na ocasião, o Banco Itaú, ente privado, arrematou o direito de explorar o serviço, em exclusividade, pela quantia de R$ 510 milhões, conforme reportagem do jornal Folha de São Paulo, caderno mercado, do dia 03/09/2006 (acessada em 26 de junho no seguinte endereço do sítio da rede mundial de computadores: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0409200602.htm>).

Como será visto adiante, o advento da portabilidade da conta salário, por meio das Resoluções 3.402/2006 e 3.424/2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, arrefeceu, de certa forma, essa tendência, mas não eliminou a atratividade do negócio. Por intermédio das aludidas Resoluções do CMN, foi permitido ao cidadão transferir seu salário para a conta corrente de sua preferência, em qualquer banco, sem cobrança de tarifa.

De qualquer forma, ao adentrar nas características intrínsecas da particular relação estabelecida entre a Administração e o ente privado, avulta nítida a existência de interesses e obrigações contrapostos. Por um lado, a Administração procura tornar mais eficiente a gestão financeira da folha de pagamento de pessoal, bem como o pagamento a fornecedores, pela via da transferência dessa atividade operacional a terceiro.

Por outro lado, essa delegação à iniciativa privada pode ocorrer mesmo de forma onerosa para a Administração, quando ressarce o terceiro, pela prestação dos serviços ajustados, como ocorria no pagamento de benefícios previdenciários administrados pelo INSS, ou, ainda, pela obtenção de contrapartida financeira da entidade privada, para gerar receita própria, aplicada na melhoria dos serviços públicos.

Por óbvio, não há, no seio da Administração Pública, qualquer móvel tendente a maximizar os ganhos da instituição financeira que intenta meramente obter o direito de explorar, em caráter exclusivo, o gerenciamento financeiro da folha de pagamento do funcionalismo público e de outros serviços similares, mesmo que, para tanto, pague à Administração Pública contrapartida.

Por sua vez, o ente privado não possuiu interesse em tornar a máquina administrativa mais eficiente, muito menos tem por objetivo verter os recursos que porventura venha a pagar ao Estado na

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 65

melhoria dos serviços públicos. O que anima o ente privado é lograr a devida retribuição pela Administração dos serviços acordados, ou, ainda, obter o retorno adequado, derivado da exploração econômica da gestão financeira da folha de pagamento de funcionários públicos e demais serviços similares, com o qual possa alavancar o seu negócio.

Os interesses da Administração e os das entidades bancárias envolvidas no processo são, portanto, visivelmente diversos e contrapostos. Nenhum dos atributos das condutas citadas amolda-se às condições necessárias para utilização de convênio ou instrumento congênere, tal qual definido no artigo 1º, § 1º, inciso I, do Decreto 6.170/2007, com redação dada pelo Decreto 8.180/2013.

Tal disciplina normativa, na estrita visão legal, exige a transferência de recursos, ou a descentralização de créditos, oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, para execução de **programa de governo**, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento **de interesse recíproco ente partícipes, em regime de mútua cooperação**:

> *"Art. 1º Este Decreto regulamenta os convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos ou a descentralização de créditos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.*
>
> *§ 1º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:*
>
> *I - **convênio** - acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, **de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo**, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento **de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação**;"*(grifos nossos).

Ora, convênio é instrumento jurídico dotado de finalidades restritas, celebrado pela Administração, a partir de acordo de vontades, para execução de atividades em que há comum interesse com o conveniado, em regime de mútua cooperação e não, como se aventa, elixir para todos os males.

Por essas razões, a forma juridicamente adequada para instrumentalizar a terceirização da atividade de gestão de folha de pagamento de servidores e serviços similares apenas poderia consistir no contrato administrativo.

Aliás, o próprio TCU, em diversas assentadas, já determinou aos órgãos e entidades da Administração Federal a utilização de contrato como o instrumento correto para regular a prestação dos serviços de gestão financeira de pagamentos de funcionários e a terceiros. Como exemplo, cito os Acórdãos 1.766/2009-1ª Câmara, 3.042/2008-Plenário, 1.457/2009-Plenário e 1.952/2011-Plenário.

O Acórdão 1.766/2009-1ª Câmara foi explícito ao determinar à unidade jurisdicionada a seguinte orientação:

> *"1.6.1. à Caixa Econômica Federal que doravante **abstenha-se de utilizar**:*
>
> *a) **o termo de convênio** como instrumento hábil à formalização do pacto envolvendo **a aquisição da administração dos recursos da folha de pagamento dos servidores dos***

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 66

diversos entes da Administração Pública, por não adequar-se ao disposto no § 10 do art. 1° do Decreto n° 6.170/2007, e visto que o contrato é instituto idôneo à oficialização dessa parceria*;"* (grifei)

Fixado o vínculo jurídico por meio da relação contratual, passa-se a examinar os exatos termos do artigo 37, inciso XXI, da Carta Magna, que exige que o liame negocial, via de regra, seja precedido de licitação, em conjunto e em confronto com os demais dispositivos, constitucionais e legais, a fim de garantir a primazia dos princípios da Administração Pública, a impessoalidade, a publicidade, a isonomia, a moralidade e a eficiência:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ***aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte****: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)(...)*

XXI - ***ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública*** *que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."* (grifei)

Embora não inquirido na Consulta, tomada pelo administrador a decisão de realizar a licitação, seria relevante, desde logo, considerar a modalidade de licitação apropriada à hipótese de contratação em análise.

Ao examinar indagações formuladas pelo Ministro de Estado da Previdência Social, acerca da possibilidade de o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realizar procedimento licitatório junto à rede bancária, com vistas à prestação de serviços relativos à folha de benefícios da previdência social, assim se posicionou o Plenário, por intermédio do Acórdão 3.042/2008 (TC 030.658/2008-0; Ata 53/2008-Plenário, Sessão de 10 de dezembro de 2008):

"ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 1º, inciso XVII e § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 264 do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente consulta para responder ao consulente que:

9.1.1. ***o direito de um ente público****, no caso o INSS,* ***de contratar instituições financeiras para prestar serviços financeiros necessários à consecução de suas atividades de auto-administração e implementação de ações governamentais, como a gestão da folha de pagamentos previdenciários, pode ser considerado um ativo especial intangível e, nesta condição, pode ser ofertada sua exploração econômico-financeira ao mercado, por meio de licitação****. Este bem ou direito não pode ser, no entanto, objeto de alienação;*

9.1.2. a ***adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação do Pregão, do tipo maior valor ofertado para o objeto mencionado no item anterior, somente seria admissível, em princípio, em caráter excepcional, tendo em vista o relevante interesse público da aplicação deste critério alternativo para o atingimento dos objetivos institucionais do ente público e como mecanismo concretizador do princípio licitatório da seleção da oferta mais vantajosa para a Administração****. Tal especificidade*

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 67

deve obrigatoriamente ser motivada e justificada pelo ente público no Processo relativo ao certame, além de ter demonstrada sua viabilidade mercadológica;

9.2. arquivar o presente Processo" (grifei)

A mesma modalidade de procedimento licitatório deveria ser adotada à presente situação hipotética, na hipótese de licitação. Tratando-se de serviços bancários tendentes à operação da folha de pagamento, cujos padrões de desempenho e qualidade poder-se-iam objetivamente definir em edital, por meio de especificações usuais de mercado, haver-se-ia de considerá-los serviços comuns, atendendo-se às condições necessárias para realização do Pregão, como prevê o artigo 1º, § único, da Lei 10.520/2002:

*"Art. 1º Para aquisição de **bens e serviços comuns**, poderá ser adotada a licitação na modalidade de **pregão**, que será regida por esta Lei.*
Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

Com efeito, a atividade bancária é inteiramente regulada por normas específicas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, amplamente conhecidas no mercado financeiro, tornando ainda mais factível o estabelecimento de padrões contratuais.

Quanto ao critério da licitação, a Lei 10.520/2002 estabelece claramente, em seu artigo 4º, inciso X, que o julgamento e a classificação das propostas serão realizados pelo "menor preço". Não obstante a ausência de expressa previsão legal, a adoção do critério "maior preço", albergado pelo Tribunal, em situação deveras semelhante à retratada nestes autos, não fere a *mens legis*, os princípios reitores da licitação pública e a vedação estampados nos artigos 3º e 22, § 8º, da Lei 8.666/1993, aplicável subsidiariamente à modalidade Pregão por força do artigo 9º da Lei 10.520/2002.

À toda evidência, a utilização do critério "maior preço" para a específica hipótese da contração dos serviços de gestão financeira da folha de pagamento dos servidores, mediante a contraprestação pecuniária da contratada, harmoniza-se inteiramente com as diretrizes maiores do Estatuto Federal de Licitações e Contratos, pois privilegia a busca da finalidade constitucional da proposta mais vantajosa para a Administração.

Além disso, o procedimento não afeta a isonomia entre licitantes, uma vez estabelecidas no edital todas as condições objetivas para habilitação e julgamento das propostas. Tal critério não estaria a violar a proibição normativa que veda a criação modalidade licitatória não prevista em lei, porquanto o Pregão é preservado como procedimento adequado à contratação dos serviços. Por fim, não se está a desvirtuar o pregão, convertendo-o em espécie de leilão, pois o objeto do contrato é a prestação de serviços comuns, não se confundindo com a alienação de bens ou a sua exploração por terceiros.

Sendo, portanto, o Pregão a modalidade adequada para contratação do objeto em análise nesta Consulta, reputa-se que a forma eletrônica deve ser preferencialmente utilizada, consoante determina o artigo 4°, § 1º, do Decreto 5.450/2005:

"Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.
§ 1º O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente."

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 68

Quanto à adequação do valor da contrapartida derivada da contratação dos serviços prestados em caráter exclusivo, aspecto importante na definição do orçamento base durante a fase preparatória do procedimento licitatório, deverá a Administração Pública contratante mensurar o potencial econômico da exploração da folha de pagamento pelas instituições financeiras no mercado.

Essa estimativa prévia deverá levar em conta fatores como o valor mensal da folha, o número de servidores ativos, inativos e pensionistas a ela vinculados e respectivas remunerações, e o potencial de geração de receita de serviços e produtos para instituição contratada, com base em estudos especializados. É, assim, imprescindível a prévia avaliação econômico-financeira do possível retorno auferido pelo Poder Público, como contraprestação dos serviços de exploração econômica da folha de pagamento de servidores.

Em relação a este tópico, é imperioso deixar claro que todas as receitas, de natureza pecuniária, advindas da prestação, em caráter de exclusivo, dos serviços de gestão financeira da folha de pagamento e de outros serviços similares, são receitas públicas e integram o Orçamento Geral da União, em respeito aos princípios da universalidade e da unicidade de caixa, presentes nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.320/64, estruturantes do sistema orçamentário adotado no Brasil.

Por certo, não atenderia ao mister constitucional do controle externo, de velar pela transparência e equilíbrio das finanças públicas, que os recursos próprios arrecadados pela Administração Pública tivessem trânsito paralelo à conta única do Tesouro Nacional, sem o devido acompanhamento das receitas previstas e realizadas, sem falar das despesas estimadas e executadas.

Daí a necessidade de o TCU regular as possibilidades de obtenção de benefícios, por parte dos órgãos da Administração, a partir de negociações diretas com entes bancários, em vista da folha de pagamento, uma vez que devem todos os valores correspondentes transitar pela conta única do Tesouro, o que não impede que tais recursos, para a instrumentalização do órgão, sejam previstos na Lei orçamentária, após as regulares negociações com os segmentos competentes da Administração.

Outro aspecto importante diz respeito ao caráter exclusivo da contratação dos serviços de realização de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas. Em princípio, poder-se-ia cogitar da ilicitude da restrição de tal prestação desses serviços a uma única instituição financeira, na medida em que se estaria a cercear a liberdade de escolha do servidor em receber e movimentar a sua remuneração em outra entidade congênere. Poder-se-ia, também, cogitar de que tal proceder prejudicaria a concorrência e o exercício da atividade empresarial por parte de outras instituições do ramo que queiram manter em sua clientela funcionários públicos.

Penso, todavia, que tais temores não se justificam. A exclusividade na prestação desses serviços bancários restringe-se, apenas, à abertura e manutenção de conta salário, para crédito de remuneração de pessoal ativo, inativo e pensionista, sem ônus para o beneficiário. A abertura de conta salário e a remessa da integralidade dos valores ali creditados para qualquer outra instituição financeira de interesse do destinatário é prevista em norma e isenta de tarifas, bastando, para tanto, a manifestação de vontade do servidor.

Conforme mencionado neste voto, a Resolução 3.402/2006 - alterada pela Resolução 3.424/2006 - do Conselho Monetário Nacional, ao instituir a portabilidade das contas salário, previu a prestação de serviços de pagamento dos vencimentos, aposentadorias e similares, sem cobrança de tarifas, devendo, ainda, as instituições financeiras que realizarem tais pagamentos fornecer serviços de saque, total ou parcial, e de transferência dos valores para outras instituições, sem ônus para o seu titular, à exceção dos serviços extraordinários por ele contratados. Portanto, não há impedimento ao servidor ativo, inativo ou pensionista para que contrate outras instituições financeiras com as quais mantenha os seus proventos, o que descaracterizaria a alegação de prejuízo concorrencial às demais entidades atuantes nesse ramo de negócio.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 69

Resta averiguar se a via eleita pela Administração, de realizar contratação de instituição financeira para, em caráter exclusivo, operar a folha de pagamento de pessoal causaria embaraço aos próprios beneficiários, uma vez que, para maior comodidade dos funcionários ativos, inativos e pensionistas, a remuneração poderia ser diretamente creditada nas contas correntes das instituições bancárias com as quais os beneficiários mantêm vínculo.

No atual estágio da tecnologia de informação, encontram-se amplamente disponíveis no mercado soluções de TI empresarial com *softwares* de geração de folha de pagamento, capazes de criar arquivos bancários com a remuneração de cada servidor ativo, inativo e pensionista, em padrão ou formato previamente definidos, os quais podem ser facilmente exportados para os programas de transmissão de dados de cada banco comercial, sem qualquer limitação de quantidade. Um exemplo dessa solução é o sistema SGP da SAP, o qual gera arquivos bancários para processamento da folha de pagamento de pessoal, no padrão CNAB240, normalmente utilizado pelo BB e CEF. Outros padrões de arquivos bancários poderiam ser gerados pelo referido sistema, compatíveis com os formatos utilizados por qualquer banco comercial público ou privado.

Em princípio, não há, limitação do ponto técnico ou operacional para a Administração Pública utilizar as soluções adequadas de TI empresarial para transferir, simultaneamente, a diversas instituições financeiras a realização, sem caráter de exclusividade, do pagamento da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Com certeza, essa alternativa conviria ao interesse do beneficiário dos pagamentos, pois teria creditada a sua remuneração diretamente em conta corrente da instituição financeira de sua preferência.

Houvesse a Administração de realizar o pagamento de remuneração do funcionalismo público de forma pulverizada, por meio de diversas instituições financeiras, estaríamos diante de uma situação de inviabilidade de competição, em que se poderia contratar uma pluralidade de prestadores de serviço. Para essa situação, o prévio credenciamento das instituições financeiras públicas ou privadas seria a medida adequada, porquanto quaisquer das entidades que atendam aos requisitos de habilitação, definidos em Edital, poderiam prestar os serviços de pagamento de pessoal.

A escolha entre a contratação de uma única instituição financeira, para a prestação, em caráter exclusivo, do serviço de pagamento de remuneração do funcionalismo público, ou a contração, de forma pulverizada e simultânea, de diversas instituições financeiras, mediante o prévio credenciamento, integra – segundo entendo - o juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública, a qual motivará, em cada opção, os benefícios e as desvantagens para o interesse público, não cabendo a este Tribunal interferir no âmbito dessa discricionariedade.

Para fins de análise desta Consulta, deter-me-ei na escolha hipotética eleita pelo nobre dirigente da Casa Parlamentar de contratação de apenas uma instituição financeira para, em caráter exclusivo, prestar os serviços em análise.

Por certo, respeitada a portabilidade da conta salário, a contratação de uma única instituição financeira para prestação, em caráter exclusivo, dos serviços de gerenciamento financeiro da folha de pagamento de pessoal poderá gerar a simplificação dos procedimentos, pela diminuição de diligências e controles administrativos de vários contratos, além de possibilitar a arrecadação de recursos para a Administração, mediante a contrapartida financeira da entidade contratada, o que por si já poderia justificar a opção administrativa.

A arrecadação, decorrente da alienação da folha de pagamento, após adentrar na conta única do Tesouro Nacional, poderá ser utilizada na melhoria das condições de trabalho e no aperfeiçoamento da prestação do serviço público, nos termos estabelecidos na lei do orçamento, podendo também ser objeto de negociação com o órgão central de planejamento orçamentário do

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 70

governo federal, em vista do incremento da fatia orçamentária devotada ao órgão responsável pelo procedimento que ocasionou a geração dos recursos públicos.

IV.2

"c) É viável a contratação direta de banco oficial com amparo no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993?"

Em tópico anterior, ao analisar aspectos econômicos do serviço que a Administração Pública pretende hipoteticamente contratar, ficou claro que o pagamento, mediante crédito em conta salário do servidor ativo, inativo e pensionista, é atividade tipicamente bancária, com potencial de aproveitamento econômico indireto, tanto para a Administração, quanto para a entidade bancária, ante a possibilidade da ampliação da carteira de clientes da instituição contratada.

Esses serviços podem ser realizados por quaisquer instituições financeiras que atuam no mercado bancário, sejam elas públicas ou privadas, por serem entidades credenciadas a exercerem as mesmas atividades reguladas por normas do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional.

Associado ao amplo leque de possíveis prestadores de serviço no segmento mercadológico, também foi destacado, neste voto, a feição contratual que caracteriza a relação jurídica entre o Estado e a instituição financeira, em razão da existência de interesses e obrigações diversos e contrapostos.

Definido o contrato como instrumento jurídico adequado para regular as relações entre o Estado e o terceiro, para execução do objeto em análise, impõe o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, como regra geral - excepcionada, apenas, por hipóteses específicas, previstas em lei - o prévio procedimento licitatório, para a celebração de contrato administrativo.

Indaga o n. consulente justamente sobre a exceção ao referido mandamento constitucional.

O requerente questiona a possibilidade jurídica de a Administração Federal realizar a contratação direta de instituição financeira oficial, a exemplo da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para a prestação, em caráter exclusivo, de serviços de pagamento de servidor público ativo, inativo e pensionista e outras atividades similares, tendo por fundamento o artigo 24, VIII, da Lei 8.666/1993.

O dispositivo legal encontra-se expresso nos seguintes termos:

"Art. 24. É dispensável a licitação: (...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)"

A priori, a partir da apreensão estritamente literal do comando normativo transcrito, seria possível deduzir que as instituições financeiras oficiais, por integrarem a Administração Pública e por terem sido criadas antes da vigência da referida Lei, com o propósito específico de prestar serviços de natureza bancária, poderiam ser diretamente contratadas pela pessoa jurídica de direito público interno, para serviços de pagamento de pessoal e similares. Entretanto, o sentido e o alcance da norma de Direito não podem ser extraídos apenas da exegese literal da regra positivada, mas também das suas implicações e relações de dependência com todo o ordenamento jurídico, o que impõe a continuidade da pesquisa, para melhor fundamentar ou negar a correção de tal assertiva.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 71

Via de regra, o conteúdo semântico que se pretende imprimir à norma legal deve guardar coerência com os princípios e regras fundamentais inscritos na Carta Constitucional, a fim de conferir-lhe coerência e unidade com todo ordenamento jurídico.

Nesse aspecto, é curial a regra de prudência da Hermenêutica que recomenda a interpretação restritiva de prescrições normativas que albergam exceção à regra geral, como ocorre com o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993.

Prosseguindo o raciocínio, destaco da Carta Constitucional os seguintes fundamentos e diretrizes de interesse, relativos à ordem econômica e aos procedimentos de licitação:

> *Art. 170.* ***A ordem econômica, fundada*** *na valorização do trabalho humano e* ***na livre iniciativa****, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:(...)*
>
> *IV -* ***livre concorrência****;(...)*
>
> *Art. 173.* ***Ressalvados os casos previstos nesta Constituição,*** *a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.*
>
> *§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *IV - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *V - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *§ 2º - As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.(...)*
>
> *Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.(...)*
>
> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá* ***aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte****:* (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...)
>
> *XXI -* ***ressalvados os casos especificados na legislação****, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o*

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 72

qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (grifei)

À toda evidência, a Constituição da República erigiu, dentre outros princípios igualmente importantes, a livre iniciativa e a livre concorrência como fundamentos da ordem econômica. Em harmonia com esses valores, o constituinte reservou ao Estado o papel de indutor da atividade econômica como agente normativo e regulador, limitando-se a exercer, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento. A par disso, estabeleceu ressalvas à regra geral da licitação.

Coerente com a pauta axiológica estabelecida pela norma fundamental, a atuação do Estado como agente econômico ou explorador de atividade tipicamente empresarial no domínio da economia dar-se-á por exceção, restrita apenas aos casos previstos na Carta Magna ou àquelas situações que reclamem a necessidade de atendimento a imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, definidos em lei.

Mesmo nos casos em que o Estado atue como agente explorador de atividade econômica, seja pela produção ou comercialização de bens, seja pela prestação de serviços, deverá fazê-lo por intermédio de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. Essas empresas estatais, por impositivo constitucional, submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

Em sintonia com os mesmos fundamentos que estruturam a ordem econômica do Estado Democrático de Direito, a Constituição estabeleceu a licitação como um dos instrumentos, de que dispõe o Poder Público, para estimular a liberdade de iniciativa e a livre concorrência. Ao instituir o procedimento licitatório, como regra geral, para a contratação, pelo Estado, de fornecimento de bens e prestação de serviços, a Carta Republicana privilegiou, a um só tempo, os princípios reitores da Administração Pública e o incentivo à eficiência econômica ao induzir o desenvolvimento nacional pelo fortalecimento da iniciativa privada.

Estabelecidas essas premissas, vejamos a extensão e o sentido que se deve dar à interpretação do artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, em conjunto e em confronto com a totalidade dos dispositivos citados, constitucionais e legais, a fim de verificar a viabilidade jurídica da contratação direta de instituição financeira oficial para a prestação, em caráter exclusivo, dos serviços de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionista da Administração Pública Federal e outros serviços similares.

Não se pode, a esta altura, obliterar que a própria Carta Magna, no artigo 37, XXI, expressamente prevê ressalvas à regra geral da licitação, nos casos previstos na legislação.

Interessante notar que, muito embora apresente a Lei 8.666/93 a qualificação de ordinária, seu artigo 24 tem latitude materialmente complementar à Constituição, dando seguimento às diretrizes instituídas pelo art. 37, XXI, no tocante às ressalvas estabelecidas na legislação para a regra geral da obrigatoriedade da licitação. A partir disso, permito-me novamente transcrever norma de exceção para melhor visualização e análise de seu conteúdo:

"Art. 24. É dispensável a licitação: (...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e ***que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei,*** *desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)".*

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 73

Ao analisar a história das instituições financeiras Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, qualificadas como sociedade de economia mista e empresa pública, verifica-se que atuam, imemorialmente, como entidades devotadas à finalidade de dar suporte a atividades de interesse público e a programas governamentais, a par do desempenho de atividades econômicas. Essa antiquíssima atuação, na gestão da folha de pagamentos do setor público, advém, muito provavelmente, do primeiro momento em que ingressaram no mercado, como instituição principal de suporte à atividade pública.

Disso decorre que, para estas especiais instituições, a administração da folha de pagamentos do setor público apresenta caracteres duais, tanto de exercício da atividade econômica, quanto de prestação de atividade de suporte para o Poder Público. As duas atividades confundem-se no tempo, haja vista que, mesmo quando não havia a percepção da valoração econômica da folha de pagamento e ainda como atividade onerosa, ela era exercida por tais instituições.

Celebraram-se, recentemente, as comemorações dos vinte e cinco anos da Constituição brasileira de 1988, que já hoje conta com 27 anos desde a sua promulgação. A partir do conjunto exaustivo de regras estruturantes da atividade econômica que originalmente instaurou, parece-me pouco razoável que a continuidade da prestação de serviços pelas instituições bancárias públicas, no tocante à manutenção dos serviços atinentes às folhas de pagamento de servidores, possa ser taxada de irregular.

Não me convencem os argumentos de que as atividades exercidas por tais entidades seriam impermeáveis ao permissivo do art. 24, VIII, da Lei das Licitações e Contratos, decorrente do art. 37, XXI, da CF, em confronto com as regras de livre mercado de grau superior. Tais instituições financeiras visivelmente exercem atividades diversas, ora classificáveis como atividades econômicas, ora atividades de suporte às ações estatais.

Os exatos termos e a latitude das atividades bancárias, exercidas pelo Banco do Brasil e pela CEF, praticamente de forma monopolística, pelo menos até recentemente, quando começaram as folhas a serem licitadas, revelam a correção do procedimento até agora adotado. Quando essas entidades gerem as folhas de pagamentos dos órgãos estatais também exercitam nítida atividade de suporte à Administração Pública, de imemorial tradição, a perdurar sob a égide tanto desta Constituição, como das que lhe são anteriores.

Relevante também mencionar, nos termos do citado inciso VIII do art. 24 da Lei de Licitações e Contratos, tais entidades bancárias foram ontologicamente incumbidas de prestar suporte à Administração Pública, mesmo quando o potencial das folhas de pagamento não tinha sido apreciado e era desprezado pelo setor bancário privado.

E isso ocorre desde a constituição dessas entidades, criadas com a finalidade específica de prestar serviços para a Administração Pública, a quem sempre se acharam vinculadas. E no seu rol de atividades, insere-se tácita ou taxativamente a prestação dos serviços de pagamento dos servidores, o que atende o permissivo do inciso VIII do art. 24 do Diploma Legal de Licitações e Contratos.

A realização, pelas instituições financeiras, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares caracteriza-se, portanto, tanto como atividade econômica, como atividade de nítido suporte à Administração.

Caso não se entenda desta forma, estar-se-ia a cogitar de ilegalidades que remontariam ao advento da Constituição de 1988 e somente teriam passado a aflorar a partir da apreciação do potencial econômico dessas folhas de pagamento e do interesse, nas respectivas licitações, pelas demais instituições bancárias.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 74

De fato, a administração das folhas de pagamento de entes oficiais pode por eles ser licitada. Este claro subproduto da ação administrativa, como visto, ostenta inaudito potencial econômico em sentido estrito, de interesse de entidades empresariais, que livremente atuam no mercado privado do segmento bancário, em regime de livre concorrência. No entanto, essa licitação terá de obedecer a conveniência e oportunidade da Administração que deverá optar entre a realização do amplo procedimento ou a dispensa autorizada pelo art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993.

A propósito, este Tribunal, ao proferir o Acórdão 2.452/2010-Plenário, retificado pelo Acórdão 3.323/2010-Plenário, abonou a tese de ser juridicamente viável a contratação direta de instituição financeira oficial, com respaldo no art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993. A referida deliberação apreciou três representações que versavam sobre a cessão onerosa, em caráter exclusivo, da folha de pagamentos da Câmara dos Deputados ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal (TC 015.580/2008-0; apensos: TC´s 029.407/2007-9 e 023.911/2008-0).

Os pareceres técnicos acolhidos como fundamento do Acórdão 2.452/2010-Plenário consideraram que o objeto pode ser perfeitamente antecedido de licitação, porém reputaram esse procedimento dispensável ante o estrito preenchimento dos requisitos previstos no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993.

De acordo com a instrução daqueles autos, as entidades financeiras da União: integram a Administração Pública (art. 6º, XI, da Lei 8.666/1993); foram criadas anteriormente à Lei de Licitações para a prestação de serviços bancários para a administração pública federal, conforme os Decretos 1455/1905 e 66303/1970, que aprovaram, respectivamente, os Estatutos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal; ofertaram preços compatíveis com o mercado, conforme estudo produzido pela entidade especializada da Universidade de São Paulo, por encomenda da Câmara dos Deputados.

Não considero necessário, para justificar a contratação direta das instituições financeiras oficiais, destinada à realização do pagamento da folha de servidores ativos, inativos e pensionistas e da Administração Pública e outros serviços similares, com fulcro no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, qualificar tais despesas como "disponibilidades de caixa". Uma coisa são os recursos do Estado, que devem ser mantidos em conta de instituições financeira oficiais, por força do artigo 164, §3º, da Constituição Federal. Coisa diversa são os pagamentos feitos ao funcionalismo, cuja propriedade dos valores é da titularidade de terceiros.

Em outro ponto da Consulta, bem assevera o Ministério Público não haver, no contexto da realidade vigente, vilipêndio ao regime concorrencial previsto no artigo 173, § 1º, da Constituição Federal pela contratação direta, com fundamento no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, de instituições financeiras oficiais exploradoras da atividade econômica para a folha de pagamento do funcionalismo público federal e outros serviços similares. Segundo o *Parquet*, embora o procedimento licitatório seja constitucionalmente exigível, a contratação direta das instituições financeiras oficiais efetivamente não vulneraria o princípio concorrencial consagrado na Carta Magna, uma vez que as instituições privadas por vezes não têm manifestado interesse na prestação de serviços de gerenciamento financeiro da folha do funcionalismo público, como comprova notícia de licitações desertas, promovidas pela Administração, trazida pela autoridade consulente

A perda de atratividade da exploração da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas pelas instituições privadas origina-se da implantação da portabilidade das contas salários, a partir da vigência da Resolução 3.402/2006, alterada pela Resolução 3.424/2006, ambas do Conselho Monetário Nacional. Além desse fato, o MP/TCU observa ser praxe da Administração Pública a contratação direta de entes financeiros estatais, tais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, para a prestação desses serviços.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 75

De fato, a instituição da portabilidade da conta salário, com a vigência das Resoluções do Conselho Monetário Nacional 3.402/2006 e 3.424/2006, arrefeceu o mercado de prestação de serviços de exploração, em caráter exclusivo, da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas pelas instituições financeiras. No entanto, tal recrudescimento não se traduz na ausência de interesse das entidades empresariais do ramo privado em atuar no referido nicho mercadológico.

O cenário anterior à portabilidade das contas salários era caracterizado pela oportunidade ímpar e concreta de as instituições financeiras ampliarem suas carteiras de clientes e, assim, aumentarem a receita de venda de seus produtos e serviços pela exploração econômica de prestação, em caráter exclusivo, do serviço de pagamento do funcionalismo. Naquela especial ambiência, a Administração, ao realizar licitações para contratação desses serviços, chegava a beneficiar-se do pagamento antecipado de contrapartida financeira pela instituição financeira contratada.

A situação inaugurada pela portabilidade das contas salários teve como reflexo a diminuição do valor das contrapartidas financeiras ou dos lances mínimos oferecidos pelas instituições financeiras à Administração em licitações destinadas ao pagamento do funcionalismo. Em muitos casos, as contrapartidas financeiras deixaram de ser pagas antecipadamente e passaram a ser realizadas de forma parcelada. Esse contexto, porém, não significa a inexistência de interesse das instituições financeiras em geral quanto ao gerenciamento da folha de pagamento de pessoal. Se o servidor público ativo, inativo e pensionista tem a liberdade de transferir, sem ônus, os salários recebidos para qualquer outra instituição financeira, por outro, a entidade bancária que gerencia, em caráter exclusivo, o pagamento da folha salarial do funcionalismo público tem nesse serviço um grande potencial para criar uma rede de relacionamentos com os funcionários em cujas contas transitam os vencimentos.

Nessa oportunidade, a entidade financeira contratada pela Administração poderá convidar os servidores ativos, inativos e pensionistas a tornarem-se clientes pela oferta de produtos e serviços diferenciados, bem como pela redução de tarifas. Nessas novas condições de mercado, não está descartada a possibilidade de a Administração Pública prever, em licitações do gênero, critérios de seleção de contrapartida da instituição financeira que seja equivalente ao potencial da exploração econômica desses serviços.

A subsistência de interesse das instituições financeiras, sejam essas públicas ou privadas, no gerenciamento da folha de pagamento de funcionalismo público mesmo após a implantação da portabilidade da conta salário é confirmada por opiniões da imprensa especializada. Diz notícia publicada na coluna InfoMoney da seção economia do universo *on line*, acessado na internet em 26 de junho de 2014 no sítio <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2012/01/03/bancos-se-posicionam-para-conquistar-conta-salario-dos-servidores-publicos.jhtm>.

A propósito, o artigo intitulado "*Bancos se posicionam para conquistar conta-salário dos servidores públicos*" traz a opinião de várias instituições financeiras oficiais e privadas, no sentido de que o fim da portabilidade, na verdade, acirrará a disputa no ramo empresarial pela conquista de novos clientes e a manutenção dos correntistas. As estratégias incluem a redução ou a isenção de tarifas, desconto no pacote de serviços, modernização de equipamentos de autoatendimento e de processos que permitem oferta de produtos e serviços customizados.

A exemplo do próprio Tribunal de Contas da União, a maioria dos órgãos públicos arregimenta, por várias formas, instituições financeiras oficiais, para prestar os serviços de pagamento do funcionalismo, ou elas tradicional e historicamente o fazem, seja por tradição, seja com arrimo no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993.

De qualquer modo, por não ser desprezível o potencial da exploração econômica, pelas instituições financeiras, dos serviços de pagamento de servidores, a Administração sempre poderá realizar a licitação pública, dentro de seus critérios de conveniência e oportunidade.

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 76

Por força do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a Administração Pública Federal, caso não opte por dispensá-la, fazendo uso do art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, deverá promover o prévio procedimento licitatório para a contratação de serviços de prestação, em caráter exclusivo, de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como outros serviços similares. A licitação, quando ocorrer, deverá ser franqueada tanto às instituições financeiras oficiais como privadas, uma vez que ambas as entidades atuam em regime de concorrência para a prestação dos referidos serviços.

Cumpre, por fim, registrar que, apesar de possível a contratação direta com fundamento no mencionado art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/1993, a Administração Pública pode optar por realizar licitação para a escolha da instituição financeira que irá administrar os depósitos relativos à folha de pagamento dos agentes públicos.

Nesse sentido, a tramitação do Projeto de Lei nº 3.851/2012, oriundo da Câmara dos Deputados, o qual estabelece que a contratação pela Administração Pública, direta e indireta, de instituição financeira para administrar os depósitos relativos à folha de pagamento dos seus agentes públicos será obrigatoriamente precedida de licitação.

Outro fato importante diz respeito à intenção do Poder Executivo Federal em licitar a sua folha de pagamento já em agosto deste ano, na busca por novas receitas, para reforçar o ajuste fiscal, consoante se extrai de notícia publicada no jornal Valor Econômico, de 15 de julho de 2015 (http://www.valor.com.br/financas/4134562/edital-da-folha-da-uniao-deve-sair-em-agosto).

Observe-se que, com essa medida, o Governo Federal tem a expectativa de arrecadar R$ 6,55 bilhões em cinco anos, havendo grande interesse dos bancos privados em participar do certame, a despeito da portabilidade das contas salário, *"isso porque esses funcionários têm salários mais altos do que a média dos brasileiros e ainda contam com estabilidade no emprego. Com dinheiro no bolso, esses trabalhadores representam uma oportunidade de venda de produtos e serviços"* (afirmação dada ao Valor por executivo de alto escalão de banco privado).

Neste sentido, estou de acordo com o entendimento apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler, no sentido de que a apreciação da vantagem econômica, decorrente da adoção do procedimento licitatório, se confirmada pelos fatos em curso, aliada à possibilidade de alteração do quadro normativo atualmente vigente, poderá ensejar a mudança do entendimento quanto à matéria objeto da consulta, notadamente no que diz respeito à possibilidade de contratação direta, com fundamento no art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/1993, exigindo desta Corte de Contas e da Administração a contínua reflexão sobre o tema.

Neste sentido, o estudo do caso concreto deverá orientar a tomada de decisão da Administração, em vista da vantagem que poderá decorrer da realização ou não do procedimento licitatório. Deste modo, a cada contratação ou prorrogação de contrato, deverá a Administração Pública avaliar, motivadamente, a vantagem econômica da contratação direta das instituições financeiras oficiais, para a prestação dos serviços relacionados à folha de pagamento.

Da Conclusão

Tendo por base as razões expostas neste voto, proponho que a Consulta seja respondida nos seguintes termos:

Primeira pergunta:

"O gestor público está obrigado a realizar licitação para a concessão de exclusividade à instituição financeira oficial para a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares?"

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 77

Resposta:

A Administração Pública Federal não está obrigada a promover prévio procedimento licitatório destinado a realizar a contratação de instituição financeira oficial para, em caráter exclusivo, prestar serviços de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e serviços similares, podendo optar por efetuar a contratação direta com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, c/c o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, desde que demonstrados os benefícios para a Administração, em relação à adoção do procedimento licitatório.

Havendo interesse, a Administração Pública Federal pode promover o prévio procedimento licitatório, para contratação da prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, devendo franquear a participação no certame de instituições financeiras públicas e privadas, em cumprimento aos princípios da legalidade, da isonomia, da moralidade da impessoalidade, da publicidade e da eficiência, previstos no *caput* do artigo 37 da Constituição, bem assim da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e dos outros princípios estampados no artigo 3º da Lei 8.666/1993.

Segunda pergunta:

"Não havendo tal obrigação, mas desejando o órgão aperfeiçoar a captação de recursos para o erário, qual o instrumento jurídico adequado para se proceder à contratação da instituição financeira oficial: contrato ou convênio?"

Resposta:

A delegação a terceiros da prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares deve ser instrumentalizada por meio de contrato administrativo, haja vista a ausência, no objeto da relação jurídica, de interesses recíprocos e de regime de mútua cooperação.

Na hipótese de a Administração Pública Federal realizar contratação direta de instituição financeira oficial para a prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, com supedâneo no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, com a previsão de contraprestação pecuniária por parte da contratada, deverá cumprir, sob condição de eficácia do ato administrativo, as exigências estabelecidas no artigo 26, *caput* e parágrafo único, do referido diploma legal, sobretudo a apresentação do motivo da escolha do prestador do serviço (inciso II) e justificativa do preço (inciso III).

Havendo interesse de a Administração Pública Federal promover prévio procedimento licitatório para contratação de prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, com a previsão de contraprestação pecuniária por parte da contratada, deverá a contratante, além de franquear acesso ao certame tanto das instituições financeiras públicas como das privadas, adotar as seguintes medidas:

a) estimar o orçamento base da contrapartida financeira a ser paga pela futura contratada com base em estudo ou avaliação de mercado, em cumprimento à finalidade da condição prevista no artigo 7º, §2º inciso II, da Lei 8.666/1993;

b) realizar licitação na modalidade pregão, prevista na Lei 10.520/2001, preferencialmente sob forma eletrônica, conforme exige o artigo 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005, tendo por base critério "maior preço", em homenagem ao princípio da eficiência, insculpido no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal e da seleção proposta mais vantajosa para a Administração Pública, inserto no *caput* do artigo 3º da Lei 8.666/1993;

As receitas públicas advindas de contraprestação pecuniária ao contrato de prestação, em caráter de exclusivo, dos serviços de gestão financeira da folha de pagamento e de outros serviços similares integram o Orçamento Geral da União, devendo, assim, serem recolhidas à conta única do

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 78

Tesouro Nacional e estarem previstas na Lei Orçamentária, em respeito aos princípios da universalidade orçamentária e da unicidade de caixa, presentes nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.320/64.

Terceira pergunta:

"É viável a contratação direta de banco oficial com amparo no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993?"

Resposta:

É viável a contratação direta de instituição financeira oficial, com fundamento no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, para a prestação de serviço, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, devendo, ainda, serem observadas as condições de validade do ato administrativo estabelecidas no artigo 26, *caput*, e parágrafo único, do referido diploma legal, *bem como demonstrada a vantagem da contratação direta em relação à adoção do procedimento licitatório*;

VI

Das Considerações Finais

De acordo com informações trazidas ao meu gabinete pelo primeiro secretário da Câmara dos Deputados, Deputado Beto Mansur, diante da pendência da manifestação do TCU, em resposta à presente Consulta, e uma vez expiradas as contratações diretas anteriores, aquela Casa autorizou a celebração de contratos emergenciais com a CEF e o Banco do Brasil S/A., com fundamento no artigo 24, IV, da Lei 8.666/1993, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços (doc. 30).

Assim como as avenças anteriores, os contratos emergenciais têm por objeto conceder exclusividade às referidas instituições financeiras oficiais para a prestação de serviços de pagamento de remuneração e similares relativos à folha de pagamento, mediante crédito, em todo o território nacional, em contas-salário de deputados, servidores ativos efetivos ou comissionados, inativos e pensionistas da Câmara dos Deputados, bem como para a transferência de valores relativos aos créditos da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, instituída pelo Ato da Mesa n. 43, de 2009 e concessão administrativa onerosa de uso de espaço físico. De acordo com informações disponíveis na página da Câmara dos Deputados na rede mundial de computadores (http://www.camara.gov.br/internet/contratos; acessado em 9/4/2015), o Contrato nº 2014/148, firmado com o Banco do Brasil S/A, e o Contrato nº 2014/149, celebrado com a Caixa Econômica Federal, têm prazo de vigência, respectivamente, entre 16/10/2014 e 13/4/2015, e entre 20/11/2014 e 18/5/2015.

Nada que objetar ao procedimento adotado pela Câmara dos Deputados, em relação à adoção dos contratos emergenciais. A questão tratada nesta consulta é repleta de dificuldades. Sem tecer críticas aos multifários procedimentos adotados por toda a Administração, a revelar inúmeros matizes de interpretação das normas constitucionais e legais, revelo que o próprio Tribunal de Contas da União - contrariamente ao entendimento exposto - mantém convênios com o BB e a CEF, para a prestação de serviços de administração da folha de pagamento dos seus servidores.

De qualquer modo, fica ao alvedrio da Administração, seguindo tendência há muito consolidada por diversas administrações municipais, estaduais e federais, proceder à realização de licitação da folha de pagamento ou dispensá-la com fundamento no artigo 24, VIII, da Lei 8.666/1993.

Para se ter ideia do potencial econômico da exploração econômica, em caráter exclusivo, da Folha de Pagamento de órgãos públicos, a exemplo do TCU, com vantagens não só para a instituição financeira contratada como para este Tribunal, convém trazer a lume alguns dados. De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao período de janeiro a dezembro de 2014, disponível no portal do TCU (http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/publicacoes_institucionais/relatorios/relatorios_gesta

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 79

o_fiscal/RGF03QDM2014%20-%20Portaria%20-%20Republica%C3%A7%C3%A3o-Site.pdf; acessado em 9/4/2015), a Despesa com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista desta Casa somou a quantia de R$ 1.377.754.959,36.

Tal valor tem impacto direto não só no resultado advindo da movimentação financeira na prestação dos serviços bancários propriamente ditos de crédito de pagamento na conta salário dos servidores, como também na possibilidade concreta de a instituição financeira contratada ampliar seu negócio pela oferta de amplo leque de outros produtos e serviços aos potenciais clientes. Essa consideração, por si só, já justifica a exigência da contrapartida financeira, em favor dos cofres da União, para a exploração exclusiva da folha de pagamento.

Exemplo concreto da vantagem da referida contratação foi a realizada pela própria Câmara dos Deputados, na primeira terceirização da administração da folha de pagamento de seus servidores. De acordo com informações trazidas pelo Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados (peça 30), antes de realizar a primeira avença, o órgão, em 2007, contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAPI), para orçar ao valor da sua Folha de Pagamento, a qual fora estimada em R$ 108,85 milhões. Na oportunidade, o Banco do Brasil S/A e a Caixa Econômica ofertaram, respectivamente, propostas de R$ 170.000.000,00 e R$ 30.000.000,00, para exploração do negócio em caráter de exclusividade pelo prazo de cinco anos. Dada a inequívoca vantagem dessas propostas, se comparadas ao valor aferido pela FIPECAPI e os ajustes realizados por outros órgãos e entidades públicos, a Câmara decidiu, naquela ocasião, celebrar as contratações diretas com as instituições financeiras oficiais com fundamento no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993.

Já na vigência do regime de portabilidade da conta salário, determinada pelo Conselho Monetário Nacional, e o fim da exclusividade da concessão de crédito consignado, o valor pago pelas referidas instituições financeiras à Câmara dos Deputados para exploração da folha de pagamento da foi significativamente reduzido para R$ 11.200.000,00. Isto talvez em virtude do prazo mais curto das atuais contratações emergenciais. Não obstante a redução de valor do ativo financeiro verificada no caso concreto, não se pode negar que a terceirização da administração da Folha de Pagamento de Servidores ainda permanece atrativa tanto para a Administração Pública como para o ente privado.

Sem contar, ainda, que a precificação de valor poderá ainda ser mais elevada em ambiente concorrencial, propiciado pela licitação pública, no qual poderão ser confrontadas propostas mais vantajosas ao Erário pelas instituições financeiras privadas e públicas.

A propósito, a mídia especializada noticiou que o Governo Federal busca novas receitas para reforçar o ajuste fiscal e prepara o "leilão" da folha de pagamento do funcionalismo público. Também em análise a licitação da administração dos recursos dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM). Estimativas preliminares da nova equipe econômica calculam que os três leilões combinados podem trazer cerca de R$ 5 bilhões aos cofres federais neste ano (artigo publicado na revista Época, Negócios, disponível na página da *internet* http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2015/03/governo-vai-leiloar-folha-de-pagamento-dos-servidores-publicos-para-reforcar-caixa.html, acessada em 10/4/2015).

Ante o exposto, Voto por que o Tribunal acolha a minuta de acórdão que ora submeto à deliberação do Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 5 de agosto de 2015.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 80

ACÓRDÃO Nº 1940/2015 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 033.466/2013-0.
2. Grupo II – Classe de Assunto: III – Consulta
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Deputado Federal Henrique Eduardo Lyra Alves - (130.470.197-20) – Presidente da Câmara dos Deputados.
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Consulta formulada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, acerca das condições necessárias à concessão de exclusividade à instituição financeira oficial para a prestação dos serviços relativos à gestão financeira da folha de pagamento e de outros serviços.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Redator, em:

9.1. conhecer da presente consulta, uma vez que se encontram satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso I, § 1º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. indeferir o ingresso nos autos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S/A como terceiros interessados;

9.3. nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei nº 8.443/92, responder às perguntas do consulente nos seguintes termos:

9.3.1 Primeira pergunta:

" O gestor público está obrigado a realizar licitação para a concessão de exclusividade à instituição financeira oficial para a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares?"

Resposta:

9.3.1.1 A Administração Pública Federal não está obrigada a promover prévio procedimento licitatório destinado a realizar a contratação de instituição financeira oficial para, em caráter exclusivo, prestar serviços de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, podendo optar por efetuar a contratação direta com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, c/c o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, desde que devidamente demonstrada a vantagem em relação à adoção do procedimento licitatório;

9.3.1.2. Havendo interesse, a Administração Pública Federal pode promover o prévio procedimento licitatório para contratação da prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, devendo franquear a participação no certame de instituições financeiras públicas e privadas, em cumprimento aos princípios da legalidade, da isonomia, da moralidade da impessoalidade, da publicidade e da eficiência, previstos no *caput* do artigo

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 81

37 da Constituição, bem assim da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e dos outros princípios estampados no artigo 3º da Lei 8.666/1993;

9.3.2 Segunda pergunta:

"Não havendo tal obrigação, mas desejando o órgão aperfeiçoar a captação de recursos para o erário, qual o instrumento jurídico adequado para se proceder à contratação da instituição financeira oficial: contrato ou convênio?"

Resposta:

9.3.2.1. A delegação a terceiros da prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares deve ser instrumentalizada por meio de contrato administrativo, haja vista a ausência, no objeto da relação jurídica, de interesses recíprocos e de regime de mútua cooperação;

9.3.2.2. Na hipótese de a Administração Pública Federal realizar contratação direta de instituição financeira oficial para a prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, com supedâneo no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, com a previsão de contraprestação pecuniária por parte da contratada, deverá cumprir, sob condição de eficácia do ato administrativo, as exigências estabelecidas no artigo 26, *caput* e parágrafo único, do referido diploma legal, sobretudo a apresentação do motivo da escolha do prestador do serviço (inciso II) e justificativa do preço (inciso III);

9.3.2.3. Havendo interesse de a Administração Pública Federal promover prévio procedimento licitatório para contratação de prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, com a previsão de contraprestação pecuniária por parte da contratada, deverá a contratante, além de franquear acesso ao certame tanto das instituições financeiras públicas como das privadas, adotar as seguintes medidas:

a) estimar o orçamento base da contrapartida financeira a ser paga pela futura contratada com fundamento em estudo ou avaliação de mercado, em cumprimento à finalidade da condição prevista no artigo 7º, §2, inciso II, da Lei 8.666/1993;

b) realizar licitação na modalidade pregão, prevista na Lei 10.520/2001, preferencialmente sob forma eletrônica, conforme exige o artigo 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005, tendo por base critério "maior preço", em homenagem ao princípio da eficiência, insculpido no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal e da seleção proposta mais vantajosa para a Administração Pública, inserto no *caput* do artigo 3º da Lei 8.666/1993;

9.3.2.4. As receitas públicas advindas de contraprestação pecuniária ao contrato de prestação, em caráter de exclusivo, dos serviços de gestão financeira da folha de pagamento e de outros serviços similares integram o Orçamento Geral da União, devendo, assim, serem recolhidas à conta única do Tesouro Nacional e estarem previstas na Lei Orçamentária, em respeito aos princípios da universalidade orçamentária e da unicidade de caixa, presentes nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.320/64;

9.3.3 Terceira pergunta:

"É viável a contratação direta de banco oficial com amparo no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993?"

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 82

Resposta:

9.3.3.1. É viável a contratação direta de instituição financeira oficial, com fundamento no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, para a prestação de serviço, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, devendo, ainda, serem observadas as condições de validade do ato administrativo estabelecidas no artigo 26, *caput*, e parágrafo único, do referido diploma legal, *bem como demonstrada a vantagem da contratação direta em relação à adoção do procedimento licitatório*;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Presidência da Câmara dos Deputados;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 31/2015 – Plenário.
11. Data da Sessão: 5/8/2015 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1940-31/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

Anexo : Acórdão TCU 33466-2013 (0676563) SEI 2021.011045 / pg. 83

DESPACHO Nº 370.2021.01AJ-SUBADM.0679974.2021.011045

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral, no qual encaminha o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Houve a aprovação do Termo de Referência, por meio do Despacho 327 (0667900) desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM, com determinação de envio do processo ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS para realização da pesquisa de preços e mercado.

Ato contínuo, o SCOMS informou o seguinte:

> Cumprimentamos Vossa Excelência e, na oportunidade, informamos que, atenção ao Despacho 327.2021.01AJ-SUBADM.0667900.2021.011045 (doc. 0667900), exarado por Vossa Excelência no dia 26 de julho de 2021, este Setor de Compras e Serviços realizou as seguintes diligências:
>
> 1) Análise da fase preparatória do Pregão Presencial 5.002/2016 - CPL/MP/PGJ, referente ao Procedimento Interno 967312/2016 (docs. 0676588 e 0676599).
>
> 2) Análise do Contrato Administrativo 023/2016-MP/PGJ, firmado com o Banco Bradesco S/A no dia 07 de novembro de 2016 (doc. 0440540), bem como dos demais documentos disponíveis no PI-SEI 2020.002568.
>
> 3) Estudo do Acórdão do Tribunal de Contas da União 33.466/2013 (doc. 0676563), cujo conteúdo contempla matéria correlacionada ao escopo da contratação pretendida pela PGJ/AM, conforme pode-se depreender do sumário abaixo colacionado:
>
> SUMÁRIO: CONSULTA. CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS, EM CARÁTER EXCLUSIVO, DE PAGAMENTO DE SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E OUTROS SERVIÇOS SIMILARES, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA POR PARTE DA CONTRATADA. CONHECIMENTO. CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA MERCANTIL DO OBJETO. AUSÊNCIA DE INTERESSES RECÍPROCOS E DE REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO A DESCARACTERIZAR OS PRESSUPOSTOS DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. FACULDADE DE O ADMINISTRADOR DISPENSAR A LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OFICIAL, COM BASE NO ARTIGO 37, INCISO XXI, DA CF/88, C/C O ARTIGO 24, INCISO VIII, DA LEI 8.666/1993, DESDE QUE COMPROVADA A VANTAGEM DA CONTRATAÇÃO DIRETA EM RELAÇÃO À ADOÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DOS RECURSOS PÚBLICOS AUFERIDOS DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DA CONTRATADA À CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL E DE EXECUÇÃO DA DESPESA POR MEIO DE LEI ORÇAMENTÁRIA, EM NOME DOS PRINCÍPIOS DA UNICIDADE DE CAIXA E DA UNIVERSALIDADE DO ORÇAMENTO. CIÊNCIA.
>
> Após as pesquisas, investigações e exames descritos acima, este Setor de Compras e Serviços pôde tecer algumas considerações:
>
> 1) Não foi identificada qualquer atuação do Setor de Compras e Serviços no escopo do Procedimento Interno 967312/2016, que originou o Contrato Administrativo 023/2016-MP/PGJ, firmado com o BANCO BRADESCO S/A e vigente até o dia 07 de novembro de 2021, conforme o Memorando 33.2021.DG.0658698.2021.011045 (doc. 0658698).
>
> 2) A Administração pode optar por realizar contratação direta de instituição financeira oficial para prestação exclusiva de serviços bancários, com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, combinado com o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, com a vantagem demonstrada em relação

ao procedimento licitatório, conforme subitem 9.3.1.1 do Acórdão TCU 33.466/2013 (página 46 do doc. 0676563).

3) Caso deseje ampliar a possibilidade de participação para as empresas privadas, além das públicas, a Administração deverá realizar, preferencialmente, procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, utilizando o critério "maior preço", conforme salínea "b" do subitem 9.3.2.3 do Acórdão TCU 33.466/2013 (página 47 do doc. 0676563).

4) O Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça à época, Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro, no Despacho 031.2016.PGJ.1062380.2015.17282 (páginas 240-243 do doc. 0676588), entendeu ser mais vantajosa para a Administração a abertura da disputa do objeto.

5) A condição expressa na alínea "a" do subitem 9.3.2.3 Acórdão TCU 33.466/2013 (página 47 do doc. 0676563), que preconiza a fundamentação da estimativa de contrapartida financeira a ser paga pela futura contratada, em estudo ou avaliação de mercado, conforme o artigo 7º, §2, inciso II, da Lei 8.666/1993, foi suprida com a existência do Plano de Trabalho 1.2021.DG.0662255.2021.011045 (doc. 0662255) que apresenta, eu seu item 7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, o **valor total estimado para a manutenção Programa Recomeçar, no período de 60 (sessenta) meses, qual seja, de R$ 5.973.065,60 (cinco milhões, novecentos e setenta e tres mil, sessenta e cinco reais e sessenta centavos)**.

Os autos vieram a mim para deliberação. DECIDO.

Conforme teor do Acórdão TCU 33466-2013 (0676563), o caso em questão guarda pecualiaridades e, por conta disso, aquela Corte de Contas Federal definiu que: I) a contratação deve ser instrumentalizada por meio de contrato administrativo; II) A Administração pode optar pela dispensa de licitação com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, c/c o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, desde que devidamentedemonstrada a sua vantagem em relação à adoção do procedimento licitatório; III) em havendo interesse na participação de entidades públicas e privadas, deve ser realizada a licitação, em cumprimento aos princípios esculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, bem assim da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e de outros princípios correlatos estampados no artigo 3º da Lei 8.666/1993, adotando as seguinte medidas:

- estimar o orçamento base da contrapartida financeira a ser paga pela futura contratada com fundamento em estudo ou avaliação de mercado, em cumprimento à finalidade da condição prevista no artigo 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;
- realizar licitação na modalidade pregão, prevista na Lei 10.520/2001, preferencialmente sob forma eletrônica, conforme exige o artigo 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005, tendo por base critério “maior preço”, em homenagem ao princípio da eficiência, insculpido no caput do artigo 37 da Constituição Federal e da seleção proposta mais vantajosa para a Administração Pública, inserto no caput do artigo 3º da Lei 8.666/1993.

Verifico que este Ministerio Público têm seguido todas as orientações do TCU, começando pelo Termo de Referência, a realização de licitação e futura celebração de contrato administrativo. Além disso, o caso em comento retrata situação *sui generes*, pois em que pese a Administração contratar, não despenderá valores na avença. Ao contrário, receberá contrapartida pela prestação do serviço bancário em caráter exclusivo. Isto porque, como explica o próprio TCU, "*o que se pretende é a contratação de um serviço atípico, pois não se contrata apenas um serviço a ser prestado à administração, mas a exploração econômica de um ativo*".

Ademais, a pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública, o que não ocorrerá no presente procedimento.

Desta feita, por não se tratar de processo em que a Administração necessite realizar gastos, caso em que seria imprescíndivel a pesquisa de preços e posterior consulta orçamentária, para finalmente chegar à avaliação e autorização do ordenador de despesas, fica dispensada consulta prévia aos pretensos fornecedores.

Assim também se pode extrair do Acórdão TCU, a medida que norteia apenas duas etapas,

quais sejam, estimativa do orçamento base da contrapartida e realização de licitação da modalidade pregão.

Portanto, fundamentado pela orientação do TCU, **AUTORIZO**, neste caso excepcional, pelas peculiaridades do processo, a dispensa da pesquisa de preços, pelos motivos até expostos, devendo os autos seguirem diretamente à Comissão Permanente de Licitação - CPL para prosseguimento do feito, com a urgência devida, tendo em vista a aproximação do fim da vigência do atual contrato.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 17 de agosto de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 17/08/2021, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0679974** e o código CRC **22493EF1**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 240.2021.CPL.0680922.2021.011045

Ilma. Sra.
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Senhora Chefe,

Cumprimentando-a com o presente, informamos que tramitou nesta Comissão Permanente de Licitação o **Processo SEI n.º 2021.011045**, cujo objeto é a *contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.*

Considerando a análise realizada nos autos, parece-nos patente a necessidade de estipulações contratuais aptas a salvaguardar os direitos das partes e consignar suas respectivas obrigações, consoante previsão do artigo 62, §4º, da Lei 8.666/93 abaixo transcrito:

> §4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Nesse sentido, nesse sentido, também, é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

> A contratação deve ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento de bens e serviços, independentemente da modalidade de licitação sua dispensa ou inexibilidade, conforme preconizado no art. 62, §4º, da Lei n.º 8.666/1993.
>
> ACÓRDÃO Nº 1940/2015 – TCU – Plenário
>
> 1. A delegação a terceiros da prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares deve ser instrumentalizada por meio de contrato administrativo, havia vista a ausência, no objeto da relação jurídica, de interesses recíprocos e de regime de mútua cooperação;

Considerando que esta Comissão depende da feitura do instrumento contratual

correspondente para a execução das demais providências, **encaminhamos os autos** do Procedimento Interno em epígrafe à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para, caso compartilhado o entendimento desta Comissão, por obséquio, seja elaborada a respectiva Minuta do Termo Contratual.

Por derradeiro, **retornem** os autos a esta Comissão para que seja dado prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Manaus, 19 de agosto de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 19/08/2021, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0680922** e o código CRC **F4725EC5**.

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2021 - MP/PGJ

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a instituição financeira _____, visando à prestação de serviços bancários.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. **Géber Mafra Rocha**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 07300891 - SSP/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 384.778.582-68, e a instituição financeira _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, com sede na _____, CEP _____, neste ato representada legalmente pelo _____, residente e domiciliada na _____, CEP _____, portadora do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2021.011045**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços bancários através de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, doravante denominada **CONTRATADA**, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assim como o assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, o pagamento de seus fornecedores e demais credores, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, detalhados conforme as especificações seguintes, além daquelas descritas nos termos do _____ e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, que fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da **CONTRATANTE**, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da **CONTRATADA** e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE**, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a

efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** deverá ofertar, no mínimo, os seguintes produtos e serviços para a **CONTRATANTE (pessoa jurídica):**

a. Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela **CONTRATADA**.

b. Abertura e manutenção de contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c. Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal..

d. Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da **CONTRATANTE**, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (*internet*), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.), a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e. Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez, de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses da **CONTRATANTE**, observando as recomendações do Banco Central do Brasil, relativas às aplicações de recursos públicos.

f. Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 5 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 2 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na Av. André Araújo, Aleixo; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 1 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da **CONTRATANTE**, com observância das seguintes condições e àquelas previstas na Cláusula Sexta – Da Cessão de Uso:

f.1. A **CONTRATADA** terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra.

f.2. O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e demais terminais de caixa eletrônico será de até **15 (quinze) dias corridos**, a contar da ciência à **CONTRATADA** da aprovação do projeto e liberação dos espaços pela **CONTRATANTE,** prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3. A **CONTRATADA** poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de auto-atendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea"g".

f.4. As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela **CONTRATADA**, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO.

f.5. A **CONTRATADA** deverá assinar o Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.6. Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da **CONTRATANTE**, correrão às custas da **CONTRATADA**, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "g".

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para as **pessoas físicas**, compreendendo **membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:**

a. Abertura e manutenção de contas-salário, contas-correntes e contas-poupança em nome dos correntistas, sem custos.

b. Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1. Emissão de 5 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2. Emissão de 1 (um) extrato semanal impresso em terminal eletrônico;

b.3. Emissão de 2 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.4. Emissão de 2 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.5. Realização de 5 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6. Realização de transferências de recursos entre contas da própria **CONTRATADA**;

b.7. Crédito do pagamento para beneficiário que estiver lotado em município em que não haja atendimento bancário pela **CONTRATADA**, a ser feito em qualquer instituição bancária por ele indicada;

b.8. Emissão de 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização;

b.9. Fornecimento de 1 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de contas-salário, contas-correntes e poupança.

c. Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d. Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, **com prazos de até 120 (cento e vinte) meses,** para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE** e em conexão com o previsto na alínea "a" da Cláusula Segunda – Do Detalhamento do Objeto.

e. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.

f. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.

g. Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

Parágrafo primeiro. Não estão abrangidos pelo presente instrumento quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os **BENEFICIÁRIOS** e a **CONTRATANTE** anteriormente à assinatura deste.

Parágrafo segundo. Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

Parágrafo terceiro. Quaisquer outros serviços não previstos nesta cláusula não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos na presente cláusula, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB (Banco Central do Brasil).

Parágrafo quinto. A **CONTRATANTE,** seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da **CONTRATADA**, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça da **CONTRATANTE** instaladas, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste contrato.

Parágrafo sétimo. Fica designada pela **CONTRATADA** a Agência _____, localizada na _____, Manaus/AM, como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à **CONTRATANTE**, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á indiretamente pela **CONTRATADA**, sob o regime empreitada por preço global, selecionada por meio do _____, no qual constam todas as informações técnicas necessárias e suficientes à perfeita caracterização de seu objeto, conforme os autos do **PROCESSO**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

a. Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e seus anexos, além das obrigações assumidas nos documentos constantes do Processo SEI n.º 2021.011045;
b. Proposta firmada pela **CONTRATADA** em _____, dirigida à **CONTRATANTE**, contendo o valor global dos serviços a serem prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATADA** prestará à **CONTRATANTE** e aos **BENEFICIÁRIOS** os serviços de pagamento, nos termos das cláusulas e condições a seguir descritas, as quais ficam expressamente ratificadas e aceitas pelas partes para todos os fins e efeitos de direito.

I. A **CONTRATADA** deverá ter sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e *on line,* através da rede mundial de computadores (*internet*), sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da **CONTRATADA**.
II. A **CONTRATADA** deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da **CONTRATANTE**, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.
III. Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas-correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da **CONTRATANTE**, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Fica desde já estabelecido que a **CONTRATADA** não é responsável nem garantidor dos compromissos firmados pela **CONTRATANTE**, comprometendo-se apenas à prestação de serviço mediante disponibilização de recursos suficientes para honrar os compromissos relativos à folha de pagamento dos funcionários da **CONTRATANTE**, nos moldes deste contrato.

Parágrafo segundo. A **CONTRATANTE** assume integral responsabilidade, na forma da lei e perante os órgãos fiscalizadores, pela necessária observância das regras aplicáveis à presente contratação, no tocante aos seus aspectos formais, orçamentários e contábeis e pela adequada aplicação dos recursos desembolsados pela **CONTRATADA** na forma prevista na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – desta avença.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATANTE** não se responsabiliza direta ou indiretamente, seja de forma solidária ou subsidiária, por qualquer transação, débito, empréstimo ou quaisquer outras operações realizadas com os **BENEFICIÁRIOS**, assumindo a **CONTRATADA** risco integral das operações.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO DE USO:

A cessão de uso de que trata o presente contrato será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico, não podendo a referida cessão ser destinada à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no presente instrumento contratual.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATANTE** deverá permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico.

Parágrafo segundo. A cessão de uso de que trata a presente cláusula terá prazo de **60 (sessenta) meses**, nos mesmos termos daqueles estabelecidos na Cláusula Décima Quinta – Da Vigência – deste ajuste, com eficácia a contar de sua assinatura.

Parágrafo terceiro. Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela **CONTRATADA**, esta deverá comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis.

Parágrafo quarto. A **CONTRATANTE** poderá revogar a cessão de uso, nos seguintes casos:

a. Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela **CONTRATADA**;
b. Por razão de interesse público que assim o justifique.

Parágrafo quinto. A denúncia da cessão de uso poderá ser feita pela **CONTRATADA** nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto. Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a **CONTRATADA** terá o prazo de **15 (quinze) dias** corridos para entrega do local onde estiver instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB.

Parágrafo sétimo. As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas pela **CONTRATADA** deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da **CONTRATANTE**, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FACULDADE DE TRANSFERÊNCIA DOS CRÉDITOS:

A **CONTRATADA** deve assegurar, **sem ônus** para os membros e servidores da **CONTRATANTE**, a faculdade de **transferência (portabilidade)**, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade daqueles, por eles livremente abertas em outras instituições financeiras, observadas as regras do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** se obrigará a ressarcir e/ou reparar os danos porventura causados aos **BENEFICIÁRIOS** em vista do atraso nos pagamentos previstos na presente cláusula, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e possível penalização, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo do que dispõem os parágrafos sétimo e oitavo da Cláusula Décima Sexta – Das Penalidades e Sanções.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, do Edital do Pregão Presencial n.º 5.002/2016 - CPL/MP/PGJ e ainda:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e prestação dos serviços, bem como indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
3. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos.
4. Realizar reuniões com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços.
5. Informar à Administração Superior, com antecedência mínima de 12 (doze) meses, visando ao posicionamento decisório desta, o término do contrato, instruindo-a com os elementos necessários, inclusive pesquisas e análises pertinentes, fundamentando o seu conteúdo e, caso cabível, emissão do correlato Termo de Referência.

6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, exigindo a sua regularização, durante a vigência do contrato.
8. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
10. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
11. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
12. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
13. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura deste instrumento**, comunicar, formalmente, nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone, sendo consideradas como suficientes, se feitas por qualquer outro meio que comprove o recebimento.

Parágrafo quinto. No decorrer da vigência deste instrumento não serão levadas em consideração as comunicações verbais entre as partes, ressalvadas as recomendações mais simples ou aquelas de urgência ou emergência.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá à **CONTRATADA**:

1. Dar plena e fiel execução dos serviços contratados, obrigando-se a cumprir todos os compromissos constantes neste contrato, em sua proposta comercial, bem como o previsto no Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e anexos, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas, observadas as disposições legais e regulamentares vigentes.
2. Cumprir tempestiva e corretamente as disposições deste contrato, no que concerne aos serviços listados na Cláusula Primeira, oferecendo-os aos **BENEFICIÁRIOS**, nos requisitos mínimos previstos neste termo, bem como disponibilizar outros serviços em idênticas condições às ofertadas aos demais clientes da **CONTRATADA** e qualidade compatível com o mercado.
3. Arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização de tais serviços.
4. Efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços, assumindo inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.
5. Responsabilizar-se pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, bem como, pela segurança pessoal e eletrônica de seus caixas eletrônicos e PAB's, arcando com as despesas necessárias à prevenção de incêndio, assaltos, roubos, estragos e prejuízos de qualquer natureza, visando à garantia e à proteção de seus bens, não cabendo à **CONTRATANTE** responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização de tais bens.
6. Encaminhar à **CONTRATANTE**, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação

de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da **CONTRATANTE**, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da **CONTRATANTE**.

7. Solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da **CONTRATANTE**, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da **CONTRATANTE**.
8. Manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.
9. Promover, sem custos, no prazo de **15 (quinze) dias corridos** a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, através de coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da **CONTRATANTE**.
10. Informar aos **BENEFICIÁRIOS** interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na **CONTRATADA** todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.
11. Realizar cruzamento dos números de CPF informados pela **CONTRATANTE** com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo **BENEFICIÁRIO** já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.
12. Disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos **BENEFICÁRIOS**.
13. Disponibilizar sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e *on line*, sendo que todas as despesas de adaptação, se necessárias, correrão por conta da **CONTRATADA**.
14. Manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à **CONTRATANTE**, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da **CONTRATANTE** e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.
15. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
16. Comunicar à **CONTRATANTE**, até o 1º (primeiro) dia subseqüente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.
17. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, mantendo sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da **CONTRATANTE**, sendo vedada, à **CONTRATADA**, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.
18. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços.
19. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.
20. Responder integralmente por perdas e danos que causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, na forma dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras cominações pactuadas neste contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
    a. Indenizar a **CONTRATANTE** por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários e/ou fornecedores, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.
    b. Quando o crédito do salário não estiver disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da **CONTRATADA**, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**.
21. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da **CONTRATANTE**.
22. Prestar à **CONTRATANTE** esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a

prestação de serviços, independente de solicitação, bem como aqueles necessários à compreensão e à adequada utilização dos serviços colocados à disposição da **CONTRATANTE**.

23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

24. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

25. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

26. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos que **comprovem** estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, sempre que solicitados pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

27. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

28. Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

29. Desenvolver suas atividades em dias de expediente da **CONTRATANTE**, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a **CONTRATADA** deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

    a. O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, por escrito, mediante prévio entendimento entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA.**

    b. Nos dias estabelecidos pela **CONTRATANTE** como os dias de pagamento aos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo, 2 (dois) funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

30. Executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

31. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução de quaisquer obrigações objeto deste contrato, assim como toda e qualquer irregularidade observada em suas avaliações, tão logo sejam detectadas, para que sejam adotadas as providências cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários.

32. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.

33. Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

34. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

35. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE**.

36. Permitir o acesso da **CONTRATANTE**, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que julgar necessário.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da **CONTRATANTE** que regulamenta a matéria.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça.
2. fornecer a relação da folha de pagamento e determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à **CONTRATADA**.
3. colocar à disposição da **CONTRATADA** a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como àquelas destinadas aos terminais de caixa eletrônico, livre e desembaraçado e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.
4. assegurar à **CONTRATADA** que, durante a vigência deste contrato:
    a. O Posto de Atendimento Bancário – PAB, que venha a ser instalado e/ou mantido nas instalações da **CONTRATANTE** não poderá ser substituído por unidades de outras instituições financeiras;
    b. O direito de se instalar terminais de caixa eletrônico em outras unidades que venham a ser criadas pela **CONTRATANTE** e/ou nas que, embora já existentes na data de assinatura deste contrato, ainda não disponham daqueles.
5. permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.
6. acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidas.
7. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.
8. anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
9. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.
10. permitir o acesso do pessoal autorizado da **CONTRATADA** para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.
11. exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.
12. manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito, proporcionando-lhe todas as facilidades para que possa desempenhar seus serviços.

Parágrafo único. Considerando o caráter de exclusividade dos serviços mencionados neste contrato, a **CONTRATANTE** compromete-se a, no prazo de **até 30 (trinta) dias úteis**, a contar da data de início da vigência deste instrumento, podendo ser prorrogado, por justo motivo e/ou mediante acordo entre as partes, promover a definitiva e completa transferência para a **CONTRATADA** dos serviços que, na data da assinatura deste contrato, estejam sendo prestados por outras instituições financeiras. Essa transferência deverá ser precedida de entendimentos entre as partes, ficando consignados em instrumentos específicos os respectivos termos de prestação de serviços, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ADEQUAÇÕES DE SISTEMAS E PROCESSOS

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se, mutuamente, a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a perfeita manutenção dos controles, de modo a permitir que qualquer das partes possa, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:

Em razão dos termos ajustados no presente contrato, a **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato, **em parcela única**, a importância total e líquida de **R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)**, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, à vista e sem qualquer desconto, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar a **CONTRATANTE**, a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor total a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo segundo. Os juros moratórios previstos no parágrafo primeiro serão calculados, *pro rata die*, e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula:

EM = I x N x V

Onde:

EM = encargos moratórios

I = índice de 0,000328767 (correspondente à taxa anual de 12% (12/100)/365)

N = Número de dias entre a fixada para pagamento e a data de efetivo pagamento;

V = Valor em atraso.

Parágrafo terceiro. Fica estabelecido entre as partes que a **CONTRATADA NÃO RECEBERÁ** qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais pelos serviços objeto deste instrumento ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS ALTERAÇÕES:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes, inclusive aquelas relativas às regulamentações futuras e demais critérios operacionais que se fizerem necessários à sistemática dos serviços, dentre as quais, os respectivos prazos para sua realização, para que o contrato não venha a sofrer solução de continuidade.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

Parágrafo único. O ajuste poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, atendidas as condições do § 4° do art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e mediante remuneração proporcional ao valor previsto na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – deste contrato, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, em conformidade com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos

anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital, nos seguintes valores:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da **CONTRATANTE** para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da **CONTRATANTE**, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1.) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste contrato, com as especificações constantes no edital e neste contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2.) executar o serviço inerente ao objeto do contrato com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3.) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

e.4.) apresentar documentação falsa;

e.5.) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6.) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7.) fornecer declaração falsa;

e.8.) cometer fraude fiscal;

e.9.) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** não cumprir os itens do edital e deste contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas

de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela **CONTRATANTE**, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. O descumprimento, pela **CONTRATADA**, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à **CONTRATANTE** judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Sétima – Da Faculdade de Transferência dos Créditos.

Parágrafo oitavo. O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, ressalvas as hipóteses de inexecução total ou parcial de seu objeto, como também a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8.666/93, as quais se aplicarão para ambas as partes, no que couber, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo primeiro - Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a V; VII a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto a esta, o previsto no inciso XVII supramencionado.

Parágrafo segundo. Não será motivo de rescisão deste contrato, a ocorrência de uma ou mais das hipóteses contempladas no inciso VI, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja a comunicação prévia à **CONTRATANTE**, observadas as disposições da Cláusula Vigésima Primeira – Da Cessão.

Parágrafo terceiro. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**, precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo quarto. O presente contrato poderá ser rescindido judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quinto. Além das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8666/93, a **CONTRATANTE** poderá promover a rescisão deste contrato, se a **CONTRATADA, injustificadamente**:

a. Não observar qualquer prazo estabelecido neste contrato e seus anexos;
b. Não observar o nível de qualidade usual propostos para a execução dos serviços ora descritos;
c. Ceder ou transferir, total o parcialmente, este contrato, seus direitos ou obrigações, a terceiros, sem prévia anuência da **CONTRATANTE,** nos termos da Cláusula Vigésima Segunda – Da Cessão;

Parágrafo sexto. Em caso de rescisão contratual por iniciativa da **CONTRATANTE**, e desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal**,** a **CONTRATANTE** obriga-se a indenizar a **CONTRATADA**, proporcionalmente ao prazo restante para o término do contrato, em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes para sua expiração, devidamente corrigido, pelo IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, e sem prejuízo aos dispositivos legais previstos na Lei n.º 8.666/93**, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.**

Parágrafo sétimo. Na hipótese de rescisão deste contrato, a continuidade do pagamento das consignações assumidas pelos **BENEFICIÁRIOS** que possuam empréstimos não quitados até a data do evento, será mantida na **CONTRATADA**, durante o período necessário para a liquidação das aludidas operações de crédito, devendo, outrossim, ser providenciada a celebração de ajuste para este fim.

Parágrafo oitavo. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, **CAUCIONAR** ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono. Em caso de descumprimento, total ou parcial, dos termos deste contrato pela **CONTRATADA**, poderá a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, denunciá-lo ou rescindi-lo, ficando, neste caso, a **CONTRATANTE** desobrigada de ressarcir à **CONTRATADA** os recursos investidos, observado os procedimentos administrativos necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA REPARAÇÃO DE DANOS

Obrigam-se as partes a reparar todo e qualquer dano a que derem causa por culpa ou dolo, na execução dos serviços objeto deste contrato, até o limite do valor do dano material, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde a data da ocorrência do fato até a data de seu efetivo ressarcimento, ressalvados os casos fortuitos e/ou de força maior, tais como greves, proibições ou interdições de tráfego, inundações e demais eventos da natureza, sem prejuízo de outras penalidades e responsabilidades previstas na legislação em vigor e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do contrato, não constituirá novação ou representará renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado conforme Cláusula Vigésima Primeira – Da Publicação.

Parágrafo primeiro. O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

Parágrafo segundo. O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, cabendo à **CONTRATADA** indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do contrato.

Parágrafo terceiro. O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

a. Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade pregão;

b. Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;

c. Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;

d. Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;

e. Demais regulamentações referentes aos serviços bancários e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERÇA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da XXXXXXXXXXXXXXX

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 25/08/2021, às 08:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0671080** e o código CRC **3F2F78F8**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 595.2021.DCCON.0683380.2021.011045

Manaus, 23 de agosto de 2021.

À Senhora

VIVIAN DONATO LOPES

Diretora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas

Assunto: Encaminha autos para retificação do Termo de Referência 3 (SEI nº 0665394).

Senhora Diretora-Geral,

Considerando o que fora decidido pelo Exmo. Suprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, doutor Géber Mafra Rocha, em reunião realizada na presente data, via Plataforma *Teams*, na presença da signatária deste, do Presidente da Comissão Permanente de Licitação e das Assessoras Jurídicas da SUBADM, encaminho-lhe os presentes autos, para os seguintes fins:

1. retificação da alínea "d" do item 2.4.1 do Termo de Referência 3 (SEI nº 0665394), para constar que o prazo de concessão de empréstimo consignado pela instituição bancária vencedora da licitação será de **120 (cento e vinte) meses;**

2. inclusão das seguintes obrigações da CONTRATADA no item 7 do TR:

- Encaminhar à **CONTRATANTE**, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da **CONTRATANTE**, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da **CONTRATANTE**.
- Solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da **CONTRATANTE**, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da **CONTRATANTE**.
- Informar aos **BENEFICIÁRIOS** interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na **CONTRATADA** todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.
- Realizar cruzamento dos números de CPF informados pela **CONTRATANTE** com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo **BENEFICIÁRIO** já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.
- Disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos **BENEFICÁRIOS**.

- Manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à **CONTRATANTE**, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da **CONTRATANTE** e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.
- Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
- Comunicar à **CONTRATANTE**, até o 1º (primeiro) dia subseqüente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.
- Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.
- Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
- Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.
- Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.
- Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.
- Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
- Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE**.

3. inclusão das seguintes penalidades no item 9 do TR:

- O descumprimento, pela **CONTRATADA**, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à **CONTRATANTE** judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

- O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

Atenciosamente,

Caroline Ellen Bezerra

Chefe da DCCON

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 23/08/2021, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0683380** e o código CRC **3B79D3CF**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 59.2021.DG.0684302.2021.011045

Ilma. Sra.

CAROLINE ELLEN BEZERRA

Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Assunto: Encaminha nova versão do Termo de Referência tendo em vista a contratação de serviços bancários

Senhora Chefe,

Em atenção ao Memorando Nº 595.2021.DCCON.0683380.2021.011045, informamos que foram efetuados os ajustes do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2021.DG.0665394.2021.011045, conforme sugerido por essa Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, de acordo com o que foi decidido em reunião realizada em 23.08.2021, via Plataforma *Teams*, com a participação do Exmo. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, dessa Chefia da DCCON, do Presidente da Comissão Permanente de Licitação e das Assessoras Jurídicas da SUBADM.

Diante disto, encaminhamos a nova versão do documento TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045, com as devidas alterações, incluindo retificação e/ou inclusão dos itens sugeridos, a fim de que se dê prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Vívian da Silva Donato Lopes Martins
Diretora-Geral da PGJ/AM

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Patrícia Costa Martins
Diretora de Administração da PGJ/AM

Ivanete de Oliveira Nascimento
Diretora de Planejamento da PGJ/AM

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 24/08/2021, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 24/08/2021, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 24/08/2021, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 24/08/2021, às 17:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 25/08/2021, às 09:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0684302** e o código CRC **AB02747E**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, terá seu termo final em 07 de novembro de 2021, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da CONTRATADA e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATANTE, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da CONTRATANTE, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

2.2. Para fins de caracterização dos itens acima que detalham o objeto, devem ser tidas em conta as seguintes informações:

2.2.1 Dados referentes à alínea “a”:

a) Sobre a folha de pagamento da PGJ/AM, junho de 2021.

Valor Bruto: R$ 23.325.358,75

Valor Líquido: R$ 15.559.931,96

TABELA 1 - Folha de Pagamento da PGJ/AM por faixa de renda
Mês: junho de 2021

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	219
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	93
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	94
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	111
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	76
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	174
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	30
Acima de R$ 30.000,00	258

Total	**1055**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

TABELA 2 - Quantitativo de cargos PGJ/AM
Mês: junho de 2021

Classe	Cargo	Quantidade
Membro	Procurador de Justiça	21
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Inicial	40
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Final	97
Membro	Promotor de Justiça Substituto	19
Servidor	Agente de Apoio	157
Servidor	Agente de Serviço	58
Servidor	Agente Técnico	181
Servidor	Comissionado	108
Servidor	Militar à Disposição	37
Estagiários	Estagiários	186
Inativos	Inativos	79
Pensionistas	Pensionistas	67
Total		**1055**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

b) Sobre consignações na folha de pagamento da PGJ/AM

TABELA 3 - Consignações PGJ/AM, junho de 2021

PERÍODO	QTD/SERVIDOR	VALOR (R$)
JUL / 2020	444	672.846,13
AGO / 2020	449	699.321,82
SET / 2020	446	701.305,44
OUT / 2020	447	695.743,85
NOV / 2020	434	688.888,39
DEZ / 2020	433	684.006,82
JAN / 2021	425	670.171,94
FEV / 2021	419	674.376,58
MAR / 2021	407	651.439,10
ABR / 2021	408	656.034,84
MAI / 2021	415	680.181,64
JUN / 2021	425	683.412,23
Total		8.157.728,78

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

2.2.2 Dados referentes à alínea “b”:

TABELA 4 - Orçamento autorizado e realizado pela PGJ, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	273.598.002,12	270.329.757,27	237.482.095,21	237.479.186,87	243.310.312,73	238.606.353,04	225.610.505,00	115.342.965,16
Outras despesas correntes	86.141.506,05	84.090.211,14	59.112.982,26	58.416.080,32	77.476.032,18	75.393.008,58	63.263.546,88	42.935.059,95
Investimentos	8.096.935,39	7.785.653,81	3.488.021,02	3.468.883,44	2.019.026,69	1.876.145,52	16.125.948,12	343.740,86
Total	**367.836.443,56**	**362.205.622,22**	**300.083.098,49**	**299.364.150,63**	**322.805.371,60**	**315.875.507,14**	**305.000.000,00**	**158.621.765,97**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 5 - Orçamento autorizado e realizado pelo FAMP, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	1.291.910,33	0,00	542.578,14	0,00	856.000,00	0,00	416.000,00	0,00
Investimentos	1.938.380,50	0,00	1.091.014,81	0,00	229.000,00	0,00	239.000,00	0,00
Inversões Financeiras	-	-	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	45.000,00	0,00
Total	**3.230.290,83**	**0,00**	**1.733.592,95**	**0,00**	**1.185.000,00**	**0,00**	**700.000,00**	**0,00**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 6 - Orçamento autorizado e realizado pelo PROVITA, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

Obs.: No Provita, os valores das colunas “previsto” (autorizado final/ano), nos encerrados de 2018 a 2020, se encontram com registro zero (R$ 0,00) no Relexeorc, visto que a UG repassou integralmente(destacou) seu orçamento para execução pela PGJ, e nesta UG foi incorporado.

2.3 DOS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA

2.3.1 A CONTRATADA deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça (pessoa jurídica):

a) Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela Instituição Financeira.

b) Abertura e manutenção de contas correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c) Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

d) Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da CONTRATANTE, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (internet), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da ProcuradoriaGeral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e) Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses do Órgão, observando as recomendações do Banco Central do Brasil relativas às aplicações de recursos públicos.

f) Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/ProcuradoriaGeral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 05 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 02 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. André Araújo, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 01 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da CONTRATANTE;

f.1) A CONTRATADA terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra.

f.2) O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário e demais terminais de caixa eletrônico será de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da aprovação do projeto e liberação do espaço pela CONTRATANTE, prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "g".

f.4) A CONTRATADA deverá assinar Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5) As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela instituição vencedora, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "g".

2.4 DOS SERVIÇOS – PESSOA FÍSICA

2.4.1 A CONTRATADA deverá oferecer os seguintes produtos e serviços para pessoas físicas, compreendendo membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:

a) Abertura e manutenção de contas salários, contas correntes e contas poupanças em nome dos correntistas, sem custos.

b) Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1 05 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2 02 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3 02 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4 Transferências de recursos entre contas da própria CONTRATADA;

b.5 05 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização.

b.7 01 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de conta salário, conta corrente e poupança.

c) Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d) Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, com prazos de até 120 (cento e vinte) meses, para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATADA e em conexão com o previsto na alínea "a" do item 2.1.

e) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

f) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

g) Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

2.4.2 Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS e a CONTRATANTE anteriormente a assinatura do contrato.

2.4.3 Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

2.4.4 Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

2.4.5 Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos no presente tópico, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB.

2.5 A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da CONTRATADA, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

3. DA CONTRAPARTIDA

3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Na fase pertinente do certame, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

4.1.2 Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

5.1.1 Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da CONTRATADA, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

5.1.2 A indenização referida no item anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.

5.2 A CONTRATADA deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e on line, através da rede mundial de computadores internet, sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3 A Instituição Financeira CONTRATADA deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da CONTRATANTE, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

5.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da Procuradoria-Geral de Justiça que regular a matéria.

5.5 Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).

5.6 Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a CONTRATADA.

6. DO TERMO DE CESSÃO DE USO

6.1 A Cessão de Uso de que trata o presente Termo de Referência será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário, o qual não poderá ser destinado à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.2 A CONTRATANTE deverá permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

6.3 A Cessão de Uso de que trata o presente instrumento terá o mesmo prazo de vigência do contrato, nos termos estabelecidos no subitem 5.1. 6.4 Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela CONTRATADA, esta deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis;

6.5 A CONTRATANTE poderá revogar a Cessão de Uso

6.5.1 Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela CONTRATADA;

6.5.2 Por razão de interesse público que assim o justifique.

6.6 A denúncia da Cessão de Uso poderá ser feita pela CONTRATADA nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.

6.7 Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a CONTRATADA, terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do local.

6.8 As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da CONTRATANTE, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste instrumento, de acordo com as cláusulas contratuais e disposições legais e regulamentares cabíveis, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas.

7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.

7.3 A CONTRATADA deverá designar agência bancária localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.

7.4 A CONTRATADA promoverá, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, com coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da CONTRATANTE.

7.5 A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização dos mesmos.

7.6 A CONTRATADA deverá efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços.

7.6.1 Deverá solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da CONTRATANTE, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da CONTRATANTE.

7.6.2 A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.6.3 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7.7 A CONTRATADA deverá assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.7.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à CONTRATANTE responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

7.7.2 A CONTRATADA deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

7.8 A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que esta julgar necessário.

7.9 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da CONTRATANTE, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE.

7.9.1 Deverá responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

7.10 A CONTRATADA deverá informar aos BENEFICIÁRIOS interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na CONTRATADA todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.

7.11 Deverá realizar cruzamento dos números de CPF informados pela CONTRATANTE com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo BENEFICIÁRIO já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.

7.12 Deverá disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos BENEFICIÁRIOS.

7.13 Deverá manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à CONTRATANTE, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da CONTRATANTE e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.

7.14 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.

7.15 Caso ocorra do crédito do salário não estar disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da CONTRATANTE.

7.16 Comunicar à CONTRATANTE, até o 1º (primeiro) dia subsequente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.

7.17 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.

7.18 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

7.19 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.

7.20 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

7.21 A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.

7.21.1 A CONTRATADA deverá arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

7.22 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.

7.23 A CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades em dias de expediente da CONTRATANTE, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a CONTRATADA deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

7.23.1 O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante prévio entendimento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

7.23.2 Nos dias estabelecidos pela CONTRATANTE como os dias de pagamento de seus membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo dois funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

7.23.3 A CONTRATADA deverá executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

7.24 A CONTRATADA deverá executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

7.25 A CONTRATADA se obriga a manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada, à CONTRATADA, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

7.26 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

7.26.1 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, uma vez que inexiste qualquer vinculação da CONTRATADA com esta Instituição Ministerial em relação a essas obrigações.

7.26.2 Além dos encargos pertinentes, será responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à CONTRATANTE ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.27 A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

7.28 A CONTRATADA ficará obrigada a manter-se, durante o período do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na futura licitação, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

7.29 A CONTRATADA deverá aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

7.30 A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.30.1 A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, sub-empreiteiros ou quaisquer outros.

7.23 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ-AM:

8.1 Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.

8.2 Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas.

8.3 Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à CONTRATADA. Comissão Permanente de Licitação EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ Av. Coronel Teixeira, 7.995. Nova

Esperança. Cep.: 69037-473. Fone-Fax: (92) 3655-0701/0743.

8.4 Colocar à disposição da CONTRATADA a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, livre e desembaraçada e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.

8.5 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devam ser interrompidas.

8.6 Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.

8.7 Permitir o acesso do pessoal autorizado da CONTRATADA para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.

8.8 Permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

8.9 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições da presente contratação.

9.2. Conforme o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, na hipótese da CONTRATADA, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da presente contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato/objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, e no Edital e das demais cominações legais.

9.3 Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na seção de penalidades deste Termo de Referência:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da CONTRATANTE para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da CONTRATANTE, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, com as especificações constantes no edital e no contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2) executar o serviço inerente ao objeto contratado com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

e.4) apresentar documentação falsa;

e.5) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7) fornecer declaração falsa;

e.8) cometer fraude fiscal;

e.9) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA não cumprir os as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital e do contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.4 O descumprimento, pela CONTRATADA, dos prazos para pagamento da folha

implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à CONTRATANTE judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

9.4.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Terceira – Da Contrapartida.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela FISCALIZAÇÃO e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria CONTRATANTE.

10. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis à espécie, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e integra o procedimento interno respectivo.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 24/08/2021, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 24/08/2021, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 24/08/2021, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 24/08/2021, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 25/08/2021, às 09:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0684237** e o código CRC **B13D695E**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 606.2021.DCCON.0684763.2021.011045

Manaus (Am.), 25 de maio de 2021.

Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PGJ/AM

Assunto: Encaminha minuta de contrato – *contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários***.**

Senhor Presidente,

Trata-se de Procedimento Interno que visa a *contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses*, conforme o Termo de Referência 7 (SEI nº 0684237).

Assim, encaminho a minuta de contrato (0671080) elaborada por esta Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis a essa Comissão Permanente de Licitação.

Em tempo, informo que a referida minuta deve ser analisada e aprovada pela assessoria jurídica deste *Parquet*, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal de Licitação e Contratos.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 25/08/2021, às 08:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0684763** e o código CRC **3269DF5C**.

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2021-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, tendo em vista o que consta do Procedimento SEI n.º 2021.011045, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 185/2021, e alterações, do Procurador-Geral de Justiça, torna público que fará realizar **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR OFERTA, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global, em** conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007, com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o Decreto Federal n.º 10.024, de 20/09/2019, com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005 e 34.162/2013, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO INTERNO N.º	**2021.011045**
Recebimento das propostas:	a partir da data de publicação do aviso no DOMPE.
Abertura das propostas:	às 10 horas do dia **xx/xx/2021** (horário de Brasília).
Licitação exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO	
Endereço eletrônico:	http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
Código UASG:	925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, designado por ato interno, denominado Pregoeiro, e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo **http://www.comprasgovernamentais.gov.br**.

1.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a ***contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.***

2.2. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045,** Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital.

2.3. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a taxas, impostos, licenças, encargos sociais, ou outra, que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.4. Integra o presente Edital, como parte indissolúvel:

a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045;
b) Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;
c) Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
d) Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;
e) Anexo V – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

2.5. O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, **no mínimo R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) mais percentual, devendo ser observado o subitem 9.5. e seguintes**.

3. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações, em obediência ao disposto no item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045** (Anexo I).

3.2. As demais condições para prestação dos serviços encontram-se estabelecidos no Item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045**, Anexo I e parte integrante deste Edital;

3.3. As características detalhadas e demais informações relevantes à futura contratação estão definidos nos Itens 2, 4, 5, 6 e 7 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045** (Anexo I), bem assim nas disposições correspondentes da Minuta de Contrato (Anexo II), partes integrantes deste Edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Em face da natureza do objeto da contratação, não haverá despesas, motivo pelo qual se mostra desnecessário a indicação de dotação orçamentária.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

5.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais

no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

6.1.1 A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

6.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site http://www.comprasgovernamentais.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

6.3. A licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 26, parágrafo 4.º, do Decreto n.º 10.024/2019.

6.4. **Será exigida do licitante Declaração de ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**, a qual será feita no campo do sistema *Comprasnet* destinado para tanto.

6.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

6.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

6.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses

elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

6.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL;**

6.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no país e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

6.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão de participar de licitação e/ou impedimento de contratar e licitar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93 (MS n.º 174.274/SP - 2ª. Turma; RMS Nº 326.628 – SP e REsp 151.567/RJ - 2ª. Turma);

6.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** ou à **CPL**;

6.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e

empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6.8 **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.**

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade de parcelamento do mesmo, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado neste certame.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos

sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

8.1.1. Percentual;

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante**;

8.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 8.6 deste Edital.

8.2. No percentual proposto estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. O percentual ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. O **prazo de validade da proposta não será inferior** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.5. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.6. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.7. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. O **critério de julgamento** será o de **MAIOR OFERTA**, admitindo-se como critério de aceitabilidade, o valor mínimo aceitável como oferta de **R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) mais o percentual mínimo de 0,0001%**, conforme definido no subitem 2.5. e 9.5.3., ambos deste Edital e seus anexos.

9.5.1. Para viabilizar a realização da licitação pelo Portal do COMPRASNET e tendo em vista que este Sistema não disponibiliza o julgamento por **MAIOR OFERTA**, as propostas de preços serão formuladas com a indicação do percentual de acréscimo (para fins do sistema, maior "desconto") ofertado sobre o valor mínimo aceitável

(subitem 9.5. anterior).

9.5.2. Para efeito de julgamento por **MAIOR OFERTA**, será considerado o valor resultante da aplicação percentual de acréscimo ofertado (para fins do sistema, maior "desconto") pelo licitante sobre o valor mínimo aceitável como oferta.

9.5.3. **Serão admitidos valores percentuais positivos, com até 4 (quatro) casas decimais.**

9.5.4. O **percentual de "desconto"** ofertado será o **critério** adotado para **classificação e julgamento das propostas única** e exclusivamente para fins dos **LANCES** no **Sistema COMPRASNET**, demonstrando, ao final, o quanto a licitante se dispõe a pagar a título de **CONTRAPARTIDA**, sendo considerado como valor efetivo da proposta ou do lance (MAIOR OFERTA) o montante de **R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)**, acrescido do **valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta**.

9.5.4.1. O percentual de "desconto" ofertado será convertido no valor da CONTRAPARTIDA, conforme fórmula a seguir:

C = 6.000.000,00 x (1+P/100)

Em que:

C = contrapartida;

P = percentual de "desconto" ofertado na proposta/lance.

9.5.4.2. A fim de esclarecer o modelo adotado para o presente certame e ilustrar, a tabela a seguir retrata qual o valor da proposta a ser considerado para efeito prático de julgamento e adjudicação resultantes de aplicação do percentual de oferta apresentado por licitante:

Percentual ofertado nos LANCES ("desconto")	Valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 6.000.000,00)	Valor considerado para efeito de julgamento e adjudicação
0,0001%	6,00	6.000.006,00
0,0002%	12,00	6.000.012,00
0,0003%	18,00	6.000.018,00
0,0010%	60,00	6.000.060,00
0,0100%	600,00	6.000.600,00
0,1000%	6000,00	6.006.000,00
1,0000%	60.000,00	6.060.000,00
1,0500%	63.000,00	6.063.000,00
1,7000%	102.000,00	6.102.000,00

2,0000%	120.000,00	6.120.000,00

9.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do percentual consignado no registro.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **percentual superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,0001% (um décimo de milésimo de por cento);

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo

real, do percentual do maior lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos percentuais apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência,

sucessivamente, aos bens produzidos:

9.28.1. no país;

9.28.2. por empresas brasileiras;

9.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço (percentual), para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.31. Após a negociação do percentual (maior oferta), o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, além das obrigações previstas no Item 8 e no modelo do Anexo IV:

a) **Valores deverão ser expressos em moeda corrente nacional**, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo,

tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

c) **Prazo de validade da proposta** de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

d) **Especificações claras, completas e minuciosas**, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

e) A **oferta** deverá ser **firme e precisa**, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

f) Os seguintes **dados da licitante**: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

g) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário** da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

h) **Designação da agência bancária** localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

10.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo III do edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores da proposta reajustada aos lances, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações

apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessárias para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

f) Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

g) Declaração da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas; e

h) Declaração da LICITANTE de que as agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor/percentual e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em

Minuta de Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2021-CPL/MP/PGJ (0688869) SEI 2021.011045 / pg. 132

primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do percentual/preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo IV**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.5. A proposta e documentação, se necessário, será analisada por equipe formada pela **DIRETORIA GERAL - DG** desta Instituição, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 12.4. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.3. Apresentarem preço global inferior àquele estipulado no subitem 2.5. deste Edital;

11.2.2. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.3.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de **nova oferta, com desconto nunca inferior a 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total de sua última proposta (taxa de agenciamento), limitado a 3 (três) oportunidades, conforme previsto no Edital, vedada a juntada de documento novo.**

11.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a

nova data e horário para a sua continuidade.

11.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.10. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.11. Quando da proposta de preços não constar quaisquer dos prazos previstos, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.12. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.14. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

11.14.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

11.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos**

Minuta de Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2021-CPL/MP/PGJ (0688869) SEI 2021.011045 / pg. 134

"protocolos" ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **subitem 7.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das

Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

12.7.8. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob

pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.3. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.4. A boa situação da licitante será comprovada através do índice que mede a solvência dos bancos, denominado **Índice de Basiléia**, devendo ser comprovado o índice mínimo de **8% (oito por cento)**, de acordo com a fórmula abaixo descrita que deverá ser apresentada, preferencialmente, com memória de cálculo, acompanhada do último relatório disponível do BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB, no qual o referido índice esteja demonstrado:

IB=PR x 100 (PRE/fator F)

Onde:

IB: Índice de Basiléia ou Índice de Adequação de Capital;

PR: Patrimônio de Referência;

PRE: Patrimônio de Referência Exigido;

Fator F = 0,11

8.3.1.2. A relação entre Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados –

Patrimônio de Referência Exigido (PRE) obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução do CMN n° 3.490, de 29 de agosto de 2007 e Circular do BC n° 3.360, de 12 de setembro de 2007 e demais normas aplicáveis.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no subitem 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, nos termos do subitem 5.1 do Termo de Referência anexo.

12.10.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123,

de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3 deste instrumento convocatório.

12.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem 12.13. do Edital.

12.11.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e

trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente ou via fac-símile deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no subitem 24.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta

licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias corridos**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).
13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.
13.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa
13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.
15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 16.6, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

16.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

16.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura

da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações, conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de

26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DA CESSÃO CONTRATUAL

17.1. Nos termos da **Cláusula Vigésima da Minuta de Contrato**, *Anexo II*, parte integrante deste Edital, o futuro contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a CONTRATADA transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Além das obrigações compreendias **nos Itens 2, 3, 5, 7 e demais do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 7.2021.DG**, *Anexo I* a este Edital, bem como nas **Cláusulas Nona da Minuta de Contrato,** *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

18.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

18.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 7.2021.DG**, *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Décima do futuro ajuste contratual,** *Anexo II.*

20. DO PAGAMENTO

20.1 A **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste instrumento, **em parcela única**, a importância total e líquida com a qual sagrou-se vencedora da licitação, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, à vista e sem qualquer desconto, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

20.2 Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar à **CONTRATANTE** multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor total a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento, nos termos ajustados em contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de multa de 30% do valor total da contrapartida, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
21.1.3. apresentar documentação falsa;
21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
21.1.6. não mantiver a proposta;
21.1.7. cometer fraude fiscal;
21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de

lances.

21.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

21.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 12.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

21.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicada pela **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

21.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

21.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

21.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, as multas aplicadas no item 9 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045** e Cláusula Décima da Minuta de Contrato, segundo a gravidade da falta.

21.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

21.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

21.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

21.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

21.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no **Ato PGJ n.º 187/2021** (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

22.1. Até o dia **XX/08/2021, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada. ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação,** prorrogável desde que devidamente justificado.

22.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia XX/08/2021, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ), no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, prorrogável desde que devidamente justificado, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos divulgadas pelo sistema vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de

segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

23.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

23.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

23.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

23.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

23.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

23.7. **Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem.**

23.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

23.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

23.7.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.7.3.1. **Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.**

23.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

23.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

23.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

23.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

23.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico **http://www.comprasgovernamentais.gov.br**.

23.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

23.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados, sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação no formato eletrônico, através de consulta aos sítios **http://www.comprasgovernamentais.gov.br** e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

23.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

23.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2021-CPL/MP/PGJ

Manaus – AM, xx de agosto de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça

instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

(Cidade-UF),_____ de _____ 2021.

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para o fornecimento dos bens abaixo relacionados, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2021-CPL/MP/PGJ, promovido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**:

DESCRIÇÃO		
Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.		
PERCENTUAL DE "DESCONTO" OFERTADO % COMPRASNET	**Valor resultante da aplicação do percentual MÍNIMO (0,0001%) sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 6.000.000,00)**	**Valor TOTAL considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
%	R$	R$

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta: _____**
2. **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.
3. **Designação da agência bancária localizada em Manaus-AM** como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

DECLARAÇÕES:

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes no fornecimento dos materiais;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

DESPACHO Nº 60.2021.CPL.0688870.2021.011045

Objeto: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.

Trata-se dos autos do procedimento interno em epígrafe, versando sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada, inicialmente, através do **MEMORANDO Nº 33.2021.DG.0658698.2021.011045**, exarado pelos i. **Vívian da Silva Donato Lopes Martins,** Diretora-Geral da PGJ/AM, **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho,** Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM, **Patrícia Costa Martins,** Diretora de Administração da PGJ/AM, **Ivanete de Oliveira Nascimento,** Diretora de Planejamento da PGJ/AM e **Marcus Roberto Laranjeira da Silva,** Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM, datado de 13/07/2021.

O detalhamento do objeto foi realizado por intermédio do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2021.DG.0658711.2021.011045**, o qual seguiu à apreciação do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha, que determinou o retorno dos autos via **DESPACHO Nº 312.2021.01AJ-SUBADM.0664326.2021.011045**, encaminhando à Diretoria-Geral - DG, para providências, em 19/07/2021.

O novo detalhamento do objeto se deu por intermédio do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2021.DG.0665394.2021.011045**, encaminhado através do **MEMORANDO Nº 39.2021.DG.0665393.2021.011045**, datado de 22/07/2021, seguindo, portanto, à apreciação do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha que, por sua vez, aprovou e determinou o seguimento do feito ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, consoante **DESPACHO Nº 327.2021.01AJ-SUBADM.0667900.2021.011045**, chancelado em 23/07/2021.

Na oportunidade, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS, por meio do **MEMORANDO Nº 328.2021.SCOMS.0676539.2021.011045**, datado de 13/08/2021, apresentou algumas ponderações e solicitou orientações da douta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Nessa esteira, o Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

Dr. Géber Mafra Rocha exarou o DESPACHO Nº 370.2021.01AJ-SUBADM.0679974.2021.011045, datado de 17/08/2021, *"fundamentado pela orientação do TCU, AUTORIZO, neste caso excepcional, pelas peculiaridades do processo, a dispensa da pesquisa de preços, pelos motivos até expostos, devendo os autos seguirem diretamente à Comissão Permanente de Licitação - CPL para prosseguimento do feito, com a urgência devida, tendo em vista a aproximação do fim da vigência do atual contrato."*

Em análise dos autos recebidos em 17/08/2021, este Colegiado concluiu pela necessidade do envio à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para elaboração do respectivo prospecto de termo de garantia ou contrato administrativo, nos termos do **MEMORANDO Nº 240.2021.CPL.0680922.2021.011045**, emitido em 19/08/2021. Em atenção, fora devidamente juntado aos autos a **MINUTA DE CONTRATO** (doc. 0671080), em 23/08/2021. Outrossim, a Divisão de Contratos e Convênios – DCCON solicitou ajuste no TR, conforme **MEMORANDO Nº 595.2021.DCCON.0683380.2021.011045.**

Desta forma, fora emitido novo e último **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045**, com as alterações cabíveis.

Retornados os autos conclusos, em 25/08/2021, procedeu-se a análise do Termo de Referência supra e dos demais documentos acostados aos fólios processuais, considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, enfatizando que a escolha da modalidade recaiu por força do valor orçado para contratação face ao que estabelece o artigo 23, inciso I, "b" da Lei n.º 8.666/93, de forma que esta CPL confeccionou **MINUTA DE EDITAL, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (doc. 0688869), tipo MAIOR OFERTA.**

Sendo assim, **encaminhem-se os autos** do Procedimento Interno em epígrafe à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, a fim de cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo (a) Ordenador(a) de Despesas da última versão do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045**, **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO** (doc. 0671080) e da **MINUTA DE EDITAL** (doc. 0688869).

Manaus, 2 de setembro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 02/09/2021, às 10:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0688870** e o código CRC **E76A7A74**.

PARECER Nº 95.2021.01AJ-SUBADM.0689593.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Foi determinada a readequação do Termo de Referência, dada a necessidade de realização de concurso público para provimento dos cargos imprescindíveis à formação da equipe do Programa RECOMEÇAR ou, se for o caso, dos encaminhamentos para elaboração de projeto de lei de criação de tais cargos, conforme teor do Despacho 312 (0664326).

Cumprindo o despacho, a Diretoria-Geral juntou aos autos o Termo de Referência 3 (0665394), que foi devidamente aprovado pelo Despacho 327 (0667899) do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM.

A pesquisa de preços foi excepcionalmente dispensada pelas peculiaridades do caso, e o feito seguiu à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, que elaborou a Minuta de Contrato (0671080) e sugeriu retificações e inclusões de cláusulas no Termo de Referência 3, como se pode depreender do Memorando 595 (0683380).

Não houve manifestação da Divisão de Orçamentos e Finanças - DOF, tendo em vista que não haverá dispêndio de valores por parte desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Desta feita, chega à análise desta assessoria jurídica novo Termo de Referência 7 (0684237) e a Minuta do Edital de Pregão Eletrônico (0688869), para emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo(a) Ordenador(a) de Despesas tudo nos termos do art. 38, da Lei nº 8.666/93.

É o relatório. OPINO.

De início, reitero que o Termo de Referência já fora de devidamente analisado, com a emissão do respectivo parecer jurídico. As alterações empreendidas não alteram substancialmente seu objeto, tratando-se apenas de inclusões de cláusulas para salvaguarda dos interesses institucionais, motivo pelo qual sugerimos sua APROVAÇÃO. Passa-se à análise da Minuta do Edital de Pregão Eletrônico.

Como já exposto neste autos, o caso em comento retrata situação *sui generes*, pois em que pese a Administração contratar, não despenderá valores na avença. Ao contrário, receberá contrapartida pela prestação do serviço bancário em caráter exclusivo. Isto porque, como explica o próprio TCU, "*o que se pretende é a contratação de um serviço atípico, pois não se contrata apenas um serviço a ser prestado à administração, mas a exploração econômica de um ativo*".

Conforme teor do Acórdão TCU 33466-2013 (0676563), ficou definido que: I) a contratação deve ser instrumentalizada por meio de contrato administrativo; II) A Administração pode optar pela dispensa de licitação com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, c/c o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, desde que devidamentedemonstrada a sua vantagem em relação à adoção do procedimento licitatório; III) em havendo interesse na participação de entidades públicas e privadas, deve ser realizada a licitação, em cumprimento aos princípios esculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, bem assim da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e de outros princípios correlatos estampados no artigo 3º da Lei 8.666/1993, adotando as seguinte medidas:

- estimar o orçamento base da contrapartida financeira a ser paga pela futura contratada com fundamento em estudo ou avaliação de mercado, em cumprimento à finalidade da condição prevista no artigo 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;

- realizar licitação na modalidade pregão, prevista na Lei 10.520/2001, preferencialmente sob forma eletrônica, conforme exige o artigo 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005, tendo por base critério "maior preço", em homenagem ao princípio da eficiência, insculpido no caput do artigo 37 da Constituição Federal e da seleção proposta mais vantajosa para a Administração Pública, inserto no caput do artigo 3º da Lei 8.666/1993.

Assim sendo, conforme dispõe o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do regime jurídico-administrativo, razão pelo qual a deflagração do procedimento licitatório constitui-se como regra. Segundo a melhor doutrina, a licitação caracteriza-se por ser um procedimento prévio de seleção, por meio do qual a Administração, mediante critérios previamente estabelecidos, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um Contrato Administrativo ou instrumento semelhante.

De acordo com o art. 4º, da Lei n.º 8.666/1993, todos os participantes de um certame têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido pela Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos

Nesse diapasão, insta ressaltar que o ordenamento jurídico pátrio dispõe que a Administração Superior deverá iniciar o certame com uma fase interna, que segundo MATHEUS CARVALHO (in Manual de Direito Administrativo. 4ª ed. Salvador: JusPodivm, 2019, p. 467), acontece quando: a *"Administração Pública está, internamente, se organizando para licitar, com a abertura do processo administrativo respectivo e com a realização dos atos preparatórios que justifiquem a realização do certame. O texto legal define requisitos a serem observados para início do procedimento"*.

A Lei Federal n.º 10.520/02, instituiu o Pregão como modalidade de licitação tendente à aquisição de "bens ou serviços comuns", definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Nesse sentido, estabelece o parágrafo único do art. 1.º da referida lei:

> Art. 1.º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Na realidade, a norma, ao restringir o âmbito de aplicação do Pregão, objetiva viabilizar a realização de um procedimento mais simples para aquisição de bens e serviços razoavelmente padronizados, possibilitando à Administração negociar o melhor preço, sem comprometer a viabilidade da proposta.

No caso concreto, a modalidade selecionada para a contratação pretendida pela

Administração – **Pregão Eletrônico, com critério de julgamento MAIOR OFERTA, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global**, atende aos ditames legais e se afigura como adequada dada as particularidades em questão, seguindo as orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

O art. 21 do Decreto n.° 3.555/00, elenca todos os atos essenciais a realização do Pregão nos seguintes termos:

> Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:
>
> I - justificativa da contratação;
>
> II - termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;
>
> III - planilhas de custo;
>
> IV - garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;
>
> V - autorização de abertura da licitação;
>
> VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
>
> VII - parecer jurídico;
>
> VIII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
>
> IX - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
>
> X - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;
>
> XI - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e
>
> XII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

No mais, como sabido, o Edital é o instrumento convocatório do certame, além de ser indispensável para o regular andamento do processo de licitação e vincular os licitantes e a Administração Pública. Cabe ao Edital e seus anexos dispor acerca das condições e regras de habilitação, critérios de julgamento, bem como definir as penalidades a serem cominadas, a forma de pagamento, dentre outros aspectos. Assim, em suma, cumpre-lhe atribuir mecanismos que assegurem e promovam a máxima competitividade e a igualdade entre os licitantes, de maneira que o resultado do certame seja o mais efetivo e legítimo aos interesses da Administração Pública.

In casu, considero presentes todos os elementos obrigatórios desse instrumento, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 4.º da Lei n.° 10.520/02; no art. 40 da Lei n.° 8.666/93, naquilo que é cabível; no art. 9.° do Decreto n.° 7.892/13 e, no âmbito interno, no art. 7.º do Ato PGJ n.º 389/07 (regulamenta o Pregão Presencial e Eletrônico).

Isto posto, pelos fatos e fundamentos ora apresentados, esta assessoria jurídica OPINA favoravelmente pela aprovação das Minutas do Termo de Referência 7 (0684237) e de Edital de Pregão Eletrônico (0688869), de forma a alicerçarem o respectivo procedimento licitatório.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), 03 de setembro de 2021.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO
Assessora Jurídica
Ato PGJ nº 338/2020

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a)**

Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça, em 03/09/2021, às 10:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0689593** e o código CRC **8B5796A7**.

DESPACHO Nº 409.2021.01AJ-SUBADM.0689594.2021.011045

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Foi determinada a readequação do Termo de Referência, dada a necessidade de realização de concurso público para provimento dos cargos imprescindíveis à formação da equipe do Programa RECOMEÇAR ou, se for o caso, dos encaminhamentos para elaboração de projeto de lei de criação de tais cargos, conforme teor do Despacho 312 (0664326).

Cumprindo o despacho, a Diretoria-Geral juntou aos autos o Termo de Referência 3 (0665394), que foi devidamente aprovado pelo Despacho 327 (0667899) do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM.

A pesquisa de preços foi excepcionalmente dispensada pelas peculiaridades do caso, e o feito seguiu à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, que elaborou a Minuta de Contrato (0671080) e sugeriu retificações e inclusões de cláusulas no Termo de Referência 3, como se pode depreender do Memorando 595 (0683380).

Não houve manifestação da Divisão de Orçamentos e Finanças - DOF, tendo em vista que não haverá dispêndio de valores por parte desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Foram juntados ao processo, por fim, novo Termo de Referência 7 (0684237) e a Minuta do Edital de Pregão Eletrônico (0688869), para emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo(a) Ordenador(a) de Despesas tudo nos termos do art. 38, da Lei nº 8.666/93.

Por sua vez, após instada, a assessoria jurídica acostou ao presente caderno administrativo o Parecer 95 (0689593), opinando favoravelmente pela aprovação das Minutas do Termo de Referência 7 (0684237) e de Edital de Pregão Eletrônico (0688869), de forma a alicerçarem o respectivo procedimento licitatório.

Diante de todo o exposto, **ACOLHO** a supracitada peça opinativa e **APROVO** as Minutas do Termo de Referência e do Edital de Pregão Eletrônico. Assim, **DETERMINO** o encaminhamento dos autos à CPL, para providências de estilo.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus(Am), 03 de setembro de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 03/09/2021, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0689594** e o código CRC **316CB015**.

ATO Nº 185/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 26.03.2007, que estabelece normas para constituição da Comissão Permanente de Licitação, no âmbito desta Procuradoria-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO a previsão expressa no art. 7.º da Lei n.º 3.147, de 06.07.2007, publicada no DOE de 09.07.2007;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1.º – DESIGNAR o servidor EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, como Presidente, e os servidores SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES, MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS e IURY FECHINE RAMOS, Agentes de Apoio – Administrativo, em decorrência da experiência e capacitação técnica para, na qualidade de membros, comporem a Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo mandato de 1 (um) ano.

Art. 2.º – DESIGNAR o servidor MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio – Administrativo, para secretariar os trabalhos da Comissão ora composta.

Art. 3.º – INDICAR como substitutos eventuais os servidores FABÍOLA DE SOUZA MENDANHA e THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA, Agentes de Apoio – Administrativo, desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 4.º – DETERMINAR que os Pregoeiros Oficiais e Agentes de Contratação do Ministério Público sejam designados por ato próprio, podendo ser indicado, mediante Portaria, quem funcionará especificamente a cada pregão, assim como os membros da equipe de apoio.

Art. 5.º – Este Ato entrará em vigor a contar da data de 12 de julho de 2021.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 186/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno - SEI N.º 2021.010249, em que figura, como parte interessada, o Exmo. Sr. Dr. GUSTAVO VAN DER LAARS, Promotor de Justiça de Entrância Inicial, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Alvarães;

CONSIDERANDO as disposições do r. DESPACHO N.º 337.2021.06AJ-SUBADM.0659292.2021.010249, de 07 de julho de 2021, expedido pela douta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso V, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

EXONERAR a bacharela MARCYA LINS CAMPOS do cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial, símbolo MP.06.03, a contar de 07.07.2021.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0948/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 0754/2021/PGJ, que designou os Promotores de Justiça de Entrância Inicial e Substitutos como plantonistas durante do mês de abril/2021;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ALTERAR os termos da Portaria n.º 0754/2021/PGJ, datada de 30.03.2021, que designou os Promotores de Justiça de Entrância Inicial e Substitutos como plantonistas, na parte referente ao POLO 5 – BAIXO AMAZONAS, item 1 (Maués, Boa Vista do Ramos e Urucará), conforme abaixo especificado:

POLO 5 – BAIXO AMAZONAS

1. Maués, Boa Vista do Ramos e Urucará

Período: 16 a 30.04.2021 - Dr. ROBERTO NOGUEIRA

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 23 de abril de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1548/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 054/98-CSMP, de 23 de setembro de 1998, que disciplina e define a manifestação dos Órgãos do Ministério Público de 1.ª e 2.ª instâncias, no que tange à apresentação de contrarrazões sempre que o advogado, ao interpor o Recurso de Apelação, invocar a aplicação do art. 600, § 4.º, do Código de Processo Penal;

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. DANIEL LEITE BRITO, Promotor de Justiça de Entrância Final, Titular da 8.ª Promotoria de Justiça de Manaus (10.ª Vara Criminal), para oferecer as contrarrazões nos autos da Apelação Criminal n.º 0632081-98.2019.8.04.0001, em tramitação na Segunda Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

a) acolher, motivadamente, as razões recursais, modificando e tornando pública a decisão final exarada;

b) rejeitar, motivadamente, as razões recursais, encaminhando os autos ao Procurador-Geral de Justiça para apreciação final, que:

1. poderá, fundamentadamente, acolher as razões para ao final, reformar a sanção imposta, ou rejeitá-las mantendo a decisão atacada;

2. determinará a publicização da decisão final.

II – impetrar pedido de reconsideração contra decisão de aplicação de inidoneidade exarada pelo Procurador-Geral de Justiça que poderá:

a) acolher, motivadamente, o pedido de reconsideração, modificando e tornando pública a decisão final exarada;

b) rejeitar, motivadamente, o pedido de reconsideração, tornando pública a decisão exarada.

Parágrafo único. A autoridade competente providenciará, por meio da secretaria respectiva, a publicação no Diário Oficial Eletrônico - DOMPE de extrato da decisão exarada em face do recurso hierárquico ou do pedido de reconsideração.

Art. 11 A Comissão Permanente de Licitação – CPL deverá promover todos os atos de citação, intimação e / ou notificação dos interessados e ainda:

I – não havendo manifestação recursal e não havendo aplicação da sanção de multa, informar à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos – SUBADM acerca da inércia ocorrida;

II - inexistindo manifestação recursal e havendo aplicação de multa, determinar seu recolhimento à contratada /licitante sancionada:

a) no adimplemento do recolhimento, encaminhar os autos à Diretoria de Orçamento de Finanças – DOF e após, promover seu arquivamento;

b) no inadimplemento do recolhimento da multa, encaminhar os autos para o Procurador-Geral de Justiça, para análise quanto a conveniência e oportunidade de encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado, para devida inscrição em dívida ativa.

III – existindo manifestação recursal ou pedido de reconsideração, encaminhar à autoridade competente;

IV – após trânsito julgado administrativo, providenciar o lançamento das sanções junto aos sistemas competentes, tais como o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art. 12 Ficam revogadas todas as disposições em contrário, em especial as dispostas no ATO PGJ N° 345/2007.

Art. 13 Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Manaus, 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 188/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 277/2007, datado de 05.07.2007, que regulamentou a utilização da modalidade pregão, na forma presencial, no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5.º, do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 29.08.2007, que dispõe sobre a organização e as atribuições da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 185/2021/PGJ, de 09 de julho de 2021;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

NOMEAR, a contar de 12.07.2021, os servidores EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, Agente de Apoio – Administrativo e Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio – Administrativo e Membro-Secretário da Comissão Permanente de Licitação, como Agentes de Contratação e Pregoeiros Oficiais do Ministério Público do Estado do Amazonas, bem como FABÍOLA DE SOUZA MENDANHA e THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA, Agentes de Apoio – Administrativos desta Procuradoria-Geral de Justiça, suplentes da Comissão Permanente de Licitação, como substitutos eventuais.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral e Justiça

PORTARIA Nº 1583/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. LEONARDO TUPINAMBÁ DO VALLE, Promotor de Justiça de Entrância Inicial, para participar das audiências da Comarca de Urucará/AM, no dia 12.07.2021.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

ATO PGJ - CPL e Pregoeiros (0691129) SEI 2021.011045 / pg. 172

PARECER Nº 96.2021.01AJ-SUBADM.0691176.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Neste estágio processual, verificou-se a necessidade de análise da Minuta de Contrato (0671080), elaborado pela Divisão de Contratos e Convênios - DCCON.

É o breve relatório. OPINO.

A priori, vale frisar que o Termo de Referência 7 (0684237) e a Minuta do Edital de Pregão Eletrônico (0688869) já foram devidamente aprovadas pelo Despacho 409 (0689594) do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM.

Passa-se à análise da Minuta de Contrato.

O contrato administrativo estabelece um acordo entre órgãos/entidades da Administração Pública e particulares visando à formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, conforme se depreende do art. 2º, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

Desta feita, os contratos devem conter de forma clara e bem precisa as condições para sua execução em cláusulas que tratarão dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes de acordo com os termos da licitação e da proposta em questão.

Assim, quanto à Minuta do Contrato Administrativo, elaborada pela Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, tem-se que, de acordo com a dicção legal do art. 54, da Lei n.º 8.666/1993, os contratos administrativos serão regulados por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

O art. 55 da Lei n. 8.666/03, elenca as seguintes cláusulas necessárias para celebração de uma avença sob o regime de direito público:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Nesse sentido, de acordo com os seguintes acórdãos da Corte Federal de Contas:

Observe a necessidade de apresentação de cláusulas contratuais específicas e precisas, sobretudo quanto à definição do objeto da avença, do preço acordado, do tempo de execução e da atualização monetária do negócio jurídico, vedada a possibilidade de sub-rogação do pacto, conforme exigem os arts. 40, incisos XI e XIV, alíneas 'c' e 'd', 54, 55, caput, inciso III, 56, 61, 72 e 78, inciso VI, todos da Lei nº 8.666/1993. (ACÓRDÃO 1837/2009 PLENÁRIO).

Defina o objeto de forma precisa, suficiente e clara, não se admitindo discrepância entre os termos do edital, do termo de referência e da minuta de contrato, sob pena de comprometer o caráter competitivo do certame, em atendimento aos arts. 3º, inciso II, e 4º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 8º, inciso I do Decreto nº 3.555/2000. (ACÓRDÃO 531/2007 PLENÁRIO 673).

Em relação ao prazo de vigência, observa-se que, se celebrado o ajuste em análise, este terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura, dada as peculiaridades do referido contrato, e considerando que não haverá dispêndio de valores, além de se tratar de serviço imprescindível que não comporta dissolução de continuidade.

Do exposto, ao examinar a minuta acostada, verifica-se que todos os elementos contratuais necessários a respaldar com segurança a avença encontram-se presentes.

Isto posto, pelos fatos e fundamentos ora apresentados, esta assessoria jurídica OPINA favoravelmente pela aprovação da Minuta do Contrato (0671080), que fará parte dos anexos do Edital do Pregão Eletrônico, para subsidiar o procedimento licitatório.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), 09 de setembro de 2021.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO
Assessora Jurídica

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 09/09/2021, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0691176** e o código CRC **93B884F9**.

DESPACHO Nº 413.2021.01AJ-SUBADM.0691177.2021.011045

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Neste estágio processual, o processo retornou à SUBADM para análise da Minuta do Contrato (0671080).

Após instada, a assessoria jurídica elaborou o Parecer 96 (0691176), opinando favoravelmente pela aprovação da Minuta do Contrato, que fará parte dos documentos anexos ao Edital de Pregão Eletrônico.

Diante de todo o exposto, **ACOLHO** a supracitada peça opinativa e **APROVO** a Minuta do Contrato. Assim, **DEVOLVO** os autos à CPL, para providências de estilo.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus(Am), 09 de setembro de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 09/09/2021, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0691177** e o código CRC **2DBA0E7D**.

Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, tendo em vista o que consta do Procedimento SEI n.º 2021.011045, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 185/2021, e alterações, do Procurador-Geral de Justiça, torna público que fará realizar **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR OFERTA, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global, em** conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007, com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o Decreto Federal n.º 10.024, de 20/09/2019, com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005 e 34.162/2013, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO INTERNO N.º	**2021.011045**
Recebimento das propostas:	a partir da data de publicação do aviso no DOMPE.
Abertura das propostas:	às 10 horas do dia **24/09/2021** (horário de Brasília).
Licitação exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO	
Endereço eletrônico:	http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
Código UASG:	925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, designado por ato interno, denominado Pregoeiro, e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo **http://www.comprasgovernamentais.gov.br.**

1.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a ***contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.***

2.2. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045,** Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital.

2.3. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a taxas, impostos, licenças, encargos sociais, ou outra, que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.4. Integra o presente Edital, como parte indissolúvel:

a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045;
b) Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;
c) Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
d) Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;
e) Anexo V – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

2.5. O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, **no mínimo R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) mais percentual, devendo ser observado o subitem 9.5. e seguintes**.

3. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações, em obediência ao disposto no item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045** (Anexo I).

3.2. As demais condições para prestação dos serviços encontram-se estabelecidos no Item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045**, Anexo I e parte integrante deste Edital;

3.3. As características detalhadas e demais informações relevantes à futura contratação estão definidos nos Itens 2, 4, 5, 6 e 7 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045** (Anexo I), bem assim nas disposições correspondentes da Minuta de Contrato (Anexo II), partes integrantes deste Edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Em face da natureza do objeto da contratação, não haverá despesas, motivo pelo qual se mostra desnecessário a indicação de dotação orçamentária.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

5.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais

no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

6.1.1 A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

6.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site http://www.comprasgovernamentais.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

6.3. A licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 26, parágrafo 4.º, do Decreto n.º 10.024/2019.

6.4. **Será exigida do licitante Declaração de ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**, a qual será feita no campo do sistema *Comprasnet* destinado para tanto.

6.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

6.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

6.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses

elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

6.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL;**

6.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no país e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

6.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão de participar de licitação e/ou impedimento de contratar e licitar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93 (MS n.º 174.274/SP - 2ª. Turma; RMS Nº 326.628 – SP e REsp 151.567/RJ - 2ª. Turma);

6.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** ou à **CPL**;

6.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e

empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6.8 **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.**

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade de parcelamento do mesmo, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado neste certame.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos

sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

8.1.1. Percentual;

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante**;

8.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 8.6 deste Edital.

8.2. No percentual proposto estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. O percentual ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. O **prazo de validade da proposta não será inferior** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
8.5. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.
8.6. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.
8.7. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
9.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.
9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
9.5. O **critério de julgamento** será o de **MAIOR OFERTA**, admitindo-se como critério de aceitabilidade, o valor mínimo aceitável como oferta de **R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) mais o percentual mínimo de 0,01%**, conforme definido no subitem 2.5. e 9.5.3., ambos deste Edital e seus anexos.
9.5.1. Para viabilizar a realização da licitação pelo Portal do COMPRASNET e tendo em vista que este Sistema não disponibiliza o julgamento por **MAIOR OFERTA**, as propostas de preços serão formuladas com a indicação do percentual de acréscimo (para fins do sistema, maior "desconto") ofertado sobre o valor mínimo aceitável

(subitem 9.5. anterior).

9.5.2. Para efeito de julgamento por **MAIOR OFERTA**, será considerado o valor resultante da aplicação percentual de acréscimo ofertado (para fins do sistema, maior "desconto") pelo licitante sobre o valor mínimo aceitável como oferta.

9.5.3. **Serão admitidos valores percentuais positivos, com até 2 (duas) casas decimais.**

9.5.4. O **percentual de "desconto"** ofertado será o **critério** adotado para **classificação e julgamento das propostas <u>única</u>** e <u>exclusivamente</u> para fins dos **<u>LANCES</u>** no **Sistema COMPRASNET**, demonstrando, ao final, o quanto a licitante se dispõe a pagar a título de **<u>CONTRAPARTIDA</u>**, sendo considerado como valor efetivo da proposta ou do lance (MAIOR OFERTA) o montante de **R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)**, acrescido do **valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta**.

9.5.4.1. O percentual de "desconto" ofertado será convertido no valor da CONTRAPARTIDA, conforme fórmula a seguir:

C = 6.000.000,00 x (1+P/100)
Em que:
C = contrapartida;
P = percentual de "desconto" ofertado na proposta/lance.

9.5.4.2. A fim de esclarecer o modelo adotado para o presente certame e ilustrar, a tabela a seguir retrata qual o valor da proposta a ser considerado para efeito prático de julgamento e adjudicação resultantes de aplicação do percentual de oferta apresentado por licitante:

Percentual ofertado nos LANCES ("desconto")	**Valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 6.000.000,00)**	**Valor considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
0,01%	600,00	6.000.600,00
0,1%	6000,00	6.006.000,00
1,00%	60.000,00	6.060.000,00
1,05%	63.000,00	6.063.000,00
1,70%	102.000,00	6.102.000,00
2,00%	120.000,00	6.120.000,00

9.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do percentual consignado no registro.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para

abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **percentual superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01% (um centésimo de por cento);

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do percentual do maior lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após

decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos percentuais apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.28.1. no país;

9.28.2. por empresas brasileiras;

9.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço (percentual), para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.31. Após a negociação do percentual (maior oferta), o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, além das obrigações previstas no Item 8 e no modelo do Anexo IV:

a) **Valores deverão ser expressos em moeda corrente nacional**, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

c) **Prazo de validade da proposta** de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

d) **Especificações claras, completas e minuciosas**, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

e) A **oferta** deverá ser **firme e precisa**, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

f) Os seguintes **dados da licitante**: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

g) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário** da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

h) **Designação da agência bancária** localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

10.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo III do edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores da proposta reajustada aos lances, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessárias para efetuar o referido cadastramento

no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

f) Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

g) Declaração da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas; e

h) Declaração da LICITANTE de que as agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor/percentual e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do percentual/preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo IV**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo

Pregoeiro.

11.1.5. A proposta e documentação, se necessário, será analisada por equipe formada pela **DIRETORIA GERAL - DG** desta Instituição, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 12.4. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.3. Apresentarem preço global inferior àquele estipulado no subitem 2.5. deste Edital;

11.2.2. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.3.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de **nova oferta, com desconto nunca inferior a 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total de sua última proposta (taxa de agenciamento), limitado a 3 (três) oportunidades, conforme previsto no Edital, vedada a juntada de documento novo.**

11.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à

subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.10. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.11. Quando da proposta de preços não constar quaisquer dos prazos previstos, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.12. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.14. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

11.14.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

11.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de

sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro

lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **subitem 7.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Documento comprobatório da condição de instituição financeira,

devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

12.7.8. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já

exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.3. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.4. A boa situação da licitante será comprovada através do índice que mede a solvência dos bancos, denominado **Índice de Basiléia**, devendo ser comprovado o índice mínimo de **8% (oito por cento)**, de acordo com a fórmula abaixo descrita que deverá ser apresentada, preferencialmente, com memória de cálculo, acompanhada do último relatório disponível do BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB, no qual o referido índice esteja demonstrado:

IB=PR x 100 (PRE/fator F)

Onde:

IB: Índice de Basiléia ou Índice de Adequação de Capital;

PR: Patrimônio de Referência;

PRE: Patrimônio de Referência Exigido;

Fator F = 0,08

8.3.1.2. A relação entre Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados – Patrimônio de Referência Exigido (PRE) obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução do CMN n° 3.490, de 29 de agosto de 2007 e Circular do BC n° 3.360, de 12 de setembro de 2007 e demais normas aplicáveis.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº

11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no subitem 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, nos termos do subitem 5.1 do Termo de Referência anexo.

12.10.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente

inabilitado, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3 deste instrumento convocatório.

12.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem 12.13. do Edital.

12.11.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente ou via fac-símile deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no subitem 24.7**

e subitens, à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante

manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias corridos**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 16.6, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

16.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

16.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0** e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações, conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DA CESSÃO CONTRATUAL

17.1. Nos termos da **Cláusula Vigésima da Minuta de Contrato**, *Anexo II*, parte integrante deste Edital, o futuro contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a CONTRATADA transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Além das obrigações compreendias **nos Itens 2, 3, 5, 7 e demais do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 7.2021.DG**, *Anexo I* a este Edital, bem como nas **Cláusulas Nona da Minuta de Contrato,** *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

18.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

18.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 7.2021.DG**, *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Décima do futuro ajuste contratual,** *Anexo II.*

20. DO PAGAMENTO

20.1 A **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste instrumento, **em parcela única**, a importância total e líquida com a qual sagrou-se vencedora da licitação, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, à vista e sem qualquer desconto, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

20.2 Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar à **CONTRATANTE** multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor total a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento, nos termos ajustados em contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de multa de 30% do valor total da contrapartida, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
21.1.3. apresentar documentação falsa;
21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
21.1.6. não mantiver a proposta;
21.1.7. cometer fraude fiscal;
21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla

defesa, com os recursos a ela inerentes.

21.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 12.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

21.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicada pela **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

21.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

21.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

21.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, as multas aplicadas no item 9 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045** e Cláusula Décima da Minuta de Contrato, segundo a gravidade da falta.

21.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

21.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

21.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada

judicialmente.

21.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

21.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no **Ato PGJ n.º 187/2021** (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

22.1. Até o dia **20/09/2021, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada. ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação,** prorrogável desde que devidamente justificado.

22.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 20/09/2021, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ), no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, prorrogável desde que devidamente justificado, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos divulgadas pelo sistema vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

23.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação,

necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

23.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

23.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

23.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

23.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

23.7. **Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem.**

23.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

23.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

23.7.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.7.3.1. **Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.**

23.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

23.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

23.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes**

da Proposta e da Documentação;

23.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

23.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico **http://www.comprasgovernamentais.gov.br**.

23.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

23.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados, sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação no formato eletrônico, através de consulta aos sítios **http://www.comprasgovernamentais.gov.br** e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

23.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

23.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus – AM, 09 de setembro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, terá seu termo final em 07 de novembro de 2021, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da CONTRATADA e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATANTE, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da CONTRATANTE, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

2.2. Para fins de caracterização dos itens acima que detalham o objeto, devem ser tidas em conta as seguintes informações:

2.2.1 Dados referentes à alínea “a”:

a) Sobre a folha de pagamento da PGJ/AM, junho de 2021.

Valor Bruto: R$ 23.325.358,75

Valor Líquido: R$ 15.559.931,96

TABELA 1 - Folha de Pagamento da PGJ/AM por faixa de renda
Mês: junho de 2021

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	219
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	93
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	94
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	111
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	76
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	174
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	30
Acima de R$ 30.000,00	258
Total	**1055**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (0691130) SEI 2021.011045 / pg. 213

TABELA 2 - Quantitativo de cargos PGJ/AM
Mês: junho de 2021

Classe	Cargo	Quantidade
Membro	Procurador de Justiça	21
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Inicial	40
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Final	97
Membro	Promotor de Justiça Substituto	19
Servidor	Agente de Apoio	157
Servidor	Agente de Serviço	58
Servidor	Agente Técnico	181
Servidor	Comissionado	108
Servidor	Militar à Disposição	37
Estagiários	Estagiários	186
Inativos	Inativos	79
Pensionistas	Pensionistas	67
Total		**1055**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

b) Sobre consignações na folha de pagamento da PGJ/AM

TABELA 3 - Consignações PGJ/AM, junho de 2021

PERÍODO	QTD/SERVIDOR	VALOR (R$)
JUL / 2020	444	672.846,13
AGO / 2020	449	699.321,82
SET / 2020	446	701.305,44
OUT / 2020	447	695.743,85
NOV / 2020	434	688.888,39
DEZ / 2020	433	684.006,82
JAN / 2021	425	670.171,94
FEV / 2021	419	674.376,58
MAR / 2021	407	651.439,10
ABR / 2021	408	656.034,84
MAI / 2021	415	680.181,64
JUN / 2021	425	683.412,23
Total		8.157.728,78

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

2.2.2 Dados referentes à alínea “b”:

TABELA 4 - Orçamento autorizado e realizado pela PGJ, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	273.598.002,12	270.329.757,27	237.482.095,21	237.479.186,87	243.310.312,73	238.606.353,04	225.610.505,00	115.342.965,16
Outras despesas correntes	86.141.506,05	84.090.211,14	59.112.982,26	58.416.080,32	77.476.032,18	75.393.008,58	63.263.546,88	42.935.059,95
Investimentos	8.096.935,39	7.785.653,81	3.488.021,02	3.468.883,44	2.019.026,69	1.876.145,52	16.125.948,12	343.740,86
Total	**367.836.443,56**	**362.205.622,22**	**300.083.098,49**	**299.364.150,63**	**322.805.371,60**	**315.875.507,14**	**305.000.000,00**	**158.621.765,97**

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (0691130) SEI 2021.011045 / pg. 214

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 5 - Orçamento autorizado e realizado pelo FAMP, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	1.291.910,33	0,00	542.578,14	0,00	856.000,00	0,00	416.000,00	0,00
Investimentos	1.938.380,50	0,00	1.091.014,81	0,00	229.000,00	0,00	239.000,00	0,00
Inversões Financeiras	-	-	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	45.000,00	0,00
Total	**3.230.290,83**	**0,00**	**1.733.592,95**	**0,00**	**1.185.000,00**	**0,00**	**700.000,00**	**0,00**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 6 - Orçamento autorizado e realizado pelo PROVITA, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

Obs.: No Provita, os valores das colunas “previsto” (autorizado final/ano), nos encerrados de 2018 a 2020, se encontram com registro zero (R$ 0,00) no Relexeorc, visto que a UG repassou integralmente(destacou) seu orçamento para execução pela PGJ, e nesta UG foi incorporado.

2.3 DOS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA

2.3.1 A CONTRATADA deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça (pessoa jurídica):

a) Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela Instituição Financeira.

b) Abertura e manutenção de contas correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c) Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

d) Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da CONTRATANTE, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (internet), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da ProcuradoriaGeral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e) Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses do Órgão, observando as recomendações do Banco Central do Brasil relativas às aplicações de recursos públicos.

f) Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/ProcuradoriaGeral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 05 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 02 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. André Araújo, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 01 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da CONTRATANTE;

f.1) A CONTRATADA terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea ‘f’ supra.

f.2) O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário e demais terminais de caixa eletrônico será de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da aprovação do projeto e liberação do espaço pela CONTRATANTE, prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "g".

f.4) A CONTRATADA deverá assinar Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5) As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela instituição vencedora, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "g".

2.4 DOS SERVIÇOS – PESSOA FÍSICA

2.4.1 A CONTRATADA deverá oferecer os seguintes produtos e serviços para pessoas físicas, compreendendo membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:

a) Abertura e manutenção de contas salários, contas correntes e contas poupanças em nome dos correntistas, sem custos.

b) Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1 05 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2 02 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3 02 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4 Transferências de recursos entre contas da própria CONTRATADA;

b.5 05 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização.

b.7 01 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de conta salário, conta corrente e poupança.

c) Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d) Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, com prazos de até 120 (cento e vinte) meses, para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATADA e em conexão com o previsto na alínea "a" do item 2.1.

e) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

f) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

g) Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

2.4.2 Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS e a CONTRATANTE anteriormente a assinatura do contrato.

2.4.3 Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

2.4.4 Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

2.4.5 Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos no presente tópico, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB.

2.5 A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da CONTRATADA, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

3. DA CONTRAPARTIDA

3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Na fase pertinente do certame, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

4.1.2 Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

5.1.1 Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da CONTRATADA, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

5.1.2 A indenização referida no item anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.

5.2 A CONTRATADA deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e on line, através da rede mundial de computadores internet, sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3 A Instituição Financeira CONTRATADA deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da CONTRATANTE, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

5.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da Procuradoria-Geral de Justiça que regular a matéria.

5.5 Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).

5.6 Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a CONTRATADA.

6. DO TERMO DE CESSÃO DE USO

6.1 A Cessão de Uso de que trata o presente Termo de Referência será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário, o qual não poderá ser destinado à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.2 A CONTRATANTE deverá permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

6.3 A Cessão de Uso de que trata o presente instrumento terá o mesmo prazo de vigência do contrato, nos termos estabelecidos no subitem 5.1. 6.4 Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela CONTRATADA, esta deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis;

6.5 A CONTRATANTE poderá revogar a Cessão de Uso

6.5.1 Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela CONTRATADA;

6.5.2 Por razão de interesse público que assim o justifique.

6.6 A denúncia da Cessão de Uso poderá ser feita pela CONTRATADA nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.

6.7 Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a CONTRATADA, terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do local.

6.8 As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da CONTRATANTE, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste instrumento, de acordo com as cláusulas contratuais e disposições legais e regulamentares cabíveis, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas.

7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.

7.3 A CONTRATADA deverá designar agência bancária localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.

7.4 A CONTRATADA promoverá, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, com coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da CONTRATANTE.

7.5 A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização dos mesmos.

7.6 A CONTRATADA deverá efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços.

7.6.1 Deverá solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da CONTRATANTE, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da CONTRATANTE.

7.6.2 A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.6.3 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7.7 A CONTRATADA deverá assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.7.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à CONTRATANTE responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (0691130) SEI 2021.011045 / pg. 217

dos mesmos, por qualquer razão.

7.7.2 A CONTRATADA deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

7.8 A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que esta julgar necessário.

7.9 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da CONTRATANTE, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE.

7.9.1 Deverá responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

7.10 A CONTRATADA deverá informar aos BENEFICIÁRIOS interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na CONTRATADA todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.

7.11 Deverá realizar cruzamento dos números de CPF informados pela CONTRATANTE com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo BENEFICIÁRIO já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.

7.12 Deverá disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos BENEFICIÁRIOS.

7.13 Deverá manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à CONTRATANTE, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da CONTRATANTE e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.

7.14 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.

7.15 Caso ocorra do crédito do salário não estar disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da CONTRATANTE.

7.16 Comunicar à CONTRATANTE, até o 1º (primeiro) dia subsequente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.

7.17 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.

7.18 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

7.19 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.

7.20 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

7.21 A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.

7.21.1 A CONTRATADA deverá arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

7.22 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.

7.23 A CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades em dias de expediente da CONTRATANTE, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a CONTRATADA deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

7.23.1 O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante prévio entendimento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

7.23.2 Nos dias estabelecidos pela CONTRATANTE como os dias de pagamento de seus membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo dois funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

7.23.3 A CONTRATADA deverá executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

7.24 A CONTRATADA deverá executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

7.25 A CONTRATADA se obriga a manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada, à CONTRATADA, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

7.26 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

7.26.1 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, uma vez que inexiste qualquer vinculação da CONTRATADA com esta Instituição Ministerial em relação a essas obrigações.

7.26.2 Além dos encargos pertinentes, será responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à CONTRATANTE ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.27 A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

7.28 A CONTRATADA ficará obrigada a manter-se, durante o período do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na futura licitação, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (0691130) SEI 2021.011045 / pg. 218

7.29 A CONTRATADA deverá aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

7.30 A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.30.1 A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, sub-empreiteiros ou quaisquer outros.

7.23 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ-AM:

8.1 Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.

8.2 Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas.

8.3 Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à CONTRATADA. Comissão Permanente de Licitação EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ Av. Coronel Teixeira, 7.995. Nova Esperança. Cep.: 69037-473. Fone-Fax: (92) 3655-0701/0743.

8.4 Colocar à disposição da CONTRATADA a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, livre e desembaraçada e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.

8.5 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devam ser interrompidas.

8.6 Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.

8.7 Permitir o acesso do pessoal autorizado da CONTRATADA para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.

8.8 Permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

8.9 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições da presente contratação.

9.2. Conforme o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, na hipótese da CONTRATADA, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da presente contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato/objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, e no Edital e das demais cominações legais.

9.3 Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na seção de penalidades deste Termo de Referência:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da CONTRATANTE para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da CONTRATANTE, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, com as especificações constantes no edital e no contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2) executar o serviço inerente ao objeto contratado com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

e.4) apresentar documentação falsa;

e.5) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7) fornecer declaração falsa;

e.8) cometer fraude fiscal;

e.9) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA não cumprir os as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital e do contrato.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (0691130) SEI 2021.011045 / pg. 219

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.4 O descumprimento, pela CONTRATADA, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à CONTRATANTE judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

9.4.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Terceira – Da Contrapartida.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela FISCALIZAÇÃO e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria CONTRATANTE.

10. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis à espécie, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e integra o procedimento interno respectivo.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 24/08/2021, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 24/08/2021, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 24/08/2021, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 24/08/2021, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 25/08/2021, às 09:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0684237** e o código CRC **B13D695E**.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2021 - MP/PGJ

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a instituição financeira _____, visando à prestação de serviços bancários.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. **Géber Mafra Rocha**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 07300891 - SSP/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 384.778.582-68, e a instituição financeira _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, com sede na _____, CEP _____, neste ato representada legalmente pelo _____, residente e domiciliada na _____, CEP _____, portadora do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2021.011045**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços bancários através de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, doravante denominada **CONTRATADA**, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assim como o assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, o pagamento de seus fornecedores e demais credores, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, detalhados conforme as especificações seguintes, além daquelas descritas nos termos do _____ e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, que fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da **CONTRATANTE**, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da **CONTRATADA** e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE**, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** deverá ofertar, no mínimo, os seguintes produtos e serviços para a **CONTRATANTE (pessoa jurídica):**

a. Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela **CONTRATADA**.

b. Abertura e manutenção de contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c. Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal..

d. Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da **CONTRATANTE**, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (*internet*), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.), a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e. Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez, de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses da **CONTRATANTE**, observando as recomendações do Banco Central do Brasil, relativas às aplicações de recursos públicos.

f. Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 5 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 2 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na Av. André Araújo, Aleixo; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 1 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da **CONTRATANTE**, com observância das seguintes condições e àquelas previstas na Cláusula Sexta – Da Cessão de Uso:

f.1. A **CONTRATADA** terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra.

f.2. O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e demais terminais de caixa eletrônico será de até **15 (quinze) dias corridos**, a contar da ciência à **CONTRATADA** da aprovação do projeto e liberação dos espaços pela **CONTRATANTE,** prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3. A **CONTRATADA** poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de auto-atendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea"g".

f.4. As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela **CONTRATADA**, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO.

f.5. A **CONTRATADA** deverá assinar o Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.6. Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da **CONTRATANTE**, correrão às custas da **CONTRATADA**, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "g".

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para as **pessoas físicas**, compreendendo **membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:**

a. Abertura e manutenção de contas-salário, contas-correntes e contas-poupança em nome dos correntistas, sem custos.

b. Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1. Emissão de 5 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2. Emissão de 1 (um) extrato semanal impresso em terminal eletrônico;

b.3. Emissão de 2 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.4. Emissão de 2 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.5. Realização de 5 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6. Realização de transferências de recursos entre contas da própria **CONTRATADA**;

b.7. Crédito do pagamento para beneficiário que estiver lotado em município em que não haja atendimento bancário pela **CONTRATADA**, a ser feito em qualquer instituição bancária por ele indicada;

b.8. Emissão de 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização;

b.9. Fornecimento de 1 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de contas-salário, contas-correntes e poupança.

c. Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d. Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, **com prazos de até 120 (cento e vinte) meses,** para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE** e em conexão com o previsto na alínea "a" da Cláusula Segunda – Do Detalhamento do Objeto.

e. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.

f. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.

g. Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

Parágrafo primeiro. Não estão abrangidos pelo presente instrumento quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os **BENEFICIÁRIOS** e a **CONTRATANTE** anteriormente à assinatura deste.

Parágrafo segundo. Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

Parágrafo terceiro. Quaisquer outros serviços não previstos nesta cláusula não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos na presente cláusula, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB (Banco Central do Brasil).

Parágrafo quinto. A **CONTRATANTE,** seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da **CONTRATADA**, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça da **CONTRATANTE** instaladas, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste contrato.

Parágrafo sétimo. Fica designada pela **CONTRATADA** a Agência _____, localizada na _____, Manaus/AM, como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à **CONTRATANTE**, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á indiretamente pela **CONTRATADA**, sob o regime empreitada por preço global, selecionada por meio do _____, no qual constam todas as informações técnicas necessárias e suficientes à perfeita caracterização de seu objeto, conforme os autos do **PROCESSO**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (0691130) SEI 2021.011045 / pg. 224

a. Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e seus anexos, além das obrigações assumidas nos documentos constantes do Processo SEI n.º 2021.011045;

b. Proposta firmada pela **CONTRATADA** em _____, dirigida à **CONTRATANTE**, contendo o valor global dos serviços a serem prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATADA** prestará à **CONTRATANTE** e aos **BENEFICIÁRIOS** os serviços de pagamento, nos termos das cláusulas e condições a seguir descritas, as quais ficam expressamente ratificadas e aceitas pelas partes para todos os fins e efeitos de direito.

I. A **CONTRATADA** deverá ter sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e *on line,* através da rede mundial de computadores (*internet*), sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da **CONTRATADA**.

II. A **CONTRATADA** deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da **CONTRATANTE**, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

III. Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas-correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da **CONTRATANTE**, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Fica desde já estabelecido que a **CONTRATADA** não é responsável nem garantidor dos compromissos firmados pela **CONTRATANTE**, comprometendo-se apenas à prestação de serviço mediante disponibilização de recursos suficientes para honrar os compromissos relativos à folha de pagamento dos funcionários da **CONTRATANTE**, nos moldes deste contrato.

Parágrafo segundo. A **CONTRATANTE** assume integral responsabilidade, na forma da lei e perante os órgãos fiscalizadores, pela necessária observância das regras aplicáveis à presente contratação, no tocante aos seus aspectos formais, orçamentários e contábeis e pela adequada aplicação dos recursos desembolsados pela **CONTRATADA** na forma prevista na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – desta avença.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATANTE** não se responsabiliza direta ou indiretamente, seja de forma solidária ou subsidiária, por qualquer transação, débito, empréstimo ou quaisquer outras operações realizadas com os **BENEFICIÁRIOS**, assumindo a **CONTRATADA** risco integral das operações.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO DE USO:

A cessão de uso de que trata o presente contrato será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico, não podendo a referida cessão ser destinada à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no presente instrumento contratual.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATANTE** deverá permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico.

Parágrafo segundo. A cessão de uso de que trata a presente cláusula terá prazo de **60 (sessenta) meses**, nos mesmos termos daqueles estabelecidos na Cláusula Décima Quinta – Da Vigência – deste ajuste, com eficácia a contar de sua assinatura.

Parágrafo terceiro. Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela **CONTRATADA**, esta deverá comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis.

Parágrafo quarto. A **CONTRATANTE** poderá revogar a cessão de uso, nos seguintes casos:

a. Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela **CONTRATADA**;

b. Por razão de interesse público que assim o justifique.

Parágrafo quinto. A denúncia da cessão de uso poderá ser feita pela **CONTRATADA** nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto. Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a **CONTRATADA** terá o prazo de **15 (quinze) dias** corridos para entrega do local onde estiver instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB.

Parágrafo sétimo. As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas pela **CONTRATADA** deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da **CONTRATANTE**, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FACULDADE DE TRANSFERÊNCIA DOS CRÉDITOS:

A **CONTRATADA** deve assegurar, **sem ônus** para os membros e servidores da **CONTRATANTE**, a faculdade de **transferência (portabilidade)**, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade daqueles, por eles livremente abertas em outras instituições financeiras, observadas as regras do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** se obrigará a ressarcir e/ou reparar os danos porventura causados aos **BENEFICIÁRIOS** em vista do atraso nos pagamentos previstos na presente cláusula, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e possível penalização, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo do que dispõem os parágrafos sétimo e oitavo da Cláusula Décima Sexta – Das Penalidades e Sanções.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, do Edital do Pregão Presencial n.º 5.002/2016 - CPL/MP/PGJ e ainda:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e prestação dos serviços, bem como indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
3. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos.
4. Realizar reuniões com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços.
5. Informar à Administração Superior, com antecedência mínima de 12 (doze) meses, visando ao posicionamento decisório desta, o término do contrato, instruindo-a com os elementos necessários, inclusive pesquisas e análises pertinentes, fundamentando o seu conteúdo e, caso cabível, emissão do correlato Termo de Referência.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, exigindo a sua regularização, durante a vigência do contrato.
8. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
10. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
11. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
12. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
13. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura deste instrumento**, comunicar, formalmente, nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone, sendo consideradas

como suficientes, se feitas por qualquer outro meio que comprove o recebimento.

Parágrafo quinto. No decorrer da vigência deste instrumento não serão levadas em consideração as comunicações verbais entre as partes, ressalvadas as recomendações mais simples ou aquelas de urgência ou emergência.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá à **CONTRATADA**:

1. Dar plena e fiel execução dos serviços contratados, obrigando-se a cumprir todos os compromissos constantes neste contrato, em sua proposta comercial, bem como o previsto no Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e anexos, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas, observadas as disposições legais e regulamentares vigentes.
2. Cumprir tempestiva e corretamente as disposições deste contrato, no que concerne aos serviços listados na Cláusula Primeira, oferecendo-os aos **BENEFICIÁRIOS**, nos requisitos mínimos previstos neste termo, bem como disponibilizar outros serviços em idênticas condições às ofertadas aos demais clientes da **CONTRATADA** e qualidade compatível com o mercado.
3. Arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização de tais serviços.
4. Efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços, assumindo inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.
5. Responsabilizar-se pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, bem como, pela segurança pessoal e eletrônica de seus caixas eletrônicos e PAB's, arcando com as despesas necessárias à prevenção de incêndio, assaltos, roubos, estragos e prejuízos de qualquer natureza, visando à garantia e à proteção de seus bens, não cabendo à **CONTRATANTE** responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização de tais bens.
6. Encaminhar à **CONTRATANTE**, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da **CONTRATANTE**, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da **CONTRATANTE**.
7. Solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da **CONTRATANTE**, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da **CONTRATANTE**.
8. Manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.
9. Promover, sem custos, no prazo de **15 (quinze) dias corridos** a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, através de coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da **CONTRATANTE**.
10. Informar aos **BENEFICIÁRIOS** interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na **CONTRATADA** todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.
11. Realizar cruzamento dos números de CPF informados pela **CONTRATANTE** com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo **BENEFICIÁRIO** já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.
12. Disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos **BENEFICÁRIOS**.
13. Disponibilizar sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e *on line*, sendo que todas as despesas de adaptação, se necessárias, correrão por conta da **CONTRATADA**.
14. Manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à **CONTRATANTE**, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da **CONTRATANTE** e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.
15. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
16. Comunicar à **CONTRATANTE**, até o 1º (primeiro) dia subseqüente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (0691130) SEI 2021.011045 / pg. 227

17. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, mantendo sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da **CONTRATANTE**, sendo vedada, à **CONTRATADA**, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.
18. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços.
19. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.
20. Responder integralmente por perdas e danos que causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, na forma dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras cominações pactuadas neste contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
    a. Indenizar a **CONTRATANTE** por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários e/ou fornecedores, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.
    b. Quando o crédito do salário não estiver disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da **CONTRATADA**, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**.
21. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da **CONTRATANTE**.
22. Prestar à **CONTRATANTE** esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a prestação de serviços, independente de solicitação, bem como aqueles necessários à compreensão e à adequada utilização dos serviços colocados à disposição da **CONTRATANTE**.
23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
24. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.
25. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.
26. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos que **comprovem** estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, sempre que solicitados pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.
27. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
28. Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.
29. Desenvolver suas atividades em dias de expediente da **CONTRATANTE**, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a **CONTRATADA** deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.
    a. O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, por escrito, mediante prévio entendimento entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA.**
    b. Nos dias estabelecidos pela **CONTRATANTE** como os dias de pagamento aos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo, 2 (dois) funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.
30. Executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.
31. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução de quaisquer obrigações objeto deste contrato, assim como toda e qualquer irregularidade

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (0691130) SEI 2021.011045 / pg. 228

observada em suas avaliações, tão logo sejam detectadas, para que sejam adotadas as providências cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários.

32. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.
33. Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.
34. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
35. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE**.
36. Permitir o acesso da **CONTRATANTE**, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que julgar necessário.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da **CONTRATANTE** que regulamenta a matéria.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça.
2. fornecer a relação da folha de pagamento e determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à **CONTRATADA**.
3. colocar à disposição da **CONTRATADA** a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como àquelas destinadas aos terminais de caixa eletrônico, livre e desembaraçado e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.
4. assegurar à **CONTRATADA** que, durante a vigência deste contrato:
    a. O Posto de Atendimento Bancário – PAB, que venha a ser instalado e/ou mantido nas instalações da **CONTRATANTE** não poderá ser substituído por unidades de outras instituições financeiras;
    b. O direito de se instalar terminais de caixa eletrônico em outras unidades que venham a ser criadas pela **CONTRATANTE** e/ou nas que, embora já existentes na data de assinatura deste contrato, ainda não disponham daqueles.
5. permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.
6. acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidas.
7. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.
8. anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
9. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (0691130) SEI 2021.011045 / pg. 229

10. permitir o acesso do pessoal autorizado da **CONTRATADA** para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.
11. exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.
12. manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito, proporcionando-lhe todas as facilidades para que possa desempenhar seus serviços.

Parágrafo único. Considerando o caráter de exclusividade dos serviços mencionados neste contrato, a **CONTRATANTE** compromete-se a, no prazo de **até 30 (trinta) dias úteis**, a contar da data de início da vigência deste instrumento, podendo ser prorrogado, por justo motivo e/ou mediante acordo entre as partes, promover a definitiva e completa transferência para a **CONTRATADA** dos serviços que, na data da assinatura deste contrato, estejam sendo prestados por outras instituições financeiras. Essa transferência deverá ser precedida de entendimentos entre as partes, ficando consignados em instrumentos específicos os respectivos termos de prestação de serviços, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ADEQUAÇÕES DE SISTEMAS E PROCESSOS

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se, mutuamente, a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a perfeita manutenção dos controles, de modo a permitir que qualquer das partes possa, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:

Em razão dos termos ajustados no presente contrato, a **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato, **em parcela única**, a importância total e líquida de **R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)**, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, à vista e sem qualquer desconto, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar a **CONTRATANTE**, a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor total a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo segundo. Os juros moratórios previstos no parágrafo primeiro serão calculados, *pro rata die*, e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula:

EM = I x N x V

Onde:

EM = encargos moratórios

I = índice de 0,000328767 (correspondente à taxa anual de 12% (12/100)/365)

N = Número de dias entre a fixada para pagamento e a data de efetivo pagamento;

V = Valor em atraso.

Parágrafo terceiro. Fica estabelecido entre as partes que a **CONTRATADA NÃO RECEBERÁ** qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais pelos serviços objeto deste instrumento ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS ALTERAÇÕES:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes, inclusive aquelas relativas às regulamentações futuras e demais critérios operacionais que se fizerem necessários à sistemática dos serviços, dentre as quais, os respectivos prazos para sua realização, para que o contrato não venha a sofrer solução de continuidade.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

Parágrafo único. O ajuste poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, atendidas as condições do § 4° do art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e mediante remuneração proporcional ao valor previsto na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – deste contrato, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, em conformidade com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital, nos seguintes valores:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da **CONTRATANTE** para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da **CONTRATANTE**, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1.) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste contrato, com as especificações constantes no edital e neste contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2.) executar o serviço inerente ao objeto do contrato com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3.) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

e.4.) apresentar documentação falsa;

e.5.) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6.) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7.) fornecer declaração falsa;

e.8.) cometer fraude fiscal;

e.9.) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** não cumprir os itens do edital e deste contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (0691130) SEI 2021.011045 / pg. 231

Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela **CONTRATANTE**, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. O descumprimento, pela **CONTRATADA**, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à **CONTRATANTE** judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Sétima – Da Faculdade de Transferência dos Créditos.

Parágrafo oitavo. O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, ressalvas as hipóteses de inexecução total ou parcial de seu objeto, como também a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8.666/93, as quais se aplicarão para ambas as partes, no que couber, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo primeiro - Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a V; VII a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto a esta, o previsto no inciso XVII supramencionado.

Parágrafo segundo. Não será motivo de rescisão deste contrato, a ocorrência de uma ou mais das hipóteses contempladas no inciso VI, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja a comunicação prévia à **CONTRATANTE**, observadas as disposições da Cláusula Vigésima Primeira – Da Cessão.

Parágrafo terceiro. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**, precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo quarto. O presente contrato poderá ser rescindido judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quinto. Além das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8666/93, a **CONTRATANTE** poderá promover a rescisão deste contrato, se a **CONTRATADA, injustificadamente**:

a. Não observar qualquer prazo estabelecido neste contrato e seus anexos;
b. Não observar o nível de qualidade usual propostos para a execução dos serviços ora descritos;
c. Ceder ou transferir, total o parcialmente, este contrato, seus direitos ou obrigações, a terceiros, sem prévia anuência da **CONTRATANTE,** nos termos da Cláusula Vigésima Segunda – Da Cessão;

Parágrafo sexto. Em caso de rescisão contratual por iniciativa da **CONTRATANTE**, e desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal**,** a **CONTRATANTE** obriga-se a indenizar a **CONTRATADA**, proporcionalmente ao prazo restante para o término do contrato, em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes para sua expiração, devidamente corrigido, pelo IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, e sem prejuízo aos dispositivos legais previstos na Lei n.º 8.666/93**, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.**

Parágrafo sétimo. Na hipótese de rescisão deste contrato, a continuidade do pagamento das consignações assumidas pelos **BENEFICIÁRIOS** que possuam empréstimos não quitados até a data do evento, será mantida na **CONTRATADA**, durante o período necessário para a liquidação das aludidas operações de crédito, devendo, outrossim, ser providenciada a celebração de ajuste para este fim.

Parágrafo oitavo. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, **CAUCIONAR** ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono. Em caso de descumprimento, total ou parcial, dos termos deste contrato pela **CONTRATADA**, poderá a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, denunciá-lo ou rescindi-lo, ficando, neste caso, a **CONTRATANTE** desobrigada de ressarcir à **CONTRATADA** os recursos investidos, observado os procedimentos administrativos necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA REPARAÇÃO DE DANOS

Obrigam-se as partes a reparar todo e qualquer dano a que derem causa por culpa ou dolo, na execução dos serviços objeto deste contrato, até o limite do valor do dano material, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde a data da ocorrência do fato até a data de seu efetivo ressarcimento, ressalvados os casos fortuitos e/ou de força maior, tais como greves, proibições ou interdições de tráfego, inundações e demais eventos da natureza, sem prejuízo de outras penalidades e responsabilidades previstas na legislação em vigor e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do contrato, não constituirá novação ou representará renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado conforme Cláusula Vigésima Primeira – Da Publicação.

Parágrafo primeiro. O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

Parágrafo segundo. O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, cabendo à **CONTRATADA** indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do contrato.

Parágrafo terceiro. O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

a. Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade pregão;
b. Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
c. Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
d. Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
e. Demais regulamentações referentes aos serviços bancários e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERÇA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da XXXXXXXXXXXXXXX

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 25/08/2021, às 08:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0671080** e o código CRC **3F2F78F8**.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (0691130) SEI 2021.011045 / pg. 234

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça

instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

(Cidade-UF),_____ de _____ 2021.

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para o fornecimento dos bens abaixo relacionados, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**:

DESCRIÇÃO		
Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.		
PERCENTUAL DE "DESCONTO" OFERTADO % COMPRASNET	**Valor resultante da aplicação do percentual MÍNIMO (0,01%) sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 6.000.000,00)**	**Valor TOTAL considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
%	R$	R$

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta: _____**
2. **Dados dos 3 (três) <u>principais integrantes</u> do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.
3. **Designação da agência bancária localizada em Manaus-AM** como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

<u>DECLARAÇÕES:</u>

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento <u>no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação</u>, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes no fornecimento dos materiais;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

93320 - ESTADO DO AMAZONAS
925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04026/2021-000

1 - Itens da Licitação

1 - Serviço bancário

Descrição Detalhada: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R$): 6.000.000,00

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (1)

Relação de Itens de Licitação COMPRASNET - 09.09.2021 (0691667) SEI 2021.011045 / pg. 240

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação/Dispensa

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

09/09/2021 14:22:10

Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) na data de 13/09/2021.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 93320 - ESTADO DO AMAZONAS

UASG Responsável: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	04026/2021	Eletrônico	Tradicional	Aberto

Nº do Processo	Tipo de Licitação
2021.011045	Menor Preço

Quantidade de Itens: 1

☐ Equalização de ICMS ☐ Internacional

Objeto

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão

Data da Divulgação: 13/09/2021

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 13/09/2021 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 24/09/2021 às 10:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

Publicação Aviso COMPRASNET - 09.09.2021 (0691668) SEI 2021.011045 / pg. 241

Objeto: apuração de reclamação por luminárias públicas que estão queimadas em frente à residência localizada à Rua Sicília, 19, com reclamação já registrada.

Edilson Queiroz Martins
Promotor de Justiça
51ª Promotoria de Justiça de Manaus

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº Portaria nº: º 0002/202/51ªP J

Extrato de Portaria

Portaria nº: º 0002/202/51ªP J
Procedimento Administrativo Nº:09.2021.00000306-4
Data da Instauração: 25/08/2021
Promotoria: 51ª Promotoria de Justiça de Manaus

Investigado: Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel

Objeto: acompanhamento da Ação Civil Pública n. 0012773-90.2015.4.01.3200 objetivando, Suspensão da cobrança retroativa a maio/2015, imposta pelo sistema de bandeiras tarifárias aos consumidores do Amazonas, impedindo-se que a Concessionária efetue qualquer cobrança de parcelas nas faturas, desde o presente mês até o julgamento definitivo da lide.

Edilson Queiroz Martins

Promotor de Justiça
51ª Promotoria de Justiça de Manaus

AVISO Nº Aviso nº0126/2021/51ªPJ

Aviso nº0126/2021/51ªPJ

Notícia de Fato Nº:01.2021.00001278-5

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por seu Promotor de Justiça in fine assinado, nos termos do art. 10, §§1º e 2º, da Resolução N.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e, art. 39, §4º, da Resolução N.º 006/2015-CSMP/AM, vem INTIMAR RODRIGO GUEDES OLIVEIRA DE ARAÚJO, parte interessada na Notícia de Fato Nº:01.2021.00001278-5, cujo objeto trata de notícia de apagão na rede elétrica de Manaus, ocorrido no dia 03.04.2021, o qual deixou varios bairros da Capital no escuro, em face de Amazonas Distribuidora de Energia S/A para se manifestar acerca do
DESPACHO DE INDEFERIMENTO que, ao julgar dispensável a continuidade do feito, determinou seu arquivamento no âmbito desta especializada.
Por oportuno, informo que após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação no Diário Oficial do Ministério Público (DOMPE), dar-se-á sequência ao processo de arquivamento dos autos, nos termos da Resolução N.º 006/2015-CSMP/AM.

Manaus, 03 de setembro de 2021

Edilson Queiroz Martins
Promotor de Justiça
51ª Promotoria de Justiça de Manaus

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2021.011045

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

ABERTURA: 24/09/2021, às 10h. (horário de Brasília).

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 13/09/2021.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0743 (Whatsapp Business) ou pelo e-mail institucional licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 9 de setembro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 – DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

PORTARIA Nº 15/2021/CPL

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 1º, inciso V, do Ato PGJ n.º 345/2007, com supedâneo no Ato PGJ nº 187/2021, de 12 de julho de 2021, e;

CONSIDERANDO que a empresa CASTELL ENGENHARIA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 09.516.788/0001-68, firmou com esta PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA o Contrato Administrativo nº 039/2018-MP/PGJ (0691564), cujo objeto é "a execução de obra, visando à construção de edificação destinada a instalar as promotorias de justiça da comarca de Parintins/AM, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição, necessários a completa execução dos serviços, nos termos da Tomada de Preços n.° 2.002/2018-CPL/MP/PGJ"

CONSIDERANDO o teor da NOTIFICAÇÃO Nº 24.2019.DEAC.0409888.2019.025576 (0691536), noticiando eventuais irregularidades cometidas pela empresa CASTELL ENGENHARIA EIRELLI - EPP, no curso do Contrato Administrativo nº 39/2018 – MP/PGJ, impedindo o recebimento definitivo da obra, notadamente pendências documentais e problemas na execução (reparo) da obra;

CONSIDERANDO a determinação exarada através do DESPACHO Nº 344.2020.01AJ-SUBADM.0565173.2019.025576 (0691552), da lavra do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. GÉBER MAFRA ROCHA, no sentido da perquirição de provável conduta faltosa da empresa;

CONSIDERANDO o que consta dos autos SEI n.º 2017.012689 e e SEI nº 2019.025576;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso V, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993, e nos arts. 66, 70, 77, 78, 87, e demais, da Lei Federal n.º 8.666/93, aplicáveis à espécie;

CONSIDERANDO a possibilidade de aplicação de sanções

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação DOMPE - Ed. 2210 - 09.09.2021 (0691861) SEI 2021.011045 / pg. 242

Jornal do Commercio
Manaus, 10 de setembro de 2021
Edição nº 43.373

Prefeitura de Manaus

AVISO DE LICITAÇÃO

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da **SUBCOMISSÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS** torna público, para conhecimento dos interessados:

PREGÃO ELETRÔNICO N. 181/2021-CML/PM
(Processo n. 2021/16330/20696/00053 – UGCM/SEMAD)

OBJETO: Eventual fornecimento de material para pintura (rolo de pintura, broxa, cal, tinta de marcação viária e tinta acrílica) para atender aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta da Prefeitura de Manaus, participantes do Registro de Preços.

Edital disponível: a partir do dia 13/09/2021 às 15h.
Limite para recebimento das Propostas: dia 24/09/2021 às 09h45.
Início da sessão: dia 24/09/2021 às 10h00.

Maiores informações:
O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através do Portal de Compras da Prefeitura de Manaus, com o endereço eletrônico compras.manaus.am.gov.br.

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes no edital.

Contato: 0xx-92-3215 6375/ 6376, das 09 às 15h, e-mail: cml.se@pmm.am.gov.br.

Manaus, 09 de setembro de 2021.

RAFAEL BASTOS ARAÚJO
Presidente da Subcomissão de Bens e Serviços Comuns
da Comissão Municipal de Licitação – CML

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2021.011045

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

ABERTURA: 24/09/2021, às 10h. (horário de Brasília).

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de **13/09/2021**.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal no site **https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.**

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones **(92) 3655-0743 (Whatsapp Business)** ou pelo e-mail institucional **licitacao@mpam.mp.br.**

Manaus, 9 de setembro de 2021.

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291

Assinado de forma digital por EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ASCON, ou=Presencial, ou=10470704000181, cn=EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Dados: 2021.09.09 08:40:03 -04'00'

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 – DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
1º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Av. Epaminondas, 678-Centro-Fone/Fax: 3346-2301.
Daiana Flores- Registradora Civil

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, do Código Civil brasileiro, os contraentes: RAIMUNDO NONATO DE ALMEIDA GUERREIRO e SUNAMITA JATAI DA SILVA.

ELE, solteiro, contador aposentado, natural de Tarauacá, Estado do Acre, nascido a 1 de maio de 1952, domiciliado e residente Travessa 18, 6, Mundo Novo, Cidade Nova, Manaus-AM, filho de RAIMUNDO GONÇALVES GUERREIRO, falecido na data de 24 de outubro de 2000 e de MARIA DE ALMEIDA GUERREIRO, falecida na data de 26 de julho de 1992.

ELA, divorciada de Antônio de Pádua Gomes da Silva, conforme certidão de casamento com averbação de divórcio lavrada no livro B-06, folha 189, termo 1788, do 7º Registro Civil das Pessoas Naturais de Manaus/AM, técnica em contabilidade, natural de Belém, Estado do Pará, nascida a 14 de novembro de 1966, domiciliada e residente Travessa 18, 6, Mundo Novo, Cidade Nova, Manaus-AM, filha de RAIMUNDO LOPES DA SILVA, falecido na data de 6 de fevereiro de 2002 e de HONORINA JATAY DA SILVA, falecida na data de 10 de fevereiro de 2006.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Manaus, 9 de setembro de 2021
Brenda de Oliveira Brito
Escrevente

Prefeitura de Manaus

AVISO DE LICITAÇÃO

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da **SUBCOMISSÃO DE MOBILIDADE URBANA**, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da **TOMADA DE PREÇOS N. 018/2021 - CML/PM**, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA DOS TERMINAIS DAS LINHAS: 030, 307 E 315, LOCALIZADAS NO BAIRRO SANTA ETELVINA; 042, 418 E 422, LOCALIZADAS NO BAIRRO OSVALDO AMÉRICO; 058, 317, 325 E 456, LOCALIZADAS NO CIDADÃO XII; 062 E 677, LOCALIZADAS MO BAIRRO JOÃO PAULO; 535, LOCALIZADA NO BAIRRO ARMANDO MENDES; 204, 205 E 212, LOCALIZADAS NO CONJUNTO JARDIM DE VERSALHES – INSTITUTO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA - IMMU, que será realizada no **dia 27/09/2021, às 09h00min (horário local)**.

O Edital estará disponível aos interessados a partir do dia **09/09/2021** no site sistemas.manaus.am.gov.br ou na **COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**, na Avenida Constantino Nery n. 4080 – Chapada, no horário das 08 às 14 horas (horário local), de segunda-feira a sexta-feira ou pelos telefones para informações: (92) 3215-6375 / 6376 ou e-mail cml.se@pmm.am.gov.br.

Manaus, 03 de setembro de 2021.

JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA
Presidente da Subcomissão de Mobilidade Urbana
da Comissão Municipal de Licitação - CML

AMAZONAS ENERGIA

AVISO DE INTERRUPÇÃO Nº 250/2021
PARA MELHORIAS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Prezados Clientes,
Com o objetivo de oferecer um serviço com cada vez mais qualidade no fornecimento de energia elétrica no Estado, diariamente, a Amazonas Energia realiza investimentos estruturais e serviços de manutenção preventiva na sua rede de distribuição. Por isso, algumas vezes, é necessário interromper o fornecimento de energia elétrica no seu bairro, ruas e adjacências.

Dia 14/09/2021

CIDADE NOVA – Rua Airton Senna, das 9h às 13h. CACHOEIRINHA – Avenida Urucará em frente ao IDAAM, 9h às 17h. PARQUE DEZ - RUA EUGENE SMITH, 121 (ANTIGA RUA U-1) e adjacências – das 8h30 às 15h.CIDADE DE DEUS - AV. PARAIBANO - BRAGA MENDES e adjacências – das 8h30 às 15h.PARQUE DEZ - RUA 22 - CONJ. CASTELO BRANCO e adjacências – das 8h30 às 15h.PARQUE DEZ - RUA 24 - CONJ. CASTELO BRANCO e adjacências – das 8h30 às 15h.

Amazonas Energia agradece a compreensão
Informações pelo telefone 0800-701-3001

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ITACOATIARA – PODER EXECUTIVO
COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA-CGLMI

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA/CGLMI, torna público aos interessados que decide SUSPENDER o certame referente a Concorrência Pública nº 001/2021, que ocorreria no dia 04/10/2021 às 09h00min, designando a nova data do certame para o dia 11/10/2021 às 09h00min (horário local)
OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para construção de pavimentação no município de Itacoatiara/AM. O Edital está disponível na Comissão Geral de Licitação, localizado na Rua Cassiano Secundo, nº 295, Centro, Itacoatiara/AM, podendo ser retirado mediante o pagamento do DAM, no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, referente às custas das cópias reprográficas do conteúdo da Licitação ou gratuitamente se solicitado em mídia, neste caso necessário apresentação de PEN DRIVE.

Itacoatiara - AM, em 09 de setembro de 2021.
AFONSO ARAÚJO COSTA NETO
Presidente da CGLMI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
1º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Av. Epaminondas, 678-Centro-Fone/Fax: 3346-2301.
Daiana Flores- Registradora Civil

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, do Código Civil brasileiro, os contraentes: WALDY LIMA DE MELO e MARIA CRISTINE RIBEIRO DA SILVA.

ELE, divorciado, aposentado, natural de Careiro, Estado do Amazonas, nascido a 24 de abril de 1950, domiciliado e residente na Rua F-1, Canarana, nº 17, quadra 18, Bairro Cidade Nova, Manaus/AM, filho de FRANCISCO GOMES DE MELO, falecido em 11/10/1981 e de MARINA LIMA DE MELO, falecida em 15/03/2007.

ELA, divorciada, de Josemar Gonzales Sabóia, sob o nº134, folha 26, livro B-98 do 1º Registro Civil de Manaus/AM, aposentada, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida a 28 de maio de 1963, domiciliada e residente na Rua F-1, Canarana, nº 17, quadra 18, Bairro Cidade Nova, Manaus/AM, filha de RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA, falecido em 9/11/2015 e de DULCIRENE RAMALHO DA SILVA, falecida em 12/09/1934.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Manaus, 9 de setembro de 2021
Hévila de Souza Lima
Escrevente

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Maués, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará a licitação:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2021 - OBJETO: Registro de Preço para Eventual Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de Materiais de Construção e Correlatos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, da Prefeitura Municipal de Maués/AM.
DATA E HORÁRIO: 22 de setembro de 2021, às 09h.
O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, nesta Comissão, localizada na Rua Quintino Bocaiuva, 244, Centro, CEP 69.190-000, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas.

Maués/AM, 09 de setembro de 2021.
Fabíola Araújo da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Maués, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará a licitação:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2021 - OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na Aquisição de Rouparia e Materiais, para atender as necessidades do Hospital Raimunda Francisca Dineli da Silva e a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, da Prefeitura de Maués/AM.
DATA E HORÁRIO: 23 de setembro de 2021, às 09h.
O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, nesta Comissão, localizada na Rua Quintino Bocaiuva, 244, Centro, CEP 69.190-000, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas.

Maués/AM, 09 de setembro de 2021.
Fabíola Araújo da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SEST SENAT – Serviço Social do Transporte / Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE – SEST
UNIDADE A Nº 016
ATO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ATO CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

O Serviço Social do Transporte – SEST torna público a homologação e adjudicação da concorrência nº 003/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para serviço de manutenção corretiva do grupo gerador da Unidade A16 Manaus/AM, em favor da empresa M DE OLIVEIRA ALVES - EIRELI (CNPJ 33.600.047/0001-45) no valor de R$ 27.146,00 (vinte e sete mil cento e quarenta e seis reais).

Amanda Azevedo Mendonça
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SEST SENAT – Serviço Social do Transporte / Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE – SEST

UNIDADE DN Nº 135
ATO AVISO DE LICITAÇÃO
ATO CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

O SEST – Serviço Social do Transporte comunicam aos interessados que realizará concorrência para aquisição de material odontológico, para atender de forma imediata ao SEST SENAT Unidade DN135- Manaus/AM. O recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta comercial será no dia 28/09/2021, das 14hrs às 14h30. Para retirada do edital e acesso às demais informações, os interessados deverão enviar e-mail para licitacao.dn135@sestsenat.org.br.

Rosana Rocha Rebouças
Presidente Da Comissão De Licitação

SEST SENAT – Serviço Social do Transporte / Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT

UNIDADE DN Nº 135
ATO AVISO DE LICITAÇÃO
ATO CONCORRÊNCIA Nº 004/2021

O SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte comunica aos interessados que realizará concorrência para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de jardinagem/roçagem, conservação e manutenção de áreas verdes, para atender sob demanda, pelo período de 12 (doze) meses as necessidades do SEST/SENAT Unidade DN135- Manaus/AM. O recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta comercial será no dia 29/09/2021, das 14hrs às 14h30. Para retirada do edital e acesso às demais informações, os interessados deverão enviar e-mail para licitacao.dn135@sestsenat.org.br.

Rosana Rocha Rebouças
Presidente Da Comissão De Licitação

Publicação Jornal do Commercio - Ed. 43.373 - 10.09.2021 (0699665) SEI 2021.011045 / pg. 243

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PORTARIA N° 720/2021/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2021.015240 – SEI,

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 389/2007, datado de 26.11.2007, que regulamenta a utilização da modalidade Pregão no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO**, Agente de Apoio – Administrativo, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, como Pregoeiro(a) do **Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (Instituição Bancária)**, e, para auxiliá-lo, bem como substituí-lo em seus impedimentos ou afastamentos, o servidor **MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS**, Agente de Apoio – Administrativo;

II – DESIGNAR os servidores **IURY FECHINE RAMOS** e **SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES**, ambos Agentes de Apoio – Administrativo, membros da Comissão Permanente de Licitação desta Instituição, para compor a Equipe de Apoio do referido Pregão.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 10 de setembro de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 14/09/2021, às 13:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0692134** e o código CRC **3D992578**.

Portaria N° 720/2021/SUBADM (0697285) SEI 2021.011045 / pg. 244

2021.015240 0692134v3

Portaria Nº 720/2021/SUBADM (0697285) SEI 2021.011045 7 pg. 245

bradesco

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/PGJ
RECEBIDO EM 20 / 09 / 21
MEMBRO/CPL Horário: 15:05

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "...processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses...".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores da presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue:

Inicialmente, cumpre-nos parabenizá-los pela iniciativa de promover este certame, o que de início já revela a postura e intenções límpidas da Administração.

Prezaríamos obter as informações abaixo elencadas:

1) Pedimos informar qual o prazo final para a inclusão da proposta e documentação no sistema comprasnet.

2) Pedimos confirmar nosso entendimento de que o serviço de pagamento dos servidores será feito com exclusividade pela instituição financeira vencedora do certame.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

3) Pedimos ratificar nosso entendimento, de que o Banco Vencedor do certame será a única instituição a Possuir Estrutura de Atendimento nas dependências do Órgão, **com exclusividade**, caso seja convencionado entre as partes, durante a vigência do contrato.

4) Pedimos confirmar nosso entendimento de que a estrutura que o Banco Bradesco possui no atualmente no órgão com atendimento gerencial na comercialização de produtos e serviços, atende as exigências do edital.

5) Pedimos informar o endereço e quantidade de Membros/Servidores que circulam no local que será instalado futuramente o caixa eletrônico mencionado nos itens 2.3 "f" do termo de referência e cláusula segunda "f" da Minuta de Contrato disposta em edital.

6) Haverá cobrança de valor aluguel pela utilização dos espaços onde serão instaladas as estruturas de atendimento (PAB/PAE)? Em positivo, pedimos informar o valor e forma de pagamento.

7) O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências do MP, durante o prazo do contrato?

FOLHA DE PAGAMENTO

8) Considerando que o objeto do edital contempla o pagamento dos servidores inativos e pensionistas, pedimos esclarecer:

bradesco

a) Os mesmos recebem por algum Instituto/Fundo de Previdência ou são pagos pelo próprio MP?
b) Caso os inativos e pensionistas recebam por Instituto/Fundo de Previdência, este assinará o contrato junto com o MP?

TARIFA

9) Confirmar o entendimento que será assegurado aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

CRÉDITO CONSIGNADO

10) O Banco vencedor do certame poderá conceder créditos consignados **SEM EXCLUSIVIDADE** para os servidores, durante toda a vigência do contrato?
11) Pedimos nos informar se existe normativo especifico para emissão de cartão de crédito consignado aos membros e servidores, em sendo positivo, o Banco vencedor do certame poderá disponibilizar aos mesmos?
12) Qual o prazo máximo permitido para as operações de consignado? Há regulamentação por decreto? Favor disponibilizar a regulamentação. Havendo legislação específica sobre o consignado, nele consta alguma cobrança ou custo adicional para a consignatária? Se sim, favor enviar uma cópia com brevidade.
13) Existe limitador de CET – Custo Efetivo Total?
14) Quais instituições estão habilitadas a oferecer créditos consignados?
15) Quais as taxas e prazos praticados pelas instituições em créditos consignados?
16) Qual o valor mensal de repasse de consignado aos Bancos e o valor por instituição?

FORNECEDORES

17) O Banco vencedor do certame terá exclusividade para realizar os pagamentos aos fornecedores?
18) Os fornecedores deverão abrir conta corrente no Banco vencedor do certame?

BANCO BRADESCO S/A
CNPJ: 60746.948/0001-12

Marcos Vinicius Santos

Amanda Moraes Gomes
138129

PEDIDO DE ESCLERIMENTOS - MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

GRAZIELE BRONZERRE RODILHA <graziele.rodilha@bradesco.com.br>

Seg, 20/09/2021 14:20

Para: Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>
Cc: IGOR LEITE DE CARVALHO <igor.carvalho@bradesco.com.br>; FLAVIO GOMES FRAGOSO DE ALBUQUERQUE <flaviof.albuquerque@bradesco.com.br>; ALYNE FELIPE TEIXEIRA ORTEGA <alyne.ortega@bradesco.com.br>; DAIANE CASTANHARO <daiane.castanharo@bradesco.com.br>; EDINEIA ROSA CECILIO <edineia.cecilio@bradesco.com.br>; GLEISE DE AVILA ALMEIDA CANELA <gleise.canela@bradesco.com.br>; MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI <michelle.gardezani@bradesco.com.br>; THAIS DE SOUZA GREGORIO ALTAREJO <thais.gregorio@bradesco.com.br>; THAMIRES CORREA SILVA <thamires.c.silva@bradesco.com.br>; THAYNA DE LIMA BANDEIRA <thayna.bandeira@bradesco.com.br>; YAN GUSTAVO MEIRELLES DE SOUZA <yan.m.souza@bradesco.com.br>

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "...processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses...".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores da presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue:

Inicialmente, cumpre-nos parabenizá-los pela iniciativa de promover este certame, o que de início já revela a postura e intenções límpidas da Administração.

Prezaríamos obter as informações abaixo elencadas:

1) Pedimos informar qual o prazo final para a inclusão da proposta e documentação no sistema comprasnet.

2) Pedimos confirmar nosso entendimento de que o serviço de pagamento dos servidores será feito com exclusividade pela instituição financeira vencedora do certame.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

3) Pedimos ratificar nosso entendimento, de que o Banco Vencedor do certame será a única instituição a Possuir Estrutura de Atendimento nas dependências do Órgão, **com exclusividade**, caso seja convencionado entre as partes, durante a vigência do contrato.

4) Pedimos confirmar nosso entendimento de que a estrutura que o Banco Bradesco possui no atualmente no órgão com atendimento gerencial na comercialização de produtos e serviços, atende as exigências do edital.

E-mail Pedido de Esclarecimento - BRADESCO (0697209) SEI 2021.011045 / pg. 248

5) Pedimos informar o endereço e quantidade de Membros/Servidores que circulam no local que será instalado futuramente o caixa eletrônico mencionado nos itens 2.3 “f” do termo de referência e cláusula segunda “f” da Minuta de Contrato disposta em edital.

6) Haverá cobrança de valor aluguel pela utilização dos espaços onde serão instaladas as estruturas de atendimento (PAB/PAE)? Em positivo, pedimos informar o valor e forma de pagamento.

7) O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências do MP, durante o prazo do contrato?

FOLHA DE PAGAMENTO

8) Considerando que o objeto do edital contempla o pagamento dos servidores inativos e pensionistas, pedimos esclarecer:
a) Os mesmos recebem por algum Instituto/Fundo de Previdência ou são pagos pelo próprio MP?
b) Caso os inativos e pensionistas recebam por Instituto/Fundo de Previdência, este assinará o contrato junto com o MP?

TARIFA

9) Confirmar o entendimento que será assegurado aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

CRÉDITO CONSIGNADO

10) O Banco vencedor do certame poderá conceder créditos consignados **SEM EXCLUSIVIDADE** para os servidores, durante toda a vigência do contrato?

11) Pedimos nos informar se existe normativo especifico para emissão de cartão de crédito consignado aos membros e servidores, em sendo positivo, o Banco vencedor do certame poderá disponibilizar aos mesmos?

12) Qual o prazo máximo permitido para as operações de consignado? Há regulamentação por decreto? Favor disponibilizar a regulamentação. Havendo legislação específica sobre o consignado, nele consta alguma cobrança ou custo adicional para a consignatária? Se sim, favor enviar uma cópia com brevidade.

13) Existe limitador de CET – Custo Efetivo Total?

14) Quais instituições estão habilitadas a oferecer créditos consignados?

15) Quais as taxas e prazos praticados pelas instituições em créditos consignados?

16) Qual o valor mensal de repasse de consignado aos Bancos e o valor por instituição?

FORNECEDORES

17) O Banco vencedor do certame terá exclusividade para realizar os pagamentos aos fornecedores?

E-mail Pedido de Esclarecimento - BRADESCO (0697209) SEI 2021.011045 / pg. 249

18) Os fornecedores deverão abrir conta corrente no Banco vencedor do certame?

BANCO BRADESCO S/A
CNPJ: 60746.948/0001-12



AVISO LEGAL
...Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este E-Mail, promovendo, desde logo, a eliminação do seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle. Fica desprovida de eficácia e validade a mensagem que contiver vínculos obrigacionais, expedida por quem não detenha poderes de representação.
LEGAL ADVICE
...This message is exclusively destined for the people to whom it is directed, and it can bear private and/or legally exceptional information. If you are not addressee of this message, since now you are advised to not release, copy, distribute, check or, otherwise, use the information contained in this message, because it is illegal. If you received this message by mistake, we ask you to return this email, making possible, as soon as possible, the elimination of its contents of your database, registrations or controls system. The message that bears any mandatory links, issued by someone who has no representation powers, shall be null or void.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 281.2021.CPL.0697195.2021.011045

À Senhora
VÍVIAN DA SILVA DONATO LOPES MARTINS
Diretora-Geral da PGJ/AM
NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Encaminhamento **PI 2021.011045** para análise e resposta a pedido de esclarecimento.

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente e, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos*, oportunamente, encaminho o pedido de esclarecimento apresentado pelo Instituição Bancária **BRADESCO (doc. 0697191)**, para fins de análise técnica dessa renomada Diretoria.

Outrossim, informo que a abertura do certame encontra-se agendada para o dia **24/09/2021**. Desta forma, solicitamos a habitual colaboração dessa unidade no sentido de que a correlata resposta seja exarada o mais celeremente possível até, no máximo, **às 14h. do dia 22/09/2021**, nos termos do subitem 22.6 do Edital e, considerando que consubstanciará decisão a ser proferida por esta Comissão.

Após, retornar os autos a esta Comissão Permantente de Licitação para prosseguimento com a decisão.

Atenciosamente,

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 20/09/2021, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0697195** e o código CRC **0B726FFB**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 72.2021.DG.0697676.2021.011045

Manaus, 21 de setembro de 2021.

Ao Senhor

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Resposta ao Memorando n.º 281.2021.CPL

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e, em atenção ao MEMORANDO Nº 281.2021.CPL.0697195.2021.011045, da lavra de Vossa Senhoria, encaminha-se as respostas ao questionamento do banco bradesco:

1.Pedimos informar qual o prazo final para a inclusão da proposta e documentação no sistema comprasnet.

- A ser respondida pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

2. Pedimos confirmar nosso entendimento de que o serviço de pagamento dos servidores será feito com exclusividade pela instituição financeira vencedora do certame.

- Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

3.Pedimos ratificar nosso entendimento, de que o Banco Vencedor do certame será a única instituição a Possuir Estrutura de Atendimento nas dependências do Órgão, com exclusividade, caso seja convencionado entre as partes, durante a vigência do contrato.

- Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

4.Pedimos confirmar nosso entendimento de que a estrutura que o Banco Bradesco possui atualmente no órgão com atendimento gerencial na comercialização de produtos e serviços, atende as exigências do edital.

- Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

5.Pedimos informar o endereço e quantidade de Membros/Servidores que circulam no local que será instalado futuramente o caixa eletrônico mencionado nos itens 2.3 "f" do termo de referência e cláusula segunda "f" da Minuta de Contrato disposta em edital.

- Ainda não há endereço, pois, o prédio onde funcionará a nova unidade ainda é objeto de estudo para licitação, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

6.Haverá cobrança de valor aluguel pela utilização dos espaços onde serão instaladas as estruturas de atendimento (PAB/PAE)? Em positivo, pedimos informar o valor e forma de pagamento.

- Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

7.O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências do MP, durante o prazo do contrato?

- Este item deve estar de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

8.Considerando que o objeto do edital contempla o pagamento dos servidores inativos e pensionistas, pedimos esclarecer:

a.Os mesmos recebem por algum Instituto/Fundo de Previdência ou são pagos pelo próprio MP?

Os Inativos e pensionistas possuem duas folhas processadas:

- No âmbito do Ministério Público processa-se a folha de valores que não compreendem benefícios previdenciários (exemplo: valores indemnizatórios); e,

- Pela Amazonprev é processada a folha de valores de benefícios previdenciários.

b.Caso os inativos e pensionistas recebam por Instituto/Fundo de Previdência, este assinará o contrato junto com o MP?

- Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

9.Confirmar o entendimento que será assegurado aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

- A contratada deverá fornecer as gratuidades aos beneficiários de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ .

10.O Banco vencedor do certame poderá conceder créditos consignados SEM EXCLUSIVIDADE para os servidores, durante toda a vigência do contrato?

- Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

11.Pedimos nos informar se existe normativo específico para emissão de cartão de crédito consignado aos membros e servidores, em sendo positivo, o Banco vencedor do certame poderá disponibilizar aos mesmos?

- Não há, deverá seguir as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

12.Qual o prazo máximo permitido para as operações de consignado? Há regulamentação por decreto? Favor disponibilizar a regulamentação. Havendo legislação específica sobre o consignado, nele consta alguma cobrança ou custo adicional para a consignatária? Se sim, favor enviar uma cópia com brevidade.

- Não há regulamentação específica e este item deverá obedecer com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

13.Existe limitador de CET – Custo Efetivo Total?

Para este item, deve se orientar de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

14.Quais instituições estão habilitadas a oferecer créditos consignados?

Não podemos informar, de acordo com a lei geral de proteção de dados e estas informações não se relacionam com o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

15.Quais as taxas e prazos praticados pelas instituições em créditos consignados?

Não podemos informar, de acordo com a lei geral de proteção de dados e estas informações não se relacionam com o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

16.Qual o valor mensal de repasse de consignado aos Bancos e o valor por instituição?

Não podemos informar, de acordo com a lei geral de proteção de dados e estas informações não se relacionam com o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

17.O Banco vencedor do certame terá exclusividade para realizar os pagamentos aos fornecedores?

- Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

18.Os fornecedores deverão abrir conta corrente no Banco vencedor do certame?

- Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

Atenciosamente,

Patrícia Costa Martins
Diretora de Administração da PGJ/AM

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Ivanete de Oliveira Nascimento
Diretora de Planejamento da PGJ/AM

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 21/09/2021, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 21/09/2021, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de**

Planejamento - DPLAN, em 21/09/2021, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 21/09/2021, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0697676** e o código CRC **346A564F**.

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO COMPLEMENTAR - MINISTÉRIO PUBLICO DO AMAZONAS

EDINEIA ROSA CECILIO <edineia.cecilio@bradesco.com.br>

Ter, 21/09/2021 15:33

Para: Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>
Cc: IGOR LEITE DE CARVALHO <igor.carvalho@bradesco.com.br>; ALYNE FELIPE TEIXEIRA ORTEGA <alyne.ortega@bradesco.com.br>; DAIANE CASTANHARO <daiane.castanharo@bradesco.com.br>; FLAVIO GOMES FRAGOSO DE ALBUQUERQUE <flaviof.albuquerque@bradesco.com.br>; GLEISE DE AVILA ALMEIDA CANELA <gleise.canela@bradesco.com.br>; GRAZIELE BRONZERRE RODILHA <graziele.rodilha@bradesco.com.br>; MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI <michelle.gardezani@bradesco.com.br>; THAIS DE SOUZA GREGORIO ALTAREJO <thais.gregorio@bradesco.com.br>; THAMIRES CORREA SILVA <thamires.c.silva@bradesco.com.br>; THAYNA DE LIMA BANDEIRA <thayna.bandeira@bradesco.com.br>; YAN GUSTAVO MEIRELLES DE SOUZA <yan.m.souza@bradesco.com.br>

1 anexos (375 KB)

QUESTIONARIO EXTERNO COMPLEMENTAR.docx;

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "...processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses...".

Segue anexo, pedido de esclarecimento complementar.

BANCO BRADESCO S/A
4864-P/Departamento Bradesco Poder Público
Licitações e Contratos
Edinéia Rosa Cecílio
Tel.: (11)3684-7140 R: 47140 Fax: (11)3684-4861
edineia.cecilio@bradesco.com.br

Classificação: CONFIDENCIAL
"O acesso ao conteúdo desta mensagem está autorizado, exclusivamente, aos destinatários contidos neste e-mail. A necessidade de reprodução desta mensagem a pessoas não enquadradas deve ser autorizada pelo Gestor da Informação. Para identificá-lo, contate o remetente"



AVISO LEGAL
...Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este E-Mail, promovendo, desde logo, a eliminação do seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle. Fica desprovida de eficácia e validade a mensagem que contiver vínculos obrigacionais, expedida por quem não detenha poderes de representação.
LEGAL ADVICE
...This message is exclusively destined for the people to whom it is directed, and it can bear private and/or legally exceptional information. If you are not addressee of this message, since now you are advised to not release, copy, distribute, check or, otherwise, use the information contained in this message, because it is illegal. If you received this message by mistake, we ask you to return this email, making possible, as soon as possible, the elimination of its contents of your database, registrations or controls system. The message that bears any mandatory links, issued by someone who has no representation powers, shall be null or void.

E-mail Pedido de Esclarecimento Complementar - BRADESCO (0697967) SEI 2021.011045 / pg. 259

Manaus – AM, 21 de setembro de 2021.

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "...processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses...".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores do presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue:

Em complemento aos questionamentos anteriores, pedimos informar:

1) Pedimos **confirmar nosso entendimento** que o Contrato decorrente do presente Pregão terá sua **vigência a partir do término do contrato atual**, ou seja, a partir de novembro de 2021.

2) Considerando que o valor de proposta a ser imputado no sistema eletrônico deverá ser em percentual de no mínimo 0,01% e o item 9.5.4.2 do edital trazer a tabela referente a proposta a ser considerada e o percentual de 0,01% corresponder ao valor de R$6.000.600,00, pedimos esclarecer qual o valor mínimo a ser considerado para julgamento da proposta em Reais e em % (percentual)?

3) Quanto a estrutura de atendimento exigida em edital, **pedimos confirmar nosso entendimento que caso este Banco seja o vencedor do certame a estrutura que atualmente o Banco disponibiliza para atendimento aos servidores atende as exigências do edital**, ou seja, **será garantido ao Banco a ocupação dos espaços onde encontra-se instalado atualmente, exceto em relação ao caixa eletrônico a ser instalado futuramente com a indicação do MP**.

4) Considerando o disposto na cláusula segunda, parágrafo segundo, letra "c" da minuta contratual a respeito da isenção da cobrança de anuidade de cartão de crédito, pedimos confirmar nosso entendimento que a gratuidade estará condicionada a bandeira visa.

BANCO BRADESCO S/A
CNPJ: 60746.948/0001-12

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 284.2021.CPL.0697968.2021.011045

À Senhora

VÍVIAN DA SILVA DONATO LOPES MARTINS

Diretora-Geral da PGJ/AM

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Encaminhamento **PI 2021.011045** para análise e resposta a pedido de esclarecimento.

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente e, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos*, oportunamente, encaminho o pedido de esclarecimento complementar apresentado pelo Instituição Bancária **BRADESCO (doc. 0697967)**, para fins de análise técnica dessa renomada Diretoria, com exceção do quesito 2 que ficará a cargo desta Comissão.

Outrossim, informo que a abertura do certame encontra-se agendada para o dia **24/09/2021**. Desta forma, solicitamos a habitual colaboração dessa unidade no sentido de que a correlata resposta seja exarada o mais celeremente possível até, no máximo, **às 14h. do dia 23/09/2021**, nos termos do subitem 22.6 do Edital e, considerando que consubstanciará decisão a ser proferida por esta Comissão.

Após, retornar os autos a esta Comissão Permantente de Licitação para prosseguimento com a decisão.

Atenciosamente,

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 21/09/2021, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0697968** e o código CRC **D8D119FB**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 278.2021.DA.0698367.2021.011045

Manaus, 22 de setembro de 2021.

Ao Senhor

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Resposta ao Memorando n.º 284.2021.CPL

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e, em atenção ao MEMORANDO Nº 284.2021.CPL.0697968.2021.011045, da lavra de Vossa Senhoria, encaminha-se as respostas ao questionamento do banco bradesco:

1) Pedimos confirmar nosso entendimento que o Contrato decorrente do presente Pregão terá sua vigência a partir do término do contrato atual, ou seja, a partir de novembro de 2021.

- Sim

2) Considerando que o valor de proposta a ser imputado no sistema eletrônico deverá ser em percentual de no mínimo 0,01% e o item 9.5.4.2 do edital trazer a tabela referente a proposta a ser considerada e o percentual de 0,01% corresponder ao valor de R$6.000.600,00, pedimos esclarecer qual o valor mínimo a ser considerado para julgamento da proposta em Reais e em % (percentual)?

- A ser respondido pela Comissão Permanente de Licitação

3) Quanto a estrutura de atendimento exigida em edital, pedimos confirmar nosso entendimento que caso este Banco seja o vencedor do certame a estrutura que atualmente o Banco disponibiliza para atendimento aos servidores atende as exigências do edital, ou seja, será garantido ao Banco a ocupação dos espaços onde encontra-se instalado atualmente, exceto em relação ao caixa eletrônico a ser instalado futuramente com a indicação do MP.

- Sim

4) Considerando o disposto na cláusula segunda, parágrafo segundo, letra “c” da minuta contratual a respeito da isenção da cobrança de anuidade de cartão de crédito, pedimos confirmar nosso entendimento que a gratuidade estará condicionada a bandeira visa.

- Não está codicionada a alguma bandeira, conforme os termos do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

Atenciosamente,

Patrícia Costa Martins
Diretora de Administração da PGJ/AM

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Ivanete de Oliveira Nascimento
Diretora de Planejamento da PGJ/AM

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 22/09/2021, às 10:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 22/09/2021, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 22/09/2021, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 22/09/2021, às 10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0698367** e o código CRC **4B022213**.

DECISÃO Nº 32.2021.CPL.0697275.2021.011045

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO COMPLEMENTAR INTERPOSTOS AOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ, PELA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA BANCO BRADESCO S/A, EM **20 E 21 DE SETEMBRO DE 2021.** PRESSUPOSTOS LEGAIS: LEGITIMIDADE E INTERESSE DE AGIR, A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO E FUNDAMENTAÇÃO, ATENDIDOS. INTEMPESTIVIDADE. FORA DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE. APRESENTAÇÃO DE MOTIVAÇÃO.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos objeto da peça dirigida, esta **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo 13, § 1.º do ATO PGJ N.º 389/2007, decide:

a) **Receber** o pedido de esclarecimento e esclarecimento complementar apresentados pela Instituição Bancária **BANCO BRADESCO S/A**, aos termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ, pelo qual se busca a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos,* **não conhecendo do mesmo, posto que intempestivo;**

b) Inobstante a prejudicialidade da análise do mérito das razões, por sua não apresentação no prazo fixado, este Pregoeiro, **no mérito, pelo princípio da precaução** apresenta as motivações e **reputar esclarecidas** as solicitações, conforme discorrido na presente peça;

c) **Manter o edital e a data de realização do certame, uma vez que não houve nenhuma alteração do objeto**, em consonância com o art. 21, § 4º da Lei n.° 8.666/93.

2. DO RELATÓRIO

2.1. DAS RAZÕES DOS ESCLARECIMENTOS

Adentrou ao e-mail institucional desta Comissão Permanente de Licitação, o **pedido de esclarecimento** apresentado pela pela Instituição Bancária **BANCO BRADESCO S/A**, o primeiro recebido no dia 20/09/2021, às 14h20min e de igual teor e fisicamente nesta CPL, o segundo, no mesmo dia (20/09/2021), às 15h05min, questionando disposição específica do procedimento licitatório, cujo inteiro teor encontram-se disponíveis abaixo e no Portal do MP-AM, no seguinte endereço: <https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/14620-pe-4026-2021-cpl-mp-pgj-instituicao-bancaria-processamento-da-folha-de-pagamentos-credito-consignado-e-dentre-outros>

AO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "...processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses...".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores da presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue:

Inicialmente, cumpre-nos parabenizá-los pela iniciativa de promover este certame, o que de início já revela a postura e intenções límpidas da Administração.

Prezaríamos obter as informações abaixo elencadas:

1) Pedimos informar qual o prazo final para a inclusão da proposta e documentação no sistema comprasnet.

2) Pedimos confirmar nosso entendimento de que o serviço de pagamento dos servidores será feito com exclusividade pela instituição financeira vencedora do certame.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

3) Pedimos ratificar nosso entendimento, de que o Banco Vencedor do certame será a única instituição a Possuir Estrutura de Atendimento nas dependências do Órgão, com exclusividade, caso seja convencionado entre as partes, durante a vigência do contrato.

4) Pedimos confirmar nosso entendimento de que a estrutura que o Banco Bradesco possui no atualmente no órgão com atendimento gerencial na comercialização de produtos e serviços, atende as exigências do edital.

5) Pedimos informar o endereço e quantidade de Membros/Servidores que circulam no local que será instalado futuramente o caixa eletrônico mencionado nos itens 2.3 "f" do termo de referência e cláusula segunda "f" da Minuta de Contrato disposta em edital.

6) Haverá cobrança de valor aluguel pela utilização dos espaços onde serão instaladas as estruturas de atendimento (PAB/PAE)? Em positivo, pedimos informar o valor e forma de pagamento.

7) O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências do MP, durante o prazo do contrato?

FOLHA DE PAGAMENTO

8) Considerando que o objeto do edital contempla o pagamento dos servidores inativos e pensionistas, pedimos esclarecer:

a) Os mesmos recebem por algum Instituto/Fundo de Previdência ou são pagos pelo próprio MP?

b) Caso os inativos e pensionistas recebam por Instituto/Fundo de Previdência, este assinará o contrato junto com o MP?

TARIFA

9) Confirmar o entendimento que será assegurado aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

CRÉDITO CONSIGNADO

10) O Banco vencedor do certame poderá conceder créditos consignados SEM EXCLUSIVIDADE para os servidores, durante toda a vigência do contrato?

11) Pedimos nos informar se existe normativo especifico para emissão de cartão de crédito consignado aos membros e servidores, em sendo positivo, o Banco vencedor do certame poderá disponibilizar aos mesmos?

12) Qual o prazo máximo permitido para as operações de consignado? Há regulamentação por decreto? Favor disponibilizar a regulamentação. Havendo legislação específica sobre o consignado, nele consta alguma cobrança ou custo adicional para a consignatária? Se sim, favor enviar uma cópia com brevidade.

13) Existe limitador de CET – Custo Efetivo Total?

14) Quais instituições estão habilitadas a oferecer créditos consignados?

15) Quais as taxas e prazos praticados pelas instituições em créditos consignados?

16) Qual o valor mensal de repasse de consignado aos Bancos e o valor por instituição?

FORNECEDORES

17) O Banco vencedor do certame terá exclusividade para realizar os pagamentos aos fornecedores?

18) Os fornecedores deverão abrir conta corrente no Banco vencedor do certame?

BANCO BRADESCO S/A CNPJ: 60746.948/0001-12

2.2. DAS RAZÕES DOS ESCLARECIMENTOS COMPLEMANTARES

Posteriormente, adentrou ao e-mail institucional desta Comissão Permanente de Licitação, o **pedido de esclarecimento** complementar apresentado pela pela Instituição Bancária **BANCO BRADESCO S/A**, recebido no dia 21/09/2021, às 15h33min, questionando disposição específica do procedimento licitatório, cujo inteiro teor encontram-se disponíveis abaixo e no Portal do MP-AM, no seguinte endereço:

AO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "...processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses...".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores do presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue: Em complemento aos questionamentos anteriores, pedimos informar:

1) Pedimos **confirmar nosso entendimento** que o Contrato decorrente do presente Pregão terá sua **vigência a partir do término do contrato atual**, ou seja, a partir de novembro de 2021.

2) Considerando que o valor de proposta a ser imputado no sistema eletrônico deverá ser em percentual de no mínimo 0,01% e o item 9.5.4.2 do edital trazer a tabela referente a proposta a ser considerada e o percentual de 0,01% corresponder ao valor de R$6.000.600,00, pedimos esclarecer qual o valor mínimo a ser considerado para julgamento da proposta em Reais e em % (percentual)?

3) Quanto a estrutura de atendimento exigida em edital, **pedimos confirmar nosso entendimento que caso este Banco seja o vencedor do certame a estrutura que atualmente o Banco disponibiliza para atendimento aos servidores atende as exigências do edital, ou seja, será garantido ao Banco a ocupação dos espaços onde encontra-se instalado atualmente, exceto em relação ao caixa eletrônico a ser instalado futuramente com a indicação do MP.**

4) Considerando o disposto na cláusula segunda, parágrafo segundo, letra "c" da minuta contratual a respeito da isenção da cobrança de anuidade de cartão de crédito, pedimos confirmar nosso entendimento que a gratuidade estará condicionada a bandeira visa.

2.3. DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS

Ab initio, é necessário observar se o interessado atende às exigências emanadas do repositório legal das licitações públicas, particularmente, aquelas decorrentes do texto dos §§ 1º e 2º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 13 do ATO PGJ Nº. 389/2007.

Rezam esses dispositivos que qualquer cidadão e/ou pretenso licitante é parte legítima para impugnar edital de licitação, desde que o façam, respectivamente, até o **até o quinto e segundo dia útil** anterior à data fixada para a realização da sessão inaugural do certame.

Dessa regra se desdobram alguns requisitos que devem ser adimplidos quando de eventual impugnação dirigida ao órgão público licitante, são eles: legitimidade, interesse, a existência de um ato administrativo, fundamentação e tempestividade.

O primeiro desses pressupostos dispensa maiores comentários ante a clarividência da norma mencionada alhures, isto é, *qualquer cidadão é parte legítima.*

Obviamente, o segundo requisito apontado decorre dessa acepção de legitimidade, pois mesmo que não se trate de pretenso licitante com interesse concreto e pontualmente direcionado às regras do cotejo, o interesse da parte legitimada pela regra sobredita pode estar revestido do mero e simples anseio de se satisfazer com o cumprimento estrito da lei.

Na verdade, cremos que a intenção do legislador foi justamente a de conferir ao procedimento licitatório o mais amplo, acessível e rigoroso sistema de fiscalização.

O terceiro ponto a ser observado decorre certamente da consequência lógica do instituto ora em estudo. É dizer, só se pode questionar, esclarecer ou impugnar algo que existe. *In casu,* um ato administrativo instrumentalizado sob a forma de um documento público.

Consequentemente, eventual objeção a um ato administrativo deve trazer consigo suas razões fundamentais específicas, mesmo que simplesmente baseada em fatos, de forma a evitar que a oposição seja genérica, vaga e imprecisa. A peça em análise preencheu, também, esse requisito ao indagar pontualmente o entendimento de determinada regra do edital.

Por derradeiro, há o pressuposto que condiciona o exercício dessa faculdade a determinado lapso temporal, de forma que, ultrapassado o limite de tempo em que se poderia interpor os questionamentos reputados necessários, deixa de existir o direito conferido pela Lei àquela particular situação.

No caso corrente, a manifestação partiu de pretensos licitantes e, por isso, o juízo de admissibilidade deve lastrear-se nas disposições do §2º, art. 41 da Lei Licitatória.

Com termos semelhantes dispõe, também, o item 22 do Edital, estipulando que:

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

[...]

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até o dia 20/09/2021, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante petição, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ), no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, prorrogável desde que devidamente justificado, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no site oficial do MPAM. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos divulgadas pelo sistema vincularão os participantes e a administração.

Faz-se mister, contudo, elucidar os critérios utilizados na contagem dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório, valendo-se, para tanto, de lição do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes[1], cujo excerto segue abaixo:

"A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta"[2]. Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação:

O dia 16/01/2019 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 15; o segundo, o dia 14; o terceiro dia 11. Portanto, até o dia 10, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá qualquer pessoa solicitar esclarecimentos de dúvidas face o ato convocatório (...).

Caso a impugnação ou pedido de esclarecimento seja oferecido fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração.

Na mesma tônica, vejamos trecho do julgado exarado pelo Corte de Justiça do Estado do Acre em Agravo de Instrumento:

> (...) Em hipóteses como a da espécie em tela, a forma de contagem obedece à regra geral constante do CPC, segundo a qual exclui-se do cômputo o dia do início e inclui-se o do vencimento (art. 184, caput). O traço distintivo, porém, reside no fato de que durante o período de transcurso do prazo é proibida a prática do ato. (...) o prazo referido nos dispositivos legais em destaque é chamado de regressivo, ou inverso. Isso porque a respectiva contagem se dá para trás com a finalidade de impor um limite temporal na prática do ato que não seja dentro do período proibido. (...) No caso vertente, a abertura da sessão pública do Pregão Presencial nº 088/2008 foi aprazada para o dia 18 de dezembro de 2008, quinta-feira. Sendo assim, contando o prazo regressivamente a partir do dia 17, o último dia para impugnação do ato convocatório em questão seria o dia 15 de dezembro de 2008, isto porque o dia 16 de dezembro de 2008 foi o último dia proibido para a prática do ato. (TJ/AC, AI nº 2009.0000052,Rel. Des. Adair Longuini, j. em 12.05.2009.).

Vê-se, portanto, que, a partir de uma interpretação finalística do dispositivo legal ao norte especificado, a intenção do legislador foi justamente a de disponibilizar à Administração um tempo mínimo suficiente para a apreciação de eventuais recursos, neles inclusos impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, sendo assinalado para cada uma das hipóteses normativas prazos razoáveis para a tomada de decisões.

À luz dessas considerações, conforme já se disse alhures, a interessada interpôs suas solicitações aos 20/09/2021, às 14h13min.; às 15h.05min e 21/09/2021, às 15h33min. Logo, as peças trazidas a esta CPL **são intempestivas, visto que as duas primeiras não observaram o horário de expediente deste Órgão Ministerial (até às 14hrs - Horário Local) e a última a data limite somado ao horário de expediente.**

3. RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que as disposições constantes do instrumento convocatório procuram alinhar-se, estritamente, aos auspícios dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, estabelecidos quer na **Lei n.° 8.666/1993,** Estatuto Nacional de Licitações e Contratos Administrativos, como também na **Lei n.° 10.520/2002,** quer na **Constituição Federal de 1988,** bem como, frisa-se, seguindo-se os mais lúcidos preceitos da doutrina de escol e da jurisprudência majoritária.

Nesse sentido, é mister recordar que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual a licitante reúne condições de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem desviar-se da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93, abaixo disposto:

> "*A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da* ***legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento***

> ***convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." **(g.n.)***

Em outras palavras, no que tange às contratações realizadas mediante licitação, deve a Administração Pública, em observância ao disposto no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93, garantir a igualdade na participação dos licitantes e a selecionar a proposta mais vantajosa, sem se afastar dos princípios básicos descritos no dispositivo supra.

Da análise do pedido colacionado, infere-se que a dúvida suscitada diz respeito às especificações e obrigações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045.**

4.1. DOS ASPECTOS TÉCNICOS DO OBJETO

Inicialmente, cumpre destacar que o único ponto a ser esclarecido a cargo desta Comissão consiste no prazo para apresentação da proposta - **Quesito 1**.

Primeiramente, destaca-se que o **DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019** trata tanto do envio da proposta quanto dos documentos de habilitação antes da abertura da sessão pública. Isso constitui uma das novidades do novo regulamento federal do pregão eletrônico, não prevista no regulamento anterior, disciplinando da seguinte forma:

> **Apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante**
>
> Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**
>
> **§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.**

Do mesmo modo, o instrumento convocatório traz redação semelhante, respondendo, portanto, perfeitamente o referido questionamento, vejamos:

> **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (doc. 0691130)**
>
> **7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
>
> 7.1. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**
>
> [...]
>
> 7.6. **Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema**;

Outro ponto merecedor de destaque refere-se ao questionamento atinente a qual valor mínimo a ser considerado para fins de julgamento da proposta.

O presente questionamento será devidamente respondido diretamente com o disciplinado no próprio Edital:

> 9.5. O critério de julgamento será o de MAIOR OFERTA, admitindo-se como critério de aceitabilidade, o valor mínimo aceitável como oferta de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) mais o percentual mínimo de 0,01%, conforme definido no subitem 2.5. e 9.5.3., ambos deste Edital e seus anexos.
>
> 9.5.1. Para viabilizar a realização da licitação pelo Portal do COMPRASNET e tendo em vista que este Sistema não disponibiliza o julgamento por **MAIOR OFERTA**, as propostas de preços serão formuladas com a indicação do percentual de acréscimo (para fins do sistema, maior "desconto") ofertado sobre o valor mínimo aceitável (subitem 9.5. anterior).
>
> 9.5.2. Para efeito de julgamento por **MAIOR OFERTA**, será considerado o valor resultante da aplicação percentual de acréscimo ofertado (para fins do sistema, maior "desconto") pelo licitante sobre o valor mínimo aceitável como oferta.
>
> 9.5.3. **Serão admitidos valores percentuais positivos, com até 2 (duas) casas decimais.**
>
> 9.5.4. O **percentual de "desconto"** ofertado será o **critério** adotado para **classificação e julgamento das propostas <u>única</u>** e <u>exclusivamente</u> para fins dos **<u>LANCES</u>** no **Sistema COMPRASNET**, demonstrando, ao final, o quanto a licitante se dispõe a pagar a título de **<u>CONTRAPARTIDA</u>**, sendo considerado como valor efetivo da proposta ou do lance (MAIOR OFERTA) o montante de **R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)**, acrescido do **valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta**.
>
> **9.5.4.1. O percentual de "desconto" ofertado será convertido no valor da CONTRAPARTIDA**, conforme fórmula a seguir:
>
> **C = 6.000.000,00 x (1+P/100)**
>
> Em que:
>
> C = contrapartida;
>
> P = percentual de "desconto" ofertado na proposta/lance.
>
> **9.5.4.2.** A fim de esclarecer o modelo adotado para o presente certame e ilustrar, a tabela a seguir retrata qual o valor da proposta a ser considerado para efeito prático de julgamento e adjudicação resultantes de aplicação do percentual de oferta apresentado por licitante:

Percentual ofertado nos LANCES ("desconto")	**Valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 6.000.000,00)**	**Valor considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
0,01%	600,00	6.000.600,00
0,1%	6000,00	6.006.000,00
1,00%	60.000,00	6.060.000,00

1,05%	63.000,00	6.063.000,00
1,70%	102.000,00	6.102.000,00
2,00%	120.000,00	6.120.000,00

> 9.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do percentual consignado no registro.
>
> 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
>
> 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **percentual superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
>
> **9.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01% (um centésimo de por cento);**

Portanto, feita a leitura dos referidos dispositivos, temos que os Licitantes deverão lançar no Sistema tanto em sua proposta inicial, como no momento da disputa dos lances, o PERCENTUAL de "desconto" a ser ofertado, o qual será convertido no valor da CONTRAPARTIDA conforme planilha exemplificativa constante no ***subitem 9.5.4.1*** do instrumento convocatório. Ademais, considerando que o Sistema não aceita o lançamento de percentual zerado, o mínimo aceitável consiste em **0,01%**, o qual representa o **valor de R$ 6.000.600,00** ***(seis milhões e seiscentos reais).***

Bem, considerando que as indagações diziam respeito a aspectos técnicos do documento de especificação dos serviços e às obrigações a ele correlatas **(TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045)**, as mesmas foram submetidas ao exame e manifestação da equipe técnica emissora do citado documento integrante do Edital ora questionado.

Em face dos questionamentos lançados, as peças foram remetidas à análise e manifestação de uma Comissão, capitaneada pela Diretoria-Geral e Diretoria de Administração desta Instituição, órgão emissor do Termo de Referência supra, integrante do Edital ora questionado, nos termos do **MEMORANDO Nº 281.2021.CPL.0697195.2021.011045 e MEMORANDO Nº 284.2021.CPL.0697968.2021.011045.**

Via de consequência, aquela Comissão se pronunciou no seguinte sentido, por meio das manifestações a seguir exposto de forma detalhada:

> **MEMORANDO Nº 72.2021.DG.0697676.2021.011045**
>
> Manaus, 21 de setembro de 2021.
>
> Ao Senhor
>
> **Edson Frederico Lima Paes Barreto**
>
> Presidente da Comissão Permanente de Licitação
>
> NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Resposta ao Memorando n.º 281.2021.CPL

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e, em atenção ao MEMORANDO Nº 281.2021.CPL.0697195.2021.011045, da lavra de Vossa Senhoria, encaminha-se as respostas ao questionamento do banco bradesco:

1.Pedimos informar qual o prazo final para a inclusão da proposta e documentação no sistema comprasnet.

- A ser respondida pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

2. Pedimos confirmar nosso entendimento de que o serviço de pagamento dos servidores será feito com exclusividade pela instituição financeira vencedora do certame.

- Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

3.Pedimos ratificar nosso entendimento, de que o Banco Vencedor do certame será a única instituição a Possuir Estrutura de Atendimento nas dependências do Órgão, com exclusividade, caso seja convencionado entre as partes, durante a vigência do contrato.

- Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

4.Pedimos confirmar nosso entendimento de que a estrutura que o Banco Bradesco possui atualmente no órgão com atendimento gerencial na comercialização de produtos e serviços, atende as exigências do edital.

- Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

5.Pedimos informar o endereço e quantidade de Membros/Servidores que circulam no local que será instalado futuramente o caixa eletrônico mencionado nos itens 2.3 “f” do termo de referência e cláusula segunda “f” da Minuta de Contrato disposta em edital.

- Ainda não há endereço, pois, o prédio onde funcionará a nova unidade ainda é objeto de estudo para licitação, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

6.Haverá cobrança de valor aluguel pela utilização dos espaços onde serão instaladas as estruturas de atendimento (PAB/PAE)? Em positivo, pedimos informar o valor e forma de pagamento.

- Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

7.O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências do MP, durante o prazo do contrato?

- Este item deve estar de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

8.Considerando que o objeto do edital contempla o pagamento dos servidores inativos e pensionistas, pedimos esclarecer:

a.Os mesmos recebem por algum Instituto/Fundo de Previdência ou são pagos pelo próprio MP?

Os Inativos e pensionistas possuem duas folhas processadas:

- No âmbito do Ministério Público processa-se a folha de valores que não compreendem benefícios previdenciários (exemplo: valores indemnizatórios); e,

- Pela Amazonprev é processada a folha de valores de benefícios previdenciários.

b.Caso os inativos e pensionistas recebam por Instituto/Fundo de Previdência, este assinará o contrato junto com o MP?

- Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

9.Confirmar o entendimento que será assegurado aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

- A contratada deverá fornecer as gratuidades aos beneficiários de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ .

10.O Banco vencedor do certame poderá conceder créditos consignados SEM EXCLUSIVIDADE para os servidores, durante toda a vigência do contrato?

- Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

11.Pedimos nos informar se existe normativo específico para emissão de cartão de crédito consignado aos membros e servidores, em sendo positivo, o Banco vencedor do certame poderá disponibilizar aos mesmos?

- Não há, deverá seguir as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

12.Qual o prazo máximo permitido para as operações de consignado? Há regulamentação por decreto? Favor disponibilizar a regulamentação. Havendo legislação específica sobre o consignado, nele consta alguma cobrança ou custo adicional para a consignatária? Se sim, favor enviar uma cópia com brevidade.

- Não há regulamentação específica e este item deverá obedecer com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

13.Existe limitador de CET – Custo Efetivo Total?

Para este item, deve se orientar de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ

14.Quais instituições estão habilitadas a oferecer créditos consignados?

Não podemos informar, de acordo com a lei geral de proteção de dados e estas informações não se relacionam com o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

15.Quais as taxas e prazos praticados pelas instituições em créditos consignados?

Não podemos informar, de acordo com a lei geral de proteção de dados e estas informações não se relacionam com o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

16.Qual o valor mensal de repasse de consignado aos Bancos e o valor por instituição?

Não podemos informar, de acordo com a lei geral de proteção de dados e estas informações não se relacionam com o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

17.O Banco vencedor do certame terá exclusividade para realizar os pagamentos aos fornecedores?

- Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

18.Os fornecedores deverão abrir conta corrente no Banco vencedor do certame?

- Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

Atenciosamente,

Patrícia Costa Martins
Diretora de Administração da PGJ/AM

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Ivanete de Oliveira Nascimento
Diretora de Planejamento da PGJ/AM

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM

MEMORANDO Nº 278.2021.DA.0698367.2021.011045

Ao Senhor

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Resposta ao Memorando n.º 284.2021.CPL

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e, em atenção ao MEMORANDO Nº 284.2021.CPL.0697968.2021.011045, da lavra de Vossa Senhoria, encaminha-se as respostas ao questionamento do banco bradesco:

1) Pedimos confirmar nosso entendimento que o Contrato decorrente do presente Pregão terá sua vigência a partir do término do contrato atual, ou seja, a partir de novembro de 2021.

- Sim

2) Considerando que o valor de proposta a ser imputado no sistema eletrônico deverá ser em percentual de no mínimo 0,01% e o item 9.5.4.2 do edital trazer a tabela referente a proposta a ser considerada e o percentual de 0,01% corresponder ao valor de R$6.000.600,00, pedimos esclarecer qual o valor mínimo a ser considerado para julgamento da proposta em Reais e em % (percentual)?

- A ser respondido pela Comissão Permanente de Licitação

3) Quanto a estrutura de atendimento exigida em edital, pedimos confirmar nosso entendimento que caso este Banco seja o vencedor do certame a estrutura que atualmente o Banco disponibiliza para atendimento aos servidores atende as exigências do edital, ou seja, será garantido ao Banco a ocupação dos espaços onde encontra-se instalado atualmente, exceto em relação ao caixa eletrônico a ser instalado futuramente com a indicação do MP.

- Sim

4) Considerando o disposto na cláusula segunda, parágrafo segundo, letra "c" da minuta contratual a respeito da isenção da cobrança de anuidade de cartão de crédito, pedimos confirmar nosso entendimento que a gratuidade estará condicionada a bandeira visa.

- Não está codicionada a alguma bandeira, conforme os termos do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

Atenciosamente,

Patrícia Costa Martins
Diretora de Administração da PGJ/AM

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Ivanete de Oliveira Nascimento
Diretora de Planejamento da PGJ/AM

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM

Portanto, em vista de o cerne da indagação da interessada ser direto, o pronunciamento da Comissão foi pontual e suficientemente claro, restando por respondê-la cabalmente, dispensando maiores digressões.

4. CONCLUSÃO

Em face do exposto acima, este Pregoeiro, em cumprimento ao ***"Item 22"*** do ato convocatório, decide não conhecer dos pleitos apresentados por absoluta ausência de pressuposto objetivo da tempestividade, em conformidade com o Artigo 65, inciso I, da Lei Estadual n.º 2.794/2003.

Considerando que o teor da presente decisão não afeta a formulação das propostas por parte das empresas interessadas, conforme preleciona o artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, **mantém-se a realização do cotejo na data original, conforme publicação oficial, a fim de dar-se prosseguimento aos demais atos providenciais**.

É o que temos a esclarecer.

Manaus, 22 de setembro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Pregoeiro designado pela PORTARIA N° 720/2021/SUBADM

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 22/09/2021, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0697275** e o código CRC **F1D3A159**.

Consulta Ata do Pregão

Procuradoria Geral de Justiça

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 4026/2021

Às 10:00 horas do dia 24 de setembro de 2021, reuniu-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal ATO PGJ 188/2021 de 09/07/2021 para, em atendimento às disposições contidas no Decreto 10.024/2019, referente ao Processo nº 2021.011045 , realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 4026/2021. Objeto: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do e. Inicialmente, em conformidade com às disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a Sessão Pública, a qual, pela inexistência de propostas, está sendo encerrada, também, por caracterizar-se "licitação deserta".

Item: 1
Descrição: Serviço bancário
Descrição Complementar: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor estimado: R$ 6.000.000,0000
Intervalo Mínimo Entre Lances: 0,01 %
Situação: Cancelado

Nada mais havendo a declarar foi encerrada a Sessão cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO
Pregoeiro Oficial

MAURICIO ARAUJO MEDEIROS
Equipe de Apoio

SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO
Equipe de Apoio

IURY FECHINE RAMOS
Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

Esclarecimentos

Ata de Realização - PE 4026-2021 (0699627) SEI 2021.011045 / pg. 280

RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 31.2021.CPL.0699622.2021.011045

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

O Pregoeiro, Senhor **EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO**, designado pela **Portaria n.º 720/2021/SUBADM**, de 14 de SETEMBRO de 2021 (doc. 0697285) dos autos, vem apresentar e submeter à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (doc. 0691130), com critério de julgamento MAIOR OFERTA, concernente ao **Procedimento SEI n.º 2021.011045**, que tem por objeto a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos,* conforme as especificações e condições constantes do Edital e anexos.

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

A evolução dos autos ocorreu conforme descrição e datas constante no próprio Sistema Eletrônico de Informações - SEI, na opção Consultar andamento.

2. DA PUBLICIDADE

Os Avisos da Licitação foram publicados no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas (DOMPE), edição de 09/09/2021 (doc. 0691861), no matutino local "Jornal do Commercio", edição de 10/09/2021 (doc. 0699665) e no *Comprasnet* no dia 09/09/2021 (doc. 0691667 e 0691668) e no sítio desta Instituição pelo endereço eletrônici: <https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/14620-pe-4026-2021-cpl-mp-pgj-instituicao-bancaria-processamento-da-folha-de-pagamentos-credito-consignado-e-dentre-outros>.

3. DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. Do Credenciamento – As empresas licitantes poderiam fazer o credenciamento na Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamente e Gestão, através das regras do sistema *Comprasnet*, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. Da Proposta – Foi aberto o prazo para envio das propostas através da internet desde 13/09/2021 até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, a saber, dia 24/09/2021, às 10h (horário de Brasília).

Inicialmente, em conformidade às disposições contidas no Edital (doc. 0691130), o Pregoeiro abriu a Sessão Pública no dia 24/09/2021 a qual, pela inexistência de propostas, foi encerrada.

Assim, após o encerramento da sessão pela ausência de propostas válidas, o Pregoeira gerou a Ata de Realização do Pregão Eletrônico em tela (doc. 0699627) para fins de comprovação da "**LICITAÇÃO DESERTA**".

4. DA REPETIÇÃO OU DA CONTRAÇÃO DIRETA

Em que pese vinculada à autorização dessa Administração Superior, a possibilidade de **repetição do certame** é inconteste e dispensa justificativas, já que, por buscar a contratação pela via licitatória, informa-se, obviamente, pelos mesmos critérios e princípios norteadores desse procedimento.

Por outro lado, quando se põe no foco da discussão a licitude de uma **contratação direta**, motivada pela deserção de um cotejo público, recai sobre o Administrador o dever de evidenciar que a repetição não poderá ocorrer sem risco de prejuízos à Administração e, nesse caso, necessariamente, preservar-se-ão todas as condições antevistas no instrumento convocatório, segundo ditame do art. 24, V, da Lei 8.666/93.

5. DA CONCLUSÃO

Importante frisar que em anos anteriores já foram realizados outros procedimentos licitatórios contemplando o mesmo objeto do cotejo em epígrafe.

No presente caso, o motivo de fracasso cinge-se, *a priori*, na ausência de propostas por parte das licitantes, não sendo de conhecimento deste Pregoeiro os motivos determinantes dos pretensos licitantes não terem acudido ao cotejo, já que as razões aos pedidos de esclarecimentos ao edital apresentadas pela Instituição **Banco Bradesco S/A**, em que pese não recebidos por essa Comissão Permanete de Licitação por intempestivamente, os mesmos foram prontamente respondidos, conforme **DECISÃO Nº 32.2021.CPL.0697275.2021.011045**.

Dessarte, este subscrevente faz **retornar** os autos às mãos de Vossa Excelência, a fim de que se tenha a oportunidade de examinar o presente álbum processual e proceder pronunciamento decisório quanto ao refazimento da disputa por intermédio de **novo certame** ou mediante **dispensa do procedimento, caso assim entenda.**

É o Relatório.

Manaus, 24 de setembro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Pregoeiro designado pela PORTARIA N° 720/2021/SUBADM

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 24/09/2021, às 10:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0699622** e o código CRC **B25EBBA1**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 296.2021.CPL.0700562.2021.011045

A Sua Excelência o Senhor
Doutor **GÉBER MAFRA ROCHA**
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Considerações acerca do **Processo SEI n.º 2021.011045** e encaminhamento para determinação das providências.

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça e Senhora Diretora,

Com os cumprimentos de estilo, sirvo-me do presente a fim de trazer algumas considerações ao crivo de Vossa Excelência a fim de corroborar com a tomada de decisões acerca da presente contratação.

Inicialmente, face o fracasso do certame anterior, nos termos expostos no **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 31.2021.CPL.0699622.2021.011045**, ousamos sugerir a análise jurídica acerca da possibilidade de **parcelamento** da **CONTRAPARTIDA** prevista no ***"item 3"*** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045**, visando tornar mais atrativo à pretensa instituição bancária a sua participação, motivado pela possibilidade de obtenção de retorno inicial ao seu investimento no decorrer da vigência contratual. Caso autorizado, o Processo precisa ser remetido para Diretoria-Geral e Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, para as devidas alterações.

Outro ponto merecedor de destaque, consiste na forma de realização do pregão. Na primeira tentativa, em respeito ao fixado pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, em seu ACÓRDÃO Nº 1940/2015 – TCU – Plenário, deflagrou-se pregão na modalidade eletrônica, consoante se vislumbra pelo **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ** (doc. 0691130).

Ocorre que ao aludido certame não acudiram interessados, restando-o deserto, conforme Ata de Realização (doc. 0699627). A respeito do assunto, faz-se necessário ponderar que o próprio Sistema Comprasnet não está adaptado para realizar licitações como critério de julgamento MAIOR OFERTA, tendo naquela oportunidade esta Instituição buscado meios alternativos para sua realização, conforme se observar da disposição expressa do Edital, vejamos:

> **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ**
>
> 9.5. O critério de julgamento será o de MAIOR OFERTA, admitindo-se como critério de aceitabilidade, o valor mínimo aceitável como oferta de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) mais o percentual mínimo de 0,01%, conforme definido no subitem 2.5. e 9.5.3., ambos deste Edital e seus anexos.

9.5.1. Para viabilizar a realização da licitação pelo Portal do COMPRASNET e tendo em vista que este Sistema não disponibiliza o julgamento por MAIOR OFERTA, as propostas de preços serão formuladas com a indicação do percentual de acréscimo (para fins do sistema, maior "desconto") ofertado sobre o valor mínimo aceitável (subitem 9.5. anterior).

9.5.2. Para efeito de julgamento por MAIOR OFERTA, será considerado o valor resultante da aplicação percentual de acréscimo ofertado (para fins do sistema, maior "desconto") pelo licitante sobre o valor mínimo aceitável como oferta.

9.5.3. Serão admitidos valores percentuais positivos, com até 2 (duas) casas decimais.

9.5.4. O percentual de "desconto" ofertado será o critério adotado para classificação e julgamento das propostas única e exclusivamente para fins dos LANCES no Sistema COMPRASNET, demonstrando, ao final, o quanto a licitante se dispõe a pagar a título de CONTRAPARTIDA, sendo considerado como valor efetivo da proposta ou do lance (MAIOR OFERTA) o montante de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), acrescido do valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta.

Outrossim, cumpre destacar que nos certames de anos anteriores, para este mesmo objeto, esta Instituição procedeu a realização do Pregão na forma presencial, tendo obtido êxito, citando-se como exemplo: ***PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ (Procedimento Interno n.º 967312/2015).*** Logo, a Administração Superior deve avaliar se permaneceremos na forma eletrônica ou considerando tais apontamentos, repetir o certame, todavia, na modalidade PRESENCIAL. Caso a escolha recaia nesta última forma, este Comitê deverá providenciar nova Minuta de Edital a ser examinada e aprovada pela Douta Assessoria Jurídica de Vossa Excelência.

Destarte, submetemos as presentes ponderações a Vossa Excelência para avaliação e determinação das providências a serem adotadas.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo os mais elevados votos de consideração e apreço, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 27/09/2021, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0700562**

DESPACHO Nº 449.2021.01AJ-SUBADM.0701213.2021.011045

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Neste estágio processual, a Comissão Permanente de Licitação - CPL informou, por meio do Relatório de Licitação 31 (0699622):

> Assim, após o encerramento da sessão pela ausência de propostas válidas, o Pregoeira gerou a Ata de Realização do Pregão Eletrônico em tela (doc. 0699627) para fins de comprovação da "**LICITAÇÃO DESERTA**".

Desta feita, enviou o processo à SUBADM para análise e manifestação quanto ao refazimento da disputa por intermédio de **novo certame** ou mediante **dispensa do procedimento.**

Ademais, teceu algumas considerações acerca dos autos, conforme se pode depreender do Memorando 296 (0700562):

i) possibilidade de **parcelamento** da **CONTRAPARTIDA** prevista no ***"item 3"*** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045**, visando tornar mais atrativo à pretensa instituição bancária a sua participação, motivado pela possibilidade de obtenção de retorno inicial ao seu investimento no decorrer da vigência contratual;

ii) realização de Pregão Presencial, tendo em vista os certames anteriores e a dificuldade apresentada pelo próprio Sistema Comprasnet, que não está adaptado para realizar licitações como critério de julgamento MAIOR OFERTA, o que levou a Instituição, naquela oportunidade, buscar meios alternativos para sua realização.

Assim sendo, considerando as nuances do caso concreto, e visando a manter a disputa da maneira mais transparente e competitiva possível, em busca da proposta mais vantajosa à Administração, **DETERMINO o refazimento da disputa, com as alterações sugeridas no Memorando 296.**

À CPL para providências.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus(Am), 28 de setembro de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 28/09/2021, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0701213** e o código CRC **E4456BC3**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 300.2021.CPL.0702246.2021.011045

À Senhora

VÍVIAN DA SILVA DONATO LOPES MARTINS

Diretora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas

c/c

À Sra.
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Assunto: Encaminha autos para alterações, em atenção ao **DESPACHO Nº 449.2021.01AJ-SUBADM.0701213.2021.011045**.

Senhora Diretora-Geral e Senhora Chefe,

Com os cumprimentos de estilo, sirvo-me do presente a fim de encaminhar os presentes autos para sejam realizadas as alterações necessárias no **Termo de Referência, Minutas Contratuais** e demais documentos correlatos, em cumprimento ao r. **Despacho nº 449.2021.01AJ-SUBADM.0701213.2021.011045.**

Na oportunidade, importante destacar que, em razão do fracasso do certame anterior, nos termos expostos no RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 31.2021.CPL.0699622.2021.011045, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos **DETERMINOU "*o refazimento da disputa, com as alterações sugeridas no Memorando 296.*"**

Desta feita, deve-se proceder às adaptações pertinentes a fim de possibilitar o parcelamento da CONTRAPARTIDA prevista no *"item 3"* do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045, bem como na Cláusula Décima Segunda (Da Remuneração) da MINUTA DE CONTRATO (doc. 0671080). Após as devidas correções, estes autos devem retornar a esta CPL para a confecção de nova minuta de Edital de Pregão Presencial.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo os mais elevados votos de consideração e apreço, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Manaus, 29 de setembro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 29/09/2021, às 13:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0702246** e o código CRC **E665E5EB**.

MINUTA

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2021 - MP/PGJ

* MINUTA DE DOCUMENTO

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a instituição financeira _____, visando à prestação de serviços bancários.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. **Géber Mafra Rocha**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 07300891 - SSP/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 384.778.582-68, e a instituição financeira _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, com sede na _____, CEP _____, neste ato representada legalmente pelo _____, residente e domiciliada na _____, CEP _____, portadora do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2021.011045**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços bancários através de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, doravante denominada **CONTRATADA**, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assim como o assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, o pagamento de seus fornecedores e demais credores, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, detalhados conforme as especificações seguintes, além daquelas descritas nos termos do _____ e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, que fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da **CONTRATANTE**, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da **CONTRATADA** e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE**, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações

decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** deverá ofertar, no mínimo, os seguintes produtos e serviços para a **CONTRATANTE (pessoa jurídica):**

a. Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela **CONTRATADA**.

b. Abertura e manutenção de contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c. Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal..

d. Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da **CONTRATANTE**, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (*internet*), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.), a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e. Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez, de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses da **CONTRATANTE**, observando as recomendações do Banco Central do Brasil, relativas às aplicações de recursos públicos.

f. Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 5 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 2 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na Av. André Araújo, Aleixo; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 1 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da **CONTRATANTE**, com observância das seguintes condições e àquelas previstas na Cláusula Sexta – Da Cessão de Uso:

f.1. A **CONTRATADA** terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra.

f.2. O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e demais terminais de caixa eletrônico será de até **15 (quinze) dias corridos**, a contar da ciência à **CONTRATADA** da aprovação do projeto e liberação dos espaços pela **CONTRATANTE,** prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3. A **CONTRATADA** poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de auto-atendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea"g".

f.4. As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela **CONTRATADA**, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO.

f.5. A **CONTRATADA** deverá assinar o Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.6. Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da **CONTRATANTE**, correrão às custas da **CONTRATADA**, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "g".

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para as **pessoas físicas**, compreendendo **membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:**

a. Abertura e manutenção de contas-salário, contas-correntes e contas-poupança em nome dos correntistas, sem custos.

b. Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1. Emissão de 5 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2. Emissão de 1 (um) extrato semanal impresso em terminal eletrônico;

b.3. Emissão de 2 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.4. Emissão de 2 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.5. Realização de 5 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6. Realização de transferências de recursos entre contas da própria **CONTRATADA**;

b.7. Crédito do pagamento para beneficiário que estiver lotado em município em que não haja atendimento bancário pela **CONTRATADA**, a ser feito em qualquer instituição bancária por ele indicada;

b.8. Emissão de 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização;

b.9. Fornecimento de 1 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de contas-salário, contas-correntes e poupança.

c. Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d. Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, **com prazos de até 120 (cento e vinte) meses,** para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE** e em conexão com o previsto na alínea "a" da Cláusula Segunda – Do Detalhamento do Objeto.

e. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.

f. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.

g. Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

Parágrafo primeiro. Não estão abrangidos pelo presente instrumento quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os **BENEFICIÁRIOS** e a **CONTRATANTE** anteriormente à assinatura deste.

Parágrafo segundo. Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

Parágrafo terceiro. Quaisquer outros serviços não previstos nesta cláusula não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos na presente cláusula, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB (Banco Central do Brasil).

Parágrafo quinto. A **CONTRATANTE,** seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da **CONTRATADA**, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça da **CONTRATANTE** instaladas, correspondente bancário, postos de atendimento,

agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste contrato.

Parágrafo sétimo. Fica designada pela **CONTRATADA** a Agência _____, localizada na _____, Manaus/AM, como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à **CONTRATANTE**, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á indiretamente pela **CONTRATADA**, sob o regime empreitada por preço global, selecionada por meio do _____, no qual constam todas as informações técnicas necessárias e suficientes à perfeita caracterização de seu objeto, conforme os autos do **PROCESSO**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

a. Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e seus anexos, além das obrigações assumidas nos documentos constantes do Processo SEI n.º 2021.011045;
b. Proposta firmada pela **CONTRATADA** em _____, dirigida à **CONTRATANTE**, contendo o valor global dos serviços a serem prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATADA** prestará à **CONTRATANTE** e aos **BENEFICIÁRIOS** os serviços de pagamento, nos termos das cláusulas e condições a seguir descritas, as quais ficam expressamente ratificadas e aceitas pelas partes para todos os fins e efeitos de direito.

I. A **CONTRATADA** deverá ter sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e *on line,* através da rede mundial de computadores (*internet*), sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da **CONTRATADA**.
II. A **CONTRATADA** deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da **CONTRATANTE**, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.
III. Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas-correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da **CONTRATANTE**, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Fica desde já estabelecido que a **CONTRATADA** não é responsável nem garantidor dos compromissos firmados pela **CONTRATANTE**, comprometendo-se apenas à prestação de serviço mediante disponibilização de recursos suficientes para honrar os compromissos relativos à folha de pagamento dos funcionários da **CONTRATANTE**, nos moldes deste contrato.

Parágrafo segundo. A **CONTRATANTE** assume integral responsabilidade, na forma da lei e perante os órgãos fiscalizadores, pela necessária observância das regras aplicáveis à presente contratação, no tocante aos seus aspectos formais, orçamentários e contábeis e pela adequada aplicação dos recursos desembolsados pela **CONTRATADA** na forma prevista na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – desta avença.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATANTE** não se responsabiliza direta ou indiretamente, seja de forma solidária ou subsidiária, por qualquer transação, débito, empréstimo ou quaisquer outras operações realizadas com os **BENEFICIÁRIOS**, assumindo a **CONTRATADA** risco integral das operações.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO DE USO:

A cessão de uso de que trata o presente contrato será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico, não podendo a referida cessão ser destinada à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no presente instrumento contratual.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATANTE** deverá permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico.

Parágrafo segundo. A cessão de uso de que trata a presente cláusula terá prazo de **60 (sessenta) meses**, nos mesmos termos daqueles estabelecidos na Cláusula Décima Quinta – Da Vigência – deste ajuste, com eficácia a contar de sua assinatura.

Parágrafo terceiro. Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela **CONTRATADA**, esta deverá comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis.

Parágrafo quarto. A **CONTRATANTE** poderá revogar a cessão de uso, nos seguintes casos:

a. Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela **CONTRATADA**;
b. Por razão de interesse público que assim o justifique.

Parágrafo quinto. A denúncia da cessão de uso poderá ser feita pela **CONTRATADA** nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto. Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a **CONTRATADA** terá o prazo de **15 (quinze) dias** corridos para entrega do local onde estiver instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB.

Parágrafo sétimo. As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas pela **CONTRATADA** deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da **CONTRATANTE**, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FACULDADE DE TRANSFERÊNCIA DOS CRÉDITOS:

A **CONTRATADA** deve assegurar, **sem ônus** para os membros e servidores da **CONTRATANTE**, a faculdade de **transferência (portabilidade)**, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade daqueles, por eles livremente abertas em outras instituições financeiras, observadas as regras do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** se obrigará a ressarcir e/ou reparar os danos porventura causados aos **BENEFICIÁRIOS** em vista do atraso nos pagamentos previstos na presente cláusula, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e possível penalização, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo do que dispõem os parágrafos sétimo e oitavo da Cláusula Décima Sexta – Das Penalidades e Sanções.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, do Edital do Pregão Presencial n.º 5.002/2016 - CPL/MP/PGJ e ainda:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e prestação dos serviços, bem como indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
3. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos.
4. Realizar reuniões com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços.
5. Informar à Administração Superior, com antecedência mínima de 12 (doze) meses, visando ao

posicionamento decisório desta, o término do contrato, instruindo-a com os elementos necessários, inclusive pesquisas e análises pertinentes, fundamentando o seu conteúdo e, caso cabível, emissão do correlato Termo de Referência.

6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, exigindo a sua regularização, durante a vigência do contrato.
8. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
10. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
11. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
12. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
13. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura deste instrumento**, comunicar, formalmente, nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone, sendo consideradas como suficientes, se feitas por qualquer outro meio que comprove o recebimento.

Parágrafo quinto. No decorrer da vigência deste instrumento não serão levadas em consideração as comunicações verbais entre as partes, ressalvadas as recomendações mais simples ou aquelas de urgência ou emergência.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá à **CONTRATADA**:

1. Dar plena e fiel execução dos serviços contratados, obrigando-se a cumprir todos os compromissos constantes neste contrato, em sua proposta comercial, bem como o previsto no Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e anexos, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas, observadas as disposições legais e regulamentares vigentes.
2. Cumprir tempestiva e corretamente as disposições deste contrato, no que concerne aos serviços listados na Cláusula Primeira, oferecendo-os aos **BENEFICIÁRIOS**, nos requisitos mínimos previstos neste termo, bem como disponibilizar outros serviços em idênticas condições às ofertadas aos demais clientes da **CONTRATADA** e qualidade compatível com o mercado.
3. Arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização de tais serviços.
4. Efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços, assumindo inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.
5. Responsabilizar-se pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, bem como, pela segurança pessoal e eletrônica de seus caixas eletrônicos e PAB's, arcando com as despesas necessárias à prevenção de incêndio, assaltos, roubos, estragos e prejuízos de qualquer natureza, visando à garantia e à proteção de seus bens, não cabendo à **CONTRATANTE** responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento

ou inutilização de tais bens.

6. Encaminhar à **CONTRATANTE**, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da **CONTRATANTE**, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da **CONTRATANTE**.
7. Solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da **CONTRATANTE**, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da **CONTRATANTE**.
8. Manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.
9. Promover, sem custos, no prazo de **15 (quinze) dias corridos** a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, através de coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da **CONTRATANTE**.
10. Informar aos **BENEFICIÁRIOS** interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na **CONTRATADA** todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.
11. Realizar cruzamento dos números de CPF informados pela **CONTRATANTE** com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo **BENEFICIÁRIO** já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.
12. Disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos **BENEFICÁRIOS**.
13. Disponibilizar sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e *on line*, sendo que todas as despesas de adaptação, se necessárias, correrão por conta da **CONTRATADA**.
14. Manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à **CONTRATANTE**, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da **CONTRATANTE** e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.
15. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
16. Comunicar à **CONTRATANTE**, até o 1º (primeiro) dia subseqüente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.
17. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, mantendo sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da **CONTRATANTE**, sendo vedada, à **CONTRATADA**, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.
18. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços.
19. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.
20. Responder integralmente por perdas e danos que causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, na forma dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras cominações pactuadas neste contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
    a. Indenizar a **CONTRATANTE** por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários e/ou fornecedores, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.
    b. Quando o crédito do salário não estiver disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da **CONTRATADA**, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**.
21. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus

funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da **CONTRATANTE**.

22. Prestar à **CONTRATANTE** esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a prestação de serviços, independente de solicitação, bem como aqueles necessários à compreensão e à adequada utilização dos serviços colocados à disposição da **CONTRATANTE**.

23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

24. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

25. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

26. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos que **comprovem** estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, sempre que solicitados pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

27. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

28. Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

29. Desenvolver suas atividades em dias de expediente da **CONTRATANTE**, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a **CONTRATADA** deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

    a. O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, por escrito, mediante prévio entendimento entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA.**

    b. Nos dias estabelecidos pela **CONTRATANTE** como os dias de pagamento aos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo, 2 (dois) funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

30. Executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

31. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução de quaisquer obrigações objeto deste contrato, assim como toda e qualquer irregularidade observada em suas avaliações, tão logo sejam detectadas, para que sejam adotadas as providências cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários.

32. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.

33. Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

34. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

35. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE**.

36. Permitir o acesso da **CONTRATANTE**, bem como de terceiros contratados, para execução de

qualquer serviço que julgar necessário.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da **CONTRATANTE** que regulamenta a matéria.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça.
2. fornecer a relação da folha de pagamento e determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à **CONTRATADA**.
3. colocar à disposição da **CONTRATADA** a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como àquelas destinadas aos terminais de caixa eletrônico, livre e desembaraçado e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.
4. assegurar à **CONTRATADA** que, durante a vigência deste contrato:
    a. O Posto de Atendimento Bancário – PAB, que venha a ser instalado e/ou mantido nas instalações da **CONTRATANTE** não poderá ser substituído por unidades de outras instituições financeiras;
    b. O direito de se instalar terminais de caixa eletrônico em outras unidades que venham a ser criadas pela **CONTRATANTE** e/ou nas que, embora já existentes na data de assinatura deste contrato, ainda não disponham daqueles.
5. permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.
6. acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidas.
7. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.
8. anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
9. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.
10. permitir o acesso do pessoal autorizado da **CONTRATADA** para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.
11. exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.
12. manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito, proporcionando-lhe todas as facilidades para que possa desempenhar seus serviços.

Parágrafo único. Considerando o caráter de exclusividade dos serviços mencionados neste contrato, a **CONTRATANTE** compromete-se a, no prazo de **até 30 (trinta) dias úteis**, a contar da data de início da vigência deste instrumento, podendo ser prorrogado, por justo motivo e/ou mediante acordo entre as partes, promover a definitiva e completa transferência para a **CONTRATADA** dos serviços que, na data da assinatura deste contrato, estejam sendo prestados por outras instituições financeiras. Essa transferência deverá ser precedida de entendimentos entre as partes, ficando consignados em instrumentos específicos os respectivos termos de prestação de serviços, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ADEQUAÇÕES DE SISTEMAS E PROCESSOS

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se, mutuamente, a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a perfeita manutenção dos controles, de modo a permitir que qualquer das partes possa, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:

Em razão dos termos ajustados no presente contrato, a **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato a importância total e líquida de **R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)**, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, sendo permitido o pagamento do valor em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, e a segunda até 6 (seis) meses após o pagamento da anterior, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar à **CONTRATANTE** a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor de cada parcela a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo segundo. Os juros moratórios previstos no parágrafo primeiro serão calculados, *pro rata die*, e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula:

EM = I x N x V

Onde:

EM = encargos moratórios

I = índice de 0,000328767 (correspondente à taxa anual de 12% (12/100)/365)

N = Número de dias entre a fixada para pagamento e a data de efetivo pagamento;

V = Valor em atraso.

Parágrafo terceiro. Fica estabelecido entre as partes que a **CONTRATADA NÃO RECEBERÁ** qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais pelos serviços objeto deste instrumento ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS ALTERAÇÕES:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes, inclusive aquelas relativas às regulamentações futuras e demais critérios operacionais que se fizerem necessários à sistemática dos serviços, dentre as quais, os respectivos prazos para sua realização, para que o contrato não venha a sofrer solução de continuidade.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

Parágrafo único. O ajuste poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, atendidas as condições do § 4° do art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e mediante remuneração proporcional ao valor previsto na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – deste contrato, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, em conformidade com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital, nos seguintes valores:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da **CONTRATANTE** para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da **CONTRATANTE**, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1.) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste contrato, com as especificações constantes no edital e neste contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2.) executar o serviço inerente ao objeto do contrato com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3.) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

e.4.) apresentar documentação falsa;

e.5.) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6.) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7.) fornecer declaração falsa;

e.8.) cometer fraude fiscal;

e.9.) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** não cumprir os itens do edital e deste contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela **CONTRATANTE**, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. O descumprimento, pela **CONTRATADA**, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à **CONTRATANTE** judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Sétima – Da Faculdade de Transferência dos Créditos.

Parágrafo oitavo. O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, ressalvas as hipóteses de inexecução total ou parcial de seu objeto, como também a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8.666/93, as quais se aplicarão para ambas as partes, no que couber, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo primeiro - Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a V; VII a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto a esta, o previsto no inciso XVII supramencionado.

Parágrafo segundo. Não será motivo de rescisão deste contrato, a ocorrência de uma ou mais das hipóteses contempladas no inciso VI, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja a comunicação prévia à **CONTRATANTE**, observadas as disposições da Cláusula Vigésima Primeira – Da Cessão.

Parágrafo terceiro. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**, precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo quarto. O presente contrato poderá ser rescindido judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quinto. Além das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8666/93, a **CONTRATANTE** poderá promover a rescisão deste contrato, se a **CONTRATADA, injustificadamente**:

a. Não observar qualquer prazo estabelecido neste contrato e seus anexos;
b. Não observar o nível de qualidade usual propostos para a execução dos serviços ora descritos;
c. Ceder ou transferir, total o parcialmente, este contrato, seus direitos ou obrigações, a terceiros, sem prévia anuência da **CONTRATANTE,** nos termos da Cláusula Vigésima Segunda – Da Cessão;

Parágrafo sexto. Em caso de rescisão contratual por iniciativa da **CONTRATANTE**, e desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal**,** a **CONTRATANTE** obriga-se a indenizar a **CONTRATADA**, proporcionalmente ao prazo restante para o término do contrato, em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes para sua expiração, devidamente corrigido, pelo IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, e sem prejuízo aos dispositivos legais previstos na Lei n.º 8.666/93**, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.**

Parágrafo sétimo. Na hipótese de rescisão deste contrato, a continuidade do pagamento das consignações

assumidas pelos **BENEFICIÁRIOS** que possuam empréstimos não quitados até a data do evento, será mantida na **CONTRATADA**, durante o período necessário para a liquidação das aludidas operações de crédito, devendo, outrossim, ser providenciada a celebração de ajuste para este fim.

Parágrafo oitavo. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, **CAUCIONAR** ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono. Em caso de descumprimento, total ou parcial, dos termos deste contrato pela **CONTRATADA**, poderá a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, denunciá-lo ou rescindi-lo, ficando, neste caso, a **CONTRATANTE** desobrigada de ressarcir à **CONTRATADA** os recursos investidos, observado os procedimentos administrativos necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA REPARAÇÃO DE DANOS

Obrigam-se as partes a reparar todo e qualquer dano a que derem causa por culpa ou dolo, na execução dos serviços objeto deste contrato, até o limite do valor do dano material, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde a data da ocorrência do fato até a data de seu efetivo ressarcimento, ressalvados os casos fortuitos e/ou de força maior, tais como greves, proibições ou interdições de tráfego, inundações e demais eventos da natureza, sem prejuízo de outras penalidades e responsabilidades previstas na legislação em vigor e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do contrato, não constituirá novação ou representará renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado conforme Cláusula Vigésima Primeira – Da Publicação.

Parágrafo primeiro. O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

Parágrafo segundo. O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, cabendo à **CONTRATADA** indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do contrato.

Parágrafo terceiro. O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

a. Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade pregão;
b. Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
c. Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
d. Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
e. Demais regulamentações referentes aos serviços bancários e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERÇA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da XXXXXXXXXXXXXXX

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 01/10/2021, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0702341** e o código CRC **9312A067**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 681.2021.DCCON.0703752.2021.011045

Ao Senhor

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NESTE PRÉDIO

Assunto: Encaminha minuta de contrato de prestação de serviços bancários

Senhor Presidente,

Trata-se de Procedimento Interno que visa à contratação de empresa para a prestação de serviços bancários através de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para atender à Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas – PGJ/AM.

Em atenção ao Despacho Nº 449.2021.01AJ-SUBADM.0701213.2021.011045(0701213), encaminho a minuta de contrato (0701213) elaborada por esta Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, com as devidas alterações deliberadas.

Em tempo, informo que a referida minuta deverá ser analisada e aprovada pela assessoria jurídica deste *Parquet*, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal de Licitação e Contratos.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 01/10/2021, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0703752** e o código CRC **0E840E4A**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, terá seu termo final em 07 de novembro de 2021, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da CONTRATADA e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATANTE, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da CONTRATANTE, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

2.2. Para fins de caracterização dos itens acima que detalham o objeto, devem ser tidas em conta as seguintes informações:

2.2.1 Dados referentes à alínea “a”:

a) Sobre a folha de pagamento da PGJ/AM, junho de 2021.

Valor Bruto: R$ 23.325.358,75

Valor Líquido: R$ 15.559.931,96

TABELA 1 - Folha de Pagamento da PGJ/AM por faixa de renda
Mês: junho de 2021

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	219
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	93
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	94
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	111
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	76
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	174
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	30
Acima de R$ 30.000,00	258

Total	**1055**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

TABELA 2 - Quantitativo de cargos PGJ/AM
Mês: junho de 2021

Classe	Cargo	Quantidade
Membro	Procurador de Justiça	21
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Inicial	40
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Final	97
Membro	Promotor de Justiça Substituto	19
Servidor	Agente de Apoio	157
Servidor	Agente de Serviço	58
Servidor	Agente Técnico	181
Servidor	Comissionado	108
Servidor	Militar à Disposição	37
Estagiários	Estagiários	186
Inativos	Inativos	79
Pensionistas	Pensionistas	67
Total		**1055**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

b) Sobre consignações na folha de pagamento da PGJ/AM

TABELA 3 - Consignações PGJ/AM, junho de 2021

PERÍODO	QTD/SERVIDOR	VALOR (R$)
JUL / 2020	444	672.846,13
AGO / 2020	449	699.321,82
SET / 2020	446	701.305,44
OUT / 2020	447	695.743,85
NOV / 2020	434	688.888,39
DEZ / 2020	433	684.006,82
JAN / 2021	425	670.171,94
FEV / 2021	419	674.376,58
MAR / 2021	407	651.439,10
ABR / 2021	408	656.034,84
MAI / 2021	415	680.181,64
JUN / 2021	425	683.412,23
Total		8.157.728,78

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

2.2.2 Dados referentes à alínea “b”:

TABELA 4 - Orçamento autorizado e realizado pela PGJ, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	273.598.002,12	270.329.757,27	237.482.095,21	237.479.186,87	243.310.312,73	238.606.353,04	225.610.505,00	115.342.965,16
Outras despesas correntes	86.141.506,05	84.090.211,14	59.112.982,26	58.416.080,32	77.476.032,18	75.393.008,58	63.263.546,88	42.935.059,95
Investimentos	8.096.935,39	7.785.653,81	3.488.021,02	3.468.883,44	2.019.026,69	1.876.145,52	16.125.948,12	343.740,86
Total	**367.836.443,56**	**362.205.622,22**	**300.083.098,49**	**299.364.150,63**	**322.805.371,60**	**315.875.507,14**	**305.000.000,00**	**158.621.765,97**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 5 - Orçamento autorizado e realizado pelo FAMP, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	1.291.910,33	0,00	542.578,14	0,00	856.000,00	0,00	416.000,00	0,00
Investimentos	1.938.380,50	0,00	1.091.014,81	0,00	229.000,00	0,00	239.000,00	0,00
Inversões Financeiras	-	-	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	45.000,00	0,00
Total	**3.230.290,83**	**0,00**	**1.733.592,95**	**0,00**	**1.185.000,00**	**0,00**	**700.000,00**	**0,00**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 6 - Orçamento autorizado e realizado pelo PROVITA, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

Obs.: No Provita, os valores das colunas “previsto” (autorizado final/ano), nos encerrados de 2018 a 2020, se encontram com registro zero (R$ 0,00) no Relexeorc, visto que a UG repassou integralmente(destacou) seu orçamento para execução pela PGJ, e nesta UG foi incorporado.

2.3 DOS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA

2.3.1 A CONTRATADA deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça (pessoa jurídica):

a) Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela Instituição Financeira.

b) Abertura e manutenção de contas correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c) Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

d) Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da CONTRATANTE, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (internet), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da ProcuradoriaGeral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e) Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses do Órgão, observando as recomendações do Banco Central do Brasil relativas às aplicações de recursos públicos.

f) Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/ProcuradoriaGeral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 05 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 02 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. André Araújo, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 01 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da CONTRATANTE;

f.1) A CONTRATADA terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra.

f.2) O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário e demais terminais de caixa eletrônico será de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da aprovação do projeto e liberação do espaço pela CONTRATANTE, prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "g".

f.4) A CONTRATADA deverá assinar Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5) As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela instituição vencedora, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "g".

2.4 DOS SERVIÇOS – PESSOA FÍSICA

2.4.1 A CONTRATADA deverá oferecer os seguintes produtos e serviços para pessoas físicas, compreendendo membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:

a) Abertura e manutenção de contas salários, contas correntes e contas poupanças em nome dos correntistas, sem custos.

b) Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1 05 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2 02 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3 02 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4 Transferências de recursos entre contas da própria CONTRATADA;

b.5 05 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização.

b.7 01 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de conta salário, conta corrente e poupança.

c) Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d) Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, com prazos de até 120 (cento e vinte) meses, para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATADA e em conexão com o previsto na alínea "a" do item 2.1.

e) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

f) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

g) Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

2.4.2 Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS e a CONTRATANTE anteriormente a assinatura do contrato.

2.4.3 Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

2.4.4 Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

2.4.5 Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos no presente tópico, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB.

2.5 A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da CONTRATADA, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

3. DA CONTRAPARTIDA

3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, podendo ser creditado em no máximo duas parcelas, de modo que a primeira seja paga em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, e a segunda em até 06 (seis) meses após o pagamento da primeira, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração

direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Na fase pertinente do certame, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

4.1.2 Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

5.1.1 Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da CONTRATADA, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

5.1.2 A indenização referida no item anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.

5.2 A CONTRATADA deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e on line, através da rede mundial de computadores internet, sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3 A Instituição Financeira CONTRATADA deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da CONTRATANTE, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

5.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da Procuradoria-Geral de Justiça que regular a matéria.

5.5 Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).

5.6 Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a CONTRATADA.

6. DO TERMO DE CESSÃO DE USO

6.1 A Cessão de Uso de que trata o presente Termo de Referência será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário, o qual não poderá ser destinado à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.2 A CONTRATANTE deverá permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

6.3 A Cessão de Uso de que trata o presente instrumento terá o mesmo prazo de vigência do contrato, nos termos estabelecidos no subitem 5.1. 6.4 Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela CONTRATADA, esta deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis;

6.5 A CONTRATANTE poderá revogar a Cessão de Uso

6.5.1 Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela CONTRATADA;

6.5.2 Por razão de interesse público que assim o justifique.

6.6 A denúncia da Cessão de Uso poderá ser feita pela CONTRATADA nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.

6.7 Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a CONTRATADA, terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do local.

6.8 As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da CONTRATANTE, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste

instrumento, de acordo com as cláusulas contratuais e disposições legais e regulamentares cabíveis, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas.

7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.

7.3 A CONTRATADA deverá designar agência bancária localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.

7.4 A CONTRATADA promoverá, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, com coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da CONTRATANTE.

7.5 A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização dos mesmos.

7.6 A CONTRATADA deverá efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços.

7.6.1 Deverá solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da CONTRATANTE, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da CONTRATANTE.

7.6.2 A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.6.3 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7.7 A CONTRATADA deverá assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.7.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à CONTRATANTE responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

7.7.2 A CONTRATADA deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

7.8 A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que esta julgar necessário.

7.9 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da CONTRATANTE, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE.

7.9.1 Deverá responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

7.10 A CONTRATADA deverá informar aos BENEFICIÁRIOS interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na CONTRATADA todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.

7.11 Deverá realizar cruzamento dos números de CPF informados pela CONTRATANTE com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo BENEFICIÁRIO já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.

7.12 Deverá disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos BENEFICIÁRIOS.

7.13 Deverá manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à CONTRATANTE, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da CONTRATANTE e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.

7.14 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.

7.15 Caso ocorra do crédito do salário não estar disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da CONTRATANTE.

7.16 Comunicar à CONTRATANTE, até o 1º (primeiro) dia subsequente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.

7.17 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.

7.18 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

7.19 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento

contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.

7.20 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

7.21 A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.

7.21.1 A CONTRATADA deverá arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

7.22 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.

7.23 A CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades em dias de expediente da CONTRATANTE, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a CONTRATADA deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

7.23.1 O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante prévio entendimento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

7.23.2 Nos dias estabelecidos pela CONTRATANTE como os dias de pagamento de seus membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo dois funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

7.23.3 A CONTRATADA deverá executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

7.24 A CONTRATADA deverá executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

7.25 A CONTRATADA se obriga a manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada, à CONTRATADA, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

7.26 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

7.26.1 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, uma vez que inexiste qualquer vinculação da CONTRATADA com esta Instituição Ministerial em relação a essas obrigações.

7.26.2 Além dos encargos pertinentes, será responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à CONTRATANTE ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.27 A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

7.28 A CONTRATADA ficará obrigada a manter-se, durante o período do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na futura licitação, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

7.29 A CONTRATADA deverá aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

7.30 A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.30.1 A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, sub-empreiteiros ou quaisquer outros.

7.23 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ-AM:

8.1 Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.

8.2 Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas.

8.3 Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à CONTRATADA. Comissão Permanente de Licitação EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ Av. Coronel Teixeira, 7.995. Nova Esperança. Cep.: 69037-473. Fone-Fax: (92) 3655-0701/0743.

8.4 Colocar à disposição da CONTRATADA a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, livre e desembaraçada e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.

8.5 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devam ser interrompidas.

8.6 Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.

8.7 Permitir o acesso do pessoal autorizado da CONTRATADA para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.

8.8 Permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

8.9 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições da presente contratação.

9.2. Conforme o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, na hipótese da CONTRATADA, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da presente contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato/objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, e no Edital e das demais cominações legais.

9.3 Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na seção de penalidades deste Termo de Referência:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da CONTRATANTE para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da CONTRATANTE, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, com as especificações constantes no edital e no contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2) executar o serviço inerente ao objeto contratado com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

e.4) apresentar documentação falsa;

e.5) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7) fornecer declaração falsa;

e.8) cometer fraude fiscal;

e.9) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA não cumprir os as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital e do contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.4 O descumprimento, pela CONTRATADA, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à CONTRATANTE judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

9.4.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da

possibilidade de rescisão da avença.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Terceira – Da Contrapartida.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela FISCALIZAÇÃO e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria CONTRATANTE.

10. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis à espécie, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e integra o procedimento interno respectivo.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 04/10/2021, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 04/10/2021, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 04/10/2021, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 04/10/2021, às 13:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 04/10/2021, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0704361** e o código CRC **C98036CB**.

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, pelo presente edital, e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 185/2021 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2021.011045**, fará realizar **PREGÃO PRESENCIAL, tipo MAIOR LANCE OU OFERTA, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 277/2007, com o Ato PGJ n.º 389/2007, com a Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, com o Decreto Federal n.º 3.555/2000, com o Decreto Estadual n.º 21.178/2000, com a Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, com a Lei n.º 8.666/93 e alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal. O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, definidos neste Edital, deverão ser entregues no local, data e horário seguintes:

LOCAL:	Edifício sede da Procuradoria-Geral de Justiça, na Sala de Treinamento do CEAF, 4º andar, podendo ser designado outro local, no mesmo endereço. Avenida Coronel Jorge Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP 69.037-473, Manaus – AM.
DATA:	**xx/xx/2021**
HORÁRIO:	9h. (horário local).

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto a ***contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses,*** conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.

1.2. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado

Minuta de Edital de Pregão Presencial n.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ (0704371) SEI 2021.011045 / pg. 315

documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital.

1.3. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a taxas, impostos, licenças, encargos sociais, ou outra, que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

1.4. O valor estimado da contratação, a título de contrapartida financeira em razão dos termos ajustados, é de no mínimo **R$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais).**

1.4.1. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato a importância total e líquida de **R$ 6.000.000,00 *(seis milhões de reais)***, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, sendo permitido o pagamento do valor em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, e a segunda até 6 (seis) meses após o pagamento da anterior, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

1.5. Integram o presente instrumento convocatório, como partes indissolúveis:

a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045;

b) Anexo II – Minuta do Contrato;

c) Anexo III – Modelo de Procuração/ Credencial;

d) Anexo IV – Modelo de Declaração/ Habilitação;

e) Anexo V – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

f) Anexo VI – Modelo de Proposta;

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar os interessados que explorem **ramo de atividade compatível** com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, e que satisfaçam as condições exigidas neste Edital e seus Anexos, observada a necessária qualificação.

2.2. **Não poderá participar**, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

2.2.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

2.2.3. As pessoas físicas ou jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente **em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau**, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO**

PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, e de sua CPL.

2.2.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no país e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

2.2.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão de participar de licitação e/ou impedimento de contratar e licitar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93 (MS n.º 174.274/SP - 2ª. Turma; RMS Nº 326.628 – SP e REsp 151.567/RJ - 2ª. Turma);

2.2.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** ou à **CPL**;

2.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.**

2.4. Para participar desta licitação, as empresas deverão, também, apresentar **DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA,** conforme modelo do *Anexo V*, dentro do envelope N.º 1 – Proposta de Preços.

3. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo de vigência e execução dos serviços será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

3.1.1. O ajuste poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, atendidas as condições do § 4° do art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e mediante remuneração proporcional ao valor previsto na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – deste contrato, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao

Minuta de Edital de Pregão Presencial n.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ (0704371) SEI 2021.011045 / pg. 317

Consumidor Amplo – IPCA.

3.2. As demais condições para prestação dos serviços encontram-se estabelecidos no Item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, Anexo I e parte integrante deste Edital;

3.3. As características detalhadas e demais informações relevantes à futura contratação estão definidas nos **Itens 2, 5, 6 e 7 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045** *(Anexo I)*, bem assim nas disposições correspondentes da Minuta de Contrato *(Anexo II)*, partes integrantes deste Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, o representante da proponente deverá entregar inicialmente à Comissão Licitante, em separado dos envelopes, documento que o credencie a participar desta licitação respondendo por sua representada, devendo, ainda, identificar-se civilmente exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente com foto.

4.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou instrumento particular de procuração, neste caso com firma reconhecida em cartório, **no qual conste expresso poder para formular ofertas e lances de preços verbais, dar descontos, assinar Ata de Registro de Preços e demais atas e planilhas e praticar os demais atos pertinentes ao certame**, em nome do proponente/ outorgante (conforme *Anexo III* deste Edital).

4.3. Em caso de credenciamento por procurador ou em caso de substabelecimento, é obrigatória a apresentação da Procuração original que concede poderes ao Procurador.

4.4. No caso de representação por sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, tal condição deverá ser demonstrada mediante apresentação de documento de identificação civil com foto (original e cópia ou somente cópia autenticada), acompanhado do respectivo Contrato ou Estatuto Social, no qual estejam expressos seus poderes para individualmente exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

4.5. O não-credenciamento **não impedirá** a participação das interessadas no certame, mas impossibilitará o seu representante de se manifestar em nome da licitante durante as sessões públicas para a prática dos demais atos do certame que requeiram representação pessoal do licitante na sessão, não podendo, inclusive, rubricar documentos, fazer observação ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos.

4.5.1. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a

documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

4.6. **É vedado que as empresas licitantes apresentem o mesmo representante, para fins de Credenciamento nesta licitação, sob pena de comprometer o caráter competitivo deste certame.**

4.7. **Todos os documentos alusivos ao CREDENCIAMENTO, caso a caso, deverão ser apresentados em originais, cópias autenticadas por cartório competente, ou devidamente conferidas com os originais pela Comissão Licitante, a fim de, igualmente, instruírem o procedimento correspondente.**

4.7.1. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

4.8. À empresa Licitante que participe do certame será permitido o credenciamento de apenas um representante legal sendo vedada a participação de qualquer pessoa representando mais de um Licitante, salvo na hipótese de que tais Licitantes não estejam concorrendo para os mesmos itens do certame.

4.9. Caso o Contrato Social, Estatuto ou equivalente determine que mais de uma pessoa deva assinar a procuração para designar representante(s) da empresa, a falta de quaisquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.10. Na apresentação de representante legal sem a devida comprovação de seus poderes, a empresa licitante não será credenciada para o certame, mas o representante poderá acompanhar o certame desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

4.11. **Os documentos para credenciamento de que trata este tópico do Edital, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de propostas de preço e de habilitação.**

4.12. Os representantes designados pela Licitante deverão observar as diretrizes sanitárias de combate ao novo Coronavírus no âmbito desta Instituição, devidamente fixadas no Ato PGJ n.º 270/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2224, de 29.09.2021 – disponível no endereço: https://diario.mpam.mp.br/), especialmente, a exibição do comprovante vacinal ou do relatório médico que demonstre óbice à vacinação, respeitados os prazos fixados naquele ato regulamentador.

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, relativos a este Pregão, será pública, dirigida por um Pregoeiro, e realizada de acordo com o Ato PGJ n.º 389/2007, com a Lei n.º 10.520/02, com o Decreto Estadual n.º 21.178/2000, e com as demais normas aplicáveis à espécie, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário neles determinados.

5.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados em 2 (dois) envelopes distintos e fechados, contendo os seguintes sobrescritos:

a) Envelope nº 01 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL PREGÃO N.º 5.____/2021 *RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE* **ENVELOPE "A" - PROPOSTA DE PREÇOS**	**b) Envelope nº 02** COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL PREGÃO N.º 5.____/2021 *RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE* **ENVELOPE "B" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.2. **Antes do início da sessão**, os interessados deverão comprovar por meio de instrumento próprio, conforme item 4 deste Edital, **poderes para formulação de lances verbais, sob pena de impedimento de participação na fase competitiva**, de ofertar descontos e para a prática dos demais atos do certame que requeiram representação pessoal do licitante na sessão.

5.3. Uma vez entregues os credenciamentos, identificadas todas as licitantes presentes e aberta uma das propostas, considerar-se-á iniciada a sessão, a partir do que não será permitida a participação de retardatários.

5.4. Os modelos anexados ao edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de impedimento, desclassificação ou inabilitação a apresentação de declarações que sejam elaboradas de forma diferente desde que contenham os elementos essenciais.

5.5. **Iniciada a sessão,** proceder-se-á à imediata abertura dos envelopes de propostas de preços e à verificação da conformidade destas com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando-se aquelas que não estejam em conformidade com o especificado pela Administração.

5.6. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem

Minuta de Edital de Pregão Presencial n.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ (0704371) SEI 2021.011045 / pg. 320

tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta de Preços, e os documentos que a instruírem, deverão ser apresentados, através de carta datilografada ou impressa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, **numeradas sequencialmente, em papel timbrado do proponente**, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal.

6.2. **Junto à proposta de preços,** os interessados ou seus representantes, apresentarão:

6.2.1. Declaração de Nepotismo: declaração dando ciência ao Pregoeiro de que a empresa não possui sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, e de sua CPL. (conforme Modelo de Proposta de Preços – Anexo VI);

6.2.2. **Declaração**, informando **os dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;**

6.2.3. **DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA,** conforme modelo do *Anexo V.*

6.3. **A Proposta de Preços deverá:**

a) Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;

b) Conter o preço total para o item, em moeda corrente nacional (Real), em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, compatíveis com os preços correntes no mercado, válidos para a data de apresentação e pelo prazo de vigência da proposta.

b1) Em caso de divergência entre os valores em algarismos e os expressos por extenso, serão levados em conta estes últimos;

b2.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

b3.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, taxas, e etc, não cabendo ao MPE/AM nenhum pagamento sobre os valores, exceto os de sua competência, a exemplo, Imposto sobre Operações Financeiras, caso haja;

b4) Os valores apresentados devem ser irreajustáveis durante a validade da proposta;

c) **Mencionar o prazo de validade da proposta** de, **no mínimo, 90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

d) **Conter oferta firme e precisa**, sem alternativas de preços, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou subjetivo que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes ou induzir o julgamento a ter mais de um resultado;

e) **Designação da agência bancária** localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

6.4. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

6.5. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.6. Não serão admitidas retificações ou alterações nas condições estabelecidas uma vez recebidas as propostas, exceto no caso de nova oferta por parte da licitante, conforme previsto neste Edital.

6.7. Quando da proposta de preços não constar o prazo de execução, entrega, validade e outros, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital e seus anexos.

6.8. **Somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado.**

6.9. Serão aceitas propostas escritas apresentadas por representante não credenciado ou sem poderes para formular lances verbais, bem como propostas enviadas via postal, conquanto sejam protocolizadas até o início da fase de disputa, as quais ficaram impedidas, entretanto, de participação na referida fase.

6.10. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse

do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, este poderá solicitar prorrogação da validade acima referida.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. **Serão desclassificadas as propostas que:**

7.1.1. **Apresentarem preço global inferior àquele estipulado no subitem 1.4 deste Edital**;

7.1.2. Não atendam às exigências do Edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.2. A classificação das propostas será pelo critério de maior oferta ou lance global.

7.2.1. Concluída a fase de classificação, o pregoeiro dará início à etapa de oferecimento verbal de lances pelas licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, **em valores distintos e crescentes;**

7.2.2. Serão classificados para a fase competitiva, pelo Pregoeiro, o proponente que apresentar a proposta aceitável de maior preço global e os licitantes que apresentarem proposta com valor até 10% inferior àquele, respeitados os limites estimados pela Administração. Se não houver pelo menos três ofertas de acordo com esta condição, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três).

7.3. Aos **proponentes classificados** conforme o subitem 7.2, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, sucessivos, de valores distintos e crescentes em relação à proposta melhor classificada.

7.3.1. A desistência de apresentar lance, oralmente, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da fase competitiva e a impossibilidade de vir a formular lances na rodada subsequente, salvo do que propôs o maior preço, se este não for superado pelas novas ofertas;

7.3.2. O silêncio do representante da empresa ou não formulação do lance, após a terceira chamada do Pregoeiro, implica desistência de apresentá-lo.

7.3.3. A fase de lances verbais não ultrapassará o limite máximo de 05 (cinco) minutos para cada item, prorrogáveis por mais 05 (cinco) minutos, a critério do Pregoeiro, quando houver muitos licitantes.

7.4. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais.

7.5. Após os procedimentos acima, será encerrada a etapa competitiva e serão

ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de maior valor final obtido.

7.6. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito. Sendo aceitável a proposta, o Pregoeiro dará por encerrada a etapa competitiva e ordenará as ofertas.

7.7. Aceita a proposta, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

7.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor.

7.9. Nas situações dos itens 7.6. e 7.8., bem como quando houver apenas uma proposta escrita ou não forem formulados lances oralmente, o pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.10. Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta, sendo o respectivo proponente, uma vez habilitado, declarado vencedor.

7.11. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e a sequência legal dos atos, em rigorosa ordem cronológica e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos representantes dos licitantes presentes.

7.12. O licitante vencedor deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas apresentar ao Pregoeiro, uma nova proposta contendo o valor final, resultante da fase de lances, para anexar aos autos.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

8.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

8.1.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.1.3.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.2. **Relativos à Habilitação Jurídica:**

8.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, para as sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social;

8.2.3. Inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado, acompanhada de prova da diretoria em exercício, para as sociedades simples e demais entidades;

8.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.5. Os documentos indicados nos itens 8.1.1. a 8.1.4, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.6. **Documento comprobatório da condição de instituição financeira**, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

8.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)

Minuta de Edital de Pregão Presencial n.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ (0704371) SEI 2021.011045 / pg. 325

por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

8.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

8.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.7. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

8.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.3.1. Cópia do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis da licitante, do último exercício social exigível e apresentado na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. No caso ainda, de empresa constituída como Sociedade Anônima, deverá, obrigatoriamente, comprovar que o Balanço Patrimonial está arquivado na Junta Comercial da Sede ou Domicílio da licitante, conforme art. 289, § 5º, da Lei nº 6.404/76.

8.3.1.1. A boa situação da licitante será comprovada através do índice que mede a solvência dos bancos, denominado **Índice de Basiléia**, devendo ser comprovado o índice mínimo de **8%** (oito por cento), de acordo com a fórmula abaixo descrita que deverá ser apresentada, preferencialmente, com memória de cálculo, acompanhada do último relatório disponível do BANCO

Minuta de Edital de Pregão Presencial n.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ (0704371) SEI 2021.011045 / pg. 326

CENTRAL DO BRASIL – BCB, no qual o referido índice esteja demonstrado:

IB=PR x 100 (PRE/fator F)

Onde:

IB: Índice de Basiléia ou Índice de Adequação de Capital;

PR: Patrimônio de Referência;

PRE: Patrimônio de Referência Exigido;

Fator F = 0,08

8.3.1.2. A relação entre Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados – Patrimônio de Referência Exigido (PRE) obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução do CMN n° 3.490, de 29 de agosto de 2007 e Circular do BC n° 3.360, de 12 de setembro de 2007 e demais normas aplicáveis.

8.3.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.3.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

8.3.2. **Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial** (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação, quando do documento não constar data expressa de validade;

8.3.2.1. Onde não houver Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no subitem 8.3.2.

8.2.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 8.3.2. deste instrumento convocatório.

8.4. Relativos à Qualificação Técnica

8.4.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, nos termos do subitem 5.1. do Termo de Referência.

8.4.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

8.4.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

8.4.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este edital, tendo em vista o vulto da contratação, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

8.5. Disposições Gerais da Habilitação

8.5.1. A documentação de habilitação das empresas deve conter ainda:

8.5.1.1. **Declaração** de que não possui em seu quadro de pessoal, não utilizará, nem manterá relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal ***(Anexo IV)***;

8.5.1.2.**Declaração** expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação ***(Anexo IV)***;

8.5.1.3.**Declaração**, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros ***(Anexo IV)***;

8.5.1.4. **Declaração** expressa de que cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência

contratual ***(Anexo IV);***

8.5.1.5. **Declaração** de que a prestação dos serviços da proposta estará sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes ***(Anexo IV)***;

8.5.1.6. **Declaração** da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas ***(Anexo IV);***

8.5.1.7. **Declaração** da LICITANTE de que as agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas ***(Anexo IV)***.

8.5.1.8. As referidas declarações poderão ser apresentadas também juntamente à Proposta de Preços.

8.5.1.9. Na falta ou na apresentação de Declarações em desacordo com o subitem anterior, será permitido, na sessão pública, à empresa licitante presente ao certame, que a elabore em manuscrito.

8.5.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

8.5.3. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o n.º do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

8.5.3.1.Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

8.5.3.2.Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

8.5.3.3.No caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

8.5.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas para fins de atendimento aos reclames deste instrumento convocatório, será considerado para tanto o prazo descrito no subitem 8.3.2.

8.6. O Pregoeiro **poderá** utilizar as informações referentes à situação jurídica, técnica, financeira e fiscal contidas no CERTIFICADO DE REGISTRO DE FORNECEDORES – CRF, bem como no SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES – SICAF, do sistema COMPRASNET, do Governo Federal, conforme disposto no Ato PGJ nº 236/2008.

8.6.1. Em caso de ausência ou desatualização de informações nos cadastros citados no subitem anterior, poderá o Pregoeiro solicitar documentação complementar que comprove a situação atual da licitante, como forma de atender todos os requisitos de habilitação.

8.7. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

9. DOS ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Qualquer PEDIDO DE ESCLARECIMENTO em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos ou IMPUGNAÇÃO de seus termos deverá ser encaminhado, por escrito, à CPL, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, por meio do fax (92) 3655-0743, ou através do endereço eletrônico *licitacao@mpam.mp.br*, **até o dia xx/xx/2021, 2 (dois) dias úteis antes** da data de abertura do Pregão, no horário de expediente da Instituição, de 8 às 14 horas.

9.2.1 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do pregão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.2.2 Acolhida a impugnação, ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

9.2.3 A CPL pode, ainda, após emissão de parecer pela **ASSESSORIA JURÍDICA** da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em face da complexidade da decisão, suspender a data do certame até ulterior deliberação.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. **Declarado o vencedor**, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias consecutivos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes

assegurada vista imediata dos autos.

10.1.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

10.1.2. Os recursos poderão ser interpostos no protocolo da CPL (endereço no preâmbulo) das 08 às 14 horas, obedecendo aos prazos legais.

10.2. Findo o prazo do item 10.1, o recurso será julgado pelo Pregoeiro, e, negado o provimento, será encaminhado ao Ordenador de Despesas para decisão.

10.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, devendo a decisão mencioná-los expressamente, cabendo à autoridade designar dia, hora e lugar para repetição dos atos, se for o caso.

10.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

10.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito ao recurso.

10.6. O não oferecimento de razões no prazo deste edital fará deserto o recurso.

10.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário de funcionamento do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, isto é, das 8 às 14 horas.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, o **Ordenador de Despesas** adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

11.2. **Homologado o resultado**, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

11.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, proceder-se-á na forma do item 7.10, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.3. Após a homologação deste certame pela **Autoridade Competente**, os envelopes poderão ser devolvidos aos licitantes, mediante requerimento por escrito protocolizado nesta CPL. Os envelopes ficarão em poder da CPL, devidamente

rubricados por todos os licitantes presentes, pelo período de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação da homologação. Ultrapassado o período supra, será providenciada a destruição dos documentos.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o **ESTADO DO AMAZONAS**, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

12.1.1. A sanção referida no subitem 12.1. será aplicada pela Autoridade Competente, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

12.2. **Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido**, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, a Autoridade Competente poderá aplicar ao fornecedor, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência;**

12.2.2. **Multas percentuais,** nos termos estabelecidos neste Edital e no contrato;

12.2.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

12.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei nº. 8.666/93;

12.2.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

12.3. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, as multas aplicadas no item 9 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045** e Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato, segundo a gravidade da falta.

12.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

12.6 As penalidades previstas nos subitens 12.2.3 e 12.2.4 também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

12.7. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

12.8. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.8.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

12.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
12.14. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no **Ato PGJ n.º 187/2021** (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

13. DO PAGAMENTO

13.1. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato a importância total e líquida de **R$ 6.000.000,00 *(seis milhões de reais)***, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, sendo permitido o pagamento do valor em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, e a segunda até 6 (seis) meses após o pagamento da anterior, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

13.2. Em caso de atraso no pagamento, a CONTRATADA deverá pagar à CONTRATANTE a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor de cada parcela a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Além das obrigações compreendias **nos Itens 2, 3, 5, 7 e demais do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, *Anexo I* a este Edital, bem como nas **Cláusulas Nona da Minuta de Contrato,** *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

14.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

14.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, Anexo I a este Edital, bem assim a Cláusula Décima do futuro ajuste contratual, *Anexo II*.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

16.2. **A Autoridade Competente** designará o Pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os pregoeiros oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

16.3. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.3.1 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

16.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

16.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo, atingindo o contrato, se posterior à sua celebração.

16.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

16.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

16.7. **Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas**, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes **o prazo de 3 (três) dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou de nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou a desclassificação das empresas.

16.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.9. Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos:

a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045;
b) Anexo II – Minuta do Contrato;
c) Anexo III – Modelo de Procuração/ Credencial;
d) Anexo IV – Modelo de Declaração/ Habilitação;
e) Anexo V – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
f) Anexo VI – Modelo de Proposta.

16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a verificação de suas condições de habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

16.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

16.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação;**

16.16. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital

16.17. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, através de mídia eletrônica a ser fornecida ao interessado através do e-mail licitacao@mpam.mp.br, ou pelos endereços www.mpam.mp.br e www.comprasgovernamentais.gov.br. Caso haja interesse na cópia reprográfica, poderão ser retirados antes da realização desta licitação, mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico do Edital, na proporção de R$ 0,20 (dez centavos) por lauda, na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

16.18. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

16.19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ

Manaus (AM), xx de outubro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1ª

Minuta de Edital de Pregão Presencial n.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ (0704371) SEI 2021.011045 / pg. 338

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO/ CREDENCIAL

OUTORGANTE

Qualificação (nome, endereço, razão social, etc)

OUTORGADO

Representante devidamente qualificado

OBJETO

Representar a Outorgante no Pregão Presencial n.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ;

PODERES

Apresentar documentação e proposta, participar de sessões públicas de abertura de propostas e de documentos de habilitação, oferecer lances verbais, assinar ata, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, prestar declaração, assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____,_____ de _____ de 2021.

EMPRESA
CARGO E NOME

OBSERVAÇÃO:

Se particular, a procuração será elaborada em papel timbrado da licitante e assinada por representantes legais ou pessoa devidamente autorizada. Será necessário comprovar a legitimidade do Outorgante para fazer a declaração acima.

Minuta de Edital de Pregão Presencial n.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ (0704371) SEI 2021.011045 / pg. 341

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO/ HABILITAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 2.2.,** para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2.Sob as penas da Lei, os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

3. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação;

4. Não possuo em meu quadro de pessoal, não utilizarei, nem manterei relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

5. A empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

6. A prestação dos serviços da proposta estará sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;

7.A empresa cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;

8. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

9. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

10. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Cidade (UF),_____ de _____ de 2021.

_____

EMPRESA

Representante legal da empresa

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade (UF), ____ de _____ de 2016.

_____

Representante legal do licitante, com identificação completa

ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no edital do **Pregão Presencial n.º 5.0__/2021-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA:**

Item	Descrição	Preço Total
1	Prestação de serviços bancários, compreendendo o gerenciamento dos recursos financeiros da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, o processamento do pagamento da folha de pessoal de membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas, a concessão de créditos consignados para estes e pagamentos de demais credores do órgão, dentre outros serviços, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.	R$ *(valor por extenso)*

A _____(*nome da Instituição Bancária)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

- **Prazo de validade da proposta: _____**
- **Dados dos 3 (três) <u>principais integrantes</u> do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.
- **Designação da agência bancária** localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

<u>DECLARAÇÕES:</u>

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 2.2.,** para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2.Sob as penas da Lei, os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

3. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação;

4. Não possuo em meu quadro de pessoal, não utilizarei, nem manterei relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

5. A empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

6. A prestação dos serviços da proposta estará sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;

7.A empresa cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;

8. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

9. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

10. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

DESPACHO Nº 70.2021.CPL.0704389.2021.011045

Objeto: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.

Trata-se dos autos do procedimento interno em epígrafe, versando sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada, inicialmente, através do **MEMORANDO Nº 33.2021.DG.0658698.2021.011045**, exarado pelos i. **Vívian da Silva Donato Lopes Martins,** Diretora-Geral da PGJ/AM, **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho,** Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM, **Patrícia Costa Martins,** Diretora de Administração da PGJ/AM, **Ivanete de Oliveira Nascimento,** Diretora de Planejamento da PGJ/AM e **Marcus Roberto Laranjeira da Silva,** Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM, datado de 13/07/2021.

O detalhamento do objeto foi realizado por intermédio do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2021.DG.0658711.2021.011045**, o qual seguiu à apreciação do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha, que determinou o retorno dos autos via **DESPACHO Nº 312.2021.01AJ-SUBADM.0664326.2021.011045**, encaminhando à Diretoria-Geral - DG, para providências, em 19/07/2021.

O novo detalhamento do objeto se deu por intermédio do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2021.DG.0665394.2021.011045**, encaminhado através do **MEMORANDO Nº 39.2021.DG.0665393.2021.011045**, datado de 22/07/2021, seguindo, portanto, à apreciação do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha que, por sua vez, aprovou e determinou o seguimento do feito ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, consoante **DESPACHO Nº 327.2021.01AJ-SUBADM.0667900.2021.011045**, chancelado em 23/07/2021.

Na oportunidade, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS, por meio do **MEMORANDO Nº 328.2021.SCOMS.0676539.2021.011045**, datado de 13/08/2021, apresentou algumas ponderações e solicitou orientações da douta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Nessa esteira, o Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

Dr. Géber Mafra Rocha exarou o DESPACHO Nº 370.2021.01AJ-SUBADM.0679974.2021.011045, datado de 17/08/2021, *"fundamentado pela orientação do TCU, AUTORIZO, neste caso excepcional, pelas peculiaridades do processo, a dispensa da pesquisa de preços, pelos motivos até expostos, devendo os autos seguirem diretamente à Comissão Permanente de Licitação - CPL para prosseguimento do feito, com a urgência devida, tendo em vista a aproximação do fim da vigência do atual contrato."*

Em análise dos autos recebidos em 17/08/2021, este Colegiado concluiu pela necessidade do envio à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para elaboração do respectivo prospecto de termo de garantia ou contrato administrativo, nos termos do **MEMORANDO Nº 240.2021.CPL.0680922.2021.011045**, emitido em 19/08/2021. Em atenção, fora devidamente juntado aos autos a **MINUTA DE CONTRATO** (doc. 0671080), em 23/08/2021. Outrossim, a Divisão de Contratos e Convênios – DCCON solicitou ajuste no TR, conforme **MEMORANDO Nº 595.2021.DCCON.0683380.2021.011045.**

Desta forma, fora emitido novo e último **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7.2021.DG.0684237.2021.011045**, com as alterações cabíveis.

Retornados os autos conclusos, em 25/08/2021, procedeu-se a análise do Termo de Referência supra e dos demais documentos acostados aos fólios processuais, considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, enfatizando que a escolha da modalidade recaiu por força do valor orçado para contratação face ao que estabelece o artigo 23, inciso I, "b" da Lei n.º 8.666/93, de forma que esta CPL confeccionou **MINUTA DE EDITAL, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (doc. 0688869), tipo MAIOR OFERTA.**

Devidamente publicado o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ** (doc. 0691130), o mesmo restou **deserto**, consoante exposto no **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 31.2021.CPL.0699622.2021.011045,** posteriormente complementado com informações mediante o **MEMORANDO Nº 296.2021.CPL.0700562.2021.011045**, os autos seguiram à apreciação do Exmo. Sr. Dr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos para deliberação. Por sua vez, a referida Autoridade emitiu o DESPACHO Nº 449.2021.01AJ-SUBADM.0701213.2021.011045, no qual decidiu, *"considerando as nuances do caso concreto, e visando a manter a disputa da maneira mais transparente e competitiva possível, em busca da proposta mais vantajosa à Administração, DETERMINO o refazimento da disputa, com as alterações sugeridas no Memorando 296."*

Posteriormente, este Comitê emitiu o **MEMORANDO Nº 300.2021.CPL.0702246.2021.011045** endereçado à Ilma. Sra. Diretora-Geral e a Chefe da Divisão de Contratos e Convênios, para as alterações cabíveis.

Desta forma, a Divisão de Contratos e Convênios - DCCON emitiu e juntou nova **MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2021 - MP/PGJ** (doc. 0702341), devidamente encaminhada mediante o **MEMORANDO Nº 681.2021.DCCON.0703752.2021.011045.**

De igual modo, a Diretoria-Geral elaborou novo **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, datado de 04/10/2021, com as alterações necessárias.

Retornados os autos conclusos, em 04/10/2021, procedeu-se a análise do Termo de Referência supra e dos demais documentos acostados aos fólios processuais, considerando as nuances do

caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, de forma que esta CPL confeccionou **MINUTA DE EDITAL, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL (doc. 0704371), tipo MAIOR OFERTA**, em cumprimento ao determinado no **DESPACHO Nº 449.2021.01AJ-SUBADM.0701213.2021.011045.**

Sendo assim, **encaminhem-se os autos** do Procedimento Interno em epígrafe à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, a fim de cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo (a) Ordenador(a) de Despesas da última versão do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, nova **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO** (doc. 0702341) e da nova **MINUTA DE EDITAL** (doc. 0704371).

Manaus, 05 de outubro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 05/10/2021, às 09:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0704389** e o código CRC **0C3D5103**.

PARECER Nº 115.2021.01AJ-SUBADM.0705205.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ANÁLISE DAS MINUTAS DE TERMO DE REFERÊNCIA, DE EDITAL E DE CONTRATO. PREGÃO PRESENCIAL. MAIOR OFERTA. EXECUÇÃO INDIRETA. REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL. Reconhe-se como adequada a modalidade selecionada para a contratação pretendida pela Administração – Pregão Presencial, de forma excepcional, dada as pecualiaridades do caso concreto. Aprovação das Minutas.

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Neste estágio processual, o processo volta à apreciação da SUBADM para análise de novo **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, nova **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO** (0702341) e da nova **MINUTA DE EDITAL** (0704371), tendo em vista que o **Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ restou DESERTO, sendo necessário e devidamente autorizado o refazimento da disputa, com ajustes, conforme teor do Despacho 449 (0701213).**

É o relatório. OPINO.

De início, reitero que os novos documentos juntados aos autos já foram, no geral, analisados e as alterações empreendidas não alteram substancialmente seu objeto, tratando-se de duas modificações:

i) parcelamento da contrapartida em duas vezes (a primeira em até 10 dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, e a segunda até 6 meses após o pagamento da

anterior), visando tornar mais atrativo à pretensa instituição bancária a sua participação, motivado pela possibilidade de obtenção de retorno inicial ao seu investimento no decorrer da vigência contratual;

ii) realização de Pregão Presencial, tendo em vista os certames anteriores e a dificuldade apresentada pelo próprio Sistema Comprasnet, que não está adaptado para realizar licitações como critério de julgamento MAIOR OFERTA, o que levou a Instituição, naquela oportunidade, buscar meios alternativos para sua realização.

Desta feita, o Termo de Referência, a Minuta de Contrato e a Minuta de Edital atendem aos requisitos constantes da Lei Licitatória.

A Lei Federal n.º 10.520/02, instituiu o Pregão como modalidade de licitação tendente à aquisição de "bens ou serviços comuns", definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Nesse sentido, estabelece o parágrafo único do art. 1.º da referida lei:

> Art. 1.º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.
>
> Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Na realidade, a norma, ao restringir o âmbito de aplicação do Pregão, objetiva viabilizar a realização de um procedimento mais simples para aquisição de bens e serviços razoavelmente padronizados, possibilitando à Administração negociar o melhor preço, sem comprometer a viabilidade da proposta.

No caso concreto, a modalidade selecionada para a contratação pretendida pela Administração foi modificada para **Pregão PRESENCIAL, porém com os mesmos critérios de julgamento: MAIOR OFERTA, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global**, atendendo aos ditames legais e, neste momento, afigurando-se como adequada dada as particularidades em questão.

Vale lembrar que o caso em comento retrata situação *sui generes*, pois em que pese a Administração contratar, não despenderá valores na avença. Ao contrário, receberá contrapartida pela prestação do serviço bancário em caráter exclusivo. Isto porque, como explica o próprio TCU, "*o que se pretende é a contratação de um serviço atípico, pois não se contrata apenas um serviço a ser prestado à administração, mas a exploração econômica de um ativo*".

Conforme teor do Acórdão TCU 33466-2013 (0676563), ficou definido que: I) a contratação deve ser instrumentalizada por meio de contrato administrativo; II) A Administração pode optar pela dispensa de licitação com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, c/c o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, desde que devidamente demonstrada a sua vantagem em relação à adoção do procedimento licitatório; III) em havendo interesse na participação de entidades públicas e privadas, deve ser realizada a licitação, em cumprimento aos princípios esculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, bem assim da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e de outros princípios correlatos estampados no artigo 3º da Lei 8.666/1993, adotando as seguinte medidas:

- estimar o orçamento base da contrapartida financeira a ser paga pela futura contratada com fundamento em estudo ou avaliação de mercado, em cumprimento à finalidade da condição prevista no artigo 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;

- realizar licitação na modalidade pregão, prevista na Lei 10.520/2001, preferencialmente sob forma eletrônica, conforme exige o artigo 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005, tendo por base critério “maior preço”, em homenagem ao princípio da eficiência, insculpido no caput do artigo 37 da Constituição Federal e da seleção proposta mais vantajosa para a Administração Pública, inserto no caput do artigo 3º da Lei 8.666/1993.

Verifica-se que foi empreendida tentativa de realização de Pregão Eletrônico, que restou frustada, havendo fundamentação suficiente para alteração neste quesito.

Assim sendo, conforme dispõe o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do regime jurídico-administrativo, razão pelo qual a deflagração do procedimento licitatório constitui-se como regra. Segundo a melhor doutrina, a licitação caracteriza-se por ser um procedimento prévio de seleção, por meio do qual a Administração, mediante critérios previamente estabelecidos, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um Contrato Administrativo ou instrumento semelhante.

De acordo com o art. 4º, da Lei n.º 8.666/1993, todos os participantes de um certame têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido pela Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Tendo adotado tais medidas, conforme se pode verificar da instrução processual até aqui delineada e, considerando presentes todos os elementos obrigatórios dos instruments acima citados, em conformidade com o disposto na Lei n.° 10.520/02 e da Lei n.° 8.666/93, naquilo que é cabível; no Decreto n.° 7.892/13 e, no âmbito interno, no art. 7.º do Ato PGJ n.º 389/07 (regulamenta o Pregão Presencial e Eletrônico), esta assessoria jurídica **OPINA favoravelmente pela aprovação das Minutas do Termo de Referência 8 (0704361), da Minuta de Contrato (0702341) e da Minuta de Edital de Pregão Presencial (0704371)**, de forma a alicerçarem o respectivo procedimento licitatório.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), 05 de outubro de 2021.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO
Assessora Jurídica
Ato PGJ nº 338/2020

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 05/10/2021, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0705205** e o código CRC **1321910F**.

DESPACHO Nº 466.2021.01AJ-SUBADM.0705207.2021.011045

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Neste estágio processual, o processo volta à apreciação da SUBADM para análise de novo **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, nova **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO** (0702341) e da nova **MINUTA DE EDITAL** (0704371), tendo em vista que o **Pregão Eletrônico n.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ restou DESERTO, sendo necessário e devidamente autorizado o refazimento da disputa, com ajustes, conforme teor do Despacho 449 (0701213).**

Por sua vez, após instada, a assessoria jurídica acostou ao presente caderno administrativo o Parecer 115 (0705205), opinando favoravelmente pela aprovação das Minutas do Termo de Referência 8 (0704361), de Contrato (0702341) e de Edital de Pregão Presencial (0704371), de forma a alicerçarem o respectivo procedimento licitatório.

Diante de todo o exposto, **ACOLHO** a supracitada peça opinativa e **APROVO** as Minutas acima citadas. Assim, **DETERMINO** o encaminhamento dos autos à CPL, para providências de estilo.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus(Am), 05 de outubro de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR

Procurador-Geral de Justiça[1]

---

[1] Subscrito pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça em razão de férias regulamentares do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (Portaria nº 2303/2021/PGJ, de 14/09/2021).

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 05/10/2021, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei

assinatura eletrônica 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0705207** e o código CRC **118E4CEB**.

ATO Nº 185/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 26.03.2007, que estabelece normas para constituição da Comissão Permanente de Licitação, no âmbito desta Procuradoria-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO a previsão expressa no art. 7.º da Lei n.º 3.147, de 06.07.2007, publicada no DOE de 09.07.2007;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1.º – DESIGNAR o servidor EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, como Presidente, e os servidores SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES, MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS e IURY FECHINE RAMOS, Agentes de Apoio – Administrativo, em decorrência da experiência e capacitação técnica para, na qualidade de membros, comporem a Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo mandato de 1 (um) ano.

Art. 2.º – DESIGNAR o servidor MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio – Administrativo, para secretariar os trabalhos da Comissão ora composta.

Art. 3.º – INDICAR como substitutos eventuais os servidores FABÍOLA DE SOUZA MENDANHA e THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA, Agentes de Apoio – Administrativo, desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 4.º – DETERMINAR que os Pregoeiros Oficiais e Agentes de Contratação do Ministério Público sejam designados por ato próprio, podendo ser indicado, mediante Portaria, quem funcionará especificamente a cada pregão, assim como os membros da equipe de apoio.

Art. 5.º – Este Ato entrará em vigor a contar da data de 12 de julho de 2021.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 186/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno - SEI N.º 2021.010249, em que figura, como parte interessada, o Exmo. Sr. Dr. GUSTAVO VAN DER LAARS, Promotor de Justiça de Entrância Inicial, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Alvarães;

CONSIDERANDO as disposições do r. DESPACHO N.º 337.2021.06AJ-SUBADM.0659292.2021.010249, de 07 de julho de 2021, expedido pela douta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso V, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

EXONERAR a bacharela MARCYA LINS CAMPOS do cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial, símbolo MP.06.03, a contar de 07.07.2021.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0948/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 0754/2021/PGJ, que designou os Promotores de Justiça de Entrância Inicial e Substitutos como plantonistas durante do mês de abril/2021;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ALTERAR os termos da Portaria n.º 0754/2021/PGJ, datada de 30.03.2021, que designou os Promotores de Justiça de Entrância Inicial e Substitutos como plantonistas, na parte referente ao POLO 5 – BAIXO AMAZONAS, item 1 (Maués, Boa Vista do Ramos e Urucará), conforme abaixo especificado:

POLO 5 – BAIXO AMAZONAS

1. Maués, Boa Vista do Ramos e Urucará

Período: 16 a 30.04.2021 - Dr. ROBERTO NOGUEIRA

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 23 de abril de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1548/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 054/98-CSMP, de 23 de setembro de 1998, que disciplina e define a manifestação dos Órgãos do Ministério Público de 1.ª e 2.ª instâncias, no que tange à apresentação de contrarrazões sempre que o advogado, ao interpor o Recurso de Apelação, invocar a aplicação do art. 600, § 4.º, do Código de Processo Penal;

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. DANIEL LEITE BRITO, Promotor de Justiça de Entrância Final, Titular da 8.ª Promotoria de Justiça de Manaus (10.ª Vara Criminal), para oferecer as contrarrazões nos autos da Apelação Criminal n.º 0632081-98.2019.8.04.0001, em tramitação na Segunda Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

a) acolher, motivadamente, as razões recursais, modificando e tornando pública a decisão final exarada;

b) rejeitar, motivadamente, as razões recursais, encaminhando os autos ao Procurador-Geral de Justiça para apreciação final, que:

1. poderá, fundamentadamente, acolher as razões para ao final, reformar a sanção imposta, ou rejeitá-las mantendo a decisão atacada;

2. determinará a publicização da decisão final.

II – impetrar pedido de reconsideração contra decisão de aplicação de inidoneidade exarada pelo Procurador-Geral de Justiça que poderá:

a) acolher, motivadamente, o pedido de reconsideração, modificando e tornando pública a decisão final exarada;

b) rejeitar, motivadamente, o pedido de reconsideração, tornando pública a decisão exarada.

Parágrafo único. A autoridade competente providenciará, por meio da secretaria respectiva, a publicação no Diário Oficial Eletrônico - DOMPE de extrato da decisão exarada em face do recurso hierárquico ou do pedido de reconsideração.

Art. 11 A Comissão Permanente de Licitação – CPL deverá promover todos os atos de citação, intimação e / ou notificação dos interessados e ainda:

I – não havendo manifestação recursal e não havendo aplicação da sanção de multa, informar à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos – SUBADM acerca da inércia ocorrida;

II - inexistindo manifestação recursal e havendo aplicação de multa, determinar seu recolhimento à contratada /licitante sancionada:

a) no adimplemento do recolhimento, encaminhar os autos à Diretoria de Orçamento de Finanças – DOF e após, promover seu arquivamento;

b) no inadimplemento do recolhimento da multa, encaminhar os autos para o Procurador-Geral de Justiça, para análise quanto a conveniência e oportunidade de encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado, para devida inscrição em dívida ativa.

III – existindo manifestação recursal ou pedido de reconsideração, encaminhar à autoridade competente;

IV – após trânsito julgado administrativo, providenciar o lançamento das sanções junto aos sistemas competentes, tais como o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art. 12 Ficam revogadas todas as disposições em contrário, em especial as dispostas no ATO PGJ N° 345/2007.

Art. 13 Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Manaus, 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 188/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 277/2007, datado de 05.07.2007, que regulamentou a utilização da modalidade pregão, na forma presencial, no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5.º, do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 29.08.2007, que dispõe sobre a organização e as atribuições da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 185/2021/PGJ, de 09 de julho de 2021;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

NOMEAR, a contar de 12.07.2021, os servidores EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, Agente de Apoio – Administrativo e Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio – Administrativo e Membro-Secretário da Comissão Permanente de Licitação, como Agentes de Contratação e Pregoeiros Oficiais do Ministério Público do Estado do Amazonas, bem como FABÍOLA DE SOUZA MENDANHA e THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA, Agentes de Apoio – Administrativos desta Procuradoria-Geral de Justiça, suplentes da Comissão Permanente de Licitação, como substitutos eventuais.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral e Justiça

PORTARIA Nº 1583/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. LEONARDO TUPINAMBÁ DO VALLE, Promotor de Justiça de Entrância Inicial, para participar das audiências da Comarca de Urucará/AM, no dia 12.07.2021.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

ATO PGJ - CPL e Pregoeiros (0705713) SEI 2021.011045 / pg. 357

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, pelo presente edital, e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 185/2021 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2021.011045**, fará realizar **PREGÃO PRESENCIAL, tipo MAIOR LANCE OU OFERTA, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 277/2007, com o Ato PGJ n.º 389/2007, com a Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, com o Decreto Federal n.º 3.555/2000, com o Decreto Estadual n.º 21.178/2000, com a Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, com a Lei n.º 8.666/93 e alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal. O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, definidos neste Edital, deverão ser entregues no local, data e horário seguintes:

LOCAL:	Edifício sede da Procuradoria-Geral de Justiça, na Sala de Treinamento do CEAF, 4º andar, podendo ser designado outro local, no mesmo endereço. Avenida Coronel Jorge Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP 69.037-473, Manaus – AM.
DATA:	**22/10/2021**
HORÁRIO:	9h. (horário local).

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto a ***contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses,*** conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.

1.2. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 358

documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital.

1.3. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a taxas, impostos, licenças, encargos sociais, ou outra, que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

1.4. O valor estimado da contratação, a título de contrapartida financeira em razão dos termos ajustados, é de no mínimo **R$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais).**

1.4.1. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato a importância total e líquida de **R$ 6.000.000,00 *(seis milhões de reais)***, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, sendo permitido o pagamento do valor em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, e a segunda até 6 (seis) meses após o pagamento da anterior, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

1.5. Integram o presente instrumento convocatório, como partes indissolúveis:

a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045;

b) Anexo II – Minuta do Contrato;

c) Anexo III – Modelo de Procuração/ Credencial;

d) Anexo IV – Modelo de Declaração/ Habilitação;

e) Anexo V – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

f) Anexo VI – Modelo de Proposta;

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar os interessados que explorem **ramo de atividade compatível** com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, e que satisfaçam as condições exigidas neste Edital e seus Anexos, observada a necessária qualificação.

2.2. **Não poderá participar**, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

2.2.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

2.2.3. As pessoas físicas ou jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente **em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau**, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO**

PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, e de sua CPL.

2.2.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no país e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

2.2.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão de participar de licitação e/ou impedimento de contratar e licitar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93 (MS n.º 174.274/SP - 2ª. Turma; RMS Nº 326.628 – SP e REsp 151.567/RJ - 2ª. Turma);

2.2.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** ou à **CPL**;

2.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.**

2.4. Para participar desta licitação, as empresas deverão, também, apresentar **DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA,** conforme modelo do *Anexo V*, dentro do envelope N.º 1 – Proposta de Preços.

3. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo de vigência e execução dos serviços será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

3.1.1. O ajuste poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, atendidas as condições do § 4° do art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e mediante remuneração proporcional ao valor previsto na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – deste contrato, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 360

Consumidor Amplo – IPCA.

3.2. As demais condições para prestação dos serviços encontram-se estabelecidos no Item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, Anexo I e parte integrante deste Edital;

3.3. As características detalhadas e demais informações relevantes à futura contratação estão definidas nos **Itens 2, 5, 6 e 7 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045** *(Anexo I),* bem assim nas disposições correspondentes da Minuta de Contrato *(Anexo II),* partes integrantes deste Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, o representante da proponente deverá entregar inicialmente à Comissão Licitante, em separado dos envelopes, documento que o credencie a participar desta licitação respondendo por sua representada, devendo, ainda, identificar-se civilmente exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente com foto.

4.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou instrumento particular de procuração, neste caso com firma reconhecida em cartório, **no qual conste expresso poder para formular ofertas e lances de preços verbais, dar descontos, assinar Ata de Registro de Preços e demais atas e planilhas e praticar os demais atos pertinentes ao certame**, em nome do proponente/ outorgante (conforme *Anexo III* deste Edital).

4.3. Em caso de credenciamento por procurador ou em caso de substabelecimento, é obrigatória a apresentação da Procuração original que concede poderes ao Procurador.

4.4. No caso de representação por sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, tal condição deverá ser demonstrada mediante apresentação de documento de identificação civil com foto (original e cópia ou somente cópia autenticada), acompanhado do respectivo Contrato ou Estatuto Social, no qual estejam expressos seus poderes para individualmente exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

4.5. O não-credenciamento **não impedirá** a participação das interessadas no certame, mas impossibilitará o seu representante de se manifestar em nome da licitante durante as sessões públicas para a prática dos demais atos do certame que requeiram representação pessoal do licitante na sessão, não podendo, inclusive, rubricar documentos, fazer observação ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos.

4.5.1. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a

documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

4.6. **É vedado que as empresas licitantes apresentem o mesmo representante, para fins de Credenciamento nesta licitação, sob pena de comprometer o caráter competitivo deste certame.**

4.7. **Todos os documentos alusivos ao CREDENCIAMENTO, caso a caso, deverão ser apresentados em originais, cópias autenticadas por cartório competente, ou devidamente conferidas com os originais pela Comissão Licitante, a fim de, igualmente, instruírem o procedimento correspondente.**

4.7.1. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

4.8. À empresa Licitante que participe do certame será permitido o credenciamento de apenas um representante legal sendo vedada a participação de qualquer pessoa representando mais de um Licitante, salvo na hipótese de que tais Licitantes não estejam concorrendo para os mesmos itens do certame.

4.9. Caso o Contrato Social, Estatuto ou equivalente determine que mais de uma pessoa deva assinar a procuração para designar representante(s) da empresa, a falta de quaisquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.10. Na apresentação de representante legal sem a devida comprovação de seus poderes, a empresa licitante não será credenciada para o certame, mas o representante poderá acompanhar o certame desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

4.11. **Os documentos para credenciamento de que trata este tópico do Edital, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de propostas de preço e de habilitação.**

4.12. Os representantes designados pela Licitante deverão observar as diretrizes sanitárias de combate ao novo Coronavírus no âmbito desta Instituição, devidamente fixadas no Ato PGJ n.º 270/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2224, de 29.09.2021 – disponível no endereço: https://diario.mpam.mp.br/), especialmente, a exibição do comprovante vacinal ou do relatório médico que demonstre óbice à vacinação, respeitados os prazos fixados naquele ato regulamentador.

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, relativos a este Pregão, será pública, dirigida por um Pregoeiro, e realizada de acordo com o Ato PGJ n.º 389/2007, com a Lei n.º 10.520/02, com o Decreto Estadual n.º 21.178/2000, e com as demais normas aplicáveis à espécie, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário neles determinados.

5.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados em 2 (dois) envelopes distintos e fechados, contendo os seguintes sobrescritos:

a) Envelope nº 01 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL PREGÃO N.º 5.____/2021 *RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE* **ENVELOPE "A" - PROPOSTA DE PREÇOS**	**b) Envelope nº 02** COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL PREGÃO N.º 5.____/2021 *RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE* **ENVELOPE "B" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.2. **Antes do início da sessão**, os interessados deverão comprovar por meio de instrumento próprio, conforme item 4 deste Edital, **poderes para formulação de lances verbais, sob pena de impedimento de participação na fase competitiva**, de ofertar descontos e para a prática dos demais atos do certame que requeiram representação pessoal do licitante na sessão.

5.3. Uma vez entregues os credenciamentos, identificadas todas as licitantes presentes e aberta uma das propostas, considerar-se-á iniciada a sessão, a partir do que não será permitida a participação de retardatários.

5.4. Os modelos anexados ao edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de impedimento, desclassificação ou inabilitação a apresentação de declarações que sejam elaboradas de forma diferente desde que contenham os elementos essenciais.

5.5. **Iniciada a sessão,** proceder-se-á à imediata abertura dos envelopes de propostas de preços e à verificação da conformidade destas com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando-se aquelas que não estejam em conformidade com o especificado pela Administração.

5.6. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem

tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta de Preços, e os documentos que a instruírem, deverão ser apresentados, através de carta datilografada ou impressa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, **numeradas sequencialmente, em papel timbrado do proponente**, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal.

6.2. **Junto à proposta de preços,** os interessados ou seus representantes, apresentarão:

6.2.1. Declaração de Nepotismo: declaração dando ciência ao Pregoeiro de que a empresa não possui sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, e de sua CPL. (conforme Modelo de Proposta de Preços – Anexo VI);

6.2.2. **Declaração**, informando **os dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;**

6.2.3. **DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA,** conforme modelo do *Anexo V.*

6.3. **A Proposta de Preços deverá:**

a) Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;

b) Conter o preço total para o item, em moeda corrente nacional (Real), em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, compatíveis com os preços correntes no mercado, válidos para a data de apresentação e pelo prazo de vigência da proposta.

b1) Em caso de divergência entre os valores em algarismos e os expressos por extenso, serão levados em conta estes últimos;

b2.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 364

b3.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, taxas, e etc, não cabendo ao MPE/AM nenhum pagamento sobre os valores, exceto os de sua competência, a exemplo, Imposto sobre Operações Financeiras, caso haja;

b4) Os valores apresentados devem ser irreajustáveis durante a validade da proposta;

c) **Mencionar o prazo de validade da proposta** de, **no mínimo, 90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

d) **Conter oferta firme e precisa**, sem alternativas de preços, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou subjetivo que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes ou induzir o julgamento a ter mais de um resultado;

e) **Designação da agência bancária** localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

6.4. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

6.5. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.6. Não serão admitidas retificações ou alterações nas condições estabelecidas uma vez recebidas as propostas, exceto no caso de nova oferta por parte da licitante, conforme previsto neste Edital.

6.7. Quando da proposta de preços não constar o prazo de execução, entrega, validade e outros, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital e seus anexos.

6.8. **Somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado.**

6.9. Serão aceitas propostas escritas apresentadas por representante não credenciado ou sem poderes para formular lances verbais, bem como propostas enviadas via postal, conquanto sejam protocolizadas até o início da fase de disputa, as quais ficaram impedidas, entretanto, de participação na referida fase.

6.10. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse

do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, este poderá solicitar prorrogação da validade acima referida.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. **Serão desclassificadas as propostas que:**

7.1.1. **Apresentarem preço global inferior àquele estipulado no subitem 1.4 deste Edital**;

7.1.2. Não atendam às exigências do Edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.2. A classificação das propostas será pelo critério de maior oferta ou lance global.

7.2.1. Concluída a fase de classificação, o pregoeiro dará início à etapa de oferecimento verbal de lances pelas licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, **em valores distintos e crescentes;**

7.2.2. Serão classificados para a fase competitiva, pelo Pregoeiro, o proponente que apresentar a proposta aceitável de maior preço global e os licitantes que apresentarem proposta com valor até 10% inferior àquele, respeitados os limites estimados pela Administração. Se não houver pelo menos três ofertas de acordo com esta condição, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três).

7.3. Aos **proponentes classificados** conforme o subitem 7.2, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, sucessivos, de valores distintos e crescentes em relação à proposta melhor classificada.

7.3.1. A desistência de apresentar lance, oralmente, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da fase competitiva e a impossibilidade de vir a formular lances na rodada subsequente, salvo do que propôs o maior preço, se este não for superado pelas novas ofertas;

7.3.2. O silêncio do representante da empresa ou não formulação do lance, após a terceira chamada do Pregoeiro, implica desistência de apresentá-lo.

7.3.3. A fase de lances verbais não ultrapassará o limite máximo de 05 (cinco) minutos para cada item, prorrogáveis por mais 05 (cinco) minutos, a critério do Pregoeiro, quando houver muitos licitantes.

7.4. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais.

7.5. Após os procedimentos acima, será encerrada a etapa competitiva e serão

ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de maior valor final obtido.

7.6. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito. Sendo aceitável a proposta, o Pregoeiro dará por encerrada a etapa competitiva e ordenará as ofertas.

7.7. Aceita a proposta, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

7.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor.

7.9. Nas situações dos itens 7.6. e 7.8., bem como quando houver apenas uma proposta escrita ou não forem formulados lances oralmente, o pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.10. Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta, sendo o respectivo proponente, uma vez habilitado, declarado vencedor.

7.11. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e a sequência legal dos atos, em rigorosa ordem cronológica e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos representantes dos licitantes presentes.

7.12. O licitante vencedor deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas apresentar ao Pregoeiro, uma nova proposta contendo o valor final, resultante da fase de lances, para anexar aos autos.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

8.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

8.1.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.1.3.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.2. **Relativos à Habilitação Jurídica:**

8.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, para as sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social;

8.2.3. Inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado, acompanhada de prova da diretoria em exercício, para as sociedades simples e demais entidades;

8.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.5. Os documentos indicados nos itens 8.1.1. a 8.1.4, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.6. **Documento comprobatório da condição de instituição financeira**, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

8.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 368

por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

8.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

8.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.7. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

8.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.3.1. Cópia do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis da licitante, do último exercício social exigível e apresentado na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. No caso ainda, de empresa constituída como Sociedade Anônima, deverá, obrigatoriamente, comprovar que o Balanço Patrimonial está arquivado na Junta Comercial da Sede ou Domicílio da licitante, conforme art. 289, § 5º, da Lei nº 6.404/76.

8.3.1.1. A boa situação da licitante será comprovada através do índice que mede a solvência dos bancos, denominado **Índice de Basiléia**, devendo ser comprovado o índice mínimo de **8%** (oito por cento), de acordo com a fórmula abaixo descrita que deverá ser apresentada, preferencialmente, com memória de cálculo, acompanhada do último relatório disponível do BANCO

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 369

CENTRAL DO BRASIL – BCB, no qual o referido índice esteja demonstrado:

IB=PR x 100 (PRE/fator F)

Onde:

IB: Índice de Basiléia ou Índice de Adequação de Capital;

PR: Patrimônio de Referência;

PRE: Patrimônio de Referência Exigido;

Fator F = 0,08

8.3.1.2. A relação entre Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados – Patrimônio de Referência Exigido (PRE) obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução do CMN n° 3.490, de 29 de agosto de 2007 e Circular do BC n° 3.360, de 12 de setembro de 2007 e demais normas aplicáveis.

8.3.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.3.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

8.3.2. **Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial** (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação, quando do documento não constar data expressa de validade;

8.3.2.1. Onde não houver Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no subitem 8.3.2.

8.2.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 8.3.2. deste instrumento convocatório.

8.4. Relativos à Qualificação Técnica

8.4.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, nos termos do subitem 5.1. do Termo de Referência.

8.4.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

8.4.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

8.4.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este edital, tendo em vista o vulto da contratação, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

8.5. Disposições Gerais da Habilitação

8.5.1. A documentação de habilitação das empresas deve conter ainda:

8.5.1.1. **Declaração** de que não possui em seu quadro de pessoal, não utilizará, nem manterá relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal ***(Anexo IV)***;

8.5.1.2.**Declaração** expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação ***(Anexo IV)***;

8.5.1.3.**Declaração**, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros ***(Anexo IV)***;

8.5.1.4. **Declaração** expressa de que cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência

contratual ***(Anexo IV);***

8.5.1.5. **Declaração** de que a prestação dos serviços da proposta estará sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes ***(Anexo IV)***;

8.5.1.6. **Declaração** da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas ***(Anexo IV);***

8.5.1.7. **Declaração** da LICITANTE de que as agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas ***(Anexo IV)***.

8.5.1.8. As referidas declarações poderão ser apresentadas também juntamente à Proposta de Preços.

8.5.1.9. Na falta ou na apresentação de Declarações em desacordo com o subitem anterior, será permitido, na sessão pública, à empresa licitante presente ao certame, que a elabore em manuscrito.

8.5.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

8.5.3. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o n.º do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

8.5.3.1.Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

8.5.3.2.Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

8.5.3.3.No caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

8.5.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas para fins de atendimento aos reclames deste instrumento convocatório, será considerado para tanto o prazo descrito no subitem 8.3.2.

8.6. O Pregoeiro **poderá** utilizar as informações referentes à situação jurídica, técnica, financeira e fiscal contidas no CERTIFICADO DE REGISTRO DE FORNECEDORES – CRF, bem como no SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES – SICAF, do sistema COMPRASNET, do Governo Federal, conforme disposto no Ato PGJ nº 236/2008.

8.6.1. Em caso de ausência ou desatualização de informações nos cadastros citados no subitem anterior, poderá o Pregoeiro solicitar documentação complementar que comprove a situação atual da licitante, como forma de atender todos os requisitos de habilitação.

8.7. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

9. DOS ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Qualquer PEDIDO DE ESCLARECIMENTO em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos ou IMPUGNAÇÃO de seus termos deverá ser encaminhado, por escrito, à CPL, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, por meio do fax (92) 3655-0743, ou através do endereço eletrônico *licitacao@mpam.mp.br*, **até o dia 19/10/2021, 2 (dois) dias úteis antes** da data de abertura do Pregão, no horário de expediente da Instituição, de 8 às 14 horas.

9.2.1 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do pregão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.2.2 Acolhida a impugnação, ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

9.2.3 A CPL pode, ainda, após emissão de parecer pela **ASSESSORIA JURÍDICA** da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em face da complexidade da decisão, suspender a data do certame até ulterior deliberação.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. **Declarado o vencedor**, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias consecutivos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 373

assegurada vista imediata dos autos.

10.1.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

10.1.2. Os recursos poderão ser interpostos no protocolo da CPL (endereço no preâmbulo) das 08 às 14 horas, obedecendo aos prazos legais.

10.2. Findo o prazo do item 10.1, o recurso será julgado pelo Pregoeiro, e, negado o provimento, será encaminhado ao Ordenador de Despesas para decisão.

10.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, devendo a decisão mencioná-los expressamente, cabendo à autoridade designar dia, hora e lugar para repetição dos atos, se for o caso.

10.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

10.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito ao recurso.

10.6. O não oferecimento de razões no prazo deste edital fará deserto o recurso.

10.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário de funcionamento do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, isto é, das 8 às 14 horas.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, o **Ordenador de Despesas** adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

11.2. **Homologado o resultado**, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

11.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, proceder-se-á na forma do item 7.10, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.3. Após a homologação deste certame pela **Autoridade Competente**, os envelopes poderão ser devolvidos aos licitantes, mediante requerimento por escrito protocolizado nesta CPL. Os envelopes ficarão em poder da CPL, devidamente

rubricados por todos os licitantes presentes, pelo período de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação da homologação. Ultrapassado o período supra, será providenciada a destruição dos documentos.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o **ESTADO DO AMAZONAS**, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

12.1.1. A sanção referida no subitem 12.1. será aplicada pela Autoridade Competente, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

12.2. **Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido**, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, a Autoridade Competente poderá aplicar ao fornecedor, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência;**

12.2.2. **Multas percentuais,** nos termos estabelecidos neste Edital e no contrato;

12.2.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

12.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei nº. 8.666/93;

12.2.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

12.3. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, as multas aplicadas no item 9 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045** e Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato, segundo a gravidade da falta.

12.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

12.6 As penalidades previstas nos subitens 12.2.3 e 12.2.4 também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

12.7. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

12.8. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.8.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

12.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
12.14. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no **Ato PGJ n.º 187/2021** (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

13. DO PAGAMENTO

13.1. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato a importância total e líquida de **R$ 6.000.000,00 *(seis milhões de reais)***, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, sendo permitido o pagamento do valor em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, e a segunda até 6 (seis) meses após o pagamento da anterior, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

13.2. Em caso de atraso no pagamento, a CONTRATADA deverá pagar à CONTRATANTE a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor de cada parcela a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Além das obrigações compreendias **nos Itens 2, 3, 5, 7 e demais do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, *Anexo I* a este Edital, bem como nas **Cláusulas Nona da Minuta de Contrato,** *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

14.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

14.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045**, Anexo I a este Edital, bem assim a Cláusula Décima do futuro ajuste contratual, *Anexo II*.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

16.2. **A Autoridade Competente** designará o Pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os pregoeiros oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

16.3. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.3.1 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

16.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

16.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo, atingindo o contrato, se posterior à sua celebração.

16.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

16.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

16.7. **Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas**, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes **o prazo de 3 (três) dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou de nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou a desclassificação das empresas.

16.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.9. Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos:

a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045;
b) Anexo II – Minuta do Contrato;
c) Anexo III – Modelo de Procuração/ Credencial;
d) Anexo IV – Modelo de Declaração/ Habilitação;
e) Anexo V – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
f) Anexo VI – Modelo de Proposta.

16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a verificação de suas condições de habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

16.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

16.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação;**

16.16. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital

16.17. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, através de mídia eletrônica a ser fornecida ao interessado através do e-mail licitacao@mpam.mp.br, ou pelos endereços www.mpam.mp.br e www.comprasgovernamentais.gov.br. Caso haja interesse na cópia reprográfica, poderão ser retirados antes da realização desta licitação, mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico do Edital, na proporção de R$ 0,20 (dez centavos) por lauda, na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

16.18. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

16.19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

Manaus (AM), 05 de outubro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1ª

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, terá seu termo final em 07 de novembro de 2021, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da CONTRATADA e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATANTE, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da CONTRATANTE, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

2.2. Para fins de caracterização dos itens acima que detalham o objeto, devem ser tidas em conta as seguintes informações:

2.2.1 Dados referentes à alínea “a”:

a) Sobre a folha de pagamento da PGJ/AM, junho de 2021.

Valor Bruto: R$ 23.325.358,75

Valor Líquido: R$ 15.559.931,96

TABELA 1 - Folha de Pagamento da PGJ/AM por faixa de renda
Mês: junho de 2021

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	219
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	93
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	94
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	111
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	76
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	174
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	30
Acima de R$ 30.000,00	258
Total	**1055**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 383

TABELA 2 - Quantitativo de cargos PGJ/AM
Mês: junho de 2021

Classe	Cargo	Quantidade
Membro	Procurador de Justiça	21
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Inicial	40
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Final	97
Membro	Promotor de Justiça Substituto	19
Servidor	Agente de Apoio	157
Servidor	Agente de Serviço	58
Servidor	Agente Técnico	181
Servidor	Comissionado	108
Servidor	Militar à Disposição	37
Estagiários	Estagiários	186
Inativos	Inativos	79
Pensionistas	Pensionistas	67
Total		**1055**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

b) Sobre consignações na folha de pagamento da PGJ/AM

TABELA 3 - Consignações PGJ/AM, junho de 2021

PERÍODO	QTD/SERVIDOR	VALOR (R$)
JUL / 2020	444	672.846,13
AGO / 2020	449	699.321,82
SET / 2020	446	701.305,44
OUT / 2020	447	695.743,85
NOV / 2020	434	688.888,39
DEZ / 2020	433	684.006,82
JAN / 2021	425	670.171,94
FEV / 2021	419	674.376,58
MAR / 2021	407	651.439,10
ABR / 2021	408	656.034,84
MAI / 2021	415	680.181,64
JUN / 2021	425	683.412,23
Total		8.157.728,78

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

2.2.2 Dados referentes à alínea “b”:

TABELA 4 - Orçamento autorizado e realizado pela PGJ, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	273.598.002,12	270.329.757,27	237.482.095,21	237.479.186,87	243.310.312,73	238.606.353,04	225.610.505,00	115.342.965,16
Outras despesas correntes	86.141.506,05	84.090.211,14	59.112.982,26	58.416.080,32	77.476.032,18	75.393.008,58	63.263.546,88	42.935.059,95
Investimentos	8.096.935,39	7.785.653,81	3.488.021,02	3.468.883,44	2.019.026,69	1.876.145,52	16.125.948,12	343.740,86
Total	**367.836.443,56**	**362.205.622,22**	**300.083.098,49**	**299.364.150,63**	**322.805.371,60**	**315.875.507,14**	**305.000.000,00**	**158.621.765,97**

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 384

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 5 - Orçamento autorizado e realizado pelo FAMP, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	1.291.910,33	0,00	542.578,14	0,00	856.000,00	0,00	416.000,00	0,00
Investimentos	1.938.380,50	0,00	1.091.014,81	0,00	229.000,00	0,00	239.000,00	0,00
Inversões Financeiras	-	-	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	45.000,00	0,00
Total	**3.230.290,83**	**0,00**	**1.733.592,95**	**0,00**	**1.185.000,00**	**0,00**	**700.000,00**	**0,00**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 6 - Orçamento autorizado e realizado pelo PROVITA, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**

Dados até 08/07/2021 (*parcial de 09/07/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

Obs.: No Provita, os valores das colunas “previsto” (autorizado final/ano), nos encerrados de 2018 a 2020, se encontram com registro zero (R$ 0,00) no Relexeorc, visto que a UG repassou integralmente(destacou) seu orçamento para execução pela PGJ, e nesta UG foi incorporado.

2.3 DOS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA

2.3.1 A CONTRATADA deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça (pessoa jurídica):

a) Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela Instituição Financeira.

b) Abertura e manutenção de contas correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c) Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

d) Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da CONTRATANTE, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (internet), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da ProcuradoriaGeral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e) Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses do Órgão, observando as recomendações do Banco Central do Brasil relativas às aplicações de recursos públicos.

f) Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/ProcuradoriaGeral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 05 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 02 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. André Araújo, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 01 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da CONTRATANTE;

f.1) A CONTRATADA terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea ‘f’ supra.

f.2) O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário e demais terminais de caixa eletrônico será de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da aprovação do projeto e liberação do espaço pela CONTRATANTE, prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 385

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "g".

f.4) A CONTRATADA deverá assinar Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5) As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela instituição vencedora, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "g".

2.4 DOS SERVIÇOS – PESSOA FÍSICA

2.4.1 A CONTRATADA deverá oferecer os seguintes produtos e serviços para pessoas físicas, compreendendo membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:

a) Abertura e manutenção de contas salários, contas correntes e contas poupanças em nome dos correntistas, sem custos.

b) Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1 05 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2 02 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3 02 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4 Transferências de recursos entre contas da própria CONTRATADA;

b.5 05 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização.

b.7 01 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de conta salário, conta corrente e poupança.

c) Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d) Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, com prazos de até 120 (cento e vinte) meses, para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATADA e em conexão com o previsto na alínea "a" do item 2.1.

e) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

f) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

g) Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

2.4.2 Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS e a CONTRATANTE anteriormente a assinatura do contrato.

2.4.3 Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

2.4.4 Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

2.4.5 Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos no presente tópico, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB.

2.5 A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da CONTRATADA, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

3. DA CONTRAPARTIDA

3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, podendo ser creditado em no máximo duas parcelas, de modo que a primeira seja paga em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, e a segunda em até 06 (seis) meses após o pagamento da primeira, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Na fase pertinente do certame, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

4.1.2 Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 386

5.1 O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

5.1.1 Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da CONTRATADA, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

5.1.2 A indenização referida no item anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.

5.2 A CONTRATADA deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e on line, através da rede mundial de computadores internet, sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3 A Instituição Financeira CONTRATADA deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da CONTRATANTE, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

5.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da Procuradoria-Geral de Justiça que regular a matéria.

5.5 Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).

5.6 Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a CONTRATADA.

6. DO TERMO DE CESSÃO DE USO

6.1 A Cessão de Uso de que trata o presente Termo de Referência será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário, o qual não poderá ser destinado à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.2 A CONTRATANTE deverá permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

6.3 A Cessão de Uso de que trata o presente instrumento terá o mesmo prazo de vigência do contrato, nos termos estabelecidos no subitem 5.1. 6.4 Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela CONTRATADA, esta deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis;

6.5 A CONTRATANTE poderá revogar a Cessão de Uso

6.5.1 Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela CONTRATADA;

6.5.2 Por razão de interesse público que assim o justifique.

6.6 A denúncia da Cessão de Uso poderá ser feita pela CONTRATADA nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.

6.7 Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a CONTRATADA, terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do local.

6.8 As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da CONTRATANTE, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste instrumento, de acordo com as cláusulas contratuais e disposições legais e regulamentares cabíveis, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas.

7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.

7.3 A CONTRATADA deverá designar agência bancária localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.

7.4 A CONTRATADA promoverá, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, com coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da CONTRATANTE.

7.5 A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização dos mesmos.

7.6 A CONTRATADA deverá efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços.

7.6.1 Deverá solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da CONTRATANTE, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da CONTRATANTE.

7.6.2 A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.6.3 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7.7 A CONTRATADA deverá assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.7.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à CONTRATANTE responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 387

mesmos, por qualquer razão.

7.7.2 A CONTRATADA deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

7.8 A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que esta julgar necessário.

7.9 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da CONTRATANTE, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE.

7.9.1 Deverá responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

7.10 A CONTRATADA deverá informar aos BENEFICIÁRIOS interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na CONTRATADA todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.

7.11 Deverá realizar cruzamento dos números de CPF informados pela CONTRATANTE com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo BENEFICIÁRIO já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.

7.12 Deverá disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos BENEFICIÁRIOS.

7.13 Deverá manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à CONTRATANTE, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da CONTRATANTE e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.

7.14 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.

7.15 Caso ocorra do crédito do salário não estar disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da CONTRATANTE.

7.16 Comunicar à CONTRATANTE, até o 1º (primeiro) dia subsequente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.

7.17 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.

7.18 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

7.19 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.

7.20 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

7.21 A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.

7.21.1 A CONTRATADA deverá arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

7.22 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.

7.23 A CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades em dias de expediente da CONTRATANTE, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a CONTRATADA deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

7.23.1 O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante prévio entendimento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

7.23.2 Nos dias estabelecidos pela CONTRATANTE como os dias de pagamento de seus membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo dois funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

7.23.3 A CONTRATADA deverá executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

7.24 A CONTRATADA deverá executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

7.25 A CONTRATADA se obriga a manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada, à CONTRATADA, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

7.26 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

7.26.1 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, uma vez que inexiste qualquer vinculação da CONTRATADA com esta Instituição Ministerial em relação a essas obrigações.

7.26.2 Além dos encargos pertinentes, será responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à CONTRATANTE ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.27 A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

7.28 A CONTRATADA ficará obrigada a manter-se, durante o período do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na futura licitação, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 388

7.29 A CONTRATADA deverá aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

7.30 A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.30.1 A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, sub-empreiteiros ou quaisquer outros.

7.23 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ-AM:

8.1 Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.

8.2 Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas.

8.3 Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à CONTRATADA. Comissão Permanente de Licitação EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ Av. Coronel Teixeira, 7.995. Nova Esperança. Cep.: 69037-473. Fone-Fax: (92) 3655-0701/0743.

8.4 Colocar à disposição da CONTRATADA a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, livre e desembaraçada e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.

8.5 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devam ser interrompidas.

8.6 Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.

8.7 Permitir o acesso do pessoal autorizado da CONTRATADA para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.

8.8 Permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

8.9 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições da presente contratação.

9.2. Conforme o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, na hipótese da CONTRATADA, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da presente contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato/objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, e no Edital e das demais cominações legais.

9.3 Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na seção de penalidades deste Termo de Referência:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da CONTRATANTE para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da CONTRATANTE, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, com as especificações constantes no edital e no contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2) executar o serviço inerente ao objeto contratado com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

e.4) apresentar documentação falsa;

e.5) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7) fornecer declaração falsa;

e.8) cometer fraude fiscal;

e.9) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA não cumprir os as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital e do contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 389

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.4 O descumprimento, pela CONTRATADA, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à CONTRATANTE judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

9.4.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Terceira – Da Contrapartida.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela FISCALIZAÇÃO e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria CONTRATANTE.

10. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis à espécie, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e integra o procedimento interno respectivo.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 04/10/2021, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 04/10/2021, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 04/10/2021, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 04/10/2021, às 13:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 04/10/2021, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0704361** e o código CRC **C98036CB**.

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2021 - MP/PGJ

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a instituição financeira _____, visando à prestação de serviços bancários.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. **Géber Mafra Rocha**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 07300891 - SSP/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 384.778.582-68, e a instituição financeira _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, com sede na _____, CEP _____, neste ato representada legalmente pelo _____, residente e domiciliada na _____, CEP _____, portadora do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2021.011045**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços bancários através de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, doravante denominada **CONTRATADA**, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assim como o assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, o pagamento de seus fornecedores e demais credores, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, detalhados conforme as especificações seguintes, além daquelas descritas nos termos do _____ e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, que fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da **CONTRATANTE**, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da **CONTRATADA** e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE**, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

MINUTA

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** deverá ofertar, no mínimo, os seguintes produtos e serviços para a **CONTRATANTE (pessoa jurídica):**

a. Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela **CONTRATADA**.

b. Abertura e manutenção de contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c. Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal..

d. Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da **CONTRATANTE**, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (*internet*), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.), a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e. Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez, de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses da **CONTRATANTE**, observando as recomendações do Banco Central do Brasil, relativas às aplicações de recursos públicos.

f. Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 5 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 2 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na Av. André Araújo, Aleixo; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 1 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da **CONTRATANTE**, com observância das seguintes condições e àquelas previstas na Cláusula Sexta – Da Cessão de Uso:

f.1. A **CONTRATADA** terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra.

f.2. O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e demais terminais de caixa eletrônico será de até **15 (quinze) dias corridos**, a contar da ciência à **CONTRATADA** da aprovação do projeto e liberação dos espaços pela **CONTRATANTE,** prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3. A **CONTRATADA** poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de auto-atendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea"g".

f.4. As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela **CONTRATADA**, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO.

f.5. A **CONTRATADA** deverá assinar o Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.6. Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da **CONTRATANTE**, correrão às custas da **CONTRATADA**, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "g".

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para as **pessoas físicas**, compreendendo **membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:**

a. Abertura e manutenção de contas-salário, contas-correntes e contas-poupança em nome dos correntistas, sem custos.

b. Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1. Emissão de 5 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2. Emissão de 1 (um) extrato semanal impresso em terminal eletrônico;

b.3. Emissão de 2 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

MINUTA

b.4. Emissão de 2 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.5. Realização de 5 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6. Realização de transferências de recursos entre contas da própria **CONTRATADA**;

b.7. Crédito do pagamento para beneficiário que estiver lotado em município em que não haja atendimento bancário pela **CONTRATADA**, a ser feito em qualquer instituição bancária por ele indicada;

b.8. Emissão de 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização;

b.9. Fornecimento de 1 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de contas-salário, contas-correntes e poupança.

c. Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d. Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, **com prazos de até 120 (cento e vinte) meses,** para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE** e em conexão com o previsto na alínea "a" da Cláusula Segunda – Do Detalhamento do Objeto.

e. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.

f. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.

g. Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

Parágrafo primeiro. Não estão abrangidos pelo presente instrumento quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os **BENEFICIÁRIOS** e a **CONTRATANTE** anteriormente à assinatura deste.

Parágrafo segundo. Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

Parágrafo terceiro. Quaisquer outros serviços não previstos nesta cláusula não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos na presente cláusula, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB (Banco Central do Brasil).

Parágrafo quinto. A **CONTRATANTE,** seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da **CONTRATADA**, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça da **CONTRATANTE** instaladas, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste contrato.

Parágrafo sétimo. Fica designada pela **CONTRATADA** a Agência _____, localizada na _____, Manaus/AM, como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à **CONTRATANTE**, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á indiretamente pela **CONTRATADA**, sob o regime empreitada por preço global, selecionada por meio do _____, no qual constam todas as informações técnicas necessárias e suficientes à perfeita caracterização de seu objeto, conforme os autos do **PROCESSO**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

MINUTA

a. Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e seus anexos, além das obrigações assumidas nos documentos constantes do Processo SEI n.º 2021.011045;

b. Proposta firmada pela **CONTRATADA** em _____, dirigida à **CONTRATANTE**, contendo o valor global dos serviços a serem prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATADA** prestará à **CONTRATANTE** e aos **BENEFICIÁRIOS** os serviços de pagamento, nos termos das cláusulas e condições a seguir descritas, as quais ficam expressamente ratificadas e aceitas pelas partes para todos os fins e efeitos de direito.

I. A **CONTRATADA** deverá ter sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e *on line,* através da rede mundial de computadores (*internet*), sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da **CONTRATADA**.

II. A **CONTRATADA** deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da **CONTRATANTE**, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

III. Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas-correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da **CONTRATANTE**, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Fica desde já estabelecido que a **CONTRATADA** não é responsável nem garantidor dos compromissos firmados pela **CONTRATANTE**, comprometendo-se apenas à prestação de serviço mediante disponibilização de recursos suficientes para honrar os compromissos relativos à folha de pagamento dos funcionários da **CONTRATANTE**, nos moldes deste contrato.

Parágrafo segundo. A **CONTRATANTE** assume integral responsabilidade, na forma da lei e perante os órgãos fiscalizadores, pela necessária observância das regras aplicáveis à presente contratação, no tocante aos seus aspectos formais, orçamentários e contábeis e pela adequada aplicação dos recursos desembolsados pela **CONTRATADA** na forma prevista na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – desta avença.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATANTE** não se responsabiliza direta ou indiretamente, seja de forma solidária ou subsidiária, por qualquer transação, débito, empréstimo ou quaisquer outras operações realizadas com os **BENEFICIÁRIOS**, assumindo a **CONTRATADA** risco integral das operações.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO DE USO:

A cessão de uso de que trata o presente contrato será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico, não podendo a referida cessão ser destinada à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no presente instrumento contratual.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATANTE** deverá permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico.

Parágrafo segundo. A cessão de uso de que trata a presente cláusula terá prazo de **60 (sessenta) meses**, nos mesmos termos daqueles estabelecidos na Cláusula Décima Quinta – Da Vigência – deste ajuste, com eficácia a contar de sua assinatura.

Parágrafo terceiro. Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela **CONTRATADA**, esta deverá comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis.

Parágrafo quarto. A **CONTRATANTE** poderá revogar a cessão de uso, nos seguintes casos:

a. Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela **CONTRATADA**;

b. Por razão de interesse público que assim o justifique.

Parágrafo quinto. A denúncia da cessão de uso poderá ser feita pela **CONTRATADA** nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto. Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a **CONTRATADA** terá o prazo de **15 (quinze) dias** corridos para entrega do local onde estiver instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB.

MINUTA

Parágrafo sétimo. As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas pela **CONTRATADA** deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da **CONTRATANTE**, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FACULDADE DE TRANSFERÊNCIA DOS CRÉDITOS:

A **CONTRATADA** deve assegurar, **sem ônus** para os membros e servidores da **CONTRATANTE**, a faculdade de **transferência (portabilidade)**, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade daqueles, por eles livremente abertas em outras instituições financeiras, observadas as regras do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** se obrigará a ressarcir e/ou reparar os danos porventura causados aos **BENEFICIÁRIOS** em vista do atraso nos pagamentos previstos na presente cláusula, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e possível penalização, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo do que dispõem os parágrafos sétimo e oitavo da Cláusula Décima Sexta – Das Penalidades e Sanções.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, do Edital do Pregão Presencial n.º 5.002/2016 - CPL/MP/PGJ e ainda:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e prestação dos serviços, bem como indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
3. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos.
4. Realizar reuniões com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços.
5. Informar à Administração Superior, com antecedência mínima de 12 (doze) meses, visando ao posicionamento decisório desta, o término do contrato, instruindo-a com os elementos necessários, inclusive pesquisas e análises pertinentes, fundamentando o seu conteúdo e, caso cabível, emissão do correlato Termo de Referência.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, exigindo a sua regularização, durante a vigência do contrato.
8. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
10. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
11. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
12. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
13. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura deste instrumento**, comunicar, formalmente, nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone, sendo consideradas

MINUTA

como suficientes, se feitas por qualquer outro meio que comprove o recebimento.

Parágrafo quinto. No decorrer da vigência deste instrumento não serão levadas em consideração as comunicações verbais entre as partes, ressalvadas as recomendações mais simples ou aquelas de urgência ou emergência.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá à **CONTRATADA**:

1. Dar plena e fiel execução dos serviços contratados, obrigando-se a cumprir todos os compromissos constantes neste contrato, em sua proposta comercial, bem como o previsto no Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e anexos, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas, observadas as disposições legais e regulamentares vigentes.
2. Cumprir tempestiva e corretamente as disposições deste contrato, no que concerne aos serviços listados na Cláusula Primeira, oferecendo-os aos **BENEFICIÁRIOS**, nos requisitos mínimos previstos neste termo, bem como disponibilizar outros serviços em idênticas condições às ofertadas aos demais clientes da **CONTRATADA** e qualidade compatível com o mercado.
3. Arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização de tais serviços.
4. Efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços, assumindo inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.
5. Responsabilizar-se pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, bem como, pela segurança pessoal e eletrônica de seus caixas eletrônicos e PAB's, arcando com as despesas necessárias à prevenção de incêndio, assaltos, roubos, estragos e prejuízos de qualquer natureza, visando à garantia e à proteção de seus bens, não cabendo à **CONTRATANTE** responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização de tais bens.
6. Encaminhar à **CONTRATANTE**, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da **CONTRATANTE**, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da **CONTRATANTE**.
7. Solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da **CONTRATANTE**, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da **CONTRATANTE**.
8. Manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.
9. Promover, sem custos, no prazo de **15 (quinze) dias corridos** a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, através de coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da **CONTRATANTE**.
10. Informar aos **BENEFICIÁRIOS** interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na **CONTRATADA** todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.
11. Realizar cruzamento dos números de CPF informados pela **CONTRATANTE** com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo **BENEFICIÁRIO** já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.
12. Disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos **BENEFICÁRIOS**.
13. Disponibilizar sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e *on line*, sendo que todas as despesas de adaptação, se necessárias, correrão por conta da **CONTRATADA**.
14. Manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à **CONTRATANTE**, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da **CONTRATANTE** e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.
15. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
16. Comunicar à **CONTRATANTE**, até o 1º (primeiro) dia subseqüente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.

MINUTA

17. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, mantendo sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da **CONTRATANTE**, sendo vedada, à **CONTRATADA**, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

18. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços.

19. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.

20. Responder integralmente por perdas e danos que causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, na forma dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras cominações pactuadas neste contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.

    a. Indenizar a **CONTRATANTE** por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários e/ou fornecedores, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

    b. Quando o crédito do salário não estiver disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da **CONTRATADA**, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**.

21. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da **CONTRATANTE**.

22. Prestar à **CONTRATANTE** esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a prestação de serviços, independente de solicitação, bem como aqueles necessários à compreensão e à adequada utilização dos serviços colocados à disposição da **CONTRATANTE**.

23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

24. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

25. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

26. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos que **comprovem** estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, sempre que solicitados pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

27. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

28. Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

29. Desenvolver suas atividades em dias de expediente da **CONTRATANTE**, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a **CONTRATADA** deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

    a. O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, por escrito, mediante prévio entendimento entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA.**

    b. Nos dias estabelecidos pela **CONTRATANTE** como os dias de pagamento aos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo, 2 (dois) funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

30. Executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

31. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução de quaisquer obrigações objeto deste contrato, assim como toda e qualquer irregularidade

MINUTA

observada em suas avaliações, tão logo sejam detectadas, para que sejam adotadas as providências cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários.

32. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.
33. Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.
34. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
35. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE**.
36. Permitir o acesso da **CONTRATANTE**, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que julgar necessário.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da **CONTRATANTE** que regulamenta a matéria.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça.
2. fornecer a relação da folha de pagamento e determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à **CONTRATADA**.
3. colocar à disposição da **CONTRATADA** a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como àquelas destinadas aos terminais de caixa eletrônico, livre e desembaraçado e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.
4. assegurar à **CONTRATADA** que, durante a vigência deste contrato:
    a. O Posto de Atendimento Bancário – PAB, que venha a ser instalado e/ou mantido nas instalações da **CONTRATANTE** não poderá ser substituído por unidades de outras instituições financeiras;
    b. O direito de se instalar terminais de caixa eletrônico em outras unidades que venham a ser criadas pela **CONTRATANTE** e/ou nas que, embora já existentes na data de assinatura deste contrato, ainda não disponham daqueles.
5. permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.
6. acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidas.
7. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.
8. anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
9. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

MINUTA

10. permitir o acesso do pessoal autorizado da **CONTRATADA** para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.
11. exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.
12. manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito, proporcionando-lhe todas as facilidades para que possa desempenhar seus serviços.

Parágrafo único. Considerando o caráter de exclusividade dos serviços mencionados neste contrato, a **CONTRATANTE** compromete-se a, no prazo de **até 30 (trinta) dias úteis**, a contar da data de início da vigência deste instrumento, podendo ser prorrogado, por justo motivo e/ou mediante acordo entre as partes, promover a definitiva e completa transferência para a **CONTRATADA** dos serviços que, na data da assinatura deste contrato, estejam sendo prestados por outras instituições financeiras. Essa transferência deverá ser precedida de entendimentos entre as partes, ficando consignados em instrumentos específicos os respectivos termos de prestação de serviços, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ADEQUAÇÕES DE SISTEMAS E PROCESSOS

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se, mutuamente, a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a perfeita manutenção dos controles, de modo a permitir que qualquer das partes possa, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:

Em razão dos termos ajustados no presente contrato, a **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato a importância total e líquida de **R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)**, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, sendo permitido o pagamento do valor em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, e a segunda até 6 (seis) meses após o pagamento da anterior, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar à **CONTRATANTE** a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor de cada parcela a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo segundo. Os juros moratórios previstos no parágrafo primeiro serão calculados, *pro rata die*, e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula:

EM = I x N x V

Onde:

EM = encargos moratórios

I = índice de 0,000328767 (correspondente à taxa anual de 12% (12/100)/365)

N = Número de dias entre a fixada para pagamento e a data de efetivo pagamento;

V = Valor em atraso.

Parágrafo terceiro. Fica estabelecido entre as partes que a **CONTRATADA NÃO RECEBERÁ** qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais pelos serviços objeto deste instrumento ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS ALTERAÇÕES:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes, inclusive aquelas relativas às regulamentações futuras e demais critérios operacionais que se fizerem necessários à sistemática dos serviços, dentre as quais, os respectivos prazos para sua realização, para que o contrato não venha a sofrer solução de continuidade.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

MINUTA

O presente contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

Parágrafo único. O ajuste poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, atendidas as condições do § 4° do art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e mediante remuneração proporcional ao valor previsto na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – deste contrato, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, em conformidade com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital, nos seguintes valores:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da **CONTRATANTE** para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da **CONTRATANTE**, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1.) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste contrato, com as especificações constantes no edital e neste contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2.) executar o serviço inerente ao objeto do contrato com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3.) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

e.4.) apresentar documentação falsa;

e.5.) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6.) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7.) fornecer declaração falsa;

e.8.) cometer fraude fiscal;

e.9.) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** não cumprir os itens do edital e deste contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou

MINUTA

Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela **CONTRATANTE**, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. O descumprimento, pela **CONTRATADA**, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à **CONTRATANTE** judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Sétima – Da Faculdade de Transferência dos Créditos.

Parágrafo oitavo. O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, ressalvas as hipóteses de inexecução total ou parcial de seu objeto, como também a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8.666/93, as quais se aplicarão para ambas as partes, no que couber, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo primeiro - Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a V; VII a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto a esta, o previsto no inciso XVII supramencionado.

Parágrafo segundo. Não será motivo de rescisão deste contrato, a ocorrência de uma ou mais das hipóteses contempladas no inciso VI, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja a comunicação prévia à **CONTRATANTE**, observadas as disposições da Cláusula Vigésima Primeira – Da Cessão.

Parágrafo terceiro. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**, precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo quarto. O presente contrato poderá ser rescindido judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quinto. Além das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8666/93, a **CONTRATANTE** poderá promover a rescisão deste contrato, se a **CONTRATADA, injustificadamente**:

a. Não observar qualquer prazo estabelecido neste contrato e seus anexos;
b. Não observar o nível de qualidade usual propostos para a execução dos serviços ora descritos;
c. Ceder ou transferir, total o parcialmente, este contrato, seus direitos ou obrigações, a terceiros, sem prévia anuência da **CONTRATANTE,** nos termos da Cláusula Vigésima Segunda – Da Cessão;

Parágrafo sexto. Em caso de rescisão contratual por iniciativa da **CONTRATANTE**, e desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal**,** a **CONTRATANTE** obriga-se a indenizar a **CONTRATADA**, proporcionalmente ao prazo restante para o término do contrato, em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes para sua expiração, devidamente corrigido, pelo IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, e sem prejuízo aos dispositivos legais previstos na Lei n.º 8.666/93**, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.**

Parágrafo sétimo. Na hipótese de rescisão deste contrato, a continuidade do pagamento das consignações assumidas pelos **BENEFICIÁRIOS** que possuam empréstimos não quitados até a data do evento, será mantida na **CONTRATADA**, durante o período necessário para a liquidação das aludidas operações de crédito, devendo, outrossim, ser providenciada a celebração de ajuste para este fim.

MINUTA

Parágrafo oitavo. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, **CAUCIONAR** ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono. Em caso de descumprimento, total ou parcial, dos termos deste contrato pela **CONTRATADA**, poderá a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, denunciá-lo ou rescindi-lo, ficando, neste caso, a **CONTRATANTE** desobrigada de ressarcir à **CONTRATADA** os recursos investidos, observado os procedimentos administrativos necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA REPARAÇÃO DE DANOS

Obrigam-se as partes a reparar todo e qualquer dano a que derem causa por culpa ou dolo, na execução dos serviços objeto deste contrato, até o limite do valor do dano material, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde a data da ocorrência do fato até a data de seu efetivo ressarcimento, ressalvados os casos fortuitos e/ou de força maior, tais como greves, proibições ou interdições de tráfego, inundações e demais eventos da natureza, sem prejuízo de outras penalidades e responsabilidades previstas na legislação em vigor e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do contrato, não constituirá novação ou representará renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado conforme Cláusula Vigésima Primeira – Da Publicação.

Parágrafo primeiro. O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

Parágrafo segundo. O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, cabendo à **CONTRATADA** indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do contrato.

Parágrafo terceiro. O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

a. Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade pregão;
b. Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
c. Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
d. Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
e. Demais regulamentações referentes aos serviços bancários e por outras legislações aplicáveis à espécie.

MINUTA

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERÇA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da XXXXXXXXXXXXXXX

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 01/10/2021, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0702341** e o código CRC **9312A067**.

MINUTA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO/ CREDENCIAL

OUTORGANTE

Qualificação (nome, endereço, razão social, etc)

OUTORGADO

Representante devidamente qualificado

OBJETO

Representar a Outorgante no **Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ**;

PODERES

Apresentar documentação e proposta, participar de sessões públicas de abertura de propostas e de documentos de habilitação, oferecer lances verbais, assinar ata, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, prestar declaração, assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____,_____ de _____ de 2021.

EMPRESA
CARGO E NOME

OBSERVAÇÃO:

Se particular, a procuração será elaborada em papel timbrado da licitante e assinada por representantes legais ou pessoa devidamente autorizada. Será necessário comprovar a legitimidade do Outorgante para fazer a declaração acima.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO/ HABILITAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 2.2.,** para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2.Sob as penas da Lei, os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

3. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação;

4. Não possuo em meu quadro de pessoal, não utilizarei, nem manterei relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

5. A empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

6. A prestação dos serviços da proposta estará sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;

7.A empresa cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;

8. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

9. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

10. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Cidade (UF),_____ de _____ de 2021.

_____

EMPRESA

Representante legal da empresa

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade (UF), ____ de _____ de 2016.

_____

Representante legal do licitante, com identificação completa

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no edital do **Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA:**

Item	Descrição	Preço Total
1	Prestação de serviços bancários, compreendendo o gerenciamento dos recursos financeiros da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, o processamento do pagamento da folha de pessoal de membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas, a concessão de créditos consignados para estes e pagamentos de demais credores do órgão, dentre outros serviços, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.	R$ *(valor por extenso)*

A _____(*nome da Instituição Bancária)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

- **Prazo de validade da proposta: _____**
- **Dados dos 3 (três) <u>principais integrantes</u> do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.
- **Designação da agência bancária** localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

<u>DECLARAÇÕES:</u>

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

Edital de Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (0705714) SEI 2021.011045 / pg. 409

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 2.2.,** para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2.Sob as penas da Lei, os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

3. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação;

4. Não possuo em meu quadro de pessoal, não utilizarei, nem manterei relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

5. A empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

6. A prestação dos serviços da proposta estará sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;

7.A empresa cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;

8. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

9. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

10. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

com relação a estes fatos narrados.

Diante de tal cenário, com fundamento no artigo 23-A, Inciso I, da Resolução 006/2015, do Conselho Superior do Ministério Público do Amazonas – CSMP/AM, DETERMINO O ARQUIVAMENTO PARCIAL da NOTÍCIA DE FATO cível.

Art. 23-A. A Notícia de Fato será arquivada quando: (Redação dada pela Resolução n.º 065/2019-CSMP)

I – o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado; (Redação dada pela Resolução n.º 065/2019-CSMP)

À Secretária desta Promotoria de Justiça, para realizar os procedimentos de praxe.

No que diz respeito aos fatos referentes ao aluguel de imóvel do Sr. Wilson Moreira, genitor de Isonete Costa Moreira, através de dispensa de licitação n. 056/2017 e ao aluguel e manutenção do veículo FIAT TORO FREEDOM AT de placas PHD-1139 – Proprietária ANA KAROLINA DO N. PINHEIRO, que fica em posse de ISONETE COSTA MOREIRA e seus familiares, o noticiante trouxe novos documentos que demonstram possível irregularidades no procedimento de dispensa e no desvio de finalidade no aluguel do veículo, o que pode configurar, em tese, eventual improbidade administrativa, sendo necessário adoção de medidas de âmbito extrajudicial para instruir o feito.

Ante o exposto, DETERMINO:

1. Publique-se extrato da decisão de arquivamento parcial no Diário Oficial do Ministério Público, nos termos do que dispõe o §2º, inciso I, do art. 13 da Resolução 006/2015 – CSMP;

2. Cientifique-se o noticiante, preferencialmente por meio eletrônico, como prevê o art. 18, §1. °, da Resolução n. 006/2015-CSMP, informando-lhe acerca da possibilidade de interposição de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 20 da mencionada Resolução;

3. Seja oficiada a Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, com cópia dos documentos de Mov. n.1 e deste despacho, solicitando o encaminhamento de resposta sobre a situação narrada na denúncia quanto ao aluguel de imóvel do Sr. Wilson Moreira, genitor de Isonete Costa Moreira (que na verdade seria de propriedade do Sr. Sebastião Dias da Silva Filho (ex-vice prefeito), através de dispensa de licitação e sobre o aluguel e manutenção do veículo FIAT TORO FREEDOM AT de placas PHD-1139 – Proprietária ANA KAROLINA DO N. PINHEIRO, que fica em posse de ISONETE COSTA MOREIRA e seus familiares (em verdadeiro desvio de finalidade), encaminhando-se ainda cópia da DISPENSA n. 056/2017 e da documentação referente ao aluguel do veículo acima mencionado, ao Ministério Público. Conceda o prazo de 10 dias para resposta;

Serve o presente despacho como ofício.

Cumpra-se.

Benjamin Constant/AM, 04 de outubro de 2021.

ERIC NUNES NOVAES MACHADO

Promotor de Justiça

INTIMAÇÃO DE PROMOTORIA Nº 2021/0000073684

AVISO DE ARQUIVAMENTO

Notícia de Fato nº 040.2021.000351 PJ-BC

Benjamin Constant/AM, 05 de outubro de 2021.

O Ministério Público do Estado do Amazonas, por seu Promotor de Justiça in fine assinado, nos do art. 23-A, inciso I, e art. 18, § 1º, aplicado por analogia, da Resolução N.º 006/2015-CSMP, tendo em vista a não localização da noticiante, vem CIENTIFICAR Sebastião Dias da Silva Neto, parte interessada em Notícia de Fato nº 040.2021.000351 PJ-BC, acerca do DESPACHO de mov. 10, que determina o arquivamento parcial da presente notícia de fato.

Por oportuno, informo a possibilidade de interposição de recurso contra o despacho acima citado ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente, conforme disposto no art. 20, caput, da Resolução nº 006/2015-CSMP.

ERIC NUNES NOVAES MACHADO
Promotor de Justiça Substituto

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2021.011045

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

ABERTURA: 22/10/2021, às 9h. (horário LOCAL).

LOCAL: Edifício-sede, Avenida Coronel Teixeira n.º 7995, Nova Esperança II, Manaus-AM. CEP.: 69.037-473.

ENTREGA DO EDITAL: a partir do dia 07/10/2021 pelo endereço: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento ou Portal de Compras do Governo Federal no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0743 (Whatsapp Business) ou pelo e-mail institucional licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 5 de outubro de 2021.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação DOMPE - Ed. 2228 - 05.10.2021 (0705875) SEI 2021.011045 / pg. 412

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 – DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2021-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2021.007767

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC ANALÓGICO, NAS MODALIDADES LOCAL, CAPITAL E INTERIOR, por prazo de 12 (doze) meses, para atender a Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas – PGJ/AM e suas unidades jurisdicionadas, de acordo com as especificações técnicas e detalhamentos constantes do Termo de Referência e na forma das demais disposições previstas em lei.

ABERTURA: 22/10/2021, às 10h. (horário de Brasília).

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 07/10/2021.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0743 (WhatsApp Business) ou pelo e-mail institucional licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 05 de outubro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 – DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

ATOS DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 294/2021/DRH

A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições e, CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI nº 2021.014470,

RESOLVE:

DESIGNAR a estagiária KASSIA MIRELA SILVA DE OLIVEIRA, a partir de 06/10/2021, para exercer suas atribuições junto a(o) Promotoria de Justiça de Eirunepé.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), 05 de outubro de 2021

DMES BRITO DE SOUZA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 295/2021/DRH

A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições e, CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI nº 2020.023133,

RESOLVE:

DESIGNAR a estagiária THIELLY DE LIMA MONTEIRO, a partir de 06/10/2021, para exercer suas atribuições junto a(o) Promotoria de Justiça de Boca do Acre.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), 05 de outubro de 2021

DMES BRITO DE SOUZA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

REQUERIMENTO Nº 146665/2021

Interessado: Rodrigo Augusto Melo de Carvalho
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período de 08/09/2022 a 09/09/2022, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2016, perfazendo o total de 2 dia(s) de dispensa.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 147930/2021

Interessado: Rodrigo Augusto Melo de Carvalho
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) servidor(a) em epígrafe, relativos ao período aquisitivo 2019, originalmente previstas para o período de 18/10/2021 a 27/10/2021, para fruição no período de 07/03/2022 a 16/03/2022.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 148110/2021

Interessado: Adryelle Valeria da Silva e Silva
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) servidor(a) em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2021, para fruição no período de 08/11/2021 a 17/11/2021.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 148456/2021

Interessado: Luis Antônio Abreu da Silva
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período no dia 19/11/2021, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2017, perfazendo o total de 1 dia(s) de dispensa.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 148581/2021

Interessado: Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) servidor(a) em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2019, para fruição no período de 18/10/2021 a 27/10/2021.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 148641/2021

Interessado: Juliana Tuji Lima
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período no dia 03/11/2021, em compensação aos serviços prestados à

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

93320 - ESTADO DO AMAZONAS
925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05001/2021-000

1 - Itens da Licitação

1 - Prestação de serviços bancários

Descrição Detalhada: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 1

Unidade de Fornecimento: Unidade

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (1)

Relação de Itens de Licitação COMPRASNET (0706372) SEI 2021.011045 / pg. 414

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação/Dispensa

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

06/10/2021 11:46:28

Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) na data de 07/10/2021.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 93320 - ESTADO DO AMAZONAS

UASG Responsável: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Modalidade de Licitação: Pregão

Nº da Licitação: 05001/2021

Forma de Realização: Presencial

Característica: Tradicional

Nº do Processo: 2021.011045

Tipo de Licitação: Menor Preço

Quantidade de Itens: 1

☐ Equalização de ICMS ☐ Internacional

Objeto

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão

Data da Divulgação: 07/10/2021

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 07/10/2021 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 22/10/2021 às 10:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

Publicação Aviso COMPRASNET - 06.10.2021 (0706373) SEI 2021.011045 / pg. 415

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS
PODER EXECUTIVO

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2021/SRP. PARTES SIGNATARIAS: Prefeitura Municipal de Maués, CNPJ nº 04.282.869/0001-27, e as empresas: UPLINK ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n°. 15.183.160/0001-90, estabelecida na Avenida Doutor Theomario Pinto da Costa, nº 811, Sala 1710, Edifício Skye Platinum Office, Bairro Chapada, CEP nº 69.050-055, Cidade Manaus – Estado Amazonas, vencedora do item 01 totalizando o valor global de R$ 3.048.000,00 (três milhões e quarenta e oito mil reais). OBJETO: Registro de Preços para eventual Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços Especializados na Área de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Maués/AM. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar a partir de sua assinatura; DATA DE ASSINATURA: 06/10/2021.

Maués/AM, 06 de outubro de 2021.
CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal de Maués/AM

Tornada pública por afixação na sede da Prefeitura, conforme a Lei Orgânica do Município de Maués.

COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE MANAUS

MINISTÉRIO DA **DEFESA**

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço nº 14/BAMN/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para obra de troca de vidros trincados da torre de controle do DTCEA - EG, em proveito do CINDACTA IV, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. DATA E HORA DE ABERTURA: **25 de Outubro de 2021**, às 09h00min (hora local de Manaus/AM) na Base Aérea de Manaus, endereço: Av. Rodrigo Otávio, 770, Bairro Crespo, Manaus/AM. Total de itens licitados: 01 item. Retirada do Edital: a partir de **07/10/2021, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br** ou no mesmo endereço supracitado de segunda à quinta-feira das 08h30min às 12:30h e das 13:30 à 15h30, e às sextas-feiras das 08h às 11h. Informações pelo telefone: (92) 3614-1594.

MARCOS AFONSO DE CARVALHO QUINTELLA CEL AV
Ordenadora de Despesas

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação – CPL - da Prefeitura Municipal de Lábrea torna público a data da sessão para abertura dos envelopes do seguinte certame:

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021-CPL

Objeto: "REFORMA NA PRAÇA CORONEL LABRE, LOCALIZADA NA AV. CORONEL LUIZ GOMES - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE LÁBREA"
Data da abertura de envelopes: 25 de Outubro de 2021. Hora: 09:00.
Regência legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Portaria Interministerial nº 424/2016, Decreto nº 6.170/2007, outras leis correlatas e as condições adiante estabelecidas neste Edital.
Informações: Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua 22 de Outubro, 1888, Centro - Lábrea - AM.

Lábrea/AM, 06 de Outubro de 2021.
JOSÉ VALTER PIRES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

IPAAM

COMUNICADO

Techno Plast Fabricação de Embalagens Ltda, torna público que recebeu do IPAAM, a Licença de Operação n.º 163/20-01 1ª Alteração, autoriza a fabricação de bobinas e sacolas plásticas, localizada na Av. Presidente Kennedy, nº 885, Galpão I-2, Condomínio Industrial Mário Guerreiro, Morro da Liberdade, Manaus-AM, para Fabricação de embalagens de Material Plástico, com validade de 1.420 Dias.

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
REPETIÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL
Nº 16/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas torna público que por ausência de interessados em participar do procedimento licitatório realizado no dia 01/10/2021 às 09:00hs, foi declarado **DESERTO** o **PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2021-ALEAM,** tipo maior lance, que tem como objeto Concessão administrativa onerosa de uso de espaço físico, com área total de 08 m², para exploração comercial de serviços de alimentação, por meio da disponibilização de máquinas automáticas do tipo vending machine, conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Ante o exposto, comunicamos que o certame será repetido em sessão pública a ser realizada às 09h00min. do dia 22/10/2021.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis a partir desta publicação. Os interessados em participar do certame poderão solicitá-lo através do e-mail cpl@aleam.gov.br, no horário das 8 às 13 horas.

Manaus, 06 de Outubro de 2021.
JULIO CESAR LANGBECK SOARES NETO
PRESIDENTE-CPL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O município de Apuí, através da CML da prefeitura municipal, torna público que realizará sessão para adjudicação do seguinte certame:
PL n.º 070/2021, DL n.º 020/2021.
Objeto: Serviço de manutenção corretiva em equipamento de hematologia humacount 80ts.
Tipo: Menor preço Global
Data da Sessão: 08 de outubro de 2021 às 10:00hs
Local: Sala de licitação situada na prefeitura municipal, Av. Treze de novembro, s/n.º, Praça dos Três Poderes, Centro, Apuí-AM
Regência legal: Inciso VX do Art. 75 da Lei n.º 14.133/21.
Informações: e-mail: pma-licita2013@hotmail.com
Data: 06/10/2021

DIRLAN GONÇALVES SOUZA
Presidente da CML

COMUNICADO DE COMPARECIMENTO

A empresa AFLINE Instalação e Manutenção Elétrica Ltda, CNPJ nº 11.446.324/0001-74, localizada na Rua Barão de Jaceguai, 767 - Parque das Laranjeiras – Manaus/AM convoca os colaboradores listados abaixo a comparecerem nesta empresa para tratar de assuntos de seus interesses. O não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conforme art. 482, alínea" i" da CLT.
ANTONIO DO NASCIMENTO DE SOUSA, portador da CTPS Nº 2411617 série 0030/AM
GUILHERME ENRIQUE DUARTE DE ALMEIDA, portador da CTPS nº 4529341 série 0050 /AM
JOSÉ CARLOS DE SOUZA JUNIOR, portador da CTPS nº 15382 série 0652/AM
ANTONIO NELSON DE ALMEIDA RIOS, portador da CTPS nº 004023 série 00018/AM.

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2021.011045

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

ABERTURA: 22/10/2021, às 9h. (horário LOCAL).

LOCAL: Edifício-sede, Avenida Coronel Teixeira n.º 7995, Nova Esperança II, Manaus-AM. CEP.: 69.037-473.

ENTREGA DO EDITAL: a partir do dia 07/10/2021 pelo endereço: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento ou Portal de Compras do Governo Federal no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones **(92) 3655-0743 (Whatsapp Business)** ou pelo e-mail institucional **licitacao@mpam.mp.br**.

Manaus, 5 de outubro de 2021.

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291

Assinado de forma digital por EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ASCON, ou=Presencial, ou=10470704000181, cn=EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Dados: 2021.10.05 16:07:57 -04'00'

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 – DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

RESIDENCIAL San Lorenzo

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SAN LORENZO
Rua Belém nº 416, Adrianópolis, Manaus – AM.
CNPJ – 13.327.318/0001-23.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente, ficam os senhores Condôminos convocados a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária do Condomínio Residencial San Lorenzo, situado nesta cidade na Rua Belém, n º 416, Bairro de Adrianópolis, Manaus – AM, a realizar-se no dia **29/10/2021**, no salão de festas do condomínio, às 18:30 horas, em primeira convocação e, não havendo "*quórum*", às 19:00 horas, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para discussão e deliberação dos seguintes assuntos:

1) Ajuste final da Convenção / Regimento Interno e Aprovação para Registro;
2) Aprovação de taxa extra para pagamento do Registro da Convenção e Regimento Interno;
3) O que houver.

Manaus, 05 de outubro de 2021
RODOLFO PINTO BENTES
Síndico

NOTAS

✓ Lembramos que as decisões tomadas em Assembleia, são de cumprimento obrigatório para todos os condôminos, inclusive os ausentes.
✓ Os condôminos poderão ser representados por procuração com poder específico para esta Assembleia, com firma reconhecida em cartório.
✓ Somente terão direito a voto os condôminos que estiverem adimplentes com as contribuições condominiais.
✓ **Será mantido o distanciamento social e o uso obrigatório de máscara e higienização das mãos em decorrência da pandemia do Coronavírus.**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
6º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Rua Lourival Muniz, 454, Glória, Manaus/AM
Fone: (92) 3673-9096 - Fax: (92) 2671-4287
OFICIAL TITULAR: Selma Maria Lira Barros

EDITAL DE PROCLAMAS 201

FAÇO SABER a todos; que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil Brasileiro, os Contraentes:
1. ALAN DA SILVA SISNANDO e CLAUDIONORA RUTHCLÉA FREITAS DA SILVA, sendo o pretendente, solteiro, AUTÔNOMO, nascido em 19-02-1996, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Beco Santa Luzia, filho de ALESSANDRO DA SILVA SISNANDO e de LINDENILZA SANTOS DA SILVA, e a pretendente, solteira, AUTÔNOMA, nascida em 23-07-2000, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Beco Santa Luzia, filha de RAIMUNDO LIMA DA SILVA e de CLAUDIONORA CLÉA QUEIROZ DE FREITAS;
2. ANTONIO ERIVELSON PINHEIRO NEBLINA JUNIOR e SARAH RAMOS PEREIRA, sendo o pretendente, solteiro, inspetor de qualidade, nascido em 28-03-1996, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua Benjamin Lima, filho de ANTONIO ERIVELSON PINHEIRO NEBLINA e de ELIANA SANTOS CONCEIÇÃO NEBLINA, e a pretendente, solteira, professora, nascida em 31-10-1996, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua Magalhães Barata, filha de WILSON PEREIRA DA SILVA e de MOEMA RAMOS PEREIRA;
3. ANTONIO SOUZA DA SILVA e JOCICLEIDE MARTINS DE SOUZA, sendo o pretendente, divorciado, professor, nascido em 08-01-1957, natural de Manacapuru, Estado do Amazonas residente em Rua VIC Torres Reis, 154, São Jorge, filho de JOSE VIEIRA DA SILVA e de ETELVINA SOUZA DA SILVA, e a pretendente, solteira, professora, nascida em 04-03-1975, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua VIC Torres Reis, 154, São Jorge, filha de FRANCISCO DELMIRO DE SOUZA e de MARIA NAZARÉ MARTINS DE SOUZA;
4. CANUTO FROTA DE LIMA JUNIOR e VERONICA VASCONCELOS DA SILVA, sendo o pretendente, solteiro, Psicologo, nascido em 29-12-1994, natural de Santarem, Estado do Pará residente em Rua Gravatai, filho de Canuto Frota de Lima e de Ana Lucia Silva Nascimento, e a pretendente, solteira, Enfermeira, nascida em 08-11-1993, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua Gravatai, filha de Francisco Bezerra da Silva e de Sandra Maria Vasconcelos;
5. CELSO MARCOS FROES DIAS e ROSÁLIA GUILHERME CAVALCANTE, sendo o pretendente, divorciado, autônomo, nascido em 07-03-1975, natural de Santarém, Estado do Pará residente em RUA DO COMERCIO, filho de RAIMUNDA ELOISA FROES DIAS, e a pretendente, solteira, contadora, nascida em 15-01-1980, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em RUA DO COMERCIO, filha de RAIMUNDO BARBOSA CAVALCANTE e de RAIMUNDA GUILHERME DA SILVA;
6. CHIRLENO MANOEL DOS SANTOS MAIA e MARIA ANTONIA VIEIRA DE MORAIS, sendo o pretendente, divorciado, autônomo, nascido em 23-01-1970, natural de Santarém, Estado do Pará residente em Rua Doutor Chaves Ribeiro, filho de MANOEL ALVES MAIA e de GUILHERMINA VALENTE DOS SANTOS, e a pretendente, divorciada, autônoma, nascida em 25-07-1967, natural de Monte Alegre, Estado do Pará residente em Rua Doutor Chaves Ribeiro, filha de LUIZA VIEIRA DE MORAIS;
7. DANIKSON MATOS BRASIL e JOSILENE XAVIER DE OLIVEIRA, sendo o pretendente, solteiro, , nascido em 15-11-1990, natural de Maués, Estado do Amazonas residente em Rua dos Caldeus, filho de Manoel Fernandes Brasil e de Mariana de Matos Brasil, e a pretendente, solteira, , nascida em 27-10-1986, natural de Maués, Estado do Amazonas residente em Rua dos Caldeus, filha de Antonio Esmeraldo Santos de Oliveira e de Raimunda Barbosa Xavier;
8. DIONE RODRIGUES PAIXÃO e WANDERLANE DA SILVA NUNES, sendo o pretendente, divorciado, Autonomo, nascido em 09-11-1980, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua 08-VI Marinho, filho de Miguel Miranda Paixão e de Marli Rodrigues da Silva, e a pretendente, solteira, Autonoma, nascida em 24-04-1986, natural de Manacapuru, Estado do Amazonas residente em Rua 08-VI Marinho, filha de José Rodrigues Nunes e de Maria da Silva Nunes;
9. EVALDO BARBOSA MONTEIRO e ANTONIA ALVES DA SILVA, sendo o pretendente, solteiro, Ajudante de caminhão, nascido em 08-08-1979, natural de Envira, Estado do Amazonas residente em Rua Enos, filho de Oswaldo Monteiro Barbosa e de Alba Pereira de Lima, e a pretendente, solteira, Do lar, nascida em 06-06-1982, natural de Envira, Estado do Amazonas residente em Rua Enos, filha de José Alves Carvalho e de Luzia Galvão da Silva;
10. EVANDRO DE OLIVEIRA SILVA e CRISTIANE DE AGUILA PERES, sendo o pretendente, solteiro, operador de máquina, nascido em 06-01-1989, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em AV. PIRARUCU, filho de EDNO BRAZ DA SILVA e de ROSANA DE OLIVEIRA SILVA, e a pretendente, divorciada, auxiliar de materiais, nascida em 06-07-1988, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em AV. PIRARUCU, filha de RUTH DE AGUILA PERES;
11. FABIO DA SILVA FEIJÓ e GRACIETE MASCARENHAS LOPES, sendo o pretendente, divorciado, Motorista, nascido em 09-07-1978, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua Igarapé Araçá, filho de INES DA SILVA FEIJÓ, e a pretendente, divorciada, Autônoma, nascida em 01-11-1967, natural de Parintins, Estado do Amazonas residente em Rua Igarapé Araçá, filha de MANOEL FERREIRA LOPES e de NAZARETH MASCARENHAS LOPES;
12. ISAIAS DA SILVA TORRES e RAIZA CAMPOS ARCANJO, sendo o pretendente, solteiro, AUTÔNOMO, nascido em 31-10-1989, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Travessa Bangu, filho de WALDEMIR PALHETA TORRES e de MARIA DO PERPERTUO SOCORRO TELLES DA SILVA, e a pretendente, solteira, AUTÔNOMA, nascida em 19-02-1989, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Travessa Bangu, filha de LUIZINHO ARCANJO e de RUTILENE CAMPOS ARCANJO;
13. JEAN CASSIO ANDRADE DE MATOS e FRANCISCA MICHEILA MOURA TEIXEIRA, sendo o pretendente, solteiro, autônomo, nascido em 23-04-1975, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua Santa Helena ,215, São Jorge, Manaus-AM, filho de Arjemiro Antonio de Matos e de Maria Andrade de Matos, e a pretendente, solteira, depilador, nascida em 01-09-1973, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua Santa Helena ,215, São Jorge, Manaus-AM, filha de Elizeu Moura Mota e de Maria Teixeira Moura;
14. LUCAS NUNES RIBEIRO e LAIANE DE ARRUDA, sendo o pretendente, solteiro, Estoquista, nascido em 02-06-1992, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Beco Jurua, filho de Manoel Gilberto Piranha Ribeiro e de Darcilene Amorim Nunes, e a pretendente, solteira, Autonoma, nascida em 20-01-1995, natural de Oriximina, Estado do Pará residente em Beco Jurua, filha de Maria Lucileide Arruda da Costa;
15. LUCAS SANTOS DAS CHAGAS e EMILY SERRÃO DE OLIVEIRA, sendo o pretendente, solteiro, eletricista, nascido em 06-09-1999, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua T/3, nº 35, Quadra I, Conjunto Promorar, filho de MANUEL SILVA DAS CHAGAS e de MICHELLE GOMES DOS SANTOS, e a pretendente, solteira, autônoma, nascida em 15-06-2000, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua T/3, nº 35, Quadra I, Conjunto Promorar, filha de SHELTON CRUZ DE OLIVEIRA e de ROSANGELA NASCIMENTO SERRÃO;
16. MARCELO DOS SANTOS CARDOSO e TATIANE SILVA DOS PASSOS, sendo o pretendente, solteiro, empresário, nascido em 16-09-1976, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em RUA PROFESSORA CACILDA PEDROSO, filho de AMADEU CARDOSO DA SILVA FILHO e de SANDRA MARIA DOS SANTOS CARDOSO, e a pretendente, divorciada, professora, nascida em 16-06-1986, natural de Porto Velho, Estado de Rondônia residente em RUA PROFESSORA CACILDA PEDROSO, filha de FRANCISCO DE ASSIS DOS PASSOS e de SIMONE FERREIRA DA SILVA;
17. MARCELO PAIXÃO DOS SANTOS e HAYLLANNE ABREU FERREIRA, sendo o pretendente, solteiro, Militar, nascido em 25-12-1991, natural de Itaborai, Estado do Rio de Janeiro residente em Rua das Flores, filho de Marcelo Souza dos Santos e de Vera Lucia Paixao da Silva, e a pretendente, divorciada, Advogada, nascida em 28-03-1994, natural de Porto Velho, Estado de Rondônia residente em Rua das Flores, filha de Eloy Vieira Ferreira e de Jaldianne Caetano Dias Abreu;
18. MARCELO SILVA CRUZ e SABRINA BARROSO DA SILVA, sendo o pretendente, solteiro, ajudante geral, nascido em 10-04-1999, natural de Iranduba, Estado do Amazonas residente em RUA LAURO BITTENCOURT, filho de MOACIR DE OLIVEIRA CRUZ e de ALESSANDRA DA SILVA E SILVA, e a pretendente, solteira, do lar, nascida em 17-06-2001, natural de Iranduba, Estado do Amazonas residente em RUA LAURO BITTENCOURT, filha de SEBASTIÃO LEAL DA SILVA e de MARIA LUIZA DA SILVA BARROSO;
19. MARCIO VASCONCELOS CHAVES e NAIANE FLAVIA FERREIRA CORREA, sendo o pretendente, divorciado, Vigilante, nascido em 21-08-1984, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua Voluntários da Patria, filho de Francisco Arruda Chaves e de Hilma Alves Vasconcelos, e a pretendente, solteira, Autonoma, nascida em 30-03-1995, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua Voluntários da Patria, filha de Frank Correa David e de Nair Ferreira Tiago;
20. OSCAR DE SOUSA FERREIRA e MARTA DE OLIVEIRA DUARTE, sendo o pretendente, solteiro, METALÚRGICO, nascido em 21-11-1968, natural de Belém, Estado do Pará residente em Rua Dom Pedro 1, nº346, Santo Antonio, filho de Oscar Torres Ferreira e de Leonor Pereira de Sousa, e a pretendente, solteira, BABÁ, nascida em 24-04-1979, natural de Maraã, Estado do Amazonas residente em Rua Dom Pedro 1, nº346, Santo Antonio, filha de Raimundo Sena Duarte e de Raimunda de Oliveira Duarte;
21. RAICRE DOS SANTOS GOUVEIA e FABIOLA DE OLIVEIRA DE ANDRADE, sendo o pretendente, solteiro, Autonomo, nascido em 31-03-1992, natural de Monte Alegre, Estado do Pará residente em Rua 17 de abril, filho de Mauro Maia Gouveia e de Maria do Livramento dos Santos Braz, e a pretendente, solteira, Autonoma, nascida em 18-05-1982, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua 17 de abril, filha de Alberdan Cezar Lopes de Andrade e de Fátima Nonata de Oliveira de Andrade;
22. RAIMEISON LUAN DE SOUZA E SILVA e KAMILLE FALCAO DE OLIVEIRA, sendo o pretendente, solteiro, EMPRESÁRIO, nascido em 23-10-1991, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em RUA ITARARE, filho de RAIMUNDO DE SOUZA E SILVA e de ELIZIOMAR DE SOUZA E SILVA, e a pretendente, solteira, EMPRESÁRIA, nascida em 04-09-1994, natural de Manaus, Estado do Amazonas residente em Rua Frederico Guilherme, filha de MARCOS ESTENES SILVA DE OLIVEIRA e de ELANEA DOS SANTOS FALCAO;
23. RAIMUNDO DIMARÃES OLIVEIRA e ADRIANE MAIA DA SILVA, sendo o pretendente, solteiro, Auxiliar de produção, nascido em 18-08-1995, natural de Manacapuru, Estado do Amazonas residente em Rua 08 de Abril, filho de Miguel Cardoso de Oliveira e de Esvanilda Pinto Dimarães, e a pretendente, solteira, Do lar, nascida em 30-03-1987, natural de Barreirinha, Estado do Amazonas residente em Rua 08 de Abril, filha de Benedito Rodrigues da Silva e de Candida Gonçalves Maia;
Se alguém souber de algum impedimento que oponha-o na forma da lei.
Manaus, 06 de outubro de 2021
Selma Maria Lira Barros - Oficial de Registro

SINTRAQUA

Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários
Do Município de Manaus e do Estado do Amazonas
Rua Xavier de Mendonça n. º 77 – Aparecida - Manaus/AM-CEP 69010-430
CNPJ 05.201.209/0001-37 – Fones (92) 3622-5788
Carta Sindical – Registrada no Livro 91- Folha 09 em 1981

NOTA DE ESCLARECIMENTO
DO SINTRAQUA

Diante do infundado COMUNICADO irresponsavelmente assinado por um grupo que se autodenomina "Diretoria Efetiva do SINDICATO DOS FLUVIARIOS DA SECÃO DE CONVÉS DO ESTADO DO AMAZONAS (SFSCEA)", publicando um comunicado datado em 21 de setembro de 2021, nesta cidade de Manaus/am, no qual aparece ao final assinado por JOE OLINO DA MATA BASTO, presidente da comissão pró – função, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS E DO ESTADO DO AMAZONAS - SINTRAQUA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 05.201.209/0001-37, com sede própria na Rua Xavier de Mendonça nº 77, Aparecida, CEP - 69.005-130, /AM, sente-se no dever de vir a público para prestar o seguinte **ESCLARECIMENTO**:

1. O mencionado "comunicado" não tem nenhuma serventia legal, uma vez que se trata de entidade "fantasma", que não segue as formas legais estipulados nas leis em vigor, da categoria dos trabalhadores aquaviários, trata-se, portanto, de um embuste articulado por aventureiros, com objetivo de desestabilizar a categoria dos aquaviários;

2. Nenhuma das pessoas relacionadas no citado "comunicado" estão aptas a tratar ou falar em nome da diretoria do SINTRAQUA, ainda, ressaltamos que o SINTRAQUA, não reconhece a legalidade ou legitimidade da fantasiosa "entidade sindical", portanto, sem condições de representar a categoria dos aquaviários, seja administrativa, juridicamente e politicamente.

3. O SINTRAQUA, informa as Repartições Públicas Federais, estaduais e municipais, bem como, à Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental e o Comando do 9º Distrito Naval, que qualquer ATO do Referido Grupo se torna sem efeito legal.

4. Todavia, por cautela, vem prevenir a sociedade em geral e especialmente, o seguimento empresarial representado pelo Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial do Estado do Amazonas – SINDARMA, bem como, todos os trabalhadores da categoria de Aquaviários e terceiros de boa-fé, a evitar qualquer ato relacionado a acordo, ajuste, aliança, combinação, conciliação ou associação com esse grupo fantasma de aventureiros, sob pena de incorrer em futuros prejuízos.

Manaus/AM, 06 de setembro de 2021.

Rucimar Souza de Lima
Pres. do Sintraqua

Publicação Jornal do Commercio - Ed. 43.392 - 07.10.2021 (0714272) SEI 2021.011045 / pg. 416

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PORTARIA N° 827/2021/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2021.017079 – SEI,

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 389/2007, datado de 26.11.2007, que regulamenta a utilização da modalidade Pregão no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO**, Agente de Apoio – Administrativo, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, como Pregoeiro do **Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (Instituicao Bancária - Processamento Folha de Pagamentos, Crédito Consignado e Dentre Outros)**, e, para auxiliá-lo, bem como substituí-lo em seus impedimentos ou afastamentos, o servidor **MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS**, Agente de Apoio – Administrativo;

II – DESIGNAR os servidores **IURY FECHINE RAMOS** e **SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES**, ambos Agentes de Apoio – Administrativo, membros da Comissão Permanente de Licitação desta Instituição, para compor a Equipe de Apoio do referido Pregão.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 14 de outubro de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 15/10/2021, às 18:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0708399** e o código CRC **73666601**.

2021.017079 0708399v3

Portaria Nº 827/2021/SUBADM (0713703) SEI 2021.011045 / pg. 418

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

GRAZIELE BRONZERRE RODILHA <graziele.rodilha@bradesco.com.br>

Qui, 14/10/2021 15:50

Para: Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>

Cc: IGOR LEITE DE CARVALHO <igor.carvalho@bradesco.com.br>; ALYNE FELIPE TEIXEIRA ORTEGA <alyne.ortega@bradesco.com.br>; DAIANE CASTANHARO <daiane.castanharo@bradesco.com.br>; EDINEIA ROSA CECILIO <edineia.cecilio@bradesco.com.br>; GLEISE DE AVILA ALMEIDA CANELA <gleise.canela@bradesco.com.br>; MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI <michelle.gardezani@bradesco.com.br>; THAIS DE SOUZA GREGORIO ALTAREJO <thais.gregorio@bradesco.com.br>; THAMIRES CORREA SILVA <thamires.c.silva@bradesco.com.br>; THAYNA DE LIMA BANDEIRA <thayna.bandeira@bradesco.com.br>; YAN GUSTAVO MEIRELLES DE SOUZA <yan.m.souza@bradesco.com.br>

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "...contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB...".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores do presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue:

Em complemento aos questionamentos anteriores, pedimos informar:

1) Pedimos confirmar nosso entendimento que o Contrato decorrente do presente Pregão terá sua vigência após o término do contrato atual, ou seja, a partir de novembro de 2021.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

2) Pedimos confirmar nosso entendimento que caso este Banco seja vencedor do certame a estrutura que atualmente possui neste órgão atende as exigências do edital, ou seja, será garantido ao Banco que ocupe os espaços onde encontra-se instalado atualmente, exceto em relação ao caixa eletrônico a ser instalado futuramente com a indicação do MP.

3) Pedimos ratificar nosso entendimento que o Banco Vencedor do certame será a única instituição a Possuir Estrutura de Atendimento (AG.; PAB; PAE; etc) nas dependências do Órgão, **com exclusividade**, caso seja convencionado entre as partes, durante a vigência do contrato.

4) Pedimos informar o endereço e quantidade de Membros/Servidores que circulam no local que será instalado futuramente o caixa eletrônico mencionado nos itens 2.3 "f" do termo de referência e cláusula segunda "f" da Minuta de Contrato disposta em edital.

5) Haverá cobrança de valor aluguel pela utilização dos espaços onde serão instaladas as estruturas de atendimento (PAB/PAE)? Em positivo, pedimos informar o valor e forma de pagamento.

E-mail Pedido de Esclarecimento - BANCO BRADESCO (0710200) SEI 2021.011045 / pg. 419

6) O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências do MP, durante o prazo do contrato?

FOLHA DE PAGAMENTO

7) Pedimos confirmar que a centralização e processamento da folha de pagamento dos servidores/membros será 100% exclusivo do banco vencedor do certame.

8) Considerando que o objeto do edital contempla o pagamento dos servidores inativos e pensionistas, pedimos esclarecer:
a) Os mesmos recebem por algum Instituto/Fundo de Previdência ou são pagos pelo próprio MP?
b) Caso os inativos e pensionistas recebam por Instituto/Fundo de Previdência, este assinará o contrato junto com o MP?

TARIFA

9) Considerando o disposto na cláusula segunda, parágrafo segundo, letra "c" da minuta contratual a respeito da isenção da cobrança de anuidade de cartão de crédito, pedimos confirmar nosso entendimento que a gratuidade estará condicionada a bandeira visa.

10) Confirmar o entendimento que será assegurado aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

FORNECEDORES

11) O Banco vencedor do certame terá exclusividade para realizar os pagamentos aos fornecedores?

12) Os fornecedores deverão abrir conta corrente no Banco vencedor do certame?

BANCO BRADESCO S/A
CNPJ: 60746.948/0001-12



AVISO LEGAL
...Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos

que nos retorne este E-Mail, promovendo, desde logo, a eliminação do seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle. Fica desprovida de eficácia e validade a mensagem que contiver vínculos obrigacionais, expedida por quem não detenha poderes de representação.

LEGAL ADVICE

...This message is exclusively destined for the people to whom it is directed, and it can bear private and/or legally exceptional information. If you are not addressee of this message, since now you are advised to not release, copy, distribute, check or, otherwise, use the information contained in this message, because it is illegal. If you received this message by mistake, we ask you to return this email, making possible, as soon as possible, the elimination of its contents of your database, registrations or controls system. The message that bears any mandatory links, issued by someone who has no representation powers, shall be null or void.

E-mail Pedido de Esclarecimento - BANCO BRADESCO (0710200) SEI 2021.011045 / pg. 421

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 315.2021.CPL.0710201.2021.011045

À Senhora
VÍVIAN DA SILVA DONATO LOPES MARTINS
Diretora-Geral da PGJ/AM
NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Encaminhamento **PI 2021.011045** para análise e resposta a pedido de esclarecimento.

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente e, em sede do **Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos*, oportunamente, encaminho o pedido de esclarecimento apresentado pelo Instituição Bancária **BRADESCO (doc. 0710200)**, para fins de análise técnica dessa renomada Diretoria.

Outrossim, informo que a abertura do certame encontra-se agendada para o dia **22/10/2021**. Desta forma, solicitamos a habitual colaboração dessa unidade no sentido de que a correlata resposta seja exarada o mais celeremente possível até, no máximo, **às 14h. do dia 18/10/2021**, considerando que consubstanciará decisão a ser proferida por esta Comissão.

Após, retornar os autos a esta Comissão Permantente de Licitação para prosseguimento com a decisão.

Atenciosamente,

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 14/10/2021, às 18:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0710201** e o código CRC **46AB6C54**.

bradesco

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "...contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB...".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores do presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue:

Em complemento aos questionamentos anteriores, pedimos informar:

1) Pedimos confirmar nosso entendimento que o Contrato decorrente do presente Pregão terá sua vigência após o término do contrato atual, ou seja, a partir de novembro de 2021.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

2) Pedimos confirmar nosso entendimento que caso este Banco seja vencedor do certame a estrutura que atualmente possui neste órgão atende as exigências do edital, ou seja, será garantido ao Banco que ocupe os espaços onde encontra-se instalado atualmente, exceto em relação ao caixa eletrônico a ser instalado futuramente com a indicação do MP.

3) Pedimos ratificar nosso entendimento que o Banco Vencedor do certame será a única instituição a Possuir Estrutura de Atendimento (AG.; PAB; PAE; etc) nas dependências do Órgão, **com exclusividade**, caso seja convencionado entre as partes, durante a vigência do contrato.

4) Pedimos informar o endereço e quantidade de Membros/Servidores que circulam no local que será instalado futuramente o caixa eletrônico mencionado nos itens 2.3 "f" do termo de referência e cláusula segunda "f" da Minuta de Contrato disposta em edital.

5) Haverá cobrança de valor aluguel pela utilização dos espaços onde serão instaladas as estruturas de atendimento (PAB/PAE)? Em positivo, pedimos informar o valor e forma de pagamento.

6) O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências do MP, durante o prazo do contrato?

FOLHA DE PAGAMENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/PGJ
RECEBIDO EM 15/10/2021
Sara Cortes
MEMBRO/CPL

Digitalizada com CamScanner
Requerimento Pedido de Esclarecimento - BRADESCO (físico) (0710420) SEI 2021.011045 / pg. 424

bradesco

7) Pedimos confirmar que a centralização e processamento da folha de pagamento dos servidores/membros será 100% exclusivo do banco vencedor do certame.

8) Considerando que o objeto do edital contempla o pagamento dos servidores inativos e pensionistas, pedimos esclarecer:
a) Os mesmos recebem por algum Instituto/Fundo de Previdência ou são pagos pelo próprio MP?
b) Caso os inativos e pensionistas recebam por Instituto/Fundo de Previdência, este assinará o contrato junto com o MP?

TARIFA

9) Considerando o disposto na cláusula segunda, parágrafo segundo, letra "c" da minuta contratual a respeito da isenção da cobrança de anuidade de cartão de crédito, pedimos confirmar nosso entendimento que a gratuidade estará condicionada a bandeira visa.

10) Confirmar o entendimento que será assegurado aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

FORNECEDORES

11) O Banco vencedor do certame terá exclusividade para realizar os pagamentos aos fornecedores?
12) Os fornecedores deverão abrir conta corrente no Banco vencedor do certame?

BANCO BRADESCO S/A
CNPJ: 60746.948/0001-12

Marcos Vinicius Santos Souz
16725

Amanda Moraes Gomes
138129

Digitalizada com CamScanner

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 316.2021.CPL.0710422.2021.011045

À Senhora

VÍVIAN DA SILVA DONATO LOPES MARTINS

Diretora-Geral da PGJ/AM

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Encaminhamento **PI 2021.011045** para análise e resposta a pedido de esclarecimento.

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente e, em sede do **Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos*, oportunamente, encaminho o pedido de esclarecimento apresentado pelo Instituição Bancária **BRADESCO (doc. 0710420),** tendo sido este requerimento protocolizado diretamente na sala deste Comitê, aparentemente com idêntico teor ao enviado anteriormente (doc. 0710200), para fins de análise técnica dessa renomada Diretoria.

Outrossim, informo que a abertura do certame encontra-se agendada para o dia **22/10/2021**. Desta forma, solicitamos a habitual colaboração dessa unidade no sentido de que a correlata resposta seja exarada o mais celeremente possível até, no máximo, **às 14h. do dia 18/10/2021**, considerando que consubstanciará decisão a ser proferida por esta Comissão.

Após, retornar os autos a esta Comissão Permantente de Licitação para prosseguimento com a decisão.

Atenciosamente,

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 15/10/2021, às 10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0710422** e o código CRC **F925D446**.

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO II - MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

GRAZIELE BRONZERRE RODILHA <graziele.rodilha@bradesco.com.br>

Sex, 15/10/2021 15:51

Para: Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>

Cc: IGOR LEITE DE CARVALHO <igor.carvalho@bradesco.com.br>; ALYNE FELIPE TEIXEIRA ORTEGA <alyne.ortega@bradesco.com.br>; DAIANE CASTANHARO <daiane.castanharo@bradesco.com.br>; EDINEIA ROSA CECILIO <edineia.cecilio@bradesco.com.br>; GLEISE DE AVILA ALMEIDA CANELA <gleise.canela@bradesco.com.br>; MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI <michelle.gardezani@bradesco.com.br>; THAIS DE SOUZA GREGORIO ALTAREJO <thais.gregorio@bradesco.com.br>; THAMIRES CORREA SILVA <thamires.c.silva@bradesco.com.br>; THAYNA DE LIMA BANDEIRA <thayna.bandeira@bradesco.com.br>

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "...contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB...".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores do presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue:

Em complemento aos questionamentos anteriores, pedimos informar:

1) Pedimos Informar se o item 4.3 do edital abaixo transcrito poderá ser desconsiderado, uma vez que a cópia autenticada da procuração particular é fiel, idêntica ao original, e por isso, tem a mesma validade.

"...4.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou instrumento particular de procuração, neste caso com firma reconhecida em cartório, **no qual conste expresso poder para formular ofertas e lances de preços verbais, dar descontos, assinar Ata de Registro de Preços e demais atas e planilhas e praticar os demais atos pertinentes ao certame**, em nome do proponente/ outorgante (conforme *Anexo III* deste Edital).

4.3. Em caso de credenciamento por procurador ou em caso de substabelecimento, é obrigatória a apresentação da **Procuração original** que concede poderes ao Procurador...".

BANCO BRADESCO S/A
CNPJ: 60746.948/0001-12

E-mail Pedido de Esclarecimento II - Bradesco (0711361) SEI 2021.011045 / pg. 428



AVISO LEGAL
...Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este E-Mail, promovendo, desde logo, a eliminação do seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle. Fica desprovida de eficácia e validade a mensagem que contiver vínculos obrigacionais, expedida por quem não detenha poderes de representação.
LEGAL ADVICE
...This message is exclusively destined for the people to whom it is directed, and it can bear private and/or legally exceptional information. If you are not addressee of this message, since now you are advised to not release, copy, distribute, check or, otherwise, use the information contained in this message, because it is illegal. If you received this message by mistake, we ask you to return this email, making possible, as soon as possible, the elimination of its contents of your database, registrations or controls system. The message that bears any mandatory links, issued by someone who has no representation powers, shall be null or void.

E-mail Pedido de Esclarecimento II - Bradesco (0711361) SEI 2021.011045 / pg. 429

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 77.2021.DG.0711400.2021.011045

Ao Senhor

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Resposta aos Memorandos n.ºs 315.2021.CPL.0710201.2021.011045 e 316.2021.CPL.0710422.2021.011045

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e, em atenção aos Memorandos n.ºs 315.2021.CPL.0710201.2021.011045 e 316.2021.CPL.0710422.2021.011045, dessa Comissão Permanente de Licitação – CPL, encaminhamos as respostas aos questionamentos apresentados pelo Banco BRADESCO:

1) Pedimos confirmar nosso entendimento que o Contrato decorrente do presente Pregão terá sua vigência a partir do término do contrato atual, ou seja, a partir de novembro de 2021.

R) Sim. (A resposta questão 1 - consta no Memo 278.2021.DA.0698367.2021.011045)

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

2) Pedimos confirmar nosso entendimento que caso este Banco seja vencedor do certame a estrutura que atualmente possui neste órgão atende as exigências do edital, ou seja, será garantido ao Banco que ocupe os espaços onde encontra-se instalado atualmente, exceto em relação ao caixa eletrônico a ser instalado futuramente com a indicação do MP.

R) Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

3) Pedimos ratificar nosso entendimento que o Banco Vencedor do certame será a única instituição a Possuir Estrutura de Atendimento (AG.; PAB; PAE; etc) nas dependências do Órgão, com exclusividade, caso seja convencionado entre as partes, durante a vigência do contrato.

R) Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 3 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

4) Pedimos informar o endereço e quantidade de Membros/Servidores que circulam no local que será instalado futuramente o caixa eletrônico mencionado nos itens 2.3 “f” do termo de referência e cláusula segunda “f” da Minuta de Contrato disposta em edital.

R) Ainda não há endereço, pois, o prédio onde funcionará a nova unidade ainda é objeto

de estudo para licitação, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ . (Resposta questão 5 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

5) Haverá cobrança de valor aluguel pela utilização dos espaços onde serão instaladas as estruturas de atendimento (PAB/PAE)? Em positivo, pedimos informar o valor e forma de pagamento.

R) Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 6 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

6) O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências do MP, durante o prazo do contrato?

R) Este item deve estar de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 7 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

FOLHA DE PAGAMENTO

7) Pedimos confirmar que a centralização e processamento da folha de pagamento dos servidores/membros será 100% exclusivo do banco vencedor do certame.

R) Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 2 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

8) Considerando que o objeto do edital contempla o pagamento dos servidores inativos e pensionistas, pedimos esclarecer:

a) Os mesmos recebem por algum Instituto/Fundo de Previdência ou são pagos pelo próprio MP? (Respostas questão 8.a - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

R) Os Inativos e pensionistas possuem duas folhas processadas:

- No âmbito do Ministério Público processa-se a folha de valores que não compreendem benefícios previdenciários (exemplo: valores indenizatórios); e,

- Pela Amazonprev é processada a folha de valores de benefícios previdenciários.

b) Caso os inativos e pensionistas recebam por Instituto/Fundo de Previdência, este assinará o contrato junto com o MP?

R) Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 8.b - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

TARIFA

9) Considerando o disposto na cláusula segunda, parágrafo segundo, letra “c” da minuta contratual a respeito da isenção da cobrança de anuidade de cartão de crédito, pedimos confirmar nosso entendimento que a gratuidade estará condicionada a bandeira visa.

R) Não está condicionada a alguma bandeira, conforme os termos do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 4 - Memo 278.2021.DA.0698367.2021.011045)

10) Confirmar o entendimento que será assegurado aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta-corrente).

R) Deverá ser assegurado aos beneficiários dos créditos as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta-corrente) e demais gratuidades previstas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ e seus anexos.

FORNECEDORES

11) O Banco vencedor do certame terá exclusividade para realizar os pagamentos aos fornecedores?

R) Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 17 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

12) Os fornecedores deverão abrir conta-corrente no Banco vencedor do certame?

R) Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 18 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

Atenciosamente,

Vívian da Silva Donato Lopes Martins
Diretora-Geral da PGJ/AM

Patrícia Costa Martins
Diretora de Administração da PGJ/AM

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Ivanete de Oliveira Nascimento
Diretora de Planejamento da PGJ/AM

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 21/10/2021, às 09:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 21/10/2021, às 10:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 21/10/2021, às 10:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 09/12/2021, às 09:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0711400** e o código CRC **9B4F6964**.

DECISÃO Nº 35.2021.CPL.0710206.2021.011045

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS INTERPOSTOS AOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ, PELA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA BANCO BRADESCO S/A, EM **20 E 21 DE SETEMBRO DE 2021.** PRESSUPOSTOS LEGAIS: LEGITIMIDADE E INTERESSE DE AGIR, A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO E FUNDAMENTAÇÃO, ATENDIDOS. TEMPESTIVIDADE.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos objeto da peça dirigida, esta **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo 13, § 1.º do ATO PGJ N.º 389/2007, decide:

a) **Receber** os pedidos de esclarecimentos apresentados pela Instituição Bancária **BANCO BRADESCO S/A**, aos termos do edital do Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ, pelo qual se busca a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos,* **conhecendo-os, posto que tempestivos;**

b) **No mérito, reputar esclarecidas** as solicitações, conforme discorrido na presente peça;

c) **Manter o edital e a data de realização do certame, uma vez que não houve nenhuma alteração do objeto**, em consonância com o art. 21, § 4º da Lei n.° 8.666/93.

2. DO RELATÓRIO

2.1. DAS RAZÕES DO ESCLARECIMENTO

Adentrou ao e-mail institucional desta Comissão Permanente de Licitação, os **pedidos de esclarecimentos** apresentados pela pela Instituição Bancária **BANCO BRADESCO S/A**, recebidos no dia 14/10/2021, às 15h50min e 15/10/2021, às 15h51min, questionando disposição específica do procedimento licitatório, cujo inteiro teor encontram-se disponíveis abaixo e no Portal do MP-AM, no seguinte endereço: <https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/48-licitacoes/pregao-presencial-em-andamento/14727-pp-5001-2021-cpl-mp-pgj-instituicao-bancaria-processamento-folha-de-pagamentos-credito-consignado-e-dentre-outros>

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "...contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais

credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB...".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores do presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue:

Em complemento aos questionamentos anteriores, pedimos informar:

1) Pedimos confirmar nosso entendimento que o Contrato decorrente do presente Pregão terá sua vigência após o término do contrato atual, ou seja, a partir de novembro de 2021.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

2) Pedimos confirmar nosso entendimento que caso este Banco seja vencedor do certame a estrutura que atualmente possui neste órgão atende as exigências do edital, ou seja, será garantido ao Banco que ocupe os espaços onde encontra-se instalado atualmente, exceto em relação ao caixa eletrônico a ser instalado futuramente com a indicação do MP.

3) Pedimos ratificar nosso entendimento que o Banco Vencedor do certame será a única instituição a Possuir Estrutura de Atendimento (AG.; PAB; PAE; etc) nas dependências do Órgão, **com exclusividade**, caso seja convencionado entre as partes, durante a vigência do contrato.

4) Pedimos informar o endereço e quantidade de Membros/Servidores que circulam no local que será instalado futuramente o caixa eletrônico mencionado nos itens 2.3 "f" do termo de referência e cláusula segunda "f" da Minuta de Contrato disposta em edital.

5) Haverá cobrança de valor aluguel pela utilização dos espaços onde serão instaladas as estruturas de atendimento (PAB/PAE)? Em positivo, pedimos informar o valor e forma de pagamento.

6) O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências do MP, durante o prazo do contrato?

FOLHA DE PAGAMENTO

7) Pedimos confirmar que a centralização e processamento da folha de pagamento dos servidores/membros será 100% exclusivo do banco vencedor do certame.

8) Considerando que o objeto do edital contempla o pagamento dos servidores inativos e pensionistas, pedimos esclarecer:

a) Os mesmos recebem por algum Instituto/Fundo de Previdência ou são pagos pelo próprio MP?

b) Caso os inativos e pensionistas recebam por Instituto/Fundo de Previdência, este assinará o contrato junto com o MP?

TARIFA

9) Considerando o disposto na cláusula segunda, parágrafo segundo, letra "c" da minuta contratual a respeito da isenção da cobrança de anuidade de cartão de crédito, pedimos confirmar nosso entendimento que a gratuidade estará condicionada a bandeira visa.

10) Confirmar o entendimento que será assegurado aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

FORNECEDORES

11) O Banco vencedor do certame terá exclusividade para realizar os pagamentos aos fornecedores?

12) Os fornecedores deverão abrir conta corrente no Banco vencedor do certame?

BANCO BRADESCO S/A
CNPJ: 60746.948/0001-12

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "...contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB...".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores do presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue:

Em complemento aos questionamentos anteriores, pedimos informar:

1) Pedimos Informar se o item 4.3 do edital abaixo transcrito poderá ser desconsiderado, uma vez que a cópia autenticada da procuração particular é fiel, idêntica ao original, e por isso, tem a mesma validade.

"...4.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou instrumento particular de procuração, neste caso com firma reconhecida em cartório, no qual conste expresso poder para formular ofertas e lances de preços verbais, dar descontos, assinar Ata de Registro de Preços e demais atas e planilhas e praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente/ outorgante (conforme Anexo III deste Edital).

4.3. Em caso de credenciamento por procurador ou em caso de substabelecimento, é obrigatória a apresentação da Procuração original que concede poderes ao Procurador...".

BANCO BRADESCO S/A
CNPJ: 60746.948/0001-12

2.3. DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS

Ab initio, é necessário observar se o interessado atende às exigências emanadas do repositório legal das licitações públicas, particularmente, aquelas decorrentes do texto dos §§ 1º e 2º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 13 do ATO PGJ Nº. 389/2007.

Rezam esses dispositivos que qualquer cidadão e/ou pretenso licitante é parte legítima para impugnar edital de licitação, desde que o façam, respectivamente, até o **até o quinto e segundo dia útil** anterior à data fixada para a realização da sessão inaugural do certame.

Dessa regra se desdobram alguns requisitos que devem ser adimplidos quando de eventual impugnação dirigida ao órgão público licitante, são eles: legitimidade, interesse, a existência de um ato administrativo, fundamentação e tempestividade.

O primeiro desses pressupostos dispensa maiores comentários ante a clarividência da norma mencionada alhures, isto é, *qualquer cidadão é parte legítima.*

Obviamente, o segundo requisito apontado decorre dessa acepção de legitimidade, pois mesmo que não se trate de pretenso licitante com interesse concreto e pontualmente direcionado às regras do cotejo, o interesse da parte legitimada pela regra sobredita pode estar revestido do mero e simples anseio de

se satisfazer com o cumprimento estrito da lei.

Na verdade, cremos que a intenção do legislador foi justamente a de conferir ao procedimento licitatório o mais amplo, acessível e rigoroso sistema de fiscalização.

O terceiro ponto a ser observado decorre certamente da consequência lógica do instituto ora em estudo. É dizer, só se pode questionar, esclarecer ou impugnar algo que existe. *In casu,* um ato administrativo instrumentalizado sob a forma de um documento público.

Consequentemente, eventual objeção a um ato administrativo deve trazer consigo suas razões fundamentais específicas, mesmo que simplesmente baseada em fatos, de forma a evitar que a oposição seja genérica, vaga e imprecisa. A peça em análise preencheu, também, esse requisito ao indagar pontualmente o entendimento de determinada regra do edital.

Por derradeiro, há o pressuposto que condiciona o exercício dessa faculdade a determinado lapso temporal, de forma que, ultrapassado o limite de tempo em que se poderia interpor os questionamentos reputados necessários, deixa de existir o direito conferido pela Lei àquela particular situação.

No caso corrente, a manifestação partiu de pretensos licitantes e, por isso, o juízo de admissibilidade deve lastrear-se nas disposições do §2º, art. 41 da Lei Licitatória.

Com termos semelhantes dispõe, também, o item 9 do Instrumento Convocatório (doc. 0705714), estipulando que:

> **9. DOS ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
>
> 9.1. Qualquer PEDIDO DE ESCLARECIMENTO em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos ou IMPUGNAÇÃO de seus termos deverá ser encaminhado, por escrito, à CPL, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, por meio do fax (92) 3655-0743, ou através do endereço eletrônico licitacao@mpam.mp.br, **até o dia 19/10/2021**, 2 (dois) dias úteis antes da data de abertura do Pregão, no horário de expediente da Instituição, de 8 às 14 horas.
>
> 9.2.1 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do pregão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
>
> 9.2.2 Acolhida a impugnação, ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.
>
> 9.2.3 A CPL pode, ainda, após emissão de parecer pela ASSESSORIA JURÍDICA da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em face da complexidade da decisão, suspender a data do certame até ulterior deliberação.

Faz-se mister, contudo, elucidar os critérios utilizados na contagem dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório, valendo-se, para tanto, de lição do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes[1], cujo excerto segue abaixo:

> "A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta"[2]. Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação:
>
> O dia 16/01/2019 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 15; o segundo, o dia 14; o terceiro dia 11. Portanto, até o dia 10, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá qualquer pessoa solicitar esclarecimentos de dúvidas face o ato convocatório (...).
>
> Caso a impugnação ou pedido de esclarecimento seja oferecido fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração.

Na mesma tônica, vejamos trecho do julgado exarado pelo Corte de Justiça do Estado do Acre em Agravo de Instrumento:

> (...) Em hipóteses como a da espécie em tela, a forma de contagem obedece à regra geral constante do CPC, segundo a qual exclui-se do cômputo o dia do início e inclui-se o do vencimento (art. 184, caput). O traço distintivo, porém, reside no fato de que durante o período de transcurso do prazo é proibida a prática do ato. (...) o prazo referido nos dispositivos legais em destaque é chamado de regressivo, ou inverso. Isso porque a respectiva contagem se dá para trás com a finalidade de impor um limite temporal na prática do ato que não seja dentro do período proibido. (...) No caso vertente, a abertura da sessão pública do Pregão Presencial nº 088/2008 foi aprazada para o dia 18 de dezembro de 2008, quinta-feira. Sendo assim, contando o prazo regressivamente a partir do dia 17, o último dia para impugnação do ato convocatório em questão seria o dia 15 de dezembro de 2008, isto porque o dia 16 de dezembro de 2008 foi o último dia proibido para a prática do ato. (TJ/AC, AI nº 2009.0000052,Rel. Des. Adair Longuini, j. em 12.05.2009.).

Vê-se, portanto, que, a partir de uma interpretação finalística do dispositivo legal ao norte especificado, a intenção do legislador foi justamente a de disponibilizar à Administração um tempo mínimo suficiente para a apreciação de eventuais recursos, neles inclusos impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, sendo assinalado para cada uma das hipóteses normativas prazos razoáveis para a tomada de decisões.

À luz dessas considerações, conforme já se disse alhures, a interessada interpôs suas solicitações aos 14/10/2021, às 15h50min e 15/10/2021, às 15h51min. Logo, as peças trazidas a esta CPL são **TEMPESTIVAS.**

3. RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que as disposições constantes do instrumento convocatório procuram alinhar-se, estritamente, aos auspícios dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, estabelecidos quer na **Lei n.° 8.666/1993,** Estatuto Nacional de Licitações e Contratos Administrativos, como também na **Lei n.° 10.520/2002,** quer na **Constituição Federal de 1988,** bem como, frisa-se, seguindo-se os mais lúcidos preceitos da doutrina de escol e da jurisprudência majoritária.

Nesse sentido, é mister recordar que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual a licitante reúne condições de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem desviar-se da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93, abaixo disposto:

> "*A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da* ***legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório****, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (****g.n.****)*

Em outras palavras, no que tange às contratações realizadas mediante licitação, deve a Administração Pública, em observância ao disposto no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93, garantir a igualdade na participação dos licitantes e a selecionar a proposta mais vantajosa, sem se afastar dos princípios básicos descritos no dispositivo supra.

Da análise do pedido colacionado, infere-se que a dúvida suscitada diz respeito às especificações e obrigações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045.**

3.1. DOS ASPECTOS TÉCNICOS DO OBJETO

Inicialmente, cumpre destacar que o único ponto a ser esclarecido a cargo desta Comissão consiste na forma a ser apresentada a documentação relativa à **Procuração - Quesito 1 do Pedido de Esclarecimento II**.

A dúvida suscitada na verdade fora ocasionado por um pequeno equívoco de interpretação.

O subitem mencionada na peça da interessada (subitem 4.3.) busca enfatizar que em caso de credenciamento por procurador ou em caso de substabelecimento, é obrigatória a apresentação da Procuração original, ou seja, aquele documento originário que concede poderes ao Procurador.

Logo, será plenamente aceitável a apresentação de documentos de credenciamento e de habilitação em originais, cópias autenticadas ou ainda, a possibilidade de autenticação administrativa por servidor desta Comissão, vejamos diversos trechos extraídos do próprio Edital que nos remetem a tal conclusão:

> 4.7. Todos os **documentos alusivos ao CREDENCIAMENTO**, caso a caso, deverão ser apresentados em **originais, cópias autenticadas por cartório competente, ou devidamente conferidas com os originais pela Comissão Licitante**, a fim de, igualmente, instruírem o procedimento correspondente.
> 4.7.1. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
>
> [...]
>
> 8.1. Os **documentos necessários à habilitação** deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e **poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial**, não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste edital.
>
> [...]
>
> 16.15. **Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL**. Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação;

Em face dos questionamentos lançados, as peças foram remetidas à análise e manifestação de uma Comissão, capitaneada pela Diretoria-Geral e Diretoria de Administração desta Instituição, órgão emissor do Termo de Referência supra, integrante do Edital ora questionado, nos termos do **MEMORANDO Nº 315.2021.CPL.0710201.2021.011045.**

Via de consequência, aquela Comissão se pronunciou no seguinte sentido, por meio das manifestações a seguir exposto de forma detalhada:

> **MEMORANDO Nº 77.2021.DG.0711400.2021.011045**
>
> Ao Senhor
> Edson Frederico Lima Paes Barreto
> Presidente da Comissão Permanente de Licitação
> NESTE EDIFÍCIO
>
> Assunto: Resposta aos Memorandos n.ºs 315.2021.CPL.0710201.2021.011045 e 316.2021.CPL.0710422.2021.011045
>
> Ilustríssimo Senhor,
>
> Cumprimentando-o cordialmente e, em atenção aos Memorandos n.ºs 315.2021.CPL.0710201.2021.011045 e 316.2021.CPL.0710422.2021.011045, dessa Comissão Permanente de Licitação – CPL, encaminhamos as respostas aos questionamentos apresentados pelo Banco BRADESCO:
>
> 1) Pedimos confirmar nosso entendimento que o Contrato decorrente do presente Pregão terá sua vigência a partir do término do contrato atual, ou seja, a partir de novembro de 2021.
>
> R) Sim. (A resposta questão 1 - consta no Memo 278.2021.DA.0698367.2021.011045)
>
> ESTRUTURA DE ATENDIMENTO
>
> 2) Pedimos confirmar nosso entendimento que caso este Banco seja vencedor do certame a estrutura que atualmente possui neste órgão atende as exigências do edital, ou seja, será garantido ao Banco que

ocupe os espaços onde encontra-se instalado atualmente, exceto em relação ao caixa eletrônico a ser instalado futuramente com a indicação do MP.

R) Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ.

3) Pedimos ratificar nosso entendimento que o Banco Vencedor do certame será a única instituição a Possuir Estrutura de Atendimento (AG.; PAB; PAE; etc) nas dependências do Órgão, com exclusividade, caso seja convencionado entre as partes, durante a vigência do contrato.

R) Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 3 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

4) Pedimos informar o endereço e quantidade de Membros/Servidores que circulam no local que será instalado futuramente o caixa eletrônico mencionado nos itens 2.3 "f" do termo de referência e cláusula segunda "f" da Minuta de Contrato disposta em edital.

R) Ainda não há endereço, pois, o prédio onde funcionará a nova unidade ainda é objeto de estudo para licitação, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ . (Resposta questão 5 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

5) Haverá cobrança de valor aluguel pela utilização dos espaços onde serão instaladas as estruturas de atendimento (PAB/PAE)? Em positivo, pedimos informar o valor e forma de pagamento.

R) Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 6 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

6) O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências do MP, durante o prazo do contrato?

R) Este item deve estar de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 7 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

FOLHA DE PAGAMENTO

7) Pedimos confirmar que a centralização e processamento da folha de pagamento dos servidores/membros será 100% exclusivo do banco vencedor do certame.

R) Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 2 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

8) Considerando que o objeto do edital contempla o pagamento dos servidores inativos e pensionistas, pedimos esclarecer:

a) Os mesmos recebem por algum Instituto/Fundo de Previdência ou são pagos pelo próprio MP? (Respostas questão 8.a - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

R) Os Inativos e pensionistas possuem duas folhas processadas:

- No âmbito do Ministério Público processa-se a folha de valores que não compreendem benefícios previdenciários (exemplo: valores indenizatórios); e,

- Pela Amazonprev é processada a folha de valores de benefícios previdenciários.

b) Caso os inativos e pensionistas recebam por Instituto/Fundo de Previdência, este assinará o contrato junto com o MP?

R) Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 8.b - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

TARIFA

9) Considerando o disposto na cláusula segunda, parágrafo segundo, letra "c" da minuta contratual a respeito da isenção da cobrança de anuidade de cartão de crédito, pedimos confirmar nosso entendimento que a gratuidade estará condicionada a bandeira visa.

R) Não está condicionada a alguma bandeira, conforme os termos do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-

CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 4 - Memo 278.2021.DA.0698367.2021.011045)

10) Confirmar o entendimento que será assegurado aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta-corrente).

R) Deverá ser assegurado aos beneficiários dos créditos as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta-corrente) e demais gratuidades previstas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ e seus anexos.

FORNECEDORES

11) O Banco vencedor do certame terá exclusividade para realizar os pagamentos aos fornecedores?

R) Sim, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 17 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

12) Os fornecedores deverão abrir conta-corrente no Banco vencedor do certame?

R) Não, de acordo com as condições consignadas no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ. (Resposta questão 18 - Memo 72.2021.DG.0697676.2021.011045)

Atenciosamente,

Vívian da Silva Donato Lopes Martins
Diretora-Geral da PGJ/AM

Patrícia Costa Martins
Diretora de Administração da PGJ/AM

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Ivanete de Oliveira Nascimento
Diretora de Planejamento da PGJ/AM

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM

Portanto, em vista de o cerne da indagação da interessada ser direto, o pronunciamento da Comissão foi pontual e suficientemente claro, restando por respondê-la cabalmente, dispensando maiores digressões.

4. CONCLUSÃO

Em face do exposto acima, este Pregoeiro, em cumprimento ao ***"Item 9"*** do ato convocatório, decide receber e conhecer do pleito apresentado pelo BANCO BRADESCO, para, no mérito, **reputar esclarecidos os questionamentos.**

Considerando que o teor da presente decisão não afeta a formulação das propostas por parte das empresas interessadas, conforme preleciona o artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, **mantém-se a realização do cotejo na data original, conforme publicação oficial, a fim de dar-se prosseguimento aos demais atos providenciais**.

É o que temos a esclarecer.

Manaus, 21 de outubro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 21/10/2021, às 09:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0710206** e o código CRC **059DEFA1**.

ATA DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 5.001/2021-CPL/MP/PGJ

PROCESSO SEI Nº 2021.011045

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS, COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, O PROCESSAMENTO DO PAGAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL DE MEMBROS E SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, A CONCESSÃO DE CRÉDITOS CONSIGNADOS PARA ESTES E PAGAMENTOS DE DEMAIS CREDORES DESTE ÓRGÃO, DENTRE OUTROS SERVIÇOS, COM CESSÃO ONEROSA DE USO DO ESPAÇO FÍSICO PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE POSTO DE ATENDIMENTO BANCÁRIO – PAB, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES.

PUBLICAÇÃO: Os Avisos da Licitação foram publicados no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas (DOMPE), edição de 05/10/2021, no Sistema Comprasnet no dia 06/10/2021 e no matutino local "Jornal do Commercio", edição de 07/10/2021.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniram-se na Sala de Treinamento do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento (CEAF), no 4.º andar do prédio sito à Av. Coronel Teixeira, nº 7.995, Nova Esperança, o Pregoeiro, **Sr. EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO** e a equipe de apoio composta pelos servidores **SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CÔRTES, IURY FECHINE RAMOS e FABÍOLA DE SOUZA MENDANHA** todos designados pela Portaria n.º 827/2021/SUBADM, para a sessão pública do pregão em epígrafe.

Inicialmente, o Pregoeiro concedeu 15 (quinze) minutos de tolerância, com fulcro no Item 16.18 do Edital.

Ata da Sessão Pública PP 5001-2021 (0714680) SEI 2021.011045 / pg. 443

Em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a Sessão Pública. Na ocasião, presentes (2) dois representantes do **BANCO BRADESCO S.A.** – CNPJ nº 60.746.948/0001-12.

Solicitado o credenciamento dos representantes da licitante presente, inclusive os documentos que os habilitavam à apresentação de lances verbais, informaram que estavam participando apenas na qualidade de ouvintes.

Assim, pela ausência de interessados e/ou inexistência de propostas, a Sessão foi encerrada, decretando-se, portanto, a licitação **DESERTA.**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ATA, que eu, **Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes**, digitei e vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Manaus, 22 de outubro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Pregoeiro – Portaria n.º 827/2021/SUBADM

Sarah Madalena B. S. Côrtes
Membro
Equipe de Apoio

Fabíola de Souza Mendanha
Membro-Suplente
Equipe de Apoio

Iury Fechine Ramos
Membro
Equipe de Apoio

Ata da Sessão Pública PP 5001-2021 (0714680) SEI 2021.011045 / pg. 444

RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 38.2021.CPL.0714703.2021.011045

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

O Pregoeiro, Senhor **EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO**, designado pela **Portaria n.º 827/2021/SUBADM**, de 14 de outubro de 2021 (doc. 0713703) dos autos, vem apresentar e submeter à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ, tipo **MAIOR LANCE OU OFERTA**, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global, concernente ao **Procedimento SEI n.º 2021.011045**, que tem por objeto a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.,* conforme as especificações e condições constantes do Edital e anexos.

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

A evolução dos autos ocorreu conforme descrição e datas constantes do **Histórico do Processo 2021.011045** disponível no próprio Sistema SEI.

2. DA PUBLICIDADE

Os Avisos da Licitação foram publicados no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas (DOMPE), edição de 05/10/2021 (doc. 0705875), no Sistema Comprasnet no dia 06/10/2021 (docs. 0706372 e 0706373) e no matutino local 'Jornal do Commercio", edição de 07/10/2021 (doc. 0714272), bem como, no sítio eletrônico desta instituição, via endereço: https://www.mpam.mp.br/servicos-sp-261893274/licitacoes/licitacoes-em-andamento.

3. DA SESSÃO PÚBLICA

No dia e hora agendados, reuniram-se o Pregoeiro e respectivos membros da Equipe de Apoio para, em atendimento às disposições contidas no procedimento interno de referência, realizar os procedimentos alusivos à repetição do Pregão Presencial n.º 5.001/2021-CPL/MP/PGJ.

Inicialmente, o Pregoeiro concedeu 15 (quinze) minutos de tolerância, com fulcro no Item 16.18 do Edital

Em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a Sessão Pública. Na ocasião, presentes (2) dois representantes do BANCO BRADESCO S.A. — CNPJ n.º 60.746.948/0001-12.

Solicitado o credenciamento dos representantes da licitante presente, inclusive os documentos que os habilitavam à apresentação de lances verbais, informaram que estavam participando apenas na qualidade de **ouvintes**.

Assim, pela ausência de interessados e/ou inexistência de propostas, a Sessão foi encerrada, decretando-se, portanto, a licitação **DESERTA**.

Ressalte-se, nesse contexto, que os **motivos determinantes** para a solicitação da presente contratação ainda persistem, haja vista o iminente vencimento do contrato atual e a necessidade de se ter ajuste específico para o *gerenciamento dos recursos financeiros da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas e o processamento do pagamento da folha de pessoal de membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas*.

Na oportunidade, forçoso registrar o ***desconhecimento*** deste Pregoeiro quanto aos motivos ensejadores do não comparecimento dos pretensos licitantes à sessão, embora tendo uma das instituições financeiras mais expressivas no mercado nacional tenham, inclusive, BANCO BRADESCO S/A, dirigido inúmeros pedidos de esclarecimentos quanto ao detalhamento do objeto licitado, conforme nos autos virtuais pela **DECISÃO Nº 35.2021.CPL.0710206.2021.011045.**

4. DA REPETIÇÃO, CONTRAÇÃO DIRETA E/OU PRORROGAÇAO

Em que pese vinculada à autorização dessa Administração Superior, a possibilidade de **repetição do certame** é inconteste e dispensa justificativas, já que, por buscar a contratação pela via licitatória, informa-se, obviamente, pelos mesmos critérios e princípios norteadores desse procedimento.

Por outro lado, quando se põe no foco da discussão a licitude de uma **contratação direta**, motivada pela deserção de um cotejo público, recai sobre o Administrador o dever de evidenciar que a repetição não poderá ocorrer sem risco de prejuízos à Administração e, nesse caso, necessariamente, preservar-se-ão todas as condições antevistas no instrumento convocatório, segundo ditame do art. 24, V, da Lei 8.666/93.

Vale lembrar, outrossim, que, nos termos do art. 24, VIII, da Lei n.º 8.666/93, à luz dos fundamentos do art. 37, inciso XXI (primeira parte), da Carta Magna de 1988, subsiste a prerrogativa de a Administração contratar **instituição financeira oficial** sem prévio procedimento licitatório, negociando diretamente com eventuais interessados.

Além disso, *in casu,* deparamo-nos com mais uma via legítima de instrumentalização da contratação almejada. Referimo-nos à possibilidade de **prorrogação do contrato atual**, já que a avença inicial formalizara-se em 2016 e cujo prazo de vigência admitiria, em tese, dilação até o limite fixado no § 4º, do art. 57, do Repositório Normativo Nacional de Licitações e Contratos.

5. DA CONCLUSÃO

Dessarte, este subscrevente faz retornarem os autos às mãos de Vossa Excelência para decisão que melhor aprover à Administração.

Em se tratando da primeira situação, o álbum processual deverá retornar a este Comitê para as providências de estilo, enquanto naquela última, dever-se-á ouvir a Assessoria Jurídica desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Por derradeiro, este subscrevente ousa sugerir que, em qualquer das hipóteses, os autos retornem à **Comissão demandante, capitaneada pela Diretoria-Geral e Diretoria de Administração,** na oportunidade de, caso necessário, proceder-se revisão na descrição e demais características do objeto da licitação em foco.

É o Relatório.

Manaus, 22 de outubro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Pregoeiro designado pela Portaria n.º 827/2021/SUBADM

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 22/10/2021, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0714703** e o código CRC **D12194C8**.

DESPACHO Nº 510.2021.01AJ-SUBADM.0717127.2021.011045

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Neste estágio processual, a Comissão Permanente de Licitação - CPL informou, por meio do Relatório de Licitação 38 (0714703):

> Assim, pela ausência de interessados e/ou inexistência de propostas, a Sessão foi encerrada, decretando-se, portanto, a licitação **DESERTA**.
>
> Ressalte-se, nesse contexto, que os **motivos determinantes** para a solicitação da presente contratação ainda persistem, haja vista o iminente vencimento do contrato atual e a necessidade de se ter ajuste específico para o *gerenciamento dos recursos financeiros da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas e o processamento do pagamento da folha de pessoal de membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas*.
>
> Na oportunidade, forçoso registrar o ***desconhecimento*** deste Pregoeiro quanto aos motivos ensejadores do não comparecimento dos pretensos licitantes à sessão, embora tendo uma das instituições financeiras mais expressivas no mercado nacional tenham, inclusive, BANCO BRADESCO S/A, dirigido inúmeros pedidos de esclarecimentos quanto ao detalhamento do objeto licitado, conforme nos autos virtuais pela **DECISÃO Nº 35.2021.CPL.0710206.2021.011045.**

Desta feita, enviou o processo à SUBADM para análise e manifestação quanto ao refazimento da disputa por intermédio de **novo certame** ou mediante **dispensa do procedimento.**

Além disso, **suscitou a possibilidade de prorrogação do contrato atual,** já que a avença inicial formalizara-se em 2016 e cujo prazo de vigência admitiria, em tese, dilação até o limite fixado no § 4º, do art. 57, do Repositório Normativo Nacional de Licitações e Contratos. Quanto ao tema, já se encontra em trâmite o aditivo em questão no bojo do processo SEI 2021.017866, em virtude da imprescindibilidade do serviço e os fracassos das licitações anteriores.

Neste quesito, vale lembrar que foram efetuadas duas tentativas de procedimento licitatório, sendo a primeira Pregão Eletrônico, em 24.09.2021, que restou deserta, conforme Relatório de Licitação 31 (0699622) e, a segunda, com novas diretrizes determinadas pelo Despacho 449 (0701213), Pregão Presencial, em 22.10.2021 que igualmente findou deserta.

Deste modo, diante de duas tentativas frustadas, e prazo exíguo para término do contrato atual, esta Administração Superior, baseada nos dispositivos da Lei n. 8.666/93, decidiu pela prorrogação excepcional, tendo então novo prazo de 6 meses para solução do caso.

Conforme já fundamentado no Despacho 370 (0679974) desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM, está-se diante de situação *sui generes***,** pois em que pese a Administração contratar, não despenderá valores na avença. Ao contrário, receberá contrapartida pela prestação do serviço bancário em caráter exclusivo. Isto porque, como explica o próprio TCU, "*o que se pretende é a contratação de um serviço atípico, pois não se contrata apenas um serviço a ser prestado*

à administração, mas a exploração econômica de um ativo". E segue com as orientações da Corte de Contas Federal:

> Conforme teor do Acórdão TCU 33466-2013 (0676563), o caso em questão guarda pecualiaridades e, por conta disso, aquela Corte de Contas Federal definiu que: I) a contratação deve ser instrumentalizada por meio de contrato administrativo; II) A Administração pode optar pela dispensa de licitação com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, c/c o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, desde que devidamente demonstrada a sua vantagem em relação à adoção do procedimento licitatório; III) em havendo interesse na participação de entidades públicas e privadas, deve ser realizada a licitação, em cumprimento aos princípios esculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, bem assim da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e de outros princípios correlatos estampados no artigo 3º da Lei 8.666/1993, adotando as seguinte medidas:
>
> - estimar o orçamento base da contrapartida financeira a ser paga pela futura contratada com fundamento em estudo ou avaliação de mercado, em cumprimento à finalidade da condição prevista no artigo 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;
> - realizar licitação na modalidade pregão, prevista na Lei 10.520/2001, preferencialmente sob forma eletrônica, conforme exige o artigo 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005, tendo por base critério "maior preço", em homenagem ao princípio da eficiência, insculpido no caput do artigo 37 da Constituição Federal e da seleção proposta mais vantajosa para a Administração Pública, inserto no caput do artigo 3º da Lei 8.666/1993.

A priori, a dispensa do procedimento licitatório estaria baseada no artigo 24, VIII, da Lei n. 8.666/93, senão vejamos:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

Em havendo interesse na participação de entidades públicas e privadas, deveria ser realizada a licitação, em cumprimento aos princípios esculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, bem assim da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e de outros princípios correlatos estampados no artigo 3º da Lei 8.666/1993. Tal instrução foi seguida, resultando em duas licitações desertas, ficando este Ministério Público sem outra alternativa que não prejudique o interesse público de suas contratações, que não seja, neste momento a dispensa de licitação, ainda que com a possibilidade de convocar instituições privadas.

Pelo exposto, considerando o artigo 24, V, da Lei Licitatória, **DECIDO pela dispensa da licitação.**

Procedendo a breve histórico das instituições bancárias existentes no país, aptas a desenvolver tais serviços, temos:

a) Banco do Brasil - instituição pública. Compõe a Administração Indireta, tendo a natureza jurídica de sociedade de economia mista, isto é, possui mais da metade do capital público, figurando o Estado como sócio majoritário, segundo as regras de organização administrativa;

b) Caixa Econômica - instituição pública. Compõe a Administração Indireta, tendo a natureza jurídica de empresa pública, isto é, possui capital inteiramente público, segundo as regras da organização administrativa;

c) Banco Bradesco - instituição privada

d) Banco Itaú - instituição privada

e) Banco Santander - instituição privada

Isto posto, diante das dificuldade apresentadas e do desconhecimento acerca dos motivos ensejadores do não comparecimento dos pretensos licitantes à sessão, embora, como relatou a CPL, tendo uma das instituições financeiras mais expressivas no mercado nacional, BANCO BRADESCO S/A, dirigido inúmeros pedidos de esclarecimentos quanto ao detalhamento do objeto licitado, **DETERMINO à Secretaria da SUBADM que providencie reunião via plataforma teams, dia 19.11.2021, às 09:00 hs, com a devida gravação e registro de Ata, para subsidiar os documentos constantes deste autos, em que deverão ser convidados Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco Bradesco e Banco Itaú, a fim de apresentar o Termo de Referência 7 (0684237) e discutir sobre a contratação almejada, objetivando posterior alcance de propostas válidas.**

Dê ciência dos trâmites aqui determinados à CPL.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 27 de outubro de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 27/10/2021, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0717127** e o código CRC **78BFAF04**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 383.2021.SUBADM.0725030.2021.011045

Manaus, 12 de novembro de 2021.

Aos Srs. Gerentes das Instituições Bancárias no Amazonas

BANCO BRADESCO

BANCO DO BRASIL

BANCO ITAÚ

BANCO SANTANDER

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Assunto: Convite para Reunião.

Senhores Gerentes,

Cumprimento-os com o presente, ao passo em que, no interesse do Processo SEI nº 2021.011045, que tem como objeto a contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários a esta Procuradoria-Geral de Justiça, venho convidar Vossas Senhorias para uma reunião, via Plataforma Teams, **dia 18.11.2021, às 09:00 hs,** visando a subsidiar os documentos constantes deste autos, apresentar o respectivo Termo de Referência e discutir sobre a contratação almejada, objetivando posterior alcance de propostas válidas.

Sem mais, para o momento, renovo a Vossas Senhorias os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 12/11/2021, às 11:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0725030** e o código CRC **752C8C88**.

E-mail - 0725118

Data de Envio:
12/11/2021 12:55:01

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
super.n.i@bb.com.br
sr2656am@caixa.gov.br
igor.carvalho@bradesco.com.br

Assunto:
Ciência de Ofício MPAM

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Atenciosamente,

Eduardo Ulysses Ramos Riker
Agente de Apoio - Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
SEI_MPAM - 0725030 - Ofício.pdf

E-mail - 0726096

Data de Envio:
16/11/2021 12:10:01

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
jnobre@santander.com.br

Assunto:
Encaminhamento do Ofício 383.2021.SubAdm

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
Oficio_0725030.html

E-mail - 0726581

Data de Envio:
16/11/2021 18:07:38

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
paula-regina.marques@itau-unibanco.com.br

Assunto:
Encaminhamento do Ofício 383.2021.SubAdm

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
Oficio_0725030.html

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 243.2021.SUBADM.0727452.2021.011045

CERTIFICO, para os devidos fins, o agendamento da reunião de trabalho solicitada nestes autos com criação de sala de reunião no Microsoft Teams e envio de link aos participantes.

É o que tinha a certificar.

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Ulysses Ramos Riker**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 17/11/2021, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0727452** e o código CRC **0A8EC60E**.

2021.011045 v2

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 494.2021.03AJ-SUBADM.0727738.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Trata-se de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Conforme já fundamentado no Despacho 370 (0679974), a presente contratação refere-se a uma situação *sui generis,* pois em que pese a Administração contratar, não despenderá valores na avença. Ao contrário, receberá contrapartida pela prestação do serviço bancário em caráter exclusivo. Isto porque, como explica o próprio TCU, "*o que se pretende é a contratação de um serviço atípico, pois não se contrata apenas um serviço a ser prestado à administração, mas a exploração econômica de um ativo*".

Já foram realizadas duas tentativas de certame público. O primeiro, Pregão Eletrônico, tipo maior oferta, realizado em **24/09/2021** e o segundo, Pregão Presencial, tipo maior lance ou oferta, ocorrido no último dia **22/10/2021**, sendo que em ambas as oportunidades as licitações foram **desertas** (não acudiram interessados) - vide Relatórios de Licitação 31 (0699622) e 38 (0714703).

Diante desse cenário, o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ teve sua vigência excepcionalmente prorrogada para além dos 60 (sessenta) meses, por mais 06 (seis) meses, tempo que a Administração dispõe para realizar a nova contratação, com data-limite em **07 de maio de 2022** - vide Processo SEI nº 2021.017866.

É certo, ademais, que, no Despacho 510 (0717127), foi determinada a realização de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, *in litteris*:

> Art. 24. É dispensável a licitação: [...]
> V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

Na mesma ocasião, esta SUBADM, diante das dificuldade apresentadas e do desconhecimento acerca dos motivos ensejadores do não comparecimento dos pretensos licitantes à sessão, embora tenha sido relatado que uma das instituições financeiras mais expressivas no mercado nacional, BANCO BRADESCO S/A, dirigiu inúmeros pedidos de esclarecimentos quanto ao detalhamento do objeto licitado, determinou à Secretaria da SUBADM que providenciasse reunião via plataforma teams, dia **19/11/2021, às 09:00hs**, com a devida gravação e registro de Ata, para subsidiar os documentos constantes deste autos, em que deverão ser convidados BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA, BANCO BRADESCO, BANCO ITAÚ E BANCO SANTANDER, a fim de apresentar o Termo de Referência e discutir sobre a contratação almejada, objetivando posterior alcance de propostas válidas.

Após a devida notificação das instituições bancárias, e tendo sido ajustada a data da reunião para o dia **18/11/2021, às 09:00hs**, a reunião pública foi devidamente realizada e gravada, tendo comparecido todas as instituições convidadas com os seguintes representantes:

INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	REPRESENTANTE(S)	CONTATOS
Banco Bradesco	Igor Leite de Carvalho	igor.carvalho@bradesco.com.br
Banco do Brasil	Raimundo da Silva Baia Tatiany Braga Ramos	raimundobaia@bb.com.br – 99132-1743 tatianybr@bb.com.br
Caixa Econômica Federal	Diego da Cruz Sobreira	seg6943am@caixa.gov.br
Banco Itaú	Paula	regina.marques@itau-unibanco.com.br
Banco Santander	Jonathan Nobre	jnobre@santander.com.br – 11 97249 7017

Durante a reunião em comento, conforme se pode atestar em sua gravação realizada via *Plataforma Teams*,

inicialmente foram expostas as condições do Termo de Referência que norteia a presente contratação - vide Termo de Referência 8 (0704361), apresentado por ocasião da segunda tentativa de certame.

Ato contínuo, foram realizadas ponderações pelos representantes das instituições bancárias, as quais apontam para a necessidade de ajustes pontais no referido documento, especificamente quanto à redação de alguns itens, de modo a tornar mais clara a quantidade de servidores do MPAM localizados na capital (inclusive por unidade) e no interior e as exigências relacionadas à estrutura a ser disponibilizada pela instituição financeira nos municípios do interior.

Com essas considerações, **determino o retorno dos autos à Comissão Responsável pela fiscalização do objeto da presente contratação tão somente para providenciar as alterações redacionais debatidas na reunião em questão, além de avaliar eventual necessidade de alteração do valor da contrapartida (item 3), com a urgência que o caso requer**.

Ultimada tal providência, **os autos devem retornar a esta SUBADM para que a Secretaria providencie o envio do novo Termo de Referência às instituições bancárias acima listadas, concedendo-lhes o prazo de 05 (cinco) dias para manifestação, inclusive quanto a eventuais pedidos de esclarecimentos**.

Cumpra-se com as cautelas de estilo.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 18 de novembro de 2021.

GEBER MÁFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 18/11/2021, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0727738** e o código CRC **1CBAEF71**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 88.2021.DG.0729678.2021.011045

A Sua Excelência o Senhor

Doutor **GÉBER MAFRA ROCHA**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Encaminha nova versão do Termo de Referência cujo objeto é a contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários.

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Cumprimento-o com o presente e, em atendimento ao Despacho Nº 494.2021.03AJ-SUBADM.0727738.2021.011045, encaminho, para vossa apreciação e manifestação a nova versão do Termo de Referência Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045, cujo objeto é Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Nesta oportunidade, informamos que, considerando as ponderações apresentadas pelos representantes das instituições bancárias por ocasião da reunião pública realizada dia 18/11/2021, às 09:00h, via *Plataforma Teams,* e as tratativas firmadas por esta Comissão Especial e essa SUBADM, foram efetuadas as seguintes alterações no Termo de Referência:

- **Subitem 2.2.1** – Atualização dos Dados da Folha de Pagamento – Tabelas 1, 2 e 3; e respectivo desmembramento das quantidades de cargos da capital e interior;

- **Subitem 2.2.2** – Atualização dos Dados referentes ao orçamento previsto e realizado – Tabelas 4, 5 e 6;

- **Item 3 – Da contrapartida** – conforme orientação sugerida no Despacho Nº 494.2021.03AJ-SUBADM.0727738.2021.011045, para que esta Comissão avaliasse a eventual necessidade de alteração do valor da contrapartida, sugerimos o valor de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), com base na atualização monetária efetuada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (tendo por data inicial o mês de outubro de 2016 até o mês de outubro de 2021), e não mais o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, como havia sido estabelecido anteriormente.

  Considerando que a licitação foi deserta, acredita-se que, com a nova precificação, a competição será ampliada com uma oferta mais atrativa para as instituições interessadas e, consequentemente, uma melhor possibilidade de escolha para esta PGJ/AM.

- **Subitem 7.2** - Alteração da redação anterior, tendo em vista a ampliação da forma de atendimento e disponibilização do serviços, os quais poderão ocorrer por meio de agências, correspondentes bancários, postos de atendimento, caixas eletrônicos, bancos postais, casas lotéricas, aplicativos ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos os mais elevados votos de consideração e apreço.

Respeitosamente,

Vívian da Silva Donato Lopes Martins
Diretora-Geral da PGJ/AM

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Patrícia Costa Martins
Diretora de Administração da PGJ/AM

Ivanete de Oliveira Nascimento
Diretora de Planejamento da PGJ/AM

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 07/12/2021, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 09/12/2021, às 09:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 09/12/2021, às 09:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da**

Seção de Folha de Pagamento - SFP, em 09/12/2021, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 09/12/2021, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0729678** e o código CRC **713EBF50**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, terá seu termo final em 07 de novembro de 2021, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da CONTRATADA e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATANTE, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da CONTRATANTE, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

2.2. Para fins de caracterização dos itens acima que detalham o objeto, devem ser tidas em conta as seguintes informações:

2.2.1 Dados referentes à alínea “a”:

a) Sobre a folha de pagamento da PGJ/AM, novembro de 2021.

Valor Bruto: R$ 17.270.933,95 (dezessete milhões, duzentos e setenta mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos)

Valor Líquido: R$ 10.987.267,49 (dez milhões, novecentos e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e nove centavos)

TABELA 1 - Folha de Pagamento da PGJ/AM por faixa de renda
Mês: novembro de 2021

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	197
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	51
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	41
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	89
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	116
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	143
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	104

Acima de R$ 30.000,00	265
Total	**1006**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

TABELA 2 - Quantitativo de cargos PGJ/AM
Mês: novembro de 2021

Classe	Cargo	Quantidade		
		Capital	Interior	TOTAL
Membro	Procurador de Justiça	21	0	21
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Inicial	0	46	46
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Final	97	0	97
Membro	Promotor de Justiça Substituto	0	11	11
Servidor	Agente de Apoio	159	1	160
Servidor	Agente de Serviço	58	1	59
Servidor	Agente Técnico	185	2	187
Servidor	Cedido	5	0	5
Servidor	Comissionado	26	70	96
Servidor	Militar à Disposição	39	0	39
Estagiários	Estagiários	121	41	162
Inativos	Inativos	75	0	75
Pensionistas	Pensionistas	48	0	48
Total		**834**	**172**	**1006**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

b) Sobre consignações na folha de pagamento da PGJ/AM

TABELA 3 - Consignações PGJ/AM
Mês: novembro de 2021

PERÍODO	QTD SERVIDOR	VALOR
DEZ / 2020	393	562.636,72
JAN / 2021	387	550.874,25
FEV / 2021	379	548.292,67
MAR / 2021	369	530.673,93
ABR / 2021	369	522.079,69
MAI / 2021	376	544.495,35
JUN / 2021	390	554.373,08
JUL / 2021	394	551.734,89
AGO / 2021	408	566.854,12
SET / 2021	418	574.501,19
OUT / 2021	420	578.853,45
NOV / 2021	433	588.775,11

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

2.2.2 Dados referentes à alínea “b”:

TABELA 4 – Orçamento autorizado e realizado pela PGJ, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	273.598.002,12	270.329.757,27	237.482.095,21	237.479.186,87	243.310.312,73	238.606.353,04	225.610.505,00	190.007.462,79
Outras despesas correntes	86.141.506,05	84.090.211,14	59.112.982,26	58.416.080,32	77.476.032,18	75.393.008,58	63.263.546,88	72.527.138,32

Investimentos	8.096.935,39	7.785.653,81	3.488.021,02	3.468.883,44	2.019.026,69	1.876.145,52	16.125.948,12	2.845.877,42
Total	**367.836.443,56**	**362.205.622,22**	**300.083.098,49**	**299.364.150,63**	**322.805.371,60**	**315.875.507,14**	**305.000.000,00**	**265.380.478,53**

Dados até 22/11/2021 (*parcial de 22/11/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 5 – Orçamento autorizado e realizado pelo FAMP, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	1.291.910,33	0,00	542.578,14	0,00	856.000,00	0,00	416.000,00	0,00
Investimentos	1.938.380,50	0,00	1.091.014,81	0,00	229.000,00	0,00	239.000,00	0,00
Inversões Financeiras	-	-	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	45.000,00	0,00
Total	**3.230.290,83**	**0,00**	**1.733.592,95**	**0,00**	**1.185.000,00**	**0,00**	**700.000,00**	**0,00**

Dados até 22/11/2021 (*parcial de 22/11/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

TABELA 6 – Orçamento autorizado e realizado pelo PROVITA, no período 2018-2021, em R$ milhões

Itens	2018		2019		2020		2021*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**

Dados até 22/11/2021 (*parcial de 22/11/2021).
Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

Obs.: No PROVITA, os valores das colunas “previsto” (autorizado final/ano), nos encerrados de 2018 a 2020, se encontram com registro zero (R$ 0,00) no Relexeorc, visto que a UG repassou integralmente(destacou) seu orçamento para execução pela PGJ, e nesta UG foi incorporado.

2.3 DOS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA

2.3.1 A CONTRATADA deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça (pessoa jurídica):

a) Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela Instituição Financeira.

b) Abertura e manutenção de contas-correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c) Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

d) Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da CONTRATANTE, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (internet), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente para todas as contas-correntes em nome da ProcuradoriaGeral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e) Remuneração dos recursos depositados em contas-correntes, caução e outras, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses do Órgão, observando as recomendações do Banco Central do Brasil relativas às aplicações de recursos públicos.

f) Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/ProcuradoriaGeral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 05 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos

seguintes locais: 02 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. André Araújo, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 01 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da CONTRATANTE;

f.1) A CONTRATADA terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra.

f.2) O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário e demais terminais de caixa eletrônico será de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da aprovação do projeto e liberação do espaço pela CONTRATANTE, prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "g".

f.4) A CONTRATADA deverá assinar Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5) As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela instituição vencedora, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "g".

2.4 DOS SERVIÇOS – PESSOA FÍSICA

2.4.1 A CONTRATADA deverá oferecer os seguintes produtos e serviços para pessoas físicas, compreendendo membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:

a) Abertura e manutenção de contas salários, contas-correntes e contas poupanças em nome dos correntistas, sem custos.

b) Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1) 05 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta-corrente e conta poupança;

b.2) 02 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3) 02 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4) Transferências de recursos entre contas da própria CONTRATADA;

b.5) 05 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6) 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização.

b.7) 01 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de conta-salário, conta-corrente e poupança.

c) Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d) Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, com prazos de até 120 (cento e vinte) meses, para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATADA e em conexão com o previsto na alínea "a" do item 2.1.

e) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

f) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

g) Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

2.4.2 Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS e a CONTRATANTE anteriormente a assinatura do contrato.

2.4.3 Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

2.4.4 Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

2.4.5 Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos no presente tópico, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB.

2.5 A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da CONTRATADA, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

3. DA CONTRAPARTIDA

3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)**, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, podendo ser creditado em no máximo duas parcelas, de modo que a primeira seja paga em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, e a segunda em até 06 (seis) meses após o pagamento da primeira, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Na fase pertinente do certame, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

4.1.2 Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

5.1.1 Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da CONTRATADA, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

5.1.2 A indenização referida no item anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o início do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.

5.2 A CONTRATADA deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e on line, através da rede mundial de computadores internet, sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3 A Instituição Financeira CONTRATADA deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da CONTRATANTE, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

5.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da Procuradoria-Geral de Justiça que regular a matéria.

5.5 Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta-salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).

5.6 Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas-correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a CONTRATADA.

6. DO TERMO DE CESSÃO DE USO

6.1 A Cessão de Uso de que trata o presente Termo de Referência será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário, o qual não poderá ser destinado à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.2 A CONTRATANTE deverá permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

6.3 A Cessão de Uso de que trata o presente instrumento terá o mesmo prazo de vigência do contrato, nos termos estabelecidos no subitem 5.1.

6.4 Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela CONTRATADA, esta deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis;

6.5 A CONTRATANTE poderá revogar a Cessão de Uso

6.5.1 Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela CONTRATADA;

6.5.2 Por razão de interesse público que assim o justifique.

6.6 A denúncia da Cessão de Uso poderá ser feita pela CONTRATADA nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.

6.7 Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a CONTRATADA, terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do local.

6.8 As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da CONTRATANTE, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste instrumento, de acordo com as cláusulas contratuais e disposições legais e regulamentares cabíveis, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas.

7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, os serviços objeto deste Termo de Referência, os quais poderão ocorrer por meio de agências, correspondentes bancários, postos de atendimento, caixas eletrônicos, bancos postais, casas lotéricas, aplicativos ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.

7.3 A CONTRATADA deverá designar agência bancária localizada em Manaus-AM com estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.

7.4 A CONTRATADA promoverá, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, com coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da CONTRATANTE.

7.5 A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização dos mesmos.

7.6 A CONTRATADA deverá efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços.

7.6.1 Deverá solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da CONTRATANTE, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da CONTRATANTE.

7.6.2 A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.6.3 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7.7 A CONTRATADA deverá assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.7.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à CONTRATANTE responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

7.7.2 A CONTRATADA deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

7.8 A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que esta julgar necessário.

7.9 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da CONTRATANTE, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE.

7.9.1 Deverá responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

7.10 A CONTRATADA deverá informar aos BENEFICIÁRIOS interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na CONTRATADA todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.

7.11 Deverá realizar cruzamento dos números de CPF informados pela CONTRATANTE com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo BENEFICIÁRIO já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta-corrente.

7.12 Deverá disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos BENEFICIÁRIOS.

7.13 Deverá manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à CONTRATANTE, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da CONTRATANTE e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.

7.14 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.

7.15 Caso ocorra do crédito do salário não estar disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da CONTRATANTE.

7.16 Comunicar à CONTRATANTE, até o 1º (primeiro) dia subsequente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.

7.17 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por

regulamentação do Banco Central.

7.18 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

7.19 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.

7.20 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

7.21 A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.

7.21.1 A CONTRATADA deverá arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

7.22 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.

7.23 A CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades em dias de expediente da CONTRATANTE, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a CONTRATADA deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

7.23.1 O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante prévio entendimento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

7.23.2 Nos dias estabelecidos pela CONTRATANTE como os dias de pagamento de seus membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo dois funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

7.23.3 A CONTRATADA deverá executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

7.24 A CONTRATADA deverá executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

7.25 A CONTRATADA se obriga a manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada, à CONTRATADA, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

7.26 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

7.26.1 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, uma vez que inexiste qualquer vinculação da CONTRATADA com esta Instituição Ministerial em relação a essas obrigações.

7.26.2 Além dos encargos pertinentes, será responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à CONTRATANTE ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.27 A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

7.28 A CONTRATADA ficará obrigada a manter-se, durante o período do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na futura licitação, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

7.29 A CONTRATADA deverá aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

7.30 A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.30.1 A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

7.23 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ-AM:

8.1 Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.

8.2 Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas.

8.3 Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à CONTRATADA. Comissão Permanente de Licitação EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ Av. Coronel Teixeira, 7.995. Nova Esperança. Cep.: 69037-473. Fone-Fax: (92) 3655-0701/0743.

8.4 Colocar à disposição da CONTRATADA a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, livre e desembaraçada e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.

8.5 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devam ser interrompidas.

8.6 Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.

8.7 Permitir o acesso do pessoal autorizado da CONTRATADA para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.

8.8 Permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

8.9 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições da presente contratação.

9.2. Conforme o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, na hipótese da CONTRATADA, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da presente contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato/objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, e no Edital e das demais cominações legais.

9.3 Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na seção de penalidades deste Termo de Referência:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da CONTRATANTE para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da CONTRATANTE, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, com as especificações constantes no edital e no contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2) executar o serviço inerente ao objeto contratado com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

e.4) apresentar documentação falsa;

e.5) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7) fornecer declaração falsa;

e.8) cometer fraude fiscal;

e.9) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA não cumprir os as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital e do contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a

Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.4 O descumprimento, pela CONTRATADA, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à CONTRATANTE judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

9.4.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Terceira – Da Contrapartida.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela FISCALIZAÇÃO e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria CONTRATANTE.

10. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis à espécie, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e integra o procedimento interno respectivo.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 07/12/2021, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 09/12/2021, às 09:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 09/12/2021, às 09:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 09/12/2021, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 09/12/2021, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0729312** e o código CRC **250CB5F1**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 425.2021.SUBADM.0741083.2021.011045

Manaus, 10 de dezembro de 2021.

A Sua Senhoria
DIEGO DA CRUZ SOBREIRA
Caixa Econômica Federal
seg6943am@caixa.gov.br

Assunto: Encaminha **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045.**

Senhor Gerente,

Cumprimento-o cordialmente com o presente e, à oportunidade, considerando o avençado em reunião administrativa ocorrida em 18/11/2021, faço chegar às mãos de Vossa Senhoria o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045**, elaborado em substituição ao TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045.

Referido instrumento pretende nortear o processo de contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e a concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros, pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Considerando tratar-se de versão apriorística de referido Termo, encaminhamos a minuta em questão para que Vossa Senhoria, querendo, possa apresentar considerações, no prazo de 05 (cinco) dias.

Na certeza de poder contar com vossa costuneira atenção e cordialidade, reitero votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 10/12/2021, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0741083** e o código CRC **6DAA6F17**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 426.2021.SUBADM.0741136.2021.011045

Manaus, 10 de dezembro de 2021.

A Sua Senhoria
JONATHAN NOBRE
Banco Santander
jnobre@santander.com.br

Assunto: Encaminha **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045.**

Senhor Gerente,

Cumprimento-o cordialmente com o presente e, à oportunidade, considerando o avençado em reunião administrativa ocorrida em 18/11/2021, faço chegar às mãos de Vossa Senhoria o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045**, elaborado em substituição ao TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045.

Referido instrumento pretende nortear o processo de contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e a concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros, pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Considerando tratar-se de versão apriorística de referido Termo, encaminhamos a minuta em questão para que Vossa Senhoria, querendo, possa apresentar considerações, no prazo de 05 (cinco) dias.

Na certeza de poder contar com vossa costuneira atenção e cordialidade, reitero votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 10/12/2021, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0741136** e o código CRC **DF75B00C**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 427.2021.SUBADM.0741139.2021.011045

Manaus, 10 de dezembro de 2021.

A Sua Senhoria

PAULA REGINA MARQUES

Banco Itaú

paula-regina.marques@itau-unibanco.com.br

Assunto: Encaminha **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045.**

Senhora Gerente,

Cumprimento-a cordialmente com o presente e, à oportunidade, considerando o avençado em reunião administrativa ocorrida em 18/11/2021, faço chegar às mãos de Vossa Senhoria o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045**, elaborado em substituição ao TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045.

Referido instrumento pretende nortear o processo de contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e a concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros, pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Considerando tratar-se de versão apriorística de referido Termo, encaminhamos a minuta em questão para que Vossa Senhoria, querendo, possa apresentar considerações, no prazo de 05 (cinco) dias.

Na certeza de poder contar com vossa costuneira atenção e cordialidade, reitero votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

GÉBER MAFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 10/12/2021, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0741139** e o código CRC **1AF82C44**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 428.2021.SUBADM.0741142.2021.011045

Manaus, 10 de dezembro de 2021.

A Sua Senhoria
IGOR LEITE DE CARVALHO
Banco Bradesco S/A
igor.carvalho@bradesco.com.br

Assunto: Encaminha **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045.**

Senhor Gerente,

Cumprimento-o cordialmente com o presente e, à oportunidade, considerando o avençado em reunião administrativa ocorrida em 18/11/2021, faço chegar às mãos de Vossa Senhoria o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045**, elaborado em substituição ao TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045.

Referido instrumento pretende nortear o processo de contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e a concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros, pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Considerando tratar-se de versão apriorística de referido Termo, encaminhamos a minuta em questão para que Vossa Senhoria, querendo, possa apresentar considerações, no prazo de 05 (cinco) dias.

Na certeza de poder contar com vossa costuneira atenção e cordialidade, reitero votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 10/12/2021, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0741142** e o código CRC **CAC5929C**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 429.2021.SUBADM.0741144.2021.011045

Manaus, 10 de dezembro de 2021.

A Sua Senhoria
RAIMUNDO DA SILVA BAIA
Banco do Brasil
raimundobaia@bb.com.br

Assunto: Encaminha **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045.**

Senhor Gerente,

Cumprimento-o cordialmente com o presente e, à oportunidade, considerando o avençado em reunião administrativa ocorrida em 18/11/2021, faço chegar às mãos de Vossa Senhoria o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045**, elaborado em substituição ao TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045.

Referido instrumento pretende nortear o processo de contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e a concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros, pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Considerando tratar-se de versão apriorística de referido Termo, encaminhamos a minuta em questão para que Vossa Senhoria, querendo, possa apresentar considerações, no prazo de 05 (cinco) dias.

Na certeza de poder contar com vossa costuneira atenção e cordialidade, reitero votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 10/12/2021, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0741144** e o código CRC **F2F8C04B**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 430.2021.SUBADM.0741146.2021.011045

Manaus, 10 de dezembro de 2021.

A Sua Senhoria
TATIANY BRAGA RAMOS
Banco do Brasil
tatianybr@bb.com.br

Assunto: Encaminha **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045.**

Senhora Gerente,

Cumprimento-a cordialmente com o presente e, à oportunidade, considerando o avençado em reunião administrativa ocorrida em 18/11/2021, faço chegar às mãos de Vossa Senhoria o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045**, elaborado em substituição ao TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045.

Referido instrumento pretende nortear o processo de contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e a concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros, pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Considerando tratar-se de versão apriorística de referido Termo, encaminhamos a minuta em questão para que Vossa Senhoria, querendo, possa apresentar considerações, no prazo de 05 (cinco) dias.

Na certeza de poder contar com vossa costuneira atenção e cordialidade, reitero votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 10/12/2021, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0741146** e o código CRC **F0BFE05E**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 431.2021.SUBADM.0741147.2021.011045

Manaus, 10 de dezembro de 2021.

A Sua Senhoria
SEBASTIÃO VANDERLAN BORGES SOARES
Banco do Brasil
sebastian@bb.com.br

Assunto: Encaminha **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045.**

Senhor Gerente,

Cumprimento-o cordialmente com o presente e, à oportunidade, considerando o avençado em reunião administrativa ocorrida em 18/11/2021, faço chegar às mãos de Vossa Senhoria o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045**, elaborado em substituição ao TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.DG.0704361.2021.011045.

Referido instrumento pretende nortear o processo de contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e a concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros, pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Considerando tratar-se de versão apriorística de referido Termo, encaminhamos a minuta em questão para que Vossa Senhoria, querendo, possa apresentar considerações, no prazo de 05 (cinco) dias.

Na certeza de poder contar com vossa costuneira atenção e cordialidade, reitero votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 10/12/2021, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0741147** e o código CRC **98CAAFEF**.

E-mail - 0741251

Data de Envio:
10/12/2021 16:59:37

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
seg6943am@caixa.gov.br

Assunto:
Encaminhamento do Ofício 425.2021.SubAdm

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
Oficio_0741083.html
Termo_de_Referencia_0729312.html

E-mail - 0741252

Data de Envio:
10/12/2021 17:00:30

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
jnobre@santander.com.br

Assunto:
Encaminhamento do Ofício 426.2021.SubAdm

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
Oficio_0741136.html
Termo_de_Referencia_0729312.html

E-mail - 0741254

Data de Envio:
10/12/2021 17:01:40

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
paula-regina.marques@itau-unibanco.com.br

Assunto:
Encaminhamento do Ofício 427.2021.SubAdm

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
Oficio_0741139.html
Termo_de_Referencia_0729312.html

E-mail - 0741255

Data de Envio:
10/12/2021 17:02:26

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
igor.carvalho@bradesco.com.br

Assunto:
Encaminhamento do Ofício 428.2021.SubAdm

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
Oficio_0741142.html
Termo_de_Referencia_0729312.html

E-mail - 0741256

Data de Envio:
10/12/2021 17:03:37

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
raimundobaia@bb.com.br

Assunto:
Encaminhamento do Ofício 429.2021.SubAdm

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
Oficio_0741144.html
Termo_de_Referencia_0729312.html

E-mail - 0741257

Data de Envio:
10/12/2021 17:04:48

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
tatianybr@bb.com.br

Assunto:
Encaminhamento do Ofício 430.2021.SubAdm

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
Oficio_0741146.html
Termo_de_Referencia_0729312.html

E-mail - 0741258

Data de Envio:
10/12/2021 17:05:48

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
sebastian@bb.com.br

Assunto:
Encaminhamento do Ofício 431.2021.SubAdm

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
Oficio_0741147.html
Termo_de_Referencia_0729312.html

ENC: Encaminhamento do Ofício 427.2021.SubAdm

2191 Paula GGP <paula-regina.marques@itau-unibanco.com.br>

Seg, 13/12/2021 08:51

Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Cc: 0522 Antonio Carlos <antonio-carlos.goncalves@itau-unibanco.com.br>

Bom Dia Mona Larissa, acuso o recebimento.

Att,

Paula R. Marques
Gerente Geral Comercial
paula-regina.marques@itau-unibanco.com.br
Horário de atendimento por e-mail: 08h as 17h Conte com nossa central de atendimento e toda conveniência dos nossos canais digitais acessando sua conta pela internet, celular ou nos caixas eletrônicos Itaú.
Central de Atendimento PF:
4004.4828 (capitais e regiões metropolitanas)
0800 970 4828 (demais regiões)
Central de Atendimento PJ:
4090 1685 (capitais e regiões
0800 770 1685 (demais)
Itaú Unibanco

Corporativo | Interno

-----Mensagem original-----
De: MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br> Enviada em: sexta-feira, 10 de dezembro de 2021 18:02
Para: 2191 Paula GGP <paula-regina.marques@itau-unibanco.com.br>
Assunto: Encaminhamento do Ofício 427.2021.SubAdm

Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

"Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer

Anexo Confirmação de leitura Itaú (0746036) SEI 2021.011045 / pg. 492

responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

Anexo Confirmação de leitura Itaú (0746036) SEI 2021.011045 / pg. 493

RES: Encaminhamento do Ofício 428.2021.SubAdm

IGOR LEITE DE CARVALHO <igor.carvalho@bradesco.com.br>

Sex, 10/12/2021 17:07

Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Boa tarde
Acuso recebimento

Atenciosamente

Igor Leite Carvalho, CFP®
4864 / Departamento Bradesco Poder Público
Tel.: (92) 3133-7169 (92) 9.9257-2164
Igor.carvalho@bradesco.com.br
BANCO BRADESCO S.A.
AV. Eduardo Ribeiro, 475 Centro, Manaus AM
Certificação ANBIMA - CEA

Classificação: INTERNA."O acesso ao conteúdo desta mensagem está autorizado, exclusivamente, aos Administradores e Funcionários da Organização Bradesco. A reprodução desta mensagem a pessoas não enquadradas deve ser autorizada pelo Gestor da Informação. Para identificá-lo contate o remetente".

-----Mensagem original-----
De: MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>
Enviada em: sexta-feira, 10 de dezembro de 2021 17:02
Para: IGOR LEITE DE CARVALHO <igor.carvalho@bradesco.com.br>
Assunto: Encaminhamento do Ofício 428.2021.SubAdm

Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

AVISO LEGAL
...Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este E-Mail, promovendo, desde logo, a eliminação do seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle. Fica desprovida de eficácia e validade a mensagem que contiver vínculos obrigacionais,

Anexo Confirmação de leitura Bradesco (0746037) SEI 2021.011045 / pg. 494

expedida por quem não detenha poderes de representação.
LEGAL ADVICE
...This message is exclusively destined for the people to whom it is directed, and it can bear private and/or legally exceptional information. If you are not addressee of this message, since now you are advised to not release, copy, distribute, check or, otherwise, use the information contained in this message, because it is illegal. If you received this message by mistake, we ask you to return this email, making possible, as soon as possible, the elimination of its contents of your database, registrations or controls system. The message that bears any mandatory links, issued by someone who has no representation powers, shall be null or void.

Anexo Confirmação de leitura Bradesco (0746037) SEI 2021.011045 / pg. 495

RE: Encaminhamento do Ofício 429.2021.SubAdm

Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>

Sex, 10/12/2021 17:45

Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Cc: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>

#interna

Prezados,

Acusamos o recebimento, ao tempo que agradecemos a atenção e estaremos providenciando demais procedimentos.

Cordialmente,

Raimundo da Silva Baía – CPA 20
Gerente de Negócios

BANCO DO BRASIL
ESCRITÓRIO SETOR PÚBLICO AMAZONAS
CEL: (92) 99132-1743
raimundobaia@bb.com.br / age3563@bb.com.br

De: MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>
Enviado: sexta-feira, 10 de dezembro de 2021 18:03
Para: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>
Assunto: Encaminhamento do Ofício 429.2021.SubAdm

Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexo Confirmação de leitura Banco do Brasil (0746038) SEI 2021.011045 / pg. 496

ENC: Encaminhamento do Ofício 429.2021.SubAdm

Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>

Qui, 16/12/2021 18:25

Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Cc: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>

#interna

Senhor Subprocurador-Geral,

Em atenção a presente mensagem, solicitamos informar quanto as questões abaixo:

Atualmente a gestora do portal de Consignação do MP é a Empresa Fenixsoft. A empresa cobra das instituições financeiras 2% sobre cada parcela de empréstimo consignado. Pergunta: A instituição financeira que pagar pelo direito da centralização da folha de pagamento ficará isenta desse custo adicional?

Quais as instituições financeiras que operam atualmente no crédito consignado do Ministério Público e qual o share de cada uma?

Considerando que os serviços bancários podem ser prestados por meio digital, a instalação de PAB poderia ser substituída por TAAs?

At.te.,

Sebastião Vanderlan Borges Soares, CPA20
Gerente Geral
ESCRITÓRIO SETOR PÚBLICO AMAZONAS
Tel (92) 3612-0400 / (92) 99152-9046
age3563@bb.com.br / sebastian@bb.com.br



De: MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>
Enviado: sexta-feira, 10 de dezembro de 2021 18:03
Para: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>
Assunto: Encaminhamento do Ofício 429.2021.SubAdm

Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexo Questionamento Banco do Brasil (0746039) SEI 2021.011045 / pg. 497

ENC: Encaminhamento do Ofício 428.2021.SubAdm (respostas hoje: 17-12)

SANDRA REGINA GUERRA ALMEIDA <sandrag.almeida@bradesco.com.br>

Sex, 17/12/2021 11:54

Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Cc: FLAVIO GOMES FRAGOSO DE ALBUQUERQUE <flaviof.albuquerque@bradesco.com.br>; MARCUS VINICIUS PIOTO <marcus.pioto@bradesco.com.br>; MARIANA APARECIDA DA SILVA ABE <marianaaparecida.silva@bradesco.com.br>; JULIANA MARIA HERNANDES DOS SANTOS MADIK <julianam.santos@bradesco.com.br>; RAQUEL MARTINS NEGRAO <raquel.negrao@bradesco.com.br>; ANTONIO JUNIOR CORREIA DE ARAUJO <antonio.c.araujo@bradesco.com.br>

Prezados Srs., boa tarde.

Segue resposta ao Ofício em referência.

Gentileza nos confirmar o recebimento.

Atenciosamente

Sandra Regina Guerra Almeida
4864|Departamento Bradesco Poder Público
Tel. Comercial: (11) 3684-8014 R:2.48014 Fax: (11) 3684-4861
sandrag.almeida@bradesco.com.br
BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, Osasco, Prédio Verde - Subsolo

-----Mensagem original-----
De: MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br> Enviada em: sexta-feira, 10 de dezembro de 2021 17:02
Para: IGOR LEITE DE CARVALHO <igor.carvalho@bradesco.com.br>
Assunto: Encaminhamento do Ofício 428.2021.SubAdm

Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

AVISO LEGAL
...Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso

Anexo Resposta Bradesco (0746041) SEI 2021.011045 / pg. 498

você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este E-Mail, promovendo, desde logo, a eliminação do seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle. Fica desprovida de eficácia e validade a mensagem que contiver vínculos obrigacionais, expedida por quem não detenha poderes de representação.
LEGAL ADVICE
...This message is exclusively destined for the people to whom it is directed, and it can bear private and/or legally exceptional information. If you are not addressee of this message, since now you are advised to not release, copy, distribute, check or, otherwise, use the information contained in this message, because it is illegal. If you received this message by mistake, we ask you to return this email, making possible, as soon as possible, the elimination of its contents of your database, registrations or controls system. The message that bears any mandatory links, issued by someone who has no representation powers, shall be null or void.

Anexo Resposta Bradesco (0746041) SEI 2021.011045 / pg. 499

bradesco

Osasco – SP, 17 de dezembro de 2021.

Ao
Ministério Público do Estado do Amazonas/AM
Ilmo. Sr. Géber Mafra Rocha – Subprocurador-Geral de Justiça para assuntos administrativos

Ref.: Ofício nº 428.2021.SUBADM.0741142.2021.011045

O Banco Bradesco S/A., instituição financeira, com sede no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", na Vila Yara, Município de Osasco/SP, em resposta a solicitação acima referida que tem por objeto contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e a concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas desta Procuradoria-Geral de Justiça, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros, pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, vem esclarecer que:

Temos interesse na continuidade da prestação dos serviços descritos na solicitação em referência. Nesse sentido, aguardamos a publicação de Edital, no qual essa Administração determinará todas as condições para a prestação dos serviços e apresentação de propostas.

Sendo o que tínhamos para expor à vista do contido na vossa solicitação, **e no aguardo da divulgação do certame**, ao tempo que, colocando-nos a inteira disposição de Vossa Senhoria para qualquer esclarecimento suplementar que se faça necessário, apresentamos os nossos protestos da mais elevada estima.

BANCO BRADESCO S.A.

Fernando Antônio Tenório
DIRETOR

Marcus Vinicius Pinto
Superintendente Executivo

DESPACHO Nº 550.2021.03AJ-SUBADM.0746677.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Retornam, mais uma vez, os autos de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Do histórico processual, depreende-se que, nos termos do Despacho 510 (0717127) e do Despacho 494 (0727738), diante das circunstâncias específicas do presente caso, foi determinada a realização da contratação por meio de dispensa de licitação (art. 24, V, Lei nº 8.666/93), bem como foi realizada reunião pública, com participação das instituições bancárias, tendo tais providências culminado com o envio dos autos à Comissão Responsável pela fiscalização do objeto da presente contratação tão somente para providenciar as alterações redacionais debatidas na reunião em questão e para avaliar eventual necessidade de alteração do valor da contrapartida (item 3), com a urgência que o caso requer.

Apresentado o novel Termo de Referência 9 (0729312), prevendo contrapartida mínima de R$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), foi imediatamente providenciada sua disponibilização às instituições bancárias para considerações, no prazo de 05 (cinco) dias, nos seguintes termos:

INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	REPRESENTANTE(S)	CONTATOS	EXPEDIENTES	CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO
Banco Bradesco	Igor Leite de Carvalho	igor.carvalho@bradesco.com.br	Ofício 428 (0741142)	SIM (0746037)
Banco do Brasil	Raimundo da Silva Baia Tatiany Braga Ramos	raimundobaia@bb.com.br – 99132-1743 tatianybr@bb.com.br	Ofícios 429 (0741144), 430 (0741146) e 431 (0741147)	SIM (0746038)
Caixa Econômica Federal	Diego da Cruz Sobreira	seg6943am@caixa.gov.br	Ofício 425 (0741083)	NÃO
Banco Itaú	Paula	regina.marques@itau-unibanco.com.br	Ofício 427 (0741139)	SIM (0746036)
Banco Santander	Jonathan Nobre	jnobre@santander.com.br – 11 97249 7017	Ofício 426 (0741136)	NÃO

O **Banco do Brasil** apresentou questionamentos (0746039), *in litteris*:

Em atenção a presente mensagem, solicitamos informar quanto as questões abaixo:

Atualmente a gestora do portal de Consignação do MP é a Empresa Fenixsoft. A empresa cobra das instituições financeiras 2% sobre cada parcela de empréstimo consignado. Pergunta: A instituição financeira que pagar pelo direito da centralização da folha de pagamento ficará isenta desse custo adicional?

Quais as instituições financeiras que operam atualmente no crédito consignado do Ministério Público e qual o share de cada uma?

Considerando que os serviços bancários podem ser prestados por meio digital, a instalação de PAB poderia ser substituída por TAAs?

Já o **Banco Bradesco** (0746041) limitou-se a explicitar seu "*interesse na continuidade da prestação dos serviços descritos na solicitação*", bem como que aguarda "*a publicação de Edital, no qual essa Administração determinará todas as condições para a prestação dos serviços e apresentação de propostas*".

Com essas considerações, ainda a título de instrução do feito, **determino o retorno dos autos à Comissão Responsável pela fiscalização do objeto da presente contratação para que, acaso entenda pertinente, apresente a esta SUBADM esclarecimentos acerca dos questionamentos formulados pelo Banco do Brasil**.

Em tempo, **deverá a Secretaria da SUBADM certificar nos autos o transcurso do prazo para apresentação de considerações por parte dos Bancos Santander e Caixa Econômica Federal**.

Após, os autos devem retornar conclusos para as providências subsequentes.

Cumpra-se com as cautelas de estilo.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 30 de dezembro de 2021.

GEBER MÁFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 30/12/2021, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0746677** e o código CRC **BFBC4D98**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 2.2022.DA.0746957.2021.011045

Manaus, 03 de janeiro de 2022.

Ao Exmo. Senhor

Géber Mafra Rocha

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Resposta ao Despacho n.º 550.2021.03AJ-SUBADM.0746677.2021.011045

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Cumprimentando-o cordialmente e, em atenção ao Despacho Nº 550.2021.03AJ-SUBADM.0746677.2021.011045, da lavra de Vossa Excelência, encaminha-se as respostas ao questionamento do Banco do Brasil:

1.Atualmente, a gestora do portal de Consignação do MP é a Empresa Fenixsoft. A empresa cobra das instituições financeiras 2% sobre cada parcela de empréstimo consignado. Pergunta: A instituição financeira que pagar pelo direito da centralização da folha de pagamento ficará isenta desse custo adicional?

- O Ministério Público do Estado do Amazonas não tem contrato com a Empresa Fenixsoft.

As consignações do MPAM são gerenciadas pela PRODAM; e, de fato, a PRODAM, por meio de contrato específico com as instituições bancárias, cobra 2% sobre cada parcela de empréstimo consignado.

2. Quais as instituições financeiras que operam atualmente no crédito consignado do Ministério Público e qual o share de cada uma?

- Bradesco 52,87% e Caixa Econômica Federal 47,13%.

3. Considerando que os serviços bancários podem ser prestados por meio digital, a instalação de PAB poderia ser substituída por TAAs?

- Não.

Salienta-se que a necessidade de instalar PAB na sede, Avenida Coronel Teixeira, 7995, Ponta Negra - devido a peculiaridade do público alvo, bem como a necessidade de manter gerência próxima à administração financeira e orçamentária desta Instituição.

Respeitosamente,

Vívian da Silva Donato Lopes Martins
Diretora-Geral da PGJ/AM

Patrícia Costa Martins
Diretora de Administração da PGJ/AM

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Ivanete de Oliveira Nascimento
Diretora de Planejamento da PGJ/AM

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 06/01/2022, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 06/01/2022, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 06/01/2022, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 06/01/2022, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 06/01/2022, às 15:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0746957** e o código CRC **8953C3E3**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 12.2022.SUBADM.0748376.2021.011045

Em atenção aos termos do DESPACHO Nº 550.2021.03AJ-SUBADM.0746677.2021.011045, de 30/12/2021, certifico o que adiante segue:

- Na data de 10/12/2021, foi expedido (0741136) e encaminhado (0741252) o **OFÍCIO Nº 426.2021.SUBADM.0741136.2021.011045** à instituição bancária **SANTANDER** encaminhando minuta do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045 para que, caso houvesse interesse, fossem apresentadas considerações, no prazo de 05 (cinco) dias. A conta de e-mail para a qual referido Ofício foi direcionado foi a conta **jnobre@santander.com.br**, indicada pelo represente da instituição bancária em referência em reunião administrativa ocorrida em 18/11/2021.

- Na data de 10/12/2021, foi expedido (0741083) e encaminhado (0741251) o **OFÍCIO Nº 425.2021.SUBADM.0741083.2021.011045** à instituição bancária **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** encaminhando minuta do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045 para que, caso houvesse interesse, fossem apresentadas considerações, no prazo de 05 (cinco) dias. A conta de e-mail para a qual referido Ofício foi direcionado foi a conta **seg6943am@caixa.gov.br**, indicada pelo represente da instituição bancária em referência em reunião administrativa ocorrida em 18/11/2021.

- Até a presente data não foi recepcionada nesta Secretaria da SUBADM confirmação de leitura dos emails e ofícios por ele encaminhados, e tampouco foram recepcionadas **considerações por parte dos Bancos Santander e Caixa Econômica Federal** a esse respeito.

É o que tinha a certificar.

Documento assinado eletronicamente por **Mona Larissa Costa Freire**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 07/01/2022, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0748376** e o código CRC **A2723F5B**.

DESPACHO Nº 18.2022.03AJ-SUBADM.0748587.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Trata-se de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Na última manifestação desta SUBADM, materializada pelo Despacho 550 (0746677), foi determinado o retorno dos autos à Comissão Responsável pela fiscalização do objeto da presente contratação para que, acaso entendesse pertinente, apresentasse esclarecimentos acerca dos questionamentos formulados pelo Banco do Brasil no doc. 0746039. Na mesma ocasião, foi determinado ainda que a Secretaria da SUBADM certificasse nos autos o transcurso do prazo para apresentação de considerações por parte dos Bancos Santander e Caixa Econômica Federal.

No Memorando 2 (0746957), a Comissão Responsável prestou os seguintes esclarecimentos:

> Cumprimentando-o cordialmente e, em atenção ao Despacho Nº 550.2021.03AJ-SUBADM.0746677.2021.011045, da lavra de Vossa Excelência, encaminha-se as respostas ao questionamento do Banco do Brasil:
>
> 1.Atualmente, a gestora do portal de Consignação do MP é a Empresa Fenixsoft. A empresa cobra das instituições financeiras 2% sobre cada parcela de empréstimo consignado. Pergunta: A instituição financeira que pagar pelo direito da centralização da folha de pagamento ficará isenta desse custo adicional?
>
> - O Ministério Público do Estado do Amazonas não tem contrato com a Empresa Fenixsoft.
>
> As consignações do MPAM são gerenciadas pela PRODAM; e, de fato, a PRODAM, por meio de contrato específico com as instituições bancárias, cobra 2% sobre cada parcela de empréstimo consignado.
>
> 2. Quais as instituições financeiras que operam atualmente no crédito consignado do Ministério Público e qual o share de cada uma?
>
> - Bradesco 52,87% e Caixa Econômica Federal 47,13%.
>
> 3. Considerando que os serviços bancários podem ser prestados por meio digital, a instalação de PAB poderia ser substituída por TAAs?
>
> - Não.
>
> Salienta-se que a necessidade de instalar PAB na sede, Avenida Coronel Teixeira, 7995, Ponta Negra - devido a peculiaridade do público alvo, bem como a necessidade de manter gerência próxima à administração financeira e orçamentária desta Instituição.

Por sua vez, a Secretaria da SUBADM, por meio da Certidão 12 (0748376), atestou que:

> Em atenção aos termos do DESPACHO Nº 550.2021.03AJ-SUBADM.0746677.2021.011045, de 30/12/2021, certifico o que adiante segue:
>
> - Na data de 10/12/2021, foi expedido (0741136) e encaminhado (0741252) o **OFÍCIO Nº 426.2021.SUBADM.0741136.2021.011045** à instituição bancária **SANTANDER** encaminhando minuta do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045 para que, caso houvesse interesse, fossem apresentadas considerações, no prazo de 05 (cinco) dias. A conta de e-mail para a qual referido Ofício foi direcionado foi a conta **jnobre@santander.com.br**, indicada pelo represente da instituição bancária em referência em reunião administrativa ocorrida em 18/11/2021.
>
> - Na data de 10/12/2021, foi expedido (0741083) e encaminhado (0741251) o **OFÍCIO Nº 425.2021.SUBADM.0741083.2021.011045** à instituição bancária **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** encaminhando minuta do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045 para que, caso houvesse interesse, fossem apresentadas considerações, no prazo de 05 (cinco) dias. A conta de e-mail para a qual referido Ofício foi direcionado foi a conta **seg6943am@caixa.gov.br**, indicada pelo represente da instituição bancária em referência em reunião administrativa ocorrida em 18/11/2021.
>
> - Até a presente data não foi recepcionada nesta Secretaria da SUBADM confirmação de leitura dos emails e ofícios por ele encaminhados, e tampouco foram recepcionadas **considerações por parte dos Bancos Santander e Caixa Econômica Federal** a esse respeito.
>
> É o que tinha a certificar.

Nesse panorama, **determina-se que a Secretaria da SUBADM encaminhe ao Banco do Brasil, para conhecimento, as informações prestadas pela Comissão Responsável pela fiscalização do objeto a ser contratado (0746957)**.

Após, os autos devem voltar imediatamente conclusos para adoção das providências subsequentes.

Cumpra-se com as cautelas de estilo.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 10 de janeiro de 2022.

GEBER MÁFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 10/01/2022, às 08:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0748587** e o código CRC **FECF591D**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 6.2022.SUBADM.0748645.2021.011045

Manaus, 10 de janeiro de 2022.

A Sua Senhoria
SEBASTIÃO VANDERLAN BORGES SOARES
Banco do Brasil
sebastian@bb.com.br

Assunto: Resposta ao questionamento formulado por e-mail em 16/12/2021.

Senhor Gerente,

Cumprimento-o cordialmente com o presente e, à oportunidade, em atenção ao questionamento formulado por e-mail em 16/12/2021, faço chegar as mãos de Vossa Senhoria uma via do **MEMORANDO Nº 2.2022.DA.0746957.2021.011045**, datado de 03/01/2022, para conhecimento.

Atenciosamente,

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 10/01/2022, às 09:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link

http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0748645** e o código CRC **AEF01306**.

E-mail - 0748878

Data de Envio:
10/01/2022 10:36:49

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
sebastian@bb.com.br

Assunto:
Encaminhamento do Ofício 6.2022.SubAdm

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Obrigada.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
Anexo_0746039_Questionamento_Banco_do_Brasil.pdf
Oficio_0748645.html
Memorando_0746957.html

PARECER Nº 17.2022.03AJ-SUBADM.0754406.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA. ANÁLISE DE MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA. No caso em análise, das informações constantes no Termo de Referência 9, observa-se que todos os requisitos exigíveis estão presentes, a exemplo do detalhamento do objeto a ser contratado, inclusive com descrição dos serviços - pessoa jurídica e pessoa física; da contrapartida; das condições para participar do certame; dos prazos e condições da prestação dos serviços; do termo de cessão de uso; das obrigações da contratada e da contratante e; das penalidades e sanções administrativas. Importa mencionar que, dada as peculiaridades que permeiam a presente contratação, não haverá dispêndio de valores por parte da Administração. Ao contrário, a Administração receberá contrapartida pela prestação do serviço bancário em caráter exclusivo, uma vez que se pretende contratar um serviço atípico. Aprovação do Termo de Referência. Inteligência dos arts. 7º, 14 e 15, da Lei nº 8.666/93.

Trata-se de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Do histórico processual, depreende-se que, foram efetuadas duas tentativas de procedimento licitatório, sendo a primeira Pregão Eletrônico, em **24.09.2021**, que restou deserta, conforme Relatório de Licitação 31 (0699622) e, a segunda, com novas diretrizes determinadas pelo Despacho 449 (0701213), Pregão Presencial, em **22.10.2021** que igualmente findou deserta.

Deste modo, diante de duas tentativas frustadas, e prazo exíguo para término do contrato atual (Contrato Administrativo nº 023/2016 – MP/PGJ), esta Administração Superior, baseada nos dispositivos da Lei n. 8.666/93, decidiu pela prorrogação excepcional, tendo então novo prazo de 6 meses para solução do caso, prazo que finda no próximo dia **07.05.2022**.

Por conseguinte, nos termos do Despacho 510 (0717127) e do Despacho 494 (0727738), diante das circunstâncias específicas do presente caso, foi determinada a realização da contratação por meio de dispensa de licitação (art. 24, V, Lei nº 8.666/93), bem como foi realizada reunião pública, com participação das instituições bancárias, tendo tais providências culminado com o envio dos autos à Comissão Responsável pela fiscalização do objeto da presente contratação tão somente para providenciar as alterações redacionais debatidas na reunião em questão e para avaliar eventual necessidade de alteração do valor da contrapartida (item 3), com a urgência que o caso requer.

Apresentado o novel Termo de Referência 9 (0729312), prevendo contrapartida mínima de R$4.500.000,00

(quatro milhões e quinhentos mil reais), foi imediatamente providenciada sua disponibilização às instituições bancárias para considerações, no prazo de 05 (cinco) dias.

O Banco do Brasil apresentou questionamentos (0746039), os quais foram devidamente esclarecidos nos termos do Memorando 2 (0746957), já encaminhado à referida instituição bancária (0748645 e 0748878).

No Termo de Referência acima indicado consta como justificativa e finalidade da contratação o seguinte:

> **1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**
>
> 1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.
>
> 1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, terá seu termo final em 07 de novembro de 2021, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

É o relato no essencial. **Passo a OPINAR.**

A princípio, é preciso rememorar que o Termo de Referência 9 (0729312), objeto da presente peça opinativa, sofreu apenas alterações pontuais em relação aos Termos de Referência que já foram analisado pela Assessoria da SUBADM, por ocasião da realização dos dois pregões já ultimados, nos termos do Parecer 84 (0667899) e do Parecer 115 (0705205).

Em síntese, as alterações se referem à redução/parcelamento da contrapartida, conforme Despacho 449 (0701213) e Despacho 494 (0727738), e ainda à redação de alguns itens, providência determinada pelo já citado Despacho 494 (0727738), tudo com o objetivo de resguardar ao máximo a competitividade da contratação.

Dito isto, passa-se a analisar o Termo de Referência 9 (0729312).

Como é cediço, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do **regime jurídico-administrativo**, que consiste em um conjunto harmônico de preceitos e regras que moldam a atuação dos entes estatais, impondo limitações e prerrogativas. No âmbito do procedimento de licitação, destacam-se, dentre os princípios que regem o Direito Administrativo, os princípios da impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Acerca do princípio da **impessoalidade**, de acordo com as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello (2009), "*[...] a Administração Pública deve tratar a todos sem favoritismos, nem perseguições, simpatia ou animosidades políticas ou ideológicas [...]*". Já quanto ao princípio da **indisponibilidade do interesse público**, Matheus Carvalho (2018) assevera que se trata de preceito que impõe:

> […] limites da atuação administrativa e decorre o fato de que a impossibilidade de abrir mão do interesse público deve estabelecer ao administrador os seus critérios de conduta. De fato, o agente estatal não pode deixar de atuar quando as necessidades da coletividade assim exigirem, uma vez que suas atividades são necessárias à satisfação dos interesses do povo [...].

Nessa esteira, dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, inciso XXI, *in verbis:*

> **Art. 37**. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]
>
> **XXI** – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão

> contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Dessa forma, para garantir justamente a **impessoalidade** e a **supremacia do interesse público**, bem como para a manutenção do equilíbrio social e uma boa gestão da máquina pública, é necessária, por regra, a realização do processo de licitação que, como procedimento prévio ao contrato em que se escolhe a proposta mais vantajosa à persecução de seus fins, impede que seja desvirtuado, a critério do administrador, o regime jurídico-administrativo. Excepcionalmente, como sabido, poderão ser identificadas situações em que serão aplicados os regramentos legais para as hipóteses de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação. **Em qualquer caso, o Termo de Referência é o balizador e o limitador da atuação da Administração Pública na procedimentalização da contratação**.

Feitas tais considerações, cumpre esclarecer que o presente Parecer cinge-se tão somente à análise do destacado Termo de Referência, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes; questões de oportunidade e conveniência, bem como juízo de valor acerca da contratação, fogem à alçada do parecerista.

Nesse sentido, cumpre assestar que o Termo de Referência, nomenclatura utilizada na legislação pertinente ao pregão (Lei Federal nº 10.520/02), que também consta na Lei de Licitação com o *nomen juris* de Projeto Básico, é peça técnica indispensável na fase interna da licitação, traduzindo a justificativa e a necessidade de realização de determinado objeto a ser contratado pela Administração Pública. Sobre o tema, a Lei n.º 8.666/93 assim dispõe:

> **Art. 7º.** As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:
>
> I - projeto básico;
>
> II - projeto executivo; [...]
>
> § 9º. O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação. [...]
>
> **Art. 14.** Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
>
> **Art. 15.** *Omissis*
>
> § 7º. Nas compras deverão ser observadas, ainda:
>
> I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;
>
> II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;
>
> III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

Em consonância com o acima aludido, o Tribunal de Contas da União já decidiu pela necessidade do referido estudo técnico preliminar:

> REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CAUTELAR. OITIVA. AUDIÊNCIA. DIRECIONAMENTO A PRODUTOS DE DETERMINADO FABRICANTE. AUSÊNCIA DE ESTUDOS PRÉVIOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS APÓS A ATUAÇÃO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. MULTA. DETERMINAÇÕES.
>
> **- As especificações técnicas dos objetos a serem adquiridos devem decorrer de necessidades identificadas em estudos prévios ao certame licitatório.**
>
> **- Do processo administrativo para aquisição de bens e serviços deve constar os estudos e levantamentos que fundamentaram a fixação das especificações técnicas.**
>
> - É defesa a exigência de seguros em licitações que se destinem a compras de equipamentos sem previsão de pagamentos antecipados, salvo motivo justificado exposto no instrumento convocatório.
>
> - É defesa a exigência de número de registro no Ministério da Saúde, de produtos não incluídos na relação estabelecida pela Lei 6.360/1976, salvo motivo justificado, exposto no instrumento convocatório.
>
> (TCU, Acórdão 310/203, Processo 037.832/2011-5).

Com efeito, inobstante a contratação pretendida não envolva e/ou dependa da definição de critérios técnicos muito detalhados, como sói ser as hipóteses de contratação de obras ou serviços de engenharia ou de soluções de TI, é forçoso reconhecer que pressupostos técnicos, mesmo que mais simplórios e menos relevantes, quando considerados em relação ao todo do objeto, compõem de forma decisiva a especificação dos produtos que ora se pretendem adquirir. **Nesse sentido, portanto, como se trata de objeto contratual sem maiores complexidades, a simples justificativa da contratação suplanta tal necessidade.**

Quanto ao objeto contido no citado Termo de Referência, tem-se que o Ministério Público do Estado do Amazonas - MP/AM pretende a "*contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses*".

Destarte, imperioso verificar se os elementos constitutivos do Termo de Referência se encontram todos presentes, mormente no que tange à especificação do objeto a ser licitado, bem como a forma pela qual o objeto da licitação deve ser executado, com a definição de métodos, estratégias de suprimentos e prazo de execução. Ao se consultar o compêndio de Orientações e Jurisprudência do TCU (disponível em *www.portaltcu.gov.br*), tem-se que o Termo de Referência deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

> - Descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara;
> - Critérios de aceitação do objeto;
> - Critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;
> - Valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o caso;
> - Prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto;
> - Definição dos métodos e estratégia de suprimento;
> - Cronograma físico-financeiro, se for o caso;
> - Deveres do contratado e do contratante;
> - Prazo de garantia, quando for o caso;
> - Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;
> - Sanções por inadimplemento

Dos critérios mínimos estabelecidos pela egrégia Corte Superior de Contas, constata-se que o Termo de Referência engloba tanto os elementos fáticos motivadores da contratação, quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório, conforme o caso.

No caso em análise, das informações constantes no Termo de Referência 9 (0729312), observa-se que todos os requisitos exigíveis estão presentes, a exemplo do detalhamento do objeto a ser contratado, inclusive com descrição dos serviços - pessoa jurídica e pessoa física; da contrapartida; das condições para participar do certame; dos prazos e condições da prestação dos serviços; do termo de cessão de uso; das obrigações da contratada e da contratante e; das penalidades e sanções administrativas.

Importa mencionar que, dada as peculiaridades que permeiam a presente contratação, **não haverá dispêndio de valores por parte da Administração**. Ao contrário, a Administração receberá **contrapartida** pela prestação do serviço bancário em caráter exclusivo, uma vez que se pretende contratar um serviço **atípico** (exploração econômica de um ativo - processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos).

O Termo de Referência em análise dispõe nos seguintes termos sobre a contrapartida:

> **3. DA CONTRAPARTIDA**
>
> 3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida

financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)**, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, podendo ser creditado em no máximo duas parcelas, de modo que a primeira seja paga em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, e a segunda em até 06 (seis) meses após o pagamento da primeira, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

Dessa forma, considerando os fundamentos até aqui expostos, **OPINO** pela **APROVAÇÃO** do Termo de Referência 9 (0729312), devendo os autos serem encaminhados ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS para solicitar o encaminhamento de propostas de todas as instituições bancárias já identificadas nos presentes autos (Banco Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Itaú e Banco Santander).

Em última *ratio*, importante frisar que a Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, já previu em seu artigo 6º, XXIII, a definição e os elementos do Termo de Referência, sendo indispensável que as unidades deste Ministério Público iniciem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos vindouros, preparando-se para a total revogação da Lei nº 8.666/93.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), 20 de janeiro de 2022.

CLAUDIA DE MORAES MARTINS PEREIRA

Assessora Jurídica

Ato PGJ nº 337/2020

Documento assinado eletronicamente por **Cláudia de Moraes Martins Pereira**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 20/01/2022, às 15:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0754406** e o código CRC **EFB1D78B**.

DESPACHO Nº 75.2022.03AJ-SUBADM.0754565.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Trata-se de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Do histórico processual, depreende-se que, foram efetuadas duas tentativas de procedimento licitatório, sendo a primeira Pregão Eletrônico, em **24.09.2021**, que restou deserta, conforme Relatório de Licitação 31 (0699622) e, a segunda, com novas diretrizes determinadas pelo Despacho 449 (0701213), Pregão Presencial, em **22.10.2021** que igualmente findou deserta.

Deste modo, diante de duas tentativas frustadas, e prazo exíguo para término do contrato atual (Contrato Administrativo nº 023/2016 – MP/PGJ), esta Administração Superior, baseada nos dispositivos da Lei n. 8.666/93, decidiu pela prorrogação excepcional, tendo então novo prazo de 6 meses para solução do caso, prazo que finda no próximo dia **07.05.2022**.

Por conseguinte, nos termos do Despacho 510 (0717127) e do Despacho 494 (0727738), diante das circunstâncias específicas do presente caso, foi determinada a realização da contratação por meio de dispensa de licitação (art. 24, V, Lei nº 8.666/93), bem como foi realizada reunião pública, com participação das instituições bancárias, tendo tais providências culminado com o envio dos autos à Comissão Responsável pela fiscalização do objeto da presente contratação tão somente para providenciar as alterações redacionais debatidas na reunião em questão e para avaliar eventual necessidade de alteração do valor da contrapartida (item 3), com a urgência que o caso requer.

Apresentado o novel Termo de Referência 9 (0729312), prevendo contrapartida mínima de R$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), foi imediatamente providenciada sua disponibilização às instituições bancárias para considerações, no prazo de 05 (cinco) dias.

O Banco do Brasil apresentou questionamentos (0746039), os quais foram devidamente esclarecidos nos termos do Memorando 2 (0746957), já encaminhado à referida instituição bancária (0748645 e 0748878).

No Termo de Referência acima indicado consta como justificativa e finalidade da contratação o seguinte:

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, terá seu termo final em 07 de novembro de 2021, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

Nesse sentido, os autos vieram à análise da assessoria jurídica desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos -SUBADM, que opinou pela **APROVAÇÃO** do Termo de Referência 9 (0729312).

Isto posto, **RATIFICO A AUTORIZAÇÃO** da contratação em comento por dispensa de licitação (art. 24, V, Lei nº 8.666/93), **ACOLHO** o Parecer 17 (0754406) e **DETERMINO O PROSSEGUIMENTO DO FEITO**, com o encaminhamento dos autos ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, para a colheita de propostas das instituições bancárias, e à Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF, para demais providências.

Deverá a SCOMS fixar o prazo de 10 (dez) dias para as instituições bancárias apresentarem proposta, considerando a necessidade de ultimação da contratação até o dia **07.05.2022**, último dia de vigência do Contrato Administrativo nº 023/2016 – MP/PGJ.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 20 de janeiro de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 20/01/2022, às 18:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0754565** e o código CRC **ED9283CF**.

E-mail - 0755884

Data de Envio:
24/01/2022 11:16:16

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
seg6943am@caixa.gov.br
jnobre@santander.com.br
paula-regina.marques@itau-unibanco.com.br
igor.carvalho@bradesco.com.br
raimundobaia@bb.com.br
tatianybr@bb.com.br
sebastian@bb.com.br

Assunto:
Solicita propostas - Mnistério Público do Amazonas

Mensagem:
Bom dia, Prezado (a),

A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está em processo de contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes do Termo de Referência em anexo.

É importante ressaltar que a Administração Superior determinou o prazo de 10 (DEZ) DIAS para o envio da referida proposta, além das considerações a seguir:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- Serão solicitadas a qualquer momento a comprovação da regularidade fiscal com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763
Whatsapp: https://wa.me/559236550763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0729312.html

E-mail - 0755887

Data de Envio:
24/01/2022 11:21:33

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
seg6943am@caixa.gov.br
jnobre@santander.com.br
paula-regina.marques@itau-unibanco.com.br
igor.carvalho@bradesco.com.br
raimundobaia@bb.com.br
tatianybr@bb.com.br
sebastian@bb.com.br

Assunto:
Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

Mensagem:
Bom dia, Prezado (a),

Em complemento à solicitação anterior, solicito que acuse recebimento, bem como informar que o prazo fixado é de 10 (DEZ) dias úteis, a ser iniciado do recebimento do e-mail solicitante.

Atensiocamente.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763
Whatsapp: https://wa.me/559236550763

Anexos:
E_mail_0755884.html

RE: Solicita propostas - Mnistério Público do Amazonas

Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Qui, 03/02/2022 11:58
Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Cc: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>

#interna

Senhora Chefe,

Apresentamos nossos cumprimentos à V.Sa. e agradecimentos pelo envio do Termo de Referência.

Após análise do documento, decidimos por não apresentar proposta em razão da impossibilidade de cumprimento dos requisitos exigidos.

At.te.,

Sebastião Vanderlan Borges Soares, CPA20
Gerente Geral
ESCRITÓRIO SETOR PÚBLICO AMAZONAS
Tel (92) 3612-0400 / (92) 99152-9046
age3563@bb.com.br / sebastian@bb.com.br



De: MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>
Enviado: segunda-feira, 24 de janeiro de 2022 12:16
Assunto: Solicita propostas - Mnistério Público do Amazonas

Bom dia, Prezado (a),

A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está em processo de contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes do Termo de Referência em anexo.

É importante ressaltar que a Administração Superior determinou o prazo de 10 (DEZ) DIAS para o envio da referida proposta, além das considerações a seguir:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- Serão solicitadas a qualquer momento a comprovação da regularidade fiscal com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763
Whatsapp: https://wa.me/559236550763

E-mail do BANCO DO BRASIL: Decínio (0762715) SEI 2021.011045 / pg. 521

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 71.2022.SCOMS.0762784.2021.011045

Manaus, 04 de Fevereiro de 2022.

Exmo. Sr. Dr.
GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral,

Cumprimentamos Vossa Excelência e, nesta oportunidade, informamos que, em atenção ao Despacho 75.2022.03AJ-SUBADM.0754565.2021.011045 (doc. 0754565), este Setor de Compras e Serviços encaminhou mensagem eletrônica para as seguintes instituições financeiras: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, ITAÚ, BRADESCO e BANCO DO BRASIL (doc. 0755884) no dia 24 de janeiro de 2022.

Seguindo determinação de Vossa Excelência, foi fixado o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de propostas, vencido no dia 03 de fevereiro de 2022. Informamos que, até esta data, manifestou-se formalmente apenas o BANCO DO BRASIL, na pessoa do Sr. Sebastião Vanderlan Borges Soares, Gerente Geral do Escritório de Setor Público do Amazonas (doc. 0762715):

> Senhora Chefe,
>
> Após análise do documento, decidimos por não apresentar proposta em razão da impossibilidade de cumprimento dos requisitos exigidos.
>
> At.te.,
>
> Sebastião Vanderlan Borges Soares

Em contato telefônico com o Sr. Jonathan Nobre, representante do SANTANDER, pelo telefone (11) 97249-7017, fomos comunicados de que as mudanças operadas no Termo de

Referência 9.2021.DG.0729312.2021.011045 (doc. 0729312) não foram suficientes para viabilizar uma proposta adequada.

Apesar dos esforços da equipe do Setor de Compras e Serviços, não foi possível estabelecer contato telefônico com o Sr. Diego da Cruz Sobreira, representante da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nem com a Sra. Paula Regina Marques, representante do ITAÚ.

Em contato com o BRADESCO, pelo fone 3133-7169, fomos informados de que o Sr. Igor Leite de Carvalho não faz mais parte do quadro de funcionários do banco, tendo sido substituído pelo Sr. Francisco Grangeiro Diniz. O Sr. Grangeiro reafirmou o interesse do banco em manter a parceria com o Ministério Público, conforme Ofício de 17 de dezembro de 2021 (doc. 0746041). No entanto, explicou que é da política institucional do BRADESCO não participar de contratações diretas, por uma questão de *compliance*, e que o BRADESCO não encaminhará proposta para esse tipo de contratação. Disponibilizou também seus contatos diretos: francisco.diniz@bradesco.com.br e (92) 99257-2164.

Desta forma, analisando o quadro que se formou, este Setor de Compras e Serviços vem, respeitosamente, **sugerir a realização de novo certame licitatório**, motivado pela alteração das condições previstas nos Termos de Referência anteriores, constantes dos Editais do Pregão Eletrônico 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (doc. 0691130) e do Pregão Presencial 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (doc. 0705714).

Isto posto, submetemos os autos para a avaliação e manifestação de Vossa Excelência.

Respeitosamente.

EDJANE DE PINHO OLIVEIRA
Chefe do Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 04/02/2022, às 10:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0762784** e o código CRC **0C49013F**.

DESPACHO Nº 157.2022.03AJ-SUBADM.0767868.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Retornam os autos de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Na última manifestação desta SUBADM, materializada pelo Despacho 75 (0754565), devidamente precedido pelo Parecer 17 (0754406), foi ratificada a autorização de contratação por dispensa de licitação (art. 24, V, Lei n 8.666/93) já concedida nos termos do Despacho 510 (0717127) e do Despacho 494 (0727738), tendo sido aprovado o Termo de Referência 9 (0729312), com a determinação de que o Setor de Compras e Serviços - SCOMS providenciasse a colheita de propostas das instituições bancárias, no prazo de 10 (dez) dias, considerando a necessidade de ultimação da contratação até o dia **07.05.2022**, último dia de vigência do Contrato Administrativo nº 023/2016 – MP/PGJ.

No Memorando 71 (0762784), o SCOMS explicita que, *in litteris*:

> [...] informamos que, em atenção ao Despacho 75.2022.03AJ-SUBADM.0754565.2021.011045 (doc. 0754565), este Setor de Compras e Serviços encaminhou mensagem eletrônica para as seguintes instituições financeiras: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, ITAÚ, BRADESCO e BANCO DO BRASIL (doc. 0755884) no dia 24 de janeiro de 2022.
>
> Seguindo determinação de Vossa Excelência, foi fixado o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de propostas, vencido no dia 03 de fevereiro de 2022. Informamos que, até esta data, manifestou-se formalmente apenas o BANCO DO BRASIL, na pessoa do Sr. Sebastião Vanderlan Borges Soares, Gerente Geral do Escritório de Setor Público do Amazonas (doc. 0762715):
>
> Senhora Chefe,
>
> Após análise do documento, decidimos por não apresentar proposta em razão da impossibilidade de cumprimento dos requisitos exigidos.
>
> At.te.,
>
> Sebastião Vanderlan Borges Soares
>
> Em contato telefônico com o Sr. Jonathan Nobre, representante do SANTANDER, pelo telefone (11) 97249-7017, fomos comunicados de que as mudanças operadas no Termo de Referência 9.2021.DG.0729312.2021.011045 (doc. 0729312) não foram suficientes para viabilizar uma proposta adequada.

Apesar dos esforços da equipe do Setor de Compras e Serviços, não foi possível estabelecer contato telefônico com o Sr. Diego da Cruz Sobreira, representante da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nem com a Sra. Paula Regina Marques, representante do ITAÚ.

Em contato com o BRADESCO, pelo fone 3133-7169, fomos informados de que o Sr. Igor Leite de Carvalho não faz mais parte do quadro de funcionários do banco, tendo sido substituído pelo Sr. Francisco Grangeiro Diniz. O Sr. Grangeiro reafirmou o interesse do banco em manter a parceria com o Ministério Público, conforme Ofício de 17 de dezembro de 2021 (doc. 0746041). No entanto, explicou que é da política institucional do BRADESCO não participar de contratações diretas, por uma questão de *compliance*, e que o BRADESCO não encaminhará proposta para esse tipo de contratação. Disponibilizou também seus contatos diretos: francisco.diniz@bradesco.com.br e (92) 99257-2164.

Desta forma, analisando o quadro que se formou, este Setor de Compras e Serviços vem, respeitosamente, **sugerir a realização de novo certame licitatório**, motivado pela alteração das condições previstas nos Termos de Referência anteriores, constantes dos Editais do Pregão Eletrônico 4.026/2021-CPL/MP/PGJ (doc. 0691130) e do Pregão Presencial 5.001/2021-CPL/MP/PGJ (doc. 0705714).

Assim, conforme informado pelo SCOMS, somente apresentaram manifestação, seja por expediente colacionado aos autos, seja por meio de contato telefônico, o BANCO DO BRASIL, o BRADESCO e o SANTANDER, nada constando em relação ao BANCO ITAÚ e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Nesse panorama, **determina-se a expedição de ofício para reiterar a solicitação contida no doc. 0755884 ao BANCO ITAÚ e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, tudo com o objetivo de que as referidas instituições consignem nos autos suas respectivas respostas à solicitação de proposta já ultimada por este Ministério Público**, no prazo de 05 (cinco) dias. Os expedientes deverão ser encaminhados com cópia do Termo de Referência 9 (0729312).

Após, voltem-me os autos conclusos.

Cumpra-se com as cautelas de estilo.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am), 14 de fevereiro de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR

Procurador-Geral de Justiça[1]

[1] Subscrito pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça em razão das férias regulamentares do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (Requerimento nº 155204/2022, período de 07/02/2022 a 26/02/2022).

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 14/02/2022, às 13:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0767868** e o código CRC **7E6507EB**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 48.2022.SUBADM.0768395.2021.011045

Manaus (Am.), 14 de fevereiro de 2022.

Ilma. Sra.

PAULA REGINA MARQUES

Gerente Geral Comercial do Banco Itaú

paula-regina.marques@itau-unibanco.com.br

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários.

Senhora Gerente,

Cumprimento-a com o presente e, à oportunidade, reitero a solicitação encaminhada via e-mail no dia 24/01/2022, qual seja o envio de proposta referente aos serviços bancários desta Procuradoria-Geral de Justiça, conforme especificações abaixo, constantes do Termo de Referência em anexo. É importante ressaltar que a Administração Superior determinou o prazo de 05 (CINCO) DIAS para o envio da referida proposta, além das considerações a seguir:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- Serão solicitadas a qualquer momento a comprovação da regularidade fiscal com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Sem mais, para o momento, renovo a V. Sa. os protestos de consideração e apreço.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 14/02/2022, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0768395** e o código CRC **0BF8122D**.

2021.011045 v2

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 49.2022.SUBADM.0768408.2021.011045

Manaus (Am.), 14 de fevereiro de 2022.

Ilmo(a). Sr(a).

GERENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

seg6943am@caixa.gov.br

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários.

Senhor(a) Gerente,

Cumprimento-o(a) com o presente e, à oportunidade, reitero a solicitação encaminhada via e-mail no dia 24/01/2022, qual seja o envio de proposta referente aos serviços bancários desta Procuradoria-Geral de Justiça, conforme especificações abaixo, constantes do Termo de Referência em anexo. É importante ressaltar que a Administração Superior determinou o prazo de 05 (CINCO) DIAS para o envio da referida proposta, além das considerações a seguir:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- Serão solicitadas a qualquer momento a comprovação da regularidade fiscal com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Sem mais, para o momento, renovo a V. Sa. os protestos de consideração e apreço.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 14/02/2022, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0768408** e o código CRC **1FE8FEFF**.

E-mail - 0768798

Data de Envio:
15/02/2022 10:40:38

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
paula-regina.marques@itau-unibanco.com.br

Assunto:
Ciência de Ofício

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Atenciosamente,

Eduardo Ulysses Ramos Riker
Agente de Apoio - Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
SEI_MPAM - 0768395 - Ofício.pdf
SEI_MPAM - 0729312 - Termo de Referência.pdf

E-mail - 0768801

Data de Envio:
15/02/2022 10:41:36

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
seg6943am@caixa.gov.br

Assunto:
Ciência de Ofício

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Atenciosamente,

Eduardo Ulysses Ramos Riker
Agente de Apoio - Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
SEI_MPAM - 0768408 - Ofício.pdf
SEI_MPAM - 0729312 - Termo de Referência.pdf

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 50.2022.SUBADM.0777613.2021.011045

Certifico que não houve resposta aos Ofícios nº 48.2022.SUBADM.0768395.2021.011045 e 49.2022.SUBADM.0768408.2021.011045.

É a certidão.

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Ulysses Ramos Riker**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 04/03/2022, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0777613** e o código CRC **2C21535C**.

DESPACHO Nº 225.2022.03AJ-SUBADM.0777501.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Retornam os autos de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Na manifestação desta SUBADM, materializada pelo Despacho 75 (0754565), devidamente precedido pelo Parecer 17 (0754406), foi ratificada a autorização de contratação por dispensa de licitação (art. 24, V, Lei n 8.666/93) já concedida nos termos do Despacho 510 (0717127) e do Despacho 494 (0727738), tendo sido aprovado o Termo de Referência 9 (0729312), com a determinação de que o Setor de Compras e Serviços - SCOMS providenciasse a colheita de propostas das instituições bancárias, no prazo de 10 (dez) dias, considerando a necessidade de ultimação da contratação até o dia **07.05.2022**, último dia de vigência do Contrato Administrativo nº 023/2016 – MP/PGJ.

No Memorando 71 (0762784), o Setor de Compras e Serviços - SCOMS **sugeriu a realização de novo certame licitatório**, considerando que as instituições financeiras contactadas não demonstraram interesse na contratação direta, seja por meio de expediente colacionado aos autos - BANCO DO BRASIL (0762715), seja por meio de contato telefônico - SANTANDER e BRADESCO (0762784).

Neste cenário, ainda como medida de instrução do feito da contratação direta em curso, esta SUBADM determinou a expedição de novos Ofícios ao BANCO ITAÚ e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, os quais não haviam se manifestado nos autos, tendo esta diligência se mostrado igualmente infrutífera - vide docs. 0767868, 0768395, 0768408, 0768798, 0768801 e 0777613.

Com essas considerações, diante da ausência de interessados na presente contratação, reputo indispensável proceder a novos ajustes no Termo de Referência 9 (0729312), razão pela qual **determino o retorno dos autos à Comissão Responsável pela fiscalização do objeto da presente contratação para avaliar eventual necessidade de alteração do valor da contrapartida (item 3), com a urgência que o caso requer**.

Ato contínuo, com o fito de garantir a ampla competitividade, e considerando que restou frustada a contratação por dispensa de licitação (art. 24, V, Lei n 8.666/93) e, ainda, que houve alterações no Termo de Referência, **determino a realização de novel certame público (pregão), devendo a Comissão Responsável pela fiscalização e, ainda a Comissão Permanente de Licitação - CPL, indicar se a**

licitação deve ocorrer de modo eletrônico ou presencial.

Fixo o prazo de 03 (três) dias úteis para adoção das providências ora determinadas.

Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am.), 04 de março de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 04/03/2022, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0777501** e o código CRC **A222D4DE**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 93.2022.CPL.0778071.2021.011045

À Senhora

VÍVIAN DA SILVA DONATO LOPES MARTINS

Diretora-Geral da PGJ/AM

NESTE EDIFÍCIO

c/c

PATRÍCIA COSTA MARTINS

Diretora de Administração da PGJ/AM

Assunto: Encaminhamento **PI 2021.011045** para análise e providências.

Ilustríssimas Senhoras,

Cumprimentando-as cordialmente e, em sede do procedimento susomencionado, cujo objeto é a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos*, temos a informar o que segue e, ao final, submeter os autos para as providências cabíveis.

Em observância ao **DESPACHO Nº 225.2022.03AJ-SUBADM.0777501.2021.011045**, no que pertine a modalidade do pregão a ser adotada, ousamos sugerir que seja realizada licitação **PRESENCIAL**, pelos motivos expostos abaixo.

Esta Instituição em outra oportunidade, lançou o **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.026/2021-CPL/MP/PGJ** (doc. 0691130), todavia **não** acudiram interessados. A respeito do assunto, este Comitê já havida ponderado os entraves para operacionalização desta contratação via eletrônica, conforme **MEMORANDO Nº 296.2021.CPL.0700562.2021.011045.**

Naquela ocasião, ponderou-se que o próprio Sistema Comprasnet não está adaptado para realizar licitações como critério de julgamento MAIOR OFERTA, tendo naquela oportunidade esta Instituição buscado meios alternativos para sua realização.

Outrossim, cumpre destacar que nos certames de anos anteriores, para este mesmo objeto, esta Instituição procedeu a realização do Pregão na forma presencial, tendo obtido êxito, citando-se como exemplo: ***PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ (Procedimento Interno n.º 967312/2015).***

De outra sorte, considerando que o aludido Despacho retorna os autos à Comissão Responsável pela fiscalização do objeto da presente contratação, capitaneada por Vossas Senhorias, para avaliar eventual necessidade de alteração do valor da contrapartida (item 3), com a urgência que o caso requer, considerando que qualquer providencia por parte desta Comissão dependerá da feitura de possível alteração no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2021.DG.0729312.2021.011045**, remeto os autos para análise e devidas providências, ficando à disposição para eventuais esclarecimentos e informações.

Ademais, antes de retornar os autos devem ser enviados igualmente à **Divisão de Contratos e Convênios - DCCON** para as alterações cabíveis, em especial, a **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO** da **MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2021 - MP/PGJ** (doc. 0671080).

Por derradeiro, os autos devem retornar a esta Comissão Permanente de Licitação para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 07/03/2022, às 12:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0778071** e o código CRC **09321841**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 156.2022.DCCON.0779818.2021.011045

Manaus, 9 de março de 2022.

Exmo. Sr. Dr.
GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Sugestação de prorrogação excepcional do Contrato Administrativo nº 023/2016 – MP/PGJ.

Senhor Subprocurador-Geral,

Considerando que o Contrato Administrativo nº 023/2016 – MP/PGJ, firmado com o banco BRADESCO S/A, possui vigência até o dia **7 de maio de 2022**; considerando, ademais, que ainda será iniciado o certame público (pregão) para a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, nos termos do Despacho 225 (SEI nº 0777501), esta Divisão de Contratos e Convênios **sugere** a prorrogação excepcional do Contrato Administrativo nº 023/2016 – MP/PGJ, por mais 6 (seis) meses, nos moldes do Termo Aditivo 2 (0720654), com previsão de cláusula de rescisão antecipada.

Deste modo, encaminho os presentes autos, para análise e deliberação da sugestão aqui apontada, com a brevidade que o caso requer, tendo que em vista a necessidade de se iniciar, o quanto antes, as tratativas para formalização do termo aditivo, caso a prorrogação seja deferida.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 09/03/2022, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0779818** e o código CRC **0572DAE8**.

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Enviado: quarta-feira, 9 de março de 2022 15:07
Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Cc: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>; Rui Barbosa Mesquita <ruimesquita@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

#interna

Edjane,

Conforme contato, considerando o interesse do Banco em apresentar uma proposta a esse MPAM, solicitamos verificar junto a Administração a possibilidade de realização de uma videoconferência a fim de obtermos esclarecimentos adicionais acerca dos requisitos exigidos no Termo de Referência.

Se possível, pedimos indicar duas possibilidades de agenda.

At.te.,

SETOR PÚBLICO
Sebastião Vanderlan Soares
Gerente Geral | Escritório Setor Público Amazonas
Banco do Brasil S.A
(92) 3612-0400 | (92) 99152-9046
sebastian@bb.com.br / age3563@bb.com.br

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, a juntada a estes autos dos e-mails direcionados para a conta de e-mail institucional subadm@mpam.mp.br, os quais, embora não juntados tempestivamente, geraram movimentações internas, conforme discriminado abaixo:

1) 09/03/2022, 16h22
De: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Para: Diretoria Geral MPAM <dg@mpam.mp.br>; Diretoria Administrativa <dadm@mpam.mp.br>; Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>
Cc: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

Teor:

Boa tarde, prezados.

Encaminho, a seguir, a solicitação formulada pelo Sr. Sebastião Soares, Gerente Geral do Banco do Brasil, acerca do SEI nº 2021.011045.

Respeitosamente.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763 (whatsApp)

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

Mensagem encaminhada:

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Enviado: quarta-feira, 9 de março de 2022 15:07
Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Cc: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>; Rui Barbosa Mesquita <ruimesquita@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

#interna

Edjane,

Conforme contato, considerando o interesse do Banco em apresentar uma proposta a esse MPAM, solicitamos verificar junto a Administração a

possibilidade de realização de uma videoconferência a fim de obtermos esclarecimentos adicionais acerca dos requisitos exigidos no Termo de Referência.

Se possível, pedimos indicar duas possibilidades de agenda.

At.te.,



Tramitação interna: Reunião realizada em 14/03/2022.

2) 17/03/2022, 16h36

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos
Cc:

- Setor de Compras e Servicos;
- Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>

Teor:

A/C Exmo. Senhor
Géber Mafra Rocha
SubProcurador-Geral de Justiça para assuntos administrativos

Conforme reunião presencial realizada na data de 14/03/2021, para que a nossa Diretoria de Governo possa disponibilizar a precificação do negócio, solicitamos a gentileza de:

I. Validar a base de servidores, diferença de 21% do público.

Pirâmide salaria informada no TR:

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	197
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	51
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	41
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	89
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	116
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	143
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	104
Acima de R$ 30.000,00	265
Total	**1006**

Informação Portal da Transparência:

Classificação	qtde.
Servidores Cedidos ao MP	119
Membros do MP	126
Servidores Ativos	411
Estagiários	139
	795

II. Informar o número de servidores lotados na capital (edifício sede e anexos).

Respeitosamente,

SETOR PÚBLICO
Sebastião Vanderlan Soares
Gerente Geral | Escritório Setor Público Amazonas
Banco do Brasil S.A
(92) 3612-0400 | (92) 99152-9046
sebastian@bb.com.br / age3563@bb.com.br

Tramitação interna: Confirmação de recebimento ao remetente em 17/03/2022, às 17h37, pelo servidor Eduardo Riker, Agente de Apoio Administrativo, lotado na Secretaria da SubAdm e encaminhamento da mensagem à Diretoria Geral do MPAM em 18/03/2022, às 08h39.

3) 18/03/2022, 13h36

De: Setor de Compras e Serviços
Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos; Julia Ferreira Sardinha
Cc: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>

Teor:

Boa tarde.

Segue a solicitação apresentada pelo Sr. Sebastião Soares, Gerente Geral do Banco do Brasil Amazonas.

Atenciosamente.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763 (whatsApp)

Mensagem encaminhada

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de março de 2022 16:35
Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>
Cc: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>; Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Ministério Público do Amazonas

#interna

A/C Exmo. Senhor
Géber Mafra Rocha
SubProcurador-Geral de Justiça para assuntos administrativos

Conforme reunião presencial realizada na data de 14/03/2021, para que a nossa Diretoria de Governo possa disponibilizar a precificação do negócio, solicitamos a gentileza de:

I. Validar a base de servidores, diferença de 21% do público.

Pirâmide salaria informada no TR:

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	197
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	51
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	41
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	89
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	116
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	143
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	104

Acima de R$ 30.000,00	265
Total	**1006**

Informação Portal da Transparência:

Classificação	qtde.
Servidores Cedidos ao MP	119
Membros do MP	126
Servidores Ativos	411
Estagiários	139
	795

II. Informar o número de servidores lotados na capital (edifício sede e anexos).

Respeitosamente,

SETOR PÚBLICO
Sebastião Vanderlan Soares
Gerente Geral | Escritório Setor Público Amazonas
Banco do Brasil S.A
(92) 3612-0400 | (92) 99152-9046
sebastian@bb.com.br / age3563@bb.com.br

Tramitação interna: Nada consta na Secretaria da SubAdm

4) 01/04/2022, 11h51
De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos

Teor: reencaminhamento de mensagens

#interna

A/C Jamilly

At.te.,

Sebastião Vanderlan Borges Soares, CPA20
Gerente Geral
ESCRITÓRIO SETOR PÚBLICO AMAZONAS
Tel (92) 3612-0400 / (92) 99152-9046
age3563@bb.com.br / sebastian@bb.com.br



Nesta data, faço conclusos os presentes autos à Assessoria Jurídica da SubAdm.

É o que tinha a certificar.

Em Manaus, 1º de abril de 2022.

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio-Administrativo
Mat: 0725-0A
Secretaria da SubAdm

ENC: Adendo à solicitação de propostas - Ministério Público do Amazonas

Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>

Qui, 17/03/2022 16:36

Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Cc: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>;Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>;Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>

#interna

A/C Exmo. Senhor
Géber Mafra Rocha
SubProcurador-Geral de Justiça para assuntos administrativos

Conforme reunião presencial realizada na data de 14/03/2021, para que a nossa Diretoria de Governo possa disponibilizar a precificação do negócio, solicitamos a gentileza de:

I. Validar a base de servidores, diferença de 21% do público.

Pirâmide salaria informada no TR:

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	197
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	51
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	41
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	89
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	116
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	143
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	104
Acima de R$ 30.000,00	265
Total	**1006**

Informação Portal da Transparência:

Classificação	qtde.
Servidores Cedidos ao MP	119
Membros do MP	126
Servidores Ativos	411
Estagiários	139
	795

II. Informar o número de servidores lotados na capital (edifício sede e anexos).

Respeitosamente,

SETOR PÚBLICO
Sebastião Vanderlan Soares
Gerente Geral | Escritório Setor Público Amazonas
Banco do Brasil S.A
(92) 3612-0400 | (92) 99152-9046
sebastian@bb.com.br / age3563@bb.com.br

Anexo Email 17-03-2022 (0795188) SEI 2021.011045 / pg. 545

De: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Enviado: quarta-feira, 9 de março de 2022 16:22
Para: Diretoria Geral MPAM <dg@mpam.mp.br>; Diretoria Administrativa <dadm@mpam.mp.br>; Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>
Cc: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

#interna

Boa tarde, prezados.

Encaminho, a seguir, a solicitação formulada pelo Sr. Sebastião Soares, Gerente Geral do Banco do Brasil, acerca do SEI nº 2021.011045.

Respeitosamente.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763 (whatsApp)

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Enviado: quarta-feira, 9 de março de 2022 15:07
Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Cc: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>; Rui Barbosa Mesquita <ruimesquita@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

#interna

Edjane,

Conforme contato, considerando o interesse do Banco em apresentar uma proposta a esse MPAM, solicitamos verificar junto a Administração a possibilidade de realização de uma videoconferência a fim de obtermos esclarecimentos adicionais acerca dos requisitos exigidos no Termo de Referência.

Se possível, pedimos indicar duas possibilidades de agenda.

At.te.,

Anexo Email 17-03-2022 (0795188) SEI 2021.011045 / pg. 546

SETOR PÚBLICO
Sebastião Vanderlan Soares
Gerente Geral | Escritório Setor Público Amazonas
Banco do Brasil S.A
(92) 3612-0400 | (92) 99152-9046
sebastian@bb.com.br / age3563@bb.com.br

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Enviado: segunda-feira, 24 de janeiro de 2022 12:27
Para: MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>
Cc: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>
Assunto: RE: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

Prezados,

Confirmamos o recebimento.

At.te.,

Sebastião Vanderlan Borges Soares, CPA20
Gerente Geral
ESCRITÓRIO SETOR PÚBLICO AMAZONAS
Tel (92) 3612-0400 / (92) 99152-9046
age3563@bb.com.br / sebastian@bb.com.br



De: MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>
Enviado: segunda-feira, 24 de janeiro de 2022 12:21
Assunto: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

Bom dia, Prezado (a),

Em complemento à solicitação anterior, solicito que acuse recebimento, bem como informar que o prazo fixado é de 10 (DEZ) dias úteis, a ser iniciado do recebimento do e-mail solicitante.

Atensiocamente.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763
Whatsapp: https://wa.me/559236550763

Anexo Email 17-03-2022 (0795188) SEI 2021.011045 / pg. 547

ENC: Adendo à solicitação de propostas - Ministério Público do Amazonas

Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Sex, 18/03/2022 13:36

Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>;Julia Ferreira Sardinha <juliasardinha@mpam.mp.br>

Cc: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>

Boa tarde.

Segue a solicitação apresentada pelo Sr. Sebastião Soares, Gerente Geral do Banco do Brasil Amazonas.

Atenciosamente.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763 (whatsApp)

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de março de 2022 16:35
Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>
Cc: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>; Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Ministério Público do Amazonas

#interna

A/C Exmo. Senhor
Géber Mafra Rocha
SubProcurador-Geral de Justiça para assuntos administrativos

Conforme reunião presencial realizada na data de 14/03/2021, para que a nossa Diretoria de Governo possa disponibilizar a precificação do negócio, solicitamos a gentileza de:

I. Validar a base de servidores, diferença de 21% do público.

Pirâmide salaria informada no TR:

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	197
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	51
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	41
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	89
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	116
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	143
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	104

Anexo Email 18-03-2022 (0795189) SEI 2021.011045 / pg. 548

Acima de R$ 30.000,00	265
Total	**1006**

Informação Portal da Transparência:

Classificação	qtde.
Servidores Cedidos ao MP	119
Membros do MP	126
Servidores Ativos	411
Estagiários	139
	795

II. Informar o número de servidores lotados na capital (edifício sede e anexos).

Respeitosamente,

SETOR PÚBLICO
Sebastião Vanderlan Soares
Gerente Geral | Escritório Setor Público Amazonas
Banco do Brasil S.A
(92) 3612-0400 | (92) 99152-9046
sebastian@bb.com.br / age3563@bb.com.br

De: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Enviado: quarta-feira, 9 de março de 2022 16:22
Para: Diretoria Geral MPAM <dg@mpam.mp.br>; Diretoria Administrativa <dadm@mpam.mp.br>; Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>
Cc: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

#interna

Boa tarde, prezados.

Encaminho, a seguir, a solicitação formulada pelo Sr. Sebastião Soares, Gerente Geral do Banco do Brasil, acerca do SEI nº 2021.011045.

Respeitosamente.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763 (whatsApp)
Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Enviado: quarta-feira, 9 de março de 2022 15:07
Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Anexo Email 18-03-2022 (0795189) SEI 2021.011045 / pg. 549

Cc: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>; Rui Barbosa Mesquita <ruimesquita@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

#interna

Edjane,

Conforme contato, considerando o interesse do Banco em apresentar uma proposta a esse MPAM, solicitamos verificar junto a Administração a possibilidade de realização de uma videoconferência a fim de obtermos esclarecimentos adicionais acerca dos requisitos exigidos no Termo de Referência.

Se possível, pedimos indicar duas possibilidades de agenda.

At.te.,

SETOR PÚBLICO
Sebastião Vanderlan Soares
Gerente Geral | Escritório Setor Público Amazonas
Banco do Brasil S.A
(92) 3612-0400 | (92) 99152-9046
sebastian@bb.com.br / age3563@bb.com.br

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Enviado: segunda-feira, 24 de janeiro de 2022 12:27
Para: MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>
Cc: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>
Assunto: RE: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

Prezados,

Confirmamos o recebimento.

At.te.,

Sebastião Vanderlan Borges Soares, CPA20
Gerente Geral
ESCRITÓRIO SETOR PÚBLICO AMAZONAS
Tel (92) 3612-0400 / (92) 99152-9046
age3563@bb.com.br / sebastian@bb.com.br

Precisando falar conosco?
Acesse a opção **Fale com o BB** no app BB ou no Portal BB.
É rápido, seguro e totalmente digital.
Basta clicar no ícone da tela inicial do Autoatendimento Setor Público, das 9 às 17h.

De: MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>
Enviado: segunda-feira, 24 de janeiro de 2022 12:21
Assunto: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

Bom dia, Prezado (a),

Em complemento à solicitação anterior, solicito que acuse recebimento, bem como informar que o prazo fixado é de 10 (DEZ) dias úteis, a ser iniciado do recebimento do e-mail solicitante.

Atensiocamente.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763
Whatsapp: https://wa.me/559236550763

ENC: Adendo à solicitação de propostas - Ministério Público do Amazonas

Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>

Sex, 01/04/2022 11:51

Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

#interna

A/C Jamilly

At.te.,



De: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Enviado: sexta-feira, 18 de março de 2022 14:36
Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>; Julia Ferreira Sardinha <juliasardinha@mpam.mp.br>
Cc: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Ministério Público do Amazonas

#interna

Boa tarde.

Segue a solicitação apresentada pelo Sr. Sebastião Soares, Gerente Geral do Banco do Brasil Amazonas.

Atenciosamente.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763 (whatsApp)

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de março de 2022 16:35
Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>
Cc: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>; Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Ministério Público do Amazonas

#interna

Anexo Email 01-04-2022 (0795190) SEI 2021.011045 / pg. 552

A/C Exmo. Senhor
Géber Mafra Rocha
SubProcurador-Geral de Justiça para assuntos administrativos

Conforme reunião presencial realizada na data de 14/03/2021, para que a nossa Diretoria de Governo possa disponibilizar a precificação do negócio, solicitamos a gentileza de:

I. Validar a base de servidores, diferença de 21% do público.

Pirâmide salaria informada no TR:

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	197
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	51
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	41
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	89
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	116
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	143
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	104
Acima de R$ 30.000,00	265
Total	**1006**

Informação Portal da Transparência:

Classificação	qtde.
Servidores Cedidos ao MP	119
Membros do MP	126
Servidores Ativos	411
Estagiários	139
	795

II. Informar o número de servidores lotados na capital (edifício sede e anexos).

Respeitosamente,

SETOR PÚBLICO
Sebastião Vanderlan Soares
Gerente Geral | Escritório Setor Público Amazonas
Banco do Brasil S.A
(92) 3612-0400 | (92) 99152-9046
sebastian@bb.com.br / age3563@bb.com.br

De: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Enviado: quarta-feira, 9 de março de 2022 16:22
Para: Diretoria Geral MPAM <dg@mpam.mp.br>; Diretoria Administrativa <dadm@mpam.mp.br>; Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>
Cc: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

#interna

Anexo Email 01-04-2022 (0795190) SEI 2021.011045 / pg. 553

Boa tarde, prezados.

Encaminho, a seguir, a solicitação formulada pelo Sr. Sebastião Soares, Gerente Geral do Banco do Brasil, acerca do SEI nº 2021.011045.

Respeitosamente.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763 (whatsApp)

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Enviado: quarta-feira, 9 de março de 2022 15:07
Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Cc: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>; Rui Barbosa Mesquita <ruimesquita@bb.com.br>
Assunto: ENC: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

#interna

Edjane,

Conforme contato, considerando o interesse do Banco em apresentar uma proposta a esse MPAM, solicitamos verificar junto a Administração a possibilidade de realização de uma videoconferência a fim de obtermos esclarecimentos adicionais acerca dos requisitos exigidos no Termo de Referência.

Se possível, pedimos indicar duas possibilidades de agenda.

At.te.,

SETOR PÚBLICO
Sebastião Vanderlan Soares
Gerente Geral | Escritório Setor Público Amazonas
Banco do Brasil S.A
(92) 3612-0400 | (92) 99152-9046
sebastian@bb.com.br / age3563@bb.com.br

De: Sebastiao Vanderlan Borges Soares <sebastian@bb.com.br>
Enviado: segunda-feira, 24 de janeiro de 2022 12:27
Para: MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>
Cc: Raimundo da Silva Baia <raimundobaia@bb.com.br>; Tatiany Braga Ramos <tatianybr@bb.com.br>
Assunto: RE: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

Prezados,

Anexo Email 01-04-2022 (0795190) SEI 2021.011045 / pg. 554

Confirmamos o recebimento.

At.te.,

Sebastião Vanderlan Borges Soares, CPA20
Gerente Geral
ESCRITÓRIO SETOR PÚBLICO AMAZONAS
Tel (92) 3612-0400 / (92) 99152-9046
age3563@bb.com.br / sebastian@bb.com.br



De: MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>
Enviado: segunda-feira, 24 de janeiro de 2022 12:21
Assunto: Adendo à solicitação de propostas - Mnistério Público do Amazonas

Bom dia, Prezado (a),

Em complemento à solicitação anterior, solicito que acuse recebimento, bem como informar que o prazo fixado é de 10 (DEZ) dias úteis, a ser iniciado do recebimento do e-mail solicitante.

Atensiocamente.

Edjane Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763
Whatsapp: https://wa.me/559236550763

Anexo Email 01-04-2022 (0795190) SEI 2021.011045 / pg. 555

DESPACHO Nº 289.2022.03AJ-SUBADM.0795704.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Retornam os autos de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Na última manifestação desta SUBADM, materializada pelo Despacho 225 (0777501), determinou-se o retorno dos autos à Comissão Responsável pela fiscalização do objeto da presente contratação para avaliar eventual necessidade de alteração do valor da contrapartida (item 3), com a urgência que o caso requer. Na mesma oportunidade, com o fito de garantir a ampla competitividade, e considerando que restou frustrada a contratação por dispensa de licitação (art. 24, V, Lei n 8.666/93) e, ainda, que houve alterações no Termo de Referência, determinou-se a realização de novel certame público (pregão), devendo a Comissão Responsável pela fiscalização e, ainda a Comissão Permanente de Licitação - CPL, indicar se a licitação deve ocorrer de modo eletrônico ou presencial.

No Memorando 93 (0778071), a Comissão Permanente de Licitação - CPL solicitou que fosse colacionada a documentação indispensável para a tramitação do feito, consignando expressamente que tais providências devem ser adotadas pela Comissão Responsável pela fiscalização e pela Divisão de Contratos e Convênios - DCCON.

Já no Memorando 156 (0779818), consta sugestão emanada da Divisão de Contratos e Convênios no sentido de que seja prorrogado, por mais 06 (seis) meses, o Contrato Administrativo nº 023/2016-MP/PGJ, que tem sua vigência até o próximo dia **07.05.2022**.

Em **09.03.2022**, aportou comunicação eletrônica advinda do BANCO DO BRASIL (0780898), no bojo do qual, considerando o interesse do Banco em apresentar proposta ao MPAM, solicita a possibilidade de realização de videoconferência para obtenção de esclarecimentos adicionais acerca dos requisitos exigidos no Termo de Referência.

A referida reunião foi realizada em **14.03.2022**, com a presença da SUBADM e de representantes do banco. Some-se a isso a realização de reunião junto à PRODAM no dia **24.03.2022**, com o objetivo de tratar dos serviços oferecidos à PGJ e sobre eventuais necessidades de ajustes e/ou aperfeiçoamentos.

Consta nos autos ainda Certidão enumerando todas as comunicações eletrônicas realizadas no interesse do presente feito (0795167), tendo sido identificada a existência de comunicação eletrônica datada de **17.03.2022** (0795188), no âmbito do qual o BANCO DO BRASIL solicita as seguintes informações: **(1)** Validar a base de servidores, diferença de 21% do público, considerando as divergências existentes entre as informações contidas no Termo de Referência e aquelas disponibilizadas no Portal da Transparência; **(2)** Informar o número de servidores lotados na capital, especificando o local de lotação edifício sede e demais unidade do MPAM. **Tal solicitação de informações ainda não foi respondida por este *Parquet***.

Quanto à sugestão de nova prorrogação formulada pela DCCON, tenho que as razões explicitadas nos autos do Processo SEI nº 2021.017866, que justificaram a excepcionalidade da prorrogação por 06 (seis) meses, quando já ultrapassado o prazo de 60 (sessenta) meses, **subsistem**.

De fato, à luz do que autoriza o §4º do art. 57 da Lei n 8.666/93, tem-se que, *in casu*, a Administração tem envidado todos os esforços disponíveis e necessários para a viabilização de novel contratação, já tendo realizado a tentativa de contratação via pregão por 02 (duas) vezes e de contratação direta, por meio de dispensa de licitação, por 01 (uma) vez.

Ainda assim, até o momento, a novel contratação não foi finalizada, sendo certo que é indispensável a manutenção do serviço contratado por meio do Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ.

Com essas considerações, **determino que a DCCON, em procedimento próprio, inicie as tratativas para celebração de novel aditivo com o objetivo de prorrogar a referida avença pelo prazo de 03 (três) meses, devendo ser prevista cláusula de rescisão antecipada vinculada à finalização da novel contratação**.

No mais, ainda como medida de instrução do feito, **determino o retorno dos autos à Comissão Responsável pela fiscalização do objeto da presente contratação para apresentar a esta SUBADM as informações pertinentes quanto às solicitações encaminhadas pelo Banco do Brasil**.

Com a resposta, **os autos devem voltar imediatamente conclusos para as providências subsequentes relacionadas à nova contratação**.

Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am.), 04 de abril de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 05/04/2022, às 11:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0795704** e o código CRC **6E1918EC**.

Referente a Consignações - MPAM

Renato Borges de Souza <renato.borges@prodam.am.gov.br>

Qua, 06/04/2022 11:34

Para: Subprocuradoria para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Cc: Deiwe Pereira Furtado <deiwe@prodam.am.gov.br>;Lincoln Nunes da Silva <lincoln.silva@prodam.am.gov.br>;Anne Bandeira <anne@prodam.am.gov.br>;Maurício Mizobe <mauriciomizobe@prodam.am.gov.br>;Marcelo Almeida Marinho <marcelo.almeida@prodam.am.gov.br>;Antonio César Vieira de Lima <cesar@prodam.am.gov.br>

Prezado Dr. Géber, bom dia.

Conforme tratado em reunião realizada nesse MPAM, no dia 24/03/2022, onde nos foi perguntado sobre o modelo de negócios junto ao consignado, informamos o seguinte:

1. Esse é o **modelo vigente** junto as consignatárias. Observar a coluna onde informa que a cobrança é por percentual (%) ou por linha (R$).

Seq	Categoria	gestão e processamento	
01	EMPRESTIMO	%	2,00
02	Cartão de crédito	%	2,00
03	casa própria	R$	0,70
04	plano de saúde	R$	0,70
05	plano previdência	%	2,00
06	seguradoras e similares	%	2,00
07	associação e sindicados	R$	0,70
08	Cartão adiantamento	R$	0,70
09	Convênios	R$	0,70
10	Adiantamento Salarial	R$	0,70

Nesse modelo 1, a PRODAM é responsável por toda a gestão, disponibilização de sistema para a consignatária, processamento, suporte, hospedagem, backup, webservices e envio de informações para os órgãos competentes.

2. **Modelo proposto** para transição para cobrar **por linha, incluindo a gestão do sistema**:

01	EMPRESTIMO	R$	5,00
02	Cartão de crédito	R$	5,00
03	casa própria	R$	5,00
04	plano de saúde	R$	5,00
05	plano previdência	R$	5,00
06	seguradoras e similares	R$	5,00
07	associação e sindicados	R$	2,00
08	Cartão adiantamento	R$	5,00
09	Convênios	R$	5,00
10	Adiantamento Salarial	R$	5,00

Nesse modelo 2, a PRODAM é responsável por toda a gestão, disponibilização de sistema para a consignatária, processamento, suporte, hospedagem, backup, webservices e envio de informações para os órgãos competentes, **sendo a cobrança por linha**.

Documento(s) (0798012) SEI 2021.011045 / pg. 558

3. Modelo proposto **sem sistema, apenas com processamento, cobrado por linha.**

01	EMPRESTIMO	R$	2,00
02	Cartão de crédito	R$	2,00
03	casa própria	R$	2,00
04	plano de saúde	R$	2,00
05	plano previdência	R$	2,00
06	seguradoras e similares	R$	2,00
07	associação e sindicados	R$	2,00
08	Cartão adiantamento	R$	2,00
09	Convênios	R$	2,00
10	Adiantamento Salarial	R$	2,00

Nesse modelo 3, a PRODAM é responsável por receber, aplicar as regras de margem, devolvendo o movimento do que foi descontado e da margem. Não disponibilizando assim um ambiente para uso das consignatárias.

Esses são **modelos propostos**, em fase de estudo junto a PRODAM, que carece ainda de uma formalidade maior junto aos interessados (consignatárias).

Nesse sentido, a PRODAM está aberta para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessário sobre o tema.

Atenciosamente,

Renato Borges
Superintendente de Negócios - PRODAM
92 98855-1063 / 2121-6554
www.prodam.am.gov.br

Documento(s) (0798012) SEI 2021.011045 / pg. 559

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 39.2022.DG.0806030.2021.011045

A Sua Excelência o Senhor

Doutor **GÉBER MAFRA ROCHA**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Nesta

Assunto: Resposta ao Despacho N.º 289.2022.03AJ-SUBADM.0795704.2021.011045

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Cumprimento-o com o presente e, à oportunidade, em atenção ao Despacho N.º 289.2022.03AJ-SUBADM.0795704.2021.011045, informamos o seguinte no tocante aos questionamentos formulados pelo Banco do Brasil através dos emails (0795167, 0795188, 0795189, 0795190).

No que se refere ao número de servidores, temos que o número atual é o constante da tabela abaixo:

	Capital	Interior	Total
Membros	118	54	172
Servidores Efetivos	398	4	402
Servidores Comissionados	26	68	94
Servidores Cedidos	96	24	120
Militares à Disposição	37	0	37

A eventual diferença existente entre o informado no Termo de Referência e o constate no portal da transparência institucional, se dá em razão do fluxo natural de entrada e saída de pessoas em especial, estagiários, e servidores comissionados e aposentadorias. Ademais, no termo referência, foram ainda considerados os Membros e Servidores Aposentados e Pensionistas, que embora percebam seus vencimentos através da Fundação Amazonprev, todos mantém vínculo, em regra, com a Instituição Financeira contrata pela Instituição.

No tacante ao número de pessoas em atividade em cada unidade na capital, temos aproximadamente:

Unidade	Quantitativo
Edifício-Sede Sede Administrativa	334
Aleixo	94
Belo Horizonte	33

Respeitosamente,

Vívian da Silva Donato Lopes Martins
Diretora-Geral da PGJ/Am

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 10/05/2022, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 10/05/2022, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0806030** e o código CRC **18322850**.

DESPACHO Nº 381.2022.03AJ-SUBADM.0817978.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Retornam os autos de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Na última manifestação desta SUBADM, materializada pelo Despacho 289 (0795704), foram determinadas as seguintes providências: **(1)** que a DCCON, em procedimento próprio, iniciasse as tratativas para celebração de novel aditivo com o objetivo de prorrogar a referida avença pelo prazo de 03 (três) meses, devendo ser prevista cláusula de rescisão antecipada vinculada à finalização da novel contratação e; **(2)** retorno dos autos à Comissão Responsável pela fiscalização do objeto da presente contratação para apresentar a esta SUBADM as informações pertinentes quanto às solicitações encaminhadas pelo BANCO DO BRASIL.

A prorrogação excepcional, por mais três meses, foi viabilizada nos autos do Processo SEI nº 2022.006461, com Termo Aditivo já devidamente assinado por este MPAM e pelo BANCO BRADESCO.

No Memorando 39 (0806030), a Diretoria-Geral e a Diretoria de Orçamento e Finanças encaminham as informações solicitadas pelo BANCO DO BRASIL no doc. 0795188.

Com essas considerações, **determino que seja oficiado ao Banco do Brasil com o objetivo de encaminhar cópia integral do Memorando 39 (0806030) ao Banco do Brasil, em atenção aos esclarecimentos solicitados em 17 de março de 2022 (0795188)**.

Ultimada tal providência, voltem-me os autos imediatamente conclusos para as providências subsequentes relacionadas à nova contratação.

Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am.), 11 de maio de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR

Procurador-Geral de Justiça[1]

_____

[1] Subscrito pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça em razão de licença do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - Processo nº 2022.008990.

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 11/05/2022, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0817978** e o código CRC **0660EEF6**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 147.2022.SUBADM.0818221.2021.011045

Manaus, 12 de maio de 2022.

A Sua Senhoria
SEBASTIÃO VANDERLAN BORGES SOARES
Banco do Brasil
sebastian@bb.com.br

Assunto: Resposta ao questionamento formulado por e-mail em 17/03/2022.

Senhor Gerente,

Cumprimento-o cordialmente com o presente e, à oportunidade, em atenção aos esclarecimentos solicitados em 17/03/2022, faço chegar as mãos de Vossa Senhoria uma via do **MEMORANDO Nº 39.2022.DG.0806030.2021.011045**, datado de 10/05/2022, para conhecimento.

Atenciosamente,

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 12/05/2022, às 13:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link

http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0818221** e o código CRC **E7DD1E4A**.

E-mail - 0818932

Data de Envio:
12/05/2022 15:18:08

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
sebastian@bb.com.br

Assunto:
Encaminhamento do Ofício 147.2022.SubAdm

Mensagem:
Saúdo Vossa Excelência, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Favor, acusar o recebimento.

Grata.

Respeitosamente,

Mona Larissa Costa Freire, Agente de Apoio-Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
Oficio_0818221.html
Memorando_0806030.html

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 81.2022.DG.0840698.2021.011045

A Sua Excelência o Senhor

Doutor **GÉBER MAFRA ROCHA**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Nesta

Assunto: Encamina Termo de Referência para a contratação de serviços bancários

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Cumprimento-o com o presente e, à oportunidade, encaminho em anexo TERMO DE REFERÊNCIA N.º 3.2022.DG.0825687.2021.011045 atualizado, que visa contratação de serviços bancários, tendo em vista a iminência do termo final do termo aditivo em vigência.

Respeitosamente,

Vívian da Silva Donato Lopes Martins

Diretora-Geral da PGJ/Am

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 14/06/2022, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 14/06/2022, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 14/06/2022, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0840698** e o código CRC **9DB691C2**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, já está em seu terceiro termo aditivo, o qual terá seu termo final em 07 de agosto de 2022, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da CONTRATADA e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATANTE, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da CONTRATANTE, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

2.2. Para fins de caracterização dos itens acima que detalham o objeto, devem ser tidas em conta as seguintes informações:

2.2.1 Dados referentes à alínea “a”:

a) Sobre a folha de pagamento da PGJ/AM, abril de 2022.

Valor Bruto: R$ 21.206.910,43 (vinte e um milhões, duzentos e seis mil, novecentos e dez reais e quarenta e três centavos)

Valor Líquido: R$ 14.810.322,46 (quatorze milhões, oitocentos e dez mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta e seis centavos)

TABELA 1 - Folha de Pagamento da PGJ/AM por faixa de renda
Mês: Abril 2022

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	277
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	65

De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	37
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	64
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	112
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	141
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	128
Acima de R$ 30.000,00	281
Total	1.105

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

TABELA 2 - Quantitativo de cargos PGJ/AM
Mês: Abril 2022

Classe	Cargo	Quantidade		
		Capital	Interior	TOTAL
Membro	Procurador de Justiça	21	0	21
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Inicial	0	43	43
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Final	98	0	98
Membro	Promotor de Justiça Substituto	0	10	10
Servidor	Agente de Apoio	156	1	157
Servidor	Agente de Serviço	57	1	58
Servidor	Agente Técnico	185	2	187
Servidor	Cedido	5	0	5
Servidor	Comissionado	26	71	97
Servidor	Militar à Disposição	39	0	39
Estagiários	Estagiários	196	45	241
Inativos	Inativos	81	0	81
Pensionistas	Pensionistas	68	0	68
Total		932	173	1.105

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

b) Sobre consignações na folha de pagamento da PGJ/AM

TABELA 3 - Consignações PGJ/AM

Mês: Abril 2022

PERÍODO	QTD SERVIDOR	VALOR
DEZ / 2020	393	562.636,72
JAN / 2021	387	550.874,25
FEV / 2021	379	548.292,67
MAR / 2021	369	530.673,93
ABR / 2021	369	522.079,69
MAI / 2021	376	544.495,35
JUN / 2021	390	554.373,08
JUL / 2021	394	551.734,89
AGO / 2021	408	566.854,12
SET / 2021	418	574.501,19
OUT / 2021	420	578.853,45
NOV / 2021	433	588.775,11
DEZ / 2021	436	594.390,04
JAN / 2022	433	583.333,92
FEV / 2022	434	578.821,82
MAR / 2022	429	571.094,64
ABR / 2022	429	567.565,28

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

2.2.2 Dados referentes à alínea “b”:

TABELA 4 – Orçamento autorizado e realizado pela PGJ, no período 2019-2022, em R$

Itens	2019		2020		2021		2022*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	237.482.095,21	237.479.186,87	243.310.312,73	238.606.353,04	267.251.404,59	267.218.722,29	269.727.000,00	84.573.388,32
Outras despesas correntes	59.112.982,26	58.416.080,32	77.476.032,18	75.393.008,58	128.658.274,88	128.625.126,96	75.053.629,25	46.413.346,81
Investimentos								

E Inversões financeiras	3.488.021,02	3.468.883,44	2.019.026,69	1.876.145,52	5.342.245,79	5.342.245,79	33.138.370,75	1.923.413,04
Total	300.083.098,49	299.364.150,63	322.805.371,60	315.875.507,14	401.251.925,26	401.186.095,04	377.919.000,00	132.910.148,17

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).

Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

*Dados até 17/05/2022 (*parcial de 17/05/2022).

TABELA 5 – Orçamento autorizado e realizado pelo FAMP, no período 2019-2022, em R$ milhões

Itens	2019		2020		2021		2022*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	542.578,14	0,00	856.000,00	0,00	416.000,00	0,00	172.000,00	0,00
Investimentos	1.091.014,81	0,00	229.000,00	0,00	239.000,00	0,00	68.000,00	0,00
Inversões Financeiras	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	45.000,00	0,00	10.000,00	0,00
Total	1.733.592,95	0,00	1.185.000,00	0,00	700.000,00	0,00	250.000,00	0,00

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).

Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

*Dados até 17/05/2022 (*parcial de 17/05/2022).

TABELA 6 – Orçamento autorizado e realizado pelo PROVITA, no período 2019-2022, em R$ milhões

Itens	2019		2020		2021		2022*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	224.989,58	0,00	0,00	0,00

Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	224.989,58	0,00	0,00	0,00

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).

Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.

*Dados até 17/05/2022 (*parcial de 17/05/2022).

Obs.: No Provita, os valores das colunas "previsto" (autorizado final/ano) nos encerrados de 2019 a 2020 e 2022 se encontram com registro zero (R$ 0,00) no Relexeorc, visto que a UG repassou integralmente(destacou) seu orçamento para execução pela PGJ, e nesta UG foi incorporado.

2.3 DOS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA

2.3.1 A CONTRATADA deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça (pessoa jurídica):

a) Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela Instituição Financeira.

b) Abertura e manutenção de contas-correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c) Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

d) Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da CONTRATANTE, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (internet), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente para todas as contas-correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e) Remuneração dos recursos depositados em contas-correntes, caução e outras, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses do Órgão, observando as recomendações do Banco Central do Brasil relativas às aplicações de recursos públicos.

f) Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e no mínimo 04 (quatro) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados imediatamente nos seguintes locais: 01 (um) nas dependências do Edifício-sede; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. André Araújo, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Rua Belo Horizonte, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. Paraíba; podendo, ao longo da vigência do contrato, ser demandada a instalação de mais 01 (um) terminal, conforme indicação da CONTRATANTE, caso aconteça a inauguração de nova sede;

f.1) A CONTRATADA terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra, bem como na ocupação dos demais espaços cedidos para a exploração dos serviços bancários, salvo no processo de transição de novas contratações de mesma natureza.

f.2) O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário e demais terminais de caixa eletrônico será de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da aprovação do projeto e liberação do espaço pela CONTRATANTE, prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "g".

f.4) A CONTRATADA deverá assinar Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5) As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela instituição vencedora, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "g".

2.4 DOS SERVIÇOS – PESSOA FÍSICA

2.4.1 A CONTRATADA deverá oferecer os seguintes produtos e serviços para pessoas físicas, compreendendo membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:

a) Abertura e manutenção de contas salários, contas-correntes e contas poupanças em nome dos correntistas, sem custos.

b) Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1) 05 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2) 02 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3) 02 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4) Transferências de recursos entre contas da própria CONTRATADA;

b.5) 05 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6) 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização.

b.7) 01 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de conta-salário, conta corrente e poupança.

c) Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d) Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, com prazos de até 96 (noventa e seis) meses, na forma do Decreto Governamental n.º 32.835 de 24 de setembro de 2012, para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATADA e em conexão com o previsto na alínea "a" do item 2.1. (confirmar)

e) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

f) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

g) Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

2.4.2 Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS e a CONTRATADA anteriormente a assinatura do contrato.

2.4.3 Também não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS, a CONTRATADA e / ou demais instituições financeiras eventualmente consignadas em folha de pagamento.

2.4.4 Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

2.4.5 Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

2.4.6 Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos no presente tópico, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB.

2.5 A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da CONTRATADA, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

3. DA CONTRAPARTIDA

3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, podendo ser creditado em no máximo duas parcelas, de modo que a primeira seja paga em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, e a segunda em até 06 (seis) meses após o pagamento da primeira, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Na fase pertinente do certame, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

4.1.2 Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

5.1.1 Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da CONTRATADA, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

5.1.2 A indenização referida no item anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o início do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.

5.2 A CONTRATADA deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e online, através da rede mundial de computadores internet, sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3 A Instituição Financeira CONTRATADA deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da CONTRATANTE, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

5.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da Procuradoria-Geral de Justiça que regular a matéria.

5.5 Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta-salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).

5.6 Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas-correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a CONTRATADA.

6. DO TERMO DE CESSÃO DE USO

6.1 A Cessão de Uso de que trata o presente Termo de Referência será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário, o qual não poderá ser destinado à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.2 A CONTRATANTE deverá permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

6.3 A Cessão de Uso de que trata o presente instrumento terá o mesmo prazo de vigência do contrato, nos termos estabelecidos no subitem 5.1.

6.4 Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela CONTRATADA, esta deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis;

6.5 A CONTRATANTE poderá revogar a Cessão de Uso

6.5.1 Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela CONTRATADA;

6.5.2 Por razão de interesse público que assim o justifique.

6.6 A denúncia da Cessão de Uso poderá ser feita pela CONTRATADA nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.

6.7 Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a CONTRATADA, terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do local.

6.8 As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da CONTRATANTE, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste instrumento, de acordo com as cláusulas contratuais e disposições legais e regulamentares cabíveis, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas.

7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, os serviços objeto deste Termo de Referência, os quais poderão ocorrer por meio de agências, correspondentes bancários, postos de atendimento, caixas eletrônicos, bancos postais, casas lotéricas, aplicativos ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.

7.3 A CONTRATADA deverá designar agência bancária localizada em Manaus-AM com estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.

7.4 A CONTRATADA promoverá, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, com coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da CONTRATANTE.

7.5 A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização dos mesmos.

7.6 A CONTRATADA deverá efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços.

7.6.1 Deverá solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da CONTRATANTE, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da CONTRATANTE.

7.6.2 A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.6.3 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7.7 A CONTRATADA deverá assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.7.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à CONTRATANTE responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

7.7.2 A CONTRATADA deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

7.8 A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que esta julgar necessário.

7.9 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da CONTRATANTE, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE.

7.9.1 Deverá responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

7.10 A CONTRATADA deverá informar aos BENEFICIÁRIOS interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na CONTRATADA todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.

7.11 Deverá realizar cruzamento dos números de CPF informados pela CONTRATANTE com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo BENEFICIÁRIO já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta-corrente.

7.12 Deverá disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos BENEFICIÁRIOS.

7.13 Deverá manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à CONTRATANTE, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da CONTRATANTE e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.

7.14 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.

7.15 Caso ocorra do crédito do salário não estar disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da CONTRATANTE.

7.16 Comunicar à CONTRATANTE, até o 1º (primeiro) dia subsequente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.

7.17 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.

7.18 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

7.19 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.

7.20 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

7.21 A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.

7.21.1 A CONTRATADA deverá arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

7.22 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.

7.23 A CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades em dias de expediente da

CONTRATANTE, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a CONTRATADA deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

7.23.1 O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante prévio entendimento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

7.23.2 Nos dias estabelecidos pela CONTRATANTE como os dias de pagamento de seus membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo dois funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

7.23.3 A CONTRATADA deverá executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

7.24 A CONTRATADA deverá executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

7.25 A CONTRATADA se obriga a manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada, à CONTRATADA, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

7.26 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

7.26.1 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, uma vez que inexiste qualquer vinculação da CONTRATADA com esta Instituição Ministerial em relação a essas obrigações.

7.26.2 Além dos encargos pertinentes, será responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à CONTRATANTE ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.27 A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

7.28 A CONTRATADA ficará obrigada a manter-se, durante o período do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na futura licitação, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

7.29 A CONTRATADA deverá aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

7.30 A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.30.1 A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

7.31 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ-AM:

8.1 Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.

8.2 Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas.

8.3 Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à CONTRATADA. Comissão Permanente de Licitação EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ Av. Coronel Teixeira, 7.995. Nova Esperança. Cep.: 69037-473. Fone-Fax: (92) 3655-0701/0743.

8.4 Colocar à disposição da CONTRATADA a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, livre e desembaraçada e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.

8.5 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devam ser interrompidas.

8.6 Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.

8.7 Permitir o acesso do pessoal autorizado da CONTRATADA para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.

8.8 Permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

8.9 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições da presente contratação.

9.2. Conforme o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, na hipótese da CONTRATADA, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da presente contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato/objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, e no Edital e das demais cominações legais.

9.3 Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na seção de penalidades deste Termo de Referência:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da CONTRATANTE para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da CONTRATANTE, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, com as especificações constantes no edital e no contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2) executar o serviço inerente ao objeto contratado com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

e.4) apresentar documentação falsa;

e.5) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7) fornecer declaração falsa;

e.8) cometer fraude fiscal;

e.9) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA não cumprir os as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital e do contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.4 O descumprimento, pela CONTRATADA, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à CONTRATANTE judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

9.4.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Terceira – Da Contrapartida.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela FISCALIZAÇÃO e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria CONTRATANTE.

10. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis à espécie, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e integra o procedimento interno respectivo.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 14/06/2022, às 15:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 14/06/2022, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) de Planejamento - DPLAN**, em 14/06/2022, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 14/06/2022, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Agente Técnico - Administrador**, em 30/06/2022, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0825687** e o código CRC **CAD5471C**.

PARECER Nº 77.2022.03AJ-SUBADM.0843878.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA. ANÁLISE DE MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA. No caso em análise, das informações constantes no Termo de Referência, observa-se que todos os requisitos exigíveis estão presentes, a exemplo do detalhamento do objeto a ser contratado, inclusive com descrição dos serviços - pessoa jurídica e pessoa física; da contrapartida; das condições para participar do certame; dos prazos e condições da prestação dos serviços; do termo de cessão de uso; das obrigações da contratada e da contratante e; das penalidades e sanções administrativas. Importa reiterar que, dada as peculiaridades que permeiam a presente contratação, não haverá dispêndio de valores por parte da Administração. Ao contrário, a Administração receberá contrapartida pela prestação do serviço bancário em caráter exclusivo, uma vez que se pretende contratar um serviço atípico. Aprovação do Termo de Referência. Inteligência dos arts. 7º, 14 e 15, da Lei nº 8.666/93.

Retornam os autos de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Do histórico processual, depreende-se que, foram efetuadas duas tentativas de procedimento licitatório, sendo a primeira Pregão Eletrônico, em **24.09.2021**, que restou deserta, conforme Relatório de Licitação 31 (0699622) e, a segunda, com novas diretrizes determinadas pelo Despacho 449 (0701213), Pregão Presencial, em **22.10.2021** que igualmente findou deserta, nos termos do Relatório de Licitação 38 (0714703).

Ato contínuo, foi também realizada a tentativa de contratação direta, nos termos do art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, conforme *ratio* contida no Despacho 510 (0717127) e no Despacho 494 (0727738). A referida tentativa, todavia, não obteve propostas válidas por ausência de interessa das instituições bancárias, ainda que o Banco do Brasil tenha solicitado esclarecimentos a este MPAM (0817978, 0818221 e 0818932).

No Despacho 225 (0777501), esta SUBADM determinou a realização de novos ajustes no Termo de Referência, determinando que a Comissão Responsável avaliasse, inclusive, eventual necessidade de alteração do valor de contrapartida (item 3). Na mesma oportunidade, determinou também a realização novel certame público (pregão), devendo a Comissão Responsável pela fiscalização e, ainda a Comissão Permanente de

Licitação - CPL, indicar se a licitação deve ocorrer de modo eletrônico ou presencial.

Nesse cenário, o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ, que já havia sido prorrogado excepcionalmente por 06 (seis) meses, foi novamente prorrogado, desta vez por 03 (três) meses, considerando a excepcionalidade da situação apresentada e, ainda, a impossibilidade de descontinuidade do serviço prestado (prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB). A vigência do contrato em questão, portanto, é até o dia 07/08/2022 - vide Despacho 289 (0795704) e Processo SEI nº 2022.006461.

N o Memorando 81 (0840698), a Comissão Responsável pela fiscalização da contratação objeto dos presentes autos encaminha novel Termo de Referência (0825687) devidamente atualizado, no bojo do qual consta como justificativa e finalidade da contratação o seguinte:

> 1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
>
> 1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.
>
> 1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, já está em seu terceiro termo aditivo, o qual terá seu termo final em 07 de agosto de 2022, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

É o relato no essencial. **Passo a OPINAR.**

A princípio, é preciso rememorar que o Termo de Referência 3 (0825687), objeto da presente peça opinativa, sofreu apenas alterações pontuais em relação aos Termos de Referência que já foram analisado pela Assessoria da SUBADM, por ocasião da realização dos dois pregões e da tentativa de contratação direta, nos termos do Parecer 84 (0667899), do Parecer 115 (0705205) e do Parecer 17 (0754406).

Em síntese, as alterações se referem à redução/parcelamento da contrapartida, conforme Despacho 449 (0701213) e Despacho 494 (0727738), e ainda à redação/adequação de alguns itens, providências determinadas pelo já citado Despacho 494 (0727738) e pelo Despacho 225 (0777501), tudo com o objetivo de resguardar ao máximo a competitividade da contratação.

Dito isto, passa-se a analisar o Termo de Referência 3 (0825687).

Como é cediço, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do **regime jurídico-administrativo**, que consiste em um conjunto harmônico de preceitos e regras que moldam a atuação dos entes estatais, impondo limitações e prerrogativas. No âmbito do procedimento de licitação, destacam-se, dentre os princípios que regem o Direito Administrativo, os princípios da impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Acerca do princípio da **impessoalidade**, de acordo com as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello (2009), "*[...] a Administração Pública deve tratar a todos sem favoritismos, nem perseguições, simpatia ou animosidades políticas ou ideológicas [...]*". Já quanto ao princípio da **indisponibilidade do interesse público**, Matheus Carvalho (2018) assevera que se trata de preceito que impõe:

> […] limites da atuação administrativa e decorre o fato de que a impossibilidade de abrir mão do interesse público deve estabelecer ao administrador os seus critérios de conduta. De fato, o agente estatal não pode deixar de atuar quando as necessidades da coletividade assim exigirem, uma vez que suas atividades são necessárias à satisfação dos interesses do povo [...].

Nessa esteira, dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, inciso XXI, *in verbis:*

> **Art. 37**. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]
>
> **XXI** – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Dessa forma, para garantir justamente a **impessoalidade** e a **supremacia do interesse público**, bem como para a manutenção do equilíbrio social e uma boa gestão da máquina pública, é necessária, por regra, a realização do processo de licitação que, como procedimento prévio ao contrato em que se escolhe a proposta mais vantajosa à persecução de seus fins, impede que seja desvirtuado, a critério do administrador, o regime jurídico-administrativo. Excepcionalmente, como sabido, poderão ser identificadas situações em que serão aplicados os regramentos legais para as hipóteses de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação. **Em qualquer caso, o Termo de Referência é o balizador e o limitador da atuação da Administração Pública na procedimentalização da contratação**.

Feitas tais considerações, cumpre esclarecer que o presente Parecer cinge-se tão somente à análise do destacado Termo de Referência, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes; questões de oportunidade e conveniência, bem como juízo de valor acerca da contratação, fogem à alçada do parecerista.

Nesse sentido, cumpre assestar que o Termo de Referência, nomenclatura utilizada na legislação pertinente ao pregão (Lei Federal nº 10.520/02), que também consta na Lei de Licitação com o *nomen juris* de Projeto Básico, é peça técnica indispensável na fase interna da licitação, traduzindo a justificativa e a necessidade de realização de determinado objeto a ser contratado pela Administração Pública. Sobre o tema, a Lei n.º 8.666/93 assim dispõe:

> **Art. 7º.** As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:
>
> I - projeto básico;
>
> II - projeto executivo; [...]
>
> § 9º. O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação. [...]
>
> **Art. 14.** Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
>
> **Art. 15.** *Omissis*
>
> § 7º. Nas compras deverão ser observadas, ainda:
>
> I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;
>
> II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;
>
> III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

Em consonância com o acima aludido, o Tribunal de Contas da União já decidiu pela necessidade do referido estudo técnico preliminar:

> REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CAUTELAR. OITIVA. AUDIÊNCIA. DIRECIONAMENTO A PRODUTOS DE DETERMINADO FABRICANTE. AUSÊNCIA DE ESTUDOS PRÉVIOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS APÓS A ATUAÇÃO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. MULTA. DETERMINAÇÕES.
>
> **- As especificações técnicas dos objetos a serem adquiridos devem decorrer de necessidades identificadas em estudos prévios ao certame licitatório.**

- Do processo administrativo para aquisição de bens e serviços deve constar os estudos e levantamentos que fundamentaram a fixação das especificações técnicas.

- É defesa a exigência de seguros em licitações que se destinem a compras de equipamentos sem previsão de pagamentos antecipados, salvo motivo justificado exposto no instrumento convocatório.

- É defesa a exigência de número de registro no Ministério da Saúde, de produtos não incluídos na relação estabelecida pela Lei 6.360/1976, salvo motivo justificado, exposto no instrumento convocatório.

(TCU, Acórdão 310/203, Processo 037.832/2011-5).

Com efeito, inobstante a contratação pretendida não envolva e/ou dependa da definição de critérios técnicos muito detalhados, como sói ser as hipóteses de contratação de obras ou serviços de engenharia ou de soluções de TI, é forçoso reconhecer que pressupostos técnicos, mesmo que mais simplórios e menos relevantes, quando considerados em relação ao todo do objeto, compõem de forma decisiva a especificação dos produtos que ora se pretendem adquirir. **Nesse sentido, portanto, como se trata de objeto contratual sem maiores complexidades, a simples justificativa da contratação suplanta tal necessidade.**

Quanto ao objeto contido no citado Termo de Referência, tem-se que o Ministério Público do Estado do Amazonas - MP/AM pretende a "*contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB*".

Destarte, imperioso verificar se os elementos constitutivos do Termo de Referência se encontram todos presentes, mormente no que tange à especificação do objeto a ser licitado, bem como a forma pela qual o objeto da licitação deve ser executado, com a definição de métodos, estratégias de suprimentos e prazo de execução. Ao se consultar o compêndio de Orientações e Jurisprudência do TCU (disponível em *www.portaltcu.gov.br*), tem-se que o Termo de Referência deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- Descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara;
- Critérios de aceitação do objeto;
- Critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;
- Valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o caso;
- Prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto;
- Definição dos métodos e estratégia de suprimento;
- Cronograma físico-financeiro, se for o caso;
- Deveres do contratado e do contratante;
- Prazo de garantia, quando for o caso;
- Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;
- Sanções por inadimplemento

Dos critérios mínimos estabelecidos pela egrégia Corte Superior de Contas, constata-se que o Termo de Referência engloba tanto os elementos fáticos motivadores da contratação, quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório, conforme o caso.

No caso em análise, das informações constantes no Termo de Referência 3 (0825687), observa-se que todos os requisitos exigíveis estão presentes, a exemplo do detalhamento do objeto a ser contratado, inclusive com descrição dos serviços - pessoa jurídica e pessoa física; da contrapartida; das condições para participar do certame; dos prazos e condições da prestação dos serviços; do termo de cessão de uso; das obrigações da contratada e da contratante e; das penalidades e sanções administrativas.

Importa reiterar que, dada as peculiaridades que permeiam a presente contratação, **não haverá dispêndio de valores por parte da Administração**. Ao contrário, a Administração receberá **contrapartida** pela prestação do serviço bancário em caráter exclusivo, uma vez que se pretende contratar um serviço **atípico** (exploração econômica de um ativo - processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do

Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos).

O Termo de Referência em análise dispõe nos seguintes termos sobre a contrapartida:

> 3. DA CONTRAPARTIDA
>
> 3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, podendo ser creditado em no máximo duas parcelas, de modo que a primeira seja paga em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, e a segunda em até 06 (seis) meses após o pagamento da primeira, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.
>
> 3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

Dessa forma, considerando os fundamentos até aqui expostos, **OPINO** pela **APROVAÇÃO** do Termo de Referência 3 (0825687), devendo os autos serem encaminhados diretamente à Comissão Permanente de Licitação - CPL para as providências a seu cargo, uma vez que, na hipótese dos autos, como já consignado no Despacho 370 (0679974), encontra-se dispensada a pesquisa de mercado e não há dispêndio de valores para a contratação.

Em tempo, tanto a CPL quanto a Comissão Responsável pela fiscalização do objeto a ser contratado devem se manifestar expressamente sobre a modalidade de pregão (eletrônico ou presencial), conforme já determinado no Despacho 225 (0777501).

Em última *ratio*, importante frisar que a Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, já previu em seu artigo 6º, XXIII, a definição e os elementos do Termo de Referência, sendo indispensável que as unidades deste Ministério Público iniciem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos vindouros, preparando-se para a total revogação da Lei nº 8.666/93.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), 22 de junho de 2022.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO

Assessora Jurídica

Ato PGJ 338/2020

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 22/06/2022, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0843878** e o código CRC **2CDB3BA0**.

DESPACHO Nº 452.2022.03AJ-SUBADM.0843879.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Retornam os autos de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Do histórico processual, depreende-se que, foram efetuadas duas tentativas de procedimento licitatório, sendo a primeira Pregão Eletrônico, em **24.09.2021**, que restou deserta, conforme Relatório de Licitação 31 (0699622) e, a segunda, com novas diretrizes determinadas pelo Despacho 449 (0701213), Pregão Presencial, em **22.10.2021** que igualmente findou deserta, nos termos do Relatório de Licitação 38 (0714703).

Ato contínuo, foi também realizada a tentativa de contratação direta, nos termos do art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, conforme *ratio* contida no Despacho 510 (0717127) e no Despacho 494 (0727738). A referida tentativa, todavia, não obteve propostas válidas por ausência de interessa das instituições bancárias, ainda que o Banco do Brasil tenha solicitado esclarecimentos a este MPAM (0817978, 0818221 e 0818932).

No Despacho 225 (0777501), esta SUBADM determinou a realização de novos ajustes no Termo de Referência, determinando que a Comissão Responsável avaliasse, inclusive, eventual necessidade de alteração do valor de contrapartida (item 3). Na mesma oportunidade, determinou também a realização novel certame público (pregão), devendo a Comissão Responsável pela fiscalização e, ainda a Comissão Permanente de Licitação - CPL, indicar se a licitação deve ocorrer de modo eletrônico ou presencial.

Nesse cenário, o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ, que já havia sido prorrogado excepcionalmente por 06 (seis) meses, foi novamente prorrogado, desta vez por 03 (três) meses, considerando a excepcionalidade da situação apresentada e, ainda, a impossibilidade de descontinuidade do serviço prestado (prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB). A vigência do contrato em questão, portanto, é até o dia 07/08/2022 - vide Despacho 289 (0795704) e Processo SEI nº 2022.006461.

No Memorando 81 (0840698), a Comissão Responsável pela fiscalização da contratação objeto dos presentes autos encaminha novel Termo de Referência (0825687) devidamente atualizado, no bojo do qual consta como justificativa e finalidade da contratação o seguinte:

> 1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
>
> 1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.
>
> 1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, já está em seu terceiro termo aditivo, o qual terá seu termo final em 07 de agosto de 2022, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

Nesse sentido, os autos vieram à análise da assessoria jurídica desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos -SUBADM, que opinou pela **APROVAÇÃO** do Termo de Referência 3 (0825687).

Isto posto, **ACOLHO** o Parecer 77 (0843878) e **DETERMINO O PROSSEGUIMENTO DO FEITO**, com o encaminhamento dos autos diretamente à Comissão Permanente de Licitação - CPL para as providências a seu cargo, uma vez que, na hipótese dos autos, como já consignado no Despacho 370 (0679974), encontra-se dispensada a pesquisa de mercado e não há dispêndio de valores para a contratação.

Em tempo, tanto a CPL quanto a Comissão Responsável pela fiscalização do objeto a ser contratado devem se manifestar expressamente sobre a modalidade de pregão (eletrônico ou presencial), conforme já determinado no Despacho 225 (0777501).

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 22 de junho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 22/06/2022, às 19:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0843879** e o código CRC **F6E47434**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 259.2022.CPL.0844949.2021.011045

Ilma. Sra.
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Senhora Chefe,

Cumprimentando-a com o presente, informamos que retornou a esta Comissão Permanente de Licitação o **Processo SEI n.º 2021.011045**, cujo objeto é a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.*

Desta forma, remetemos os autos à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para verifique a (des)necessidade na promoção de retificações na **MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2021 - MP/PGJ** (doc. 0702341), face às alterações promovidas pelo novo **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045.**

Por derradeiro, **retornem** os autos conclusos a esta Comissão para que seja dado prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Manaus, 23 de junho de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da**

Comissão Permanente de Licitação - CPL, em 23/06/2022, às 09:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0844949** e o código CRC **3F162AFC**.

MINUTA

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16.2022.DCCON.0844948.2021.011045

* MINUTA DE DOCUMENTO

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a instituição financeira _____, visando à prestação de serviços bancários.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. **Géber Mafra Rocha**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 07300891 - SSP/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 384.778.582-68, e a instituição financeira _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, com sede na _____, CEP _____, neste ato representada legalmente pelo _____, residente e domiciliada na _____, CEP _____, portadora do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2021.011045**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços bancários através de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, doravante denominada **CONTRATADA**, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assim como o assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, o pagamento de seus fornecedores e demais credores, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, detalhados conforme as especificações seguintes, além daquelas descritas nos termos do _____ .

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste instrumento compreende a prestação, pela Instituição Financeira **CONTRATADA**, dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da **CONTRATANTE**, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da **CONTRATADA** e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE**, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os

casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** deverá ofertar, no mínimo, os seguintes produtos e serviços para a **CONTRATANTE (pessoa jurídica):**

a. Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela **CONTRATADA**.

b. Abertura e manutenção de contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c. Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal..

d. Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da **CONTRATANTE**, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (*internet*), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.), a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e. Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez, de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses da **CONTRATANTE**, observando as recomendações do Banco Central do Brasil, relativas às aplicações de recursos públicos.

f. Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 5 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 2 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na Av. André Araújo, Aleixo; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 1 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da **CONTRATANTE**, com observância das seguintes condições e àquelas previstas na Cláusula Sexta – Da Cessão de Uso:

f.1. A **CONTRATADA** terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra.

f.2. O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e demais terminais de caixa eletrônico será de até **15 (quinze) dias corridos**, a contar da ciência à **CONTRATADA** da aprovação do projeto e liberação dos espaços pela **CONTRATANTE,** prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3. A **CONTRATADA** poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de auto-atendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "f".

f.4. A **CONTRATADA** deverá assinar o Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5. As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela **CONTRATADA**, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO.

f.6. Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da **CONTRATANTE**, correrão às custas da **CONTRATADA**, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "f".

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para as **pessoas físicas**, compreendendo **membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:**

a. Abertura e manutenção de contas-salário, contas-correntes e contas-poupança em nome dos correntistas, sem custos.

b. Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1. Emissão de 5 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2. Emissão de 2 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3. Emissão de 2 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4. Realização de transferências de recursos entre contas da própria **CONTRATADA**;

b.5. Realização de 5 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6. Emissão de 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização;

b.7. Fornecimento de 1 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de contas-salário, contas-correntes e poupança.

c. Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d. Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, **com prazos de até 96 (noventa e seis) meses,** para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, na forma do Decreto Governamental n.º 32.835 de 24 de setembro de 2012, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE** e em conexão com o previsto na alínea "a" da Cláusula Segunda – Do Detalhamento do Objeto.

e. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.

f. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.

g. Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

Parágrafo primeiro. Não estão abrangidos pelo presente instrumento quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os **BENEFICIÁRIOS** e a **CONTRATANTE** anteriormente à assinatura deste.

Parágrafo segundo. Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os **BENEFICIÁRIOS**, a **CONTRATADA** e / ou demais instituições financeiras eventualmente consignadas em folha de pagamento.

Parágrafo terceiro. Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

Parágrafo quarto. Quaisquer outros serviços não previstos nesta cláusula não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto. Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos na presente cláusula, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB (Banco Central do Brasil).

Parágrafo sexto. A **CONTRATANTE,** seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da **CONTRATADA**, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á indiretamente pela **CONTRATADA**, sob o regime empreitada

por preço global, selecionada por meio do _____, no qual constam todas as informações técnicas necessárias e suficientes à perfeita caracterização de seu objeto, conforme os autos do **PROCESSO**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

a. Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e seus anexos, além das obrigações assumidas nos documentos constantes do Processo SEI n.º 2021.011045;
b. Proposta firmada pela **CONTRATADA** em _____, dirigida à **CONTRATANTE**, contendo o valor global dos serviços a serem prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATADA** prestará à **CONTRATANTE** e aos **BENEFICIÁRIOS** os serviços de pagamento, nos termos das cláusulas e condições a seguir descritas, as quais ficam expressamente ratificadas e aceitas pelas partes para todos os fins e efeitos de direito.

I. A **CONTRATADA** deverá ter sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e *on line,* através da rede mundial de computadores (*internet*), sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da **CONTRATADA**.
II. A **CONTRATADA** deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da **CONTRATANTE**, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.
III. A **CONTRATADA** poderá disponibilizar aos **BENEFICIÁRIOS** empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da **CONTRATANTE** que regular a matéria.
IV. Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta-salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).
V. Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas-correntes dos **BENEFICIÁRIOS** da **CONTRATANTE**, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Fica desde já estabelecido que a **CONTRATADA** não é responsável nem garantidor dos compromissos firmados pela **CONTRATANTE**, comprometendo-se apenas à prestação de serviço mediante disponibilização de recursos suficientes para honrar os compromissos relativos à folha de pagamento dos funcionários da **CONTRATANTE**, nos moldes deste contrato.

Parágrafo segundo. A **CONTRATANTE** assume integral responsabilidade, na forma da lei e perante os órgãos fiscalizadores, pela necessária observância das regras aplicáveis à presente contratação, no tocante aos seus aspectos formais, orçamentários e contábeis e pela adequada aplicação dos recursos desembolsados pela **CONTRATADA** na forma prevista na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – desta avença.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATANTE** não se responsabiliza direta ou indiretamente, seja de forma solidária ou subsidiária, por qualquer transação, débito, empréstimo ou quaisquer outras operações realizadas com os **BENEFICIÁRIOS**, assumindo a **CONTRATADA** risco integral das operações.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO DE USO:

A cessão de uso de que trata o presente contrato será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico, não podendo a referida cessão ser destinada à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no presente instrumento contratual.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATANTE** deverá permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de

equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico.

Parágrafo segundo. A cessão de uso de que trata a presente cláusula terá prazo de **60 (sessenta) meses**, nos mesmos termos daqueles estabelecidos na Cláusula Décima Quinta – Da Vigência – deste ajuste, com eficácia a contar de sua assinatura.

Parágrafo terceiro. Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela **CONTRATADA**, esta deverá comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis.

Parágrafo quarto. A **CONTRATANTE** poderá revogar a cessão de uso, nos seguintes casos:

a. Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela **CONTRATADA**;
b. Por razão de interesse público que assim o justifique.

Parágrafo quinto. A denúncia da cessão de uso poderá ser feita pela **CONTRATADA** nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto. Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a **CONTRATADA** terá o prazo de **15 (quinze) dias** corridos para entrega do local onde estiver instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB.

Parágrafo sétimo. As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas pela **CONTRATADA** deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da **CONTRATANTE**, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FACULDADE DE TRANSFERÊNCIA DOS CRÉDITOS:

A **CONTRATADA** deve assegurar, **sem ônus** para os membros e servidores da **CONTRATANTE**, a faculdade de **transferência (portabilidade)**, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade daqueles, por eles livremente abertas em outras instituições financeiras, observadas as regras do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** se obrigará a ressarcir e/ou reparar os danos porventura causados aos **BENEFICIÁRIOS** em vista do atraso nos pagamentos previstos na presente cláusula, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e possível penalização, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo do que dispõem os parágrafos sétimo e oitavo da Cláusula Décima Sexta – Das Penalidades e Sanções.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, do Edital do Pregão Presencial n.º 5.002/2016 - CPL/MP/PGJ e ainda:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e prestação dos serviços, bem como indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
3. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos.
4. Realizar reuniões com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços.
5. Informar à Administração Superior, com antecedência mínima de 12 (doze) meses, visando ao posicionamento decisório desta, o término do contrato, instruindo-a com os elementos necessários, inclusive pesquisas e análises pertinentes, fundamentando o seu conteúdo e, caso cabível, emissão do correlato Termo de Referência.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, exigindo a sua regularização, durante a vigência do contrato.
8. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
10. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
11. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
12. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
13. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura deste instrumento**, comunicar, formalmente, nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone, sendo consideradas como suficientes, se feitas por qualquer outro meio que comprove o recebimento.

Parágrafo quinto. No decorrer da vigência deste instrumento não serão levadas em consideração as comunicações verbais entre as partes, ressalvadas as recomendações mais simples ou aquelas de urgência ou emergência.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá à **CONTRATADA**:

1. Dar plena e fiel execução dos serviços contratados, obrigando-se a cumprir todos os compromissos constantes neste contrato, em sua proposta comercial, bem como o previsto no Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e anexos, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas, observadas as disposições legais e regulamentares vigentes.
2. Disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, os serviços objeto deste contrato, os quais poderão ocorrer por meio de agências, correspondentes bancários, postos de atendimento, caixas eletrônicos, bancos postais, casas lotéricas, aplicativos ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.
3. Designar agência bancária localizada em Manaus-AM com estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à **CONTRATANTE**, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.
4. Promover, sem custos, no prazo de **15 (quinze) dias corridos** a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, através de coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da **CONTRATANTE**.
5. Arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização de tais serviços.
6. Efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços, assumindo inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

6.1. Deverá solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos,

autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da **CONTRATANTE**, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da **CONTRATANTE**.

6.2. A **CONTRATADA** deverá indenizar a **CONTRATANTE** por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

6.3. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7. Assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.1. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à **CONTRATANTE** responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

7.2. A **CONTRATADA** deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

8. Permitir o acesso da **CONTRATANTE**, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que julgar necessário.
9. Encaminhar à **CONTRATANTE**, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da **CONTRATANTE**, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da **CONTRATANTE**
10. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
11. Informar aos **BENEFICIÁRIOS** interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na **CONTRATADA** todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.
12. Realizar cruzamento dos números de CPF informados pela **CONTRATANTE** com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo **BENEFICIÁRIO** já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.
13. Disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos **BENEFICÁRIOS**.
14. Manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à **CONTRATANTE**, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da **CONTRATANTE** e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.
15. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
16. Comunicar à **CONTRATANTE**, até o 1º (primeiro) dia subseqüente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.
17. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.
18. Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.
19. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução,

total ou parcial, do objeto deste contrato.

20. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução de quaisquer obrigações objeto deste contrato, assim como toda e qualquer irregularidade observada em suas avaliações, tão logo sejam detectadas, para que sejam adotadas as providências cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários.

21. Responder integralmente por perdas e danos que causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, na forma dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras cominações pactuadas neste contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.

    21.1. Indenizar a **CONTRATANTE** por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários e/ou fornecedores, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

    21.2. arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

    21.3. Quando o crédito do salário não estiver disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da **CONTRATADA**, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**.

8. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE**.

9. Desenvolver suas atividades em dias de expediente da **CONTRATANTE**, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a **CONTRATADA** deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

    23.1. O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, por escrito, mediante prévio entendimento entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA.**

    23.2. Nos dias estabelecidos pela **CONTRATANTE** como os dias de pagamento aos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo, 2 (dois) funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

    23.3. Executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

24. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços.

25. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, mantendo sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da **CONTRATANTE**, sendo vedada, à **CONTRATADA**, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

26. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

    26.1. Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

24. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos que **comprovem** estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, sempre que solicitados pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

25. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.
26. Aatender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.
27. Cumprir tempestiva e corretamente as disposições deste contrato, no que concerne aos serviços listados na Cláusula Primeira, oferecendo-os aos **BENEFICIÁRIOS**, nos requisitos mínimos previstos neste termo, bem como disponibilizar outros serviços em idênticas condições às ofertadas aos demais clientes da **CONTRATADA** e qualidade compatível com o mercado.
28. Responsabilizar-se pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, bem como, pela segurança pessoal e eletrônica de seus caixas eletrônicos e PAB's, arcando com as despesas necessárias à prevenção de incêndio, assaltos, roubos, estragos e prejuízos de qualquer natureza, visando à garantia e à proteção de seus bens, não cabendo à **CONTRATANTE** responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização de tais bens.
29. Solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da **CONTRATANTE**, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da **CONTRATANTE**.
30. Manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.
31. Disponibilizar sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e *on line*, sendo que todas as despesas de adaptação, se necessárias, correrão por conta da **CONTRATADA**.
32. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da **CONTRATANTE**.
33. Prestar à **CONTRATANTE** esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a prestação de serviços, independente de solicitação, bem como aqueles necessários à compreensão e à adequada utilização dos serviços colocados à disposição da **CONTRATANTE**.
34. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
35. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.
36. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da **CONTRATANTE** que regulamenta a matéria.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.
2. Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça.
3. Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à **CONTRATADA**.
4. Colocar à disposição da **CONTRATADA** a área destinada à instalação do Posto de Atendimento

Bancário – PAB, bem como àquelas destinadas aos terminais de caixa eletrônico, livre e desembaraçado e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.

5. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidas.
6. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.
7. Permitir o acesso do pessoal autorizado da **CONTRATADA** para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.
8. Permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.
9. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
10. fornecer a relação da folha de pagamento e determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à **CONTRATADA**.
11. assegurar à **CONTRATADA** que, durante a vigência deste contrato:
    a. O Posto de Atendimento Bancário – PAB, que venha a ser instalado e/ou mantido nas instalações da **CONTRATANTE** não poderá ser substituído por unidades de outras instituições financeiras;
    b. O direito de se instalar terminais de caixa eletrônico em outras unidades que venham a ser criadas pela **CONTRATANTE** e/ou nas que, embora já existentes na data de assinatura deste contrato, ainda não disponham daqueles.
12. exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.
13. manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito, proporcionando-lhe todas as facilidades para que possa desempenhar seus serviços.

Parágrafo único. Considerando o caráter de exclusividade dos serviços mencionados neste contrato, a **CONTRATANTE** compromete-se a, no prazo de **até 30 (trinta) dias úteis**, a contar da data de início da vigência deste instrumento, podendo ser prorrogado, por justo motivo e/ou mediante acordo entre as partes, promover a definitiva e completa transferência para a **CONTRATADA** dos serviços que, na data da assinatura deste contrato, estejam sendo prestados por outras instituições financeiras. Essa transferência deverá ser precedida de entendimentos entre as partes, ficando consignados em instrumentos específicos os respectivos termos de prestação de serviços, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ADEQUAÇÕES DE SISTEMAS E PROCESSOS:

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se, mutuamente, a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a perfeita manutenção dos controles, de modo a permitir que qualquer das partes possa, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:

Em razão dos termos ajustados no presente contrato, a **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato a importância total e líquida de **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)**, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, sendo permitido o pagamento do valor em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, e a segunda até 6 (seis) meses após o pagamento da anterior, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar à **CONTRATANTE** a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor de cada parcela a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo segundo. Os juros moratórios previstos no parágrafo primeiro serão calculados, *pro rata die*, e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula:

EM = I x N x V

Onde:

EM = encargos moratórios

I = índice de 0,000328767 (correspondente à taxa anual de 12% (12/100)/365)

N = Número de dias entre a fixada para pagamento e a data de efetivo pagamento;

V = Valor em atraso.

Parágrafo terceiro. Fica estabelecido entre as partes que a **CONTRATADA NÃO RECEBERÁ** qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais pelos serviços objeto deste instrumento ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS ALTERAÇÕES:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes, inclusive aquelas relativas às regulamentações futuras e demais critérios operacionais que se fizerem necessários à sistemática dos serviços, dentre as quais, os respectivos prazos para sua realização, para que o contrato não venha a sofrer solução de continuidade.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da **CONTRATADA**, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

Parágrafo segundo. A indenização referida no parágrafo anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o início do pagamento a ser previsto no orçamento anual da **CONTRATANTE** a partir do ano subsequente ao da rescisão.

Parágrafo terceiro. O ajuste poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, atendidas as condições do § 4° do art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e mediante remuneração proporcional ao valor previsto na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – deste contrato, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, em conformidade com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital, nos seguintes valores:

   a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da **CONTRATANTE** para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

   b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

   c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a

CONTRATADA permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da **CONTRATANTE**, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1.) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste contrato, com as especificações constantes no edital e neste contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2.) executar o serviço inerente ao objeto do contrato com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3.) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

e.4.) apresentar documentação falsa;

e.5.) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6.) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7.) fornecer declaração falsa;

e.8.) cometer fraude fiscal;

e.9.) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** não cumprir os itens do edital e deste contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração.

Parágrafo segundo. O descumprimento, pela **CONTRATADA**, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à **CONTRATANTE** judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Sétima – Da Faculdade de Transferência dos Créditos.

Parágrafo terceiro. O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

Parágrafo quarto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo quinto. As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5

(cinco) dias úteis

Parágrafo sétimo. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo oitavo. A **CONTRATADA** não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela **CONTRATANTE**, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, ressalvas as hipóteses de inexecução total ou parcial de seu objeto, como também a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8.666/93, as quais se aplicarão para ambas as partes, no que couber, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo primeiro - Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a V; VII a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto a esta, o previsto no inciso XVII supramencionado.

Parágrafo segundo. Não será motivo de rescisão deste contrato, a ocorrência de uma ou mais das hipóteses contempladas no inciso VI, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja a comunicação prévia à **CONTRATANTE**, observadas as disposições da Cláusula Vigésima Primeira – Da Cessão.

Parágrafo terceiro. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**, precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo quarto. O presente contrato poderá ser rescindido judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quinto. Além das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8666/93, a **CONTRATANTE** poderá promover a rescisão deste contrato, se a **CONTRATADA, injustificadamente**:

a. Não observar qualquer prazo estabelecido neste contrato e seus anexos;
b. Não observar o nível de qualidade usual propostos para a execução dos serviços ora descritos;
c. Ceder ou transferir, total o parcialmente, este contrato, seus direitos ou obrigações, a terceiros, sem prévia anuência da **CONTRATANTE,** nos termos da Cláusula Vigésima Segunda – Da Cessão;

Parágrafo sexto. Em caso de rescisão contratual por iniciativa da **CONTRATANTE**, e desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal**,** a **CONTRATANTE** obriga-se a indenizar a **CONTRATADA**, proporcionalmente ao prazo restante para o término do contrato, em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes para sua expiração, devidamente corrigido, pelo IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, e sem prejuízo aos dispositivos legais previstos na Lei n.º 8.666/93**, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.**

Parágrafo sétimo. Na hipótese de rescisão deste contrato, a continuidade do pagamento das consignações assumidas pelos **BENEFICIÁRIOS** que possuam empréstimos não quitados até a data do evento, será mantida na **CONTRATADA**, durante o período necessário para a liquidação das aludidas operações de crédito, devendo, outrossim, ser providenciada a celebração de ajuste para este fim.

Parágrafo oitavo. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, **CAUCIONAR** ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono. Em caso de descumprimento, total ou parcial, dos termos deste contrato pela **CONTRATADA**, poderá a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, denunciá-lo ou rescindi-lo, ficando, neste caso, a **CONTRATANTE** desobrigada de ressarcir à **CONTRATADA** os recursos investidos, observado os procedimentos administrativos necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA REPARAÇÃO DE DANOS:

Obrigam-se as partes a reparar todo e qualquer dano a que derem causa por culpa ou dolo, na execução dos serviços objeto deste contrato, até o limite do valor do dano material, atualizado pelo Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde a data da ocorrência do fato até a data de seu efetivo ressarcimento, ressalvados os casos fortuitos e/ou de força maior, tais como greves, proibições ou interdições de tráfego, inundações e demais eventos da natureza, sem prejuízo de outras penalidades e responsabilidades previstas na legislação em vigor e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS:

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do contrato, não constituirá novação ou representará renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado conforme Cláusula Vigésima Primeira – Da Publicação.

Parágrafo primeiro. O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

Parágrafo segundo. O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, cabendo à **CONTRATADA** indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do contrato.

Parágrafo terceiro. O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

a. Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade pregão;
b. Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
c. Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
d. Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
e. Demais regulamentações referentes aos serviços bancários e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERÇA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da XXXXXXXXXXXXXXX

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 28/06/2022, às 12:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0844948** e o código CRC **8BA38F6E**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 481.2022.DCCON.0847422.2021.011045

Manaus, 28 de junho de 2022.

Ao Senhor

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NESTE PRÉDIO

Assunto: Encaminha minuta de contrato de prestação de serviços bancários

Senhor Presidente,

Trata-se de Procedimento Interno que visa à contratação de empresa para a prestação de serviços bancários através de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para atender à Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas – PGJ/AM.

Em atenção ao Despacho 452 (0843879), encaminho a Minuta de Contrato Administrativo 16 (0844948) elaborada por esta Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, com as devidas alterações deliberadas.

Em tempo, informo que a referida minuta deverá ser analisada e aprovada pela assessoria jurídica deste *Parquet*, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal de Licitação e Contratos.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 28/06/2022, às 09:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0847422** e o código CRC **6F8BFF57**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 87.2022.DG.0847964.2021.011045

Ao Senhor

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Errata do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045**

Senhor Presidente,

Informo a necessidade de correção no texto do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045,** devido a erro de digitação no subitem 2.3, alíneas f.3 e f.6.

Diante disto, solicito que considere a seguinte Errata:

ERRATA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045

SUBITEM 2.3

Onde se lê:

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "**g**".

Leia-se:

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "**f**".

Onde se lê:

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "**g**".

Leia-se:

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "**f**".

Atenciosamente,

VÍVIAN DA SILVA DONATO LOPES MARTINS

Diretora-Geral da PGJ/Am

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 28/06/2022, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0847964** e o código CRC **B1A4BC6E**.

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, tendo em vista o que consta do Procedimento SEI n.º 2021.011045, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 185/2021, e alterações, do Procurador-Geral de Justiça, torna público que fará realizar **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR OFERTA, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007, com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20/09/2019**, com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO INTERNO N.º	**2021.011045**
Recebimento das propostas:	a partir da data de publicação do aviso no DOMPE.
Abertura das propostas:	às 10 horas do dia **XX/XX/2022** (horário de Brasília).
Licitação exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO	
Endereço eletrônico:	http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
Código UASG:	925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, designado por ato interno, denominado Pregoeiro, e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo **http://www.comprasgovernamentais.gov.br.**

1.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a ***contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.***

2.2. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045,** Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital.

2.3. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a taxas, impostos, licenças, encargos sociais, ou outra, que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.4. Integra o presente Edital, como parte indissolúvel:

a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045;
b) Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;
c) Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
d) Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;
e) Anexo V – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

2.5. O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, **no mínimo R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) mais PERCENTUAL, devendo ser observado o disciplina o subitem 9.5. e seguintes deste instrumento convocatório.**

3. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações, em obediência ao disposto no item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045** (Anexo I).

3.2. As demais condições para prestação dos serviços encontram-se estabelecidos no Item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045**, Anexo I e parte integrante deste Edital;

3.3. As características detalhadas e demais informações relevantes à futura contratação estão definidos nos Itens 2, 4, 5, 6 e 7 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045** (Anexo I), bem assim nas disposições correspondentes da Minuta de Contrato (Anexo II), partes integrantes deste Edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Em face da natureza do objeto da contratação, não haverá despesas, motivo pelo qual se mostra desnecessário a indicação de dotação orçamentária.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

5.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais

no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

6.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site http://www.comprasgovernamentais.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

6.3. A licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 26, parágrafo 4.º, do Decreto n.º 10.024/2019.

6.4. **Será exigida do licitante Declaração de ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**, a qual será feita no campo do sistema *Comprasnet* destinado para tanto.

6.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

6.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

6.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

6.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até

o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL;**

6.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no país e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

6.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão de participar de licitação e/ou impedimento de contratar e licitar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93 (MS n.º 174.274/SP - 2ª. Turma; RMS Nº 326.628 – SP e REsp 151.567/RJ - 2ª. Turma);

6.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** ou à **CPL**;

6.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6.8 **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.**

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade de parcelamento do mesmo, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado neste certame.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.7.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

8.1.1. Percentual;

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante**;

8.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 8.6 deste Edital.

8.2. No percentual proposto estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. O percentual ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. O **prazo de validade da proposta não será inferior** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.5. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.6. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.7. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste

edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. O **critério de julgamento** será o de **MAIOR OFERTA**, admitindo-se como critério de aceitabilidade, o valor mínimo aceitável como oferta de **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) mais o PERCENTUAL mínimo de 0,01%**, conforme definido no subitem 2.5. e 9.5.3., ambos deste Edital e seus Anexos.

9.5.1. Para viabilizar a realização da licitação pelo Portal do COMPRASNET e tendo em vista que este Sistema não disponibiliza o julgamento por **MAIOR OFERTA**, as propostas de preços serão formuladas com a indicação do percentual de acréscimo (para fins do sistema, maior "desconto") ofertado sobre o valor mínimo aceitável (subitem 9.5. anterior).

9.5.2. Para efeito de julgamento por **MAIOR OFERTA**, será considerado o valor resultante da aplicação percentual de acréscimo ofertado (para fins do sistema, maior "desconto") pelo licitante sobre o valor mínimo aceitável como oferta.

9.5.3. **Serão admitidos valores percentuais positivos, com até 2 (duas) casas decimais.**

9.5.4. O **percentual de "desconto"** ofertado será o **critério** adotado para **classificação e julgamento das propostas única** e exclusivamente para fins dos **LANCES** no **Sistema COMPRASNET**, demonstrando, ao final, o quanto a licitante se dispõe a

pagar a título de **CONTRAPARTIDA**, sendo considerado como valor efetivo da proposta ou do lance (MAIOR OFERTA) o montante de **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)**, acrescido do **valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta**.

9.5.4.1. O percentual de "desconto" ofertado será convertido no valor da CONTRAPARTIDA, conforme fórmula a seguir:

C = 4.500.000,00 x (1+P/100)
Em que:
C = contrapartida;
P = percentual de "desconto" ofertado na proposta/lance.

9.5.4.2. A fim de esclarecer o modelo adotado para o presente certame e ilustrar, a tabela a seguir retrata qual o valor da proposta a ser considerado para efeito prático de julgamento e adjudicação resultantes de aplicação do percentual de oferta apresentado por licitante:

Percentual ofertado nos LANCES ("desconto")	**Valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 4.500.000,00)**	**Valor considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
0,01%	450,00	4.500.450,00
0,1%	4500,00	4.504.500,00
1,00%	45.000,00	4.545.000,00
1,05%	47.250,00	4.547.250,00
1,70%	76.500,00	4.576.500,00
2,00%	90.000,00	4.590.000,00

9.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do percentual consignado no registro.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **percentual superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01% (um centésimo de por cento);

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos

lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do percentual do maior lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.

9.22. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado

o melhor preço (percentual), para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.23.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.24. Após a negociação do percentual (maior oferta), o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, além das obrigações previstas no Item 8 e no modelo do Anexo IV:

a) **Valores deverão ser expressos em moeda corrente nacional**, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

c) **Prazo de validade da proposta** de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

d) **Especificações claras, completas e minuciosas**, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

e) A **oferta** deverá ser **firme e precisa**, limitada, rigorosamente, ao objeto deste

Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

f) Os seguintes **dados da licitante**: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

g) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário** da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

h) **Designação da agência bancária** localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

10.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo III do edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores da proposta reajustada aos lances, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessárias para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como

quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

f) Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

g) Declaração da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas; e

h) Declaração da LICITANTE de que as agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor/percentual e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do percentual/preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo IV**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.5. A proposta e documentação, se necessário, será analisada por equipe formada pela **DIRETORIA GERAL - DG** desta Instituição, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 12.4. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.3. Apresentarem valor de contrapartida inferior àquela estipulada no subitem 2.5. deste Edital;

11.2.2. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.3.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de **nova oferta, com desconto nunca inferior a 0,01% (um centésimo de por cento) do valor total de sua última proposta (no sistema, "desconto"), limitado a 3 (três) oportunidades, conforme previsto no Edital, vedada a juntada de documento novo.**

11.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.9. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as**

especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.10. Quando da proposta de preços não constar quaisquer das declarações complementares, dos prazos previstos, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.13. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

11.13.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

11.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **subitem 7.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

12.7.8. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a

todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante

legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.3. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.4. A boa situação da licitante será comprovada através do índice que mede a solvência dos bancos, denominado **Índice de Basiléia**, devendo ser comprovado o índice mínimo de **8% (oito por cento)**, de acordo com a fórmula abaixo descrita que deverá ser apresentada, preferencialmente, com memória de cálculo, acompanhada do último relatório disponível do BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB, no qual o referido índice esteja demonstrado:

IB=PR x 100 (PRE/fator F)

Onde:

IB: Índice de Basiléia ou Índice de Adequação de Capital;

PR: Patrimônio de Referência;

PRE: Patrimônio de Referência Exigido;

Fator F = 0,08

8.3.1.2. A relação entre Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados – Patrimônio de Referência Exigido (PRE) obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução do CMN n° 3.490, de 29 de agosto de 2007 e Circular do BC n° 3.360, de 12 de setembro de 2007 e demais normas aplicáveis.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no subitem 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, nos termos do subitem 5.1 do Termo de Referência anexo.

12.10.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3 deste instrumento convocatório.

12.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem 12.13. do Edital.

12.11.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente ou via fac-símile deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no subitem 24.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o

Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.17.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.18. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.19. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também

pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias corridos**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o

licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 16.6, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob

pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

16.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

16.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0** e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados,

conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações, conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DA CESSÃO CONTRATUAL

17.1. Nos termos da **Cláusula Vigésima da Minuta de Contrato**, *Anexo II*, parte integrante deste Edital, o futuro contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a CONTRATADA transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da

CONTRATANTE.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Além das obrigações compreendias **nos Itens 2, 3, 5, 7 e demais do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 3.2022.DG**, *Anexo I* a este Edital, bem como nas **Cláusulas Nona da Minuta de Contrato,** *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

18.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

18.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 3.2022.DG**, *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Décima do futuro ajuste contratual,** *Anexo II.*

20. DO PAGAMENTO

20.1 A **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste instrumento, **em no máximo 02 (duas) parcelas**, a importância total e líquida com a qual sagrou-se vencedora da licitação, em moeda corrente nacional, de modo que a primeira seja paga em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, e a segunda em até 06 (seis) meses após o pagamento da primeira, à vista e sem qualquer desconto, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

20.2 Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar à **CONTRATANTE** a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor de cada parcela a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de multa de 30% do valor total da contrapartida, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

21.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 12.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

21.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

21.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

21.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

21.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.8. Se a **CONTRATADA**, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, as multas aplicadas no item 9 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045** e Cláusula Décima da Minuta de Contrato, segundo a gravidade da falta.

21.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

21.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

21.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

21.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não

consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

21.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

22.1. Até o dia **xx/xx/2022, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada. ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

22.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia xx/xx/2022, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá

obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ), no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, prorrogável desde que devidamente justificado, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos divulgadas pelo sistema vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

23.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

23.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

23.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

23.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

23.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

23.7. **Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem.**

23.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

23.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

23.7.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.7.3.1. **Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em**

relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

23.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

23.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

23.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

23.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico **http://www.comprasgovernamentais.gov.br**.

23.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições

constantes dos Anexos deste Edital.

23.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados, sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação no formato eletrônico, através de consulta aos sítios **http://www.comprasgovernamentais.gov.br** e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

23.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

23.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus – AM, xx de junho de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde

existam Promotorias de Justiça instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

(Cidade-UF),_____ de _____ 2022.

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para o fornecimento dos bens abaixo relacionados, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0xx/2022-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**:

DESCRIÇÃO		
Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.		
PERCENTUAL DE "DESCONTO" OFERTADO % COMPRASNET	**Valor resultante da aplicação do percentual MÍNIMO (0,01%) sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 4.500.000,00)**	**Valor TOTAL considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
%	R$	R$

A _____(*nome da empresa*)_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta: _____**
2. **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.
3. **Designação da agência bancária localizada em Manaus-AM** como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

DECLARAÇÕES:

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes no fornecimento dos materiais;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

DESPACHO Nº 61.2022.CPL.0844828.2021.011045

Objeto: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.

Trata-se dos autos do **Procedimento Interno nº** 2021.011045, versando sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada, inicialmente, através do **MEMORANDO Nº 33.2021.DG.0658698.2021.011045**, exarado pelos i. **Vívian da Silva Donato Lopes Martins,** Diretora-Geral da PGJ/AM, **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho,** Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM, **Patrícia Costa Martins,** Diretora de Administração da PGJ/AM, **Ivanete de Oliveira Nascimento,** Diretora de Planejamento da PGJ/AM e **Marcus Roberto Laranjeira da Silva,** Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM, datado de 13/07/2021.

O detalhamento do objeto foi realizado por intermédio do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2021.DG.0658711.2021.011045**, o qual seguiu à apreciação do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha, que determinou o retorno dos autos via **DESPACHO Nº 312.2021.01AJ-SUBADM.0664326.2021.011045**, encaminhando à Diretoria-Geral - DG, para providências, em 19/07/2021.

O novo detalhamento do objeto se deu por intermédio do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2021.DG.0665394.2021.011045**, encaminhado através do **MEMORANDO Nº 39.2021.DG.0665393.2021.011045**, datado de 22/07/2021, seguindo, portanto, à apreciação do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha que, por sua vez, aprovou e determinou o seguimento do feito ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS.

Do histórico processual, depreende-se que, foram efetuadas duas tentativas de procedimento licitatório, sendo a primeira Pregão Eletrônico, em **24.09.2021**, que restou deserta, conforme **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 31.2021.CPL. 0699622.2021.011045** e, a segunda, com novas diretrizes determinadas pelo **DESPACHO Nº 449.2021.01AJ-SUBADM.0701213.2021.011045**, Pregão Presencial, em **22.10.2021** que igualmente findou deserta, nos termos do **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 38.2021.CPL.0714703.2021.011045.**

Ato contínuo, foi também realizada a tentativa de contratação direta, nos termos do art. 24,

V, da Lei nº 8.666/93, conforme *ratio* contida no **DESPACHO Nº 510.2021.01AJ-SUBADM.0717127.2021.011045** e no **DESPACHO Nº 494.2021.03AJ-SUBADM.0727738.2021.011045**. A referida tentativa, todavia, não obteve propostas válidas por ausência de interesse das instituições bancárias, ainda que o Banco do Brasil tenha solicitado esclarecimentos a este MPAM (docs. 0817978, 0818221 e 0818932).

No **DESPACHO Nº 225.2022.03AJ-SUBADM.0777501.2021.011045**, a d. SUBADM determinou a realização de novos ajustes no Termo de Referência, determinando que a Comissão Responsável avaliasse, inclusive, eventual necessidade de alteração do valor de contrapartida (item 3). Na mesma oportunidade, determinou também a realização novel certame público (pregão), devendo a Comissão Responsável pela fiscalização e, ainda a Comissão Permanente de Licitação - CPL, indicar se a licitação deve ocorrer de modo eletrônico ou presencial.

Desta forma, fora emitido novo e último **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045**, com as alterações cabíveis, seguindo, portanto, à apreciação do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha, nos termos do **DESPACHO Nº 452.2022.03AJ-SUBADM.0843879.2021.011045, DETERMINANDO O PROSSEGUIMENTO DO FEITO**, com o encaminhamento dos autos diretamente à Comissão Permanente de Licitação - CPL para as providências a seu cargo, uma vez que, na hipótese dos autos, como já consignado no **DESPACHO Nº 370.2021.01AJ-SUBADM.0679974.2021.011045**, encontra-se dispensada a pesquisa de mercado e não há dispêndio de valores para a contratação.

Retornados os autos, em 23/06/2022, procedeu-se à análise do Termo de Referência supra e dos demais documentos acostados aos fólios processuais, decidindo-se por remeter os autos à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON para verificação da necessidade de promover alterações na Minuta de Contrato, conforme o **MEMORANDO Nº 259.2022.CPL.0844949.2021.011045.**

Por sua vez, a Divisão de Contratos e Convênios - DCCON elaborou Nova **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16.2022.DCCON. 0844948.2021.011045**, encaminhando-a a este Comitê por intermédio do **MEMORANDO Nº 481.2022.DCCON.0847422.2021.011045.**

Regressando o fólio processual, no dia em 28/06/2022, considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, de forma que esta CPL confeccionou **MINUTA DE EDITAL, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (doc. 0844825), tipo MAIOR OFERTA.**

Acerca da opção constante na referida **MINUTA DE EDITAL (doc. 0844825),** recaída sobre a modalidade **ELETRÔNICA**, temos como fundamento que a alteração promovida na última versão do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045** consistiu, especialmente, no ponto crucial da contratação, qual seja, o ***valor mínimo de contrapartida***. Corroborando, observa-se a preferência da forma eletrônica em detrimento da presencial, devidamente disciplinada tanto na legislação aplicável à espécie quanto amplamente defendida na jurisprudência pátria, somado ao fato da busca constante pela ampliação da competitividade, destacando, por fim, que a decisão final será do Douto Ordenador de Despesas.

Sendo assim, **encaminhem-se os autos** do Procedimento Interno em epígrafe à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, a fim de cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo Ordenador de Despesas da última versão da **MINUTA DE**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16.2022.DCCON. 0844948.2021.011045 e da **MINUTA DE EDITAL** (doc. 0844825).

Manaus, 28 de junho de 2022.

Sarah Madelena Barbosa Santos Cortes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Iury Fechine Ramos

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 28/06/2022, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Iury Fechine Ramos**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 28/06/2022, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0844828** e o código CRC **7FEA2240**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 489.2022.DCCON.0848886.2021.011045

Manaus (Am.), 29 de junho de 2022.

Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PGJ/AM

Assunto: Errata da Minuta de Contrato Administrativo 16 (SEI nº 0844948).

Senhor Presidente,

Informo a necessidade de correção no texto da Minuta de Contrato Administrativo 16 (SEI nº 0844948), devido a erro de digitação na Cláusula Oitava - Do Acompanhamento e da Fiscalização.

Diante disto, solicito que considere a seguinte Errata:

ERRATA

Onde se lê:

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, ***do Edital do Pregão Presencial n.º 5.002/2016 - CPL/MP/PGJ*** e ainda:

Leia-se:

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993 e, ainda:

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 29/06/2022, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0848886** e o código CRC **F1249F77**.

DESPACHO Nº 466.2022.03AJ-SUBADM.0848887.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Retornam os autos de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Em continuidade da tramitação processual, após o respectivo parecer jurídico (0843878), na última manifestação desta SUBADM, materializada pelo Despacho 452 (0843879), o Termo de Referência 3 (0825687) foi devidamente aprovado, com remessa dos autos diretamente à Comissão Permanente de Licitação - CPL para as providências a seu cargo, uma vez que, na hipótese dos autos, como já consignado no Despacho 370 (0679974), encontra-se dispensada a pesquisa de mercado e não há dispêndio de valores para a contratação. Na oportunidade, consignou-se ainda que a CPL e a Comissão Responsável pela fiscalização do objeto a ser contratado deveriam se manifestar expressamente sobre a modalidade de pregão (eletrônico ou presencial), conforme já determinado no Despacho 225 (0777501).

Minuta do Contrato Administrativo foi colacionada aos autos no doc. 0844948, considerando os ajustes sofridos no Termo de Referência.

Já no Memorando 87 (0847964), a Diretoria-Geral informa a necessidade de correção no texto do Termo de Referência, apresentando errata para a redação do subitem 2.3;

Minuta de Edital de Pregão Eletrônico devidamente colacionada aos autos (0844825), tendo a CPL se manifestado pela realização de Pregão Eletrônico, do tipo maior oferta, consignando expressamente que se "*observa [...] a preferência da forma eletrônica em detrimento da presencial, devidamente disciplinada tanto na legislação aplicável à espécie quanto amplamente defendida na jurisprudência pátria, somado ao fato da busca constante pela ampliação da competitividade, destacando, por fim, que a decisão final será do Douto Ordenador de Despesas*" - vide Despacho 61 (0844828).

No Memorando 489 (0848886), a DCCON informa a necessidade de correção no texto da Minuta de Contrato Administrativo já juntada ao feito, apresentando errata em relação à Cláusula Oitava.

Nesse panorama, como medida de instrução do feito, tendo em conta que foram identificados erros materiais tanto no Termo de Referência 3 (0825687) quanto na Minuta do Contrato Administrativo

(0844948), **determino o retorno dos autos à Diretoria-Geral para que a Comissão Responsável apresente novel Termo de Referência que incorpore a alteração já indicada no Memorando 87 (0847964), sem prejuízo de outras correções a serem realizadas, acaso identificadas**.

Após os autos deverão ser remetidos à DCCON para providências análogas em relação à Minuta do Contrato Administrativo (0844948), devendo apresentar novel minuta que incorpore a alteração já apontada no Memorando 489 (0848886), sem prejuízo de outras correções a serem realizadas, mormente em razão de eventual alteração do Termo de Referência.

Ato contínuo, os autos voltarão à CPL para eventual adequação da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico (0844825).

Somente quando ultimadas tais providências, os autos devem retornar à SUBADM para análise e manifestação.

Em tempo, consigne-se, desde já, que o Termo de Referência 3 (0825687) apresenta em seu item 8.3 a menção equivocada ao "EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ", bem como que deve a Comissão Responsável se manifestar sobre a modalidade de pregão (eletrônico ou presencial), conforme já determinado nos Despachos 225 (0777501) e 452 (0843879).

Cumpra-se **com a urgência que o caso requer**.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 29 de junho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 29/06/2022, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0848887** e o código CRC **A2D0C9CE**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 90.2022.DG.0849407.2021.011045

Ilma. Sra.

CAROLINE ELLEN BEZERRA

Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON

Assunto: Encamina nova versão do Termo de Referência que visa à contratação de serviços bancários

Senhora Chefe,

Em atenção ao DESPACHO Nº 466.2022.03AJ-SUBADM.0848887.2021.011045, encaminhamos, em anexo, nova versão do documento TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045, que visa à contratação de serviços bancários, a fim de que se dê prosseguimento ao feito.

Para seu conhecimento, informamos que foram efetuadas as seguintes correções:

> SUBITEM 2.3, nos tópicos f.3 e f.6 - correção do texto por erro de digitação. Onde constava "alínea "**g**", foi corrigido para alínea "**f**".
>
> SUBITEM 8.3 - exclusão do seguinte do texto, o qual foi inserido indevidamente: "Comissão Permanente de Licitação EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 5.002/2016-CPL/MP/PGJ Av. Coronel Teixeira, 7.995. Nova Esperança. Cep.: 69037-473. Fone-Fax: (92) 3655-0701/0743."

Atenciosamente,

Vívian da Silva Donato Lopes Martins

Diretora-Geral da PGJ/Am

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 30/06/2022, às 12:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0849407** e o código CRC **B900DAFF**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, já está em seu terceiro termo aditivo, o qual terá seu termo final em 07 de agosto de 2022, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da CONTRATADA e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATANTE, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da CONTRATANTE, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

2.2. Para fins de caracterização dos itens acima que detalham o objeto, devem ser tidas em conta as seguintes informações:

2.2.1 Dados referentes à alínea "a":

a) Sobre a folha de pagamento da PGJ/AM, abril de 2022.

Valor Bruto: R$ 21.206.910,43 (vinte e um milhões, duzentos e seis mil, novecentos e dez reais e quarenta e três centavos)

Valor Líquido: R$ 14.810.322,46 (quatorze milhões, oitocentos e dez mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta e seis centavos)

TABELA 1 - Folha de Pagamento da PGJ/AM por faixa de renda
Mês: Abril 2022

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	277
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	65

De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	37
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	64
De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	112
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	141
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	128
Acima de R$ 30.000,00	281
Total	**1.105**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

TABELA 2 - Quantitativo de cargos PGJ/AM
Mês: Abril 2022

Classe	Cargo	Quantidade		
		Capital	Interior	TOTAL
Membro	Procurador de Justiça	21	0	21
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Inicial	0	43	43
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Final	98	0	98
Membro	Promotor de Justiça Substituto	0	10	10
Servidor	Agente de Apoio	156	1	157
Servidor	Agente de Serviço	57	1	58
Servidor	Agente Técnico	185	2	187
Servidor	Cedido	5	0	5
Servidor	Comissionado	26	71	97
Servidor	Militar à Disposição	39	0	39
Estagiários	Estagiários	196	45	241
Inativos	Inativos	81	0	81
Pensionistas	Pensionistas	68	0	68
Total		**932**	**173**	**1.105**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

b) Sobre consignações na folha de pagamento da PGJ/AM

TABELA 3 - Consignações PGJ/AM
Mês: Abril 2022

PERÍODO	QTD SERVIDOR	VALOR
DEZ / 2020	393	562.636,72
JAN / 2021	387	550.874,25
FEV / 2021	379	548.292,67

MAR / 2021	369	530.673,93
ABR / 2021	369	522.079,69
MAI / 2021	376	544.495,35
JUN / 2021	390	554.373,08
JUL / 2021	394	551.734,89
AGO / 2021	408	566.854,12
SET / 2021	418	574.501,19
OUT / 2021	420	578.853,45
NOV / 2021	433	588.775,11
DEZ / 2021	436	594.390,04
JAN / 2022	433	583.333,92
FEV / 2022	434	578.821,82
MAR / 2022	429	571.094,64
ABR / 2022	429	567.565,28

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

2.2.2 Dados referentes à alínea “b”:

TABELA 4 – Orçamento autorizado e realizado pela PGJ, no período 2019-2022, em R$

Itens	2019		2020		2021		2022*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	237.482.095,21	237.479.186,87	243.310.312,73	238.606.353,04	267.251.404,59	267.218.722,29	269.727.000,00	84.573.388,32
Outras despesas correntes	59.112.982,26	58.416.080,32	77.476.032,18	75.393.008,58	128.658.274,88	128.625.126,96	75.053.629,25	46.413.346,81
Investimentos E Inversões financeiras	3.488.021,02	3.468.883,44	2.019.026,69	1.876.145,52	5.342.245,79	5.342.245,79	33.138.370,75	1.923.413,04
Total	**300.083.098,49**	**299.364.150,63**	**322.805.371,60**	**315.875.507,14**	**401.251.925,26**	**401.186.095,04**	**377.919.000,00**	**132.910.148,17**

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.
*Dados até 17/05/2022 (*parcial de 17/05/2022).

TABELA 5 – Orçamento autorizado e realizado pelo FAMP, no período 2019-2022, em R$ milhões

Itens	2019		2020		2021		2022*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	542.578,14	0,00	856.000,00	0,00	416.000,00	0,00	172.000,00	0,00
Investimentos	1.091.014,81	0,00	229.000,00	0,00	239.000,00	0,00	68.000,00	0,00
Inversões Financeiras	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	45.000,00	0,00	10.000,00	0,00
Total	**1.733.592,95**	**0,00**	**1.185.000,00**	**0,00**	**700.000,00**	**0,00**	**250.000,00**	**0,00**

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.
*Dados até 17/05/2022 (*parcial de 17/05/2022).

TABELA 6 – Orçamento autorizado e realizado pelo PROVITA, no período 2019-2022, em R$ milhões

Itens	2019		2020		2021		2022*	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	224.989,58	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	224.989,58	0,00	0,00	0,00

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).

Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.
*Dados até 17/05/2022 (*parcial de 17/05/2022).

Obs.: No Provita, os valores das colunas “previsto” (autorizado final/ano) nos encerrados de 2019 a 2020 e 2022 se encontram com registro zero (R$ 0,00) no Relexeorc, visto que a UG repassou integralmente(destacou) seu orçamento para execução pela PGJ, e nesta UG foi incorporado.

2.3 DOS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA

2.3.1 A CONTRATADA deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça (pessoa jurídica):

a) Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela Instituição Financeira.

b) Abertura e manutenção de contas-correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c) Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

d) Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da CONTRATANTE, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (internet), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente para todas as contas-correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e) Remuneração dos recursos depositados em contas-correntes, caução e outras, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses do Órgão, observando as recomendações do Banco Central do Brasil relativas às aplicações de recursos públicos.

f) Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e no mínimo 04 (quatro) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados imediatamente nos seguintes locais: 01 (um) nas dependências do Edifício-sede; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. André Araújo, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Rua Belo Horizonte, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. Paraíba; podendo, ao longo da vigência do contrato, ser demandada a instalação de mais 01 (um) terminal, conforme indicação da CONTRATANTE, caso aconteça a inauguração de nova sede;

f.1) A CONTRATADA terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea ‘f’ supra, bem como na ocupação dos demais espaços cedidos para a exploração dos serviços bancários, salvo no processo de transição de novas contratações de mesma natureza.

f.2) O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário e demais terminais de caixa eletrônico será de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da aprovação do projeto e liberação do espaço pela CONTRATANTE, prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea “f”.

f.4) A CONTRATADA deverá assinar Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5) As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela instituição vencedora, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO.

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB’s) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea “f”.

2.4 DOS SERVIÇOS – PESSOA FÍSICA

2.4.1 A CONTRATADA deverá oferecer os seguintes produtos e serviços para pessoas físicas, compreendendo membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:

a) Abertura e manutenção de contas salários, contas-correntes e contas poupanças em nome dos correntistas, sem custos.

b) Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1) 05 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta-corrente e

conta poupança;

b.2) 02 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3) 02 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4) Transferências de recursos entre contas da própria CONTRATADA;

b.5) 05 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6) 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização.

b.7) 01 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de conta-salário, conta-corrente e poupança.

c) Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

d) Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, com prazos de até 96 (noventa e seis) meses, na forma do Decreto Governamental n.º 32.835 de 24 de setembro de 2012, para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATADA e em conexão com o previsto na alínea "a" do item 2.1.

e) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

f) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

g) Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

2.4.2 Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS e a CONTRATADA anteriormente a assinatura do contrato.

2.4.3 Também não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS, a CONTRATADA e / ou demais instituições financeiras eventualmente consignadas em folha de pagamento.

2.4.4 Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

2.4.5 Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

2.4.6 Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos no presente tópico, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB.

2.5 A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da CONTRATADA, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

3. DA CONTRAPARTIDA

3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)**, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, podendo ser creditado em no máximo duas parcelas, de modo que a primeira seja paga em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, e a segunda em até 06 (seis) meses após o pagamento da primeira, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Na fase pertinente do certame, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

4.1.2 Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

5.1.1 Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da CONTRATADA, será devida

indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

5.1.2 A indenização referida no item anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o início do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.

5.2 A CONTRATADA deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e online, através da rede mundial de computadores internet, sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3 A Instituição Financeira CONTRATADA deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da CONTRATANTE, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

5.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da Procuradoria-Geral de Justiça que regular a matéria.

5.5 Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta-salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).

5.6 Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas-correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a CONTRATADA.

6. DO TERMO DE CESSÃO DE USO

6.1 A Cessão de Uso de que trata o presente Termo de Referência será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário, o qual não poderá ser destinado à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.2 A CONTRATANTE deverá permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

6.3 A Cessão de Uso de que trata o presente instrumento terá o mesmo prazo de vigência do contrato, nos termos estabelecidos no subitem 5.1.

6.4 Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela CONTRATADA, esta deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis;

6.5 A CONTRATANTE poderá revogar a Cessão de Uso, nas seguintes situações:

6.5.1 Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela CONTRATADA;

6.5.2 Por razão de interesse público que assim o justifique.

6.6 A denúncia da Cessão de Uso poderá ser feita pela CONTRATADA nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.

6.7 Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a CONTRATADA, terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do local.

6.8 As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da CONTRATANTE, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste instrumento, de acordo com as cláusulas contratuais e disposições legais e regulamentares cabíveis, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas.

7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, os serviços objeto deste Termo de Referência, os quais poderão ocorrer por meio de agências, correspondentes bancários, postos de atendimento, caixas eletrônicos, bancos postais, casas lotéricas, aplicativos ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.

7.3 A CONTRATADA deverá designar agência bancária localizada em Manaus-AM com estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.

7.4 A CONTRATADA promoverá, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, com coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da CONTRATANTE.

7.5 A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização dos mesmos.

7.6 A CONTRATADA deverá efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços.

7.6.1 Deverá solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da CONTRATANTE, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da CONTRATANTE.

7.6.2 A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.6.3 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7.7 A CONTRATADA deverá assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.7.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à CONTRATANTE responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

7.7.2 A CONTRATADA deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

7.8 A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que esta julgar necessário.

7.9 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da CONTRATANTE, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE.

7.9.1 Deverá responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

7.10 A CONTRATADA deverá informar aos BENEFICIÁRIOS interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na CONTRATADA todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.

7.11 Deverá realizar cruzamento dos números de CPF informados pela CONTRATANTE com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo BENEFICIÁRIO já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta-corrente.

7.12 Deverá disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos BENEFICIÁRIOS.

7.13 Deverá manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à CONTRATANTE, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da CONTRATANTE e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.

7.14 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.

7.15 Caso ocorra do crédito do salário não estar disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da CONTRATANTE.

7.16 Comunicar à CONTRATANTE, até o 1º (primeiro) dia subsequente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.

7.17 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.

7.18 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

7.19 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.

7.20 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

7.21 A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.

7.21.1 A CONTRATADA deverá arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no

recinto da CONTRATANTE.

7.22 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.

7.23 A CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades em dias de expediente da CONTRATANTE, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a CONTRATADA deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

7.23.1 O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante prévio entendimento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

7.23.2 Nos dias estabelecidos pela CONTRATANTE como os dias de pagamento de seus membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo dois funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

7.23.3 A CONTRATADA deverá executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

7.24 A CONTRATADA deverá executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

7.25 A CONTRATADA se obriga a manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada, à CONTRATADA, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

7.26 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

7.26.1 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, uma vez que inexiste qualquer vinculação da CONTRATADA com esta Instituição Ministerial em relação a essas obrigações.

7.26.2 Além dos encargos pertinentes, será responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à CONTRATANTE ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.27 A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

7.28 A CONTRATADA ficará obrigada a manter-se, durante o período do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na futura licitação, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

7.29 A CONTRATADA deverá aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

7.30 A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.30.1 A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

7.31 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ-AM:

8.1 Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.

8.2 Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas.

8.3 Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à CONTRATADA.

8.4 Colocar à disposição da CONTRATADA a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, livre e desembaraçada e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.

8.5 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devam ser interrompidas.

8.6 Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a

que se destina a cessão de uso.

8.7 Permitir o acesso do pessoal autorizado da CONTRATADA para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.

8.8 Permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

8.9 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições da presente contratação.

9.2. Conforme o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, na hipótese da CONTRATADA, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da presente contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato/objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, e no Edital e das demais cominações legais.

9.3 Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na seção de penalidades deste Termo de Referência:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da CONTRATANTE para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da CONTRATANTE, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, com as especificações constantes no edital e no contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2) executar o serviço inerente ao objeto contratado com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

e.4) apresentar documentação falsa;

e.5) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

e.6) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7) fornecer declaração falsa;

e.8) cometer fraude fiscal;

e.9) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA não cumprir os as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital e do contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.4 O descumprimento, pela CONTRATADA, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à

CONTRATANTE judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

9.4.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Terceira – Da Contrapartida.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela FISCALIZAÇÃO e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria CONTRATANTE.

10. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis à espécie, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e integra o procedimento interno respectivo.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 30/06/2022, às 12:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 30/06/2022, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Agente Técnico - Administrador**, em 30/06/2022, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 30/06/2022, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0849405** e o código CRC **2A870828**.

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17.2022.DCCON.0850111.2021.011045

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a instituição financeira _____, visando à prestação de serviços bancários.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. **Géber Mafra Rocha**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 07300891 - SSP/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 384.778.582-68, e a instituição financeira _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, com sede na _____, CEP _____, neste ato representada legalmente pelo _____, residente e domiciliada na _____, CEP _____, portadora do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2021.011045**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços bancários através de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, doravante denominada **CONTRATADA**, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assim como o assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, o pagamento de seus fornecedores e demais credores, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, detalhados conforme as especificações seguintes, além daquelas descritas nos termos do _____ .

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste instrumento compreende a prestação, pela Instituição Financeira **CONTRATADA**, dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da **CONTRATANTE**, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da **CONTRATADA** e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE**, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** deverá ofertar, no mínimo, os seguintes produtos e serviços para a **CONTRATANTE (pessoa jurídica):**

1. Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela **CONTRATADA**.
2. Abertura e manutenção de contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.
3. Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal..
4. Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da **CONTRATANTE**, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (*internet*), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.), a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal.
5. Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez, de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses da **CONTRATANTE**, observando as recomendações do Banco Central do Brasil, relativas às aplicações de recursos públicos.
6. Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 5 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 2 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na Av. André Araújo, Aleixo; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 1 (um) a ser instalado futuramente, conforme indicação da **CONTRATANTE**, com observância das seguintes condições e àquelas previstas na Cláusula Sexta – Da Cessão de Uso:

f.1. A **CONTRATADA** terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra.

f.2. O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e demais terminais de caixa eletrônico será de até **15 (quinze) dias corridos**, a contar da ciência à **CONTRATADA** da aprovação do projeto e liberação dos espaços pela **CONTRATANTE,** prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3. A **CONTRATADA** poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de auto-atendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "f".

f.4. A **CONTRATADA** deverá assinar o Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5. As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela **CONTRATADA**, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO.

f.6. Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da **CONTRATANTE**, correrão às custas da **CONTRATADA**, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "f".

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para as **pessoas físicas**, compreendendo **membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:**

1. Abertura e manutenção de contas-salário, contas-correntes e contas-poupança em nome dos correntistas, sem custos.
2. Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1. Emissão de 5 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2. Emissão de 2 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3. Emissão de 2 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4. Realização de transferências de recursos entre contas da própria **CONTRATADA**;

b.5. Realização de 5 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6. Emissão de 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização;

b.7. Fornecimento de 1 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de contas-salário, contas-correntes e poupança.

3. Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.
4. Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, **com prazos de até 96 (noventa e seis) meses,** para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas,

na forma do Decreto Governamental n.º 32.835 de 24 de setembro de 2012, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE** e em conexão com o previsto na alínea "a" da Cláusula Segunda – Do Detalhamento do Objeto.

5. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.
6. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.
7. Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

Parágrafo primeiro. Não estão abrangidos pelo presente instrumento quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os **BENEFICIÁRIOS** e a **CONTRATANTE** anteriormente à assinatura deste.

Parágrafo segundo. Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os **BENEFICIÁRIOS**, a **CONTRATADA** e / ou demais instituições financeiras eventualmente consignadas em folha de pagamento.

Parágrafo terceiro. Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

Parágrafo quarto. Quaisquer outros serviços não previstos nesta cláusula não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto. Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos na presente cláusula, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB (Banco Central do Brasil).

Parágrafo sexto. A **CONTRATANTE,** seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da **CONTRATADA**, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á indiretamente pela **CONTRATADA**, sob o regime empreitada por preço global, selecionada por meio do _____, no qual constam todas as informações técnicas necessárias e suficientes à perfeita caracterização de seu objeto, conforme os autos do **PROCESSO**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

1. Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e seus anexos, além das obrigações assumidas nos documentos constantes do Processo SEI n.º 2021.011045;
2. Proposta firmada pela **CONTRATADA** em _____, dirigida à **CONTRATANTE**, contendo o valor global dos serviços a serem prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATADA** prestará à **CONTRATANTE** e aos **BENEFICIÁRIOS** os serviços de pagamento, nos termos das cláusulas e condições a seguir descritas, as quais ficam expressamente ratificadas e aceitas pelas partes para todos os fins e efeitos de direito.

1. A **CONTRATADA** deverá ter sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e *on line,* através da rede mundial de computadores (*internet*), sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da **CONTRATADA**.
2. A **CONTRATADA** deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da **CONTRATANTE**, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.
3. A **CONTRATADA** poderá disponibilizar aos **BENEFICIÁRIOS** empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da **CONTRATANTE** que regular a matéria.
4. Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta-salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).
5. Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas-correntes dos **BENEFICIÁRIOS** da **CONTRATANTE**, serão os valores líquidos das folhas de

pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Fica desde já estabelecido que a **CONTRATADA** não é responsável nem garantidor dos compromissos firmados pela **CONTRATANTE**, comprometendo-se apenas à prestação de serviço mediante disponibilização de recursos suficientes para honrar os compromissos relativos à folha de pagamento dos funcionários da **CONTRATANTE**, nos moldes deste contrato.

Parágrafo segundo. A **CONTRATANTE** assume integral responsabilidade, na forma da lei e perante os órgãos fiscalizadores, pela necessária observância das regras aplicáveis à presente contratação, no tocante aos seus aspectos formais, orçamentários e contábeis e pela adequada aplicação dos recursos desembolsados pela **CONTRATADA** na forma prevista na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – desta avença.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATANTE** não se responsabiliza direta ou indiretamente, seja de forma solidária ou subsidiária, por qualquer transação, débito, empréstimo ou quaisquer outras operações realizadas com os **BENEFICIÁRIOS**, assumindo a **CONTRATADA** risco integral das operações.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO DE USO:

A cessão de uso de que trata o presente contrato será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico, não podendo a referida cessão ser destinada à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no presente instrumento contratual.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATANTE** deverá permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico.

Parágrafo segundo. A cessão de uso de que trata a presente cláusula terá prazo de **60 (sessenta) meses**, nos mesmos termos daqueles estabelecidos na Cláusula Décima Quinta – Da Vigência – deste ajuste, com eficácia a contar de sua assinatura.

Parágrafo terceiro. Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela **CONTRATADA**, esta deverá comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis.

Parágrafo quarto. A **CONTRATANTE** poderá revogar a cessão de uso, nos seguintes casos:

1. Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela **CONTRATADA**;
2. Por razão de interesse público que assim o justifique.

Parágrafo quinto. A denúncia da cessão de uso poderá ser feita pela **CONTRATADA** nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto. Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a **CONTRATADA** terá o prazo de **15 (quinze) dias** corridos para entrega do local onde estiver instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB.

Parágrafo sétimo. As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas pela **CONTRATADA** deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da **CONTRATANTE**, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FACULDADE DE TRANSFERÊNCIA DOS CRÉDITOS:

A **CONTRATADA** deve assegurar, **sem ônus** para os membros e servidores da **CONTRATANTE**, a faculdade de **transferência (portabilidade)**, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade daqueles, por eles livremente abertas em outras instituições financeiras, observadas as regras do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** se obrigará a ressarcir e/ou reparar os danos porventura causados aos **BENEFICIÁRIOS** em vista do atraso nos pagamentos previstos na presente cláusula, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e possível penalização, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo do que dispõem os parágrafos sétimo e oitavo da Cláusula Décima Sexta – Das Penalidades e Sanções.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993 e, ainda:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e prestação dos serviços, bem como indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
3. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos.
4. Realizar reuniões com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços.

5. Informar à Administração Superior, com antecedência mínima de 12 (doze) meses, visando ao posicionamento decisório desta, o término do contrato, instruindo-a com os elementos necessários, inclusive pesquisas e análises pertinentes, fundamentando o seu conteúdo e, caso cabível, emissão do correlato Termo de Referência.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, exigindo a sua regularização, durante a vigência do contrato.
8. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
10. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
11. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
12. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
13. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura deste instrumento**, comunicar, formalmente, nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone, sendo consideradas como suficientes, se feitas por qualquer outro meio que comprove o recebimento.

Parágrafo quinto. No decorrer da vigência deste instrumento não serão levadas em consideração as comunicações verbais entre as partes, ressalvadas as recomendações mais simples ou aquelas de urgência ou emergência.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá à **CONTRATADA**:

1. Dar plena e fiel execução dos serviços contratados, obrigando-se a cumprir todos os compromissos constantes neste contrato, em sua proposta comercial, bem como o previsto no Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e anexos, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas, observadas as disposições legais e regulamentares vigentes.
2. Disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, os serviços objeto deste contrato, os quais poderão ocorrer por meio de agências, correspondentes bancários, postos de atendimento, caixas eletrônicos, bancos postais, casas lotéricas, aplicativos ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.
3. Designar agência bancária localizada em Manaus-AM com estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à **CONTRATANTE**, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.
4. Promover, sem custos, no prazo de **15 (quinze) dias corridos** a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, através de coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da **CONTRATANTE**.
5. Arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização de tais serviços.
6. Efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços, assumindo inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

6.1. Deverá solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da **CONTRATANTE**, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da **CONTRATANTE**.

6.2. A **CONTRATADA** deverá indenizar a **CONTRATANTE** por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a **CONTRATANTE** optar pela

reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

6.3. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7. Assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.1. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à **CONTRATANTE** responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

7.2. A **CONTRATADA** deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

8. Permitir o acesso da **CONTRATANTE**, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que julgar necessário.
9. Encaminhar à **CONTRATANTE**, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da **CONTRATANTE**, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da **CONTRATANTE**
10. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
11. Informar aos **BENEFICIÁRIOS** interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na **CONTRATADA** todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.
12. Realizar cruzamento dos números de CPF informados pela **CONTRATANTE** com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo **BENEFICIÁRIO** já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.
13. Disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos **BENEFICÁRIOS**.
14. Manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à **CONTRATANTE**, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da **CONTRATANTE** e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.
15. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
16. Comunicar à **CONTRATANTE**, até o 1º (primeiro) dia subseqüente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.
17. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.
18. Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.
19. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.
20. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução de quaisquer obrigações objeto deste contrato, assim como toda e qualquer irregularidade observada em suas avaliações, tão logo sejam detectadas, para que sejam adotadas as providências cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários.
21. Responder integralmente por perdas e danos que causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, na forma dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras cominações pactuadas neste contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.

21.1. Indenizar a **CONTRATANTE** por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários e/ou fornecedores, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

21.2. arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

21.3. Quando o crédito do salário não estiver disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da **CONTRATADA**, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**.

8. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE**.

9. Desenvolver suas atividades em dias de expediente da **CONTRATANTE**, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a **CONTRATADA** deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

23.1. O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, por escrito, mediante prévio entendimento entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA.**

23.2. Nos dias estabelecidos pela **CONTRATANTE** como os dias de pagamento aos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo, 2 (dois) funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

23.3. Executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

24. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços.

25. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, mantendo sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da **CONTRATANTE**, sendo vedada, à **CONTRATADA**, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

26. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

26.1. Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

24. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos que **comprovem** estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, sempre que solicitados pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

25. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

26. Aatender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

27. Cumprir tempestiva e corretamente as disposições deste contrato, no que concerne aos serviços listados na Cláusula Primeira, oferecendo-os aos **BENEFICIÁRIOS**, nos requisitos mínimos previstos neste termo, bem como disponibilizar outros serviços em idênticas condições às ofertadas aos demais clientes da **CONTRATADA** e qualidade compatível com o mercado.

28. Responsabilizar-se pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, bem como, pela segurança pessoal e eletrônica de seus caixas eletrônicos e PAB's, arcando com as despesas necessárias à prevenção de incêndio, assaltos, roubos, estragos e prejuízos de qualquer natureza, visando à garantia e à proteção de seus bens, não cabendo à **CONTRATANTE** responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização de tais bens.

29. Solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da **CONTRATANTE**, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da **CONTRATANTE**.

30. Manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

31. Disponibilizar sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e *on line*, sendo que todas as despesas de adaptação, se necessárias, correrão por conta da **CONTRATADA**.

32. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da **CONTRATANTE**.

33. Prestar à **CONTRATANTE** esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a prestação de serviços, independente de solicitação, bem como aqueles necessários à compreensão e à adequada utilização dos serviços colocados à disposição da **CONTRATANTE**.

34. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

35. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

36. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da **CONTRATANTE** que regulamenta a matéria.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.
2. Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça.
3. Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à **CONTRATADA**.
4. Colocar à disposição da **CONTRATADA** a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como àquelas destinadas aos terminais de caixa eletrônico, livre e desembaraçado e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.
5. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidas.
6. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.
7. Permitir o acesso do pessoal autorizado da **CONTRATADA** para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.
8. Permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.
9. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
10. fornecer a relação da folha de pagamento e determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à **CONTRATADA**.
11. assegurar à **CONTRATADA** que, durante a vigência deste contrato:
    1. O Posto de Atendimento Bancário – PAB, que venha a ser instalado e/ou mantido nas instalações da **CONTRATANTE** não poderá ser substituído por unidades de outras instituições financeiras;
    2. O direito de se instalar terminais de caixa eletrônico em outras unidades que venham a ser criadas pela **CONTRATANTE** e/ou nas que, embora já existentes na data de assinatura deste contrato, ainda não disponham daqueles.
12. exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.
13. manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito, proporcionando-lhe todas as facilidades para que possa desempenhar seus serviços.

Parágrafo único. Considerando o caráter de exclusividade dos serviços mencionados neste contrato, a **CONTRATANTE** compromete-se a, no prazo de **até 30 (trinta) dias úteis**, a contar da data de início da vigência deste instrumento, podendo ser prorrogado, por justo motivo e/ou mediante acordo entre as partes, promover a definitiva e completa transferência para a **CONTRATADA** dos serviços que, na data da assinatura deste contrato, estejam sendo prestados por outras instituições financeiras. Essa transferência deverá ser precedida de entendimentos entre as partes, ficando consignados em instrumentos específicos os respectivos termos de prestação de serviços, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ADEQUAÇÕES DE SISTEMAS E PROCESSOS:

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se, mutuamente, a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a perfeita

manutenção dos controles, de modo a permitir que qualquer das partes possa, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:

Em razão dos termos ajustados no presente contrato, a **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato a importância total e líquida de **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)**, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, sendo permitido o pagamento do valor em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, e a segunda até 6 (seis) meses após o pagamento da anterior, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar à **CONTRATANTE** a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor de cada parcela a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo segundo. Os juros moratórios previstos no parágrafo primeiro serão calculados, *pro rata die*, e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula:

EM = I x N x V

Onde:

EM = encargos moratórios

I = índice de 0,000328767 (correspondente à taxa anual de 12% (12/100)/365)

N = Número de dias entre a fixada para pagamento e a data de efetivo pagamento;

V = Valor em atraso.

Parágrafo terceiro. Fica estabelecido entre as partes que a **CONTRATADA NÃO RECEBERÁ** qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais pelos serviços objeto deste instrumento ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS ALTERAÇÕES:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes, inclusive aquelas relativas às regulamentações futuras e demais critérios operacionais que se fizerem necessários à sistemática dos serviços, dentre as quais, os respectivos prazos para sua realização, para que o contrato não venha a sofrer solução de continuidade.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da **CONTRATADA**, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

Parágrafo segundo. A indenização referida no parágrafo anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o início do pagamento a ser previsto no orçamento anual da **CONTRATANTE** a partir do ano subsequente ao da rescisão.

Parágrafo terceiro. O ajuste poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, atendidas as condições do § 4° do art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e mediante remuneração proporcional ao valor previsto na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – deste contrato, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, em conformidade com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

1. Advertência;
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital, nos seguintes valores:

1. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração

da **CONTRATANTE** para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

2. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;
3. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da **CONTRATANTE**, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;
4. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
5. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

   5.1.) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste contrato, com as especificações constantes no edital e neste contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

   5.2.) executar o serviço inerente ao objeto do contrato com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

   5.3.) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

   5.4.) apresentar documentação falsa;

   5.5.) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

   5.6.) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

   5.7.) fornecer declaração falsa;

   5.8.) cometer fraude fiscal;

   5.9.) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

6. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** não cumprir os itens do edital e deste contrato.

3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração.

Parágrafo segundo. O descumprimento, pela **CONTRATADA**, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à **CONTRATANTE** judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Sétima – Da Faculdade de Transferência dos Créditos.

Parágrafo terceiro. O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

Parágrafo quarto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo quinto. As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo sétimo. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo oitavo. A **CONTRATADA** não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias

expressamente concedidas pela **CONTRATANTE**, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, ressalvas as hipóteses de inexecução total ou parcial de seu objeto, como também a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8.666/93, as quais se aplicarão para ambas as partes, no que couber, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo primeiro - Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a V; VII a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto a esta, o previsto no inciso XVII supramencionado.

Parágrafo segundo. Não será motivo de rescisão deste contrato, a ocorrência de uma ou mais das hipóteses contempladas no inciso VI, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja a comunicação prévia à **CONTRATANTE**, observadas as disposições da Cláusula Vigésima Primeira – Da Cessão.

Parágrafo terceiro. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**, precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo quarto. O presente contrato poderá ser rescindido judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quinto. Além das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8666/93, a **CONTRATANTE** poderá promover a rescisão deste contrato, se a **CONTRATADA, injustificadamente**:

1. Não observar qualquer prazo estabelecido neste contrato e seus anexos;
2. Não observar o nível de qualidade usual propostos para a execução dos serviços ora descritos;
3. Ceder ou transferir, total o parcialmente, este contrato, seus direitos ou obrigações, a terceiros, sem prévia anuência da **CONTRATANTE,** nos termos da Cláusula Vigésima Segunda – Da Cessão;

Parágrafo sexto. Em caso de rescisão contratual por iniciativa da **CONTRATANTE**, e desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal**,** a **CONTRATANTE** obriga-se a indenizar a **CONTRATADA**, proporcionalmente ao prazo restante para o término do contrato, em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes para sua expiração, devidamente corrigido, pelo IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, e sem prejuízo aos dispositivos legais previstos na Lei n.º 8.666/93**, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.**

Parágrafo sétimo. Na hipótese de rescisão deste contrato, a continuidade do pagamento das consignações assumidas pelos **BENEFICIÁRIOS** que possuam empréstimos não quitados até a data do evento, será mantida na **CONTRATADA**, durante o período necessário para a liquidação das aludidas operações de crédito, devendo, outrossim, ser providenciada a celebração de ajuste para este fim.

Parágrafo oitavo. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, **CAUCIONAR** ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono. Em caso de descumprimento, total ou parcial, dos termos deste contrato pela **CONTRATADA**, poderá a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, denunciá-lo ou rescindi-lo, ficando, neste caso, a **CONTRATANTE** desobrigada de ressarcir à **CONTRATADA** os recursos investidos, observado os procedimentos administrativos necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA REPARAÇÃO DE DANOS:

Obrigam-se as partes a reparar todo e qualquer dano a que derem causa por culpa ou dolo, na execução dos serviços objeto deste contrato, até o limite do valor do dano material, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde a data da ocorrência do fato até a data de seu efetivo ressarcimento, ressalvados os casos fortuitos e/ou de força maior, tais como greves, proibições ou interdições de tráfego, inundações e demais eventos da natureza, sem prejuízo de outras penalidades e responsabilidades previstas na legislação em vigor e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS:

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do contrato, não constituirá novação ou representará renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado conforme Cláusula Vigésima Primeira – Da Publicação.

Parágrafo primeiro. O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

Parágrafo segundo. O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, cabendo à **CONTRATADA** indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do contrato.

Parágrafo terceiro. O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

1. Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade pregão;
2. Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
3. Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
4. Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
5. Demais regulamentações referentes aos serviços bancários e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERÇA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da XXXXXXXXXXXXXXX

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 30/06/2022, às 13:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0850111** e o código CRC **033530AD**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 498.2022.DCCON.0850118.2021.011045

Manaus, 30 de junho de 2022.

Ao Senhor

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NESTE PRÉDIO

Assunto: Encaminha minuta retificada de contrato de prestação de serviços bancários

Senhor Presidente,

Trata-se de Procedimento Interno que visa à contratação de empresa para a prestação de serviços bancários através de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para atender à Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas – PGJ/AM.

Em atenção ao Despacho 466 (SEI nº 0848887), informo que a Diretoria-Geral procedeu à retificação do Termo de Referência 3, apresentando o Termo de Referência 5 (SEI nº 0849405). De igual modo, esta Divisão de Contratos e Convênios juntou aos presentes autos a Minuta de Contrato Administrativo 17 (SEI nº 0850111), com as devidas correções.

Em tempo, informo que a referida minuta deverá ser analisada e aprovada pela assessoria jurídica deste *Parquet*, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal de Licitação e Contratos.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 30/06/2022, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0850118** e o código CRC **DD8F79E2**.

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, tendo em vista o que consta do Procedimento SEI n.º 2021.011045, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 185/2021, e alterações, do Procurador-Geral de Justiça, torna público que fará realizar **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR OFERTA, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007, com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20/09/2019**, com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO INTERNO N.º	**2021.011045**
Recebimento das propostas:	a partir da data de publicação do aviso no DOMPE.
Abertura das propostas:	às 10 horas do dia **XX/XX/2022** (horário de Brasília).
Licitação exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO	
Endereço eletrônico:	http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
Código UASG:	925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, designado por ato interno, denominado Pregoeiro, e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo **http://www.comprasgovernamentais.gov.br.**

1.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a ***contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.***

2.2. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045,** Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital.

2.3. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a taxas, impostos, licenças, encargos sociais, ou outra, que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.4. Integra o presente Edital, como parte indissolúvel:

a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045;
b) Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;
c) Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
d) Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;

2.5. O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, **no mínimo R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) mais PERCENTUAL, devendo ser observado o disciplina o subitem 9.5. e seguintes deste instrumento convocatório.**

3. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações, em obediência ao disposto no item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045** (Anexo I).

3.2. As demais condições para prestação dos serviços encontram-se estabelecidos no Item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045**, Anexo I e parte integrante deste Edital;

3.3. As características detalhadas e demais informações relevantes à futura contratação estão definidos nos Itens 2, 4, 5, 6 e 7 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045** (Anexo I), bem assim nas disposições correspondentes da Minuta de Contrato (Anexo II), partes integrantes deste Edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Em face da natureza do objeto da contratação, não haverá despesas, motivo pelo qual se mostra desnecessário a indicação de dotação orçamentária.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

5.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

6.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site http://www.comprasgovernamentais.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

6.3. A licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 26, parágrafo 4.º, do Decreto n.º 10.024/2019.

6.4. **Será exigida do licitante Declaração de ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**, a qual será feita no campo do sistema *Comprasnet* destinado para tanto.

6.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

6.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

6.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

6.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL;**

6.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no país e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

6.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão de participar de licitação e/ou impedimento de contratar e licitar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93 (MS n.º 174.274/SP - 2ª. Turma; RMS Nº 326.628 – SP e REsp 151.567/RJ - 2ª. Turma);

6.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** ou à **CPL**;

6.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6.8 **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.**

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade de parcelamento do mesmo, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado neste certame.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as

propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.7.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

8.1.1. Percentual;

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante**;

8.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 8.6 deste Edital.

8.2. No percentual proposto estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. O percentual ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. O **prazo de validade da proposta não será inferior** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.5. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.6. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.7. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E

FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. O **critério de julgamento** será o de **MAIOR OFERTA**, admitindo-se como critério de aceitabilidade, o valor mínimo aceitável como oferta de **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) mais o PERCENTUAL mínimo de 0,01%**, conforme definido no subitem 2.5. e 9.5.3., ambos deste Edital e seus Anexos.

9.5.1. Para viabilizar a realização da licitação pelo Portal do COMPRASNET e tendo em vista que este Sistema não disponibiliza o julgamento por **MAIOR OFERTA**, as propostas de preços serão formuladas com a indicação do percentual de acréscimo (para fins do sistema, maior "desconto") ofertado sobre o valor mínimo aceitável (subitem 9.5. anterior).

9.5.2. Para efeito de julgamento por **MAIOR OFERTA**, será considerado o valor resultante da aplicação percentual de acréscimo ofertado (para fins do sistema, maior "desconto") pelo licitante sobre o valor mínimo aceitável como oferta.

9.5.3. **Serão admitidos valores percentuais positivos, com até 2 (duas) casas decimais.**

9.5.4. O **percentual de "desconto"** ofertado será o **critério** adotado para **classificação e julgamento das propostas única** e exclusivamente para fins dos **LANCES** no **Sistema COMPRASNET**, demonstrando, ao final, o quanto a licitante se dispõe a pagar a título de **CONTRAPARTIDA**, sendo considerado como valor efetivo da proposta ou do lance (MAIOR OFERTA) o montante de **R$ 4.500.000,00 (quatro**

milhões e quinhentos mil reais), acrescido do **valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta**.

9.5.4.1. O percentual de "desconto" ofertado será convertido no valor da CONTRAPARTIDA, conforme fórmula a seguir:

C = 4.500.000,00 x (1+P/100)
Em que:
C = contrapartida;
P = percentual de "desconto" ofertado na proposta/lance.

9.5.4.2. A fim de esclarecer o modelo adotado para o presente certame e ilustrar, a tabela a seguir retrata qual o valor da proposta a ser considerado para efeito prático de julgamento e adjudicação resultantes de aplicação do percentual de oferta apresentado por licitante:

Percentual ofertado nos LANCES ("desconto")	**Valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 4.500.000,00)**	**Valor considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
0,01%	450,00	4.500.450,00
0,1%	4500,00	4.504.500,00
1,00%	45.000,00	4.545.000,00
1,05%	47.250,00	4.547.250,00
1,70%	76.500,00	4.576.500,00
2,00%	90.000,00	4.590.000,00

9.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do percentual consignado no registro.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **percentual superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01% (um centésimo de por cento);

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa

"**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do percentual do maior lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.

9.22. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço (percentual), para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.23.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.24. Após a negociação do percentual (maior oferta), o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, além das obrigações previstas no Item 8 e no modelo do Anexo IV:

a) **Valores deverão ser expressos em moeda corrente nacional**, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

c) **Prazo de validade da proposta** de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

d) **Especificações claras, completas e minuciosas**, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

e) A **oferta** deverá ser **firme e precisa**, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

f) Os seguintes **dados da licitante**: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

g) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário** da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

h) **Designação da agência bancária** localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

10.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo III do edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores da proposta reajustada aos lances, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessárias para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

f) Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de

CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

g) Declaração da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas; e

h) Declaração da LICITANTE de que as agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor/percentual e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do percentual/preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo IV**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.5. A proposta e documentação, se necessário, será analisada por equipe formada pela **DIRETORIA GERAL - DG** desta Instituição, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 12.4. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.3. Apresentarem valor de contrapartida inferior àquela estipulada no subitem 2.5. deste Edital;

11.2.2. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.3.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de **nova oferta, com desconto nunca inferior a 0,01% (um centésimo de por cento) do valor total de sua última proposta (no sistema, "desconto"), limitado a 3 (três) oportunidades, conforme previsto no Edital, vedada a juntada de documento novo.**

11.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.9. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.10. Quando da proposta de preços não constar quaisquer das declarações complementares, dos prazos previstos, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.13. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

11.13.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

11.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto

aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **subitem 7.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

12.7.8. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com

etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.3. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.4. A boa situação da licitante será comprovada através do índice que mede a solvência dos bancos, denominado **Índice de Basiléia**, devendo ser comprovado o índice mínimo de **8% (oito por cento)**, de acordo com a fórmula abaixo descrita que deverá ser apresentada, preferencialmente, com memória de cálculo, acompanhada do último relatório disponível do BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB, no qual o referido índice esteja demonstrado:

IB=PR x 100 (PRE/fator F)

Onde:

IB: Índice de Basiléia ou Índice de Adequação de Capital;

PR: Patrimônio de Referência;

PRE: Patrimônio de Referência Exigido;

Fator F = 0,08

8.3.1.2. A relação entre Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados – Patrimônio de Referência Exigido (PRE) obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução do CMN n° 3.490, de 29 de agosto de 2007 e Circular do BC n° 3.360, de 12 de setembro de 2007 e demais normas aplicáveis.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no subitem 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3. deste

instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, nos termos do subitem 5.1 do Termo de Referência anexo.

12.10.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3 deste instrumento convocatório.

12.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem 12.13. do Edital.

12.11.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente ou via fac-símile deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no subitem 24.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o

Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.17.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.18. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.19. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também

pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias corridos**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o

licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 16.6, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob

pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

16.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

16.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0** e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados,

conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações, conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DA CESSÃO CONTRATUAL

17.1. Nos termos da **Cláusula Vigésima da Minuta de Contrato**, *Anexo II*, parte integrante deste Edital, o futuro contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a CONTRATADA transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da

CONTRATANTE.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Além das obrigações compreendias **nos Itens 2, 3, 5, 7 e demais do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 5.2022.DG**, *Anexo I* a este Edital, bem como nas **Cláusulas Nona da Minuta de Contrato,** *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

18.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

18.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 5.2022.DG**, *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Décima do futuro ajuste contratual,** *Anexo II.*

20. DO PAGAMENTO

20.1 A **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste instrumento, **em no máximo 02 (duas) parcelas**, a importância total e líquida com a qual sagrou-se vencedora da licitação, em moeda corrente nacional, de modo que a primeira seja paga em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, e a segunda em até 06 (seis) meses após o pagamento da primeira, à vista e sem qualquer desconto, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

20.2 Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar à **CONTRATANTE** a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor de cada parcela a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de multa de 30% do valor total da contrapartida, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

21.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 12.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

21.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

21.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

21.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

21.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.8. Se a **CONTRATADA**, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, as multas aplicadas no item 9 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045** e Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato, segundo a gravidade da falta.

21.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

21.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

21.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

21.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não

consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

21.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

22.1. Até o dia **xx/xx/2022, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada. ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

22.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia xx/xx/2022, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá

obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ), no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, prorrogável desde que devidamente justificado, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos divulgadas pelo sistema vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

23.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

23.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

23.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

23.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

23.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

23.7. **Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem.**

23.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

23.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

23.7.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.7.3.1. **Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em**

relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

23.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

23.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

23.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

23.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico **http://www.comprasgovernamentais.gov.br**.

23.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições

constantes dos Anexos deste Edital.

23.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados, sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação no formato eletrônico, através de consulta aos sítios **http://www.comprasgovernamentais.gov.br** e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

23.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

23.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus – AM, xx de julho de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde

existam Promotorias de Justiça instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

(Cidade-UF),_____ de _____ 2022.

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para o fornecimento dos bens abaixo relacionados, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0xx/2022-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**:

DESCRIÇÃO		
Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.		
PERCENTUAL DE "DESCONTO" OFERTADO % COMPRASNET	**Valor resultante da aplicação do percentual MÍNIMO (0,01%) sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 4.500.000,00)**	**Valor TOTAL considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
%	R$	R$

A _____(*nome da empresa*)_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta: _____**
2. **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.
3. **Designação da agência bancária localizada em Manaus-AM** como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

DECLARAÇÕES:

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes no fornecimento dos materiais;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

DESPACHO Nº 65.2022.CPL.0850216.2021.011045

Objeto: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.

Trata-se dos autos do **Procedimento Interno nº** 2021.011045, versando sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada, inicialmente, através do **MEMORANDO Nº 33.2021.DG.0658698.2021.011045**, exarado pelos i. **Vívian da Silva Donato Lopes Martins,** Diretora-Geral da PGJ/AM, **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho,** Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM, **Patrícia Costa Martins,** Diretora de Administração da PGJ/AM, **Ivanete de Oliveira Nascimento,** Diretora de Planejamento da PGJ/AM e **Marcus Roberto Laranjeira da Silva,** Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM, datado de 13/07/2021.

O detalhamento do objeto foi realizado por intermédio do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2021.DG.0658711.2021.011045**, o qual seguiu à apreciação do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha, que determinou o retorno dos autos via **DESPACHO Nº 312.2021.01AJ-SUBADM.0664326.2021.011045**, encaminhando à Diretoria-Geral - DG, para providências, em 19/07/2021.

O novo detalhamento do objeto se deu por intermédio do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2021.DG.0665394.2021.011045**, encaminhado através do **MEMORANDO Nº 39.2021.DG.0665393.2021.011045**, datado de 22/07/2021, seguindo, portanto, à apreciação do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha que, por sua vez, aprovou e determinou o seguimento do feito ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS.

Do histórico processual, depreende-se que, foram efetuadas duas tentativas de procedimento licitatório, sendo a primeira Pregão Eletrônico, em **24.09.2021**, que restou deserta, conforme **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 31.2021.CPL. 0699622.2021.011045** e, a segunda, com novas diretrizes determinadas pelo **DESPACHO Nº 449.2021.01AJ-SUBADM.0701213.2021.011045**, Pregão Presencial, em **22.10.2021** que igualmente findou deserta, nos termos do **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 38.2021.CPL.0714703.2021.011045.**

Ato contínuo, foi também realizada a tentativa de contratação direta, nos termos do art. 24,

V, da Lei nº 8.666/93, conforme *ratio* contida no **DESPACHO Nº 510.2021.01AJ-SUBADM.0717127.2021.011045** e no **DESPACHO Nº 494.2021.03AJ-SUBADM.0727738.2021.011045**. A referida tentativa, todavia, não obteve propostas válidas por ausência de interesse das instituições bancárias, ainda que o Banco do Brasil tenha solicitado esclarecimentos a este MPAM (docs. 0817978, 0818221 e 0818932).

No **DESPACHO Nº 225.2022.03AJ-SUBADM.0777501.2021.011045**, a d. SUBADM determinou a realização de novos ajustes no Termo de Referência, determinando que a Comissão Responsável avaliasse, inclusive, eventual necessidade de alteração do valor de contrapartida (item 3). Na mesma oportunidade, determinou também a realização novel certame público (pregão), devendo a Comissão Responsável pela fiscalização e, ainda a Comissão Permanente de Licitação - CPL, indicar se a licitação deve ocorrer de modo eletrônico ou presencial.

Desta forma, fora emitido novo e último **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045**, com as alterações cabíveis, seguindo, portanto, à apreciação do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha, nos termos do **DESPACHO Nº 452.2022.03AJ-SUBADM.0843879.2021.011045, DETERMINANDO O PROSSEGUIMENTO DO FEITO**, com o encaminhamento dos autos diretamente à Comissão Permanente de Licitação - CPL para as providências a seu cargo, uma vez que, na hipótese dos autos, como já consignado no **DESPACHO Nº 370.2021.01AJ-SUBADM.0679974.2021.011045**, encontra-se dispensada a pesquisa de mercado e não há dispêndio de valores para a contratação.

Retornados os autos, em 23/06/2022, procedeu-se à análise do Termo de Referência supra e dos demais documentos acostados aos fólios processuais, decidindo-se por remeter os autos à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON para verificação da necessidade de promover alterações na Minuta de Contrato, conforme o **MEMORANDO Nº 259.2022.CPL.0844949.2021.011045.**

Por sua vez, a Divisão de Contratos e Convênios - DCCON elaborou Nova **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16.2022.DCCON. 0844948.2021.011045**, encaminhando-a a este Comitê por intermédio do **MEMORANDO Nº 481.2022.DCCON.0847422.2021.011045.**

Nesse ínterim, a Diretoria-Geral informa a necessidade de correção no texto do Termo de Referência, apresentando errata para a redação do subitem 2.3, consoante se vislumbra pelo **MEMORANDO Nº 87.2022.DG.0847964.2021.011045.**

Regressando o fólio processual, no dia em 28/06/2022, considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, de forma que esta CPL, inicialmente, confeccionou **MINUTA DE EDITAL, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (doc. 0844825), tipo MAIOR OFERTA**, devidamente encaminhada via **DESPACHO Nº 61.2022.CPL.0844828.2021.011045.**

Naquela oportunidade, ponderou-se acerca da opção constante na referida **MINUTA DE EDITAL (doc. 0844825),** recaída sobre a modalidade **ELETRÔNICA**, temos como fundamento que a alteração promovida na última versão do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DG.0825687.2021.011045** consistiu, especialmente, no ponto crucial da contratação, qual seja, o ***valor mínimo de contrapartida***. Corroborando, observa-se a preferência da forma eletrônica em detrimento da presencial, devidamente disciplinada tanto na legislação aplicável à espécie quanto amplamente defendida na jurisprudência pátria, somado ao fato da busca constante pela ampliação da competitividade, destacando, por fim, que a decisão final será do Douto Ordenador de Despesas.

Posteriormente, a Divisão de Contratos e Convênios - DCCON comunica, igualmente, a necessidade de promoção de alteração na Minuta de Contrato, em sua Cláusula Oitava, nos termos apresentados no **MEMORANDO Nº 489.2022.DCCON.0848886.2021.011045.**

Encaminhado os autos ao crivo do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha, exarou-se o **DESPACHO Nº 466.2022.03AJ-SUBADM.0848887.2021.011045**, determinando o retorno dos autos à Diretoria-Geral para que a Comissão Responsável apresente novel Termo de Referência que incorpore a alteração já indicada no Memorando 87 (0847964), sem prejuízo de outras correções a serem realizadas, acaso identificadas. Após os autos deverão ser remetidos à DCCON para providências análogas em relação à Minuta do Contrato Administrativo (0844948), devendo apresentar novel minuta que incorpore a alteração já apontada no Memorando 489 (0848886), sem prejuízo de outras correções a serem realizadas, mormente em razão de eventual alteração do Termo de Referência. Ato contínuo, os autos voltarão à CPL para eventual adequação da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico (0844825). Somente quando ultimadas tais providências, os autos devem retornar à SUBADM para análise e manifestação.

Assim, visando dar cumprimento, a Diretoria-Geral promoveu a elaboração da última versão do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045**, devidamente encaminhanda via **MEMORANDO Nº 90.2022.DG.0849407.2021.011045**. Na mesma linha, a Divisão de Contratos e Convênios - DCCON fez juntada da última versão da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17.2022.DCCON.0850111.2021.011045**, remetida por intermédio do **MEMORANDO Nº 498.2022.DCCON.0850118.2021.011045.**

Regressando os autos conclusos, no dia em 30/06/2022, considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, de forma que esta CPL confeccionou nova **MINUTA DE EDITAL, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (doc. 0850214), tipo MAIOR OFERTA**, mantendo-se os fundamentos para a modalidade eletrônica anteriormente ponderados, somando ainda o fato de que as principais Instituições Bancárias detém suas matrizes em outros Estados da Federação, o que facilitaria com a utilização da forma eletrônica, com a simples utilização de acesso à rede mundial de computadores.

Sendo assim, **encaminhem-se os autos** do Procedimento Interno em epígrafe à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, a fim de cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo Ordenador de Despesas da última versão do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045**, da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17.2022.DCCON.0850111.2021.011045** e da **MINUTA DE EDITAL** (doc. 0850214).

Manaus, 1.º de julho de 2022.

Maurício Araújo Medeiros

Membro-Secretário da Comissão Permanente de Licitação

Sarah Madelena Barbosa Santos Cortes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Iury Fechine Ramos

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado eletronicamente por **Maurício Araújo Medeiros**, **Secretário(a) da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 01/07/2022, às 09:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Iury Fechine Ramos**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 01/07/2022, às 09:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 01/07/2022, às 09:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0850216** e o código CRC **D698E295**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 94.2022.DG.0852492.2021.011045

A Sua Excelência o Senhor
Doutor **GÉBER MAFRA ROCHA**
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Nesta,

Assunto: Resposta quanto a modalidade do Certame Serviços Bancários.

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Cumprimento-o com o presente e, à oportunidade, em resposta ao DESPACHO Nº 225.2022.03AJ-SUBADM.0777501.2021.011045, esta Comissão vem informar que de acordo com as análises, deliberou-se pela modalidade de pregão eletrônico para continuidade do Certame de Serviços Bancários.

Certo da aquiescência de Vossa Senhoria, renovo os votos de elevada consideração e distinguido apreço.

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor Geral
(assinado eletronicamente)

Patrícia Costa Martins
Diretor de Administração - DA
(assinado eletronicamente)

Clilson Castro Viana
Diretor de Orçamento e Finanças
(assinado eletronicamente)

Marcus Roberto Laranjeira da Silva
Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP
(assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) Geral**, em 06/07/2022, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 06/07/2022, às 12:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Clilson Castro Viana**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 06/07/2022, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 06/07/2022, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0852492** e o código CRC **818EC2BC**.

PARECER Nº 71.2022.01AJ-SUBADM.0854096.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ANÁLISE DAS MINUTAS DE TERMO DE REFERÊNCIA, DE EDITAL E DE CONTRATO. PREGÃO ELETRÔNICO. MAIOR OFERTA. EXECUÇÃO INDIRETA. REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL. Reconhe-se como adequada a modalidade selecionada para a contratação pretendida pela Administração – Pregão Eletrônico, tipo maior oferta, dada as pecualiaridades do caso concreto. Aprovação das Minutas.

Retornam os autos de procedimento administrativo iniciado para realizar a nova contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, tendo em conta que o Contrato Administrativo nº 023/2016 - MP/PGJ já teve sua vigência prorrogada por 60 (sessenta) meses.

Neste estágio processual, foi determinada diligência, tendo em conta que foram identificados erros materiais tanto no Termo de Referência 3 (0825687) quanto na Minuta do Contrato Administrativo (0844948), à Diretoria-Geral para que a Comissão Responsável apresentasse novel Termo de Referência incorporando a alteração já indicada no Memorando 87 (0847964), sem prejuízo de outras correções a serem realizadas, acaso identificadas, bem como providências análogas na Minuta do Contrato Administrativo (0844948) e Minuta de Pregão Eletrônico (0844825), além de manifestação da referida Comissão acerca da modalidade de Pregão, se eletrônica ou presencial.

Desta feita, fora juntado novo Termo de Referência 5 (0849405), nova Minuta de Contrato Administrativo (0850111) e nova Minuta de Edital de Pregão Eletrônico (0850214), considerando a resposta da Comissão Responsável (0852492):

> Cumprimento-o com o presente e, à oportunidade, em resposta ao DESPACHO Nº 225.2022.03AJ-SUBADM.0777501.2021.011045, esta Comissão vem informar que de acordo com as análises, deliberou-se pela modalidade de pregão eletrônico para continuidade do Certame de Serviços Bancários.

É o breve relatório. OPINO.

A priori, cumpre ressaltar que as alterações determinadas no Despacho 466 (0848887) foram devidamente empreendidas por cada setor responsável. Especificamente quanto ao **Termo de Referência**, este já havia sido analisado por esta assessoria jurídica, cabendo neste momento a confirmação das mudanças necessárias ora identificadas, que não possuem o condão de desnaturar o objeto, razão pela qual, **sugiro sua APROVAÇÃO**.

Com relação a modalidade licitatória, a selecionada para a contratação pretendida foi o PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MAIOR OFERTA, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007, com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o Decreto Federal n.º 10.024, de 20/09/2019, com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Vale lembrar que o caso em comento retrata situação *sui generes*, pois em que pese a Administração contratar, não despenderá valores na avença. Ao contrário, receberá contrapartida pela prestação do serviço bancário em caráter exclusivo. Isto porque, como explica o próprio TCU, "*o que se pretende é a contratação de um serviço atípico, pois não se contrata apenas um serviço a ser prestado à administração, mas a exploração econômica de um ativo*".

Daí também decorre a possibilidade de contratação por período maior que 12 meses. No caso dos autos, se pretende contratar por 60 meses.

Conforme teor do Acórdão TCU 33466-2013 (0676563), ficou definido que: I) a contratação deve ser instrumentalizada por meio de contrato administrativo; II) A Administração pode optar pela dispensa de licitação com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, c/c o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, desde que devidamente demonstrada a sua vantagem em relação à adoção do procedimento licitatório; III) em havendo interesse na participação de entidades públicas e privadas, deve ser realizada a licitação, em cumprimento aos princípios esculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, bem assim da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e de outros princípios correlatos estampados no artigo 3º da Lei 8.666/1993, adotando as seguinte medidas:

- estimar o orçamento base da contrapartida financeira a ser paga pela futura contratada com fundamento em estudo ou avaliação de mercado, em cumprimento à finalidade da condição prevista no artigo 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;

- realizar licitação na modalidade pregão, prevista na Lei 10.520/2001, preferencialmente sob forma eletrônica, conforme exige o artigo 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005, tendo por base critério “maior preço”, em homenagem ao princípio da eficiência, insculpido no caput do artigo 37 da Constituição Federal e da seleção proposta mais vantajosa para a Administração Pública, inserto no caput do artigo 3º da Lei 8.666/1993.

Assim sendo, conforme dispõe o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do regime jurídico-administrativo, razão pelo qual a deflagração do procedimento licitatório constitui-se como regra. Segundo a melhor doutrina, a licitação caracteriza-se por ser um procedimento prévio de seleção, por meio do qual a Administração, mediante critérios previamente estabelecidos, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um Contrato Administrativo ou instrumento semelhante.

De acordo com o art. 4º, da Lei n.º 8.666/1993, todos os participantes de um certame têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido pela Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

A Lei Federal n.º 10.520/02, instituiu o Pregão como modalidade de licitação tendente à aquisição de "bens ou serviços comuns", definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Nesse sentido, estabelece o parágrafo único do art. 1.º da referida lei:

> Art. 1.º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.
>
> Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Na realidade, a norma, ao restringir o âmbito de aplicação do Pregão, objetiva viabilizar a realização de um procedimento mais simples para aquisição de bens e serviços razoavelmente padronizados, possibilitando à Administração negociar o melhor preço, sem comprometer a viabilidade da proposta.

Quanto à Minuta do Contrato Administrativo, elaborada pela Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, tem-se que, de acordo com a dicção legal do art. 54, da Lei n.º 8.666/1993, os contratos administrativos serão regulados por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

O art. 55 da Lei n. 8.666/93, elenca as seguintes cláusulas necessárias para celebração de uma avença sob o regime de direito público:

> Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
>
> I - o objeto e seus elementos característicos;
>
> II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
>
> III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
>
> IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
>
> V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
>
> VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
>
> VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
>
> VIII - os casos de rescisão;
>
> IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
>
> X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
>
> XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
>
> XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
>
> XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Nesse sentido, de acordo com os seguintes acórdãos da Corte Federal de Contas:

> Observe a necessidade de apresentação de cláusulas contratuais específicas e precisas, sobretudo quanto à definição do objeto da avença, do preço acordado, do tempo de execução e da atualização monetária do negócio jurídico, vedada a possibilidade de sub-rogação do pacto, conforme exigem os arts. 40, incisos XI e XIV, alíneas 'c' e 'd', 54, 55, caput, inciso III, 56, 61, 72 e 78, inciso VI, todos da Lei nº 8.666/1993. (ACÓRDÃO 1837/2009 PLENÁRIO).
>
> Defina o objeto de forma precisa, suficiente e clara, não se admitindo discrepância entre os termos do edital, do termo de referência e da minuta de contrato, sob pena de comprometer o caráter competitivo do certame, em atendimento aos arts. 3º, inciso II, e 4º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 8º, inciso I do Decreto nº 3.555/2000. (ACÓRDÃO 531/2007 PLENÁRIO 673).

Do exposto, ao examinar a minuta acostada, verifica-se que todos os elementos contratuais necessários a respaldar com segurança a avença encontram-se presentes.

Tendo adotado tais medidas, conforme se pode verificar da instrução processual até aqui

delineada e, considerando presentes todos os elementos obrigatórios dos instrumentos acima citados, em conformidade com o disposto na Lei n.° 10.520/02 e da Lei n.° 8.666/93, naquilo que é cabível; no Decreto n.° 7.892/13 e, no âmbito interno, no art. 7.º do Ato PGJ n.º 389/07 (regulamenta o Pregão Presencial e Eletrônico), esta assessoria jurídica **OPINA favoravelmente pela aprovação das Minutas do Termo de Referência 5 (0849405), da Minuta de Contrato (0850111) e da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico (0850214)**, de forma a alicerçarem o respectivo procedimento licitatório.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), 07 de julho de 2022.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO
Assessora Jurídica
Ato PGJ nº 338/2020

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 07/07/2022, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0854096** e o código CRC **BADD4331**.

DESPACHO Nº 341.2022.01AJ-SUBADM.0854097.2021.011045

Retornam os autos tratando de procedimento interno iniciado pelo Memorando 33 (0658698) da Diretoria-Geral encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Neste estágio processual, foi determinada diligência, por meio do Despacho 466 (0848887) desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM, tendo em conta que foram identificados erros materiais tanto no Termo de Referência 3 (0825687) quanto na Minuta do Contrato Administrativo (0844948), à Diretoria-Geral para que a Comissão Responsável apresentasse novel Termo de Referência incorporando a alteração já indicada no Memorando 87 (0847964), sem prejuízo de outras correções a serem realizadas, acaso identificadas, bem como providências análogas na Minuta do Contrato Administrativo (0844948) e Minuta de Pregão Eletrônico (0844825), além de manifestação da referida Comissão acerca da modalidade de Pregão, se eletrônica ou presencial.

Desta feita, fora juntado novo Termo de Referência 5 (0849405), nova Minuta de Contrato Administrativo (0850111) e nova Minuta de Edital de Pregão Eletrônico (0850214), considerando a resposta da Comissão Responsável (0852492):

> Cumprimento-o com o presente e, à oportunidade, em resposta ao DESPACHO Nº 225.2022.03AJ-SUBADM.0777501.2021.011045, esta Comissão vem informar que de acordo com as análises, deliberou-se pela modalidade de pregão eletrônico para continuidade do Certame de Serviços Bancários.

Por sua vez, após instada, a assessoria jurídica acostou ao presente caderno administrativo o Parecer 71 (0854096), opinando favoravelmente **pela aprovação das Minutas do Termo de Referência 5 (0849405), da Minuta de Contrato (0850111) e da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico (0850214)**, de forma a alicerçarem o respectivo procedimento licitatório.

Diante de todo o exposto, **ACOLHO** a supracitada peça opinativa e **APROVO** as Minutas do Termo de Referência, do Contrato Administrativo e do Edital de Pregão Eletrônico. Assim, **DETERMINO** o encaminhamento dos autos à CPL, para providências de estilo.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus(Am), 07 de julho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 07/07/2022, às 17:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0854097** e o código CRC **DA5EB06F**.

ATO Nº 185/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 26.03.2007, que estabelece normas para constituição da Comissão Permanente de Licitação, no âmbito desta Procuradoria-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO a previsão expressa no art. 7.º da Lei n.º 3.147, de 06.07.2007, publicada no DOE de 09.07.2007;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1.º – DESIGNAR o servidor EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, como Presidente, e os servidores SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES, MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS e IURY FECHINE RAMOS, Agentes de Apoio – Administrativo, em decorrência da experiência e capacitação técnica para, na qualidade de membros, comporem a Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo mandato de 1 (um) ano.

Art. 2.º – DESIGNAR o servidor MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio – Administrativo, para secretariar os trabalhos da Comissão ora composta.

Art. 3.º – INDICAR como substitutos eventuais os servidores FABÍOLA DE SOUZA MENDANHA e THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA, Agentes de Apoio – Administrativo, desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 4.º – DETERMINAR que os Pregoeiros Oficiais e Agentes de Contratação do Ministério Público sejam designados por ato próprio, podendo ser indicado, mediante Portaria, quem funcionará especificamente a cada pregão, assim como os membros da equipe de apoio.

Art. 5.º – Este Ato entrará em vigor a contar da data de 12 de julho de 2021.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 186/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno - SEI N.º 2021.010249, em que figura, como parte interessada, o Exmo. Sr. Dr. GUSTAVO VAN DER LAARS, Promotor de Justiça de Entrância Inicial, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Alvarães;

CONSIDERANDO as disposições do r. DESPACHO N.º 337.2021.06AJ-SUBADM.0659292.2021.010249, de 07 de julho de 2021, expedido pela douta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso V, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

EXONERAR a bacharela MARCYA LINS CAMPOS do cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial, símbolo MP.06.03, a contar de 07.07.2021.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0948/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 0754/2021/PGJ, que designou os Promotores de Justiça de Entrância Inicial e Substitutos como plantonistas durante do mês de abril/2021;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ALTERAR os termos da Portaria n.º 0754/2021/PGJ, datada de 30.03.2021, que designou os Promotores de Justiça de Entrância Inicial e Substitutos como plantonistas, na parte referente ao POLO 5 – BAIXO AMAZONAS, item 1 (Maués, Boa Vista do Ramos e Urucará), conforme abaixo especificado:

POLO 5 – BAIXO AMAZONAS

1. Maués, Boa Vista do Ramos e Urucará

Período: 16 a 30.04.2021 - Dr. ROBERTO NOGUEIRA

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 23 de abril de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1548/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 054/98-CSMP, de 23 de setembro de 1998, que disciplina e define a manifestação dos Órgãos do Ministério Público de 1.ª e 2.ª instâncias, no que tange à apresentação de contrarrazões sempre que o advogado, ao interpor o Recurso de Apelação, invocar a aplicação do art. 600, § 4.º, do Código de Processo Penal;

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. DANIEL LEITE BRITO, Promotor de Justiça de Entrância Final, Titular da 8.ª Promotoria de Justiça de Manaus (10.ª Vara Criminal), para oferecer as contrarrazões nos autos da Apelação Criminal n.º 0632081-98.2019.8.04.0001, em tramitação na Segunda Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

a) acolher, motivadamente, as razões recursais, modificando e tornando pública a decisão final exarada;

b) rejeitar, motivadamente, as razões recursais, encaminhando os autos ao Procurador-Geral de Justiça para apreciação final, que:

1. poderá, fundamentadamente, acolher as razões para ao final, reformar a sanção imposta, ou rejeitá-las mantendo a decisão atacada;

2. determinará a publicização da decisão final.

II – impetrar pedido de reconsideração contra decisão de aplicação de inidoneidade exarada pelo Procurador-Geral de Justiça que poderá:

a) acolher, motivadamente, o pedido de reconsideração, modificando e tornando pública a decisão final exarada;

b) rejeitar, motivadamente, o pedido de reconsideração, tornando pública a decisão exarada.

Parágrafo único. A autoridade competente providenciará, por meio da secretaria respectiva, a publicação no Diário Oficial Eletrônico - DOMPE de extrato da decisão exarada em face do recurso hierárquico ou do pedido de reconsideração.

Art. 11 A Comissão Permanente de Licitação – CPL deverá promover todos os atos de citação, intimação e / ou notificação dos interessados e ainda:

I – não havendo manifestação recursal e não havendo aplicação da sanção de multa, informar à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos – SUBADM acerca da inércia ocorrida;

II - inexistindo manifestação recursal e havendo aplicação de multa, determinar seu recolhimento à contratada /licitante sancionada:

a) no adimplemento do recolhimento, encaminhar os autos à Diretoria de Orçamento de Finanças – DOF e após, promover seu arquivamento;

b) no inadimplemento do recolhimento da multa, encaminhar os autos para o Procurador-Geral de Justiça, para análise quanto a conveniência e oportunidade de encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado, para devida inscrição em dívida ativa.

III – existindo manifestação recursal ou pedido de reconsideração, encaminhar à autoridade competente;

IV – após trânsito julgado administrativo, providenciar o lançamento das sanções junto aos sistemas competentes, tais como o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art. 12 Ficam revogadas todas as disposições em contrário, em especial as dispostas no ATO PGJ N° 345/2007.

Art. 13 Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Manaus, 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 188/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 277/2007, datado de 05.07.2007, que regulamentou a utilização da modalidade pregão, na forma presencial, no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5.º, do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 29.08.2007, que dispõe sobre a organização e as atribuições da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 185/2021/PGJ, de 09 de julho de 2021;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

NOMEAR, a contar de 12.07.2021, os servidores EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, Agente de Apoio – Administrativo e Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio – Administrativo e Membro-Secretário da Comissão Permanente de Licitação, como Agentes de Contratação e Pregoeiros Oficiais do Ministério Público do Estado do Amazonas, bem como FABÍOLA DE SOUZA MENDANHA e THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA, Agentes de Apoio – Administrativos desta Procuradoria-Geral de Justiça, suplentes da Comissão Permanente de Licitação, como substitutos eventuais.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral e Justiça

PORTARIA Nº 1583/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. LEONARDO TUPINAMBÁ DO VALLE, Promotor de Justiça de Entrância Inicial, para participar das audiências da Comarca de Urucará/AM, no dia 12.07.2021.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, tendo em vista o que consta do Procedimento SEI n.º 2021.011045, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 185/2021, e alterações, do Procurador-Geral de Justiça, torna público que fará realizar **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR OFERTA, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007, com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20/09/2019**, com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO INTERNO N.º	**2021.011045**
Recebimento das propostas:	a partir da data de publicação do aviso no DOMPE.
Abertura das propostas:	às 10 horas do dia **22/07/2022** (horário de Brasília).
Licitação exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO	
Endereço eletrônico:	http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
Código UASG:	925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, designado por ato interno, denominado Pregoeiro, e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo **http://www.comprasgovernamentais.gov.br.**

1.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a ***contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.***

2.2. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045,** Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital.

2.3. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a taxas, impostos, licenças, encargos sociais, ou outra, que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.4. Integra o presente Edital, como parte indissolúvel:

a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045;
b) Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;
c) Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
d) Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;

2.5. O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, **no mínimo R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) mais PERCENTUAL, devendo ser observado o disciplina o subitem 9.5. e seguintes deste instrumento convocatório.**

3. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações, em obediência ao disposto no item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045** (Anexo I).

3.2. As demais condições para prestação dos serviços encontram-se estabelecidos no Item 5 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045**, Anexo I e parte integrante deste Edital;

3.3. As características detalhadas e demais informações relevantes à futura contratação estão definidos nos Itens 2, 4, 5, 6 e 7 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045** (Anexo I), bem assim nas disposições correspondentes da Minuta de Contrato (Anexo II), partes integrantes deste Edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Em face da natureza do objeto da contratação, não haverá despesas, motivo pelo qual se mostra desnecessário a indicação de dotação orçamentária.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

5.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

6.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site http://www.comprasgovernamentais.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

6.3. A licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 26, parágrafo 4.º, do Decreto n.º 10.024/2019.

6.4. **Será exigida do licitante Declaração de ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**, a qual será feita no campo do sistema *Comprasnet* destinado para tanto.

6.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

6.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

6.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

6.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL;**

6.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no país e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

6.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão de participar de licitação e/ou impedimento de contratar e licitar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93 (MS n.º 174.274/SP - 2ª. Turma; RMS Nº 326.628 – SP e REsp 151.567/RJ - 2ª. Turma);

6.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** ou à **CPL**;

6.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6.8 **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.**

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade de parcelamento do mesmo, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado neste certame.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as

propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.7.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

8.1.1. Percentual;

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante**;

8.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 8.6 deste Edital.

8.2. No percentual proposto estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. O percentual ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. O **prazo de validade da proposta não será inferior** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.5. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.6. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.7. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. O **critério de julgamento** será o de **MAIOR OFERTA**, admitindo-se como critério de aceitabilidade, o valor mínimo aceitável como oferta de **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) mais o PERCENTUAL mínimo de 0,01%**, conforme definido no subitem 2.5. e 9.5.3., ambos deste Edital e seus Anexos.

9.5.1. Para viabilizar a realização da licitação pelo Portal do COMPRASNET e tendo em vista que este Sistema não disponibiliza o julgamento por **MAIOR OFERTA**, as propostas de preços serão formuladas com a indicação do percentual de acréscimo (para fins do sistema, maior "desconto") ofertado sobre o valor mínimo aceitável (subitem 9.5. anterior).

9.5.2. Para efeito de julgamento por **MAIOR OFERTA**, será considerado o valor resultante da aplicação percentual de acréscimo ofertado (para fins do sistema, maior "desconto") pelo licitante sobre o valor mínimo aceitável como oferta.

9.5.3. **Serão admitidos valores percentuais positivos, com até 2 (duas) casas decimais.**

9.5.4. O **percentual de "desconto"** ofertado será o **critério** adotado para **classificação e julgamento das propostas única** e exclusivamente para fins dos **LANCES** no **Sistema COMPRASNET**, demonstrando, ao final, o quanto a licitante se dispõe a pagar a título de **CONTRAPARTIDA**, sendo considerado como valor efetivo da

proposta ou do lance (MAIOR OFERTA) o montante de **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)**, acrescido do **valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta**.

9.5.4.1. O percentual de "desconto" ofertado será convertido no valor da CONTRAPARTIDA, conforme fórmula a seguir:

C = 4.500.000,00 x (1+P/100)

Em que:

C = contrapartida;

P = percentual de "desconto" ofertado na proposta/lance.

9.5.4.2. A fim de esclarecer o modelo adotado para o presente certame e ilustrar, a tabela a seguir retrata qual o valor da proposta a ser considerado para efeito prático de julgamento e adjudicação resultantes de aplicação do percentual de oferta apresentado por licitante:

Percentual ofertado nos LANCES ("desconto")	**Valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 4.500.000,00)**	**Valor considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
0,01%	450,00	4.500.450,00
0,1%	4500,00	4.504.500,00
1,00%	45.000,00	4.545.000,00
1,05%	47.250,00	4.547.250,00
1,70%	76.500,00	4.576.500,00
2,00%	90.000,00	4.590.000,00

9.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do percentual consignado no registro.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **percentual superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01% (um centésimo de por cento);

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
9.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**
9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do percentual do maior lance registrado, vedada à identificação do licitante.
9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.
9.22. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
9.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço (percentual), para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação

em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.23.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.24. Após a negociação do percentual (maior oferta), o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, além das obrigações previstas no Item 8 e no modelo do Anexo IV:

a) **Valores deverão ser expressos em moeda corrente nacional**, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

c) **Prazo de validade da proposta** de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

d) **Especificações claras, completas e minuciosas**, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

e) A **oferta** deverá ser **firme e precisa**, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o

julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

f) Os seguintes **dados da licitante**: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

g) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário** da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

h) **Designação da agência bancária** localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

10.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo III do edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores da proposta reajustada aos lances, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessárias para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

f) Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

g) Declaração da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas; e

h) Declaração da LICITANTE de que as agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor/percentual e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do percentual/preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo IV**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.5. A proposta e documentação, se necessário, será analisada por equipe formada pela **DIRETORIA GERAL - DG** desta Instituição, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 12.4.**

deste Edital:

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.3. Apresentarem valor de contrapartida inferior àquela estipulada no subitem 2.5. deste Edital;

11.2.2. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.3.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de **nova oferta, com desconto nunca inferior a 0,01% (um centésimo de por cento) do valor total de sua última proposta (no sistema, "desconto"), limitado a 3 (três) oportunidades, conforme previsto no Edital, vedada a juntada de documento novo.**

11.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.9. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.10. Quando da proposta de preços não constar quaisquer das declarações complementares, dos prazos previstos, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.13. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

11.13.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

11.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto

aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **subitem 7.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

12.7.8. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com

etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.3. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.4. A boa situação da licitante será comprovada através do índice que mede a solvência dos bancos, denominado **Índice de Basiléia**, devendo ser comprovado o índice mínimo de **8% (oito por cento)**, de acordo com a fórmula abaixo descrita que deverá ser apresentada, preferencialmente, com memória de cálculo, acompanhada do último relatório disponível do BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB, no qual o referido índice esteja demonstrado:

IB=PR x 100 (PRE/fator F)

Onde:

IB: Índice de Basiléia ou Índice de Adequação de Capital;

PR: Patrimônio de Referência;

PRE: Patrimônio de Referência Exigido;

Fator F = 0,08

8.3.1.2. A relação entre Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados – Patrimônio de Referência Exigido (PRE) obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução do CMN n° 3.490, de 29 de agosto de 2007 e Circular do BC n° 3.360, de 12 de setembro de 2007 e demais normas aplicáveis.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no subitem 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3. deste

instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, nos termos do subitem 5.1 do Termo de Referência anexo.

12.10.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3 deste instrumento convocatório.

12.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem 12.13. do Edital.

12.11.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente ou via fac-símile deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no subitem 24.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o

Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.17.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.18. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.19. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também

pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias corridos**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o

licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 16.6, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob

pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

16.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

16.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0** e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados,

conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações, conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DA CESSÃO CONTRATUAL

17.1. Nos termos da **Cláusula Vigésima da Minuta de Contrato**, *Anexo II*, parte integrante deste Edital, o futuro contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a CONTRATADA transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da

CONTRATANTE.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Além das obrigações compreendias **nos Itens 2, 3, 5, 7 e demais do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 5.2022.DG**, *Anexo I* a este Edital, bem como nas **Cláusulas Nona da Minuta de Contrato,** *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

18.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

18.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 5.2022.DG**, *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Décima do futuro ajuste contratual,** *Anexo II.*

20. DO PAGAMENTO

20.1 A **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste instrumento, **em no máximo 02 (duas) parcelas**, a importância total e líquida com a qual sagrou-se vencedora da licitação, em moeda corrente nacional, de modo que a primeira seja paga em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, e a segunda em até 06 (seis) meses após o pagamento da primeira, à vista e sem qualquer desconto, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

20.2 Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar à **CONTRATANTE** a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor de cada parcela a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de multa de 30% do valor total da contrapartida, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

21.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 12.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

21.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

21.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

21.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

21.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.8. Se a **CONTRATADA**, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, as multas aplicadas no item 9 do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045** e Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato, segundo a gravidade da falta.

21.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

21.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

21.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

21.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não

consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

21.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

22.1. Até o dia **18/07/2022, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada. ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

22.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 18/07/2022, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá

obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ), no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, prorrogável desde que devidamente justificado, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos divulgadas pelo sistema vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

23.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

23.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

23.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

23.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

23.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

23.7. **Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem.**

23.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

23.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

23.7.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.7.3.1. **Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em**

relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

23.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

23.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

23.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

23.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico **http://www.comprasgovernamentais.gov.br**.

23.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições

constantes dos Anexos deste Edital.

23.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados, sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação no formato eletrônico, através de consulta aos sítios **http://www.comprasgovernamentais.gov.br** e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

23.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

23.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus – AM, 08 de julho de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça necessita contratar instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo assessoramento e gerenciamento dos recursos financeiros, a operacionalização financeira da folha de pagamento de membros e servidores ativo, inativo, pensionistas, servidores cedidos e pagamento a credores diversos deste Órgão, dentre outros serviços bancários, tornando-se imprescindível a presente contratação.

1.2. Considerando que o Contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de assessoramento bancário e financeiro, e de cessão de uso de espaço em bem imóvel, já está em seu terceiro termo aditivo, o qual terá seu termo final em 07 de agosto de 2022, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. O objeto deste instrumento compreende a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da CONTRATADA e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATANTE, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da CONTRATANTE, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

2.2. Para fins de caracterização dos itens acima que detalham o objeto, devem ser tidas em conta as seguintes informações:

2.2.1 Dados referentes à alínea "a":

a) Sobre a folha de pagamento da PGJ/AM, abril de 2022.

Valor Bruto: R$ 21.206.910,43 (vinte e um milhões, duzentos e seis mil, novecentos e dez reais e quarenta e três centavos)

Valor Líquido: R$ 14.810.322,46 (quatorze milhões, oitocentos e dez mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta e seis centavos)

TABELA 1 - Folha de Pagamento da PGJ/AM por faixa de renda
Mês: Abril 2022

FAIXA DE RENDA (VALORES BRUTOS)	QUANTIDADE
Até R$ 2.500,00	277
De R$ 2.500,00 a R$ 5.000,00	65
De R$ 5.000,01 a R$ 7.500,00	37
De R$ 7.500,01 a R$ 10.000,00	64

De R$ 10.000,01 a R$ 15.000,00	112
De R$ 15.000,01 a R$ 20.000,00	141
De R$ 20.000,01 a R$ 30.000,00	128
Acima de R$ 30.000,00	281
Total	**1.105**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

TABELA 2 - Quantitativo de cargos PGJ/AM
Mês: Abril 2022

Classe	**Cargo**	**Quantidade**		
		Capital	**Interior**	**TOTAL**
Membro	Procurador de Justiça	21	0	21
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Inicial	0	43	43
Membro	Promotor de Justiça de Entrância Final	98	0	98
Membro	Promotor de Justiça Substituto	0	10	10
Servidor	Agente de Apoio	156	1	157
Servidor	Agente de Serviço	57	1	58
Servidor	Agente Técnico	185	2	187
Servidor	Cedido	5	0	5
Servidor	Comissionado	26	71	97
Servidor	Militar à Disposição	39	0	39
Estagiários	Estagiários	196	45	241
Inativos	Inativos	81	0	81
Pensionistas	Pensionistas	68	0	68
Total		**932**	**173**	**1.105**

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

b) Sobre consignações na folha de pagamento da PGJ/AM

TABELA 3 - Consignações PGJ/AM
Mês: Abril 2022

PERÍODO	**QTD SERVIDOR**	**VALOR**
DEZ / 2020	393	562.636,72
JAN / 2021	387	550.874,25
FEV / 2021	379	548.292,67
MAR / 2021	369	530.673,93

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 775

ABR / 2021	369	522.079,69
MAI / 2021	376	544.495,35
JUN / 2021	390	554.373,08
JUL / 2021	394	551.734,89
AGO / 2021	408	566.854,12
SET / 2021	418	574.501,19
OUT / 2021	420	578.853,45
NOV / 2021	433	588.775,11
DEZ / 2021	436	594.390,04
JAN / 2022	433	583.333,92
FEV / 2022	434	578.821,82
MAR / 2022	429	571.094,64
ABR / 2022	429	567.565,28

Fonte: Seção Folha de Pagamento - SFP/ Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM

2.2.2 Dados referentes à alínea “b”:

TABELA 4 – Orçamento autorizado e realizado pela PGJ, no período 2019-2022, em R$

Itens	**2019**		**2020**		**2021**		**2022***	
	Previsto	**Realizado**	**Previsto**	**Realizado**	**Previsto**	**Realizado**	**Previsto**	**Realizado**
Pessoal	237.482.095,21	237.479.186,87	243.310.312,73	238.606.353,04	267.251.404,59	267.218.722,29	269.727.000,00	84.573.388,32
Outras despesas correntes	59.112.982,26	58.416.080,32	77.476.032,18	75.393.008,58	128.658.274,88	128.625.126,96	75.053.629,25	46.413.346,81
Investimentos E Inversões financeiras	3.488.021,02	3.468.883,44	2.019.026,69	1.876.145,52	5.342.245,79	5.342.245,79	33.138.370,75	1.923.413,04
Total	**300.083.098,49**	**299.364.150,63**	**322.805.371,60**	**315.875.507,14**	**401.251.925,26**	**401.186.095,04**	**377.919.000,00**	**132.910.148,17**

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.
*Dados até 17/05/2022 (*parcial de 17/05/2022).

TABELA 5 – Orçamento autorizado e realizado pelo FAMP, no período 2019-2022, em R$ milhões

Itens	**2019**		**2020**		**2021**		**2022***	
	Previsto	**Realizado**	**Previsto**	**Realizado**	**Previsto**	**Realizado**	**Previsto**	**Realizado**
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	542.578,14	0,00	856.000,00	0,00	416.000,00	0,00	172.000,00	0,00
Investimentos	1.091.014,81	0,00	229.000,00	0,00	239.000,00	0,00	68.000,00	0,00
Inversões Financeiras	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	45.000,00	0,00	10.000,00	0,00
Total	**1.733.592,95**	**0,00**	**1.185.000,00**	**0,00**	**700.000,00**	**0,00**	**250.000,00**	**0,00**

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.
*Dados até 17/05/2022 (*parcial de 17/05/2022).

TABELA 6 – Orçamento autorizado e realizado pelo PROVITA, no período 2019-2022, em R$ milhões

Itens	**2019**		**2020**		**2021**		**2022***	
	Previsto	**Realizado**	**Previsto**	**Realizado**	**Previsto**	**Realizado**	**Previsto**	**Realizado**
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	224.989,58	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	224.989,58	0,00	0,00	0,00

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária (RElexeorc3 – AFI).
Nota: Previsto = autorizado final, até dezembro/ano. Realizado = empenhado final, até dezembro/ano.
*Dados até 17/05/2022 (*parcial de 17/05/2022).

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 776

Obs.: No Provita, os valores das colunas “previsto” (autorizado final/ano) nos encerrados de 2019 a 2020 e 2022 se encontram com registro zero (R$ 0,00) no Relexeorc, visto que a UG repassou integralmente(destacou) seu orçamento para execução pela PGJ, e nesta UG foi incorporado.

2.3 DOS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA

2.3.1 A CONTRATADA deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça (pessoa jurídica):

a) Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela Instituição Financeira.

b) Abertura e manutenção de contas-correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.

c) Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

d) Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da CONTRATANTE, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (internet), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente para todas as contas-correntes em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal.

e) Remuneração dos recursos depositados em contas-correntes, caução e outras, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses do Órgão, observando as recomendações do Banco Central do Brasil relativas às aplicações de recursos públicos.

f) Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e no mínimo 04 (quatro) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados imediatamente nos seguintes locais: 01 (um) nas dependências do Edifício-sede; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. André Araújo, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Rua Belo Horizonte, Aleixo; 01 (um) nas dependências do Edifício-Anexo da Av. Paraíba; podendo, ao longo da vigência do contrato, ser demandada a instalação de mais 01 (um) terminal, conforme indicação da CONTRATANTE, caso aconteça a inauguração de nova sede;

f.1) A CONTRATADA terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea ‘f’ supra, bem como na ocupação dos demais espaços cedidos para a exploração dos serviços bancários, salvo no processo de transição de novas contratações de mesma natureza.

f.2) O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário e demais terminais de caixa eletrônico será de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da aprovação do projeto e liberação do espaço pela CONTRATANTE, prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3) A CONTRATADA poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea “f”.

f.4) A CONTRATADA deverá assinar Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5) As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela instituição vencedora, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO.

f.6) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB’s) em espaços físicos da CONTRATANTE, correrão às custas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da CONTRATADA com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea “f”.

2.4 DOS SERVIÇOS – PESSOA FÍSICA

2.4.1 A CONTRATADA deverá oferecer os seguintes produtos e serviços para pessoas físicas, compreendendo membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:

a) Abertura e manutenção de contas salários, contas-correntes e contas poupanças em nome dos correntistas, sem custos.

b) Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1) 05 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta-corrente e conta poupança;

b.2) 02 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3) 02 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4) Transferências de recursos entre contas da própria CONTRATADA;

b.5) 05 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6) 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização.

b.7) 01 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de conta-salário, conta-corrente e poupança.

c) Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 777

d) Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, com prazos de até 96 (noventa e seis) meses, na forma do Decreto Governamental n.º 32.835 de 24 de setembro de 2012, para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATADA e em conexão com o previsto na alínea "a" do item 2.1.

e) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

f) Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela instituição bancária.

g) Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

2.4.2 Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS e a CONTRATADA anteriormente a assinatura do contrato.

2.4.3 Também não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS, a CONTRATADA e / ou demais instituições financeiras eventualmente consignadas em folha de pagamento.

2.4.4 Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

2.4.5 Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

2.4.6 Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos no presente tópico, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB.

2.5 A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da CONTRATADA, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

3. DA CONTRAPARTIDA

3.1 O valor global para execução do objeto descrito neste Termo de Referência, a título de contrapartida financeira em favor da CONTRATANTE deverá ser de, no mínimo **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)**, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, podendo ser creditado em no máximo duas parcelas, de modo que a primeira seja paga em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, e a segunda em até 06 (seis) meses após o pagamento da primeira, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

3.2 A instituição financeira a ser contratada NÃO RECEBERÁ qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais por este serviço ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Na fase pertinente do certame, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado ou está prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

4.1.2 Documento comprobatório da condição de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo de vigência e execução será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

5.1.1 Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da CONTRATADA, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

5.1.2 A indenização referida no item anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o início do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.

5.2 A CONTRATADA deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e online, através da rede mundial de computadores internet, sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3 A Instituição Financeira CONTRATADA deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da CONTRATANTE, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.

5.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da Procuradoria-Geral de Justiça que regular a matéria.

5.5 Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta-salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).

5.6 Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas-correntes dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da CONTRATANTE, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a CONTRATADA.

6. DO TERMO DE CESSÃO DE USO

6.1 A Cessão de Uso de que trata o presente Termo de Referência será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário, o qual não poderá ser destinado à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.2 A CONTRATANTE deverá permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

6.3 A Cessão de Uso de que trata o presente instrumento terá o mesmo prazo de vigência do contrato, nos termos estabelecidos no subitem 5.1.

6.4 Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela CONTRATADA, esta deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis;

6.5 A CONTRATANTE poderá revogar a Cessão de Uso, nas seguintes situações:

6.5.1 Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela CONTRATADA;

6.5.2 Por razão de interesse público que assim o justifique.

6.6 A denúncia da Cessão de Uso poderá ser feita pela CONTRATADA nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.

6.7 Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a CONTRATADA, terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do local.

6.8 As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da CONTRATANTE, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste instrumento, de acordo com as cláusulas contratuais e disposições legais e regulamentares cabíveis, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas.

7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, os serviços objeto deste Termo de Referência, os quais poderão ocorrer por meio de agências, correspondentes bancários, postos de atendimento, caixas eletrônicos, bancos postais, casas lotéricas, aplicativos ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.

7.3 A CONTRATADA deverá designar agência bancária localizada em Manaus-AM com estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.

7.4 A CONTRATADA promoverá, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, com coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da CONTRATANTE.

7.5 A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização dos mesmos.

7.6 A CONTRATADA deverá efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços.

7.6.1 Deverá solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da CONTRATANTE, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da CONTRATANTE.

7.6.2 A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.6.3 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7.7 A CONTRATADA deverá assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.7.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à CONTRATANTE responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

7.7.2 A CONTRATADA deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

7.8 A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que esta julgar necessário.

7.9 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da CONTRATANTE, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 779

7.9.1 Deverá responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

7.10 A CONTRATADA deverá informar aos BENEFICIÁRIOS interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na CONTRATADA todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.

7.11 Deverá realizar cruzamento dos números de CPF informados pela CONTRATANTE com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo BENEFICIÁRIO já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta-corrente.

7.12 Deverá disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos BENEFICIÁRIOS.

7.13 Deverá manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à CONTRATANTE, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da CONTRATANTE e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.

7.14 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.

7.15 Caso ocorra do crédito do salário não estar disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da CONTRATANTE.

7.16 Comunicar à CONTRATANTE, até o 1º (primeiro) dia subsequente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.

7.17 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.

7.18 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

7.19 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.

7.20 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

7.21 A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.

7.21.1 A CONTRATADA deverá arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

7.22 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.

7.23 A CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades em dias de expediente da CONTRATANTE, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a CONTRATADA deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

7.23.1 O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante prévio entendimento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

7.23.2 Nos dias estabelecidos pela CONTRATANTE como os dias de pagamento de seus membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo dois funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

7.23.3 A CONTRATADA deverá executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

7.24 A CONTRATADA deverá executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

7.25 A CONTRATADA se obriga a manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada, à CONTRATADA, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.

7.26 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

7.26.1 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, uma vez que inexiste qualquer vinculação da CONTRATADA com esta Instituição Ministerial em relação a essas obrigações.

7.26.2 Além dos encargos pertinentes, será responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à CONTRATANTE ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a CONTRATANTE optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela CONTRATADA.

7.27 A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 780

7.28 A CONTRATADA ficará obrigada a manter-se, durante o período do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na futura licitação, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.

7.29 A CONTRATADA deverá aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

7.30 A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.30.1 A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

7.31 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ-AM:

8.1 Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.

8.2 Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas.

8.3 Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à CONTRATADA.

8.4 Colocar à disposição da CONTRATADA a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, livre e desembaraçada e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.

8.5 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devam ser interrompidas.

8.6 Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.

8.7 Permitir o acesso do pessoal autorizado da CONTRATADA para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.

8.8 Permitir o uso, por parte da CONTRATADA, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.

8.9 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições da presente contratação.

9.2. Conforme o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, na hipótese da CONTRATADA, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da presente contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato/objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, e no Edital e das demais cominações legais.

9.3 Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

I. Advertência;

II. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na seção de penalidades deste Termo de Referência:

a. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da CONTRATANTE para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;

b. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;

c. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da CONTRATANTE, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

e.1) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, com as especificações constantes no edital e no contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

e.2) executar o serviço inerente ao objeto contratado com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

e.3) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

e.4) apresentar documentação falsa;

e.5) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 781

e.6) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

e.7) fornecer declaração falsa;

e.8) cometer fraude fiscal;

e.9) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

f. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a CONTRATADA não cumprir os as obrigações constantes deste Termo de Referência, do edital e do contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.4 O descumprimento, pela CONTRATADA, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à CONTRATANTE judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados.

9.4.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Terceira – Da Contrapartida.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela FISCALIZAÇÃO e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quarto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Parágrafo quinto. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo sexto. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria CONTRATANTE.

10. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis à espécie, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e integra o procedimento interno respectivo.

Documento assinado eletronicamente por **Vívian da Silva Donato Lopes Martins**, **Diretor(a) Geral**, em 30/06/2022, às 12:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Costa Martins**, **Diretor(a) de Administração - DA**, em 30/06/2022, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Agente Técnico - Administrador**, em 30/06/2022, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP**, em 30/06/2022, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0849405** e o código CRC **2A870828**.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 782

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 783

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17.2022.DCCON.0850111.2021.011045

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a instituição financeira _____, visando à prestação de serviços bancários.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. **Géber Mafra Rocha**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 07300891 - SSP/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 384.778.582-68, e a instituição financeira _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, com sede na _____, CEP _____, neste ato representada legalmente pelo _____, residente e domiciliada na _____, CEP _____, portadora do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2021.011045**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços bancários através de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, doravante denominada **CONTRATADA**, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assim como o assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, o pagamento de seus fornecedores e demais credores, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, detalhados conforme as especificações seguintes, além daquelas descritas nos termos do _____ .

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste instrumento compreende a prestação, pela Instituição Financeira **CONTRATADA**, dos serviços inclusos na descrição do objeto acima e detalhados conforme as especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos membros/servidores ativos, inativos e pensionistas da **CONTRATANTE**, bem como, concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da **CONTRATADA** e consignação em folha de pagamento, sendo esta última sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE**, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) Assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros da **CONTRATANTE**, compreendendo o processamento da movimentação destes nas contas bancárias em que forem mantidos, as operações decorrentes da execução de seu orçamento, incluindo pagamento de fornecedores e demais credores, a efetivação de aplicações financeiras cabíveis, dentre outros serviços bancários correlatos, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para que os recursos antes referidos sejam mantidos em outra instituição financeira.

c) Cessão de espaço físico com área similar a atualmente ocupada pelo Posto de Atendimento Bancário – PAB, que representa aproximadamente 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), com acesso à infraestrutura necessária para uso de recursos como energia, água, rede de dados e conexos.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** deverá ofertar, no mínimo, os seguintes produtos e serviços para a **CONTRATANTE (pessoa jurídica):**

1. Serviços de gerenciamento, sem custos, da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) a ser fornecido gratuitamente pela **CONTRATADA**.
2. Abertura e manutenção de contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, sem custos.
3. Fornecimento de extratos bancários mensais e de, no mínimo, 20 (vinte) folhas de cheques por mês, sem custos, para cada conta corrente em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal..
4. Serviços de pagamento a fornecedores e demais credores da **CONTRATANTE**, sem custos, em forma eletrônica e sob qualquer modalidade de transferência e efetivação, através da rede mundial de computadores (*internet*), mediante sistema de autorização com segurança própria (exemplo certificado digital, cartão de acesso de segurança, etc.), a ser fornecido gratuitamente para todas as contas correntes em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal.
5. Remuneração dos recursos depositados em contas correntes, caução e outras, em nome da **CONTRATANTE** ou que sejam de sua responsabilidade legal, oriunda de aplicações financeiras que privilegiem o rendimento, a segurança e a liquidez, de acordo com as melhores oportunidades de investimentos e modalidades que atendam aos interesses da **CONTRATANTE**, observando as recomendações do Banco Central do Brasil, relativas às aplicações de recursos públicos.
6. Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) nas dependências do Edifício-sede do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Av. Coronel Teixeira, 7995, bairro Nova Esperança, e 5 (cinco) terminais de caixa eletrônico, a serem instalados nos seguintes locais: 2 (dois) nas dependências do Edifício-sede; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na Av. André Araújo, Aleixo; 1 (um) nas dependências do Edifício-Anexo, localizado na da Rua Belo Horizonte, Aleixo; e 1 (um) a

ser instalado futuramente, conforme indicação da **CONTRATANTE**, com observância das seguintes condições e àquelas previstas na Cláusula Sexta – Da Cessão de Uso:

f.1. A **CONTRATADA** terá exclusividade, durante a vigência contratual, da instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas na alínea 'f' supra.

f.2. O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e demais terminais de caixa eletrônico será de até **15 (quinze) dias corridos**, a contar da ciência à **CONTRATADA** da aprovação do projeto e liberação dos espaços pela **CONTRATANTE,** prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

f.3. A **CONTRATADA** poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de auto-atendimento (caixas eletrônicos), conforme alínea "f".

f.4. A **CONTRATADA** deverá assinar o Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário – PAB, o qual será definido pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

f.5. As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela **CONTRATADA**, que deverá executá-las somente após aprovação pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC do respectivo projeto, o qual deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO.

f.6. Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da **CONTRATANTE**, correrão às custas da **CONTRATADA**, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto na alínea "f".

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para as **pessoas físicas**, compreendendo **membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e demais contratados do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça:**

1. Abertura e manutenção de contas-salário, contas-correntes e contas-poupança em nome dos correntistas, sem custos.
2. Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

b.1. Emissão de 5 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

b.2. Emissão de 2 (dois) Documentos de Ordem de Crédito (DOC) mensais;

b.3. Emissão de 2 (duas) Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) mensais;

b.4. Realização de transferências de recursos entre contas da própria **CONTRATADA**;

b.5. Realização de 5 (cinco) saques, por evento de crédito;

b.6. Emissão de 20 (vinte) folhas de cheques por mês, desde que haja demanda justificável e o titular da conta reúna os requisitos necessários para sua utilização;

b.7. Fornecimento de 1 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de contas-salário, contas-correntes e poupança.

3. Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) cartão de crédito para o correntista e eventuais adicionais, quando solicitado, sem cobrança de anuidade, desde que o titular reúna os requisitos necessários para sua concessão.
4. Programa de concessão e/ou recuperação de crédito, em forma de empréstimo consignado, **com prazos de até 96 (noventa e seis) meses,** para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, na forma do Decreto Governamental n.º 32.835 de 24 de setembro de 2012, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da **CONTRATANTE** e em conexão com o previsto na alínea "a" da Cláusula Segunda – Do Detalhamento do Objeto.
5. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, objetivando a aquisição de bens móveis e imóveis, com cota de financiamento diferenciada, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.
6. Programa de concessão de linha de crédito para membros e servidores ativos, inativos e pensionistas na modalidade cheque especial, observando o critério utilizado pela **CONTRATADA**.
7. Aplicativo a ser disponibilizado a membros e servidores ativos, inativos e pensionistas correntistas para realização de operações bancárias.

Parágrafo primeiro. Não estão abrangidos pelo presente instrumento quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os **BENEFICIÁRIOS** e a **CONTRATANTE** anteriormente à assinatura deste.

Parágrafo segundo. Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os **BENEFICIÁRIOS**, a **CONTRATADA** e / ou demais instituições financeiras eventualmente consignadas em folha de pagamento.

Parágrafo terceiro. Para os membros e servidores que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

Parágrafo quarto. Quaisquer outros serviços não previstos nesta cláusula não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto. Quaisquer tarifas cobradas por serviços adicionais aos mínimos previstos na presente cláusula, oferecidos e aceitos pelos correntistas, correrão por conta dos mesmos e deverão ser comunicadas previamente a esses, observadas a legislação nacional vigente e as normas do BCB (Banco Central do Brasil).

Parágrafo sexto. A **CONTRATANTE,** seus membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições da **CONTRATADA**, serão seus "Clientes Preferenciais", assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados "serviços diferenciados", nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2011, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á indiretamente pela **CONTRATADA**, sob o regime empreitada por preço global, selecionada por meio do _____, no qual constam todas as informações técnicas necessárias e suficientes à perfeita caracterização de seu objeto, conforme os autos do **PROCESSO**.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 786

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

1. Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e seus anexos, além das obrigações assumidas nos documentos constantes do Processo SEI n.º 2021.011045;
2. Proposta firmada pela **CONTRATADA** em _____, dirigida à **CONTRATANTE**, contendo o valor global dos serviços a serem prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATADA** prestará à **CONTRATANTE** e aos **BENEFICIÁRIOS** os serviços de pagamento, nos termos das cláusulas e condições a seguir descritas, as quais ficam expressamente ratificadas e aceitas pelas partes para todos os fins e efeitos de direito.

1. A **CONTRATADA** deverá ter sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e *on line,* através da rede mundial de computadores (*internet*), sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da **CONTRATADA**.
2. A **CONTRATADA** deve apoiar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos membros e servidores da **CONTRATANTE**, inclusive em relação a processos automatizados, online e diretamente em terminais de autoatendimento, de facilidades para usufruto de tais produtos e serviços a serem disponibilizados, como cartão de crédito consignado e similares.
3. A **CONTRATADA** poderá disponibilizar aos **BENEFICIÁRIOS** empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da **CONTRATANTE** que regular a matéria.
4. Os membros e servidores poderão transferir os valores depositados em conta-salário para outra conta bancária de outra Instituição Financeira da qual seja titular, sem custos, observadas as regras do Banco Central do Brasil (portabilidade).
5. Os créditos mencionados neste instrumento e a serem lançados nas contas-correntes dos **BENEFICIÁRIOS** da **CONTRATANTE**, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação de vínculo entre aqueles e a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Fica desde já estabelecido que a **CONTRATADA** não é responsável nem garantidor dos compromissos firmados pela **CONTRATANTE**, comprometendo-se apenas à prestação de serviço mediante disponibilização de recursos suficientes para honrar os compromissos relativos à folha de pagamento dos funcionários da **CONTRATANTE**, nos moldes deste contrato.

Parágrafo segundo. A **CONTRATANTE** assume integral responsabilidade, na forma da lei e perante os órgãos fiscalizadores, pela necessária observância das regras aplicáveis à presente contratação, no tocante aos seus aspectos formais, orçamentários e contábeis e pela adequada aplicação dos recursos desembolsados pela **CONTRATADA** na forma prevista na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – desta avença.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATANTE** não se responsabiliza direta ou indiretamente, seja de forma solidária ou subsidiária, por qualquer transação, débito, empréstimo ou quaisquer outras operações realizadas com os **BENEFICIÁRIOS**, assumindo a **CONTRATADA** risco integral das operações.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO DE USO:

A cessão de uso de que trata o presente contrato será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico, não podendo a referida cessão ser destinada à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no presente instrumento contratual.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATANTE** deverá permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB e dos terminais de caixa eletrônico.

Parágrafo segundo. A cessão de uso de que trata a presente cláusula terá prazo de **60 (sessenta) meses**, nos mesmos termos daqueles estabelecidos na Cláusula Décima Quinta – Da Vigência – deste ajuste, com eficácia a contar de sua assinatura.

Parágrafo terceiro. Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela **CONTRATADA**, esta deverá comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis.

Parágrafo quarto. A **CONTRATANTE** poderá revogar a cessão de uso, nos seguintes casos:

1. Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela **CONTRATADA**;
2. Por razão de interesse público que assim o justifique.

Parágrafo quinto. A denúncia da cessão de uso poderá ser feita pela **CONTRATADA** nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto. Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a **CONTRATADA** terá o prazo de **15 (quinze) dias** corridos para entrega do local onde estiver instalado o Posto de Atendimento Bancário – PAB.

Parágrafo sétimo. As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas pela **CONTRATADA** deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da **CONTRATANTE**, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FACULDADE DE TRANSFERÊNCIA DOS CRÉDITOS:

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 787

A **CONTRATADA** deve assegurar, **sem ônus** para os membros e servidores da **CONTRATANTE**, a faculdade de **transferência (portabilidade)**, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade daqueles, por eles livremente abertas em outras instituições financeiras, observadas as regras do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** se obrigará a ressarcir e/ou reparar os danos porventura causados aos **BENEFICIÁRIOS** em vista do atraso nos pagamentos previstos na presente cláusula, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e possível penalização, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo do que dispõem os parágrafos sétimo e oitavo da Cláusula Décima Sexta – Das Penalidades e Sanções.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993 e, ainda:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e prestação dos serviços, bem como indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
3. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos.
4. Realizar reuniões com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços.
5. Informar à Administração Superior, com antecedência mínima de 12 (doze) meses, visando ao posicionamento decisório desta, o término do contrato, instruindo-a com os elementos necessários, inclusive pesquisas e análises pertinentes, fundamentando o seu conteúdo e, caso cabível, emissão do correlato Termo de Referência.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, exigindo a sua regularização, durante a vigência do contrato.
8. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
10. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
11. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
12. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
13. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura deste instrumento**, comunicar, formalmente, nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone, sendo consideradas como suficientes, se feitas por qualquer outro meio que comprove o recebimento.

Parágrafo quinto. No decorrer da vigência deste instrumento não serão levadas em consideração as comunicações verbais entre as partes, ressalvadas as recomendações mais simples ou aquelas de urgência ou emergência.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá à **CONTRATADA**:

1. Dar plena e fiel execução dos serviços contratados, obrigando-se a cumprir todos os compromissos constantes neste contrato, em sua proposta comercial, bem como o previsto no Edital do _____ - CPL/MP/PGJ e anexos, realizando os serviços com esmero e perfeição e observando estreitamente as especificações indicadas, observadas as disposições legais e regulamentares vigentes.
2. Disponibilizar, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, os serviços objeto deste contrato, os quais poderão ocorrer por meio de agências, correspondentes bancários, postos de atendimento, caixas eletrônicos, bancos postais, casas lotéricas, aplicativos ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas.
3. Designar agência bancária localizada em Manaus-AM com estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à **CONTRATANTE**, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.
4. Promover, sem custos, no prazo de **15 (quinze) dias corridos** a contar da assinatura do contrato, a abertura de contas dos dos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, através de coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da **CONTRATANTE**.
5. Arcar com as despesas relativas à instalação, manutenção e uso de serviços de telecomunicações e de outros necessários para a execução do objeto contratado, solicitando aqueles junto às concessionárias afetas e arcando com o pagamento das faturas mensais pela utilização de tais serviços.
6. Efetuar manutenção elétrica, lógica e telefônica nas áreas cedidas e responsabilizar-se por quaisquer reparos necessários à continuidade dos serviços, assumindo inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 788

6.1. Deverá solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da **CONTRATANTE**, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da **CONTRATANTE**.

6.2. A **CONTRATADA** deverá indenizar a **CONTRATANTE** por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários, fornecedores e/ou prepostos, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

6.3. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade verificada nas instalações da área e/ou a impossibilidade de execução de quaisquer obrigações, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

7. Assumir inteira e exclusivamente as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do uso da área que lhe for cedida.

7.1. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, não cabendo à **CONTRATANTE** responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização dos mesmos, por qualquer razão.

7.2. A **CONTRATADA** deverá manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.

8. Permitir o acesso da **CONTRATANTE**, bem como de terceiros contratados, para execução de qualquer serviço que julgar necessário.
9. Encaminhar à **CONTRATANTE**, antes da data de início da realização dos serviços ou de instalação de pontos de atendimento, relação nominal dos empregados que exercerão atividades nas instalações da **CONTRATANTE**, indicando o n.º do CPF e a atividade em que atuará, mantendo-os devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da **CONTRATANTE**
10. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
11. Informar aos **BENEFICIÁRIOS** interessados na abertura de contas-correntes e/ou poupança na **CONTRATADA** todos os procedimentos necessários para sua formalização, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc.
12. Realizar cruzamento dos números de CPF informados pela **CONTRATANTE** com os de seus correntistas para verificação daqueles cujo **BENEFICIÁRIO** já é seu correntista, situação em que não deverá ser aberta nova conta corrente.
13. Disponibilizar todo o seu portfólio de produtos e serviços, visando atender às necessidades dos **BENEFICÁRIOS**.
14. Manter sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer à **CONTRATANTE**, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras da **CONTRATANTE** e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade possível.
15. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
16. Comunicar à **CONTRATANTE**, até o 1º (primeiro) dia subseqüente ao pagamento, os créditos eventualmente devolvidos por inconsistência nas informações bancárias, para fins de regularização.
17. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação do Banco Central.
18. Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.
19. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.
20. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução de quaisquer obrigações objeto deste contrato, assim como toda e qualquer irregularidade observada em suas avaliações, tão logo sejam detectadas, para que sejam adotadas as providências cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários.
21. Responder integralmente por perdas e danos que causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, na forma dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras cominações pactuadas neste contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.

21.1. Indenizar a **CONTRATANTE** por quaisquer danos causados nas instalações, por funcionários e/ou fornecedores, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

21.2. arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

21.3. Quando o crédito do salário não estiver disponível, no dia previsto para tal, na conta bancária pela qual os membros e servidores ativos e inativos e pensionistas efetivamente o movimentam, e que tal situação seja causada por responsabilidade da **CONTRATADA**, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da **CONTRATANTE**.

8. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE**.
9. Desenvolver suas atividades em dias de expediente da **CONTRATANTE**, no mínimo durante o horário de expediente bancário, inclusive nos casos de greve de seus funcionários, circunstância em que a **CONTRATADA** deverá prover os serviços mínimos necessários ao atendimento do objeto contratado.

23.1. O horário acima especificado poderá ser alterado a qualquer tempo, por escrito, mediante prévio entendimento entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA.**

23.2. Nos dias estabelecidos pela **CONTRATANTE** como os dias de pagamento aos membros e servidores ativos e inativos e pensionistas, bem como nos 3 (três) dias úteis que lhes forem subsequentes, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar, no Posto de Atendimento Bancário previsto neste instrumento, no mínimo, 2 (dois) funcionários adicionais, para evitar comprometer a celeridade no atendimento daqueles.

23.3. Executar serviços internos, antes e depois do horário de atendimento aos clientes, relativos à manutenção das dependências, efetuando diariamente a higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, balcões e demais instalações destinadas à prestação dos serviços.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 789

24. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços.
25. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, mantendo sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da **CONTRATANTE**, sendo vedada, à **CONTRATADA**, outra utilização que não seja o objeto deste instrumento.
26. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

    26.1. Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato, podendo a **CONTRATANTE** optar pela reparação direta dos danos com o consequente ressarcimento pela **CONTRATADA**.

24. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos que **comprovem** estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, sempre que solicitados pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de penalidades administrativas.
25. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.
26. Aatender, no que couber, aos dispositivos das Leis n.º 8.666/93, n.º 8.078/90 e n.º 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.
27. Cumprir tempestiva e corretamente as disposições deste contrato, no que concerne aos serviços listados na Cláusula Primeira, oferecendo-os aos **BENEFICIÁRIOS**, nos requisitos mínimos previstos neste termo, bem como disponibilizar outros serviços em idênticas condições às ofertadas aos demais clientes da **CONTRATADA** e qualidade compatível com o mercado.
28. Responsabilizar-se pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, bem como, pela segurança pessoal e eletrônica de seus caixas eletrônicos e PAB's, arcando com as despesas necessárias à prevenção de incêndio, assaltos, roubos, estragos e prejuízos de qualquer natureza, visando à garantia e à proteção de seus bens, não cabendo à **CONTRATANTE** responsabilizar-se por despesas decorrentes de eventuais avarias, desaparecimento ou inutilização de tais bens.
29. Solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, autorização para eventuais necessidades de adaptações em espaços físicos a serem utilizados, instalados em edificações da **CONTRATANTE**, que somente poderão ser realizadas após verificação e autorização expressa da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC da **CONTRATANTE**.
30. Manter as instalações até o final do último dia de prazo da cessão de uso da área em perfeitas condições de conservação e uso.
31. Disponibilizar sistema informatizado compatível com o da **CONTRATANTE**, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e *on line*, sendo que todas as despesas de adaptação, se necessárias, correrão por conta da **CONTRATADA**.
32. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da **CONTRATANTE**.
33. Prestar à **CONTRATANTE** esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a prestação de serviços, independente de solicitação, bem como aqueles necessários à compreensão e à adequada utilização dos serviços colocados à disposição da **CONTRATANTE**.
34. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
35. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.
36. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** poderá disponibilizar aos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas empréstimos e outras operações de crédito em consignação na folha de pagamento, obedecendo aos critérios estabelecidos em Ato da **CONTRATANTE** que regulamenta a matéria.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste instrumento implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. Fornecer todas as informações e os esclarecimentos necessários à realização do serviço.
2. Disponibilizar com exclusividade, mensalmente, os créditos provenientes das folhas de pagamento dos servidores e membros ativos e inativos, bem como dos pensionistas do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça.
3. Determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à **CONTRATADA**.
4. Colocar à disposição da **CONTRATADA** a área destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário – PAB, bem como àquelas destinadas aos terminais de caixa eletrônico, livre e desembaraçado e autorizar as adequações que se fizerem necessárias na área cedida.
5. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas em contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, inclusive quanto à continuidade das atividades exploradas que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidas.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 790

6. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** qualquer falha ocorrida na exploração das atividades a que se destina a cessão de uso.
7. Permitir o acesso do pessoal autorizado da **CONTRATADA** para a realização dos serviços necessários à conservação e manutenção do espaço físico cedido.
8. Permitir o uso, por parte da **CONTRATADA**, de equipamentos elétricos/eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB.
9. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de não cumprimento dos serviços contratados, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
10. fornecer a relação da folha de pagamento e determinar a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com a devida antecedência, mediante cronograma a ser fornecido à **CONTRATADA**.
11. assegurar à **CONTRATADA** que, durante a vigência deste contrato:
    1. O Posto de Atendimento Bancário – PAB, que venha a ser instalado e/ou mantido nas instalações da **CONTRATANTE** não poderá ser substituído por unidades de outras instituições financeiras;
    2. O direito de se instalar terminais de caixa eletrônico em outras unidades que venham a ser criadas pela **CONTRATANTE** e/ou nas que, embora já existentes na data de assinatura deste contrato, ainda não disponham daqueles.
12. exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.
13. manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito, proporcionando-lhe todas as facilidades para que possa desempenhar seus serviços.

Parágrafo único. Considerando o caráter de exclusividade dos serviços mencionados neste contrato, a **CONTRATANTE** compromete-se a, no prazo de **até 30 (trinta) dias úteis**, a contar da data de início da vigência deste instrumento, podendo ser prorrogado, por justo motivo e/ou mediante acordo entre as partes, promover a definitiva e completa transferência para a **CONTRATADA** dos serviços que, na data da assinatura deste contrato, estejam sendo prestados por outras instituições financeiras. Essa transferência deverá ser precedida de entendimentos entre as partes, ficando consignados em instrumentos específicos os respectivos termos de prestação de serviços, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ADEQUAÇÕES DE SISTEMAS E PROCESSOS:

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se, mutuamente, a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a perfeita manutenção dos controles, de modo a permitir que qualquer das partes possa, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:

Em razão dos termos ajustados no presente contrato, a **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE**, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato a importância total e líquida de **R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)**, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, sendo permitido o pagamento do valor em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato, e a segunda até 6 (seis) meses após o pagamento da anterior, por meio de crédito em contas a serem indicadas pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. Em caso de atraso no pagamento, a **CONTRATADA** deverá pagar à **CONTRATANTE** a multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor de cada parcela a que alude o item anterior, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo segundo. Os juros moratórios previstos no parágrafo primeiro serão calculados, *pro rata die*, e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula:

EM = I x N x V

Onde:

EM = encargos moratórios

I = índice de 0,000328767 (correspondente à taxa anual de 12% (12/100)/365)

N = Número de dias entre a fixada para pagamento e a data de efetivo pagamento;

V = Valor em atraso.

Parágrafo terceiro. Fica estabelecido entre as partes que a **CONTRATADA NÃO RECEBERÁ** qualquer remuneração direta oriunda dos cofres públicos estaduais pelos serviços objeto deste instrumento ou por quaisquer prestações de serviços correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS ALTERAÇÕES:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes, inclusive aquelas relativas às regulamentações futuras e demais critérios operacionais que se fizerem necessários à sistemática dos serviços, dentre as quais, os respectivos prazos para sua realização, para que o contrato não venha a sofrer solução de continuidade.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 791

Parágrafo primeiro. Ocorrendo rescisão antecipada do contrato sem culpa da **CONTRATADA**, será devida indenização cujo valor a ser apurado será proporcional aos meses faltantes para a expiração da vigência convencionada.

Parágrafo segundo. A indenização referida no parágrafo anterior será feita em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes, devidamente atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com o início do pagamento a ser previsto no orçamento anual da **CONTRATANTE** a partir do ano subsequente ao da rescisão.

Parágrafo terceiro. O ajuste poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, atendidas as condições do § 4° do art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e mediante remuneração proporcional ao valor previsto na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração – deste contrato, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, em conformidade com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:

1. Advertência;
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital, nos seguintes valores:

1. 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor firmado a título de contrapartida, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração da **CONTRATANTE** para apresentação de documentos, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;
2. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** suspender ou interromper os serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por dia;
3. 2,0% (dois por cento) calculado sobre o valor constante da contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências da **CONTRATANTE**, a ser aplicada por ocorrência, sem prejuízo da reparação dos danos;
4. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o valor contratado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** atrasar no cumprimento dos prazos previstos neste contrato, aplicada por dia, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que ultrapassado este prazo, configurará a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, portanto na multa prevista na alínea subsequente, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
5. 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor da contrapartida, nos casos seguintes casos:

   5.1.) descumprir as obrigações assumidas em estrita conformidade com as disposições deste contrato, com as especificações constantes no edital e neste contrato, ocasionando a inexecução total da obrigação;

   5.2.) executar o serviço inerente ao objeto do contrato com pessoal sem qualificação técnica, comprometendo a qualidade;

   5.3.) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

   5.4.) apresentar documentação falsa;

   5.5.) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

   5.6.) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

   5.7.) fornecer declaração falsa;

   5.8.) cometer fraude fiscal;

   5.9.) reincidir nas condutas punidas com notificação de advertência.

6. 1% (um por cento) por ocorrência não prevista nos itens referentes às multas acima mencionadas, calculado sobre o valor firmado a título de contrapartida, nos casos em que a **CONTRATADA** não cumprir os itens do edital e deste contrato.

3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo primeiro. Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total constante na Cláusula Décima Terceira – Da Remuneração.

Parágrafo segundo. O descumprimento, pela **CONTRATADA**, dos prazos para pagamento da folha implicará sua responsabilidade pelo pagamento de eventuais custos e encargos financeiros imputados à **CONTRATANTE** judicialmente, inclusive pelo Tribunal de Contas, além de multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 1,0% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Sétima – Da Faculdade de Transferência dos Créditos.

Parágrafo terceiro. O atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços implicará em multa adicional de 1% (um por cento) sobre o valor dos salários devidos e não creditados, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da avença.

Parágrafo quarto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo quinto. As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 792

Parágrafo sétimo. As penalidades, previstas nos itens III e IV da presente cláusula, também poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, nos casos em que esta tenha sofrido condenação definitiva por fraude no recolhimento de tributos, prática de ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

Parágrafo oitavo. A **CONTRATADA** não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela **CONTRATANTE**, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, ressalvas as hipóteses de inexecução total ou parcial de seu objeto, como também a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8.666/93, as quais se aplicarão para ambas as partes, no que couber, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo primeiro - Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a V; VII a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto a esta, o previsto no inciso XVII supramencionado.

Parágrafo segundo. Não será motivo de rescisão deste contrato, a ocorrência de uma ou mais das hipóteses contempladas no inciso VI, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja a comunicação prévia à **CONTRATANTE**, observadas as disposições da Cláusula Vigésima Primeira – Da Cessão.

Parágrafo terceiro. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**, precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo quarto. O presente contrato poderá ser rescindido judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quinto. Além das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e na forma dos artigos 79 e 80, todos da Lei n.º 8666/93, a **CONTRATANTE** poderá promover a rescisão deste contrato, se a **CONTRATADA, injustificadamente**:

1. Não observar qualquer prazo estabelecido neste contrato e seus anexos;
2. Não observar o nível de qualidade usual propostos para a execução dos serviços ora descritos;
3. Ceder ou transferir, total o parcialmente, este contrato, seus direitos ou obrigações, a terceiros, sem prévia anuência da **CONTRATANTE,** nos termos da Cláusula Vigésima Segunda – Da Cessão;

Parágrafo sexto. Em caso de rescisão contratual por iniciativa da **CONTRATANTE**, e desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal**,** a **CONTRATANTE** obriga-se a indenizar a **CONTRATADA**, proporcionalmente ao prazo restante para o término do contrato, em parcelas iguais e na quantidade de meses faltantes para sua expiração, devidamente corrigido, pelo IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, e sem prejuízo aos dispositivos legais previstos na Lei n.º 8.666/93**, com o inicio do pagamento a ser previsto no orçamento anual da CONTRATANTE a partir do ano subsequente ao da rescisão.**

Parágrafo sétimo. Na hipótese de rescisão deste contrato, a continuidade do pagamento das consignações assumidas pelos **BENEFICIÁRIOS** que possuam empréstimos não quitados até a data do evento, será mantida na **CONTRATADA**, durante o período necessário para a liquidação das aludidas operações de crédito, devendo, outrossim, ser providenciada a celebração de ajuste para este fim.

Parágrafo oitavo. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, **CAUCIONAR** ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono. Em caso de descumprimento, total ou parcial, dos termos deste contrato pela **CONTRATADA**, poderá a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, denunciá-lo ou rescindi-lo, ficando, neste caso, a **CONTRATANTE** desobrigada de ressarcir à **CONTRATADA** os recursos investidos, observado os procedimentos administrativos necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA REPARAÇÃO DE DANOS:

Obrigam-se as partes a reparar todo e qualquer dano a que derem causa por culpa ou dolo, na execução dos serviços objeto deste contrato, até o limite do valor do dano material, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde a data da ocorrência do fato até a data de seu efetivo ressarcimento, ressalvados os casos fortuitos e/ou de força maior, tais como greves, proibições ou interdições de tráfego, inundações e demais eventos da natureza, sem prejuízo de outras penalidades e responsabilidades previstas na legislação em vigor e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS:

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do contrato, não constituirá novação ou representará renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado conforme Cláusula Vigésima Primeira – Da Publicação.

Parágrafo primeiro. O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ (0854560) SEI 2021.011045 / pg. 793

Parágrafo segundo. O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, cabendo à **CONTRATADA** indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do contrato.

Parágrafo terceiro. O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

1. Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade pregão;
2. Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
3. Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
4. Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
5. Demais regulamentações referentes aos serviços bancários e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERÇA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da XXXXXXXXXXXXXXX

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 30/06/2022, às 13:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0850111** e o código CRC **033530AD**.

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde

existam Promotorias de Justiça instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

(Cidade-UF),_____ de _____ 2022.

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para o fornecimento dos bens abaixo relacionados, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**:

DESCRIÇÃO		
Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.		
PERCENTUAL DE "DESCONTO" OFERTADO % COMPRASNET	**Valor resultante da aplicação do percentual MÍNIMO (0,01%) sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 4.500.000,00)**	**Valor TOTAL considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
%	R$	R$

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta: _____**
2. **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.
3. **Designação da agência bancária localizada em Manaus-AM** como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE.

DECLARAÇÕES:

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes no fornecimento dos materiais;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

93320 - ESTADO DO AMAZONAS
925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04031/2022-000

1 - Itens da Licitação

1 - Serviço bancário

Descrição Detalhada: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Critério de Valor: Valor de Referência

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Valor Total (R$): 4.500.000,00

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (1)

Relação de Itens de Licitação COMPRASNET - 08.07.2022 (0855027) SEI 2021.011045 / pg. 800

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO **Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação** 08/07/2022 16:27:16

Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) na data de 11/07/2022.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 93320 - ESTADO DO AMAZONAS

UASG Responsável: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	04031/2022	Eletrônico	Tradicional	Aberto

Nº do Processo	Tipo de Licitação
2021.011045	Menor Preço

Quantidade de Itens: 1

☐ Equalização de ICMS ☐ Internacional

Objeto:

Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão

Data da Divulgação: 11/07/2022

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 11/07/2022 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 22/07/2022 às 10:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

Publicação Aviso COMPRASNET - 08.07.2022 (0855028) SEI 2021.011045 / pg. 801

011/93;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 023, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina, no âmbito do Ministério Público Nacional, a instauração e tramitação do Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 006/2015 – CSMP, que uniformizou no Ministério Público do Estado do Amazonas os expedientes de investigação civil, notadamente a atual redação dada pela Resolução n.º 065/2019-CSMP ao seu artigo 31;

CONSIDERANDO que a EDUCAÇÃO é direito social assegurado no art. 6.º da Constituição Federal, cuja defesa será promovida pelo Ministério Público, na forma do art. 127 c/c art. 129, inciso III da Carta Republicana, sendo que cabe a este Parquet Estadual, através das 55.ª e 59.ª Promotorias de Justiça, a defesa de tal direito, nos termos do art. 4.º da Resolução n.º 036/2019-CPJ/MPAM, através de instrumentos como o inquérito civil e o procedimento preparatório, com supedâneo no art. 27 e seguintes da Resolução n.º 006/2015-CSMP;

CONSIDERANDO o Inquérito Civil n.º 06.2016.00000029-5, tendo por objeto apurar "irregularidades quanto ao cumprimento da carga horária de professores lotados na Escola Estadual Giovanni Figlioulo, localizada no Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT)", o qual teve seu objeto exaurido e, na forma do Despacho n.º 0299/2022/59ªPRODHED, determina a instauração de Inquérito Civil diverso para apurar a adequação do Plano Estadual de Educação Para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional ao art. 10 da Resolução n.º 01/2021 do Conselho Nacional de Educação, de modo a fixar oferta de Educação de Jovens e Adultos apenas na forma presencial para os anos iniciais do Ensino Fundamental;

RESOLVE:

INSTAURAR o Inquérito Civil n.º 06.2022.00000455-6, para apurar a adequação do "Plano Estadual de Educação Para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional" ao art. 10 da Resolução n.º 01/2021 do Conselho Nacional de Educação, de modo a fixar oferta de Educação de Jovens e Adultos apenas na forma presencial para os anos iniciais do Ensino Fundamental;

DETERMINAR o registro e a publicação do presente procedimento investigatório, na forma da Resolução n.º 006/2015-CSMP, nomeando-se para tanto o(a) servidor(a) agente de apoio desta Especializada para secretariar os trabalhos.

CUMPRA-SE.

Manaus, 07/07/2022.

Marcelo Pinto Ribeiro
Promotor de Justiça Titular
59.ªPRODHED

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2021.011045

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

ABERTURA: 22/07/2022 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 11/07/2022.

LOCAL: no site www.comprasgovernamentais.gov.br
UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0701 / (92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 08 de julho de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

ATOS DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 167003/2022

Interessado: Yuri de Barros Lourenço
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período de 15/08/2022 a 18/08/2022, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2018, perfazendo o total de 4 dia(s) de dispensa.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma

José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação DOMPE - Ed. 2406 - 08.07.2022 (0855029) SEI 2021.011045 / pg. 802

Prefeitura de Manaus

AVISO DE LICITAÇÃO

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da **SUBCOMISSÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS** torna público, para conhecimento dos interessados:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 164/2022-CML/PM
(Processo nº 2022/16330/20696/00065 – UGCM/SEMAD)

OBJETO: Eventual fornecimento de fórmula infantil e módulos de lipídios para atender à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA e a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania – SEMASC, participantes do Registro de Preços.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2022-CML/PM
(Processo nº 2022/16330/20696/00066 – UGCM/SEMAD)

OBJETO: Eventual fornecimento de óleo lubrificante para atender aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta da Prefeitura de Manaus, participantes do Registro de Preços.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 166/2022-CML/PM
(Processo nº 2022/11209/15249/00012 – SEMEF)

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de geradores cabinados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação - SEMEF.

Editais disponíveis: a partir do dia 12/07/2022, às 15h.
Limite para recebimento das Propostas: dia 25/07/2022, às 9h45.
Início das sessões: dia 25/07/2022, às 10h.

Maiores informações:
Os Pregões Eletrônicos serão realizados em sessões públicas, através do Portal de Compras da Prefeitura de Manaus, com o endereço eletrônico: compras.manaus.am.gov.br.
Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes no edital.
Contato: 0xx-(92) 3215-6375/6376, das 9h às 18h, e-mail: cml.se@pmm.am.gov.br.

Manaus, 08 de julho de 2022.

RAFAEL BASTOS ARAÚJO
Presidente da Subcomissão de Bens e Serviços Comuns
da Comissão Municipal de Licitação – CML

Prefeitura de Manaus

AVISO DE SUSPENSÃO

(Processo nº 2022/16330/20696/00048 – UGCM/SEMAD)

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO da **PREFEITURA DE MANAUS** torna público que o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2022 – CML/PM (UGCM/SEMAD),** cujo objeto consiste no "Eventual fornecimento de material de processamento de dados (cabo, conector, mouse óptico, teclado e outros) para atender aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta da Prefeitura de Manaus, participantes do Registro de Preços", fica **SUSPENSO,** conforme despacho desta Presidência.
Maiores informações na Comissão Municipal de Licitação, telefones: 0xx-(92) 3215-6333/6378, das 9h às 18h (horário de Brasília).

Manaus, 08 de julho de 2022.

JOSÉ FABIANO AFFONSO SOBRINHO
Presidente da Subcomissão de Educação da
Comissão Municipal de Licitação – CML

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
9º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Av. Noel Nutels, 41, Cidade Nova I, Manaus/AM - CEP: 69.095-000
Fone: (92) 3645-7793
Oficial titular: Nathalie Rocha Pinheiro Lemos Sobral

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artº 1525 do Código Civil Brasileiro:
1-VINICÍUS MORAES DE MELO, de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido(a) em 20 de outubro de 2000, operador de caixa, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Codajás (R Acapaza) - Manaus, filho(a) de Flavio Policardo de Melo Filho e Letícia da Silva Moraes.
MICHELY DE SOUSA ARAÚJO de nacionalidade brasileira, natural de Coroatá, Estado do Maranhão, nascida(o) 20 de outubro de 2001, do lar, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua Codajás (R Acapaza) - Manaus, filha(o) de Francisco Gomes Araújo e Euza de Sousa Araújo.
2-MARCELO PEREIRA MANAÇAS, de nacionalidade brasileira, natural de Castanhal, Estado do Pará, nascido(a) em 30 de dezembro de 1982, mecanico de refrigeração, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua novo Paraiso - Manaus, filho(a) de e Marilene Pereira Manaças.
IONE DE SOUZA GAMA de nacionalidade brasileira, natural de Urucará, Estado do Amazonas, nascida(o) 3 de novembro de 1993, dona de casa, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua novo Paraiso - Manaus, filha(o) de Leonardo Teixeira Gama e Terezinha Brito de Souza.
3-RÔMULO CHAGAS VIANA, de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido(a) em 30 de dezembro de 1996, testador, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua 153 - Manaus, filho(a) de José Nilson Amaral Viana e Rosana Moraes das Chagas.
KETLEEM DINIZ PRADO de nacionalidade brasileira, natural de Borba, Estado do Amazonas, nascida(o) 22 de maio de 1997, industriária, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua 153 - Manaus, filha(o) de João de Assunção Prado e Zenis Maria Barbosa Diniz.
4-DANIEL ARAUJO MENDES, de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido(a) em 21 de janeiro de 1982, industriário, divorciado, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Barão R Branco - Manaus, filho(a) de José Maria Damasceno Mendes e Valdemaria Araujo Mendes.
MILVIA DE SOUSA LIMA de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida(o) 10 de julho de 1982, funcionária publica, viúva, residente e domiciliada(o) no(a) Rua Barão R Branco - Manaus, filha(o) de Milson Rodrigues de Sousa e Sulamita Bernardo de Sousa.
Manaus/AM, 01
08 de julho de 2022
Oficiala de Registro Civil - 9º Ofício

Prefeitura de Manaus

NOVA DATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2022-CML/PM
(Processo nº 2022/1637/0063 – SEMSA)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Serviços de Telefonia para atuar na Central de Regulação para atender as necessidades do Programa SAMU 192 Manaus da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, conforme quantidade, especificações técnicas, regras e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Limite para recebimento das Propostas: dia 12/07/2022, às 9h45.
Início da sessão: dia 12/07/2022, às 10h.

Maiores informações:
O Pregão Eletrônico será realizado em sessões públicas, através do Portal de Compras da Prefeitura de Manaus, com o endereço eletrônico: compras.manaus.am.gov.br.
Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes no edital.
Contato: 0xx-(92) 3215-6375/6376, das 9h às 18h, e-mail: cml.se@pmm.am.gov.br.

Manaus, 08 de julho de 2022.

RAFAEL BASTOS ARAÚJO
Presidente da Subcomissão de Bens e Serviços Comuns
da Comissão Municipal de Licitação – CML

Prefeitura de Manaus

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A DIRETORA-PRESIDENTE DA MANAUS PREVIDÊNCIA, CONVOCA o candidato adiante nominado, aprovado no Concurso Público objeto do Edital nº 01/2021, para provimento de cargo do quadro permanente de servidores da Manaus Previdência – MANAUSPREV, homologado por meio do Despacho de Homologação, publicado na Edição nº 5.370, do Diário Oficial do Município de Manaus de 24 de junho de 2022 e nomeado por meio do Decreto de 07 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus, publicado na Edição de 5379, da mesma data, a comparecer no período de **08 de julho de 2022 a 06 de agosto de 2022**, no setor de Gestão de Pessoas – SGEP, na Sede da Manaus Previdência, situada na Av. Constantino Nery, nº 2480 – Chapada, no horário das 8h às 12h, para orientação quanto aos procedimentos pré-admissionais, checagem e procedimentos de posse, observando o disposto nos itens 3 e 11 do Edital nº 01/2021, c/c os arts. 70 e 75 da Lei nº 1.118, de 1º de setembro de 1971.

CARGO/ESPECIALIDADE : A01 – PROCURADOR AUTÁRQUICO	
NOME	**CLASSIFICAÇÃO**
DARIO PEREIRA DE SOUZA NETO	1º

Manaus, 08 de julho de 2022

DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON
Diretora-Presidente da Manaus Previdência

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ANTÔNIO SIMÕES
CNPJ nº. 04.432.928/0001-04

CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 02/2022

A ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO CONVOCA A TODOS OS CONDÔMINOS PARA QUE SE FAÇAM PRESENTES NA 4ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DESTE ANO, QUE ACONTECERÁ NO DIA 20 DE JULHO 2022, A PARTIR DAS 17:30hs PRIMEIRA CONVOCAÇÃO e 18:00h SEGUNDA CONVOCAÇÃO, NA SALA 108 – 1º ANDAR DESTE EDIFÍCIO.
PAUTA:
1. APRESENTAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE O CONDOMINIO E A BV GARANTIA BELLA VITA INVESTIMENTOS LTDA
2. PROCEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS E ORIENTAÇÕES EM GERAL
Alertamos: Art. 33 – Deve o proprietário de unidade, participar de no mínimo (01) uma Assembleia Geral por período igual há 365 dias, sobre pena de aplicação de multa grave.
Manaus, 8 de julho de 2022.
LUIZ BOTELHO DA SILVA
SÍNDICO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
3º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Rua Ferreira Pena nº 274, Centro- Fone: (92) 3308-7806/ 3308-8083
Emir Ferreira Chacur- Oficial Titular

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 458 À 459

FAÇO SABER, que pretendem casar-se e, para tanto apresentaram todos os documentos exigidos Artigo 1.525, do Código Civil Brasileiro, os nubentes: 01- MARIO LÚCIO VENTURA DE ALBUQUERQUE e YANA EMILY OLÍMPIO SILVA, ELE, divorciado, Assistente jurídico, natural de Manacapuru, Estado do Amazonas, nascido a 6 de abril de 1968, residente Rua Serra Azul, 302, Monte das Oliveiras - Manaus AM, filho de Marileno Saboia de Albuquerque e de Izanete Ventura Gomes. ELA, solteira, estudante, natural de Itacoatiara, Estado do Amazonas, nascida a 22 de agosto de 1997, residente Rua Serra Azul, 302, Monte das Oliveiras - Manaus AM, filha de Cristina Olímpio Silva: 02- ANA PAULA PINHEIRO FIRMO e INNAH MARTINS DAMASCENO DE ARAÚJO, ELE, solteira, contadora, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido a 21 de novembro de 1995, residente Rua 2, Cond. Beija Flor, 150, bloco B, Flores - Manaus AM, filha de Paulo Alexandre Batalha Firmo e de Vânia Débora Pinheiro Firmo. ELA, solteira, estudante, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida a 29 de novembro de 1993, residente Rua 2, Cond. Beija Flor, 150, bloco B, Flores - Manaus AM, filha de André Luiz Damasceno de Araújo e de Adelaide Martins Damasceno de Araújo. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Manaus/AM, 08 de julho de 2022
Emir Ferreira Chacur- Oficial Titular

Prefeitura de Manaus

AVISO DE PROSSEGUIMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022-CML/PM
(Processo nº 2022/16330/20696/00030 – UGCM/SEMAD)
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Eventual fornecimento de Cimento Portland, tipo: CP IV-32, Pozolânico, para atender aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta da Prefeitura de Manaus, participantes do Registro de Preços.

Data e Horário: 11/07/2022, às 9h (horário local).
Local: Avenida Constantino Nery, nº 4080 – Chapada, Manaus/AM, Sede da Comissão Municipal de Licitação – CML.

Maiores informações: COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, na Avenida Constantino Nery nº 4080 – Chapada, no horário das 8h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira, telefones: 0xx-(92) 3215-6333/6376 ou e-mail: cml.se@pmm.am.gov.br.

Manaus, 08 de julho de 2022.

RAFAEL BASTOS ARAÚJO
Presidente da Subcomissão de Bens e Serviços Comuns
da Comissão Municipal de Licitação – CML

Prefeitura de Manaus

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A DIRETORA-PRESIDENTE DA MANAUS PREVIDÊNCIA, CONVOCA os candidatos adiante nominados, aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 02/2021, para provimento de cargos do quadro permanente de servidores da Manaus Previdência – MANAUSPREV, homologado por meio do Despacho de Homologação, publicado na Edição nº 5.295, do Diário Oficial do Município de Manaus, de 03 de março de 2022 e nomeados por meio do Decreto de 07 de julho de 2022, publicado na Edição nº 5379, da mesma data, a comparecerem no período de **08 de julho de 2022 a 06 de agosto de 2022**, no setor de Gestão de Pessoas – SGEP, na Sede da Manaus Previdência, situada na Av. Constantino Nery, nº 2480 – Chapada, no horário das 8h às 12h, para orientação quanto aos procedimentos pré-admissionais, checagem e procedimentos de posse, observando o disposto nos itens 3 e 11 do Edital nº 02/2021, c/c os arts. 70 e 75 da Lei nº 1.118, de 1º de setembro de 1971.

CARGO/ESPECIALIDADE: L12 – TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO ESPECIALIDADE ADMINISTRATIVA	
NOME	**CLASSIFICAÇÃO**
DANIELLE BARAUNA SILVA	8º
CARGO/ESPECIALIDADE: M13 – TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO ESPECIALIDADE INFORMÁTICA	
LUIZ CARLOS DE SOUZA MACIEL	1º

Manaus, 08 de julho de 2022

DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON
Diretora-Presidente da Manaus Previdência

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2021.011045

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

ABERTURA: 22/07/2022 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 11/07/2022.

LOCAL: no site www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones **(92) 3655-0701** / **(92) 3655-0743** ou pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**.

Manaus, 08 de julho de 2022.
gov.br Documento assinado digitalmente
EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO
Data: 08/07/2022 09:43:36-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal do Comercio LTDA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B8D4-934B-4D45-B2F3.
EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180
Assinado de forma digital por EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180
Dados: 2022.07.08 20:05:16 -04'00'

ESCLARECIMENTOS - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (FOLHA DE PAGAMENTO)

MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI <michelle.gardezani@bradesco.com.br>

Qua, 13/07/2022 10:26

Para: Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>

Cc: FRANCISCO GRANGEIRO DINIZ JUNIOR <francisco.diniz@bradesco.com.br>;GLEISE DE AVILA ALMEIDA CANELA <gleise.canela@bradesco.com.br>;FLAVIO GOMES FRAGOSO DE ALBUQUERQUE <flaviof.albuquerque@bradesco.com.br>;YAN GUSTAVO MEIRELLES DE SOUZA <yan.m.souza@bradesco.com.br>;THAYNA DE LIMA BANDEIRA <thayna.bandeira@bradesco.com.br>;THAMIRES CORREA SILVA <thamires.c.silva@bradesco.com.br>

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores da presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue:

Inicialmente, cumpre-nos parabenizá-los pela iniciativa de promover este certame, o que de início já revela a postura e intenções límpidas da Administração.

Prezaríamos obter as informações abaixo elencadas:

1) Confirmar o entendimento que serão assegurados aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

2) Pedimos a gentileza de nos enviar a relação de todos os Municípios onde existam Promotorias.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

3) Considerando a **divergência apresentada no edital em relação a quantidade de terminais de caixa eletrônico** que deverão ser instalados (04 ou 05), pedimos confirmar qual a quantidade correta a ser considerada.

4) Está correto o entendimento de que, durante a vigência contratual, apenas o Banco vencedor do certame será autorizado a manter/instalar estruturas de atendimento (Agência/Posto de Atendimento Bancário/Posto de Atendimento Eletrônico e ou correspondente bancário) nas dependências do Ministério Público?

5) O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências da Prefeitura, durante o prazo do contrato?

6) O órgão dispõe de espaço em suas dependências para ampliação do Posto de Atendimento que possuímos hoje ou a cessão de outro espaço para instalação de estrutura adicional?

Ficamos no aguardo.

E-mail Pedido de Esclarecimento - Bradesco (0857889) SEI 2021.011045 / pg. 804

Obrigada!

Att.
Banco Bradesco S.A
4864-P / Departamento Bradesco Poder Público
Licitações e Contratos
MICHELLE DE LIMA S. GARDEZANI
Tel.: 11 3684 7330 Fax.: 11 3684 4861
E-mail: michelle.gardezani@bradesco.com.br

Classificação: ***CONFIDENCIAL***
"O acesso ao conteúdo desta mensagem está autorizado, exclusivamente, aos destinatários contidos neste e-mail. A necessidade de reprodução desta mensagem a pessoas não enquadradas deve ser autorizada pelo Gestor da Informação. Para identificá-lo, contate o remetente"

AVISO LEGAL
...Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este E-Mail, promovendo, desde logo, a eliminação do seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle. Fica desprovida de eficácia e validade a mensagem que contiver vínculos obrigacionais, expedida por quem não detenha poderes de representação.

LEGAL ADVICE
...This message is exclusively destined for the people to whom it is directed, and it can bear private and/or legally exceptional information. If you are not addressee of this message, since now you are advised to not release, copy, distribute, check or, otherwise, use the information contained in this message, because it is illegal. If you received this message by mistake, we ask you to return this email, making possible, as soon as possible, the elimination of its contents of your database, registrations or controls system. The message that bears any mandatory links, issued by someone who has no representation powers, shall be null or void.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 297.2022.CPL.0857898.2021.011045

Ao Senhor

FRANCISCO EDINALDO LIRA DE CARVALHO

Diretor-Geral da PGJ/AM

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Encaminhamento **PI 2021.011045** para análise e resposta a pedido de esclarecimento.

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos*, oportunamente, encaminho o pedido de esclarecimento apresentado pelo Instituição Bancária **BRADESCO (doc. 0857889) ,** tendo sido este requerimento encaminhado via e-mail institucional deste Comitê, no corrente dia, para fins de análise técnica dessa renomada Diretoria.

Outrossim, informo que a abertura do certame encontra-se agendada para o dia **22/07/2022**. Desta forma, solicitamos a habitual colaboração dessa unidade no sentido de que a correlata resposta seja exarada o mais celeremente possível até, no máximo, **às 14h. do dia 18/07/2022**, considerando que consubstanciará decisão a ser proferida por esta Comissão.

Após, retornar os autos a esta Comissão Permantente de Licitação para prosseguimento com a decisão.

Atenciosamente,

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação - Ato PGJ n.º 160/2022

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 13/07/2022, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0857898** e o código CRC **1956F770**.

DESPACHO Nº 340.2022.04AJ-SUBADM.0861191.2021.011045

Cuidam os presentes autos de procedimento inaugurado pela Diretoria-Geral da PGJ/Am, encaminhando o Termo de Referência 2 (0658711), referente à contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

Considerando o pedido de esclarecimentos formulado pelo Banco Bradesco através de e-mail acostado aos autos (0857889), foi realizada reunião virtual por meio do aplicativo MS Teams, no último dia 15/07/2022, com a presença da Diretoria daquela Instituição Financeira, representada pelo Sr. FRANCISCO GRANGEIRO DINIZ JUNIOR e a Sra. MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI e este Subprocurador-Geral de Justiça, acompanhado da Assessoria Jurídica da SUBADM, onde foram esclarecidos todos os pontos levandos no referido expediente.

Nesse sentido encaminhem-se os autos à Comissão Permanente de Licitação para prosseguimento do feito.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus(Am), 07 de julho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 19/07/2022, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0861191** e o código CRC **927BD10B**.

RE: ESCLARECIMENTOS - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (FOLHA DE PAGAMENTO)

Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>

Ter, 19/07/2022 15:40

Para: MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI <michelle.gardezani@bradesco.com.br>

1 anexos (146 KB)

SEI_MPAM - 0861191 - Despacho.pdf;

Prezados,

Cumprimento-os cordialmente e, à oportunidade, encaminho em anexo cópia do **DESPACHO Nº 340.2022.04AJ-SUBADM.0861191.2021.011045**, no qual o Exmo. Sr. Dr. Géber Mafra Rocha, Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, assevera:

> *Considerando o pedido de esclarecimentos formulado pelo Banco Bradesco através de e-mail acostado aos autos (0857889), foi realizada reunião virtual por meio do aplicativo MS Teams, no último dia 15/07/2022, com a presença da Diretoria daquela Instituição Financeira, representada pelo Sr. FRANCISCO GRANGEIRO DINIZ JUNIOR e a Sra. MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI e este Subprocurador-Geral de Justiça, acompanhado da Assessoria Jurídica da SUBADM, onde foram esclarecidos todos os pontos levandos no referido expediente.*
>
> *Nesse sentido encaminhem-se os autos à Comissão Permanente de Licitação para prosseguimento do feito.*

Ficamos à disposição, caso persistam novos pedidos de esclarecimentos.

Respeitosamente,

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

Edson F. L. Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022
Matrícula n.º 001.042-1A
Procuradoria-Geral de Justiça / Ministério Público do Estado do Amazonas (CNPJ: 04.153.748/0001-85)
Telefone: (92) 3655-0743 (Whatsapp Business)
Cel.: (92) 99211-7373 (Whatsapp)

De: MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI <michelle.gardezani@bradesco.com.br>
Enviado: quarta-feira, 13 de julho de 2022 10:26
Para: Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>
Cc: FRANCISCO GRANGEIRO DINIZ JUNIOR <francisco.diniz@bradesco.com.br>; GLEISE DE AVILA ALMEIDA CANELA <gleise.canela@bradesco.com.br>; FLAVIO GOMES FRAGOSO DE ALBUQUERQUE <flaviof.albuquerque@bradesco.com.br>; YAN GUSTAVO MEIRELLES DE SOUZA <yan.m.souza@bradesco.com.br>; THAYNA DE LIMA BANDEIRA <thayna.bandeira@bradesco.com.br>; THAMIRES CORREA SILVA <thamires.c.silva@bradesco.com.br>
Assunto: ESCLARECIMENTOS - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (FOLHA DE PAGAMENTO)

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ

OBJETO: "contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses".

O **Banco Bradesco S/A**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco/SP, CNPJ: 060.746.948/0001-12, por seus representantes subscritores da presente, com o fito exclusivo de avaliar o certame em tela, bem como baseado nos princípios basilares regentes da matéria e ainda no princípio da segurança jurídica, solicita o que segue:

Inicialmente, cumpre-nos parabenizá-los pela iniciativa de promover este certame, o que de início já revela a postura e intenções límpidas da Administração.

Prezaríamos obter as informações abaixo elencadas:

1) Confirmar o entendimento que serão assegurados aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

2) Pedimos a gentileza de nos enviar a relação de todos os Municípios onde existam Promotorias.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

3) Considerando a **divergência apresentada no edital em relação a quantidade de terminais de caixa eletrônico** que deverão ser instalados (04 ou 05), pedimos confirmar qual a quantidade correta a ser considerada.

4) Está correto o entendimento de que, durante a vigência contratual, apenas o Banco vencedor do certame será autorizado a manter/instalar estruturas de atendimento (Agência/Posto de Atendimento Bancário/Posto de Atendimento Eletrônico e ou correspondente bancário) nas dependências do Ministério Público?

5) O Banco vencedor do certame será a única instituição a realizar propaganda e comercialização de serviços/produtos nas dependências da Prefeitura, durante o prazo do contrato?

6) O órgão dispõe de espaço em suas dependências para ampliação do Posto de Atendimento que possuímos hoje ou a cessão de outro espaço para instalação de estrutura adicional?

Ficamos no aguardo.

Obrigada!

Att.

E-mail Enc. Cópia do Despacho - BRADESCO (0861626) SEI 2021.011045 / pg. 810

Banco Bradesco S.A
4864-P / Departamento Bradesco Poder Público
Licitações e Contratos
MICHELLE DE LIMA S. GARDEZANI
Tel.: 11 3684 7330 Fax.: 11 3684 4861
E-mail: michelle.gardezani@bradesco.com.br

Classificação: ***CONFIDENCIAL***

"O acesso ao conteúdo desta mensagem está autorizado, exclusivamente, aos destinatários contidos neste e-mail. A necessidade de reprodução desta mensagem a pessoas não enquadradas deve ser autorizada pelo Gestor da Informação. Para identificá-lo, contate o remetente"

AVISO LEGAL

...Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este E-Mail, promovendo, desde logo, a eliminação do seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle. Fica desprovida de eficácia e validade a mensagem que contiver vínculos obrigacionais, expedida por quem não detenha poderes de representação.

LEGAL ADVICE

...This message is exclusively destined for the people to whom it is directed, and it can bear private and/or legally exceptional information. If you are not addressee of this message, since now you are advised to not release, copy, distribute, check or, otherwise, use the information contained in this message, because it is illegal. If you received this message by mistake, we ask you to return this email, making possible, as soon as possible, the elimination of its contents of your database, registrations or controls system. The message that bears any mandatory links, issued by someone who has no representation powers, shall be null or void.

E-mail Enc. Cópia do Despacho - BRADESCO (0861626) SEI 2021.011045 / pg. 811

bradesco

PROPOSTA DE PREÇOS

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ

Proposta que faz a empresa Banco Bradesco S/A, inscrita no CNPJ (MF) nº 60.746.948/0001-12, localizada na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco/SP, CEP: 06029-900, fone (92) 99257-2164, E-mail: francisco.diniz@bradesco.com.br, para o fornecimento dos bens abaixo relacionados, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022- CPL/MP/PGJ**, promovido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**:

DESCRIÇÃO		
Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.		
PERCENTUAL DE "DESCONTO" OFERTADO % COMPRASNET	**Valor resultante da aplicação do percentual MÍNIMO (0,01%) sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 4.500.000,00)**	**Valor TOTAL considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
2,23%	**R$ 100.350,00**	**R$ 4.600.350,00 (Quatro Milhões, Seiscentos Mil, Trezentos e Cinquenta Reais).**

O Banco Bradesco S/A, declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias, a contar data de sua apresentação.

2. Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade:
Luiz Carlos Trabuco, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme e Octávio de Lazari Junior, conforme Estatuto e Ata de Eleição da Diretoria apresentados na habilitação.

3. Designação da agência bancária localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE: Agência 320 – Manaus Centro.

DECLARAÇÕES:
Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

bradesco

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes no fornecimento dos materiais;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

Manaus/AM, 22 de julho de 2022.

Edinéia Rosa Cecilio

Gleise de Avilla Almeida Canela

BANCO BRADESCO S.A.
CNPJ 60.746.948/0001-12

bradesco

PROPOSTA DE PREÇOS

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ

Proposta que faz a empresa Banco Bradesco S/A, inscrita no CNPJ (MF) nº 60.746.948/0001-12, localizada na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco/SP, CEP: 06029-900, fone (92) 99257-2164, E-mail: francisco.diniz@bradesco.com.br, para o fornecimento dos bens abaixo relacionados, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022- CPL/MP/PGJ**, promovido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**:

DESCRIÇÃO		
Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.		
PERCENTUAL DE "DESCONTO" OFERTADO % COMPRASNET	**Valor resultante da aplicação do percentual MÍNIMO (0,01%) sobre o valor mínimo aceitável como oferta (R$ 4.500.000,00)**	**Valor TOTAL considerado para efeito de julgamento e adjudicação**
2,23%	**R$ 100.350,00**	**R$ 4.600.350,00 (Quatro Milhões, Seiscentos Mil, Trezentos e Cinquenta Reais).**

O Banco Bradesco S/A, declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias, a contar data de sua apresentação.

2. Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade:
Luiz Carlos Trabuco, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme e Octávio de Lazari Junior, conforme Estatuto e Ata de Eleição da Diretoria apresentados na habilitação.

3. Designação da agência bancária localizada em Manaus-AM como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE: Agência 6019 – Shopp. Pont. Negra – UMA.

DECLARAÇÕES:
Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

Gleise de Avila Almeida Canela
99944 - Edinéia Rosa Cecílio

bradesco

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes no fornecimento dos materiais;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário, postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

Manaus/AM, 22 de julho de 2022.

Erlinéia Rosa Cecilio
BANCO BRADESCO S.A.
CNPJ 60.746.948/0001-12

Gleise de Avila Almeida Canela

JUCESP

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social

Título I - Da Organização, Duração e Sede

Artigo 1º) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.

Parágrafo Único - Com a admissão da Sociedade, em 26.6.2001, no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sujeitam-se a Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 (Regulamento do Nível 1). A Sociedade, seus administradores e acionistas deverão observar, ainda, o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela B3.

Artigo 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Artigo 3º) A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Artigo 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho, a quem competirá, também, aprovar a constituição e/ou encerramento de quaisquer outras Dependências/Subsidiárias do Bradesco fora do território nacional.

Título II - Dos Objetivos Sociais

Artigo 5º) O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio, e administrar carteiras de valores mobiliários, nas categorias administrador fiduciário e gestor de recursos.

Título III - Do Capital Social

Artigo 6º) O capital social é de R$87.100.000.000,00 (oitenta e sete bilhões e cem milhões de reais), dividido em 10.658.488.028 (dez bilhões, seiscentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentas e oitenta e oito mil, vinte e oito) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 5.338.393.881 (cinco bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, trezentas e noventa e três mil, oitocentas e oitenta e uma) ordinárias e 5.320.094.147 (cinco bilhões, trezentos e vinte milhões, noventa e quatro mil, cento e quarenta e sete) preferenciais.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 816

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social

Parágrafo Primeiro - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores.

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens:

a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade;

b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;

c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária integrante do bloco de controle.

Parágrafo Terceiro – Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

Parágrafo Quarto - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

Parágrafo Quinto - Não será permitida:

a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa;

b) emissão de partes beneficiárias.

Parágrafo Sexto – Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação.

Título IV - Da Administração

Artigo 7º) A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 817

Parágrafo Primeiro - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Segundo - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, o qual estender-se-á até a posse dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Quarto - Não obstante o disposto no Parágrafo anterior, os membros da Diretoria exercerão seus mandatos até a data em que completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Título V - Do Conselho de Administração

Artigo 8º) O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) a 11 (onze) membros eleitos pela Assembleia Geral, os quais escolherão, entre si, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º, 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

Parágrafo Primeiro - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade no caso de empate.

Parágrafo Segundo - Será admitida a participação de qualquer membro, ausente por motivo justificável, por meio de teleconferência ou videoconferência ou por quaisquer outros meios de comunicação que possam garantir a efetividade de sua participação, sendo seu voto considerado válido para todos os efeitos legais.

Parágrafo Terceiro - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto dentre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, dentre seus membros, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

Parágrafo Quarto - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 818

Artigo 9º) Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho:

a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções;
b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;
d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais, definindo políticas e limites a serem observados pela Administração;
e) autorizar a Sociedade, bem como suas controladas diretas e indiretas a adquirir, onerar ou alienar participação societária ou bens integrantes do Ativo não Circulante, quando de valor superior a 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido da Sociedade, apurado no último balanço patrimonial auditado;
f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6º;
g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário, observando-se as regras e alçadas estabelecidas em normas internas pelo Conselho de Administração;
h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria;
i) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade;
j) manifestar-se em relação a qualquer oferta pública tendo por objeto ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações da Sociedade, a qual deverá conter, entre outras informações relevantes, opinião da Administração sobre eventual aceitação da oferta pública e sobre o valor econômico da Sociedade;
k) manifestar-se sobre eventos societários que possam dar origem a mudança de controle, consignando se eles asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Sociedade;
l) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas;
m) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
n) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações contábeis submetidos pela Diretoria;

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 819

o) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos;
p) limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral, realizar a distribuição das verbas de remuneração e previdenciária aos Administradores;
q) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observando-se parâmetros de mercado;
r) supervisionar o ambiente de gerenciamento de riscos e de controles internos; e
s) buscar, constantemente, alinhar o planejamento estratégico da Sociedade aos aspectos ASG (Ambiental, Social e Governança).

Parágrafo Único - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração.

Artigo 10) Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões do Órgão, observadas as disposições do Parágrafo Terceiro do Artigo 8º.

Parágrafo Único – O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões.

Artigo 11) O Conselho reunir-se-á ordinariamente 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, quando os interesses da sociedade assim o exigirem, por convocação do seu Presidente ou da metade dos demais membros em exercício, lavrando-se ata de cada reunião.

Título VI - Da Diretoria

Artigo 12) A Diretoria da Sociedade é eleita pelo Conselho, e será composta de 83 (oitenta e três) a 108 (cento e oito) membros, distribuídos, a critério do Conselho, da seguinte forma: i) de 17 (dezessete) a 27 (vinte e sete) Diretores Executivos, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e de 16 (dezesseis) a 26 (vinte e seis) Diretores distribuídos entre os cargos de Diretor Vice-Presidente, Diretor Gerente e Diretor Adjunto; e ii) de 66 (sessenta e seis) a 81 (oitenta e um) Diretores, distribuídos entre os cargos de Diretor Departamental, Diretor e Diretor Regional.

Parágrafo Primeiro – O Conselho fixará, na primeira reunião do Órgão que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária que o elegeu, e sempre que necessário, as quantidades de diretores a eleger, designando-os, nomeadamente, nos cargos previstos no "caput" deste Artigo, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º e os requisitos dos Artigos 17, 18 e 19 deste Estatuto.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 820

Parágrafo Segundo - Os requisitos previstos nos Artigos 18 e 19 poderão ser dispensados pelo Conselho, em caráter excepcional, até o limite de ¼ (um quarto) dos cargos de diretoria, salvo em relação aos diretores nomeados para os cargos de Presidente e de Diretor Vice-Presidente.

Artigo 13) Aos diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto no Parágrafo Quarto deste Artigo e na alínea "e" do Artigo 9º deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente ou Diretor Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo – A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos por 2 (dois) diretores, conforme descrito no parágrafo anterior, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo.

Parágrafo Terceiro - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos:

a) mandatos com cláusula "ad judicia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;
b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
c) participação em licitações;
d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada;
e) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade;
f) em depoimentos judiciais;
g) perante as entidades certificadoras para obtenção de certificados digitais.

Parágrafo Quarto - Aos Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais são vedados os atos que impliquem em alienar e onerar bens e direitos da Sociedade.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 821

Artigo 14) Além das atribuições normais que lhes são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

a) ao Diretor-Presidente: (i) coordenar a execução do planejamento estratégico delineado pelo Conselho de Administração; (ii) promover a distribuição das responsabilidades e das áreas pelas quais responderão os Diretores Executivos; (iii) supervisionar e coordenar, diretamente, as ações dos Diretores Vice-Presidentes e, indiretamente, dos demais membros da Diretoria Executiva; e (iv) presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
b) aos Diretores Vice-Presidentes: (i) colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho das suas funções; (ii) substituir, quando nomeado pelo Conselho de Administração, o Diretor-Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários; e (iii) supervisionar e coordenar, diretamente, as ações dos Diretores Gerentes e, indiretamente, dos demais membros da Diretoria Executiva, no âmbito de sua linha de reporte;
c) aos Diretores Gerentes: desempenhar as funções que lhes forem atribuídas, supervisionando e coordenando as ações dos diretores que estejam no âmbito de sua linha de reporte;
d) aos Diretores Adjuntos: desempenhar as funções que lhes forem atribuídas, supervisionando e coordenando as ações dos diretores que estejam no âmbito de sua linha de reporte;
e) aos Diretores Departamentais: conduzir as atividades dos Departamentos que lhes estão afetos;
f) aos Diretores: desempenhar as funções que lhes forem atribuídas;
g) aos Diretores Regionais: orientar e supervisionar os Pontos de Atendimento sob sua jurisdição e cumprir as funções que lhes forem atribuídas.

Artigo 15) A Diretoria Executiva fará reuniões ordinárias semanalmente, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores Executivos em exercício.

Artigo 16) Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário do Diretor-Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 822

Artigo 17) Para o exercício do cargo de diretor é necessário dedicar-se à Sociedade, devendo observar as suas normas internas, sendo vedado o exercício de outras atividades que conflitem com os objetivos da Sociedade.

Artigo 18) Para ser elegível ao cargo de Diretor Executivo é necessário que o candidato, na data da eleição, faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas há mais de 10 (dez) anos, ininterruptamente, observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 12 deste Estatuto.

Artigo 19) Para ser elegível ao cargo de Diretor Departamental, de Diretor e de Diretor Regional é necessário que o candidato, na data da eleição, faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas, observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 12 deste Estatuto.

Título VII - Do Conselho Fiscal

Artigo 20) O Conselho Fiscal, cujo funcionamento será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.

Título VIII - Do Comitê de Auditoria

Artigo 21) A Sociedade terá um Comitê de Auditoria composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, de reconhecida competência técnica, sendo 1 (um) designado Coordenador, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, estendendo-se até a posse dos novos membros nomeados.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Comitê de Auditoria somente poderão voltar a integrar o órgão após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do término da última recondução permitida.

Parágrafo Segundo - Até ⅓ (um terço) dos integrantes do Comitê de Auditoria poderá ser reconduzido ao órgão para mandato consecutivo único, dispensado o interstício previsto no Parágrafo Primeiro.

Parágrafo Terceiro - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria:

a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) · SEI 2021.011045 / pg. 823

b) revisar, previamente à divulgação ao Mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e relatório do auditor independente;
c) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria;
e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
f) recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade e auditorias independente e interna;
h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros;
i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
j) reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

Parágrafo Quarto - O membro do Comitê de Auditoria poderá ser destituído pelo Conselho de Administração a qualquer tempo durante a vigência do seu mandato, nos casos de conflito de interesse, descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo ou caso venha a apresentar desempenho aquém daquele esperado pela Organização.

Título IX - Do Comitê de Remuneração

Artigo 22) A Sociedade terá um componente organizacional denominado Comitê de Remuneração, podendo atuar em nome de outras sociedades integrantes da Organização Bradesco, composto de 3 (três) a 7 (sete) membros, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, devendo um deles ser designado Coordenador.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 824

Parágrafo Primeiro – Os membros serão escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com exceção de 1 (um) membro que será, necessariamente, não administrador.

Parágrafo Segundo - Não serão remunerados pelo exercício do cargo de membro do Comitê de Remuneração os integrantes do Conselho de Administração e o membro não administrador quando funcionário da Organização Bradesco. Não sendo funcionário, quando nomeado, terá sua remuneração estipulada pelo Conselho de Administração, de acordo com parâmetros de mercado.

Parágrafo Terceiro – Os membros do Comitê de Remuneração poderão ser reeleitos, vedada sua permanência no cargo por prazo superior a 10 (dez) anos. Cumprido esse prazo, somente poderá voltar a integrar o órgão após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

Parágrafo Quarto - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração na condução da política de remuneração dos Administradores, nos termos da legislação vigente.

Título X - Da Ouvidoria

Artigo 23) A Sociedade terá um componente organizacional de Ouvidoria, que atuará em nome de todas as Instituições integrantes da Organização Bradesco autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo como responsável 1 (um) ocupante no cargo de Ouvidor, designado pelo Conselho de Administração, com mandato de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovado.

Parágrafo Primeiro - A Ouvidoria não poderá estar vinculada a componente organizacional da Organização Bradesco que configure conflito de interesses ou de atribuições, a exemplo das unidades responsáveis por negociação de produtos e serviços, gestão de riscos, auditoria interna e conformidade (*compliance*).

Parágrafo Segundo - Poderá ser designado Ouvidor o administrador ou funcionário da Organização Bradesco que possua:

a) formação em curso de nível superior;
b) amplo conhecimento das atividades desenvolvidas pelas instituições representadas e dos seus produtos, serviços, processos, sistemas etc.;
c) capacidade funcional de assimilar as questões que são submetidas à Ouvidoria, fazer as consultas administrativas aos setores cujas atividades foram questionadas e direcionar as respostas obtidas em face dos questionamentos apresentados;

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 825

d) condições técnicas e administrativas de dar atendimento às demais exigências decorrentes dos normativos editados sobre as atividades da Ouvidoria; e
e) comprovada aptidão técnica para desempenhar as atividades abrangidas pelas finalidades e atribuições descritas nos Parágrafos terceiro e quarto a seguir.

Parágrafo Terceiro - A Ouvidoria tem por finalidade zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, atendendo em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição e atuando como canal de comunicação entre as Instituições referidas no "caput" deste Artigo e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

Parágrafo Quarto - As atribuições da ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

a) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das Instituições referidas no "caput" deste Artigo, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento;
b) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
c) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o reclamante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
d) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na alínea "c";
e) propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e
f) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo proposições de que trata a alínea "e", quando existentes, além de mantê-los informados sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052). SEI 2021.011045 / pg. 826

Parágrafo Quinto - Nas suas ausências ou impedimentos temporários, o Ouvidor será substituído por funcionário integrante da Ouvidoria, que preencha os requisitos constantes do Parágrafo Segundo deste Artigo. No caso de vacância, o Conselho designará substituto pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

Parágrafo Sexto - O Ouvidor poderá ser destituído pelo Conselho de Administração a qualquer tempo durante a vigência do seu mandato, nos casos de descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo ou caso venha a apresentar desempenho aquém daquele esperado pela Organização.

Parágrafo Sétimo - A Sociedade:

a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e

b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

Título XI - Das Assembleias Gerais

Artigo 24) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão:

a) convocadas com prazo mínimo de um mês de antecedência;

b) conduzidas pelo Presidente do Conselho ou seu substituto estatutário ou, ainda, por pessoa indicada pelo Presidente do Conselho em exercício, que convidará um ou mais acionistas para Secretários.

Título XII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados

Artigo 25) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro.

Artigo 26) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 827

Artigo 27) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404/76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:

I. constituição de Reserva Legal;

II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral;

III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos Incisos I, II e III do "caput" do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Primeiro – A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

Parágrafo Segundo - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Terceiro - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do "caput" deste Artigo.

Artigo 28) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Parágrafo Único - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 828

próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 27, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

Título XIII – Da Celebração de Contratos de Indenidade

Art. 29) Sem prejuízo da possibilidade da contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão, a Sociedade poderá celebrar contratos de indenidade em favor de (i) membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de comitês de assessoramento da própria Sociedade ou de suas sociedades controladas, (ii) funcionários que exerçam função ou cargo de gestão na Sociedade ou em suas sociedades controladas e (iii) pessoas, funcionários ou não, que tenham sido indicados pela Sociedade para exercer cargos, estatutários ou não, em entidades das quais a Sociedade participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), de modo a fazer frente a despesas, indenizações e outros valores por eles incorridos em razão de reclamações, inquéritos, investigações, procedimentos e processos arbitrais, judiciais ou administrativos, no Brasil ou no exterior, que envolvam atos praticados pelos Beneficiários no exercício regular de suas atribuições ou poderes, estabelecidos pela Sociedade.

Parágrafo Único – Caberá ao Conselho de Administração aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações a serem observados para a celebração e execução dos contratos de indenidade, bem como definir as pessoas com as quais serão celebrados os contratos de indenidade.

****

Declaramos que a presente é cópia fiel do estatuto social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 10.3.2022, às 16h.

Banco Bradesco S.A.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 829

BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S|A.

(ARMAS DA REPÚBLICA)

MINISTERIO DA FAZENDA

Thesouro Nacional

Diretoria das Rendas Internas

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado pelo Sr. Diretor das Rendas Internas em quatro de fevereiro de mil novecentos e quarenta e três, a fls. cento e doze-verso, do processo n. 9.842|42 (nove mil oitocentos e quarenta e dois|quarenta e três), de acordo com o pedido do Banco Brasileiro de Descontos S. A., CERTIFICO ter o seguinte o teor dos documentos contidos no processo n. 2.561|42 (dois mil quinhentos e sessenta e um|quarenta e dois). A fls. 3|10 (Réssides): Livro 29 — folhas 100. — Republica dos Estados Unidos do Brasil — Estado de São Paulo (Armas da Republica) — Comarca de Marilia — Cartorio do 2.o Officio — Rua 9 de Julho, 1.305) (prédio Lider Hotel) — Telefones 5-2-7-9 — Caixa Postal, 43 — Amando de Oliveira Rocha Filho — Tabellião. — Aldenio Ferreira de Faria, Official maior, Marilia. — 3.a via do Primeiro traslado da escritura de constituição da sociedade anonima, como abaixo se declara, no valor de Cr. .... ($10.000.000.00. — Saibam quantos esta publica escritura de constituição de sociedade anonima virem, que aos cinco (5) dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e quarenta e tres (1943), nesta cidade e comarca de Marilia, do Estado de São Paulo, Republica dos Estados Unidos do Brasil, em cartorio, perante mim Official Maior, compareceram partes entre si justas, avindas e contratadas, como outorgantes e reciprocamente outorgadas, José Alfredo de Almeida, brasileiro, casado, comissario de café, residente em São Paulo e nesta ora de passagem; Dr. José da Cunha Junior, brasileiro, medico, casado, residente nesta cidade; José Carlos de Almeida Negreiros, brasileiro, casado, contabilista de café, residente nesta cidade; Luiz de Souza Leão, brasileiro, casado, comerciante, residente em Tupã, comarca de Pompéia, deste Estado, representado neste ato, por seu bastante procurador, Dr. Mario de Araujo Cotrim, brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade, de procuração lavrada nestas notas, a folhas 353, do livro n. 16; Dr. Aldo Lupo, brasileiro, casado, advogado, residente em Pompéia, deste Estado, e nesta ora de passagem; Dr. Raphael Paes de Barros, brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade; Eurimedes Soares da Rocha, brasileiro, casado, lavrador, residente nesta cidade; Venancio de Souza, brasileiro, casado, comerciante, residente nesta cidade; e Virgilio Florvante, brasileiro, casado, lavrador, residente em Vera Cruz, deste comarca, sendo todos os presentes reconhecidos pelas próprias de que trato de mim Official Maior e das duas testemunhas adiante nomeadas e ao final assinadas, do que dou fé. E na presença das mesmas testemunhas, pelos outorgantes e reciprocamente outorgados, na forma da inicio representados e falando, me foi dito: PRIMEIRO: que tinham entre si accordado a constituição de uma sociedade sob a denominação de "Banco Brasileiro de Descontos S|A.", com sede nesta cidade de Marilia e com o capital de dez milhões de cruzeiros (Cr. .... $10.000.000,00) representado por cinquenta mil (50.000) ações de valor nominal de duzentos cruzeiros (Cr. $200.00) cada uma, tendo por objeto a exploração do comercio bancario em geral, e muito especialmente as seguintes operações ou afins, excelsidas, porem, as de cambio, de credito real e a venda a prestação de titulos da divida publica, para as quais se habilitará oportunamente, resultando, a seguinte especial respectiva. SEGUNDO: — que ella, outorgante e reciprocamente outorgados, subscrevem todo o capital social, pela forma seguinte: — a) José Alfredo de Almeida, quinze mil e quinhentas acções (15.500), num total de três milhões e cem mil cruzeiros (Cr. $3.100.000,00); b) Dr. José da Cunha Junior, quinze mil e quinhentas (15.500) acções, num total de três milhões e cem mil cruzeiros (Cr. $3.000.000,00); c) José Carlos de Almeida Negreiros, quinze mil quatrocentas e cinquenta (15.450) acções, num total de três milhões e noventa mil cruzeiros (Cr.$ 3.090.00,00); d) Luiz de Souza Leão, mil e quarenta (1.500) acções, num total de trezentos mil cruzeiros (Cr.$ ... 300.000,00); e) Dr. Aldo Lupo, quinhentas (500) acções, num total de cem mil cruzeiros (Cr.$ .... 100.000,00); f) Dr. Rafael Paes de Barros, cinquenta (50) acções, num total de dez mil cruzeiros (Cr.$ 10.000,00); g) Eurimedes Soares da Rocha, quinhentas (500) acções, num total de cem mil cruzeiros (Cr.$ 100.000,00); h) Venancio de Souza, quinhentas (500) acções, num total de cem mil cruzeiros (Cr.$ 100.000,00); e, finalmente, Virgilio Florvante, quinhentas (500) acções, num total de cem mil cruzeiros (Cr.$ 100.00,00), perfazendo o total retro referido de cinquenta mil (50.000) acções. TERCEIRO: — A sociedade ora constituida, "Banco Brasileiro de Descontos S|A.", reger-se-á pelos seguintes Estatutos: — Estatutos do Banco Brasileiro de Descontos S|A. — Denominação, Sede, Prazo e Objeto — Art. 1.o — O Banco Brasileiro de Descontos é uma Sociedade Anonima, com sede e foro na cidade de Marilia, Estado de S. Paulo, na Republica dos Estados Unidos do Brasil. § 1.o — O Banco poderá estabelecer filiais ou Agencias em qualquer praça do Pais, conforme a administração julgar conveniente. § 2.o — A sede da Sociedade poderá ser transferida para a Capital do Estado, se a Assembléia Geral dos seus acionistas assim deliberar. Art. 2.o — O prazo da Sociedade será de vinte (20) anos, a contar da data da sua constituição. Este prazo poderá ser prorrogado por determinação da Assembléia Geral. Art. 3.o — A sociedade terá por objeto a exploração do commercio bancario em geral e especialmente as operações commerciaes e afins, excluidas, porem, as de cambio, credito real e a venda a prestação de titulos da divida publica, para as quaes se habilitará oportunamente, respeitando a legislação especial respectiva. Titulo II — Das Operações — Art. 4.o — O Banco poderá realizar — 1.o — Descontos e redescontos de Letras de Cambio, promissorias avalizadas, de warrants e de outros effeitos commerciais permittidos, de accordo com a Lei. 2.o — Emprestimos ou adiantamentos garantidos: a) — Com caução de Titulos da Divida Publica da União, dos Estados e dos Municipios, de Ações, de Letras e de Debentures; b) Com conhecimentos ferroviarios de despachos e prodotos agricolas e com os Depositos ou Warrants emittidos de accordo com a legislação em vigor; c) — Com caução de mercadorias, por prazo fixo ou em Conta Corrente com ou sem juros. — 4.o — Compra e venda por conta de terceiros de quaesquer titulos e valores; — 5.o — Cobranças de jurose, dividas ou rendas de titulos e valores pertencentes a terceiros. Art. 5.o — A Diretoria poderá regulamentar todas estas operações. Art. 6.o — O Banco só poderá adquirir immoveis que se destinem ao seu proprio uso, e comtanto que o valor delles não ultrapasse a pertença de seu capital, que será fixado pela Diretoria. Poderá, entretanto, adquiri-los para liquidação de creditos, por acordo com os devedores ou recebe-los em hipotecas para reforço ou garantia de operações, tambem em regime de liquidação. § unico — Os bens que o Banco obtiver por accordo com os devedores ou forem adjudicados, e os que arrematar, deverão ser vendidos do modo mais, a juizo da Diretoria. Titulo III — Do Capital — Art. 7.o — O capital social será de Cr.$ ... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), representado por acções nominativas de Cr.$ 200,00 (duzentos cruzeiros) cada uma, até .... 50.000 acções. a) A integralização das acções será feita da seguinte forma: cinquenta por cento (50 p|o) no ato da subscrição; vinte e cinco por cento (25 p|o) dentro de 180 (cento e oitenta) dias da subscrição; vinte e cinco por cento (25 p|o) dentro de 360 (trezentos e sessenta) dias da subscrição. b) — Os accionistas constituidos em mora, ficarão sujeitos ao juro legal e á multa respectiva, a serem estipuladas pela Diretoria, observado, em tudo, o regimo do artigo 74, § 2.o do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. c) — As acções só poderão pertencer a pessoa fisica de nacionalidade brasileira, observadas sempre as normas do decreto-lei n. 3.183, de 9 de abril de 1941. Art. 8.o — A transferencia das acções emabedce-se pela inscrição no Livro de Registo. A cessão opera-se pelo termo de transferencia lavrado no respectivo livro e assinado pelo cedente e cessionario ou por seus legitimos procuradores, revestidos de poderes necessarios. — No caso de transmissão da acção a titulo de herança ou successão universal, ou em virtude de arrematação ou adjudicação, o termo de transferencia para o nome do legatario, herdeiro, arrematante ou credor adjudicatario, não poderá ser lavrado senão á vista de uma via da sua sentença, de formal de partilha ou de carta de arrematação ou adjudicação. Art. 9.o — Toda a acção é indivisivel em relação á Sociedade. Quando um desses titulos pertencer a diversas pessoas, a Sociedade suspenderá o exercicio dos direitos que a seus individuos são inerentes, emquanto um só individuo não for designado para, junto dela, figurar como representante dos comproprietarios ou condominos. Em caso de usufruto o direito de voto só poderá ser exercido mediante previo accordo entre o proprietario e o usufructuario. Titulo IV — Da Administração — Art. 10.o — O Banco será administrado por uma Diretoria, composta de tres Membros, sendo um Presidente, um Superintendente e um Secretario, residentes todos no Pais e eleitos para estas funções pelos acionistas em Assembléia Geral ordinaria. Art. 11.o — Os diretores deverão, antes de entrar no exercicio no cargo, prover que são proprietarios de quinhas e cinquenta acções da Sociedade. Essas ações ficarão depositadas em caução na Caixa do Banco, com a clausula de inalienabilidade e só poderão ser restituidas ao proprietario trinta (30) dias depois de approvadas as contas pela Assembléia Geral. Art. 12.o — São inhibidos de ser eleitos para o cargo de Diretor os legalmente impedidos de commerciar. § 2.o — O exercicio do cargo de Diretor do Banco é incompativel com igual cargo em outros Bancos ou estabelecimentos congeneres. Art. 13.o — O mandato dos diretores, eleitos pela Assembléia Geral, durará seis (6) annos, sendo permittida a reeleição delles. § 1.o — O Diretor que dentro do prazo (30) dias subsequentes á sua eleição não prestar caução, será considerado como tendo renunciado ao cargo. § 2.o — O Diretor-Presidente, por conveniencia do Banco, poderá residir em Santos ou em São Paulo. § 3.o — Não se considera vago o lugar de diretor que, com licença da Diretoria, se ausentar por tempo não excedente a seis (6) mezes, podendo ser renovada a dita licença por mais seis (6) mezes, caso seja motivada por doença. § 4.o — A ausencia de um diretor, prolongada por mais de tres (3) mezes, salvo o excesso previsto no paragrafo anterior, ou a incapacidade physica ou moral de outro, importará em perda do cargo. § 5.o — No caso de vaga, os Membros da Administração em exercicio designarão um acionista para preencher o cargo provisoriamente, competindo á Assembléia Geral fazer a nomeação definitiva, na primeira reunião ordinaria que se seguir. O substituto definitivamente nomeado servirá tão sómente pelo tempo que [illegible] § 6.o — Os membros da Administração [illegible] sob as penas do paragrafo 1.o do artigo 12.o. Art. 13.o — São attribuições e deveres da Diretoria, além dos expressamente mencionados nestes Estatutos: a) Organizar o cadastro, o qual deverá mandar rever em periodos que não excedam de um (1) semestre, digo, a) — Organizar o regulamento interno do Banco. b) — Organizar o cadastro, o qual deverá mandar rever em periodos que não excedam de um (1) semestre e fazer-lhes as alterações necessarias. c) — Resolver sobre a fundação ou extinção de succursaes, filiaes e agencias, determinando a natureza e as condições das operações que devem effetuar. d) — Nomear e demittir os funccionarios do Banco em geral, marcando-lhes vencimentos e decidindo sobre a criação e extinção de cargos. e) — Nomear e dispensar os correspondentes do Banco e contratar com elles as respectivas comissões. f) — Tomar conhecimento dos balancetes mensaes e semestraes e proceder a qualquer averiguação que julgar necessaria. g) — Fixar, sob proposta e razões de desconto, commissões, juros das contas correntes, dos depositos e dos emprestimos. — h) — Resolver os casos extraordinarios e as questões suscitadas com terceiros. Art. 14.o — Compete ao Presidente: a) — Executar e fazer executar os Estatutos, as deliberações da Assembléia Geral e tomar conhecimento dos negocios do Banco: b) — Representar officialmente o Banco em todas as suas relações, quer perante as autoridades administrativas, quer em juizo ou fóra delle, podendo para isso constituir outro diretor, procuradores ou advogados. c) — Fiscalizar a estricta observancia dos estatutos. d) — Organizar e redigir annualmente os relatorios do Banco, subjetando-os ao conhecimento da Diretoria. e) — Convocar e presidir quinzenalmente as sessões ordinarias da Diretoria e as extraordinarias que julgar conveniente, ou lhe forem requisitadas por um dos diretores. f) — Convocar e presidir as Assembléias Geraes dos acionistas. g) — Autenticar com a sua assignatura os livros das atas das sessões da Assembléia Geral e do Conselho Fiscal. Art. 15.o — Ao Superintendente compete: a) — Tomar conhecimento de todos os negocios propostos ao Banco e dirigi-los, providenciando o andamento dos mesmos. b) — Dar execução ás deliberações da Diretoria. c) — Assinar os contratos e quitações conjuntamente com o Presidente ou com o Secretario. d) — Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos. Art. 16.o — Ao Secretario compete: a) — Auxiliar o Diretor Superintendente e substituil-o em suas faltas e impedimentos. b) — Velar pela estricta observancia do regimento interno do Banco. c) — Dirigir e fiscalizar o pessoal do Banco, suas respectivas agencias e serviços. d) — Propôr a nomeação e demissão dos empregados. Art. 17.o — Todos os documentos, titulos e papéis que constituam o Banco em obrigação, deverão ser assignados de dois diretores. Qualquer dos diretores deverá assignar a correspondencia, ordem de pagamento, cheques e todos os demais titulos e documentos do Banco conjuntamente com um procurador, de accordo com o regimento interno elaborado pela Diretoria. Art. 18.o — Os Diretores perceberão os vencimentos que forem fixados pela Assembléia Geral, por occasião da respectiva eleição geral. e terão direito ás percentagens sobre os lucros liquidos do Banco, na forma da "letra d" do artigo 36 e artigo 37. Art. 19.o — A Diretoria reunir-se-á em sessão ordinaria quinzenalmente, ou sempre que um dos diretores o julgar necessario, para conhecer dos negocios que lhe forem affectos, sendo cada um dos Membros e deliberar definitivamente sobre elles. Do todas as sessões se lavrará a respectiva ata em livro especial. § unico. — Para que a diretoria funcione e resolva validamente é preciso que estejam presentes os tres diretores. As deliberações serão tomadas por maioria de votos. Art. 20.o — A Diretoria fica investida dos poderes necessarios para praticar todos os actos de gestão relativos ao fim e objetos da Sociedade, podendo transigir, celebrar contratos, contrair emprestimos e fazer quaisquer outras operações de credito, nomear e demittir agentes, fixar-lhes os vencimentos e exercitar todas as deliberações da Assembléia Geral. Art. 21.o — Os Diretores são responsaveis: a) — Perante a Sociedade pela negligencia, culpa ou dolo com que se houverem no desempenho do mandato. b) — Perante a Sociedade e terceiros pelas violações do seu contrato ou dos Estatutos. Titulo V — Conselho Fiscal — Art. 22.o — O Conselho Fiscal será composto de tres membros effectivos e suplentes em igual numero, residentes no Pais, eleitos annualmente pela Assembléia Geral ordinaria, podendo ser reeleitos. § 1.o — Cabe ao Conselho Fiscal — a) — Examinar, pelo menos uma vez por mez, por occasião do exame de caixa, disponivel nos Bancos, valores, contas correntes, etc., e dar parecer que será apresentado anualmente á Assembléia Geral sobre as contas da administração, nos termos legaes, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. § 2.o — O Conselho Fiscal se reunirá trimestralmente, no ultimo dia util dos mezes de março, junho, setembro e dezembro de cada anno. § 3.o — O Conselho Fiscal será remunerado com vencimentos que forem fixados pela Assembléia Geral. Titulo VI — Assembléia Geral — Art. 23.o — A Assembléia Geral ordinaria se reunirá annualmente na sede social durante o mês de março de cada anno. Esta assembléia discutirá e deliberará sobre os pareceres do fiscal e da Diretoria, sobre o balanço annual dos administradores. Para isso, o parecer, o inventario e o balanço annual serão organizados pelo menos 30 (trinta) dias antes dos acima fixado para a reunião da Assembléia Geral ordinaria e communicados pela imprensa, antes de ser verificada a reunião. § 1.o — A Assembléia Geral é a reunião dos acionistas, convocada e installada na forma da lei e destes Estatutos, afim de deliberar sobre materia de interesse social. Particular. § unico. — O Presidente da Assembléia Geral será o diretor presidente da Sociedade. Art. 24.o — Todos os acionistas poderão comparecer á Assembléia Geral e discutir o objeto sujeito á sua deliberação. § 1.o — Cada acção dá direito a um voto. — § 2.o — Os acionistas poderão se fazer representar em qualquer reunião da Assembléia Geral por procuradores com poderes para o ato, especialmente os de votar, contanto que não sejam directores a administradores ou fiscais e que sejam acionistas as procuradores. § 3.o — Os membros da administração e do Conselho Fiscal não poderão votar quando a materia em discussão for interesse seu ou seus. Art. 25.o — Além da Assembléia Geral ordinaria, haverá tambem a Assembléia extraordinaria, que terá lugar sempre que os interesses sociaes exigirem o promulgamento das materias, ou quando a mesma se comprenda na Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou, ainda, por intermédio de acionistas que representem pelo menos um quinto do capital social. Paragrafo único. — A Assembléia Geral extraordinaria só deliberará para os fins para que tiver sido especialmente convocada. Art. 26.o — A convocação da Assembléia Geral será sempre motivada, com a declaração dos assuntos postos em ordem do dia, e será annunciada pela imprensa, em formal de grande circulação, com oito dias de antecedencia. Indicando-se o logar, o dia e a hora de reunião. Art. 27.o — As discussões e deliberações da Assembléia Geral só poderão versar sobre o assunto da ordem do dia da convocação. Art. 28.o — Nas Assembléias Geraes, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos presentes. — Art. 29.o — Ressalvadas as excepções previstas na lei para que a Assembléia Geral possa validamente funcionar e deliberar é indispensavel que esteja presente o numero de acionistas, por si ou seus procuradores, que representem pelo menos um quarto do capital social. Se este número não se reunir, uma nova reunião será convocada, por meio de annuncios na imprensa, com antecedencia de cinco dias, declarando-se nelle que a Assembléia deliberará com que seja a somma do capital representada pelos acionistas que comparecerem. Art. 30.o — A Assembléia Geral que tiver que deliberar sobre alteração ou modificações dos estatutos, desde que estas alterações não mudem o objeto essencial da Sociedade, a fusão ou reducção do capital social, prorrogação de prazo, liquidação antecipada e nomeação de liquidante no fim do prazo social, será sempre extraordinaria e convocada, para validamente se constituir, da presença de acionistas, por si ou por seus procuradores, que, no minimo, representem mais de dois terços do capital social, e as deliberações tomadas precisam ser acoladas por maioria de votos presentes. § 1.o — Se na primeira reunião não se verificar o caso, além dos annuncios, a convocação se fará por meio de cartas. Art. 31.o — As Assembléias Geraes serão presididas pelo Presidente da Diretoria, que nomeará dentre os presentes dois acionistas para servirem de secretarios. Art. 32.o — De todas as reuniões da Assembléia Geral se lavrará uma ata, que deverá ser assinada pelo presidente e secretarios. Redigida nos livros da Sociedade e publicada pela imprensa até 30 (trinta) dias, quando muito, após a reunião ordinaria seguinte. § 1.o — Nas reuniões extraordinarias deverá ser redigida a ata logo depois de encerrada a sessão. § 2.o — Sempre que possivel, ou em caso de expressamente convocada, para esse fim. Art. 33.o — Durante os cinco dias que precederem a reunião da Assembléia Geral serão suspensas as transferencias de acções. Titulo VII — Dos Inventarios — Art. 34.o — O exercicio social começará em 1.o de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada anno. § unico — Duas vezes no anno, no curso de cada exercicio social em 30 de junho e 31 de dezembro, será feito o inventario contendo a indicação dos valores, moveis e immoveis da Sociedade, bem como, tambem, o activo e passivo. Este inventario, bem como os balanços e balancetes, deverão ser assinados pela Diretoria e pelo contador. Art. 35.o — Cada anno, um mês antes da data da reunião da Assembléia Geral ordinaria, augmentará a quantia destinada a formação do fundo de reserva, até attingir a somma igual ao capital social. Titulo VIII — Da Distribuição dos Lucros — Art. 36.o — Os productos liquidos calculados na forma dos artigos anteriores constituem os lucros do Banco. Destes lucros deduzir-se-ão: a) — Cinco por cento (5 o|o) para o fundo de reserva legal, até attingir este a decima parte do capital social. b) — Uma quarta de cinco por cento (50 o|o) para o Conselho de Diretoria de Reserva especial, cuja destino será resolvido por Assembléia Geral. Art. 37.o — Importância necessaria para distribuição de dividendos até cinco quinze por cento (25 o|o) sobre o capital social, que será feita Assembléia Geral, mediante proposta da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal. Art. 38.o — Dos dividendos que forem distribuidos aos acionistas, serão descontados 10 (dez) por cento (10 o|o), para ser divididos entre os diretores em exercicio, da seguinte forma: — 50 do fixo

1-6

4.º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fé.
Osasco, 3 NOV. 2020
CLAVE ROSA DE BRITO
Selo de autenticidade
AU0676AG0167837

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 830

quenta por cento) para o diretor superintendente, 25 (vinte e cinco por cento) para o diretor-presidente e 25 o/o (vinte e cinco por cento) para o diretor secretário. e) — Ao pessoal do Banco será distribuida uma gratificação a critério da Diretoria. f) — O saldo, se houver, será transportado para o exercício seguinte ou terá a aplicação que lhe der a Assembléia Geral. Art. 37.º — A representação atribuida no inciso "d" do artigo 36, aos diretores, não lhes será paga, e o dividendo distribuido não poderá alcançar seis por cento (6 o/o) sobre o capital social. Art. 38.º — O fundo de reserva especial, de que trata a letra "b" do artigo 36, poderá atingir a cifra do capital social realizado, devendo a sua conta serem levadas as importâncias correspondentes aos dividendos prescritos. Art. 39.º — Quando o fundo de reserva especial atingir a cifra do capital realizado, deverá a Assembléia Geral observar o disposto no 1.º do artigo 130 do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940". — QUARTO: — que o dividendo de cinquenta por cento (50 o/o) do capital social emitido para o funcionamento da Banco e Casa Bancária, foi efetuado na sub-Agência do Banco do Brasil S.A., da mesma cidade de Marília, à importância supra referida de cinco milhões de cruzeiros, de acordo com as leis em vigor, correspondente a 50 o/o (cinquenta por cento) de seu capital inicial de Cr.$ 10.000.000,00, e, para os devidos efeitos, firmaram o presente em duas vias, servindo a segunda de recibo. Marília, 5 de janeiro de 1943. (a) José Alfredo de Almeida — Diretor Presidente. — José da Cunha Junior — Diretor Secretário. — José Carlos de Almeida Negreiros — Diretor Superintendente. (Encerrava este documento a palavra "Duplicata"). A mesma e era tinta vermelha. Havia o seguinte: — 5.000.000$000. Em seguida: Reconhecemos. Pelo Banco do Brasil, Sub-Agência de Marília (S. Paulo) (aa) Dilalma Damasceno Pacheco, José Luiz Nobre. A carimbo: Os selos devidos foram inutilizados em nosso departamento de contabilidade. No verso via-se o reconhecimento de firma seguinte: — "Certifico eu, 2.º Ofício — Marília. Reconheço verdadeiras as firmas retro de José Alfredo de Almeida, José da Cunha Junior, José Carlos de Almeida Negreiros, Dilalma Damasceno Pacheco e José Luiz Nobre e dou fé. Marília, 5 de janeiro de 1943". Em test. (final público) do verdugo (a) Aldonio Ferreira de Farias". Estavam aderidos e devidamente inutilizados os selos respectivos de firmas mencionadas. Sendo treze reconhecimentos, no valor de Cr.$ 13,20 cada um, num total de Cr.$ 171,60. QUINTO: — que, desta data, a sede da cidade de Marília, o "Banco Brasileiro de Descontos S.A." terá agências nas cidades de Arararaquara, Assis, Garça, Getulina, Lins, Pompéia, Rancharia, Santos, São Paulo, Tupã e Vera Cruz, todas situadas no Estado de São Paulo. SEXTO: — que desde já ficam nomeados para a Diretoria da Sociedade ora constituida os seguintes srs. acionistas 10,0 e 22,0 dos Estatutos: — José Alfredo de Almeida, brasileiro, comissário de café, casado, residente em São Paulo, Capital do Estado, para Presidente; José Carlos de Almeida Negreiros, brasileiro, comissário de café, casado, residente nesta cidade, para Superintendente; Dr. José da Cunha Junior, brasileiro, médico, casado, residente nesta cidade, para Secretário, e para o Conselho Fiscal, Luiz de Souza Leão, brasileiro, comerciante, casado, residente em Tupã, comarca de Pompéia, deste Estado; Dr. Aldo Lupo, brasileiro, solteiro, casado, residente em Pompéia, deste Estado, e Dr. Raphael Paes de Barros, brasileiro, advogado, residente em Garça, deste Estado, todos membros efetivos; e, para suplentes, Euclydes Soares da Rocha Negreiro, lavrador, casado, residente nesta cidade; Venâncio de Souza, brasileiro, comerciante, casado, residente nesta cidade, e Virgilio Fiorvanti, brasileiro, lavrador, casado, residente em Vera Cruz, desta comarca. SETIMO: — que os nomeados e reconhecidamente outorgados, como consta do item segundo, substituem o total das ações que constituem o capital social vendido certo, no item quarto, que re-lizarem nesta data e em pagamento, cinquenta por cento do seu valor das mesmas ações. OITAVO: — que estando deste modo verificados todos os requisitos para a constituição da sociedade anonima — "Banco Brasileiro de Descontos S.A." dão a mesma por constituida e em vigor. Pagou a Superintendência do Governo Federal para o devido cumprimento da Sociedade ora constituida. — Em seguida, pelos outorgantes e representantes outorgados, foi frente me foi lido, declarado, me foi dito, falando conjuntamente e perante as presentes as mesmas testemunhas, que aceitavam esta escritura em seu inteiro teor, tal como nela se contem e declaram, para que produza seus devidos e jurados efeitos, e me exibiram o recibo do pagamento do selo por verba seguinte: — "Armas da República. Delegacia das Rendas Federais em Marília. Exercício de 1943. 1.ª Via. N. 000021. Importo em sete mil, reis. Sete contos, quinhentos mil cruzeiros. (Cr.$ 7.500,00). — No Livro de Receita a folhas tem debitado o sr. Coletor pela quantia de quatro mil cruzeiros, recebida do sr. Aldonio Ferreira de Faria, proveniente do selo por verba de uma escritura de constituição de sociedade anônima, em que figurara como outorgantes e respectivamente outorgados, José Alfredo de Almeida, Dr. José da Cunha Junior e outros, no valor de Cr.$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), conferme a verba n. 2, Coletoria das Rendas Federais em Marília. É o coletor, (a) Raul Fiuzzoni. O escrivão, (aa) José de Azevedo Lima. (Esta via deve ser entregue ao contribuinte para que a ela lavrei seja escriturada, a mim hoje distribuida, a qual feita. Ines sendo lido ante as testemunhas Orozio Alves de Carvalho e José F. Mattos, brasileiros, casados, do comercio, minhas conhecidas e residentes nesta cidade, conforme disseram por achá-la conforme outorgaram e assinam com as mencionadas testemunhas a tudo presentes. Eu, Aldonio Ferreira de Faria, Oficial Maior, a escrevi. Aldonio Ferreira de Faria. Oficial Maior. e sendo apresentada pelos interessados. (aa.) José Alfredo da Almeida. — J. Cunha Junior. — José da Cunha Junior. — José Carlos de Almeida Negreiros. — Mario de Araujo Coriolano. — Aldo Lupo. — Raphael Paes de Barros. — Euriedes Soares da Rocha. — Venancio de Souza. — Virgilio Fiorevanti. — Ozorio Alves de Castro. — José F. Mattos. (O conhecimento fiscal sob n. 000021 correspondente ao pagamento do selo por verba e retro transcrito, estava colado à margem da escritura, no livro respectivo). (Estava devida a legalmente selado com Cr.$ 30,00 estaduais, de Emolumentos do interior — (10 0/0) — NADA MAIS. — Traduzida — Em seguida. Dou fé. — Eu (a) Aldonio Ferreira de Faria. Oficial Maior. — Us datilografar, conferi, subscrevi e assino em público e raso. — Em testemunho (sinal público) da verdade. (a.) Aldonio Ferreira de Faria — Oficial Maior do Segundo Ofício. — Sinal público. — Cartório do 2.º Ofício. — Marília. — Estado de São Paulo — Aldonio Ferreira de Faria. — Oficial Maior." — A fls. 82-84 (oitenta e dois-noventa e quatro): — Armas da República. Ministério da Fazenda. Diretoria das Rendas Internas, Secretaria das Rendas Internas. Recebedoria de Rendas Estaduais, que se dedicará ao comercio bancário em geral (dou. de fls. 3-16). 2 — Essa sociedade denomina-se Banco Brasileiro de Descontos, S. A., tem sede e foro na referida cidade, possuindo o capital de Cr.$ 10.000.000,00 representado por 50.000 ações nominativas de valor de Cr.$ 200,00 (duzentos cruzeiros) cada uma, que só podem pertencer a pessoas brasileiras (Estatutos). 3 — A duração da sociedade será de 20 anos, prorrogaveis, e do seu comércio se exclue o que se relaciona com o de crédito real, câmbio e venda de titulos da Divida Publica, a prestações (art. 2 fls. 4 — São nove os acionistas, todos brasileiros, conforme se verifica das certidões juntas a fls. 19, 22, 30, 38, 46, 54, 60 (de casamento) 71 e 78, o que se ajusta ao que prescreve o decreto-lei n.º 1.615, de nove de abril de mil novecentos e quarenta e um. 5 — A Diretoria da Sociedade compõe-se de três (3) membros, sendo uma Presidente, um Superintendente e um Secretário, eleitos por seis (6) anos, que só poderão entrar em exercício, depois de haverem prestado uma caução de 250 ações de sua propriedade (arts. 10, 11 e 12 dos Ests. fls. 5). 6 — As deduções dos lucros liquidos estão de harmonia com a lei, tanto que estabeleceu, em primeiro lugar, a de 5 0/0 para a constituição do fundo de reserva de integridade do capital, até chegar de 0/0 deste, cessando deixará de ser obrigatória (art. 36.º fls. 5). Ao mesmo tempo, ficou garantido, o dividendo minimo de 6 o/o aos acionistas, na forma do artigo 134 do decreto-lei n. 2.627, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta, por isso que o pagamento de percentagens aos Diretores está condicionado a sua prescrição. (Art. 37.º, fls. 8 v.). 7 — Como medida de alto alcance moral e para o conhecimento do publico, vem a Administração exigindo provas de idoneidade dos Diretores dos Estabelecimentos Bancários. E, atendendo a esta exigência a atual Diretoria do Banco em causa, nomeada na forma de clausula 5.ª desta de Escritura de fls. e de acordo com a letra "a" da n 3, do artigo 45, do decreto-lei n. 2.627, citado, e que se compõe das cidadãos, José Alfredo de Almeida — Presidente; José Carlos de Almeida Negreiros — Superintendente; José da Cunha Junior — Secretário, vem apresentar os seguintes provas, referentes aos seus membros, como se seguem: a) Não estão processados pelo Tribunal de Segurança Nacional (fls. 14, 23 e 31), nem o foram pela extinta Justiça Federal (fls. 15/16, 24/25 e 32/33); b) não têm antecedentes criminais — folha corrida (fls. 17/18, 26 e 34); c) Não são comerciantes falidos, nem concordatários (fls. 19, 27 e 35); d) Não são devedores, sob qualquer titulo, à Fazenda Nacional (fls. 19, digo, fls. 20, 28 e 36); e) Estão quites com o imposto de renda (fls. 21, 29 e 37). 8 — Tambem ficou organizado o Conselho Fiscal, em obediência às normas legais e estatutárias. 9 — O Banco faz prova de ter sido feito o deposito provisório de 6.000.000,00, digo. .. Cr.$ 6.000.000,00, correspondentes a 60 o/o do capital social (doc. de fls. 11) como exige o art. vinte e um do decreto-lei n. 2.627, mil quatrocentos e vinte e um. 10 — Comprova, ainda, o pagamento de ... Cr.$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) relativo ao selo proporcional sobre o capital social (fls. 12). 11 — O processado, como se vê, contem as providencias necessarias a sua feição regular e, nestas condições, sou por que se defira-mento ao pedido de fls. 37, no sentido de ficar autorizado a funcionar o Banco Brasileiro de Descontos, S|A., com sede em Marília, Estado de São Paulo, bem assim suas agências em Arararaquara, Assis, Garça, Getulina, Lins, Pompeia, Rancharia, Santos, São Paulo, Tupã e Vera Cruz (11), no mesmo Estado, pelo prazo de 20 anos, mediante expedição das respectivas Cartas-Patentes, em as quais fique consignado que do seu comércio se exclue o de Crédito real, câmbio e venda de titulos da Divida Pública, a prestação, de acordo com o decreto n. 14.728, de dezessels de março de mil novecentos e vinte e um. 12 — Os dêzes atos acima estão sujeitos ao pagamento do selo a que se refere a nota 1.a do n. II do artigo novo (3.o) da Tabela anexa ao decreto-lei n. 4.655, de três de setembro de mil novecentos e quarenta e dois. Segunda Subdiretoria das Rendas Internas, Rio, quinze de janeiro de mil novecentos e quarenta e três. (a) Aristides de Castro Pessoa, of. ad., E do Q. F. De acordo. 2.a Subdiretoria, onze de janeiro novecentos e quarenta e três. (a) Guimarães de Campos, Subdiretor. Tambem de acordo, pago previamente o selo devido no artigo novo, n. onze da Tabela anexa ao decreto-lei n. 4.655 (quatro mil trezentos e oitenta e cinco) de três de setembro de mil novecentos e quarenta e dois). — A consideração Superior. D. R. Int. onze de janeiro de mil novecentos e quarenta e três. — (a.) Alcantara Filho — Diretor. — A fl. 95 (noventa e cinco): Armas da República. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. Diretoria Geral da Fazenda Nacional. 1. — Deferido, à vista dos pareceres e informações. 2. Expeçam-se em favor dos interessados as cartas-patentes necessárias ao funcionamento da sua séde na cidade de Marília e Agências nas cidades de Arararaquara, Assis, Garça, Getulina, Lins, Pompéia, Rancharia, Santos, São Paulo, Tupã e Vera Cruz, todas no Estado de São Paulo, cobrando-se o selo que for devido. 3. — Providencie-se, tambem, no sentido de ser liberado o deposito efetuado para fins de sua constituição social o a que alude o documento de fls. 11 do processo, D. Geral da Faz. Nac., em trezo de janeiro de mil novecentos e quarenta e três. — (a.) Romero Estellita. Impresso, o carimbo: Diretoria Geral da Fazenda. Ministério da Fazenda. — Publicado no D. Oficial de quinze de janeiro de mil novecentos e quarenta e três, Secção I, pág. 608 (seiscentos e seis). — (a.) A. Dantas. — Era só o que se continha nos documentos de que se pediu certidão, que eu, (a.) Mario Paulo Ribeiro, escriturário classe "E" do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, com exercício na Segunda Subdiretoria da Diretoria das Rendas Internas, do Tesouro Nacional, datilografei em quinze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e quarenta e três e vai encerrada pelo Sr. Subdiretor da mesma Subdiretoria, Segunda Subdiretoria, em 16 de fevereiro de 1943. — (a.) Antonio Guimarães de Campos — Subdiretor.

JUNTA COMERCIAL (ARMAS DA REPUBLICA) — SÃO PAULO

Certidão

CERTIFICO que o BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S|A., com sede em Marilia, arquivou nesta Repartição sob numero ... 17.913, por despacho da Junta, em sessão de dois de março corrente, e certidão da Diretoria das Rendas Internas, da escritura publica de sua constituição, lavrada nas notas do cartorio do 2.o ofício de Marilia, em cinco de janeiro de mil novecentos e quarenta e três, constando de mesmo os seus estatutos sociais e demais documentos de constituição; e duas procurações, do que dou fé. — Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, cinco de março de mil novecentos e quarenta e três. Eu, Nadir Silveira Sponza, escriturário, o escrevi, conferi e assino: — (a.) Nadir Silveira Sponza. E eu, José Alves de Campos, chefe substituto da secção do Expediente e Correspondencia, o subscrevo; — (a.) José Alves de Campos. (11)

(24.442 — Cr.$ 2.070,00)

COMPANHIA MINERADORA SIDERITE BRASILEIRA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

São convidados os srs. acionistas a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária a se realizar na sede social, à rua Bráulio Gomes, 38, 3.o andar, sala 315, às 15 horas do dia 27 de março corrente para deliberar sobre as contas da Diretoria, aprovação do balanço encerrado em 31 de dezembro de 1942, eleição do Conselho Fiscal e fixação do respectivo subsidio, e outros assuntos de interesse social.

S. Paulo, 6 de março de 1943. Odilon Loureiro da Cunha, Diretor-Presidente.

(24.327 — Cr. $55,00) 11—15—18

S. A. LEONIDAS MOREIRA

SÃO PAULO

RELATORIO

Da Diretoria da SOCIEDADE ANONIMA LEONIDAS MOREIRA Do ano findo em 31 de dezembro de 1942.

Senhores acionistas:

De conformidade com o que dispõem os nossos estatutos, temos a honra de vos expôr o que foi o ano financeiro de 1942, para esta Sociedade.

Quanto a situação financeira, é perfeitamente boa, como podeis verificar pelos seus balanços gerais, encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 1942. Nas demonstrações das contas de "Lucros e Perdas" de 30 de junho e 31 de dezembro de 1942, encontrareis os resultados por nós alcançados e a sua distribuição, sendo que para o "Fundo de Previsão" foi levada a importância de Cr.$19.827,70 sendo no primeiro semestre Cr.$8.969,40 e no segundo semestre Cr.$11.858,30.

Distribuimos Cr.$50.000,00 de dividendos em cada semestre à razão de 20 o|o ao ano.

A construção do prédio do "Edificio Leonidas Moreira" segue normalmente, contando esta Diretoria transferir as suas instalações em meados do ano de 1943.

De acordo com o que Determina o Decreto-lei n. 2627 de 26|9|1940, e os nossos estatutos, nesta assembléia, deveis eleger os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, para o novo exercício, lhrando os respectivos honorários.

Eis pois Srs. Acionistas o que foi o ano financeiro de 1942, para esta Sociedade, solicitando esta diretoria a aprovação de todas as contas e atos relativos ao ano de 1942, na presente assembléia.

Acompanha este relatório, os balanços e demonstrações das contas de lucros e perdas de 30 de junho e de 31 de dezembro de 1942, a que já deu o Conselho Fiscal, a sua aprovação, e sobre eles cabe-vos agora dar o vosso pronunciamento, para o que vos prestaremos todo e qualquer outro esclarecimento que julgardes necessário.

São Paulo, 11 de janeiro de 1943.

(aa) Dr. Marcos Vinicio Moreira — Presidente.
Leonidas Moreira Filho — Gerente.

Os balanços e demonstrações das contas de lucros e perdas foram publicados no "Diário Oficial" do Estado de S. Paulo, de 16-7-1942 e n. 14 de 19-7-1943.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do conselho fiscal da Sociedade Anônima Leonidas Moreira, no desempenho de sua missão, examinaram todas as contas e atos da Diretoria, relativos ao ano que se findou em 31 de dezembro de 1942; em vista de acharem perfeitamente exato, são de parecer que sejam aprovados pelos senhores acionistas, inclusive a distribuição do dividendo de 20 o|o (vinte por cento) ao ano, proposto pela Diretoria.

São Paulo, 9 de janeiro de 1943.

(aa) Mario L. Soares
Euclides de Carvalho
Raul Cardoso de Negreiros. (11)

C|1.462 — Cr.$120,00)

SECÇÃO BANCA'RIA "J. C. DA SILVA LEÇA"

BALANCETE DO MES DE FEVEREIRO DE 1943

Correspondente às transações operadas nesta praça de São Joaquim

	ATIVO	PASSIVO
Letras Descontadas	Cr.$ 249.404,00	
Letras e D. e Rec. Interior	Cr.$ 37.372,50	
Empréstimos com C|Corrente	Cr.$ 383.323,30	
Caixa: em moeda corrente	Cr.$ 169.246,20	
Depositado B. Brasil e outros	Cr.$ 503.585,20	
Diversas Contas	Cr.$ 10.912,20	
Capital		Cr.$ 250.000,00
Dep. c|cts. c|juros		Cr.$ 420.168,20
Depósitos a Prazo Fixo		Cr.$ 606.256,30
Titulos em Cobrança		Cr.$ 27.272,60
Lucros & Perdas		Cr.$ 30.573,80
Diversas Contas		Cr.$ 2.174,70
	Cr.$ 1.343.645,60	Cr.$ 1.343.845,60

São Joaquim, cinco de março de 1943

J. C. da Silva Leça, Proprietário
M. F. Oliveira, Guarda-Livros

(24.048 — Cr. $100,00) Dia 11

4.º TABELLIÃO DE NOTAS-OSASCO AUTENTICAÇÃO Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fé. Osasco, 3 NOV. 2020 VO ROSA DE BRITO Escrevente

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 831

LEATEC PLÁSTICOS S/A

CGC. MF. 57.353.725/0001-58

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 1988. Aos seis dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às 10:00 horas, reuniram-se em São Paulo, à Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 689, as seguintes pessoas: 1) CHANG SHOU HSUN, chinês, casado, industrial, residente e domiciliado em Taiwan, portador do passaporte chinês n.º 73-MFA, 1430830, expedido pela República de Taiwan; 2) CHANG SHENG KAI, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado em São Paulo, à Rua Horácio Bandieri, n.º 26, RG n.º 7.557.525 - SP e CIC n.º 662.285.038,15; 3) CHEN TEN SON, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado em São José dos Campos, à Rua Sete de Setembro, n.º 379, RG n.º 22.005.708-4 SSP/SP e CIC n.º 042.695.158-64; 4) CHAO TUNG YIN, chinês, casado, industrial, RNE n.º 011.355S3 e CIC n.º 042.695.218-39, residente e domiciliado em São José dos Campos à Rua Sete de Setembro n.º 345; 5) TSAU CHI TON, chinês, casado, industrial, residente e domiciliado em São José dos Campos, à Rua Sete de Setembro, 379, RNE n.º 011.397-14/SP e CIC n.º 006.588.768-72; 6) HWANG MOU JENG, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado em São Paulo, à Rua Indiana, n.º 337 apto. 81, RG n.º 12.453.033 e CIC n.º 004.128.488-44; 7) CHANG YUN SEA, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado em São Paulo, à Rua Indiana, 458 - apto. 101, RG n.º 11.594.315 - SP e CIC n.º 096.826.108-63; 8) MAY WEN PWU, casado, industrial, brasileiro, residente e domiciliado em São Paulo, à Av. Rangel Pestana, n.º 1953, RG n.º 3.362.528 - SP e CIC n.º 055.265.438-72; representando a totalidade do capital Social conforme se verifica na lista de presença de acionistas, fica dispensada a publicação dos Editais de acordo com o artigo 124 § 4.º da Lei 6.404/76. Foi escolhido por aclamação, para presidir a Assembléia o Sr. CHANG SHENG KAI que convidou a mim HIRAYUKI KOBAYASHI, secretário "ad hoc", brasileiro, casado, OAB/SP 15.897, com escritório em São Paulo, à Rua Estela, 515 BL "C" CJ. 121, para secretariar os trabalhos. A seguir o presidente da mesa explicou a ordem do dia lendo as seguintes propostas da diretoria: a) Elevação do Capital Social da sociedade, de Cz$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Cruzados) para Cz$ 1.157.562.000,00 (Um Bilhão Cento Cinquenta Sete Milhões Quinhentos Sessenta Dois Mil Cruzados), tendo este que será feito mediante investimento de capital estrangeiro em bens, conforme o Laudo de Avaliação, que fica fazendo parte integrante desta ata e em moeda corrente do país, ficando o artigo 5.º do Capítulo II dos Estatutos Sociais com a seguinte redação: "ARTIGO 5.º - O capital social é de Cz$ 1.157.562.000,00 (Um Bilhão Cento Cinquenta Sete Milhões Quinhentos Sessenta Dois Mil Cruzados) dividido em 1.157.562.000 (Um Bilhão Cento Cinquenta Sete Mil e Quinhentos Sessenta Duas Mil) ações ordinárias, nominativas com o valor nominal de Cz$ 1,00 (hum cruzado); b) Alterar o artigo 10.º "caput" e § 1.º do Capítulo III dos Estatutos Sociais, de forma que os diretores da sociedade assinarão sempre em conjunto de dois, não sendo necessário que um deles seja o Presidente. A seguir, a assembléia deliberou, por unanimidade, nomear os Srs. CELSO HOBORO IKEDA, brasileiro, casado, administrador, com escritório à Alameda Santos, n.º 707, São Paulo; JOSÉ ASSAD, brasileiro, advogado, OAB/SP n.º 26.938-8 e CIC n.º 073.406.589-49; YARA CRISTIANE LICNERSKI, brasileira, solteira, maior, bacharel-administrativa, RG n.º 23.824.690-5 e CIC n.º 287.562.089-34, todos com escritório à rua Estela, 515 BL "C" CJ 121, para avaliadores do bem móvel do propriedade dos sócios que irá compor o capital social da sociedade. Em seguida, o sr. Presidente suspendeu a assembléia por uma hora, para que os avaliadores procedessem à avaliação. Reaberta a sessão, foi apresentado o resultado da avaliação num total de Cz$ 507.127.000,00 (Quinhentos e Sete Milhões Cento Vinte Sete Mil Cruzados). Submetido à discussão e após os esclarecimentos prestados, foi o referido Laudo aprovado por unanimidade de votos. Tendo sido o bem avaliado, somando pelo sócio CHANG SHOU HSUN, esse valor de avaliação destinado a aumento do capital fica integralmente por ele subscrito. Os demais sócios, neste ato, subscrevem o aumento de capital, no valor de Cz$ 649.435.000,00 (seiscentos e quarenta e nove milhões e quatrocentos e trinta e cinco cruzados) na forma do Boletim de Subscrição anexo, que fica fazendo parte integrante desta ata, tendo a proporcionalidade já preservada, tendo cada um pago 10% em moeda corrente do país, do respectivo montante subscrito, comprometendo-se a pagar o restante dentro de um ano a contar desta data, sempre em moeda corrente do país. O sr. tesoureiro recolheu neste ato a importância de Cz$ ... 64.435.000,00, referente à parte que foi integralizada em dinheiro, que foi contado e achado exato. Foi aprovada a alteração, por unanimidade de votos, do artigo 10.º, do capítulo III dos Estatutos Sociais, que passará a ter o seguinte redação: "Artigo 10.º - Os diretores da sociedade, em conjunto de dois, dispõem de poderes para a administração e representação ativa e passiva da sociedade, tanto perante pessoas jurídicas de direito público ou privado, como nas relações com terceiros, inclusive entidades bancárias e de crédito, em tudo que for necessário ao cumprimento para o funcionamento normal da empresa e consecução dos fins sociais, podendo ele, em conjunto de dois, vender ou por qualquer outra forma alienar bens imóveis ou imóveis, dar hipoteca, caução ou penhor, ou por qualquer outra forma gravar bens imóveis ou imóveis, dar aval, fiança ou quisquer garantias, aceitar letras de câmbio, emitir notas promissórias e cheques, descontar e endossar títulos de crédito, contrair emorabilidades e outras obrigações, subscrever ações ou quotas de capital de outras empresas. § 1.º A diretoria, por ato de dois de seus membros poderá constituir procurador ou procuradores que, observados os limites dos poderes que lhes forem confiados, poderá cada qual assinar os atos acima descritos" Como nada mais houve a ser tratado, a assembléia foi encerrada, sendo lavrada esta ata, lida e por todos aprovada. (a) CHANG SHENG KAI - Presidente da mesa; HIRAYUKI KOBAYASHI - Secretário "ad hoc"; CHANG SHOU HSUN; CHEN TEN SON; CHAO TUNG YIN; TSAU CHI TON; HWANG MOU JENG; CHANG YUN SEA; MAY WEN PWU. Certifico que esta ata é cópia fiel do Livro da Ata. CHANG SHENG KAI - Presidente da Mesa. HIRAYUKI KOBAYASHI - Advogado - OAB-SP 15.897, CERTIDÃO - JUCESP Reg. sob n.º 685.391 em 11.01.89, KAMEL MIGUEL JANAS - Secretário Geral

---

CIA. TOZAN DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

"CREDITOZAN"

C.G.C. Nº 60.814.191/0001-57

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas da Cia. Tozan de Crédito, Financiamento e Investimentos "Creditozan" a se reunirem na Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede social à Rua Calvão Bueno, 212-2º andar, nesta cidade de São Paulo, no dia 25 de Janeiro de 1989, às 10:00 horas a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Discutir e votar a proposta de Diretoria sobre a eleição do Diretor Presidente; 2) Outros assuntos de interesse Social. São Paulo, 16 de Janeiro de 1989. Cia Tozan de Crédito, Financiamento e Investimento "Creditozan" Kazuo Hirasawa Diretor Vice-Presidente. (17-18-19/1/89).

AVISO DE LICITAÇÃO
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/89

OBJETO: Instalação de subestação transformadora de 500 kVA, no prédio da Rua Riachuelo nº 27, inclusive fornecimento dos equipamentos necessários.

EDITAL E ANEXOS:

Pagamento: Tesouraria da CODESP - edifício da Área de Operações, na Praça Cândido Gafrée s/nº - Santos-SP.

Valor: Cz$ 100.000,00 (cem mil cruzados).

Retiradas: Setor de Licitações - edifício da Área Administrativa, na Av. Dr. Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho, 32 - Santos-SP.

ABERTURA: 09-02-89, às 15 horas, no Setor de Licitações.

CONDIÇÕES: Inscrição no Registro Cadastral de Habilitação da CODESP ou da PORTOBRÁS, nos ítens 1.026.022, 1.026.023, 1.026.026, 1.026.031 e 1.026.032.

Santos, 16 de janeiro de 1989.

Helio Nascimento
DIRETOR-PRESIDENTE

Bradesco S.A. Banco Comercial e de Crédito Imobiliário

CGC. 60.746.948/0001-12

ATA DA 165.ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12.1.1989, LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO, DE ACORDO COM O PARÁGRAFO PRIMEIRO, DO ARTIGO 130, DA LEI Nº 6.404/76.

DATA, HORA, LOCAL: realizada aos 13 dias do mês de janeiro de 1989, às 15:00, na sede social, na Cidade de Osvo. Osasco, SP. PRESENÇA: acionistas representando mais de dois terços do capital social com direito a voto, conforme se verifica de suas assinaturas no Livro de Presença. MESA: Presidente: Amador Aguiar; Secretário: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme. ORDEM DO DIA: a) proposta do Conselho Superior de Administração para: I - desdobramento das ações representativas do capital social, sem alteração no valor deste, elevando-se o número de 4.232.842.747 para 8.465.685.494 ações, todas nominativas-escriturais, sem valor nominal, 4.334.987.794 ordinárias e 4.130.777.700 preferenciais, de acordo com o Artigo 12, da Lei nº 6.404/76, da forma que os senhores acionistas terão suas posições acionárias acrescidas em 100%, recebendo, gratuitamente, 1 (uma) ação nova para cada ação de mesma espécie possuída na data da Assembléia, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 5.º do Estatuto Social; II - alteração da razão social, com a consequente modificação na redação do Artigo 1.º do Estatuto Social; b) outros assuntos de interesse social. PUBLICAÇÕES PREVIAS: o edital de convocação foi publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", "Diário do Comércio" e "Jornal do Commercio", em 3, 4 e 5.1.89. LEITURA DOS DOCUMENTOS: o edital de convocação e a proposta do Conselho Superior de Administração foram lidos, colocados sobre a mesa e entregues à apreciação dos senhores acionistas. DELIBERAÇÕES: as matérias constantes da ordem do dia foram colocadas em discussão e votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, a proposta do Conselho Superior de Administração, que a seguir transcrevemos: "PROPOSTA DO CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO. Vimos submetar, aos senhores acionistas, proposta para desdobramento das ações representativas do capital social, sem alteração no valor deste, de acordo com o Artigo 12, da Lei nº 6.404/76, elevando-se o número de ações em 100%, de 4.232.842.747 para 8.465.685.494, todas nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 4.334.987.794 ordinárias e 4.130.777.700 preferenciais. O desdobramento será feito sempre em números inteiros, sendo que as sobras verificadas, decorrentes de frações, a exemplo do que tradicionalmente fazemos com as bonificações, serão vendidas em Bolsa e o valor apurado levado às contas de reservas, para aproveitamento em novo e futuro aumento de capital, tendo em vista o alto custo operacional de sua distribuição e o insignificante valor que essas sobras representariam para cada acionista. Se aprovada esta proposta, os senhores acionistas terão suas posições acionárias acrescidas em 100%, recebendo, gratuitamente, 1 (uma) ação nova para cada ação de mesma espécie que possuírem na data da Assembléia, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6.º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 6.º) O capital social é de Cz$ 55.002.914.783,86 (cinquenta e cinco bilhões, dois milhões, novecentos e catorze mil, setecentos e oitenta e três cruzados e oitenta e seis centavos), dividido em 8.465.685.494 (oito bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, seiscentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e quatro) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 4.334.987.794 (quatro bilhões, trezentos e trinta e quatro milhões, novecentos e sete mil, setecentas e noventa e quatro) ordinárias e 4.130.777.700 (quatro bilhões, cento e trinta milhões, setecentas e setenta e sete mil e setecentas) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com preferência no reembolso do capital social, em caso de liquidação da Sociedade e com todos os direitos e vantagens conferidos às ações ordinárias." Após a necessária aprovação do processo, pelo Banco Central do Brasil, as ações que se acrescerão à posição de cada acionista terão jus, a partir de 1.2.89, inclusive, aos dividendos mensais integrais e, a partir da data da realização da Assembléia, às demais vantagens conferidas às ações antigas. Outrossim, em vista dos ditames da Circular nº 1.404, de 29.12.88, do Banco Central do Brasil, que tornou facultativa a acompanhação da denominação social das Instituições financeiras múltiplas, sem a exigência da menção das carteiras autorizadas, propomos a alteração da razão Social deste Banco para Banco Bradesco S.A., com a consequente modificação na redação do Artigo 1.º do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte: "Art. 1.º) O Banco Bradesco S.A., comercial e aberto, regido pelo presente Estatuto e disposições legais vigentes." Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. Cidade do Osvo, Osasco, SP, 2 de Janeiro de 1989. CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO - Amador Aguiar; Lázaro de Mello Brandão; Achilles Vozzone." O senhor Presidente lembrou, ainda, que toda matéria ora aprovada somente entrará em vigor e só tornará efetiva depois de homologada pelo Banco Central do Brasil e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: lavrada na forma sumária e lida, foi esta Ata aprovada por todos os acionistas presentes e assinada. (a) Presidente: Amador Aguiar; Secretário: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme; Lázaro de Mello Brandão; Antônio Bornia; Durval Silvério; Alcides Lopes Tápias; Edson Borges; Derival Antonio Gianchi; Paulo Amaral Vasconcelos; Edson Fernando Avila; Armando Fernandes Júnior; Décio Tandello; Firmino Fernandes Sobrinho; Márcio Artur Laurelli Cypriano; Nelconi Herculano de Souza; José Luiz de Laurentis; Achilles Vozzone; Jorge Adeti; Ludovico Albino Cezar; João Castello de Moraes Filho; Christoph Heinrich von Seckendorff; Hans Hinrich Woldemar Heidmann; Caixa Beneficente dos Funcionários do Bradesco, representada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, senhor Amador Aguiar; Companhia Comercial Café São Paulo e Paraná, representada por seus Diretores, senhores Amador Aguiar e Lázaro de Mello Brandão; Fundação Bradesco, representada por seu Diretor Presidente, senhor Amador Aguiar; Romulo Nagib Lesmar; José Munhoz Moya; Mercadeo Gameiro do Palve; Arthur Celso Dias de Souza; Henrique Schlotfeldocker Filho; João Aguiar Alvarez, por posição própria e também representando o Conselho S.A. Comercial e Comissária; Denise Aguiar Alvarez; Marcelo Aguiar Fezani; Ernesto de Paula Guimarães Júnior, por posição própria e também representando Ana Blandina de Almeida Prado Guimarães, Bronca Cintra de Almeida Prado; Ana Helena Rudge de Paula Guimarães, Ernesto de Paula Guimarães Neto, Roberto Rudge de Paula Guimarães e a Epeg-Agro Pecuária e Comercial Ltda.; Una Maria Aguiar; Lia Maria Aguiar; Maria Angela Aguiar Bellizia; Norton Glebes Lobes; Shelly Maria Aguiar Lobes; Olga Silveira; Henrique Bronzer; Arlevaldo Pereira; Laudo Natel; Ivan Gamba Natel; Mauricio Gamba Natel; Maria Zilda Gamba Natel; Eduardo Brenner; Joan-Louis Borriol; Isaias Steinberg; José Erlichmann; Ruy de Vasconcellos Marcondes, representado por seu procurador, senhor Ruy Marcondes. Declaramos que o presente é cópia fiel. BANCO BRADESCO S.A. - nova denominação de BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A. - (a) Edson Borges; Edson Fernando Avila.

SINDICATO DA MICRO E PEQUENA INDÚSTRIA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO. Extr. Est. fundado em 17.01.1988, com sede na Avenida da Saudade, 634, 1º andar, Ribeirão Preto - SP. Finalidade: Representação legal da categoria econômica de micro e pequena empresa industrial. Órgão administrativo - Diretoria. Ribeirão Preto, 17/01/1989.

J.S. Inform. e Assess. Economico Fiscais S/C Ltda. Os sócios: Jaliza Maria Silveira Goitia CIC 762.831.608-59 -RG 7.712.982 -Sonia Aparecida Fernandes dos Santos CIC 808.761.668-68 - RG 5.574.358 -Objetivo: Serviços de inform. e assess. tributária - end. Praça dos Cristais, 268 -sala 5 Jd. Bonini -Bladens -Capital: $ ... 100.000, a gerencia e admin. da sociedade serão exerc. por ambos os socios. O exerc. terminara em 31.12 de cada ano. O balanço sera levantado ao final de cada exercicio.

FUNDO F. BARRETTO DE RENDA FIXA

C.G.C.-M.F. n.º 46.736.537/0001-66

ADMINISTRADO POR

F. BARRETTO CORRETORA DE CÂMBIO E TÍTULOS LTDA.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às nove horas, em segunda convocação, na sede social, na Rua Direita n.º 32 - 5.º andar, nesta Capital, com a presença dos condôminos no final relacionados, conforme assinaturas apostas no livro de "Presenças de Condôminos", realizou-se esta Assembléia Geral Extraordinária, convocada por edital, publicado por três vezes, na forma da Lei, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edições de 10, 13 e 14.12.88 e no jornal "Gazeta Mercantil", edições de 10, 13 e 14.12.88, redigida nos seguintes termos: "FUNDO F. BARRETTO DE RENDA FIXA - ADMINISTRADO PELA F. BARRETTO CORRETORA DE CÂMBIO E TÍTULOS LTDA. - C.G.C.-M.F. n.º 61.824.563/0001-53 - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - SEGUNDA CONVOCAÇÃO - São convidados os Senhores Condôminos a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, à Rua Direita n.º 32 - 5.º andar - São Paulo (SP), às 9:00 horas do dia 19 de dezembro de 1988, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) - incorporação deste Fundo ao Fundo Bamerindus de Renda Fixa, com sede em Curitiba (PR), administrado pelo Banco Bamerindus de Investimento S.A. b) - Autorização ao administrador para praticar os atos necessários à completa formalização do processo de incorporação. São Paulo (SP), 09 de dezembro de 1988. F. BARRETTO CORRETORA DE CÂMBIO E TÍTULOS LTDA. (a) JOÃO ANTONIO VIEIRA FILHO - Sócio-Gerente". A Assembléia foi instalada pelo Sr. João Antonio Vieira Filho, que solicitou ao plenário a indicação de um dos presentes para presidir os trabalhos. Por aclamação, assumiu a função o Sr. João Antonio Vieira Filho, o qual, por sua vez convidou o Sr. Mário Penna Guedes para servir como secretário. Constituída assim a Mesa, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos dizendo que os quotistas do administrador, reunidos em 29.11.88, depois de minucioso estudo, haviam deliberado e aprovado a incorporação deste Fundo ao Fundo Bamerindus de Renda Fixa, administrado pelo Banco Bamerindus de Investimentos S.A., com sede em Curitiba, (PR), pelo valor do patrimônio líquido contábil apurado na data de efetiva incorporação e que a Diretoria do referido Banco, em reunião realizada em 29.11.88, como medida preliminar, também aprovou a incorporação, "ad referendum" da Assembléia Geral dos condôminos. Dito isso, solicitou ao secretário que procedesse a distribuição aos presentes de cópia da ata da reunião dos quotistas de 29.11.88 do administrador deste Fundo, cópia da ata da reunião da Diretoria do Banco Bamerindus de Investimentos S.A. de 29.11.88, além de cópia dos balanços levantados nesta data pelo Fundo F. Barretto de Renda Fixa e do Fundo Bamerindus de Renda Fixa, a fim de que todos pudessem se inteirar do conteúdo. Após análise pelos presentes, o Sr. Presidente colocou a matéria em discussão e votação, verificando-se sua aprovação por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os impedidos por Lei. Na mesma oportunidade, o plenário aprovou a dispensa de transcrição no corpo desta ata dos documentos retro mencionados, bem como autorizou o administrador a tomar todas as medidas necessárias à completa formalização da incorporação. Dando continuidade aos trabalhos, a Assembléia aprovou por unanimidade de votos que a incorporação do Fundo F. Barretto de Renda Fixa ao Fundo Bamerindus de Renda Fixa fosse efetuada com base no data de 19.12.88, devendo, para tanto, ser levantado balanço dos dois Fundos para ser apurado o valor do patrimônio líquido e de consequência, o número de quotas do Fundo Bamerindus de Renda Fixa que serão atribuídas aos condôminos do Fundo F. Barretto de Renda em substituição às quotas que possuíam. Em seguida, disse o Sr. Presidente que diante das deliberações tomadas, estava consumada a incorporação deste Fundo ao Fundo Bamerindus de Renda Fixa, ficando, de consequência o Banco Bamerindus de Investimento S.A. sub-rogado em todos os direitos e obrigações de que era titular o F. Barretto Corretora de Câmbio e Títulos Ltda. Ressaltou, o Sr. Presidente, que esta deliberação só se tornará efetiva, após a aprovação pela Assembléia Geral Extraordinária dos condôminos do Fundo Bamerindus de Renda Fixa a ser realizada neste dia 19.12.88, às 14:00 horas. Esgotada a ordem do dia, o Sr. Presidente deixou livre a palavra. Como não houvesse manifestação, suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos demais presentes. São Paulo (SP), 19 de Dezembro de 1988. (as) João Antonio Vieira Filho, Mário Penna Guedes, Felismino de Figueiredo Barretto, pp. Hilda de Figueiredo Barretto, pp. Isabel de Figueiredo Barretto e Felismino de Figueiredo Barretto - procurador. Certifico que a presente é cópia fiel da ata da Assembléia Geral Extraordinária do Fundo F. Barretto de Renda Fixa, realizada em segundo convocação em 19 de dezembro de 1988 e lavrada no livro próprio. São Paulo (SP), 19 de dezembro de 1988. (a) MÁRIO PENNA GUEDES - Secretário.

ELUMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

C.G.C./MF nº 57.486.645/0001-32

COMPANHIA ABERTA

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas de ELUMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 27 de janeiro de 1989, às 15:00 hs (quinze horas), na sede social, à Av. Paulista nº 1294 - 23º andar, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre o seguinte ordem do dia:

1. Proposta do Conselho de Administração da sociedade no sentido de transferir a sede social, da Av. Paulista nº 1294 - 23º andar, em São Paulo(SP), para a Av. Alexandre de Gusmão nº 865, em Santo André(SP), com a consequente alteração do Art. 2º do Estatuto Social.

2. Outros assuntos de interesse da sociedade.

Poderão participar da Assembléia os titulares de ações nominativas que exibam documento de sua identidade, os possuidores de ações ao portador que exibam os respectivos certificados ou comprovante de depósito dos mesmos em instituição financeira, e os representantes legais ou procuradores de acionistas que comprovem essa qualidade, na forma da lei.

São Paulo, 17 de janeiro de 1989.
ELUMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

L.C. Campello
Presidente do Conselho de Administração

(18,19 e 20)

ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA CRISTIANISMO AUTÊNTICO-Cr, esta de AGE de 7/1/89 foi aprovada mudança de sede p/r. Solidonio Laite, 2718-sb.7-ap.162-V. Cma-S.Paulo-SP e foram eleitos o vice-presidente e o secretário em substituição aos anteriores.

4º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, que foi apresentado. Osasco, 23 NOV. 2020
GUSTAVO ROSA DE BRITO
Escrevente
Valor pago: R$ 3,72
Selo(s) AGD87647-AGD87648
Confira os dados em selo.gov.br com o código de autenticidade
Documento(s) de Habilitação (0064052) SEI 2021.011045 / pg. 832

BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.

CGC. 60.746.948/0001-12

ATA DA 168.ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29.12.1988, LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO, DE ACORDO COM O PARAGRAFO PRIMEIRO, DO ARTIGO 130, DA LEI Nº 6.404/76

DATA, HORA, LOCAL: realizada aos 29 dias do mês de dezembro de 1988, às 15:00, na sede social, na Cidade de Osasco, SP. PRESENÇA: acionistas representando mais de dois terços do capital social com direito a voto, conforme se verifica de suas assinaturas no Livro de Presença. MESA: Presidente: Amador Aguiar; Secretário: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme. ORDEM DO DIA: a) proposta do Conselho Superior de Administração para: I — reorganização da Sociedade em banco múltiplo, através de incorporação de Bradesco S.A. Crédito Imobiliário, nos termos da Resolução nº 1.524, de 21.9.88 e Circular nº 1364, de 4.10.88, do Banco Central do Brasil, e da autorização por este concedida, mediante: a) exame e aprovação do Protocolo e da Justificação de operação; b) apreciação da deliberação da Assembléia Geral de Bradesco S.A. Crédito Imobiliário e respeito aos documentos referidos no artigo anterior; c) ratificação da indicação da empresa avaliadora do patrimônio líquido da sociedade incorporada; d) apreciação e aprovação do Laudo de Avaliação; e) aumento do capital social, a ser subscrito e integralizado, mediante versão de parcela do patrimônio líquido da incorporada; II alteração do Estatuto Social nos seguintes Artigos: 1.º; "caput" do Artigo 6.º; "caput" do Artigo 13; Artigos 15 e 19; III - fixar a remuneração mensal global dos Diretores da Carteira, em decorrência das alterações estatutárias acima referidas; III — cancelamento das ações mantidas em tesouraria, existentes na data da Assembléia, representativas do seu próprio capital social, sem redução deste, adquiridas pela Sociedade com base em deliberações tomadas pelo Conselho Superior de Administração, em reuniões de 9.8 e 11.11.88, com a conseqüente alteração do "caput" do Artigo 6.º do Estatuto Social; b) outros assuntos de interesse social. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS: o edital de convocação foi publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", "Diário do Comércio" e "Jornal do Comércio", em 21, 22 e 23.12.88. LEITURA DOS DOCUMENTOS: o edital de convocação, a proposta do Conselho Superior de Administração, o Instrumento de Protocolo e Justificação de incorporação foram lidos, deliberados sobre a mesa e submetidos à apreciação dos senhores acionistas. DELIBERAÇÕES: as matérias constantes da ordem do dia foram colocadas em discussão e votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, em seu inteiro teor a proposta do Conselho Superior de Administração, que a seguir transcrevemos: "PROPOSTA DO CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO. Vimos submeter à apreciação dos senhores acionistas as seguintes assuntos: I - reorganização da Sociedade em Banco Múltiplo, através de incorporação da Bradesco S.A. Crédito Imobiliário, sendo que a justificação e as condições pelas quais propomos seja efetuada a incorporação, constam do anexo "Instrumento de Protocolo e Justificação da Incorporação", firmado pelas Diretorias desta Sociedade e de Bradesco S.A. Crédito Imobiliário, que rubricado pelos membros deste Conselho fica fazendo parte integrante da presente Proposta. Se aprovada a incorporação de Bradesco S.A. Crédito Imobiliário, far-se-á necessário alterar o nosso Estatuto Social nos Artigos: 1.º, "caput" do Artigo 6.º; "caput" do Artigo 13; Artigos 15 e 19, que passarão a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1.º) O Bradesco S.A. - Banco Comercial e de Crédito Imobiliário, companhia aberta, regerse-á pelo presente Estatuto e disposições legais vigentes. Art. 13) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 63 (sessenta e três) a 84 (oitenta e quatro) membros, sendo de 10 (dez) a 15 (quinze) o número de Diretores Executivos, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: 1 (um) Diretor Presidente, de 3 (três) a 5 (cinco) Diretores Vice-Presidentes, de 6 (seis) a 9 (nove) Diretores Gerentes e de 53 (cinqüenta e três) a 69 (sessenta e nove) o de Diretores Departamentais, Diretores de Carteira e Diretores Regionais, sendo de 12 (doze) a 20 (vinte) o número de Diretores Departamentais, de 3 (três) a 5 (cinco) o de Diretores de Carteira e de 38 (trinta e oito) a 44 (quarenta e quatro) o de Diretores Regionais. Art. 15) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, competirá especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor Presidente, presidir as reuniões da Diretoria e designar substitutos para os Diretores Vice-Presidentes, em suas ausências ou impedimentos temporários, "ad referendum" do Conselho; b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor Presidente, no desempenho dos seus encargos; c) aos Diretores Gerentes, o desempenho das tarefas que lhes forem atribuídas pelo Diretor Presidente e pelos Diretores Vice-Presidentes; d) aos Diretores Departamentais, a condução dos serviços dos Departamentos que lhes estão afetos e assessorar os demais membros da Diretoria; e) aos Diretores de Carteira, a condução dos serviços e das operações ativas e passivas da(s) carteira(s) sob sua responsabilidade, sdstritos às orientações e limites fixados pela Diretoria Executiva; f) aos Diretores Regionais, a condução dos serviços e orientação às agências sob sua jurisdição e cumprir as tarefas que lhes forem atribuídas pela Diretoria. PARAGRAFO ÚNICO - Aos Diretores Departamentais, de Carteira e Regionais são vedados os atos que impliquem em sair da sede social, inclusive do Ativo Permanente. Art. 19) Para exercer o cargo de Diretor Departamental, de Carteira ou Regional é necessário que o candidato seja funcionário do Banco ou de empresas de área financeira, e ele ligadas, com mais de 10 (dez) anos de efetivos, ininterruptos e bons serviços e que tenha, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos e, no máximo, 60 (sessenta) anos de idade. PARAGRAFO ÚNICO - Aplica-se aos Diretores Departamentais, de Carteira e Regionais tudo quanto dispõe este Estatuto, exceto as matérias que, pela sua natureza específica, não lhes sejam pertinentes". O "caput" do Artigo 6.º, relativo ao capital social, passará a vigorar com a redação constante no "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação"; II - propomos, também, sendo aprovadas as alterações mencionadas, fixar a remuneração mensal global dos Diretores da Carteira em Cz$ 10.800.000,00; III - outrossim, propomos o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, existentes na data da Assembléia, representativas do próprio capital social, sem redução deste, adquiridas pela Sociedade, com base nas deliberações tomadas por este Conselho, em reuniões de 9.8 e 11.11.88, com a conseqüente alteração do "caput" do Artigo 6.º do Estatuto Social, que passará a vigorar com o valor e a nova quantidade de ações representativas do capital social que for apurada na data da Assembléia. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. Cidade de Osasco, Osasco, SP, 29 de dezembro de 1988. CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO - Amador Aguiar; Lázaro de Mello Brandão; Achilles Vezzoni." e, em consequência, tomadas, por unanimidade, as seguintes decisões: I - reorganização desta Sociedade, que passará a denominar-se Bradesco S.A. - Banco Comercial e de Crédito Imobiliário, em Banco Múltiplo através da incorporação de Bradesco S.A. Crédito Imobiliário, mediante: a) aprovação do "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação" do seguinte teor: "INSTRUMENTO DE PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DA INCORPORAÇÃO. As Diretorias do BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A., com sede na Cidade de Osasco, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrito no Ministério da Fazenda sob n.º C.G.C. 60.746.948/0001-12 e de BRADESCO S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO, com sede na Cidade de Osasco, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no Ministério da Fazenda sob n.º C.G.C. 60.917.008/0001-66, por seus Diretores abaixo assinados, em cumprimento ao disposto nos Artigos 224, 225 e 264, da Lei n.º 6.404/76, firmam o presente "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação" por meio do qual serão submetidas à apreciação e à deliberação dos senhores acionistas em Assembléias Gerais Extraordinárias, a se realizarem em 29.12.88, a justificação e as condições de operação de incorporação de Bradesco S.A. Crédito Imobiliário por seu controlador o Banco Brasileiro de Descontos S.A., a qual uma vez autorizada deverá atender os seguintes procedimentos: I - ao amparo do disposto na Resolução n.º 1.524, de 21.9.88 e na Circular n.º 1.364, de 4.10.88, ambas do Banco Central do Brasil, que facultam a organização, opcional, em uma única instituição financeira, foi solicitada ao Banco Central do Brasil, e por ele concedida, autorização para que o Banco Brasileiro de Descontos S.A. se reorganize em Banco Múltiplo, mediante a incorporação de sua controlada, a Bradesco S.A. Crédito Imobiliário. Esclarecemos que a adoção de tal medida, sendo um processo de concentração de empresas, ensejará benefícios aos acionistas de ambas as sociedades, visto que o Banco Brasileiro de Descontos S.A. possui 98,9685% do capital social de Bradesco S.A. Crédito Imobiliário, e a justificamos como sendo um meio de se obter a racionalização e a redução dos custos, quer de ordem operacional quer administrativa, uma vez que, para a consecução de seu objeto social, a sociedade incorporada já se utiliza totalmente de estrutura da que dispõe a incorporadora, funcionando à semelhança de uma carteira desta; II - conforme o previsto no Parecer Normativo do Artigo 226, da Lei n.º 6.404/76, as 7.847.363.886 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, representativas do capital social da Bradesco S.A. Crédito Imobiliário, de propriedade da Companhia incorporadora serão extintas; III - serão emitidas 8.742 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, representativas do capital social do Banco Brasileiro de Descontos S.A. em substituição aos direitos de sócio dos acionistas minoritários da Bradesco S.A. Crédito Imobiliário, direitos esses que se extinguirão; IV - aos termos e para os fins do disposto no Artigo 226, da Lei n.º 6.404/76, o patrimônio líquido da sociedade a ser incorporada foi avaliado considerando-se a data-base de 30.11.88 e usando-se como critério de avaliação o valor contábil, correspondendo à parcela do patrimônio a ser vertida para aumento do capital social do Banco Brasileiro de Descontos S.A., a Cz$ 2.914.783,86; V - as variações patrimoniais posteriores a 30.11.88, possivelmente resultada da incorporadora e por ela sendo escrituradas, mesmo que os documentos sejam emitidos em nome da incorporada; VI - ser aprovada a operação de incorporação, o capital social do Banco Brasileiro de Descontos S.A. será elevado em Cz$ 2.914.783,86, passando a ser de Cz$ 55.002.914.783,86, dividido em 4.275.807.897 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 2.177.435.547 ordinárias e 2.098.372.350 preferenciais, com a conseqüente alteração do "caput" do Artigo 6.º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 6.º) O capital social é de Cz$ 55.002.914.783,86 (cinqüenta e cinco bilhões, dois milhões, novecentos e catorze mil, setecentos e oitenta e três cruzados e oitenta e seis centavos), dividido em 4.275.807.897 (quatro bilhões, duzentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e sete mil, oitocentos e noventa e sete) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 2.177.435.547 (dois bilhões, cento e setenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete) ordinárias e 2.098.372.350 (dois bilhões, noventa e oito milhões, trezentos e setenta e duas mil, trezentos e cinqüenta) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital social, em caso de liquidação da Sociedade e com todos os direitos e vantagens conferidos às ações ordinárias." Art. 13) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 63 (sessenta e três) a 84 (oitenta e quatro) membros, sendo de 10 (dez) a 15 (quinze) o número de Diretores Executivos, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: 1 (um) Diretor Presidente, de 3 (três) a 5 (cinco) Diretores Vice-Presidentes, de 6 (seis) a 9 (nove) Diretores Gerentes e de 53 (cinqüenta e três) a 69 (sessenta e nove) o de Diretores Departamentais, Diretores de Carteira e Diretores Regionais, sendo de 12 (doze) a 20 (vinte) o número de Diretores Departamentais, de 3 (três) a 5 (cinco) o de Diretores de Carteira e de 38 (trinta e oito) a 44 (quarenta e quatro) o de Diretores Regionais. Art. 15) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, competirá especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor Presidente, presidir as reuniões da Diretoria e designar substitutos para os Diretores Vice-Presidentes, em suas ausências ou impedimentos temporários, "ad referendum" do Conselho; b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor Presidente, no desempenho dos seus encargos; c) aos Diretores Gerentes, o desempenho das tarefas que lhes forem atribuídas pelo Diretor Presidente e pelos Diretores Vice-Presidentes; d) aos Diretores Departamentais, a condução dos serviços dos Departamentos que lhes estão afetos e assessorar os demais membros da Diretoria; e) aos Diretores de Carteira, a condução dos serviços e das operações ativas e passivas da(s) carteira(s) sob sua responsabilidade, adstritos às orientações e limites fixados pela Diretoria Executiva; f) aos Diretores Regionais, a condução dos serviços e orientação às agências sob sua jurisdição e cumprir as tarefas que lhes forem atribuídas pela Diretoria. PARAGRAFO ÚNICO - Aos Diretores Departamentais, de Carteira e Regionais são vedados os atos que impliquem em sair da sede social, inclusive do Ativo Permanente. Art. 19) Para exercer o cargo de Diretor Departamental, de Carteira ou Regional é necessário que o candidato seja funcionário do Banco ou de empresas de área financeira, e ele ligadas, com mais de 10 (dez) anos de efetivos, ininterruptos e bons serviços e que tenha, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos e, no máximo, 60 (sessenta) anos de idade. PARAGRAFO ÚNICO - Aplica-se aos Diretores Departamentais, de Carteira e Regionais tudo quanto dispõe este Estatuto, exceto as matérias que, pela sua natureza específica, não lhes sejam pertinentes", f) por fim, de acordo com o que prescreve o Parágrafo Terceiro do Artigo 227, da Lei n.º 6.404/76, tendo sido aprovados o Laudo de Avaliação e a contratação da operação de incorporação, declarar-se extinta a Bradesco S.A. Crédito Imobiliário incorporada pelo Bradesco S.A. - Banco Comercial e de Crédito Imobiliário que lhe sucede para todos os fins e efeitos de direito, e que, na qualidade de incorporadora, assume todo o ativo, o passivo, direitos, obrigações e responsabilidades da Sociedade incorporada. Ficou deliberado, ainda, que a administração da Sociedade ficava, expressamente autorizada a praticar todos os atos necessários e tomar as providências complementares da incorporação efetivada e do projetado, porante todas as repartições e órgãos públicos federais, estaduais e municipais ao cancelamento da Sociedade incorporada, podendo, para tanto, assinar todos e quaisquer papéis, formulários, requerimentos e demais documentos necessários neste sentido; II - fixada a remuneração mensal global dos Diretores da Carteira, no valor de Cz$ 10.800.000,00; III - aprovado o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, existentes nesta data, representativas do próprio capital social, sem redução deste, adquiridas pela Sociedade, com base nas deliberações tomadas por este Conselho, em reuniões de 9.8 e 11.11.88, que somam 42.965.150 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 9.921.650 ordinárias e 32.983.500 preferenciais. Desta forma, o "caput" do Artigo 6.º do Estatuto Social, após o cancelamento ora aprovado, passará a ter a seguinte redação: "Art. 6.º) O capital social é de Cz$ ..... 55.002.914.783,86 (cinqüenta e cinco bilhões, dois milhões, novecentos e catorze mil, setecentos e oitenta e três cruzados e oitenta e seis centavos), dividido em 4.232.842.747 (quatro bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, oitocentos e quarenta e duas mil, setecentos e quarenta e sete) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 2.157.450.097 (dois bilhões, cento e cinqüenta e sete milhões, quatrocentos e cinqüenta e três mil, noventa e sete) ordinárias e 2.065.392.650 (dois bilhões, sessenta e cinco milhões, trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinqüenta) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital social, em caso de liquidação da Sociedade e com todos os direitos e vantagens conferidos às ações ordinárias." Todos os assuntos deliberados na presente Assembléia foram aprovados por unanimidade. APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: lavrada na forma sumária e lida, foi esta Ata aprovada por todos os acionistas presentes e assinada. a) Presidente: Amador Aguiar; Secretário: Carlos Alberto Rodrigues Guilherme; Lázaro de Mello Brandão; Antônio Bomfim; Durval Silvério; Alcides Lopes Tápias; Edson Borges; Dorival Antônio Bianchi; Paulo Amaral Vasconcellos; Edson Fernando Avila; Armando Fernandes Júnior; Décio Tonsellio; Firmino Fernandes Sobrinho; Márcio Artur Laurelli Cypriano; Nelson Hercules de Souza; José Luiz de Laurentiz; Achilles Vezzoni; Jorge Adati; Ladário Alkimo Cezar; João Carlotto de Moraes Filho; Christoph Heinrich von Beckendorff; Hans Hinrich Woldemar Holdmann; Caixa Beneficente dos Funcionários do Bradesco, representada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, senhor Amador Aguiar; Companhia Comercial Café São Paulo e Paraná, representada por seus Diretores, senhores Amador Aguiar e Lázaro de Mello Brandão; Fundação Bradesco, representada por seu Diretor Presidente, senhor Amador Aguiar; Ramiro Nagib Lasmar; José Munhoz Moya; Mercedes Gameiro de Paiva; Arthur Celso Dias de Souza, por posição própria e também representando Laura Lara Dias de Souza e Maria Cristina Lara Dias de Souza; Henrique Schlenkordecker Filho; João Aguiar Alvares, por posição própria e também representando a Companhia S.A. Comercial e Construtora; Denise Aguiar Alvarez; Marcelo Aguiar Fasano; Ernesto de Paula Guimarães Júnior, por posição própria e também representando Ana Blandina de Almeida Prado Guimarães, Branca Cintra de Almeida Prado, Ana Nelsina Rudge de Paula Guimarães, Ernesto de Paula Guimarães Neto, Roberto Rudge de Paula Guimarães e o Espaço-Agro Pecuário e Comercial Ltda.; Lina Maria Aguiar; Lia Maria Aguiar; Hernon Glabes Lapas; Maria Angela Aguiar Gallizia; Guelly Maria Aguiar Lapas; Olga Silveira; Henrique Brenner; Arthur Alexandre dos Santos Filho; Claudio Avelino Mac-Knight Filippi. Declarou que a presente é cópia fiel. BRADESCO S.A. - BANCO COMERCIAL E DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO - a) Lázaro de Mello Brandão, Diretor Presidente; Paulo Amaral Vasconcellos, Diretor Gerente.

LANIFÍCIO CAPRICORNIO S.A. C.G.C. Nº 60.745.411/0001-85

CERTIDÃO

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 1988 e publicada no DCI e DOE de 08.12.88. Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça – Junta Comercial do Estado de S. Paulo – CERTIFICO o registro sob nº 672.535 em 13.12.1988. Kazuo Miguel Nishio – Secretário Geral.

EXTRATO DO ESTATUTO DA SOCIEDADE AMIGOS DO JARDIM ESTORIL, fundada aos 26 de outubro de 1988, com sede e foro no município de São José dos Campos-SP, à Rua Paulino Blair, 153, sociedade civil sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração, tem por finalidades representar a comunidade junto ao poder público e privado Presidente: Antonio Hernandes Gonçalves RG. 8103487-SP.

LUBE E DJALMA SEGUROS S/C LTDA (Extrato p/reg.º no Cartório de Santo André/SP). Data: 19/12/88. Sócios: LUBE Corretora de Seguros S/C Ltda e Djalma Lourenço Bezerra. Sede e Foro: Rua Eduardo Monteiro, 627, sala 01, em Santo André-SP. Capital Social: Cz$ 500.000,00 integralizado." Objetivo: prestação de serviços relacionados com o ramo de seguros em geral, especificados no contrato social. -

4

4.º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fé.
Emol. Cr$ 3,72
23 NOV. 2020
GUSTAVO ROSA DE BRITO
Escrevente
Válido somente com o selo de autenticidade
1A50676AC0167810

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 833

CERÂMICA E VELAS DE IGNIÇÃO NGK DO BRASIL S.A.
CGC 32.341.760/0001-80

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

A Diretoria da Cerâmica e Velas de Ignição NGK do Brasil S.A. tem a satisfação de lhes apresentar para apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos às atividades da Companhia, referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 1988, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Mogi das Cruzes, 20 de janeiro de 1989

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de cruzados)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de cruzados, exceto dividendos por ação)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
(Em milhares de cruzados, exceto lucro líquido por ação)

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(Em milhares de cruzados)

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE

REFINADORA DE OLEOS BRASIL S/A.
CGC/MF nº 61.079.935/0001-08 – NIRC 35300048962

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA - Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro de 1988, às 16:00 horas, em sua sede social, à Av. Paulista, 2073, Horsa II, 2º andar, previamente convocados pelo Diretor Presidente, reuniram-se os membros da Diretoria de REFINADORA DE OLEOS BRASIL S/A., para deliberarem sobre a mudança de endereço de sua filial situada no Estado de Goiás, no Município de Aporé, na Rua G s/nº, CGC/MF nº 61.079.935/0011-71. Com a palavra, o Sr. Presidente esclareceu que, tendo em vista a aquisição, pela companhia, de um imóvel na Rodovia GO. 302, Km 73 – Estrada do Parque Nacional das Emas, Distrito de Chapadão do Céu, Município de Aporé, Estado de Goiás, necessário se faz a mudança da filial para aquele imóvel, a fim de que se possa dar maior expansão ao volume de negócios que vem tendo desenvolvido naquela localidade. A seguir, o Sr. Diretor Presidente colocou a proposta em debate, a fim de que fosse discutida a conveniência da mudança da filial da empresa para o imóvel por ela adquirido. Após os debates, ficou decidido que a filial mudar-se-á para o novo endereço, à Rodovia GO. 302, Km 73, na Estrada do Parque Nacional das Emas, Distrito de Chapadão do Céu, Município de Aporé, Estado de Goiás. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, momento em que foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai por todos os presentes assinada. São Paulo, 20 de setembro de 1988. aa) Carlos Antonio Walter - Diretor Presidente; Jean Pierre Max Matthey Henry - Diretor Financeiro; Jean Pierre Mayor - Diretor; Édio Fernandes Corradini - Diretor; e João Roberto Fernando de Araújo - Diretor. Confere com o original. JEAN PIERRE MAX MATTHEY HENRY - Diretor Financeiro - Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o Registro sob o Número 645.077 em 18.10.88 - Kamel Miguel Nahas - Secretário Geral.

DIANA PRODUTOS TECNICOS DE BORRACHA S/A
C.G.C. M.F. 59.104.976/0001-57

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINARIA E EXTRAORDINARIA, REALIZADAS EM 04 DE MAIO DE 1988. DATA, HORA E LOCAL: Em 04 de Maio de 1988, às 15:30 horas, na sede social, na Rua Três de Dezembro, n.º 06 - Rudge Ramos - São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo. CONVOCAÇÃO: Dispensada da convocação por editais, tendo em vista a presença dos acionistas que representam a totalidade do capital social, conforme "Livro de Presença de Acionistas", de acordo com o parágrafo 4.º do artigo 124 da Lei 6404/76. PUBLICAÇÕES: As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.87, contendo Relatório da Administração foram publicadas no Diário Oficial do Estado do dia 03 de Maio de 1988 e Diário do Comércio Industrial do dia 30 de abril de 1988, respectivamente, deixando de publicar o anúncio previsto no artigo 133 da Lei 6.404/76 por ter sido atendido o disposto no parágrafo 4.º do referido artigo. PRESENÇA: Acionistas representando a totalidade do capital social. MESA: PRESIDENTE: ALBERTO SRUR; SECRETARIO LUIZ ALBERTO SRUR. ORDEM DO DIA: 1) Em Assembléia Geral Ordinária. a) Exame, discussão e votação do Relatório de Atividades e contas da Administração, bem como das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1987. b) Aprovar a correção da expressão monetária do capital social, no montante de Cz$ 205.944.049,69 (Duzentos e cinco milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quarenta e nove cruzados e sessenta e nove centavos). c) Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício no valor de Cz$ 42.331.217,56 (Quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e um mil, duzentos e dezessete cruzados e cinquenta e seis centavos). d) Eleição de novos diretores, com a manutenção da atual Diretoria. e) Outros assuntos de interesse da sociedade. 2) Em Assembléia Geral Extraordinária. a) Aumento do capital social, mediante a capitalização das Reservas de Capital, inalterando o número de ações sem valor nominal que o representa, e consequente modificação do Artigo 5.º dos Estatutos Sociais. b) Outros assuntos de interesse da sociedade. DELIBERAÇÕES: Cumpridas as formalidades legais e estatutárias, foi posta em discussão e votação a matéria constante da Ordem do Dia, tendo os Senhores Acionistas presentes, representando a totalidade do Capital Social, por unanimidade, tomando as seguintes deliberações: 1) EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA, 1.1) Aprovar, sem reservas, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório e Contas da Administração, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1987. 1.2) Do Lucro Líquido do exercício no montante de Cz$ 42.331.217,56 (Quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e um mil, duzentos e dezessete cruzados e cinquenta e seis centavos), deliberou-se destinar Cz$ 2.116.560,88 (Dois milhões, cento e dezesseis mil, quinhentos e sessenta cruzados e oitenta e oito centavos) para a constituição da Reserva Legal, na forma da lei e dos Estatutos Sociais, permanecendo o saldo no valor de Cz$ 40.214.656,68 (Quarenta milhões, duzentos e quatorze mil, seiscentos e cinquenta e seis cruzados e sessenta e oito centavos), em suspenso para futuras utilizações. 1.3) Aprovar a correção da expressão monetária do capital social, no montante de Cz$ 205.944.049,69 (Duzentos e cinco milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quarenta e nove cruzados e sessenta e nove centavos), e sua respectiva capitalização, sendo que o novo capital social será declarado a seguir em Assembléia Geral Extraordinária, após a capitalização de outros valores. 1.4) A atual Diretoria eleita pelas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de Abril de 1986, com mandato para o triênio de 30 de abril de 1986 a 30 de abril de 1989, é mantida com a eleição do novo diretor com mandato idêntico aos demais, sendo o novo diretor eleito por unanimidade de votos, neste ato empossado após cumprimento das formalidades legais e estatutárias, com o seguinte cargo: DIRETOR ADJUNTO - LUIZ ALBERTO SRUR, brasileiro, separado judicialmente, industrial, residente e domiciliado em São Paulo à Rua Jaboticabal n.º 347 - Cidade Jardim, portador da carteira de identidade R.G. n.º 4.441.142. 2) EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA, 2.1) Elevar o Capital Social da Sociedade, de Cz$ 60.987.000,00 (Sessenta milhões, novecentos e oitenta e sete mil cruzados) para Cz$ 268.333.632,00 (Duzentos e sessenta e oito milhões, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e dois cruzados), mediante capitalização das reservas a seguir discriminadas, sem emissão de novas ações: Reserva do Incentivo Fiscal de Imposto de Renda: Cz$ 1.402.582,31 (Hum milhão, quatrocentos e dois mil, quinhentos e oitenta e dois cruzados e trinta e um centavos) e Correção Monetária do Capital: Cz$ 205.944.049,69 (Duzentos e cinco milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quarenta e nove cruzados e sessenta e nove centavos), totalizando o montante de Cz$ 207.346.632,00 (Duzentos e sete milhões, trezentos e quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e dois cruzados), devendo o Artigo 5.º dos Estatutos Sociais vigorar com a seguinte redação: Artigo 5.º - O Capital Social é de Cz$ 268.333.632,00 (Duzentos e sessenta e oito milhões, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e dois cruzados), dividido em 85.700.000 (Oitenta e cinco milhões e setecentas mil) ações ordinárias, nominativas, endossáveis ou ao portador, sem valor nominal, conversíveis de uma forma em outra, por solicitação e à expensas do acionista interessado. Os demais parágrafos do Artigo 5.º permanecem inalterados e em vigor. 2.2) Passando a outros assuntos de interesse da Sociedade, e não tendo sido solicitado o funcionamento do Conselho Fiscal relativamente a ambas as assembléias, o Senhor Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestasse, deu por encerrada a sessão, determinando fosse lavrada a presente ata no livro competente, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. aa) Alberto Srur, a) Alda Lutfalla Srur, a) Luiz Alberto Srur, a) Renato Lutfalla Srur. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. ALBERTO SRUR (Presidente); LUIZ ALBERTO SRUR (Secretário); FERNANDO GARCIA ALVARES (TC-CRC-SP - 32.705). SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DA JUSTIÇA - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - Certifico o registro sob o número 698.853 em 20.02.89 - KAMEL MIGUEL NAHAS - Secretário Geral.

BRADESCO S.A. BANCO COMERCIAL E DE CREDITO IMOBILIÁRIO
CGC. 60.746.948/0001-12

ATA DA 169ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13.1.1989.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO-CERTIDÃO-Certifico o registro sob o número 699.915, em 22.02.89. a) Kamel Miguel Nahas- Secretário Geral.

J.M.B.MONTAGENS INDUSTRIAL S/C LTDA-ME - S/C p/qts.resp.ltda.Sede:Sertaozinho-SP R.Humberto Ortolan,72;ramo:mont. de equip.p/ind.de açucar e alcool.Cap.NCz$.200,00;ass. de ambos.Ger.e Pro-Lab.de José A.Bento. Dur.indeterminada.-

5

4º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fé.
Osasco
2 3 NOV. 2020
Colégio Notarial do Brasil
GUSTAVO ROSA DE BRITO
Escrevente
Válido somente com o selo autenticidade
AU0676AG016764

COMPANHIA REAL DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

AVENIDA PAULISTA, 1.374 - TÉRREO - SÃO PAULO - SP

C.G.C. 46.570.900/0001-49 - BCB A-DF 15/2947

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas:

Submetemos ao conhecimento de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1988, incluindo as Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. O Lucro Líquido atingido foi de Cz$ 3.081.403 mil no exercício e o Patrimônio Líquido atingiu o valor de Cz$ 15.567.237 mil. A A.G.O./A.G.E. realizada em 08.04.88 deliberou aumentar o capital social para Cz$ 437.000.000,00, mediante incorporação de Correção Monetária do Capital Social e da Reserva de Lucros, aumento esta homologado pelo Banco Central do Brasil em 02.05.88. Agradecendo o apoio recebido e a confiança em nossa atuação, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos considerados necessários.

São Paulo, 11 de fevereiro de 1989

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/88

ATIVO	Valores em Cz$ mil	PASSIVO	Valores em Cz$ mil
CIRCULANTE	1.967.002	CIRCULANTE	13.193.697
DISPONIBILIDADES	38	DEPÓSITOS:	32.570.674
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	1.934.857	Empréstimos no País-Outras Instituições	13.823.122
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	(558.579)	Empréstimos no Exterior	426.575
Arrendamentos a Receber-Setor Privado	42.946.107		5.344.493
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(12.508.697)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	13.193.697
(-) Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(994.995)	Empréstimos no País-Outras Instituições	13.823.122
Valores Residuais a Realizar	192.855	Empréstimos no Exterior	426.575
(-) Valores Residuais a Realizar	(102.859)		5.344.493
OUTROS CRÉDITOS	1.481.279	OUTRAS OBRIGAÇÕES	13.282.404
Devedores por Depósitos em Garantia	1.351.417	Créditos de Arrendamentos Cedidos com Coobrigação	11.731.039
Diversos	109.061	Fiscais e Previdenciárias	421.466
OUTROS VALORES E BENS	19.906	Diversas	1.130.000
Outros Valores e Bens	542		12.122.349
Despesas Antecipadas	18.864	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12.122.349
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.818.216	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	3.982.750
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	3.143	Empréstimos no País-Outras Instituições	50.000
Arrendamentos a Receber-Setor Privado	24.580.338	Empréstimos no Exterior	3.782.750
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	124.941.187		3.982.750
Créditos de Arrendamento Mercantil da Liquidação Duvidosa	37.028	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.340.599
(-) Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil da Liquidação Duvidosa	(37.028)	Créditos de Arrendamentos Cedidos com Coobrigação	6.003.374
Valores Residuais a Realizar	137.030	Fiscais e Previdenciárias	1.923.722
(-) Valores Residuais a Realizar	(1.460.188)	Diversas	318.503
OUTROS CRÉDITOS	3.310.073		
Imposto de Renda a Recuperar	3.310.223	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.567.237
Diversos	165.360	- Capital	437.000
	354.435.548	- De Domiciliados no País	3.561.329
INVESTIMENTOS	594.167	- Correção Monetária do Capital	1.547.592
Outros Investimentos	594.167	Reservas de Capital	7.099.781
IMOBILIZADO DE USO	35.413	Reservas de Lucros	2.361.532
Outras Imobilizações de Uso	82.230	Lucros Acumulados	(1.938)
(-) Depreciações de Outras Imobilizações de Uso	(46.817)		
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	43.159.510		
Bens Arrendados a Arrendamento Mercantil	78.619.310		
(-) Depreciações Acumuladas	(35.459.800)		
(-) Valor a Recuperar	(148.637)		
(-) Insuficiência de Depreciações	(8.333.063)		
DIFERIDO	18.236.252		
Despesas de Arrendamento	18.910.746		
Outros Gastos Diferidos	1.039		
(-) Amortização Acumulada do Diferido	(675.533)		
TOTAL DO ATIVO	60.311.200	TOTAL DO PASSIVO	60.311.200

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em Cz$ mil)

EVENTOS	Capital Realizado	Correção Monetária do Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutárias	Lucros a Realizar	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 30.06.88	437.000	680.994	439.945	152.760	158.969	1.001.216	1.802.384	3.973.629
AJUSTES DE PERÍODO ANTERIOR	–	–	–	–	–	–	(1.938)	(1.938)
REVERSÕES DE RESERVAS	–	–	–	–	–	(1.001.216)	1.001.216	–
OUTROS EVENTOS:	–	–	–	–	–	1.761.110	(1.761.110)	–
Subvenções para Investimentos	–	–	–	–	–	–	3.720	3.720
Constituição de Reservas Estatutárias	–	–	3.720	–	2.470.753	–	(2.470.753)	–
CORREÇÃO MONETÁRIA	–	–	–	–	438.521	–	(438.521)	–
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.866.735	1.113.927	–	324.659	–	–	2.866.833	6.972.154
RETIRADAS:	–	–	–	–	–	–	(2.500.409)	(2.500.409)
Reservas	–	–	–	–	–	–	–	–
SALDOS EM 31.12.88	3.303.735	1.794.921	443.665	477.419	2.068.243	1.761.110	3.972.207	15.567.237

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em Cz$ mil)

	Segundo Semestre de 1988	Exercício Findo em 1988	Exercício Findo em 1987
RECEITAS OPERACIONAIS	20.246.457	25.899.950	21.897.990
Rendas de Arrendamento Mercantil	17.940.792	22.787.590	19.686.784
Rendas de Títulos e Aplicações Interfinanceiras	1.110.825	1.215.993	1.215.993
Receitas de Previdência	486.226	1.718.569	1.254.546
Outras Receitas Operacionais	1.254.546	1.718.569	1.254.546
DESPESAS OPERACIONAIS	43.273.236	51.560.519	4.357.551
Despesas de Captação	4.357.551	4.357.551	4.357.551
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses do País	8.618.529	12.148.540	12.148.540
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses do Exterior	3.036.555	3.711.501	3.711.501
Despesas de Arrendamento Mercantil	6.071.557	8.257.219	8.257.219
Despesas de Honorários-Diretoria e Conselho de Administração	13.233	18.484	18.484
Despesas de Pessoal - Proventos, Benefícios, Treinamento e Encargos Sociais	114.503	147.859	147.859
Outras Despesas Administrativas	286.182	396.026	396.026
Aprovisionamento e Ajustes Patrimoniais	4.634.703	5.555.522	5.555.522
Outras Despesas Operacionais	15.745.828	16.930.761	16.930.761
RESULTADO OPERACIONAL	(22.827.283)	(25.660.613)	(25.660.613)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	36.218	63.400	63.400
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	133.668	216.183	216.183
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(85.450)	(148.789)	(148.789)
RESULTADO DE CORREÇÃO MONETÁRIA	24.725.141	29.298.895	29.298.895
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	2.602.408	3.091.403	3.091.403
IMPOSTO DE Rrenda	–	–	–
LUCRO LÍQUIDO	2.602.408	3.091.403	3.091.403
Nº de Ações: 20.000			
Lucro por Ação	Cz$ 130,12	Cz$ 154,57	

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (em Cz$ mil)

	Segundo Semestre de 1988	Exercício Findo em 1988	Exercício Findo em 1987
ORIGEM DOS RECURSOS			
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO PERÍODO	19.624.784	21.021.700	21.021.700
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	–	3.720	134.837
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:			
Aumento dos saldos do Passivo	19.092.737	23.272.203	48.113.720
Depósitos	4.725.032	5.344.493	48.113.720
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.458.420	2.723.124	15.194.580
Outras Obrigações	11.909.277	15.194.580	10.773.375
Diminuição dos saldos do Ativo	16.611.002	10.773.375	18.467.211
Operações de Arrendamento Mercantil	16.489.581	18.467.211	306.161
Outros Créditos	111.393	306.161	19.028
Outros Valores e Bens	19.028	6.000.142	1.375
Alienação de Bens a Investimentos	6.000.142	1.375	4.576.767
Imobilizado de Uso	1.375	4.576.767	27.236.945
Imobilizado de Arrendamento	4.576.805	27.236.945	19.197.577
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	22.060.018	19.197.577	2.007
INVERSÕES EM:	15.844.104	2.007	2.007
Imobilizado de Uso	130	2.007	18.765.771
Imobilizado de Arrendamento	15.765.771	18.765.771	

RCF NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S/A – C.G.C. Nº 53.646.428/0001-72

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 1988

ATIVO	31/12/88	31/12/87	PASSIVO	31/12/88	31/12/87
CIRCULANTE	1.710	631	CIRCULANTE	634	347
Bancos c/Movimento	11	12	Credores Diversos	634	347
Aplicações Mercado Aberto	–	508	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59.426	7.026
Banco do Brasil C/Ouro	1.087	–	Capital	9.470	2.164
Outros Créditos	602	111	Com. Monet. Cap. Real.	77.278	7.306
PERMANENTE	58.350	6.742	Lucro Ptej. Acumulado	(27.322)	(2.444)
IMOBILIZADO	58.350	6.742			
Imóveis	56.603	6.397			
Telefones	831	91			
Veículos	8.419	918			
(-) Depreciações	(9.503)	(665)			
TOTAL DO ATIVO	60.060	7.373	TOTAL DO PASSIVO	60.060	7.373

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (EM CZ$ MIL)

	31/12/88	31/12/87
RECEITAS	1.717	811
Rendas de Títulos	1.342	545
Aluguéis	340	48
Outras	35	218
DESPESAS	6.629	1.348
Desp. Tributárias	270	31
Depreciação	1.309	197
Encargos Sociais	114	5
Desp. Financeiras	37	155
Outras	502	185
Corr. Monet. Exerc.	4.397	767
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(4.912)	537

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM CZ$ MIL)

	Capital	Reserva de Capital	Prejuízo Acumulado	Totais	Exercício Anterior
SALDO EM 31/12/87	2.164	7.306	(2.444)	7.026	1.728
Correção Monetária	–	77.278	(19.966)	57.312	5.835
Aumento de Capital	7.306	(7.306)	–	–	–
Prejuízo do Exercício	–	–	(4.912)	(4.912)	(537)
SALDO EM 31/12/88	9.470	77.278	(27.322)	59.426	7.026

NOTAS EXPLICATIVAS:1. DIRETRIZES CONTÁBEIS - As demonstrações financeiras obedecem à Legislação Societária e Fiscal bem como os princípios contábeis geralmente aceitos. a) O regime é o de competência do exercício. b) O Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido estão corrigidos monetariamente, imputando-se assim, as contas de resultados, os efeitos inflacionários do período. c) O imobilizado está demonstrado ao custo corrigido monetariamente e a depreciação, foi calculada pelo método linear, com a utilização das taxas máximas permitidas pela Legislação Tributária. 2. O Patrimônio Líquido de Cz$ 59.426 mil corresponde a um valor patrimonial de Cz$ 247,03 por lote de 1000 ações. 3. O Capital Social, totalmente integralizado, divide-se em 249.000.000 ações ordinárias no valor de Cz$ 39,45 por lote de 1000 ações.

ROBERTO VICENTINI - Diretor | ODETE CLEUSA ROCHA VICENTINI - Diretora | Antonio Ruiz Silva - Contador – CRC 51562

CASIL S.A. – CARBURETO DE SILÍCIO
C.G.C. nº 51.344.021/0001-09

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: 01.11.88, às 16:00 hs, na Rua XV de Novembro, 244 – 9º andar – São Paulo-SP. PRESENÇA: Compareceram todos os acionistas. MESA: Presidente – Dr. Joaquim Salles Leite, Secretário – Dr. Sylla Franco. DECISÕES: Aprovados: a) aumento do Capital Social de Cz$ 160.000.000,00 para Cz$ 200.000.000,00 mediante a incorporação de lucros, no valor de Cz$ 40.000.000,00, sem emissão de novas ações. b) nova redação do Art. 5º do Estatuto Social que passa a ter a seguinte redação: "Art. 5º – O Capital Social é de Cz$ 200.000.000,00 dividido em 8.028.310.407 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal". ENCERRAMENTO: Lida, aprovada e assinada pelo Presidente, Secretário e os Acionistas. São Paulo, 01.11.88. CERTIDÃO: JUCESP nº 866.986, 06.12.88. Kamel Miguel Nahas – Secretário Geral.

BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.
CGC. 60.746.948/0001-12

ATA DA 168ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29.12.1988.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO-CERTIDÃO-Certifico o registro sob o número 699.912, em 22.02.89, a) Kamel Miguel Nahas- Secretário Geral.

EMPREITEIRA IRMÃOS TEIXEIRA S/C LTDA - ME

Por instrumento de 01 de Março de 1989, DANIEL TEIXEIRA DE FREITAS e BENEDITO TEIXEIRA DE FREITAS, constituiram uma sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada, com sede a Av. Fernão Dias Paes Leme, 1300 - Jardim Primavera - Várzea Pta, sob a razão social de "EMPREITEIRA IRMÃOS TEIXEIRA S/C LTDA - ME, tendo por objetivo a explocação do ramo de Empreiteira de Obras em geral. o capital é de Nczs 3.000,00 (três mil cruzados novos) divididos em 3.000 (mil) cotas no valor de Nczs .. 1.00 (hum cruzado) cada uma, subscritas pelos sócios da seguinte forma:- DANIEL TEIXEIRA DE FREITAS Nczs ..... 1.500,00; BENEDITO TEIXEIRA DE FREITAS Nczs 1.500,00. A responsabilidade dos sócios é limitada a totalidade do capital social, a gerência será exercida pelos sócios em conjunto de dois, e representada por ambos os sócios ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo a administração ser reformada mediante os sócios, a sociedade existirá enquanto convier aos sócios, podendo ser extinta pelo código civil, sendo o patrimonio dividido entre os sócios, o prazo de duração é indeterminado.

ORGANIZAÇÃO DE VENDAS MACHADO DE CAMPOS S/C LTDA - Alt. p/ mudar sede social p/a R.Amador Bueno nº 701 - Rib.Preto - SP. Permanecem em vigor demais cláusulas não alteradas.

EXTRATO DO CONTRATO SOCIAL ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL "CANTINHO DO CÉU" S/C LTDA.Sediada na cidade de Aguaí SP,Inicio atividade 20.02.89,Capital Nczs 1.000,00. Sócios Angela Maria Velim Costa de Oliveira e Rui Sampo de Oliveira,Angela Maria Velim Costa de Oliveira responde pela entidade.Aguaí 23.02.89.

6

4.º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fé.
23 NOV. 2020
GUSTAVO ROSA DE BRITO
Escrevente
Válido somente com o selo de autenticidade
AU067643067672

Documento(s) de Habilitação - BANCO [illegible] (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 835

JUCESP
27 04 22

JUCESP PROTOCOLO
0.418.478/22-3

Banco Bradesco S.A.
CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795
Companhia Aberta
Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 10.3.2022

***Data, Hora, Local*:** Em 10.3.2022, às 16h, de modo exclusivamente digital, nos termos do Parágrafo Terceiro do Artigo 4º da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 131 da Lei nº 6.404/76.

***Mesa*:** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara.

Quórum de Instalação: Acionistas da Sociedade representando mais de dois terços do capital social votante, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**).

Publicações Prévias: a) os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: as Demonstrações Contábeis, os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31.12.2021, foram publicados em 10.2.2022, no jornal "Valor Econômico", páginas 1 a 25; b) o Edital de Convocação foi publicado em 9, 10 e 11.2.2022, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", Caderno Empresarial, respectivamente, páginas 3, 10 e 3; e "Valor Econômico", respectivamente, páginas A9, A11 e A15.

Disponibilização de Documentos: os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas do Conselho de Administração e a das Acionistas Controladoras, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, foram disponibilizados na íntegra, desde 8.2.2022, nos *sites* do Bradesco, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (CVM).

Voto a Distância: os acionistas participantes da Assembleia dispensaram a leitura do Mapa de Votação Consolidado divulgado ao mercado em 9.3.2022, de acordo com o previsto no Parágrafo Quarto do Artigo 21-W da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, o qual também foi colocado à disposição para apreciação dos acionistas. Relativamente ao disposto no Inciso II do Parágrafo Quinto do citado Artigo 21-W, fica registrado que não houve, por parte dos acionistas participantes, qualquer interesse em alterar o voto proferido a distância.

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 836

JUCESP
27 04 22

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária do Banco Bradesco S.A. realizada cumulativamente em 10.3.2022 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

***Deliberações* em pauta extraordinária:** observada a Ordem do Dia, constante do mencionado Edital, foram aprovadas as propostas do Conselho de Administração para:

1. Cancelar as 29.545.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, das quais 17.493.900 ordinárias e 12.051.100 preferenciais, adquiridas por meio de programas de recompra, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

2. Aumentar o capital social em R$4.000.000.000,00, elevando-o de R$83.100.000.000,00 para R$87.100.000.000,00, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 968.953.456 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 485.308.534 ordinárias e 483.644.922 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data-base, a ser fixada após a homologação do processo pelo Banco Central do Brasil, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

   Esclareceu o senhor Secretário que o aumento de capital social ora aprovado contou com a anuência prévia do Conselho Fiscal, por meio de Parecer registrado na Ata da Reunião realizada em 8.2.2022, cuja transcrição foi dispensada por tratar-se de documento lavrado em livro próprio e disponibilizado nos sites do Bradesco, da B3 e da CVM.

   A transcrição do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social, modificado em decorrência das aprovações dos itens "1" e "2", foi dispensada, considerando que o Estatuto Social consolidado passou a fazer parte integrante desta Ata como **Anexo II**.

3. Alterar parcialmente o Estatuto Social:

   - no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º e na alínea "a" do Artigo 24, adaptando-os aos termos da Lei nº 6.404/76;

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 837

JUCESP
27 04 22

- na alínea "e" do Artigo 9º, aprimorando a governança nas operações de aquisição e alienação de participação societária ou de bens integrantes do Ativo não Circulante, que envolvam a Sociedade e suas empresas controladas direta ou indiretamente;
- no "caput" do Artigo 22, conferindo a possibilidade de constituição de Comitês de Remuneração em outras sociedades integrantes da Organização Bradesco;
- a fim de criar o Título XIII e, consequentemente, o Artigo 29 e seu Parágrafo Único, visando a instituir a possibilidade de celebração de contratos de indenidade em favor de administradores e outros beneficiários.

Em seguida, disse o senhor Secretário que as matérias aprovadas nos itens 1 e 2, além dos dispositivos estatutários alterados por ocasião da reforma parcial do estatuto deliberada no item 3, somente entrarão em vigor e se tornarão efetivos depois de homologados pelo Banco Central do Brasil, tendo sido dispensadas as suas transcrições, considerando que, conforme mencionado no item 2, o Estatuto Social consolidado passou a fazer parte integrante desta Ata como **Anexo II**.

4. Instituir o Programa de Geração Adicional de Valor da Organização Bradesco destinado às sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Bradesco que se dediquem a modelos de negócio em desenvolvimento, presentes ou futuros, com elevado potencial de geração adicional de valor aos acionistas do Bradesco. Em suma, os diretores estatutários ou não estatutários e/ou empregados chave do Banco Bradesco e/ou suas sociedades controladas terão a oportunidade de investir recursos próprios na aquisição de participação societária nos Ativos de Geração Adicional de Valor e, com isso, participar da geração de valor a ser entregue aos acionistas do Bradesco ao longo do tempo.

   Esclareceu o senhor Secretário que todas as características do programa constaram da proposta que a Sociedade divulgou ao mercado no dia 8 de fevereiro passado, razão pela qual foram dispensadas as suas transcrições.

.....

.....

Lavratura e Publicação da Ata: autorizada a lavratura da Ata na forma de sumário, bem como a sua publicação, no jornal "Valor Econômico" único jornal onde a

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 838

JUCESP
27 04 22

Companhia efetuará todas as suas publicações legais, com a omissão das assinaturas dos acionistas participantes, na forma prevista nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

Quórum das Deliberações: aprovadas por maioria absoluta de votos, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**), que detalha as quantidades de aprovações, rejeições e abstenções de cada uma das deliberações, ficando registrado que os resultados contemplam, além dos votos proferidos pelos acionistas participantes dessa Assembleia 100% digital, também as votações por meio dos Boletins de Voto a Distância que a Companhia recebeu até 3.3.2022, de acordo com o estabelecido no Artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como dos votos dos detentores de ADRs - *American Depositary Receipts*.

Aprovação e Assinatura da Ata: foi esta Ata aprovada por todos os acionistas participantes sendo que, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, serão considerados assinantes os acionistas de que trata o parágrafo primeiro do artigo 21-V.

Mesa presente via participação digital, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 21-C da Instrução CVM 481/2009: Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara; Auditor: Cláudio Rogélio Sertório; Administrador: Octavio de Lazari Junior.

Acionistas participantes nos termos do inciso III do caput e Parágrafo Primeiro do Artigo 21-V da Instrução CVM 481/2009: Henrique Borenstein, IGN Participações Ltda., Ivan Gamba Natel, Magnat Participações Ltda., Mauricio Gamba Natel, Rodrigo Rhormens Alves Natel, 1199 HEALTH CARE EMPLOYEES PENSION FUND, 1199 SEIU GREATER NEW YORK PENSION FUND, 1199SEIU HOME CARE EMPLOYEES PENSION FUND, 1895 FONDS FGR, ABERDEEN E. MARKETS EQUITY INCOME FUND. INC, ABERDEEN GLOBAL EQUITY IMPACT FUND, ABERDEEN INV FUNDS ICVC III - ABERDEEN GLOBAL EMERG M Q E FD, ABERDEEN INVESTMENT FUNDS UK ICVC II - ABERDEEN EMERGING MARKETS EQUITY TRACKER FUND, ABERDEEN LATIN AMERICAN EQUITY FUND, ABERDEEN MANAGED DISTRIBUTION FUND, ABERDEEN STANDARD OEIC II - ASI EMERGING MARKETS INCOME E. F, ABU DHABI RETIREMENT PENSIONS AND BENEFITS FUND, ADVANCED SERIES TRUST - AST BLACKROCK GLOBAL STRATEGIES PORTFOLIO, AEGON CUSTODY AS DEP FOR STICHTING MM EMERGING MARKETS

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 839

JUCESP
27 04 22

FUND, AEGON CUSTODY BV, AEGON CUSTODY BV RE MM EMERGING MARKETS FUND, AGF EMERGING MARKETS EQUITY FUND, AGF EMERGING MARKETS FUND, AGF INVESTMENTS INC, AGFIQ EMERGING MARKETS EQUITY ETF, ALBERTA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION, ALLIANCE TRUST PLC, ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS DSPT, ALLIANZ GLOBAL INVESTORS FUND - ALLIANZ BEST STYLE, AMERICAN CENT STRAT ASSET ALLOCATIONS, INC. - STRATEG A AG F, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS EQUITY ETF, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS EQUITY FUND, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS EMERGING MARKETS VALUE ETF, AMERICAN CENTURY STRATEGIC ASSET AL, INC. - STRAT AL: CON FD, AMERICAN CENTURY STRATEGIC ASSET ALLOCATIONS, INC.-STR A M F, AMERICAN CENTURY WORLD MUTUAL FUND, INC- NON-U.S.I.V.FUND, AMERICAN HEART ASSOCIATION, INC., AMF PENSIONSFORSAKRING AB, ARERO - DER WELTFONDS –NACHHALTIG, ARGA EMERGING MARKETS EQUITY FUND A SUB-FUND OF A. FUNDS TRU, ARGA EMERGING MARKETS EX CHINA FUND, A SERIES OF A, ARGA EMERGING MARKETS VALUE FUND, ARIZONA PSPRS TRUST, ASCENSION ALPHA FUND, LLC, ASSET MANAGEMENT EXCHANGE UCITS CCF, AUSTRALIANSUPER PTY LTD AS TRUSTEE FOR, AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F, AVIVA INVESTORS, AVIVA LIFE PENSIONS UK LIMITED, AWARE SUPER PTY LTD, AXA IM SUSTAINABLE EQUITY FUND, AXA INVESTMENT MANAGERS SCHWEIZ AG ON BEHALF OF AX, AXA ROSENBERG EQUITY ALPHA TRUST, BAILLIE GIFFORD EMMERGING MARKETS LEADING COMPANIES FUND, BARCLAYS MULTI-MANAGER FUND PUBLIC LIMITED COMPANY, BBH GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY MASTER FU, BEA UNION INVESTMENT GLOBAL EQUITY FUND, BELLSOUTH CORPORATION RFA VEBA TRUST, BENEFIT FUNDS INVESTMENT TRUST - EMERGING MARKETS, BETASHARES GLOBAL BANKS ETF - CURRENCY HEDGED, BLACKROCK A. M. S. AG ON B. OF I. E. M. E. I. F. (CH), BLACKROCK ADVANTAGE E. M. FUND OF BLACKROCK FUNDS, BLACKROCK ADVANTAGE GLOBAL FUND INC, BLACKROCK ASSET MANAG IR LT I ITS CAP A M F T BKR I S FD, BLACKROCK CDN MSCI EMERGING MARKETS INDEX FUND, BLACKROCK GA D. E. FUND OF M. ACCOUNT SERIES, BLACKROCK GL ALLOCATION PORTFOLIO OF BLACKROCK SER FD, INC, BLACKROCK GLOBAL ALLOC V.I. FD OF BLACKROCK VAR SER FDS, INC, BLACKROCK GLOBAL ALLOCATION COLLECTIVE FUND, BLACKROCK GLOBAL ALLOCATION FUND (AUST), BLACKROCK GLOBAL FUNDS-GLOBAL ALLOCATION FUND, BLACKROCK GLOBAL FUNDS-GLOBAL DYNAMIC EQUITY FUND, BLACKROCK GLOBAL INDEX FUNDS, BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST COMPANY NA, BLACKROCK LIFE LIMITED - DC OVERSEAS EQUITY FUND, BLACKROCK MSCI ACWI ESG FOCUS INDEX FUND, BLACKROCK STRATEGIC FUNDS - BLACKROCK SYSTEMATIC

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 840

JUCESP
27 04 22

GLOBAL E F, BLAKROCK GLOBAL ALLOCATION FUND INC, BMO MSCI EMERGING MARKETS INDEX ETF, BNYM MELLON CF SL EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, BOARD OF PENSIONS OF THE EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMERICA, BORDER TO COAST EMERGING MARKETS EQUITY FUND, BPI BRASIL, FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO FLEXIVEL, BRIGHTHOUSE FUNDS TRUST I-SSGA EMERGING MARKETS EM, BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME, BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, CALVERT EMERGING MARKETS, ADVANCEMENT FUND, CARESUPER, CATHAY LIFE INSURANCE CO. LTD, CCL Q 130/30 FUND II, CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND, CCL Q INTERNATIONAL EQUITY FUND, CDN ACWI ALPHA TILTS FUND, CENTRAL PROVIDENT FUND BOARD, CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF N B FUND, CHANG HWA COM BK LTD IN ITS CAP AS M CUST OF P LAT A EQ FD, CHEVRON UK PENSION PLAN, CHUNGHWA POST CO, LTD, CIBC EMERGING MARKETS EQUITY INDEX ETF, CIBC EMERGING MARKETS INDEX FUND, CITITRUST LIM AS TR OF BLACK PREMIER FDS- ISH WOR EQU IND FD, CITITRUST LTD A T VANG FDS S - VANGUARD MODERATE GROWTH FUND, CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, CITY OF PHILADELPHIA PUB EMPLOYEES RET SYSTEM, CLARITAS LONG SHORT MASTER FI MULTIMERCADO, CLINTON NUCLEAR POWER PLANT QUALIFIED FUND, CMLA EMERGING MARKETS FUND, CMLA INTERNATIONAL SHARE FUND, CN CANADIAN MASTER TRUST FUND, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, COLONIAL FIRST STATE INVESTMENT FUND 10, COLONIAL FIRST STATE INVESTMENT FUND 50, COLONIAL FIRST STATE WHOLESALE INDEXED GLOBAL SHAR, COLUMBIA EM CORE EX-CHINA ETF, COMMONWEALTH EMERGING MARKETS FUND 3, COMMONWEALTH EMERGING MARKETS FUND 6, COMMONWEALTH GLOBAL SHARE FUND 16, COMMONWEALTH GLOBAL SHARE FUND 22, COMMONWEALTH GLOBAL SHARE, FUND 23, COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION, CONNECTICUT GENERAL LIFE INSURANCE COMPANY, CONSOLIDATED EDISON RETIREMENT PLAN, CONSTRUCTION BUILDING UNIONS SUPER FUND, CONSULTING GROUP CAPITAL MARKETS FUNDS - EMERGING MARKETS EQUITY FUND, COUNTY EMPLOYEES ANNUITY AND BENEFIT FUND OF THE COOK COUNTY, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. AS TR F HSBC BRAZIL NEW MO FUND, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. RE: EMERGING EQUITY PASSIVE MOTHER FUND, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. RE: RTB DWS B. E. P. M., CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. RE: RTB NIKKO BRAZIL EQUITY ACTIVE MOTHER FUND, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. RE: STB DAIWA EMERGING, EQUITY FUNDAMENTAL INDEX MOTHER FUND, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. SMTB D. M. C.

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 841

JUCESP
27 04 22

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária do Banco Bradesco S.A. realizada cumulativamente em 10.3.2022 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

E. E. M. F., CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. STB BRAZIL STOCK MOTHER FUND, CUSTODY.B.O.J,L.S.E.C.D.Y.EQUITY MOTHER FUND, DANSKE INVEST SICAV, DEKA INVESTMENT GMBH FOR ELB-FUNDMASTER 1, DELA DEPOSITARY ASSET MANAGEMENT B.V., DESJARDINS RI EMERGING MARKETS - LOW CO2 INDEX ETF, DESJARDINS RI EMERGING MARKETS MULTIFACTOR - LOW C, DESJARDINS RI GLOBAL MULTIFACTOR - FOSSIL FUEL RES, DEUTSCHE ASSET MANAGEMENT S.A. FOR ARERO - DER WEL, DEUTSCHE ASSET WEALTH MANAGEMENT INVESTMENT GMBH FOR D GPF, DEUTSCHE INVEST I BRAZILIAN EQUITIES, DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HEDGED EQUITY ETF, DFC EMERGING MARKETS EQUITY FUND, DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM, DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND, DUPONT PENSION TRUST, DWS ADVISORS EMERGING MARKETS EQUITIES-PASSIVE, DWS I. GMBH FOR DEAM-FONDS KG-PENSIONEN, DWS INVEST (IE) ICAV, DWS INVEST EMERGING MARKETS TOP DIVIDEND, DWS INVEST LATIN AMERICAN EQUITIES, DWS LATIN AMERICA EQUITY FUND, EASTSPRING INVESTMENTS, EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD, EATON VANCE INT (IR) F PLC-EATON V INT (IR) PAR EM MKT FUND, EATON VANCE MANAGEMENT, EM BRAZIL TRADING 2 LLC, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, EMERGING MARKETS ALPHA TILTS FUND, EMERGING MARKETS ALPHA TILTS FUND B, EMERGING MARKETS ALPHA TILTS-ENHANCED FUND, EMERGING MARKETS EQUITY CORPORATE CLASS, EMERGING MARKETS EQUITY FUND, EMERGING MARKETS EQUITY INDEX ESG SCREENED FUND B, EMERGING MARKETS EQUITY INDEX MASTER FUND, EMERGING MARKETS EQUITY POOL, EMERGING MARKETS EQUITY SELECT ETF, EMERGING MARKETS FUND, EMERGING MARKETS GREAT CONSUMER FUND, EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDABLE FUND, EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDABLE FUND B, EMPLOYEES RET SYSTEM OF THE STATE OF HAWAII, EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF GEORGIA, EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, EQ/EMERGING MARKETS EQUITY PLUS PORTFOLIO, EUROPEAN CENTRAL BANK, EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR, EXELON GENERATION COMP, LLC TAX, QUALIFIED NUCLEAR DECOMM PAR, FEDERATED HERMES GLOBAL ALLOCATION FUND, FIAM GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS, FIAM SELECT EMERGING MARKETS EQUITY, FUND, LP, FIDEICOMISO FAE, FIDELITY CONCORD STREET TRUST: FIDELITY ZERO, INTERNATIONAL INDEX FUND, FIDELITY COVINGTON TRUST: FIDELITY TARGETED EMERGING MARKETS FACTOR ETF, FIDELITY GLOBAL CONCENTRATED EQUITY FUND, FIDELITY GLOBAL CONCENTRATED EQUITY INSTITUTIONAL, FIDELITY GLOBAL EQUITY INVESTMENT TRUST, FIDELITY INSTITUTIONAL FD FID EMERGING MARKETS FD, FIDELITY INSTITUTIONAL FUNDS ICVC - SELECT EM MA EQ FUND, FIDELITY

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 842

JUCESP
27 04 22

INTERNATIONAL EQUITY INVESTMENT TRUST, FIDELITY INTERNATIONAL VALUE FUND, FIDELITY INVESTMENT FUNDS FIDELITY INDEX EMERG MARKETS FUND, FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY SERIES EMERGIN, FIDELITY INVESTMENTS MONEY MANAGEMENT INC, FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC A E M FUND, FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC ADVISE, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY EMERGING MARKETS INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY GLOBAL EX U.S. INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY INTERNATIONAL SUSTAINABILITY INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SAI EMERGING MARKETS INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SERIES GLOBAL EX U.S. INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY TOTAL INTERNATIONAL INDEX FUND, FIDELITY SELECT EMERGING MARKETS EQUITY INSTITUTIONAL TRUST, FIDELITY SELECT GLOBAL PLUS ALL CAP EQUITY INSTITUTIONAL TRU, FIRST TRUST BRAZIL ALPHADEX FUND, FIRST TRUST LATIN AMERICA ALPHADEX FUND, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND, FORBES REINSURANCE COMPANY LTD, FORD MOTOR COMPANY OF CANADA, L PENSION TRUST, FORSTA AP-FONDEN, FP RUSSEL INV ICVC - FP RUSSEL INV INT GROWTH ASSETS FUND, FRANKLIN EMERGING MARKETS CORE EQUITY FUND, FRANKLIN FUND ALLOCATOR SERIES - FRANKLIN EMERGING, FRANKLIN LIBERTYQT EMERGING MARKETS INDEX ETF, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, FRANKLIN TEMPLETON ETF T - FRANKLIN LIBERTYQ EMERGING M ETF, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST -FRANKLIN LIBERTYQ GLOBAL E ETF, FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS, FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS, GAM MULTISTOCK, GAM STAR FUND PLC, GENERAL PENSION AND SOCIAL SECURITY AUTHORITY, GENESIS EMERGING MARKETS FUND LIMITED, GLOBAL ALL CAP ALPHA TILTS FUND, GLOBAL ALPHA TILTS ESG NON-LENDABLE FUND B, GLOBAL ALPHA TILTS FUND A, GLOBAL ALPHA TILTS FUND B, GLOBAL ASSET MANAGEMENT STRATEGIES - EMERGING MARKETS E S, GLOBAL EMERGING MARKETS BALANCE PORTFOLIO, GLOBAL EX-US ALPHA TILTS FUND, GLOBAL EX-US ALPHA TILTS FUND B, GLOBAL MACRO CAPITAL OPPORTUNITIES PORTFOLIO, GMO BENCHMARK-FREE FUND, A SERIES OF GMO TRUST, GMO C FD MASTER P,A SERIES OF GMO OFFSHORE MASTER P V LTD, GMO GLOBAL EQUITY ALLOCATION INVESTMENT FUND, GMO GLOBAL R RETURN (UCITS) F, A SUB-FUND OF GMO FUNDS PLC, GMO IMPLEMENTATION FUND, A SERIES OF GMO TRUST, GOLDMAN SACHS EMERGING MARKETS MULTI-ASSET PORTFOLIO, GOLDMAN SACHS ETF ICAV ACTING SOLELY ON

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 843

JUCESP
27 04 22

BEHALF OF, GOLDMAN SACHS ETF TRUST - GOLDMAN S ACTIVEBETA E M E ETF, GOLDMAN SACHS ETF TRUST - GOLDMAN SACHS EMERGING M, GOLDMAN SACHS FUNDS - GOLDMAN SACHS E M C (R) EQ PORTFOLIO, GOLDMAN SACHS FUNDS - GOLDMAN SACHS E MARKETS EQ PORTFOLIO, GOLDMAN SACHS FUNDS - GOLDMAN SACHS GLOBAL ABSOLUTE RETURN P, GOLDMAN SACHS TRUST - GOLDMAN SACHS EMERGING MARKETS E I F, GOLDMAN SACHS TRUST II - MULTI-MANAGER INTERNATIONAL E FUND, GOLDMAN SACHS UK RETIREMENT PLAN, GQG PARTNERS EMERGING MARKET EQUITY FUND - GQG GLOBAL UCITS, GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY FUND, GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY FUND (AUSTRALIA), GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY FUND-GQG PARTNERS S LLC, GUIDEMARK EMERGING MARKETS FUND, GUIDESTONE FUNDS EMERGING MARKETS EQUITY FUND, H.E.S.T. AUSTRALIA LIMITED, HARTFORD SCHRODERS DIVERSIFIED EMERGING MARKETS FU, HC CAPITAL TRUST THE EMERGING MARKETS PORTFOLIO, HEXAVEST EMERGING MARKETS FUND, HEXAVEST SYSTEMATIC ESG EMERGING MARKETS EQUITY FU, HIGHSTREET GLOBAL EQUITY FUND, HOSPITAL AUTHORITY PROVIDENT FUND SCHEME, HSBC BANK PLC AS TRUSTEE OF STATE STREET AUT EMERGING MARKET SCREENED (EX CONTROVERSIES AND CW) INDEX EQUITY FUND, IBBOTSON INTERNATIONAL BONDS CORE (HEDGED) TRUST, IBM 401(K) PLUS PLAN, IMCO EMERGING MARKETS PUBLIC EQUITY LP, IN BK FOR REC AND DEV,AS TR FT ST RET PLAN AND TR/RSBP AN TR, INTECH GLOBAL ALL COUNTRY ENHANCED INDEX FUND LLC, INTERNATIONAL EXPATRIATE BENEFIT MASTER TRUST, INTERNATIONAL MONETARY FUND, INVESCO EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LP, INVESCO EMERGING MARKETS EQUITY TRUST, INVESCO FTSE RAFI EMERGING MARKETS ETF, INVESCO FUNDS, INVESCO LATIN AMERICAN FUND (UK), INVESCO MARKETS III PLC - INV FTSE RI EMERGING MARK U ETF, INVESCO MARKETS III PLC - INVESCO FTSE RAFI ALL-WORLD 3000 U, INVESCO MSCI EMERGING MARKETS ESG UNIVERSAL SCREEN, INVESCO OPPENHEIMER DEVELOPING MARKETS FUND, INVESCO OPPENHEIMER GLOBAL ALLOCATION FUND, INVESCO OPPENHEIMER GLOBAL MULTI-ASSET GROWTH FUND, INVESCO PUREBETASM FTSE EMERGING MARKETS ETF, INVESCO RAFI FUNDAMENTAL GLOBAL INDEX TRUST, INVESTERINGS FORENINGEN DANSKE INVEST, INVESTERINGSFORENINGEN BANKINVEST, EMERGING MARKETS AKTIER K, INVESTERINGSFORENINGEN D. I. I. G. AC R. - A. KL, INVESTERINGSFORENINGEN DANSKE INVEST SELECT, INVESTERINGSFORENINGEN NORDEA INVEST EMERGING MKTS E. KL, INVESTERINGSFORENINGEN NORDEA INVEST STABIL BALANCERET KL, INVESTORS WHOLESALE EMERGING MARKETS EQUITIES TRUST, IRISH LIFE ASSURANCE PLC, ISHARES (DE) I, INVESTMENTAKTIENGESELLSCHAFT MIT TG, ISHARES CORE MSCI EMERGING

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 844

JUCESP
27 04 22

MARKETS ETF, ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF, ISHARES EMERGING MARKETS FUNDAMENTAL INDEX ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, ISHARES ESG ADVANCED MSCI EM ETF, ISHARES ESG MSCI EM ETF, ISHARES ESG MSCI EM LEADERS ETF, ISHARES II PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI ACWI ETF, ISHARES MSCI ACWI EX U.S. ETF, ISHARES MSCI ACWI LOW CARBON TARGET ETF, ISHARES MSCI BRAZIL ETF, ISHARES MSCI BRIC ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, ITAÚ FUNDS - LATIN AMERICA EQUITY FUND, JANA MULTI-MANAGER GLOBAL SHARE TRUST, JEFFREY LLC, JNL EMERGING MARKETS INDEX FUND, JNL MULTI-MANAGER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, JNL/BLACKROCK GLOBAL, ALLOCATION FUND, JNL/FRANKLIN TEMPLETON GROWTH ALLOCATION FUND, JNL/GQG EMERGING MARKETS EQUITY FUND, JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND, JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY ALLOCAT, JOHN HANCOCK FUNDS II MULTI-ASSET ABSOLUTE RETURN FUND, JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND, JOHN HANCOCK TRUST COMPANY COLLECTIVE INVESTMENT T, JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST, JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST INTERN EQUITY INDEX TRUST, JPMORGAN DIVERSIFIED RETURN EMERGING MARKETS EQUITY ETF, JPMORGAN EMERGING MARKETS EQUITY CORE ETF, KAISER FOUNDATION HOSPITALS, KAISER PERMANENTE GROUP TRUST, KAPITALFORENINGEN EMD INVEST, EMERGING MARKETS IND, KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO, GLOBAL EQUITIES I, KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO, GLOBALE AKTIER IND, KAPITALFORENINGEN LAEGERNES PENSIONSINVESTERING, LPI AEM III, KAPITALFORENINGEN LD, SMART BETA-MANDAT, KAPITALFORENINGEN PENSAM INVEST, PSI 3 GLOBALE AKTIER 3, KRANESHARES MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA INDEX E, LAERERNES PENSION FORSIKRINGSAKTIESELSKAB, LATTICE EMERGING MARKETS STRATEGY ETF, LAY E RETIREMENT PLAN OF THE ARCHDIOCESE OF PHILADELPHIA, LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC, LAZARD EMERGING MARKETS EQUITY BLEND PORTFOLIO, LAZARD INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY PORTFOLIO, LEGAL GENERAL U. ETF P. LIMITED COMPANY, LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD CLIMATE CHANGE EQUITY FACTORS INDEX FUND, LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED, LEGAL GENERAL CCF, LEGAL GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, LEGAL GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, LEGAL GENERAL ICAV, LEGAL GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, LEGAL GENERAL SCIENTIFIC BETA EMERGING MARKETS FUND, LLC,

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 845

JUCESP
27 04 22

LGIASUPER TRUSTEE, LGPS CENTRAL EMERGING MARKETS EQUITY ACTIVE MULTI, LGPS CENTRAL GLOBAL MULTI FACTOR EQUITY INDEX FUND, LIONTRUST INVESTMENT FUNDS I - LIONTRUST LATIN AMERICA FUND, LOCAL AUTHORITIES SUPERANNUATION FUND, LOCKHEED MARTIN CORP DEFINED CONTRIBUTION PLANS MASTER TRUST, LOCKHEED MARTIN CORP MASTER RETIREMENT TRUST, LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION, LVIP BLACKROCK ADVANTAGE ALLOCATION FUND, LVIP BLACKROCK GLOBAL ALLOCATION FUND, LVIP SSGA EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, MACQUARIE MULTI-FACTOR FUND, MACQUARIE TRUE INDEX EMERGING MARKETS FUND, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, MASSMUTUAL PREMIER STRATEGIC EMERGING MARKETS FUND, MASSMUTUAL SELECT BLACKROCK GLOBAL ALLOCATION FUND, MASSMUTUAL SELECT T. ROWE PRICE INTERNATIONAL EQUITY FUND, MERCER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, MERCER EMERGING MARKETS FUND, MERCER EMERGING MARKETS SHARES FUND, MERCER PRIVATE WEALTH INTERNATIONAL FOCUSED EQUITY POOL, MERCER QIF FUND PLC, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, MG (LUX) INVESTMENT FUNDS 1, MG GLOBAL E. M. FUND A SUB FUND OF MG I. F. (7), MG INVESTMENT FUNDS (7) - MG EMERGING MARKETS MO, MGI FUNDS PLC, MGTS AFH DA GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND, MICHIGAN CATHOLIC CONFERENCE MASTER PENSION TRUST, MINEWORKERS' PENSION SCHEME, MINISTRY OF ECONOMY AND FINANCE, MIP ACTIVE STOCK MASTER PORTFOLIO, MIRAE ASSET GEM GREAT CONSUMER EQUITY FUND, MIRAE ASSET GLOBAL DISCOVERY FUND, MML STRATEGIC EMERGING MARKETS FUND, MOBIUS LIFE LIMITED, MOMENTUM GLOBAL FUNDS, MSCI ACWI EX-U.S. IMI INDEX FUND B2, MSCI EQUITY INDEX FUND B – BRAZIL, MUNICIPAL E ANNUITY A B FUND OF CHICAGO, NAT WEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL EQUITY UNIT TRUST, NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND, NATIONAL WESTMINSTER BANK PLC AS TRUSTEE OF ST. JÁ, NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES LIMITED AS, NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES, LIMITED AS TRUSTEE OF ST. JAMES'S PLACE STRATEGIC MANAGED UNIT TRUST, NAVARRO 1 FUND LLC, NEW AIRWAYS PENSION SCHEME, NEW YORK LIFE INSURANCE AND ANNUITY CORPORATION, NEW YORK LIFE INSURANCE COMPANY, NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND, NEW YORK STATE NURSES ASSOCIATION P P, NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND, NFS LIMITED, NGS SUPER, NINETY ONE GLOBAL STRATEGY FUND, NISSAY UCITS FUNDS - NISSAY GLOBAL EMERGING EQUITY, NN (L) FIRST CLASS MULTI ASSET, NN (L) FIRST CLASS MULTI ASSET PREMIUM, NON-US EQUITY MANAGERS PORTFOLIO 4 OFFSHORE MASTER L.P., NON-US EQUITY MANAGERS: PORTFOLIO 1 SERIES, NORDEA 1 - ALPHA 10 MA FUND, NORDEA 1 - ALPHA 7 MA FUND,

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) · SEI 2021.011045 / pg. 846

JUCESP
27 04 22

NORDEA 1- ALPHA 15 MA FUND, NORDEA 1 SICAV - GBP DIVERSIFIED RETURN FUND, NORDEA 1 SICAV - NORDEA 1 STABLE RETURN FUND, NORDEA 1 SICAV NORDEA 1 STABLE EMERGING MARKETS EQUITY FUND, NORDEA 1, SICAV- NORDEA 1- LATIN AMERICAN EQUITY FUND, NORDEA 2 - VAG OPTIMISED STABLE RETURN FUND, NORDEA 2 SICAV, NORDEA 2, SICAV - EMERGING MKTS SUSTAINABLE ENHANCED EQ FUND, NORDEA DEDIC. INVEST. F., SICAV-FIS-MA LIQUID ALTER. I FUND, NORDEA DEDICATED INV FD, SICAV-FIS-MA LIQ ALTERNATIVE II FD, NORDEA EQUITY OPPORTUNITIES FUND, NORDEA GENERATIONSFOND 60-TAL, NORDEA GENERATIONSFOND 70-TAL, NORDEA GENERATIONSFOND 80-TAL, NORDEA GENERATIONSFOND 90-TAL, NORDEA STABIL, NORGES BANK, NORTHERN EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, NORTHERN TRUST COLLECTIVE ALL COUNTRY WORLD I (ACWI) E-U F-L, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS INDEX FUND-LEND, NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC, NOVA SCOTIA PUBLIC SERVICE SUPERANNUATION FUND, NOVA SCOTIA TEACHERS' PENSION FUND, NTCC COLLECTIVE FUNDS FOR EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS, NTGI QM COMMON DAILY ALL COUNT WORLD EXUS EQU INDEX FD LEND, NTGI QUANTITATIVE MANAGEMENT COLLEC FUNDS TRUST, NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF – LENDING, NTGI-QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EQUITY I F- NON L, NUVEEN MULTI-ASSET INCOME FUND, NVIT GS EMERGING MARKETS EQUITY INSIGHTS FUND, OFI INVEST, ONEPATH GLOBAL EMERGING MARKETS SHARES(UNHEDGED) INDEX POOL, OREGON PUBLIC EMPLOYEES, RETIREMENT SYSTEM, PACE INT EMERG MARK EQUITY INVESTMENTS, PACIFIC GAS A EL COMP NU F Q CPUC DEC, MASTER TRUST, PACIFIC SELECT FUND, PACIFIC SELECT FUND - PD EMERGING MARKETS PORTFOLIO, PANAGORA GROUP TRUST, PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND, PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND, PARAMETRIC TMEMC FUND, LP, PENSIONDANMARK PENSIONSFORSIKRINGSAKTIESELSKAB, PEOPLE S BANK OF CHINA, PERTERRA EMERGING MARKETS FUND, L.P., PF EMERGING MARKETS FUND, PHILADELPHIA GAS WORKS PENSION PLAN, PICTET - EMERGING MARKETS INDEX, PICTET CH INSTITUTIONAL - EMERGING MARKETS TRACKER, PIMCO EQUITY SERIES: PIMCO RAE EMERGING MARKETS FUND, PIMCO RAE EMERGING MARKETS FUND LLC, PINNACLE ICAV - AIKYA GLOBAL EMERGING FUND- UCITS, PIONEER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, PLURIBUS LABS GLOBAL CORE EQUITY MASTER FUND LP, POOL REINSURANCE COMPANY LIMITED, POPLAR TREE FUND OF AMERICAN INVESTMENT TRUST, PRESCIENT GLOBAL FUNDS PLC, PRINCIPAL FINANCIAL SERVICES, INC, PRINCIPAL FUNDS INC. - ORIGIN EMERGING MARKETS FUND, PRINCIPAL GLOBAL INVESTORS FUNDS, PUBLIC EMPLOYEES PENSION PLAN, PUBLIC

A.C.J. D.R.C.

JUCESP
27 04 22

EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF COLORADO, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEXICO, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF MISSISSIPPI, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, PUBLIC SECTOR PENSION INVESTMENT BOARD, QIC INTERNATIONAL EQUITIES FUND, QIC LISTED EQUITIES FUND, QP INVESTIMENTOS LLC, QS INVESTORS DBI GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP, QSUPER, RBC EMERGING MARKETS EQUITY FUND, RBC EMERGING MARKETS EQUITY FUND (USA), RBC FUNDS (LUX) - EMERGING MARKETS EQUITY FUND, RBC QUANT EMERGING MARKETS DIVIDEND LEADERS ETF, RBC QUANT EMERGING MARKETS EQUITY LEADERS ETF, RBC VISION FOSSIL FUEL FREE EMERING MARKETS EQUITY, RELIANCE TRUST INSTITUTIONAL RETIREMENT TRUST SERIES TWELVE, RETIREMENT INCOME PLAN OF SAUDI ARABIAN OIL COMPANY, ROBECO CAPITAL GROWTH FUNDS, RUSSEL EMERGING MARKETS EQUITY POOL, RUSSELL GLOBAL OPPORTUNITIES FUND, RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC - REM EQUITY PLUS FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY EMERGING MARKETS FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY, RUSSELL INVESTMENT COMPANY, RUSSELL TAX-MANAGED INTERNATIONAL, RUSSELL INVESTMENT MANAGEMENT LTD AS TRUSTEE OF THE RUSSELL, RUSSELL INVESTMENT MANAGEMENT LTD.AS T OF THE R M-A F E FUND, RUSSELL INVESTMENTS SUSTAINABLE GLOBAL SHARES EX F, RUSSELL TAX EFFECTIVE GLOBAL SHARES FUND, RUSSELL TR COMPANY COMMINGLED E. B. F. T. R. L. D. I. S., RWC EMERGING MARKETS EQUITY MASTER FUND LIMITED, RWC FUNDS - RWC GLOBAL EMERGING MARKETS FUND, RWC GLOBAL EMERGING EQUITY FUND, RWC LATIN AMERICA EQUITY FUND, SAFRA SETORIAL BANCOS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, SAUDI ARABIAN MONETARY AUTHORITY, SBC MASTER PENSION TRUST, SCHRODER EMERGING MARKETS FUND SUSTAINABLE FUND, SCHRODER GEP GLOBAL EMERGING MARKETS FUND, SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND, SCHRODER INTL SELECTION F - LATIN AMERICAN, SCHRODER PENSION MANAGEMENT LIMITED, SCHRODER QEP EMERGING MARKETS MULTI-CAP EQUITY TRU, SCHRODER SUSTAINABLE MULTI-FACTOR EQUITY FUND, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGOING MARKETS LARGE COMPANY INDEX ETF, SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX FUND, SCOTIA PRIVATE EMERGING MARKETS POOL, SCOTTISH WIDOWS INVESTMENT SOLUTIONS FUNDS ICVC- FUNDAMENTAL INDEX EMERGING MARKETS EQUITY FUND, SCOTTISH WIDOWS MANAGED INVESTMENT FUNDS ICVC – INT, SCRI ROBECO QI INST EMERG MKTS ENHANCED IND EQUITIES FUND, SCRI-ROBECO QI CUST EMERG MARKETS ENHANCED INDEX EQUIT FUND, SEGALL BRYANT

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 848

JUCESP
27 04 22

HAMILL EMERGING MARKETS FUND, SEI GLOBAL MASTER FUND PLC - THE SEI FACTOR ALLOCA, SEI GLOBAL MASTER FUND PLC, THE SEI EMERGING MKT EQUITY FUND, SEI INST INT TRUST EM MKTS EQUITY FUND, SELECT INTERNATIONAL EQUITY MANAGED CORPORATE CLASS, SELECT INTERNATIONAL EQUITY MANAGED FUND, SIGNATURE EMERGING MARKETS CORPORATE CLASS, SIGNATURE EMERGING MARKETS FUND, SIGNATURE GLOBAL DIVIDEND FUND, SIT DEVELOPING MKTS GROWTH FUND, SKYLINE UMBRELLA FUND ICAV, SOCIAL INSURANCE ORGANIZATION, SONOMA COUNTY EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATIO, SOUTHERN CAL ED C N F Q C DC MT S ON P VD N G, SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SPARTAN EMERGING MARKETS INDEX POOL, SPDR BLOOMBERG SASB EMERGING MARKETS ESG SELECT ET, SPDR MSCI ACWI LOW CARBON TARGET ETF, SPDR MSCI EMERGING MARKETS FOSSIL FUEL FREE ETF, SPDR MSCI EMERGING MARKETS STRATEGICFACTORS ETF, SPDR S&P EMERGING MARKETS FUND, SPDR SP EMERGING MARKETS ETF, SSGA MSCI ACWI EX-USA INDEX NON-LENDING DAILY TRUST, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, SSTL AS DEPOSITARY OF FP BRUNEL PENSION PARTNERSHIP ACS - FP BRUNEL EMERGING MARKETS EQUITY FUND, STANDARD LIFE ASSURANCE LIMITED, STANDARD LIFE INVESTMENT COMPANY - GL EMER M EQ FD, STANDARD LIFE INVESTMENTS GLOBAL SICAV II, STANLIB FUNDS LIMITED, STATE OF MINNESOTA STATE EMPLOYEES RETIREMENT PLAN, STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D, STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL, STATE OF WYOMING, STATE STREET EMERGING MARKETS E N-L C TRUST FUND, STATE STREET EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, STATE STREET GLOBAL A LUX SICAV - SS EM SRI ENHANCED E F, STATE STREET GLOBAL A. L. S. - S. S. E. M. ESG S. E. E. F., STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV - STATE STREET GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX EQUITY FUND, STATE STREET GLOBAL ADVISORS TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-U.S. INDEX PORTFOLIO, STATE STREET ICAV, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, STATE STREET MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMMON TRUST FUND, STATE STREET MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING COMMON TRUST FUND, STATE STREET VARIABLE INSURANCE SERIES FUNDS, INC., STICHING PENSIOENFONDS VOOR HUISARTSEN, STICHITING BLUE SKY ACT EQ EM MK GL FUND, STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL, STICHTING JURIDISCH EIGENAAR ACHMEA INVESTMENT MAN, STICHTING PENSIOENFONDS ING, STICHTING PENSIOENFONDS PGB, STICHTING PENSIOENFONDS RAIL AND OPENBAAR VERVOER, STICHTING PENSIOENFONDS VAN DE ABN AMRO BK NV, STICHTING PENSIOENFONDS WERK EN (RE)INTEGRATIE, STICHTING PENSIONENFONDS VAN DE METALEKTRO (PME), STICHTING PGGM DEPOSITARY,

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 849

JUCESP
27 04 22

STICHTING PHILIPS PENSIOENFONDS, SUNAMERICA SERIES TRUST SA EMERGING MARKETS EQUITY, SUNSUPER SUPERANNUATION FUND, SUPERANNUATION FUNDS MANAGEMENT CORPORATION OF SOUTH AUSTRALIA, T ROWE PRICE FUNDS SICAV, T ROWE PRICE INT FNDS T.ROWE PRICE L AMER FUN, T. ROWE PRICE EMERGING MARKETS DISCOVERY EQUITY PO, T. ROWE PRICE EMERGING MARKETS DISCOVERY STOCK FUND, T. ROWE PRICE EMERGING MARKETS DISCOVERY STOCK TRUST, T. ROWE PRICE QM GLOBAL EQUITY FUND, T.ROWE PRICE FUNDS OEIC-EMERGING MARKETS DISCOVERY EQUITY FD, TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF GEORGIA, THE ARCHDIOCESE OF HARTFORD INVESTMENT TRUST, THE BAILLIE GIFFORD GROUP TRUST, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, THE BANK OF NEW YORK MELLON EMPLOYEE BENEFIT COLLECTIVE INVESTMENT FUND PLAN, THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFORNIA, THE BOEING COMPANY EMPLOYEE RETIREMENT PLANS MASTER TRUST, THE CHASE MAN BK AS TR OF DELTA MASTER FD, THE COMMONWEALTH FUND, THE DELTA PILOTS DISABILITY AND SURVIVORSHIP TRUST, THE EMERGING M.S. OF THE DFA I.T.CO., THE GOLDMAN SACHS TRUST COMPANY NA COLLECTIVE TRUST, THE HARTFORD ROMAN CATHOLIC DIOCESAN CORPORATION RPMT, THE INCUBATION FUND, LTD., THE MASTER TR BANK OF JAPAN AS TR FOR HSBC BRAZIL MOTHER FD, THE MASTER TRT BK JPN TRUSTEE OF JPM BRICS5 MOTHER FUND, THE MASTER TRUST BANK OF JAP, LTD. AS TR. FOR MTBJ400045828, THE MASTER TRUST BANK OF JAP., LTD. AS TR. FOR MTBJ400045829, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD AS TRUSTEE OF DAIWA BRAZIL STOCK OPEN - RIO WIND, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T F MTBJ400045832, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TR FOR MUTB400045792, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRU FO MTBJ400045849, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FO, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045836, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB4000, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF MUTB400021492, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF MUTB400021536, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF NIKKO BRAZIL EQUITY MOTHER FUND, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF SCHRODER LATIN AMERICA EQUITY MOTHER FUND, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. TRUSTEE MUTB400045794, THE NOMURA TRUST AND BANKING CO., LTD. RE: INTERNATIONAL EMERGING STOCK INDEX MSCI EMERGING NO HEDGE MOTHER FUND, THE PENSIONS TRUST, THE PUBLIC INSTITUTION FOR SOCIAL SECURITY, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND - AP7 EQUITY FUND, THE STATE TEACHERS

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 850

JUCESP
27 04 22

RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, THE SULTANATE OF OMAN MINISTRY OF DEFENCE PENSION FUND, THE TEXAS EDUCATION AGENCY, THE TRUSTEES OF SAINT PATRICK S CATHEDRAL IN THE CITY O, THREADNEEDLE INVESTMENT FUNDS ICVC - LATIN AMERICA, THREE MILE ISLAND UNIT ONE QUALIFIED FUND, TIAA - CREF LIFE FDS - INTERNATIONAL EQ FD, TIAA CREF FUNDS - INTERNATIONAL EQUITY FUND, TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, TM RWC GLOBAL EMERGING MARKETS FUND, TOTAL INTERNATIONAL EX U.S. I MASTER PORT OF MASTER INV PORT, TRANSAMERICA EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES, TRINITY COLLEGE CAMBRIDGE, TRPH CORPORATION, UI-E - J P MORGAN S/A DTVM, UNIVERSAL INVEST LUXEMBOURG SA ON BEHALF OF UNIVEST, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, UTD NAT RELIEF AND WORKS AG FOR PAL REFUGEE IN THE NEAR EAST, VANGUARD ACTIVE EMERGING MARKET EQUITY FUND, VANGUARD EMERGING MARKETS SELECT STOCK FUND, VANGUARD EMERGING MARKETS SHARES INDEX FUND, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD ESG INTERNATIONAL STOCK ETF, VANGUARD FIDUCIARY TRUST COMPANY INSTITUTIONAL TOTAL INTERNATIONAL STOCK MARKET INDEX TRUST, VANGUARD FIDUCIARY TRUST COMPANY, INSTITUTIONAL TOTAL INTERNATIONAL STOCK MARKET INDEX TRUST II, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD INTERNATIONAL HIGH DIVIDEND YIELD INDEX FUND, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS ALL CAP EQUITY INDEX FUND, VANGUARD INVESTMENTS FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX FUND, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS, VANTAGETRUST III MASTER COLLECTIVE INVESTMENT FUNDS TRUST, VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: INTERNATIONAL INDEX PORTFOLIO, VERDIPAPIRFONDET KLP AKSJE FREMVOKSENDE MARKEDER INDEKS I, VGV POOLFONDS EME II, VICTORIAN FUNDS MAN C A T F V E M T, VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM, VIRTUS ALLIANZGI GLOBAL DYNAMIC ALLOCATION FUND, VONTOBEL FUND, VONTOBEL FUND II - MTX SUSTAINABLE EMERGING MARKET, VONTOBEL GLOBAL EQUITY SOCIALLY SCREENED FUND, VOYA MULTI-MANAGER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD, WELL MANAG FUNDS (LUXEMBOURG) - WELL EMERG MKTS R E FUND, WELL MGT FUNDS (LUXEMBOURG) II SICAV - WELL GL M A T R FD, WELLINGTON MANAGEMENT FUNDS (IRELAND) PLC, WELLINGTON MANAGEMENT FUNDS (LUXEMBOURG) III SICAV, WELLINGTON TRUST COMPANY N.A., WELLINGTON TRUST COMPANY, NATIONAL

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 851

JUCESP
27/04/22

ASSOCIATION MUL, WELLS FARGO (LUX) WORLDWIDE FUND, WELLS FARGO BK D OF T ESTABLISHING INV F FOR E BENEFIT TR, WELLS FARGO FACTOR ENHANCED EMERGING MARKETS PORTFOLIO, WEST YORKSHIRE PENSION FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS EFFICIENT CORE FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS ESG FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS HIGH DIVIDEND FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS MULTIFACTOR FUND, WISDOMTREE GLOBAL HIGH DIVIDEND FUND, WISDOMTREE ISSUER ICAV, WM POOL - EQUITIES TRUST NO 74, WM POOL - EQUITIES TRUST NO. 75, WM POOL - EQUITIES TRUST NO. 76, XTRACKERS, XTRACKERS (IE) PUBLIC LIMITED COMPANY, XTRACKERS MSCI ACWI EX USA ESG LEADERS EQUITY ETF, XTRACKERS MSCI EMERGING MARKETS ESG LEADERS EQUITY.

Acionistas participantes nos termos do inciso II do caput e Parágrafo Primeiro do Artigo 21-V da Instrução CVM 481/2009: BB ACOES ALOCACAO FIA, BB AÇÕES EQUIDADE FUNDO DE INVESTIMENTO, BB ACOES GOVERNANCA FI, BB BNC ACOES NOSSA CAIXA NOSSO CLUBE DE INVESTIMENTO, BB CAP ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO, BB CAP IBOVESPA INDEXADO FIA, BB ECO GOLD FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, BB ETF IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE, BB JAQG FUNDO DE INVESTIOMENTO MM CREDITO PRIVADO LP, BB MAR AZUL AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, BB MONTANHA MÁGICA FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LP, BB NICTHEROY FI MM LP CP INVESTIMENTO NO EXTERIOR, BB ONDINA II ACOES FI - BDR NIVEL I, BB PREVIDENCIA ACOES IBRX FUNDO DE INVESTIMENTO, BB PREVIDÊNCIA RETORNO TOTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, BB TERRA DO SOL FUNDO DE INVESTIMENTO MM CREDITO PRIVADO, BB TOP ACOES ASG BRASIL FIA, BB TOP ACOES DIVIDENDOS FIA, BB TOP ACOES DUAL STRATEGY FI, BB TOP ACOES IBOVESPA ATIVO FI, BB TOP ACOES IBOVESPA INDEXADO FI, BB TOP ACOES IBRX INDEXADO FI, BB TOP ACOES INDICE DE SUST EMP FI EM ACOES, BB TOP AÇÕES QUANTITATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO, BB TOP ACOES SETOR FINANCEIRO FI, BB TOP ACOES TOTAL RETURN FI, BB TOP AÇÕES VALOR FUNDO DE INV EM AÇÕES, BB TOP ARBITRAGEM ALAVANCADO FI MULTIMERC LP, BB TOP MULTIMERCADO ASG FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO, BB VESTAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO, BRASILPREV TOP A FUNDO DE INV DE ACOES, BRASILPREV TOP ACOES DIVIDENDOS FI, BRASILPREV TOP ASG BRASIL FIA, BRASILPREV TOP MULTIMERCADO ME FUNDO DE INVESTIMENTO CP, BRASILPREV TOP RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, BRASILPREV TOP VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, todos representados por seu procurador, senhor André Preto Magri; BRAD PRIV FIA IBOVESPA ALAVANCADO, BRADESCO F.I.A SELECTION, BRADESCO FIA BRADESCO, BRADESCO FIA DIVIDENDOS,

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 852

JUCESP
27 04 22

BRADESCO FIA EQUITIES, BRADESCO FIA IBOVESPA PLUS, BRADESCO FIA IBRX MULTIPATROCINADO, BRADESCO FIA INSTITUCIONAL IBRX ATIVO, BRADESCO FIA KOELKAST, BRADESCO FIA MASTER IBOVESPA, BRADESCO FIA SELEÇÃO, BRADESCO FIA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL, BRADESCO FIM CREDITO PRIVADO INVEST NO EXT ALMA 555, BRADESCO FIM IE BGM, BRADESCO FIM LONG BIASED, BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇOES VANITY, BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MID SMALL CAPS, BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES SALUBRE, BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES ZINCO, BRADESCO H FUNDO DE INVESTIMENTO AÇÕES DIVIDENDOS, BRADESCO H FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IBOVESPA, BRADESCO PRIVATE FIA IBOVESPA ATIVO, BRAM F.I.A IBRX-50, BRAM FF ÍNDICE ATIVO FIA (ESPELHO), BRAM FIA IBOVESPA, BRAM FIA IBOVESPA ATIVO, BRAM FIA IBRX ATIVO, BRAM FIA LONG ONLY, BRAM FIA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL 2, BRAM FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, BRAM FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇOES CRESCIMENTO, BRAM H FUNDO DE INVESTIMENTO AÇÕES DIVIDENDOS, BRAM H FUNDO DE INVESTIMENTO AÇÕES INSTITUCIONAL, BRAM H FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IBOVESPA GESTÃO, BRAM H FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES PASSIVO IBRX, ETF BRADESCO IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE, FIA ARUBA, FIA IBOVESPA 157, FIA IE LAYANNA, FIA MEAÍPE IBX ATIVO, TUAM FIA INVEST NO EXT, todos representados por seu procurador, senhor Celso Seigiro Miyoshi; ABERDEEN LATIN AMERICAN INCOME FUND LLC, ABERDEEN STANDARD SICAV I - DIVERSIFIED INCOME FUND, ABERDEEN STANDARD SICAV I - EMERGING MARKETS SUSTAINABLE DEVELOPMENT EQUITY FUND, ABERDEEN STANDARD SICAV I - LATIN AMERICAN EQUITY FUND, AMUNDI ESG GLOBAL LOW CARBON FUND, AMUNDI FUNDS, AMUNDI INDEX SOLUTIONS, CONTI INTERNACIONAL, CPR INVEST, GEMEQUITY, GLOBAL MULTI-FACTOR EQUITY FUND, IT NOW IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE, IT NOW IDIV FUNDO DE INDICE, IT NOW IFNC FUNDO DE ÍNDICE, IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE, IT NOW ISE FUNDO DE INDICE, IT NOW PIBB IBRX-50 FUNDO DE ÍNDICE, ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI, ITAÚ ASGARD INSTITUCIONAL AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAU CAIXA ACOES FI, ITAÚ EXCELÊNCIA SOCIAL AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAU FTSE RAFI BRAZIL 50 CAPPED INDEX FIA, ITAU GOVERNANCA CORPORATIVA ACOES FI, ITAÚ HEDGE MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAU IBOVESPA ATIVO MASTER FIA, ITAÚ INDEX AÇÕES IBOVESPA FI, ITAU INDEX ACOES IBRX FI, ITAÚ MASTER GLOBAL DINÂMICO MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAÚ PREVIDÊNCIA IBRX FIA, LCL ACTIONS EMERGENTS, PREDIQUANT A3, STICHTING PENSIOENFONDS SABIC, todos representados por seu procurador, senhor Christiano Marques de Godoy; MUFG BANK, LTD., representado por sua procuradora, senhora Elisangela Oliboni;

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 853

JUCESP
27 04 22

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária do Banco Bradesco S.A. realizada cumulativamente em 10.3.2022 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795 **.19.**

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – PREVI, representada por seu procurador, senhor Marcos Paulo Félix da Silva; LUIZ ALVES DOS SANTOS, SÍLVIO JOSÉ RICARDO RANGEL, CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES, FUNDAÇÃO BRADESCO, NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A., todas representadas por seu procurador, senhor Aires Donizete Coelho e detentores de ADRs - *American Depositary Receipts* representados pelo THE BANK OF NEW YORK MELLON, esse pelo senhor José Donizetti de Oliveira.

-.-

Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.

Banco Bradesco S.A.

Assinado por Antonio José da Barbara em 2022-04-14 23:48:45 GMT

Antonio José da Barbara
Secretário

JUCESP
27 ABR 2022

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
208.179/22-7
JUCESP

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 854

bradesco

JUCESP

27 JUN 22

ANEXO I da Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária do Banco Bradesco S.A. realizada em 10.3.2022, às 16h

Mapa Final de Votação

Deliberações em Pauta Extraordnária		ON		
ORDEM DO DIA		APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
1	cancelamento das 29.545.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social	3.564.310.518	3.113	100.523
2	aumento do capital social em R$4.000.000.000,00, elevando-o de R$83.100.000.000,00 para R$87.100.000.000,00, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 968.953.456 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 485.308.534 ordinárias e 483.644.922 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data-base, a ser fixada após a homologação do processo pelo Banco Central do Brasil, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social	3.564.265.808	47.834	100.523
3	alteração parcial do Estatuto Social, no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º, adaptando-os aos termos da Lei nº 6.404/76	3.564.274.933	4.198	135.023
4	alteração parcial do Estatuto Social, na alínea "a" do Artigo 24, adaptando-os aos termos da Lei nº 6.404/76	3.564.274.933	4.198	135.023
5	alteração parcial do Estatuto Social, na alínea "e" do Artigo 9º, aprimorando a governança nas operações de aquisição e alienação de participação societária ou de bens integrantes do Ativo não Circulante, que envolvam a Sociedade e suas empresas controladas direta ou indiretamente	3.564.274.928	4.203	135.023
6	alteração parcial do Estatuto Social, no "caput" do Artigo 22, conferindo a possibilidade de constituição de Comitês de Remuneração em outras sociedades integrantes da Organização Bradesco	3.563.965.396	3.192	445.566
7	alteração parcial do Estatuto Social, a fim de criar o Título XIII e, consequentemente, o Artigo 29 e seu Parágrafo Único, visando a instituir a possibilidade de celebração de contratos de indenidade em favor de administradores e outros beneficiários	3.318.208.543	242.986.751	3.218.861
8	instituição do Programa de Geração Adicional de Valor da Organização Bradesco	3.318.202.069	244.876.086	1.336.000

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 855

bradesco

Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795 – Companhia Aberta

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 10.3.2022

Data, Hora, Local: Em 10.3.2022, às 16h, de modo exclusivamente digital, nos termos do Parágrafo Terceiro do Artigo 4º da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 131 da Lei nº 6.404/76. ***Mesa*:** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara. ***Quórum de Instalação:*** Acionistas da Sociedade representando mais de dois terços do capital social votante, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**). ***Publicações Prévias:*** a) os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: as Demonstrações Contábeis, os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31.12.2021, foram publicados em 10.2.2022, no jornal "Valor Econômico", páginas 1 a 25; b) o Edital de Convocação foi publicado em 9, 10 e 11.2.2022, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", Caderno Empresarial, respectivamente, páginas 3, 10 e 3; e "Valor Econômico", respectivamente, páginas A9, A11 e A15. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas do Conselho de Administração e a das Acionistas Controladoras, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, foram disponibilizados na íntegra, desde 8.2.2022, nos *sites* do Bradesco, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (CVM). ***Voto a Distância:*** Os acionistas participantes da Assembleia dispensaram a leitura do Mapa de Votação Consolidado divulgado ao mercado em 9.3.2022, de acordo com o previsto no Parágrafo Quarto do Artigo 21-W da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, o qual também foi colocado à disposição para apreciação dos acionistas. Relativamente ao disposto no Inciso II do Parágrafo Quinto do citado Artigo 21-W, fica registrado que não houve, por parte dos acionistas participantes, qualquer interesse em alterar o voto proferido a distância. ***Deliberações em Pauta Extraordinária:*** Observada a Ordem do Dia, constante do mencionado Edital, foram aprovadas as propostas do Conselho de Administração para: 1. Cancelar as 29.545.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, das quais 17.493.900 ordinárias e 12.051.100 preferenciais, adquiridas por meio de programas de recompra, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social. 2. Aumentar o capital social em R$4.000.000.000,00, elevando-o de R$83.100.000.000,00 para R$87.100.000.000,00, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 968.953.456 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 485.308.534 ordinárias e 483.644.922 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data-base, a ser fixada após a homologação do processo pelo Banco Central do Brasil, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social. Esclareceu o senhor Secretário que o aumento de capital social ora aprovado contou com a anuência prévia do Conselho Fiscal, por meio de Parecer registrado na Ata da Reunião realizada em 8.2.2022, cuja transcrição foi dispensada por tratar-se de documento lavrado em livro próprio e disponibilizado nos *sites* do Bradesco, da B3 e da CVM. A transcrição do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social, modificado em decorrência das aprovações dos itens "1" e "2", foi dispensada, considerando que o Estatuto Social consolidado passou a fazer parte integrante desta Ata como **Anexo II**. 3. Alterar parcialmente o Estatuto Social: • no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º e na alínea "a" do Artigo 24, adaptando-os aos termos da Lei nº 6.404/76; • na alínea "e" do Artigo 9º, aprimorando a governança nas operações de aquisição e alienação de participação societária ou de bens integrantes do Ativo não Circulante, que envolvam a Sociedade e suas empresas controladas direta ou indiretamente; • no "caput" do Artigo 22, conferindo a possibilidade de constituição de Comitês de Remuneração em outras sociedades integrantes da Organização Bradesco; • a fim de criar o Título XIII e, consequentemente, o Artigo 29 e seu Parágrafo Único, visando a instituir a possibilidade de celebração de contratos de indenidade em favor de administradores e outros beneficiários. Em seguida, disse o senhor Secretário que as matérias aprovadas nos itens 1 e 2, além dos dispositivos estatutários alterados por ocasião da reforma parcial do estatuto deliberada no item 3, somente entrarão em vigor e se tornarão efetivos depois de homologados pelo Banco Central do Brasil, tendo sido dispensadas as suas transcrições, considerando que, conforme mencionado no item 2, o Estatuto Social consolidado passou a fazer parte integrante desta Ata como **Anexo II**. 4. Instituir o Programa de Geração Adicional de Valor da Organização Bradesco destinado às sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Bradesco que se dediquem a modelos de negócio em desenvolvimento, presentes ou futuros, com elevado potencial de geração adicional de valor aos acionistas do Bradesco. Em suma, os diretores estatutários ou não estatutários e/ou empregados chave do Banco Bradesco e/ou suas sociedades controladas terão a oportunidade de investir recursos próprios na aquisição de participação societária nos Ativos de Geração Adicional de Valor e, com isso, participar da geração de valor a ser entregue aos acionistas do Bradesco ao longo do tempo. Esclareceu o senhor Secretário que todas as características do programa constaram da proposta que a Sociedade divulgou ao mercado no dia 8 de fevereiro passado, razão pela qual foram dispensadas as suas transcrições.

....

....

Lavratura e Publicação da Ata: Autorizada a lavratura da Ata na forma de sumário, bem como a sua publicação, no jornal "Valor Econômico" único jornal onde a Companhia efetuará todas as suas publicações legais, com a omissão das assinaturas dos acionistas participantes, na forma prevista nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. ***Quórum das Deliberações:*** Aprovadas por maioria absoluta de votos, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**), que detalha as quantidades de aprovações, rejeições e abstenções de cada uma das deliberações, ficando registrado que os resultados contemplam, além dos votos proferidos pelos acionistas participantes dessa Assembleia 100% digital, também as votações por meio dos Boletins de Voto a Distância que a Companhia recebeu até 3.3.2022, de acordo com o estabelecido no Artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como dos votos dos detentores de ADRs - *American Depositary Receipts*. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Foi esta Ata aprovada por todos os acionistas participantes sendo que, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, serão considerados assinantes os acionistas de que trata o parágrafo primeiro do artigo 21-V. ***Mesa presente via participação digital, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 21-C da Instrução CVM 481/2009:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara; Auditor: Cláudio Rogélio Sertório; Administrador: Octavio de Lazari Junior.

-.-

Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. a) Antonio José da Barbara - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 208.179/22-7, em 27.4.2022. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo I da Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária do Banco Bradesco S.A. realizada em 10.3.2022, às 16h

Mapa Final de Votação

Deliberações em Pauta Extraordinária		ON		
Ordem do Dia		Aprovar	Rejeitar	Abster-se
1	Cancelamento das 29.545.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social	3.564.310.518	3.113	100.523
2	Aumento do capital social em R$4.000.000.000,00, elevando-o de R$83.100.000.000,00 para R$87.100.000.000,00, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 968.953.456 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 485.308.534 ordinárias e 483.644.922 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data-base, a ser fixada após a homologação do processo pelo Banco Central do Brasil, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social	3.564.265.808	47.834	100.523
3	Alteração parcial do Estatuto Social, no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º, adaptando-os aos termos da Lei nº 6.404/76	3.564.274.933	4.198	135.023
4	Alteração parcial do Estatuto Social, na alínea "a" do Artigo 24, adaptando-os aos termos da Lei nº 6.404/76	3.564.274.933	4.198	135.023
5	Alteração parcial do Estatuto Social, na alínea "e" do Artigo 9º, aprimorando a governança nas operações de aquisição e alienação de participação societária ou de bens integrantes do Ativo não Circulante, que envolvam a Sociedade e suas empresas controladas direta ou indiretamente	3.564.274.928	4.203	135.023
6	Alteração parcial do Estatuto Social, no "caput" do Artigo 22, conferindo a possibilidade de constituição de Comitês de Remuneração em outras sociedades integrantes da Organização Bradesco	3.563.965.396	3.192	445.566
7	Alteração parcial do Estatuto Social, a fim de criar o Título XIII e, consequentemente, o Artigo 29 e seu Parágrafo Único, visando a instituir a possibilidade de celebração de contratos de indenidade em favor de administradores e outros beneficiários	3.318.208.543	242.986.751	3.218.861
8	Instituição do Programa de Geração Adicional de Valor da Organização Bradesco	3.318.202.069	244.876.086	1.336.000

Anexo II - Banco Bradesco S.A. Estatuto Social

Título I - Da Organização, Duração e Sede. Artigo 1º) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto. **Parágrafo Único** - Com a admissão da Sociedade, em 26.6.2001, no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sujeitam-se a Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 (Regulamento do Nível 1). A Sociedade, seus administradores e acionistas deverão observar, ainda, o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela B3. **Artigo 2º)** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Artigo 3º)** A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo. **Artigo 4º)** Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho, a quem competirá, também, aprovar a constituição e/ou encerramento de quaisquer outras Dependências/ Subsidiárias do Bradesco fora do território nacional. **Título II - Dos Objetivos Sociais. Artigo 5º)** O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio, e administrar carteiras de valores mobiliários, nas categorias administrador fiduciário e gestor de recursos. **Título III - Do Capital Social. Artigo 6º)** O capital social é de R$87.100.000.000,00 (oitenta e sete bilhões e cem milhões de reais), dividido em 10.658.488.028 (dez bilhões, seiscentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentas e oitenta e oito mil, vinte e oito) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 5.338.393.881 (cinco bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, trezentas e noventa e três mil, oitocentas e oitenta e uma) ordinárias e 5.320.094.147 (cinco bilhões, trezentos e vinte milhões, noventa e quatro mil, cento e quarenta e sete) preferenciais. **Parágrafo Primeiro -** As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores. **Parágrafo Segundo -** As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens: a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade; b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias; c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária integrante do bloco de controle. **Parágrafo Terceiro -** Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais. **Parágrafo Quarto -** Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações. **Parágrafo Quinto -** Não será permitida: a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa; b) emissão de partes beneficiárias. **Parágrafo Sexto -** Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação. **Título IV - Da Administração - Artigo 7º)** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo Primeiro -** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Parágrafo Segundo -** A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo Terceiro -** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, o qual estender-se-á até a posse dos novos administradores eleitos. **Parágrafo Quarto -** Não obstante o disposto no Parágrafo anterior, os membros da Diretoria exercerão seus mandatos até a data em que completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade. **Título V - Do Conselho de Administração - Artigo 8º)** O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) a 11 (onze) membros eleitos pela Assembleia Geral, os quais escolherão, entre si, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º, 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. **Parágrafo Primeiro -** O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade no caso de empate. **Parágrafo Segundo -** Será admitida a participação de qualquer membro, ausente por motivo justificável, por meio de teleconferência ou videoconferência ou por quaisquer outros meios de comunicação que possam garantir a efetividade de sua participação, sendo seu voto considerado válido para todos os efeitos legais. **Parágrafo Terceiro -** Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto dentre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, dentre seus membros, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído. **Parágrafo Quarto -** Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto. **Artigo 9º)** Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho: a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções; b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade; c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade; d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais, definindo políticas e limites a serem observados pela Administração; e) autorizar a Sociedade, bem como suas controladas diretas e indiretas a adquirir, onerar ou alienar participação societária ou bens integrantes do Ativo não Circulante, quando de valor superior a 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido da Sociedade, apurado no último balanço patrimonial auditado; f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6º; g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário, observando-se as regras e alçadas estabelecidas em normas internas pelo Conselho de Administração; h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria; i) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade; j) manifestar-se em relação a qualquer oferta pública tendo por objeto ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações da Sociedade, a qual deverá conter, entre outras informações relevantes, opinião da Administração sobre eventual aceitação da oferta pública e sobre o valor econômico da Sociedade; k) manifestar-se sobre eventos societários que possam dar origem a mudança de controle, consignando se eles asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Sociedade; l) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas; m) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais; n) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações contábeis submetidos pela Diretoria; o) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos; p) limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral, realizar a distribuição das verbas de remuneração e previdenciária aos Administradores; q) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observando-se parâmetros de mercado; r) supervisionar o ambiente de gerenciamento de riscos e de controles internos; e s) buscar, constantemente, alinhar o planejamento estratégico da Sociedade aos aspectos ASG (Ambiental, Social e Governança). **Parágrafo Único -** O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração. **Artigo 10)** Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões do Órgão, observadas as disposições do Parágrafo Terceiro do Artigo 8º. **Parágrafo Único -** O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões. **Artigo 11)** O Conselho reunir-se-á ordinariamente 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, quando os interesses da sociedade assim o exigirem, por convocação do seu Presidente ou da metade dos demais membros em exercício, lavrando-se ata de cada reunião. **Título VI - Da Diretoria - Artigo 12)** A Diretoria da Sociedade é eleita pelo Conselho, e será composta de 83 (oitenta e três) a 108 (cento e oito) membros, distribuídos, a critério do Conselho, da seguinte forma: i) de 17 (dezessete) a 27 (vinte e sete) Diretores Executivos, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e de 16 (dezesseis) a 26 (vinte e seis) Diretores distribuídos entre os cargos de Diretor Vice-Presidente, Diretor Gerente e Diretor Adjunto; e ii) de 66 (sessenta e seis) a 81 (oitenta e um) Diretores, distribuídos entre os cargos de Diretor Departamental, Diretor e Diretor Regional. **Parágrafo Primeiro -** O Conselho fixará, na primeira reunião do Órgão que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária que o elegeu, e sempre que necessário, as quantidades de diretores a eleger, designando-os, nomeadamente, nos cargos previstos no "caput" deste Artigo, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º e os requisitos dos Artigos 17, 18 e 19 deste Estatuto. **Parágrafo Segundo -** Os requisitos previstos nos Artigos 18 e 19 poderão ser dispensados pelo Conselho, em caráter excepcional, até o limite de ¼ (um quarto) dos cargos de Diretoria, salvo em relação aos diretores nomeados para os cargos de Presidente e de Diretor Vice-Presidente. **Artigo 13)** Aos diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto no Parágrafo Quarto deste Artigo e na alínea "e" do Artigo 9º deste Estatuto. **Parágrafo Primeiro -** Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente ou Diretor Vice-Presidente. **Parágrafo Segundo -** A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos por 2 (dois) diretores, conforme descrito no parágrafo anterior, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo. **Parágrafo Terceiro -** A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos: a) mandatos com cláusula "ad judicia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida; b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais; c) participação em licitações; d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; e) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade; f) em depoimentos judiciais; g) perante as entidades certificadoras para obtenção de certificados digitais. **Parágrafo Quarto -** Aos Diretores Departamentais, Diretores e Diretores Regionais são vedados os atos que impliquem em alienar e onerar bens e direitos da Sociedade. **Artigo 14)** Além das atribuições normais que lhes são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor-Presidente: (i) coordenar a execução do planejamento estratégico delineado pelo Conselho de Administração; (ii) promover a distribuição das responsabilidades e das áreas pelas quais responderão os Diretores Executivos; (iii) supervisionar e coordenar, diretamente, as ações dos Diretores Vice-Presidentes e, indiretamente, dos demais membros da Diretoria Executiva; e (iv) presidir as reuniões da Diretoria Executiva; b) aos Diretores Vice-Presidentes: (i) colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho das suas funções; (ii) substituir, quando nomeado pelo Conselho de Administração, o Diretor-Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários; e (iii) supervisionar e coordenar, diretamente, as ações dos Diretores Gerentes e, indiretamente, dos demais membros da Diretoria Executiva, no âmbito de sua linha de reporte; c) aos Diretores Gerentes: desempenhar as funções que lhes forem atribuídas, supervisionando e coordenando as ações dos diretores que estejam no âmbito de sua linha de reporte; d) aos Diretores Adjuntos: desempenhar as funções que lhes forem atribuídas, supervisionando e coordenando as ações dos diretores que estejam no âmbito de sua linha de reporte; e) aos Diretores Departamentais: conduzir as atividades dos Departamentos que lhes estão afetos; f) aos Diretores: desempenhar as funções que lhes forem atribuídas; g) aos Diretores Regionais: orientar e supervisionar os Pontos de Atendimento sob sua jurisdição e cumprir as funções que lhes forem atribuídas. **Artigo 15)** A Diretoria Executiva fará reuniões ordinárias semanalmente, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores Executivos em exercício. **Artigo 16)** Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário do Diretor-Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto. **Artigo 17)** Para o exercício do cargo de diretor é necessário dedicar-se à Sociedade, devendo observar as suas normas internas, sendo vedado o exercício de outras atividades que conflitem com os objetivos da Sociedade. **Artigo 18)** Para ser elegível ao cargo de Diretor Executivo é necessário que o candidato, na data da eleição, faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas há mais de 10 (dez) anos, ininterruptamente, observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 12 deste Estatuto. **Artigo 19)** Para ser elegível ao cargo de Diretor Departamental, de Diretor e de Diretor Regional é necessário que o candidato, na data da eleição, faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas, observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 12 deste Estatuto. **Título VII - Do Conselho Fiscal - Artigo 20)** O Conselho Fiscal, cujo funcionamento será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. **Título VIII - Do Comitê de Auditoria - Artigo 21)** A Sociedade terá um Comitê de Auditoria composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, de reconhecida competência técnica, sendo 1 (um) designado Coordenador, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, estendendo-se até a posse dos novos membros nomeados. **Parágrafo Primeiro -** Os membros do Comitê de Auditoria somente poderão voltar a integrar o órgão após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do término da última recondução permitida. **Parágrafo Segundo -** Até ⅓ (um terço) dos integrantes do Comitê de Auditoria poderá ser reconduzido ao órgão para mandato consecutivo único, dispensado o interstício previsto no Parágrafo Primeiro. **Parágrafo Terceiro -** Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria: a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição; b) revisar, previamente à divulgação ao Mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e relatório do auditor independente; c) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos; d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria; e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade; f) recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade e auditorias independente e interna; h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros; i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento; j) reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências. **Parágrafo Quarto -** O membro do Comitê de Auditoria poderá ser destituído pelo Conselho de Administração a qualquer tempo durante a vigência do seu mandato, nos casos de conflito de interesse, descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo ou caso venha a apresentar desempenho aquém daquele esperado pela Organização. **Título IX - Do Comitê de Remuneração - Artigo 22)** A Sociedade terá um componente organizacional denominado Comitê de Remuneração, podendo atuar em nome de outras sociedades integrantes da Organização Bradesco, composto de 3 (três) a 7 (sete) membros, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, devendo um deles ser designado Coordenador. **Parágrafo Primeiro -** Os membros serão escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com exceção de 1 (um) membro que será, necessariamente, não administrador. **Parágrafo Segundo -** Não serão remunerados pelo exercício do cargo de membro do Comitê de Remuneração os integrantes do Conselho de Administração e o membro não administrador quando funcionário da Organização Bradesco. Não sendo funcionário, quando nomeado, terá sua remuneração estipulada pelo Conselho de Administração, de acordo com parâmetros de mercado. **Parágrafo Terceiro -** Os membros do Comitê de Remuneração poderão ser reeleitos, vedada sua permanência no cargo por prazo superior a 10 (dez) anos. Cumprido esse prazo, somente poderá voltar a integrar o órgão após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos. **Parágrafo Quarto -** O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração na condução da política de remuneração dos Administradores, nos termos da legislação vigente. **Título X - Da Ouvidoria - Artigo 23)** A Sociedade terá um componente organizacional de Ouvidoria, que atuará em nome de todas as Instituições integrantes da Organização Bradesco autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo como responsável 1 (um) ocupante no cargo de Ouvidor, designado pelo Conselho de Administração, com mandato de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovado. **Parágrafo Primeiro -** A Ouvidoria não poderá estar vinculada a componente organizacional da Organização Bradesco que configure conflito de interesses ou de atribuições, a exemplo das unidades responsáveis por negociação de produtos e serviços, gestão de riscos, auditoria interna e conformidade (*compliance*). **Parágrafo Segundo -** Poderá ser designado Ouvidor o administrador ou funcionário da Organização Bradesco que possua: a) formação em curso de nível superior; b) amplo conhecimento das atividades desenvolvidas pelas instituições representadas e dos seus produtos, serviços, processos, sistemas etc.; c) capacidade funcional de assimilar as questões que são submetidas à Ouvidoria, fazer as consultas administrativas aos setores cujas atividades foram questionadas e direcionar as respostas obtidas em face dos questionamentos apresentados; d) condições técnicas e administrativas de dar atendimento às demais exigências decorrentes dos normativos editados sobre as atividades da Ouvidoria; e e) comprovada aptidão técnica para desempenhar as atividades abrangidas pelas finalidades e atribuições descritas nos Parágrafos terceiro e quarto a seguir. **Parágrafo Terceiro** - A Ouvidoria tem por finalidade zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, atendendo em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição e atuando como canal de comunicação entre as Instituições referidas no "caput" deste Artigo e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **Parágrafo Quarto -** As atribuições da ouvidoria abrangem as seguintes atividades: a) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das Instituições referidas no "caput" deste Artigo, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento; b) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; c) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o reclamante ser informado sobre os motivos da prorrogação; d) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na alínea "c"; e) propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e f) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo proposições de que trata a alínea "e", quando existentes, além de mantê-los informados sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los. **Parágrafo Quinto -** Nas suas ausências ou impedimentos temporários, o Ouvidor será substituído por funcionário integrante da Ouvidoria, que preencha os requisitos constantes do Parágrafo Segundo deste Artigo. No caso de vacância, o Conselho designará substituto pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído. **Parágrafo Sexto -** O Ouvidor poderá ser destituído pelo Conselho de Administração a qualquer tempo durante a vigência do seu mandato, nos casos de descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo ou caso venha a apresentar desempenho aquém daquele esperado pela Organização. **Parágrafo Sétimo** - A Sociedade: a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **Título XI - Das Assembleias Gerais - Artigo 24)** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão: a) convocadas com prazo mínimo de um mês de antecedência; b) conduzidas pelo

continua...

BBDC B3 LISTED N1 · LATIBEX XBBDC · ISE B3 · abrasca · CDP · ITAG B3 · Member of Dow Jones Sustainability Indices · ibri · BBD LISTED NYSE · BBDO LISTED NYSE

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 856

...continuação

bradesco

Presidente do Conselho ou seu substituto estatutário ou, ainda, por pessoa indicada pelo Presidente do Conselho em exercício, que convidará um ou mais acionistas para Secretários. **Título XII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados - Artigo 25)** O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro. **Artigo 26)** Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais. **Artigo 27)** O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404/76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação: I. constituição de Reserva Legal; II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral; III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos Incisos I, II e III do "caput" do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro -** A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes. **Parágrafo Segundo -** Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos. **Parágrafo Terceiro -** Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do "caput" deste Artigo. **Artigo 28)** O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. **Parágrafo Único -** Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 27, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações. **Título XIII - Da Celebração de Contratos de Indenidade - Artigo 29)** Sem prejuízo da possibilidade da contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão, a Sociedade poderá celebrar contratos de indenidade em favor de (i) membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de comitês de assessoramento da própria Sociedade ou de suas sociedades controladas, (ii) funcionários que exerçam função ou cargo de gestão na Sociedade ou em suas sociedades controladas e (iii) pessoas, funcionários ou não, que tenham sido indicados pela Sociedade para exercer cargos, estatutários ou não, em entidades das quais a Sociedade participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), de modo a fazer frente a despesas, indenizações e outros valores por eles incorridos em razão de reclamações, inquéritos, investigações, procedimentos e processos arbitrais, judiciais ou administrativos, no Brasil ou no exterior, que envolvam atos praticados pelos Beneficiários no exercício regular de suas atribuições ou poderes, estabelecidos pela Sociedade. **Parágrafo Único -** Caberá ao Conselho de Administração aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações a serem observados para a celebração e execução dos contratos de indenidade, bem como definir as pessoas com as quais serão celebrados os contratos de indenidade. Declaramos que a presente é cópia fiel do estatuto social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 10.3.2022, às 16h. Banco Bradesco S.A.

BBDC B3 LISTED N1 · LATIBEX XBBDC · ISEB3 · abrasca · CDP · ITAG B3 · Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA · ibri Instituto Brasileiro de Relações com Investidores · BBD LISTED NYSE · BBDO LISTED NYSE

Luxo Grife investe em prédio onde Christian Dior iniciou negócio de alta costura e novas lojas estão no radar

Entre o eterno e o fugaz, CEO da Dior busca o equilíbrio

Pedro Diniz
Para o Valor, de Paris

Metaverso, avatares, realidade aumentada. O vocabulário da moda ganhou termos que nem mesmo os gurus do varejo conseguem explicar a utilidade sem doses de especulação. Na contramão da digitalização, uma das marcas mais poderosas do luxo mundial, a Christian Dior, pegou o caminho inverso para apostar no que pode ser tocado, vestido e sentido.

A reforma do prédio histórico da grife, no número 30 da avenida Montaigne, em Paris, onde o estilista revolucionou costumes após a Segunda Guerra ao iniciar a operação de seu ateliê de alta-costura, não é mais apenas um ponto de encontro para consumidores de alta renda.

O italiano Pietro Beccari, CEO da Dior, conduziu o projeto que triplicou o espaço e transformou-o em museu, com todo o arquivo histórico da marca, restaurante, galeria e hotel privado de uma suíte só, que acaba de ser aberto a clientes. A marca tem 245 butiques, mas, por ser a pedra fundamental de sua história, a da Montaigne é a mais famosa da Dior, grife do LVMH, o maior grupo de produtos de luxo do mundo.

"Luxo, no fim das contas, é sobre emoção. Hoje é tão fácil comprar coisas pelo Instagram que você precisa preservar ao máximo aquilo que lhe mantém em um nível de luxo compatível com sua história", diz Beccari, em uma entrevista ao **Valor**.

Ex-presidente da italiana Fendi, do mesmo grupo francês LVMH, ele é da casta de executivos que prefere apostar alto nos pilares da exclusividade do que se afobar com o sobe e desce das ações. O luxo precisa "equilibrar o que é eterno e o que é de uma estação só", uma conta na qual "não há medidas, só instinto".

Algumas medidas são possíveis de mensurar. O ano de 2021 superou as expectativas do mercado, com um crescimento de 42% na receita do segmento de moda e artigos de couro do grupo no comparativo com o ano de 2019, portanto, no pré-pandemia. Esse aumento foi puxado pelas grifes Louis Vuitton e Dior, totalizando 30,89 bilhões de euros gerados só com vestuário, em um universo de 64,2 bilhões quando somados vinhos, destilados, relógios, joias, perfumes, hotéis e outros negócios.

"Não tivemos dois dígitos de perdas [como os outros] porque tivemos coragem de investir para sustentar nossa indústria. Se você perguntar a qualquer artesão hoje, na Itália ou na França, vai perceber que eles estão orgulhosos, porque lhes demos trabalho quando todos pararam."

Nem o início da guerra na Ucrânia, em fevereiro deste ano, impediu o movimento de aumento das vendas. O aumento no primeiro trimestre da mesma divisão de moda e artigos de couro do LVMH, impulsionado por Louis Vuitton e Dior, foi de 23% em relação ao mesmo período de 2021. Esperava-se 17%. "É difícil prever o que ocorrerá, se [a guerra] mudará algo ou não", diz o executivo.

O investimento na exclusividade torna os produtos da Dior uns dos mais caros do mercado. Não raramente, uma camiseta pode custar quatro dígitos, enquanto um vestido criado pela estilista Maria Grazia Chiuri, dezenas de milhares de euros.

Valores assim impactam o tipo de canal que Beccari acredita ser eficiente para uma marca de luxo manter-se. O digital, por mais incensado que se apresente nas rodas de discussão, nunca suplantaria a experiência tátil.

"Operamos com uma faixa de preço mais alta que a de nossos concorrentes e o e-commerce tem um perfil de venda para itens mais baratos, pequenos. Não estou dizendo que ele não é importante, mas nunca será mais do que 20% do negócio", afirma.

Para uma marca de luxo, também pesa o fato de que nem tudo o que se cria serve a todos os mercados. Mesmo que signifique deixar de fora uma linha inteira de roupas. O Brasil, por exemplo, só recebeu a etiqueta masculina Dior Men com a abertura da segunda loja da grife em São Paulo, no centro de compras CJ Shops, nos Jardins, em dezembro passado.

"As roupas de Kim Jones [estilista da divisão masculina] eram formais demais. As novas coleções estão mais esportivas, então, foi o momento certo. E, você sabe, os brasileiros não gostam de andar formais demais", brinca Beccari.

Novos investimentos em lojas na América Latina estão no radar do executivo, que dá pistas desse movimento. "Temos ótimos clientes no Brasil e também vamos muito bem no México. Então, porque não pensar em pontos na Argentina ou no Chile?", avalia.

Continuar a investir na alta-costura, o segmento mais exclusivo da marca, não tem a ver com buscar mais vendas ou lucro. "Esqueça, se você quiser fazer [alta-costura] para ser lucrativo, você para. Fazemos para mostrar do que somos capazes no nível máximo de nossa capacidade", explica Beccari. "Meu desejo é que ser artesão se torne algo 'cool' para os jovens. É nosso dever manter esse legado."

JASON ALDEN/BLOOMBERG



Beccari, CEO da Dior, fala do e-commerce: 'Não estou dizendo que não é importante, mas não será mais do que 20% do negócio'

Básico perde protagonismo obtido na pandemia, mas ainda influencia visual

Para o Valor, de São Paulo

Uma das dúvidas que a pandemia trouxe à baila foi sobre como as marcas de moda sairiam da armadilha dos básicos, que mantiveram as receitas no período de isolamento com os clientes mais dispostos a consumir conforto do que intervenções estéticas.

Os últimos desfiles do verão 2023 de moda masculina, que começaram em Milão, seguiram para Paris e terminaram na última sexta-feira (15), quando a Saint Laurent desfilou sua coleção, mostraram que a camiseta básica, o moletom e os tênis de todo dia não devem ser as maiores apostas para o segmento no próximo ano.

As marcas tiraram o mofo de peças como os ternos, que tiveram uma das maiores baixas nas vendas do comércio on-line ao lado dos saltos altos e dos vestidos de festa femininos. Só que, desta vez, os costumes assumiram um viés menos sisudo, com perfil utilitário expresso em bolsos no peito e modelagem mais ampla, como o estilista Kim Jones fez em seu desfile para a Dior.

As calças estão mais folgadas, um padrão que relega ao fundo do armário a calça "skinny" e é gestado desde 2017 nas passarelas. Paulatinamente, a ideia ganha espaço como rescaldo do período em que se usava mais pijamas do que alfaiataria.

Tons mais amenos, entre o bege, o branco e o pastel, seja nas cores mais sérias, como o azul ou verde, seja nas menos comuns ao uniforme de escritório, como rosa e lilás, tingiram coleções como a da Louis Vuitton adicionada a um tempero esportivo.

Não é que não caibam propostas com cores mais luminosas, mas os estilistas agora tentam balancear a imagem do look de labuta com os de dias de descanso. A Hermès mostrou jaquetas com acabamento de alfaiataria para serem combinadas com calças retas e camisetas de gola esgarçada, num visual menos formal.

Vale apostar em sandálias com amarrações ou mais baixas, no estilo papete, para quebrar a sisudez do conjunto. A estilista Véronique Nichanian também combinou as ideias com blusões de estampas geométricas e bermudas, numa imagem despojada que se completa com as jaquetas, usadas por cima das camisetas de gola esgarçada.

As gravatas, que já viveram dias melhores no armário, foram substituídas pela pele, à mostra com os dois botões de cima das camisas de seda abertos, tal qual mostrou a Saint Laurent. Esteve em voga a ideia de usar os paletós, alguns de abotoamento duplo ou de viés militar, sem a camisa por baixo.

De modo geral, há uma tentativa de levar casualidade à roupa que um dia representou o poder. Valeria, então, usar peças de camurça, tricôs e crochês pontuais tingidos de cores vinculadas à natureza. Os terrosos da Zegna foram exemplos factíveis e mudaram o padrão cinza, marinho e preto comum à história da marca italiana.

Uma tendência que ganha destaque é a mistura de comprimentos, com casacos na altura do quadril combinados a shorts. Embora relaxada demais para ocasiões formais, a ideia ganha terreno entre os mais jovens. A julgar pelas coleções, eles querem recuperar as roupas preteridas nos tempos pandêmicos, mas não abrem mão da liberdade que experimentaram na sala de casa. *(PD)*

Curta

Gradução presencial

Pesquisa realizada com 2 mil recém-formados mostra que 86% daqueles que estudaram em cursos presenciais estão empregados. Entre aqueles que fizeram graduação on-line, esse percentual é de 56%. O levantamento é da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes) e Symplicity, empresa de software de empregabilidade, que entrevistou alunos de dez instituições de ensino superior privadas, formados entre meados de 2020 e 2021. A pesquisa mostra ainda que a renda mensal para quem fez graduação presencial é de R$ 3,9 mil, enquanto que modalidade a distância, o salário é de R$ 3,5 mil. Os cursos em que há maior volume de recém formados atuando em seus respectivos mercados são das áreas de engenharia, saúde e computação.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Brascunha Adega e Mercearia Eireli -** CNPJ: 39.979.062/0001-22 - Endereço: Rua Joaquim Nabuco, 94, Bairro do Brás - Requerente: Ecb Comercial e Distribuidora Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Demac Produtos Farmacêuticos Ltda., Nome Fantasia Drogaria Bifarma -** CNPJ: 65.837.916/0001-46 - Endereço: Av. Professor Carvalho Pinto, 75, Centro, Caieiras/sp - Requerente: Trademaster Serviços e Participações S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Georadar Serviços e Participações S/A -** CNPJ: 03.087.282/0001-02 - Endereço: Rua Ludovico Barbosa, 151, Bairro Pau Pombo - Requerente: Cláudio Manuel Cruz de Oliveira Luz - Vara/Comarca: 2a Vara de Nova Lima/MG

Requerido: **Rossi Residencial S/A -** CNPJ: 61.065.751/0001-80 - Endereço: Rua Henri Dunant, 173, Cjtos. 601 e 605, Bairro Santo Amaro - Requerente: Ercília Antonio Dionísio e Hugo Henrique Penteado Cevada - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Sondageo Engenharia Ltda. -** CNPJ: 07.749.507/0001-91 - Endereço: Av. Sansão Alves Dos Santos, 20, Cjto. 122, Bairro Cidade Monções - Requerente: Robson Nogueira Lima - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Tulipa Incorporadora Ltda. -** CNPJ: 04.791.492/0001-31 - Endereço: Rua Alexandre Dumas, 1711, Cjto. 301 Parte, Bairro Chácara Santo Antonio - Requerente: Alexandre Dantas Fronzaglia - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Virttum Comércio de Roupas Eireli -** CNPJ: 18.710.385/0001-46 - Endereço: Av. Automóvel Club, 2560, Sobreloja 24, Bairro Vilar Dos Teles Ou Jardim José Bonifácio - Administrador Judicial: Dr. Maurício Caetano Netto - Vara/Comarca: 3a Vara de São João de Meriti/RJ

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Edmilson de Oliveira Scardini Me, Nome Fantasia Vidrobox -** CNPJ: 11.098.192/0001-37 - Requerente: Edmilson de Oliveira Scardini ME - Vara/Comarca: 1a Vara de Linhares/ES - Observação: Petição inicial de auto falência indeferida.

Requerido: **Grão Fino Comércio de Plásticos e Produtos Para Animais Eireli -** CNPJ: 20.264.201/0001-03 - Endereço: Rua Mário Lago, 40, Bairro Jardim Guapira - Requerente: Santana S/A Crédito, Financiamentos e Investimentos - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Auto Center Nova Mirim Ltda. -** CNPJ: 24.939.917/0001-14 - Endereço: Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 8175, Galpão, Bairro Ocian - Vara/Comarca: 4a Vara de Praia Grande/SP

Empresa: **Casa de Carnes Excelência Ltda. -** CNPJ: 28.618.603/0001-70 - Endereço: Rua São Gonçalo do Rio Das Pedras, 977, Bairro Vila Mara - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Refer Comércio Atacadista de Material de Construção e Elétrica Ltda. -** CNPJ: 23.038.786/0001-31 - Endereço: Rua Guilhermina Vieira, 112, Anexo 110, Bairro Vila Regina - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Albuquerque Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 10.283.244/0001-82 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Albuquerque Engenharia, Importação e Exportação Ltda. -** CNPJ: 34.696.955/0001-47 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Albuquerque Incorporação Spe 1 Ltda. -** CNPJ: 14.733.928/0001-90 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Albuquerque Incorporação Spe 2 Ltda. -** CNPJ: 14.733.979/0001-11 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Albuquerque Incorporação Spe 3 Ltda. -** CNPJ: 16.660.258/0001-54 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Br Towers Incorporação Spe Ltda. -** CNPJ: 19.010.878/0001-36 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Brt Incorporação Spe Ltda. -** CNPJ: 19.010.673/0001-50 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Ecoforte Manutenção Industrial Ltda. -** CNPJ: 07.657.545/0001-14 - Endereço: Rua Tupi, 13, Bairro Vila Valparaíso - Vara/Comarca: 1a Vara de Santo André/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Engestrauss Engenharia e Fundações Ltda. -** CNPJ: 64.632.003/0001-20 - Endereço: Rua Tupi, 15, Bairro Vila Valparaíso - Vara/Comarca: 1a Vara de Santo André/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **La Reserve Incorporação Spe Ltda. -** CNPJ: 18.920.301/0001-07 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Brano/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Lr Incorporação Spe Ltda. -** CNPJ: 18.733.049/0001-19 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Matisse Incorporação Spe Ltda. -** CNPJ: 16.660.124/0001-33 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Renoir Incorporação Spe Ltda. -** CNPJ: 14.733.906/0001-20 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Van Gogh Incorporação Spe Ltda. -** CNPJ: 14.733.967/0001-97 - Endereço: Rua Minas Gerais, 1186, Bairro Preventório - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Branco/AC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 857

JUCESP

27 04

JUCESP PROTOCOLO
0.418.502/22-5

Banco Bradesco S.A.
CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795
Companhia Aberta
Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 10.3.2022

***Data, Hora, Local*:** Em 10.3.2022, às 16h, de modo exclusivamente digital, nos termos do Parágrafo Terceiro do Artigo 4º da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 131 da Lei nº 6.404/76.

***Mesa*:** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara.

Quórum de Instalação: Acionistas da Sociedade representando mais de dois terços do capital social votante, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**).

Publicações Prévias: a) os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: as Demonstrações Contábeis, os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31.12.2021, foram publicados em 10.2.2022, no jornal "Valor Econômico", páginas 1 a 25; b) o Edital de Convocação foi publicado em 9, 10 e 11.2.2022, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", Caderno Empresarial, respectivamente, páginas 3, 10 e 3; e "Valor Econômico", respectivamente, páginas A9, A11 e A15.

Disponibilização de Documentos: os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas do Conselho de Administração e a das Acionistas Controladoras, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, foram disponibilizados na íntegra, desde 8.2.2022, nos *sites* do Bradesco, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (CVM).

Voto a Distância: os acionistas participantes da Assembleia dispensaram a leitura do Mapa de Votação Consolidado divulgado ao mercado em 9.3.2022, de acordo com o previsto no Parágrafo Quarto do Artigo 21-W da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, o qual também foi colocado à disposição para apreciação dos acionistas. Relativamente ao disposto no Inciso II do Parágrafo Quinto do citado Artigo 21-W, fica registrado que não houve, por parte dos acionistas participantes, qualquer interesse em alterar o voto proferido a distância.

.....

.....

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 858

JUCESP
27 04 22

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária do Banco Bradesco S.A. realizada cumulativamente em 10.3.2022 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

***Deliberações* em pauta ordinária:** observada a Ordem do Dia, constante do mencionado Edital, foram tomadas as seguintes deliberações:

1. aprovadas integralmente as contas dos administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2021.

2. aprovada a proposta do Conselho de Administração para destinar o lucro líquido do exercício de 2021, no montante de R$21.945.687.393,70, da seguinte forma: R$1.097.284.369,69 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$11.608.313.509,78 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; R$7.240.089.514,23 para pagamento de juros sobre o capital próprio e R$2.000.000.000,00, a título de dividendos, perfazendo o montante de R$9.240.089.514,23, integralmente pago como remuneração aos acionistas, tendo sido reiterado aos presentes que não seria proposta à Assembleia nova distribuição de juros sobre o capital próprio/dividendos relativos ao ano de 2021.

3. acatando recomendação das acionistas controladoras, aprovada a composição do Conselho de Administração por 11 (onze) membros, para o mandato dos próximos 2 anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

4. acatando recomendação das acionistas controladoras, aprovada a reeleição dos seus atuais integrantes, senhores ***Luiz Carlos Trabuco Cappi,*** brasileiro, união estável, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; ***Carlos Alberto Rodrigues Guilherme,*** brasileiro, casado, bancário, RG 6.448.545-6/SSP-SP, CPF 021.698.868/34; senhora ***Denise Aguiar Alvarez,*** brasileira, divorciada, educadora, RG 5.700.904-1/SSP-SP, CPF 032.376.698/65; senhores ***Milton Matsumoto,*** brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; ***Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62; ***Rubens Aguiar Alvarez,*** brasileiro, casado, empresário, RG 13.129.521-4/SSP-SP, CPF 136.527.778/08; e, como conselheiros independentes, consoante os critérios de governança aplicáveis, os senhores ***Samuel Monteiro dos Santos Junior***, brasileiro, casado, advogado, RG 02.700.826-7/DETRAN-RJ, CPF 032.621.977/34; ***Walter Luis Bernardes Albertoni***, brasileiro, casado, advogado, RG 14.009.886-0/SSP-SP, CPF 147.427.468/48; ***Paulo Roberto Simões da Cunha***, brasileiro, casado, contador, RG 4.840.176-6/SSP-SP, CPF 567.047.048/68; e a eleição da senhora ***Denise Pauli Pavarina***, brasileira, união estável, consultora financeira,

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 859

JUCESP
27 04 22

RG 11.974.549-5/SSP-SP, CPF 076.818.858-03, também como conselheira independente, consoante os critérios de governança aplicáveis.

Esclareceu o senhor Secretário que todos os membros: 1) têm endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; 2) terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil; 3) terão mandato de 2 (dois) anos, estendido até a posse dos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2024; 4) arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional, sendo que os senhores Samuel Monteiro dos Santos Junior, Walter Luis Bernardes Albertoni, Paulo Roberto Simões da Cunha e a senhora Denise Pauli Pavarina, além das declarações acima mencionadas, arquivaram na sede do Bradesco, também, declarações atestando os seus enquadramentos em relação aos critérios de independência.

5. de acordo com as alíneas "a" e "b" do Parágrafo Quarto do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76, o Conselho Fiscal passou a ser assim composto:

a) em votação em separado, sem a participação das acionistas controladoras, por indicação da IGN Participações Ltda., Magnat Participações Ltda. e outros acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais, foram eleitas, como membro efetivo, a senhora ***Cristiana Pereira***, brasileira, casada, economista, RG 10.866.244-5/SSP-SP, CPF 120.701.098/79, com domicílio na Rua Raimundo Simão de Souza, 26, ap. 81C, Vila Suzana, São Paulo, SP, CEP 05709-040; e, como suplente, a senhora ***Ava Cohn***, brasileira, casada, administradora de empresas, RG 11.073.381-2/SSP-SP, CPF 090.196.928-10, com domicílio na Rua Barão de Jaceguai, 908, ap 162B, Campo Belo, São Paulo, SP, CEP 04606-001;

b) em votação em separado, sem a participação das acionistas controladoras, por indicação da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e outros acionistas minoritários, detentores de ações ordinárias, foram eleitos, como membro efetivo, a senhora ***Ivanyra Maura de Medeiros Correia***, brasileira, casada, engenheira, RG 59.886.740-5/SSP-SP, CPF 009.092.797-48, com domicilio na Alameda Ministro Rocha Azevedo, 726, 4º andar, Jardins, São Paulo, SP, CEP 01410-000; e, como suplente, o senhor

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 860

JUCESP
27 04 22

Eduardo Badyr Donni, brasileiro, casado, engenheiro químico, RG 53.526.127-5, CPF 746.941.207-78, com domicílio na Rua São José, 887, ap. 63, Santo Amaro, São Paulo, SP, CEP 04739-901; e

c) por indicação das acionistas controladoras, foram eleitos, como membros efetivos, os senhores ***Domingos Aparecido Maia***, brasileiro, casado, contador, RG 7.220.493-X/SSP-SP, CPF 714.810.018/68, com domicílio na Rua Teixeira da Silva, 515, apartamento 131, Paraíso, São Paulo, SP, CEP 04002-032; ***José Maria Soares Nunes***, brasileiro, em união estável, contador, RG 10.729.603-2/SSP-SP, CPF 001.666.878/20, com domicílio na Alameda Páscoa, 93, Tamboré 2, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06543-165; ***Joaquim Caxias Romão***, brasileiro, casado, advogado, OAB/SP nº 181.860, CPF 010.264.668/65; com domicílio na Rua Cuxiponés, 384, ap. 62, Jardim Vera Cruz, São Paulo, SP, CEP 05030-020; e, como respectivos suplentes, os senhores ***Frederico William Wolf,*** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 6.479.490-8/SSP-SP, CPF 882.992.108/44, com domicílio na Alameda Maringá, 717, Residencial 12, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, 06539-090; ***Luiz Eduardo Nobre Borges,*** brasileiro, casado, contador, RG 24.647.000-8/SSP-SP, CPF 185.221.388/42, com domicílio na Rua São Celso, 71, ap. 13-A, Vila Domitila, São Paulo, SP, CEP 03626-000; e ***Artur Padula Omuro,*** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 9.379.198-7/SSP-SP, CPF 024.712.498/25, com domicílio na Avenida Dr. Martin Luther King, 1.867, ap. 151, Umuarama, Osasco, SP, CEP 06030-016.

Na sequência dos trabalhos, o senhor Secretário informou que os membros ora eleitos para compor o Conselho Fiscal:

a) terão mandato de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2023;

b) tomarão posse de seus cargos após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil; e

c) preenchem as condições previstas no Artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal.

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 861

JUCESP
27 04 22

6. aprovada a proposta do Conselho de Administração para remuneração global e verba previdenciária para os administradores, para o exercício de 2022, no total de até R$878.918.367,00, sendo: (i) até R$515.918.367,00, a título de remuneração fixa e variável; e (ii) até R$363.000.000,00 para custeio do plano de previdência.

   Esclareceu o senhor Secretário que, de conformidade com o disposto na alínea "p" do Artigo 9º do Estatuto Social, a distribuição das verbas acima aprovadas será deliberada pelo Conselho de Administração aos seus próprios membros e aos da Diretoria.

7. aprovada a proposta do Conselho de Administração para remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício de 2022, sendo: R$20.000,00 para cada membro efetivo; e R$5.000,00 para cada membro suplente.

Esclareceu o senhor Secretário que o valor da remuneração dos membros do Conselho Fiscal atende às disposições do Parágrafo Terceiro do Artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e que as deliberações tomadas nos itens "4" e "5" desta pauta ordinária somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pelo Banco Central do Brasil.

Lavratura e Publicação da Ata: autorizada a lavratura da Ata na forma de sumário, bem como a sua publicação, no jornal "Valor Econômico" único jornal onde a Companhia efetuará todas as suas publicações legais, com a omissão das assinaturas dos acionistas participantes, na forma prevista nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

Quórum das Deliberações: aprovadas por maioria absoluta de votos, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**), que detalha as quantidades de aprovações, rejeições e abstenções de cada uma das deliberações, ficando registrado que os resultados contemplam, além dos votos proferidos pelos acionistas participantes dessa Assembleia 100% digital, também as votações por meio dos Boletins de Voto a Distância que a Companhia recebeu até 3.3.2022, de acordo com o estabelecido no Artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como dos votos dos detentores de ADRs - *American Depositary Receipts*.

Aprovação e Assinatura da Ata: foi esta Ata aprovada por todos os acionistas participantes sendo que, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 481/2009,

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 862

JUCESP
27 04 22

conforme alterada, serão considerados assinantes os acionistas de que trata o parágrafo primeiro do artigo 21-V.

Mesa presente via participação digital, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 21-C da Instrução CVM 481/2009: Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara; Auditor: Cláudio Rogélio Sertório; Administrador: Octavio de Lazari Junior.

Acionistas participantes nos termos do inciso III do caput e Parágrafo Primeiro do Artigo 21-V da Instrução CVM 481/2009: Henrique Borenstein, IGN Participações Ltda., Ivan Gamba Natel, Magnat Participações Ltda., Mauricio Gamba Natel, Rodrigo Rhormens Alves Natel, 1199 HEALTH CARE EMPLOYEES PENSION FUND, 1199 SEIU GREATER NEW YORK PENSION FUND, 1199SEIU HOME'CARE EMPLOYEES PENSION FUND, 1895 FONDS FGR, ABERDEEN E. MARKETS EQUITY INCOME FUND. INC, ABERDEEN GLOBAL EQUITY IMPACT FUND, ABERDEEN INV FUNDS ICVC III - ABERDEEN GLOBAL EMERG M Q E FD, ABERDEEN INVESTMENT FUNDS UK ICVC II - ABERDEEN EMERGING MARKETS EQUITY TRACKER FUND, ABERDEEN LATIN AMERICAN EQUITY FUND, ABERDEEN MANAGED DISTRIBUTION FUND, ABERDEEN STANDARD OEIC II - ASI EMERGING MARKETS INCOME E. F, ABU DHABI RETIREMENT PENSIONS AND BENEFITS FUND, ADVANCED SERIES TRUST - AST BLACKROCK GLOBAL STRATEGIES PORTFOLIO, AEGON CUSTODY AS DEP FOR STICHTING MM EMERGING MARKETS FUND, AEGON CUSTODY BV, AEGON CUSTODY BV RE MM EMERGING MARKETS FUND, AGF EMERGING MARKETS EQUITY FUND, AGF EMERGING MARKETS FUND, AGF INVESTMENTS INC, AGFIQ EMERGING MARKETS EQUITY ETF, ALBERTA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION, ALLIANCE TRUST PLC, ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS DSPT, ALLIANZ GLOBAL INVESTORS FUND - ALLIANZ BEST STYLE, AMERICAN CENT STRAT ASSET ALLOCATIONS, INC. - STRATEG A AG F, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS EQUITY ETF, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS EQUITY FUND, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS EMERGING MARKETS VALUE ETF, AMERICAN CENTURY STRATEGIC ASSET AL, INC. - STRAT AL: CON FD, AMERICAN CENTURY STRATEGIC ASSET ALLOCATIONS, INC.-STR A M F, AMERICAN CENTURY WORLD MUTUAL FUND, INC- NON-U.S.I.V.FUND, AMERICAN HEART ASSOCIATION, INC., AMF PENSIONSFORSAKRING AB, ARERO - DER WELTFONDS –NACHHALTIG, ARGA EMERGING MARKETS EQUITY FUND A SUB-FUND OF A. FUNDS TRU, ARGA EMERGING MARKETS EX CHINA FUND, A SERIES OF A, ARGA EMERGING MARKETS VALUE FUND, ARIZONA PSPRS TRUST, ASCENSION ALPHA FUND, LLC, ASSET MANAGEMENT EXCHANGE UCITS CCF, AUSTRALIANSUPER PTY LTD AS TRUSTEE FOR, AVIVA I

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 863

JUCESP
27 04 22

INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F, AVIVA INVESTORS, AVIVA LIFE PENSIONS UK LIMITED, AWARE SUPER PTY LTD, AXA IM SUSTAINABLE EQUITY FUND, AXA INVESTMENT MANAGERS SCHWEIZ AG ON BEHALF OF AX, AXA ROSENBERG EQUITY ALPHA TRUST, BAILLIE GIFFORD EMMERGING MARKETS LEADING COMPANIES FUND, BARCLAYS MULTI-MANAGER FUND PUBLIC LIMITED COMPANY, BBH GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY MASTER FU, BEA UNION INVESTMENT GLOBAL EQUITY FUND, BELLSOUTH CORPORATION RFA VEBA TRUST, BENEFIT FUNDS INVESTMENT TRUST - EMERGING MARKETS, BETASHARES GLOBAL BANKS ETF - CURRENCY HEDGED, BLACKROCK A. M. S. AG ON B. OF I. E. M. E. I. F. (CH), BLACKROCK ADVANTAGE E. M. FUND OF BLACKROCK FUNDS, BLACKROCK ADVANTAGE GLOBAL FUND INC, BLACKROCK ASSET MANAG IR LT I ITS CAP A M F T BKR I S FD, BLACKROCK CDN MSCI EMERGING MARKETS INDEX FUND, BLACKROCK GA D. E. FUND OF M. ACCOUNT SERIES, BLACKROCK GL ALLOCATION PORTFOLIO OF BLACKROCK SER FD, INC, BLACKROCK GLOBAL ALLOC V.I. FD OF BLACKROCK VAR SER FDS, INC, BLACKROCK GLOBAL ALLOCATION COLLECTIVE FUND, BLACKROCK GLOBAL ALLOCATION FUND (AUST), BLACKROCK GLOBAL FUNDS-GLOBAL ALLOCATION FUND, BLACKROCK GLOBAL FUNDS-GLOBAL DYNAMIC EQUITY FUND, BLACKROCK GLOBAL INDEX FUNDS, BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST COMPANY NA, BLACKROCK LIFE LIMITED - DC OVERSEAS EQUITY FUND, BLACKROCK MSCI ACWI ESG FOCUS INDEX FUND, BLACKROCK STRATEGIC FUNDS - BLACKROCK SYSTEMATIC GLOBAL E F, BLAKROCK GLOBAL ALLOCATION FUND INC, BMO MSCI EMERGING MARKETS INDEX ETF, BNYM MELLON CF SL EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, BOARD OF PENSIONS OF THE EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMERICA, BORDER TO COAST EMERGING MARKETS EQUITY FUND, BPI BRASIL, FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO FLEXIVEL, BRIGHTHOUSE FUNDS TRUST I-SSGA EMERGING MARKETS EM, BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME, BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, CALVERT EMERGING MARKETS, ADVANCEMENT FUND, CARESUPER, CATHAY LIFE INSURANCE CO. LTD, CCL Q 130/30 FUND II, CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND, CCL Q INTERNATIONAL EQUITY FUND, CDN ACWI ALPHA TILTS FUND, CENTRAL PROVIDENT FUND BOARD, CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF N B FUND, CHANG HWA COM BK LTD IN ITS CAP AS M CUST OF P LAT A EQ FD, CHEVRON UK PENSION PLAN, CHUNGHWA POST CO, LTD, CIBC EMERGING MARKETS EQUITY INDEX ETF, CIBC EMERGING MARKETS INDEX FUND, CITITRUST LIM AS TR OF BLACK PREMIER FDS- ISH WOR EQU IND FD, CITITRUST LTD A T VANG FDS S - VANGUARD MODERATE GROWTH FUND, CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, CITY OF

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 864

JUCESP
27 04 22

PHILADELPHIA PUB EMPLOYEES RET SYSTEM, CLARITAS LONG SHORT MASTER FI MULTIMERCADO, CLINTON NUCLEAR POWER PLANT QUALIFIED FUND, CMLA EMERGING MARKETS FUND, CMLA INTERNATIONAL SHARE FUND, CN CANADIAN MASTER TRUST FUND, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, COLONIAL FIRST STATE INVESTMENT FUND 10, COLONIAL FIRST STATE INVESTMENT FUND 50, COLONIAL FIRST STATE WHOLESALE INDEXED GLOBAL SHAR, COLUMBIA EM CORE EX-CHINA ETF, COMMONWEALTH EMERGING MARKETS FUND 3, COMMONWEALTH EMERGING MARKETS FUND 6, COMMONWEALTH GLOBAL SHARE FUND 16, COMMONWEALTH GLOBAL SHARE FUND 22, COMMONWEALTH GLOBAL SHARE, FUND 23, COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION, CONNECTICUT GENERAL LIFE INSURANCE COMPANY, CONSOLIDATED EDISON RETIREMENT PLAN, CONSTRUCTION BUILDING UNIONS SUPER FUND, CONSULTING GROUP CAPITAL MARKETS FUNDS - EMERGING MARKETS EQUITY FUND, COUNTY EMPLOYEES ANNUITY AND BENEFIT FUND OF THE COOK COUNTY, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. AS TR F HSBC BRAZIL NEW MO FUND, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. RE: EMERGING EQUITY PASSIVE MOTHER FUND, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. RE: RTB DWS B. E. P. M., CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. RE: RTB NIKKO BRAZIL EQUITY ACTIVE MOTHER FUND, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. RE: STB DAIWA EMERGING, EQUITY FUNDAMENTAL INDEX MOTHER FUND, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. SMTB D. M. C. E. E. M. F., CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. STB BRAZIL STOCK MOTHER FUND, CUSTODY.B.O.J,L.S.E.C.D.Y.EQUITY MOTHER FUND, DANSKE INVEST SICAV, DEKA INVESTMENT GMBH FOR ELB-FUNDMASTER 1, DELA DEPOSITARY ASSET MANAGEMENT B.V., DESJARDINS RI EMERGING MARKETS - LOW CO2 INDEX ETF, DESJARDINS RI EMERGING MARKETS MULTIFACTOR - LOW C, DESJARDINS RI GLOBAL MULTIFACTOR - FOSSIL FUEL RES, DEUTSCHE ASSET MANAGEMENT S.A. FOR ARERO - DER WEL, DEUTSCHE ASSET WEALTH MANAGEMENT INVESTMENT GMBH FOR D GPF, DEUTSCHE INVEST I BRAZILIAN EQUITIES, DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HEDGED EQUITY ETF, DFC EMERGING MARKETS EQUITY FUND, DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM, DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND, DUPONT PENSION TRUST, DWS ADVISORS EMERGING MARKETS EQUITIES-PASSIVE, DWS I. GMBH FOR DEAM-FONDS KG-PENSIONEN, DWS INVEST (IE) ICAV, DWS INVEST EMERGING MARKETS TOP DIVIDEND, DWS INVEST LATIN AMERICAN EQUITIES, DWS LATIN AMERICA EQUITY FUND, EASTSPRING INVESTMENTS, EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD, EATON VANCE INT (IR) F PLC-EATON V INT (IR) PAR EM MKT FUND, EATON VANCE MANAGEMENT, EM BRAZIL TRADING 2 LLC, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, EMERGING MARKETS ALPHA TILTS FUND, EMERGING MARKETS ALPHA TILTS FUND B, EMERGING MARKETS ALPHA TILTS-ENHANCED FUND, EMERGING

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 865

JUCESP
27 04 22

MARKETS EQUITY CORPORATE CLASS, EMERGING MARKETS EQUITY FUND, EMERGING MARKETS EQUITY INDEX ESG SCREENED FUND B, EMERGING MARKETS EQUITY INDEX MASTER FUND, EMERGING MARKETS EQUITY POOL, EMERGING MARKETS EQUITY SELECT ETF, EMERGING MARKETS FUND, EMERGING MARKETS GREAT CONSUMER FUND, EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDABLE FUND, EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDABLE FUND B, EMPLOYEES RET SYSTEM OF THE STATE OF HAWAII, EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF GEORGIA, EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, EQ/EMERGING MARKETS EQUITY PLUS PORTFOLIO, EUROPEAN CENTRAL BANK, EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR, EXELON GENERATION COMP, LLC TAX, QUALIFIED NUCLEAR DECOMM PAR, FEDERATED HERMES GLOBAL ALLOCATION FUND, FIAM GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS, FIAM SELECT EMERGING MARKETS EQUITY, FUND, LP, FIDEICOMISO FAE, FIDELITY CONCORD STREET TRUST: FIDELITY ZERO, INTERNATIONAL INDEX FUND, FIDELITY COVINGTON TRUST: FIDELITY TARGETED EMERGING MARKETS FACTOR ETF, FIDELITY GLOBAL CONCENTRATED EQUITY FUND, FIDELITY GLOBAL CONCENTRATED EQUITY INSTITUTIONAL, FIDELITY GLOBAL EQUITY INVESTMENT TRUST, FIDELITY INSTITUTIONAL FD FID EMERGING MARKETS FD, FIDELITY INSTITUTIONAL FUNDS ICVC - SELECT EM MA EQ FUND, FIDELITY INTERNATIONAL EQUITY INVESTMENT TRUST, FIDELITY INTERNATIONAL VALUE FUND, FIDELITY INVESTMENT FUNDS FIDELITY INDEX EMERG MARKETS FUND, FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY SERIES EMERGIN, FIDELITY INVESTMENTS MONEY MANAGEMENT INC, FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC A E M FUND, FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC ADVISE, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY EMERGING MARKETS INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY GLOBAL EX U.S. INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY INTERNATIONAL SUSTAINABILITY INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SAI EMERGING MARKETS INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SERIES GLOBAL EX U.S. INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY TOTAL INTERNATIONAL INDEX FUND, FIDELITY SELECT EMERGING MARKETS EQUITY INSTITUTIONAL TRUST, FIDELITY SELECT GLOBAL PLUS ALL CAP EQUITY INSTITUTIONAL TRU, FIRST TRUST BRAZIL ALPHADEX FUND, FIRST TRUST LATIN AMERICA ALPHADEX FUND, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND, FORBES REINSURANCE COMPANY LTD, FORD MOTOR COMPANY OF CANADA, L PENSION TRUST, FORSTA AP-FONDEN, FP RUSSEL INV ICVC - FP RUSSEL INV INT GROWTH ASSETS FUND, FRANKLIN EMERGING MARKETS CORE EQUITY FUND, FRANKLIN FUND ALLOCATOR SERIES - FRANKLIN EMERGING, FRANKLIN LIBERTYQT EMERGING

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) . SEI 2021.011045 / pg. 866

JUCESP
27 04 22

MARKETS INDEX ETF, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, FRANKLIN TEMPLETON ETF T - FRANKLIN LIBERTYQ EMERGING M ETF, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST -FRANKLIN LIBERTYQ GLOBAL E ETF, FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS, FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS, GAM MULTISTOCK, GAM STAR FUND PLC, GENERAL PENSION AND SOCIAL SECURITY AUTHORITY, GENESIS EMERGING MARKETS FUND LIMITED, GLOBAL ALL CAP ALPHA TILTS FUND, GLOBAL ALPHA TILTS ESG NON-LENDABLE FUND B, GLOBAL ALPHA TILTS FUND A, GLOBAL ALPHA TILTS FUND B, GLOBAL ASSET MANAGEMENT STRATEGIES - EMERGING MARKETS E S, GLOBAL EMERGING MARKETS BALANCE PORTFOLIO, GLOBAL EX-US ALPHA TILTS FUND, GLOBAL EX-US ALPHA TILTS FUND B, GLOBAL MACRO CAPITAL OPPORTUNITIES PORTFOLIO, GMO BENCHMARK-FREE FUND, A SERIES OF GMO TRUST, GMO C FD MASTER P,A SERIES OF GMO OFFSHORE MASTER P V LTD, GMO GLOBAL EQUITY ALLOCATION INVESTMENT FUND, GMO GLOBAL R RETURN (UCITS) F, A SUB-FUND OF GMO FUNDS PLC, GMO IMPLEMENTATION FUND, A SERIES OF GMO TRUST, GOLDMAN SACHS EMERGING MARKETS MULTI-ASSET PORTFOLIO, GOLDMAN SACHS ETF ICAV ACTING SOLELY ON BEHALF OF, GOLDMAN SACHS ETF TRUST - GOLDMAN S ACTIVEBETA E M E ETF, GOLDMAN SACHS ETF TRUST - GOLDMAN SACHS EMERGING M, GOLDMAN SACHS FUNDS - GOLDMAN SACHS E M C (R) EQ PORTFOLIO, GOLDMAN SACHS FUNDS - GOLDMAN SACHS E MARKETS EQ PORTFOLIO, GOLDMAN SACHS FUNDS - GOLDMAN SACHS GLOBAL ABSOLUTE RETURN P, GOLDMAN SACHS TRUST - GOLDMAN SACHS EMERGING MARKETS E I F, GOLDMAN SACHS TRUST II - MULTI-MANAGER INTERNATIONAL E FUND, GOLDMAN SACHS UK RETIREMENT PLAN, GQG PARTNERS EMERGING MARKET EQUITY FUND - GQG GLOBAL UCITS, GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY FUND, GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY FUND (AUSTRALIA), GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY FUND-GQG PARTNERS S LLC, GUIDEMARK EMERGING MARKETS FUND, GUIDESTONE FUNDS EMERGING MARKETS EQUITY FUND, H.E.S.T. AUSTRALIA LIMITED, HARTFORD SCHRODERS DIVERSIFIED EMERGING MARKETS FU, HC CAPITAL TRUST THE EMERGING MARKETS PORTFOLIO, HEXAVEST EMERGING MARKETS FUND, HEXAVEST SYSTEMATIC ESG EMERGING MARKETS EQUITY FU, HIGHSTREET GLOBAL EQUITY FUND, HOSPITAL AUTHORITY PROVIDENT FUND SCHEME, HSBC BANK PLC AS TRUSTEE OF STATE STREET AUT EMERGING MARKET SCREENED (EX CONTROVERSIES AND CW) INDEX EQUITY FUND, IBBOTSON INTERNATIONAL BONDS CORE (HEDGED) TRUST, IBM 401(K) PLUS PLAN, IMCO EMERGING MARKETS PUBLIC EQUITY LP, IN BK FOR REC AND DEV,AS TR FT ST RET PLAN AND TR/RSBP AN TR, INTECH GLOBAL ALL COUNTRY ENHANCED INDEX FUND LLC, INTERNATIONAL EXPATRIATE BENEFIT MASTER TRUST,

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 867

JUCESP
27 04 22

INTERNATIONAL MONETARY FUND, INVESCO EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LP, INVESCO EMERGING MARKETS EQUITY TRUST, INVESCO FTSE RAFI EMERGING MARKETS ETF, INVESCO FUNDS, INVESCO LATIN AMERICAN FUND (UK), INVESCO MARKETS III PLC - INV FTSE RI EMERGING MARK U ETF, INVESCO MARKETS III PLC - INVESCO FTSE RAFI ALL-WORLD 3000 U, INVESCO MSCI EMERGING MARKETS ESG UNIVERSAL SCREEN, INVESCO OPPENHEIMER DEVELOPING MARKETS FUND, INVESCO OPPENHEIMER GLOBAL ALLOCATION FUND, INVESCO OPPENHEIMER GLOBAL MULTI-ASSET GROWTH FUND, INVESCO PUREBETASM FTSE EMERGING MARKETS ETF, INVESCO RAFI FUNDAMENTAL GLOBAL INDEX TRUST, INVESTERINGS FORENINGEN DANSKE INVEST, INVESTERINGSFORENINGEN BANKINVEST, EMERGING MARKETS AKTIER K, INVESTERINGSFORENINGEN D. I. I. G. AC R. - A. KL, INVESTERINGSFORENINGEN DANSKE INVEST SELECT, INVESTERINGSFORENINGEN NORDEA INVEST EMERGING MKTS E. KL, INVESTERINGSFORENINGEN NORDEA INVEST STABIL BALANCERET KL, INVESTORS WHOLESALE EMERGING MARKETS EQUITIES TRUST, IRISH LIFE ASSURANCE PLC, ISHARES (DE) I, INVESTMENTAKTIENGESELLSCHAFT MIT TG, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF, ISHARES EMERGING MARKETS FUNDAMENTAL INDEX ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, ISHARES ESG ADVANCED MSCI EM ETF, ISHARES ESG MSCI EM ETF, ISHARES ESG MSCI EM LEADERS ETF, ISHARES II PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI ACWI ETF, ISHARES MSCI ACWI EX U.S. ETF, ISHARES MSCI ACWI LOW CARBON TARGET ETF, ISHARES MSCI BRAZIL ETF, ISHARES MSCI BRIC ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, ITAÚ FUNDS - LATIN AMERICA EQUITY FUND, JANA MULTI-MANAGER GLOBAL SHARE TRUST, JEFFREY LLC, JNL EMERGING MARKETS INDEX FUND, JNL MULTI-MANAGER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, JNL/BLACKROCK GLOBAL, ALLOCATION FUND, JNL/FRANKLIN TEMPLETON GROWTH ALLOCATION FUND, JNL/GQG EMERGING MARKETS EQUITY FUND, JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND, JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY ALLOCAT, JOHN HANCOCK FUNDS II MULTI-ASSET ABSOLUTE RETURN FUND, JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND, JOHN HANCOCK TRUST COMPANY COLLECTIVE INVESTMENT T, JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST, JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST INTERN EQUITY INDEX TRUST, JPMORGAN DIVERSIFIED RETURN EMERGING MARKETS EQUITY ETF, JPMORGAN EMERGING MARKETS EQUITY CORE ETF, KAISER FOUNDATION HOSPITALS, KAISER PERMANENTE GROUP TRUST, KAPITALFORENINGEN EMD INVEST, EMERGING MARKETS IND, KAPITALFORENINGEN

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 868

JUCESP
27 04 22

INVESTIN PRO, GLOBAL EQUITIES I, KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO, GLOBALE AKTIER IND, KAPITALFORENINGEN LAEGERNES PENSIONSINVESTERING, LPI AEM III, KAPITALFORENINGEN LD, SMART BETA-MANDAT, KAPITALFORENINGEN PENSAM INVEST, PSI 3 GLOBALE AKTIER 3, KRANESHARES MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA INDEX E, LAERERNES PENSION FORSIKRINGSAKTIESELSKAB, LATTICE EMERGING MARKETS STRATEGY ETF, LAY E RETIREMENT PLAN OF THE ARCHDIOCESE OF PHILADELPHIA, LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC, LAZARD EMERGING MARKETS EQUITY BLEND PORTFOLIO, LAZARD INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY PORTFOLIO, LEGAL GENERAL U. ETF P. LIMITED COMPANY, LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD CLIMATE CHANGE EQUITY FACTORS INDEX FUND, LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED, LEGAL GENERAL CCF, LEGAL GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, LEGAL GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, LEGAL GENERAL ICAV, LEGAL GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, LEGAL GENERAL SCIENTIFIC BETA EMERGING MARKETS FUND, LLC, LGIASUPER TRUSTEE, LGPS CENTRAL EMERGING MARKETS EQUITY ACTIVE MULTI, LGPS CENTRAL GLOBAL MULTI FACTOR EQUITY INDEX FUND, LIONTRUST INVESTMENT FUNDS I - LIONTRUST LATIN AMERICA FUND, LOCAL AUTHORITIES SUPERANNUATION FUND, LOCKHEED MARTIN CORP DEFINED CONTRIBUTION PLANS MASTER TRUST, LOCKHEED MARTIN CORP MASTER RETIREMENT TRUST, LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION, LVIP BLACKROCK ADVANTAGE ALLOCATION FUND, LVIP BLACKROCK GLOBAL ALLOCATION FUND, LVIP SSGA EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, MACQUARIE MULTI-FACTOR FUND, MACQUARIE TRUE INDEX EMERGING MARKETS FUND, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, MASSMUTUAL PREMIER STRATEGIC EMERGING MARKETS FUND, MASSMUTUAL SELECT BLACKROCK GLOBAL ALLOCATION FUND, MASSMUTUAL SELECT T. ROWE PRICE INTERNATIONAL EQUITY FUND, MERCER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, MERCER EMERGING MARKETS FUND, MERCER EMERGING MARKETS SHARES FUND, MERCER PRIVATE WEALTH INTERNATIONAL FOCUSED EQUITY POOL, MERCER QIF FUND PLC, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, MG (LUX) INVESTMENT FUNDS 1, MG GLOBAL E. M. FUND A SUB FUND OF MG I. F. (7), MG INVESTMENT FUNDS (7) - MG EMERGING MARKETS MO, MGI FUNDS PLC, MGTS AFH DA GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND, MICHIGAN CATHOLIC CONFERENCE MASTER PENSION TRUST, MINEWORKERS' PENSION SCHEME, MINISTRY OF ECONOMY AND FINANCE, MIP ACTIVE STOCK MASTER PORTFOLIO, MIRAE ASSET GEM GREAT CONSUMER EQUITY FUND, MIRAE ASSET GLOBAL DISCOVERY FUND, MML STRATEGIC EMERGING MARKETS FUND, MOBIUS LIFE LIMITED, MOMENTUM GLOBAL FUNDS, MSCI ACWI EX-U.S. IMI INDEX FUND B2, MSCI EQUITY INDEX FUND B – BRAZIL,

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 869

JUCESP
27 04 22

MUNICIPAL E ANNUITY A B FUND OF CHICAGO, NAT WEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL EQUITY UNIT TRUST, NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND, NATIONAL WESTMINSTER BANK PLC AS TRUSTEE OF ST. JÁ, NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES LIMITED AS, NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES, LIMITED AS TRUSTEE OF ST. JAMES'S PLACE STRATEGIC MANAGED UNIT TRUST, NAVARRO 1 FUND LLC, NEW AIRWAYS PENSION SCHEME, NEW YORK LIFE INSURANCE AND ANNUITY CORPORATION, NEW YORK LIFE INSURANCE COMPANY, NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND, NEW YORK STATE NURSES ASSOCIATION P P, NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND, NFS LIMITED, NGS SUPER, NINETY ONE GLOBAL STRATEGY FUND, NISSAY UCITS FUNDS - NISSAY GLOBAL EMERGING EQUITY, NN (L) FIRST CLASS MULTI ASSET, NN (L) FIRST CLASS MULTI ASSET PREMIUM, NON-US EQUITY MANAGERS PORTFOLIO 4 OFFSHORE MASTER L.P., NON-US EQUITY MANAGERS: PORTFOLIO 1 SERIES, NORDEA 1 - ALPHA 10 MA FUND, NORDEA 1 - ALPHA 7 MA FUND, NORDEA 1- ALPHA 15 MA FUND, NORDEA 1 SICAV - GBP DIVERSIFIED RETURN FUND, NORDEA 1 SICAV - NORDEA 1 STABLE RETURN FUND, NORDEA 1 SICAV NORDEA 1 STABLE EMERGING MARKETS EQUITY FUND, NORDEA 1, SICAV- NORDEA 1- LATIN AMERICAN EQUITY FUND, NORDEA 2 - VAG OPTIMISED STABLE RETURN FUND, NORDEA 2 SICAV, NORDEA 2, SICAV - EMERGING MKTS SUSTAINABLE ENHANCED EQ FUND, NORDEA DEDIC. INVEST. F., SICAV-FIS-MA LIQUID ALTER. I FUND, NORDEA DEDICATED INV FD, SICAV-FIS-MA LIQ ALTERNATIVE II FD, NORDEA EQUITY OPPORTUNITIES FUND, NORDEA GENERATIONSFOND 60-TAL, NORDEA GENERATIONSFOND 70-TAL, NORDEA GENERATIONSFOND 80-TAL, NORDEA GENERATIONSFOND 90-TAL, NORDEA STABIL, NORGES BANK, NORTHERN EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, NORTHERN TRUST COLLECTIVE ALL COUNTRY WORLD I (ACWI) E-U F-L, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS INDEX FUND-LEND, NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC, NOVA SCOTIA PUBLIC SERVICE SUPERANNUATION FUND, NOVA SCOTIA TEACHERS' PENSION FUND, NTCC COLLECTIVE FUNDS FOR EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS, NTGI QM COMMON DAILY ALL COUNT WORLD EXUS EQU INDEX FD LEND, NTGI QUANTITATIVE MANAGEMENT COLLEC FUNDS TRUST, NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF – LENDING, NTGI-QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EQUITY I F- NON L, NUVEEN MULTI-ASSET INCOME FUND, NVIT GS EMERGING MARKETS EQUITY INSIGHTS FUND, OFI INVEST, ONEPATH GLOBAL EMERGING MARKETS SHARES(UNHEDGED) INDEX POOL, OREGON PUBLIC EMPLOYEES, RETIREMENT SYSTEM, PACE INT EMERG MARK EQUITY INVESTMENTS, PACIFIC GAS A EL COMP NU F Q CPUC DEC, MASTER TRUST, PACIFIC SELECT FUND, PACIFIC SELECT FUND - PD EMERGING MARKETS PORTFOLIO,

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 870

JUCESP
27 04 22

PANAGORA GROUP TRUST, PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND, PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND, PARAMETRIC TMEMC FUND, LP, PENSIONDANMARK PENSIONSFORSIKRINGSAKTIESELSKAB, PEOPLE S BANK OF CHINA, PERTERRA EMERGING MARKETS FUND, L.P., PF EMERGING MARKETS FUND, PHILADELPHIA GAS WORKS PENSION PLAN, PICTET - EMERGING MARKETS INDEX, PICTET CH INSTITUTIONAL - EMERGING MARKETS TRACKER, PIMCO EQUITY SERIES: PIMCO RAE EMERGING MARKETS FUND, PIMCO RAE EMERGING MARKETS FUND LLC, PINNACLE ICAV - AIKYA GLOBAL EMERGING FUND- UCITS, PIONEER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, PLURIBUS LABS GLOBAL CORE EQUITY MASTER FUND LP, POOL REINSURANCE COMPANY LIMITED, POPLAR TREE FUND OF AMERICAN INVESTMENT TRUST, PRESCIENT GLOBAL FUNDS PLC, PRINCIPAL FINANCIAL SERVICES, INC, PRINCIPAL FUNDS INC. - ORIGIN EMERGING MARKETS FUND, PRINCIPAL GLOBAL INVESTORS FUNDS, PUBLIC EMPLOYEES PENSION PLAN, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF COLORADO, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEXICO, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF MISSISSIPPI, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, PUBLIC SECTOR PENSION INVESTMENT BOARD, QIC INTERNATIONAL EQUITIES FUND, QIC LISTED EQUITIES FUND, QP INVESTIMENTOS LLC, QS INVESTORS DBI GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP, QSUPER, RBC EMERGING MARKETS EQUITY FUND, RBC EMERGING MARKETS EQUITY FUND (USA), RBC FUNDS (LUX) - EMERGING MARKETS EQUITY FUND, RBC QUANT EMERGING MARKETS DIVIDEND LEADERS ETF, RBC QUANT EMERGING MARKETS EQUITY LEADERS ETF, RBC VISION FOSSIL FUEL FREE EMERING MARKETS EQUITY, RELIANCE TRUST INSTITUTIONAL RETIREMENT TRUST SERIES TWELVE, RETIREMENT INCOME PLAN OF SAUDI ARABIAN OIL COMPANY, ROBECO CAPITAL GROWTH FUNDS, RUSSEL EMERGING MARKETS EQUITY POOL, RUSSELL GLOBAL OPPORTUNITIES FUND, RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC - REM EQUITY PLUS FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY EMERGING MARKETS FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY, RUSSELL INVESTMENT COMPANY, RUSSELL TAX-MANAGED INTERNATIONAL, RUSSELL INVESTMENT MANAGEMENT LTD AS TRUSTEE OF THE RUSSELL, RUSSELL INVESTMENT MANAGEMENT LTD.AS T OF THE R M-A F E FUND, RUSSELL INVESTMENTS SUSTAINABLE GLOBAL SHARES EX F, RUSSELL TAX EFFECTIVE GLOBAL SHARES FUND, RUSSELL TR COMPANY COMMINGLED E. B. F. T. R. L. D. I. S., RWC EMERGING MARKETS EQUITY MASTER FUND LIMITED, RWC FUNDS - RWC GLOBAL EMERGING MARKETS FUND, RWC GLOBAL EMERGING EQUITY FUND, RWC LATIN AMERICA EQUITY FUND, SAFRA SETORIAL BANCOS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, SAUDI ARABIAN MONETARY AUTHORITY, SBC MASTER PENSION TRUST,

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 871

JUCESP
27 04 22

SCHRODER EMERGING MARKETS FUND SUSTAINABLE FUND, SCHRODER GEP GLOBAL EMERGING MARKETS FUND, SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND, SCHRODER INTL SELECTION F - LATIN AMERICAN, SCHRODER PENSION MANAGEMENT LIMITED, SCHRODER QEP EMERGING MARKETS MULTI-CAP EQUITY TRU, SCHRODER SUSTAINABLE MULTI-FACTOR EQUITY FUND, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGOING MARKETS LARGE COMPANY INDEX ETF, SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX FUND, SCOTIA PRIVATE EMERGING MARKETS POOL, SCOTTISH WIDOWS INVESTMENT SOLUTIONS FUNDS ICVC- FUNDAMENTAL INDEX EMERGING MARKETS EQUITY FUND, SCOTTISH WIDOWS MANAGED INVESTMENT FUNDS ICVC – INT, SCRI ROBECO QI INST EMERG MKTS ENHANCED IND EQUITIES FUND, SCRI-ROBECO QI CUST EMERG MARKETS ENHANCED INDEX EQUIT FUND, SEGALL BRYANT HAMILL EMERGING MARKETS FUND; SEI GLOBAL MASTER FUND PLC - THE SEI FACTOR ALLOCA, SEI GLOBAL MASTER FUND PLC, THE SEI EMERGING MKT EQUITY FUND, SEI INST INT TRUST EM MKTS EQUITY FUND, SELECT INTERNATIONAL EQUITY MANAGED CORPORATE CLASS, SELECT INTERNATIONAL EQUITY MANAGED FUND, SIGNATURE EMERGING MARKETS CORPORATE CLASS, SIGNATURE EMERGING MARKETS FUND, SIGNATURE GLOBAL DIVIDEND FUND, SIT DEVELOPING MKTS GROWTH FUND, SKYLINE UMBRELLA FUND ICAV, SOCIAL INSURANCE ORGANIZATION, SONOMA COUNTY EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATIO, SOUTHERN CAL ED C N F Q C DC MT S ON P VD N G, SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SPARTAN EMERGING MARKETS INDEX POOL, SPDR BLOOMBERG SASB EMERGING MARKETS ESG SELECT ET, SPDR MSCI ACWI LOW CARBON TARGET ETF, SPDR MSCI EMERGING MARKETS FOSSIL FUEL FREE ETF, SPDR MSCI EMERGING MARKETS STRATEGICFACTORS ETF, SPDR S&P EMERGING MARKETS FUND, SPDR SP EMERGING MARKETS ETF, SSGA MSCI ACWI EX-USA INDEX NON-LENDING DAILY TRUST, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, SSTL AS DEPOSITARY OF FP BRUNEL PENSION PARTNERSHIP ACS - FP BRUNEL EMERGING MARKETS EQUITY FUND, STANDARD LIFE ASSURANCE LIMITED, STANDARD LIFE INVESTMENT COMPANY - GL EMER M EQ FD, STANDARD LIFE INVESTMENTS GLOBAL SICAV II, STANLIB FUNDS LIMITED, STATE OF MINNESOTA STATE EMPLOYEES RETIREMENT PLAN, STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D, STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL, STATE OF WYOMING, STATE STREET EMERGING MARKETS E N-L C TRUST FUND, STATE STREET EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, STATE STREET GLOBAL A LUX SICAV - SS EM SRI ENHANCED E F, STATE STREET GLOBAL A. L. S. - S. S. E. M. ESG S. E. E. F., STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV - STATE STREET GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX EQUITY FUND, STATE STREET GLOBAL ADVISORS TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS, STATE

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 872

JUCESP
27 04 22

STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-U.S. INDEX PORTFOLIO, STATE STREET ICAV, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, STATE STREET MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMMON TRUST FUND, STATE STREET MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING COMMON TRUST FUND, STATE STREET VARIABLE INSURANCE SERIES FUNDS, INC., STICHING PENSIOENFONDS VOOR HUISARTSEN, STICHITING BLUE SKY ACT EQ EM MK GL FUND, STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL, STICHTING JURIDISCH EIGENAAR ACHMEA INVESTMENT MAN, STICHTING PENSIOENFONDS ING, STICHTING PENSIOENFONDS PGB, STICHTING PENSIOENFONDS RAIL AND OPENBAAR VERVOER, STICHTING PENSIOENFONDS VAN DE ABN AMRO BK NV, STICHTING PENSIOENFONDS WERK EN (RE)INTEGRATIE, STICHTING PENSIONENFONDS VAN DE METALEKTRO (PME), STICHTING PGGM DEPOSITARY, STICHTING PHILIPS PENSIOENFONDS, SUNAMERICA SERIES TRUST SA EMERGING MARKETS EQUITY, SUNSUPER SUPERANNUATION FUND, SUPERANNUATION FUNDS MANAGEMENT CORPORATION OF SOUTH AUSTRALIA, T ROWE PRICE FUNDS SICAV, T ROWE PRICE INT FNDS T.ROWE PRICE L AMER FUN, T. ROWE PRICE EMERGING MARKETS DISCOVERY EQUITY PO, T. ROWE PRICE EMERGING MARKETS DISCOVERY STOCK FUND, T. ROWE PRICE EMERGING MARKETS DISCOVERY STOCK TRUST, T. ROWE PRICE QM GLOBAL EQUITY FUND, T.ROWE PRICE FUNDS OEIC-EMERGING MARKETS DISCOVERY EQUITY FD, TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF GEORGIA, THE ARCHDIOCESE OF HARTFORD INVESTMENT TRUST, THE BAILLIE GIFFORD GROUP TRUST, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, THE BANK OF NEW YORK MELLON EMPLOYEE BENEFIT COLLECTIVE INVESTMENT FUND PLAN, THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFORNIA, THE BOEING COMPANY EMPLOYEE RETIREMENT PLANS MASTER TRUST, THE CHASE MAN BK AS TR OF DELTA MASTER FD, THE COMMONWEALTH FUND, THE DELTA PILOTS DISABILITY AND SURVIVORSHIP TRUST, THE EMERGING M.S. OF THE DFA I.T.CO., THE GOLDMAN SACHS TRUST COMPANY NA COLLECTIVE TRUST, THE HARTFORD ROMAN CATHOLIC DIOCESAN CORPORATION RPMT, THE INCUBATION FUND, LTD., THE MASTER TR BANK OF JAPAN AS TR FOR HSBC BRAZIL MOTHER FD, THE MASTER TRT BK JPN TRUSTEE OF JPM BRICS5 MOTHER FUND, THE MASTER TRUST BANK OF JAP, LTD. AS TR. FOR MTBJ400045828, THE MASTER TRUST BANK OF JAP., LTD. AS TR. FOR MTBJ400045829, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD AS TRUSTEE OF DAIWA BRAZIL STOCK OPEN - RIO WIND, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T F MTBJ400045832, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TR FOR MUTB400045792, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRU FO MTBJ400045849, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FO, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045836, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052). SEI 2021.011045 / pg. 873

JUCESP
27 04 22

MUTB4000, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF MUTB400021492, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF MUTB400021536, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF NIKKO BRAZIL EQUITY MOTHER FUND, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF SCHRODER LATIN AMERICA EQUITY MOTHER FUND, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. TRUSTEE MUTB400045794, THE NOMURA TRUST AND BANKING CO., LTD. RE: INTERNATIONAL EMERGING STOCK INDEX MSCI EMERGING NO HEDGE MOTHER FUND, THE PENSIONS TRUST, THE PUBLIC INSTITUTION FOR SOCIAL SECURITY, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND - AP7 EQUITY FUND, THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, THE SULTANATE OF OMAN MINISTRY OF DEFENCE PENSION FUND, THE TEXAS EDUCATION AGENCY, THE TRUSTEES OF SAINT PATRICK S CATHEDRAL IN THE CITY O, THREADNEEDLE INVESTMENT FUNDS ICVC - LATIN AMERICA, THREE MILE ISLAND UNIT ONE QUALIFIED FUND, TIAA - CREF LIFE FDS - INTERNATIONAL EQ FD, TIAA CREF FUNDS - INTERNATIONAL EQUITY FUND, TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, TM RWC GLOBAL EMERGING MARKETS FUND, TOTAL INTERNATIONAL EX U.S. I MASTER PORT OF MASTER INV PORT, TRANSAMERICA EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES, TRINITY COLLEGE CAMBRIDGE, TRPH CORPORATION, UI-E - J P MORGAN S/A DTVM, UNIVERSAL INVEST LUXEMBOURG SA ON BEHALF OF UNIVEST, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, UTD NAT RELIEF AND WORKS AG FOR PAL REFUGEE IN THE NEAR EAST, VANGUARD ACTIVE EMERGING MARKET EQUITY FUND, VANGUARD EMERGING MARKETS SELECT STOCK FUND, VANGUARD EMERGING MARKETS SHARES INDEX FUND, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD ESG INTERNATIONAL STOCK ETF, VANGUARD FIDUCIARY TRUST COMPANY INSTITUTIONAL TOTAL INTERNATIONAL STOCK MARKET INDEX TRUST, VANGUARD FIDUCIARY TRUST COMPANY, INSTITUTIONAL TOTAL INTERNATIONAL STOCK MARKET INDEX TRUST II, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD INTERNATIONAL HIGH DIVIDEND YIELD INDEX FUND, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS ALL CAP EQUITY INDEX FUND, VANGUARD INVESTMENTS FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX FUND, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS, VANTAGETRUST III MASTER COLLECTIVE INVESTMENT FUNDS TRUST, VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: INTERNATIONAL INDEX PORTFOLIO, VERDIPAPIRFONDET KLP AKSJE FREMVOKSENDE MARKEDER INDEKS I, VGV

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 874

JUCESP
27 04 22

POOLFONDS EME II, VICTORIAN FUNDS MAN C A T F V E M T, VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM, VIRTUS ALLIANZGI GLOBAL DYNAMIC ALLOCATION FUND, VONTOBEL FUND, VONTOBEL FUND II - MTX SUSTAINABLE EMERGING MARKET, VONTOBEL GLOBAL EQUITY SOCIALLY SCREENED FUND, VOYA MULTI-MANAGER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD, WELL MANAG FUNDS (LUXEMBOURG) - WELL EMERG MKTS R E FUND, WELL MGT FUNDS (LUXEMBOURG) II SICAV - WELL GL M A T R FD, WELLINGTON MANAGEMENT FUNDS (IRELAND) PLC, WELLINGTON MANAGEMENT FUNDS (LUXEMBOURG) III SICAV, WELLINGTON TRUST COMPANY N.A., WELLINGTON TRUST COMPANY, NATIONAL ASSOCIATION MUL, WELLS FARGO (LUX) WORLDWIDE FUND, WELLS FARGO BK D OF T ESTABLISHING INV F FOR E BENEFIT TR, WELLS FARGO FACTOR ENHANCED EMERGING MARKETS PORTFOLIO, WEST YORKSHIRE PENSION FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS EFFICIENT CORE FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS ESG FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS HIGH DIVIDEND FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS MULTIFACTOR FUND, WISDOMTREE GLOBAL HIGH DIVIDEND FUND, WISDOMTREE ISSUER ICAV, WM POOL - EQUITIES TRUST NO 74, WM POOL - EQUITIES TRUST NO. 75, WM POOL - EQUITIES TRUST NO. 76, XTRACKERS, XTRACKERS (IE) PUBLIC LIMITED COMPANY, XTRACKERS MSCI ACWI EX USA ESG LEADERS EQUITY ETF, XTRACKERS MSCI EMERGING MARKETS ESG LEADERS EQUITY.

Acionistas participantes nos termos do inciso II do caput e Parágrafo Primeiro do Artigo 21-V da Instrução CVM 481/2009: BB ACOES ALOCACAO FIA, BB AÇÕES EQUIDADE FUNDO DE INVESTIMENTO, BB ACOES GOVERNANCA FI, BB BNC ACOES NOSSA CAIXA NOSSO CLUBE DE INVESTIMENTO, BB CAP ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO, BB CAP IBOVESPA INDEXADO FIA, BB ECO GOLD FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, BB ETF IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE, BB JAQG FUNDO DE INVESTIOMENTO MM CREDITO PRIVADO LP, BB MAR AZUL AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, BB MONTANHA MÁGICA FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LP, BB NICTHEROY FI MM LP CP INVESTIMENTO NO EXTERIOR, BB ONDINA II ACOES FI - BDR NIVEL I, BB PREVIDENCIA ACOES IBRX FUNDO DE INVESTIMENTO, BB PREVIDÊNCIA RETORNO TOTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, BB TERRA DO SOL FUNDO DE INVESTIMENTO MM CREDITO PRIVADO, BB TOP ACOES ASG BRASIL FIA, BB TOP ACOES DIVIDENDOS FIA, BB TOP ACOES DUAL STRATEGY FI, BB TOP ACOES IBOVESPA ATIVO FI, BB TOP ACOES IBOVESPA INDEXADO FI, BB TOP ACOES IBRX INDEXADO FI, BB TOP ACOES INDICE DE SUST EMP FI EM ACOES, BB TOP AÇÕES QUANTITATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO, BB TOP ACOES SETOR FINANCEIRO FI, BB TOP ACOES TOTAL RETURN FI, BB TOP AÇÕES VALOR FUNDO DE INV EM AÇÕES, BB TOP ARBITRAGEM ALAVANCADO FI MULTIMERC LP, BB TOP MULTIMERCADO ASG

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 875

JUCESP
27 04 22

FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO, BB VESTAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO, BRASILPREV TOP A FUNDO DE INV DE ACOES, BRASILPREV TOP ACOES DIVIDENDOS FI, BRASILPREV TOP ASG BRASIL FIA, BRASILPREV TOP MULTIMERCADO ME FUNDO DE INVESTIMENTO CP, BRASILPREV TOP RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, BRASILPREV TOP VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, todos representados por seu procurador, senhor André Preto Magri; BRAD PRIV FIA IBOVESPA ALAVANCADO, BRADESCO F.I.A SELECTION, BRADESCO FIA BRADESCO, BRADESCO FIA DIVIDENDOS, BRADESCO FIA EQUITIES, BRADESCO FIA IBOVESPA PLUS, BRADESCO FIA IBRX MULTIPATROCINADO, BRADESCO FIA INSTITUCIONAL IBRX ATIVO, BRADESCO FIA KOELKAST, BRADESCO FIA MASTER IBOVESPA, BRADESCO FIA SELEÇÃO, BRADESCO FIA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL, BRADESCO FIM CREDITO PRIVADO INVEST NO EXT ALMA 555, BRADESCO FIM IE BGM, BRADESCO FIM LONG BIASED, BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇOES VANITY, BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MID SMALL CAPS, BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES SALUBRE, BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES ZINCO, BRADESCO H FUNDO DE INVESTIMENTO AÇÕES DIVIDENDOS, BRADESCO H FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IBOVESPA, BRADESCO PRIVATE FIA IBOVESPA ATIVO, BRAM F.I.A IBRX-50, BRAM FF ÍNDICE ATIVO FIA (ESPELHO), BRAM FIA IBOVESPA, BRAM FIA IBOVESPA ATIVO, BRAM FIA IBRX ATIVO, BRAM FIA LONG ONLY, BRAM FIA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL 2, BRAM FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, BRAM FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇOES CRESCIMENTO, BRAM H FUNDO DE INVESTIMENTO AÇÕES DIVIDENDOS, BRAM H FUNDO DE INVESTIMENTO AÇÕES INSTITUCIONAL, BRAM H FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IBOVESPA GESTÃO, BRAM H FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES PASSIVO IBRX, ETF BRADESCO IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE, FIA ARUBA, FIA IBOVESPA 157, FIA IE LAYANNA, FIA MEAÍPE IBX ATIVO, TUAM FIA INVEST NO EXT, todos representados por seu procurador, senhor Celso Seigiro Miyoshi; ABERDEEN LATIN AMERICAN INCOME FUND LLC, ABERDEEN STANDARD SICAV I - DIVERSIFIED INCOME FUND, ABERDEEN STANDARD SICAV I - EMERGING MARKETS SUSTAINABLE DEVELOPMENT EQUITY FUND, ABERDEEN STANDARD SICAV I - LATIN AMERICAN EQUITY FUND, AMUNDI ESG GLOBAL LOW CARBON FUND, AMUNDI FUNDS, AMUNDI INDEX SOLUTIONS, CONTI INTERNACIONAL, CPR INVEST, GEMEQUITY, GLOBAL MULTI-FACTOR EQUITY FUND, IT NOW IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE, IT NOW IDIV FUNDO DE INDICE, IT NOW IFNC FUNDO DE ÍNDICE, IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE, IT NOW ISE FUNDO DE INDICE, IT NOW PIBB IBRX-50 FUNDO DE ÍNDICE, ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI, ITAÚ ASGARD INSTITUCIONAL AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAU CAIXA ACOES FI, ITAÚ EXCELÊNCIA SOCIAL AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAU FTSE RAFI BRAZIL 50

A.C.J. D.R.C.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 876

JUCESP
27 04 22

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária do Banco Bradesco S.A. realizada cumulativamente em 10.3.2022 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795 **.20.**

CAPPED INDEX FIA, ITAU GOVERNANCA CORPORATIVA ACOES FI, ITAÚ HEDGE MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAU IBOVESPA ATIVO MASTER FIA, ITAÚ INDEX AÇÕES IBOVESPA FI, ITAU INDEX ACOES IBRX FI, ITAÚ MASTER GLOBAL DINÂMICO MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAÚ PREVIDÊNCIA IBRX FIA, LCL ACTIONS EMERGENTS, PREDIQUANT A3, STICHTING PENSIOENFONDS SABIC, todos representados por seu procurador, senhor Christiano Marques de Godoy; MUFG BANK, LTD., representado por sua procuradora, senhora Elisangela Oliboni; CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – PREVI, representada por seu procurador, senhor Marcos Paulo Félix da Silva; LUIZ ALVES DOS SANTOS, SÍLVIO JOSÉ RICARDO RANGEL, CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES, FUNDAÇÃO BRADESCO, NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A., todas representadas por seu procurador, senhor Aires Donizete Coelho e detentores de ADRs - *American Depositary Receipts* representados pelo THE BANK OF NEW YORK MELLON, esse pelo senhor José Donizetti de Oliveira.
-.-
Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.

Banco Bradesco S.A.

Assinado por Antonio José da Barbara em 2022-04-14 23:48:22 GMT

Antonio José da Barbara
Secretário

JUCESP
27 ABR 2022
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
208.896/22-3
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

A.C.J. D.R.C.

JUCESP

ANEXO I da Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária do Banco Bradesco S.A. realizada em 10.3.2022, às 16h

Mapa Final de Votação

Deliberações em Pauta Ordinária		ON			PN		
ORDEM DO DIA		**APROVAR**	**REJEITAR**	**ABSTER-SE**	**APROVAR**	**REJEITAR**	**ABSTER-SE**
1.	aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Contábeis/2021	3.510.466.022	261.393	54.789.584			
2.	destinação do lucro líquido do exercício/2021	3.565.412.763	3.713	100.523			
3.	definição de 11 (onze) integrantes para compor o Conselho de Administração, para o mandato dos próximos 2 anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	3.563.972.723	1.443.753	100.522			
4.	eleição do Conselho de Administração						
4.a	Luiz Carlos Trabuco Cappi	3.453.462.920	111.634.519	419.559			
4.b	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	3.370.439.398	194.665.727	411.564			
4.c	Denise Aguiar Alvarez	3.374.580.511	190.522.429	414.059			
4.d	Milton Matsumoto	3.370.583.850	194.519.084	414.064			
4.e	Alexandre da Silva Glüher	3.368.754.612	196.348.328	414.059			
4.f	Maurício Machado de Minas	3.377.237.883	187.867.556	411.559			
4.g	Rubens Aguiar Alvarez	3.374.580.868	190.524.571	411.559			
4.h	Samuel Monteiro dos Santos Junior -Membro Independente	3.565.099.151	5.688	412.159			
4.i	Walter Luis Bernardes Albertoni - Membro Independente	3.565.099.150	5.688	412.160			
4.j	Paulo Roberto Simões da Cunha – Membro Independente	3.565.099.150	5.688	412.160			
4.k	Denise Pauli Pavarina – Membro Independente	3.379.594.752	185.510.087	412.159			
5.	eleição do Conselho Fiscal						
5.a	**indicados por Acionistas minoritários Preferencialistas** Cristiana Pereira (Efetiva) Ava Cohn (Suplente)				2.032.217.141	99.655	83.203.499
5.b	**indicados por Acionistas minoritários Ordinaristas** Ivanyra Maura de Medeiros Correia (Efetiva) Eduardo Badyr Donni (Suplente)	435.304.866	845.607	3.129.314.911			
5.c	**indicados pelas Acionistas controladoras** Domingos Aparecido Maia (Efetivo) José Maria Soares Nunes (Efetivo) Joaquim Caxias Romão (Efetivo) Frederico William Wolf (Suplente) Luiz Eduardo Nobre Borges (Suplente) Artur Padula Omuro (Suplente)	3.128.906.548	6	341.258.975			
6.	remuneração global e verba previdenciária, aos administradores, para o exercício de 2022	3.529.879.158	27.981.002	7.656.849			
7.	remuneração mensal, aos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, para o exercício de 2022	3.558.184.735	267.500	7.064.774			

bradesco

Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795 – Companhia Aberta

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 10.3.2022

Data, Hora, Local: Em 10.3.2022, às 16h, de modo exclusivamente digital, nos termos do Parágrafo Terceiro do Artigo 4º da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 131 da Lei nº 6.404/76. ***Mesa:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara. ***Quórum de Instalação:*** Acionistas da Sociedade representando mais de dois terços do capital social votante, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**). ***Publicações Prévias:*** a) os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: as Demonstrações Contábeis, os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31.12.2021, foram publicados em 10.2.2022, no jornal "Valor Econômico", páginas 1 a 25; b) o Edital de Convocação foi publicado em 9, 10 e 11.2.2022, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", Caderno Empresarial, respectivamente, páginas 3, 10 e 3; e "Valor Econômico", respectivamente, páginas A9, A11 e A15. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas do Conselho de Administração e a das Acionistas Controladoras, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, foram disponibilizados na íntegra, desde 8.2.2022, nos *sites* do Bradesco, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (CVM). ***Voto a Distância:*** Os acionistas participantes da Assembleia dispensaram a leitura do Mapa de Votação Consolidado divulgado ao mercado em 9.3.2022, de acordo com o previsto no Parágrafo Quarto do Artigo 21-W da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, o qual também foi colocado à disposição para apreciação dos acionistas. Relativamente ao disposto no Inciso II do Parágrafo Quinto do citado Artigo 21-W, fica registrado que não houve, por parte dos acionistas participantes, qualquer interesse em alterar o voto proferido a distância.

....

....

Deliberações em Pauta Ordinária: Observada a Ordem do Dia, constante do mencionado Edital, foram tomadas as seguintes deliberações: 1. aprovadas integralmente as contas dos administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. 2. aprovada a proposta do Conselho de Administração para destinar o lucro líquido do exercício de 2021, no montante de R$21.945.687.393,70, da seguinte forma: R$1.097.284.369,69 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$11.608.313.509,78 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; R$7.240.089.514,23 para pagamento de juros sobre o capital próprio e R$2.000.000.000,00, a título de dividendos, perfazendo o montante de R$9.240.089.514,23, integralmente pago como remuneração aos acionistas, tendo sido reiterado aos presentes que não seria proposta à Assembleia nova distribuição de juros sobre o capital próprio/dividendos relativos ao ano de 2021. 3. acatando recomendação das acionistas controladoras, aprovada a composição do Conselho de Administração por 11 (onze) membros, para o mandato dos próximos 2 anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2024. 4. acatando recomendação das acionistas controladoras, aprovada a reeleição dos seus atuais integrantes, senhores ***Luiz Carlos Trabuco Cappi***, brasileiro, união estável, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; ***Carlos Alberto Rodrigues Guilherme***, brasileiro, casado, bancário, RG 6.448.545-6/SSP-SP, CPF 021.698.868/34; senhora ***Denise Aguiar Alvarez***, brasileira, divorciada, educadora, RG 5.700.904-1/SSP-SP, CPF 032.376.698/65; senhores ***Milton Matsumoto***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; ***Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62; ***Rubens Aguiar Alvarez***, brasileiro, casado, empresário, RG 13.129.521-4/SSP-SP, CPF 136.527.778/08; e, como conselheiros independentes, consoante os critérios de governança aplicáveis, os senhores ***Samuel Monteiro dos Santos Junior***, brasileiro, casado, advogado, RG 02.700.826-7/DETRAN-RJ, CPF 032.621.977/34; ***Walter Luis Bernardes Albertoni***, brasileiro, casado, advogado, RG 14.009.886-0/SSP-SP, CPF 147.427.468/48; ***Paulo Roberto Simões da Cunha***, brasileiro, casado, contador, RG 4.840.176-6/SSP-SP, CPF 567.047.048/68; e a eleição da senhora ***Denise Pauli Pavarina***, brasileira, união estável, consultora financeira, RG 11.974.549-5/SSP-SP, CPF 076.818.858-03, também como conselheira independente, consoante os critérios de governança aplicáveis. Esclareceu o senhor Secretário que todos os membros: 1) têm endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; 2) terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil; 3) terão mandato de 2 (dois) anos, estendido até a posse dos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2024; 4) arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional, sendo que os senhores Samuel Monteiro dos Santos Junior, Walter Luis Bernardes Albertoni, Paulo Roberto Simões da Cunha e a senhora Denise Pauli Pavarina, além das declarações acima mencionadas, arquivaram na sede do Bradesco, também, declarações atestando os seus enquadramentos em relação aos critérios de independência. 5. de acordo com as alíneas "a" e "b" do Parágrafo Quarto do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76, o Conselho Fiscal passou a ser assim composto: a) em votação em separado, sem a participação das acionistas controladoras, por indicação da IGN Participações Ltda., Magnat Participações Ltda. e outros acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais, foram eleitas, como membro efetivo, a senhora ***Cristiana Pereira***, brasileira, casada, economista, RG 10.866.244-5/SSP-SP, CPF 120.701.098/79, com domicílio na Rua Raimundo Simão de Souza, 26, ap. 81C, Vila Suzana, São Paulo, SP, CEP 05709-040; e, como suplente, a senhora ***Ava Cohn***, brasileira, casada, administradora de empresas, RG 11.073.381-2/SSP-SP, CPF 090.196.928-10, com domicílio na Rua Barão de Jaceguai, 908, ap. 162B, Campo Belo, São Paulo, SP, CEP 04606-001; b) em votação em separado, sem a participação das acionistas controladoras, por indicação da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e outros acionistas minoritários, detentores de ações ordinárias, foram eleitos, como membro efetivo, a senhora ***Ivanyra Maura de Medeiros Correia***, brasileira, casada, engenheira, RG 59.886.740-5/SSP-SP, CPF 009.092.797-48, com domicilio na Alameda Ministro Rocha Azevedo, 726, 4º andar, Jardins, São Paulo, SP, CEP 01410-000; e, como suplente, o senhor ***Eduardo Badyr Donni***, brasileiro, casado, engenheiro químico, RG 53.526.127-5, CPF 746.941.207-78, com domicílio na Rua São José, 887, ap. 63, Santo Amaro, São Paulo, SP, CEP 04739-901; e c) por indicação das acionistas controladoras, foram eleitos, como membros efetivos, os senhores ***Domingos Aparecido Maia***, brasileiro, casado, contador, RG 7.220.493-X/SSP-SP, CPF 714.810.018/68, com domicílio na Rua Teixeira da Silva, 515, apartamento 131, Paraíso, São Paulo, SP, CEP 04002-032; ***José Maria Soares Nunes***, brasileiro, em união estável, contador, RG 10.729.603-2/SSP-SP, CPF 001.666.878/20, com domicílio na Alameda Páscoa, 93, Tamboré 2, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06543-165; ***Joaquim Caxias Romão***, brasileiro, casado, advogado, OAB/SP nº 181.860, CPF 010.264.668/65; com domicílio na Rua Cuxiponés, 384, ap. 62, Jardim Vera Cruz, São Paulo, SP, CEP 05030-020; e, como respectivos suplentes, os senhores ***Frederico William Wolf***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 6.479.490-8/SSP-SP, CPF 882.992.108/44, com domicílio na Alameda Maringá, 717, Residencial 12, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, 06539-090; ***Luiz Eduardo Nobre Borges***, brasileiro, casado, contador, RG 24.647.000-8/SSP-SP, CPF 185.221.388/42, com domicílio na Rua São Celso, 71, ap. 13-A, Vila Domitila, São Paulo, SP, CEP 03626-000; e ***Artur Padula Omuro***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 9.379.198-7/SSP-SP, CPF 024.712.498/25, com domicílio na Avenida Dr. Martin Luther King, 1.867, ap. 151, Umuarama, Osasco, SP, CEP 06030-016. Na sequência dos trabalhos, o senhor Secretário informou que os membros ora eleitos para compor o Conselho Fiscal: a) terão mandato de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2023; b) tomarão posse de seus cargos após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil; e c) preenchem as condições previstas no Artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal. 6. aprovada a proposta do Conselho de Administração para remuneração global e verba previdenciária para os administradores, para o exercício de 2022, no total de até R$878.918.367,00, sendo: (i) até R$515.918.367,00, a título de remuneração fixa e variável; e (ii) até R$363.000.000,00 para custeio do plano de previdência. Esclareceu o senhor Secretário que, de conformidade com o disposto na alínea "p" do Artigo 9º do Estatuto Social, a distribuição das verbas acima aprovadas será deliberada pelo Conselho de Administração aos seus próprios membros e aos da Diretoria. 7. aprovada a proposta do Conselho de Administração para remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício de 2022, sendo: R$20.000,00 para cada membro efetivo; e R$5.000,00 para cada membro suplente. Esclareceu o senhor Secretário que o valor da remuneração dos membros do Conselho Fiscal atende às disposições do Parágrafo Terceiro do Artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e que as deliberações tomadas nos itens "4" e "5" desta pauta ordinária somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pelo Banco Central do Brasil. ***Lavratura e Publicação da Ata:*** Autorizada a lavratura da Ata na forma de sumário, bem como a sua publicação, no jornal "Valor Econômico" único jornal onde a Companhia efetuará todas as suas publicações legais, com a omissão das assinaturas dos acionistas participantes, na forma prevista nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. ***Quórum das Deliberações:*** Aprovadas por maioria absoluta de votos, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**), que detalha as quantidades de aprovações, rejeições e abstenções de cada uma das deliberações, ficando registrado que os resultados contemplam, além dos votos proferidos pelos acionistas participantes dessa Assembleia 100% digital, também as votações por meio dos Boletins de Voto a Distância que a Companhia recebeu até 3.3.2022, de acordo com o estabelecido no Artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como dos votos dos detentores de ADRs - *American Depositary Receipts*. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Foi esta Ata aprovada por todos os acionistas participantes sendo que, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, serão considerados assinantes os acionistas de que trata o parágrafo primeiro do artigo 21-V. ***Mesa presente via participação digital, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 21-C da Instrução CVM 481/2009:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara; Auditor: Cláudio Rogélio Sertório; Administrador: Octavio de Lazari Junior.

-.-

Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. a) Antonio José da Barbara - *Secretário.* **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 208.896/22-3, em 27.4.2022. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo I da Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária do Banco Bradesco S.A. realizada em 10.3.2022, às 16h

Mapa Final de Votação

Deliberações em Pauta Ordinária		ON			PN		
Ordem do Dia		Aprovar	Rejeitar	Abster-se	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
1.	Aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Contábeis/2021	3.510.466.022	261.393	54.789.584			
2.	Destinação do lucro líquido do exercício/2021	3.565.412.763	3.713	100.523			
3.	Definição de 11 (onze) integrantes para compor o Conselho de Administração, para o mandato dos próximos 2 anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	3.563.972.723	1.443.753	100.522			
4.	Eleição do Conselho de Administração						
4.a	Luiz Carlos Trabuco Cappi	3.453.462.920	111.634.519	419.559			
4.b	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	3.370.439.398	194.665.727	411.564			
4.c	Denise Aguiar Alvarez	3.374.580.511	190.522.429	414.059			
4.d	Milton Matsumoto	3.370.583.850	194.519.084	414.064			
4.e	Alexandre da Silva Glüher	3.368.754.612	196.348.328	414.059			
4.f	Maurício Machado de Minas	3.377.237.883	187.867.556	411.559			
4.g	Rubens Aguiar Alvarez	3.374.580.868	190.524.571	411.559			
4.h	Samuel Monteiro dos Santos Junior - Membro Independente	3.565.099.151	5.688	412.159			
4.i	Walter Luis Bernardes Albertoni - Membro Independente	3.565.099.150	5.688	412.160			
4.j	Paulo Roberto Simões da Cunha - Membro Independente	3.565.099.150	5.688	412.160			
4.k	Denise Pauli Pavarina - Membro Independente	3.379.594.752	185.510.087	412.159			
5.	Eleição do Conselho Fiscal						
5.a	**Indicados por Acionistas Minoritários Preferencialistas** Cristiana Pereira (Efetiva) Ava Cohn (Suplente)				2.032.217.141	99.655	83.203.499
5.b	**Indicados por Acionistas Minoritários Ordinaristas** Ivanyra Maura de Medeiros Correia (Efetiva) Eduardo Badyr Donni (Suplente)	435.304.866	845.607	3.129.314.911			
5.c	**Indicados pelas Acionistas Controladoras** Domingos Aparecido Maia (Efetivo) José Maria Soares Nunes (Efetivo) Joaquim Caxias Romão (Efetivo) Frederico William Wolf (Suplente) Luiz Eduardo Nobre Borges (Suplente) Artur Padula Omuro (Suplente)	3.128.906.548	6	341.258.975			
6.	Remuneração global e verba previdenciária, aos administradores, para o exercício de 2022	3.529.879.158	27.981.002	7.656.849			
7.	Remuneração mensal, aos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, para o exercício de 2022	3.558.184.735	267.500	7.064.774			

BBDC B3 LISTED N1 | LATIBEX XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBD LISTED NYSE | BBDO LISTED NYSE

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO – Retificação
Publicado neste jornal em 15/07/2022.

Pregão Eletrônico nº 070/2022 – Processo nº 030279 – GMS PE nº 1150/2022:
Objeto: Aquisição de **dióxido de carbono e óxido nitroso com fornecimento de cilindros em regime de comodato** para o Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e Hospital Universitário Materno Infantil. Onde se lê: "GMS PE nº 1144/2022" Leia-se: "GMS PE nº 1150/2022". O edital e seus anexos com as especificações detalhadas dos objetos, bem como os resultados de todas as fases desta licitação poderão ser consultados no site www.licitacoes-e.com.br (nº da Licitação: **950237**).
Ponta Grossa, 14/07/2022. **Faylon Luiz Camargo**, Pregoeiro.

Assine: assinevalor.com.br
ou ligue: 0800 7018888
Valor Econômico



Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 879

JUCESP
01 07 22
JUCESP PROTOCOLO
0.773.921/22-9

Ata da Reunião nº 3.359, do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., realizada em 17.3.2022 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795. Aos 17 dias do mês de março de 2022, às 15h, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 6º andar, Vila Yara, Osasco, SP, e por videoconferência, os membros do Conselho de Administração para participar da 9ª Reunião do Órgão realizada no ano.

Confirmada a existência de "quórum" legal de instalação, assumiu a Presidência dos trabalhos o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, sendo convidado para secretariá-lo o senhor Antonio José da Barbara.

.....
.....

Dando continuidade, desejou boas-vindas à senhora Denise Pauli Pavarina, conselheira independente eleita na Assembleia Geral Ordinária, de 10.3.2022, registrando sua participação, como convidada, tendo em vista que seu nome encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil.

.....
.....

Em seguida, foram registradas também: **1)** as presenças dos demais membros deste Órgão, senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme; senhora Denise Aguiar Alvarez; senhores Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher, Maurício Machado de Minas, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Walter Luis Bernardes Albertoni, Paulo Roberto Simões da Cunha e Rubens Aguiar Alvarez; **2)** o cumprimento das formalidades legais de convocação, em 12.3.2022, eletronicamente, por meio do Portal de Governança; e **3)** a participação do Diretor-Presidente da Sociedade, senhor Octavio de Lazari Junior, que deu continuidade à reunião com o reporte executivo sobre os seguintes assuntos:

.....
.....

Dando continuidade aos trabalhos, os senhores conselheiros:

.....
.....

5) em conformidade com as disposições do "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social, procederam à eleição, entre si, do Presidente e Vice-Presidente

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 880

JUCESP
01 07 22

deste Órgão, tendo a escolha, por unanimidade de votos, recaído nos nomes dos senhores: ***Presidente:*** Luiz Carlos Trabuco Cappi; ***Vice-Presidente:*** Carlos Alberto Rodrigues Guilherme;

6) acataram a recomendação do Comitê de Nomeação e Sucessão, proposta pelo Diretor-Presidente, procedendo, em conformidade com o disposto no Artigo 12 do Estatuto Social, à nomeação dos membros que integrarão a Diretoria da Sociedade, tendo sido reeleitos, por unanimidade de votos, os senhores:

Diretores Executivos

Presidente

Octavio de Lazari Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768/37;

Vice-Presidentes

Marcelo de Araújo Noronha, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15; ***André Rodrigues Cano***, brasileiro, casado, bancário, RG 8.487.985-3/SSP-SP, CPF 005.908.058/27; ***Cassiano Ricardo Scarpelli***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; ***Eurico Ramos Fabri***, brasileiro, casado, bancário, RG 20.336.308-5/SSP-SP, CPF 248.468.208/58; ***Rogério Pedro Câmara***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3/SSP-SP, CPF 063.415.178/90; ***Moacir Nachbar Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.703.383-7/SSP-SP, CPF 062.947.708/66;

Diretores Gerentes

Walkiria Schirrmeister Marchetti, brasileira, casada, bancária, RG 11.595.787-X/SSP-SP, CPF 048.844.738/09; ***Guilherme Muller Leal***, brasileiro, casado, bancário, RG 07.178.555-4/SESEG-RJ, CPF 965.442.017/15; ***João Carlos Gomes da Silva***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.097.633-7/SSP-SP, CPF 044.972.398/45; ***Bruno D'Avila Melo Boetger***, brasileiro, casado, bancário, RG 07153101-6/SECC-RJ, CPF 867.743.957/91; ***Glaucimar Peticov***, brasileira, solteira, bancária, RG 10.311.424-5/SSP-SP, CPF 059.348.278/63; ***José Ramos Rocha Neto***,

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 881

JUCESP
01 OF 22

brasileiro, casado, bancário, RG 52.969.025-1/SSP-SP, CPF 624.211.314/72; ***Antonio José da Barbara,*** brasileiro, casado, bancário, RG 18.114.666-6/SSP-SP, CPF 083.858.728/33; ***Edson Marcelo Moreto***, brasileiro, casado, bancário, RG 19.121.312-3/SSP-SP, CPF 091.302.478/37; ***José Sergio Bordin***, brasileiro, casado, bancário, RG 18.358.157/SSP-SP, CPF 095.407.008/92; ***Leandro de Miranda Araujo***, brasileiro, casado, bancário, RG 58.472.065-8/SSP-SP, CPF 021.821.317/44; ***Roberto de Jesus Paris***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.817.359-3/SSP-SP, CPF 106.943.838/30;

Diretores Adjuntos

Edilson Wiggers, brasileiro, casado, bancário, RG 9084441238/SSP-RS, CPF 641.036.099/15; ***Oswaldo Tadeu Fernandes***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 18.327.286-9/SSP-SP, CPF 088.897.978/94; ***Edilson Dias dos Reis***, brasileiro, casado, bancário, RG 08878617-3/IFP-RJ, CPF 809.141.447/15; ***Klayton Tomaz dos Santos***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 19.632.468-3/SSP-SP, CPF 148.965.118/75;

Diretores Departamentais

Ademir Aparecido Correa Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 3.982.252-0/SSP-PR, CPF 633.628.309/78; ***André Bernardino da Cruz Filho,*** brasileiro, casado, bancário, RG 35.331.675-1/SSP-SP, CPF 192.221.224/53; ***André Ferreira Gomes***, brasileiro, casado, bancário, RG 17.726.946-7/SSP-SP, CPF 059.012.418/86; ***Antonio Carlos Melhado***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 9.111.122-5/SSP-SP, CPF 851.955.538/15; ***Antonio Daissuke Tokuriki***, brasileiro, casado, bancário, RG 8.595.065-8/SSP-SP, CPF 112.458.198/79; ***Carlos Wagner Firetti,*** brasileiro, casado, bancário, RG 17.479.741-2/SSP-SP, CPF 116.362.538/81; ***Clayton Camacho***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.810.052-4/SSP-SP, CPF 049.313.418/29; ***Fernando Antônio Tenório,*** brasileiro, casado, bancário, RG 2.000.108/SSP-PE, CPF 226.475.114/20; ***Fernando Freiberger***, brasileiro, casado, bancário, RG 64.483.892-9/SSP-SP, CPF 732.669.659/49; ***Fernando Honorato Barbosa***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.369.638-X/SSP-SP, CPF 213.131.738/78; ***José Augusto Ramalho Miranda***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.681.801-2/SSP-SP, CPF 268.676.278/03; ***José Gomes Fernandes***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.057.233-5/SSP-SP, CPF 135.834.253/91; ***Julio Cardoso Paixão***, brasileiro, casado, bancário, RG

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 882

JUCESP
01 07 22

28.654.360-6/SSP-SP, CPF 212.782.698/19; ***Layette Lamartine Azevedo Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 50.490.613-6/SSP-SP, CPF 337.092.034/49; ***Leandro José Diniz***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.376.807-8/SSP-RJ, CPF 062.643.218/93; ***Manoel Guedes de Araujo Neto***, brasileiro, casado, bancário, RG 58.891.623-7/SSP-SP, CPF 387.789.395/34; ***Marcos Aparecido Galende***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.632.310-X/SSP-SP, CPF 089.419.738/05; ***Marlos Francisco de Souza Araujo***, brasileiro, casado, bancário, RG 25.746.972-2/SSP-SP, CPF 274.447.478/90; ***Paulo Eduardo Waack***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.817-9/SSP-SP, CPF 149.114.048/84; ***Roberto Medeiros Paula***, brasileiro, casado, bancário, RG 770.794-ES/SESP-ES, CPF 985.598.697/00;

Diretores

Adelmo Romero Perez Junior, brasileiro, em união estável, bancário, RG 14.403.597-2/SSP-SP, CPF 125.338.838/59; ***Alessandro Zampieri***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.640.410-9/SSP-SP, CPF 133.066.828/61; ***Alexandre Cesar Pinheiro Quercia***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.865.126-0/SSP-SP, CPF 126.285.468/76; ***Alexandre Panico***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.335.776-4/SSP-SP, CPF 106.815.368/70; ***André David Marques***, brasileiro, casado, bancário, RG 19.374.704-2/SSP-SP, CPF 934.928.129/53; ***André Luis Duarte de Oliveira***, brasileiro, casado, bancário, RG 20.149.063-8/SSP-SP, CPF 117.234.298/99; ***Carlos Alberto Alástico***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.513.124-9/SSP-SP, CPF 002.744.798/77; ***Carlos Henrique Villela Pedras***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 08602302-5/IFP-RJ, CPF 011.710.097/80; ***Carlos Leibowicz***, argentino, divorciado, bancário, RNE V298711-I-CGPI/DIREX/DPF, CPF 225.472.338/35; ***Carolina Salomão Fera***, brasileira, casada, bancária, RG 33.848.146-1/SSP-SP, CPF 306.935.498/07; ***Cintia Scovine Barcelos de Souza***, brasileira, casada, engenheira elétrica, RG 008.912.039-8/Detran-RJ, CPF 028.069.117/37; **Clayton Neves Xavier**, brasileiro, casado, bancário, RG 22.251.048-1/SSP-SP, CPF 103.750.518/21; ***Cristina Coelho de Abreu Pinna***, brasileira, casada, bancária, RG 18.206.492-X/SSP-SP, CPF 165.131.368/73; ***Francisco Armando Aranda***, brasileiro, casado, bancário, RG 63.982.677/5/SSP-SP, CPF 032.952.429/17; ***Francisco José Pereira Terra***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.739.154-7/SSP-SP, CPF 111.112.668/24; **Italívio Garcia Menezes**, brasileiro, em união estável, bancário, RG 37.291.675-2/SSP-SP, CPF 445.070.541/68; ***Jeferson Ricardo Garcia Honorato***, brasileiro, separado

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 883

JUCESP
01 07 22

consensualmente, bancário, RG 21.221.279-5/SSP-SP, CPF 129.380.218/28; ***Jefferson Ricardo Romon***, brasileiro, casado, bancário, RG 9.967.500-6/SSP-SP, CPF 009.224.238/30; ***José Leandro Borges***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 20.912.454-4/SSP-SP, CPF 135.349.248/60; ***Juliano Ribeiro Marcílio***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 16.776.296-5/SSP-SP, CPF 253.578.878/02; ***Julio Cesar Joaquim***, brasileiro, casado, bancário, RG 24.836.926-X/SSP-SP, CPF 178.193.728/18; ***Marcos Daniel Boll***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.581.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189/68; ***Marcos Valério Tescarolo***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.367.864-9/SSP-SP, CPF 085.195.768/42; ***Marina Claudia González Martin de Carvalho***, argentina, casada, bancária, RNE W330020-W - SE/DPMAF/DPF, CPF 101.895.258/60; ***Mateus Pagotto Yoshida***, brasileiro, casado, bancário, RG 30.891.231-7/SSP-SP, CPF 295.232.748/30; ***Nairo José Martinelli Vidal Júnior***, brasileiro, casado, bancário, RG 18.496.678-4/SSP-SP, CPF 116.088.168/50; ***Nilton Pereira dos Santos Junior***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 6.686.209-7/SSP-PR, CPF 874.683.289/00; ***Renata Geiser Mantarro***, brasileira, casada, bancária, RG 17.464.318-4/SSP-SP, CPF 074.432.258/81; ***Roberto França***, brasileiro, casado, bancário, RG 15.833.955-1/SSP-SP, CPF 091.881.378/64; ***Romero Gomes de Albuquerque***, brasileiro, casado, bancário, RG 2.560.112/SDS-PE, CPF 410.502.744/15; ***Rubia Becker***, brasileira, solteira, bancária, RG 20.715.016-3/SSP-SP, CPF 743.268.809/53; ***Ruy Celso Rosa Filho***, brasileiro, casado, bancário, RG 27.624.323-7/SSP-SP, CPF 177.778.598/70; ***Telma Maria dos Santos Calura***, brasileira, casada, bancária, RG 18.656.872-1/SSP-SP, CPF 131.133.338/06; ***Vasco Azevedo***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 04793764-4/IFP-RJ, CPF 655.029.307/34;

Diretores Regionais

Alberto do Nascimento Lemos, brasileiro, casado, bancário, RG 7.776.235/SSP-SC, CPF 723.191.357/15; ***Altair Luiz Guarda***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 12/R.1.838.961/SSP-SP, CPF 580.065.169-87; ***Amadeu Emilio Suter Neto***, brasileiro, casado, bancário, RG 10.465.155-6/SSP-SP, CPF 056.897.388/75; ***André Vital Simoni Wanderley***, brasileiro, casado, bancário, RG 2.549.422/SSP-PE, CPF 808.842.887/49; ***César Cabús Berenguer Silvany***, brasileiro, casado, bancário, RG 60.053.603-8/SSP-SP, CPF 338.666.355/91; ***Deborah D'Avila Pereira Campani Santana***, brasileira, casada, bancária, RG 07806968-9/SSP-RJ, CPF 009.942.667/66; ***Delvair***

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 884

JUCESP
01 07 22

Fidêncio de Lima, brasileiro, casado, bancário, RG 11.421.153-X/SSP-SP, CPF 005.645.288/89; ***Edmir José Domingues***, brasileiro, separado consensualmente, bancário, RG 15.782.537-1/SSP-SP, CPF 094.166.058/32; ***Hebercley Magno dos Santos Lima***, brasileiro, casado, bancário, RG 327466103/SSP-BA, CPF 597.281.595/87; ***José Roberto Guzela***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.024.996-6/SSP-PR, CPF 516.862.529/00; ***Marcelo Magalhães***, brasileiro, casado, bancário, RG 1.570.716/SSP-SC, CPF 789.977.049/15; ***Marcos Alberto Willemann***, brasileiro, casado, bancário, RG 53.632.621-6/SSP-SP, CPF 916.046.999/49; ***Nelson Pasche Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 25.960.538-4/SSP-SP, CPF 283.380.338-98; ***Paulo Roberto Andrade de Aguiar***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.810.295-04/SSP-BA, CPF 018.098.157/97; ***Rogerio Huffenbaecher***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.198.470-7/SSP-SP, CPF 168.964.128/28.

Disse o senhor Presidente que os diretores reeleitos: 1) têm endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; 2) terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos, para mandato até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2024, estendido até a posse dos diretores que serão eleitos naquela oportunidade; e 3) arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional;

.....

.....

8) acataram, por unanimidade de votos, recomendação do Comitê de Nomeação e Sucessão, proposta pelo Diretor-Presidente, nomeando, em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Estatuto Social, com mandato até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2024, os membros que integrarão o Comitê de Remuneração, quais sejam: ***Coordenador:*** Alexandre da Silva Glüher; ***Membros:*** Maurício Machado de Minas; Samuel Monteiro dos Santos Junior; ***Membro não Administrador:*** Fabio Augusto Iwasaki;

A.C.J. D.R.C. M.F.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 885

JUCESP
01 07 22

Ata da Reunião nº 3.359, do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., realizada em 17.3.2022 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795. **.7.**

9) em conformidade com o disposto no "caput" do Artigo 23 do Estatuto Social, por unanimidade de votos, designaram Ouvidor o senhor ***Nairo José Martinelli Vidal Júnior***, com mandato até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2024;

....

....

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o senhor Trabuco deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a participação de todos e determinando a lavratura desta Ata que, aprovada pelos Conselheiros participantes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Denise Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher, Maurício Machado de Minas, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Walter Luis Bernardes Albertoni, Paulo Roberto Simões da Cunha e Rubens Aguiar Alvarez.

.-.

Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.

Banco Bradesco S.A.

Assinado por André Rodrigues Cano em 2022-03-29 09:37:25 BRT

André Rodrigues Cano
Diretor Executivo Vice-Presidente

Assinado por Antonio José da Barbara em 2022-03-29 09:04:11 BRT

Antonio José da Barbara
Diretor Executivo Gerente

A.C.J. D.R.C. M.F.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
331.780/22-7
JUCESP
JUCESP
01 JUL 2022
SEDE

JUCESP PROTOCOLO
0.332.835/20-0
JUCESP
24 06 20

Ata da Reunião nº 3.287, do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., realizada em 11.3.2020 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795. Aos 11 dias do mês de março de 2020, às 9h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, atendendo à convocação, por e-mail transmitido em 9.3.2020, conforme comprovantes que estavam sobre a mesa e que ficarão arquivados, juntamente com esta Ata, na sede da Companhia, para os devidos fins de direito.

Confirmada a existência de "quórum" legal de instalação, assumiu a Presidência dos trabalhos o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Antonio José da Barbara para assumir a função de Secretário.

Dando início aos trabalhos, os presentes deram as boas-vindas aos senhores Samuel Monteiro dos Santos Junior e Walter Luis Bernardes Albertoni, novos conselheiros eleitos na Assembleia Geral Ordinária, ontem realizada, os quais foram convidados a participar da reunião, assim como o senhor Octavio de Lazari Junior.

Em seguida, os senhores conselheiros:

1) em conformidade com as disposições no "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social, procederam à eleição, entre si, do Presidente e Vice-Presidente deste Órgão, tendo a escolha, por unanimidade de votos, recaído nos nomes dos senhores: ***Presidente:*** Luiz Carlos Trabuco Cappi; ***Vice-Presidente:*** Carlos Alberto Rodrigues Guilherme;

2) acataram a recomendação do Comitê de Sucessão e Nomeação, proposta pelo Diretor-Presidente, procedendo, em conformidade com o disposto no Artigo 12 do Estatuto Social, à nomeação dos membros que integrarão a Diretoria da Sociedade, tendo sido:

   I. reeleitos, por unanimidade de votos, os senhores:

      a) ***Diretores Executivos***

      Presidente

      Octavio de Lazari Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768/37;

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 88

JUCESP
24 06 20

Ata da Reunião nº 3.287, do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., realizada em 11.3.2020 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795 **.2.**

Vice-Presidentes

Marcelo de Araújo Noronha, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15; ***André Rodrigues Cano***, brasileiro, casado, bancário, RG 8.487.985-3/SSP-SP, CPF 005.908.058/27; ***Cassiano Ricardo Scarpelli***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; ***Eurico Ramos Fabri***, brasileiro, casado, bancário, RG 20.336.308-5/SSP-SP, CPF 248.468.208/58;

Diretores Gerentes

Moacir Nachbar Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 13.703.383-7/SSP-SP, CPF 062.947.708/66; ***Renato Ejnisman***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.440.778-7/SSP-SP, CPF 136.865.628/55; ***Walkiria Schirrmeister Marchetti***, brasileira, casada, bancária, RG 11.595.787-X/SSP-SP, CPF 048.844.738/09; ***Guilherme Muller Leal***, brasileiro, casado, bancário, RG 07.178.555-4/SESEG-RJ, CPF 965.442.017/15; ***Rogério Pedro Câmara***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3/SSP-SP, CPF 063.415.178/90; ***João Carlos Gomes da Silva***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.097.633-7/SSP-SP, CPF 044.972.398/45; ***Bruno D'Avila Melo Boetger,*** brasileiro, casado, bancário, RG 07153101-6/SECC-RJ, CPF 867.743.957/91; ***Glaucimar Peticov***, brasileira, solteira, bancária, RG 10.311.424-5/SSP-SP, CPF 059.348.278/63; ***José Ramos Rocha Neto***, brasileiro, casado, bancário, RG 52.969.025-1/SSP-SP, CPF 624.211.314/72;

Diretores Adjuntos

Antonio José da Barbara, brasileiro, casado, bancário, RG 18.114.666-6/SSP-SP, CPF 083.858.728/33; ***Edson Marcelo Moreto***, brasileiro, casado, bancário, RG 19.121.312-3/SSP-SP, CPF 091.302.478/37; ***José Sergio Bordin***, brasileiro, casado, bancário, RG 18.358.157/SSP-SP, CPF 095.407.008/92; ***Leandro de Miranda Araujo***, brasileiro, casado, bancário, RG 58.472.065-8/SSP-SP, CPF 021.821.317/44; ***Roberto de Jesus Paris***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.817.359-3/SSP-SP, CPF 106.943.838/30;

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 886

JUCESP
24 06 20

Ata da Reunião nº 3.287, do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., realizada em 11.3.2020 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795 **.3.**

b) ***Diretores Departamentais***

Ademir Aparecido Correa Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 3.982.252-0/SSP-PR, CPF 633.628.309/78; ***André Bernardino da Cruz Filho,*** brasileiro, casado, bancário, RG 35.331.675-1/SSP-SP, CPF 192.221.224/53; ***André Ferreira Gomes***, brasileiro, casado, bancário, RG 17.726.946-7/SSP-SP, CPF 059.012.418/86; ***Antonio Carlos Melhado***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 9.111.122-5/SSP-SP, CPF 851.955.538/15; ***Antonio Daissuke Tokuriki***, brasileiro, casado, bancário, RG 8.595.065-8/SSP-SP, CPF 112.458.198/79; ***Carlos Wagner Firetti,*** brasileiro, casado, bancário, RG 17.479.741-2/SSP-SP, CPF 116.362.538/81; ***Clayton Camacho***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.810.052-4/SSP-SP, CPF 049.313.418/29; ***Edilson Dias dos Reis***, brasileiro, casado, bancário, RG 08878617-3/IFP-RJ, CPF 809.141.447/15; ***Edilson Wiggers***, brasileiro, casado, bancário, RG 9084441238/SSP-RS, CPF 641.036.099/15; ***Fernando Antônio Tenório,*** brasileiro, casado, bancário, RG 2.000.108/SSP-PE, CPF 226.475.114/20; ***Fernando Freiberger***, brasileiro, casado, bancário, RG 64.483.892-9/SSP-SP, CPF 732.669.659/49; ***Fernando Honorato Barbosa***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.369.638-X/SSP-SP, CPF 213.131.738/78; ***José Augusto Ramalho Miranda***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.681.801-2/SSP-SP, CPF 268.676.278/03; ***José Gomes Fernandes***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.057.233-5/SSP-SP, CPF 135.834.253/91; ***Julio Cardoso Paixão***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.654.360-6/SSP-SP, CPF 212.782.698/19; ***Klayton Tomaz dos Santos***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 19.632.468-3/SSP-SP, CPF 148.965.118/75; ***Layette Lamartine Azevedo Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 50.490.613-6/SSP-SP, CPF 337.092.034/49; ***Leandro José Diniz***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.376.807-8/SSP-RJ, CPF 062.643.218/93; ***Manoel Guedes de Araujo Neto***, brasileiro, casado, bancário, RG 58.891.623-7/SSP-SP, CPF 387.789.395/34; ***Marcelo Frontini***, brasileiro, casado, bancário, RG 14.010.636-4/SSP-SP, CPF 126.724.118/75; ***Marcelo Santos Dall'Occo***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.580.014-6/SSP-SP, CPF 054.500.438/13; ***Marcio Henrique Araujo Parizotto***, brasileiro, solteiro, bancário, RG 23.006.774-8/SSP-SP, CPF 256.358.578/33; ***Marcos Aparecido Galende***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.632.310-X/SSP-SP, CPF 089.419.738/05; ***Marlos Francisco de Souza Araujo***, brasileiro,

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.0110457-pg. 88

JUCESP
24 06 20

casado, bancário, RG 25.746.972-2/SSP-SP, CPF 274.447.478/90; ***Mauricio Gomes Maciel***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.508.328-1/SSP-SP, CPF 074.061.198/44; ***Oswaldo Tadeu Fernandes***, brasileiro, solteiro, bancário, RG 18.327.286-9/SSP-SP, CPF 088.897.978/94; ***Paulo Eduardo Waack***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.817-9/SSP-SP, CPF 149.114.048/84; ***Roberto Medeiros Paula***, brasileiro, casado, bancário, RG 770.794-ES/SESP-ES, CPF 985.598.697/00; ***Vinicius Urias Favarão***, brasileiro, casado, bancário, RG 19.674.792-2/SSP-SP, CPF 177.975.708/50; ***Waldemar Ruggiero Júnior***, brasileiro, casado, bancário, RG 8.824.083/SSP-SP, CPF 047.681.808/76;

c) ***Diretores***

Alexandre Cesar Pinheiro Quercia, brasileiro, casado, bancário, RG 21.865.126-0/SSP-SP, CPF 126.285.468/76; ***Alexandre Panico***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.335.776-4/SSP-SP, CPF 106.815.368/70; ***André Luis Duarte de Oliveira***, brasileiro, casado, bancário, RG 20.149.063-8/SSP-SP, CPF 117.234.298/99; ***Carlos Alberto Alástico***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.513.124-9/SSP-SP, CPF 002.744.798/77; ***Carlos Henrique Villela Pedras***, brasileiro, casado, bancário, RG 08602302-5/IFP-RJ, CPF 011.710.097/80; ***Carlos Leibowicz***, argentino, divorciado, bancário, RNE V298711-I-CGPI/DIREX/DPF, CPF 225.472.338/35; ***Edmir José Domingues***, brasileiro, separado consensualmente, bancário, RG 15.782.537-1/SSP-SP, CPF 094.166.058/32; ***Gilvandro Matos da Silva***, brasileiro, casado, bancário, RG 05.560.329-4/IFP-RJ, CPF 594.320.637/04; ***Jeferson Ricardo Garcia Honorato***, brasileiro, separado consensualmente, bancário, RG 21.221.279-5/SSP-SP, CPF 129.380.218/28; ***Jefferson Ricardo Romon***, brasileiro, casado, bancário, RG 9.967.500-6/SSP-SP, CPF 009.224.238/30; ***José Leandro Borges***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 20.912.454-4/SSP-SP, CPF 135.349.248/60; ***Juliano Ribeiro Marcílio***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 16.776.296-5/SSP-SP, CPF 253.578.878/02; ***Julio Cesar Joaquim***, brasileiro, casado, bancário, RG 24.836.926-X/SSP-SP, CPF 178.193.728/18; ***Nairo José Martinelli Vidal Júnior***, brasileiro, casado, bancário, RG 18.496.678-4/SSP-SP, CPF 116.088.168/50; ***Nilton Pereira dos Santos Junior***, brasileiro, solteiro, bancário, RG 6.686.209-7/SSP-PR, CPF 874.683.289/00; ***Renata Geiser Mantarro***, brasileira, casada,

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.0110457 pg. 858

JUCESP
24 06 20

bancária, RG 17.464.318-4/SSP-SP, CPF 074.432.258/81; ***Roberto França***, brasileiro, casado, bancário, RG 15.833.955-1/SSP-SP, CPF 091.881.378/64; ***Romero Gomes de Albuquerque***, brasileiro, casado, bancário, RG 2.560.112/SDS-PE, CPF 410.502.744/15; ***Rubia Becker***, brasileira, solteira, bancária, RG 20.715.016-3/SSP-SP, CPF 743.268.809/53; ***Ruy Celso Rosa Filho***, brasileiro, casado, bancário, RG 27.624.323-7/SSP-SP, CPF 177.778.598/70; ***Vasco Azevedo***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 04793764-4/IFP-RJ, CPF 655.029.307/34; ***Victor Rosa Marinho de Queiroz***, brasileiro, casado, bancário, RG 09.443.536-73/SSP-BA, CPF 823.960.515/04;

d) ***Diretores Regionais***

Alberto do Nascimento Lemos, brasileiro, casado, bancário, RG 7.776.235/SSP-SC, CPF 723.191.357/15; ***Almir Rocha***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.955.787-9/SSP-SP, CPF 125.546.708/89; ***Altair Luiz Guarda***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 12/R.1.838.961/SSP-SP, CPF 580.065.169-87; ***Altair Naumann***, brasileiro, casado, bancário, RG 3.822.393-3/SSP-PR, CPF 572.336.329/87; ***Amadeu Emilio Suter Neto***, brasileiro, casado, bancário, RG 10.465.155-6/SSP-SP, CPF 056.897.388/75; ***André Vital Simoni Wanderley***, brasileiro, casado, bancário, RG 2.549.422/SSP-PE, CPF 808.842.887/49; ***César Cabús Berenguer Silvany***, brasileiro, casado, bancário, RG 60.053.603-8/SSP-SP, CPF 338.666.355/91; ***Deborah D'Avila Pereira Campani Santana***, brasileira, casada, bancária, RG 07806968-9/SSP-RJ, CPF 009.942.667/66; ***Delvair Fidêncio de Lima***, brasileiro, casado, bancário, RG 11.421.153-X/SSP-SP, CPF 005.645.288/89; ***Francisco Henrique França Fernandes***, brasileiro, casado, bancário, RG 720.332/SSP-RN, CPF 490.625.654/68; ***Geraldo Dias Pacheco***, brasileiro, casado, bancário, RG 9.102.277/SSP-PE, CPF 389.678.049/20; ***João Pedro da Silva Villela***, brasileiro, casado, bancário, RG 25.603.005-4/SSP-SP, CPF 287.540.538/11; ***José Flávio Ferreira Clemente***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.229.677-0/SSP-SP, CPF 050.549.538/41; ***José Roberto Guzela***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.024.996-6/SSP-PR, CPF 516.862.529/00; ***Marcos Daniel Boll***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.581.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189/68; ***Nelson Veiga Neto,*** brasileiro, solteiro, bancário, RG 50.825.384-6/SSP-SP, CPF 071.848.557/28; ***Osmar***

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 89

JUCESP
24 06 20

Sanches Biscuola, brasileiro, casado, bancário, RG 2.008.096-5/SSP-PR, CPF 476.268.369/87; ***Paulo Roberto Andrade de Aguiar***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.810.295-04/SSP-BA, CPF 018.098.157/97; ***Rogerio Huffenbaecher***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.198.470-7/SSP-SP, CPF 168.964.128/28; ***Telma Maria dos Santos Calura***, brasileira, casada, bancária, RG 18.656.872-1/SSP-SP, CPF 131.133.338/06; e

II. eleito, por unanimidade de votos, ao cargo de Diretor, o senhor ***Francisco José Pereira Terra***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.739.154-7/SSP-SP, CPF 111.112.668/24;

Disse o senhor Presidente que os diretores reeleitos e o eleito: 1) têm endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; 2) terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos, para mandato até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2022, estendido até a posse dos diretores que serão eleitos naquela oportunidade; e 3) arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional;

3) .....
.....;

4) em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Estatuto Social, nomearam, com mandato até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2022, os membros que integrarão o Comitê de Remuneração, quais sejam: ***Coordenador:*** *Luiz Carlos Trabuco Cappi;* ***Membros:*** *Carlos Alberto Rodrigues Guilherme; Milton Matsumoto e Fabio Augusto Iwasaki;*

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 892

JUCESP
24 06 20

Ata da Reunião nº 3.287, do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., realizada em 11.3.2020 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795 **.7.**

5) em conformidade com o disposto no "caput" do Artigo 23 do Estatuto Social, designaram Ouvidor o senhor ***Nairo José Martinelli Vidal Júnior***, com mandato até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2022;

....

....

Não havendo mais nada a tratar, a palavra foi colocada ao dispor de quem dela quisesse fazer uso, sem que ninguém se manifestasse. Desse modo, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos agradecendo a presença de todos e determinando a lavratura desta Ata que foi assinada pelos conselheiros. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Denise Aguiar Alvarez, João Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher, Josué Augusto Pancini e Maurício Machado de Minas.

.-.

Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.

Banco Bradesco S.A.

André Rodrigues Cano

Diretor Executivo Vice-Presidente

Antonio José da Barbara

Diretor Executivo Adjunto

JUCESP
24 JUN 2020

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO

GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

214.697/20-4

JUCESP

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 893

VICUNHA

Vicunha Participações S.A.

CNPJ/MF nº 01.004.609/0001-54

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Nilza Aparecida Hilário - Contadora - CT-CRC 1SP179206/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Vicunha Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vicunha Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Vicunha Participações S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vicunha Participações S.A. e da Vicunha Participações S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de junho de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador - CRC 1BA029904/O-5

bradesco

Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795

Ata da Reunião nº 3.287, do Conselho de Administração, realizada em 11.3.2020

Aos 11 dias do mês de março de 2020, às 9h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, atendendo à convocação, por e-mail transmitido em 9.3.2020, conforme comprovantes que estavam sobre a mesa e que ficarão arquivados, juntamente com esta Ata, na sede da Companhia, para os devidos fins de direito. Confirmada a existência de "quórum" legal de instalação, assumiu a Presidência dos trabalhos o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Antonio José da Barbara para assumir a função de Secretário. Dando início aos trabalhos, os presentes deram as boas-vindas aos senhores Samuel Monteiro dos Santos Junior e Walter Luis Bernardes Albertoni, novos conselheiros eleitos na Assembleia Geral Ordinária, ontem realizada, os quais foram convidados a participar da reunião, assim como o senhor Octavio de Lazari Junior. Em seguida, os senhores conselheiros: 1) em conformidade com os dispositivos no "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social, procederam à eleição, entre si, do Presidente e Vice-Presidente deste Órgão, tendo a escolha, por unanimidade de votos, recaído nos nomes dos senhores: **Presidente:** Luiz Carlos Trabuco Cappi; **Vice-Presidente:** Carlos Alberto Rodrigues Guilherme; 2) acataram a recomendação do Comitê de Sucessão e Nomeação, proposta pelo Diretor-Presidente, procedendo, em conformidade com o disposto no Artigo 12 do Estatuto Social, à nomeação dos membros que integrarão a Diretoria da Sociedade, tendo sido: I. **reeleitos**, por unanimidade de votos, os senhores: a) **Diretores Executivos - Presidente - Octavio de Lazari Junior**, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768/37; **Vice-Presidentes - Marcelo de Araújo Noronha**, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.016-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15; **André Rodrigues Cano**, brasileiro, casado, bancário, RG 8.487.985-3/SSP-SP, CPF 005.908.058/27; **Cassiano Ricardo Scarpelli**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; **Enrico Ramos Fabri**, brasileiro, casado, bancário, RG 20.336.308-5/SSP-SP, CPF 248.468.208/58; **Diretores Gerentes - Moacir Nachbar Junior**, brasileiro, casado, bancário, RG 13.703.383-7/SSP-SP, CPF 062.947.706/66; **Renato Ejnisman**, brasileiro, casado, bancário, RG 13.440.778-7/SSP-SP, CPF 136.865.628/66; **Walkiria Schirmeister Marchetti**, brasileira, casada, bancária, RG 11.595.787-X/SSP-SP, CPF 046.844.738/09; **Guilherme Muller Leal**, brasileiro, casado, bancário, RG 07.178.555-4/SESEG-RJ, CPF 965.442.017/15; **Rogério Pedro Câmara**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3/SSP-SP, CPF 063.415.178/90; **João Carlos Gomes da Silva**, brasileiro, casado, bancário, RG 13.097.633-7/SSP-SP, CPF 044.972.398/45; **Bruno D'Avila Melo Soeiger**, brasileiro, casado, bancário, RG 07153101-6/SECC-RJ, CPF 867.743.957/91; **Glaucimar Petiov**, brasileira, solteira, bancária, RG 10.811.424-5/SSP-SP, CPF 059.348.278/63; **José Ramos Rocha Neto**, brasileiro, casado, bancário, RG 52.969.025-1/SSP-SP, CPF 624.211.314/72; **Diretores Adjuntos - Antonio José da Barbara**, brasileiro, casado, bancário, RG 18.114.666-5/SSP-SP, CPF 083.858.728/33; **Edson Marcelo Moreto**, brasileiro, casado, bancário, RG 19.121.312-3/SSP-SP, CPF 091.302.478/37; **José Sergio Bardin**, brasileiro, casado, bancário, RG 18.358.157/SSP-SP, CPF 096.407.008/92; **Leandro de Miranda Araujo**, brasileiro, casado, bancário, RG 56.472.055-8/SSP-SP, CPF 021.821.317/44; **Roberto de Jesus Paris**, brasileiro, casado, bancário, RG 21.817.859-3/SSP-SP, CPF 106.943.838/30; b) **Diretores Departamentais - Admir Aparecido Correa Junior**, brasileiro, casado, bancário, RG 8.982.252-0/SSP-PR, CPF 633.628.309/78; **André Bomzardino da Cruz Filho**, brasileiro, casado, bancário, RG 35.331.675-1/SSP-SP, CPF 192.221.224/53; **André Ferreira Gomes**, brasileiro, casado, bancário, RG 17.726.946-7/SSP-SP, CPF 059.012.418/86; **Antonio Carlos Melhado**, brasileiro, divorciado, bancário, RG 9.111.122-5/SSP-SP, CPF 851.955.538/15; **Antonio Daissuke Tokuriki**, brasileiro, casado, bancário, RG 8.595.065-8/SSP-SP, CPF 112.468.198/79; **Carlos Wagner Firetti**, brasileiro, casado, bancário, RG 17.479.741-2/SSP-SP, CPF 116.362.538/81; **Clayton Camacho**, brasileiro, casado, bancário, RG 13.810.052-4/SSP-SP, CPF 049.313.418/29; **Edinson Dias dos Reis**, brasileiro, casado, bancário, RG 08578617-3/IFP-RJ, CPF 809.141.447/15; **Edilson Wiggers**, brasileiro, casado, bancário, RG 9054441238/SSP-RS, CPF 641.035.089/15; **Fernando Antônio Tenório**, brasileiro, casado, bancário, RG 2.000.108/SSP-PE, CPF 226.475.114/20; **Fernando Fretberger**, brasileiro, casado, bancário, RG 64.463.682-9/SSP-SP, CPF 732.869.859/49; **Fernando Honorato Barbosa**, brasileiro, casado, bancário, RG 29.369.638-X/SSP-SP, CPF 213.131.738/78; **José Augusto Ramalho Miranda**, brasileiro, casado, bancário, RG 28.681.801-2/SSP-SP, CPF 268.876.278/03; **José Gomes Fernandes**, brasileiro, casado, bancário, RG 26.057.233-5/SSP-SP, CPF 185.834.253/91; **Julio Cardoso Paixão**, brasileiro, casado, bancário, RG 26.654.960-6/SSP-SP, CPF 212.782.698/19; **Klayton Tomaz dos Santos**, brasileiro, divorciado, bancário, RG 19.632.466-3/SSP-SP, CPF 148.965.118/75; **Leyette Lamartine Azevedo Junior**, brasileiro, casado, bancário, RG 50.490.613-5/SSP-SP, CPF 337.092.034/49; **Leandro José Diniz**, brasileiro, casado, bancário, RG 22.376.807-9/SSP-RJ, CPF 052.843.218/93; **Manoel Guedes de Araujo Neto**, brasileiro, casado, bancário, RG 58.861.623-7/SSP-SP, CPF 387.789.395/34; **Marcelo Frondini**, brasileiro, casado, bancário, RG 14.010.636-4/SSP-SP, CPF 126.724.118/75; **Marcelo Santos Dall'Occo**, brasileiro, casado, bancário, RG 13.580.014-6/SSP-SP, CPF 054.500.438/13; **Marcio Henrique Araujo Partzotto**, brasileiro, solteiro, bancário, RG 23.006.774-6/SSP-SP, CPF 256.358.578/33; **Marcos Aparecido Galende**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.632.310-X/SSP-SP, CPF 089.419.798/05; **Marlos Francisco de Souza Araujo**, brasileiro, casado, bancário, RG 25.746.972-2/SSP-SP, CPF 274.447.478/90; **Mauricio Gomes Maciel**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.508.326-1/SSP-SP, CPF 074.061.198/44; **Oswaldo Tadeu Fernandes**, brasileiro, solteiro, bancário, RG 18.327.296-9/SSP-SP, CPF 088.897.978/94; **Paulo Eduardo Waack**, brasileiro, casado, bancário, RG 19.290.817-9/SSP-SP, CPF 149.114.048/64; **Roberto Medeiros Paula**, brasileiro, casado, bancário, RG 770.794-ES/SESP-ES, CPF 965.598.697/00; **Vinicius Urias Favarão**, brasileiro, casado, bancário, RG 19.674.792-2/SSP-SP, CPF 177.975.706/50; **Waldemar Ruggiero Júnior**, brasileiro, casado, bancário, RG 8.624.083/SSP-SP, CPF 047.681.808/76; c) **Diretores - Alexandre Cesar Pinheiro Quercia**, brasileiro, casado, bancário, RG 21.665.126-0/SSP-SP, CPF 126.285.468/76; **Alexandre Panico**, brasileiro, casado, bancário, RG 13.335.776-4/SSP-SP, CPF 105.815.368/70; **André Luis Duarte de Oliveira**, brasileiro, casado, bancário, RG 20.149.063-8/SSP-SP, CPF 117.234.298/99; **Carlos Alberto Aldático**, brasileiro, casado, bancário, RG 7.513.124-9/SSP-SP, CPF 002.744.798/77; **Carlos Henrique Villela Pedras**, brasileiro, casado, bancário, RG 08602302-5/IFP-RJ, CPF 011.710.097/80; **Carlos Leibowicz**, argentino, divorciado, bancário, RNE V298711-I-CGPI/DIREX/DPF, CPF 225.472 338/35; **Edmir José Domingues**, brasileiro, separado consensualmente, bancário, RG 15.782.537-1/SSP-SP, CPF 094.166.058/32; **Gilvandro Matos da Silva**, brasileiro, casado, bancário, RG 05.560.329-4/IFP-RJ, CPF 594.320.637/04; **Jafumson Ricardo Garcia Honorato**, brasileiro, separado consensualmente, bancário, RG 21.221.279-5/SSP-SP, CPF 129.380.218/28; **Jefferson Ricardo Romon**, brasileiro, casado, bancário, RG 9.967.500-6/SSP-SP, CPF 009.224.238/30; **José Leandro Borges**, brasileiro, divorciado, bancário, RG 20.912.454-4/SSP-SP, CPF 135.349.248/60; **Juliano Ribeiro Marcilio**, brasileiro, divorciado, bancário, RG 16.776.296-5/SSP-SP, CPF 263.578.678/02; **Julio Cesar Joaquim**, brasileiro, casado, bancário, RG 24.836.926-X/SSP-SP, CPF 178.193.728/18; **Nairo José Martinelli Vidal Júnior**, brasileiro, casado, bancário, RG 18.496.678-4/SSP-SP, CPF 116.088.168/50; **Nilton Pereira dos Santos Junior**, brasileiro, solteiro, bancário, RG 6.686.208-7/SSP-PR, CPF 874.683.289/00; **Renata Geiser Mantarro**, brasileira, casada, bancária, RG 17.484.316-4/SSP-SP, CPF 074.432.258/81; **Roberto Franga**, brasileiro, casado, bancário, RG 15.833.955-1/SSP-SP, CPF 091.661.378/64; **Romero Gomes de Albuquerque**, brasileiro, casado, bancário, RG 2.560.112/SDS-PE, CPF 410.502.744/15; **Rubia Becker**, brasileira, solteira, bancária, RG 20.715.016-3/SSP-SP, CPF 743.288.809/58; **Ruy Celso Rosa Filho**, brasileiro, casado, bancário, RG 27.524.823-7/SSP-SP, CPF 177.778.598/70; **Vasco Azevedo**, brasileiro, divorciado, bancário, RG 04793764-4/IFP-RJ, CPF 655.029.307/34; **Victor Rosa Marinho de Queiroz**, brasileiro, casado, bancário, RG 09.443.536-7/SSP-BA, CPF 823.960.515/04; d) **Diretores Regionais - Alberto do Nascimento Lemos**, brasileiro, casado, bancário, RG 7.776.235/SSP-SC, CPF 723.191.367/15; **Almir Rocha**, brasileiro, casado, bancário, RG 7.955.787-9/SSP-SP, CPF 125.548.708/89; **Altair Luiz Guarda**, brasileiro, divorciado, bancário, RG 12/R-1 838 981/SSP-SP, CPF 580.065.169-87; **Altair Naumann**, brasileiro, casado, bancário, RG 3.822.393-3/SSP-PR, CPF 572.336.929/87; **Amadeu Emilio Suter Neto**, brasileiro, casado, bancário, RG 10.465.155-6/SSP-SP, CPF 058.897.398/75; **André Vital Simoni Wanderley**, brasileiro, casado, bancário, RG 2.549.422/SSP-PE, CPF 806.842.887/49; **César Cabús Berenguer Silveny**, brasileiro, casado, bancário, RG 60.053.603-8/SSP-SP, CPF 338.666.355/91; **Deborah D'Avila Ferreira Campani Santana**, brasileira, casada, bancária, RG 07606988-9/SSP-RJ, CPF 009.942.867/86; **Delvair Fidêncio de Lima**, brasileiro, casado, bancário, RG 11.421.163-X/SSP-SP, CPF 005.645.288/89; **Francisco Henrique França Fernandes**, brasileiro, casado, bancário, RG 720.332/SSP-RN, CPF 490.625.654/68; **Geraldo Dias Pacheco**, brasileiro, casado, bancário, RG 9.102.277/SSP-PE, CPF 389.678.048/20; **João Pedro da Silva Villela**, brasileiro, casado, bancário, RG 25.803.005-4/SSP-SP, CPF 287.549.538/11; **José Flávio Ferreira Clemente**, brasileiro, casado, bancário, RG 19.229.677-0/SSP-SP, CPF 050.549.598/41; **José Roberto Guzeta**, brasileiro, casado, bancário, RG 4.024.998-6/SSP-PR, CPF 516.882.529/00; **Marcos Daniel Boll**, brasileiro, casado, bancário, RG 4.551.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189/98; **Nelson Veiga Neto**, brasileiro, solteiro, bancário, RG 50.825.384-6/SSP-SP, CPF 071.846.567/28; **Osmar Sanches Biscuola**, brasileiro, casado, bancário, RG 2.008.996-5/SSP-PR, CPF 476.268.359/87; **Paulo Roberto Andrade de Aguiar**, brasileiro, casado, bancário, RG 21.810.295-04/SSP-BA, CPF 016.098.157/87; **Rogerio Huffenbaecher**, brasileiro, casado, bancário, RG 22.198.470-7/SSP-SP, CPF 168.964.128/28; **Telma Maria dos Santos Cakura**, brasileira, casada, bancária, RG 16.566.872-1/SSP-SP, CPF 131.133.338/06; e II. eleito, por unanimidade de votos, ao cargo de Diretor, o senhor **Francisco José Pereira Terra**, brasileiro, casado, bancário, RG 13.739.154-7/SSP-SP, CPF 111.112.868/24. Diante o senhor Presidente que os **diretores** reeleitos e o eleito: 1) têm endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; 2) terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos, para mandato até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2022, estendido até a posse dos diretores que serão eleitos naquela oportunidade; e 3) arquivarem na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 145 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional; 3): .....; 4) em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Estatuto Social, nomearam, com mandato até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2022, os membros que integrarão o Comitê de Remuneração, quais sejam: **Coordenador:** Luiz Carlos Trabuco Cappi; **Membros:** Carlos Alberto Rodrigues Guilherme; Milton Matsumoto e Fabio Augusto Iwasaki; 5) em conformidade com o disposto no "caput" do Artigo 23 do Estatuto Social, designaram Ouvidor o senhor **Nairo José Martinelli Vidal Júnior**, com mandato até a 1ª Reunião deste Órgão que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2022; .....

Não havendo mais nada a tratar, a palavra foi colocada ao dispor de quem dela quisesse fazer uso, sem que ninguém se manifestasse. Desse modo, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos agradecendo a presença de todos e determinando a lavratura desta Ata que foi assinada pelos conselheiros. a) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Denise Aguiar Alvarez, João Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher, José Augusto Pancini e Mauricio Machado de Minas. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel do trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. a) André Rodrigues Cano - Diretor Executivo Vice-Presidente e Antonio José da Barbara - Diretor Executivo Adjunto. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - **JUCESP** - Certifico o registro sob número 214.597/20-4, em 24.6.2020. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

NÍVEL 1 BM&FBOVESPA · BBD LISTED NYSE · BBDO LISTED NYSE · LATIBEX XBBDC · Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the Economic Times · ISEB3 · ITAG · abrasca · ibri

Imprensa Oficial · Governo do Estado · documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 17 de julho de 2020 às 00:56:03.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 894

Visto Dejur
Helen Felix

VISTO
Claudia Xavier
Dep. Jurídico

Visto
Secretaria Geral

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, o **BANCO BRADESCO S.A.**, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, CEP 06029-900, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, neste ato representado por seus Diretores abaixo assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **1. MARCUS VINICIUS PIOTO**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3425555 - SSP/PA, inscrito no CPF sob o nº 847.042.843-87; **2. JOÃO SEGUNDO DA COSTA NETO**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 60121615 - SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 241.341.983-72; **3. JORGE LUIS CARDOUZO**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 56.472.134 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 481.633.769-53; **4. SANDRA REGINA GUERRA ALMEIDA**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.125.249-4 - SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 215.717.628-41; **5. ELIETE MACHADO**, brasileira, divorciada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18923997 - SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 114.384.628-16; **6. ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.120.485 - SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 294.021.648-71; **7. GLEISE ÁVILA ALMEIDA CANELA**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 44.213.501-4 - SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 217.512.518-10; **8. ALYNE FELIPE TEIXEIRA ORTEGA**, brasileira, viúva, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.642.058-7-SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 296.972.958-08; **9. MICHELLE DE MELLO SOUZA DUARTE**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 44.140.273-2 - SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 345.474.428-86; **10. MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 24289267-X - SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 281.357.998-02; **11. GRAZIELE BRONZERRE RODILHA**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27761494-SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 364.571.128-70; **12. DANIELA SAMPAIO DE SOUZA OYADOMARI**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 586612203 - SSP/BA, inscrita no CPF sob o nº 899.887.795-34; **13. EDINÉIA ROSA CECILIO**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.082.539-7 - SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 129.770.258-12; **14. FLAVIO GOMES FRAGOSO DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, separado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26266883 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 224.778.628-63; todos com endereço comercial no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco - SP, CEP: 06029-900; Para a finalidade especial de, agindo sempre em conjunto de 2 (dois) Outorgados, independentemente da ordem da nomeação, representar o Outorgante na celebração de atos, contratos, convênios, acordos, propostas, ajustes e outros instrumentos congêneres, para a prestação de serviços de arrecadação inerentes ao pagamento de tributos, contas de consumo e demais afins, para concessão de empréstimos (mediante consignação em folhas de pagamento) aos servidores,

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 895

associados, cooperados, sindicalizados, vinculados às entidades abaixo descritas e para participar de licitações e de concorrências abertas por entidades Estatais (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), autárquicas, fundacionais, empresariais e paraestatais, nos moldes da Lei e representar o Outorgante e, Pregões Presenciais e Eletrônicos, para formular lances verbais e eletrônicos, bem como praticar quaisquer atos referentes à Pregão. Os procuradores poderão concordar com os termos, condições e clausulas, enfim, poderão adotar todas as medidas e providências necessárias ao correto e integral cumprimento do presente mandato, que é valido em todo território nacional pelo prazo de **01 (um) ano**, contado desta data. Os substabelecimentos do presente deverão ser assinados sempre em conjunto de 02 (dois), independente da ordem de outorga, com reserva de iguais poderes.

Osasco - SP, 10 de agosto de 2021

João Carlos Gomes da Silva

BANCO BRADESCO S.A.

Cassiano Ricardo Scarpelli

1º TABELIÃO

1º TABELIÃO

1º TABELIÃO DE NOTAS DE OSASCO - SP - TELEFONE: 3681-1282
Reconheço por Semelhança 2 Firma(s) com VALOR ECONÔMICO de:
CASSIANO RICARDO SCARPELLI E JOAO CARLOS GOMES DA SILVA.
OSASCO, 20 De agosto De 2021. Em test. _____ da Verdade.

Poliana Rosa de Oliveira Meira - Escrevente
Valor:R$ 20,68. - Carimbo:2611303 -
Selo(s): 0671AA-326351

1º TABELIÃO

FIRMA
VALOR ECONÔMICO 2
C20671AA0326351

202108-055

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 896

bradesco

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ

DECLARAÇÃO

O **Banco Bradesco S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara – Osasco – SP, por intermédio de seus representantes legais que esta subscreve para fins de prova relativamente à capacidade econômico-financeira apresenta o Balanço Patrimonial exigível por Lei, bem como, seu ÍNDICE DE BASILÉIA, calculado na conformidade das regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e demais normas pertinentes, de **15,18%**, Data-base: **Setembro/2021**, conforme documento anexo.

Manaus/AM, 18 de julho de 2022.

4.º OSASCO-SP
105561 - Michelle de Lima S. Gardezani

4.º OSASCO-SP
Gleise de Avilla Almeida Canela

BANCO BRADESCO S.A.
CNPJ 60.746.948/0001-12

quarto tabelionato de notas
Elza de Faria Rodrigues
Tabeliã
Rua Cônego Afonso, 101 - Centro
Cep 06010-080 - Osasco - SP
Fone: (11) 3689-4747

Reconheço, por semelhança, as firmas de: (1) MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI e (1) GLEISE DE AVILA ALMEIDA CANELA
Em Testº _____ da verdade. Osasco, 18 de julho de 2022.
GIOVANE RODRIGUES GOMES - Escrevente
Selo(s): 2 Atos 16744H-0134559 - (Rem 2:Total R$ 14,86)

Colégio Notarial do Brasil Seção São Paulo
"VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E SEM EMENDAS E/OU RASURAS"
113472
FIRMA 2
S20676AA0134559

4º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
Giovane Rodrigues Gomes
Escrevente

bradesco

postos de atendimento, agências ou quaisquer outros mecanismos pelos quais sejam efetivamente viabilizadas as operações bancárias previstas neste instrumento, na sede dos Municípios do Estado do Amazonas onde existam Promotorias de Justiça instaladas;

7. As agências, PAB's, caixas eletrônicos e/ou correspondentes bancários disponibilizados serão dotados de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados e para garantir qualidade e segurança no atendimento à CONTRATANTE e aos correntistas.

Manaus/AM, 18 de julho de 2022.

4º OSASCO SP

105661 - Michelle de Lima S. Gardezani

4º OSASCO SP

Gleise de Avila Almeida Canela

BANCO BRADESCO S.A.
CNPJ 60.746.948/0001-12

quarto tabelionato de notas

Elza de Faria Rodrigues
Tabeliã

Rua Cônego Afonso, 101 - Centro
Cep 06010-080 - Osasco - SP
Fone: (11) 3689-4747

Reconheco, por semelhança, as firmas das (1) MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI e (1) GLEISE DE AVILA ALMEIDA CANELA
Em Test. _____ de verdade. Osasco, 18 de julho de 2022.

GIOVANE RODRIGUES GOMES - Escrevente
Selo(s): 2 Ato: AA134560 - (Ato Notarial R$ 14,86)

Colégio Notarial do Brasil Seção São Paulo ANOTEN SP

"DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS"

113472
FIRMA 2
S20676AA0134560

4º TABELIÃO DE NOTAS OSASCO
Giovane Rodrigues Gomes
Escrevente

bradesco

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

O **Banco Bradesco S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara – Osasco – SP, por intermédio de seus representantes legais que esta subscreve sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 6.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

5. Declaração de pleno conhecimento de que o valor a título de CONTRAPARTIDA deverá ser creditado em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em moeda corrente nacional, à vista e sem qualquer desconto, em contas a serem indicadas pela CONTRATANTE.

6. Caso seja declarada vencedora da Licitação, a empresa disponibilizará, através de rede por si mantida ou credenciada, durante toda a vigência do contrato, correspondente bancário,

BORGES, brasileiro, solteiro, bancário, Cédula de Identidade RG nº 123129911 SSP/PR, inscrito no CPF/MF 072.034.079-93, **ANDRESSA KARLINSKI TAMIOZZO**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Carteira de Habilitação CNH nº 5290864560 DTRA/RS, inscrita no CPF/MF nº 016.955.780-40, **LEONARDO TEIXEIRA GALVÃO,** brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Habilitação CNH nº 144383712 DTRA/RJ, inscrito no CPF/MF nº 079.952.257-09, **EMERSON MARTINS CAMPOS,** brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº MG 8.058.459 SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 001.323.766-79, **JONAS RISKE CORDEIRO**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1211884180 SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº 015.683.055-83, **MARCOS TIMM FILHO**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.475.393-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 065.213.769-50, **ANTÔNIO JUNIOR CORREIA DE ARAUJO**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2322627-7 SSP/AM, inscrito no CPF/MF nº 990.708.392-53, **PAULO SERGIO VIANA**, brasileiro, casado, bancário, portador da CNH 02784831551 DETRAN PE, inscrito no CPF/MF nº 661.606.184-15, **JESLEI SOUZA E SILVA**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula RG nº 0379586720092SSPMA , inscrito no CPF/MF nº 058.532.703-38, **JOSE VANDINALDO DA SILVA,** brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3461241 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 511.174.014-72, **CAROLINA RODRIGUES REIS RIBEIRO**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 134022409 SSP/RJ, inscrita no CPF nº 794.949.782-34, **ANTONIO JOSE SILVA RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 21882010 SSP/AM, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.168.912-67, os poderes que nos foram conferidos pelo **BANCO BRADESCO S.A,** no instrumento particular de mandato datado de **10 de agosto de 2021** especialmente para agindo sempre em conjunto de dois, independente de ordem de nomeação, representar ele Outorgante a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado, conferindo-lhes poderes para: apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc., perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** para formular lances, estipular preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame na Licitação Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ,** objetivando a **"...contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses...",** conforme determinação do edital, que ocorrerá no dia **22 de julho de 2022** ou se adiada for, na próxima data determinada pelo Poder Público.

Osasco / SP, 18 de julho de 2022.

4º quarto tabelionato de notas
Elza de Faria Rodrigues Tabeliã
Rua Cônego Afonso, 101 - Centro
Cep 06010-080 - Osasco - SP
Fone: (11) 3689-4747
Reconheço por semelhança as firmas de: (1) MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI e (1) GLEISE DE AVILA ALMEIDA CANELA, em documento com valor econômico, dou fé.
Em Testº
da verdade. Osasco, 18 de julho de 2022.
GIOVANE RODRIGUES GOMES - Escrevente
Selo(s): 2 AM[illegible]-0433299 - (Qtd.) Total R$ 22,74)
Colégio Notarial do Brasil Seção São Paulo
113472
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 2
C20676AA0433299
4º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
Giovane Rodrigues Gomes
Escrevente

4º OSASCO-SP
Gleise de Avila Almeida Canela

4º OSASCO-SP
105661 - Michelle de Lima S. Gardezani

bradesco

SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO

Substabelecemos, com reservas de iguais poderes, aos funcionários: **AARÃO CALEBE SARGES DE LEMOS**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4350834 SSP/PA, Inscrito no CPF/MF sob o n.º 841.773.062-15, **JOSÉ WELLINGTON ALVES BEZERRA**, brasileiro, bancário, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 000118823999-3 SSP/MA, Inscrito no CPF/MF sob o n.º 279.472.893-87, com endereço comercial no Estado do Maranhão, **VINICIUS DAVI DE OLIVEIRA NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3814419 DTRA/GO, inscrito no CPF/MF sob o n.º 871.498.771-68, **JORGE DA SILVA AMARAL,** brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 120609 OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 892.950.727-15, **PAULA RENATA DE LIMA,** brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 21.706.874-1 Detran/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 141.777.247-69, **ANTONELLE CLEMENTE DA SILVA,** brasileira, bancária, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG 6872772 SSP/MG, CPF nº 054.321.396-00, **ALLYSSON DA SILVA COSTA**, brasileiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG n.º MG 6709493 SSP/MG, Inscrito no CPF/MF sob o n.º 036.267.316-00, **AIRTON JOSÉ EITERER FERNANDES**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG n.º M-5441426 SSP/MG, Inscrito no CPF/MF sob o n.º 751.124.776-87, **MARIO SERGIO RODRIGUES OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da cédula de identidade n.º 2204850 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 726.832.791-91, **JOÃO PAULO MENDES ZAQUEO**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 33559108-5 SSP/SP, inscrito no CPF nº 002.091.171-84, **PEDRO RICARDO DO AMARAL AZEVEDO**, brasileiro, casado, bancário, portador da CNH nº. 00351309093 GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 810.691.971-49, **RITA DE CÁSSIA DURÃO CABRAL**, brasileira, casada, bancária, RG nº 484.208 – Ministério da Marinha/RJ, CPF nº 524.734.301-87, **THALITA CRISTINA DE LIMA CAVALCANTE FERNANDES**, brasileira, casada, bancária, RG nº 2796064 SSP/DF, CPF nº 027.266.411-13, **JOÃO EDUARDO RODRIGUES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 22.829.864-7 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 189.291.238-48, **FILIPE RAFAEL DE ASSUNÇÃO,** brasileiro, outros, bancário, Cédula de Identidade RG nº 2951892 SSP/SC, inscrito no CPF 027.880.939-18, **SAMANTA AMARAL MIRANDA,** brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 34556310-4 SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o n.º 220.121.938-97, **ALINE RAMIRO LUNA CASTRO PEREIRA,** brasileira, casada, bancária, Cédula de Identidade RG nº 958340609 SSP/BA, inscrita no CPF/MF nº 046.374.093-90, **RICHARD JOSÉ SCHWENGBER,** brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 000748666-SSP/MS, inscrito no CPF/MF sob o nº 607.772.651-68, **TIAGO BISPO DA SILVA**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 6351492 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.231.114-50, **FRANCISCO GRANGEIRO DINIZ JUNIOR,** brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2319250 SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 076.875.864-50, **MATEUS LOPES DANTAS,** brasileiro, união estável, bancário, Cédula de Identidade RG nº 2868484 SSP/PB, inscrito no CPF/MF nº 090.343.894-13, **VAGNER MENEGUSSI,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5788703-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 000.540.659-50, **DANIEL DA SILVA SANTOS**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1939810 SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n.º 121.154.207-64, **ROBERTO LÚCIO VENEZIANI JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 30398356-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 284.043.878-00, **CARLOS DONIZETTI CUSTÓDIO,** brasileiro, divorciado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 18.666.816 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 122.599.838-71, **NEUZA ALVES CANUTO,** brasileira, outros, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 396801444 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 367.138.798-02, **DANILO DALTRO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 607220023 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 947.199.005-00, **MATHEUS AMARAL NETO**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.665.496-5, inscrito no CPF/MF sob o n.º 386.373.698-20, **DIEGO FONSECA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº MG - 15.813.011 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 110.122.036-89, **ADAUTO DA SILVA TEIXEIRA,** brasileiro, casado bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 29751354-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 016.944.905-05, **GLEUDSON ABOBOREIRA MARQUES,** brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 663806690 SSP/BA. Inscrito no CPF/MF nº 777.715.405-20, **LUCAS DIONISIO**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
"RICARDO GUMBLETON DAUNT"

8610-8

NOME **MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI**



FILIAÇÃO
LUIZ GARDEZANI

GINALVA HENRIQUE DE LIMA GARDEZANI

DATA NASCIMENTO **24/03/1981**
NATURALIDADE
OSASCO - SP
OBSERVAÇÃO

ORGÃO EXPEDIDOR SSP-SP
FATOR RH

71416A59

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA NÃO PLASTIFICADA

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF **281357998/02** DNI
REGISTRO GERAL **24.289.267-X** **2 via** DATA DE EXPEDIÇÃO **26/12/2019**
REGISTRO CIVIL
OSASCO-SP OSASCO CC:LV.B248/FLS.192 /Nº74622

T. ELEITOR 000303136420116
CTPS 00000000005028
SÉRIE 0214
UF SP
NIS/PIS/PASEP 12598145770
IDENTIDADE PROFISSIONAL
CERT MILITAR

CNH 00002004316303
CNS 835503004558547

Mitiaki Yamamoto
Delegado de Polícia Divisionário IIRGD.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

POLEGAR DIREITO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL


REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
EDINEIA ROSA CECILIO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
22082539 SSP/SP

CPF
129.770.258-12

DATA NASCIMENTO
27/03/1972

FILIAÇÃO
EUCLIDES CECILIO
PASQUINA FIORAVANTE CE
CILIO

PERMISSÃO | ACC | CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
01144375919

VALIDADE
26/02/2024

1ª HABILITAÇÃO
24/02/1999

OBSERVAÇÕES

LOCAL
OSASCO, SP

DATA EMISSÃO
27/02/2019

Paulo Roberto Falcao Ribeiro Diretor Presidente Detran-SP
ASSINATURA DO EMISSOR

13419254605
SP967306310

SÃO PAULO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
17863713 91

PROIBIDO PLASTIFICAR
17863713 91

ASSINATURA DO PORTADOR

4.º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fé.
Osasco-SP Desta 1,72
26 JUN 2020
Luis Fernando Antonino Robles

Colégio Notarial do Brasil
Seção São Paulo
113472
AUTENTICAÇÃO
AU0676AG0076403

EM BRANCO


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
8610-8
CARTEIRA DE IDENTIDADE
NÃO PLASTIFICAR
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
44.213.501-4 2 VIA
14/03/2015
GLEISE DE ÁVILA ALMEIDA CANELA
ADELIS MARTINS DE ALMEIDA
CELI DE ÁVILA ALMEIDA
OSASCO - SP
11/04/1983
OSASCO-SP SEGUNDO SUBDISTRITO CC:LV.0122/FLS.142 /Nº36200
217512518/10
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
60.746.948/0001-12 **MATRIZ**		**02/03/1943**

NOME EMPRESARIAL
BANCO BRADESCO S.A.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
BRADESCO EST UNIF	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
204-6 - Sociedade Anônima Aberta

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
NUC CIDADE DE DEUS	**S/N**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
06.029-900	**VILA YARA**	**OSASCO**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(11) 3684-5122

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/07/2022** às **10:45:37** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 906

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Certidão de Pessoa Jurídica não inscrita no Cadastro de Contribuintes

CNPJ 60.746.948/0001-12

Não existe Inscrição Estadual no cadastro de contribuintes do Estado de São Paulo associado ao CNPJ 60.746.948/0001-12 até a data e hora de emissão desta certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio https://www.cadesp.fazenda.sp.gov.br.

Data e hora de emissão: 12/07/2022 11:57:33

Código de controle da certidão: 92905702-7cb1-4def-8b02-fda2e715e618

Obs.: esta certidão não é válida para produtores rurais.

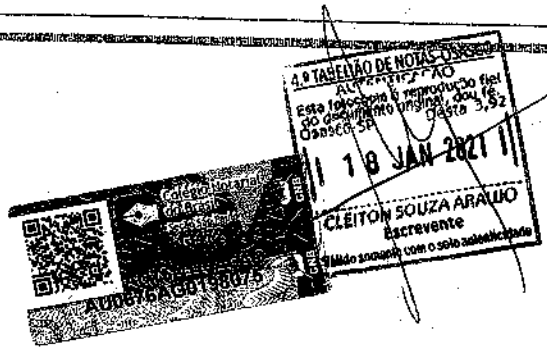
Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 907

Prefeitura do Município de Osasco

Secretaria dos Negócios da Fazenda

FICHA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO MOBILIARIO

Inscrição: 0000015383 - 4	Inscrição do IPTU: 23242-23-09-0001-99-999-02		
Nome ou Razão Social: BANCO BRADESCO S/A			
Endereço: - CIDADE DE DEUS, 00000 S/N§ PREDIO NOVO - 3§ ANDAR			
Cep: 06029-900	Bairro: VL YARA	Cidade: OSASCO	UF: SP
Atividade: 321 - OPERACOES BANCARIAS			
CGC/CPF: 60746948000112		Emissão: 26/01/2004	
Início: 10/03/1943		Assinatura:	



EM BRANCO

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 908

PREFEITURA
DO MUNICÍPIO
DE OSASCO

SECRETARIA DE FINANÇAS

Certidão

Certificamos para os devidos fins, e atendendo o pedido da parte interessada que revendo os livros e assentamentos pertinentes aos tributos imobiliários, que a instituição bancária denominada ' BANCO BRADESCO S/A ", sediada na Cidade de Deus, s/nº. – Vila Yara – Osasco, está devidamente inscrito no Cadastro Fiscal Municipal da Secretaria de Finanças, sob o código de nº 15.383-49 para explorar operações Bancárias.

Certificamos ainda que o cartão com a nomenclatura "FICHA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO MOBILIÁRIO DA PREFEITURA", tem plena validade, sua validade expira quando a empresa encerra suas atividades.

É o que nos cumpre certificar.

Osasco(SP)., 28/11/2007.

Clóvis Antonio Fraga
Chefe de Divisão Tributos Mobiliários

4º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fé. Osasco-SP
Desta 3,92
18 JAN 2021
CLEITON SOUZA ARAUJO
Escrevente
Válido somente com o selo autenticador

Selo Digital Tribunal de Justiça do Brasil
AU067GAG01380

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 909

Prefeitura do Município de Osasco

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO - EXERCÍCIO 2022

Inscrição Municipal	Inscrição do IPTU	Inscrição Estadual	Reg. Jucesp
0000015383	**23242.23.09.0001.00.000.02**		**3530002779-5**

Nome ou Razão Social

BANCO BRADESCO SA

CPF/CNPJ	Início Atividade	Última Renovação	Nº Processo
60.746.948/0001-12	**10/03/1943**	**25/01/2022**	

Endereço de Localização

NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N - PREDIO NOVO

CEP	Bairro	Cidade
06029-900	**VILA YARA**	**OSASCO - SP**

Descrição da Atividade

OPERACOES BANCARIAS

CNAE Principal

6422-1/00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial

Nº de Vistoria AVCB/CLCB	Validade do AVCB/CLCB	Área do AVCB/CLCB	Lotação
342216	**05/02/2023**	**11220,00**	**0**

Documento Válido até 31/03/2023 **Data da Emissão: 01/02/2022**

Motivo da Alteração

PROVIDENCIADA A ATUALIZAÇÃO DOS CÓDIGOS DE SERVIÇO CONFORME ANALISE DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO ATRAVÉS DO CNPJ - CNAE INCLUSÃO DOS CÓDIGOS 15.01,15.02,15.03,15.04,15.05,15.06,15.07,15.08,15.11,15.12,15.13,15.14,15.15,15.16,15.17 E 15.18 REFERENTE AO CNAE 64.22-1/00 - ALIQUOTA 2% - E CÓDIGOS 17.02,17.03 E 17,12 REFERENTE AO CNAE 82.11-3/00 - ALIQUOTA 2% - AUTO LANÇADO - PERMANECEM OS CÓDIGOS 15.09 E 15.10 - INCLUSÃO DO CNAE 82.11-3/00 - CMC ALTERADO ANEXO AO P.A 751/2020

Observações

EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NOS ARTS. 13 A 16 DA LEI Nº 4.874/17, QUE INSTITUIU O DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO - DTE, REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 11.935/19, A COMUNICAÇÃO DO FISCO MUNICIPAL COM OS CONTRIBUINTES SE DARÁ ELETRONICAMENTE, NA FORMA E PRAZOS DOS DISPOSITIVOS LEGAIS SUPRACITADOS.

Atenção

LEI COMPL. 139 - 24/11/2005 ART. 120 A QUALQUER TEMPO A LICENÇA PODERÁ SER CASSADA, DESDE QUE DEIXEM DE EXISTIR TODA E QUALQUER CONDIÇÃO QUE A LEGITIMOU, OU QUANDO O SUJEITO PASSIVO, MESMO APÓS AS APLICAÇÕES DAS PENALIDADES CABÍVEIS, NÃO CUMPRIR AS DETERMINAÇÕES DA MUNICIPALIDADE OU DOS ORGÃOS SUPERIORES RESPONSÁVEIS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, AINDA QUE NÃO ATRIBUÍDA ESTA ÚLTIMA AO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO. A INSCRIÇÃO DEVERÁ SER RENOVADA ANUALMENTE ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS DE MARÇO, FICANDO, AINDA, O RESPONSÁVEL OBRIGADO A COMUNICAR À REPARTIÇÃO COMPETENTE, DENTRO DO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, A CONTAR DA DATA EM QUE OCORREREM AS ALTERAÇÕES QUE SE VERIFICAREM EM QUALQUER DAS CARACTERÍSTICAS MENCIONADAS, SOB A PENA DE SANÇÕES PREVISTAS EM LEIS.ESTÁ DECLARAÇÃO DEVERÁ SER MANTIDA NO ESTABELECIMENTO PARA APRESENTAÇÃO AO FISCO, QUANDO SOLICITADO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BANCO BRADESCO S.A.
CNPJ: 60.746.948/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:21:59 do dia 28/03/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 24/09/2022.
Código de controle da certidão: **F267.3E90.8266.BA45**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Portal do Governo Brasileiro (http://brasil.gov.br) | Atualize sua Barra de Governo (http://epwg.governoeletronico.gov.br/barra/atualize.html)

Confirmação da Autenticidade de Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CNPJ: 60.746.948/0001-12

Código de Controle: F267.3E90.8266.BA45

Data da Emissão: 28/03/2022

Hora da Emissão: 14:21:59

Tipo Certidão: Positiva com Efeitos de Negativa

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida em 28/03/2022, com validade até 24/09/2022.

Página Anterior (/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Voltar)

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Confirmar)

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 912

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60.746.948/0001-12
Razão Social: BANCO BRADESCO SA
Endereço: NUC CIDADE DE DEUS SN / VILA YARA / OSASCO / SP / 06029-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Emitido em atendimento a determinação judicial.

Validade:11/07/2022 a 09/08/2022

Certificação Número: 2022071112112500999458

Informação obtida em 12/07/2022 10:25:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 913

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome: BANCO BRADESCO S.A. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 60.746.948/0001-12
Certidão nº: 15227033/2022
Expedição: 12/05/2022, às 16:14:35
Validade: 08/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BANCO BRADESCO S.A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.746.948/0001-12**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0011326-48.2013.5.01.0001 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0263900-21.1991.5.01.0006 - TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0113300-65.2003.5.01.0006 - TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0008100-26.2004.5.01.0009 - TRT 01ª Região * (9ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0010705-56.2015.5.01.0009 - TRT 01ª Região * (9ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0097100-09.1996.5.01.0012 - TRT 01ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0089000-76.2007.5.01.0013 - TRT 01ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0000409-02.2011.5.01.0013 - TRT 01ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0154300-67.1993.5.01.0015 - TRT 01ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0132900-45.2003.5.01.0015 - TRT 01ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0141100-70.2005.5.01.0015 - TRT 01ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0000284-13.2011.5.01.0020 - TRT 01ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0000143-22.2010.5.01.0022 - TRT 01ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0100025-73.2018.5.01.0022 - TRT 01ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DO RIO

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 914



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

DE JANEIRO)
0001439-96.2012.5.01.0026 - TRT 01ª Região * (26ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0011820-61.2015.5.01.0026 - TRT 01ª Região * (26ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0101693-04.2017.5.01.0026 - TRT 01ª Região * (26ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0051000-16.1994.5.01.0028 - TRT 01ª Região * (28ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0101300-81.1991.5.01.0029 - TRT 01ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0101081-77.2019.5.01.0032 - TRT 01ª Região ** (32ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0101500-16.2009.5.01.0043 - TRT 01ª Região * (43ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0010574-74.2014.5.01.0055 - TRT 01ª Região * (55ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0010850-56.2015.5.01.0060 - TRT 01ª Região * (60ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0006400-47.2004.5.01.0063 - TRT 01ª Região * (63ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0209300-57.1997.5.01.0065 - TRT 01ª Região * (65ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0057300-68.1994.5.01.0068 - TRT 01ª Região * (68ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0173600-90.1994.5.01.0205 - TRT 01ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS)
0024100-64.1993.5.01.0243 - TRT 01ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)
0328400-12.2001.5.01.0244 - TRT 01ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)
0010287-60.2013.5.01.0245 - TRT 01ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)
0063500-68.1994.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0099600-94.2009.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0100296-52.2017.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0100364-02.2017.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0101814-77.2017.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 915

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PETRÓPOLIS)
0000949-67.2010.5.01.0342 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE VOLTA REDONDA)
0100606-95.2018.5.01.0343 - TRT 01ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE VOLTA REDONDA)
0119000-14.2005.5.01.0471 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE ITAPERUNA)
0181800-70.1996.5.01.0511 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE NOVA FRIBURGO)
0123000-52.2006.5.02.0032 - TRT 02ª Região ** (32ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0002285-96.2011.5.02.0034 - TRT 02ª Região * (34ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0214000-06.2007.5.02.0063 - TRT 02ª Região ** (63ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0073500-33.2002.5.02.0072 - TRT 02ª Região ** (72ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0095900-71.2004.5.02.0201 - TRT 02ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE BARUERI)
0212100-30.2005.5.02.0201 - TRT 02ª Região ** (1ª VARA DO TRABALHO DE BARUERI)
1000949-92.2015.5.02.0521 - TRT 02ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ARUJÁ)
0011003-18.2015.5.03.0001 - TRT 03ª Região ** (1ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE)
0002618-86.2013.5.03.0022 - TRT 03ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE)
0010545-69.2020.5.03.0051 - TRT 03ª Região * (VARA DO TRABALHO DE CARATINGA)
0075300-94.2007.5.03.0104 - TRT 03ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA)
0002146-62.2014.5.03.0180 - TRT 03ª Região * (42ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE)
0012100-52.2004.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0077300-35.2006.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0016200-10.2005.5.04.0022 - TRT 04ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0004200-06.2004.5.04.0024 - TRT 04ª Região * (24ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0000104-17.2010.5.04.0030 - TRT 04ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 916

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000050-58.2012.5.04.0102 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PELOTAS)
0000583-14.2012.5.04.0103 - TRT 04ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE PELOTAS)
0001167-47.2013.5.04.0103 - TRT 04ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE PELOTAS)
0000139-07.2014.5.04.0104 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE PELOTAS)
0020988-92.2017.5.04.0104 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE PELOTAS)
0020367-46.2014.5.04.0122 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE)
0020801-55.2015.5.04.0201 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE CANOAS)
0068400-64.2004.5.04.0301 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE NOVO HAMBURGO)
0083700-32.2005.5.04.0301 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE NOVO HAMBURGO)
0021077-94.2017.5.04.0305 - TRT 04ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE NOVO HAMBURGO)
0020487-46.2019.5.04.0403 - TRT 04ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0013100-26.2009.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0020090-91.2013.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0020485-49.2014.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0020941-28.2016.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0021320-61.2019.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0021631-23.2017.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0021698-85.2017.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0021767-54.2016.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0021813-14.2014.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0021894-26.2015.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 917

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0022118-61.2015.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0022152-02.2016.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0010458-08.2013.5.04.0512 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE BENTO GONÇALVES)
0001574-33.2010.5.04.0661 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PASSO FUNDO)
0000150-59.2012.5.04.0701 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA MARIA)
0000757-43.2010.5.04.0701 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA MARIA)
0020414-38.2018.5.04.0782 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE ESTRELA)
0048700-63.2008.5.05.0001 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0001053-62.2014.5.05.0001 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0212000-77.2003.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0029100-92.2004.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0033600-07.2004.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0030300-95.2008.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0140600-27.2008.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000025-95.2010.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0001062-60.2010.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000785-10.2011.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000024-71.2014.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0009600-37.2004.5.05.0003 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0076600-54.2004.5.05.0003 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0104400-86.2006.5.05.0003 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 918

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0110700-30.2007.5.05.0003 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000829-55.2013.5.05.0003 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0010122-49.2013.5.05.0003 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0079100-90.2004.5.05.0004 - TRT 05ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0001108-43.2010.5.05.0004 - TRT 05ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0010484-48.2013.5.05.0004 - TRT 05ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000664-97.2016.5.05.0004 - TRT 05ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0050300-17.2002.5.05.0006 - TRT 05ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0139300-91.2003.5.05.0006 - TRT 05ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0077900-42.2004.5.05.0006 - TRT 05ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0147700-60.2004.5.05.0006 - TRT 05ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0099800-76.2007.5.05.0006 - TRT 05ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0037900-24.2009.5.05.0006 - TRT 05ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0022700-47.2004.5.05.0007 - TRT 05ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0002800-44.2005.5.05.0007 - TRT 05ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0008700-68.2006.5.05.0008 - TRT 05ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0249400-03.1986.5.05.0009 - TRT 05ª Região * (9ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0132200-13.2002.5.05.0009 - TRT 05ª Região * (9ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0148100-65.2004.5.05.0009 - TRT 05ª Região ** (9ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0212600-11.2002.5.05.0010 - TRT 05ª Região * (10ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0090900-97.2004.5.05.0010 - TRT 05ª Região * (10ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 919

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0047900-13.2005.5.05.0010 - TRT 05ª Região * (10ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0037100-52.2007.5.05.0010 - TRT 05ª Região * (10ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000449-79.2011.5.05.0010 - TRT 05ª Região * (10ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0169100-91.1999.5.05.0011 - TRT 05ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000624-36.2012.5.05.0011 - TRT 05ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000656-70.2014.5.05.0011 - TRT 05ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000780-19.2015.5.05.0011 - TRT 05ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0088300-97.2004.5.05.0012 - TRT 05ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0125000-52.1993.5.05.0014 - TRT 05ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0127101-08.2006.5.05.0014 - TRT 05ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000005-94.2012.5.05.0015 - TRT 05ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0238600-30.2002.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0190100-93.2003.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0093400-84.2005.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0040900-70.2007.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0012500-12.2008.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000796-31.2010.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000564-82.2011.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0001186-64.2011.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0001326-98.2011.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0138200-68.2003.5.05.0017 - TRT 05ª Região * (17ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 920

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0051100-41.2004.5.05.0017 - TRT 05ª Região * (17ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0094600-60.2004.5.05.0017 - TRT 05ª Região * (17ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0142100-25.2004.5.05.0017 - TRT 05ª Região * (17ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0065500-28.2002.5.05.0018 - TRT 05ª Região * (18ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0153100-19.2004.5.05.0018 - TRT 05ª Região * (18ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0093400-44.2006.5.05.0018 - TRT 05ª Região * (18ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0142400-08.2009.5.05.0018 - TRT 05ª Região * (18ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0096000-66.2005.5.05.0020 - TRT 05ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0010270-09.2013.5.05.0020 - TRT 05ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0190100-90.1994.5.05.0022 - TRT 05ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0146300-94.2003.5.05.0022 - TRT 05ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0090400-92.2004.5.05.0022 - TRT 05ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0050100-54.2005.5.05.0022 - TRT 05ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000560-90.2012.5.05.0022 - TRT 05ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0119900-16.1998.5.05.0023 - TRT 05ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0100300-67.2002.5.05.0023 - TRT 05ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0105600-34.2007.5.05.0023 - TRT 05ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000010-58.2013.5.05.0023 - TRT 05ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000337-32.2015.5.05.0023 - TRT 05ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0009010-43.2017.5.05.0023 - TRT 05ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000575-24.2010.5.05.0024 - TRT 05ª Região * (24ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 921

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000445-63.2012.5.05.0024 - TRT 05ª Região * (24ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0188500-25.1994.5.05.0025 - TRT 05ª Região * (25ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0073400-56.2007.5.05.0028 - TRT 05ª Região * (28ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0043000-25.2008.5.05.0028 - TRT 05ª Região * (28ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0036300-35.2005.5.05.0029 - TRT 05ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0001358-64.2011.5.05.0029 - TRT 05ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0136600-94.2008.5.05.0030 - TRT 05ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000414-93.2010.5.05.0030 - TRT 05ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000631-39.2010.5.05.0030 - TRT 05ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000421-17.2012.5.05.0030 - TRT 05ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0091200-56.2005.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0014800-64.2006.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0080200-25.2006.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000838-95.2011.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0001046-79.2011.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000510-97.2013.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000200-57.2014.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000497-95.2013.5.05.0033 - TRT 05ª Região * (33ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0081100-33.2005.5.05.0035 - TRT 05ª Região * (35ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0117500-75.2007.5.05.0035 - TRT 05ª Região * (35ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000025-25.2012.5.05.0035 - TRT 05ª Região * (35ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 922

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0013300-82.2005.5.05.0036 - TRT 05ª Região * (36ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0053400-45.2006.5.05.0036 - TRT 05ª Região * (36ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0030100-49.2009.5.05.0036 - TRT 05ª Região * (36ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0089500-30.2005.5.05.0037 - TRT 05ª Região * (37ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000639-58.2011.5.05.0037 - TRT 05ª Região * (37ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0006600-50.2006.5.05.0038 - TRT 05ª Região * (38ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0189200-39.2006.5.05.0038 - TRT 05ª Região * (38ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0001283-32.2010.5.05.0038 - TRT 05ª Região * (38ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0039000-17.2006.5.05.0039 - TRT 05ª Região * (39ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0152200-02.2006.5.05.0039 - TRT 05ª Região * (39ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0064600-83.2005.5.05.0133 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE CAMAÇARI)
0058600-24.2004.5.05.0191 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA)
0022400-44.2006.5.05.0192 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA)
0181500-37.2003.5.05.0193 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA)
0083300-21.2005.5.05.0194 - TRT 05ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA)
0001444-72.2016.5.05.0251 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE CONCEIÇÃO DO COITÉ)
0000434-09.2012.5.05.0291 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE IRECÊ)
0000460-70.2013.5.05.0291 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE IRECÊ)
0001172-65.2010.5.05.0291 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE IRECÊ)
0036500-08.2000.5.05.0291 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE IRECÊ)
0071100-79.2005.5.05.0291 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE IRECÊ)
0082600-11.2006.5.05.0291 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE IRECÊ)
0146700-67.2009.5.05.0291 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE IRECÊ)
0038100-98.2006.5.05.0341 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE JUAZEIRO)
0000496-44.2011.5.05.0401 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE CRUZ

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 923



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

DAS ALMAS)
0000829-93.2011.5.05.0401 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE CRUZ DAS ALMAS)
0036500-95.2002.5.05.0401 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE CRUZ DAS ALMAS)
0001207-23.2010.5.05.0421 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS)
0033600-06.2007.5.05.0421 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS)
0000754-34.2012.5.05.0461 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE ITABUNA)
0132500-91.1990.5.05.0462 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE ITABUNA)
0136900-57.2004.5.05.0463 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE ITABUNA)
0129200-22.2007.5.05.0464 - TRT 05ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE ITABUNA)
0014400-02.2004.5.05.0491 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE ILHÉUS)
0048500-72.2007.5.05.0492 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE ILHÉUS)
0100500-88.2003.5.05.0492 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE ILHÉUS)
0178400-32.1999.5.05.0511 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE EUNÁPOLIS)
0219700-61.2005.5.05.0511 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE EUNÁPOLIS)
0247900-59.1997.5.05.0511 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE EUNÁPOLIS)
0015200-13.1999.5.05.0521 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ITAMARAJU)
0025300-51.2004.5.05.0521 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ITAMARAJU)
0043100-58.2005.5.05.0521 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ITAMARAJU)
0059500-26.2000.5.05.0521 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ITAMARAJU)
0016400-73.2009.5.05.0531 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE TEIXEIRA DE FREITAS)
0043300-06.2003.5.05.0531 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE TEIXEIRA DE FREITAS)
0083500-21.2004.5.05.0531 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 924

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TEIXEIRA DE FREITAS)
0089400-48.2005.5.05.0531 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE TEIXEIRA DE FREITAS)
0000355-16.2018.5.05.0551 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE JEQUIÉ)
0000902-95.2014.5.05.0551 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE JEQUIÉ)
0002040-34.2013.5.05.0551 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE JEQUIÉ)
0179900-23.1993.5.05.0551 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE JEQUIÉ)
0000038-13.2010.5.05.0611 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA DA CONQUISTA)
0123800-13.2003.5.05.0611 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA DA CONQUISTA)
0000278-62.2011.5.05.0612 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA DA CONQUISTA)
0001443-76.2013.5.05.0612 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA DA CONQUISTA)
0042900-13.2003.5.05.0621 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ITAPETINGA)
0164500-25.2008.5.05.0621 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ITAPETINGA)
0000353-44.2011.5.05.0631 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BRUMADO)
0000366-43.2011.5.05.0631 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BRUMADO)
0000868-74.2014.5.05.0631 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BRUMADO)
0038900-32.2006.5.05.0631 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BRUMADO)
0081700-70.2009.5.05.0631 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BRUMADO)
0090300-22.2005.5.05.0631 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BRUMADO)
0000400-74.2001.5.05.0661 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BARREIRAS)
0032600-95.2005.5.05.0661 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BARREIRAS)
0054400-82.2005.5.05.0661 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BARREIRAS)
0067200-74.2007.5.05.0661 - TRT 05ª Região ** (VARA DO TRABALHO DE BARREIRAS)
0000861-33.2013.5.06.0003 - TRT 06ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000900-59.1992.5.06.0005 - TRT 06ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DO

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 925



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

RECIFE)
3000400-45.1997.5.06.0011 - TRT 06ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0043500-74.2008.5.06.0251 - TRT 06ª Região * (VARA ÚNICA DO TRABALHO DE LIMOEIRO)
0000205-22.2013.5.06.0312 - TRT 06ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU)
0000811-91.2018.5.06.0371 - TRT 06ª Região * (VARA ÚNICA DO TRABALHO DE SERRA TALHADA)
0156400-26.2008.5.07.0007 - TRT 07ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA)
0051300-05.1997.5.07.0028 - TRT 07ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DA REGIÃO DO CARIRI)
2351400-49.2008.5.09.0014 - TRT 09ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0000553-38.2017.5.09.0014 - TRT 09ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0000779-39.2014.5.09.0017 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO)
0000898-97.2014.5.09.0017 - TRT 09ª Região ** (VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO)
0001913-49.2015.5.09.0023 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE PARANAVAÍ)
0002575-71.2013.5.09.0091 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE CAMPO MOURÃO)
0001732-71.2017.5.09.0122 - TRT 09ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS)
0000785-07.2014.5.09.0127 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CORNÉLIO PROCÓPIO)
0055300-06.2009.5.09.0664 - TRT 09ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)
0232400-45.2009.5.09.0664 - TRT 09ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)
0000334-09.2014.5.10.0012 - TRT 10ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF)
0001489-13.2015.5.10.0012 - TRT 10ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF)
0000036-84.2016.5.12.0046 - TRT 12ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE JARAGUÁ DO SUL)
0130154-88.2014.5.13.0015 - TRT 13ª Região *
0000577-86.2016.5.13.0015 - TRT 13ª Região *
0000092-10.2017.5.13.0029 - TRT 13ª Região * (10ª VARA DO TRABALHO DE

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 926

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JOÃO PESSOA)
0161300-86.2006.5.15.0011 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BARRETOS)
0210400-61.2007.5.15.0015 - TRT 15ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE FRANCA)
0000594-26.2011.5.15.0021 - TRT 15ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE JUNDIAÍ)
0121600-80.2005.5.15.0030 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE OURINHOS)
0010607-94.2015.5.15.0037 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE FERNANDÓPOLIS)
0011150-68.2014.5.15.0058 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BEBEDOURO)
0011098-42.2014.5.15.0068 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ADAMANTINA)
0011447-11.2015.5.15.0068 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ADAMANTINA)
0011137-68.2016.5.15.0068 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ADAMANTINA)
0000201-59.2014.5.15.0098 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE GARÇA)
0071300-18.2007.5.15.0104 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE TANABI)
0010122-18.2014.5.15.0106 - TRT 15ª Região ** (2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO CARLOS)
0051700-97.2007.5.15.0140 - TRT 15ª Região ** (VARA DO TRABALHO DE ATIBAIA)
0000384-57.2012.5.15.0144 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE PEDERNEIRAS)
0000729-84.2015.5.17.0007 - TRT 17ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA)
0084000-52.2006.5.17.0121 - TRT 17ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ARACRUZ)
0013701-97.2007.5.17.0191 - TRT 17ª Região * (VARA DO TRABALHO DE SÃO MATEUS)
0007700-67.2008.5.18.0051 - TRT 18ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS)
0010184-74.2016.5.18.0051 - TRT 18ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS)
0011500-25.2016.5.18.0051 - TRT 18ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS)
0011330-19.2017.5.18.0051 - TRT 18ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS)
0000577-36.2014.5.18.0171 - TRT 18ª Região ** (VARA DO TRABALHO DE CERES)

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 927

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0010710-35.2013.5.18.0281 - TRT 18ª Região ** (VARA DO TRABALHO DE INHUMAS)
0011439-27.2014.5.18.0281 - TRT 18ª Região ** (VARA DO TRABALHO DE INHUMAS)
0007000-80.2009.5.19.0002 - TRT 19ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE MACEIÓ)
0131500-70.2004.5.20.0002 - TRT 20ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)
0044500-87.2008.5.20.0003 - TRT 20ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)
0080700-93.2008.5.20.0003 - TRT 20ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)
0001353-17.2013.5.20.0009 - TRT 20ª Região * (9ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)
0057300-06.1993.5.21.0017 - TRT 21ª Região * (VARA DO TRABALHO DE CAICÓ)
0001367-33.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.
** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 304.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2°, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário, penhora de bens suficientes ou, ainda, tenha sido deferida, no caso de empresa, a sua recuperação judicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 928

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos

Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60746948

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

Inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do interessado(a) constam os seguintes débitos tributários:

Relativos a: IPVA
Origem: SECRETARIA DA FAZENDA
CNPJ: 60.746.948/0001-12 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
1.286.916.885,1.286.916.896,1.286.916.920,1.286.916.930,1.316.716.020,1.317.044.301

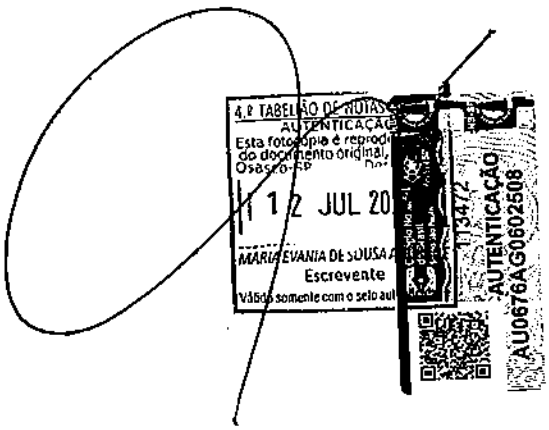
Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0001-12 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
1.152.659.698,1.273.098.245,1.274.749.230

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0201-46 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
1.251.749.040

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0227-87 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
1.258.247.251

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0379-70 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
1.259.398.689

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0516-12 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
1.239.281.077



Local de emissão :	Responsável :
PGE	

CRDA nº 35753274 Folha 1 de 4

Data e hora da emissão 18/04/2022 09:36:53 (horário de Brasília)

Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021

PGEDCI202207378

Assinado com senha por DEBORA STIPKOVIC ARAUJO - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 18/04/2022 às 09:43:11.
Documento Nº: 39481536-7272 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=39481536-7272

SIGA

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 929

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos
Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60746948

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0669-30 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
1.239.106.470

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/2069-16 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
1.258.247.140

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/3923-03 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
1.258.247.629

Relativos a: Multas
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0001-12 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
1.005.678.200,4.086

Relativos a: IPVA
Origem: SECRETARIA DA FAZENDA
CNPJ: 60.746.948/0001-12 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia: DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.243.451.530,1.256.757.153,1.256.757.153,1.256.757.153,1.256.757.186,1.256.757.186,1.256.757.186,1.260.351.0 3,1.261.101.491,1.261.101.535,
1.261.101.558,1.261.101.569,1.275.940.039,1.275.950.026,1.275.950.437,1.275.974.173,1.275.986.070,1.275.994.2 4,1.275.994.391,1.275.998.942,
1.276.001.991,1.276.007.752,1.276.009.361,1.276.010.302,1.276.011.845,1.276.012.111,1.276.012.199,1.276.013.587,1.276.015.641,1.276.016.825,
1.276.023.720,1.276.027.270,1.276.030.709,1.276.032.751,1.270.111.097,1.276.145.054,1.276.155.274,1.276.156.662,1.276.160.411,1.276.175.070,
1.276.182.916,1.276.191.670,1.270.199.232,1.270.215.113,1.270.224.407,1.276.893.614,1.277.094.911,1.278.282.193,1.278.581.052,1.281.217.760,
1.282.039.655,1.282.061.357,1.282.293.054,1.282.476.071,1.282.633.098,1.284.622.916,1.284.953.799,1.285.395.059,1.285.691.243,1.326.169.777,
1.327.467.165,1.327.582.920,1.327.624.637,1.327.808.410,1.327.854.214,1.328.013.387,1.328.162.297,1.328.349.200,1.328.637.650,1.329.065.771,
1.329.122.879,1.329.155.404,1.329.526.820,1.329.587.961,1.329.743.023,1.329.814.070,1.330.102.725,1.330.242.028,1.330.247.100,1.330.283.950,
1.330.313.306,1.330.350.978,1.331.091.574,1.331.585.413,1.331.754.658,1.331 833 671,1.332 273.588,1.332.412.407,1.332.555.525,1.332.906.090,
1.332.990.090,1.333.231.972,1.333.482.077,1.333 582.352,1.333.682.900,1.333.937.978,1.333.946.500,1.334.050.360,1.334.541.935,1.334.582.770,
1.335.505.580,1.335.821.050,1.336.070.481

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0001-12 **IE:**

Local de emissão :	Responsável :
PGE	

CRDA nº 35753274 Folha 2 da 4

Data e hora da emissão 18/04/2022 09:36:53 (horário de Brasília)

Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021

4.9 TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução do documento original
Osasco
12 JUL 2
MARIA EVANIA DE SOUSA
Escrevente
Válido somente com o selo
AUTENTICAÇÃO
AU0676AG0602509

PGEDCI202207378

Assinado com senha por DEBORA STIPKOVIC ARAUJO - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 18/04/2022 às 09:43:11.
Documento Nº: 39481536-7272 - consulta à autenticidade em https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=39481536-7272

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 930

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos
Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60746948

Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia; DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.133.522.487,1.136.825.852,1.138.683.018,1.140.963.851

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0150-89 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia; DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.319.228.909

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0475-00 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia; DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.318.617.261

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/1603-14 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia; DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.239.276.808,1.239.276.808

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/2170-14 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia; DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.260.349.862

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/2661-47 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia; DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.239.138.328,1.239.138.328

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/2785-67 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia; DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.239.270.903,1.239.270.903

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/3335-10 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia; DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.239.591.566

4.º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fé. Osasco-SP, Desta 4,37
12 JUL 2022
MARIA EVANIA DE SOUSA ANDRAD
Escrevente
Válido somente com o selo autenticidade
AUTENTICAÇÃO
AU0678AG0602510

Local de emissão :	Responsável :
PGE	

CRDA nº 35753274 Folha 3 de 4
Data e hora da emissão 18/04/2022 09:36:53 (horário de Brasília)
Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021

PGEDCI202207378

Assinado com senha por DEBORA STIPKOVIC ARAUJO - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 18/04/2022 às 09:43:11.
Documento Nº: 39481536-7272 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=39481536-7272

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 931

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos
Inscritos na Divida Ativa

CNPJ BASE: 60746948

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/4945-22 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia: DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.239.140.689,1.239.140.689

Relativos a: Multas
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0001-12 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia: DEPÓSITO JUDICIAL
CDA
1.006.392.356,1.006.853.247

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0001-12 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia: SEGURO GARANTIA
CDA
1.239.270.933,1.239.273.988,1.263.861.266,1.269.729.818,1.287.485.461,1.293.324.077,1.308.421.841

Relativos a: Multas
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.746.948/0001-12 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia: SEGURO GARANTIA
CDA
1.006.400.317

Anotação PGE:

PGE-EXP-2022/11398
A certidão positiva tem efeito de negativa para o(s) débito(s) acima arrolado(s), nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional, conforme manifestação exarada pela Procuradoria do Estado no expediente acima indicado. Para elaboração da certidão foram pesquisados todos os débitos inscritos em dívida ativa até a presente data.

Final da Certidão

4.º TABELIÃO DE NOTAS OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original apresentado em 12 JUL 2022
MARIA EVANIA DE SOUSA
Escrevente
Confere somente com o selo de autenticidade
AUTENTICAÇÃO
AU0676AG0802511

Local de emissão :	Responsável :
PGE	

CRDA nº 35753274 Folha 4 de 4
Data e hora da emissão 18/04/2022 09:36:53 (horário de Brasília)
Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021

PGEDCI20220737B

Assinado com senha por DEBORA STIPKOVIC ARAUJO - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 18/04/2022 às 09:43:11.
Documento Nº: 39481536-7272 - consulta à autenticidade em https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=39481536-7272

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 932

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
DRT 14/PF - POSTO FISCAL DE OSASCO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº SFP-CER-2022/02138

Nome: BANCO BRADESCO S.A
CNPJ: 60.746.948/0001-12
Endereço: NÚCLEO CIDADE DE DEUS , S/Nº , VILA YARA , OSASCO - SP , CEP: 06029-900
Situação Cadastral: Ativo
Posto Fiscal de vinculação: DRT 14/PF - POSTO FISCAL DE OSASCO

CERTIFICO QUE O INTERESSADO ACIMA NÃO CONSTA INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DA SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO PELO CNPJ SUPRA, E QUE INEXISTEM DÉBITOS FISCAIS RELATIVOS AO ICM/ICMS NÃO INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA ATÉ A DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

OBS: NÃO FORAM SOLICITADAS PELO INTERESSADO PESQUISAS RELATIVAS AOS DEMAIS TRIBUTOS ESTADUAIS, IPVA, ITBI-CAUSA MORTIS E DOAÇÕES/ITCMD E TAXAS.

4.º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fé.
Osasco-SP
12 JUL 2022
MARIA EVANIA DE SOUSA AND
Escrevente
Válido somente com o selo autenticador
AUTENTICAÇÃO
AU06764G0602512

Finalidade: LEVANTAMENTO DE DÉBITOS

Avisos:
1 - Esta certidão NÃO versa sobre: (a) Eventuais débitos fiscais de outros estabelecimentos do interessado; (b) Outros débitos de tributos eventualmente não mencionados acima;
2 - Esta certidão só se aplica ao estabelecimento (matriz ou filial) acima indicado, não incluindo outros estabelecimentos da mesma empresa, ficando ressalvado o direito da Fazenda do Estado de exigir, a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados. Tratando-se de certidão emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados a existência de débito para pessoa jurídica da qual o interessado possa ser sócio.
3 - A taxa de fiscalização e serviços diversos foi devidamente recolhida nos termos da legislação vigente.
4 - Prazo de validade da certidão: 06 (seis) meses conforme Portaria CAT nr. 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98).

Local:	Data:
DRT 14/PF - POSTO FISCAL DE OSASCO	25 de abril de 2022.

Responsável:
Mario Fiaschi
Auditor Fiscal da Receita Estadual

SFPCER202202138A

Classif. documental	006.01.09.002

Assinado com senha por PAULO PEREIRA GONÇALVES - 25/04/2022 às 11:20:47 e MARIO FIASCHI - 26/04/2022 às 09:03:57.
Documento Nº: 39876895-2573 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=39876895-2573

SIGA

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 933

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
DRT 14/PF - POSTO FISCAL DE OSASCO

Certidão emitida nos termos das Portarias CAT 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98) e CAT 135 de 18/12/2014 (DOE de 19/12/2014).

Osasco, 25 de abril de 2022.

PAULO PEREIRA GONÇALVES
TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL TEFE
DRT 14/PF - POSTO FISCAL DE OSASCO

Mario Fiaschi
CHEFE
DRT 14/PF - POSTO FISCAL DE OSASCO

4.º TABELIÃO DE NOTAS-OSASCO
AUTENTICAÇÃO
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fé.
Osasco, SP
Fls. 4,32
12 JUL 202
MARIA EVANIA DE SOUSA AN
Escrevente
Válido somente com o selo autê
113472
AUTENTICAÇÃO
AU0676AG0802513

SPPCER2022021384

Assinado com senha por PAULO PEREIRA GONÇALVES - 25/04/2022 às 11:20:47 e MARIO FIASCHI - 26/04/2022 às 09:03:57.
Documento Nº. 39876895-2573 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=39876895-2573

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 934

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Certidão de Pessoa Jurídica não inscrita no Cadastro de Contribuintes

CNPJ 60.746.948/0001-12

Não existe Inscrição Estadual no cadastro de contribuintes do Estado de São Paulo associado ao CNPJ 60.746.948/0001-12 até a data e hora de emissão desta certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio https://www.cadesp.fazenda.sp.gov.br.

Data e hora de emissão: 12/07/2022 11:57:33

Código de controle da certidão: 92905702-7cb1-4def-8b02-fda2e715e618

Obs.: esta certidão não é válida para produtores rurais.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 935

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CERTIDÃO Nº 010657/2022

NOME/RAZÃO SOCIAL .. : BANCO BRADESCO SA

CPF/CNPJ ..... : 60.746.948/0001-12

INSCRIÇÃO MUNICIPAL . : 0000015383

ENDEREÇO ..... : NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N - PREDIO NOVO - Vila Yara - Osasco/SP - 06029-900

FINALIDADE ..... : LICITAÇÃO PÚBLICA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal na cobrança de débitos provenientes de impostos, taxas e multas que venham a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos referidos nesta certidão, observando-se a validade desta certidão por 06 (seis) meses, contados a partir da data abaixo, nos termos do Art. 318, § único da Lei Complementar nº 139 de 24/11/2005. Certificamos que o contribuinte acima identificado **NADA** deve a esta prefeitura. É o que cumpre informar. Foi a presente certidão emitida eletronicamente.

Osasco, 25 de Abril de 2022

A aceitação desta certidão esta condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: *www.financas.osasco.sp.gov.br*

Válida até: **22/10/2022**

Código de Controle da Certidão: **A876.3037.F63C**

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) BANCO BRADESCO S.A. (CNPJ 60.746.948/0001-12) encontra-se autorizado por esta Autarquia:

a. a funcionar como banco múltiplo;

b. a operar com a(s) carteira(s):

- Carteira Comercial
- Carteira de Crédito Financ. e Investimento
- Carteira de Crédito Imobiliário
- Carteira de Investimento
- Carteira de Arrendamento Mercantil

c. a realizar operações de:

- Mercado de Câmbio
- Crédito Rural

d. e credenciado (a) como participante do PIX.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 10:17:13 do dia 12/7/2022, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar.

Código de validação: je36pZ6X1x66UEDzEC9n

Certidão emitida gratuitamente.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Divisão de Gestão, Planejamento e Logística (Digep)
SBS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício Sede - 19º Andar
70074-900 Brasília - DF
E-mail: digep.deorf@bcb.gov.br

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 938

	Página de Validação de Certidão para Entidades Supervisionadas	

[CERTIAUD005]

Confirmação de certidão emitida

Entidade Supervisionada	**BANCO BRADESCO S.A.**
CNPJ	**60.746.948/0001-12**
Autorizações	- Mercado de Câmbio - Crédito Rural
Carteiras	- Carteira Comercial - Carteira de Crédito Financ. e Investimento - Carteira de Crédito Imobiliário - Carteira de Investimento - Carteira de Arrendamento Mercantil
Data e hora da emissão	12/07/2022 10:17:13
Código de validação	je36pZ6X1x66UEDzEC9n
O Banco Central do Brasil confirma a autenticidade da certidão	

Imprimir esta página

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 939

JUCESP
29 MAR 2022
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
SISSEA SIMSEMA CESPEDES
SECRETÁRIA GERAL
161.641/22-2
JUCESP PROTOCOLO
0.311.795/22-5

Bradesco S.A.

Companhia Aberta
NIRE 35.300.027.276
NPJ 60.746.948/0001-12
Cidade de Deus, Osasco-SP

B3 LISTED NM
XBBDC
ISEB3
abrasca
CDP
ITAG B3
Dow Jones Sustainability Indices
ibri
BBDO LISTED NYSE
BBD LISTED NYSE

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhoras e senhores acionistas,

O ano de 2021 apresentou inúmeros desafios. Exigiu de cada um de nós superação, comprometimento e a busca de novos caminhos e novas soluções. Diante das adversidades impostas pela pandemia, que afeta o cenário econômico, realizamos mais investimentos, com crescimento na escala de mercado e volume de negócios.

Reiteramos nossa vocação de servir os nossos clientes, fortalecer o valor da marca e renovar o apoio ao desenvolvimento do País, dos brasileiros e do espírito empreendedor.

2022 se revela repleto de possibilidades, oportunidade para escrevermos mais um capítulo importante da trajetória de 79 anos da nossa Organização.

Alinhados ao compromisso com a transparência e a democratização da informação, apresentamos de maneira detalhada as principais conquistas e resultados alcançados no exercício.

Aos nossos acionistas e clientes, agradecemos pelo apoio e confiança com que nos têm distinguido.

Uma boa leitura!

Cidade de Deus, 8 de fevereiro de 2022

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Banco Bradesco S.A. relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Comentário Econômico

A retomada econômica consolidou-se na primeira metade de 2021, em função dos avanços da vacinação, do controle da pandemia e dos estímulos econômicos. A partir da segunda metade do ano, notamos que a economia brasileira mostrou uma dinâmica mais moderada. Essa perda de fôlego da economia se deve em grande medida à redução da renda disponível em função da aceleração da inflação. A alta disseminada dos preços no ano passado impôs desafios importantes para a política monetária, levando à elevação da taxa Selic. Para coordenar as expectativas de inflação e fazer a convergência da inflação para patamares mais baixos, o Banco Central sinalizou que levará a Selic para um terreno significativamente contracionista.

De forma perspectiva, a desaceleração da inflação deve contribuir para expansão do consumo. A reabertura plena da economia permitirá a geração de empregos e queda da taxa de desemprego, em contraste com a economia parcialmente fechada de 2021.

O Sistema Financeiro Nacional continua atuando de forma eficiente e expandindo o crédito de maneira sustentável, tanto para famílias quanto para empresas. O fortalecimento das instituições, a preservação do arcabouço fiscal e a retomada de reformas estruturais devem ser prioridades de toda a sociedade brasileira. Avanços contínuos nessa agenda deverão ter impactos positivos sobre a confiança econômica, os investimentos produtivos e o crescimento potencial do país.

No cenário global, a atividade econômica segue exibindo crescimento favorável. O controle da pandemia e a regularização das cadeias produtivas são vetores importantes para manutenção da retomada. Somado a isso, a possibilidade de o aperto monetário ser mais rápido nos EUA será importante determinante do cenário externo. Diante disso, as economias emergentes, especialmente aquelas mais vulneráveis no âmbito fiscal e das contas externas, podem ser impactadas.

Destaques do Período

- Em dezembro, celebramos um Acordo de Participação no Programa de Incentivos Elo, com nossa controlada Elo Serviços S.A., que estabelece condições para concessão de incentivos da Elo para o Bradesco, visando incrementar as vendas de cartões da bandeira emitidos pelo Banco e, consequentemente, aumentar o volume de transações nos meios de pagamentos. O valor dos incentivos será diretamente proporcional ao volume transacionado nos produtos débito, pré-pago e crédito, tendo vigência de dez anos, contados a partir de 1.1.2022;
- Em dezembro, inauguramos a plataforma Bradesco *Invest US* com a proposta de democratizar o acesso a ativos estrangeiros, com a simplicidade de uma conta local. A abertura do cadastro é 100% digital e as aplicações iniciam com US$ 10 mil. O público-alvo são os brasileiros e os latino-americanos, que já era tradicionalmente atendidos pelo BAC Florida Bank;
- Em janeiro de 2022, emitimos nosso primeiro *Sustainable Bond* internacional no valor de US$ 500 milhões, seguindo o escopo do *Framework* de Finanças Sustentáveis do Bradesco, com verificação e parecer (*Second Party Opinion* - SPO) da Sustainalytics reforçando o compromisso de ser um agente de transformação positiva na sociedade, em linha com seu propósito e compromissos institucionais firmados; e
- Pelo 17º ano consecutivo, integramos o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3). E, pelo 16º ano consecutivo, integramos o Índice Dow Jones de Sustentabilidade - DJSI, da Bolsa de Valores de Nova York, compondo as carteiras Mundo e Mercados Emergentes no ciclo 2021 - 2022.

Foco Estratégico

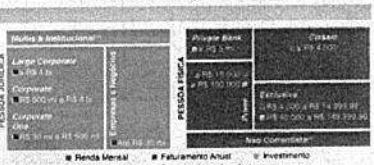
Nossa estratégia de negócio visa atender as expectativas dos nossos clientes, conhecendo suas necessidades e ciclos de vida e aumentando sua satisfação por meio de uma experiência de excelência em todas as suas interações com o banco.

A partir dessa reflexão, fundamentamos nossa estratégia em quatro grandes pilares: clientes - nossa inspiração; transformação digital - como fazemos; pessoas - nosso time; e sustentabilidade - feitos para durar. Estes pilares sustentam nosso propósito corporativo de criar oportunidades para a realização das pessoas e o desenvolvimento sustentável de empresas e sociedade.

O cliente é o centro de nossa estratégia e temos realizado diversas ações para aprimorar o conhecimento por meio do uso da inteligência de dados, soluções completas de negócio e jornadas de excelência, desenvolvendo formas para conhecer o cliente, seu momento de vida e interação com a Organização. Dessa maneira, queremos dispor de ofertas contextualizadas, de acordo com o seu perfil, proporcionando momentos agradáveis e ágeis a cada contato com o Banco. O nosso comportamento e mentalidade digital nos habilita a sermos simples, eficientes, ágeis, conectados e inovadores. Em um contexto de grande transformação digital, queremos tornar a experiência bancária ainda mais conveniente, moderna, rápida e segura para o cliente - direcionadores presentes no dia a dia. Buscamos maximizar valor sob a perspectiva do cliente, por meio da cultura, com foco em melhoria e eficiência contínua. A gestão de despesas possui destaque, contribuindo com ações e projetos voltados à otimização do uso dos canais e redução no custo de servir, sem perder a qualidade.

Tendo como um dos principais pilares as pessoas que aqui trabalham, buscamos aprimorar as competências essenciais delas, com objetivo de tornar viável nossa estratégia corporativa. Por meio de uma cultura organizacional pautada pela ética, transparência e respeito ao próximo, investimos em um ambiente inovador, desafiador e plural. Queremos ser uma empresa almejada por profissionais de alta *performance*, onde pretendem construir o seu presente e futuro.

Nosso foco é sermos relevantes para nossos clientes, acionistas, funcionários, parceiros e sociedade, gerando valor para todos os públicos. Assumimos o compromisso de crescer de forma sustentável e diversificada, por meio do melhor equilíbrio entre risco e retorno e uma estrutura de capital e liquidez robustas. Reiteramos, com nossos compromissos na frente de Diversidade, a nossa crença no potencial transformador das pessoas, respeitando a individualidade e a pluralidade. Inclusão e educação financeira são direcionadores importantes também, pois por meio deles impactamos a vida de milhares de pessoas. Além disso, nos comprometemos com assuntos relacionados à Sustentabilidade, fomos o único banco brasileiro na construção dos princípios para responsabilidade bancária da ONU, o primeiro banco brasileiro a aderir ao *Net Zero* e participamos da COP26, onde reforçamos o nosso compromisso enquanto setor privado.



(1) Gestoras de recursos, fundos de pensão e corretoras de valores; e
(2) Clientes pessoa física ou jurídica consumidores de produtos da Organização Bradesco e que não possuem conta corrente.

Estrutura de Atendimento

Oferecendo praticidade e segurança nos serviços prestados aos segmentos que atuamos, mantemos uma ampla e moderna Rede de Atendimento, que é atualizada constantemente, em todo o território nacional e em localidades estratégicas no exterior. No final do período, a Rede era composta por 81.900 pontos, dentre eles 2.947 de Agências e 50.807 máquinas de autoatendimento.

Canais Digitais

Nossos Canais Digitais contemplam atendimento, produtos e serviços que podem ser acessados a qualquer horário e de qualquer local, garantindo mobilidade, praticidade, autonomia e segurança aos clientes. Essa busca por soluções e atendimento digital deve seguir crescendo, por isso estamos ampliando ainda mais nossa atuação em soluções digitais. Em 2021, 98% das transações foram realizadas pelos canais digitais Bradesco, com destaque para o App Bradesco (pessoa física e pessoa jurídica), que apresentou crescimento de 98% nas transações financeiras em relação a 2020. Além disso, atingimos o recorde de abertura de contas pelo celular em dez/21 para pessoa física e em set/21 para pessoa jurídica.

Acessibilidade

Para o Bradesco, acessibilidade é sinônimo de respeito e inclusão. Desde 1998 iniciamos um movimento de transformação com a implantação de diversas soluções voltadas a essa frente, como o lançamento de caixas de autoatendimento acessíveis, SAC exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e o desenvolvimento de campanhas de *marketing* acessíveis. Essas iniciativas continuam com projetos e ações focadas na conexão com comunidades, no empoderamento e na minimização de barreiras para o acesso à informação, bancarização e inclusão digital.

Plataformas Digitais

Atualmente, temos 8 grandes Plataformas Digitais, que atendem clientes dos segmentos *Exclusive* e *Prime* e que em função do seu perfil de relacionamento podem optar para o modelo de atendimento remoto, via Telefone/WhatsApp Corporativo/E-mail ou Vídeo atendimento. Ao final do período, contabilizou 635.742 clientes, sendo 463.941 *Exclusive* e 171.801 *Prime*. Contamos, ainda, com a Agência Digital Bradesco *Private Bank*, que atende 20.098 clientes do segmento.

Área Internacional

Contamos com um time de especialistas no Brasil e no exterior para atuar no mercado de câmbio, exportação, importação, transferências financeiras e financiamento ao comércio exterior (*trade finance*).

No exterior, contamos com 3 Agências, 12 Subsidiárias e 1 Escritório de Representação, além de uma extensa rede de bancos correspondentes.

Mais recente, com a aquisição do BAC Florida Bank e suas subsidiárias, é possível oferecer uma plataforma completa de produtos e serviços bancários e de investimentos, também nos Estados Unidos da América.

Rede no Exterior

Agências	
Nova York	Banco Bradesco S.A.
Grand Cayman	
Londres	Banco Bradesco Europa
Subsidiárias	
Buenos Aires	Banco Bradesco Argentina S.A.U.
Luxemburgo	Banco Bradesco Europa S.A.
Nova York	Bradesco North America LLC
	Bradesco Securities, Inc
Londres	Bradesco Securities UK Limited
Hong Kong	Bradesco Securities Hong Kong Limited
	Bradesco Trade Services Limited
Grand Cayman	Cidade Capital Markets Ltd.
Jalisco	Bradescard México Sociedad de Responsabilidad Limitada
Florida	Bradesco BAC Florida Bank
	Bradesco BAC Florida Investments
	Bradesco Global Advisors
Escritório de Representação	
Hong Kong	Banco Bradesco S.A.

Next

Criado em 2017 como um banco digital voltado para a geração hiperconectada, o next se posiciona, hoje, como uma plataforma digital que tem como objetivo simplificar a vida de todas as pessoas, prover educação financeira e ser um parceiro para a realização dos objetivos de vida dos clientes.

O ecossistema do next oferece serviços financeiros e não-financeiros. Além de conta corrente e cartão de débito e crédito, o cliente tem à disposição opções de investimentos e empréstimos, seguros, ferramentas de gestão financeira, conta salário, conta para crianças e adolescentes (conta nextUoy, em parceria com a Disney), recarga de celular, promoções em parceria com mais de 270 marcas no Hub de Menos e integração com as carteiras digitais *Apple Pay*, Google *Pay*, Samsung *Pay* e WhatsApp *Pay*. Em novembro, o next lançou o nextShop, um marketplace próprio, que tem como diferenciais cashback instantâneo de até 10% e usabilidade 100% dentro do app.

A atuação do next é baseada na centralidade do cliente. Essa premissa é seguida à risca com investimentos constantes em análise e inteligência de dados (analytics), para perceber tendências e comportamentos, ajudando a antecipar a criação de um novo serviço ou sugestão para o cliente. Experiência do cliente (UX) e atendimento ao cliente também são áreas-chave, focadas em prover a melhor jornada e na escuta ativa das demandas. Por priorizar o cliente, o next traça suas metas visando um crescimento sustentável, garantindo a qualidade dos serviços e índices reais de satisfação e engajamento no uso do aplicativo.

No quarto trimestre de 2021, atingiu a marca de 10 milhões de clientes - crescimento de 170% nos últimos doze meses.

Principais Produtos e Serviços

Seguros

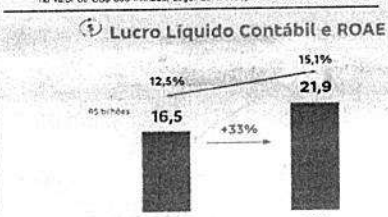
O Grupo Bradesco Seguros trabalha para oferecer o melhor atendimento e amplo leque de produtos e serviços aos segurados, o que lhe fez alcançar a liderança de mercado no Brasil e na América Latina.

Com um sólido caminho, contribui de forma consistente para os resultados consolidados da Organização Bradesco e nos representa na oferta de múltiplos produtos para proteção pessoal, familiar e empresarial, em várias circunstâncias e em diversos segmentos, como Seguro Auto, Seguros de Vida, Plano de Saúde, Dental, Capitalização, Planos de Previdência Privada e Ramos Elementares, que incluem Seguro Residencial e Patrimonial para pessoa física e jurídica.

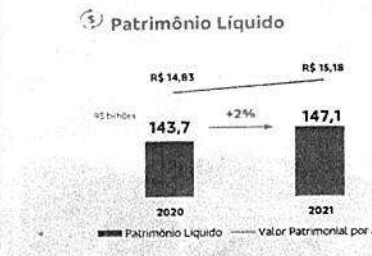
R$ milhões	Dez/21
Indicadores Grupo Bradesco Seguros	
Lucro Líquido	5.344
Retorno Anualizado sobre PL Médio (ROAE) - %	17,7%
Patrimônio Líquido	31.401
Ativos Totais	342.424
Investimentos Livres e Coberturas das Provisões Técnicas	319.253
Provisões Técnicas de Seguros, Previdências e Capitalização	292.860
Receita de Prêmios de Seguros, Contribuição de Previdência e Receitas de Capitalização	81.775
Indenizações, Benefícios e Resgates Pagos	72.134

Também, mantem presença no segmento segurador de grandes riscos, P&C - *Property and Casualty* e transportes, voltado ao cliente corporativo de médio e grande portes, dos mais diversos nichos de mercado, por meio da associação entre a Bradesco Seguros e a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.

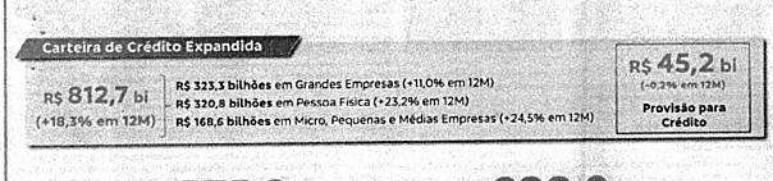
- Para os mais de 79,5 milhões de segurados e clientes, está disponível uma moderna estrutura de atendimento, formada por canais *web* e *mobile*, centrais de atendimento telefônico, dependências próprias com equipes comerciais, Agências do Bradesco e uma rede de corretores ativos, garantindo presença em todas as regiões do país.















(1) Conforme dispõe o Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Bacen, o Bradesco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

100% Cliente

Com a aceleração tecnológica vivenciada em 2021, os clientes se tornaram ainda mais digitais, empoderados e exigentes. A relação entre cliente e instituição ganhou ainda mais vínculo e a experiência em toda a jornada se tornou a grande responsável por essa aproximação. Com o Bradesco *Experience* (be.), reinventamos a maneira de promover a melhor experiência para todos os clientes, ativos e potenciais, em todos os canais de interação. Contemplando profissionais altamente capacitados, inseridos em grupos multifuncionais de diversas Vilas do Bradesco, trabalhando com *mindset* ágil, exercitando a visão *end-to-end* na criação de jornadas intuitivas e personalizadas tanto de serviços financeiros quanto não financeiros. Uma estratégia que é impulsionada por parcerias e que possibilita experiências mais fluidas entre um canal e entre canais. Para alcançarmos esse resultado positivo, unimos voz do cliente e inteligência de dados, e aperfeiçoamos nosso alicerce com estrutura cloud, acelerando ainda mais a construção de jornadas e dando mais resiliência aos nossos canais.

No final de dezembro de 2021, nossa base era composta por 74,1 milhões de clientes.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 940

2022

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 60.746.948/0001-12

Sede: Cidade de Deus, Osasco SP

ISE B3 · ITAG B3 · NYSE · NYSE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cartões

Com a mais completa linha de soluções em meios de pagamentos do Brasil, atuamos com as principais bandeiras, como Elo, Visa, Mastercard e American Express, também oferecemos cartões *Private Label* em parcerias com importantes empresas. Por meio de nossa subsidiária Bradescard México, uma das principais empresas de crédito ao consumo atendemos o mercado mexicano, operamos como uma das maiores emissoras de crédito com exclusividade em cadeias de lojas líderes naquele país.

Estamos bem posicionados com relevantes participações acionárias na Cielo e, por meio da Elopar - *holding* de investimentos que inclui a Alelo (Cartão benefício, pré-pagos e *Money Card*), Livelo (programa de fidelidade por coalizão), Elo Serviços (bandeira), Banco Digio (emissão de cartão de crédito e outros produtos financeiros) e Veloe (empresa de mobilidade e pedágios).

R$ 234,0 bilhões em transações de cartões no período.
R$ 73 bilhões de Receita de Prestação de Serviços.

Operações de Crédito

Ampliamos e diversificamos as ofertas nos canais de distribuição, especialmente os meios digitais, complementados pela Rede de Agências e Correspondentes Bancários. A nossa capilaridade permite a realização de empréstimos e financiamentos diretos ou em parcerias estratégicas com diversas cadeias de negócios, mantendo o foco na melhoria da experiência e no atendimento aos clientes em suas reais necessidades.

Estamos em plena capacidade operacional e a política que direciona o aprimoramento e nossas ações de gerenciamento, constantemente atualizada, é condizente com a realidade econômica.

Entre as linhas, destacamos:

- **Agronegócio:** figuramos entre os maiores financiadores do setor agropecuário, com ofertas e soluções para o desenvolvimento da produção, mantendo acordo com os principais fabricantes de equipamentos agrícolas do país. Dispomos de 14 Plataformas de Agronegócio distribuídas pelo Brasil, que contam com especialistas e engenheiros agrônomos, prestando assessoria para a Rede de Atendimento e produtores rurais;
- **Repasses:** lider em repasses de recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- **Imobiliário:** somos um dos mais relevantes neste mercado, mantendo compromisso em atender a demanda do setor, financiando tanto a indústria da construção quanto a aquisição de imóvel pelos mutuários finais, que dispõem da contratação 100% digital para imóveis residenciais e digitalização dos processos efetuados através dos parceiros imobiliários por meio de APIs. Contamos com 33 Plataformas Imobiliárias e suas extensões, com cobertura em todo território nacional;
- **Para Empresas:** linhas de capital de giro, de antecipação de recebíveis e de financiamentos de bens votados para pequenas e médias empresas. Já com o Bradesco Corporate, líder em anos do mercado brasileiro para grandes e médias empresas, oferecemos soluções completas para diferentes necessidades e setores empresariais; e
- **Pessoa Física (massificado):** destaque para todas as linhas de crédito pessoal, consignado, veículos e rotativos, onde seguimos transformando a experiência dos nossos clientes com estes produtos através da modernização das jornadas de comercialização e pós-venda e uso massivo de algoritmos e *advanced analytics*, mapeando as necessidades dos clientes em tempo real, para responder com o melhor produto e condições de negócio considerando o contexto e momento de vida para cada perfil, com uma abordagem fluida e multicanal.

Saldo das principais carteiras no período:

R$ bilhões	Dez/21	Dez/20	Variação %
Financiamento ao Consumo	**205,7**	**169,1**	**22%**
Crédito Consignado	84,1	69,7	21%
Cartão de Crédito	54,9	42,1	30%
Crédito Pessoal	33,9	28,0	21%
CDC/Leasing de Veículos	32,8	29,4	12%
Financiamento Imobiliário	95,9	77,6	23%
Crédito Rural	31,4	20,3	41%
Repasses BNDES/Finame	22,6	22,8	-1%
Capital de Giro	102,1	91,6	11%
Financiamento ao Comércio Exterior	60,2	57,6	4%
Avais, Fianças e Carteira Comercial	163,5	151,2	8%
Outros	131,2	94,8	39%

Recuperação de Créditos

Em 2021, reforçamos ainda mais nossas ações de recuperação de créditos, buscando reduzir as taxas de inadimplência e, ao mesmo tempo, manter o relacionamento com nossos clientes.

Com atualização constante de algoritmos próprios e estratégias analíticas, segmentamos clientes inadimplentes por níveis de risco e propensão a pagamento, maximizando retorno nas recuperações.

O investimento em tecnologia segue expandindo nossos canais de atendimento, permitindo atuação por meios Digitais, Rede de Agências, *Call Centers* e Escritórios de Cobrança Amigável e Judicial. Também, equipes regionais especializadas atuam de forma personalizada nos casos mais expressivos, completando o ciclo com nossos Comitês e Comissões de Recuperação.

R$ 8,0 bilhões de créditos baixados que ajudou no ano

Consórcios

Para clientes correntistas ou não, a Bradesco Consórcios oferece um portfólio completo de produtos e serviços. Com sua plataforma integrada para comercialização das soluções em sinergia com as Agências e Plataformas Digitais, por seu intermédio, garante a nossa liderança de mercado.

R$ 24,2 bilhões de faturamento anual projetados para 2022, resultando em uma carteira total de R$ 94,0 bilhões.

R$ 2,2 bilhões de Receitas de Prestação de Serviços.

1,6 milhão de cotas ativas, incluindo 620,7 mil novas cotas comercializadas no período.

Banco de Investimento

Assessorando clientes em ofertas primárias e secundárias de ações, transações de fusão, aquisição e venda de ativos, estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas, operações estruturadas de financiamento de empresas e projetos na modalidade *Project Finance*, o Banco Bradesco BBI opera como Banco de Investimentos da Organização.

Com uma equipe altamente qualificada e de *research*, a área de *Global Markets*, responsável por securities e pelo relacionamento com clientes institucionais, cobre diversos setores e companhias abertas em São Paulo, Buenos Aires, México, Nova York, Londres e Hong Kong.

R$ 301,2 bilhões (0,3% do total) em montante negociado de 215 transações de investimento (*bookrun*) em 2021.

Asset Management - Gestão de Recursos

Nos representando na oferta de soluções completas de gestão de fundos e carteiras de investimento, para todos os perfis de clientes que atendemos, temos a BRAM - Bradesco Asset Management, uma das empresas líderes de mercado. Atua com multiplos segmentos, dentre eles, muitos provenientes do Banco Bradesco, além de investidores Institucionais, no Brasil e no exterior, e diversos *Family Offices*, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

R$ 625,0 bilhões em fundos de investimentos e carteiras administradas sob sua gestão no período.

Ágora Investimentos

A Ágora - Casa de Investimentos evidencia nossa agilidade e flexibilidade na era da inovação ao ser transformada em uma plataforma de investimentos aberta e independente, tanto para pessoa física quanto jurídica, incluindo clientes não correntistas.

O cliente, que realiza o cadastro de maneira 100% digital, passa a ter acesso a um portfólio completo de investimentos, para todos os perfis, com curadoria na seleção dos melhores produtos do mercado, reunindo mais de 1.000 opções de investimento dentre uma seleção de mais de 130 instituições do mercado, seja via *site* ou *app*.

Através do nosso *Home Broker*, o cliente tem acesso, de forma ágil e dinâmica a todo o mercado de ações, futuros, opções, BDRs, ETFs e FIIs listados na B3, mais de 500 opções entre títulos de renda fixa de emissão bancária e de emissão privada, Tesouro Direto e Títulos Públicos, mais 260 fundos selecionados reunindo uma seleção de 80 renomados gestores de mercado; COEs exclusivos; planos de previdência privada e ainda serviços e produtos exclusivos.

Além da assessoria personalizada, o cliente Ágora conta com conteúdos exclusivos e gratuitos, carteiras recomendadas e, através de uma ampla cobertura de empresas listadas em bolsa, análises e informações atualizadas diariamente, inclusive com 3 lives diárias durante todo o pregão, que auxiliam o investidor na tomada de decisão de acordo seu perfil e objetivo. Através do *Ágora Play* e *Ágora Cast*, o cliente tem acesso a todas as *lives*, vídeos, *podcasts* com os analistas, especialistas, convidados de mercado em uma plataforma de conteúdo interativa, acessando de onde estiver e se mantendo atualizado de tudo o que acontece no mercado.

Em sua trajetória, firmou parcerias relevantes: é a casa oficial de investimentos do *next* e do próprio Bradesco complementando a grade de investimentos. Também consolidou o projeto multiplataforma de conteúdo com o Grupo Estado, um dos maiores veículos de comunicação do país, com o novo portal de notícias E-investidor (einvestidor.com.br), oferecendo conteúdo de alta qualidade, capaz de impactar mais de 31 milhões de usuários, além da parceria com as principais instituições de ensino do país como a FIA e UNIBRAD com o projeto Ágora Academy, uma plataforma educacional que tem por objetivo promover a democratização do acesso a conteúdos e cursos sobre finanças, educação financeira e investimentos, para clientes e não clientes, investidores iniciantes ou experientes e até mesmo profissionais do mercado.

Ainda em 2021, implementou diversos novos serviços, como os novos terminais avançados de negociação para os clientes de alta frequência com os serviços do *Ágora Trader*, novos programas de incentivo a investidores iniciantes e para quem quer entrar no mundo dos investimentos com os programas *Ágora Kids* e *Ágora Universitário*. Além disso, foi a primeira corretora do país a firmar uma parceria com a Veloe, de maneira a proporcionar a seus clientes condições especiais para aderir ao meio de pagamento Veloe para uso e pagamento em pedágios e estacionamentos em todo Brasil.

Via *site* ou aplicativo Ágora, o cliente encontra uma plataforma completa de investimentos, conteúdo, informação, produtos e serviços exclusivos reunidos em um único lugar, 24 horas por dia, proporcionando uma experiência diferenciada, trazendo comodidade e total segurança aos clientes no momento de investir.

Corretora

A Bradesco Corretora atende exclusivamente o segmento institucional, cobrindo investidores domiciliados no Brasil, EUA, Europa e Ásia.

A Bradesco Corretora tem como objetivo intermediar a compra e venda de ações, contratos futuros de *commodities*, ativos financeiros, índices, opções, aluguel de ações, swaps, contratos a termo, no mercado primário e secundário, negociações na B3 e no mercado de balcão organizado.

Oferece um serviço completo de análise de investimentos, com cobertura dos principais setores e empresas do mercado latino americano, por meio de uma equipe composta por 29 analistas setoriais. Também possui equipes próprias de economistas e analistas de renda fixa.

Plataforma de Investimentos

Nos possuímos uma plataforma completa de investimentos que tem como finalidade prover ao cliente uma assessoria de investimentos diferenciada, de forma remota e presencial, contemplando todos os produtos do Banco Bradesco, da Ágora Investimentos e da Bradesco Previdência, considerando o momento de vida, necessidade e perfil do cliente.

A assessoria de investimentos, além de contar com o atendimento dos gerentes da rede de agências, possui uma equipe de especialistas de investimentos. Os clientes se beneficiam, ainda, das carteiras recomendadas, contemplando uma diversidade de produtos financeiros e elaboradas mensalmente com base no perfil do cliente e nas perspectivas dos mercados nacional e internacional.

Soluções Diversas

Mercado de Capitais

Disponibilizamos um amplo leque de soluções e serviços para o mercado de capitais por meio de uma moderna infraestrutura e profissionais especializados, com ênfase em Administração Fiduciária para Fundos, Clubes de Investimento e Carteiras Administradas; Custódia Qualificada de Valores Mobiliários para Investidores e Emissores; Escrituração de Valores Mobiliários e Depositário - *Escrow Account*. Dentre os serviços prestados, destacamos a nossa representatividade na prestação de serviços de Custódia Qualificada - Global.

Alguns resultados:

- **Administração Fiduciária para Fundos, Clubes de Investimentos e Carteiras Administradas**
  - R$ 1,1 trilhão em patrimônio líquido administrados pelo Banco Bradesco e BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em Fundos de Investimento, Carteiras e Clubes de Investimentos.
- **Custódia Qualificada de Valores Mobiliários para Investidores e Emissores**
  - R$ 2,0 trilhões em ativos custodiados de clientes;
  - R$ 3,0 trilhões em ativos sob controladoria; e
  - R$ 248,8 bilhões em valor de mercado, referente a 49 programas de ADR (*American Depositary Receipts*) e 4 programas de GDR (*Global Depositary Receipts*).
- **Escrituração de Valores Mobiliários**
  - 265 empresas integrantes do Sistema Bradesco de Ações Escriturais, com 11,6 milhões de acionistas;
  - 474 empresas com 782 emissões integrantes do Sistema Bradesco de Debêntures Escriturais, com valor de mercado de R$ 699,4 bilhões;
  - 1.135 fundos de investimento integrantes do Sistema Bradesco de Cotas Escriturais, com valor de R$ 97,6 bilhões; e
  - 36 Programas de BDR (*Brazilian Depositary Receipts*), com valor de mercado de R$ 4,3 bilhões.
- **Depositário (*Escrow Account - Trustee*)**
  - 27.349 contratos, com volume financeiro de R$ 19,2 bilhões.

Cash Management

A nossa área de *Global Cash Management* estrutura soluções para empresas internacionais que atuam no mercado brasileiro e empresas nacionais que atuam no exterior, mantendo parceria com 53 bancos internacionais e acesso à Rede *Swift*, apoiando a abertura de contas de empresas indicadas pelos parceiros bancários.

Temos amplo portfólio de produtos e serviços com solidez, segurança, soluções sob medida e integração das plataformas sistêmicas com o objetivo de facilitar a gestão financeira de Empresas, Concessionárias de Serviços e Órgãos Públicos para a administração do contas a receber e a pagar e arrecadação de tributos e taxas.

1,2	bilhão de recebimentos processados por meio da Cobrança Bradesco, Custódia de Cheques, Depósito Identificado e OCT-Ordem de Crédito por Teleprocessamento
1,2	bilhão de operações realizadas por pessoas jurídicas nos sistemas de pagamentos. Compromissos que envolvem a contas a pagar (fornecedores, salário, tributos e contas de consumo).
198,9	milhões de documentos arrecadados em tributos federais, estaduais, municipais e demais contribuições.
360,2	milhões de documentos recebidos provenientes de contas de luz, água, gás e telefone, sendo 63,2 milhões pelos canais pelo Débito Automático em Conta Corrente e Poupança, o sistema que oferece ampla comodidade ao cliente.
138,1	milhões de pagamentos de benefícios aos aposentados e pensionistas do INSS.
164,4	milhões de processamentos de Folha de Pagamento dos setores público e privado.

Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o Setor Público, possuímos plataformas exclusivas em todo o território nacional, com Gerentes de Negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais, estaduais e municipais, além de Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e de Economia Mista e as Forças Armadas e Auxiliares. Mensalmente, mais de 11,4 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no país.

Dispomos de 9 Plataformas Especializadas no atendimento aos Governos Capitais, Tribunais, Assembleias, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, de 35 Plataformas que atendem as demais Prefeituras e Órgãos. Saiba mais em bradescopoderpublico.com.br.

Tecnologia e Inovação

Somos uma Organização que evolui junto com o cliente e com a sociedade. A nossa motivação para a transformação digital está em cada vez mais, tornar os clientes nossos fãs, centralizado que permeia toda sua jornada numa visão omnichannel com ofertas baseadas em contexto e personalização com o uso intensivo de inteligência artificial, dados e analytics avançado.

Neste sentido, expandimos as soluções que trazem conveniência aos **clientes pessoa física** pelo App Bradesco, com a possibilidade de aumento do limite de transferência de valores do dia nas contas previamente cadastradas, a compra de moeda estrangeira (dólar ou euro) para retirada dos valores em uma das mais de 150 máquinas de Autoatendimento do Bradesco em todo o país e a consulta de gráficos interativos e de uma versão completa de produtos de investimentos para simular, investir ou agendar assessoria especializada.

Já para **clientes do segmento Prime** foi disponibilizada a contratação de crédito consignado pré-aprovado para refinanciamentos e novos contratos de todos os consignados (INSS, público e privado).

Além disso, estamos cada vez mais preocupados com a educação financeira da sociedade, começando pelas crianças - com a **conta *next*Joy**, os pais e responsáveis tem condições de dar a liberdade financeira para as crianças e adolescentes, ao mesmo tempo que gerencia seus gastos pelo app Bradesco.

Ainda focados no autosserviço e comodidade, a jornada do **cliente Pessoa Jurídica** também foi aprimorada com o aceite digital de capitalização disponível no app Net Empresa. Já para os **clientes do segmento Corporate**, agora é possível acessar todos os benefícios como promoções, ofertas, seguros, serviços e parcerias, por meio do novo Portal de Ofertas para os cartões de crédito Bradesco Corporate das bandeiras Visa, Mastercard, Elo e American Express.

Ainda no âmbito da digitalização, a **comercialização de cartões Bradescard** é 100% online, com conexão (API) disponível para ser utilizado nos canais digitais de qualquer um dos nossos parceiros que se conectam com o banco e fazem a leitura das informações como limites, extratos, lançamentos, cotação do dólar, entre outras. Os **clientes Bradescard**, também podem simular e contratar o saque à vista ou parcelado, sendo o valor direcionado diretamente para conta Bradesco ou de outros Bancos por meio do app Cartões.

No conteúdo da Bradesco Seguros, em 2021, obtivemos um aumento de 60% nas vendas com o uso dos canais digitais, representando 231% no mobile e 23% no i9 quando comparado com o ano anterior. Com mais de 8 milhões de downloads, o app **Saúde Digital** processou 94% dos reembolsos de saúde totalmente online.

Já os segurados da **Bradesco Vida e Previdência que são correntistas do Banco**, de forma rápida, segura e intuitiva, podem alterar os beneficiários de seus seguros. O limite de mudanças no aplicativo é de até dez beneficiários e a apólice é atualizada em até 48 horas.

Continuamente evoluindo no aspecto tecnológico, os produtos de **Previdência e Capitalização** agora podem ser consumidos em outros marketplaces por meio de APIs.

Aberto sempre a novas parcerias, o BAC Florida Bank, com a *fintech* BCP Global, criou a plataforma Bradesco *Invest US* para serviços de **fundos de investimentos internacionais**, com cadastramento 100% digital e com acesso a carteiras globais elaboradas e geridas em parceria com a BlackRock.

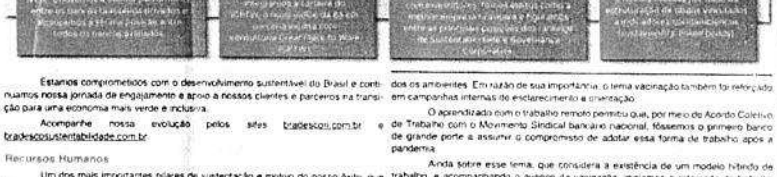
O nosso comprometimento com a inovação frente às demandas dos nossos clientes resultou em **reconhecimentos** do mercado: O Bradesco foi selecionado na categoria Bancos, com o case Transformação Digital Sustentável, na 21ª edição do prêmio "100+ Inovadoras no Uso de TI 2021", realizado pela IT Mídia. O Bradesco também conquistou, pelo quinto ano consecutivo, o primeiro lugar na categoria Bancos no anuário Valor Inovação Brasil 2021, que destaca as 150 empresas mais inovadoras do país.

Sustentabilidade para o Bradesco

O compromisso com o desenvolvimento sustentável guia os direcionadores de nossos negócios, e está expresso na Declaração da Propósito do Bradesco. Entendemos a gestão de aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG, na sigla em inglês) como essencial ao crescimento e a perenidade da nossa organização, além de nos permitir compartilhar valor com acionistas, funcionários, fornecedores, clientes e a sociedade.

Estruturamos nossa Estratégia de Sustentabilidade em seis pilares: Negócios Sustentáveis, Mudanças Climáticas, Relacionamento com Clientes, Diversidade e Inclusão, Inovação, e Investimento Social Privado. Nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Alguns acontecimentos deste ano merecem destaque



Estamos comprometidos com o desenvolvimento sustentável do Brasil e continuamos nossa jornada de engajamento e apoio a nossos clientes e parceiros na transição para uma economia mais verde e inclusiva.

Acompanhe nossa evolução pelos sites bradescori.com.br e bradescosustentabilidade.com.br.

Recursos Humanos

Um dos mais importantes pilares de sustentação e motivo do nosso êxito, que fazemos questão de reconhecer, são as pessoas que aqui trabalham. Assim, o modelo de Gestão de Capital Humano é pautado pela excelência, no respeito, na transparência e no contínuo investimento em desenvolvimento e aprimoramento dos funcionários. Proporcionamos a eles e aos demais colaboradores, um ambiente ético, saudável e seguro, procurando inspirar, apoiar e colaborar na construção e no reconhecimento de suas crenças e valores pessoais, no compartilhamento do conhecimento e na valorização do ser humano, sem qualquer tipo de discriminação.

Mantemos nossas equipes motivadas e em permanente sintonia com o mercado, com pessoas aptas e dispostas a oferecer a todos os nossos públicos um atendimento altamente qualificado por meio de oportunidades de crescimento na carreira, desafios e reconhecimentos constantes, capacitação e desenvolvimento, remuneração e benefícios diferenciados, valorização da diversidade e equilíbrio entre a vida profissional e familiar.

A saúde é como vetor de transformação na vida das pessoas. Por isso, prevalece na Organização uma cultura baseada na prevenção e na promoção de hábitos e comportamentos saudáveis. O Programa de Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida Bradesco - Viva Bem, estruturado em três grandes pilares - equilíbrio, saudável e movimento, proporciona suporte necessário para que os funcionários contem com o nosso cuidado em todas as etapas de sua jornada. Os familiares também têm acesso a essa rede de cuidados, assegurando, a tranquilidade, afinal, o respeito às pessoas é parte indissociável da nossa cultura corporativa.

Essa cultura de saúde e bem-estar, ainda ao apoio tecnológico e medidas de segurança, contribuiu para estruturarmos e colocarmos em práticas medidas de contenção no enfrentamento da Covid-19, inclusive com reforço na comunicação, por meio de várias mídias, sobre os protocolos e orientações para prevenção no dia a dia, em todos os ambientes. Em razão de sua importância, o tema vacinação também foi reforçado em campanhas internas de esclarecimento e orientação.

O aprendizado com o trabalho remoto permitiu que, por meio de Acordo Coletivo de Trabalho com o Movimento Sindical bancário nacional, fôssemos o primeiro banco de grande porte a assumir o compromisso de adotar essa forma de trabalho, após a pandemia.

Ainda sobre esse tema, que considera a existência de um modelo híbrido de trabalho, e acompanhando o avanço da vacinação, iniciamos a retomada do trabalho presencial, no último trimestre de 2021, com o quadro completo nas agências e em esquema de revezamento semanal nas áreas administrativas.

Além dos cuidados com a saúde, a educação e a promoção da diversidade ganharam destaque. A Unibrad - Universidade Corporativa Bradesco evidenciou o interesse e a importância do ensino à distância, especialmente durante a pandemia, período no qual mais de 80 cursos de aprendizagem tradicionalmente presenciais foram adaptados para on-line/virtual. Entre as temáticas, estão soluções de curta duração voltadas às necessidades específicas, como prevenção à Covid-19, saúde mental, trabalho remoto e adaptação de rotinas.

Por fim, com muito orgulho, registramos que o nosso permanente compromisso de adotar práticas que apoiem e estimulem um ambiente saudável, equitativo, diverso e inclusivo, foi mais uma vez reconhecido por várias instituições, como a ONU (prêmio WEPs - Women's Empowerment Principles), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (1ª edição do prêmio Melhores Práticas em Equidade Trabalho Familiar), o GPTW (destaque na 5ª edição do ranking GPTW Mulher e reconhecimento como uma das melhores empresas do Brasil para PCDs trabalharem), o CIEE (o programa de estágio do Bradesco reconhecido como o melhor no Brasil), a Forbes World's Best Employers (ranking de melhores empregadores de mundo) e também em 2021, tomou reconhecidos pela ABQV (Associação Brasileira de Qualidade de Vida) com o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Ao final do período, a Organização contava com 87.274 funcionários, sendo 76.622 do Bradesco e 11.652 da Empresas Ligadas. Entre os contratados, tínhamos 6.704 estagiários e 2.670 aprendizes.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 941

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED NI | BDORY XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Governança Corporativa

A Assembleia Geral é o órgão máximo de nossa governança e é nela que são eleitos os membros do Conselho de Administração, com mandato único de dois anos. Constituído por dez membros, dentre os quais três são independentes, tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria Estatutária, além de revisar os planos e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme previsto no Estatuto Social, não são cumulativos.

Assessorado por uma Secretaria de Governança, o Órgão reúne-se ordinariamente 6 vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da sociedade assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio, o Conselho possui, ainda, um Calendário Anual de Reuniões fixado pelo seu Presidente. No ano de 2021, foram realizadas 40 reuniões, sendo seis ordinárias e 34 extraordinárias.

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração, além de 6 comitês, sendo estatutários os de Auditoria e de Remuneração e não estatutários os de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, e de Nomeação e Sucessão. Diversos comitês executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos administradores e com atuação permanente desde 2015, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato único de um ano. É composto por cinco membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo dois eleitos por acionistas minoritários.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e sociedade. Outras informações sobre governança corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores (banco.bradesco/) - Seção Governança Corporativa).

Auditoria Interna

Compete ao Departamento de Auditoria e Inspetoria Geral, que possui reporte funcional ao Conselho de Administração e é responsável por avaliar, de maneira independente, a eficácia do gerenciamento de riscos, incluindo a forma como as áreas de negócio, de suporte e de controles internos alcançam os seus objetivos.

A atuação está pautada em padrões do *The Institute of Internal Auditors* (IIA) e nas melhores práticas nacionais e internacionais, e abrange serviços de Auditoria/Inspeção (avaliações no contexto de produtos e serviços, projetos, tecnologia da informação, rotinas e/ou negócios), Exames Específicos (fatos ou situações oriundas de demandas, ocorrências, denúncias, etc.), Monitoramento (aferições de indicadores de risco) e Consultoria (aconselhamento e serviços relacionados) no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.

Ouvidoria

De modo contínuo, investimos e dedicamos esforços em processos internos e no capital humano para que os nossos valores sejam, de fato, praticados e refletam diretamente no relacionamento com nossos clientes e usuários.

A Ouvidoria Bradesco, criada em 2005, dois anos antes da obrigatoriedade da Resolução nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional, tem o propósito de transformar a voz do cliente em um instrumento capaz de direcionar a estratégia da Organização, aprimorando produtos e serviços para oferecermos a melhor experiência, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A estratégia está fundamentada em manter uma governança forte e atuante na Organização, promovendo discussões em grupos multidepartamentais sobre as causas das reclamações e, assim, impulsionamos a implantação de projetos e melhorias com foco na experiência do cliente. Além disso, contamos com ferramentas de inteligência artificial e algoritmos capazes de prever e mapear perfis, possibilitando um processo preventivo em determinados casos.

Funcionários e colaboradores capacitados para representar o cliente, em todos os níveis da Organização, atuam na solução de inúmeras situações com engajamento, eficiência e diálogo transparente. A conclusão das demandas é oferecida de maneira ágil e com qualidade por meio de um modelo em constante evolução, onde a área recebe, trata e finaliza as solicitações com autonomia, utilizando alçadas de solução que viabilizam um processo muito mais eficaz, tendo como prioridade resolver a reivindicação recebida em menor tempo. Nossa pesquisa de satisfação revela que o cliente percebe essa entrega de valor como requisito essencial.

Transparência e Divulgação de Informações

Todas as informações a respeito do desempenho financeiro do Banco, assim como sua estrutura de governança, políticas e práticas, estão disponíveis no site banco.bradesco/). Destacamos o Relatório de Análise Econômica e Financeira, que oferece uma análise completa do nosso desempenho, e o Relatório Integrado, no qual temos uma visão mais abrangente da Organização, bem como suas estratégias, destaques do ano e demais informações relevantes.

Para ampliar o conhecimento dos públicos interessados sobre o Bradesco, no site também é possível assistir vídeos institucionais com mensagens de Executivos da Organização, apresentações da Companhia, calendário de eventos, formulários regulatórios, entre outros elementos corporativos.

Mesmo à distância, mantivemos diálogo constante com o mercado, interagindo ao longo do ano com mais de 743 investidores nacionais e internacionais de mais de 314 fundos. Participamos de 24 conferências e 2 NDRs (*Non-Deal Roadshow*) nacionais e internacionais, totalizando 217 reuniões.

Em novembro, realizamos de modo virtual, o Bradesco *Day*, contando com a presença da Diretoria Executiva. O evento foi transmitido ao vivo, em português e Libras na plataforma do *LinkedIn* com 8 mil espectadores, *Youtube* com 4 mil visualizações, e, no *Stream*, 1,6 mil acessos. Por meio do *replay* disponível em nosso site de RI e plataformas, temos atualmente 12,4 mil espectadores no *LinkedIn*, 231,8 mil visualizações no *Youtube* e 2,2 mil acessos no *Stream*.

Marketing

Todo começo de ano tem lista de promessas e desejos. Para incentivar o público a vislumbrar o futuro, depois de um ano sem precedentes como 2020, o Bradesco lançou em fevereiro uma campanha com o tricampeão mundial de surfe Gabriel Medina. Com assinatura "Encare o futuro", o filme relembrava alguns dos melhores momentos de Medina, ainda jovem, treinando com seu pai na praia, e traz cenas de algumas de suas vitórias, com mensagem reforçando que é momento de pensar nas próximas conquistas. O público por sua vez é convidado a resgatar projetos interrompidos e planos adiados e a voltar a sonhar.

Já em abril, o banco apresentou as novas respostas da BIA, Inteligência Artificial do Bradesco, contra o assédio. Na peça, o banco mostrou agressões verbais reais sofridas pela BIA, qual era o posicionamento anterior e como seria dali em diante. Através dessa iniciativa, o Bradesco ampliou ainda mais as vozes da sociedade e jogou luz sobre um tema que precisa ser combatido: a violência contra a mulher.

Em maio, a campanha de dia das mães foi o destaque, com um filme marcante sobre empatia, embalado pela música Anunciação, de Alceu Valença. Mais que uma homenagem às mães, o filme fez um convite à reflexão sobre a convivência em sociedade, em especial em momentos de ansiedade e fadiga emocional oriundos da pandemia.

Em julho, Gabriel Medina voltou a estrelar uma campanha do Bradesco, dessa vez em um encontro com Poseidon. No filme, Medina observa desanimado um mar sem ondas. Então, decide mergulhar e acordar Poseidon para, com a ajuda de seus poderes, alcançar as ondas perfeitas. "Não deixe o mar te engolir", composição de 1999 da banda Charlie Brown Jr., reflete a mensagem de superação e otimismo que o banco queria transmitir.

A campanha de dia dos pais, em agosto, mais uma vez trouxe uma visão sensível sobre questões importantes para a sociedade. No filme, pai e filha apareciam em situações do dia a dia: jogando uma partida de xadrez, comendo pipoca, desenhando, dançando. Só ao final, revelava-se que o homem era cadeirante. Em linha com o propósito da marca de promoção da inclusão e realização das pessoas, a comunicação teve o cuidado de imprimir a representatividade sem o viés capacitista ou de superação típico das narrativas em torno das pessoas com deficiência.

Em outubro, o destaque ficou com a campanha "Roda dos porquês", em homenagem ao dia das crianças. A trilha foi criada pela dupla Palavra Cantada especialmente para o filme, e estava recheada de questionamentos: "Por que tem tanto lugar sem rampa para mim?"; "Por que tem pouca boneca com cabelo igual ao meu?"; "Por que menino não pode gostar de princesa?". A letra foi criada sob a perspectiva da inocência das crianças - sem preconceitos ou vieses inconscientes - e as perguntas curiosas que elas fazem gerando reflexões valiosas.

Em novembro, o Bradesco lançou a segunda temporada do Encontro Bradesco de Vozes Brasileiras, projeto criado para promover artistas negros nacionais na sua visão de arte e de negócios. Com o curta-metragem "Bravoz Ubuntu", inspirado na filosofia africana ubuntu sobre coletividade e solidariedade, o filme conta a história de uma personagem, interpretada por Jenifer Nascimento, e a sua busca por uma carreira de sucesso como cantora. Na trama, ela é ajudada por diversos profissionais, retratando como a rede empreendedora se torna na jornada.

Em dezembro, o banco lançou sua já tradicional campanha de fim de ano. O filme "Em 2022, compartilhe o seu brilho" foi uma *live action* que reuniu personagens da consagrada saga dos vagalumes. A campanha abordou as conexões e reconexões humanas respeitando o jeito de cada um, sem filtros.

Política de Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No ano de 2021, as Ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4) representavam 4,5% do Ibovespa. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR's - *American Depositary Receipt* - Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integramos o Índice *Latibex*.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), os Índices Brasil (IBrX50 e IBrX100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

Gerenciamento de Capital

Composta por Comissões e Comitês, temos a estrutura de gerenciamento de capital, que assessora a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração na tomada de decisões. A avaliação da suficiência de capital é realizada para garantir que a Organização mantenha níveis adequados de capital para suportar e apoiar o desenvolvimento das suas atividades e fazer frente aos riscos incorridos, considerando os objetivos estratégicos definidos. A visão adotada é a prospectiva, que visa antecipar possíveis mudanças nas condições regulatórias e de mercado.

Controle Integrado de Riscos

O controle corporativo dos riscos é exercido de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, gerando e executando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle de riscos. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do *framework* de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização Bradesco, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de risco é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade e variedade de produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos da identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

Conforme a biblioteca de riscos, dentre os principais, destacamos: Crédito, Mercado, Operacional, Subscrição, Liquidez, Socioambiental, Estratégia, Reputação, Modelo, Contágio, *Compliance* e *Cyber*. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pelas mudanças climáticas e pela inovação tecnológica em serviços financeiros.

Validação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que viabilizam a sintetização de assuntos complexos, a padronização e a automatização da tomada de decisões e a possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas, acarretando em melhoria da eficiência pela redução dos custos associados à análise e à decisão manual. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

A Organização Bradesco utiliza modelos no apoio à tomada de decisão e para fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como o gerenciamento dos riscos, o cálculo de capital, o teste de estresse, a precificação e também outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos que podem suscitar consequências adversas, motivadas por decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, além de assegurar a aderência a padrões de conformidade estabelecidos, a Área de Validação Independente de Modelos (AVIM), do Departamento de *Compliance*, Conduta e Ética, atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, disseminando as boas práticas em modelagem e a mitigação de limitações e de fragilidades dos modelos, com reporte aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, Comissão Técnica de Avaliação de Modelos e Comitês de Riscos.

Compliance, Ética, Integridade e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os Programas de *Compliance*, Integridade e Concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores, parceiros de negócios, correspondentes no país, prestadores de serviços e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de conduta e ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas e programas de capacitação dos profissionais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenção, identificação, mitigação e monitoramento e o reporte do Risco de *Compliance*, de eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética e/ou operações e situações com indícios de relação com atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis.

As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, bem como com as melhores práticas de mercado com o apoio do Conselho de Administração da Organização.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, a Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes não relacionados à Auditoria das Demonstrações Contábeis em patamar inferior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de Auditoria Independente.

A Organização Bradesco possui Política de Contratação de Auditoria Independente com diretrizes relacionadas à governança, transparência, conformidade, objetividade e independência na contratação e prestação de Auditoria das Demonstrações Contábeis da Organização Bradesco, e que dissemina a cultura corporativa de observância a não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência na execução de suas atividades.

Investimentos Sociais

Fundação Bradesco

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é a nossa principal ação de sustentabilidade social e o maior programa de investimento socioeducacional privado do Brasil, nos permitindo cumprir um dos mais importantes compromissos que temos: crescer sem deixar de olhar ao redor e contribuir com o desenvolvimento do país.

Alicerçada na crença de que a educação é o caminho para promover igualdade de oportunidades, realização pessoal e coletiva, bem como o meio para se construir uma sociedade digna, justa e produtiva. A sua estrutura educacional inclui a oferta de educação de qualidade e o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas e socioemocionais, criando passagem para formação de cidadãos, a constituição de sua identidade pessoal, cultural e social e a sua inserção no mercado de trabalho. Com 40 escolas próprias, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, está presente em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal.



Bradesco Esportes

Incentivando o esporte como atividade de apoio ao desenvolvimento de crianças e jovens, o Programa Bradesco Esportes e Educação, com mais de 30 anos de existência, privilegia a promoção da saúde e valorização de talentos por meio do ensino de vôlei e basquete, femininos em todas as escolas da Fundação Bradesco, centros esportivos municipais, escolas estaduais e particulares e em seu Centro de Desenvolvimento Esportivo, todos em Osasco, SP.

Anualmente, cerca de 1.0 mil meninas são atendidas. As participantes recebem, também, orientação cidadã e, aquelas que integram os Núcleos de Especialistas, contam com plano de saúde, transporte, alimentação, bolsa auxílio, entre outros.

Reconhecimentos

- O Bradesco é o maior grupo empresarial de capital privado do país, segundo a Valor Grandes Grupos do Valor Econômico.
- O Bradesco foi destaque no *Open Innovation Challengers*, premiação das companhias mais ativas em inovação aberta.
- Pelo terceiro ano consecutivo, Bradesco integra o Índice de Igualdade de Gênero da *Bloomberg Financial Services Gender-Equality Index* (BFGEI).
- Melhor posicionado do setor no Monitor Empresarial de Reputação Corporativa, segundo *ranking* elaborado pela Merco, em parceria com a revista Exame.
- Premiado no *Global Innovation Awards*, categoria Soluções para Pequenos Negócios, pela plataforma MEI (mei.bradesco).
- Pelo terceiro ano consecutivo, o Banco reafirma liderança em crédito imobiliário entre os bancos privados, no *ranking* Abecip - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.
- A BRAM é a melhor gestora de Varejo e Ações do Mercado, segundo o Guia de Fundos Exame.
- O Bradesco foi considerado o Melhor Banco para investir em 2021, segundo *ranking* do Centro de Estudos em Finanças da FGV.
- O BBI foi nomeado *Best Equity Bank* e *Best Debt Bank* da América Latina e, pela sexta vez, *Best Investment Bank* no Brasil, pela revista *Global Finance*.
- A BRAM é destaque no Guia Valor de Fundos de Investimento 2021, nas categorias Mais Rentáveis, Melhor Risco Retorno, Maior Número de Cotistas e Maior PL.
- O Bradesco Seguro Residencial é considerado pelo 11º ano consecutivo o melhor do Mercado.
- Uma das melhores empresas para desenvolver carreira no Brasil, segundo *ranking Top Companies* 2021, divulgado pelo LinkedIn.
- Uma das melhores empresas do país para LGBTQI+ trabalhar, no *ranking* organizado pela consultoria *Great Place to Work* (GPTW), em parceria com a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOLGBT).
- O Bradesco foi vencedor do 12º Prêmio Melhores Programas de Estágio, na categoria Serviços Financeiros e Securitários.
- Destaque em dois *rankings* o das dez empresas mais responsáveis do país durante a pandemia e também como a instituição financeira mais bem avaliada na Responsabilidade e Governança Corporativa no Brasil, ambos realizados pela consultoria espanhola Merco.
- Uma das dez Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar no Brasil, em pesquisa conduzida pela consultoria *Great Place to Work*, em parceria com a revista Época Negócios.
- Vencedor do prêmio Melhores Práticas em Equilíbrio Trabalho-Família, na categoria Empresa de Grande Porte, com o *case* Programa Violência contra a Mulher É da Nossa Conta.
- Vencedor na pesquisa Carreira dos Sonhos 2021, realizada pelo Grupo Cia. de Talentos e Exame.
- O Bradesco BBI é eleito o melhor *Research* do Brasil, no *ranking Institutional Investor*.
- Seguro Auto é eleito pela quinta vez Escolha Certa pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste).
- Pelo segundo ano consecutivo, o Bradesco foi eleito o Banco mais inovador da América Latina no *Innovation in Digital Banking Awards* 2021, da revista *The Banker*.
- Premiado pela *Great Place to Work* como uma das melhores empresas do Brasil para Pessoas com Deficiência trabalharem e como uma das 15 melhores empresas em diversidade e inclusão étnico-racial.
- Pelo quinto ano consecutivo, o Bradesco foi vencedor na categoria Banco Varejo do Prêmio Finanças Mais 2021, do Jornal O Estado de S. Paulo, em parceria com a Austin e a FIA/USP. Também liderou em *Leasing* e em Vida e Previdência, além de ser destaque em Saúde e Capitalização.
- Do mesmo modo, foi reconhecido nos Prêmios *Broadcast* Projeções, com a BRAM, e no *Broadcast* Analistas, com a presença de quatro profissionais do BBI no *ranking*.
- Pela terceira vez, foi o melhor Banco no Anuário Época Negócios 360º/Fundação Dom Cabral.
- Next é eleito o Melhor Banco Digital do Brasil, pela revista *Global Finance*.
- O Bradesco se destaca na categoria Setor Bancário, no prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar 2021, promovido pelo UOL e pela Fundação Instituto de Administração (FIA).
- Destaque na pesquisa Empregadores mais Atrativos do Brasil 2021, realizada pela consultoria *Universum*.
- O Bradesco foi escolhido no *Women's Empowerment Principles* (WEPs) para compartilhar práticas de equidade de gênero.
- Pela nona vez consecutiva, BRAM é a gestora com mais fundos excelentes, no *ranking* da Investidor Institucional.
- O Bradesco BBI é o Melhor Banco de Investimento da América Latina pela *The Banker*.
- O Bradesco conquista pelo quinto ano consecutivo o primeiro lugar na categoria Bancos no anuário Valor Inovação Brasil 2021.
- O Bradesco é reconhecido como um dos Melhores Empregadores do Mundo pela revista *Forbes*.
- Também se destacou como uma das empresas mais transparentes em sustentabilidade pela *Global Reporting Initiative* (GRI).
- Reconhecido como Melhor *Private Banking* do país, de acordo com a revista *Global Finance*.
- O Bradesco é o banco mais sustentável do Brasil, de acordo o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Nova York.
- Projeto interior das Agências Bradesco Varejo é destaque no Prêmio Popai Brasil 2021, na categoria *Design* - Lojas Maiores de 500 m².
- O Bradesco é o banco mais inovador no uso de TI, com o *case* Transformação Digital Sustentável, no prêmio As 100+ Inovadoras no Uso de TI 2021, realizado pela IT Mídia.
- Melhor marca empregadora acima de 500 funcionários, na categoria *Best Employer Brand*, segundo *LinkedIn Talent Awards* 2021.
- Selecionado pelo 17º ano consecutivo para integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE).
- Reconhecido com o Selo Empresa Pró-Ética, pela Controladoria-Geral da União com o apoio do Instituto Ethos.
- A BRAM é a melhor gestora de fundos de previdência do Brasil pelo Guia Valor/FGV Fundos de Previdência 2021.
- O Bradesco é a instituição financeira líder no *ranking* Finanças do anuário Valor Grandes Grupos. Na lista geral figura entre os três maiores grupos empresariais do país.

Agradecimentos

Chegamos ao final de mais um ciclo, um ano que visualizamos uma melhora na questão da pandemia, mas que tivemos alguns desdobramentos. Os avanços na medicina trouxeram um pouco mais de tranquilidade, mas mantendo os protocolos de segurança. Estivemos e estaremos ao lado dos brasileiros, incansavelmente. Acreditamos na existência de um ambiente favorável para novos progressos em 2022 e renovamos o nosso empenho e compromisso com a construção de um país cada vez mais justo e desenvolvido. Para os êxitos obtidos, foram decisivos o apoio e a confiança dos acionistas e clientes, bem como o eficiente e dedicado trabalho dos nossos funcionários e demais colaboradores. A todos, do coração, agradecimentos.

Cidade de Deus, 8 de fevereiro de 2022

Conselho de Administração e Diretoria

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 942

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BRDC. B3 LISTED NI | LATIBEX XBRDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO LATIBEX NYSE | BBD LATIBEX NYSE

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, bem como suas Notas Explicativas, Demonstrações do Resultado Abrangente, os Fluxos de Caixa e o Valor Adicionado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	Nota	BRADESCO MÚLTIPLO 2021	BRADESCO MÚLTIPLO 2020	BRADESCO CONSOLIDADO 2021	BRADESCO CONSOLIDADO 2020
Disponibilidades	6	**17.846.045**	**20.459.529**	**21.264.330**	**23.845.081**
Instrumentos Financeiros		**1.201.505.097**	**1.151.312.626**	**1.540.106.149**	**1.472.837.923**
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7	158.199.733	254.786.288	83.361.149	191.147.206
- Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	8	87.203.825	83.695.826	87.317.302	83.757.533
- Títulos e Valores Mobiliários	9	365.628.380	305.886.622	688.022.963	616.497.887
- Instrumentos Financeiros Derivativos	10	23.329.179	25.146.529	22.164.725	24.815.393
- Operações de Crédito	11	436.125.809	399.561.425	509.982.031	445.665.923
- Outros Instrumentos Financeiros	12	133.018.371	91.233.926	149.237.979	110.953.979
Operações de Arrendamento Mercantil	11	**6**	**33**	**3.283.723**	**2.646.438**
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		**(40.785.311)**	**(40.949.958)**	**(45.107.224)**	**(45.202.191)**
- Operações de Crédito		(38.361.459)	(38.445.402)	(42.228.661)	(42.233.636)
- Operações de Arrendamento Mercantil		(6)	(33)	(57.535)	(70.468)
- Outros Créditos		(2.423.846)	(2.504.523)	(2.820.808)	(2.898.087)
Créditos Tributários	37	**74.163.833**	**75.343.432**	**85.766.298**	**85.049.789**
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	**129.534.430**	**132.387.833**	**7.594.244**	**7.046.710**
Imobilizado de Uso	14	**10.440.210**	**10.958.309**	**20.829.752**	**20.923.269**
Intangível	15	**16.279.728**	**15.984.437**	**36.327.645**	**34.395.581**
Depreciações e Amortizações		**(17.144.201)**	**(16.703.563)**	**(36.153.007)**	**(33.578.011)**
- Imobilizado de Uso		(5.019.796)	(5.225.318)	(11.762.059)	(11.433.018)
- Intangível		(11.124.405)	(10.478.245)	(24.390.948)	(22.144.993)
Outros Ativos	16	**31.625.935**	**26.121.429**	**23.690.916**	**26.752.701**
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		**(3.180.936)**	**(2.767.396)**	**(3.957.258)**	**(3.678.206)**
Total do Ativo		**1.420.384.836**	**1.372.144.711**	**1.653.665.568**	**1.591.039.044**

PASSIVO	Nota	BRADESCO MÚLTIPLO 2021	BRADESCO MÚLTIPLO 2020	BRADESCO CONSOLIDADO 2021	BRADESCO CONSOLIDADO 2020
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**1.233.256.250**	**1.183.113.557**	**1.144.344.335**	**1.088.438.954**
- Recursos de Instituições Financeiras	17	340.485.959	336.196.157	279.009.280	267.260.167
- Recursos de Clientes	18	559.380.942	541.292.231	569.726.250	545.292.743
- Recursos de Emissão de Títulos	19	196.440.316	176.700.468	166.228.542	144.903.825
- Dívidas Subordinadas	20	54.459.518	53.255.401	54.451.077	53.246.232
- Instrumentos Financeiros Derivativos	10	13.306.670	16.650.194	14.265.783	18.697.682
- Outros Passivos Financeiros	21	69.182.845	59.018.106	60.663.868	59.018.305
Provisões		**24.399.255**	**24.990.367**	**329.539.547**	**320.285.408**
- Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	22	-	-	292.860.356	284.606.330
- Outras Provisões	22	24.399.255	24.990.367	36.679.191	35.679.078
Impostos Diferidos	37	**3.079.870**	**2.570.267**	**8.595.140**	**7.951.848**
Outros Passivos	24	**12.528.450**	**17.787.880**	**26.351.585**	**29.900.953**
Total do Passivo		**1.273.263.825**	**1.228.442.071**	**1.505.830.602**	**1.446.577.163**
Patrimônio Líquido					
Capital Social		83.100.000	79.100.000	83.100.000	79.100.000
Ações em Tesouraria		(666.702)	(440.514)	(666.702)	(440.514)
Reservas de Capital		11.441	11.441	11.441	11.441
Reservas de Lucros		67.670.900	59.405.815	67.670.900	59.405.815
Outros Resultados Abrangentes		(2.994.628)	5.625.898	(2.994.628)	5.625.898
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores	25	**147.121.011**	**143.702.640**	**147.121.011**	**143.702.640**
Participação de Acionistas Não Controladores	25	**-**	**-**	**713.955**	**759.296**
Total do Patrimônio Líquido		**147.121.011**	**143.702.640**	**147.834.966**	**144.461.881**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.420.384.836**	**1.372.144.711**	**1.653.665.568**	**1.591.039.044**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	BRADESCO MÚLTIPLO 2º Semestre	BRADESCO MÚLTIPLO 2021	BRADESCO MÚLTIPLO 2020	BRADESCO CONSOLIDADO 2º Semestre	BRADESCO CONSOLIDADO 2021	BRADESCO CONSOLIDADO 2020
Receitas da Intermediação Financeira		**59.471.382**	**102.729.356**	**79.852.563**	**67.679.785**	**119.550.564**	**99.814.859**
Operações de Crédito	11	36.515.183	67.303.965	62.377.187	42.112.480	77.982.972	74.638.143
Operações de Arrendamento Mercantil	11	194	246	137	149.777	249.743	155.864
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	9	19.071.857	31.399.428	30.139.519	17.281.167	29.252.081	26.882.762
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	10	(1.128.870)	(156.753)	(18.336.371)	(1.617.066)	(709.716)	(12.625.359)
Resultado Financeiro de Seguros, Previdência e Capitalização	10	-	-	-	4.364.312	8.928.812	5.161.616
Resultado de Operações de Câmbio	12	3.270.626	2.856.773	4.382.828	3.565.943	3.160.195	4.723.329
Resultado das Aplicações Compulsórias	8	2.167.506	3.105.504	2.023.319	2.167.506	3.105.504	2.023.319
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(425.114)	(1.779.807)	(734.649)	(924.334)	(2.420.027)	(945.035)
Despesas da Intermediação Financeira		**(38.911.362)**	**(51.916.774)**	**(50.205.596)**	**(33.053.421)**	**(46.046.477)**	**(43.171.092)**
Operações de Captações no Mercado	17e	(29.928.548)	(43.530.123)	(28.719.327)	(27.119.960)	(39.486.758)	(25.872.243)
Operações de Empréstimos e Repasses	17d	(6.982.814)	(8.386.651)	(31.486.269)	(5.933.461)	(6.559.719)	(17.298.849)
Resultado da Intermediação Financeira		**20.560.020**	**50.812.582**	**29.646.967**	**34.626.364**	**73.504.087**	**56.643.767**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		**(6.706.323)**	**(13.002.866)**	**(22.024.881)**	**(7.969.835)**	**(15.428.110)**	**(25.164.015)**
- Operações de Crédito		(6.375.441)	(12.436.012)	(21.629.313)	(7.598.239)	(14.876.745)	(24.723.332)
- Operações de Arrendamento Mercantil		(6)	24	18	2.845	10.862	83.986
- Outros Créditos		(330.876)	(566.878)	(395.586)	(374.441)	(562.227)	(524.669)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**13.853.697**	**37.809.716**	**(2.377.914)**	**26.656.529**	**58.075.977**	**31.479.752**
Outras Receitas/Despesas Operacionais		**(4.576.418)**	**(13.020.147)**	**2.801.069**	**(14.397.293)**	**(27.343.225)**	**(25.922.137)**
Receitas de Prestação de Serviços	27	6.813.369	12.898.787	11.715.125	10.155.601	19.533.234	18.015.095
Rendas de Tarifas Bancárias	27	3.895.404	7.755.932	7.984.468	4.030.184	7.996.001	8.216.814
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	22	-	-	-	2.584.868	5.191.325	8.098.742
Despesas de Pessoal	28	(8.813.124)	(16.670.062)	(16.095.087)	(10.549.223)	(20.160.958)	(19.160.600)
Outras Despesas Administrativas	29	(8.889.662)	(17.234.889)	(17.313.894)	(10.389.372)	(19.695.895)	(19.315.658)
Despesas Tributárias	30	(1.955.715)	(4.368.031)	(3.749.939)	(3.296.060)	(6.828.457)	(6.048.903)
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	13	6.813.333	12.681.383	32.108.262	466.534	864.135	749.312
Outras Receitas Operacionais	31	2.383.712	4.545.596	3.295.293	4.132.415	7.703.088	6.014.379
Outras Despesas Operacionais	32	(6.232.484)	(11.486.080)	(13.161.761)	(10.054.254)	(19.319.736)	(19.938.454)
Reversões/(Despesas) de Provisões		**(561.251)**	**(1.142.783)**	**(1.981.398)**	**(1.537.986)**	**(2.605.962)**	**(2.592.864)**
- Trabalhistas		(352.320)	(767.644)	(561.869)	(534.638)	(1.044.511)	(663.547)
- Fiscais		102.526	395.997	(22.331)	103.208	351.476	256.489
- Cíveis		(260.145)	(646.625)	(920.403)	(1.037.571)	(1.734.207)	(1.609.720)
- Outras		(31.312)	(124.511)	(476.793)	(68.983)	(178.720)	(536.086)
Resultado Operacional		**9.277.278**	**24.789.569**	**423.186**	**12.259.238**	**30.732.752**	**5.557.815**
Resultado Não Operacional	33	**(175.207)**	**(262.068)**	**(209.024)**	**(180.067)**	**(237.103)**	**(486.267)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	37	**9.102.072**	**24.527.501**	**214.131**	**12.099.169**	**30.495.649**	**5.091.548**
Imposto de Renda e Contribuição Social		716.554	(2.581.813)	16.332.446	(2.161.139)	(8.341.479)	11.652.328
Participação Minoritária nas Controladas		-	-	-	(99.404)	(208.482)	(197.099)
Lucro Líquido		**9.818.626**	**21.945.688**	**16.546.577**	**9.818.626**	**21.945.688**	**16.546.577**
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas:							
Controladores		9.818.626	21.945.688	16.546.577	9.818.626	21.945.688	16.546.577
Não Controladores		-	-	-	99.404	208.482	197.099
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R$ por ação):							
- Lucro por Ação Ordinária	25d	0,96	2,15	1,62	0,96	2,15	1,62
- Lucro por Ação Preferencial	25d	1,06	2,37	1,78	1,06	2,37	1,78

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	BRADESCO MÚLTIPLO 2º Semestre	BRADESCO MÚLTIPLO 2021	BRADESCO MÚLTIPLO 2020	BRADESCO CONSOLIDADO 2º Semestre	BRADESCO CONSOLIDADO 2021	BRADESCO CONSOLIDADO 2020
Lucro Líquido do Período	**9.818.626**	**21.945.688**	**16.546.577**	**9.818.626**	**21.945.688**	**16.546.577**
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	99.404	208.482	197.099
Lucro Líquido do Período Atribuível aos Acionistas	**9.818.626**	**21.945.688**	**16.546.577**	**9.918.030**	**22.154.170**	**16.743.676**
Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado	**(5.571.289)**	**(8.694.356)**	**(994.916)**	**(5.571.289)**	**(8.694.356)**	**(994.916)**
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(4.885.446)	(8.275.592)	(942.992)	(4.885.446)	(8.275.532)	(942.992)
- Próprios	(572.234)	(979.082)	(1.191.363)	(4.805.129)	(8.170.828)	(768.741)
- De Coligadas e Controladas em Conjunto	(4.313.212)	(7.296.510)	248.371	(80.317)	(104.704)	(174.251)
Hedge de Fluxo de Caixa	(668.974)	(276.427)	(184.591)	(668.974)	(276.427)	(184.591)
Hedge de Investimento no Exterior	(215.445)	(123.230)	(103.196)	(215.445)	(123.230)	(103.196)
Ajuste de Conversão de Subsidiária no Exterior	198.576	(19.107)	235.863	198.576	(19.107)	235.863
Itens que não podem ser Reclassificados para o Resultado	**73.834**	**73.830**	**(24.271)**	**73.834**	**73.830**	**(24.271)**
Avaliação Atuarial	73.834	73.830	(24.271)	73.834	73.830	(24.271)
Total dos Ajustes não Incluídos no Lucro líquido	**(5.497.455)**	**(8.620.526)**	**(1.019.187)**	**(5.497.455)**	**(8.620.526)**	**(1.019.187)**
Resultado Abrangente do Período	**4.321.171**	**13.325.162**	**15.527.390**	**4.420.575**	**13.533.644**	**15.724.489**
Atribuível aos Acionistas:						
Controladores	4.321.171	13.325.162	15.527.390	4.321.171	13.325.162	15.527.390
Não Controladores	-	-	-	99.404	208.482	197.099

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Descrição	BRADESCO MÚLTIPLO 2º Semestre	%	2021	%	2020	%	BRADESCO CONSOLIDADO 2º Semestre	%	2021	%	2020	%
1 - Receitas	**59.007.661**	**280,6**	**102.894.073**	**215,0**	**66.963.475**	**298,9**	**69.856.260**	**263,2**	**124.955.866**	**212,7**	**94.974.631**	**305,8**
1.1) Intermediação Financeira	59.471.382	282,8	102.729.356	214,6	79.852.563	356,5	67.679.785	255,0	119.550.564	203,5	99.814.859	316,1
1.2) Prestação de Serviços	10.708.773	50,9	20.654.719	43,2	19.099.591	87,9	14.185.785	53,4	27.529.235	46,9	26.231.909	83,1
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.706.323)	(31,8)	(13.002.866)	(27,2)	(22.024.881)	(98,3)	(7.969.835)	(30,0)	(15.428.110)	(26,3)	(25.164.015)	(79,7)
1.4) Outras	(4.466.171)	(21,2)	(7.487.136)	(15,6)	(10.563.798)	(47,2)	(4.039.475)	(15,2)	(6.696.023)	(11,4)	(5.908.122)	(18,7)
2 - Despesas de Intermediação Financeira	**(38.911.362)**	**(185,0)**	**(51.916.774)**	**(108,5)**	**(60.205.596)**	**(268,8)**	**(33.053.421)**	**(124,5)**	**(46.046.477)**	**(78,4)**	**(43.171.092)**	**(136,7)**
3 - Insumos Adquiridos de Terceiros	**(6.128.412)**	**(29,1)**	**(11.714.226)**	**(24,5)**	**(11.871.210)**	**(53,0)**	**(8.194.890)**	**(30,9)**	**(16.350.294)**	**(26,1)**	**(14.927.234)**	**(47,2)**
Serviços de Terceiros	(1.690.036)	(8,0)	(3.210.290)	(6,7)	(3.149.093)	(14,1)	(2.683.913)	(10,1)	(5.040.190)	(8,6)	(4.948.258)	(15,7)
Processamento de Dados	(1.036.395)	(4,9)	(2.023.211)	(4,2)	(2.004.293)	(8,9)	(1.189.372)	(4,5)	(2.248.464)	(3,8)	(2.150.048)	(6,8)
Comunicação	(468.361)	(2,2)	(973.635)	(2,0)	(998.485)	(4,5)	(603.962)	(2,3)	(1.253.156)	(2,1)	(1.333.127)	(4,2)
Manutenção e Conservação de Bens	(605.721)	(2,9)	(1.200.402)	(2,5)	(1.209.374)	(5,4)	(644.435)	(2,5)	(1.304.469)	(2,2)	(1.299.441)	(4,1)
Serviços do Sistema Financeiro	(469.968)	(2,2)	(937.644)	(2,0)	(947.681)	(4,2)	(564.099)	(2,1)	(1.142.628)	(1,9)	(1.119.897)	(3,5)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(601.377)	(2,9)	(901.260)	(1,9)	(836.409)	(3,7)	(910.212)	(3,4)	(1.340.104)	(2,3)	(1.052.083)	(3,3)
Segurança e Vigilância	(282.524)	(1,3)	(580.859)	(1,2)	(697.401)	(3,1)	(282.938)	(1,1)	(581.656)	(1,0)	(688.206)	(2,2)
Transporte	(331.418)	(1,6)	(624.750)	(1,3)	(609.848)	(2,7)	(378.022)	(1,4)	(703.416)	(1,2)	(651.238)	(2,1)
Materiais, Água, Energia e Gás	(221.230)	(1,1)	(436.130)	(0,9)	(479.169)	(2,1)	(235.663)	(0,9)	(465.843)	(0,8)	(512.427)	(1,6)
Viagens	(12.427)	(0,1)	(22.529)	-	(46.327)	(0,2)	(20.489)	(0,1)	(33.982)	(0,1)	(77.433)	(0,2)
Outras	(408.935)	(1,9)	(803.106)	(1,7)	(893.130)	(4,0)	(661.864)	(2,5)	(1.236.396)	(2,1)	(1.065.276)	(3,4)
4 - Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	**13.967.887**	**66,4**	**39.263.073**	**82,0**	**(5.113.331)**	**(22,8)**	**28.607.949**	**107,8**	**63.558.895**	**108,2**	**36.876.305**	**116,8**
5 - Depreciação e Amortização	**(1.749.038)**	**(8,3)**	**(4.083.945)**	**(8,5)**	**(4.593.580)**	**(20,5)**	**(2.529.409)**	**(9,5)**	**(5.685.796)**	**(9,7)**	**(6.062.304)**	**(19,2)**
6 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	**12.218.849**	**58,1**	**35.179.128**	**73,5**	**(9.706.911)**	**(43,3)**	**26.078.540**	**98,2**	**57.873.099**	**98,5**	**30.824.001**	**97,6**
7 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**6.813.333**	**41,9**	**12.681.383**	**26,5**	**32.108.262**	**143,3**	**466.534**	**1,8**	**864.135**	**1,5**	**749.312**	**2,4**
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	6.813.333	41,9	12.681.383	26,5	32.108.262	143,3	466.534	1,8	864.135	1,5	749.312	2,4
8 - Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	**21.032.182**	**100,0**	**47.860.511**	**100,0**	**22.401.351**	**100,0**	**26.545.074**	**100,0**	**58.737.234**	**100,0**	**31.573.313**	**100,0**
9 - Distribuir Valor Adicionado	**21.032.182**	**100,0**	**47.860.511**	**100,0**	**22.401.351**	**100,0**	**26.545.074**	**100,0**	**58.737.234**	**100,0**	**31.573.313**	**100,0**
9.1) Pessoal	**7.726.890**	**36,7**	**14.996.240**	**30,5**	**14.066.307**	**62,8**	**9.217.288**	**34,7**	**17.655.874**	**30,1**	**16.732.063**	**53,0**
Proventos	4.517.661	21,5	8.295.656	17,3	7.852.060	35,1	5.405.976	20,4	10.247.413	17,4	9.475.900	30,0
Benefícios	1.976.618	9,4	3.950.873	8,3	3.958.948	17,7	2.348.720	8,8	4.600.086	7,8	4.659.876	14,8
FGTS	396.154	1,9	742.219	1,6	829.415	3,7	469.940	1,8	874.555	1,5	975.460	3,1
Outros	834.457	4,0	1.607.492	3,4	1.425.884	6,4	992.652	3,7	1.933.220	3,3	1.620.807	5,1
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	**2.355.395**	**11,2**	**9.023.566**	**18,9**	**(10.563.727)**	**(47,1)**	**6.779.134**	**25,5**	**17.695.020**	**30,1**	**(3.174.888)**	**(10,1)**
Federais	1.890.990	9,0	8.087.792	16,9	(11.455.012)	(51,1)	6.026.853	22,7	16.245.521	27,7	(4.489.734)	(14,2)
Estaduais	-	-	-	-	-	-	8.629	-	17.315	-	10.057	-
Municipais	464.405	2,2	935.874	2,0	901.285	4,0	743.651	2,8	1.432.184	2,4	1.304.789	4,1
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.131.271**	**5,4**	**2.294.917**	**4,8**	**2.342.194**	**10,5**	**630.622**	**2,4**	**1.232.170**	**2,1**	**1.272.482**	**4,0**
Aluguéis	854.858	4,1	1.677.162	3,5	1.663.569	7,4	629.885	2,4	1.225.394	2,1	1.266.517	4,0
Arrendamento de Bens	276.413	1,3	617.755	1,3	678.625	3,0	737	-	6.776	-	5.945	-
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	**9.818.626**	**46,7**	**21.945.688**	**45,9**	**16.546.577**	**73,9**	**9.918.030**	**37,4**	**22.154.170**	**37,7**	**16.743.676**	**53,0**
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados	3.248.064	15,4	9.240.089	19,3	5.547.971	24,8	3.248.064	12,2	9.240.089	15,7	5.547.971	17,6
Lucros Retidos	5.570.562	26,5	12.705.599	26,5	10.998.606	49,1	6.570.562	24,8	12.705.592	21,6	10.998.606	34,8
Participação dos Minoritários nos Lucros Retidos	-	-	-	-	-	-	99.404	0,4	208.489	0,4	197.099	0,6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 943

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Capital Social	Reserves de Capital - Ágio por Subscrição de Ações	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2019	75.100.000	11.441	9.623.394	42.783.815	6.645.065	(440.514)	-	133.723.221
Aumento de Capital Social com Reservas	4.000.000	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	(1.019.187)	-	-	(1.019.187)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	16.546.577	16.546.577
Destinações: - Reservas	-	-	827.328	10.171.278	-	-	(10.998.606)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(5.547.971)	(5.547.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	79.100.000	11.441	10.450.722	48.955.093	5.625.878	(440.514)	-	143.702.620
Saldos em 31 de dezembro de 2020	79.100.000	11.441	10.450.722	48.955.093	5.625.878	(440.514)	-	143.702.620
Aumento de Capital Social com Reservas	4.000.000	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	-	-	(440.514)	-	440.514	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(666.702)	-	(666.702)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	(8.620.526)	-	-	(8.620.526)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	21.945.688	21.945.688
Destinações: - Reservas	-	-	1.097.285	11.608.314	-	-	(12.705.599)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(7.240.089)	(7.240.089)
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	(2.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	83.100.000	11.441	11.548.007	56.122.893	(2.994.648)	(666.702)	-	147.121.011
Saldos em 30 de junho de 2021	83.100.000	11.441	11.057.075	50.043.263	2.502.827	(226.449)	-	146.488.157
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(440.253)	-	(440.253)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	(5.497.455)	-	-	(5.497.455)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	9.818.626	9.818.626
Destinações: - Reservas	-	-	490.932	6.079.630	-	-	(6.570.562)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(1.248.064)	(1.248.064)
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	(2.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	83.100.000	11.441	11.548.007	56.122.893	(2.994.628)	(666.702)	-	147.121.011

(1) Inclui os efeitos da variação cambial referente à conversão de investimentos no exterior.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	BRADESCO MÚLTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:						
Lucro Líquido/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**9.102.072**	**24.527.501**	**214.131**	**12.099.169**	**30.495.649**	**5.091.348**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**(2.170.124)**	**(668.710)**	**9.712.994**	**5.964.830**	**12.028.996**	**31.894.560**
- Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.566.038)	(3.370.623)	(2.050.116)	(3.739.883)	(3.475.438)	(2.452.395)
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.706.323	13.002.866	22.024.881	7.989.835	15.428.110	25.164.015
- Depreciação e Amortização	1.745.038	4.083.945	4.593.580	2.529.409	5.685.795	6.052.304
- Constituição de Perdas por *Impairment* de Ativos	727.306	952.080	2.419.630	751.451	984.115	3.455.419
- Constituição/Reversão e Atualização Monetária com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1.089.995	2.120.280	2.842.847	2.221.913	3.888.464	3.822.270
- Despesas com Atualização e Juros de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	-	-	-	6.705.235	13.192.413	18.344.005
- Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	(8.813.333)	(12.681.383)	(32.108.262)	(466.534)	(864.135)	(749.312)
- (Ganho)/Perda na Venda de Investimento	-	-	(29.829)	(15.366)	(15.366)	(29.829)
- (Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	68.999	97.170	107.644	201.992	228.971	139.411
- (Ganho)/Perda na Venda de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	(33.200)	(106.818)	53.324	(163.634)	(239.499)	130.024
- Variação Cambial de Ativos e Passivos no Exterior/Outros	(99.214)	(4.764.227)	11.859.295	(10.029.588)	(22.784.436)	(22.181.352)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.933.668	(20.497.746)	(24.201.423)	6.104.866	(9.087.880)	(8.440.903)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central	(1.890.521)	(3.507.999)	6.879.806	(1.939.806)	(3.559.769)	6.864.805
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(8.451.554)	(12.776.690)	(22.946.664)	(5.974.264)	(23.272.787)	(20.901.853)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(41.188.630)	(59.670.516)	(80.780.751)	(51.970.581)	(80.640.794)	(77.242.194)
(Aumento)/Redução em Créditos Tributários	(252.252)	(1.234.007)	(213.707)	(1.519.800)	(3.071.269)	(444.422)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(5.701.502)	(6.266.259)	2.053.453	236.374	2.452.589	(517.375)
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros	(11.470.044)	(37.925.586)	18.478.202	(12.257.664)	(39.096.207)	12.240.584
Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	2.691.850	32.542.251	218.936.044	2.969.900	37.807.673	211.754.843
Aumento/(Redução) em Impostos Passivos Diferidos	445.727	341.396	(1.013.126)	(3.670.839)	(8.343.448)	(5.671.333)
Aumento/(Redução) em Provisões	(387.981)	(2.711.382)	(3.922.527)	(3.013.169)	(7.826.736)	(12.986.176)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	(11.215.138)	(3.139.905)	1.911.297	(6.690.897)	6.555.097	7.514.788
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(349.253)	(1.911.661)	-	(2.227.876)	(5.707.736)	(5.715.233)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	**(66.903.684)**	**(92.899.323)**	**121.127.729**	**(61.889.573)**	**(92.266.622)**	**143.181.458**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:						
Vencimento e Juros de Títulos Mantidos até o Vencimento	11.969.155	14.031.806	44.822.606	13.052.909	29.200.839	47.309.976
Alienação/Vencimento e Juros de Títulos Disponíveis para Venda	82.589.938	140.908.429	77.517.625	93.661.151	163.623.978	79.847.150
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	318.607	579.394	353.772	295.551	508.200	559.661
Alienação de Investimentos	-	-	83.088	62.327	62.327	130.249
Alienação de Imobilizado de Uso	252.273	370.275	713.649	126.327	528.602	795.560
Aquisição de Subsidiárias, Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa, Paga	-	-	-	-	(183.172)	(3.173.403)
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(85.132.715)	(182.406.703)	(70.190.860)	(99.473.123)	(216.527.231)	(84.691.092)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento	(1.792.039)	(1.792.039)	(18.491.475)	(1.792.039)	(4.305.006)	(18.491.475)
Aquisição de Investimentos	-	-	(9.967.472)	(293.793)	(293.793)	(491.438)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(547.910)	(1.046.127)	(1.259.099)	(448.939)	(1.156.867)	(1.795.410)
Aquisição de Intangível	(188.933)	(1.234.420)	(1.679.724)	(1.657.939)	(3.041.806)	(2.472.210)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	962.087	1.132.662	5.334.697	595.154	763.698	292.244
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**8.750.463**	**(29.457.323)**	**27.246.807**	**4.127.676**	**(30.720.230)**	**17.919.814**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:						
Recursos de Emissão de Títulos	65.333.298	106.392.388	87.805.360	84.339.597	105.221.591	61.833.816
Liquidação e Pagamentos de Juros de Recursos de Emissão de Títulos	(40.074.757)	(96.387.722)	(105.988.513)	(39.465.897)	(92.274.643)	(93.179.856)
Emissão de Dívidas Subordinadas	6.382.600	9.130.200	668.186	6.382.600	9.130.200	668.186
Liquidação e Pagamentos de Juros de Dívidas Subordinadas	(2.214.339)	(11.185.628)	(2.374.538)	(2.214.339)	(11.185.628)	(2.374.538)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(5.977.482)	(9.914.297)	(1.432.130)	(5.977.482)	(9.914.297)	(1.432.130)
Participações dos Acionistas Minoritários	-	-	-	(79.519)	(253.768)	(147.649)
Aquisição de Ações em Tesouraria	(440.253)	(666.702)	-	(440.253)	(666.702)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	**23.009.267**	**(2.611.761)**	**(21.301.635)**	**22.544.907**	**76.753**	**(34.612.171)**
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(35.143.954)**	**(124.968.407)**	**127.074.901**	**(35.216.990)**	**(122.910.108)**	**126.489.101**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	100.315.498	190.335.366	61.210.349	102.663.426	190.820.989	61.879.403
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	3.566.038	3.370.623	2.050.116	3.739.883	3.475.438	2.452.395
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	68.737.582	68.737.582	190.335.366	71.386.319	71.386.319	190.820.989
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(35.143.954)**	**(124.968.407)**	**127.074.901**	**(35.216.990)**	**(122.910.108)**	**126.489.101**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Contábeis, distribuídas da seguinte forma:

1) CONTEXTO OPERACIONAL
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS
5) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO
6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
7) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
8) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
10) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
11) OPERAÇÕES DE CRÉDITO
12) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS
13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO
14) IMOBILIZADO DE USO
15) INTANGÍVEL
16) OUTROS ATIVOS
17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
18) RECURSOS DE CLIENTES
19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS
20) DÍVIDAS SUBORDINADAS - CONSOLIDADO
21) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS
22) PROVISÕES
23) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
24) OUTROS PASSIVOS
25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)
26) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS - CONSOLIDADO
27) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
28) DESPESAS DE PESSOAL
29) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
30) DESPESAS TRIBUTÁRIAS
31) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
32) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
33) RESULTADO NÃO OPERACIONAL
34) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
35) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL
36) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
38) OUTRAS INFORMAÇÕES

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco S.A. (Bradesco) é uma companhia aberta de direito privado, sua matriz está localizada na Cidade de Deus, s/n, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas do Bradesco abrangem as demonstrações contábeis do Bradesco, suas agências no exterior, empresas controladas no país e no exterior, Entidade de Propósito Específico (EPE) e os fundos de investimento nos quais as empresas da Organização são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, no item "Controle".

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras. As demonstrações contábeis da sociedade de arrendamento mercantil, incluídas nesta consolidação, foram preparadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzindo do valor residual recebido antecipadamente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Bradesco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Para a elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas, as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores. Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas coligadas/controladas e empresas de controle compartilhado estão apresentados em Investimentos e Intangível (Nota 15a). A variação cambial das operações das agências e também, dos investimentos no exterior está apresentada, nas rubricas de resultado com instrumentos financeiros derivativos e de operações de empréstimos e repasses. Estes efeitos são neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para proteger os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; cálculo de provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Ao longo deste relatório, nós indicamos que certas informações estão disponíveis em diferentes websites operados por nós. Nenhuma das informações contidas nos websites referidos ou mencionados neste relatório faz parte ou está incorporada por referência nesse documento.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de fevereiro de 2022.

Destacamos as principais sociedades e fundos de investimento, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

			Em 31 de dezembro - R$ mil			
	Localização da sede	Atividade	Participação total 2021	Participação total 2020	Participação total do capital votante 2021	Participação total do capital votante 2020
Ramo Financeiro - País						
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Administradora de Consórcios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	São Paulo - Brasil	Administradora de Ativos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro - Exterior						
Banco Bradesco Argentina S.A.U. (1)	Buenos Aires - Argentina	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	Luxemburgo - Luxemburgo	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (1) (2)	Georgetown - Guiana	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (1)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc (1)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 944

(continuação)

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED NM | BRADESCO XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBD NYSE | BBD NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Localização da sede	Atividade	Participação total 2021	Participação total 2020	Participação total do capital volante 2021	Participação total do capital volante 2020
Bradesco Securities UK Limited (1)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities Hong Kong Limited (1)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cidade Capital Markets Ltd. (1)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (3)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BAC Florida Bank (4)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Segurador, de Previdência e de Capitalização - País						
Atlântica Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora/ Saúde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/ Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A. (5)	São Paulo - Brasil	Saúde Dental	50,01%	50,01%	50,01%	50,01%
Ramo Segurador - Exterior						
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (1) (5)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Outras Atividades - País						
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Columbus Holdings S.A. (6)	São Paulo - Brasil	*Holding*	-	100,00%	-	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Outras Atividades - Exterior						
Bradesco North America LLC (1)	New York - Estados Unidos	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (7)						
Bradesco FI RF Máster II Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Master III Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Crédito Privado Master	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI Master	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Crédito Privado Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF VGBL - F10	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Athenas PGBL/ VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Máster Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Privado Master Premium	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Private FIC FI RF Crédito Privado PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real.
(2) Está sendo consolidada a entidade de propósito específico denominada *International Diversified Payment Rights Company*, sociedade participante da operação de securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento recebidas do exterior;
(3) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;
(4) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;
(5) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data de até 60 dias;
(6) Empresa incorporada em 31 de março de 2021 pela empresa Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.; e
(7) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco. As agências e empresas controladas no exterior adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a controlada do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional e o BAC Florida Bank cuja moeda funcional é o Dólar.

As operações das agências e de empresas controladas no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, esses investimentos são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local da data do fechamento. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados ao resultado do período nas rubricas de "Instrumentos Financeiros Derivativos" e "Operações de Empréstimos e Repasses". Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os prêmios de seguros e cosseguros, exceto seguro saúde, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro, e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/bilhetes e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os prêmios de seguro saúde são registrados na conta de prêmios emitidos (resultados) ou provisão para prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores.

O diferimento dessas operações é realizado de modo consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

Os custos de aquisição relativos à comissão de seguros são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

As angariações e agenciamentos das operações de seguros são diferidos e apropriados ao resultado, de maneira linear, pelo prazo de 24 meses nas operações de seguro saúde e pelo prazo de 12 meses nas demais operações.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência, segundo taxas estabelecidas contratualmente.

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR), acrescidas das taxas de juros definidas no plano. As correspondentes provisões técnicas de capitalização são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, da acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até novembro de 2003 e de 5 anos após esta data. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Outros de Aquisição", são reconhecidas contabilmente no resultado quando ocorridas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Bradesco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

d) Instrumentos financeiros

I. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 7.

II. Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 9.

III. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

Os saldos dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são revistos para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - *Impairment*.

Quando uma perda é verificada, registra-se como um resultado do exercício. Isto ocorre quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável.

Para calcular o valor recuperável a estimativa de perda é feita por modelos utilizando-se de dados observados ou por julgamento baseado na experiência de nossa Organização.

A composição do *impairment* para Títulos e Valores Mobiliários está apresentada na Nota 9d.

iv. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Bradesco, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas posições.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Bradesco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre *hedge* contábil, suas categorias e *hedge* econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), cujo os objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégia operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* são classificados de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, e (ii) variação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na Nota 10.

e) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito para operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e de outros créditos com características de concessão de crédito

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características da concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que resultarem a classificação de risco em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia ocorre à quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.

Conforme permitido pela Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 poderão ser mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto (a) se tiverem atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade da contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.846/20, nas operações no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) a provisão está sendo calculada somente sobre a parcela do crédito cujo risco é assumido pela Organização, o montante da provisão constituída para cada nível de risco está apresentado na Nota 11c IV.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo atribuídas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor de atividade econômica, renegociação e receitas das operações de crédito, bem como a composição das despesas e das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na Nota 11.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes à valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador é calculada à alíquota de 15% e 9% para as demais empresas. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabeleceu no artigo 32 a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência à partir de março de 2020. Em 1º de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 ("MP") convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro, segurador e cooperativas em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Foram constituídas provisões para contingências fiscais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 17.

g) Investimentos

I. Aquisição de investimentos

O registro contábil é realizado pelo custo de aquisição, desdobrado em: I - valor do patrimônio líquido na época da aquisição; e II - ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações.

II. Coligadas, entidades controladas em conjunto e controladas

Os investimentos em empresas coligadas, controladas e de controle compartilhado, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O valor do ágio para empresas coligadas e empresas controladas em conjunto é apresentado junto com o respectivo investimento enquanto que para empresas controladas é apresentado no intangível.

Nas demonstrações contábeis consolidadas os ativos e passivos das controladas são consolidados pelo seu valor contábil.

A composição das empresas coligadas e de controle compartilhado está apresentada na Nota 13.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% ao ano; sistemas de transporte - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - 20% a 40% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentados na Nota 14.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Aquisição de direito para prestação de serviços bancários, são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
- *Software*: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados; e
- Ágio na aquisição de investimento, constituído pela diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações é amortizado ao longo do tempo estimado no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro.

A composição dos ativos intangíveis, incluindo a movimentação desses direitos por classe, está apresentada na Nota 15.

j) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensadas no próprio exercício.

Também estão classificadas as despesas antecipadas, que representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

Adicionalmente, em outros ativos estão demonstrados os ativos não financeiros mantidos para a venda que são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no per odo de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. Os bens próprios estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 16.

k) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseadas nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 945

bradesco

BBDC B3 LISTED NM
Level 1 XbBGC
ISEB3
abrasca
CDP
ITAGB3
Dow Jones Sustainability Indices
ibri
BBDO LISTED NYSE
BBD LISTED NYSE

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

i) Depósitos e demais instrumentos financeiros

i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.
As captações com operações compromissadas, realizadas com acordo de livre movimentação, são ajustadas pelo seu valor de mercado.
A composição das operações estão apresentadas nas Notas 17, 18, 19 e 20.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente, a composição dos respectivos saldos dessas captações estão apresentadas na Nota 17e.

m) Provisões

i. Provisões técnicas relacionadas às atividades de seguros, previdência e capitalização

- Seguros de danos, saúde e seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL):
  - A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada *pro rata dia*, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, incluindo as operações de cessão em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros, exceto para o seguro saúde. A parcela desta provisão, correspondente a estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE;
  - A provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG) é calculada *pro rata dia*, com base nos prêmios do seguro saúde, sendo constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos a decorrer dos contratos de seguros, cuja vigência tenha se iniciado;
  - A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas;
  - Para o seguro saúde, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é calculada levando-se em consideração, além da taxa de desconto de 3,6% (3,6% em dezembro de 2020) ao ano, a expectativa de permanência dos titulares no plano até sua saída do grupo por falecimento, e a partir deste momento, os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por cinco anos sem o correspondente pagamento de prêmios;
  - Para o seguro saúde, a provisão matemática de benefício concedido (PMBC) é constituída pelas obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias, referentes à cobertura de assistência à saúde e pelos prêmios por pagamento dos segurados participantes do seguro Bradesco Saúde - "Plano GBS", considerando uma taxa de desconto de 3,6% (3,6% em dezembro de 2020) ao ano;
  - A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada a partir da estimativa final dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off*, mensais que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses para o seguro saúde e nos últimos 18 meses para o seguro odontológico, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência;
  - Para o seguro saúde, a provisão para eventos ocorridos e não avisados no SUS (PEONA-SUS) é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo acatada pela Bradesco Saúde, a contabilização de 24/36 deste, para o ano de 2021. A constituição deste tipo de provisão é amparada pela Resolução Normativa nº 442/18 vigente;
  - Para os seguros de Ramos Elementares são contabilizadas as provisões IBNR e IBNER para garantir o pagamento de sinistros ocorridos, mas que a Seguradora ainda não tem conhecimento por falta do aviso, e também cobrir variações nos valores estimados para pagar aqueles já avisados;
  - Para seguro de pessoas, a provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência.
  - A provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL) para os seguros de saúde considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, inclui sinistros em discussão judicial e os custos relacionados, atualizados monetariamente pelo IPCA, acrescidos a 1% ao mês;
  - A provisão de sinistros a liquidar (PSL) para seguros de pessoas e danos, consideram os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais. Esses valores são líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos (aplicável somente para seguro de danos);
  - A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico;
  - A provisão de despesas relacionadas (PDR) para os seguros de pessoas é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer;
  - Para seguro de danos, a provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas à regulação dos sinistros avisados, pagos ou não;
  - A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, as devoluções de prêmios e as portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;
  - A provisão complementar de cobertura (PCC) para seguro de danos deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Para a data-base, não foi identificada necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura;
  - A provisão complementar de cobertura (PCC), para o seguro de pessoas, refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O TAP é elaborado semestralmente utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em premissas realistas como a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ - elaboradas pela Fenaprevi) livre de risco e autorizadas pela Susep. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação deve ser compensado pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "mantidos até o vencimento", tal como requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores;
  - A Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC), para os seguros de saúde, tem como objetivo apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, sendo calculada a partir da metodologia definida em Nota Técnica Atuarial, data-base setembro de 2021. Para o cálculo leva-se em consideração: (i) o FIC (Fator de Insuficiência de Contraprestações), obtido através da relação entre os eventos indenizáveis, acrescidos das despesas administrativas e de comercialização, e as contraprestações efetivas, e (ii) todos os contratos médico-hospitalares na sua integralidade de preço preestabelecido, segmentados entre individuais, coletivo por adesão e demais coletivos, no horizonte de um ano, a partir da data-base de cálculo, defasada em 1 (um) mês. Para o Tipo de Contratação dos planos individuais/familiares a apuração do FIC, contempla o período de 24 meses antecedentes ao mês de cálculo e para os Tipos de Contratação Coletivo por Adesão e Demais Coletivos serão considerados 36 meses, período necessário para a redução do impacto de tendências de curto prazo e sazonalidades. A constituição desta provisão passou a ser exigida a partir do ano de 2021, sendo amparada pela Resolução Normativa nº 442/18, da ANS; e
  - As outras provisões técnicas OPT-PIP (Provisão de Insuficiência de Prêmios) são constituídas, para a carteira de saúde individual, para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado dos prêmios futuros e o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras, considerando-se a taxa de desconto de 3,6% (3,6% em dezembro de 2020) ao ano.
  - Nota: Para a carteira de saúde individual, quando apurada a Insuficiência de Contraprestações (PIC) - provisão de curto prazo, estabelecida pela metodologia própria, a partir da data-base Set/2021 -, esta sera subtraída do montante calculado para a provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP), classificada em OPT e constituída para os eventos a longo prazo.
- Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL):
  - A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada *pro rata die*, com base nas contribuições líquidas, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de risco não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão, correspondente a estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.
  - A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é constituída para participantes de planos de previdência e seguros de vida com cobertura de sobrevivência cujos benefícios ainda não se iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. Para os planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs).
  - A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, as devoluções de prêmios e as portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.
  - A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC), calculada utilizando a base técnica do plano, refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras relativas aos pagamentos de benefícios continuados;
  - A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O teste de adequação de passivos (TAP) é elaborado semestralmente e utiliza métodos estatísticos e atuariais com base em premissas realistas como a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, taxas de persistência, e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ - elaboradas pela Fenaprevi) livre de risco e autorizadas pela Susep. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação deve ser compensado pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "mantidos até o vencimento", tal como requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores;
  - A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer;
  - A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro;
  - A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 18 semestres para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência;
  - A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais; e
  - Os encargos financeiros creditados as provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras, e estão apresentados na rubrica "Resultado Financeiro de Seguros, Previdência e Capitalização".
- Capitalização:
  - A provisão matemática para capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das cotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título;
  - A provisão para resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular;
  - A provisão para sorteios a realizar (PSR) é constituída para cada título ativo e deverá ser calculada para os sorteios custeados e não ocorridos, de acordo com os parâmetros do plano. A metodologia de cálculo consiste na apuração do valor presente esperado dos sorteios futuros descontado o valor presente esperado das parcelas futuras de cota de sorteio;
  - A provisão para sorteios a pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação; e
  - A provisão de despesa administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização. Para o cálculo é realizado a projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e comparado com a projeção do valor presente das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos.

Os valores das provisões técnicas por cada, por produto e por segmento, bem como os valores e composição dos ativos garantidores dessas provisões técnicas, estão apresentados na Nota 22.

ii. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cuja objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, está apresentada na Nota 23.

n) Benefícios a empregados

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20.

Planos de contribuição definida

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Organização, em relação aos planos de benefício definido, é referente exclusivamente aos planos de instituições adquiridas, e é calculada separadamente para cada plano, estimando-se o benefício definido futuro que os empregados farão jus pós-emprego no desligamento da Organização ou momento da aposentadoria.
A obrigação líquida do Bradesco para os planos de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.
O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado conforme requerido pela norma contábil.
As remensurações da obrigação líquida incluem: os ganhos e perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.
Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.
O detalhamento dos benefícios a empregados está apresentado na Nota 36.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.
São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 38 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

p) Resultado não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 38b.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício, sendo as melhores premissas determinadas de acordo com o padrão aplicável.
São avaliados continuamente, baseados em nossa experiência histórica e entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.
As estimativas e julgamentos que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, com a possibilidade dos resultados efetivos serem diferentes daqueles estabelecidos anteriormente estão divulgadas a seguir e são relacionadas com as seguintes notas:

Estimativas e julgamentos contábeis	Nota
• Valor justo dos instrumentos financeiros	9, 10, 35 e 3Ba
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11
• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)	9
• Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, imobilizado e ágio	14 e 15
• Impostos sobre os Lucros	37
• Provisões técnicas de seguros	22
• Provisões contingentes	23

I. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações contábeis consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.
A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação.

II. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.
Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão para as perdas prováveis na realização dos créditos, tais como:

- Determinar critérios para classificação das operações de crédito;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados; e
- Agrupar operações de créditos semelhantes.

O processo para determinar o nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

III. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

A mensuração da redução ao valor recuperável de ativos financeiros requer o uso de modelos quantitativos complexos e suposições sobre condições econômicas futuras, comportamento de crédito e de suas garantias.
Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da redução ao valor recuperável, tais como:

- Determinar critérios para mensurar o valor das garantias atreladas a cada título ou valor mobiliário;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados para a mensuração do valor recuperável; e
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações.

O processo para determinar a redução ao valor recuperável exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

IV. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio

A Organização analisa, pelo menos anualmente, se o valor contábil dos ativos intangíveis e do ágio (inclui ágios identificados na aquisição de coligadas e empresas de controle compartilhado) sofreram redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. Pode ser necessário realizar cálculos detalhados considerando mudanças no mercado em que um negócio opera (ex: concorrência e mudança regulatória). O cálculo é baseado no desconto dos fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

V. Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.
É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também, é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis consolidadas.
Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esses ajustes também podem resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período.

VI. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas de seguros (reservas) são passivos constituídos para honrar compromissos futuros a favor de nossos segurados, veja a Nota 3m(i). São utilizadas expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência, conversão em renda e taxa de juros. Essas premissas utilizadas baseiam-se na experiência da carteira da Companhia e são periodicamente revisadas.

VII. Provisões contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO

a) Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado Contábil x Gerencial

A Administração usa uma variedade de informações, incluindo as oriundas das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que levam em consideração, nos critérios de consolidação, empresas de controle compartilhado, porte/rio, diferindo, em parte, dos critérios do CPC 36.

continua

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 946

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco SP

BBDC B3 LISTED NM | LAT.DES1 XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO NYSE | BBD NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As principais diferenças de critérios de consolidação são demonstradas a seguir, através da Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado - Contábil x Gerencial:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2021				2020			
	Balanço patrimonial contábil	Empresas proporcionais (1)	Ajustes de consolidação (2)	Balanço patrimonial gerencial	Balanço patrimonial contábil	Empresas proporcionais (1)	Ajustes de consolidação (2)	Balanço patrimonial gerencial
Ativo								
Disponibilidades	21.284.330	283.821	(864.246)	20.703.905	23.845.061	282.138	(528.955)	23.598.244
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	170.678.451	(97.234)	(294.581)	170.286.636	274.904.741	(18.153)	(540.311)	274.346.277
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	710.207.688	5.607.712	34.165.547	749.980.947	641.313.280	4.997.618	47.185.841	693.466.739
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	513.265.754	370.149	(410.892)	513.225.011	448.312.361	343.876	-	448.656.237
Outros instrumentos financeiros	149.237.979	3.087.186	(1.026.853)	151.298.312	110.953.979	2.690.511	(1.102.255)	112.542.235
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(45.107.224)	(128.551)	-	(45.235.775)	(45.202.191)	(136.961)	-	(45.339.152)
Créditos tributários	85.768.296	691.294	-	86.457.562	85.040.769	693.930	-	85.733.699
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	7.594.244	(5.132.515)	-	2.461.729	7.046.710	(5.177.598)	-	1.869.112
Imobilizado de uso	9.067.693	312.084	-	9.379.777	9.490.251	451.708	-	9.941.959
Ativos intangíveis e ágio	11.936.697	3.737.732	-	15.674.429	12.250.588	3.858.819	-	16.109.407
Outros ativos	23.693.916	1.563.337	(430.540)	24.823.713	26.752.701	1.360.994	(813.383)	27.300.312
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	(3.957.258)	118.228	-	(3.839.030)	(3.678.206)	57.252	-	(3.620.954)
Total	**1.653.665.568**	**10.413.213**	**31.138.435**	**1.695.217.216**	**1.591.039.044**	**9.364.134**	**44.400.937**	**1.644.804.115**

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2021				2020			
	Balanço patrimonial contábil	Empresas proporcionais (1)	Ajustes de consolidação (2)	Balanço patrimonial gerencial	Balanço patrimonial contábil	Empresas proporcionais (1)	Ajustes de consolidação (2)	Balanço patrimonial gerencial
Passivo								
Recursos de instituições financeiras	279.009.280	1.214.140	33.316.816	313.540.236	267.280.167	2.093.170	45.452.379	314.825.716
Recursos de clientes	569.726.250	(69.629)	3.133.187	572.789.808	545.292.743	(1.008.573)	4.639.853	548.923.623
Recursos de emissão de títulos	166.228.542	-	119.368	166.347.910	144.903.825	-	112.717	145.016.542
Dívidas subordinadas	54.451.077	-	-	54.451.077	53.246.232	-	-	53.246.232
Instrumentos financeiros derivativos	14.265.283	(13.465)	(967.923)	13.286.895	18.697.682	-	(1.290.146)	17.407.536
Outros passivos financeiros	60.563.898	(1.113.514)	(477.171)	59.073.213	59.018.305	1.371	(915.170)	58.104.506
Provisões	329.539.547	1.208.477	(17.855)	330.730.169	320.265.406	1.166.708	(23.891)	321.408.223
Impostos diferidos	5.595.140	85.900	-	5.681.040	7.951.848	40.778	-	7.992.626
Outros passivos	26.351.595	8.167.909	(3.967.987)	30.551.507	29.900.955	6.134.396	(3.574.605)	32.460.746
Participação de acionistas não controladores	713.955	930.395	-	1.644.350	759.241	936.284	-	1.695.525
Patrimônio líquido	147.121.011	-	-	147.121.011	143.702.640	-	-	143.702.640
Total	**1.653.665.568**	**10.413.213**	**31.138.435**	**1.695.217.216**	**1.591.039.044**	**9.364.134**	**44.400.937**	**1.644.804.115**

R$ mil

	2º Semestre 2021			
	DRE contábil	Empresas proporcionais (1)	Ajustes de consolidação (2)	DRE gerencial
Receitas da intermediação financeira	67.679.785	327.851	(475.464)	67.532.172
Despesas da intermediação financeira	(33.053.421)	(120.436)	(875.860)	(34.049.717)
Margem financeira	**34.626.364**	**207.415**	**(1.351.324)**	**33.482.455**
PDD	(7.969.835)	(22.368)	-	(7.992.203)
Resultado bruto da intermediação financeira	**26.656.529**	**185.047**	**(1.351.324)**	**25.490.252**
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	2.584.868	-	-	2.584.868
Receitas de prestação de serviços	14.185.785	2.270.682	1.032.269	17.488.736
Despesas de pessoal	(10.549.223)	(361.310)	-	(10.910.533)
Outras despesas administrativas	(10.359.372)	(824.523)	189.172	(10.994.723)
Despesas tributárias	(3.256.060)	(332.242)	-	(3.588.302)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	456.534	(387.132)	-	79.402
Outras receitas/despesas operacionais	(7.459.825)	(279.284)	129.883	(7.609.226)
Resultado operacional	**12.259.236**	**273.238**	-	**12.532.474**
Resultado não operacional	(160.067)	(24.440)	-	(184.507)
IR/CS e participação minoritária	(2.280.543)	(248.798)	-	(2.529.341)
Lucro líquido	**9.818.626**	-	-	**9.818.626**

(1) Refere-se aos efeitos dos ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Elopar, etc.) para fins gerenciais; e
(2) Refere-se, basicamente, à reversão de consolidação de fundos exclusivos.

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2021				2020			
	DRE contábil	Empresas proporcionais (1)	Ajustes de consolidação (2)	DRE gerencial	DRE contábil	Empresas proporcionais (1)	Ajustes de consolidação (2)	DRE gerencial
Receitas da intermediação financeira	119.526.564	612.023	(1.135.111)	119.027.476	99.814.859	484.720	(3.521.128)	96.778.451
Despesas da intermediação financeira	(46.046.477)	(161.179)	(1.335.070)	(47.542.726)	(43.171.092)	(40.645)	1.051.877	(42.159.860)
Margem financeira	**73.504.087**	**450.844**	**(2.470.181)**	**71.484.750**	**56.643.767**	**444.075**	**(2.469.251)**	**54.618.591**
PDD	(15.428.110)	(72.047)	-	(15.500.157)	(25.164.015)	(104.072)	-	(25.268.087)
Resultado bruto da intermediação financeira	**58.075.977**	**378.797**	**(2.470.181)**	**55.984.593**	**31.479.752**	**340.003**	**(2.469.251)**	**29.350.504**
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	5.191.325	-	-	5.191.325	8.098.742	-	-	8.098.742
Receitas de prestação de serviços	27.529.235	4.229.902	2.049.179	33.808.316	26.231.909	4.031.391	2.164.111	32.427.411
Despesas de pessoal	(20.180.958)	(671.693)	-	(20.852.651)	(19.160.600)	(631.755)	-	(19.792.355)
Outras despesas administrativas	(19.695.895)	(1.488.706)	361.913	(20.822.688)	(19.315.658)	(1.442.189)	218.055	(20.539.792)
Despesas tributárias	(6.828.457)	(608.530)	-	(7.436.987)	(6.048.903)	(541.474)	-	(6.590.377)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	864.135	(719.746)	-	144.389	749.312	(634.424)	-	114.888
Outras receitas/despesas operacionais	(14.222.610)	(643.235)	59.089	(14.806.756)	(16.479.939)	(678.421)	87.065	(17.068.275)
Resultado operacional	**30.732.752**	**476.789**	-	**31.209.541**	**5.557.615**	**443.131**	-	**6.000.746**
Resultado não operacional	(237.103)	(35.056)	-	(272.159)	(466.267)	(14.306)	-	(480.573)
IR/CS e participação minoritária	(8.549.961)	(441.733)	-	(8.991.694)	11.455.229	(428.825)	-	11.026.404
Lucro líquido	**21.945.688**	-	-	**21.945.688**	**16.546.577**	-	-	**16.546.577**

(1) Refere-se aos efeitos dos ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Elopar, etc.) para fins gerenciais; e
(2) Refere-se, basicamente, à reversão da consolidação de fundos exclusivos.

b) Balanço patrimonial e demonstração do resultado por segmento - Gerencial

Em linha com o CPC 22, as informações gerenciais por segmento, a seguir, foram preparadas com base em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras atividades (2)	Eliminações (4)	Consolidado gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Ativo							
Disponibilidades	14.022.137	5.909.248	348.079	6.960	213.737	(695.754)	20.703.905
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	167.990.825	2.295.811	4.651	-	-	(4.651)	170.286.636
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	411.124.640	24.991.365	319.067.798	9.213	3.385.375	(8.597.444)	749.980.947
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	468.048.275	95.512.880	-	-	-	(50.336.144)	513.225.011
Outros instrumentos financeiros	150.001.549	563.305	7.670.127	15.723	238.981	(7.191.373)	151.298.312
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(42.868.051)	(2.367.724)	-	-	-	-	(45.235.775)
Créditos tributários	82.137.961	3.375	3.994.565	1.055	320.606	-	86.457.562
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	70.795.451	16.513	2.640.563	-	405.587	(71.396.385)	2.461.729
Imobilizado de uso	5.940.384	34.905	3.420.449	464	83.575	-	9.379.777
Ativos intangíveis e ágio	12.755.096	36.122	2.293.783	738	588.690	-	15.674.429
Outros ativos	21.049.733	652.352	2.865.190	999	269.935	(4.496)	24.823.713
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(3.669.297)	(4.893)	(164.509)	-	(361)	-	(3.839.030)
Total em 2021	**1.358.128.703**	**127.643.287**	**342.140.696**	**35.152**	**5.495.625**	**(138.226.247)**	**1.695.217.216**
Total em 2020	**1.319.641.809**	**115.840.066**	**338.889.085**	**34.743**	**5.658.304**	**(135.259.892)**	**1.644.804.115**
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	344.733.387	21.186.428	-	-	-	(52.379.579)	313.540.236
Recursos de clientes	521.534.940	52.233.346	-	-	-	(978.478)	572.789.808
Recursos de emissão de títulos	161.622.727	10.985.645	-	-	-	(6.260.462)	166.347.910
Dívidas subordinadas	48.203.788	6.247.289	-	-	-	-	54.451.077
Instrumentos financeiros derivativos	9.977.625	3.318.580	2.582	-	-	(11.892)	13.286.895
Outros passivos financeiros	59.049.695	23.518	-	-	-	-	59.073.213
Provisões	31.452.083	208.709	298.816.863	16.881	299.761	(64.108)	330.730.169
Impostos diferidos	5.012.778	157.898	487.288	-	23.076	-	5.681.040
Outros passivos	27.370.798	565.854	6.771.150	1.765	977.283	(7.135.343)	30.551.507
Participação de acionistas não controladores	2.049.871	32.716.020	34.062.813	16.526	4.195.505	(71.396.385)	1.644.350
Patrimônio líquido	147.121.011	-	-	-	-	-	147.121.011
Total em 2021	**1.358.128.703**	**127.643.287**	**342.140.696**	**35.152**	**5.495.625**	**(138.226.247)**	**1.695.217.216**
Total em 2020	**1.319.641.809**	**115.840.066**	**338.889.085**	**34.743**	**5.658.304**	**(135.259.892)**	**1.644.804.115**

R$ mil

	2º Semestre						
	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras atividades (2)	Eliminações (4)	DRE gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Receitas da intermediação financeira	55.362.795	2.020.403	10.529.935	1.537	110.927	(493.425)	67.532.172
Despesas da intermediação financeira	(27.206.183)	(631.346)	(6.705.235)	-	(379)	493.426	(34.049.717)
Margem financeira	**28.156.612**	**1.389.057**	**3.824.700**	**1.537**	**110.548**	**1**	**33.482.455**
PDD	(7.725.586)	(266.617)	-	-	-	-	(7.992.203)
Resultado bruto da intermediação financeira	**20.431.026**	**1.122.440**	**3.824.700**	**1.537**	**110.548**	**1**	**25.490.252**
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	-	2.566.527	10.307	-	8.034	2.584.868
Receitas de prestação de serviços	16.282.453	248.848	891.595	-	413.509	(347.469)	17.488.736
Despesas de pessoal	(9.364.255)	(246.619)	(1.064.804)	(5.372)	(229.520)	37	(10.910.533)
Outras despesas administrativas	(10.117.592)	(218.973)	(808.394)	(4.199)	(457.676)	612.111	(10.994.723)
Despesas tributárias	(3.046.261)	(13.787)	(476.043)	(134)	(50.077)	-	(3.586.302)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	8.131	-	54.923	-	16.348	-	79.402
Outras receitas/despesas operacionais	(7.611.528)	20.803	(176.276)	(1.708)	79.645	(272.714)	(7.609.226)
Resultado operacional	**6.581.974**	**912.512**	**5.164.760**	**431**	**(127.223)**	**-**	**12.532.474**
Resultado não operacional	(214.003)	7.267	22.220	-	9	-	(184.507)
IR/CS e participação minoritária	(179.981)	(283.803)	(2.127.656)	(178)	42.277	-	(2.529.341)
Lucro líquido/Prejuízo no 2º semestre de 2021	**6.187.990**	**635.976**	**3.059.344**	**253**	**(84.937)**	**-**	**9.818.626**

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras, empresas holdings que, basicamente, administram recursos financeiros, empresas administradoras de cartões de crédito, consórcios e de ativos;
(2) Estão sendo eliminados os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre empresas brasileiras e estrangeiras do mesmo segmento;
(3) Segmento "Grupo Segurador" é representado por empresas seguradoras, de previdência e de capitalização; e
(4) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes, bem como entre operações realizadas no país e exterior.

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras atividades (2)	Eliminações (4)	DRE gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Receitas da intermediação financeira	96.540.577	3.003.197	20.201.299	3.218	159.242	(880.057)	119.027.476
Despesas da intermediação financeira	(34.086.997)	(1.167.472)	(13.192.413)	-	(752)	904.908	(47.542.726)
Margem financeira	**62.453.580**	**1.835.725**	**7.008.886**	**3.218**	**158.490**	**24.851**	**71.484.750**
PDD	(15.259.884)	(240.273)	-	-	-	-	(15.500.157)
Resultado bruto da intermediação financeira	**47.193.696**	**1.595.452**	**7.008.886**	**3.218**	**158.490**	**24.851**	**55.984.593**
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	-	5.156.321	21.619	-	13.385	5.191.325
Receitas de prestação de serviços	31.440.225	464.191	1.779.999	-	767.505	(643.804)	33.808.316
Despesas de pessoal	(17.924.500)	(501.304)	(2.034.446)	(6.006)	(386.462)	67	(20.852.651)
Outras despesas administrativas	(19.327.605)	(396.903)	(1.484.372)	(10.442)	(779.724)	1.166.358	(20.822.688)
Despesas tributárias	(6.316.837)	(23.517)	(983.777)	(202)	(112.654)	-	(7.436.987)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	7.505	98.692	-	-	38.192	-	144.389
Outras receitas/despesas operacionais	(13.714.437)	24.707	(719.694)	(3.302)	156.027	(561.057)	(14.806.756)
Resultado operacional	**21.358.047**	**1.172.626**	**8.822.509**	**4.885**	**(141.626)**	**-**	**31.209.541**

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 947

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco SP

BBDC B3 LISTED NI | BRAX11 IBXBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Dow Jones Sustainability Indices | Ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

R$ mil

	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras atividades	Eliminações	DRE
	País	Exterior	País	Exterior	(2)	(4)	gerencial
Resultado não operacional	(325.865)	16.923	36.765	-	18	-	(272.159)
IR/CS e participação minoritária	(5.199.903)	(322.988)	(3.518.490)	(1.789)	51.476	-	(8.991.694)
Lucro líquido/Prejuízo acumulado em 2021	**15.832.279**	**866.561**	**5.340.884**	**3.096**	**(97.132)**	**-**	**21.945.688**
Lucro líquido/Prejuízo acumulado em 2020	10.466.288	1.022.786	5.028.144	(1.472)	30.831	-	16.546.577

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras, empresas holdings que, basicamente, administram recursos financeiros, empresas administradoras de cartões de crédito, consórcios e de ativos;
(2) Estão sendo eliminados os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre empresas brasileiras e estrangeiras do mesmo segmento;
(3) Segmento "Grupo Segurador" é representado por empresas seguradoras, de previdência e de capitalização; e
(4) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes, bem como entre operações realizadas no país e exterior.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidades em moeda nacional	13.346.398	15.173.555	14.850.622	17.747.629
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.599.647	5.285.144	6.433.486	6.098.396
Aplicações em ouro	-	830	213	1.036
Total de disponibilidades (caixa)	**17.946.045**	**20.459.529**	**21.284.330**	**23.845.061**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	50.791.537	160.875.837	50.161.989	166.975.928
Total de caixa e equivalentes de caixa	**68.737.582**	**190.335.366**	**71.386.319**	**190.820.989**

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

7) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO					BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2021	2020
Aplicações no mercado aberto:								
Posição bancada	**8.453.489**	**22.280.299**	**9.509.007**	**938.110**	**-**	**-**	**10.447.117**	**48.630.184**
- Letras financeiras do tesouro	549.779	1.375.162	187.833	361.945	-	-	549.778	19.860.683
- Notas do tesouro nacional	4.782.995	14.737.100	6.354.681	420.357	-	-	6.775.038	21.638.087
- Letras do tesouro nacional	1.242.258	4.863.202	1.158.841	44.301	-	-	1.243.142	5.824.076
- Outros	1.878.456	1.304.835	1.767.652	111.507	-	-	1.879.159	1.307.338
Posição financiada	**45.568.503**	**151.048.538**	**39.973.605**	**3.895.851**	**-**	**-**	**43.869.456**	**125.241.658**
- Letras financeiras do tesouro	35.230.954	110.141.024	35.230.954	-	-	-	35.230.954	91.655.504
- Notas do tesouro nacional	6.878.419	37.320.941	1.787.428	3.392.053	-	-	5.179.482	30.960.456
- Letras do tesouro nacional	3.459.130	3.586.573	2.955.222	503.798	-	-	3.459.020	2.625.698
Posição vendida	**13.183.666**	**5.857.577**	**8.067.765**	**5.115.901**	**-**	**-**	**13.183.666**	**5.857.577**
- Letras do tesouro nacional	13.183.666	5.857.577	8.067.765	5.115.901	-	-	13.183.666	5.857.577
Subtotal	**67.205.658**	**179.186.414**	**57.550.377**	**9.949.862**	**-**	**-**	**67.500.239**	**179.729.419**
Aplicações em depósitos interfinanceiros:								
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	89.094.197	75.604.627	1.936.711	4.358.931	6.832.275	2.605.115	15.931.032	11.422.541
- Provisões para perdas	(70.122)	(4.753)	(914)	(13.472)	(19.580)	(36.156)	(70.122)	(4.752)
Subtotal	**88.994.075**	**75.599.874**	**1.935.797**	**4.343.459**	**6.812.695**	**2.568.959**	**15.860.910**	**11.417.789**
Total em 2021	**156.199.733**		**59.486.174**	**14.293.321**	**6.812.695**	**2.568.959**	**83.361.149**	
%	100,0		71,4	17,1	8,2	3,3	100,0	
Total em 2020		254.786.288	167.580.498	15.197.711	2.915.463	5.453.536		191.147.208
%		100,0	87,6	8,0	1,5	2,9		100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Rendas de aplicações em operações compromissadas:						
- Posição bancada	403.467	815.119	556.864	729.325	1.226.526	1.098.411
- Posição financiada	2.274.211	3.886.174	3.258.263	2.099.380	3.500.567	2.815.409
- Posição vendida	2.220.863	3.680.453	2.329.099	2.220.884	3.680.453	2.329.099
Subtotal	**4.898.541**	**8.181.746**	**6.144.226**	**5.049.589**	**8.407.546**	**6.240.919**
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**2.181.997**	**3.545.929**	**5.265.413**	**407.611**	**583.152**	**403.553**
Rendas de aplicações voluntárias no Bacen	**3.565**	**3.565**	**-**	**3.565**	**3.565**	**-**
Total (Nota 10f III)	**7.084.103**	**11.731.240**	**11.409.639**	**5.460.745**	**8.994.263**	**6.644.472**

8) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Créditos vinculados

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Remuneração	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
		2021	2020	2021	2020
Compulsório sobre depósitos à vista	Não remunerado	12.465.441	9.796.215	12.598.918	9.857.922
Compulsório sobre depósitos de poupança	Índice da poupança	19.112.960	19.524.472	19.112.960	19.524.472
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa Selic	55.605.424	54.375.139	55.605.424	54.375.139
Total		**87.203.825**	**83.695.826**	**87.317.302**	**83.757.533**

Para maiores informações sobre depósitos compulsórios veja Nota 36f.

b) Resultado das aplicações compulsórias

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)	2.165.249	3.101.796	2.017.605	2.165.249	3.101.796	2.017.605
Créditos vinculados ao SFH (1)	2.257	3.708	5.714	2.257	3.708	5.714
Total	**2.167.506**	**3.105.504**	**2.023.319**	**2.167.506**	**3.105.504**	**2.023.319**

(1) Os depósitos vinculados ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) estão registrados na rubrica "Outros ativos".

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários.

a) Resumo da classificação consolidada dos títulos e valores mobiliários por segmentos de negócio e emissor

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Grupo Segurador								
	Financeiras (7)	Seguradoras e Capitalização	Previdência (6)	Outras atividades	2021	%	2020	%
Títulos para negociação	**110.532.857**	**12.511.328**	**191.465.868**	**3.369**	**314.513.422**	**45,7**	**251.171.296**	**40,7**
- Títulos públicos	102.760.984	8.257.506	148.926.076	3.369	259.947.935	37,8	217.244.163	35,2
- Títulos privados	7.771.873	4.253.822	42.539.792	-	54.565.487	7,9	33.927.133	5,5
Títulos disponíveis para venda (2)	**226.021.803**	**27.981.338**	**33.579.226**	**111**	**287.582.478**	**41,8**	**265.513.501**	**43,1**
- Títulos públicos	117.752.709	22.342.022	32.070.535	-	172.165.266	25,0	159.579.034	25,9
- Títulos privados	108.269.094	5.639.316	1.508.691	111	115.417.212	16,8	105.934.467	17,2
Títulos mantidos até o vencimento (2)	**56.939.643**	**6.849.905**	**22.137.515**	**-**	**85.927.063**	**12,5**	**99.813.090**	**16,2**
- Títulos públicos	50.910.426	6.849.905	22.137.515	-	79.897.846	11,6	92.910.749	15,1
- Títulos privados	6.029.217	-	-	-	6.029.217	0,9	6.902.341	1,1
Total geral	**393.494.303**	**47.342.571**	**247.182.609**	**3.480**	**688.022.963**	**100,0**	**616.497.887**	**100,0**
- Títulos públicos	271.424.119	37.449.433	203.134.126	3.369	512.011.047	74,4	469.733.946	76,2
- Títulos privados	122.070.184	9.893.138	44.048.483	111	176.011.916	25,6	146.763.941	23,8
Total geral	**393.494.303**	**47.342.571**	**247.182.609**	**3.480**	**688.022.963**	**100,0**	**616.497.887**	**100,0**

b) Classificação consolidada por categorias, prazos e segmentos de negócio

I) Títulos para negociação

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2021						2020	
Títulos	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (3) (4)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (3) (4)	Marcação a mercado
- Financeiras	**7.514.176**	**8.463.434**	**19.946.310**	**74.878.937**	**110.532.857**	**110.759.093**	**(226.236)**	**54.360.035**	**58.708**
Letras financeiras do tesouro	-	4.013.825	1.742.530	13.782.614	19.538.769	19.538.096	673	14.038.511	(29.041)
Notas do tesouro nacional	-	-	664.998	22.655.873	23.320.871	23.458.408	(137.537)	22.817.806	243.032
Letras financeiras	-	112.743	535	202.959	316.237	315.653	584	242.525	(49.562)
Debêntures	-	304	354	1.019.406	1.020.066	1.112.744	(92.678)	834.010	(203.943)
Letras do tesouro nacional	3.261.261	3.469.367	17.069.778	35.177.434	58.977.840	58.902.998	74.842	9.182.993	18.798
Títulos da dívida externa brasileira	102.738	-	-	204.714	307.452	312.195	(4.743)	725.515	24.314
Outros	4.150.177	867.395	168.115	1.835.935	7.051.622	7.118.999	(67.377)	6.518.615	57.115
- Seguradoras e capitalização	**3.663.269**	**1.429.525**	**1.184.033**	**6.234.501**	**12.511.328**	**12.513.507**	**(2.179)**	**12.746.109**	**3.952**
Letras financeiras do tesouro	-	1.395.729	1.143.398	5.578.444	8.117.571	8.113.744	3.827	8.523.495	(8.309)
Letras financeiras	6.014	33.796	30.232	171.616	241.658	248.682	(7.024)	183.293	(79)
Outros	3.657.255	-	10.403	484.441	4.152.099	4.151.081	1.018	4.039.321	12.340
- Previdência	**11.618.380**	**5.981.499**	**19.062.934**	**154.803.055**	**191.465.868**	**193.215.682**	**(1.749.814)**	**184.057.518**	**724.283**
Letras financeiras do tesouro	10.214	4.704.885	2.495.441	108.324.762	115.535.302	115.657.103	(121.801)	125.009.202	(379.082)
Notas do tesouro nacional	-	-	11.673.686	18.917.871	30.591.557	32.009.807	(1.418.250)	27.459.844	959.908
Letras do tesouro nacional	13.964	52.106	469.947	2.263.200	2.799.217	2.944.997	(145.780)	8.540.155	64.959
Letras financeiras	457.590	703.963	2.795.209	13.811.337	17.768.099	17.733.957	34.142	7.379.810	11.849
Debêntures	11.785	404.193	1.160.353	10.455.134	12.031.465	11.934.114	97.351	5.776.481	(68.531)
Outros	11.124.827	116.352	468.298	1.030.751	12.740.228	12.735.704	4.524	9.892.046	(1.882)
- Outras atividades	**-**	**3.369**	**-**	**-**	**3.369**	**3.370**	**(1)**	**7.634**	**(5)**
Letras financeiras do tesouro	-	3.369	-	-	3.369	3.370	(1)	7.634	(5)
Total geral	**22.795.825**	**15.907.827**	**39.893.277**	**235.916.493**	**314.513.422**	**316.491.652**	**(1.978.230)**	**251.171.296**	**786.938**

II) Títulos disponíveis para venda

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2021						2020	
Títulos (3)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (3) (4)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (3) (4)	Marcação a mercado
- Financeiras	**39.796.942**	**11.833.554**	**9.042.067**	**165.347.240**	**226.021.803**	**226.361.249**	**(339.446)**	**209.014.910**	**979.093**
Letras do tesouro nacional	32.019.988	-	-	9.493.602	41.513.590	41.260.137	253.453	65.371.659	1.786.777
Debêntures	2.586.784	3.264.351	873.675	66.601.045	73.325.855	73.398.186	(72.331)	64.259.489	(2.420.559)
Notas do tesouro nacional	-	-	2.259.110	23.228.449	25.487.559	25.229.711	(741.152)	28.820.738	1.061.917
Títulos privados no exterior	27.895	668.856	1.346.040	4.104.827	6.147.618	5.999.489	148.129	6.653.994	329.095
Ações	1.505.043	-	-	-	1.505.043	1.555.066	(50.023)	3.402.394	(114.240)
Títulos de governos estrangeiros	1.404.127	3.901.457	1.677.152	422.139	7.404.875	7.415.583	(14.708)	6.508.219	7.185
Notas promissórias	73.659	1.258.304	863.436	4.082.413	6.278.812	6.194.472	84.340	7.167.074	94.332
Certificados de recebíveis imobiliários	-	503	97.468	1.557.588	1.655.559	1.574.070	81.489	1.740.062	(52.629)
Letras financeiras do tesouro	-	454.083	72.067	33.898.022	34.422.172	34.292.073	129.099	1.841.854	(9.719)
Outros	2.181.446	2.285.000	1.853.119	21.961.155	28.280.720	28.438.462	(157.742)	23.249.429	296.925
- Seguradoras e capitalização	**5.425.828**	**-**	**14.593**	**22.540.817**	**27.981.338**	**30.210.956**	**(2.229.618)**	**32.103.494**	**4.472.633**
Notas do tesouro nacional	-	-	14.593	20.931.944	20.946.537	22.653.451	(1.706.914)	20.190.279	1.796.995
Ações	5.208.223	-	-	-	5.208.223	5.729.930	(521.707)	8.855.739	2.509.352
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.389.144	1.389.144	1.449.478	(60.334)	2.876.308	110.433
Outros	217.605	-	-	219.729	437.334	378.097	59.237	181.168	55.853
- Previdência	**810.017**	**21.569**	**7.974**	**32.739.666**	**33.579.226**	**34.304.846**	**(725.720)**	**24.386.290**	**4.464.158**
Notas do tesouro nacional	-	-	-	32.012.039	32.012.039	32.729.352	(717.313)	24.260.665	4.445.352
Ações	810.017	-	-	-	810.017	810.016	1	-	-
Debêntures	-	12.247	7.974	518.601	538.822	539.402	(580)	66.232	17.822
Outros	-	9.322	-	209.026	218.348	226.176	(7.828)	59.393	(16)
- Outras atividades	**111**	**-**	**-**	**-**	**111**	**158**	**(47)**	**8.807**	**461**
Outros	111	-	-	-	111	158	(47)	8.807	461
Subtotal	**46.034.898**	**11.855.123**	**9.064.734**	**220.627.723**	**287.582.478**	**290.877.309**	**(3.294.831)**	**265.513.501**	**9.916.345**
Hedge - contábil (Nota 10f II) (1)	-	-	-	-	-	-	(1.557.951)	-	(792.271)
Títulos reclassificados para categoria "Títulos mantidos até o vencimento"	-	-	-	-	-	-	313.001	-	895.255
Total geral	**46.034.898**	**11.855.123**	**9.064.734**	**220.627.723**	**287.582.478**	**290.877.309**	**(4.539.781)**	**265.513.501**	**10.019.329**

III) Títulos mantidos até o vencimento

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2021						2020	
Títulos (3)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo atualizado (3)	Valor de mercado (4)	Mais (menos) valia não contabilizada	Valor de custo atualizado (3)	Mais (menos) valia não contabilizada
- Financeiras	**14.287.356**	**4.124.669**	**6.309.506**	**32.218.112**	**56.939.643**	**54.661.334**	**(2.278.309)**	**85.260.589**	**1.915.174**
Letras do tesouro nacional	14.287.292	3.667.929	6.309.184	8.962.760	33.227.175	32.349.662	(877.513)	40.189.771	1.251.064
Certificados de recebíveis imobiliários	-	456.280	-	5.412.046	5.868.326	6.163.153	294.827	6.703.402	87.221
Notas do tesouro nacional	64	460	312	17.662.415	17.663.251	15.966.524	(1.696.727)	18.125.276	571.546
Outros	-	-	-	180.891	180.891	181.995	1.104	251.140	5.343
- Seguradoras e capitalização	**-**	**-**	**1.164.882**	**5.685.023**	**6.849.905**	**6.808.843**	**(41.062)**	**5.854.417**	**1.438.910**
Notas do tesouro nacional	-	-	1.164.882	5.685.023	6.849.905	6.808.843	(41.062)	5.854.417	1.438.910
- Previdência	**-**	**-**	**-**	**22.137.515**	**22.137.515**	**25.262.674**	**3.125.159**	**28.689.084**	**6.563.299**
Notas do tesouro nacional	-	-	-	22.137.515	22.137.515	25.262.674	3.125.159	28.689.084	6.563.299
Total geral	**14.287.356**	**4.124.669**	**7.474.388**	**60.040.650**	**85.927.063**	**86.732.851**	**805.788**	**99.813.090**	**9.917.383**

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 948

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus - Osasco-SP

BBDC 3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO (2)		BRADESCO CONSOLIDADO					
			1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2021 (4) (5)	2020 (4) (5)
Títulos	**2021**	**2020**						
Carteira própria	**130.037.589**	**188.863.690**	**69.564.091**	**23.768.077**	**41.382.094**	**354.145.305**	**488.859.567**	**516.258.770**
Títulos de renda fixa	**128.417.970**	**187.531.432**	**54.689.986**	**23.768.077**	**41.382.094**	**354.145.305**	**473.965.462**	**496.305.298**
· Notas do tesouro nacional	3.935.421	51.331.847	64	460	13.498.295	107.087.602	120.584.421	158.752.531
· Letras financeiras do tesouro	1.237.752	947.499	3.232	9.630.123	5.138.375	118.887.256	133.658.986	139.505.584
· Letras do tesouro nacional	14.913.811	20.024.800	37.250.475	701.502	12.974.666	14.761.297	65.687.910	61.589.288
· Debêntures	54.088.348	59.021.344	1.672.476	3.000.344	2.050.903	60.653.034	67.376.757	64.449.071
· Letras financeiras	586.158	669.661	528.542	906.791	2.871.800	14.552.857	18.859.990	8.143.756
· Certificados de recebíveis imobiliários	7.550.978	8.415.381	-	456.785	97.468	7.099.985	7.654.238	8.550.103
· Títulos de governos estrangeiros	6.659.985	6.281.194	1.412.047	4.487.792	1.677.152	443.934	8.020.925	7.134.063
· Títulos privados no exterior	5.844.656	8.058.814	2.027.079	949.788	625.340	5.768.232	9.370.409	10.209.842
· Títulos da dívida externa brasileira	8.512.240	9.539.840	102.738	-	-	8.458.150	8.560.888	9.539.840
· Notas promissórias	3.927.188	7.170.573	73.659	1.259.304	171.906	3.235.727	4.740.596	8.053.965
· Certificados de depósito bancário	-	-	87.472	49.129	105.301	112.474	354.376	760.411
· Outros	21.061.433	16.080.699	11.512.202	2.326.059	2.172.888	13.084.817	29.095.966	19.706.844
Títulos de renda variável	**1.619.619**	**1.332.238**	**14.894.105**	-	-	-	**14.894.105**	**19.861.472**
· Ações de outras companhias	1.619.619	1.332.238	14.894.105	-	-	-	14.894.105	19.861.472
Títulos vinculados	**231.295.248**	**113.953.710**	**13.553.988**	**7.356.394**	**14.282.957**	**159.674.514**	**194.867.853**	**96.169.895**
A compromisso de recompra	**201.139.859**	**102.057.550**	**13.258.122**	**5.844.828**	**13.030.667**	**123.877.333**	**156.010.950**	**75.165.828**
· Letras do tesouro nacional	107.460.417	76.026.347	12.332.030	5.724.751	9.787.086	42.441.757	70.285.624	55.079.294
· Títulos privados no exterior	886.219	-	-	-	886.219	-	886.219	-
· Notas do tesouro nacional	51.990.842	13.496.053	-	-	2.102.106	47.373.876	49.475.982	12.555.815
· Títulos da dívida externa brasileira	632.070	758.049	-	-	-	632.070	632.070	758.049
· Debêntures	8.912.409	11.652.450	926.092	-	-	2.938.403	3.864.495	6.647.819
· Letras financeiras do tesouro	31.237.902	124.651	-	120.077	255.256	30.491.227	30.866.560	124.651
Ao Banco Central	-	**5.252.403**	-	-	-	-	-	**5.252.403**
· Letras do tesouro nacional	-	4.435.912	-	-	-	-	-	4.435.912
· Notas do tesouro nacional	-	816.491	-	-	-	-	-	816.491
Moedas de privatização	**2.818**	**3.371**	-	-	-	**24.692**	**24.692**	**29.532**
A prestação de garantias	**30.152.571**	**6.640.386**	**295.866**	**1.511.566**	**1.252.290**	**35.772.489**	**38.832.211**	**15.722.332**
· Notas do tesouro nacional	6.143.478	3.771.896	-	-	181.135	6.144.921	6.326.056	3.908.072
· Letras do tesouro nacional	-	1.407.984	-	-	319.820	100.679	420.699	1.517.729
· Letras financeiras do tesouro	4.884.136	925.190	6.982	830.814	59.805	12.256.773	13.156.374	9.883.714
· Outros	19.124.957	535.326	288.884	680.752	691.530	17.267.916	18.929.082	394.817
Títulos objeto de operações compromissadas de livre movimentação	**4.295.543**	**4.071.222**	-	**763.148**	**767.348**	**2.765.047**	**4.295.543**	**4.071.222**
· Letras do tesouro nacional	1.530.496	3.557.407	-	763.148	767.348	-	1.530.496	3.557.407
· Notas do tesouro nacional	2.765.047	513.815	-	-	-	2.765.047	2.765.047	513.815
Total geral	**365.628.390**	**306.888.622**	**83.118.079**	**31.887.619**	**56.432.399**	**516.584.866**	**688.022.963**	**616.497.887**
%	**100,0**	**100,0**	**12,1**	**4,6**	**8,2**	**75,1**	**100,0**	**100,0**

(1) Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge contábil, a categoria utilizada é "Títulos D isponíveis para Venda";
(2) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos;
(3) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Bradesco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2021, a Administração decidiu pela reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários da categoria Disponível para Venda para Negociação, no BRADESCO CONSOLIDADO o montante de R$ 40.305.887 mil, com reflexos em resultado no BRADESCO CONSOLIDADO o montante bruto de R$ (1.373.557) mil (30 de junho de 2020, a Administração decidiu pela reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários da categoria Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento, no montante de R$ 20.009.471 mil, sem reflexos em resultado, pois o resultado não realizado (mais valia) no montante bruto de R$ 1.794.263 mil, foi mantido no Patrimônio Líquido e está sendo reconhecido no resultado pelo prazo remanescente dos títulos), conforme artigo 5º da referida Circular. Esses reclassificações se deram por alinhamento da estratégia de gerenciamento de risco e capital e por conta das exigências contidas na resolução nº 111 do BCB. No exercício de 2021, não houve venda ou reclassificações de títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento;
(4) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
(5) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;
(6) Inclui basicamente fundos de investimento (VGBL e PGBL); e
(7) No BRADESCO MULTIPLO, os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias (i) Títulos para negociação e operações compromissadas de recursos de fundos de investimentos, (ii) Títulos disponíveis para venda e (iii) Títulos mantidos até o vencimento totalizam, respectivamente, R$ 89.364.310 mil, R$ 219.485.218 mil e R$ 56.778.752 mil (2020 - R$ 50.608.500 mil, R$ 191.261.673 mil e R$ 65.018.449 mil).

d) *Impairment* para títulos e valores mobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no BRADESCO MULTIPLO, houve *impairment* de ativos financeiros, em sua maioria debêntures, classificados nas categorias "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento", líquido de constituição/(reversão) no valor de R$ 216.968 mil (2020 - R$ 2.545.298 mil, incluí resultado apurado em operação de venda ou de transferência de ativos financeiros).
No 2º semestre de 2021 no BRADESCO MULTIPLO, houve *impairment* de ativos financeiros, em sua maioria debêntures, classificados nas categorias "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento", líquido de constituição/(reversão) no valor de R$ (7.806) mil (2020 - R$ 1.902.024 mil, incluí resultado apurado em operação de venda ou de transferência de ativos financeiros).
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no BRADESCO CONSOLIDADO, houve *impairment* de ativos financeiros, líquido de constituição/(reversão) no montante de R$ 237.272 mil (2020 - R$ 3.084.402 mil), em sua maioria debêntures, classificados nas categorias "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento" (2020 - R$ 2.637.989 mil, incluí resultado apurado em operação de venda ou de transferência de ativos financeiros). Não houve *impairment* de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R$ 446.413 mil, classificado na categoria "Disponível para Venda").
No 2º semestre de 2021 no BRADESCO CONSOLIDADO, houve *impairment* de ativos financeiros, líquido de constituição/(reversão), no montante de R$ 4.607 mil em sua maioria debêntures, classificados nas categorias "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento".

10) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos do Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional. Essas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para *swaps*. O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para a estimação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos da balcão também é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).
Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* e futuros, sendo registradas na B3.
Os instrumentos financeiros derivativos realizados no exterior referem-se a operações de *swaps*, termo, opções, crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como mercado de balcão.
As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.
Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO									
	2021					2020				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos futuros										
Compromissos de compra	**73.881.912**		-	-	-	**65.408.821**		-	-	-
· Mercado interfinanceiro	41.566.592	-	-	-	-	24.321.237	-	-	-	-
· Moeda estrangeira	28.781.564	-	-	-	-	38.184.089	-	-	-	-
· Outros	3.533.756	2.919.008	-	-	-	2.903.495	2.506.426	-	-	-
Compromissos de venda	**164.782.068**		-	-	-	**219.833.129**		-	-	-
· Mercado interfinanceiro (1)	115.989.292	74.292.700	-	-	-	168.647.060	144.325.823	-	-	-
· Moeda estrangeira (2)	48.208.028	19.426.484	-	-	-	50.789.000	12.604.911	-	-	-
· Outros	584.748	-	-	-	-	397.069	-	-	-	-
Contratos de opções										
Compromissos de compra:	**26.795.244**		**489.827**	**473.981**	**963.808**	**28.986.364**		**969.709**	**695.666**	**1.665.375**
· Mercado interfinanceiro	104.677	11.970	847	(264)	583	17.031.522	-	55.360	193.325	248.685
· Moeda estrangeira	3.158.770	-	147.641	(51.643)	96.198	11.397.301	-	834.129	701.089	1.535.218
· Outros	23.531.797	-	341.139	525.888	867.027	557.541	16.421	80.220	1.252	81.472
Compromissos de venda	**27.603.679**		**(780.099)**	**(148.379)**	**(929.378)**	**33.304.826**		**(901.273)**	**(589.180)**	**(1.490.453)**
· Mercado interfinanceiro	92.707	-	(627)	45	(582)	19.925.808	2.894.286	(54.234)	(194.670)	(248.904)
· Moeda estrangeira	3.725.878	567.108	(169.883)	115.438	(54.445)	12.837.898	1.440.597	(394.337)	(363.298)	(957.635)
· Outros	23.785.094	253.297	(610.489)	(263.862)	(874.351)	541.120	-	(252.702)	(31.212)	(283.914)
Contratos a termo										
Compromissos de compra:	**32.433.946**		**303.733**	**(5.263)**	**298.470**	**76.011.205**		**4.696.245**	**14.818**	**4.711.063**
· Mercado interfinanceiro	-	-	-	-	-	246.269	246.269	1.859	14.818	16.677
· Moeda estrangeira	31.625.773	1.432.384	231.503	(826)	230.677	70.345.084	48.576.798	(453)	-	(453)
· Outros	808.173	-	72.230	(4.437)	67.793	5.419.852	4.451.509	4.694.839	-	4.694.839
Compromissos de venda	**33.473.087**		**1.901.522**	**(38.817)**	**1.862.705**	**22.736.639**		**(132.076)**	**(4.678)**	**(136.754)**
· Moeda estrangeira (2)	30.193.409	-	(92.393)	-	(92.393)	21.766.285	-	(82.681)	-	(82.681)
· Outros	3.279.678	2.471.505	1.993.915	(38.817)	1.955.098	968.343	-	(49.395)	(4.678)	(54.073)
Contratos de *swap*										
Posição ativa	**88.515.294**		**15.229.996**	**3.499.871**	**18.729.867**	**71.528.324**		**13.035.354**	**3.584.420**	**16.629.774**
· Mercado interfinanceiro	26.499.304	-	(37.912)	1.594.959	1.557.047	4.062.990	-	104.256	216.862	321.118
· Prefixados	16.113.972	9.253.753	4.138.240	(765.075)	3.370.185	32.297.799	18.257.286	3.708.265	26.031	3.734.296
· Moeda estrangeira	35.859.644	13.547.312	10.033.551	2.530.658	12.564.209	30.889.847	8.068.103	8.483.654	3.051.417	11.535.071
· IGP-M	504.587	-	535.836	11.054	574.335	536.581	-	432.391	22.676	455.067
· Outros	9.537.787	5.010.704	539.836	128.275	684.111	3.641.107	-	326.788	277.434	604.222
Posição passiva	**72.126.159**	**(9.565.320)**	**(1.337.843)**	**(10.902.963)**	**50.104.890**			**(10.433.991)**	**(2.648.682)**	**(13.082.673)**
· Mercado interfinanceiro	37.697.751	11.198.447	(28.104)	(1.337.902)	(1.366.006)	7.317.810	3.254.820	(103.210)	(26.306)	(129.516)
· Prefixados	6.860.919	-	(2.983.362)	21.352	(2.962.010)	14.040.513	-	(2.431.630)	(1.448.121)	(3.879.751)
· Moeda estrangeira	22.312.332	-	(5.113.634)	(53.459)	(5.167.093)	22.821.744	-	(6.710.404)	(801.099)	(7.511.503)
· IGP-M	728.774	224.187	(769.918)	(17.073)	(786.991)	868.696	232.115	(541.495)	(44.689)	(586.184)
· Outros	4.527.083	-	(670.302)	49.439	(620.863)	5.066.097	1.414.990	(647.252)	(328.467)	(975.719)
Totais	**519.611.389**	**7.578.750**	**2.443.750**	**10.022.509**	**587.914.158**			**7.233.968**	**1.262.364**	**8.496.332**

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.
(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R$ 97.361.681 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 126.431.775 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R$ 46.695.240 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 12.942.667 mil) (Nota 10f.II);
(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R$ 32.578.474 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 29.678.043 mil); e
(3) Reflete o saldo líquido entre a Posição Ativa e Passiva.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO									
	2021					2020				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos futuros										
Compromissos de compra	**99.213.554**		-	-	-	**84.467.021**		**24.535**	-	**24.535**
· Mercado interfinanceiro	61.640.819	-	-	-	-	40.651.059	-	10.050	-	10.050
· Moeda estrangeira	31.449.101	-	-	-	-	39.875.542	-	10.832	-	10.832
· Outros	6.123.734	2.234.955	-	-	-	3.940.420	2.807.910	3.653	-	3.653
Compromissos de venda	**186.188.549**		-	-	-	**316.512.537**		**(19.366)**	-	**(19.366)**
· Mercado interfinanceiro (1)	131.650.443	70.009.624	-	-	-	263.958.439	223.307.380	(15.899)	-	(15.899)
· Moeda estrangeira (2)	50.649.347	19.200.246	-	-	-	51.421.568	11.548.046	(1.371)	-	(1.371)
· Outros	3.888.779	-	-	-	-	1.132.510	-	(2.096)	-	(2.096)
Contratos de opções										
Compromissos de compra:	**277.559.389**		**1.304.697**	**473.982**	**1.778.679**	**326.423.643**		**2.456.811**	**895.687**	**3.352.278**
· Mercado interfinanceiro	250.565.454	8.112.967	748.111	(264)	747.847	311.472.364	-	1.504.181	193.326	1.697.507
· Moeda estrangeira	3.442.347	-	151.280	(51.642)	99.638	13.878.682	-	854.484	701.089	1.555.573
· Outros	23.551.588	-	405.306	525.888	931.194	1.072.597	282.563	97.946	1.252	99.198
Compromissos de venda	**270.271.972**		**(943.666)**	**(148.378)**	**(1.092.044)**	**331.148.703**		**(2.520.903)**	**(589.180)**	**(3.110.083)**
· Mercado interfinanceiro	242.452.487	-	(96.555)	45	(96.510)	314.909.693	3.527.329	(1.640.039)	(194.670)	(1.834.709)
· Moeda estrangeira	3.988.437	544.090	(172.612)	115.438	(57.174)	15.355.976	1.477.294	(619.545)	(363.298)	(982.843)
· Outros	23.833.048	281.480	(674.399)	(263.861)	(938.260)	790.034	-	(261.319)	(31.212)	(292.531)
Contratos a termo										
Compromissos de compra:	**32.430.997**		**303.733**	**(5.263)**	**298.470**	**76.011.205**		**4.696.245**	**14.818**	**4.711.064**
· Mercado interfinanceiro	-	-	-	-	-	246.269	246.269	1.859	14.818	16.677
· Moeda estrangeira	31.622.823	4.716.522	231.503	(826)	230.677	70.345.084	49.576.798	(453)	-	(453)
· Outros	808.174	-	72.230	(4.437)	67.793	5.419.852	4.451.509	4.694.839	-	4.694.840

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 949

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC BB LISTED NI | LATIBEX XBRBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Dow Jones Sustainability Indices | Ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO								
	2021					2020			
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Compromissos de venda	**30.185.980**		**1.878.674**	**(38.817)**	**1.837.857**	**22.736.629**		**(132.076)**	**(4.678)**	**(136.754)**
- Moeda estrangeira (2)	26.906.301	-	(92.393)	-	(92.393)	21.768.286	-	(82.661)	-	(82.661)
- Outros	3.279.679	2.471.505	1.969.067	(38.817)	1.930.250	968.343	-	(49.395)	(4.678)	(54.073)
Contratos de swap										
Posição ativa:	**85.389.663**		**13.299.564**	**3.501.416**	**16.801.080**	**66.137.265**		**11.195.415**	**3.591.785**	**14.787.200**
- Mercado interfinanceiro	26.515.089	-	(33.786)	1.594.172	1.560.386	4.095.567	-	106.827	215.527	322.354
- Prefixados	16.113.972	9.253.753	4.135.240	(765.075)	3.370.165	33.427.359	19.386.846	4.160.018	26.030	4.186.048
- Moeda estrangeira	32.743.824	14.619.075	8.095.699	2.530.658	10.626.357	24.309.039	1.177.263	5.160.577	3.051.417	9.220.994
- IGP-M	504.587	-	563.281	11.054	574.335	636.581	-	432.390	22.676	455.066
- Outros	9.522.191	4.995.108	539.030	130.607	669.637	3.608.719	-	326.603	276.135	602.738
Posição passiva:	**67.738.784**		**(10.367.236)**	**(1.337.364)**	**(11.704.600)**	**50.475.079**		**(10.838.073)**	**(2.653.090)**	**(13.491.163)**
- Mercado interfinanceiro	37.713.535	11.198.446	(29.833)	(1.336.711)	(1.366.544)	7.350.385	3.254.818	(103.984)	(27.012)	(130.996)
- Prefixados	6.860.219	-	(2.983.362)	21.352	(2.962.010)	14.040.513	-	(2.431.630)	(1.448.120)	(3.879.750)
- Moeda estrangeira	17.924.749	-	(5.924.580)	(53.459)	(5.978.039)	23.191.776	-	(7.119.016)	(801.099)	(7.920.115)
- IGP-M	713.178	208.592	(759.159)	(17.985)	(777.144)	836.307	199.728	(536.192)	(48.393)	(584.585)
- Outros	4.527.083	-	(670.302)	49.439	(620.863)	5.056.098	1.447.379	(647.251)	(328.466)	(975.717)
Totais	**1.048.988.968**		**5.473.866**	**2.445.576**	**7.919.442**	**1.273.909.082**		**4.862.389**	**1.255.322**	**6.117.711**

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.
(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R$ 97.361.681 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 128.431.775 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R$ 46.895.240 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 12.942.667 mil) (Nota 10f II);
(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R$ 32.578.474 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 29.678.043 mil); e
(3) Reflete o saldo líquido entre a Posição Ativa e Passiva

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor de mercado e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO									
	2021									2020
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	%	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Ajuste a receber - swap	15.229.996	3.499.871	18.729.867	80,3	3.459.948	386.575	550.674	14.332.670	18.729.867	16.629.773
Compras a termo a receber	719.798	(5.242)	714.556	3,1	207.620	219.075	201.401	86.460	714.556	5.699.164
Vendas a termo a receber (1)	2.959.598	(38.650)	2.920.948	12,5	2.173.877	124.949	37.229	584.893	2.920.948	952.216
Prêmios de opções a exercer	489.827	473.981	963.808	4,1	68.065	3.478	33.970	858.295	963.808	1.865.375
Total do ativo (A)	**19.399.219**	**3.929.960**	**23.329.179**	**100,0**	**5.909.510**	**734.077**	**823.274**	**15.862.318**	**23.329.179**	**25.146.528**
Ajuste a pagar - swap	(9.565.320)	(1.337.643)	(10.902.963)	81,9	(3.064.717)	(236.958)	(552.669)	(7.048.621)	(10.902.963)	(13.062.671)
Ajuste a pagar - futuro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(968.100)
Compras a termo a pagar	(416.065)	(21)	(416.086)	3,1	(189.216)	(61.958)	(114.762)	(70.150)	(416.086)	(1.088.970)
Vendas a termo a pagar (1)	(1.058.076)	(167)	(1.058.243)	8,0	(92.368)	(185.786)	(185.349)	(614.720)	(1.058.243)	-
Prêmios de opções lançadas	(780.999)	(148.379)	(929.378)	7,0	(25.453)	(6.553)	(55.526)	(841.846)	(929.378)	(1.490.453)
Total do passivo (B)	**(11.820.460)**	**(1.486.210)**	**(13.306.670)**	**100,0**	**(3.371.774)**	**(471.253)**	**(908.306)**	**(8.575.337)**	**(13.306.670)**	**(16.650.194)**
Efeito líquido (A-B)	**7.578.759**	**2.443.750**	**10.022.509**		**2.537.736**	**262.824**	**(85.032)**	**7.286.981**	**10.022.509**	**8.496.334**

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao *hedge* de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO									
	2021									2020
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	%	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Ajuste a receber - swap	13.299.664	3.501.416	16.801.080	75,8	3.478.092	441.114	672.855	12.209.019	16.801.080	14.787.200
Ajuste a receber - futuro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.535
Compras a termo a receber	719.798	(5.242)	714.556	3,2	207.620	219.075	201.401	86.460	714.556	5.699.164
Vendas a termo a receber (1)	2.929.060	(38.650)	2.890.410	13,0	2.143.339	124.949	37.229	584.893	2.890.410	952.216
Prêmios de opções a exercer	1.304.697	473.982	1.778.679	8,0	211.089	8.216	39.408	1.519.966	1.778.679	3.352.278
Total do ativo (A)	**18.253.219**	**3.931.506**	**22.184.725**	**100,0**	**6.040.140**	**793.354**	**950.893**	**14.400.338**	**22.184.725**	**24.815.393**
Ajuste a pagar - swap	(10.367.236)	(1.337.364)	(11.704.600)	82,9	(3.155.118)	(265.142)	(593.801)	(7.690.539)	(11.704.600)	(13.491.183)
Ajuste a pagar - futuro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.366)
Compras a termo a pagar	(416.065)	(21)	(416.086)	2,9	(189.216)	(61.958)	(114.762)	(70.150)	(416.086)	(968.100)
Vendas a termo a pagar	(1.052.386)	(167)	(1.052.553)	7,4	(86.696)	(185.786)	(185.349)	(614.720)	(1.052.553)	(1.088.970)
Prêmios de opções lançadas	(943.666)	(148.378)	(1.092.044)	7,7	(160.631)	(16.648)	(70.871)	(843.894)	(1.092.044)	(3.110.083)
Total do passivo (B)	**(12.779.353)**	**(1.485.930)**	**(14.265.283)**	**100,0**	**(3.571.663)**	**(509.534)**	**(964.783)**	**(9.219.303)**	**(14.265.283)**	**(18.697.682)**
Efeito líquido (A-B)	**5.473.866**	**2.445.576**	**7.919.442**		**2.468.477**	**283.820**	**(13.890)**	**5.181.035**	**7.919.442**	**6.117.711**

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao *hedge* de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

c) Contratos futuros, de opções, de termo e de *swap* - (Valor de Referência)

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO					
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total 2021	Total 2020
Contratos futuros (1)	130.214.339	6.145.434	30.321.496	71.982.709	238.663.980	285.241.950
Contratos de opções	35.673.048	12.835.993	2.007.933	3.881.949	54.398.923	62.291.190
Contratos a termo (1)	35.782.934	10.530.311	10.373.524	9.220.264	65.907.033	98.747.834
Contratos de swap	20.504.535	7.050.069	9.443.048	123.633.801	160.641.453	121.633.184
Total em 2021	**222.174.856**	**36.571.807**	**52.146.003**	**208.718.723**	**519.611.389**	
Total em 2020	**316.191.475**	**70.883.002**	**72.372.534**	**208.467.147**		**567.914.158**

(1) Inclui contratos relativo ao *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO					
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total 2021	Total 2020
Contratos futuros (1)	145.644.087	11.915.967	37.538.227	90.305.942	285.402.223	400.979.558
Contratos de opções	366.727.970	171.088.109	2.225.243	7.790.619	547.831.341	657.569.346
Contratos a termo (1)	32.495.943	10.530.182	10.373.525	9.217.327	62.616.977	98.747.834
Contratos de swap	20.547.602	6.631.357	9.566.108	116.393.360	153.138.427	116.612.344
Total em 2021	**565.415.602**	**200.165.615**	**59.701.103**	**223.706.648**	**1.048.988.968**	
Total em 2020	**434.677.889**	**319.811.847**	**239.501.937**	**279.857.409**		**1.273.909.082**

(1) Inclui contratos relativo ao *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos representados, basicamente, por contratos futuros

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Títulos públicos				
Notas do tesouro nacional	5.169.701	4.368.766	5.169.701	4.368.766
Total	**5.169.701**	**4.368.766**	**5.169.701**	**4.368.766**

e) Valores das receitas e das despesas líquidas

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º semestre	2021	2020	2º semestre	2021	2020
Contratos de swap	252.922	(167.607)	(2.980.066)	(3.207)	2.575.391	4.250.553
Contratos a termo (1)	(572.448)	(255.435)	1.700.794	(927.650)	(3.967.575)	(7.597.574)
Contratos de opções	54.257	(35.890)	3.659.473	857.364	661.728	3.797.555
Contratos futuros (1)	(863.603)	242.179	(20.716.552)	(798.677)	(15.451)	(19.638.556)
Variação cambial de ativos e passivos no exterior	-	-	-	(144.896)	37.191	6.362.663
Total (Nota 10 III)	**(1.128.870)**	**(156.753)**	**(18.336.371)**	**(1.017.066)**	**(708.716)**	**(12.825.359)**

(1) Inclui, o resultado e o respectivo ajuste ao valor de mercado do *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior.

f) Valores de referência das instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
B3 (bolsa)	285.281.320	324.355.809	823.937.640	1.034.782.001
B3 (balcão)	**187.424.454**	**202.580.430**	**189.058.418**	**203.170.377**
Instituições financeiras	73.245.477	44.223.308	73.884.030	44.352.093
Empresas	113.860.356	158.012.735	114.852.989	158.472.804
Pessoas físicas	318.621	344.387	321.399	345.390
Exterior (bolsa) (1)	5.257.959	15.256.532	5.257.959	15.256.532
Exterior (balcão) (1)	41.647.656	25.721.387	30.734.951	20.700.172
Total	**519.611.389**	**567.914.158**	**1.048.988.868**	**1.273.909.082**

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

I) Derivativos de crédito (*Credit Default Swap* - CDS)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2021	2020
Risco recebido de *swaps* de créditos:	**3.490.755**	**3.872.939**
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	826.946	1.024.244
- Títulos de dívida pública brasileira	2.085.120	2.560.026
- Títulos de dívida pública estrangeira	578.699	288.669
Risco transferido de *swaps* de créditos:	**(1.512.316)**	**(1.304.372)**
- Derivativos da dívida pública brasileira	(831.495)	(332.589)
- Derivativos da dívida pública estrangeira	(680.821)	(971.783)
Risco de crédito total líquido	**1.978.449**	**2.568.567**
Efeito sobre o patrimônio líquido	**111.268**	**105.226**
Remuneração sobre a contraparte receptora do risco	**(33.927)**	**(26.462)**

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2026. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

II) *Hedge* contábil

Em 31 de dezembro de 2021, o Bradesco mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen, composto por:

***Hedge* de fluxo de caixa** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio, as quais impactam o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*, ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estratégia	Instrumento de *hedge* valor nominal	Objeto de *hedge* valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	46.895.240	47.164.744	(933.758)	(513.567)
Hedge de pagamentos de juros das captações (2)	97.361.681	96.910.430	215.196	118.358
Total em 2021	**144.256.921**	**144.075.173**	**(718.562)**	**(395.209)**
Hedge de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	12.942.667	13.197.717	100.114	55.063
Hedge de pagamentos de juros das captações (1)	128.431.775	126.398.921	(316.082)	(173.845)
Total em 2020	**141.374.442**	**139.596.638**	**(215.968)**	**(118.782)**

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3 e *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2027, tornando o fluxo de caixa prefixado; e
(2) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3 e *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2025, tornando o fluxo de caixa prefixado.

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R$ (77.839) mil.

Em dezembro de 2021, ocorreram liquidações antecipadas relativas aos instrumentos de *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no montante de R$ (776.805) mil, líquido de efeitos fiscais. Não ocorreram ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

***Hedge* de valor justo** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. O objeto de *hedge* é ajustado ao valor de mercado, classificado em DPV - Disponível para Venda e a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações deste instrumento é reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o patrimônio líquido em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*, ou (ii) na realização do *hedge*. A parcela não efetiva do objeto de *hedge* é reconhecida diretamente em conta de patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estratégia	Instrumento de *hedge* valor mercado	Objeto de *hedge* valor mercado	Ajuste a mercado registrado no resultado (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no resultado (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de debêntures	205.592	205.592	5.592	3.076
Total em 2021	**205.592**	**205.592**	**5.592**	**3.076**

Referente ao risco de ações, utilizando-se de contratos de *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2022.

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo, que esperamos reconhecer em contas de patrimônio líquido, equivalem ao montante de R$ (4.025) mil.

Não ocorreram ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo, registrados em contas de patrimônio líquido, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

***Hedge* de investimentos no exterior** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estratégia	Instrumento de *hedge* valor mercado	Objeto de *hedge* valor mercado	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	4.658.609	2.800.937	(839.389)	(440.197)
Total em 2021	**4.658.609**	**2.800.937**	**(839.389)**	**(440.197)**
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	4.839.546	2.570.621	(576.303)	(316.967)
Total em 2020	**4.839.546**	**2.570.621**	**(576.303)**	**(316.967)**

(1) Cujo moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Pesó Mexicano) e USD (Dólar Americano). A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R$ 404 mil.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ (38.333) mil (2020 - R$ (12.697) mil).

continua...

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 950

bradesco

Banco Bradesco S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC BOLSA B3 | LATIBEX XBBDC | ISEB3
abrasca | CDP | ITAG B3
Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO NYSE | BBD NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

III) Resultado com títulos e valores mobiliários, resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização e instrumentos financeiros derivativos

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º semestre	2021	2020	2º semestre	2021	2020
Títulos de renda fixa (1)	11.676.546	19.398.527	18.567.985	13.310.425	22.417.006	21.803.879
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7b)	7.084.103	11.731.243	11.409.639	5.460.745	8.994.263	6.644.472
Títulos de renda variável	311.208	269.661	161.887	(1.510.003)	(2.159.188)	(1.565.569)
Subtotal	**19.071.857**	**31.399.428**	**30.139.511**	**17.261.167**	**29.252.081**	**26.882.782**
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização	-	-	-	4.364.312	8.928.812	5.181.816
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 10e)	(1.128.870)	(156.753)	(18.336.371)	(1.017.066)	(708.716)	(12.825.359)
Total	**17.942.987**	**31.242.675**	**11.803.140**	**20.608.413**	**37.472.177**	**19.219.239**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve perdas por *impairment* de ativos financeiros (em sua maioria debêntures), no montante de R$ 216.966 mil (2020 - R$ 1.868.219 mil). BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 237.272 mil (2020 - R$ 1.960.911 mil) e no 2º semestre de 2021 houve reversão no montante de R$ (7.808) mil. BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 4.607 mil (2020 - R$ 1.902.875 mil), líquido de constituição/reversão. Não houve resultado apurado em operação de venda ou de transferência de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R$ 2.637.969 mil);

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no 2º semestre de 2021 no BRADESCO CONSOLIDADO, não houve perdas por *impairment* de ações (2020 - R$ 446.413 mil); e

(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 - BRADESCO CONSOLIDADO, compreende Receitas financeiras de seguros, previdência e capitalização no valor de R$ 22.121.225 mil (2020 - R$ 23.505.822 mil) e Despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização no valor de R$ (13.192.413) mil (2020 - R$ (18.344.005) mil). No 2º semestre de 2021 e 2020, compreende Receitas financeiras de seguros, previdência e capitalização no valor de R$ 11.069.547 mil (2020 - R$ 12.793.244 mil) e Despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização no valor de R$ (6.705.235) mil (2020 - R$ (9.276.135) mil) (Nota 17e).

11) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos as informações relativas às operações de crédito, que incluem adiantamentos sobre contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

a) Modalidades e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO									
	Curso normal									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2021 (A)	% (4)	Total em 2020 (A)	% (4)
Empréstimos e títulos descontados (1)	22.136.968	15.027.232	15.510.258	30.542.701	42.353.838	138.451.628	264.022.625	38,9	228.926.469	39,7
Financiamentos	5.309.754	5.600.830	6.208.809	15.807.246	21.909.586	138.814.707	193.650.932	28,5	175.522.829	30,4
Financiamentos rurais e agroindustriais	646.206	828.522	815.172	3.681.719	7.373.189	10.057.070	23.401.878	3,4	19.796.632	3,4
Subtotal	**28.092.928**	**21.456.584**	**22.534.239**	**50.031.666**	**71.636.613**	**287.323.405**	**481.075.435**	**70,8**	**424.245.730**	**73,5**
Operações de arrendamento mercantil	109.247	134.225	105.578	293.142	548.171	2.063.959	3.274.322	0,5	2.612.693	0,5
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	1.634.744	1.945.572	2.578.911	5.121.000	5.242.564	42.399	16.565.190	2,4	7.531.922	1,3
Subtotal	**29.836.919**	**23.536.381**	**25.218.728**	**55.445.808**	**77.427.348**	**289.449.763**	**500.914.947**	**73,7**	**434.390.345**	**75,3**
Outros créditos (3)	35.597.222	13.970.963	10.591.308	11.330.708	6.729.753	704.338	78.924.292	11,6	53.151.506	9,2
Total das operações de crédito	**65.434.141**	**37.507.344**	**35.810.036**	**66.776.516**	**84.157.101**	**290.154.101**	**579.839.239**	**85,3**	**487.541.851**	**84,5**
Aquisição de recebíveis - cartões de crédito	8.481.491	3.267.489	1.721.226	1.225.649	543.112	-	15.238.967	2,2	8.349.458	1,4
Subtotal	**73.915.632**	**40.774.833**	**37.531.262**	**68.002.165**	**84.700.213**	**290.154.101**	**595.078.206**	**87,5**	**495.891.309**	**85,9**
Avais e fianças	3.078.536	2.751.877	1.453.988	6.981.605	19.867.417	47.335.670	83.467.093	12,3	80.236.602	13,9
Cobrigações em cessões de crédito rural	-	-	-	-	10.326	32.690	43.016	-	49.335	-
Créditos abertos para importação	291.665	312.753	130.391	398.071	16.776	63.378	1.233.034	0,2	1.056.613	0,2
Créditos de exportação confirmados	18.401	8.368	-	-	4.742	-	31.508	-	10.034	-
Total - contas de compensação	**3.388.602**	**3.072.995**	**1.584.379**	**9.379.676**	**19.899.261**	**47.451.738**	**84.774.651**	**12,5**	**81.352.584**	**14,1**
Total geral em 2021	**77.302.234**	**43.847.828**	**39.115.641**	**77.381.841**	**104.599.474**	**337.605.839**	**679.852.857**	**100,0**		
Total geral em 2020	**50.124.635**	**32.797.925**	**28.706.360**	**69.953.413**	**82.806.256**	**312.858.304**			**577.243.893**	**100,0**

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO									
	Curso anormal									
	Parcelas vencidas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Total em 2021 (B)	% (4)	Total em 2020 (B)	% (4)
Empréstimos e títulos descontados (1)	1.078.855	1.373.839	1.086.925	2.757.068	3.241.716	9.538.223	88,1	6.801.586	83,3
Financiamentos	195.674	215.821	97.332	195.395	164.878	869.100	8,0	887.296	10,8
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.100	11.606	15.096	24.313	19.980	79.095	0,7	202.882	2,5
Subtotal	**1.280.429**	**1.601.266**	**1.199.353**	**2.976.796**	**3.426.574**	**10.484.418**	**96,8**	**7.871.764**	**96,4**
Operações de arrendamento mercantil	391	340	125	697	750	2.303	-	3.878	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	2.179	542	629	903	-	4.243	-	75.506	0,9
Subtotal	**1.282.999**	**1.602.148**	**1.200.107**	**2.978.396**	**3.427.324**	**10.490.964**	**96,8**	**7.951.148**	**97,3**
Outros créditos (3)	36.482	43.154	7.790	17.432	246.722	351.580	3,2	217.861	2,7
Total geral em 2021	**1.319.481**	**1.645.302**	**1.207.897**	**2.995.818**	**3.674.046**	**10.842.544**	**100,0**		
Total geral em 2020	**1.316.834**	**976.552**	**779.041**	**1.888.198**	**3.208.384**			**8.169.009**	**100,0**

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO									
	Curso anormal									
	Parcelas vincendas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2021 (C)	% (4)	Total em 2020 (C)	% (4)
Empréstimos e títulos descontados (1)	733.605	645.864	637.053	1.458.722	2.411.157	7.710.397	13.596.798	73,5	10.005.193	73,6
Financiamentos	178.458	177.990	175.909	470.295	787.581	3.002.379	4.792.612	25,9	3.459.717	25,4
Financiamentos rurais e agroindustriais	467	499	158	2.450	8.909	20.285	32.768	0,2	63.519	0,5
Subtotal	**912.530**	**824.353**	**813.120**	**1.931.467**	**3.207.647**	**10.733.061**	**18.422.178**	**99,6**	**13.548.429**	**99,5**
Operações de arrendamento mercantil	371	487	224	1.005	1.613	3.398	7.098	-	29.867	0,2
Subtotal	**912.901**	**824.840**	**813.344**	**1.932.472**	**3.209.260**	**10.736.459**	**18.429.276**	**99,6**	**13.578.296**	**99,7**
Outros créditos (3)	6.271	5.805	4.832	12.383	17.793	18.277	65.361	0,4	43.855	0,3
Total geral em 2021	**919.172**	**830.645**	**818.176**	**1.944.855**	**3.227.053**	**10.754.736**	**18.494.637**	**100,0**		
Total geral em 2020	**682.129**	**633.161**	**575.302**	**1.445.668**	**2.409.882**	**7.875.009**			**13.622.151**	**100,0**

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO			
	Total em 2021 (A+B+C)	% (4)	Total em 2020 (A+B+C)	% (4)
Empréstimos e títulos descontados (1)	287.155.646	40,5	245.753.248	41,1
Financiamentos	199.312.644	28,1	179.849.642	30,0
Financiamentos rurais e agroindustriais	23.513.741	3,3	20.063.033	3,3
Subtotal	**509.982.031**	**71,9**	**445.665.923**	**74,4**
Operações de arrendamento mercantil	3.283.723	0,5	2.646.438	0,4
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	16.569.433	2,3	7.607.428	1,3
Subtotal	**529.835.187**	**74,7**	**455.919.789**	**76,1**
Outros créditos (3)	79.341.233	11,2	53.413.222	8,9
Total das operações de crédito	**609.176.420**	**85,9**	**509.333.011**	**85,0**
Aquisição de recebíveis - cartões de crédito	15.238.967	2,1	8.349.458	1,4
Subtotal	**624.415.387**	**88,0**	**517.682.469**	**86,4**
Avais e fianças	83.467.093	11,8	80.236.602	13,4
Cobrigações em cessões de crédito - rural	43.016	-	49.335	-
Créditos abertos para importação	1.233.034	0,2	1.056.613	0,2
Créditos de exportação confirmados	31.508	-	10.034	-
Total - contas de compensação	**84.774.651**	**12,0**	**81.352.584**	**13,6**
Total geral em 2021	**709.190.038**	**100,0**		
Total geral em 2020			**599.035.053**	**100,0**

(1) Inclui os empréstimos de operações com cartões de crédito no montante de R$ 13.628.712 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 9.922.375 mil);

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outros Passivos Financeiros";

(3) A rubrica "Outros Créditos" compreende créditos por avais e fianças honradas, devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber, rendas a receber sobre contratos de câmbio, créditos decorrentes de contratos de exportação e créditos a receber relativos a cartões de crédito (compras à vista e parcelado lojistas), no montante de R$ 45.870.572 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 34.605.794 mil); e

(4) Relação entre modalidade e o total da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, cessão de créditos e aquisição de recebíveis, coobrigações em cessão de crédito rural, créditos abertos para importação e créditos de exportação confirmados.

BRADESCO MULTIPLO, as operações de curso normal apuradas nas mesmas bases do quadro anterior montam a R$ 611.252.270 mil (2020 - R$ 521.000.616 mil), as parcelas vencidas montam a R$ 8.262.774 mil (2020 - R$ 5.891.564 mil), e as vincendas a R$ 15.671.597 mil (2020 - R$ 11.826.528 mil)

b) Modalidades e níveis de risco

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO												
	Níveis de risco												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2021	% (1)	2020	% (1)
Empréstimos e títulos descontados	31.501.325	54.870.712	77.310.129	45.929.578	13.921.925	8.045.326	5.293.908	4.241.553	14.786.092	255.880.548	41,3	222.721.751	42,2
Financiamentos	90.741.065	28.651.727	19.664.814	10.750.655	2.018.660	1.315.512	1.561.341	878.759	1.148.792	156.731.320	25,3	146.776.641	27,7
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.965.070	10.058.059	5.972.266	372.643	52.941	21.515	13.931	11.906	45.410	23.513.741	3,8	20.063.033	3,8
Subtotal	**129.207.460**	**93.580.493**	**102.947.209**	**57.052.876**	**15.993.526**	**9.382.353**	**6.869.180**	**5.132.218**	**15.980.294**	**436.125.609**	**70,4**	**389.561.425**	**73,7**
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6	-	33	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	4.395.231	6.305.231	4.703.144	1.016.493	12.993	14.316	10.889	687	110.449	16.569.433	2,7	7.607.428	1,4
Subtotal	**133.602.691**	**99.885.724**	**107.650.353**	**58.069.369**	**16.006.519**	**9.396.669**	**6.880.069**	**5.132.905**	**16.070.749**	**452.695.048**	**73,1**	**397.168.886**	**75,1**
Outros créditos	23.026.999	19.751.134	12.248.472	14.241.077	1.858.588	211.567	87.017	52.497	617.053	72.074.804	11,7	46.660.449	8,8
Subtotal	**156.629.690**	**119.636.858**	**119.898.825**	**72.310.446**	**17.865.107**	**9.608.236**	**6.947.086**	**5.185.402**	**16.687.802**	**524.769.852**	**84,8**	**443.829.335**	**83,9**
Avais e fianças (3)	82.316.212	3.350.172	2.035.348	-	3.598.654	2.387.301	-	183.177	-	93.870.264	15,2	85.423.933	16,1
Total geral em 2021	**238.945.902**	**122.987.030**	**121.934.173**	**72.310.446**	**21.463.561**	**11.995.537**	**6.947.086**	**5.368.579**	**16.687.802**	**618.640.116**	**100,0**		
%	**38,6**	**19,9**	**19,7**	**11,7**	**3,5**	**1,9**	**1,1**	**0,9**	**2,7**	**100,0**			
Total geral em 2020	**207.201.323**	**98.765.558**	**104.213.301**	**59.546.950**	**21.001.744**	**9.378.199**	**7.546.897**	**3.732.259**	**17.867.037**			**529.253.268**	**100,0**
%	**39,0**	**18,7**	**19,7**	**11,3**	**4,0**	**1,8**	**1,4**	**0,7**	**3,4**			**100,0**	

(1) Relação entre a modalidade e o total da carteira de crédito sem cessão de créditos e aquisição de recebíveis, coobrigações e cessão de créditos rural;

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outros Passivos Financeiros"; e

(3) A provisão para cobertura das perdas, associadas às garantias financeiras prestadas, estão sendo avaliadas conforme facultado pela Resolução nº 4.512/16 do CMN, maiores informações sobre a metodologia utilizada veja Nota 22b I.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO												
	Níveis de risco												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2021	% (1)	2020	% (1)
Empréstimos e títulos descontados	34.251.264	66.870.631	87.565.903	47.427.309	14.414.885	8.432.216	5.522.542	4.451.724	16.219.082	287.155.646	41,3	245.753.248	41,7
Financiamentos	112.414.353	42.337.861	22.906.351	12.775.111	2.772.472	1.638.795	1.701.085	1.039.840	1.726.773	199.312.644	28,6	179.849.642	30,5
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.965.070	10.058.059	5.972.266	372.643	52.941	21.515	13.931	11.906	45.410	23.513.741	3,4	20.063.033	3,4
Subtotal	**153.630.687**	**121.266.551**	**116.444.520**	**60.575.153**	**17.240.298**	**10.092.526**	**7.237.558**	**5.503.470**	**17.991.265**	**509.982.031**	**73,5**	**445.665.923**	**75,6**
Operações de arrendamento mercantil	443.428	1.272.702	1.472.349	41.754	10.042	6.387	120	21.448	15.513	3.283.723	0,5	2.646.438	0,4
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	4.395.231	6.305.231	4.703.144	1.016.493	12.993	14.316	10.889	687	110.449	16.569.433	2,4	7.607.428	1,3
Subtotal	**158.469.346**	**128.844.484**	**122.620.013**	**61.633.400**	**17.263.333**	**10.113.212**	**7.248.567**	**5.525.605**	**18.117.227**	**529.835.187**	**76,4**	**455.919.789**	**77,3**
Outros créditos	23.050.304	24.138.489	13.178.978	15.835.504	2.037.307	247.933	83.092	55.305	704.321	79.341.233	11,5	53.413.222	9,1
Subtotal	**181.519.650**	**152.982.973**	**135.798.991**	**77.468.904**	**19.300.640**	**10.361.145**	**7.331.659**	**5.580.910**	**18.821.548**	**609.176.420**	**87,9**	**509.333.011**	**86,4**
Avais e fianças (3)	70.894.055	4.368.878	2.035.348	-	3.598.334	2.387.301	-	183.177	-	83.467.093	12,1	80.236.602	13,6
Total geral em 2021	**252.413.705**	**157.351.851**	**137.834.339**	**77.468.904**	**22.898.974**	**12.748.446**	**7.331.659**	**5.774.087**	**18.821.548**	**692.643.513**	**100,0**		
%	**36,5**	**22,7**	**19,9**	**11,2**	**3,3**	**1,8**	**1,1**	**0,8**	**2,7**	**100,0**			
Total geral em 2020	**219.472.906**	**122.452.705**	**117.906.853**	**65.477.031**	**22.182.521**	**9.920.712**	**7.833.465**	**4.030.224**	**20.293.396**			**589.569.613**	**100,0**
%	**37,2**	**20,8**	**20,0**	**11,1**	**3,8**	**1,7**	**1,3**	**0,7**	**3,4**			**100,0**	

(1) Relação entre a modalidade e o total da carteira de crédito sem cessão de créditos e aquisição de recebíveis, coobrigações e cessão de créditos rural;

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outros Passivos Financeiros"; e

(3) A provisão para cobertura das perdas, associadas às garantias financeiras prestadas, estão sendo avaliadas conforme facultado pela Resolução nº 4.512/16 do CMN, maiores informações sobre a metodologia utilizada veja Nota 22b I.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 951

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE | ISEB3 | ITAGB3

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

I) Nível de risco

Em 31 de dezembro - R$ mil

BRADESCO MÚLTIPLO

Nível de risco

Operações em curso anormal (3)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2021	% (1)	2020	% (1)
Parcelas vincendas	-	-	1.342.138	2.183.571	2.947.157	2.159.469	1.113.678	1.245.726	4.679.860	15.671.597	100,0	11.826.528	100,0
1 a 30	-	-	71.476	140.248	158.458	96.409	47.541	48.438	205.806	766.376	4,9	580.621	4,9
31 a 60	-	-	62.833	120.391	134.764	86.086	43.999	47.328	196.437	691.770	4,4	540.192	4,6
61 a 90	-	-	61.004	119.532	131.687	88.803	45.040	46.068	195.017	687.151	4,4	487.763	4,1
91 a 180	-	-	112.049	218.458	295.713	229.094	115.537	121.360	491.426	1.583.635	10,1	1.206.077	10,2
181 a 360	-	-	174.999	354.997	494.123	379.808	194.294	209.180	830.433	2.637.834	16,8	2.018.467	17,1
Acima de 360	-	-	859.775	1.229.947	1.732.412	1.279.267	667.337	773.352	2.760.741	9.302.831	59,4	6.993.388	59,1
Parcelas vencidas (2)	-	-	168.308	693.389	1.010.640	872.085	671.882	852.289	4.194.181	8.262.774	100,0	5.891.564	100,0
1 a 14	-	-	6.739	31.681	41.291	30.141	15.475	15.364	96.093	236.784	3,0	320.621	5,5
15 a 30	-	-	147.402	211.946	172.675	75.388	30.759	31.816	118.129	787.915	9,5	687.919	11,7
31 a 60	-	-	14.167	428.251	304.771	135.301	65.978	51.586	275.699	1.275.753	15,4	782.943	12,9
61 a 90	-	-	-	15.347	443.429	159.583	59.538	48.159	266.409	928.475	11,2	636.370	10,8
91 a 180	-	-	-	6.164	48.474	457.519	469.339	455.732	683.698	2.120.926	25,7	1.456.105	24,7
181 a 360	-	-	-	-	-	18.153	30.793	49.822	2.753.387	2.852.155	34,5	1.992.326	33,8
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	60.766	60.766	0,7	35.280	0,6
Subtotal	-	-	1.510.444	2.876.960	3.957.797	3.031.554	1.785.560	1.898.015	8.874.041	23.934.371		17.718.092	
Provisão específica	-	-	15.104	86.309	395.780	909.466	892.780	1.328.611	8.874.041	12.502.091		9.923.596	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;
(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e
(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Em 31 de dezembro - R$ mil

BRADESCO MÚLTIPLO

Nível de risco

Operações em curso normal (2)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2021	% (1)	2020	% (1)
Parcela vincendas	158.582.683	119.305.021	118.317.332	69.185.663	13.768.507	6.527.011	5.134.765	3.259.622	7.770.886	499.849.790	99,8	425.349.532	99,8
1 a 30	13.742.633	18.144.237	9.469.195	11.105.093	2.009.118	358.033	111.232	99.855	384.938	55.415.334	11,1	38.209.070	9,0
31 a 60	8.712.917	9.012.336	7.138.511	8.224.187	1.096.574	267.319	97.211	52.293	212.620	32.813.968	6,6	25.984.535	6,1
61 a 90	8.999.984	9.973.213	5.843.156	5.325.160	970.433	249.265	83.019	53.149	198.796	31.774.195	6,3	22.035.006	5,2
91 a 180	17.185.041	14.149.350	12.434.687	8.783.832	1.556.805	676.077	1.159.631	214.270	487.343	56.647.036	11,3	54.363.167	12,8
181 a 360	18.931.568	19.825.597	17.543.631	11.348.090	2.177.835	972.932	394.883	297.823	684.062	72.176.241	14,4	59.139.328	13,9
Acimade 360	89.010.820	48.200.288	65.788.152	26.399.281	5.955.742	4.003.385	3.308.789	2.551.432	5.805.127	251.023.016	50,1	225.618.426	52,8
Vencias até 14 dias	46.707	331.837	71.049	247.823	141.203	49.671	28.781	27.765	42.875	985.691	0,2	761.711	0,2
Subtotal	158.629.690	119.636.858	118.388.381	69.433.486	13.907.710	6.576.682	5.161.526	3.287.387	7.813.761	500.835.481	100,0	426.111.243	100,0
Provisão genérica	-	598.184	1.183.884	2.063.005	1.390.771	1.973.005	2.580.763	2.301.171	7.813.761	19.924.544		21.283.029	
Total geral em 2021	158.629.690	119.636.858	119.898.825	72.310.446	17.865.507	9.606.236	6.947.086	5.185.402	16.687.802	524.769.852			
Provisão existente	-	716.461	1.268.437	3.082.288	5.135.053	4.724.949	4.334.925	4.615.396	16.687.802	40.765.311			
Provisão mínima requerida	-	598.184	1.198.988	2.169.314	1.786.551	2.882.471	3.472.543	3.629.782	16.687.802	32.426.635			
Provisão complementar	-	118.277	89.449	912.974	3.348.502	1.842.478	861.382	1.185.614	-	8.358.676			
Total geral em 2020	133.009.034	96.250.382	102.417.530	59.338.518	17.181.689	8.506.029	7.548.897	5.732.259	17.967.037			443.829.335	
Provisão existente	-	580.305	1.107.180	5.419.318	4.586.454	3.166.546	4.578.450	3.642.668	17.867.037			40.949.958	
Provisão mínima requerida	-	481.252	1.024.175	1.780.156	1.716.167	1.951.809	3.773.448	2.612.581	17.867.037			31.206.625	
Provisão complementar	-	99.053	83.005	3.639.162	2.872.287	1.214.737	805.002	1.030.087	-			9.743.333	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e
(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Em 31 de dezembro - R$ mil

BRADESCO CONSOLIDADO

Nível de risco

Operações em curso anormal (3)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2021	% (1)	2020	% (1)
Parcias vincendas	-	-	1.989.048	2.815.586	3.419.480	2.426.000	1.242.590	1.361.911	5.240.022	18.494.637	100,0	13.622.151	100,0
1 a 3(	-	-	107.614	174.757	181.593	110.886	54.387	54.401	235.534	919.172	5.0	683.129	5,0
31 a 0	-	-	95.268	150.350	156.300	100.071	50.610	53.185	224.861	830.645	4,5	633.161	4,6
61 a 0	-	-	90.876	148.217	152.720	102.015	51.314	51.691	221.343	818.176	4.4	575.302	4,2
91 a 80	-	-	196.442	297.314	353.618	265.278	132.905	136.749	562.551	1.944.855	10,5	1.445.668	10,6
181 d60	-	-	312.409	485.416	590.406	438.416	221.781	233.373	947.252	3.227.053	17,4	2.409.882	17,7
Acim de 360	-	-	1.186.439	1.559.532	1.984.845	1.411.334	731.593	832.512	3.048.481	10.754.736	58,2	7.875.009	57,9
Parcias vencidas (2)	-	-	366.564	929.864	1.275.378	1.135.593	869.043	831.474	5.434.828	10.842.544	100,0	8.189.009	100,0
1 a 1	-	-	10.379	47.981	52.367	36.118	18.376	17.800	108.080	291.101	2,7	360.712	4,4
15 a 0	-	-	278.085	247.398	195.158	86.693	35.810	36.136	149.100	1.028.380	9,5	956.122	11,7
31 a 0	-	-	78.100	598.767	347.239	158.625	76.808	63.517	322.246	1.645.302	15,2	978.552	12,0
61 a 0	-	-	-	21.563	619.218	180.903	72.539	57.984	255.693	1.207.897	11,1	779.041	9,5
91 a 80	-	-	312.409	14.155	61.396	551.502	630.112	600.370	1.038.283	2.995.818	27,6	1.888.198	23,1
181 .360	-	-	-	-	-	21.752	35.401	55.667	3.495.979	3.608.799	33,3	3.137.491	38,4
Acim de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	65.247	65.247	0,6	70.893	0,9
Subtal	-	-	2.355.612	3.745.450	4.694.858	3.561.593	2.111.633	2.193.385	10.674.650	29.337.181		21.791.160	
Provão específica	-	-	23.556	112.364	469.466	1.068.478	1.055.816	1.535.369	10.674.650	14.939.719		11.961.634	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;
(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e
(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Em 31 de dezembro - R$ mil

BRADESCO CONSOLIDADO

Nível de risco

Operações em curso normal (2)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2021	% (1)	2020	% (1)
Parcias vincendas	181.418.012	152.524.007	133.360.424	73.451.109	14.453.157	6.746.773	5.192.419	3.368.946	8.099.912	578.614.759	99,8	486.587.327	99,8
1 a 3	16.625.536	22.558.913	10.207.776	11.696.710	2.089.417	378.939	118.648	97.678	436.044	64.209.661	11,1	44.177.948	9,1
31 a0	9.608.883	11.606.439	7.782.053	8.583.288	1.149.572	282.585	102.336	57.005	245.183	37.507.344	6.5	30.282.983	6,2
61 a0	10.592.892	11.421.711	6.543.197	5.638.546	1.011.648	262.074	86.579	56.515	216.674	35.810.036	6,2	26.424.865	5,4
91 a 80	20.758.485	18.268.832	13.997.801	9.425.744	1.656.928	707.353	1.167.703	262.911	530.669	66.776.516	11,5	62.987.977	12,7
181 .360	24.178.858	23.132.481	19.900.533	12.160.647	2.308.314	1.014.219	403.607	309.466	748.946	84.157.101	14,5	68.743.531	14,1
Acim de 360	99.653.328	65.445.631	74.929.064	27.946.174	6.237.078	4.101.603	3.333.456	2.585.371	5.922.396	290.154.101	50,0	254.870.023	52,3
Vendas até 14 dias	101.838	458.966	82.955	272.345	152.825	52.779	27.607	28.579	46.986	1.224.480	0,2	954.524	0,2
Subtal	181.519.850	152.982.973	133.443.379	73.723.454	14.605.782	6.799.552	5.220.026	3.397.525	8.146.898	579.839.239	100,0	487.541.851	100,0
Provão genérica	-	764.915	1.334.434	2.211.704	1.460.578	2.039.866	2.610.012	2.378.268	8.146.898	20.946.875		22.737.256	
Totagerai em 2021	181.519.850	152.982.973	135.798.991	77.468.904	19.300.640	10.361.145	7.331.659	5.590.910	18.821.548	609.176.420			
Provão existente	-	924.992	1.642.702	3.441.967	5.448.821	5.054.554	4.582.608	5.189.972	18.821.548	45.107.224			
Provão mínima requerida	-	764.915	1.357.990	2.324.068	1.930.064	3.108.244	3.665.828	3.913.637	18.821.548	35.886.394			
Provão complementar	-	160.077	284.712	1.117.899	3.518.757	1.946.310	916.840	1.276.335	-	9.220.830			
Totagerai em 2020	150.473.894	119.931.844	116.110.882	65.268.599	18.342.185	7.048.542	7.833.485	4.030.224	20.293.396			509.333.011	
Provão existente	-	728.056	1.409.023	5.803.040	4.685.649	3.405.360	4.783.946	3.913.701	20.293.396			45.202.191	
Provão mínima requerida	-	599.659	1.161.109	1.958.058	1.834.216	2.114.563	3.916.732	2.821.157	20.293.396			34.698.890	
Provão complementar	-	128.397	247.914	3.844.982	3.051.433	1.290.817	847.214	1.092.544	-			10.503.301	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e
(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Composição das operações de crédito

Em 31 de dezembro - R$ mil

BRADESCO MÚLTIPLO

Saldo da carteira

	Curso anormal							
Nível de risco	Vencidas	Vincendas	Total - curso anormal	Curso normal	Total	% (1)	% Acumulado em 2021 (2)	% Acumulado em 2020 (2)
AA	-	-	-	158.629.690	158.629.690	29,9	29,9	29,9
A	-	-	-	119.636.858	119.636.858	22,6	52,7	51,6
B	168.308	1.342.136	1.510.444	118.388.381	119.898.825	22,8	75,5	74,7
C	693.389	2.183.571	2.876.960	69.433.486	72.310.446	13,8	89,3	88,1
Subtotal	861.697	3.525.707	4.387.404	464.088.415	468.475.819	89,3		
D	1.010.640	2.947.157	3.957.797	13.907.710	17.865.507	3,4	92,7	92,0
E	872.085	2.159.469	3.031.554	6.576.682	9.608.236	1,8	94,5	93,5
F	671.882	1.113.678	1.785.560	5.161.526	6.947.086	1,3	95,8	95,2
G	852.289	1.245.726	1.898.015	3.287.387	5.185.402	1,0	96,8	96,0
H	4.194.181	4.679.860	8.874.041	7.813.761	16.687.802	3,2	100,0	100,0
Subtotal	7.401.077	12.145.890	19.546.967	36.747.066	56.294.033	10,7		
Totgeral em 2021	8.262.774	15.671.597	23.934.371	500.835.481	524.769.852	100,0		
%	1,6	3,0	4,6	95,4	100,0			
Totgeral em 2020	5.891.564	11.826.528	17.718.092	426.111.243	443.829.335			
%	1,3	2,7	4,0	96,0	100,0			

(1) relação entre nível de risco e total da carteira; e
(2) relação acumulada entre nível de risco e total da carteira.

Em 31 de dezembro - R$ mil

BRADESCO CONSOLIDADO

Saldo da carteira

	Curso anormal							
Nível de risco	Vencidas	Vincendas	Total - curso anormal	Curso normal	Total	% (1)	% Acumulado em 2021 (2)	% Acumulado em 2020 (2)
AA	-	-	-	181.519.650	181.519.650	29,8	29,8	29,6
A	-	-	-	152.982.973	152.982.973	25,1	54,9	53,1
B	366.564	1.989.048	2.355.612	133.443.379	135.798.991	22,3	77,2	75,9
C	929.864	2.815.586	3.745.450	73.723.454	77.468.904	12,7	89,9	88,7
Subtotal	1.296.428	4.804.634	6.101.062	541.669.456	547.770.518	89,9		
D	1.275.378	3.419.480	4.694.858	14.605.782	19.300.640	3,2	93,1	92,3
E	1.135.593	2.426.000	3.561.593	6.799.552	10.361.145	1,7	94,8	93,7
F	869.043	1.242.590	2.111.633	5.220.026	7.331.659	1,2	96,0	95,2
G	831.474	1.361.911	2.193.385	3.397.525	5.590.910	0,9	96,9	96,0
H	5.434.828	5.240.022	10.674.650	8.146.898	18.821.548	3,1	100,0	100,0
Subtotal	9.546.116	13.690.003	23.236.119	38.169.783	61.405.902	10,1		
Total geral em 2021	10.842.544	18.494.637	29.337.181	579.839.239	609.176.420	100,0		
%	1,8	3,0	4,8	95,2	100,0			
Total geral em 2020	8.189.009	13.622.151	21.791.160	487.541.851	509.333.011	100,0		
%	1,6	2,7	4,3	95,7	100,0			

(1)Relação entre nível de risco e total da carteira; e
(2)Relação acumulada entre nível de risco e total da carteira.

III) Segregação de prazo por operação

Em 31 de dezembro - R$ mil

BRADESCO MÚLTIPLO

Exposição - operações de crédito	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total
Total em 2021	488.093.080	8.478.921	10.982.966	2.960.498	8.514.254	7.516.021	224.112	524.769.852
Total em 2020	414.927.367	7.990.560	9.175.202	2.833.515	4.220.648	4.478.586	203.455	443.829.335

Em 31 de dezembro - R$ mil

BRADESCO CONSOLIDADO

Exposição - operações de crédito	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total
Total em 2021	563.894.052	10.967.653	13.482.704	3.629.229	7.982.803	8.971.973	248.006	609.176.420
Total em 2020	473.967.655	9.877.889	11.034.801	3.327.229	4.869.964	6.005.697	249.776	509.333.011

IV) Programa emergencial de suporte a empregos (Pese)

Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), classificadas por nível de risco e acompanhada do montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2021		2020	
Rating	Ativo	Provisão	Ativo	Provisão
AA	10.334	-	14.144	-
A	68.933	52	93.650	70
B	185.525	278	272.091	408
C	539.652	3.262	977.458	14.330
D	101.636	4.572	113.968	5.127
E	18.747	1.406	6.991	524
F	6.789	713	2.227	234
G	8.044	907	1.348	202
H	37.435	5.615	5.186	779
Total geral	975.095	16.805	1.487.065	21.673

d) Concentração das operações de crédito

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO				BRADESCO CONSOLIDADO			
	2021	% (1)	2020	% (1)	2021	% (1)	2020	% (1)
Maior devedor	4.591.389	0,9	10.661.873	2,4	4.591.389	0,8	10.661.873	2,1
Dez maiores devedores	36.566.184	7,0	38.492.047	8,7	36.566.184	6,0	38.638.446	7,6
Vinte maiores devedores	55.607.362	10,6	55.099.399	12,4	56.694.208	9,3	56.123.996	11,0
Cinquenta maiores devedores	82.734.192	15,8	78.387.228	17,7	85.693.624	14,1	80.415.643	15,8
Cem maiores devedores	103.300.354	19,7	96.205.209	21,7	109.004.240	17,9	98.516.270	19,3

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 952

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO				BRADESCO CONSOLIDADO			
	2021	%	2020	%	2021	%	2020	%
Setor público	6.269.588	1,2	11.807.677	2,7	6.274.554	1,0	11.810.973	2,3
Petróleo, derivados e atividades agregadas	4.419.138	0,8	10.661.873	2,4	4.419.138	0,7	10.661.873	2,1
Energia elétrica	1.305.988	0,2	1.073.111	0,2	1.306.448	0,2	1.074.867	0,2
Demais setores	544.462	0,1	72.693	-	548.968	0,1	74.233	-
Setor privado	518.499.884	98,8	432.021.658	97,3	502.901.866	99,0	497.522.036	97,7
Pessoa jurídica	252.029.813	48,2	220.408.151	49,8	286.767.311	47,1	241.092.358	47,3
Atividades imobiliárias e construção	22.367.682	4,3	19.182.724	4,3	23.708.445	3,9	20.092.249	3,9
Varejo	39.614.555	7,5	34.570.594	7,8	42.151.968	6,9	36.498.461	7,2
Transportes e concessão	22.735.081	4,3	20.859.860	4,7	26.937.682	4,4	23.662.184	4,6
Automobilística	12.393.905	2,4	15.023.919	3,4	12.660.901	2,1	15.826.309	3,1
Alimentícia	16.863.072	3,2	13.064.826	2,9	17.426.747	2,9	13.378.255	2,6
Atacado	19.704.228	3,8	15.212.575	3,4	20.341.759	3,3	16.479.704	3,2
Serviços	32.554.261	6,2	29.667.424	6,7	49.027.498	8,0	30.108.475	5,9
Energia elétrica	7.326.716	1,4	6.910.407	1,6	7.555.587	1,2	6.979.203	1,4
Siderurgia e metalurgia	9.014.900	1,7	9.826.802	2,2	9.368.330	1,5	10.036.586	2,0
Açúcar e álcool	7.127.041	1,4	6.864.570	1,5	7.213.847	1,2	6.878.558	1,4
Holding	1.906.014	0,4	2.716.295	0,6	2.138.697	0,4	2.971.345	0,6
Bens de capital	3.607.458	0,7	3.381.254	0,8	3.855.407	0,6	3.408.997	0,7
Papel e celulose	3.714.833	0,7	3.574.336	0,8	3.736.314	0,6	3.589.015	0,7
Química	4.788.315	0,9	4.762.667	1,1	6.839.500	1,1	5.510.960	1,1
Cooperativa	3.437.543	0,7	3.825.195	0,9	3.442.407	0,6	3.829.556	0,8
Financeiro	3.093.806	0,6	2.988.678	0,7	3.264.759	0,5	3.062.861	0,6
Lazer e turismo	3.793.243	0,7	3.880.159	0,9	3.922.523	0,6	4.011.957	0,8
Têxtil	2.398.695	0,5	2.385.532	0,5	2.635.846	0,4	2.481.493	0,5
Agricultura	1.303.255	0,2	1.558.899	0,4	1.451.848	0,2	1.631.959	0,3
Petróleo, derivados e atividades agregadas	1.945.113	0,4	2.166.866	0,5	1.957.203	0,3	2.177.060	0,4
Demais setores	32.340.097	6,2	28.961.369	6,1	35.300.543	5,8	28.578.171	5,6
Pessoa física	266.470.051	50,8	211.613.507	47,7	216.134.555	51,9	256.429.680	50,3
Total	524.769.852	100,0	443.829.335	100,0	509.176.420	100,0	509.333.011	100,0

f) Movimentação da carteira de renegociação

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial no exercício	26.530.312	17.698.797	29.757.140	19.030.657
Renegociação	24.569.121	30.206.846	28.506.866	34.663.660
Recebimentos/Outros (1)	(20.994.360)	(17.111.532)	(24.768.774)	(19.448.835)
Baixas	(4.616.338)	(4.263.799)	(4.875.214)	(4.508.342)
Saldo final em 31 de dezembro	25.488.735	26.530.312	28.619.018	29.757.140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.535.007	16.954.983	17.830.360	18.311.603
Percentual sobre a carteira de renegociação	64,9%	63,9%	62,3%	61,5%

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

g) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Empréstimos e títulos descontados	26.152.132	47.557.441	43.753.127	26.815.220	52.672.342	50.784.550
Financiamentos	7.234.329	13.237.352	12.049.451	9.782.973	18.041.438	16.427.918
Financiamentos rurais e agroindustriais	639.983	1.278.823	1.506.278	639.983	1.278.823	1.506.278
Subtotal	34.026.444	62.073.616	57.308.856	39.238.176	71.992.603	68.718.746
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.488.739	5.230.349	5.068.331	2.874.304	5.990.369	5.919.397
Subtotal	36.515.183	67.303.965	62.377.187	42.112.480	77.982.972	74.638.143
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	194	246	137	149.777	249.743	155.864
Total	36.515.377	67.304.211	62.377.324	42.262.257	78.232.715	74.794.007

h) Provisão para perdas, movimentação da provisão e despesa de PPD líquida

i) Composição - Provisões para perdas associadas ao risco de crédito

Em 31 de dezembro - R$ mil

BRADESCO MULTIPLO

		Provisão								
		Mínima requerida							% Acumulado em 2021 (1)	% Acumulado em 2020 (1)
Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Específica Vencidas	Específica Vincendas	Específica Total específica	Genérica	Total	Complementar	Existente		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	598.184	598.184	118.277	716.461	0,6	0,6
B	1,0	1.683	13.421	15.104	1.183.984	1.198.088	89.449	1.288.437	1,1	1,1
C	3,0	20.802	65.507	86.309	2.083.005	2.169.314	912.974	3.082.288	4,3	9,1
Subtotal		22.485	78.928	101.413	3.865.073	3.966.486	1.120.700	5.087.186	1,1	1,8
D	10,0	101.064	294.716	395.780	1.390.771	1.786.551	3.348.502	5.135.053	28,7	25,7
E	30,0	261.625	647.841	909.466	1.973.065	2.882.471	1.842.478	4.724.949	49,2	48,7
F	50,0	335.941	556.839	892.780	2.580.763	3.473.543	861.382	4.334.925	62,4	60,7
G	70,0	456.603	872.008	1.328.611	2.301.171	3.629.782	1.185.614	4.815.396	92,9	97,6
H	100,0	4.194.181	4.679.860	8.874.041	7.813.761	16.687.802	-	16.687.802	100,0	100,0
Subtotal		5.349.414	7.051.264	12.400.678	16.059.471	28.460.149	7.237.976	35.698.125	63,4	64,1
Total geral em 2021		5.371.899	7.130.192	12.502.091	19.924.544	32.426.635	8.358.676	40.785.311	7,8	9,2
%		13,2	17,5	30,7	48,8	79,5	20,5	100,0		
Total geral em 2020		4.177.072	5.746.524	9.923.596	21.283.029	31.206.625	9.743.333	40.949.958		
%		10,2	14,0	24,2	52,0	76,2	23,8	100,0		

(1) Relação entre provisão existente e carteira, por nível de risco

Em 31 de dezembro - R$ mil

BRADESCO CONSOLIDADO

		Provisão								
		Mínima requerida							% Acumulado em 2021 (1)	% Acumulado em 2020 (1)
Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Específica Vencidas	Específica Vincendas	Específica Total específica	Genérica	Total	Complementar	Existente		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	764.915	764.915	160.077	924.992	0,6	0,6
B	1,0	3.666	19.890	23.556	1.334.434	1.357.990	284.712	1.642.702	1,2	1,2
C	3,0	27.896	84.468	112.364	2.211.704	2.324.068	1.117.899	3.441.967	4,4	8,9
Subtotal		31.562	104.358	135.920	4.311.053	4.446.973	1.562.688	6.009.661	1,1	1,8
D	10,0	127.536	341.948	469.486	1.460.578	1.930.064	3.518.757	5.448.821	28,2	26,6
E	30,0	340.678	727.800	1.068.478	2.039.866	3.108.344	1.946.210	5.054.554	48,8	48,3
F	50,0	434.521	621.295	1.055.816	2.610.012	3.665.828	916.840	4.582.668	62,5	60,8
G	70,0	582.031	953.338	1.535.369	2.378.268	3.913.637	1.276.335	5.189.972	92,8	97,1
H	100,0	5.434.628	5.240.022	10.674.650	8.146.898	18.821.548	-	18.821.548	100,0	100,0
Subtotal		6.919.396	7.884.403	14.803.799	16.635.622	31.439.421	7.658.142	39.097.563	63,7	64,7
Total geral em 2021		6.950.958	7.988.761	14.939.719	20.946.675	35.886.394	9.220.830	45.107.224	7,4	
%		15,4	17,7	33,1	46,4	79,6	20,4	100,0		
Total geral em 2020		5.738.357	6.223.277	11.961.634	22.737.256	34.698.890	10.503.301	45.202.191		8,9
%		12,7	13,8	26,5	50,3	76,8	23,2	100,0		

(1) Relação entre provisão existente e carteira, por nível de risco

i) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
- Provisão específica (1)	9.923.596	11.779.005	11.961.634	1.384.380
- Provisão genérica (2)	21.263.029	14.482.989	22.737.256	1.371.677
- Provisão complementar (3)	9.743.333	8.414.578	10.503.301	1.884.368
Saldo inicial no exercício	40.949.958	32.676.572	45.202.191	3.640.425
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 11h III)	13.002.866	22.024.881	15.428.110	2.164.015
Baixas	(13.364.109)	(14.235.586)	(15.744.749)	(1.246.061)
Variação cambial	196.596	484.091	221.672	547.117
Saldo oriundo de instituição adquirida (4)	-	-	-	96.695
Saldo final em 31 de dezembro	40.785.311	40.949.958	45.107.224	41202.191
- Provisão específica (1)	12.502.091	9.923.596	14.939.719	1.961.634
- Provisão genérica (2)	19.924.544	21.263.029	20.946.675	21737.256
- Provisão complementar (3)	8.358.676	9.743.333	9.220.830	1503.301

(1) Para operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias.
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior.
(3) A provisão complementar é constituída considerando o modelo de provisionamento, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso); e
(4) Representado pelo BAC Flórida Bank.

iii) Despesa de PDD líquida de recuperações

Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida da recuperação de créditos baixados ("write-off")

Exercícios findos em 31 de dezembro R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Constituição	6.706.323	13.002.866	22.024.881	7.969.835	15.428.110	25.54.015
Recuperações	(2.488.739)	(5.230.349)	(5.068.331)	(2.874.304)	(5.990.369)	(5.919.397)
Despesa de PDD líquida de recuperações (1)	4.217.584	7.772.517	16.956.550	5.095.531	9.437.741	19.34.618

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no BRADESCO MULTIPLO, houve cessão de crédito de operação ativa no montante de R$ 3.694.282 mil (2020 - R$ 746.781 mil), cujo valor de venda foi de R$ 882.787 mil (2020 - R$ 101.717 mil) e cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios no montante de R$ 5.616.753 mil (2020 - R$ 2.683.888 mil), cujo valor de venda foi de R$ 386.148 mil (2020 - R$ 63.940 mil); e BRADESCO CONSOLIDADO, houvecessão de crédito de operação ativa, no montante de R$ 4.511.338 mil (2020 - R$ 1.076.953 mil), cujo valor de venda foi de R$ 1.121.264 mil (2020 - R$ 146.355 mil) e cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios no montante de R$ 10.336.572 mil (2020 - R$ 7.348.109 mil), cujo valor de venda foi de R$ 761.917 mil (2020 - R$ 209.168 til).

12) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Diversos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	200
Carteira de câmbio (a)	37.281.983	25.944.605	37.281.983	25.94.605
Operações com cartão de crédito	39.262.785	28.260.869	45.870.572	34.66.794
Títulos e créditos a receber (1)	32.829.814	17.632.907	34.297.647	19.18.790
Devedores por depósitos em garantia	9.566.536	8.708.591	19.819.051	18.49.500
Negociação e intermediação de valores	1.813.756	2.627.981	4.795.660	6.11.610
Prêmios de seguros a receber	-	-	4.604.687	4.45.175
Rendas a receber	11.398.719	7.527.935	1.293.457	1.30.355
Pagamentos realizados a serem ressarcidos	464.526	243.767	830.816	63.754
Créditos por avais e fianças honrados	297.316	146.150	297.316	14.158
Outros investimentos	6.341	25.915	47.567	4.441
Devedores por compra de valores e bens	96.595	115.408	99.023	13.797
Total	133.018.371	91.233.936	149.237.979	110.95.979

(1) Contempla o encerramento do direito de exclusividade na exploração de serviços e produtos financeiros.

a) Carteira de câmbio

Saldos patrimoniais

Em 31 de dezembro - $ mil

	BRADESCO MULTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	200
Ativo - Outros instrumentos financeiros				
Câmbio comprado a liquidar	27.326.455	17.464.744	27.326.455	17.46.744
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	24	2.580	24	589
Direitos sobre vendas de câmbio	9.911.900	8.823.836	9.911.900	8.82.836
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(138.949)	(536.195)	(138.949)	(53.195)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	182.553	189.631	182.553	18.631
Total	37.281.983	25.944.605	37.281.983	25.94.605
Passivo - Outros instrumentos financeiros				
Câmbio vendido a liquidar	10.365.523	9.398.366	10.365.523	9.39.397
Obrigações por compras de câmbio	26.418.639	16.968.588	26.418.639	16.96.588
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(16.569.433)	(7.602.428)	(16.569.433)	(7.60.428)
Outras	78	74	78	74
Total	20.214.807	18.756.600	20.214.807	18.75.631
Carteira de câmbio líquida	17.067.176	7.188.005	17.067.178	7.18.974
Contas de compensação:				
- Créditos abertos para importação	1.233.034	1.056.613	1.233.034	1.05613
- Créditos de exportação confirmados	31.508	10.034	31.508	1034

Resultado de câmbio

Composição do resultado de operações de câmbio ajustado, para melhor apresentação do resultado efetivo

Exercícios findos em 31 de dezembro - R mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	202
Resultado de operações de câmbio	3.270.626	2.856.773	4.382.828	3.565.943	3.160.195	4.72229
Ajustes:						
- Rendas de financiamentos de moedas estrangeiras (1)	56.738	81.309	317.522	78.653	115.399	36661
- Rendas de financiamentos à exportação (1)	1.039.281	1.698.072	1.624.902	1.039.281	1.698.072	1.62402
- Despesas de obrigações com banqueiros no exterior (2) (Nota 17d)	(1.657.370)	(1.846.991)	(5.123.288)	(1.656.738)	(1.845.845)	(5.12284)
- Despesas de captações no mercado (3)	(611.313)	(1.231.916)	(1.590.872)	(611.313)	(1.231.916)	(1.59272)
- Outros (4)	(1.170.911)	46.113	1.842.706	(1.170.911)	46.113	1.64208
Total dos ajustes	(2.343.575)	(1.253.413)	(2.929.028)	(2.323.028)	(1.218.186)	(2.87885)
Resultado ajustado de operações de câmbio	927.051	1.603.360	1.453.800	1.242.915	1.942.009	1.84344

(1) Classificadas na rubrica "Receitas de operações de crédito";
(2) Relativas aos recursos de financiamentos de adiantamentos sobre contratos de câmbio e financiamentos à importação, registradas na rubrica "Despesas de operações de empréstimos e repasses";
(3) Referem-se a despesas com captações, cujos recursos foram aplicados em operações de câmbio; e
(4) Inclui, basicamente, variação cambial de recursos aplicados em moeda estrangeira.

13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

a) Composição dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto (*joint venture*)

Em 31 de dezembro - R mil

Empresas	Localização da sede	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial - 2º semestre (1)	Resultado da equivalência patrimonial - acumulado (1)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Outros resultados abrangentes	Resultados abrangentes total	Proventi recebido
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	São Paulo - Brasil	20,00%	20,00%	110.564	1.836	8.728	3.191.545	1.155.424	2.429.956	1.917.013	(8.974)	36.296	-
Tecnologia Bancária S.A. (2)	São Paulo - Brasil	24,55%	24,55%	219.401	24.393	53.446	914.853	1.977.956	866.662	1.132.175	-	178.505	-
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (2)	São Paulo - Brasil	40,00%	40,00%	313.658	(633)	3.384	2.504.889	1.821.205	3.029.473	311.473	(39.842)	(41.424)	-
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (2)	São Paulo - Brasil	21,02%	21,02%	23.653	(8.045)	(15.254)	93.479	1.079.405	161.048	942.313	-	(73.876)	-
Outras (3)				5.438.863	228.155	392.330	-	-	-	-	-	-	22392
Total dos investimentos em coligadas				6.106.229	249.723	438.617	6.704.766	5.833.990	6.487.139	4.302.974	(48.816)	99.601	22392
Elo Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	50,01%	50,01%	1.488.015	216.811	425.518	734.729	2.729.981	313.385	211.267	(1.074)	853.130	7723
Total dos investimentos em *joint ventures*				1.488.015	216.811	425.518	734.729	2.729.981	313.385	211.267	(1.074)	853.130	7723
Total geral em 2021				7.594.244	466.534	864.135	7.439.495	8.563.971	6.800.524	4.514.241	(49.890)	952.731	30115

(1) Consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação à data-base das demonstrações contábeis, permitidos pela regulamentação; e
(3) Inclui, basicamente, os investimentos em companhias abertas Cielo S.A. e Fleury S.A.

Em 31 de dezembro - R$mil

Empresas	Localização da sede	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial - 2º semestre (1)	Resultado da equivalência patrimonial - acumulado (1)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Outros resultados abrangentes	Resultados abrangentes total	Proventi recebido
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	São Paulo - Brasil	20,00%	20,00%	106.085	3.118	4.384	5.492.157	1.410.680	4.265.660	2.107.953	(5.454)	14.767	1.42
Tecnologia Bancária S.A. (2)	São Paulo - Brasil	24,32%	24,32%	166.044	23.916	35.285	685.459	1.796.631	716.586	1.089.734	-	130.596	-
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (2)	São Paulo - Brasil	40,00%	40,00%	332.244	(3.035)	(2.651)	2.499.009	1.448.080	2.809.293	305.194	5.041	(1.586)	-
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (2)	São Paulo - Brasil	20,00%	20,00%	28.680	(9.982)	(19.064)	199.844	1.063.455	138.933	980.967	-	(35.260)	-
Outras (3)				4.910.452	223.143	297.940	-	-	-	-	-	-	52.94
Total dos investimentos em coligadas				5.543.505	237.162	315.894	8.876.469	5.716.855	7.930.452	4.483.348	(413)	48.517	54.06
Elo Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	50,01%	50,01%	1.503.205	292.628	433.418	892.035	2.704.326	262.501	151.629	(1.722)	853.312	-
Total dos investimentos em *joint ventures*				1.503.205	292.628	433.418	892.035	2.704.326	262.501	151.629	(1.722)	853.312	-
Total geral em 2020				7.046.710	529.790	749.312	9.768.504	8.421.181	8.192.953	4.634.977	(2.135)	911.829	54.06

(1) Consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação à data-base das demonstrações contábeis, permitidos pela regulamentação; e
(3) Inclui, basicamente, os investimentos em companhias abertas Cielo S.A. e Fleury S.A.

Em 2021, com exceção da Cielo S.A. e da Fleury S.A., os demais investimentos mencionados na tabela anterior não eram negociados em nenhuma bolsa de valores. O valor de mercado do investimento na Cielo S.A. e na Fleury S.A. totalizaram no exercício de 021 R$ 3.017.510 mil (2020 - R$ 5.002.162 mil)

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 953

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco SP

BBPO B3 LISTED NM · IBRX 100 BBPO · ISEB3 · abrasca · CDP · ITAG B3 · Dow Jones Sustainability Indices · ibri · BBDO NYSE · BBD NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas" (Bradesco Múltiplo) e, estão demonstrados abaixo:

Em 31 de dezembro - R$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares) ON	PN	Cotas	Participação direta no capital social	Participação consolidada no capital social	Resultado ajustado	Valor contábil 2021	Valor contábil 2020	Ajuste decorrente de avaliação (2) 2021	Ajuste decorrente de avaliação (2) 2020
A) Ramo financeiro									**80.358.645**	**79.863.118**	**7.075.150**	**26.533.027**
Banco Bradesco BBI S.A. (1)	6.800.000	15.039.520	6.281.497	-	-	100,00%	100,00%	1.316.274	15.039.520	14.037.125	1.316.274	1.264.532
Ágio Banco Bradesco BBI S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	3.885	5.180	-	-
Banco Bradesco Argentina S.A.U. (1)	15.047	96.132	94.549	-	-	100,00%	100,00%	(7.109)	96.132	117.475	(7.109)	21.234
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	1.497.527	3.031.665	4	-	-	99,97%	100,00%	29.417	3.030.775	2.794.947	29.408	38.709
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (1)	7.009.606	11.428.693	24.730.835	-	-	100,00%	100,00%	765.267	11.428.693	11.211.437	765.267	421.660
Kirton Bank S.A. (1)	21.299.948	23.819.319	12.310.615	-	-	100,00%	100,00%	827.168	23.819.319	24.542.893	827.168	827.670
Ágio Kirton Bank S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	569.692	1.202.865	-	-
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (1)	5.100.000	10.974.901	-	-	5.100.000	100,00%	100,00%	1.648.399	10.974.901	9.341.618	1.648.399	1.373.356
Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (1)	2.312.267	3.284.526	24	-	-	100,00%	100,00%	(188.994)	3.284.526	3.473.445	(188.994)	92.050
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (1)	230.000	454.373	181.189	-	-	99,97%	99,97%	10.923	454.237	445.910	10.920	8.304
Banco Bradescard S.A (1)	4.862.677	5.529.335	3.125.687	3.125.687	-	100,00%	100,00%	395.307	5.529.335	5.332.201	395.307	16.767
Ágio Banco Bradescard S.A (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	397.263	447.978	-	-
Banco Bradesco BERJ S.A. (1)	3.024.578	3.720.772	155	-	-	100,00%	100,00%	87.057	3.720.772	3.717.427	87.057	79.451
Banco Losango S.A. (1)	1.757.423	2.074.356	5.369	-	-	100,00%	100,00%	194.980	2.074.356	1.965.409	194.980	234.932
Demais empresas financeiras (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	135.237	1.029.128	35.135	35.179
Ganho/perda cambial das empresas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.971.338	22.319.183
B) Ramo Segurador e Previdência									**26.295.245**	**34.748.399**	**5.104.316**	**4.793.347**
Bradseg Participações S.A. (1)	18.221.181	27.855.409	11.981	-	-	97,27%	100,00%	5.098.492	27.094.958	33.415.320	4.955.734	4.566.259
Bradesco Seguros S.A. (1)	5.104.690	19.173.946	48.691	-	-	6,26%	99,91%	2.350.981	1.200.289	1.333.079	148.582	227.088
C) Outras atividades									**20.880.540**	**17.976.316**	**501.917**	**781.888**
Serel Participações em Imóveis S.A. (1)	640.000	2.354.204	7.074	-	-	48,98%	100,00%	67.507	1.153.089	1.118.276	33.065	19.742
Credival - Participações Administração e Assessoria Ltda. (1)	1.021.027	1.074.037	-	-	102.102.687	100,00%	100,00%	35.239	1.074.037	1.038.813	35.239	17.632
Bradescard Elo Participações S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.566.040	68.444	495.545
Bankpar Consultoria e Serviços Ltda. (1)	520.000	1.628.674	-	-	520.000	100,00%	100,00%	135.130	1.628.674	1.449.910	135.130	55.264
Demais empresas controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	17.024.740	11.804.275	230.039	193.705
Total									**129.534.430**	**132.387.833**	**12.681.383**	**32.108.262**

(1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2021;
(2) Consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(3) Baixa de investimento através de reestruturação contábil ocorrido em março de 2021.

14) IMOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO Taxa anual	Custo	Depreciação	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de depreciação 2021	Custo líquido de depreciação 2020	BRADESCO CONSOLIDADO Taxa anual	Custo	Depreciação	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de depreciação 2021	Custo líquido de depreciação 2020
Imóveis de uso:												
- Edificações	4%	3.020	(1.196)	(1.583)	241	17.133	4%	2.736.252	(1.023.577)	(189)	1.712.486	1.816.468
- Terrenos	-	5.509	-	-	5.509	51.965	-	784.628	-	30.983	815.611	863.480
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	4.737.962	(2.584.113)	(43.875)	2.109.974	2.354.474	10%	5.462.664	(3.035.109)	(54.091)	2.392.804	2.623.051
Sistemas de segurança e comunicações (1)	10%	370.280	(242.306)	(4.488)	123.486	143.282	10%	379.604	(273.022)	(4.488)	102.094	152.264
Sistemas de processamento de dados (1)	20 a 40%	4.877.701	(3.094.931)	(15.393)	1.767.377	1.719.091	20 a 40%	10.578.027	(7.331.101)	(15.393)	3.231.533	3.167.730
Sistemas de transportes	10 a 20%	192.541	(97.250)	-	95.291	111.472	10 a 20%	195.858	(99.250)	-	96.608	113.015
Imobilizações em curso	-	253.197	-	-	253.197	263.387	-	672.719	-	-	672.719	519.465
Total em 2021		**10.440.210**	**(6.019.796)**	**(65.339)**	**4.355.075**	**-**		**20.829.752**	**(11.762.059)**	**(43.778)**	**9.023.915**	**-**
Total em 2020		**10.956.309**	**(6.225.318)**	**(70.167)**	**-**	**4.660.824**		**20.923.269**	**(11.433.018)**	**(44.788)**	**-**	**9.445.463**

(1) Em 2021, foram registradas constituição de *impairment* na rubrica de "Outras Despesas Operacionais" no montante de R$ 19.881 mil (2020 - R$ 20.509 mil).

(1) Em 2021, foram registradas constituição de *impairment* na rubrica de "Outras Despesas Operacionais" no montante de R$ 20.033 mil.

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência do "conglomerado prudencial" foi de 25,9% (Em dezembro de 2020 - 30,1%), sendo o limite máximo de 50,0% conforme Resolução nº 2.669/99.

15) INTANGÍVEL

a) Ágios - Consolidado

O ágio apurado nas aquisições de investimentos, líquido das provisões para redução ao valor recuperável de ativos, totalizou R$ 4.060.277 mil (em dezembro de 2020 - R$ 4.874.282 mil), líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, sendo: (i) R$ 1.774.515 mil (em dezembro de 2020 - R$ 1.370.638 mil) representado pela aquisição de ações de empresas coligadas e de controle compartilhado, que estão registradas em Investimentos (Cielo/Fleury); e (ii) R$ 2.285.762 mil (em dezembro de 2020 - R$ 3.503.644 mil) representado pela aquisição de ações de empresas controladas, representado por rentabilidade futura/carteira de clientes/valor de mercado, que é amortizado em até vinte anos, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, registrado em Ativos Intangíveis. No 2º semestre de 2021 foram amortizados ágios no montante de R$ 304.145 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram amortizados ágios no montante de R$ 1.251.918 mil (2020 - 1.661.414 R$ mil) (Nota 32).

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Taxa amortização (1)	BRADESCO MÚLTIPLO Custo	Amortização	Custo líquido de amortização 2021	Custo líquido de amortização 2020	BRADESCO CONSOLIDADO Custo	Amortização	Custo líquido de amortização 2021	Custo líquido de amortização 2020
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros (2)	Contrato	7.358.182	(4.566.845)	2.791.317	3.667.736	9.235.362	(5.107.996)	4.127.366	4.151.613
Software (2)	20%	8.864.343	(6.525.676)	2.338.667	1.803.160	13.062.237	(8.130.767)	4.931.270	3.988.313
Ágio (2) (3)	Até 20%	-	-	-	-	13.595.153	(10.752.977)	2.842.176	4.060.058
Outros	Contrato	57.223	(31.884)	25.339	35.296	435.093	(399.208)	35.885	50.604
Total geral em 2021		**16.279.728**	**(11.124.405)**	**5.155.323**		**36.327.845**	**(24.390.948)**	**11.936.697**	
Total geral em 2020		**15.984.437**	**(10.478.245)**		**5.506.192**	**34.395.581**	**(22.144.993)**		**12.250.588**

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico, sendo: (i) *Software* e Outros registrados em "Outras Despesas Administrativas"; e (ii) Aquisição de Folha e Ágio em "Outras Despesas Operacionais";
(2) Em 31 de dezembro de 2021, houve perdas por baixa/*impairment* em: (i) Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R$ 713.113 mil (2020 - R$ 320.726 mil); (ii) *Software* R$ 115.885 mil (2020 - R$ 258.998 mil); e (iii) Ágio R$ 11.508 mil (2020 - R$ 478.677 mil); e
(3) Em 31 de dezembro de 2021, composto, basicamente, pelos ágios na aquisição da participação acionária no BAC Flórida Bank - R$ 1.402.820 mil (31 de dezembro 2020 - R$ 1.706.513 mil), Odonto System - R$ 109.156 mil (31 de dezembro 2020 - R$ 143.223 mil), Bradescard México - R$ 11.449 mil (31 de dezembro 2020 - R$ 12.796 mil), Bradesco BBI - R$ 51.430 mil (31 de dezembro 2020 - R$ 69.026 mil), Kirton Bank - R$ 581.893 mil (31 de dezembro 2020 - R$ 1.421.663 mil) e RCB Investimentos - R$ 96.978 mil (31 de dezembro 2020 - R$ 141.023 mil)

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO Saldo inicial	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Saldo final
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	3.667.736	456.108	(1.332.527)	2.791.317
Software	1.803.160	1.288.242	(752.735)	2.338.667
Outros	35.296	1.992	(11.949)	25.339
Total em 2021	**5.506.192**	**1.746.342**	**(2.097.211)**	**5.155.323**
Total em 2020 (2)	**6.326.922**	**1.185.746**	**(2.006.476)**	**5.506.192**

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO Saldo inicial	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Saldo final
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	4.151.613	1.332.721	(1.356.968)	4.127.366
Software	3.988.313	1.719.261	(776.304)	4.931.270
Ágio - Rentabilidade futura (1)	3.016.257	(1.204.108)	(760.347)	1.051.802
Ágio - Baseado em intangíveis e outras razões (1)	573.316	1.238.144	(456.707)	1.354.753
Ágio - Diferença de valor de mercado de ativos/passivos	470.485	-	(34.864)	435.621
Outros	50.604	335.251	(349.970)	35.885
Total em 2021	**12.250.588**	**3.421.269**	**(3.735.160)**	**11.936.697**
Total em 2020 (2)	**12.250.976**	**3.996.697**	**(3.997.085)**	**12.250.588**

(1) Com base em relatório de estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), elaborado por empresa contratada, especializada e independente, efetuou a alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos do BAC Florida; e
(2) Corresponde a movimentação dos ativos de 31 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2020.

16) OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO 2021	BRADESCO MÚLTIPLO 2020	BRADESCO CONSOLIDADO 2021	BRADESCO CONSOLIDADO 2020
Tributos antecipados	8.383.547	9.570.659	13.286.829	15.330.420
Outros valores e bens (a)	4.258.640	3.587.670	5.367.283	5.358.150
Devedores diversos	1.991.518	2.269.346	3.066.085	3.437.752
Relações interfinanceiras e interdependências	15.608.372	9.036.838	348.500	669.474
Créditos específicos	-	-	118.448	105.410
Outros	1.383.858	1.656.916	1.503.771	1.851.495
Total	**31.625.935**	**26.121.429**	**23.690.916**	**26.752.701**

a) Outros valores e bens

f) Ativos não financeiros mantidos para venda/outros

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO Custo	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de provisão 2021	Custo líquido de provisão 2020	BRADESCO CONSOLIDADO Custo	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de provisão 2021	Custo líquido de provisão 2020
Imóveis	2.086.793	(1.525.991)	560.802	729.159	2.592.493	(1.687.950)	904.543	995.567
Veículos e afins	236.853	(179.291)	57.562	57.788	557.110	(267.189)	289.921	206.071
Estoques/almoxarifado	4.295	-	4.295	7.293	11.875	-	11.875	13.243
Máquinas e equipamentos	4.162	(2.923)	1.239	1.321	4.412	(3.174)	1.238	1.487
Outros	169	(169)	-	-	19.805	(18.360)	1.245	40
Total em 2021	**2.332.272**	**(1.708.394)**	**623.898**	**-**	**3.185.495**	**(1.976.673)**	**1.208.822**	**-**
Total em 2020	**2.501.743**	**(1.706.182)**	**-**	**795.561**	**3.251.170**	**(2.034.782)**	**-**	**1.216.408**

ii) Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO 2021	BRADESCO MÚLTIPLO 2020	BRADESCO CONSOLIDADO 2021	BRADESCO CONSOLIDADO 2020
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (1)	12.776	56.196	21.348	66.835
Despesas de propaganda e publicidade (2)	365.742	401.214	368.644	404.145
Contrato na prestação de serviços financeiros (3)	1.085.140	136.583	-	-
Custos de aquisição diferidos de seguros (4)	-	-	1.159.821	1.070.033
Outras (5)	462.690	491.934	631.975	565.967
Total	**1.926.348**	**1.085.927**	**2.181.788**	**2.106.980**

(1) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes - crédito consignado;
(2) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros;
(3) Valores desembolsados para aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, apresentados nas demonstrações contábeis no intangível (Nota 15);
(4) Comissões pagas aos corretores e representantes sobre as comercializações de produtos de seguros, previdência e capitalização; e
(5) Incluí, basicamente: (i) antecipação de comissões referente à acordo operacional para oferta de cartões de crédito e outros produtos, e (ii) despesas pela emissão de cartões.

17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO 2021	BRADESCO MÚLTIPLO 2020	BRADESCO CONSOLIDADO 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	BRADESCO CONSOLIDADO 2021	BRADESCO CONSOLIDADO 2020
Depósitos à vista - instituições financeiras	1.918.262	1.706.134	1.508.083	-	-	-	1.508.083	1.593.170
Depósitos interfinanceiros	20.010.259	17.674.860	1.339.193	2.191.103	837.991	287.357	4.655.644	797.216
Captações no mercado aberto (a)	269.006.797	269.372.968	215.478.453	5.525.460	40.668	1.530.119	222.574.700	217.108.353
Obrigações por empréstimos (b)	25.829.211	23.628.820	2.869.340	16.267.641	7.409.123	-	26.546.104	23.906.470
Obrigações por recasses (c)	23.723.430	23.813.375	1.399.772	2.515.569	3.590.923	18.218.485	23.724.749	23.814.056
Total geral em 2021	**340.488.959**		**222.594.841**	**26.499.773**	**11.878.705**	**18.035.961**	**279.009.280**	
%	100,0		79,8	9,5	4,3	6,4	100,0	
Total geral em 2020		**336.196.157**	**221.467.748**	**18.319.819**	**9.944.641**	**17.547.959**		**267.280.167**
%		100,0	82,9	6,9	3,7	6,5		100,0

a) Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO 2021	BRADESCO MÚLTIPLO 2020	BRADESCO CONSOLIDADO 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	BRADESCO CONSOLIDADO 2021	BRADESCO CONSOLIDADO 2020
Carteira própria	**208.758.664**	**108.065.901**	**155.796.680**	**3.523.942**	**40.668**	**1.530.119**	**160.891.409**	**81.219.925**
- Títulos públicos	186.772.392	90.485.787	146.539.275	404.081	-	-	146.943.356	68.628.805
- Debêntures	8.908.580	12.048.692	2.719.312	1.140.562	-	11.087	3.870.961	7.059.698
- Exterior	10.077.092	5.531.422	6.538.093	1.979.299	40.668	1.519.032	10.077.092	5.531.422
Carteira de terceiros (1)	**45.635.959**	**151.189.557**	**42.378.221**	**1.558.691**	**-**	**-**	**43.936.912**	**125.383.812**
Carteira livre movimentação (1)	**17.612.774**	**10.117.510**	**17.303.552**	**442.827**	**-**	**-**	**17.746.379**	**10.504.616**
Total geral em 2021	**269.006.797**		**215.478.453**	**5.525.460**	**40.668**	**1.530.119**	**222.574.700**	
%	100,0		96,8	2,5	-	0,7	100,0	
Total geral em 2020		**269.372.968**	**215.010.248**	**561.529**	**10.993**	**1.525.583**		**217.108.353**
%		100,0	99,0	0,3	-	0,7		100,0

(1) Representada por títulos públicos.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 954

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

ISEB3 | ITAG B3 | BBDO NYSE | BBD NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Obrigações por empréstimos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO				
			1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias		
	2021	2020				2021	2020
No País	1.010.274	-	-	-	1.010.274	1.010.274	-
- Instituições oficiais	1.010.274	-	-	-	1.010.274	1.010.274	-
No Exterior	24.818.937	23.628.820	2.869.340	16.267.641	6.398.849	25.535.830	23.966.470
Total geral em 2021	25.829.211		2.869.340	16.267.641	7.409.123	26.546.104	
%	100,0		10,8	61,3	27,9	100,0	
Total geral em 2020		23.628.820	2.870.507	15.074.570	6.021.303		23.966.470
%		100,0	12,0	62,9	25,1		100,0

c) Obrigações por repasses (1)

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO					
			1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
	2021	2020					2021	2020
Do País	23.723.430	23.813.375	1.399.772	2.515.569	3.590.923	16.218.485	23.724.749	23.814.958
- FINAME	11.773.849	10.979.446	241.234	1.461.337	1.919.344	8.151.934	11.773.849	10.979.709
- BNDES	11.656.865	12.720.831	1.158.365	1.054.232	1.379.102	8.065.166	11.656.865	12.720.831
- Tesouro nacional	292.455	112.354	-	-	292.455	-	292.455	112.354
- Outras instituições	261	744	173	-	22	1.385	1.580	2.064
Total geral em 2021	23.723.430		1.399.772	2.515.569	3.590.923	16.218.485	23.724.749	
%	100,0		5,9	10,6	15,1	68,4	100,0	
Total geral em 2020		23.813.375	1.841.255	2.559.687	3.391.905	16.022.131		23.814.958
%		100,0	7,7	10,8	14,2	67,3		100,0

(1) As obrigações por repasses consistem de recursos para repasses locais, em que tomamos emprestado de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações, equipamentos, agricultura, entre outros.

d) Despesas de operações de empréstimos e repasses

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Empréstimos:						
- No País	12.227	12.850	15.443	105.055	120.329	1.994.411
- No Exterior	6.309.446	4.742.218	24.856.728	6.309.446	4.742.218	24.856.729
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior	-	-	-	(3.141.552)	(1.933.473)	(15.965.826)
Subtotal de empréstimos	**6.321.673**	**4.755.068**	**24.872.171**	**3.272.949**	**2.929.074**	**10.885.314**
Repasses do País:						
- BNDES	508.779	944.867	691.812	508.779	944.867	691.812
- FINAME	492.677	836.878	794.291	492.680	836.886	794.332
- Tesouro nacional	2.310	2.840	4.702	2.310	2.840	4.702
- Outras instituições	5	7	5	5	7	5
Repasses do Exterior:						
- Obrigações com banqueiros no exterior (Nota 17a)	1.657.370	1.846.991	5.123.288	1.656.738	1.845.845	5.122.684
Subtotal de repasses	**2.661.141**	**3.631.583**	**6.614.098**	**2.660.512**	**3.630.445**	**6.613.535**
Total	**8.982.814**	**8.386.651**	**31.486.269**	**5.933.461**	**6.559.719**	**17.498.849**

e) Despesas com operações de captações no mercado e atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Depósitos de poupança	2.781.656	4.268.873	3.049.149	2.781.656	4.268.873	3.049.149
Depósitos a prazo	8.032.242	11.260.448	5.660.532	7.973.945	11.175.855	5.634.342
Captações no mercado aberto	9.777.120	14.449.984	9.336.348	8.435.800	12.529.476	8.217.902
Recursos de emissão de títulos (Nota 19a)	6.366.184	8.947.333	6.385.613	5.385.732	7.543.275	5.576.416
Dívidas subordinadas (Nota 20b)	2.097.591	3.154.164	2.403.327	2.097.591	3.154.164	2.403.327
Outras despesas de captação	873.755	1.449.321	1.872.958	445.236	815.115	791.107
Subtotal	**29.928.548**	**43.530.123**	**28.719.327**	**27.119.960**	**39.486.758**	**25.872.243**
Despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização (1)	-	-	-	**6.705.235**	**12.192.413**	**18.344.005**
Total	**29.928.548**	**43.530.123**	**28.719.327**	**33.825.195**	**52.679.171**	**44.016.248**

(1) Compõem o saldo do Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização (Nota 10II III).

18) RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO					
			1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
	2021	2020					2021	2020
Depósitos à vista - clientes (1)	53.908.884	53.083.706	56.613.691	-	-	-	56.613.691	50.247.334
Depósitos de poupança (1)	139.341.042	136.698.248	139.341.042	-	-	-	139.341.042	136.698.248
Depósitos à prazo (2)	366.131.016	351.510.277	27.013.821	47.974.278	61.694.101	237.089.317	373.771.517	358.347.161
Total geral em 2021	**559.380.942**		**222.968.554**	**47.974.278**	**61.694.101**	**237.089.317**	**569.726.250**	
%	100,0		39,2	8,4	10,8	41,6	100,0	
Total geral em 2020		**541.292.231**	**202.956.337**	**50.518.912**	**54.368.623**	**237.448.871**		**545.292.743**
%		100,0	37,2	9,3	10,0	43,5		100,0

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica de giro, e
(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO					
			1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
	2021	2020					2021	2020
Títulos e valores mobiliários - País:								
- Letras de crédito imobiliário	41.461.933	27.601.333	486.309	4.682.410	6.506.165	29.787.049	41.461.933	27.601.333
- Letras de crédito do agronegócio	17.300.060	14.684.484	168.590	1.765.965	3.477.539	11.889.966	17.300.060	14.684.484
- Letras financeiras (1)	119.255.219	113.809.882	1.720.033	31.567.366	6.935.861	39.526.987	79.752.267	81.588.961
- Letras imobiliárias garantidas (2)	14.156.914	8.064.320	493.412	3.357.209	422.291	9.654.027	13.936.949	7.930.718
Subtotal	**183.174.126**	**164.169.819**	**2.866.344**	**41.372.970**	**17.341.886**	**90.870.029**	**152.451.209**	**131.815.496**
Títulos e valores mobiliários - Exterior:								
- Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidas do exterior	9.136.961	9.119.512	-	56.357	55.805	9.024.799	9.136.961	9.119.512
- MTN Program Issues (3)	1.337.543	1.548.064	514.400	362.227	72.551	900.673	1.849.851	2.113.060
- Custo de emissões sobre captações	-	-	-	-	-	(1.166)	(1.166)	(7.256)
Subtotal	**10.474.504**	**10.667.576**	**514.400**	**418.584**	**128.356**	**9.924.306**	**10.985.646**	**11.225.256**
Certificados de operações estruturadas	**2.791.686**	**1.863.073**	**22.505**	**162.825**	**281.174**	**2.325.183**	**2.791.687**	**1.863.073**
Total geral em 2021	**196.440.316**		**3.403.249**	**41.954.379**	**17.751.396**	**103.119.518**	**166.228.542**	
%	100,0		2,0	25,2	10,7	62,1	100,0	
Total geral em 2020		**176.700.468**	**2.461.435**	**33.338.441**	**34.365.862**	**74.738.087**		**144.903.825**
%		100,0	1,7	23,0	23,7	51,5		100,0

(1) Em 31 de dezembro de 2020, inclui o valor de R$ 2.034.532 mil, referente a Letras Financeiras com garantia em ativos financeiros (LFG), registrados de acordo com a Carta Circular nº 4.050 do Bacen de 13 de maio de 2020, operação liquidada em 06 de maio de 2021;
(2) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R$ 15.288.584 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 8.942.892 mil), que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução nº 4.598/17 do Bacen, sendo: Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 1, 2 e 3 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 260, 254 e 252 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 3, 48 e 45 meses, os direitos creditórios correspondem a 1,08% do total de ativos e 43,02% do valor de garantia dos imóveis. Atualmente a carteira de crédito dos ativos garantidores está concentrado nos ratings AA e A, sendo o percentual de 86,55% e 9,33%, respectivamente. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos, na forma do artigo 11 da Resolução nº 4.598/17 do Bacen, e
(3) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo.

a) Movimentação de recursos de emissão de títulos

R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial no exercício	**178.700.468**	**188.548.024**	**144.903.825**	**170.727.563**
Emissões	106.392.286	87.805.360	105.221.591	61.832.819
Juros	8.947.333	6.385.013	7.543.275	5.576.416
Liquidação e pagamentos de juros	(96.387.722)	(105.968.513)	(92.274.643)	(93.179.856)
Variação cambial	787.849	(50.416)	834.494	(54.114)
Saldo final em 31 de dezembro	**196.440.316**	**178.700.468**	**166.228.542**	**144.903.825**

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS - CONSOLIDADO

a) Composição por vencimento

Em 31 de dezembro - R$ mil

No País:	Prazo original em anos	Valor da operação	2021	2020
Letras Financeiras:				
2022	7	3.306.611	5.413.486	6.662.957
2023	7	1.347.452	2.125.935	2.011.986
2024	7	67.450	105.003	93.765
2025	7	5.425.906	6.427.648	6.126.601
2027	7	401.060	430.026	403.352
2021	8	-	-	2.565
2023	8	1.523.546	2.685.658	2.798.899
2024	8	136.695	214.204	196.932
2025	8	6.193.653	6.477.814	6.340.117
2026	8	804.800	821.253	783.605
2028	8	55.437	59.315	55.702
2021	9	-	-	15.460
2024	9	4.924	10.653	9.347
2025	9	370.344	546.022	507.771
2027	9	89.700	113.969	104.782
2021	10	-	-	58.608
2022	10	54.143	147.062	129.910
2023	10	688.064	1.504.108	1.318.725
2025	10	284.137	709.653	596.797
2026	10	196.196	380.719	329.699
2027	10	256.243	377.838	338.894
2028	10	248.300	355.845	308.959
2030	10	134.500	155.130	139.506
2031	10	7.270.000	7.491.477	-
2026	11	3.400	6.226	5.477
2027	11	47.048	70.532	65.771
2028	11	74.764	115.528	100.369
Perpétua		11.150.455	11.458.580	9.389.642
Subtotal no País			**48.203.788**	**38.893.268**
No Exterior:				
2021	11	-	-	8.539.366
2022	11	6.138.550	6.255.730	5.822.747
Custos de emissões sobre captações			(8.441)	(9.160)
Subtotal no Exterior			**6.247.289**	**14.352.944**
Total geral (1) (2) (3)			**54.451.077**	**53.246.232**

(1) Inclui o montante de R$ 31.129.540 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 26.741.610 mil), referente às dívidas subordinadas registradas como "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar - Nota 35b;
(2) As informações de resultado estão apresentadas na Nota 17e, despesas com operações no mercado e atualização de juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização; e
(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreu o vencimento da dívida subordinada emitida no Exterior - Bradesco Grand Cayman - valor da operação R$ 8.314.720 mil.

b) Movimentação das dívidas subordinadas

R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial no exercício	**53.255.401**	**49.318.063**	**53.246.232**	**49.313.508**
Emissões	9.130.200	688.186	9.130.200	688.186
Juros	3.154.164	2.403.327	3.154.164	2.403.327
Liquidação e pagamentos de juros	(11.165.628)	(2.374.538)	(11.165.628)	(2.374.538)
Variação cambial/Outros	85.381	3.220.363	86.109	3.215.749
Saldo final em 31 de dezembro	**54.459.518**	**53.255.401**	**54.451.077**	**53.246.232**

21) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Carteira de câmbio (Nota 12a)	20.214.807	18.756.600	20.214.807	18.757.631
Relações interfinanceiras e interdependências	42.982.623	33.101.475	31.256.372	28.264.539
Negociação e intermediação de valores	785.396	1.062.040	3.992.900	5.877.144
Obrigações por operações vinculadas a cessão	5.199.819	6.098.991	5.199.819	6.098.991
Total	**69.182.645**	**59.019.106**	**60.663.898**	**59.018.305**

22) PROVISÕES

a) Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização

I) Provisões técnicas por conta

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Seguros (1)		Vida e Previdência (2)		Capitalização		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Passivo circulante e exigível a longo prazo								
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.179.406	1.225.279	241.065.876	237.436.250	-	-	242.245.282	238.661.529
Provisão matemática de benefícios concedidos	695.210	812.835	11.884.439	10.403.722	-	-	12.579.649	11.016.557
Provisão matemática para capitalização	-	-	-	-	7.156.662	7.430.426	7.156.662	7.430.426
Provisão de IBNR	4.961.922	4.040.072	1.013.842	945.744	-	-	5.975.764	4.985.816
Provisão de prêmios não ganhos	4.922.416	4.381.913	2.483.194	1.719.098	-	-	7.405.610	6.101.011
Provisão de sinistros a liquidar	4.997.915	4.893.477	1.991.086	1.677.216	-	-	6.989.001	6.570.693
Provisão de excedente financeiro	-	-	861.170	783.786	-	-	861.170	783.786
Provisão para sorteios e resgates	-	-	-	-	1.163.481	1.053.215	1.163.481	1.053.215
Outras provisões	3.376.202	3.136.012	5.027.036	4.780.007	80.497	87.278	8.483.737	8.003.297
Total das provisões técnicas	**20.133.071**	**18.289.588**	**264.326.645**	**257.745.823**	**8.400.640**	**8.570.919**	**292.860.356**	**284.606.330**

II) Garantias das provisões técnicas

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Seguros		Vida e Previdência		Capitalização		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Total das provisões técnicas	**20.133.071**	**18.289.588**	**264.326.645**	**257.745.823**	**8.400.640**	**8.570.919**	**292.860.356**	**284.606.330**
(+) Efeito monetário na elaboração do TAP (3)	-	-	1.295.070	2.700.356	-	-	1.295.070	2.700.356
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(10.186)	(21.617)	(16.037)	(13.114)	-	-	(26.223)	(34.731)
(-) Direitos creditórios	(1.774.506)	(1.502.349)	-	-	-	-	(1.774.506)	(1.502.349)
(-) Provisão de prêmios não ganhos - seguro saúde e odontológico (4)	(1.849.070)	(1.656.290)	-	-	-	-	(1.849.070)	(1.656.290)
Total a ser coberto	**16.499.309**	**15.109.332**	**265.605.678**	**260.433.065**	**8.400.640**	**8.570.919**	**290.505.627**	**284.113.316**
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL)	-	-	209.419.706	211.617.915	-	-	209.419.706	211.617.915
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	4.354.207	4.367.527	25.661.527	29.465.654	1.209.730	785.435	31.222.464	34.618.616
Títulos públicos	14.003.541	13.470.756	34.567.252	29.871.219	7.877.850	8.652.529	56.448.643	51.994.504
Títulos privados	-	34.580	270.249	79.114	-	-	270.249	113.694
Total das garantias das provisões técnicas	**18.357.748**	**17.872.903**	**269.918.734**	**271.033.902**	**9.084.580**	**9.437.964**	**297.361.062**	**298.344.769**

(1) A linha de "Outras provisões" de Seguros inclui a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) de R$ 3.280.827 mil (R$ 3.044.169 mil em 31 de dezembro de 2020) e Provisão de Despesas Relacionadas de R$ 84.224 mil (R$ 78.673 mil em 31 de dezembro de 2020);
(2) A linha de "Outras provisões" de Vida e Previdência inclui, substancialmente, a "Provisão de resgates e outros valores a regularizar" no montante de R$ 3.047.124 mil (R$ 2.822.392 mil em 31 de dezembro de 2020), "Provisão de despesas relacionadas" de R$ 653.541 mil (R$ 633.766 mil em 31 de dezembro de 2020) e "Outras provisões técnicas" de R$ 1.305.127 mil (R$ 1.305.127 mil em 31 de dezembro de 2020);
(3) O resultado do teste de adequação de passivos, realizado para a data base de 31 de dezembro de 2021, apresentou uma insuficiência total de R$ 1.295.070 mil, que foi integralmente compensada pela mais valia dos ativos garantidores, e
(4) Dedução prevista no artigo 4º da Resolução Normativa ANS nº 392/15.

III) Prêmios retidos de seguros, contribuições de planos de previdência e títulos de capitalização

R$ mil

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2021	2021	2020
Prêmios emitidos	24.185.822	47.194.515	42.469.074
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	15.450.847	29.157.808	26.118.492
Receitas com títulos de capitalização	2.776.029	5.493.340	5.257.125
Prêmios de cosseguros cedidos	(28.033)	(45.879)	(66.647)
Prêmios restituídos	(12.481)	(24.069)	(41.070)
Prêmios emitidos líquidos	**42.372.184**	**81.775.715**	**73.736.974**
Prêmios de resseguros	(47.726)	(60.614)	(59.647)
Prêmios retidos de seguros, planos de previdência e capitalização	**42.324.458**	**81.714.501**	**73.687.627**
Variação nas provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(17.962.763)	(34.097.239)	(29.980.091)
Sorteios e resgates de títulos de capitalização	(2.447.329)	(4.866.373)	(4.709.311)
Sinistros retidos	(17.571.593)	(34.222.302)	(27.717.828)
Despesas de comercialização de seguros, previdência e capitalização	(1.757.905)	(3.337.262)	(3.161.655)
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	**2.584.868**	**5.191.325**	**8.098.742**

b) Outras provisões

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para contingências (Nota 23)	15.778.641	16.565.782	23.979.615	24.254.031
Provisão para garantias financeiras prestadas (I)	2.184.053	2.336.293	2.077.041	2.219.444
Outras (1)	6.436.561	6.088.312	10.622.535	9.205.601
Total	**24.399.255**	**24.990.387**	**36.679.191**	**35.679.076**

(1) Em 2021, contempla a provisão para reestruturação no valor de R$ 800.534 mil (em 2020 - R$ 980.978 mil) registradas na rubrica de "Outras Despesas Operacionais".

I) Provisão para garantias financeiras prestadas

Garantias financeiras prestadas são contratos que requerem à Organização fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorrerá quando um devedor específico deixar de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida. A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base na melhor estimativa do montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. Os parâmetros de provisionamento são estabelecidos com base nos modelos internos de gestão de risco de crédito. No caso de operações de varejo são adotados modelos quantitativos, enquanto que no atacado é adotada a combinação de modelos quantitativos com análises individualizadas.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO			
	2021		2020	
	Valores garantidos	Provisões	Valores garantidos	Provisões
Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	35.278.681 *	(519.808) *	36.163.014	(856.138)
Fianças bancárias	56.385.725	(1.364.861) *	48.248.068	(1.469.933)
Demais	2.208.606	(2.504) *	1.012.851	(10.222)
Total	**93.873.264** *	**(2.184.053)** *	**85.423.933**	**(2.336.293)**

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 955

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

BBDC LISTED N1 | LAT. AM. DJ BBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Dow Jones Sustainability Indices | Ibrl | BBDO NYSE | BBD NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO			
	2021		2020	
	Valores garantidos	Provisões	Valores garantidos	Provisões
Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	35.279.837	(816.655)	35.279.837	(816.655)
Fianças bancárias	45.978.124	(1.257.801)	45.978.124	(1.257.801)
Demais	2.209.132	(2.585)	2.209.132	(2.585)
Total	**83.467.093**	**(2.077.041)**	**83.467.093**	**(2.077.041)**

23) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos (limite de R$ 44 mil em 31 de dezembro de 2021).

Em relação às ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que teriam parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ), estas como, por exemplo, a forma de aplicação de juros nas execuções decorrentes de Ações Civeis Publicas e sucessão.

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidas condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito à adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses, oportunidade em que avaliará os resultados e poderá prorrogar por mais 30 meses. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador à adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo. Os processos que não estão no contexto do acordo, incluindo os relacionados aos bancos incorporados são reavaliados com base no estágio processual de cada um deles.

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o andamento de todos os processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

III - Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Organização, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos as teses:

- PIS e Cofins - BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 2.734.993 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 2.702.641 mil): pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras.
- Contribuições Previdenciárias - R$ 1.645.502 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 1.650.370 mil), no BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 1.781.022 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 1.785.787 mil): autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes;
- IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito - R$ 725.843 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 1.087.692 mil), no BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 887.913 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 1.262.225 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96, que só se aplicam às perdas provisórias.
- IRPJ/CSLL sobre MTM - R$ 647.878 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 635.802 mil), no BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 647.878 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 635.802 mil): autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de exclusões em 2007 de receitas de marcação de Títulos e Valores Mobiliários a valor de mercado;
- PIS e Cofins - BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 527.970 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 415.785 mil): pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços);
- INSS - Contribuição ao SAT - BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 450.289 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 440.524 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07; e
- INSS de Autônomos - BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 343.896 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 333.852 mil): discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços autônomos, instituída pela Lei Complementar nº 84/96, e regulamentações/alterações posteriores à alíquota de 20,0% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso I, artigo 22, da Lei nº 8.212/91, com nova redação conida na Lei nº 9.876/99.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Provisões segregadas por natureza

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Processos trabalhistas	6.067.876	6.182.825	6.729.107	6.890.498
Processos cíveis	6.502.984	6.827.315	9.178.471	9.092.421
Provisão para riscos fiscais	3.207.781	3.555.622	8.072.037	8.271.112
Total (Nota 22b)	**15.778.641**	**16.565.762**	**23.979.615**	**24.254.031**

V - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.182.825**	**6.827.315**	**3.555.622**	**6.890.498**	**9.092.421**	**8.271.112**
Atualização monetária	720.652	309.708	71.648	799.803	484.516	176.903
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	767.644	646.625	(395.997)	1.044.511	1.734.207	(351.476)
Pagamentos	(1.603.245)	(1.280.664)	(23.492)	(2.005.705)	(2.132.673)	(24.502)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.067.876**	**6.502.984**	**3.207.781**	**6.729.107**	**9.178.471**	**8.072.037**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de êxitosenso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2021, R$ 5.812.277 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 4.802.718 mil), no BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 7.979.276 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 7.222.015 mil) para os processos cíveis e R$ 20.212.668 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 18.207.932 mil), no BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 37.556.235 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 35.761.167 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL - Anos bases de 2013 a 2015 - R$ 9.708.225 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 9.431.944 mil), no BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 9.708.225 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 9.431.944 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- IRPJ e CSLL - Anos bases de 2004 a 2017 - BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 7.455.648 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 7.251.952 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- Cofins - Anos bases de 2001 a 2005 - R$ 4.372.247 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 4.291.432 mil), no BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 5.450.794 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 5.354.315 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- Autuações de Contribuição Previdenciária - Anos bases de 2014 a 2021 - R$ 2.762.452 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 2.046.622 mil), no BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 2.875.747 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 2.079.850 mil): relativas ao auxílio alimentação e refeição disponibilizados aos empregados, conforme Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, por meio de cartão e não "*in natura*";
- PIS e Cofins - Autuações e glosas de compensações - BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 1.501.667 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 1.444.586 mil): relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;
- ISS/QN - Empresas de Arrendamento Mercantil - BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 1.466.305 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 2.485.745 mil): se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma de lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário. A redução do montante se deu pela adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura do Município de São Paulo - PPI em outubro de 2021;
- Autuações de IRPJ e CSLL - Anos bases de 2000 a 2014 - R$ 877.757 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 563.557 mil), no BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 1.168.741 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 848.605 mil): relativas às glosas de despesas e exclusões sobres receitas de superveniência de depreciação, despesas de não incidência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal;
- Autuação de IRPJ e CSLL - Anos bases de 2008 a 2013 - BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 686.308 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 649.441 mil): sobre lucro de empresas controladas domiciliadas no exterior;
- PLR - Participação nos Lucros e Resultados - Anos bases de 2009 a 2011 - BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 507.915 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 463.501 mil): autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas; e
- Autuação de IRPJ e CSLL - Anos bases de 2008 a 2016 - R$ 339.460 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 320.468 mil), no BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 875.658 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 834.272 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos.

d) Outros assuntos

Em decorrência da chamada "Operação Zelotes", relacionada à eventual atuação indevida de membros do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, há um processo criminal iniciado no ano de 2016 contra dois ex-membros da Diretoria do Bradesco, que tramita na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. O processo já teve sua fase de instrução encerrada, e aguarda-se a sentença do juízo de primeiro grau. O Bradesco não é parte neste processo.

A Administração da Companhia conduziu criteriosa avaliação interna nos registros e documentos relacionados ao assunto e não encontrou evidências de qualquer conduta irregular praticada por seus ex-representantes.

Em decorrência da Operação Zelotes, a Corregedoria Geral do Ministério da Fazenda promoveu um procedimento administrativo investigatório para verificar a necessidade de instauração de Processo Administrativo de Responsabilização ("PAR"). Em 03 de fevereiro de 2020, foi publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União a decisão de arquivamento do referido procedimento. A decisão proferida pela Corregedora do Ministério da Economia acolheu integralmente o Relatório Final da Comissão Processante, o Parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o Despacho Conjunto da Coordenadoria Geral de Gestão e Administração e da Chefia da Divisão de Assessoria e Julgamento, que consagraram expressamente o reconhecimento da inexistência de prova de que o Bradesco tenha prometido, oferecido, dado, direta ou indiretamente, vantagem indevida aos agentes públicos envolvidos na referida operação, nos termos previstos no Artigo 5º, inciso I, da Lei nº 12.846 de 2013.

24) OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Credores diversos (1)	3.301.776	3.736.371	4.971.568	5.289.505
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	510.063	548.455	721.618	708.886
Operações com cartão de crédito	454.603	386.871	3.944.174	3.337.346
Impostos e contribuições a pagar	1.521.969	1.545.606	4.595.167	3.853.700
Obrigações por aquisição de bens e direitos	706.918	631.283	1.375.489	1.582.134
Sociais e estatutárias	413.467	3.599.362	504.416	3.747.682
Obrigações por cotas de fundos de investimento	-	-	3.737.373	2.929.138
Outros	5.617.634	7.319.843	6.501.780	8.452.564
Total	**12.526.450**	**17.767.880**	**26.351.585**	**29.900.955**

(1) Contempla o encerramento do direito de exclusividade na exploração de serviços e produtos financeiros.

25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro

	2021	2020
Ordinárias	4.870.579.247	4.435.106.575
Preferenciais	4.848.500.325	4.435.106.111
Subtotal	**9.719.079.572**	**8.870.212.686**
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(17.493.900)	(7.307.259)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(12.051.100)	(29.545.000)
Total em circulação	**9.689.534.572**	**8.835.526.885**

(1) No 1º trimestre de 2021, foi aprovado o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria de emissão da Companhia e após revogação em abril de 2021 foi aprovado a recompra de ações de própria emissão para permanência em tesouraria (item e).

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2020	**4.427.799.316**	**4.407.727.569**	**8.835.526.885**
Aumento de capital social com emissão de ações - bonificação de 10% (1)	442.779.931	440.772.756	883.552.687
Aquisição de ações em tesouraria	(17.493.900)	(12.051.100)	(29.545.000)
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2021	**4.853.085.347**	**4.836.449.225**	**9.689.534.572**

(1) Beneficiou os acionistas inscritos nos registros do Bradesco em 16 de abril de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2021, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R$ 4.000.000 mil, elevando-o de R$ 79.100.000 mil para R$ 83.100.000 mil, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 883.552.687 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 442.779.931 ordinárias e 440.772.756 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data base.

c) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2021	2020
Reservas de lucros		
- Reserva legal (1)	11.548.007	10.450.722
- Reserva estatutária (2)	56.122.893	48.955.093
Total	**67.670.900**	**59.405.815**

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Lucro por ação

I. Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 31 de dezembro	
	2021 (1)	2020 (1)
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$ mil)	**10.475.174**	**7.898.810**
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$ mil)	**11.469.514**	**8.647.767**
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	4.862.614	4.870.579
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	4.842.953	4.848.500
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$)	2,15	1,62
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$)	2,37	1,78

(1) Todas as quantidades de ações apresentadas em períodos anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2021, na proporção de 1 nova ação para cada 10 possuídas.

II. Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

e) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em reunião do Conselho de Administração de 22 de junho de 2021, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2021, no valor de R$ 5.000.000 mil, sendo R$ 0,00773301 por ação ordinária e R$ 0,53900831 por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 12 de julho de 2021.

Em reunião do Conselho de Administração de 09 de dezembro de 2021, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de dividendos e juros sobre capital próprio complementares, relativos ao segundo semestre de 2021, no valor de R$ 2.200.000 mil, sendo dividendos no valor de R$ 2.000.000 mil, R$ 0,196595372 por ação ordinária e R$ 0,216254909 por ação preferencial e juros sobre o capital próprio no valor de R$ 200.000 mil, R$ 0,019659537 por ação ordinária e R$ 0,021625491, cujo pagamento foi efetuado em 30 de dezembro de 2021.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	21.945.688	
(-) Reserva legal	1.097.285	
Base de cálculo ajustada	**20.848.403**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais, intermediários e complementares pagos	7.240.089	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(1.086.013)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	**6.154.076**	
Dividendos complementares pagos	2.000.000	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos totais acumulados em 31 de dezembro de 2021	**8.154.076**	**39,11**
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2020	**4.715.775**	**30,00**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio/dividendos, conforme segue:

R$ mil

Descrição	Por ação (bruto) Ordinárias	Por ação (bruto) Preferenciais	Valor pago bruto	IRRF (15%)	Valor pago líquido
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	1.861.951	279.293	1.582.658
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,397359	0,437094	3.686.020	552.903	3.133.117
Total acumulado em 31 de dezembro de 2020	**0,604357**	**0,664792**	**5.547.971**	**832.196**	**4.715.775**
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.040.089	306.013	1.734.076
Juros sobre o capital próprio intermediário pagos (1)	0,490007	0,539008	5.000.000	750.000	4.250.000
Juros sobre o capital próprio complementares pagos (2)	0,019660	0,021625	200.000	30.000	170.000
Dividendos complementares pagos (2)	0,196595	0,216255	2.000.000	-	2.000.000
Total acumulado em 31 de dezembro de 2021	**0,913260**	**1,004568**	**9.240.089**	**1.086.013**	**8.154.076**

(1) Juros sobre o capital próprio pagos em 12 de julho de 2021; e

(2) Juros sobre o capital próprio e dividendos complementares pagos em 30 de dezembro de 2021.

f) Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2021, foi aprovada o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria de emissão da Companhia, adquiridas por meio de programa de recompra de ações, consistente de 34.685.801 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 7.307.259 ordinárias e 27.378.542 preferenciais, sem redução no capital social, homologada pelo Bacen em 06 de abril de 2021.

Em 23 de abril de 2021, o Conselho de Administração deliberou revogar o programa de recompra de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e postergar alienação ou cancelamento, atualmente vigente, aprovado em 23.12.2020, que autorizava a aquisição de até 15.000.000 de ações e instituir um novo programa de recompra ("novo programa") que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 26.4.2021 a 26.4.2022, até 97.190.795 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 48.705.792 ações ordinárias e até 48.485.003 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2021, permaneciam em tesouraria 17.493.900 ações ordinárias e 12.051.100 ações preferenciais, no montante de R$ 666.702 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R$ 17,94, R$ 21,07 e R$ 24,28 e por ação PN é de R$ 20,88, R$ 24,73 e R$ 28,31 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 16,19 por ação ON e R$ 19,21 por ação PN.

26) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das participações minoritárias das controladas foi de R$ 713.955 (31 de dezembro de 2020 - R$ 759.241 mil), representada basicamente, pela empresa Odontoprev.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 956

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED NM | LATIBEX XBBDC | ISEB3
abrasca | CDP | ITAG B3
Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO NYSE | BBD NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

27) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Rendas de cartão	3.191.756	5.885.842	5.011.458	4.031.094	7.510.685	6.754.319
Conta corrente	4.027.697	7.959.073	7.904.662	4.037.477	7.980.149	7.927.357
Operações de crédito	1.279.007	2.446.658	2.406.558	1.480.428	2.776.672	2.672.685
Cobrança	825.337	1.624.264	1.678.659	982.686	1.970.919	2.150.907
Administração de consórcios	-	-	-	1.149.715	2.202.959	1.921.206
Administração de fundos	583.150	1.138.420	1.177.697	666.560	1.340.761	1.348.214
Underwriting/Assessoria financeira	4.756	9.618	5.586	568.654	1.213.016	1.150.460
Serviços de custódia e correlatagens	424.590	800.921	738.639	636.480	1.293.899	1.200.729
Arrecadações	219.179	440.155	462.535	219.179	440.155	462.535
Outras	153.301	319.770	313.554	383.312	800.020	644.397
Total	**10.708.773**	**20.654.719**	**19.699.591**	**14.185.785**	**27.529.235**	**26.231.809**

28) DESPESAS DE PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Proventos	4.517.661	8.795.656	7.852.060	5.405.976	10.247.413	9.475.900
Benefícios	1.976.618	3.950.873	3.958.948	2.348.720	4.600.686	4.659.876
Encargos sociais	1.484.388	2.816.041	2.858.195	1.801.875	3.399.639	3.404.017
Participação dos empregados nos lucros	787.641	1.534.480	1.353.305	934.915	1.843.661	1.533.955
Treinamentos	46.816	73.012	72.579	57.737	89.359	86.852
Total	**8.813.124**	**16.670.062**	**16.095.087**	**10.549.223**	**20.180.958**	**19.160.600**

29) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Serviços de terceiros	1.660.036	3.210.200	3.149.093	2.683.913	5.040.190	4.948.258
Depreciação e amortização	1.629.979	3.225.748	3.100.490	1.533.859	3.113.431	3.115.962
Processamento de dados	1.036.395	2.023.211	2.004.293	1.189.372	2.248.464	2.150.048
Comunicação	468.361	973.835	998.485	663.962	1.253.156	1.333.127
Manutenção e conservação de bens	605.731	1.200.402	1.209.374	664.435	1.304.469	1.299.441
Aluguéis	654.858	1.677.162	1.663.569	629.885	1.225.394	1.266.517
Serviços do sistema financeiro	469.988	937.944	947.681	564.029	1.142.826	1.119.697
Propaganda, promoções e publicidade	691.377	901.269	836.409	910.213	1.340.104	1.052.083
Segurança e vigilância	282.524	560.859	597.401	282.908	561.856	698.268
Transportes	331.418	624.750	609.848	378.022	703.416	651.238
Água, energia e gás	169.524	342.784	357.211	176.205	356.177	373.056
Materiais	51.706	93.346	121.958	59.458	109.666	139.371
Viagens	12.427	22.529	48.327	20.489	33.982	77.433
Arrendamento de bens	276.413	617.755	678.625	737	6.776	8.945
Outras	466.935	903.106	893.130	661.864	1.256.396	1.085.278
Total	**8.889.862**	**17.234.889**	**17.313.894**	**10.359.372**	**19.895.895**	**19.315.658**

30) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Contribuição à Cofins	1.279.426	2.877.654	2.159.629	2.070.063	4.437.821	3.599.115
Contribuição ao PIS	207.915	467.635	351.223	321.041	694.866	594.436
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	432.136	827.401	765.434	675.524	1.257.987	1.138.492
Despesas com IPTU	32.269	108.473	115.851	33.269	110.194	118.127
Outras	33.969	86.868	337.802	166.172	327.567	598.733
Total	**1.985.715**	**4.368.031**	**3.749.939**	**3.266.069**	**6.828.437**	**6.048.903**

31) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Outras receitas financeiras	644.458	1.406.009	867.298	734.228	1.204.700	1.388.976
Reversão de outras provisões operacionais	987.968	2.131.389	1.809.930	1.990.688	3.579.010	2.225.305
Receitas de recuperação de encargos e despesas	255.964	367.546	289.971	275.619	410.731	318.654
Outras	495.322	640.681	328.094	1.131.880	2.508.647	2.081.444
Total	**2.383.712**	**4.545.596**	**3.295.293**	**4.132.415**	**7.703.088**	**6.014.379**

32) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Outras despesas financeiras	214.667	345.337	452.822	1.842.592	2.372.495	1.013.616
Despesas com perdas diversas	251.375	420.767	307.381	283.700	474.921	350.230
Despesas com descontos concedidos	562.912	1.316.317	2.390.434	723.792	1.684.087	2.728.604
Despesas com comissão de empréstimos e financiamentos	-	-	-	384.506	722.036	518.944
Amortização de intangível - folha de pagamento (Nota 15b) (1)	-	-	-	691.404	1.320.447	1.274.928
Amortização de ágio (Nota 15a)	119.059	858.199	1.493.090	304.145	1.251.918	1.661.414
Despesas com comercialização de cartões	921.401	1.684.537	1.523.697	1.637.528	3.078.632	2.858.522
Outras (2)	4.163.050	6.880.923	6.996.387	4.186.587	9.115.200	9.532.196
Total	**6.232.464**	**11.486.080**	**13.181.791**	**10.054.254**	**19.819.736**	**19.938.454**

(1) No Banco Múltiplo, os valores de Amortização - Folha de Pagamento, estão demonstrados na Nota de Outras Despesas Administrativas; e

(2) Em 31 de dezembro de 2021, inclui: (i) perdas por *impairment* em aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R$ 713.113 mil (2020 - R$ 3.712 mil); *software/hardware*, no valor de R$ 24.360 mil (2020 - R$ 21.519 mil); e ágio de investimentos, no valor de R$ 11.508 mil; e (ii) despesas com provisão para reestruturação, no valor de R$ 800.534 mil (2020 - R$ 980.978), principalmente relacionada a rede de agências e quadro de funcionários.

33) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MULTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	(35.799)	11.648	(131.139)	(22.992)	25.894	(239.606)
Constituição/reversão de provisões não operacionais (1)	(152.634)	(302.024)	(61.007)	(161.658)	(324.519)	(80.078)
Outros	13.226	28.308	(16.878)	24.583	61.522	(146.583)
Total	**(175.207)**	**(262.068)**	**(208.024)**	**(160.067)**	**(237.103)**	**(466.267)**

(1) Inclui, basicamente, a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

34) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Controladores (1)		Controladas, coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal-chave da administração (3)		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	73.772.182	64.988.598	-	-	73.772.182	64.988.598
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	113.137	62.328	5.674.699	6.826.340	-	-	5.787.836	6.888.668
Aplicações/depósitos no exterior em moedas estrangeiras	-	-	93.855	90.681	-	-	93.855	90.681
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	11	18	11.044.688	1.706.689	166.714	119.659	11.231.413	1.826.364
Passivos								
Depósitos à vista e de poupança	7.728	154.651	630.560	137.154	21.217	17.685	659.503	319.490
Depósitos a prazo	2.472.296	1.299.430	4.673.964	3.706.024	275.519	126.150	7.421.779	5.120.584
Captações em depósitos interfinanceiros	-	-	15.464.641	16.982.012	-	-	15.464.641	16.982.012
Captações no mercado aberto	969.421	675.893	13.129.835	6.827.704	-	-	14.099.256	7.503.597
Recursos de emissões de títulos e dívidas subordinadas	14.179.462	11.480.275	30.603.548	32.240.215	763.057	702.417	45.546.067	44.422.907
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	-	-	16.033	79.454	-	-	16.033	79.454
Instrumentos financeiros derivativos	-	32.219	45.485	2.431	-	-	45.485	34.650
Juros sobre capital próprio a pagar	54.732	1.195.928	-	-	-	-	54.732	1.195.928
Outros passivos	-	-	11.625.944	9.893.671	30.737	18.594	11.656.681	9.912.265

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	Controladores (1)		Controladas, coligadas e controle compartilhado (2)		Pessoal-chave da administração (3)		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita de intermediação financeira	26.474	40.506	3.267.084	5.113.922	-	-	3.292.558	5.154.428
Despesas de intermediação financeira	(814.492)	(488.882)	(2.756.370)	(2.343.641)	(44.837)	(45.003)	(3.615.699)	(2.877.526)
Receita de prestação de serviços	159	109	170.772	181.565	145	119	171.076	181.783
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	84.417	58.134	(2.417.452)	(1.234.481)	118.348	89.582	(2.234.687)	(2.086.465)

(1) Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 13; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

2º semestre de 2021 - R$ mil

	Controladores (1)	Controladas, coligadas e controle compartilhado (2)	Pessoal-chave da Administração (3)	Total
Receitas de intermediação financeira	1	1.965.856	-	1.965.857
Despesas de intermediação financeira	(571.847)	(1.937.135)	(30.457)	(2.539.439)
Receita de prestação de serviços	62	99.966	42	100.070
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	33.321	(1.166.093)	378.501	(754.271)

(1) Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 13; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do Conglomerado).

Para 2021, foi determinado o valor máximo de R$ 892.614 mil para remuneração dos Administradores, sendo que, parte deste refere-se à contribuição previdenciária para o INSS, que constitui ônus da Organização e de R$ 522.000 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

- Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2021	2020
Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS	892.580	534.696
Total	**892.580**	**534.696**

Benefícios pós-emprego

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2021	2020
Planos de previdência complementar de contribuição definida	516.118	513.082
Total	**516.118**	**513.082**

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
• Ações ordinárias	0,33%	0,53%
• Ações preferenciais	0,80%	0,91%
• Total de ações (1)	0,57%	0,72%

(1) Em 31 de dezembro de 2021, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,35% de ações ordinárias, 0,84% de ações preferenciais e 1,60% do total de ações (Em 31 de dezembro de 2020 - 2,65% de ações ordinárias, 0,95% de ações preferenciais e 1,80% do total de ações).

35) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Gerenciamento de riscos

O Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

As estruturas de gerenciamento de riscos e capital possuem políticas, normas e procedimentos, assegurando que a Organização mantenha um controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos. Essas estruturas também são compostas por diversos comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer* - CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões. Destacam-se:

- Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições na gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização; e
- Comitê de Riscos, cujo objetivo principal é avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, patrimônio de referência, bem como das exposições a riscos do Bradesco, podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3, disponível no site de Relações com Investidores (bradesconi.com.br - Informações ao Mercado - Gerenciamento de Riscos).

b) Gerenciamento de capital

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. A tabela abaixo demonstra a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme normas do Bacen. Durante o período, o Bradesco cumpriu todos os requerimentos mínimos regulatórios.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Conglomerado prudencial	
Base de cálculo - Índice de Basileia (1)	2021	2020
Patrimônio de referência nível I	**130.565.270**	**118.281.835**
- Capital principal	119.106.890	108.982.064
- Patrimônio líquido	147.121.011	143.702.640
- Minoritários/outros	(27.227)	(164.588)
	(27.987.094)	(34.884.664)
- Ajustes prudenciais	11.458.380	9.299.771
- Capital complementar (2)	**19.670.960**	**17.441.839**
Patrimônio de referência nível II (2)	19.670.960	16.274.254
- Dívidas subordinadas (Resolução nº 4.192/13)		1.167.585
- Dívidas subordinadas (anteriores a Resolução nº 4.192/13)	**150.236.230**	**135.723.674**
Patrimônio de referência (a)	873.736.764	779.588.540
- Risco de crédito	7.995.181	14.690.553
- Risco de mercado	71.593.740	64.413.820
- Risco operacional	**953.325.685**	**858.692.912**
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b)	**15,8%**	**15,8%**
Índice de Basileia (a/b)	**13,7%**	**13,8%**
Capital nível I	**12,5%**	**12,5%**
- Capital principal	**1,2%**	**1,1%**
- Capital complementar	**2,1%**	**2,0%**
Capital nível II		

(1) Conforme a Resolução nº 4.193/13, os mínimos requeridos para o nível I e capital principal são de 9,0% e 7,5%, respectivamente; e

(2) "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar referido na Nota 20a.

c) Indicador de avaliação de importância sistêmica global (IAISG)

Conforme definido por meio das Resoluções nº 171/21 e nº 54/20, o Bradesco divulga anualmente a apuração das informações para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG), calculada em bases consolidadas, a qual estabelece requerimento adicional de capital para as instituições financeiras classificadas como sistemicamente importantes.

d) Risco de mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade de capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração. As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk (VaR)*;
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira/Concentração.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros - ΔEVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros - ΔNII (*Net Interest Income*).

VaR Modelo Interno - Carteira *Trading*

O VaR para o horizonte de 1 dia está demonstrado no quadro a seguir:

Em 31 de dezembro - R$ mil

Fatores de risco	2021	2020
Prefixado	1.693	5.014
IGP-M/IPCA	2.008	3.645
Cupom cambial	21	342
Moeda estrangeira	951	4.704
Renda variável	450	2.422
Soberanos/eurobonds e treasuries	3.049	7.477
Outros	2.828	154
Efeito correlação/diversificação	(7.404)	(11.551)
VaR (*Value at Risk*)	**3.596**	**12.207**

Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,54 foi utilizado um cenário de R$ 5,60, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi aplicado um cenário de 11,81%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,54 foi utilizado um cenário de R$ 6,93, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi utilizado um cenário de 14,74%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo, para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,54 foi utilizado um cenário de R$ 8,31, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi utilizado um cenário de 17,69%. Os cenários para os de mais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 957

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTO NI 2 | BBDC CATEIRA XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | ibri | BBDO (ADR) NYSE | BBD (ADR) NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

I - Análise de Sensibilidade - Carteira *Trading*

Em 31 de dezembro - R$ mi

		Carteira *Trading* (1)					
		2021			2020		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(273)	(72.496)	(137.868)	(105)	(11.776)	(23.317)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(2.069)	(58.427)	(115.254)	(1.788)	(41.702)	(84.093)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1)	(18)	(36)	(32)	(3.256)	(6.485)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(373)	(9.334)	(18.668)	(1.597)	(39.926)	(79.852)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(47)	(1.177)	(2.355)	(354)	(8.856)	(17.712)
Soberanos/ *eurobonds* e *treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(363)	(3.114)	(6.295)	(167)	(11.955)	(23.430)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(436)	(2.387)	(4.765)	-	(41)	(82)
Total sem correlação dos fatores de risco		**(3.562)**	**(148.955)**	**(285.262)**	**(4.043)**	**(117.512)**	**(234.971)**
Total com correlação dos fatores de risco		**(2.256)**	**(96.833)**	**(185.755)**	**(2.847)**	**(73.605)**	**(147.689)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Demonstramos a seguir, os impactos das exposições financeiras (valor justo) considerando, também, a Carteira *Banking* (composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*).

II - Análise de Sensibilidade - Carteiras *Trading* e *Banking*

Em 31 de dezembro - R$ mi

		Carteiras *Trading* e *Banking* (1)					
		2021			2020		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(13.603)	(3.642.541)	(7.039.005)	(12.180)	(1.553.493)	(2.974.461)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(26.327)	(3.142.601)	(5.586.279)	(27.143)	(2.227.123)	(4.031.341)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.488)	(70.758)	(138.972)	(2.277)	(71.852)	(141.660)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(5.539)	(138.469)	(276.938)	(2.202)	(65.746)	(131.493)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(21.015)	(525.366)	(1.050.731)	(43.353)	(1.083.824)	(2.167.648)
Soberanos/ *eurobonds* e *treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.933)	(71.314)	(140.945)	(1.339)	(14.019)	(27.608)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(439)	(2.809)	(5.610)	(30)	(748)	(1.496)
Total sem correlação dos fatores de risco		**(70.344)**	**(7.593.858)**	**(14.238.480)**	**(88.524)**	**(5.018.805)**	**(9.475.907)**
Total com correlação dos fatores de risco		**(43.198)**	**(6.061.074)**	**(11.324.811)**	**(73.350)**	**(4.188.903)**	**(7.883.903)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 280 bps e 570 bps (cenários 2 e 3, respectivamente) em dez/2021 (dez/2020 - os valores foram de aproximadamente 60 bps e 120 bps nos cenários 2 e 3, respectivamente).

e) Risco Socioambiental

O risco socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Os riscos socioambientais associados às instituições financeiras são, em sua maioria, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes, por meio de atividades de financiamento e investimento.

O processo de gerenciamento de risco socioambiental conta com uma estrutura de governança, composta por comitês, políticas, normas e procedimentos, que garante a devida identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte desse risco. Este processo atende a Resolução nº 4.327/14 do Bacen e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, necessário face a complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

A Organização busca incorporar e aprimorar constantemente os critérios para gerenciar o risco socioambiental oriundo das relações de negócios com os clientes, por meio das operações de crédito e financiamentos, garantias, fornecedores e investimentos, as quais compõem o escopo de análise refletido na Norma de Risco Socioambiental da Organização.

A Organização assume diversos compromissos relacionados aos aspectos ambientais e sociais, tais como o *Carbon Disclosure Project* (CDP); os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e Promoção do Trabalho Decente (Ethos) o Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), o Pacto Global, dentre outros.

Além disso, a Organização é signatária dos Princípios do Equador desde 2004, que avalia, dentre outros requisitos, as condições trabalhistas, respeito aos direitos humanos e impactos à comunidades tradicionais e ao meio ambiente dos projetos financiados, observando a legislação brasileira, as diretrizes da *International Finance Corporation* (IFC) e Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Banco Mundial.

Desde 2019, participamos de iniciativas setoriais com foco no desenvolvimento de metodologias e ferramentas de gestão de riscos climáticos para a indústria bancária, em linha com as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD).

No âmbito internacional, participamos dos projetos-piloto coordenados pelo braço financeiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), ao lado de bancos de diferentes países.

f) Apresentamos o balanço patrimonial por moedas e por prazo

I - Balanço patrimonial por moedas - Consolidado

Em 31 de dezembro - R$ mi

	2021			2020
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)	Estrangeira (1) (2)
Ativo				
Disponibilidades	21.284.330	13.473.768	7.810.562	8.324.289
Instrumentos financeiros	1.540.106.149	1.429.197.800	110.908.349	88.684.148
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	83.361.149	81.127.131	2.234.018	1.998.229
- Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	87.317.302	87.204.208	113.094	61.658
- Títulos e valores mobiliários	688.022.963	655.429.065	32.593.958	32.927.526
- Instrumentos financeiros derivativos	22.184.725	21.805.135	379.590	700.618
- Operações de crédito	509.982.031	462.301.838	47.680.193	33.940.017
- Outros instrumentos financeiros	149.237.979	121.330.483	27.907.496	19.056.100
Operações de arrendamento mercantil	**3.283.723**	**3.283.723**	-	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(45.107.224)**	**(42.739.501)**	**(2.367.723)**	**(2.773.441)**
- Operações de crédito	(42.228.881)	(39.861.180)	(2.367.701)	(2.773.427)
- Operações de arrendamento mercantil	(57.535)	(57.535)	-	-
- Outros créditos	(2.820.808)	(2.820.786)	(22)	(14)
Créditos tributários	**85.766.298**	**85.761.867**	**4.431**	**25.082**
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	**7.594.244**	**7.594.244**	-	-
Imobilizado de uso	**20.829.752**	**20.633.114**	**196.638**	**178.116**
Intangível	**36.327.845**	**36.124.127**	**203.518**	**178.304**
Depreciações e amortizações	**(36.153.007)**	**(35.825.098)**	**(327.909)**	**(292.223)**
- Imobilizado de uso	(11.782.059)	(11.600.810)	(181.249)	(141.830)
- Intangível	(24.390.948)	(24.224.288)	(166.660)	(150.393)
Outros ativos	**23.690.918**	**23.034.731**	**656.185**	**837.281**
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	**(3.957.258)**	**(3.952.396)**	**(4.863)**	**(5.441)**
Total do ativo	**1.653.665.568**	**1.536.588.380**	**117.079.188**	**95.156.115**
Passivo				
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**1.144.344.330**	**1.023.237.749**	**121.106.581**	**107.106.719**
- Recursos de instituições financeiras	279.009.280	242.991.194	36.018.086	30.045.237
- Recursos de clientes	569.729.250	520.419.782	49.309.468	33.144.978
- Recursos de emissão de títulos	156.238.542	155.242.897	10.995.645	11.225.257
- Dívidas subordinadas	54.451.077	48.203.788	6.247.289	14.352.946
- Instrumentos financeiros derivativos	14.265.283	9.983.386	4.281.897	4.556.304
- Outros passivos financeiros	60.653.898	46.396.702	14.257.196	13.781.909
Provisões	**329.330.547**	**329.313.190**	**226.357**	**153.142**
- Provisão técnica de seguros, previdência e capitalização	292.860.356	292.848.991	11.365	13.659
- Outras provisões	36.679.191	36.464.199	214.992	139.483
Impostos diferidos	**5.595.140**	**5.437.242**	**157.898**	**321.193**
Outros passivos	**25.351.585**	**25.785.610**	**565.975**	**1.037.359**
Total do passivo	**1.505.630.602**	**1.383.773.791**	**122.056.811**	**108.618.413**
Patrimônio líquido				
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	147.121.011	147.121.011	-	-
Participação de acionistas não controladores	713.955	713.955	-	-
Total patrimônio líquido	**147.834.966**	**147.834.966**		
Total passivo e patrimônio líquido	**1.653.665.568**	**1.531.808.757**	**122.056.811**	**108.618.413**
Posição líquida de ativos e passivos			**(4.977.623)**	**(13.462.298)**
Derivativos - posição líquida (2)			2.344.209	(4.216.783)
Outras contas de compensação líquidas (3)			(709.698)	3.144.242
Posição cambial líquida (passiva) (4)			**(3.343.352)**	**(14.534.839)**

(1) Valores expressos em reais indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;
(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês;
(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação; e
(4) Os ativos, passivos e resultados dos investimentos e dependências no exterior são convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local, sendo que os efeitos resultantes do processo de conversão, totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, R$ 1.664.398 mil (2020 - R$ 22.393.984 mil) e foram registrados no resultado. Estes efeitos foram neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para hedgear os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior. Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R$ 475.378 mil (2020 - R$ 459.254 mil).

II - Balanço patrimonial por prazo - Consolidado

Em 31 de dezembro - R$ mi

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	**21.284.330**	-	-	-	-	**21.284.330**
Instrumentos financeiros	**771.081.232**	**168.310.662**	**96.037.827**	**504.676.428**	-	**1.540.106.149**
- Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	61.843.254	11.936.241	6.812.695	2.768.959	-	83.361.149
- Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	87.204.208	113.094	-	-	-	87.317.302
- Títulos e valores mobiliários (1) (2)	482.144.873	19.428.837	6.241.501	180.207.752	-	688.022.963
- Instrumentos financeiros derivativos (1) (2)	5.835.132	2.367.960	736.322	13.213.255	-	22.184.725
- Operações de crédito	140.027.223	97.828.579	73.917.055	297.229.274	-	509.982.031
- Outros instrumentos financeiros	94.026.546	36.635.951	7.298.254	11.257.188	-	149.237.979
Operações de arrendamento mercantil	**3.283.723**	-	-	-	-	**3.283.723**
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(10.595.472)**	**(7.147.095)**	**(5.595.202)**	**(21.769.455)**	-	**(45.107.224)**
- Operações de crédito	(9.268.667)	(6.029.950)	(5.261.807)	(21.667.457)	-	(42.228.881)
- Operações de arrendamento mercantil	(3.804)	(8.557)	(9.457)	(35.717)	-	(57.535)
- Outros créditos	(1.322.001)	(1.108.588)	(323.938)	(66.281)	-	(2.820.808)
Créditos tributários	**454.537**	**13.995.229**	**9.772.992**	**61.543.540**	-	**85.766.298**
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	-	-	-	-	**7.594.244**	**7.594.244**
Imobilizado de uso	**184.090**	**970.452**	**1.164.843**	**5.963.980**	**784.629**	**9.067.693**
Intangível	**321.524**	**1.152.771**	**1.338.196**	**8.946.199**	**178.007**	**11.936.697**
Outros ativos	**11.282.110**	**1.423.109**	**1.932.828**	**9.073.069**	-	**23.690.918**
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	**(3.957.087)**	-	-	**(171)**	-	**(3.957.258)**
Total em 2021	**793.328.987**	**178.705.128**	**104.650.984**	**568.423.990**	**8.556.879**	**1.653.665.568**
Total em 2020	**803.924.746**	**179.578.949**	**94.570.135**	**504.891.900**	**8.073.314**	**1.591.039.044**
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**506.406.372**	**132.357.551**	**97.597.565**	**304.625.262**	**11.458.580**	**1.144.344.330**
- Recursos de instituições financeiras (1) (3)	222.594.841	26.499.773	11.878.705	18.035.961	-	279.009.280
- Recursos de clientes (3)	222.966.554	47.974.278	61.604.101	237.089.317	-	569.726.250
- Recursos de emissão de títulos	3.403.249	41.954.379	17.751.386	103.119.518	-	166.228.542
- Dívidas subordinadas	3.877	6.316.553	5.487.406	31.184.659	11.458.580	54.451.077
- Instrumentos financeiros derivativos	8.201.701	466.330	728.575	4.848.677	-	14.265.283
- Outros passivos financeiros	51.233.150	9.126.238	57.380	247.130	-	60.663.898
Provisões	**258.368.757**	**1.158.633**	**1.503.474**	**68.508.683**	-	**329.539.547**
- Provisão técnica de seguros, previdência e capitalização (3)	246.610.505	-	-	46.249.851	-	292.860.356
- Outras provisões	11.758.252	1.158.633	1.503.474	22.258.832	-	36.679.191
Impostos diferidos	**30.030**	**6.856**	**23.074**	**5.535.180**	-	**5.595.140**
Outros passivos	**25.478.133**	**483.150**	-	**390.302**	-	**26.351.585**
Patrimônio líquido						
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	-	-	-	-	147.121.011	147.121.011
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	713.955	713.955
Total patrimônio líquido	-	-	-	-	**147.834.966**	**147.834.966**
Total em 2021	**792.282.292**	**134.006.190**	**99.124.113**	**468.959.427**	**159.293.548**	**1.653.665.568**
Total em 2020	**767.780.335**	**113.977.245**	**101.548.388**	**453.711.228**	**154.021.848**	**1.591.039.044**
Ativos líquidos acumulados em 31 de dezembro de 2021	**1.046.895**	**45.745.633**	**51.272.504**	**150.736.667**		
Ativos líquidos acumulados em 31 de dezembro de 2020	**36.144.411**	**101.746.115**	**94.767.862**	**145.948.534**		

(1) As operações vinculadas a compromissos de recompra estão classificadas conforme o prazo da operação;
(2) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas no prazo de 1 a 30 dias; e
(3) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

36) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. - DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, que incorporou, em 30.04.2015 o Banco Alvorada S.A. (sucessor por cisão do Banco Baneb S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição variável e de benefício definido, aos ex-empregados do Baneb, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social - Baseb.

O Banco Bradesco S.A. patrocina planos de aposentadoria complementar de benefício definido e de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec - Cebec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Kirton Corretora de Seguros S.A., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam um plano de benefício definido, denominado APABA, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., e a Kirton Administração de Serviços para Fundos de Pensão Ltda. patrocina a seus funcionários um plano de contribuição definida, denominado Plano de Benefícios Kirton Prev, ambos administrados por meio do MultiBRA - Fundo de Pensão.

O Banco Losango S.A. Banco Múltiplo, Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo e a Crediva Participações, Administração e Assessoria Ltda. patrocinam três planos de previdência a seus funcionários, que são: Plano de Benefícios Losango I - Parte Básica, na modalidade Benefício definido; Plano de Benefícios Losango I - Parte Suplementar e Plano Losango PREVMAIS, os dois últimos na modalidade de contribuição variável, todos administrados pelo MultiBRA - Instituidor - Fundo Múltiplo.

O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.

De acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuarial, calcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros e reconhecem em suas demonstrações contábeis a obrigação devida. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente na avaliação atuarial dos nossos planos, com base no CPC 33 (R1):

Em 31 de dezembro

Fatores de risco	2021	2020
Taxa nominal de desconto	3,25% - 8,65% a.a.	3,25% - 7,26% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Taxa inicial de crescimento de custos médicos	7,38% - 7,90% a.a.	7,38% - 8,41% a.a.
Taxa de inflação	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 e BR-EMS	AT 2000 e BR-EMS
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Por Plano	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano

Considerando as premissas acima, de acordo com o CPC 33 (R1), o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

R$ mil

	Benefícios de aposentadoria Acumulado em 31 de dezembro		Outros benefícios pós-emprego Acumulado em 31 de dezembro	
	2021	2020	2021	2020
(i) Obrigações com benefícios projetados:				
No início do exercício	**3.182.128**	**3.065.146**	**966.430**	**917.870**
Custo do serviço corrente	305	546	-	-
Custo de juros	215.259	212.033	65.985	66.772
Contribuição do participante	450	556	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(155.242)	123.504	(146.763)	13.671
Custo de serviço passado - alterações do plano	-	-	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	-	-	(12.023)	-
Benefícios pagos	(244.231)	(219.657)	(32.511)	(31.883)
No encerramento do exercício	**2.998.669**	**3.182.128**	**841.118**	**966.430**
(ii) Ativos no plano pelo valor de mercado:				
No início do exercício	**2.759.745**	**2.716.665**	-	-
Rendimento esperado	186.324	187.531	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(175.560)	59.071	-	-
Contribuições recebidas	-	-	-	-
Empregador	28.025	15.150	-	-
Empregados	450	556	-	-
Benefícios pagos	(244.157)	(219.428)	-	-
No encerramento do exercício	**2.554.827**	**2.759.745**	-	-
(iii) Mudanças no superávit irrecuperável:				
No início do exercício	**310**	**36.155**	-	-
Juros sobre o superávit irrecuperável	29	2.736	-	-
Mudança no superavit irrecuperável (1)	7.113	(38.581)	-	-
No encerramento do exercício	**7.452**	**310**	-	-
(iv) Posição financiada:				
Planos deficitários (2)	451.294	422.693	841.118	966.430
Saldo líquido	**451.294**	**422.693**	**841.118**	**966.430**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os efeitos de remensuração reconhecidos em Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes totalizaram R$ (65.671) mil, R$ 21.593 mil em 2020. Líquido dos efeitos fiscais; e
(2) O Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuarial, calcularam os seus compromissos atuariais e reconhecem em suas demonstrações contábeis a obrigação atuarial devida.

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

R$ mil

	Acumulado em 31 de dezembro	
	2021	2020
Obrigações com benefícios projetados:		
Custo do serviço	1.325	546
Custo de juros sobre obrigações atuariais	281.184	278.805
Rendimento esperado dos ativos do plano	(186.324)	(187.531)
Juros sobre o superávit irrecuperável	29	2.736
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	**96.214**	**94.556**

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

R$ mil

	Benefícios aposentadoria	Outros benefícios pós-emprego
Duração média ponderada (em anos)	11,06	12,19
2022	258.010	44.629
2023	262.825	46.503
2024	267.545	49.876
2025	271.811	53.346
2026	275.566	57.194
Após 2027	1.413.941	343.667

Em 2022 as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido é de R$ 44.695 mil.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior a inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 958

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC ISEB3 ITAG B3 BBDO NYSE BBD NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro							
	Ativos do Plano do Alvorada		Ativos do Plano do Bradesco		Ativos do Plano do Kirton		Ativos do Plano do Losango	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Categorias de ativo:								
Renda variável	10,4%	-	8,9%	3,8%	-	-	13,3%	-
Renda fixa	82,7%	91,3%	84,1%	91,6%	84,4%	100,0%	86,7%	100,0%
Imóveis	5,0%	5,0%	1,6%	2,8%	-	-	-	-
Outros	1,9%	3,1%	5,4%	1,7%	15,6%	-	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (7,38% - 8,65% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto e inflação médica em 1 p.p.:

Taxa	Taxa de desconto/Taxa de inflação médica	Análise de sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
Taxa de desconto	9,43% - 9,65%	Aumento de 1 p.p.	Redução	(327.565)
Taxa de desconto	7,43% - 7,65%	Redução de 1 p.p.	Aumento	385.012
Inflação médica	8,38% - 8,90%	Aumento de 1 p.p.	Aumento	91.866
Inflação médica	6,38% - 6,90%	Redução de 1 p.p.	Redução	(77.500)

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.

As despesas totais com contribuições efetuadas, no 2º semestre de 2021, foram de R$ 516.186 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram de R$ 904.218 mil (2020 - R$ 959.229 mil).

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram, no 2º semestre de 2021, o montante de R$ 2.406.457 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 4.690.045 mil (2020 - R$ 4.746.728 mil).

37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**9.102.072**	**24.527.501**	**214.131**	**12.099.169**	**30.495.649**	**5.091.348**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3f)	(4.095.932)	(11.037.375)	(96.359)	(5.444.625)	(13.723.042)	(2.291.107)
Efeito no cálculo dos tributos:						
Participações em coligadas e de controle compartilhado	3.665.999	5.706.822	14.448.718	209.941	388.861	337.190
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	207.801	260.964	50.743	306.005	427.769	8.203
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	1.875.630	3.258.040	2.496.587	1.875.630	3.258.040	2.496.587
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(511.200)	(511.200)	(712.286)	-	-	-
Outros valores (1)	(725.544)	(258.864)	145.043	871.910	1.306.893	11.101.455
Imposto de renda e contribuição social do período	**716.554**	**(2.581.813)**	**16.332.446**	**(2.181.139)**	**(8.341.479)**	**11.652.328**

(1) Inclui, basicamente, (i) a variação cambial de ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior, no BRADESCO CONSOLIDADO no montante de R$ 443.247 mil (2020 - R$ 10.047.819 mil) e no 2º semestre de 2021 no montante de R$ 904.943 mil; (ii) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras não banco e empresas do ramo segurador, a partir de 2020, e das empresas não financeiras, em relação à demonstrada; e (iii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Impostos correntes:						
Imposto de renda e contribuição social devidos	**1.145.649**	**62.296**	**(31.838)**	**(1.598.235)**	**(5.811.155)**	**(5.111.044)**
Impostos diferidos:						
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(938.008)	(2.567.237)	5.712.259	(1.359.989)	(2.622.375)	8.036.325
Utilização de saldos iniciais de:						
Base negativa de contribuição social	245.683	(37.843)	-	262.315	(132.605)	(63.150)
Prejuízo fiscal	314.438	(39.074)	-	325.562	(176.144)	(79.842)
Constituição no período sobre:						
Base negativa de contribuição social	(22.759)	20	4.731.649	42.677	117.270	4.813.120
Prejuízo fiscal	(28.449)	25	5.920.376	146.531	283.530	6.056.919
Total dos impostos diferidos	**(429.095)**	**(2.644.109)**	**16.364.284**	**(582.904)**	**(2.530.324)**	**18.763.372**
Imposto de renda e contribuição social do período	**716.554**	**(2.581.813)**	**16.332.446**	**(2.181.139)**	**(8.341.479)**	**11.652.328**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO			
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	41.775.750	6.718.236	(7.459.095)	41.034.891
Provisões cíveis	3.072.292	185.561	(311.510)	2.926.343
Provisões fiscais	1.334.291	58.312	(111.520)	1.281.083
Provisões trabalhistas	2.782.271	480.634	(532.361)	2.730.544
Impairment de títulos e investimentos	3.139.810	448.034	(398.203)	3.189.641
Ativos não financeiros mantidos para venda	787.781	184.292	(183.396)	788.777
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação e derivativos	887.975	-	(740.798)	147.177
Ágio amortizado	310.185	23.118	(169.531)	163.772
Outros	4.081.818	1.929.274	(1.993.017)	4.018.075
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**58.152.173**	**10.007.561**	**(11.899.431)**	**56.260.303**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	17.191.259	45	(76.917)	17.114.387
Subtotal	**75.343.432**	**10.007.606**	**(11.976.348)**	**73.374.690**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	789.143	-	789.143
Total dos créditos tributários (Nota 3f)	**75.343.432**	**10.796.749**	**(11.976.348)**	**74.163.833**
Obrigações fiscais diferidas (Nota 37e)	**2.570.267**	**975.735**	**(466.132)**	**3.079.870**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**72.773.165**	**9.821.014**	**(11.510.216)**	**71.083.963**
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência (Nota 35b)	**53,6%**			**47,3%**
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	**5,3%**			**5,0%**

R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO			
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.767.317	7.947.879	(9.031.983)	43.683.213
Provisões cíveis	3.966.790	544.737	(499.595)	4.011.932
Provisões fiscais	3.336.469	139.310	(134.528)	3.401.251
Provisões trabalhistas	3.060.637	582.263	(626.523)	2.996.377
Impairment de títulos e investimentos	3.750.503	559.875	(398.206)	3.912.172
Ativos não financeiros mantidos para venda	852.001	208.205	(214.539)	845.667
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação e derivativos	991.069	194.106	(831.672)	353.503
Ágio amortizado	345.120	24.186	(169.652)	199.654
Outros	5.253.592	2.742.057	(2.524.352)	5.471.297
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**66.383.498**	**12.922.618**	**(14.431.050)**	**64.875.066**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.609.868	400.800	(308.749)	18.701.919
Subtotal	**84.993.366**	**13.323.418**	**(14.739.799)**	**83.576.985**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	56.403	2.145.930	(13.020)	2.189.313
Total dos créditos tributários (Nota 3f)	**85.049.769**	**15.469.348**	**(14.752.819)**	**85.766.298**
Obrigações fiscais diferidas (Nota 37e)	**7.951.848**	**1.441.385**	**(3.798.093)**	**5.595.140**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**77.097.921**	**14.027.963**	**(10.954.726)**	**80.171.158**
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência (Nota 35b)	**56,8%**			**53,4%**
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	**4,8%**			**4,8%**

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico. Em 31 de dezembro de 2021, não foram constituídos créditos tributários, substancialmente, sobre diferenças temporárias, no BRADESCO CONSOLIDADO no montante de R$ 12.681 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 12.194 mil), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.

Tendo em vista o curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, determinada pela Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021 (Nota 3f), a mesma não trouxe impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2022	5.372.652	4.278.560	797	7.106	9.657.115
2023	7.985.511	6.366.848	23.578	25.331	14.401.268
2024	6.137.120	6.509.696	52.162	41.730	14.740.708
2025	7.517.919	6.014.335	63.297	50.637	13.646.188
2026	2.266.479	1.813.183	1.442.157	1.153.726	6.675.545
2027	-	-	1.987.139	1.589.711	3.576.850
2028	-	-	1.893.378	1.514.702	3.408.080
2029	-	-	1.998.654	1.598.923	3.597.577
2030	-	-	1.674.130	1.812.820	3.486.950
2031	-	-	-	184.409	184.409
Total	**31.279.681**	**24.980.622**	**9.135.292**	**7.979.095**	**73.374.690**

	BRADESCO CONSOLIDADO				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2022	6.859.367	5.309.832	207.454	180.255	12.556.911
2023	9.227.061	7.281.917	218.218	191.937	16.919.133
2024	8.614.099	6.846.612	173.809	187.830	15.822.350
2025	7.800.869	6.275.281	130.871	163.567	14.480.588
2026	3.079.632	2.292.938	1.518.126	1.254.345	8.145.241
2027	157.665	107.348	2.033.931	1.625.597	3.924.541
2028	194.696	137.969	1.940.771	1.525.406	3.798.842
2029	43.448	26.875	2.038.014	1.609.721	3.716.058
2030	171.327	103.571	1.690.665	1.819.388	3.784.951
2031	153.398	90.961	7.062	186.949	448.370
Total	**36.401.782**	**28.473.304**	**9.958.921**	**8.744.998**	**83.576.985**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 66.959.187 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 71.401.132 mil), BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 76.415.054 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 80.653.829 mil), sendo: R$ 52.636.785 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 56.070.271 mil), BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 60.621.807 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 63.973.290 mil) de diferenças temporárias e R$ 14.322.402 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 15.330.861 mil), BRADESCO CONSOLIDADO - R$ 15.793.247 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 16.680.339 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

R$ mil

	BRADESCO MÚLTIPLO			
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização/ Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	687.135	632.316	-	1.319.451
Superveniência de depreciação	8	-	(5)	3
Atualização de depósitos judiciais	722.529	134.588	(77.560)	779.557
Outros	732.799	49.123	(63.095)	718.827
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	**2.142.471**	**816.027**	**(140.660)**	**2.817.838**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	427.796	159.708	(325.472)	262.032
Total dos impostos diferidos (Nota 37c)	**2.570.267**	**975.735**	**(466.132)**	**3.079.870**

R$ mil

	BRADESCO CONSOLIDADO			
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização/ Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	890.275	936.149	(2.260)	1.824.164
Superveniência de depreciação	232.848	47.815	(5.976)	274.687
Atualização de depósitos judiciais	2.184.863	232.768	(90.979)	2.326.652
Outros	851.918	86.443	(90.017)	848.344
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	**4.159.904**	**1.303.175**	**(189.232)**	**5.273.847**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	3.791.944	138.210	(3.608.861)	321.293
Total dos impostos diferidos (Nota 37c)	**7.951.848**	**1.441.385**	**(3.798.093)**	**5.595.140**

38) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Valor justo de ativos e passivos financeiros - Consolidado

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	83.361.149	83.375.054	191.147.208	191.186.047
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	87.317.302	87.317.302	83.757.533	83.757.533
Títulos e valores mobiliários:				
- Títulos para negociação	314.513.422	314.513.422	251.171.296	251.171.296
- Títulos disponíveis para venda	287.582.478	287.582.478	265.513.501	265.513.501
- Títulos mantidos até o vencimento	85.927.063	86.732.851	99.813.090	109.730.473
Instrumentos financeiros derivativos	22.184.725	22.184.725	24.815.393	24.815.393
Operações de crédito (1)	609.176.420	607.725.289	509.333.011	513.945.753
Outros instrumentos financeiros	69.896.614	69.896.614	57.540.757	57.540.757
Passivos				
Recursos de instituições financeiras	279.009.280	279.299.225	267.280.167	267.240.795
Recursos de clientes	569.726.250	570.368.593	545.292.743	545.341.621
Recursos de emissão de títulos	166.228.542	155.235.456	144.903.825	143.988.723
Dívidas subordinadas	54.451.077	55.756.684	53.249.232	54.192.090
Instrumentos financeiros derivativos	14.265.283	14.265.283	18.697.682	18.697.682
Outros passivos financeiros	44.094.465	44.094.465	51.410.877	51.410.877

(1) Inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de créditos.

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

• Nível 1
Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

• Nível 2
Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

• Nível 3
Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 2% e 7%.

A marcação a mercado dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, o Bradesco utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de Marcação a Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos-financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação a mercado ou de similares, o Bradesco é capaz de apurar de forma clara e consistente seu valor justo dos ativos e passivos de Nível 3.

A tabela a seguir apresenta a composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2021				2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo
Títulos para negociação	**282.407.213**	**31.627.904**	**478.305**	**314.513.422**	**231.598.361**	**19.253.501**	**319.434**	**251.171.296**
Letras financeiras do tesouro	143.195.011	-	-	143.195.011	147.578.842	-	-	147.578.842
Letras do tesouro nacional	47.546.733	6.487.867	-	54.034.600	44.279.165	6.345.101	-	50.624.266
Letras financeiras	-	18.325.994	-	18.325.994	-	7.775.628	-	7.775.628
Letras do tesouro nacional	61.794.819	-	-	61.794.819	17.741.893	-	-	17.741.893
Debêntures	8.474.650	4.759.008	122.888	13.356.544	3.747.299	2.951.834	174.753	6.873.886
Títulos da dívida externa brasileira	307.452	-	-	307.452	725.515	-	-	725.515
Outros	21.088.548	2.055.037	355.417	23.499.002	17.525.647	2.180.938	144.681	19.851.266
Derivativos	**(220.888)**	**8.491.757**	**(351.447)**	**7.919.442**	**71.281**	**6.273.607**	**(227.177)**	**6.117.711**
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	3.982.364	18.022.857	179.504	22.184.725	138.708	24.657.390	19.295	24.815.393
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(4.203.232)	(9.531.100)	(530.951)	(14.265.283)	(67.427)	(18.383.783)	(246.472)	(18.697.682)
Títulos disponíveis para venda	**195.662.635**	**81.254.564**	**10.665.279**	**287.582.478**	**186.860.906**	**68.307.132**	**10.545.463**	**265.513.501**
Notas do tesouro nacional	78.446.234	-	-	78.446.234	73.271.680	-	-	73.271.680
Debêntures	9.212.481	55.712.917	9.152.766	74.078.164	6.354.515	48.446.791	9.577.824	64.379.130
Letras do tesouro nacional	42.902.735	-	-	42.902.735	68.247.967	-	-	68.247.967
Ações	6.018.528	1.503.503	1.363	7.523.394	11.153.243	1.104.155	1.362	12.258.760
Títulos de governos estrangeiros	7.404.875	-	-	7.404.675	6.506.218	-	-	6.506.218
Títulos privados no exterior	6.147.618	-	-	6.147.618	6.653.994	-	-	6.653.994
Notas promissórias	-	6.278.812	-	6.278.812	-	7.167.074	-	7.167.074
Certificados de recebíveis imobiliários	-	1.367.659	287.900	1.655.559	-	1.629.938	119.124	1.749.062
Outros	45.530.164	16.371.673	1.243.250	63.145.087	14.471.289	9.968.174	847.153	25.286.616
Total	**477.848.960**	**121.374.225**	**10.792.137**	**610.015.342**	**418.330.548**	**93.834.240**	**10.637.720**	**522.802.508**
Públicos	**425.586.324**	**6.501.091**	**25.798**	**432.113.201**	**370.447.630**	**6.345.101**	**30.466**	**376.823.197**
Privados	**52.262.636**	**114.873.134**	**10.766.351**	**177.902.141**	**47.882.918**	**87.489.139**	**10.607.254**	**145.979.311**

Derivativos ativos e passivos

As posições de derivativos da Organização são determinadas usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de volatilidade. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na B3 e no mercado secundário. Outros derivativos quando negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Entretanto, poucas classes de contratos de derivativos estão listadas em bolsa. Estes, são classificados como Nível 2 ou Nível 3.

As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo por meio do método do fluxo de caixa descontado, para *swaps* de moeda e *swaps* com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como *swaps*. O valor justo das opções é determinado utilizando preços cotados em bolsa ou por modelos matemáticos, tais como o *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços ativos de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito de contrapartes e outros fatores específicos das transações, quando adequado. A maioria desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos, geralmente, são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Os derivativos, avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente, são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 959

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

R$ mil

	Títulos para negociação	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Títulos disponíveis para venda	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**319.434**	**19.295**	**(246.472)**	**10.545.463**	**10.637.720**
Reconhecido no resultado	99.731	-	-	192.561	292.292
Reconhecido em outros resultados abrangentes	-	-	-	293.780	293.780
Aquisições	112.385	160.209	(284.479)	1.821.420	1.809.535
Alienações	(89.012)	-	-	(1.961.098)	(2.050.110)
Vencimentos	-	-	-	(314.264)	(314.264)
Transferência entre níveis (1)	15.767	-	-	287.417	303.184
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**478.305**	**179.504**	**(530.951)**	**10.665.279**	**10.792.137**

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois conforme metodologia interna da Instituição, certos impactos em parâmetros de avaliação de risco podem resultar na utilização de dados observáveis e não observáveis, ocorrendo assim a transferência do nível 2 para o nível 3 e vice versa.

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no nível hierárquico 3 (dados não observáveis)

Em 31 de dezembro - R$ mil

		2021		2020	
	Cenários	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio
Taxa de juros em reais	1	-	(40)	(25)	(177)
	2	(31)	(9.925)	(3.672)	(29.423)
	3	(60)	(18.043)	(8.971)	(59.072)
Índices de preços	1	(1)	(1)	(4)	-
	2	(223)	(183)	(83)	-
	3	(439)	(359)	(165)	-
Cupom cambial	1	-	-	-	-
	2	-	-	-	(8)
	3	-	-	-	(17)
Moeda estrangeira	1	-	-	-	(22)
	2	-	-	-	(608)
	3	-	-	-	(1.216)
Renda variável	1	(1.947)	(7)	(671)	(7)
	2	(48.681)	(187)	(15.373)	(187)
	3	(97.361)	(375)	(33.542)	(375)

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as datas indicadas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,54 foi utilizado um cenário de R$ 5,60, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi aplicado um cenário de 11,81%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,54 foi utilizado um cenário de R$ 6,93, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi utilizado um cenário de 14,74%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,54 foi utilizado um cenário de R$ 8,31, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,80% foi utilizado um cenário de 17,69%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2021					2020				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo	Valor contábil
Ativos										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	83.375.054	-	83.375.054	83.361.149	-	191.196.047	-	191.196.047	191.147.208
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	80.568.748	5.920.745	243.358	86.732.851	85.927.063	102.937.411	6.557.341	235.721	109.730.473	99.813.090
Operações de crédito	-	-	607.725.289	607.725.289	609.176.420	-	-	513.945.753	513.945.753	509.333.011
Passivos										
Recursos de instituições financeiras	-	-	279.299.225	279.299.225	279.009.280	-	-	267.240.795	267.240.795	267.280.187
Recursos de clientes	-	-	570.368.593	570.368.593	569.728.250	-	-	545.341.621	545.341.621	545.292.743
Recursos de emissão de títulos	-	-	155.235.456	155.235.456	166.228.542	-	-	143.988.723	143.988.723	144.903.825
Dívidas subordinadas	-	-	55.756.684	54.451.077		-	-	54.192.090	53.248.232	

Abaixo apresentamos as metodologias utilizadas para determinar os valores justos apresentados acima:

Aplicações interfinanceiras de liquidez: Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros, que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento: Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo atualizado. Os valores justos são baseados nas premissas mencionadas na Nota 3(d). Veja Nota 9(b)(III) para detalhes dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Operações de crédito: O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e às curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do cálculo do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Recursos de Instituições financeiras e de clientes: O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

b) Resultados não recorrentes - Consolidado

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Organização Bradesco, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil acumulado até dezembro de 2021 foi de R$ 21.945 milhões, o resultado recorrente foi de R$ 24.054 milhões e o resultado não recorrente foi de R$ (2.109) milhões líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes acumulados até dezembro de 2021:

i. *Impairment* de Ativos Não Financeiros - R$ (509) milhões, relacionados a aquisição de direito para prestação de serviços financeiros (folha de pagamento), ágio, intangível e sistemas/hardware; ii. Provisão para Reestruturação - R$ (441) milhões, relacionada para reestruturação, principalmente, na rede de agências; iii. Amortização de Ágio - R$ (824) milhões. Amortização de ágio por expectativa de rentabilidade futura, relacionada à aquisição atípica para os negócios da Organização considerando o histórico de outras aquisições da Organização, onde não esperamos ter estes efeitos além do próximo exercício; iv. Adesão e Pagamento à Vista ao Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura do Município de São Paulo - PPI - R$ (291) milhões; e v. Outros - R$ (44) milhões.

Nosso resultado contábil acumulado até dezembro de 2020 foi de R$ 16.546 milhões, o resultado recorrente foi de R$ 19.456 milhões e o resultado não recorrente foi de R$ (2.913) milhões, líquida de impostos, conforme detalhamos abaixo:

Evento não recorrente acumulado até dezembro de 2020:

i. Amortização de Ágio - R$ (1.446) milhões: Amortização de ágio por expectativa de rentabilidade futura, relacionada à aquisição atípica considerando o histórico de outras aquisições da Organização, ii. *Impairment* de Ativos Não Financeiros - R$ (574) milhões; iii. Provisão para Reestruturação - R$ (540) milhões, relacionada para reestruturação, principalmente, na rede de agências; e iv. Passivos Contingentes - R$ (353) milhões.

c) Fundos de investimentos e carteiras

A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2021 atingiram R$ 1.060.428.685 mil (Em dezembro de 2020 - R$ 1.023.287.047 mil).

d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 é aplicável a partir de janeiro de 2022, de acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21. Efetuamos um estudo sobre o reconhecimento das receitas de contratos com clientes e concluímos que não haverá impactos relevantes na Organização.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos. As principais alterações em relação às normas anteriores para arrendatários são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro, e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativadas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros e passivos em depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor.

A contabilidade de arrendador permanece semelhante ao padrão atual, classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) será aplicável a partir de 1º janeiro de 2025, de acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21, e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados, e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado; e (ii) a avaliação da efetividade das operações de *hedge* passa a ser prospectiva conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Resolução nº 4.966 será aplicada de forma prospectiva em 1º de janeiro de 2025, porém deve ser elaborado e remetido ao Bacen, até 30 de junho de 2022, plano para a implementação, aprovado pelo Conselho de Administração. O Banco vem avaliando a aplicação das referidas normas e portanto não é possível ainda mensurar os seus efeitos.

e) Recursos de consórcios

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2021	2020
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	742.298	639.242
Obrigações do grupo por contribuições	42.296.299	35.489.135
Consorciados - bens a contemplar	37.320.497	31.182.122
Créditos à disposição de consorciados	7.674.529	7.069.000

	Em 31 de dezembro - Em unidades	
	2020	2021
Quantidade de grupos administrados	3.596	3.436
Quantidade de bens pendentes de entrega	138.355	144.368
Quantidade de bens entregues totais	2.275.239	2.211.948
Quantidade de consorciados ativos totais	1.516.876	1.529.142
Quantidade de desistentes e cancelados totais	1.501.566	1.457.884
Taxa de inadimplência	3,41%	3,38%

	Acumulado em 31 de dezembro - Em unidades	
	2021	2020
Quantidade de bens entregues no período	213.192	199.544
Quantidade de consorciados ativos no período	348.879	217.741
Quantidade de desistentes e cancelados no período	287.176	208.867

f) Em 2021, houve alterações nas regras de recolhimento compulsório conforme quadro a seguir:

Descrição	Norma anterior	Norma atual
Recursos a Prazo	Resolução BCB nº 21 de 02/10/2020 (Revogada) Será aplicado sobre a base de recolhimento compulsório a alíquota de: I - 17% até o período de cálculo que inicia em 15/03/2021 e término em 19/03/2021. II - 20% a partir do período de cálculo que inicia em 22/03/2021 e término em 26/03/2021.	Resolução BCB nº 78 de 10/03/2021 Será aplicado sobre a base de recolhimento compulsório a alíquota de: I - 17% até o período de cálculo que inicia em 22/11/2021 e término em 26/11/2021, com ajuste em 06/12/2021. II - 20% a partir do período de cálculo que inicia em 29/11/2021 e término em 03/12/2021, com ajuste em 13/12/2021.
	Resolução BCB nº 78 de 10/03/2021 define: Alíquota aplicada para cálculo da exigibilidade Recolhimento Compulsório: I - 17% até o período de cálculo que inicia em 22/11/2021 e término em 26/11/2021, com ajuste em 06/12/2021. II - 20% a partir do período de cálculo que inicia em 29/11/2021 e término em 03/12/2021, com ajuste em 13/12/2021.	A Resolução BCB nº 145 de 24/09/2021 consolidou as regras do Recolhimento Compulsório e definiu: - Apuração da exigibilidade do Recolhimento Compulsório aplicando alíquota de 20%. - Possibilidade de Dedução com base no valor do Limite Financeiro Total para operações da Linha de Liquidez a Termo (LLT), limitada ao valor de 3% da base de cálculo da exigibilidade do recolhimento compulsório. Entra em vigência a partir do período de cálculo de 08/11/2021 à 12/11/2021, cujo ajuste ocorrerá em 22/11/2021.

g) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo através de diversas variantes, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, com a prática de juro zero, além da expansão fiscal.

No Brasil, medidas de diversas naturezas foram adotadas, nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal. Nesse contexto, além das diversas medidas tomadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, como alterações na taxa de juros, o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, em reuniões extraordinárias, diversas medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus.

O Poder Executivo e Legislativo atuaram a fim de aprovar projetos de Lei que minimizem a repercussão do Covid-19, inclusive propondo suspensão temporária de tributos (tais como a desoneração do IOF sobre operações de crédito e o diferimento do PIS/Cofins) e concedendo benefícios fiscais aos setores da economia/trabalhadores mais afetados.

Não podemos controlar, e nem temos como prever quais medidas ou políticas o governo poderá adotar em resposta à atual, ou à futura situação econômica brasileira, nem como a intervenção ou as políticas governamentais afetarão a economia brasileira e por consequência nossas operações e receitas. Abaixo destacamos os principais itens do nosso balanço com potencial impacto:

Instrumentos financeiros: cujo valor de mercado pode variar de forma significativa dada a volatilidade de preços destes ativos, principalmente aqueles emitidos por empresas privadas que incluem um maior risco de crédito;

Operações de crédito: houve o agravamento da situação econômica, bem como a atualização dos cenários prospectivos com o objetivo de capturar os eventos atuais e futuros decorrentes da pandemia, aumentando o risco das operações de crédito, acarretando na migração entre os *ratings* de crédito e consequentemente um maior nível de provisionamento;

Créditos tributários: cuja realização dependerá do resultado futuro, que poderá ser afetado em função dos desdobramentos da pandemia caso esta se prolongue por um longo período de tempo;

Ativos Intangíveis: que podem ter seu valor recuperável impactado em função das distorções provocadas pela crise em suas principais premissas de realização, tais como as taxas de retornos inicialmente esperadas;

Captações: uma vez que a volatilidade, bem como incertezas nos mercados de crédito e capitais, geralmente, reduzem a liquidez, pode haver elevação dos custos da captação para instituições financeiras, impactando nossa capacidade em substituir, oportunamente e a custos reduzidos, as obrigações que estão vencendo e/ou o acesso a recursos para executar nossa estratégia de crescimento;

Provisões técnicas de seguros e recursos de previdência: que a depender da evolução da crise podem ser impactadas de forma negativa, dado o possível aumento no nível de sinistros, principalmente no segmento "vida" e uma maior frequência dos segurados de "saúde" com a maior utilização de hospitais, além disto, podemos incorrer em maiores demandas de resgates antecipados dos recursos dos participantes de previdência, o que impactaria nossas receitas com taxa de gestão destes recursos; e

Provisões cíveis e trabalhistas: o número de ações processuais pode aumentar em reclamações contrárias, relacionadas às empresas terceirizadas que venham a falir e sejamos acionados como corresponsáveis nestas ações na esfera trabalhista. Já na esfera cível, possivelmente podemos incorrer em um maior volume de processos, principalmente envolvendo revisões e renovações contratuais.

O Bradesco permanece com os protocolos bem consolidados e medidas de prevenção constantes e, sob esses cuidados, o Banco adota procedimentos para que a retomada seja segura e planejada, seguindo um direcionador que norteia suas ações desde o início da pandemia, o cuidado com a saúde do seu quadro de funcionários, colaboradores e familiares. Além disso, o Bradesco acompanha constantemente os indicadores de saúde para tomada de decisões sobre o terna.

O retorno presencial acontece de forma gradativa nas áreas administrativas e, independentemente do modelo de trabalho, todos são monitorados diariamente por uma equipe médica.

Um dos principais objetivos da estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez, visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos e, além disso, monitorar de forma ativa os cenários econômicos (nacional e internacional), bem como a evolução da pandemia do Covid-19, sem medir esforços para manter a plenitude das operações, atendimento a população e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

O Bradesco oferece linhas de crédito emergenciais às empresas, como por exemplo: recursos para financiamento de folhas de pagamento, bem como a prorrogação de parcelas de operações de crédito às pessoas físicas, no qual até a data da aprovação destas demonstrações contábeis, foram individualmente imateriais.

As mensurações dos impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia continuarão sendo apuradas, muito embora, possuam certo grau de incerteza e dependem do desenvolvimento da pandemia, uma vez que, parte do impacto da pandemia já está refletida no nível de provisionamento, porém sua duração ou agravamento ainda não podem ser previstos, o que pode continuar impactando adversamente a economia global e local por tempo indeterminado, o que afeta negativamente o resultado das instituições financeiras e consequentemente o desempenho das operações.

h) Em 29 de julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.031, que altera, a partir do exercício financeiro de 2021, o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial da parcela com cobertura de risco (*hedge*) do valor do investimento realizado pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada, coligada, filial, sucursal ou agência domiciliada no exterior, registrada em conformidade com o regime de competência, que deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País, na proporção de: i) 50%, no exercício de 2021; e ii) 100%, a partir do exercício de 2022.

i) Em 08 de outubro de 2021, o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") comunicou ao mercado, aos seus acionistas, clientes e funcionários que, por meio de sua controlada Bradescard Elo Participações S.A., celebrou com a BB Elo Cartões Participações S.A., controlada do Banco do Brasil S.A., um contrato para a compra de sua participação de 49,99% no Banco Digio S.A. ("Digio"), pelo valor de R$ 625 milhões por essa participação, o Bradesco passará a ter, indiretamente, 100% do capital social do Digio.

Essa transação está alinhada com a estratégia do Bradesco de investir em empresas digitais, complementando de maneira diversificada a sua atuação e atingindo variados públicos, com diferentes modelos.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 960

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Bradesco obteve a aprovação para aquisição do Digio, pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa) em 24/11/21 e, pelo Bacen (Banco Central do Brasil) em 04/02/22, sendo que o fechamento da operação ainda está sujeito ao cumprimento de outras formalidades necessárias.

j) Em 18 de janeiro de 2022, o Bradesco comunicou ao mercado, a emissão do seu primeiro *Sustainable Bond* atrelado a critérios socioambientais, no valor de US$ 500 milhões, sendo uma captação internacional sustentável de dívida sênior, com prazo de 60 meses e cupom de 4,375% a.a.

Com a emissão de um título no mercado de capitais internacional, com princípio sustentável, o Bradesco reforça seu comprometimento em ser um agente de transformação positiva na sociedade, em linha com seu propósito e compromissos institucionais firmados, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e os Princípios para Responsabilidade Bancária - PRB das Nações Unidas.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Data-Base 31.1.2022

Conselho de Administração

Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Membros
Denise Aguiar Alvarez
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glüher
Mauricio Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior - Membro Independente
Walter Luis Bernardes Albertoni - Membro Independente
Paulo Roberto Simões da Cunha - Membro Independente
Rubens Aguiar Alvarez

Diretoria

Diretores Executivos

Diretor-Presidente
Octavio de Lazari Junior

Diretores Vice-Presidentes
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior

Diretores Gerentes
Walkiria Schirmeister Marchetti
Guilherme Muller Leal
João Carlos Gomes da Silva
Bruno D'Avila Melo Boeger
Glaucimar Peticov
José Ramos Rocha Neto
Antonio José da Barbara
Edson Marcelo Moreno
José Sérgio Bordin
Leandro de Miranda Araujo
Roberto de Jesus Faro

Diretores Adjuntos
Edilson Wiggers
Oswaldo Tadeu Fernandes
Edilson Dias dos Reis
Klayton Tomaz dos Santos

Diretores Departamentais
Ademir Aparecido Correa Junior
André Bernardino da Cruz Filho
André Ferreira Gomes
Antonio Carlos Melhado
Antonio Daissuke Tokuriki
Carlos Wagner Firetti
Clayton Camacho
Fernando Antônio Tenório
Fernando Freiberger
Fernando Honorato Barbosa
José Augusto Ramalho Miranda
José Gomes Fernandes
Julio Cardoso Paixão
Layette Lamartine Azevedo Junior
Leandro José Diniz
Manoel Guedes de Araujo Neto
Marco Henrique Araujo Parizotto
Marcos Aparecido Galende
Marlos Francisco de Souza Araujo
Paulo Eduardo Waack
Roberto Medeiros Paura

Diretores
Adelmo Romero Perez Junior
Alessandro Zampieri
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Alexandre Panico
Andre David Marques
André Luis Duarte de Oliveira
Carlos Alberto Alástico
Carlos Henrique Villela Pedras
Carlos Lebowicz
Carolina Salomão Fera
Cintia Scovino Barcelos de Souza
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Francisco José Pereira Terra
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
Jefferson Ricardo Romon
José Leandro Borges
Juliano Ribeiro Marcilio
Julio Cesar Joaquim
Marcos Daniel Boll
Marcos Valério Tescarolo
Marina Claudia Gonzalez Martin de Carvalho
Mateus Pagnoto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Nilton Pereira dos Santos Junior
Renata Geiser Mantarro
Roberto Fraga
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
Telma Maria dos Santos Calura
Vasco Azevedo

Diretores Regionais
Alberto do Nascimento Lemos
Altair Luiz Guarda
Amadeu Emilio Suter Neto
André Vital Simoni Wanderley
César Cabús Berenguer Silvany
Deborah D'Avila Pereira Campani Santana
Delver Federico de Lima
Edmir José Domingues
Hebercley Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior
Paulo Roberto Andrade de Aguiar
Rogerio Huffenbaecher

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria
Alexandre da Silva Glüher - Coordenador
Amaro Luiz de Oliveira Gomes - Membro Qualificado
Paulo Ricardo Satyro Banchini
José Luis Elias

Comitê de Remuneração
Luiz Carlos Trabuco Cappi - Coordenador
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glüher
Mauricio Machado de Minas
Fabio Augusto Iwasaki - Membro não Administrador

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética
Milton Matsumoto - Coordenador
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Alexandre da Silva Glüher
Mauricio Machado de Minas
Walter Luis Bernardes Albertoni
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior
Glaucimar Peticov
Ivan Luiz Gontijo Junior
Renata Geiser Mantarro

Comitê de Riscos
Mauricio Machado de Minas - Coordenador
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
André Rodrigues Cano

Comitê de Nomeação e Sucessão
Luiz Carlos Trabuco Cappi - Coordenador
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glüher
Mauricio Machado de Minas
Octavio de Lazari Junior
André Rodrigues Cano
Glaucimar Peticov

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade
André Rodrigues Cano - Coordenador
Luiz Carlos Trabuco Cappi
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glüher
Mauricio Machado de Minas
Walter Luis Bernardes Albertoni
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri
Moacir Nachbar Junior
Glaucimar Peticov
Oswaldo Tadeu Fernandes
Carlos Wagner Firetti

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação
Leandro de Miranda Araujo - Coordenador
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior
Antonio José da Barbara
Oswaldo Tadeu Fernandes
Ivan Luiz Gontijo Junior
Carlos Wagner Firetti
Antonio Campanha Junior

Conselho Fiscal

Efetivos
Domingos Aparecido Maia – Coordenador
Anovaldo Pereira
José Maria Soares Nunes
Ivanyra Maura de Medeiros Correia
Cristiana Pereira

Suplentes
João Carlos de Oliveira
João Batista de Morses
Mário Luna
Eduardo Badyr Donni
Ava Cohn

Ouvidoria
Nairo José Martinelli Vidal Júnior - Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral
Marcelo da Silva Rego
Contador – CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), identificadas como "Bradesco Múltiplo" e "Bradesco Consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco Bradesco S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) (individual e consolidado)
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3e e 11 o Bradesco registrou em 31 de dezembro de 2021, R$ 40.785.311 mil (individual) e R$ 45.107.224 mil (consolidado) de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito, que compreendem as operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa o Bradesco classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, o Bradesco complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

· Como nossa auditoria abordou esse assunto
Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.
Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações, (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aquelas relacionadas a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.
Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos, com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Bradesco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas do Bradesco. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição dos percentuais de provisionamento de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação do Bradesco quanto ao aumento da inadimplência, aumento no índice de desemprego, entre outros.
Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do por rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Avaliação da mensuração de títulos e valores mobiliários de emissores privados (individual e consolidado)
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d, 9 e 38a às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o montante dos títulos e valores mobiliários de emissores privados é de R$ 123.701.964 mil (individual) e R$ 176.011.916 mil (consolidado), que inclui títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis (níveis 2 e 3 da hierarquia de valor justo).
A determinação dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores privados, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Bradesco efetua julgamentos significativos na determinação dos métodos e premissas utilizados, como taxas de juros e spreads de crédito. Os títulos e valores mobiliários de emissores privados classificados nas categorias "Disponíveis para venda" e "Mantidos até o vencimento" também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação considerando as metodologias e premissas utilizadas, tais como avaliação do risco de crédito e das garantias.
Consideramos a mensuração do valor de mercado e a avaliação de indicativos de perda do valor recuperável dos títulos e valores mobiliários de emissores privados como um assunto significativo para nossa auditoria, devido ao grau de julgamento, envolvido na determinação dos métodos e premissas utilizados.

· Como nossa auditoria abordou esse assunto
Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.
Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos, (i) definição, aprovação e aplicação dos modelos utilizados na mensuração do valor de mercado de títulos e valores mobiliários de emissores privados; (ii) captura de dados relevantes para a mensuração do valor de mercado; (iii) verificação da aderência dos cálculos do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros por área independente; (iv) definição e aplicação das premissas utilizadas na avaliação dos indicativos de perda do valor recuperável dos títulos e valores mobiliários de emissores privados como o risco de crédito da contraparte e a avaliação das garantias.
Para uma amostra estatística de títulos e valores mobiliários de emissores privados, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o envolvimento dos nossos profissionais de precificação de instrumentos financeiros com conhecimento e experiência no setor, os modelos desenvolvidos pelo Bradesco para a determinação dos valores de mercado, através do uso de parâmetros independentes.
Adicionalmente, com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), avaliamos as premissas consideradas na análise do spread de crédito utilizado na precificação de certos instrumentos financeiros de emissores privados, bem como aquelas consideradas na avaliação dos indicativos e na mensuração da perda do valor recuperável.
Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração dos títulos e valores mobiliários de emissores privados, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas (individual e consolidado)
Conforme descrito nas notas explicativas nº 3m e 23, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas nos montantes de R$ 3.207.781 mil (individual) e R$ 6.072.037 mil (consolidado), R$ 6.502.984 mil (individual) e R$ 9.178.471 mil (consolidado) e R$ 6.067.876 mil (individual) e R$ 6.729.107 mil (consolidado), respectivamente.
Para certos processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e algumas ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido. Para ações trabalhistas, o Bradesco utilizou um modelo que considera, com julgamentos relacionados a agrupamentos, a data de entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista), apuração do valor médio de pagamentos considerando os últimos 12 meses, seleção de indicadores para a atualização monetária, apurando assim, a média de perda para cada grupo de ações.
Nos consideramos a mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes como um principal assunto de auditoria em razão de envolver julgamento significativo para mensuração destas provisões.

· Como nossa auditoria abordou esse assunto
Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.
Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, incluindo controles relacionados à (i) avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas; e (ii) avaliação sobre os modelos e premissas utilizadas na mensuração da provisão e dos passivos contingentes trabalhistas.
Para certos processos cíveis e fiscais, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas e jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares. Envolvemos nossos profissionais tributários com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram na avaliação de determinados processos fiscais em relação aos méritos técnicos e da documentação suporte para a avaliação do Bradesco sobre a probabilidade e estimativa de perda.
Obtivemos e avaliamos as confirmações recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos para ações fiscais, que incluíam uma avaliação da probabilidade de perda e a estimativa do valor da perda, bem como as avaliações de probabilidade de perda e mensuração de risco recebidas dos consultores jurídicos internos para determinados processos cíveis. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Bradesco e avaliamos a suficiência das divulgações relativas a contingências cíveis e fiscais em relação a esses assuntos.
Para os processos trabalhistas, os principais procedimentos compreenderam: (i) avaliação do modelo utilizado pelo Bradesco, por meio da análise de diferentes cenários simulados, confrontando com os resultados obtidos com o modelo do Bradesco; (ii) análise das segregações utilizadas nos modelos, por natureza dos processos, compreendendo a época de ingresso e a característica do autor; (iii) revisão dos julgamentos exercidos pela administração, (v) teste sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados pelo Bradesco para determinar a provisão de ações trabalhistas com base no histórico de perda dos últimos exercícios em processos similares. Avaliamos também, para as ações fiscais, cíveis e trabalhistas, a suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos específicos que tenham divergido das médias de desembolsos históricos.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal, cível e trabalhista, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários (individual e consolidado)
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R$ 74.183.833 mil (individual) e R$ 85.786.298 mil (consolidado) (notas explicativas nº 3f e 37c) cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura.
Essas projeções são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pelo Bradesco, e exigem a adoção de uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, como taxas de juros, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.
Consideramos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento necessário para avaliar as projeções de lucros tributáveis futuros e as principais premissas subjacentes.

· Como nossa auditoria abordou esse assunto
Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o seguinte:
Testamos o desenho e efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo do Bradesco para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e às projeções finais de lucros tributáveis pelo Bradesco.
Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na avaliação das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis as projeções do Bradesco sobre lucros tributáveis futuros.
Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis (individual e consolidado)
Conforme mencionado na notas explicativas nº 3i, 3k e 15, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem ativos intangíveis, que compreendem os ágios de aquisições de investimentos no montante de R$ 766.955 mil (individual) e R$ 4.060.227 mil (consolidado) e outros ativos intangíveis no montante de R$ 2.975.909 mil (individual) e R$ 4.127.366 mil (consolidado).
O Bradesco realiza testes de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, o Bradesco estimou valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa ("UGC" relevantes e investimentos com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros. As projeções de fluxo de caixa futuros consideram planos de negócios e orçamentos e requerem uma série de premissas de negócios e econômicas.
Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis como um principal assunto de auditoria, devido ao alto grau de subjetividade na determinação das premissas significativas, incluindo as taxas de crescimento para diferentes negócios, fluxos de receitas e despesas, bem como as taxas de desconto utilizadas.

· Como nossa auditoria abordou esse assunto
Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:
Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre a análise do valor recuperável dos ativos intangíveis realizada pelo Bradesco, incluindo controles relacionados a (i) revisão do processo orçamentário; (ii) ao desenvolvimento, revisão e aprovação das principais premissas utilizadas na análise, como taxas de crescimento e taxas de desconto; e (iii) revisão independente da metodologia de cálculo para realização do teste de redução ao valor recuperável.
Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na: (i) avaliação das premissas utilizadas, tais como taxas de crescimento usadas para diferentes negócios, fluxos de receitas e despesas estimadas, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (ii) avaliação das taxas de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxas de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis; (iii) avaliação da aderência das projeções revisadas em relação ao fluxos de caixa realizados; e (iv) avaliação da precisão matemática de certas etapas dos cálculos do valor presente.
Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação a esse assunto.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Avaliação de mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência (individual e consolidado)
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 6m e 12a, o Bradesco registrou provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada no montante de R$ 292.860.356 mil,

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 961

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

ISEB3 ITAG B3 BBDO NYSE BBD NYSE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Para realizar o teste de adequação de passivos e para mensurar certas provisões técnicas o Bradesco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto.

Consideramos a realização do teste de adequação de passivos e a mensuração de certas provisões técnicas de contratos de seguros e previdência privada como um principal assunto de auditoria. As premissas utilizadas em sua mensuração são subjetivas e essa subjetividade foi agravada pela incerteza relacionada aos possíveis efeitos no cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão da Covid-19. Pequenas variações em determinadas premissas podem resultar em mudanças significativas na mensuração destes passivos.

- Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo.

Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados à realização do teste de adequação de passivos e à mensuração das provisões técnicas. Isto incluiu controles relativos a (i) desenvolvimento e aprovação das metodologias atuariais e premissas significativas, e (ii) a revisão e aprovação dos cálculos para mensuração das provisões técnicas.

Envolvemos nossos profissionais atuariais com conhecimentos e experiência no setor que nos auxiliaram:

(i) na avaliação das metodologias utilizadas na realização do teste de adequação de passivos na mensuração das provisões técnicas, mediante a comparação com práticas de mercado;

(ii) na avaliação das premissas relacionadas à expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas, por meio de comparação com as práticas utilizadas pelo mercado e as informações históricas do Bradesco, incluindo os eventuais impactos da pandemia da Covid-19 em tais premissas;

(iii) a testar, por meio de amostragem, a exatidão matemática do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas, com base nas informações históricas do Bradesco, metodologias e premissas;

(iv) no desenvolvimento, por meio de amostragem, de estimativa independente de certas provisões técnicas, utilizando técnicas atuariais geralmente aceitas e premissas independentes; e

(v) na avaliação das projeções de sinistros realizadas pelo Bradesco, por meio de comparação das estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de seguros e previdência, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação (individual e consolidado)

O ambiente de tecnologia do Bradesco possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e manuais nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Bradesco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial da fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria em função da elevada dependência do Bradesco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria.

- Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação com experiência e conhecimento no setor realizamos os seguintes procedimentos:

(i) Testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;

(ii) Efetuamos testes, com base em amostragem, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, sobre informações extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas;

(iii) Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; e

(iv) Quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Bradesco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Bradesco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes da fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Organização Bradesco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Organização Bradesco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Organização Bradesco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Organização Bradesco para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Organização Bradesco e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que podemos afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Aos Conselheiros da Administração da ORGANIZAÇÃO BRADESCO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Prioridades no Exercício Social de 2021

O exercício de 2021 foi caracterizado pelo ambiente econômico desafiador, ainda em virtude das incertezas decorrentes dos efeitos da pandemia da COVID-19, que apresentou redução do contágio somente a partir do 3º trimestre do ano, inclusive em decorrência do avanço nos índices de vacinação, e pelo aumento da inflação, fenômeno comum em várias economias do mundo e que apresentou evolução significativa no Brasil, culminando com a elevação da taxa básica de juros pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com efeitos relevantes na atividade econômica.

Adicionalmente, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) tem experimentado período de significativas demandas regulatórias que impactam diversas áreas da Organização Bradesco, tais como tecnologia da informação (PIX, Open Finance e implementação dos controles estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e requisitos para a integração mais ampla dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG, ou ESG na sua expressão em inglês) na estrutura de gestão integrada de riscos conjugado à obrigatoriedade de divulgações específicas em notas explicativas às Demonstrações Financeiras.

Nesse contexto, foi fundamental para o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas) manter-se vigilante ao desempenho de suas atribuições, com extrema atenção aos novos desafios, riscos e prioridades estratégicas, bem como ao acompanhamento dos avanços e aprimoramentos na governança e sistemas de gestão de riscos e de controles internos associados às principais operações e produtos.

Oportuno ressaltar que o impacto da pandemia em nossa agenda de trabalho, particularmente no *modus operandi*, com a realização de reuniões virtuais, foi perfeitamente assimilado e não causou qualquer prejuízo ao desempenho de nossas atribuições e responsabilidades fundamentais estabelecidas no Regimento Interno do COAUD e na regulamentação em vigor, incluindo a supervisão da integridade das Demonstrações Financeiras e contínuas atas relacionadas, da eficácia da Auditoria Interna (AIGL) e da qualidade e independência da Auditoria Independente (KPMG). O COAUD tem focado sua atenção na transparência, particularmente em relação às decisões estratégicas tomadas neste período desafiador e os seus reflexos na posição econômico-financeira e nos resultados da Organização Bradesco, destacando a importância de continuar a desenvolver seus trabalhos em parceria com a Diretoria Executiva, a Auditoria Independente e a Auditoria Interna.

O COAUD continuou a dedicar significativa parcela do seu tempo para entender e avaliar os efeitos da pandemia e, marcadamente a partir do 3º trimestre, dos impactos do avanço inflacionário e da elevação das taxas de juros nos negócios e resultados da Organização Bradesco, com especial atenção às provisões para perdas com operações de crédito, à mensuração dos instrumentos financeiros, aos efeitos de mudanças regulatórias no ambiente de controle internos, às premissas, julgamentos e modelos relacionados a componentes relevantes das Demonstrações Financeiras - como valor recuperável de créditos tributários e ágios, provisões e passivos contingentes - e às divulgações contábeis requeridas relacionadas a tais itens.

Adicionalmente, para desenvolver uma melhor compreensão dos principais aspectos relativos a governança, gestão de riscos e controles internos e para acompanhar os desafios enfrentados pela Organização Bradesco, reunimo-nos regularmente com os executivos responsáveis pela gestão do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros (GBS), com destaque para interações frequentes com o Departamento de Controle Integrado de Riscos (DCIR) e o Departamento de Compliance, Conduta e Ética (DCCE), com a Auditoria Interna (AIGL) - acompanhando a execução do seu Plano de Trabalho conforme aprovado pelo COAUD -, e com os comitês de auditoria da Bradseg e da Bradesco Saúde.

Ainda, ao longo do exercício social de 2021 o COAUD recebeu atualizações regulares do sócio responsável pela Auditoria Independente da Organização Bradesco sobre o progresso do trabalho em relação ao plano de auditoria, com foco nos riscos novos e emergentes identificados para o período e nos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). A KPMG continuou desafiando a administração nas questões mais relevantes e a fornecer opinião independente e sólida ao COAUD sobre julgamentos de questões financeiras materiais e o ambiente de controles internos.

1.2. O Comitê de Auditoria na Organização Bradesco

Órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Organização Bradesco, o COAUD é estruturado nos termos da Resolução nº 4.910, de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Resolução nº 23, de 2021, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S.A.), e a Lei *Sarbanes-Oxley*, cuja observância é requerida para as Companhias registradas na *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) e listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). O Comitê possui Regimento Interno próprio, disponível no site www.bradesco.com.br/ri, área de Governança Corporativa.

O COAUD é composto por 1 (um) Conselheiro de Administração, que é o Coordenador, e 3 (três) outros Membros, sendo 1 (um) deles qualificado como especialista financeiro, conforme requerido pela legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA). Todos os membros atendem aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação vigente e suas competências, conhecimento, habilidades e experiência são relevantes, compatíveis e adequadas ao segmento em que a Organização Bradesco atua.

O objetivo principal do COAUD é assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, e na indicação da Auditoria Independente. No exercício de suas atribuições, o Comitê atua principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras - Individuais e Consolidadas, (ii) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos em processos relevantes a elas associados; e (iii) a asseguração da independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria realizou reuniões trimestrais com o Conselho de Administração e semestrais com o Conselho Fiscal, ocasião em que apresentou o resultado dos trabalhos de suas atividades.

1.2.1. Alteração na Composição do COAUD

Em março de 2021, o senhor Paulo Roberto Simões da Cunha, especialista financeiro do COAUD, atingiu o tempo máximo estabelecido pelos órgãos reguladores do Brasil para o desempenho de atribuições como membro do Comitê de Auditoria da Organização Bradesco. Vencido seu mandato, o senhor Paulo R. S. da Cunha foi substituído pelo senhor Amaro Luiz de Oliveira Gomes, que tomou posse no mesmo mês de março de 2021. A composição atual do COAUD é a seguinte:

Nome	Membro desde
Alexandre da Silva Glüher (Coordenador)	Maio de 2020
Amaro Luiz de Oliveira Gomes (especialista financeiro)	Março de 2021
José Luis Elias	Março de 2019
Paulo Ricardo Satyro Bianchini	Novembro de 2018

Registramos que o senhor Amaro Gomes, tendo em conta seu conhecimento, competências, habilidades e experiência em contabilidade, auditoria e regulação do mercado financeiro, bem como os diversos cargos de liderança que ocupou em organizações onde tais atributos profissionais era requisito essencial, inclusive no âmbito internacional, é membro qualificado especialista financeiro, nos termos do art. 9º da Resolução CMN nº 4.910, de 2021, do art. 31-C da Resolução CVM nº 23, de 2021, e da seção 407 da Lei *Sarbanes-Oxley*.

O COAUD, sob a orientação do seu Coordenador, estabeleceu programa de integração e nivelamento específico e abrangente, desenvolvido sob medida para atender às necessidades e experiência do senhor Amaro Gomes, a fim de capacitá-lo plenamente para dar contribuição construtiva ao Comitê, no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades, de forma significativa e integral, desde a sua nomeação. O referido programa foi estruturado objetivando também apoiar o bom fluxo de informações entre os membros do Comitê, e entre o membro recém nomeado e a alta administração e pessoal-chave da Organização Bradesco, proporcionando um melhor entendimento da cultura, práticas de relação e forma de operar, sistemas financeiro e contábil, sistemas de gestão de riscos e de controles internos. Esse programa foi executado por meio de reuniões virtuais, considerando as restrições impostas pela pandemia, o que permitiu que o novo membro da COAUD se envolvesse com profundidade, pleno e externo em um período de tempo mais curto do que seria o caso de reuniões presenciais. Não obstante, reconhecendo a importância do contato face a face para consolidar e fortalecer o relacionamento com o pessoal-chave da Organização Bradesco, o COAUD organizará agenda de reuniões presenciais tão logo seja considerado seguro a retomada das mesmas.

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. Comitê de Auditoria

O Regimento Interno detalhando as atribuições do COAUD está disponível no *site* www.bradesco.com.br/ri, área de Governança Corporativa. Em essência, a principal atribuição do Comitê é assessorar o Conselho de Administração no monitoramento, avaliação e revisão:

- Das responsabilidades da Diretoria Executiva para garantir:
  - A existência e funcionamento de sistema de controles internos eficaz e estruturado para proteger os ativos e as receitas da Organização, e para a elaboração das Demonstrações Financeiras;
  - A integridade das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada da Organização Bradesco, com atenção aos julgamentos e premissas contábeis significativos, bem como dos Relatórios da Administração e quaisquer anúncios formais e informações requeridas pelos reguladores e a elas relacionados;
  - A conformidade (compliance) com os padrões éticos, políticas, planos e procedimentos da Organização, bem como com leis e regulamentos;
- Da qualificação, independência e desempenho da Auditoria Independente, incluindo responsáveis pela auditoria atuarial, bem como o relacionamento com os mesmos;
- Da independência, desempenho, capacitação e eficácia da Auditoria Interna; e
- Da eficácia das políticas e procedimentos para recepção e tratamento de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Organização Bradesco.

O COAUD, por intermédio do seu Coordenador, mantém o Conselho de Administração regularmente informado acerca dos assuntos relevantes associados às atribuições do Comitê, em especial aqueles diretamente relacionados às Demonstrações Financeiras.

2.2. Administração da Organização Bradesco

A Administração é responsável:

- Pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), dos atos normativos pertinentes do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e, pelo Banco Bradesco ser listado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), das normas estabelecidas pela SEC e pela Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx);
- Pela elaboração das Demonstrações Financeiras de forma íntegra, gestão dos riscos, manutenção de sistema de controles internos efetivo, e por zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares; e
- Pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

2.3. Auditoria Independente

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) é a responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e anuais, e pela revisão das Informações Trimestrais (ITRs), emitindo relatórios que refletem o resultado de suas verificações e apresentando a sua opinião independente a respeito da fidedignidade dessas Demonstrações em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, emitidas pelo IASB, além de aderência às normas do CMN, da CVM, do Bacen, preceitos da legislação societária brasileira e regulamentação norte-americana aplicável ao Banco Bradesco.

2.4. Auditoria Interna

Diretamente subordinada ao Conselho de Administração, a Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva - livre de qualquer interferência quanto à questões de auditoria, seleção, escopo, procedimentos, frequência, tempo ou conteúdo do relatório - na avaliação dos controles internos e processos voltados para a eficácia operacional da Organização Bradesco. Mediante o uso de bases estatísticas e modelos, a Auditoria Interna prioriza as áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles pertinentes, exercendo papel fundamental para auxiliar a administração na sua responsabilidade de proteger os ativos, a reputação e a sustentabilidade da Organização. De acordo com a regulamentação vigente e com o Regimento Interno, o COAUD e o Conselho de Administração têm a responsabilidade pela aprovação do Regimento, do Plano de Trabalho e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna.

2.5. Monitoramentos de Riscos - Controles Internos

O Departamento de Controle Integrado de Riscos (DCIR), vinculado à Vice-Presidência de Riscos, é responsável por fortalecer a visão corporativa dos riscos, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos, em articulação com as diversas áreas e empresas da Organização Bradesco. Também responde o DCIR, de modo independente das áreas comerciais, pela Área Corporativa do Sistema de Controles Internos.

2.6. *Compliance*

O Departamento de Compliance, Conduta e Ética (DCCE), vinculado à Vice-Presidência de Riscos, apoia o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva na coordenação do Programa de Conduta Corporativa (Compliance), que consiste na conformidade com leis e regulamentos internos e externos, alinhado com a estratégia da Organização Bradesco e seu entorno social. Adicionalmente, responde pela elaboração de normas internas e pelo subsídio às áreas no cumprimento dos temas relacionados à integridade, conflito de interesses, ética, e condutas - corporativa, concorrencial e anticorrupção.

2.7. Ouvidorias - Serviço de Atendimento ao Consumidor

As Ouvidorias do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros têm a competência de acompanhar o desempenho da Organização nos *Rankings* de Reclamações, reportando os principais eventos e contribuindo com recomendações para aprimoramentos e modificações de práticas e rotinas para atendimento das expectativas dos clientes e usuários. Para garantir o resultado e estimular a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços, as Ouvidorias interagem com as Dependências e Empresas Ligadas, além de atuarem no relacionamento com órgãos reguladores e de proteção e defesa do consumidor. O Comitê de Auditoria mantém reuniões semestrais com a Ouvidoria (Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros, neste caso através dos comitês de auditoria da Bradseg e do Bradesco Saúde) para conhecimento da natureza dos registros e acompanhamento da implementação de recomendações.

3. COMO O COAUD EXERCEU SUAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Preliminarmente, observamos que no Capítulo 4 - Principais atividades e temas significativos considerados pelo COAUD, deste Relatório, são apresentados maiores detalhes dos trabalhos desenvolvidos. Neste capítulo apresentamos um panorama geral com o objetivo de destacar alguns aspectos relevantes.

3.1. Reuniões e Capacitação

Tendo em conta a manutenção do estado mais severo de pandemia no Brasil durante o primeiro semestre de 2021, iniciado em março de 2020, a Organização Bradesco manteve significativo número de funcionários em trabalho remoto (*home office*), com vistas a preservar a saúde das pessoas e manter a continuidade das atividades essenciais. A partir do avanço da vacinação e da consequente redução dos índices de contágio, foi iniciado processo de retorno gradual de atividades presenciais (em andamento), de maneira segura e contemplando os protocolos sanitários recomendados pelo Ministério da Saúde.

Em tal contexto, o COAUD deu continuidade ao planejamento e realização de reuniões virtuais (devidamente formalizadas em Atas, conforme requerido pela regulamentação vigente) com os representantes das áreas responsáveis pelos processos contábeis, financeiros, tributários e trabalhistas, assim como no acompanhamento pelas 2ª e 3ª Linhas de Defesa no âmbito da abordagem dos riscos e controles internos, e recebeu regularmente os Relatórios Gerenciais de Acompanhamento Diário das Operações de Crédito e Irrevogáveis, "Carteiras - Trading e Banking", "Limites".

No exercício de 2021, o Comitê participou de 265 reuniões, destacando-se aquelas com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Executivos das áreas de Negócios, Tecnologia da Informação, de Gestão de Riscos, de Controle Interno, de Compliance,

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 962

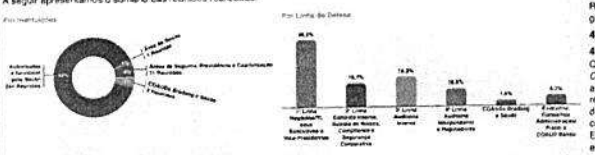
Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco SP

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

com a Auditoria Independente e a Auditoria Interna, e com o Banco Central do Brasil (Bacen). Nessas ocasiões, o COAUD recebeu atualizações sobre assuntos relevantes e acompanhou, principalmente, as ações comprometidas e prioritárias estabelecidas pelo Comitê; o apetite e a abordagem à gestão de riscos, incluindo riscos emergentes; a segurança cibernética; o uso de nuvem (cloud), ESG, com foco em impactos das mudanças climáticas; prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; conduta e tratamento de pessoas vulneráveis; governança; e o aprimoramento e desenvolvimento de modelos.

A seguir apresentamos o sumário das reuniões realizadas.



No âmbito da Educação Continuada o Comitê de Auditoria participou no exercício de 2021 das seguintes atividades de capacitação:

- 7ª Mesa de Debates IPMG ACI Institute - Debate: 10 anos do Formulário de Referência e o desenvolvimento das práticas de governança corporativa no Brasil/Apresentação: 15ª edição do estudo *A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais*/Apresentação: 20 anos do Novo Mercado da B3;
- 7ª Mesa de Debates IPMG ACI Institute - Debate: Gerenciamento de Riscos/Apresentação: Riscos Geopolíticos no Brasil e na América Latina/Apresentação: 6ª edição do estudo sobre Gerenciamento de Riscos, do ACI Institute do Brasil;
- CIAB Febraban;
- Encontros IBRAC: Regulação e Concorrência no Sistema Financeiro/Open Banking e Meio de Pagamentos Instantâneos;
- IBRACON - Auditoria e Tecnologia Antifraude;
- XVIII Seminário Internacional CPC - Normas Contábeis Internacionais;
- 77ª Mesa de Debates do ACI Institute Brasil -Debate: (i) O perfil do Conselheiro de Administração, do Conselheiro Fiscal e dos Membros de Comitês de Auditoria no Brasil; (ii) O futuro do ambiente de trabalho - o papel e a responsabilidade dos conselhos de administração;
- IBRACON - CTA 30 Relatório de Auditoria de DCs de entidades envolvidas ou suspeitas de não-conformidade;
- 11ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente;
- IBRACON - Atualizações sobre a minuta da nova norma para auditorias de entidades de menor complexidade;
- Diversas participações nos eventos coordenados pela INOVABRA LAB Bradesco e IDEAÇÃO Bradesco, a exemplo de (i) O Admirável Mundo *Blockchain*, (ii) ESG - Práticas, tendências e desafios em Seguradoras, (iii) Foco no Cliente: Como encantá-lo na Era Digital, (iv) Os pilares da transformação digital.

3.2. A Pandemia do COVID-19 e o Ambiente Econômico

O ambiente econômico no Brasil a partir do 3º trimestre trouxe desafios adicionais, não obstante o arrefecimento da pandemia do COVID-19, e os efeitos atuais e potenciais, principalmente diante da identificação de novas cepas do vírus, continuam a demandar esforços significativos para avaliar e prever os impactos nos negócios e, consequentemente, os reflexos nas Demonstrações Financeiras. O COAUD continuou a dedicar particular atenção à informação sobre (i) os efeitos diretos e indiretos já identificados nos cenários, (ii) riscos e incertezas sobre o potencial impacto no futuro, levando em conta a forma como a pandemia evolui e como os eventos relacionados podem afetar julgamentos, premissas e estimativas atuais e futuras relativas às informações contábeis; (iii) o impacto potencial nos resultados das operações, liquidez a recursos de capital; e (iv) procedimentos de revisão e conclusões da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, e demais linhas de defesa.

Considerando tais aspectos, o COAUD intensificou o acompanhamento das premissas, modelos e julgamentos relativos ao risco de crédito, uma vez que a natureza sem precedentes da pandemia conjugada ao presente momento econômico culminaram em ambiente novo, com parâmetros que indicam estar fora dos limites dos dados históricos e da experiência usados para desenvolver modelos de provisionamento. Outras áreas de julgamentos contábeis significativos que demandaram atenção incluíram a avaliação de instrumentos financeiros, o valor recuperável de ativos, os passivos contingentes, a contabilidade de *hedge*, os investimentos em empresas ligadas e as provisões técnicas no Grupo Bradesco Seguros.

Adicionalmente, a Auditoria Independente compartilhou regularmente seus pontos de vista sobre a razoabilidade das premissas desenvolvidas no impacto da pandemia e do ambiente econômico no desenho, implementação e operação dos controles relacionados a esses e a outros temas considerados pertinentes.

3.3. Revisão das Demonstrações Financeiras

A revisão das Demonstrações Financeiras pelo COAUD durante o exercício de 2021 incluiu os Relatórios Trimestrais (ITR) para as datas-base de 31/03/2021 e 30/09/2021, o Relatório Semestral para a data-base de 30/05/2021 e o Relatório Anual para a data-base de 31/12/2021. É de responsabilidade da Administração e da Auditoria Independente a elaboração das Demonstrações Financeiras - Individual e Consolidada - da Organização Bradesco completas e exatas, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam estabelecidas pelo Bacen e/ou emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendadas pela CVM, e com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Como parte dessa revisão, o COAUD avaliou a aplicação de políticas contábeis críticas, julgamentos contábeis e premissas significativas, e a conformidade com os requerimentos de divulgação, para garantir que fossem consistentes, apropriados e aceitáveis de acordo com os requisitos relevantes para a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. O Comitê discutiu com as áreas técnicas e considerou as métricas de desempenho relacionadas às prioridades estratégicas, de modo a acompanhar a evolução no período e identificar os principais aspectos a influenciar a consecução das metas organizacionais, bem como analisar se foram apresentadas de forma equilibrada e refletissem os riscos e incertezas de forma adequada.

Adicionalmente, o COAUD avaliou a eficácia do sistema de controles internos relacionado à elaboração das Demonstrações Financeiras, com atenção e avaliação crítica das alterações, aprimoramentos e quaisquer desenvolvimentos que o alterem. O Comitê recebeu atualizações e confirmações regulares de que a Administração havia adotado, ou estava adotando, as ações necessárias para a retificar quaisquer falhas ou fragilidades identificadas através da operação da estrutura de controles da Organização Bradesco. Essas atualizações incluíram os impactos sobre os controles internos decorrentes da pandemia e diretamente relevantes para os processos e controles operacionais. Uma série de procedimentos adicionais foram realizados em todas as linhas de defesa para identificar, monitorar, avaliar e mitigar esses impactos, com resultados regularmente reportados ao COAUD.

Finalmente, o COAUD dedicou atenção particular aos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) indicados pela Auditoria Independente por ocasião da emissão do seu Relatório (Parecer) e publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021 e ao semestre encerrado em 30/06/2021, acompanhando as discussões mais relevantes com as áreas responsáveis e a equipe de auditores independentes.

3.4. O COAUD e a Auditoria Independente

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, exercendo essa função desde 2011. O COAUD apresentou ao Conselho de Administração a sua recomendação pela permanência da KPMG para a prestação de serviços de auditoria independente. Em 2021, observando determinação dos órgãos reguladores do Brasil, foi promovida a rotação do sócio responsável pela auditoria, tendo em conta que o responsável pela auditoria até 31/12/2020, senhor André Dala Pola, atingiu o tempo máximo de 5 (cinco) exercícios sociais permitido pela regulamentação em vigor. O Comitê acompanhou o processo de rotação e monitorou a sucessão dos sócios responsáveis pela auditoria da Organização Bradesco, em especial do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros, particularmente as providências tomadas pela KPMG para garantir transições eficazes. O sócio responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco a partir de 2021 e o senhor Cláudio Serrênio, Sócio-Líder da prática de Serviços Financeiros da KPMG especializado no atendimento a instituições financeiras, seguradoras e empresas de cartão de crédito e que conta com mais de 30 anos de experiência com auditoria.

3.4.1. Planejamento da Auditoria Independente e Execução dos Trabalhos

O COAUD revisou a abordagem e estratégia da Auditoria Independente para o exercício de 2021, discutindo com a KPMG o escopo geral e o planejamento dos trabalhos, a estratégia de auditoria para riscos significativos identificados, a natureza e extensão da capacitação da equipe de auditores e o uso de especialistas (tecnologia da informação, atuária, finanças corporativas, tributação) necessários para realizar a auditoria planejada na Organização Bradesco. Ao longo do exercício de 2021 o COAUD recebeu atualizações regulares da KPMG sobre os avanços no processo de auditoria, apresentadas pelo sócio responsável e sua equipe sênior, com o objetivo de acompanhar o tratamento das questões de contabilidade e seus impactos nas Demonstrações Financeiras e demais relatórios relacionados ao sistema de controles internos e Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). O COAUD deu ênfase às ações tomadas pela KPMG em relação aos PAAs apontados em seus Relatórios relativos às datas-base de 31/12/2020 e 30/06/2021, bem como aqueles identificados no planejamento de auditoria para o segundo semestre de 2021, discutindo-os desde o planejamento e ao longo do exercício.

No primeiro semestre de 2021, o COAUD solicitou especificamente à KPMG que avaliasse o impacto da pandemia na execução dos seus trabalhos, particularmente em virtude do atendimento e realização de testes de auditoria pertinentes em ambiente remoto (*home office*), não somente pelos funcionários da Organização Bradesco mas também pela equipe de auditoria. A KPMG apresentou ao Comitê o resultado dessa avaliação destacando as ações mitigadoras tomadas para o pleno exercício das atribuições da auditoria, considerando a experiência acumulada desde o início da pandemia. Dentre tais ações, destacou a necessidade de aceleração e antecipação de alguns aspectos do planejamento e execução dos trabalhos, para levar em consideração os potenciais atrasos esperados devido ao trabalho remoto. Também foram discutidos trabalhos adicionais relevantes em relação a julgamentos contábeis significativos, como provisão para perdas com operações de crédito e o impacto da pandemia com base na determinação da materialidade. A KPMG assegurou ao COAUD que o trabalho remoto não prejudicou a sua habilidade de realizar os trabalhos de auditoria conforme planejado.

Ao longo do exercício, o COAUD avaliou regularmente a eficácia, desempenho e independência da KPMG como auditor independente, focando no processo geral de auditoria e na qualidade dos resultados. A KPMG destacou a continuidade do investimento em recursos adicionais e novas tecnologias para o aprimoramento contínuo da qualidade e consistência da auditoria.

O Comitê, ao tomar conhecimento de pontos relevantes envolvendo a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, elaborado em conexão com os exames das Demonstrações Financeiras, acompanha as implementações das respectivas recomendações para o aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

A KPMG apresentou tempestivamente ao Comitê de Auditoria os resultados e principais conclusões dos trabalhos de auditoria realizados ao longo do exercício de 2021.

3.4.2. Realização de "Outros Serviços" pela Auditoria Independente

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar as propostas técnicas e monitorar a realização de "Outros Serviços" pela KPMG. Tais serviços, não relacionados com a Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, são executados de acordo com a política de independência do auditor, de forma a garantir que não representem conflito de interesses. A aprovação pelo COAUD ocorre somente após consideração dos requisitos de independência e avaliação dos melhores interesses da Organização Bradesco para contratar a KPMG para a realização de tais serviços, incluindo aspectos como trabalho remunerado relacionado àquele realizado para fins de auditoria independente, serviços que demandem a obtenção de evidência de auditoria apropriada para expressar uma conclusão designados a aumentar o grau de confiança dos auditores; ou para averiguação de controles internos em complemento ao escopo normal dos trabalhos de auditoria independente.

Os "Outros Serviços" realizados pela KPMG no exercício de 2021 incluíram:

- Solicitação de aprovação de trabalho - Inovação tecnológica (Let do Bem);
- Contratação de serviço da Auditoria para emissão de Relatório relacionado à regularidade das operações de crédito garantidas pelo FGO Pronampe; e
- Outros Serviços pela KPMG - Contratação de Treinamento para Equipes que atuarão junto ao BAC.

O COAUD não identificou razões objetivas para caracterizar conflitos de interesse, risco de perda de independência ou de objetividade na realização dos "Outros Serviços" pela KPMG. A avaliação da independência da KPMG considerou também a situação pessoal e a relação financeira que o auditor (sócio responsável e demais integrantes da equipe de profissionais envolvidos com a realização da auditoria) têm com a Organização Bradesco, analisando as possíveis ameaças e estabelecendo as medidas necessárias para solução.

Com base no planejamento apresentado pela KPMG e nas discussões subsequentes sobre os resultados dos trabalhos, o Comitê considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios da Organização Bradesco.

3.5. O COAUD e a Auditoria Interna

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna, em aderência ao seu Regimento Interno e regulamentação vigentes, o Comitê de Auditoria aprova o Plano de Auditoria Anual e eventuais atualizações ao longo do exercício social. Além do foco contínuo nos requisitos da legislação e regulamentação em vigor, o COAUD atentou para a inclusão no escopo da Auditoria Interna de questões relacionadas à estratégia, governança e cultura, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, conduta e conformidade, resiliência financeira e resiliência operacional, particularmente considerando os impactos e principais riscos decorrentes da pandemia e do ambiente econômico.

Os resultados do trabalho da Auditoria Interna, juntamente com a avaliação da governança geral, gestão de riscos e estrutura de controle e processos são regularmente relatados ao COAUD, em reuniões e por meio de relatórios e súmulas executivas, destacando os principais temas identificados, cobertura de auditoria e trabalhos desenvolvidos, proporcionando visão independente de riscos emergentes e impactos nos negócios.

Ao tomar conhecimento dos pontos de atenção e dos recomendações da Auditoria Interna, o Comitê acompanha o estabelecimento de calendário adequado para sanar as questões incidentes, de responsabilidade da Diretoria Executiva, e monitora a sua execução, acompanhando as providências saneadoras adotadas pela Administração junto as áreas auditadas.

A Auditoria Interna mantém estreita relação de trabalho com a Auditoria Independente, que é informada das atividades e resultados dos trabalhos da Auditoria Interna, e tem acesso a todos os relatórios e registros de suporte.

Atualmente, a função da Auditoria Interna é submetida a processo de avaliação técnica conduzido pelo COAUD, cujos resultados são discutidos com a Diretoria da Auditoria Interna. Essa avaliação é um dos itens importantes na manutenção do Programa de Certificação de Qualidade do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), que visa a melhoria contínua da gestão dos processos da área e a adoção das melhores práticas (metodologias, ferramentas e gestão). O resultado da avaliação para o exercício de 2021 foi discutido com a mencionada Diretoria e será apresentado pelo COAUD ao Conselho de Administração em 2022, juntamente com o Relatório Anual do Comitê de Auditoria relativo à data-base de 31/12/2021.

Ressaltamos que a Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria e às necessidades e exigências da Organização Bradesco e dos órgãos reguladores.

4. PRINCIPAIS ATIVIDADES E TEMAS SIGNIFICATIVOS CONSIDERADOS PELO COAUD

4.1. Visão Geral

O COAUD trabalhou em estreita colaboração com o Departamento de Controle Integrado de Riscos (DCIR) e o Departamento de *Compliance*, Conduta e Ética (DCCE), bem como outros departamentos correlacionados da Organização Bradesco, para monitorar a observância dos procedimentos para gerenciar riscos e a estrutura de controle interno, bem como para garantir que as áreas de responsabilidade comum foram tratadas apropriadamente nas agendas das reuniões com o Comitê ou em discussões com o Coordenador do COAUD, com o objetivo de aprimorar a conectividade, coordenação e fluxo de informações, e dessa forma garantir uma compreensão mais profunda dos principais temas.

Entre os principais aspectos discutidos destacaram-se a responsabilidade pela identificação, mensuração, monitoramento, mitigação e supervisão dos controles e riscos, e a comunicação aos níveis adequados da administração mediante a elaboração de relatórios regulares, tempestivos e completos. Nessas reuniões, o COAUD objetivou ainda identificar e discutir prioridades mútuas, melhorias e programas de remediação, e questões futuras em relação à gestão de riscos e controles internos, tendo como base a Matriz de Riscos Corporativos (Biblioteca de Riscos).

4.2. Detalhamento das Principais Atividades e Temas Significativos

O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria para o exercício de 2021 teve como foco os principais processos, riscos e produtos inerentes aos negócios da Organização Bradesco. Destacamos a seguir os aspectos mais relevantes:

Atribuição/Área	Principais Temas Abordados e Ações do COAUD
Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas)	
Revisão das Demonstrações Financeiras, Inclusive Notas Explicativas, Relatórios da Administração e Parecer do Auditor Independente	**Principais Políticas Contábeis, Práticas e Critérios Gerais Adotados:** • Discussão com a Contadoria Geral (CG), Controladoria, Controle Integrado de Riscos (DCIR), Grupo Bradesco Seguros, Auditoria Interna (AIGL) e Auditoria Independente (KPMG); e • Avaliação criteriosa das mais significativas, considerando a regulamentação vigente no Brasil, estadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e requeridas pelas autoridades reguladoras - Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Saúde (ANS) - e as IFRS promulgadas pelo IASB. **Preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas:** Revisão dos procedimentos para a elaboração e divulgação para certificar que foram confeccionadas de acordo com as IFRS promulgadas pelo IASB; **Pandemia COVID-19 e Ambiente Econômico no Brasil:** Especial atenção para avaliar como a Administração abordou e refletiu as questões e incertezas relacionadas à pandemia e decorrentes do ambiente macroeconômico e os impactos na Organização Bradesco, nos relatórios financeiros e outras divulgações relevantes, tais como os efeitos presente e futuro e os reflexos potenciais sobre as operações e segmentos de negócio, como operações de crédito, seguros (vida e saúde) e previdência privada. O COAUD recomendou o aprimoramento e apresentação em destaque de Nota Explicativa específica para abordar de forma mais abrangente os efeitos gerais da pandemia, inclusive para fins de elaboração do Formulário 20-F relativo aos exercícios de 31/12/2020 e 31/12/2021 depositado junto a SEC; **Auditoria Independente:** Reunião com a KPMG, antes das divulgações das Informações Trimestrais (ITRs) relativas aos trimestres encerrados em 31/03/2021 e 30/09/2021, e das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30/06/2021 e ao exercício social encerrado em 31/12/2021, para avaliar os aspectos de independência dos auditores e os ambientes de controle na geração das informações a serem divulgadas, incluindo quanto à observância da recomendação do COAUD para que as principais empresas do Conglomerado Bradesco de capital fechado e o Grupo Bradesco Seguros, no seu Consolidado, publiquem suas Demonstrações Financeiras em conjunto com os Relatórios de Auditoria, contemplando os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs); e **Revisão das Demonstrações Financeiras - Individual e Consolidada - e Relatórios da Administração (ITRs de 31/03/2021 e 30/09/2021, Semestral de 30/06/2021, e Anual de 31/12/2021):** Endossando seu conteúdo, antes da aprovação pelo Conselho de Administração e sua autorização para divulgação, garantindo a conformidade com os requisitos legais e a aplicação adequada dos princípios contábeis pertinentes, e certificando que a Auditoria Independente emitiu o seu Relatório correspondente.
Principais Políticas Contábeis, Estimativas e Julgamentos Significativos	**Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (PDD):** O cálculo da provisão para as perdas estimadas com operações de crédito é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas e, conjugadas à experiência da Administração, objetivam refletir a expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos. Para tanto, envolve julgamentos significativos, especialmente considerando o grau de incerteza sob as condições macroeconômicas atuais, políticas e os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 (mais detalhes sobre a pandemia e seus efeitos são apresentados nos itens específicos deste relatório). Entre os principais aspectos analisados pelo COAUD destacaram-se a redução ao valor recuperável, carteira de empréstimos e adiantamentos, incluindo avais, fianças e debêntures, com ênfase às expectativas de perdas futuras nos portfólios Massa Ricardo e Dívida Corporativa; e parâmetros e critérios para a constituição da provisão complementar. **Avaliação de Instrumentos Financeiros:** Devido as condições de maior volatilidade no mercado, principalmente em decorrência do avanço da inflação e elevação da taxa básica de juros pelo Bacen, discutimos periodicamente os impactos nos modelos para avaliar a carteira de investimentos (títulos disponíveis para venda e negociação) e derivativos, particularmente considerando as principais premissas, métricas e julgamentos significativos utilizados para a determinação do valor justo; **Créditos Tributários:** Atenção especial foi dada ao cálculo dos ativos fiscais diferidos e às estimativas de recuperação (realização), principalmente quanto aos potenciais impactos da pandemia e do ambiente macroeconômico nos resultados futuros da Organização e nos consequentes lucros tributáveis, com base no plano de negócios e orçamentos estabelecidos pela Administração. Em particular, discutimos quanto às projeções de probatividade e suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias, estratégia de planejamento tributário em curso, e impactos de mudanças na legislação tributária. O COAUD também considerou os julgamentos da Administração relativos a questões fiscais em relação às quais o tratamento tributário apropriado é incerto, sujeito a interpretação, e que estão em processo de discussão judicial e categorizados como contingentes (classificados como possíveis, e portanto objeto de Nota Explicativa somente); **Valor Recuperável dos Ativos - Ágio (Goodwill) e Outros Ativos Não Financeiros:** Durante o exercício de 2021 a Administração testou o valor recuperável (imparidade) do ágio (*goodwill*) e outros ativos não financeiros com julgamentos que consideraram o crescimento de longo prazo, taxas de juros, fatores de desconto e fluxos de caixa esperados, tanto em termos de conformidade com as normas contábeis e razoabilidade da previsão; **Provisões e Passivos Contingentes:** Processos legais e questões regulatórias - Discutimos o julgamento em relação ao reconhecimento e mensuração de provisões, bem como a existência e a avaliação quanto aos passivos contingentes. As questões que requerem julgamentos significativos foram destacadas e a avaliação do COAUD considerou a integridade da base de dados, os critérios adotados para as provisões contábeis e respectivas suficiências. Apesar de concordar com a abordagem e as conclusões alcançadas pela Administração, o COAUD recomendou também à Auditoria Independente que conduzisse análise criteriosa dos modelos para acompanhamento de tais contingências, considerando, por exemplo, o tratamento individual de causas relativas a questões trabalhistas de valor relevante com perda considerada como "provável". O resultado de tal análise foi apresentado para o Comitê, confirmando a adequação dos modelos adotados pela Organização; **Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização:** O COAUD tomou conhecimento das premissas e julgamentos adotados pelo Grupo Bradesco Seguros (GBS) e se certificou da aderência dos processos aos requisitos estabelecidos pela Susep e ANS nas Notas Técnicas Atuariais, incluindo quanto aos Ativos Garantidores (títulos e valores mobiliários vinculados); e **Contabilidade de Cobertura (*hedge accounting*):** dentre os vários aspectos relacionados à contabilidade de cobertura discutidos pelo COAUD, chamamos atenção particularmente para a governança específica no processo de contratação de operações e sua classificação contábil, tendo em conta os requerimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores e os requisitos específicos das IFRS. Nesse particular, requeremos da Auditoria Independente uma avaliação rigorosa e completa, e recomendações para aprimoramento da estrutura estabelecida pela Administração. Quanto às operações em discussão no exercício, destacamos a análise conduzida pelo GRS no primeiro semestre de 2021 para a estruturação de *hedge* de fluxo de caixa para fins de gestão equilíbrio das despesas com os passivos de longo prazo atrelados ao IGPM que, apesar de não concluída, mereceu atenção do COAUD nos debates com o GRS. Nesse contexto, o COAUD discutiu as possibilidades e principais características das operações de cobertura em avaliação, as necessidades em termos de governança e controles internos (incluindo documentação necessária para habilitar o reconhecimento contábil específico), as condições macroeconômicas atuais e seu impacto nas previsões de fluxo de caixa prováveis e custo das operações, e a eficácia das estruturas ao longo do horizonte coberto.
Auditoria Independente	
Planejamento e Execução da Auditoria	**Processo:** Análise e discussão detalhadas sobre o planejamento, andamento e execução do plano de auditoria; **Execução:** Obteve confirmação do auditor de que teve acesso total a todas as informações para realizar a auditoria conforme planejado; **Recomendações:** Discutiu e exerceu controle rígido sobre recomendações da Auditoria Independente e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, acompanhando a implementação dos planos de ação pertinentes; **Relatórios:** Discussão minuciosa nos relatórios financeiros com base em novos padrões de contabilidade e melhores práticas; e **Revisão:** Análise(s) do(s) relatório(s) do auditor sobre as ITR (data-base de 31/03/2021 e 30/09/2021) e Demonstrações Financeiras (Semestral de 30/06/2021 e anual de 31/12/2021) antes que o Auditor Independente as apresentasse para o Conselho de Administração.
Relacionamento	O Auditor Independente participou de várias reuniões do COAUD, permitindo que o Comitê atue como um canal de comunicação entre o Auditor e o Conselho de Administração, e acompanhe o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	Avaliamos o Auditor Independente e sua contribuição para a integridade das Demonstrações Financeiras em decorrência do seu trabalho.
Auditoria Interna	
Planejamento e Execução da Auditoria Interna	**Dispositivos Legais e Normativos:** Verificação do cumprimento daqueles aplicáveis à Organização Bradesco, além de regulamentos internos, no âmbito dos esforços contínuos para desenvolver, implementar, aprimorar e manter um ambiente de controle forte e adequado à estrutura, operações e riscos; **Plano de Trabalho para 2021:** Aprovação pelo COAUD previamente à submissão ao Conselho de Administração, com base em avaliação de risco abrangente e incluindo especificamente requerimentos sobre o acompanhamento do impacto da pandemia nas atividades principais da Organização em uma base regular; e **Execução do Plano de Auditoria:** Recepção de relatórios e reportes regulares sobre as atividades de auditoria interna no exercício de 2021, permitindo ao COAUD o escrutínio adicional bem como exercer controles rígidos sobre recomendações da Auditoria Interna (AIGL) e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, obrigadas a apresentar planos de ação pertinentes.
Relacionamento	**Reuniões com o COAUD:** O Diretor da Auditoria Interna e outros representantes da área participaram regularmente de reuniões do COAUD quando entendido pertinente e o Comitê acompanhou o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 963

... continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDO B3 LISTED NM | LEAP X9B6DC | ISE B3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Efetividade	O COAUD conduziu avaliação da Auditoria Interna e sua contribuição para a integridade, adequação e eficácia dos sistemas de controles internos relacionados à contabilidade, riscos, financeiros e operacionais, a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e aprimoramento contínuo dos processos relacionados.
Estrutura	**Recursos:** Análise do orçamento da Auditoria Interna para 2021, certificando a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários. De particular interesse para o COAUD foram temas como desenvolvimento, capacitação e treinamento da equipe, atração e manutenção de talentos, e iniciativas digitais necessárias para o aprimoramento dos processos de trabalho, inclusive em resposta ao novo ambiente de trabalho remoto (*home office*) iniciado a partir do início da pandemia do COVID-19 e intensificado ao longo dos exercícios de 2020 e 2021.
Controles Internos e Ouvidoria	
Sistema de Controles Internos	**Sistema de Controles Internos:** O COAUD acompanhou e monitorou, em discussões regulares com o DCIR, DCCE, AIGL, Auditoria Independente e áreas de negócio, a atuação efetiva das 3 (três) Linhas de Defesa, focando nas atribuições e responsabilidades de cada uma na observância e no aprimoramento dos controles adotados, visando a mitigar os riscos inerentes aos processos de negócios.
Ouvidoria	**Bradesco e Grupo Bradesco Seguros:** Reuniões periódicas com os membros dos COAUDs da Bradseg e Bradesco Saúde para discutir situações específicas de reclamações catalogadas pelos diversos Canais de Denúncias, particularmente em relação a práticas negociais, conduta, financeiras, contábeis, relatórios financeiros, auditoria e controles internos. De conhecimento dos detalhes apresentados à gestão dos procedimentos vigentes padronizados e os praticados em desacordo a tais orientações, foram averiguados os registros das ações encaminhadas junto aos gestores de Negócio envolvidos com o tema para regularizar tais anomalias, de sorte a permitir, corporativamente, a melhoria dos processos e o aculturamento das Áreas na comercialização de Produtos e Serviços da Organização Bradesco.
Negócios e Concorrência	
Negócios e Concorrência	**Gerenciamento das Carteiras de Crédito:** Acompanhou mensalmente a evolução das diferentes carteiras de crédito diante do quadro econômico que, mesmo impactado pela pandemia do COVID-19, apresentou crescimento relevante, principalmente a partir do 3º trimestre, refletindo a retomada da atividade econômica iniciada no 2º trimestre. Atenção especial foi dada ao alinhamento da estratégia relacionada a ESG e à concessão de novos créditos (com crescimento significativo naquelas contratações conduzidas por meio dos canais digitais) e às prorrogações, renegociações, renovações, recuperações, e baixas; **Conduta, *Suitability* e Atendimento a Pessoas Potencialmente Vulneráveis:** Acompanhamento e monitoramento dos avanços nos processos voltados para observância aos requisitos regulamentares, tendo em conta contingente de clientes caracterizados como "potencialmente vulneráveis" e as demandas de natureza regulatória; **Relacionamento com Clientes:** Acompanhamento quanto ao cumprimento de normas e atendimento ao consumidor inclusive tendo em conta os temas identificados pela Ouvidoria (Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC/Ouvidoria); e **Inovação Tecnológica:** Atualizado periodicamente sobre os avanços e potenciais impactos do *Open Banking*, *Fintechs* e outras *startups*, uso de nuvem (*cloud*), *Big Data*, entre outros.
Gestão de Riscos	
Gestão de Riscos	**Coordenação com Outros Comitês:** Participou de reuniões conjuntas com o Comitê de Riscos, a área de gestão de riscos, *regulamentação e compliance*, Auditoria Interna, entre outros. Entre os tópicos discutidos destacamos o relatório sobre risco de modelo, gestão de risco do grupo, reclamações enviadas ao Canal Aberto, risco de fornecedor; **Estratégia, Estrutura e Política para Gestão de Riscos:** Acompanhamento dos trabalhos do DCIR para avaliação da aderência do sistema de controles internos e na identificação, monitoramento e gestão dos riscos mais relevantes, bem como das atividades e resultados dos trabalhos do Departamento de Compliance, Conduta e Ética (DCCE); **Áreas de Negócio:** Reuniões com as diversas áreas de Negócios e de Controle, e com as Auditorias Independente e Interna, para complementar as avaliações junto ao DCIR e DCCE, acompanhamento dos principais processos, e certificação quanto ao comprometimento da Administração para a mitigação dos riscos e o aperfeiçoamento contínuo dos controles internos associados; **Riscos de Mercado e Liquidez:** Acompanhamento semanal, por intermédio de relatórios elaborados pelo DCIR, dos resultados da carteira "trading" e os limites estabelecidos pela governança para *Value at Risk* (VAR), Liquidity *Coverage Ratio* (LCR) e Reserva Mínima de Liquidez (RML) - Corretoras de Valores e Grupo Bradesco Seguros, bem como das principais exposições em moedas, índices e ativos, inclusive da Carteira "Banking", com correspondentes *Economic Value of Equity* (ΔEVE); e **Risco de Crédito:** Acompanhamento mensal com o DCIR, Recuperação de Créditos e Garantias, e Concessão de Crédito, para avaliação da evolução das principais carteiras de crédito e níveis de inadimplência (pessoas físicas, pessoas jurídicas, e seus respectivos segmento, modalidade e setor da economia). Também foram discutidas as suficiências de provisão (vide tópico específico sobre PDD), níveis de concentração e abordagens para recuperação de crédito, com ênfase nas Expectativas de Perdas Futuras em portfólios Massificados e movimentação dos *Ratings* da Dívida Corporativa.
Órgão Reguladores (Questões Regulatórias e *Compliance*)	
Demandas e Expectativas	**Questionamentos do Bacen:** Monitoramento na elaboração das respostas e no progresso para atendimento às demandas e solução das recomendações e expectativas do Departamento de Supervisão Direta (Desup) e do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon) relativamente à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta, *suitability* e pessoas vulneráveis, relacionamento com clientes, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; **Termo de Compromisso com o Banco Central** (encerrado no 2º semestre/2021): PLDFT (Banco); e **Acordo de Concentração** (encerrado no 2º semestre/2021): Acompanhamento do compromisso firmado por ocasião da aquisição do HSBC, envolvendo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Bacen, e o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon).
Relacionamento com Órgãos Reguladores	***Compliance*:** Análise da efetividade do DCCE e demais estruturas responsáveis por garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos aplicáveis aos negócios; e **Relatórios Submetidos aos Órgãos Reguladores:** O COAUD discutiu os principais elementos dos Relatórios ICAAP e de Efetividade (Circular nº 3.978), encaminhados para o Bacen, e debateu sobre a necessidade de manter foco contínuo na qualidade e confiabilidade dos relatórios regulatórios.
Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo	**Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo:** Continuo acompanhamento quanto ao aprimoramento no gerenciamento do processo de PLD, embasado nos resultados das inspeções regulares dos órgãos internos e externos, nas melhores práticas de gestão (metodologias, ferramentas e pessoas), permitindo a atuação da Segurança Corporativa com visão centralizada de análise e despacho frente às movimentações de maior risco ocorridas nas transações de negócios e em contas correntes.
Tecnologia da Informação	
Segurança e Controles em Processos-Chave	**Implementações dos Procedimentos de Segurança no Acesso às Informações:** Bradesco e Bradesco Seguros - reuniões com o Conselho de Administração, os Departamentos gestores envolvidos no "Processo de Gestão de Acesso" e com a KPMG para acompanhar a efetividade das implementações dos procedimentos de segurança no acesso às informações (sigilosas ou não), assim como no devido encaminhamento dos sistemas departamentais para o processo de automatização, dentro da premissa custo x benefício e mitigação dos riscos de imagem e operacional; **Controles de Aplicativos e Gerais de Tecnologia Da Informação:** Gerenciamento de mudanças, segurança (lógica e física), operação computacional e registro, análise e resolução de incidentes e problemas; e ***Cyber Security*:** Continuo acompanhamento de medidas de segurança, mitigando os riscos associados.
Desenvolvimento de Sistemas - Contadoria Geral e Controladoria	**Desenvolvimento de Sistemas para a Contadoria Geral e Controladoria:** O COAUD tem monitorado e acompanhado o impacto sobre o ambiente de risco e de controle decorrente do desenvolvimento de sistemas que vão aprimorar o processo de elaboração de Demonstrações Financeiras, centralizando a base de dados, agilizando o tempo de processamento e reduzindo o volume ajustes manuais, tanto para o Banco Bradesco como para o Consolidado. O Comitê recebeu atualizações regulares sobre o avanço no programa que são fundamentais para avaliar a adequação desses processos e os benefícios associados, tais como a agilidade, tempestividade, e fidedignidade das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, o COAUD solicitou que a Auditoria Independente e a Auditoria Interna incluíssem a realização de revisões específicas direcionadas na realização de seus trabalhos, abrangendo o plano de trabalho e gerenciamento das mudanças.
Temas Emergentes e Desafios Futuros com Impacto Potencial Relevante	
GBS - IFRS 17 - Contabilidade para Contratos de Seguros	**Implementação de IFRS 17 - Contabilização de Contratos de Seguro:** O Comitê está monitorando o projeto em desenvolvimento no Grupo Bradesco Seguros - GBS voltado para a adoção dos requerimentos estabelecidos no IFRS 17, obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2023 para fins de elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas, conforme exigência do Bacen, da CVM e da SEC (mesmo que a Susep e a ANS não estabeleçam a obrigatoriedade para tais domésticos). O foco do COAUD tem sido a transição e as implicações estratégicas potenciais, tendo em conta os requisitos do novo modelo contábil para o cálculo do passivo e para o registro de receitas, cuja expectativa internacional indica serem mais amplas e culminarem com impactos estratégicos no negócio de seguros. A administração do GRS apresentou regularmente detalhes sobre o processo em andamento, incluindo o programa de transição, e indicou potenciais impactos - genéricos e qualitativos, sem condições ainda de detalhar quantitativamente - nas Demonstrações Financeiras. Essas discussões foram complementadas por debates com o Auditor Independente e envolveram também questões de interpretação na aplicação dos requerimentos da IFRS 17 para os contratos emitidos pelo GBS, identificação das áreas-chave, premissas de trabalho, design de modelos, investimento em tecnologia e infraestrutura de dados para viabilizar tal implementação. O Comitê continuará a discutir e acompanhar junto à GBS, e em reuniões periódicas com o Auditor Independente e com a Auditoria Interna, a aplicação adequada do IFRS 17 ao negócio de seguros do GBS e o impacto do IFRS 17 nas Demonstrações Financeiras, bem como monitorar a evolução das divulgações do segmento nas Demonstrações Financeiras Consolidadas (em particular quanto à transparência e comunicação para os investidores), desde a transição até a completa implementação do referido pronunciamento.
Grupo Bradesco Seguros - Passivos em IGPM	**Descasamento de Ativos e Passivos na Bradesco Seguros:** O GBS estuda alternativas para a melhor opção de gestão dos passivos atrelados ao IGPM e, adicionalmente, aos contratos que contem com cláusula que permite novas contribuições por decisão unilateral dos beneficiários, o que pode elevar o descasamento hoje existente. Entre as alternativas avaliadas, a contratação de instrumentos financeiros derivativos, e a consequente adoção de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) foi discutida pelo COAUD com o GBS e com o Auditor Independente (vide tópico específico).
ESG e Risco Climático	O COAUD tem acompanhado e avaliado permanentemente os esforços da administração para incorporar e aprimorar relatórios ESG, e particularmente questões de riscos climáticos, tendo em conta que os órgãos reguladores do Brasil e dos EUA continuam a dar atenção especial ao tema. O COAUD debateu em particular o alinhamento da estratégia da Organização Bradesco na contratação de operações de crédito e na gestão integrada de riscos, particularmente após a publicação pelo Bacen da Resolução CMN nº 4.943, que incluiu requisitos aplicáveis ao gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático na estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, e a Resolução CMN nº 4.945, com aprimoramentos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e inovando no requerimento de divulgação de informações ao público em geral, com vigência a partir de julho de 2022 - em 22 de dezembro de 2021 foi também publicada a Resolução CVM nº 59, introduzindo inovações substanciais ao requerer informações a serem prestadas a respeito de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Apesar de não identificados impactos de questões climáticas sobre as Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, o COAUD tem avaliado junto às áreas competentes o avanço dos processos necessários para o atendimento de tais demandas regulatórias. As discussões ao longo do exercício envolveram a área de Crédito, a Bradesco Asset Management (BAM), os responsáveis pela gestão da estratégia de sustentabilidade e a Controladoria e o recém criado Departamento de Sustentabilidade, responsável corporativo pela coordenação dos assuntos ESG - Ambiental, Social e de Governança.

5. CONCLUSÃO

As atividades exercidas no âmbito de gestão de riscos, compliance, e avaliação do sistema de controles internos corporativo estão adequadamente direcionadas, considerando o porte e complexidade da Organização Bradesco. O COAUD registra como positivos os esforços que vem sendo desenvolvidos para a garantia da eficiência das operações, das informações que geram os Relatórios Financeiros e Contábeis, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Relativamente às demandas do Banco Central do Brasil, o COAUD acompanha e monitora o atendimento às demandas apresentadas pelo Departamento de Supervisão de Conduta - Decon e pelo Departamento de Supervisão Direta - Desup relativas a:

- Observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta, *suitability* e pessoas vulneráveis, relacionamento com clientes, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT);
- Avanço na conclusão do Termo de Compromisso sobre PLDFT (Banco Bradesco). (Processo concluído no 2º semestre/2021), e
- Acordo de Concentração firmado na aquisição do HSBC, envolvendo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Bacen, e o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon). (Processo concluído no 2º semestre/2021).

O COAUD destaca a continua melhoria nos esforços da Diretoria Executiva para atender tempestivamente, com a qualidade requerida, os pertinentes requerimentos do Bacen, o comprometimento da Alta Administração ao liderar os processos necessários, patrocinando e apoiando as ações voltadas à plena superação dos pontos e recomendações, e adoção de procedimentos operacionais e práticas contábeis em linha com a política interna e ética empresarial da Organização Bradesco.

O Comitê de Auditoria revisou com a Diretoria Executiva as Demonstrações Financeiras auditadas da Organização Bradesco, para o exercício social findo em 31/12/2021 e discutiu com a KPMG os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) e as recomendações para aprimoramento do sistema de controles internos, incluindo gestão de riscos, governança e tecnologia da informação, bem como monitorou a execução dos trabalhos de acordo com o planejamento apresentado no início do exercício, avaliando a qualificação e independência dos auditores externos.

Relativamente aos principais itens reportados nas Demonstrações Financeiras, o COAUD, após análise e escrutínio dos relatórios apresentados pela área técnica, concordou com a conclusão da Diretoria Executiva de que:

(i) a provisão para perdas com operações de crédito é adequada, em particular face à conjuntura econômica atual e às incertezas inerentes ao presente ambiente;

(ii) as previsões, estudos e expectativas de realização do ágio e dos créditos tributários, embasadas em premissas e estimativas de rentabilidade futura, suportam a recuperabilidade de tais ativos;

(iii) a avaliação dos instrumentos financeiros considerou adequadamente os eventos que culminassem em revisão ou novos julgamentos significativos, considerando o ambiente econômico e a característica de tais ativos, e o COAUD considerou satisfatório o tratamento contábil em relação às várias questões relacionadas à classificação nas carteiras de *Trading* e *Banking*, ao reconhecimento de receitas ou perdas, e à apresentação;

(iv) para as provisões e contingências, o COAUD certificou-se quanto à integridade das bases de dados e revisou os critérios e premissas adotados para a constituição das provisões fiscais, cíveis e trabalhistas, bem como quanto às informações disponíveis para a classificação de obrigações como "provável" e o que poderia ser estimado com segurança, concordando quanto ao volume de provisão constituído e que o nível das divulgações em Notas Explicativas forneceram informações adequadas aos investidores acerca dos passivos contingentes; e

(v) para o Grupo Bradesco Seguros, confirmamos que as Provisões Técnicas são aderentes às Notas Técnicas da Susep e ANS; as Provisões Técnicas Complementares relacionadas ao descasamento de ativos e passivos em IGPM e para os efeitos decorrentes da pandemia do COVID-19 foram constituídas em bases e critérios razoáveis e coerentes, e em montantes adequados; os ativos garantidores vinculados às Reservas Técnicas (TVM e Outros Ativos) foram avaliados corretamente, com base em procedimentos tecnicamente recomendados e requeridos pelos órgãos reguladores.

O COAUD acompanha os estudos em andamento relativos às alternativas para a gestão de passivos atrelados ao IGPM, que podem envolver potencialmente a contratação de instrumentos financeiros derivativos e adoção da contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), e monitora o projeto em desenvolvimento para a implementação da IFRS 17 - Contabilidade para Contratos de Seguro, cuja adoção é obrigatório para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2023, lidando na transição e nas implicações estratégicas.

Dado o presente ambiente de negócios ainda impactado pela pandemia do COVID-19, o COAUD se concentrou na capacidade da Organização em manter todos controles internos no contexto dos desafios trazidos, implementando novo ambiente de trabalho e mantendo número significativo de funcionários trabalhando remotamente, iniciar do retorno gradual das atividades presenciais - com a observância de todos os protocolos de segurança recomendados pelo Ministério da Saúde.

Tendo em conta as tratativas com a Diretoria Executiva e a KPMG e considerando os processos subjacentes utilizados para preparar os relatórios financeiros, o COAUD entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2021 estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de forma equilibrada e compreensível, fornecendo aos acionistas as informações necessárias para a avaliação da posição financeira e do desempenho da Organização Bradesco, bem como dos aspectos relevantes do seu modelo de negócio, estratégia e riscos, e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

6. PRIORIDADES DO COAUD PARA 2022

O ambiente econômico no Brasil a partir do 3º trimestre de 2021 trouxe desafios adicionais, com aumento significativo da inflação, desemprego fechando o ano de 2021 em níveis elevados, queda no rendimento médio do brasileiro, preocupações do Mercado com a manutenção do equilíbrio fiscal, e elevação da taxa básica de juros pelo Bacen, que empreendeu política monetária mais restritiva para conter o avanço dos preços em geral. Em tal contexto, o Real continuou a apresentar desvalorização significativa em relação às principais moedas estrangeiras e a percepção de risco dos investidores em relação ao Brasil se elevou. Apesar do esperado crescimento do PIB no ano, a perspectiva para 2022 é de um período igualmente desafiador.

Além dos temas relevantes objeto de acompanhamento (destacados no capítulo 5 deste Relatório), o COAUD continuará a monitorar os impactos das mudanças no ambiente econômico e da pandemia do COVID-19, particularmente nos processos necessários para a observância dos requisitos do IFRS 9 para o cálculo da perda esperada, a implementação de mudanças regulatórias em grande escala como as relativas a ESG, e em particular as demandas do Bacen quanto ao risco climático, a adoção integral do IFRS 9 para todos os instrumentos financeiros e o tratamento tributário e de capital regulamentar, os requisitos para a completa implementação do IFRS 17 - Contratos de Seguro e a evolução das alternativas voltadas para o equilíbrio da performance do Grupo Bradesco Seguros (GBS).

Nesse contexto, o COAUD dedicará tempo significativo para entender, em particular, os impactos no resultado (*performance*) da Organização Bradesco, no ambiente de riscos e controles internos, e nos modelos utilizados para a análise e cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e para a avaliação de ativos e passivos. O Comitê discutirá cuidadosamente os principais julgamentos e premissas em relação aos cenários econômicos futuros, a razoabilidade das ponderações e julgamentos, e o impacto nas Demonstrações Financeiras e divulgações pertinentes.

Entre as ações específicas, o COAUD continuará a (i) aprimorar a comunicação com os comitês de auditoria das empresas controladas para garantir que haja um compartilhamento eficaz de conhecimentos, preocupações e respectivas soluções; (ii) monitorar a execução do Plano Anual da Auditoria Interna e do plano de trabalho da Auditoria Independente, para a consideração de ajustes necessários em virtude da evolução dos efeitos da pandemia, incluindo os riscos diretamente associados ao evento e a gestão desses riscos; (iii) buscar coordenação adequada com outros comitês do Conselho de Administração, especialmente o comitê de supervisão de risco, regulamentação e conformidade; (iv) garantir a eficácia do Comitê, levando em consideração qualquer áreas de melhoria continua e permitindo tempo suficiente para um debate de qualidade sobre os principais tópicos e questões identificados pela Auditoria Independente e Auditoria Interna.

Adicionalmente, o COAUD concentrará esforços para compreender os impactos dos novos modelos negócios e concorrentes (*Fintechs*), da transformação digital no sistema bancário brasileiro (PIX, Open Banking) e da evolução tecnológica digital (uso de Cloud e novos canais), sobretudo nos aspectos de atendimento às demandas do mercado (alinhadas à estratégia de Gerenciamento) e do Banco Central do Brasil nas questões de conduta (Atendimento a clientes, Clientes vulneráveis, e Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo), e loco na capacitação do quadro de funcionários, em especial aqueles envolvidos com as áreas de controle, riscos e auditoria interna, a fim de resguardar essas atividades e garantir a sua efetividade.

Finalmente, considerando as crescentes expectativas relacionadas a ESG com claros sinais de aceleração para o estabelecimento de requerimentos padronizados para divulgação, sejam impulsionados pelo mercado (força-tarefa ESG e Clima da SEC e a criação em novembro de 2021 do *International Sustainability Standards Board* - ISSB anunciada durante a COP-26 realizada em Glasgow), impostos pelos reguladores (Resoluções CMN nº 4.943, 4.944, e 4.945, de 2021, que tratam de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, e Resolução CVM nº 59, sobre o mesmo tema) ou em discussão por esses (a Susep publicou a Consulta Pública 44, de 2021, com minuta de Circular estabelecendo requisitos para a oferta de produtos e mensuração do desempenho das atividades e operações, com prazo para comentários até março de 2022), os requisitos relacionados à gestão de riscos e comunicações ao público em geral relativas a ESG evoluirão e aumentarão rapidamente. Diante das informações atuais, o COAUD manterá-se atento aos eventuais impactos decorrentes dos temas ESG nas Demonstrações Financeiras e ambiente de riscos. No entanto, considerando o interesse particular dos reguladores e investidores, será fundamental para o Comitê compreender a qualidade dos dados, controles internos, processos, governança e divulgação nas Demonstrações Financeiras, bem como o papel da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. Nesse contexto, continuaremos a monitorar o cenário de relatórios ESG e avaliar as implicações para a Organização, incluindo a comunicação com as partes interessadas.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 8 de fevereiro de 2022.

COMITÊ DE AUDITORIA
ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER
(Coordenador)
AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)
PAULO RICARDO S. BIANCHINI
(Membro)
JOSÉ LUIS ELIAS
(Membro)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis do Banco Bradesco S.A. (Bradesco), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, e, com base: (i) no Parecer dos Auditores Independentes, desta data; (ii) nas reuniões com os Auditores Independentes; (iii) nos relatórios do Comitê de Auditoria do Bradesco; (iv) nas análises de documentos e, substancialmente, nas informações recebidas; e (v) nas reuniões periódicas com os administradores e gestores de áreas do Bradesco, concluíram que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pelo Bradesco durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, corroborando com o julgamento do Comitê de Auditoria de que os controles internos são adequados ao porte e à complexidade de seus negócios, esses estruturados com observância das normas internas e externas a que se sujeitam e suportados por sistemas que geram os relatórios financeiros, visando a garantir eficiência operacional.

Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal são da opinião de que os documentos examinados estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária do Bradesco.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 8 de fevereiro de 2022.

Domingos Aparecido Maia | Anovaldo Pereira | José Maria Soares Nunes | Ivanyra Maura de Medeiros Correia | Cristiane Pereira

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 964

29 03 22

11,1 MILHÕES
DE EMPRESÁRIOS, DIRETORES OU C-LEVELS CONECTADOS COM A SUA EMPRESA

Reforce sua transparência e credibilidade divulgando as demonstrações financeiras do ano nos veículos mais confiáveis e de maior cobertura no segmento econômico.

Valor ECONÔMICO + O GLOBO + Valor ECONÔMICO RI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA



ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333
www.valor.com.br/valor-ri

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 965

bradesco

BANCO BRADESCO – CONSOLIDADO

31.12.2021 – R$ MILHÕES

Índice de Liquidez Corrente = ILC					
ILC =	$\frac{AC}{PC}$	=	$\frac{1.001.435}{1.025.251}$	=	0,98
Índice de Liquidez Geral = ILG					
ILG =	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	=	$\frac{1.001.435 + 625.537}{1.025.251 + 480.580^{(1)}}$	=	1,08
Grau de Endividamento Geral = GEG					
GEG =	$\frac{PC + ELP}{AT}$	=	$\frac{1.025.251 + 480.580^{(1)}}{1.653.666}$	=	0,91
Índice de Solvência Geral = SG					
SG =	$\frac{AT}{PC + ELP}$	=	$\frac{1.653.666}{1.025.251 + 480.580^{(1)}}$	=	1,10

(1) Passivo Exigível a Longo Prazo + Resultado de Exercícios Futuros.

Marcelo da Silva Rego
CPF 185.578.988-43
Contador - CRC 1SP301478/O-1

BANCO BRADESCO S.A.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Da Silva Rego.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://bradesco.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A7E-2920-0C92-A702.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Da Silva Rego.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://bradesco.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A7E-2920-0C92-A702

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 966

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 30/06/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 447

TERMO DE ABERTURA	
Nome Empresarial	BANCO BRADESCO SA
NIRE	35300027795
CNPJ	60.746.948/0001-12
Número de Ordem	447
Natureza do Livro	LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS
Município	OSASCO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	10/03/1943
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	856737

TERMO DE ENCERRAMENTO	
Nome Empresarial	BANCO BRADESCO SA
Natureza do Livro	LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS
Número de ordem	447
Quantidade total de linhas do arquivo digital	856737
Data de inicio	01/01/2021
Data de término	30/06/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 94.6D.5B.78.CE.33.25.B8.D8.73.AC.B4.3C.BF.80.C2.22.50.1F.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.9 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 967

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/07/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 448

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	BANCO BRADESCO SA
NIRE	35300027795
CNPJ	60.746.948/0001-12
Número de Ordem	448
Natureza do Livro	LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS
Município	OSASCO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	10/03/1943
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	987283

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	BANCO BRADESCO SA
Natureza do Livro	LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS
Número de ordem	448
Quantidade total de linhas do arquivo digital	987283
Data de inicio	01/07/2021
Data de término	31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C6.64.A9.59.BD.D1.EB.5B.48.7B.49.FE.60.7A.0E.0E.1C.B7.95.E6-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 968

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 8.0.9

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300027795	60.746.948/0001-12	
NOME EMPRESARIAL		
BANCO BRADESCO SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Balancetes Diários e Balanços	01/01/2021 a 30/06/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS	447
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
94.6D.5B.78.CE.33.25.B8.D8.73.AC.B4.3C.BF.80.C2.22.50.1F.AD	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
PROCURADOR	11440369844	CID DE OLIVEIRA GUIMARAES:11440369844	771033836464052548 6	16/03/2020 a 16/03/2023	Sim
CONTABILISTA	18557898843	MARCELO DA SILVA REGO:18557898843	216541277632011441 5	18/09/2020 a 18/09/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

94.6D.5B.78.CE.33.25.B8.D8.73.AC.B4.
3C.BF.80.C2.22.50.1F.AD-9

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 16/12/2021 às 16:02:46

93.12.D0.F9.7D.98.FD.06
A1.70.20.63.2D.1B.8E.52

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300027795	60.746.948/0001-12	
NOME EMPRESARIAL		
BANCO BRADESCO SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Balancetes Diários e Balanços	01/07/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS	448
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
C6.64.A9.59.BD.D1.EB.5B.48.7B.49.FE.60.7A.0E.0E.1C.B7.95.E6	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
PROCURADOR	11440369844	CID DE OLIVEIRA GUIMARAES:11440369844	771033836464052548 6	16/03/2020 a 16/03/2023	Sim
CONTABILISTA	18557898843	MARCELO DA SILVA REGO:18557898843	216541277632011441 5	18/09/2020 a 18/09/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

C6.64.A9.59.BD.D1.EB.5B.48.7B.49.FE
.60.7A.0E.0E.1C.B7.95.E6-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

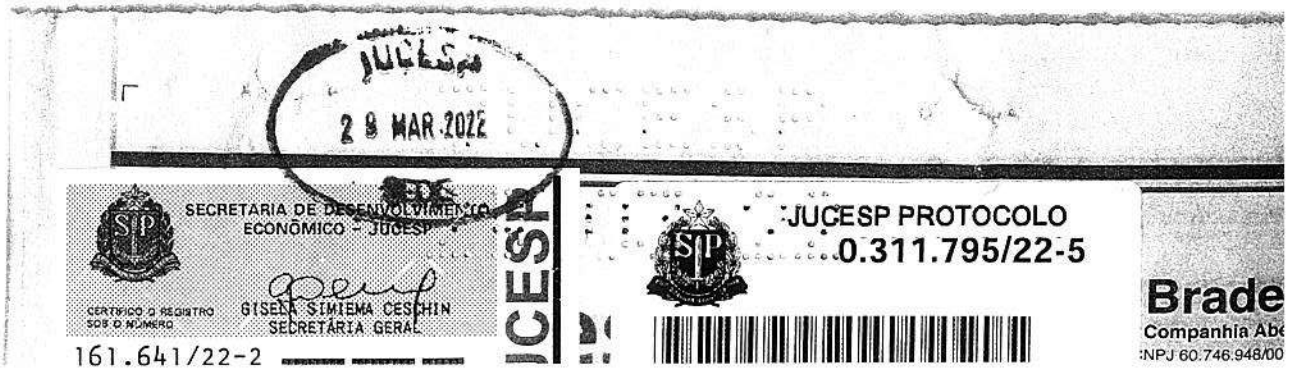
em 29/03/2022 às 08:56:36

D2.74.A7.7A.B8.38.2C.29
CB.83.45.5D.B7.66.8A.BD

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 971



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 30/06/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 447

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TOTAL DO ATIVO		R$ 2.616.829.309.755,92	R$ 2.720.020.919.923,45
CIRCULANTE		R$ 2.450.854.615.087,05	R$ 2.555.102.054.582,64
DISPONIBILIDADES		R$ 16.416.101.510,95	R$ 33.674.029.615,25
APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		R$ 249.644.625.063,23	R$ 173.475.429.511,63
APLICACOES NO MERCADO ABERTO		R$ 177.881.578.659,18	R$ 100.896.774.407,17
APLICACOES EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		R$ 71.767.799.009,09	R$ 72.595.967.948,24
(-) (PROVISOES PARA PERDAS)		R$ (4.752.605,04)	R$ (17.312.843,78)
TITS.E VAL.MOB.E INSTRUM.FINANC.DERIVATIVOS		R$ 310.857.459.700,38	R$ 366.189.369.370,72
CARTEIRA PROPRIA		R$ 170.986.989.224,81	R$ 142.638.589.176,48
VINCULADOS A COMPROMISSOS DE RECOMPRA		R$ 101.299.502.039,39	R$ 185.686.019.501,35
TITS.OBJ.DE OPERS.COMPROMIS.C/LIV.MOV.		R$ 4.071.222.267,56	R$ 2.484.493.887,58
VINCULADOS AO BANCO CENTRAL		R$ 5.252.406.446,72	R$ 0,00
MOEDAS DE PRIVATIZACAO		R$ 3.370.523,78	R$ 3.093.654,56
VINCULADOS A PRESTACAO DE GARANTIAS		R$ 6.640.382.882,65	R$ 6.310.127.988,59
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		R$ 22.603.586.315,47	R$ 29.067.045.162,16
RELACOES INTERFINANCEIRAS		R$ 92.390.699.875,95	R$ 96.384.868.536,41
PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS A LIQUIDAR		R$ 8.367.675.110,67	R$ 10.959.464.433,56
CREDITOS VINCULADOS		R$ 83.799.389.459,42	R$ 85.425.335.372,67
DEPOSITOS NO BANCO CENTRAL		R$ 83.556.029.900,53	R$ 85.169.285.768,29
SFH-SISTEMA FINANCEIRO DA HABITACAO		R$ 243.359.558,89	R$ 256.049.604,38
CORRESPONDENTES		R$ 223.635.305,86	R$ 68.730,18
RELACOES INTERDEPENDENCIAS		R$ 1.263.857.929.073,57	R$ 1.320.463.242.833,44
TRANSFERENCIAS INTERNAS DE RECURSOS		R$ 1.263.857.929.073,57	R$ 1.320.463.242.833,44
OPERACOES DE CREDITO		R$ 337.275.318.940,68	R$ 349.754.454.858,49
OPERACOES DE CREDITO		R$ 366.653.167.830,55	R$ 380.022.893.043,54
SETOR PRIVADO		R$ 366.653.167.830,55	R$ 380.022.893.043,54
OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A CESSAO		R$ 6.099.632.851,31	R$ 5.008.181.461,29
SETOR PRIVADO		R$ 6.099.632.851,31	R$ 5.008.181.461,29
(-) (PROV.P/OPER.DE CRED.DE LIQUIDACAO DUVIDOSA)		R$ (35.477.481.741,18)	R$ (35.276.619.646,34)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 94.6D.5B.78.CE.33.25.B8.D8.73.AC.B4.3C.BF.80.C2.22.50.1F.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 972

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 30/06/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 447

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) OPERACOES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ (32.054,63)	R$ 0,00
OPERACOES DE ARRENDTO.E SUBARRENDTO.A RECEBER		R$ 48.793,13	R$ 0,00
SETOR PRIVADO		R$ 48.793,13	R$ 0,00
(-) (RENDAS A APROPRIAR DE ARRENDTO.MERCANTIL)		R$ (47.799,47)	R$ 0,00
(-) (PROVISOES PRA OPERS.DE ARR.MERCANTIL)		R$ (33.048,29)	R$ 0,00
OUTROS CREDITOS		R$ 178.682.491.387,43	R$ 213.479.567.110,92
CREDITOS POR AVAIS E FIANCAS HONRADOS		R$ 146.158.439,02	R$ 284.511.413,82
CARTEIRA DE CAMBIO		R$ 28.897.260.583,45	R$ 57.976.490.445,07
RENDAS A RECEBER		R$ 7.527.934.548,61	R$ 8.122.318.758,73
NEGOCIACAO E INTERMEDIACAO DE VALORES		R$ 1.094.184.920,60	R$ 921.532.286,78
DIVERSOS		R$ 144.303.911.186,17	R$ 149.411.796.173,01
(-) (PROV.P/OUTROS CREDS.DE LIQUIDACAO DUVIDOSA)		R$ (3.286.958.290,42)	R$ (3.237.081.966,49)
OUTROS VALORES E BENS		R$ 1.730.021.589,49	R$ 1.681.092.745,78
(-) (PROVISOES PARA PERDAS)		R$ (79.364.037,76)	R$ (138.755.544,32)
OUTROS VALORES E BENS		R$ 2.501.743.044,86	R$ 2.519.615.122,00
(-) (PROVISOES PARA DESVALORIZACOES)		R$ (1.706.181.179,90)	R$ (1.721.653.240,85)
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 1.013.823.762,29	R$ 1.021.886.408,95
PERMANENTE		R$ 165.974.694.668,87	R$ 164.918.865.340,81
INVESTIMENTOS		R$ 156.237.293.120,29	R$ 155.358.025.888,99
DEPENDENCIAS NO EXTERIOR		R$ 23.952.282.267,51	R$ 22.983.775.491,84
PARTICIPACOES EM COLIGADAS E CONTROLADAS		R$ 132.827.539.469,83	R$ 132.898.337.338,33
NO PAIS		R$ 129.382.795.959,46	R$ 129.578.729.202,28
NO EXTERIOR		R$ 3.444.743.510,37	R$ 3.319.608.136,05
OUTROS INVESTIMENTOS		R$ 23.754.458,63	R$ 11.251.203,34
(-) (PROVISAO PARA PERDAS)		R$ (566.283.075,68)	R$ (535.338.144,52)
IMOBILIZADO DE USO		R$ 4.656.120.568,16	R$ 4.409.346.915,38
IMOVEIS DE USO		R$ 85.266.861,90	R$ 85.266.861,90
OUTRAS IMOBILIZACOES DE USO		R$ 10.810.337.580,14	R$ 10.557.869.791,90
(-) (DEPRECIACOES ACUMULADAS)		R$ (6.239.483.873,88)	R$ (6.233.789.738,42)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 94.6D.5B.78.CE.33.25.B8.D8.73.AC.B4.3C.BF.80.C2.22.50.1F.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 973

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 30/06/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 447

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO		R$ 32.054,63	R$ 0,00
BENS ARRENDADOS		R$ 0,00	R$ 0,00
(DEPRECIACOES ACUMULADAS)		R$ 32.054,63	R$ 0,00
INTANGIVEL		R$ 5.081.248.925,79	R$ 5.151.492.536,44
ATIVOS INTANGIVEIS		R$ 15.951.122.505,40	R$ 16.832.542.772,68
(-) (AMORTIZACAO ACUMULADA)		R$ (10.869.873.579,61)	R$ (11.681.050.236,24)
TOTAL DO PASSIVO		R$ 2.616.829.309.755,92	R$ 2.720.020.919.923,45
CIRCULANTE		R$ 2.473.126.669.614,43	R$ 2.573.532.762.859,46
DEPOSITOS		R$ 533.107.164.021,90	R$ 536.140.827.882,18
DEPOSITOS A VISTA		R$ 49.097.522.840,07	R$ 51.705.128.975,38
DEPOSITOS DE POUPANCA		R$ 136.618.884.054,15	R$ 137.261.953.946,96
DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		R$ 17.239.422.687,87	R$ 16.433.827.645,24
DEPOSITOS A PRAZO		R$ 329.838.024.767,15	R$ 330.419.053.231,50
OUTROS DEPOSITOS		R$ 313.309.672,66	R$ 320.864.083,10
CAPTACOES NO MERCADO ABERTO		R$ 263.841.545.782,79	R$ 268.204.939.168,71
CARTEIRA PROPRIA		R$ 102.534.478.586,82	R$ 183.848.512.771,01
CARTEIRA DE TERCEIROS		R$ 151.189.557.177,46	R$ 70.460.483.870,72
CARTEIRA LIVRE MOVIMENTACAO		R$ 10.117.510.018,51	R$ 13.895.942.526,98
RECURSOS DE ACEITES E EMISSAO DE TITULOS		R$ 168.633.503.955,43	R$ 156.541.388.863,01
RECS.DE L.I.,HIPOTEC., DE CREDITO E SIMILARES		R$ 164.169.819.656,08	R$ 151.720.875.268,16
OBRIG.POR TITS.E VLRS.MOBILIARIOS NO EXTERIOR		R$ 2.600.610.983,54	R$ 2.503.026.920,83
CERTIFICADOS DE OPERACOES ESTRUTURADAS		R$ 1.863.073.315,81	R$ 2.317.486.674,02
RELACOES INTERFINANCEIRAS		R$ 26.614.787.442,29	R$ 29.202.605.690,95
RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS A LIQUIDAR		R$ 25.213.177.430,23	R$ 27.570.155.051,53
CORRESPONDENTES		R$ 1.401.610.012,06	R$ 1.632.450.639,42
RELACOES INTERDEPENDENCIAS		R$ 1.270.007.985.113,73	R$ 1.326.551.720.338,73
RECURSOS EM TRANSITO DE TERCEIROS		R$ 6.490.514.908,24	R$ 6.211.380.836,84
TRANSFERENCIAS INTERNAS DE RECURSOS		R$ 1.263.517.470.205,49	R$ 1.320.340.339.501,89
OBRIGACOES POR EMPRESTIMOS		R$ 60.034.818.600,08	R$ 66.989.723.040,03
EMPRESTIMOS NO EXTERIOR		R$ 60.034.818.600,08	R$ 66.989.723.040,03

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 94.6D.5B.78.CE.33.25.B8.D8.73.AC.B4.3C.BF.80.C2.22.50.1F.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 974

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 30/06/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 447

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
OBRIGACOES P/REPASSES NO PAIS - INSTIT.OFICIAIS		R$ 23.813.375.263,50	R$ 23.498.327.253,05
TESOURO NACIONAL		R$ 112.353.760,18	R$ 134.623.201,33
BNDES		R$ 12.720.830.628,58	R$ 12.233.456.780,88
FINAME		R$ 10.979.446.421,81	R$ 11.130.124.257,14
OUTRAS INSTITUICOES		R$ 744.452,93	R$ 123.013,70
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		R$ 13.912.608.047,45	R$ 17.745.789.552,02
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		R$ 13.912.608.047,45	R$ 17.745.789.552,02
OUTRAS OBRIGACOES		R$ 113.160.881.387,26	R$ 148.657.441.070,78
COBRANCA E ARREC.DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS		R$ 548.455.445,82	R$ 7.227.743.193,77
CARTEIRA DE CAMBIO		R$ 21.709.255.202,29	R$ 46.390.034.331,80
SOCIAIS E ESTATUTARIAS		R$ 3.599.362.451,29	R$ 5.368.440.793,52
FISCAIS E PREVIDENCIARIAS		R$ 3.809.315.938,45	R$ 4.685.344.667,71
NEGOCIACAO E INTERMEDIACAO DE VALORES		R$ 850.556.777,18	R$ 814.766.523,06
(-) VALORES A ORDEM DO BANCO CENTRAL LEI 8024/90		R$ (2.817.868,41)	R$ (2.790.964,55)
DIVIDAS SUBORDINADAS		R$ 1.525.085.840,81	R$ 1.592.518.409,11
INSTRUMTOS.DE DIVIDA ELEGIVEIS A CAP		R$ 37.371.019.785,89	R$ 40.374.693.278,52
DIVERSAS		R$ 43.634.016.037,99	R$ 42.092.937.087,92
RESULTADOS DE EXERCICIOS FUTUROS		R$ 116.631.775,95	R$ 113.753.749,92
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 143.702.640.141,49	R$ 146.488.157.063,99
CAPITAL		R$ 79.100.000.000,00	R$ 83.100.000.000,00
DE DOMICILIADOS NO PAIS		R$ 78.599.113.502,32	R$ 82.576.064.073,40
DE DOMICILIADOS NO EXTERIOR		R$ 500.886.497,68	R$ 523.935.926,60
RESERVAS DE CAPITAL		R$ 11.441.258,19	R$ 11.441.258,19
RESERVAS DE LUCROS		R$ 59.405.815.492,97	R$ 61.100.337.975,64
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		R$ 5.625.897.570,93	R$ 2.502.826.851,16
(-) (ACOES EM TESOURARIA)		R$ (440.514.180,60)	R$ (226.449.021,00)

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/07/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 448

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TOTAL DO ATIVO		R$ 2.720.020.919.923,45	R$ 2.806.187.013.812,78
CIRCULANTE		R$ 2.555.102.054.582,64	R$ 2.642.139.991.047,27
DISPONIBILIDADES		R$ 33.674.029.615,25	R$ 14.635.860.101,15
APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		R$ 173.475.429.511,63	R$ 145.478.914.473,28
APLICACOES NO MERCADO ABERTO		R$ 100.896.774.407,17	R$ 65.327.201.830,76
APLICACOES EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		R$ 72.595.967.948,24	R$ 80.221.834.257,21
(-) PROVISOES PARA PERDAS)		R$ (17.312.843,78)	R$ (70.121.614,69)
TITS.E VAL.MOB.E INSTRUM.FINANC.DERIVATIVOS		R$ 366.189.369.370,72	R$ 371.482.449.008,58
CARTEIRA PROPRIA		R$ 142.638.589.176,48	R$ 117.219.378.016,62
VINCULADOS A COMPROMISSOS DE RECOMPRA		R$ 185.686.019.501,35	R$ 199.621.570.246,09
TITS.OBJ.DE OPERS.COMPROMIS.C/LIV.MOV.		R$ 2.484.493.887,58	R$ 4.295.543.943,13
VINCULADOS AO BANCO CENTRAL		R$ 0,00	R$ 324.828.888,23
MOEDAS DE PRIVATIZACAO		R$ 3.093.654,56	R$ 2.818.133,37
VINCULADOS A PRESTACAO DE GARANTIAS		R$ 6.310.127.988,59	R$ 29.827.741.384,84
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		R$ 29.067.045.162,16	R$ 20.190.568.396,30
RELACOES INTERFINANCEIRAS		R$ 96.384.868.536,41	R$ 102.591.533.648,43
PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS A LIQUIDAR		R$ 10.959.464.433,56	R$ 15.287.179.045,76
CREDITOS VINCULADOS		R$ 85.425.335.372,67	R$ 87.304.327.539,63
DEPOSITOS NO BANCO CENTRAL		R$ 85.169.285.768,29	R$ 87.055.973.444,16
SFH-SISTEMA FINANCEIRO DA HABITACAO		R$ 256.049.604,38	R$ 248.354.095,47
CORRESPONDENTES		R$ 68.730,18	R$ 27.063,04
RELACOES INTERDEPENDENCIAS		R$ 1.320.463.242.833,44	R$ 1.405.787.994.810,97
TRANSFERENCIAS INTERNAS DE RECURSOS		R$ 1.320.463.242.833,44	R$ 1.405.787.994.810,97
OPERACOES DE CREDITO		R$ 349.754.454.858,49	R$ 381.427.979.650,09
OPERACOES DE CREDITO		R$ 380.022.893.043,54	R$ 412.108.055.415,85
SETOR PRIVADO		R$ 380.022.893.043,54	R$ 412.108.055.415,85
OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A CESSAO		R$ 5.008.181.461,29	R$ 5.200.425.190,21
SETOR PRIVADO		R$ 5.008.181.461,29	R$ 5.200.425.190,21
(-) (PROV.P/OPER.DE CRED.DE LIQUIDACAO DUVIDOSA)		R$ (35.276.619.646,34)	R$ (35.880.500.955,97)
(-) OPERACOES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ (0,00)	R$ (5.879,13)
OPERACOES DE ARRENDTO.E SUBARRENDTO.A RECEBER		R$ 0,00	R$ 7.037,00
SETOR PRIVADO		R$ 0,00	R$ 7.037,00
(RENDAS A APROPRIAR DE ARRENDTO.MERCANTIL)		R$ 0,00	R$ (7.037,00)
(PROVISOES PRA OPERS.DE ARR.MERCANTIL)		R$ 0,00	R$ (5.879,13)
OUTROS CREDITOS		R$ 213.479.567.110,92	R$ 218.569.394.685,73
CREDITOS POR AVAIS E FIANCAS HONRADOS		R$ 284.511.413,82	R$ 297.316.170,97
CARTEIRA DE CAMBIO		R$ 57.976.490.445,07	R$ 39.924.913.834,10
RENDAS A RECEBER		R$ 8.122.318.758,73	R$ 11.398.719.462,55
NEGOCIACAO E INTERMEDIACAO DE VALORES		R$ 921.532.286,78	R$ 1.297.439.702,53
DIVERSOS		R$ 149.411.796.173,01	R$ 168.785.530.825,11
(-) (PROV.P/OUTROS CREDS.DE LIQUIDACAO DUVIDOSA)		R$ (3.237.081.966,49)	R$ (3.134.525.309,53)
OUTROS VALORES E BENS		R$ 1.681.092.745,78	R$ 2.165.870.548,17
(-) (PROVISOES PARA PERDAS)		R$ (138.755.544,32)	R$ (323.982.459,81)
OUTROS VALORES E BENS		R$ 2.519.615.122,00	R$ 2.295.066.418,53
(-) (PROVISOES PARA DESVALORIZACOES)		R$ (1.721.653.240,85)	R$ (1.671.168.372,51)
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 1.021.886.408,95	R$ 1.865.954.961,96
PERMANENTE		R$ 164.918.865.340,81	R$ 164.047.022.765,51
INVESTIMENTOS		R$ 155.358.025.888,99	R$ 155.436.878.242,39
DEPENDENCIAS NO EXTERIOR		R$ 22.983.775.491,84	R$ 25.892.507.238,00
PARTICIPACOES EM COLIGADAS E CONTROLADAS		R$ 132.898.337.338,33	R$ 130.042.248.176,95
NO PAIS		R$ 129.578.729.202,28	R$ 126.314.767.833,83
NO EXTERIOR		R$ 3.319.608.136,05	R$ 3.727.480.343,12
OUTROS INVESTIMENTOS		R$ 11.251.203,34	R$ 11.280.903,34
(-) (PROVISAO PARA PERDAS)		R$ (535.338.144,52)	R$ (509.158.075,90)
IMOBILIZADO DE USO		R$ 4.409.346.915,38	R$ 4.352.890.246,14
IMOVEIS DE USO		R$ 85.266.861,90	R$ 8.529.004,37
OUTRAS IMOBILIZACOES DE USO		R$ 10.557.869.791,90	R$ 10.371.008.130,10
(-) (DEPRECIACOES ACUMULADAS)		R$ (6.233.789.738,42)	R$ (6.026.646.888,33)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO		R$ 0,00	R$ 13.132,79
BENS ARRENDADOS		R$ 0,00	R$ 322,01
(DEPRECIACOES ACUMULADAS)		R$ 0,00	R$ 12.810,78
INTANGIVEL		R$ 5.151.492.536,44	R$ 4.257.241.144,19
ATIVOS INTANGIVEIS		R$ 16.832.542.772,68	R$ 16.243.953.394,50
(-) (AMORTIZACAO ACUMULADA)		R$ (11.681.050.236,24)	R$ (11.986.712.250,31)
TOTAL DO PASSIVO		R$ 2.720.020.919.923,45	R$ 2.806.187.013.812,78
CIRCULANTE		R$ 2.573.532.762.859,46	R$ 2.659.066.003.051,56
DEPOSITOS		R$ 536.140.827.882,18	R$ 543.505.321.616,83
DEPOSITOS A VISTA		R$ 51.705.128.975,38	R$ 54.024.446.655,17
DEPOSITOS DE POUPANCA		R$ 137.261.953.946,96	R$ 139.017.059.911,13
DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		R$ 16.433.827.645,24	R$ 18.636.069.739,69
DEPOSITOS A PRAZO		R$ 330.419.053.231,50	R$ 331.513.591.854,82
OUTROS DEPOSITOS		R$ 320.864.083,10	R$ 314.153.456,02
CAPTACOES NO MERCADO ABERTO		R$ 268.204.939.168,71	R$ 258.929.705.103,21
CARTEIRA PROPRIA		R$ 183.848.512.771,01	R$ 195.680.971.536,20
CARTEIRA DE TERCEIROS		R$ 70.460.483.870,72	R$ 45.635.959.594,03
CARTEIRA LIVRE MOVIMENTACAO		R$ 13.895.942.526,98	R$ 17.612.773.972,98
RECURSOS DE ACEITES E EMISSAO DE TITULOS		R$ 156.541.388.863,01	R$ 188.758.137.391,83
RECS.DE L.I.,HIPOTEC., DE CREDITO E SIMILARES		R$ 151.720.875.268,16	R$ 183.174.125.773,82
OBRIG.POR TITS.E VLRS.MOBILIARIOS NO EXTERIOR		R$ 2.503.026.920,83	R$ 2.792.325.035,58
CERTIFICADOS DE OPERACOES ESTRUTURADAS		R$ 2.317.486.674,02	R$ 2.791.686.582,43
RELACOES INTERFINANCEIRAS		R$ 29.202.605.690,95	R$ 36.640.204.438,32
RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS A LIQUIDAR		R$ 27.570.155.051,53	R$ 35.394.752.321,34
CORRESPONDENTES		R$ 1.632.450.639,42	R$ 1.245.452.116,98
RELACOES INTERDEPENDENCIAS		R$ 1.326.551.720.338,73	R$ 1.411.880.930.893,55
RECURSOS EM TRANSITO DE TERCEIROS		R$ 6.211.380.836,84	R$ 6.340.894.268,71
TRANSFERENCIAS INTERNAS DE RECURSOS		R$ 1.320.340.339.501,89	R$ 1.405.540.036.624,84
OBRIGACOES POR EMPRESTIMOS		R$ 66.989.723.040,03	R$ 67.707.713.885,38
EMPRESTIMOS NO PAIS - INSTITUICOES OFICIAIS		R$ 0,00	R$ 1.010.273.885,59
EMPRESTIMOS NO EXTERIOR		R$ 66.989.723.040,03	R$ 66.697.439.999,79
OBRIGACOES P/REPASSES NO PAIS - INSTIT.OFICIAIS		R$ 23.498.327.253,05	R$ 23.723.429.376,88
TESOURO NACIONAL		R$ 134.623.201,33	R$ 292.455.060,16
BNDES		R$ 12.233.456.780,88	R$ 11.656.864.497,47
FINAME		R$ 11.130.124.257,14	R$ 11.773.848.629,12
OUTRAS INSTITUICOES		R$ 123.013,70	R$ 261.190,13
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		R$ 17.745.789.552,02	R$ 9.988.090.079,58
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		R$ 17.745.789.552,02	R$ 9.988.090.079,58
OUTRAS OBRIGACOES		R$ 148.657.441.070,78	R$ 117.932.470.265,98
COBRANCA E ARREC.DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS		R$ 7.227.743.193,77	R$ 510.062.893,43
CARTEIRA DE CAMBIO		R$ 46.390.034.331,80	R$ 22.857.738.187,39
SOCIAIS E ESTATUTARIAS		R$ 5.368.440.793,52	R$ 413.487.478,79
FISCAIS E PREVIDENCIARIAS		R$ 4.685.344.667,71	R$ 4.473.423.604,61
NEGOCIACAO E INTERMEDIACAO DE VALORES		R$ 814.766.523,06	R$ 761.878.249,47
FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO		R$ 0,00	R$ 442.906,57
(-) (-) VALORES A ORDEM DO BANCO CENTRAL CENTRAL LEI 8024/90		R$ (2.790.964,55)	R$ (1.290.877,59)
DIVIDAS SUBORDINADAS		R$ 1.592.518.409,11	R$ 1.652.460.243,37
INSTRUMTOS.DE DIVIDA ELEGIVEIS A CAP		R$ 40.374.693.278,52	R$ 46.552.618.809,79
DIVERSAS		R$ 42.092.937.087,92	R$ 40.597.830.528,25
RESULTADOS DE EXERCICIOS FUTUROS		R$ 113.753.749,92	R$ 113.818.241,90
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 146.488.157.063,99	R$ 147.121.010.761,22
CAPITAL		R$ 83.100.000.000,00	R$ 83.100.000.000,00
DE DOMICILIADOS NO PAIS		R$ 82.576.064.073,40	R$ 82.576.064.073,40
DE DOMICILIADOS NO EXTERIOR		R$ 523.935.926,60	R$ 523.935.926,60
RESERVAS DE CAPITAL		R$ 11.441.258,19	R$ 11.441.258,19
RESERVAS DE LUCROS		R$ 61.100.337.975,64	R$ 67.670.899.191,84
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		R$ 2.502.826.851,16	R$ (2.994.627.732,81)
(-) (ACOES EM TESOURARIA)		R$ (226.449.021,00)	R$ (666.701.956,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C6.64.A9.59.BD.D1.EB.5B.48.7B.49.FE.60.7A.0E.0E.1C.B7.95.E6-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 976

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Nº 2022/058541

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....:	MARCELO DA SILVA REGO
REGISTRO .....:	1SP301478/O-1
CATEGORIA ....:	CONTADOR
CPF .....:	185.578.988-43

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: São Paulo, 16/05/2022 às 14:10:12

Válido até: 14/08/2022

Código de Controle: 4852.7589.2825.6584

Para verificar a autenticidade deste documento, consulte o site do CRCSP.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 30/06/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 447

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
LUCRO LIQUIDO (PREJUIZO LIQUIDO)		R$ 9.658.435.832,77	R$ 12.127.061.508,46
RECEITAS DA INTERMEDIACAO FINANCEIRA		R$ 48.806.295.705,59	R$ 47.927.344.662,39
OPERACOES DE CREDITO		R$ 30.166.774.655,43	R$ 30.559.378.989,17
OPERACOES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ 2.916.793,98	R$ 1.973.342,85
RESULTADO DE OPER.C/TITS.E VALORES MOBILIARIOS		R$ 13.624.701.917,02	R$ 11.905.374.784,56
RESULTADO C/INSTRUM.FINANC. DERIVATIVOS		R$ (314.863.543,09)	R$ 1.911.828.675,65
RESULTADO DAS OPERACOES DE CAMBIO		R$ 4.271.269.949,48	R$ 3.720.958.428,91
RESULTADO DAS APLICACOES COMPULSORIAS		R$ 745.196.651,54	R$ 937.998.200,12
OPERS. DE VDA.OU DE TRANSF.DE AT.FINANCEIROS		R$ 405.141.135,60	R$ 480.434.747,10
(-) DESPESAS DA INTERMEDIACAO FINANCEIRA		R$ (25.927.395.317,96)	R$ (25.481.513.824,27)
(-) OPERACOES DE CAPTACOES NO MERCADO		R$ (11.259.341.046,62)	R$ (13.468.863.826,25)
(-) OPERACOES DE EMPRESTIMOS E REPASSES		R$ (1.926.786.001,41)	R$ (1.447.688.539,17)
(-) OPERACOES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ (2.585.497,77)	R$ (1.921.157,97)
(-) RESULTADO DAS OPERACOES DE CAMBIO		R$ (4.523.874.439,75)	R$ (4.068.120.303,23)
(-) OPERS. DE VDA.OU DE TRANSF.DE AT.FINANCEIROS		R$ (94.841.854,37)	R$ (1.590.602.505,97)
(-) PROVISAO PARA CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA		R$ (8.214.808.332,41)	R$ (6.494.919.997,65)
(-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (10.632.502.246,28)	R$ (6.936.653.592,91)
RECEITAS DE PRESTACAO DE SERVICOS		R$ 4.873.851.677,71	R$ 5.039.619.821,98
RENDAS DE TARIFAS BANCARIAS		R$ 4.927.493.848,96	R$ 4.812.735.336,15
(-) DESPESAS DE PESSOAL		R$ (8.424.965.107,36)	R$ (7.918.537.225,05)
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (10.346.245.365,92)	R$ (9.880.244.508,08)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R$ (2.581.276.613,47)	R$ (2.382.078.005,41)
RESULTADO DE PARTIC. EM COLIGADAS E CONTROLADAS		R$ 2.889.254.008,46	R$ 3.909.013.163,77
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 5.967.298.962,99	R$ 6.039.459.675,29
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (7.937.913.657,65)	R$ (6.556.621.851,56)
RECEITAS NAO OPERACIONAIS		R$ 265.251.152,45	R$ 181.689.972,80
(-) DESPESAS NAO OPERACIONAIS		R$ (466.984.871,77)	R$ (277.951.975,65)
(-) RESULTADO NAO OPERACIONAL		R$ (201.733.719,32)	R$ (96.262.002,85)
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUICAO SOCIAL		R$ 936.621.666,96	R$ (1.540.222.904,98)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 94.6D.5B.78.CE.33.25.B8.D8.73.AC.B4.3C.BF.80.C2.22.50.1F.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 978

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 30/06/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 447

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) ATIVO FISCAL DIFERIDO-IMP.E CONTRIBUICOES		R$ (3.322.850.256,22)	R$ (1.745.630.828,92)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 94.6D.5B.78.CE.33.25.B8.D8.73.AC.B4.3C.BF.80.C2.22.50.1F.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 979

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/07/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 448

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
LUCRO LIQUIDO (PREJUIZO LIQUIDO)		R$ 12.127.061.508,46	R$ 9.818.625.885,24
RECEITAS DA INTERMEDIACAO FINANCEIRA		R$ 47.927.344.662,39	R$ 60.221.712.935,89
OPERACOES DE CREDITO		R$ 30.559.378.989,17	R$ 35.606.005.496,19
OPERACOES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ 1.973.342,85	R$ 2.202.642,88
RESULTADO DE OPER.C/TITS.E VALORES MOBILIARIOS		R$ 11.905.374.784,56	R$ 18.265.916.777,26
(-) RESULTADO C/INSTRUM.FINANC. DERIVATIVOS		R$ 1.911.828.675,65	R$ (1.002.247.239,26)
RESULTADO DAS OPERACOES DE CAMBIO		R$ 3.720.958.428,91	R$ 5.377.935.808,85
RESULTADO DAS APLICACOES COMPULSORIAS		R$ 937.998.200,12	R$ 2.167.505.822,47
OPERS. DE VDA.OU DE TRANSF.DE AT.FINANCEIROS		R$ 480.434.747,10	R$ 1.036.809.417,03
(-) DESPESAS DA INTERMEDIACAO FINANCEIRA		R$ (25.481.513.824,27)	R$ (47.068.798.558,72)
(-) OPERACOES DE CAPTACOES NO MERCADO		R$ (13.468.863.826,25)	R$ (29.643.147.835,24)
(-) OPERACOES DE EMPRESTIMOS E REPASSES		R$ (1.447.688.539,17)	R$ (9.020.290.826,08)
(-) OPERACOES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ (1.921.157,97)	R$ (2.009.128,78)
(-) RESULTADO DAS OPERACOES DE CAMBIO		R$ (4.068.120.303,23)	R$ (1.756.791.360,82)
(-) OPERS. DE VDA.OU DE TRANSF.DE AT.FINANCEIROS		R$ (1.590.602.505,97)	R$ (1.232.415.789,53)
(-) PROVISAO PARA CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA		R$ (6.494.919.997,65)	R$ (6.646.559.407,80)
(-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (6.936.653.592,91)	R$ (4.131.123.940,98)
RECEITAS DE PRESTACAO DE SERVICOS		R$ 5.039.619.821,98	R$ 5.729.673.703,41
RENDAS DE TARIFAS BANCARIAS		R$ 4.812.735.336,15	R$ 4.887.063.610,88
(-) DESPESAS DE PESSOAL		R$ (7.918.537.225,05)	R$ (8.648.585.822,68)
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (9.880.244.508,08)	R$ (10.611.826.051,29)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R$ (2.382.078.005,41)	R$ (1.984.615.565,27)
RESULTADO DE PARTIC. EM COLIGADAS E CONTROLADAS		R$ 3.909.013.163,77	R$ 9.258.139.570,61
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 6.039.459.675,29	R$ 3.408.288.946,00
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (6.556.621.851,56)	R$ (6.169.262.332,64)
RECEITAS NAO OPERACIONAIS		R$ 181.689.972,80	R$ 246.753.572,06
(-) DESPESAS NAO OPERACIONAIS		R$ (277.951.975,65)	R$ (404.845.096,76)
(-) RESULTADO NAO OPERACIONAL		R$ (96.262.002,85)	R$ (158.091.524,70)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUICAO SOCIAL		R$ (1.540.222.904,98)	R$ 1.128.060.312,01

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C6.64.A9.59.BD.D1.EB.5B.48.7B.49.FE.60.7A.0E.0E.1C.B7.95.E6-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 980

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/07/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 448

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) ATIVO FISCAL DIFERIDO-IMP.E CONTRIBUICOES		R$ (1.745.630.828,92)	R$ (173.133.338,26)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C6.64.A9.59.BD.D1.EB.5B.48.7B.49.FE.60.7A.0E.0E.1C.B7.95.E6-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

BANCO BRADESCO – CONSOLIDADO

31.12.2021 – R$ MILHÕES

Índice de Liquidez Corrente = ILC					
ILC =	AC / PC	=	1.001.435 / 1.025.251	=	0,98
Índice de Liquidez Geral = ILG					
ILG =	(AC + RLP) / (PC + ELP)	=	(1.001.435 + 625.537) / (1.025.251 + 480.580[1])	=	1,08
Grau de Endividamento Geral = GEG					
GEG =	(PC + ELP) / AT	=	(1.025.251 + 480.580[1]) / 1.653.666	=	0,91
Índice de Solvência Geral = SG					
SG =	AT / (PC + ELP)	=	1.653.666 / (1.025.251 + 480.580[1])	=	1,10

(1) Passivo Exigível a Longo Prazo + Resultado de Exercícios Futuros.

Marcelo da Silva Rego
CPF 185.578.988-43
Contador - CRC 1SP301478/O-1

BANCO BRADESCO S.A.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Da Silva Rego.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://bradesco.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A7E-2920-0C92-A702.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Da Silva Rego.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://bradesco.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A7E-2920-0C92-A702.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 982

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Bradesco. Para verificar as assinaturas clique no link: https://bradesco.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0A7E-2920-0C92-A702 ou vá até o site https://bradesco.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0A7E-2920-0C92-A702

Hash do Documento

9BA8E8DACADC7F5E59D63DA98FE686F0869FEB8943586DC557D27745D76DB3C1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/03/2022 é(são) :

- Marcelo Da Silva Rego (SUPERINTENDENTE EXECUTIVO) - 185.578.988-43 em 10/03/2022 08:57 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300027795	60.746.948/0001-12	

NOME EMPRESARIAL
BANCO BRADESCO SA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Balancetes Diários e Balanços	01/07/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS	448

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
C6.64.A9.59.BD.D1.EB.5B.48.7B.49.FE.60.7A.0E.0E.1C.B7.95.E6

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
PROCURADOR	11440369844	CID DE OLIVEIRA GUIMARAES:11440369844	771033836464052548 6	16/03/2020 a 16/03/2023	Sim
CONTABILISTA	18557898843	MARCELO DA SILVA REGO:18557898843	216541277632011441 5	18/09/2020 a 18/09/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

C6.64.A9.59.BD.D1.EB.5B.48.7B.49.FE
.60.7A.0E.0E.1C.B7.95.E6-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 29/03/2022 às 08:56:36

D2.74.A7.7A.B8.38.2C.29
CB.83.45.5D.B7.66.8A.BD

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 8.0.9

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300027795	60.746.948/0001-12	

NOME EMPRESARIAL
BANCO BRADESCO SA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Balancetes Diários e Balanços	01/01/2021 a 30/06/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS	447

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
94.6D.5B.78.CE.33.25.B8.D8.73.AC.B4.3C.BF.80.C2.22.50.1F.AD

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
PROCURADOR	11440369844	CID DE OLIVEIRA GUIMARAES:11440369844	771033836464052548 6	16/03/2020 a 16/03/2023	Sim
CONTABILISTA	18557898843	MARCELO DA SILVA REGO:18557898843	216541277632011441 5	18/09/2020 a 18/09/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

94.6D.5B.78.CE.33.25.B8.D8.73.AC.B4.
3C.BF.80.C2.22.50.1F.AD-9

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 16/12/2021 às 16:02:46

93.12.D0.F9.7D.98.FD.06
A1.70.20.63.2D.1B.8E.52

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/07/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 448

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	BANCO BRADESCO SA
NIRE	35300027795
CNPJ	60.746.948/0001-12
Número de Ordem	448
Natureza do Livro	LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS
Município	OSASCO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	10/03/1943
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	987283

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	BANCO BRADESCO SA
Natureza do Livro	LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS
Número de ordem	448
Quantidade total de linhas do arquivo digital	987283
Data de inicio	01/07/2021
Data de término	31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C6.64.A9.59.BD.D1.EB.5B.48.7B.49.FE.60.7A.0E.0E.1C.B7.95.E6-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: BANCO BRADESCO SA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 30/06/2021 CNPJ: 60.746.948/0001-12

Número de Ordem do Livro: 447

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	BANCO BRADESCO SA
NIRE	35300027795
CNPJ	60.746.948/0001-12
Número de Ordem	447
Natureza do Livro	LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS
Município	OSASCO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	10/03/1943
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	856737

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	BANCO BRADESCO SA
Natureza do Livro	LIVRO BALANCETES DIARIOS E BALANCOS
Número de ordem	447
Quantidade total de linhas do arquivo digital	856737
Data de inicio	01/01/2021
Data de término	30/06/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 94.6D.5B.78.CE.33.25.B8.D8.73.AC.B4.3C.BF.80.C2.22.50.1F.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 987

BANCO CENTRAL DO BRASIL

IF.data

Relatórios | Idioma/Language

Dados selecionados

Selecione o relatório desejado

Data-base: 09/2021 | Tipo de instituição: Conglomerados Prudenciais e Instituições Independentes | Relatório: Resumo

Resumo

Valores monetários em R$ mil

Informações com base nos documentos entregues até: 22/11/2021

CSV | Composição de Colunas | Composição de Colunas em PDF

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
BB - PRUDENCIAL	b1	S1	I	1	BRASILIA	DF	09/2021	1.959.470.213	745.401.380	1.822.459.745	1.551.411.782	137.010.468	4.634.106	167.786.026	19,34%	14,80%	3.988	719
ITAU - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.935.715.336	768.483.906	1.785.602.454	1.330.043.047	150.112.883	5.982.861	161.098.702	14,71%	17,58%	2.904	958
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PRUDENCIAL	b1	S1	I	1	BRASILIA	DF	09/2021	1.485.966.190	845.013.915	1.409.426.772	1.223.556.036	76.539.418	2.832.540	123.031.986	20,77%	12,85%	3.377	895
BRADESCO - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	OSASCO	SP	09/2021	1.448.810.802	580.194.074	1.301.190.429	1.042.575.018	147.620.373	6.653.242	141.772.638	15,18%	29,42%	3.112	1.388
SANTANDER - PRUDENCIAL	b1	S1	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	983.517.695	447.470.397	899.622.991	694.928.033	83.894.703	4.445.068	85.679.408	14,30%	15,71%	2.609	1.953
BNDES - PRUDENCIAL	b4	S2	I	1	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	724.573.230	298.895.433	605.505.614	211.633.753	119.067.616	11.254.526	182.208.695	37,47%	6,47%	5	0
BTG PACTUAL - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	366.008.028	96.561.392	328.138.811	263.173.293	37.869.217	1.743.180	36.249.231	16,06%	30,99%	39	0
SAFRA - PRUDENCIAL	b1	S2	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	238.333.042	101.729.739	223.172.843	191.310.586	15.160.199	593.053	21.114.446	14,23%	32,92%	120	4
CITIBANK - PRUDENCIAL	b1	S2	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	137.400.578	25.476.698	126.673.850	70.825.673	10.726.728	320.767	10.517.740	16,98%	2,54%	57	8
VOTORANTIM - PRUDENCIAL	b1	S2	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	120.368.338	65.154.349	108.264.802	84.832.872	12.103.535	377.770	12.359.250	15,66%	17,80%	9	29
BANRISUL - PRUDENCIAL	b1	S2	I	1	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	101.668.567	38.701.792	92.919.417	77.735.865	8.749.150	156.602	6.831.201	14,46%	11,41%	520	127
JP MORGAN CHASE - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	101.198.589	4.303.514	94.563.630	61.886.757	6.634.959	218.394	6.620.902	14,05%	1,16%	9	0
BCO COOPERATIVO SICREDI - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	98.206.707	16.479.631	95.702.310	88.750.811	2.504.397	30.297	2.091.621	13,20%	4,79%	7	0
CIELO - PRUDENCIAL	n4		I	2	BARUERI	SP	09/2021	89.516.718	61.234	76.610.976	3.997.643	12.905.741	266.827	NA	NA	NA	1	0
XP INVESTIMENTOS CCTVM S/A - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	88.188.534	10.547.461	83.517.954	62.966.349	4.670.579	-62.344	3.683.130	15,25%	4,82%	6	0

bradesco

Cálculo do Índice de Basileia

Banco Bradesco S.A., instituição financeira sediada na Cidade de Deus s/nº - Vila Yara – Osasco – SP, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, DECLARA, para os devidos fins, o índice de Basileia, demonstrado no período abaixo,

Valores expressos em R$ mil
Data-Base: **30/09/2021**

$$IB \quad \frac{PR \times 100}{RWA}$$

Onde:
IB = Índice de Basileia
PR = Patrimônio de Referência
RWA = Ativo Ponderado pelo Risco

$$IB \quad \frac{141.772.638 \times 100}{933.991.202} = \mathbf{15,18\%}$$

Marcelo da Silva Rego
CPF 185.578.988-43
Contador - CRC 1SP301478/O-1

BANCO BRADESCO S.A.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Da Silva Rego.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://bradesco.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CB61-9F37-6F10-EAEC.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Da Silva Rego.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://bradesco.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CB61-9F37-6F10-EAEC.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 989

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Bradesco. Para verificar as assinaturas clique no link: https://bradesco.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CB61-9F37-6F10-EAEC ou vá até o site https://bradesco.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CB61-9F37-6F10-EAEC

Hash do Documento

52ADF1CE0517B3D765823265EA12B712B81997CACE0E8F720FD583719A65F456

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/12/2021 é(são) :

☑ Marcelo Da Silva Rego (SUPERINTENDENTE EXECUTIVO) - 185.578.988-43 em 09/12/2021 17:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 7826131 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 02/06/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

BANCO BRADESCO SA, CNPJ: 60.746.948/0001-12, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 3 de junho de 2022.

PEDIDO N°: ***0057795313***

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

A Diretoria de Apoio Técnico da Secretaria da Primeira Instância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – SPI 3, atendendo a solicitação de

BANCO BRADESCO SA
CNPJ 60.746.948/0001-12

CERTIFICA, para fins de Concorrência Pública, Licitação Pública, Cadastro, Financiamento, que as certidões de distribuição cível expedidas pela internet, ou pelos distribuidores nas comarcas do interior, abrangem todos os feitos de 1ª instância cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as comarcas do Estado de São Paulo, de acordo com o período indicado na certidão.

CERTIFICA que as certidões de distribuição criminal possuem abrangência estadual e são expedidas pela internet. Caso o pesquisado tenha completado a maioridade penal antes da data de informatização do Foro/Comarca de interesse, será necessário solicitar a certidão junto ao distribuidor da Comarca, exceto na capital, pois a certidão abrange os feitos não cadastrados no sistema informatizado. A data de informatização consta do Comunicado SPI nº 22/2019.

CERTIFICA ainda que as certidões de execuções criminais possuem abrangência estadual, mas são necessárias duas certidões: Execuções Criminais – SAJ PG5 e Execuções Criminais SIVEC, ambas expedidas pela internet. A certidão de Execuções Criminais-SIVEC positiva será expedida somente pelo ofício/Vara de Execução Criminal no qual tramita a execução criminal.

CERTIFICA, finalmente, que as certidões solicitadas pela internet ou presencialmente, possuem assinatura digital, nos termos do Comunicado SPI nº 23/2016. Esta certidão é expedida gratuitamente e é válida para todas as comarcas do Estado, em face da base de dados de todos os distribuidores estarem integradas para fins de certidão.

Esta certidão é expedida gratuitamente e é válida para todas as comarcas do Estado, em face da base de dados de todos os distribuidores estarem integradas para fins de certidão.

Prazo de validade desta certidão: 90 dias.

São Paulo, **05 de Maio de 2022**

Acesse https://extrajudicial.tjsp.jus.br/certidao/originalidade para consultar a originalidade deste documento. 605973984

A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA – DICOGE 1 CERTIFICA, atendendo solicitação formulada por **BANCO BRADESCO SA,** inscrita no **CNPJ** sob nº **60.746.948/0001-12**, para fins de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA/LICITAÇÃO PÚBLICA/OUTRAS FINALIDADES,** que as Unidades a seguir relacionadas prestam os Serviços Extrajudiciais de Tabelião de Notas, Tabelião de Protesto de Letras e Títulos, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica e Registro Civil das Pessoas Naturais na **COMARCA DE OSASCO**:

- 1º TABELIÃO DE NOTAS DA COMARCA DE OSASCO
  - Avenida João Batista - nº 239 - 6097100
  - Responsável: CARLOS ALEXANDRE RIATO ARAUJO
- 2º TABELIÃO DE NOTAS DA COMARCA DE OSASCO
  - Praça Padroeira do Brasil - nº 231 - 6010090
  - Responsável: MARCO ANTÔNIO RIBEIRO TURA
- 3º TABELIÃO DE NOTAS DA COMARCA DE OSASCO
  - Rua Dona Primitiva Vianco - nº 886 - 6016008
  - Responsável: DINARTE DE OLIVEIRA
- 4º TABELIÃO DE NOTAS DA COMARCA DE OSASCO
  - Rua Cônego Afonso - nº 101 - 6080010
  - Responsável: ELZA DE FARIA RODRIGUES
- TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE OSASCO
  - Avenida Santo Antonio - nº 2153 - 3º Andar - 6083215
  - Responsável: YRECE SAMPAIO TRENCH
- 1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE OSASCO
  - Avenida Santo Antônio - nº 1986 - 6083200
  - Responsável: LOURIVAL GONÇALVES DE OLIVEIRA
- 2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE OSASCO
  - AV HILARIO PEREIRA DE SOUZA - nº 492 - SALA 3001 ANEXO TORRE 2 30 PAV

Acesse https://extrajudicial.tjsp.jus.br/certidao/originalidade para consultar a originalidade deste documento. 32823777

- 6010170
    - Responsável: RUY VERIDIANO PATU REBELLO PINHO
- OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DO 1º SUBDISTRITO DA SEDE DA COMARCA DE OSASCO
    - Avenida João Batista - nº 259 - 6097100
    - Responsável: ALEXANDRA LEAL MUSA
- OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 2º SUBDISTRITO DA SEDE DA COMARCA DE OSASCO
    - Rua Pedro Fioretti - nº 240 - 6013070
    - Responsável: GELSEN ANDRADE ADDARIO

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. São Paulo, 03 de Junho de 2022.-

Acesse https://extrajudicial.tjsp.jus.br/certidao/originalidade para consultar a originalidade deste documento. 322823777

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins junto a Órgãos Públicos e Empresas Públicas ou Privadas, que o BANCO DO BRADESCO S/A, inscrito no CNPJ Nº. 60.746.948/0001-12, com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Prédio Novo, Bairro: Vila Yara, Osasco – SP, CEP nº. 06029-900 é a instituição financeira que centraliza as operações financeiras desta Prefeitura Municipal de João Pessoa, dentre os produtos e serviços prestados destacamos:

1 – Realização de Folha de Pagamento dos servidores Públicos Ativos, Inativos e Pensionistas da Administração Direta e Indireta, hoje com mais de 34.000 pagamentos/mês;

2 – Realização do pagamento aos fornecedores;

3 – Realização de Empréstimos Consignados;

4 – Instalação/Manutenção de postos de atendimento bancário e eletrônico em nossas dependências.

Destacamos também, a qualidade do atendimento prestado aos servidores do município com um bom relacionamento entre as partes.

Obs.: Para efeitos de aceitação, validamos o ATESTADO por 12 (doze) meses da data de sua emissão.

João Pessoa/PB, 17 de agosto de 2021

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário de Administração

GOVERNO DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

GOVPE - Declaração

Processo SEI nº 0001200212.000388/2022-00

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para os devidos fins de comprovação junto a Órgãos Públicos e Empresas Públicas ou Privadas, que o BANCO BRADESCO S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, s/n, Vila Vara, Osasco, São Paulo, é a instituição financeira que centraliza as Operações Financeiras deste Governo do Estado de Pernambuco, dentre outros produtos e serviços prestados, destacamos: I -Realização da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Ativos, Inativos e Pensionistas da Administração Direta e Indireta, hoje com mais de 264.354 pagamento/mês; 11 -Realização de Empréstimos Consignados; 111 - Instalação e Manutenção de Agências, Postos de Atendimento Bancário e Eletrônico em nossas dependências, conforme Contrato de Prestação de Serviços, sob o Registro nº 050/2021, de 06/09/2021, com a vigência de 01/02/2022 até 01/02/2027. Local de execução: Pernambuco. Certificamos que os trabalhos realizados apresentaram pleno êxito na sua execução, atendendo plenamente aos objetivos e condições contratuais dentro dos prazos estabelecidos, a qualidade do atendimento prestado aos servidores do Estado com um bom relacionamento entre as partes, sem registro de qualquer fato que possa desabonar a sua conduta ética e profissional. Este ATESTADO terá validade por um prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua emissão.

Recife, 14 de junho de 2022.

MARÍLIA RAQUEL SIMÕES LINS
Secretária de Administração
Secretaria de Administração
Estado de Pernambuco

Documento assinado eletronicamente por **MARILIA RAQUEL SIMOES LINS**, em 14/06/2022, às 14:08, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25112735** e o código CRC **5FAFA382**.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Av. Antônio de Goes, 194, - Bairro Pina, Recife/PE - CEP 51010-000, Telefone: (81) 3183-7600

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins junto a Órgãos Públicos e Empresas Públicas ou Privadas, que o BANCO BRADESCO S/A, inscrito no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara – Osasco – SP, é a Instituição Financeira que Centraliza as Operações Financeiras deste Governo Estadual, prestando Produtos e Serviços, dentre os quais destacamos:

1– **Realização da Folha de Pagamento** dos Servidores Públicos Ativos (efetivos, em comissão e comissionados, Inativos e Deputados), hoje com mais de R$ 515.000.000,00 (quinhentos e quinze milhões de reais) em pagamentos por mês;

2 - **Realização de Empréstimos Consignados**;

3 – **Instalação de Agência e Posto de Atendimento Eletrônico** instalados em Dependências desta Secretaria da Fazenda e em outras Unidades Gestoras pertencentes à estrutura administrativa do governo;

4 – **Realização do Pagamento aos fornecedores**;

5 – **Arrecadação e repasse dos tributos Municipais**, sendo estes no padrão Febraban;

Atestamos ainda, que o presente refere-se ao contrato com vigência de 11/10/2018 até 11/10/2023.

Destacamos também, a qualidade do atendimento prestado aos funcionários e a esta prefeitura com um bom relacionamento entre as partes.

OBS: Para efeitos de aceitação, validamos o ATESTADO por 12 (doze) meses da data de sua emissão.

Fortaleza (CE), 02 de setembro de 2021

JOSE GARRIDO BRAGA NETO:65880692353 Assinado de forma digital por JOSE GARRIDO BRAGA NETO:65880692353
Dados: 2021.09.02 16:29:44 -03'00'

José Garrido Braga Neto
Coordenador de Gestão Financeira – COGEF

À SENHORA
SAMANTA AMARAL MIRANDA
Gerente de Negócios do Poder Público
BRADESCO S/A.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **60.746.948/0001-12**
Razão Social: **BANCO BRADESCO S.A.**

Atividade Econômica Principal:

6422-1/00 - BANCOS MÚLTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL

Endereço:

NUCLEO CIDADE DE DEUS, S/N - VILA YARA - Osasco / São Paulo

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Documento(s) de Habilitação - BANCO BRADESCO (0864052) SEI 2021.011045 / pg. 998

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/07/2022 13:06:42

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **BANCO BRADESCO S.A.**
CNPJ: **60.746.948/0001-12**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

DECLARAÇÕES

UASG 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Pregão Eletrônico Nº 40312022

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Porte da Empresa
60.746.948/0001-12	BANCO BRADESCO S.A.	Demais (Diferente de ME/EPP)

Data Declarações: 21/07/2022 17:14 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

Imprimir o Relatório

Fechar

Relatório de Declarações - COMPRASNET (0864053) SEI 2021.011045 / pg. 1001

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **60.746.948/0001-12**
Razão Social: **BANCO BRADESCO S.A.**

Atividade Econômica Principal:

6422-1/00 - BANCOS MÚLTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL

Endereço:

NUCLEO CIDADE DE DEUS, S/N - VILA YARA - Osasco / São Paulo

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1002

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**60.746.948/0001-12**	DUNS®:	**897410106**
Razão Social:	**BANCO BRADESCO S.A.**		
Nome Fantasia:	**BRADESCO EST UNIF**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**13/09/2022**

Dados do Nível

Situação do Nível:	**Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa:	**Demais**		
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA**	MEI:	**Não**
Capital Social:	**R$ 87.100.000.000,00**	Data de Abertura da Empresa:	**02/03/1943**
CNAE Primário:	**6422-1/00 - BANCOS MÚLTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL**		
CNAE Secundário 1:	**8211-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO**		

Dados para Contato

CEP:	**06.029-900**
Endereço:	**NUCLEO CIDADE DE DEUS, S/N - VILA YARA**
Município / UF:	**Osasco / São Paulo**
Telefone:	**(11) 36845122**
E-mail:	**gounellaservicos@uol.com.br**

Dados do Responsável Legal

CPF:	**088.897.978-94**
Nome:	**OSWALDO TADEU FERNANDES**

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:	**277.519.108-87**
Nome:	**OSVALDO APARECIDO GOUNELLA**
E-mail:	**gounellaservicos@uol.com.br**

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1003

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1004

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: **226.475.114-20**
Nome: **FERNANDO ANTONIO TENORIO**
Número do Documento: **2.000.108** Órgão Expedidor: **SSP-PE**
Data de Expedição: **17/01/2003** Data de Nascimento: **13/06/1961**
Filiação Materna: **MARLISE TENORIO DE ALBUQUERQUE**
Estado Civil: **Casado(a)**

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: **Não** CPF: **346.004.264-87**
Nome: **MARIA DO SOCORRO CORDEIRO**
Carteira de Identidade: **58.607.124-6** Órgão Expedidor: **SSP/PE**
Data de Expedição: **02/05/2014**

CEP: **06.030-016**
Endereço: **AVENIDA DR MARTIN LUTHER KING, 1999 - APARTAMENTO 82 -**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 87589124**
E-mail: **4864.tenorio@bradesco.com.br**

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: **126.285.468-76**
Nome: **ALEXANDRE CESAR PINHEIRO QUERCIA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **17/06/1972**
Filiação Materna: **IZALTINA PINHEIRO QUERCIA**
Estado Civil:
CEP: **05.363-000**
Endereço: **AVENIDA OTACILIO TOMANIK, 343 - APTO 104 C - POLO POLI**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 34562466**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1005

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: **062.643.218-93**
Nome: **LEANDRO JOSE DINIZ**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **02/11/1966**
Filiação Materna: **MARIA JOSE DA FREIRIA DINIZ**
Estado Civil:
CEP: **05.415-020**
Endereço: **RUA DR VIRGILIO DE CARVALHO PINTO, 106 - 13 ANDAR - PINHEIROS**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 45519684**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 4

CPF: **076.818.858-03**
Nome: **DENISE PAULI PAVARINA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **14/04/1963**
Filiação Materna: **THEREZINHA PAULI PAVARINA**
Estado Civil:
CEP: **04.509-001**
Endereço: **RUA JACQUES FELIX, 450 - AP 101 B - VILA NOVA CONCEICAO**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 31674827**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 5

CPF: **248.468.208-58**
Nome: **EURICO RAMOS FABRI**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **29/09/1972**
Filiação Materna: **MARIA HELENA RAMOS FABRI**
Estado Civil:
CEP: **05.472-000**
Endereço: **RUA ROBERTO CALDAS KERR, 151 - APTO 31 ED AROEIRA - ALTO DE**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 36845603**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1006

Dados do Sócio/Administrador 6

CPF: **005.908.058-27**
Nome: **ANDRE RODRIGUES CANO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **22/07/1958**
Filiação Materna: **CLAUDETTE RODRIGUES CANO**
Estado Civil:
CEP: **06.029-900**
Endereço: **NUCLEO CIDADE DE DEUS, S N - P VERMELHO 4 ANDAR - VILA YARA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 83392828**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 7

CPF: **250.319.028-68**
Nome: **LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **06/10/1951**
Filiação Materna: **THEREZA TRABUCO CAPPI**
Estado Civil:
CEP: **06.029-900**
Endereço: **OUTROS OTR CIDADE DE DEUS, S N - DIRETORIA - VILA YARA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 36844011**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 8

CPF: **809.141.447-15**
Nome: **EDILSON DIAS DOS REIS**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **26/12/1971**
Filiação Materna: **ELENICE DIAS DOS REIS**
Estado Civil:
CEP: **06.539-095**
Endereço: **ALAMEDA DAS ROSAS, 432 - RESIDENCIAL 6 - ALPHAVILLE**
Município / UF: **Santana de Parnaíba / São Paulo**
Telefone: **(11) 95829631**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1007

Dados do Sócio/Administrador 9

CPF: **851.955.538-15**
Nome: **ANTONIO CARLOS MELHADO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **02/06/1959**
Filiação Materna: **DIRCE LUIZA MELHADO**
Estado Civil:
CEP: **06.539-130**
Endereço: **ALAMEDA GIRASSOIS, 1216 - RESIDENCIAL 6 - ALPHAVILLE**
Município / UF: **Santana de Parnaíba / São Paulo**
Telefone: **(11) 96420228**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 10

CPF: **149.114.048-84**
Nome: **PAULO EDUARDO WAACK**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **21/03/1970**
Filiação Materna: **HELGA SUZANA WAACK**
Estado Civil:
CEP: **04.645-050**
Endereço: **RUA JOAO OTAVIO DOS SANTOS, 151 - CHACARA MTE ALEGRE**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 71270944**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 11

CPF: **965.442.017-15**
Nome: **GUILHERME MULLER LEAL**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **12/11/1967**
Filiação Materna: **RENILDA SIMOES LEAL**
Estado Civil:
CEP: **04.530-001**
Endereço: **RUA DOUTOR RENATO PAES DE BARROS, 901 - 152 - ITAIM BIBI**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 98934811**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1008

Dados do Sócio/Administrador 12

CPF: **148.965.118-75**
Nome: **KLAYTON TOMAZ DOS SANTOS**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **22/02/1969**
Filiação Materna: **ONDINA TOMAZ DOS SANTOS**
Estado Civil:
CEP: **05.542-000**
Endereço: **RUA BERNARDO DOS SANTOS, 10 - 82 TORRE BETA - JARDIM OLIMPIA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 95177269**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 13

CPF: **062.947.708-66**
Nome: **MOACIR NACHBAR JUNIOR**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **05/04/1965**
Filiação Materna: **WALDOMIRA PEREIRA NACHBAR**
Estado Civil:
CEP: **06.030-316**
Endereço: **ALAMEDA FLAMBOYANT (JARDIM LORIAN), 139 - CASA - ADALGISA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 86970495**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 14

CPF: **282.548.640-04**
Nome: **ALEXANDRE DA SILVA GLUHER**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **14/08/1960**
Filiação Materna: **LECY DA SILVA GLUHER**
Estado Civil:
CEP: **06.029-900**
Endereço: **OUTROS OTR CIDADE DE DEUS, S N - PD VERMELHO 4 ANDAR - VILA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 76432046**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1009

Dados do Sócio/Administrador 15

CPF: **723.191.357-15**
Nome: **ALBERTO DO NASCIMENTO LEMOS**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **06/01/1962**
Filiação Materna: **FERNANDA DO NASCIMENTO LEMOS**
Estado Civil:
CEP: **22.776-070**
Endereço: **AVENIDA FLAMBOYANTS, 300 - BL 4 APTO 1501 - BARRA DA TIJUCA**
Município / UF: **Rio de Janeiro / Rio de Janeiro**
Telefone: **(21) 96266673**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 16

CPF: **387.789.395-34**
Nome: **MANOEL GUEDES DE ARAUJO NETO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **01/10/1966**
Filiação Materna: **LUCIA MARIA GUEDES DE ARAUJO**
Estado Civil:
CEP: **06.543-605**
Endereço: **ALAMEDA AQUILA, 52 - GENESIS 1 - ALPHAVILLE**
Município / UF: **Santana de Parnaíba / São Paulo**
Telefone: **(11) 36419608**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 17

CPF: **009.224.238-30**
Nome: **JEFFERSON RICARDO ROMON**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **22/03/1962**
Filiação Materna: **MARIA CHICALER ROMON**
Estado Civil:
CEP: **06.542-230**
Endereço: **ALAMEDA PITANGUEIRAS, 78 - RES GENESIS II - ALPHAVILLE**
Município / UF: **Santana de Parnaíba / São Paulo**
Telefone: **(11) 99832373**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1010

Dados do Sócio/Administrador 18

CPF: **083.858.728-33**
Nome: **ANTONIO JOSE DA BARBARA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **21/12/1968**
Filiação Materna: **BERTA ADELAIDE SONIM DA BARBARA**
Estado Civil:
CEP: **04.513-080**
Endereço: **RUA MARCOS LOPES, 189 - APTO 121 - VILA NOVA CONCEICAO**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 81366415**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 19

CPF: **059.348.278-63**
Nome: **GLAUCIMAR PETICOV**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **18/03/1963**
Filiação Materna: **ATTILIA FARIA PETICOV**
Estado Civil:
CEP: **01.243-001**
Endereço: **RUA SERGIPE, 309 - 10 - CONSOLACAO**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(75) 99485804**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 20

CPF: **641.036.099-15**
Nome: **EDILSON WIGGERS**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **03/08/1968**
Filiação Materna: **MARIA DO SOCORRO WIGGERS**
Estado Civil:
CEP: **04.103-030**
Endereço: **AVENIDA ARMANDO FERRENTINI, 285 - APTO 121 - ACLIMACAO**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 89839237**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1011

Dados do Sócio/Administrador 21

CPF: **048.844.738-09**
Nome: **WALKIRIA SCHIRRMEISTER MARCHETTI**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **01/11/1960**
Filiação Materna: **NOEMEA SCHIRRMEISTER**
Estado Civil:
CEP: **05.460-001**
Endereço: **RUA ANTONIO DE GOUVEIA GIUDICE, 1011 - ALTO DE PINHEIROS**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 87201451**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 22

CPF: **095.407.008-92**
Nome: **JOSE SERGIO BORDIN**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **26/02/1969**
Filiação Materna: **TEREZA CANHE BORDIN**
Estado Civil:
CEP: **05.468-020**
Endereço: **RUA COELHO DE CARVALHO, 220 - APTO 84 - ALTO DA LAPA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 57814523**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 23

CPF: **044.745.768-37**
Nome: **OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **18/07/1963**
Filiação Materna: **ELZA MENEGUETTI DE LAZARI**
Estado Civil:
CEP: **06.029-900**
Endereço: **OUTROS OTR CIDADE DE DEUS PREDIO PRATA 2 ANDAR, DEF -**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 41530591**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1012

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 24

CPF: **268.676.278-03**
Nome: **JOSE AUGUSTO RAMALHO MIRANDA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **28/01/1980**
Filiação Materna: **MARINA RAMALHO MIRANDA**
Estado Civil:
CEP: **04.522-020**
Endereço: **ALAMEDA DOS JAUNAS, 49 - 3 ANDAR - MOEMA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 54845000**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 25

CPF: **192.221.224-53**
Nome: **ANDRE BERNARDINO DA CRUZ FILHO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **11/06/1959**
Filiação Materna: **ALAIDE CARNEIRO DA CRUZ**
Estado Civil:
CEP: **01.421-000**
Endereço: **ALAMEDA ITU, 483 - APTO 162 - CERQUEIRA CESAR**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 43298364**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 26

CPF: **094.166.058-32**
Nome: **EDMIR JOSE DOMINGUES**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **29/05/1969**
Filiação Materna: **RUTH CLARINHA OLIVIERI DOMINGUES**
Estado Civil:
CEP: **05.056-020**
Endereço: **RUA CROATA, 451 - APTO. 62 - LAPA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 96522365**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1013

Dados do Sócio/Administrador 27

CPF: **225.472.338-35**
Nome: **CARLOS LEIBOWICZ**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **31/12/1970**
Filiação Materna: **SILVIA LEA OREMANER**
Estado Civil:
CEP: **04.538-080**
Endereço: **RUA HORACIO LAFER, 120 - 27O ANDAR - JARDIM PAULISTA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 99749489**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 28

CPF: **337.092.034-49**
Nome: **LAYETTE LAMARTINE AZEVEDO JUNIOR**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **18/08/1961**
Filiação Materna: **MADELINE FERREIRA LAMARTINE**
Estado Civil:
CEP: **06.539-090**
Endereço: **ALAMEDA MARINGA, 250 - RESIDENCIAL 12**
Município / UF: **Santana de Parnaíba / São Paulo**
Telefone: **(11) 87149701**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 29

CPF: **063.415.178-90**
Nome: **ROGERIO PEDRO CAMARA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **05/10/1963**
Filiação Materna: **MARIA AUGUSTA CAMARA**
Estado Civil:
CEP: **04.640-020**
Endereço: **RUA CASSIANO RICARDO, 160 - CASA 02 - JARDIM CORDEIRO**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 41950949**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1014

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 30

CPF: **135.834.253-91**
Nome: **JOSE GOMES FERNANDES**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **27/03/1960**
Filiação Materna: **NOEMIA GOMES DE FREITAS**
Estado Civil:
CEP: **06.030-302**
Endereço: **ALAMEDA SIBIPIRUNA, 167 - AP 254 JOSEFINA - ADALGISA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 60755994**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 31

CPF: **624.211.314-72**
Nome: **JOSE RAMOS ROCHA NETO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **08/12/1968**
Filiação Materna: **MARIA TEREZA MACHADO GUIMARAES ROCHA**
Estado Civil:
CEP: **06.543-120**
Endereço: **ALAMEDA AUSTRALIA, 579 - TAMBORE 2 - ALPHAVILLE**
Município / UF: **Santana de Parnaíba / São Paulo**
Telefone: **(11) 86124432**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 32

CPF: **044.470.098-62**
Nome: **MAURICIO MACHADO DE MINAS**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **01/07/1959**
Filiação Materna: **NEUZA TEREZA RODRIGUES CRUZ DE MINAS**
Estado Civil:
CEP: **05.642-001**
Endereço: **AVENIDA JOSE GALANTE, 650 - APTO 181 - MORUMBI**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 99813509**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1015

Dados do Sócio/Administrador 33

CPF: **005.645.288-89**
Nome: **DELVAIR FIDENCIO DE LIMA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **16/12/1959**
Filiação Materna: **GUIOMAR RIBEIRO SILVA**
Estado Civil:
CEP: **04.018-033**
Endereço: **RUA HUMBERTO I, 193 - APTO 131 - VILA MARIANA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(16) 96435402**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 34

CPF: **056.897.388-75**
Nome: **AMADEU EMILIO SUTER NETO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **17/01/1965**
Filiação Materna: **ALCIDIA FLORA SUTER**
Estado Civil:
CEP: **30.180-120**
Endereço: **RUA ALVARENGA PEIXOTO, 711 - QPTO 1004 - LOURDES**
Município / UF: **Belo Horizonte / Minas Gerais**
Telefone: **(14) 97887533**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 35

CPF: **089.419.738-05**
Nome: **MARCOS APARECIDO GALENDE**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **09/05/1967**
Filiação Materna: **MARIA MERCES GALENDE**
Estado Civil:
CEP: **06.026-090**
Endereço: **RUA DR PAULO FERRAZ DA COSTA AGUIAR, 1600 - APTO 151 TORRE G**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 63805428**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1016

Dados do Sócio/Administrador 36

CPF: **516.862.529-00**
Nome: **JOSE ROBERTO GUZELA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **07/02/1967**
Filiação Materna: **NEREIDE MARIA GUZELA**
Estado Civil:
CEP: **04.705-070**
Endereço: **RUA DOUTOR PASCHOAL IMPERATRIZ, 50 - APTO 171 - BROOKLIN**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(19) 71485632**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 37

CPF: **002.744.798-77**
Nome: **CARLOS ALBERTO ALASTICO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **09/06/1960**
Filiação Materna: **BENEDITA DE OLIVEIRA ALASTICO**
Estado Civil:
CEP: **06.030-016**
Endereço: **AVENIDA MARTIN LUTHER KING, 2009 - APTO 31 - VILA YARA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 73443181**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 38

CPF: **088.897.978-94**
Nome: **OSWALDO TADEU FERNANDES**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **20/10/1970**
Filiação Materna: **HELENA MARIA LIMA FERNANDES**
Estado Civil:
CEP: **06.056-320**
Endereço: **RUA AVEDIZ KAMALAKIAN, 277 - CITY BUSSOCABA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 71750199**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1017

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 39

CPF: **338.666.355-91**
Nome: **CESAR CABUS BERENGUER SILVANY**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **18/12/1964**
Filiação Materna: **ROSA MARIA CABUS**
Estado Civil:
CEP: **81.200-452**
Endereço: **RUA PROF PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 3635 - APT 1301 BL A -**
Município / UF: **Curitiba / Paraná**
Telefone: **(41) 87422943**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 40

CPF: **360.668.504-15**
Nome: **MARCELO DE ARAUJO NORONHA**
Número do Documento: **56.163.018-5** Órgão Expedidor: **SSP/PE**
Data de Expedição: **28/02/2012** Data de Nascimento: **10/08/1965**
Filiação Materna: **ADELIA DE SOUZA LEITE DE ARAUJO**
Estado Civil: **Casado(a)**

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: **Não** CPF: **744.610.444-91**
Nome: **JULIANA MADEIRA CAMPOS NORONHA**
Carteira de Identidade: **4.392.713** Órgão Expedidor: **SSP/PE**
Data de Expedição: **27/12/1995**

CEP: **06.029-900**
Endereço: **AREA CIDADE DE DEUS PREDIO VERMELHO, S/N - 4 ANDAR - VILA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 96242863**
E-mail: **marcelo.noronha@bradesco.com.br**

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1018

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 41

CPF: **116.362.538-81**
Nome: **CARLOS WAGNER FIRETTI**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **05/11/1968**
Filiação Materna: **MARIA APARECIDA DE LOURDES MINUTTI FIRETTI**
Estado Civil:
CEP: **04.008-070**
Endereço: **RUA LUIZ GOTTSCHALK, 151 - APTO 131 MS - VILA MARIANA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 87149388**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 42

CPF: **274.447.478-90**
Nome: **MARLOS FRANCISCO DE SOUZA ARAUJO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **26/07/1977**
Filiação Materna: **MARLENE DE SOUZA ARAUJO**
Estado Civil:
CEP: **05.409-000**
Endereço: **RUA CAPOTE VALENTE, 281 - JARDIM AMERICA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 92070147**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 43

CPF: **059.012.418-86**
Nome: **ANDRE FERREIRA GOMES**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **18/07/1968**
Filiação Materna: **VERA LUCIA FASSINA GOMES**
Estado Civil:
CEP: **06.030-302**
Endereço: **ALAMEDA SIBIPIRUNA, 121 - APTO 242 - ADALGISA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 92943323**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1019

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 44

CPF: **732.669.659-49**
Nome: **FERNANDO FREIBERGER**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **28/11/1971**
Filiação Materna: **MARINES CALLIARI FREIBERGER**
Estado Civil:
CEP: **04.513-100**
Endereço: **AVENIDA HELIO PELEGRINO, 720 - APTO 151 A - VILA NOVA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 93443007**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 45

CPF: **082.633.238-27**
Nome: **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **28/07/1968**
Filiação Materna: **MARIA ANTONIETTA FOGLIANO SCARPELLI**
Estado Civil:
CEP: **06.029-900**
Endereço: **AVENIDA YARA DIRETORIA EXECUTIVA, S NO - PREDIO VERMELHO -**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 96382747**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 46

CPF: **112.458.198-79**
Nome: **ANTONIO DAISSUKE TOKURIKI**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **03/12/1968**
Filiação Materna: **YOKO TOKURIKI**
Estado Civil:
CEP: **04.042-003**
Endereço: **AVENIDA DR ALTINO ARANTES, 692 - APTO 141 - VILA CLEMENTINO**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 76100057**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1020

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 47

CPF: **044.972.398-45**
Nome: **JOAO CARLOS GOMES DA SILVA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **20/01/1961**
Filiação Materna: **GENI BERTOLDO DA SILVA**
Estado Civil:
CEP: **06.030-016**
Endereço: **AVENIDA DOUTOR MARTIN LUTHER KING, 2009 - APTO 61 -**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 36847336**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 48

CPF: **018.098.157-97**
Nome: **PAULO ROBERTO ANDRADE DE AGUIAR**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **12/09/1973**
Filiação Materna: **MARILZA ANDRADE DE AGUIAR**
Estado Civil:
CEP: **04.619-001**
Endereço: **RUA GABRIELE DANNUNZIO, 530 - 162 - CAMPO BELO**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(21) 99731973**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 49

CPF: **985.598.697-00**
Nome: **ROBERTO MEDEIROS PAULA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **21/07/1968**
Filiação Materna: **LUZIA MEDEIROS DE PAULA**
Estado Civil:
CEP: **04.521-002**
Endereço: **RUA CANARIO, 639 - AP 22 - MOEMA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 92456521**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1021

Dados do Sócio/Administrador 50

CPF: **091.881.378-64**
Nome: **ROBERTO FRANCA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **27/04/1969**
Filiação Materna: **LOURDES DOS SANTOS FRANCA**
Estado Civil:
CEP: **05.417-020**
Endereço: **RUA SIMAO ALVARES, 656 - APTO 122 - PINHEIROS**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 89770094**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 51

CPF: **091.302.478-37**
Nome: **EDSON MARCELO MORETO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **16/01/1970**
Filiação Materna: **NEUZA FERREIRA MORRETO**
Estado Civil:
CEP: **04.078-012**
Endereço: **AVENIDA DIVINO SALVADOR, 651 - APTO 151 - INDIANOPOLIS**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 73135979**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 52

CPF: **633.628.309-78**
Nome: **ADEMIR APARECIDO CORREA JUNIOR**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **11/07/1969**
Filiação Materna: **AIFA NASSER DE MELO CORREA**
Estado Civil:
CEP: **06.473-084**
Endereço: **AVENIDA SETUBAL, 108 - ALPHAVILLE CONDE II**
Município / UF: **Barueri / São Paulo**
Telefone: **(41) 37797244**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1022

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 53

CPF: **213.131.738-78**
Nome: **FERNANDO HONORATO BARBOSA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **24/04/1979**
Filiação Materna: **TEREZA HONORATO BARBOSA**
Estado Civil:
CEP: **01.259-010**
Endereço: **RUA CAPITAL FEDERAL, 475 - APTO 22 - PERDIZES**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 87149676**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 54

CPF: **011.710.097-80**
Nome: **CARLOS HENRIQUE VILLELA PEDRAS**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **20/09/1971**
Filiação Materna: **LAURITA VILLELA PEDRAS**
Estado Civil:
CEP: **04.567-002**
Endereço: **RUA ARIZONA, 664 - 102 - BROOKLIN**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(21) 97436164**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 55

CPF: **116.088.168-50**
Nome: **NAIRO JOSE MARTINELLI VIDAL JUNIOR**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **26/12/1969**
Filiação Materna: **DULCE SCARPELLI MARTINELLI VIDAL**
Estado Civil:
CEP: **04.285-080**
Endereço: **RUA FAUSTO, 404 - APTO 221 - IPIRANGA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 75938831**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1023

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 56

CPF: **106.943.838-30**
Nome: **ROBERTO DE JESUS PARIS**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **15/09/1972**
Filiação Materna: **SUELI VILLELA PARIS**
Estado Civil:
CEP: **06.029-900**
Endereço: **NUCLEO BRADESCO NUCLEO CIDADE DE DEUS EXECU, SN - PR**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 82820117**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 57

CPF: **867.743.957-91**
Nome: **BRUNO D AVILA MELO BOETGER**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **17/06/1967**
Filiação Materna: **LENIAN D AVILA MELO BOETGER**
Estado Civil:
CEP: **06.029-900**
Endereço: **NUCLEO CIDADE DE DEUS, SN - PREDIO VERMELHO 4 AN - VILA YARA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 36814011**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 58

CPF: **580.065.169-87**
Nome: **ALTAIR LUIZ GUARDA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **25/04/1967**
Filiação Materna: **ANAIR GUARDA**
Estado Civil:
CEP: **04.117-091**
Endereço: **RUA FRANCISCO CRUZ, 448 - APTO 151 - VILA MARIANA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 83836629**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1024

Dados do Sócio/Administrador 59

CPF: **212.782.698-19**
Nome: **JULIO CARDOSO PAIXAO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **05/12/1977**
Filiação Materna: **NEUZA MARIA CARDOSO PAIXAO**
Estado Civil:
CEP: **05.465-050**
Endereço: **RUA MASSACA, 231 - APTO 81 BL BEAUNE - ALTO DE PINHEIROS**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 72943357**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 60

CPF: **410.502.744-15**
Nome: **ROMERO GOMES DE ALBUQUERQUE**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **04/06/1966**
Filiação Materna: **ANTONIETA GOMES DE ALBUQUERQUE**
Estado Civil:
CEP: **06.030-003**
Endereço: **AVENIDA DR MARTIN LUTHER KING, 1284 - APTO 151 - UMUARAMA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 81082128**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 61

CPF: **874.683.289-00**
Nome: **NILTON PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **21/05/1975**
Filiação Materna: **DACYLIA VIEIRA DOS SANTOS**
Estado Civil:
CEP: **04.511-060**
Endereço: **RUA CORONEL ARTUR DE PAULA FERREIRA, 132 - VILA NOVA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 89112022**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1025

Dados do Sócio/Administrador 62

CPF: **655.029.307-34**
Nome: **VASCO AZEVEDO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **30/03/1961**
Filiação Materna: **VERA MARIA MEDEIROS AZEVEDO**
Estado Civil:
CEP: **71.660-020**
Endereço: **SETOR SHIS QI 23 CONJUNTO 02 CASA, 04 - LAGO SUL**
Município / UF: **BRASÍLIA / Distrito Federal**
Telefone: **(61) 34670007**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 63

CPF: **106.815.368-70**
Nome: **ALEXANDRE PANICO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **07/04/1969**
Filiação Materna: **ALZIRA PINTO DIAS PANICO**
Estado Civil:
CEP: **06.543-025**
Endereço: **ALAMEDA TAITI, 301 - CONDOMINIO TAMBORE II - TAMBORE**
Município / UF: **Santana de Parnaíba / São Paulo**
Telefone: **(11) 50400704**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 64

CPF: **129.380.218-28**
Nome: **JEFERSON RICARDO GARCIA HONORATO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **31/08/1972**
Filiação Materna: **MARIA VITALINA HONORATO GARCIA**
Estado Civil:
CEP: **06.020-060**
Endereço: **RUA MANOEL JOSE DE SANTANA, 160 - APTO. 41 - ED. TAPUIA - VILA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 95371103**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1026

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 65

CPF: **829.357.189-68**
Nome: **MARCOS DANIEL BOLL**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **11/04/1972**
Filiação Materna: **LIDIA BOLL**
Estado Civil:
CEP: **06.543-255**
Endereço: **AVENIDA JEQUITIBA, 300 - TAMBORE**
Município / UF: **Santana de Parnaíba / São Paulo**
Telefone: **(41) 98981311**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 66

CPF: **135.349.248-60**
Nome: **JOSE LEANDRO BORGES**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **03/04/1970**
Filiação Materna: **MARGARIDA LEANDRO BORGES**
Estado Civil:
CEP: **01.240-001**
Endereço: **RUA MARANHAO, 949 - 2O ANDAR APTO 21 - HIGIENOPOLIS**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 89586214**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 67

CPF: **131.133.338-06**
Nome: **TELMA MARIA DOS SANTOS CALURA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **12/07/1969**
Filiação Materna: **LUCILIA DE ANDRADE SANTOS**
Estado Civil:
CEP: **14.110-000**
Endereço: **AVENIDA ALAMEDA OLHOS D AGUA, 300 - QUADRA 2 LOTE 27 -**
Município / UF: **Ribeirão Preto / São Paulo**
Telefone: **(75) 92570000**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1027

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 68

CPF: **021.821.317-44**
Nome: **LEANDRO DE MIRANDA ARAUJO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **11/12/1971**
Filiação Materna: **LIVIA DE MIRANDA ARAUJO**
Estado Civil:
CEP: **01.425-001**
Endereço: **RUA GUARARA, 329 - APTO 31 - JARDIM EUROPA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 56413108**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 69

CPF: **177.778.598-70**
Nome: **RUY CELSO ROSA FILHO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **27/11/1977**
Filiação Materna: **MARIA TERESA DA SILVA ROSA**
Estado Civil:
CEP: **05.717-250**
Endereço: **RUA ITAJARA, 67 - APTO 74 BL 2 - VILA ANDRADE**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 94728792**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 70

CPF: **009.942.667-66**
Nome: **DEBORAH D AVILA PEREIRA CAMPANI SANTANA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **27/01/1970**
Filiação Materna: **LUIZA HELENA D AVILA PEREIRA CAMPANI**
Estado Civil:
CEP: **24.230-230**
Endereço: **RUA DOUTOR HEROTIDES DE OLIVEIRA, 109 - BLOCO A APTO 1101 -**
Município / UF: **Niterói / Rio de Janeiro**
Telefone: **(21) 99918557**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1028

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 71

CPF: **117.234.298-99**
Nome: **ANDRE LUIS DUARTE DE OLIVEIRA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **17/12/1971**
Filiação Materna: **CECILIA RIBEIRO DUARTE DE OLIVEIRA**
Estado Civil:
CEP: **05.014-000**
Endereço: **RUA MONTE ALEGRE, 238 - APTO 202 - PERDIZES**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 91723099**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 72

CPF: **808.842.887-49**
Nome: **ANDRE VITAL SIMONI WANDERLEY**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **14/09/1965**
Filiação Materna: **MARIA AUXILIADORA SIMONI WANDERLEY**
Estado Civil:
CEP: **01.243-001**
Endereço: **RUA SERGIPE, 618 - AP 12 - HIGIENOPOLIS**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 89041400**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 73

CPF: **168.964.128-28**
Nome: **ROGERIO HUFFENBAECHER**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **05/11/1972**
Filiação Materna: **NEUSA MARIA AL AHJ HUFFENBAECHER**
Estado Civil:
CEP: **13.076-540**
Endereço: **CONDOMINIO AV SAO SALVADOR 314, 314 - APTO 212 - TAQUARAL**
Município / UF: **Campinas / São Paulo**
Telefone: **(11) 76982104**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1029

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 74

CPF: **074.432.258-81**
Nome: **RENATA GEISER MANTARRO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **27/08/1967**
Filiação Materna: **MARIA JOSE MORAES GEISER**
Estado Civil:
CEP: **06.706-085**
Endereço: **RUA BARTOLOMEU BUENO DA SILVA, 105 - SAO PAULO II**
Município / UF: **Cotia / São Paulo**
Telefone: **(11) 98272906**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 75

CPF: **743.268.809-53**
Nome: **RUBIA BECKER**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **23/09/1974**
Filiação Materna: **HILDA BECKER**
Estado Civil:
CEP: **06.026-090**
Endereço: **RUA DR PAULO FERRAZ DA COSTA AGUIAR, 1380 - APTO 332**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(41) 99179801**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 76

CPF: **178.193.728-18**
Nome: **JULIO CESAR JOAQUIM**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **11/10/1975**
Filiação Materna: **MARIA JOSE PINHEIRO JOAQUIM**
Estado Civil:
CEP: **06.470-060**
Endereço: **ALAMEDA EQUADOR, 165 - RESIDENCIAL 2 - ALPHAVILLE**
Município / UF: **Barueri / São Paulo**
Telefone: **(11) 75338558**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1030

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 77

CPF: **253.578.878-02**
Nome: **JULIANO RIBEIRO MARCILIO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **25/04/1973**
Filiação Materna: **MARIA CAROLINA RIBEIRO MARCILIO**
Estado Civil:
CEP: **05.687-000**
Endereço: **RUA DOM PAULO PEDROSA, 150 - CASA 9 - REAL PARQUE**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 75427239**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 78

CPF: **147.427.468-48**
Nome: **WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **29/09/1968**
Filiação Materna: **LAURA BERNARDES ALBERTONI**
Estado Civil:
CEP: **05.654-000**
Endereço: **RUA ALMIRANTE SOARES DUTRA, 635 - JD MORUMBI**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 81934180**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 79

CPF: **021.698.868-34**
Nome: **CARLOS ALBERTO RODRIGUES GUILHERME**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **21/12/1943**
Filiação Materna: **IRENE FAELLI GUILHERME**
Estado Civil:
CEP: **06.029-900**
Endereço: **VILA CIDADE DE DEUS, S/N - SECRETARIA GERAL - VILA YARA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 36814011**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1031

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 80

CPF: **032.376.698-65**
Nome: **DENISE AGUIAR ALVAREZ**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **24/01/1958**
Filiação Materna: **LINA MARIA AGUIAR**
Estado Civil:
CEP: **06.029-900**
Endereço: **OUTROS OTR CIDADE DE DEUS, SN - PREDIO VERMELHO - VILA YARA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 36845122**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 81

CPF: **081.225.550-04**
Nome: **MILTON MATSUMOTO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **24/04/1945**
Filiação Materna: **ASSAE MATSUMOTO**
Estado Civil:
CEP: **06.029-900**
Endereço: **NUCLEO CIDADE DE DEUS, S/N - 3 ANDAR PR VERMELHO - VILA YARA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 36845926**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 82

CPF: **032.621.977-34**
Nome: **SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **05/02/1946**
Filiação Materna: **LEA GOMES DOS SANTOS**
Estado Civil:
CEP: **22.630-012**
Endereço: **AVENIDA LUCIO COSTA, 5300 - BLOCO 2 APTO 101 - BARRA DA TIJUCA**
Município / UF: **Rio de Janeiro / Rio de Janeiro**
Telefone: **(21) 24917816**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1032

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 83

CPF: **111.112.668-24**
Nome: **FRANCISCO JOSE PEREIRA TERRA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **26/05/1969**
Filiação Materna: **EDMA DA SILVA PEREIRA TERRA**
Estado Civil:
CEP: **06.543-230**
Endereço: **ALAMEDA CHUI, 104 - ALPHAVILLE**
Município / UF: **Santana de Parnaíba / São Paulo**
Telefone: **(11) 86397567**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 84

CPF: **934.928.129-53**
Nome: **ANDRE DAVID MARQUES**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **13/04/1976**
Filiação Materna: **HELENA MARQUES**
Estado Civil:
CEP: **06.543-001**
Endereço: **AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES, 3566 - APTO**
Município / UF: **Santana de Parnaíba / São Paulo**
Telefone: **(11) 81222376**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 85

CPF: **597.281.595-87**
Nome: **HEBERCLEY MAGNO DOS SANTOS LIMA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **01/05/1971**
Filiação Materna: **DILMA MARIA DOS SANTOS LIMA**
Estado Civil:
CEP: **41.680-090**
Endereço: **RUA LE CHAMP CONDOMINIO LE PARC, 229 - ED EDEN AP 1103 -**
Município / UF: **Salvador / Bahia**
Telefone: **(71) 87095161**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1033

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 86

CPF: **567.047.048-68**
Nome: **PAULO ROBERTO SIMOES DA CUNHA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **27/05/1950**
Filiação Materna: **YOLANDA SARTI DA CUNHA**
Estado Civil:
CEP: **04.060-000**
Endereço: **AVENIDA PIASSANGUABA, 80 - CASA 3 - INDIANOPOLIS**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 91366447**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 87

CPF: **295.232.748-30**
Nome: **MATEUS PAGOTTO YOSHIDA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **20/03/1981**
Filiação Materna: **INEZ VALERIA PAGOTTO YOSHIDA**
Estado Civil:
CEP: **06.475-070**
Endereço: **AVENIDA ALAMEDA BUCAREST, 344 - ALPHAVILLE ZERO - ALPHAVILLE**
Município / UF: **Barueri / São Paulo**
Telefone: **(11) 99620707**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 88

CPF: **125.338.838-59**
Nome: **ADELMO ROMERO PEREZ JUNIOR**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **26/02/1966**
Filiação Materna: **ADAIRLENE APARECIDA MALAVAZZI ROMERO**
Estado Civil:
CEP: **06.030-302**
Endereço: **ALAMEDA SIBIPIRUNA, 167 - AP 231 JOSEFINA - JD ADALGISA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 96794116**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1034

Dados do Sócio/Administrador 89

CPF: **306.935.498-07**
Nome: **CAROLINA SALOMAO FERA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **14/11/1980**
Filiação Materna: **SAMIRA SALOMAO FERA**
Estado Civil:
CEP: **05.705-270**
Endereço: **RUA LEONARDO CERVEIRA VARANDAS, 50 - APTO 61 TORRE CAPRI -**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 81934379**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 90

CPF: **085.195.768-42**
Nome: **MARCOS VALERIO TESCAROLO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **26/09/1964**
Filiação Materna: **VILMA CONSOLINI TESCAROLO**
Estado Civil:
CEP: **13.207-340**
Endereço: **RUA CONGO, 1000 - APTO 151 - JD BONFIGLIOLI**
Município / UF: **Jundiai / São Paulo**
Telefone: **(52) 33645547**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 91

CPF: **165.131.368-73**
Nome: **CRISTINA COELHO DE ABREU PINNA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **23/09/1971**
Filiação Materna: **ZAIDE COELHO DE ABREU**
Estado Civil:
CEP: **04.619-010**
Endereço: **RUA JOSE BATISTA PEREIRA, 30 - APTO 101 - CAMPO BELO**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 64520275**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1035

Dados do Sócio/Administrador 92

CPF: **101.895.258-60**
Nome: **MARINA CLAUDIA GONZALEZ MARTIN DE CARVALHO**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **01/11/1966**
Filiação Materna: **DORA CLAUDINA MARTIN DE GONZALEZ**
Estado Civil:
CEP: **05.506-070**
Endereço: **AVENIDA VALENTIM GENTIL, 204 - CASA - BUTANTA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 94335584**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 93

CPF: **136.527.778-08**
Nome: **RUBENS AGUIAR ALVAREZ**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **23/10/1972**
Filiação Materna: **LINA MARIA AGUIAR ALVAREZ**
Estado Civil:
CEP: **06.029-900**
Endereço: **OUTROS OTR CIDADE DE DEUS, S N - VILA YARA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 36845122**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 94

CPF: **133.066.828-61**
Nome: **ALESSANDRO ZAMPIERI**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **15/04/1971**
Filiação Materna: **MARIA ALDA OLIVEIRA ZAMPIERI**
Estado Civil:
CEP: **06.030-016**
Endereço: **AVENIDA DR MARTIN LUTHER KING, 1867 - APTO 32 - UMUARAMA**
Município / UF: **Osasco / São Paulo**
Telefone: **(11) 42332826**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1036

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 95

CPF: **028.069.117-37**
Nome: **CINTIA SCOVINE BARCELOS DE SOUZA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **15/11/1972**
Filiação Materna: **LUZIA SCOVINE BARCELOS**
Estado Civil:
CEP: **04.616-001**
Endereço: **RUA PASCAL, 1160 - APTO 131 - CAMPO BELO**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 50494550**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 96

CPF: **445.070.541-68**
Nome: **ITALIVIO GARCIA MENEZES**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **09/03/1968**
Filiação Materna: **IRACEMA GARCIA MENEZES**
Estado Civil:
CEP: **05.323-002**
Endereço: **AVENIDA PRESIDENTE ALTINO, 1619 - TORRE 5 APTO 03 - JAGUARE**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 80983589**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 97

CPF: **916.046.999-49**
Nome: **MARCOS ALBERTO WILLEMANN**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **07/05/1976**
Filiação Materna: **ANADIR NECKEL WILLEMANN**
Estado Civil:
CEP: **04.566-000**
Endereço: **RUA MICHIGAN, 470 - APTO 1701 TORRE 1 - BROOKLIN**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 87600155**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1037

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 98

CPF: **789.977.049-15**
Nome: **MARCELO MAGALHAES**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **23/08/1969**
Filiação Materna: **SUELY CELIA MAGALHAES**
Estado Civil:
CEP: **88.085-110**
Endereço: **RUA CAMPOLINO ALVES, 48 - CAPOEIRAS**
Município / UF: **Florianópolis / Santa Catarina**
Telefone: **(11) 89026387**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 99

CPF: **032.952.429-17**
Nome: **FRANCISCO ARMANDO ARANDA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento:
Filiação Materna:
Estado Civil:
CEP:
Endereço:
Município / UF:
Telefone:
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 100

CPF: **283.380.338-98**
Nome: **NELSON PASCHE JUNIOR**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **23/11/1978**
Filiação Materna: **DEUSCREDE TINOCO PASCHE**
Estado Civil:
CEP: **06.465-134**
Endereço: **RUA BONNARD, 231 - 182 TORRE 2 - ALPHAVILLE**
Município / UF: **Barueri / São Paulo**
Telefone: **(11) 97553865**
E-mail:

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1038

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 101

CPF: **103.750.518-21**
Nome: **CLAYTON NEVES XAVIER**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **03/12/1972**
Filiação Materna: **MARTHA NOEME XAVIER**
Estado Civil:
CEP: **06.355-460**
Endereço: **RUA ESTRADA DOS PINHEIROS, 1501 - CASA 3 - CHAC JUNQUEIRA**
Município / UF: **Carapicuiba / São Paulo**
Telefone: **(11) 50417792**
E-mail:

Linhas Fornecimento

Serviços
27 - Estudos e Projetos de Viabilidade Técnico - Econômica de Usinas Termoelétricas / Termonucleares /Solar Fotovotaica

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1039

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**60.746.948/0001-12**	DUNS®:	**897410106**
Razão Social:	**BANCO BRADESCO S.A.**		
Nome Fantasia:	**BRADESCO EST UNIF**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**13/09/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN		Validade:	**21/09/2022**
FGTS		Validade:	**09/08/2022**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**14/10/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**25/10/2022**
Receita Municipal	Validade:	**22/10/2022**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

CPF: 856.140.172-91 Nome: EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO
Ass: _____

Anexo CRC, Rel. Nível I - Credenc., SICAF e Consulta TCU (0864054) SEI 2021.011045 / pg. 1040

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 25/07/2022 10:26:39

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **BANCO BRADESCO S.A.**
CNPJ: **60.746.948/0001-12**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Pregão Eletrônico

925849.40312022 .16169 .5112 .0

Procuradoria Geral de Justiça

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 04031/2022

Às 10:00 horas do dia 22 de julho de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal ATO PGJ 161/2022 de 12/07/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 2021.011045, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 04031/2022. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do e. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1
Descrição: Serviço bancário
Descrição Complementar: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Referência: R$ 4.500.000,0000
Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: 0,01 %

Aceito para: BANCO BRADESCO S.A.**, pelo melhor lance de** 0,0100 % (**valor com desconto:** R$ 4.499.550,0000) **e com desconto negociado a** 2,2300 % (**valor com desconto:** R$ 4.399.650,0000) .

Histórico

Item: 1 - Serviço bancário

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Desconto	Valor com Desconto	Data/Hora Registro
60.746.948/0001-12	BANCO BRADESCO S.A.	Não	Não	1	0,0100 %	R$ 4.499.550,0000	21/07/2022 17:14:17

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital.
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Desconto	Valor com Desconto	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
0,0100 %	R$ 4.499.550,0000	60.746.948/0001-12	22/07/2022 10:00:02:110

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de	22/07/2022 10:05:04	Item com análise de propostas finalizada.

Ata de Realização - PE 4031/2022 (0864055) SEI 2021.011045 / pg. 1043

propostas		
Abertura	22/07/2022 10:08:02	Item aberto para lances.
Encerramento sem prorrogação	22/07/2022 10:18:03	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
Encerramento	22/07/2022 10:18:24	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	22/07/2022 10:18:24	Item com etapa aberta encerrada.
Abertura do prazo - Convocação anexo	22/07/2022 10:51:55	Convocado para envio de anexo o fornecedor BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	22/07/2022 11:15:02	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12.
Aceite de proposta	22/07/2022 11:40:39	Aceite individual da proposta. Fornecedor: BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12, pelo melhor lance de 0,0100%.
Abertura do prazo - Convocação anexo	25/07/2022 10:06:06	Convocado para envio de anexo o fornecedor BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	25/07/2022 10:13:47	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12.
Negociação de valor	25/07/2022 10:28:52	Alteração na negociação da proposta. Fornecedor: BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12, pelo melhor lance de 0,0100% e com percentual negociado a 2,2300%%. Motivo: Valor devidamente negociado e aceito via chat e na proposta escrita.
Habilitação de fornecedor	25/07/2022 11:05:17	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: BANCO BRADESCO S.A. - CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	22/07/2022 10:00:02	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 1 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	22/07/2022 10:02:25	Bom dia, Senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública do pregão eletrônico n.º 4031/2022, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas. Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
Pregoeiro	22/07/2022 10:02:38	Sejam bem-vindos à sessão pública do pregão eletrônico n.º 4031/2022, cujo objeto é a contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta...
Pregoeiro	22/07/2022 10:02:53	o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.
Pregoeiro	22/07/2022 10:02:57	É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
Pregoeiro	22/07/2022 10:03:04	Na presente licitação será adotado o modo de disputa ABERTO, previsto no art. 32 e parágrafos do decreto n.º 10.024/2019.
Pregoeiro	22/07/2022 10:03:08	Primeiramente, convém destacar que este certame tem como critério de julgamento a MAIOR OFERTA.
Pregoeiro	22/07/2022 10:03:14	Nos termos do subitem 9.5. do Edital, o critério de julgamento será o de MAIOR OFERTA, admitindo-se como critério de aceitabilidade, o valor mínimo aceitável como oferta de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) mais o

Ata de Realização - PE 4031/2022 (0864055) SEI 2021.011045 / pg. 1044

		percentual mínimo de 0,01%, conforme definido no subitem 2.5. e 9.5.3., ambos deste Edital e seus anexos.
Pregoeiro	22/07/2022 10:03:21	Para efeito de julgamento por MAIOR OFERTA, será considerado o valor resultante da aplicação percentual de acréscimo ofertado (para fins do sistema, maior "desconto") pelo licitante sobre o valor mínimo aceitável como oferta.
Pregoeiro	22/07/2022 10:03:27	Serão admitidos valores percentuais positivos, com até 2 (duas) casas decimais
Pregoeiro	22/07/2022 10:03:39	O percentual de "desconto" ofertado será o critério adotado para classificação e julgamento das propostas única e exclusivamente para fins dos LANCES no Sistema COMPRASNET, demonstrando, ao final, o quanto a licitante se dispõe a pagar a título de CONTRAPARTIDA, sendo considerado como valor efetivo da proposta ou do lance (MAIOR OFERTA) o montante de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), ´[...]
Pregoeiro	22/07/2022 10:03:48	, acrescido do valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta.
Pregoeiro	22/07/2022 10:03:56	O percentual de "desconto" ofertado será convertido no valor da CONTRAPARTIDA, conforme fórmula a seguir: C = 4.500.000,00 x (1+P/100) Em que: C = contrapartida; P = percentual de "desconto" ofertado na proposta/lance.
Pregoeiro	22/07/2022 10:04:00	A fim de esclarecer o modelo adotado para o presente certame e ilustrar, no subitem 9.5.4.2. temos uma tabela retratando qual o valor da proposta a ser considerado para efeito prático de julgamento e adjudicação resultantes de aplicação do percentual de oferta apresentado por licitante.
Pregoeiro	22/07/2022 10:04:06	Ademais, o envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo mínimo de 0,01% (um centésimo de por cento), de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.
Pregoeiro	22/07/2022 10:04:12	Conforme disposição contida no art. 26, §2º, do Decreto n.º 10.024/2019, o licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sistema de Cadastramento de Fornecedores – Sicaf, cabendo ao interessado em participar do pregão o envio, juntamente com a proposta, dos documentos de habilitação não disponíveis no mencionado cadastro.
Pregoeiro	22/07/2022 10:04:17	Após a etapa de lances, o pregoeiro poderá realizar diligência, com fundamento no art. 43, §3º, da Lei n.º 8.666/93, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação.
Pregoeiro	22/07/2022 10:04:23	Nos termos do art. 49, inciso V, do Decreto Federal n.º 10.024/19, o fornecedor que não mantiver sua proposta ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade.
Pregoeiro	22/07/2022 10:04:29	A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
Pregoeiro	22/07/2022 10:04:34	As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo pregoeiro no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
Pregoeiro	22/07/2022 10:05:35	Prezados, compatibilizados a descrição do objeto e os valores iniciais, informo que em breve estarei passando à fase de disputa.
Pregoeiro	22/07/2022 10:05:42	Quanto aos lances, relembro que os mesmos podem ser superiores ao próprio lance, no intuito de permanecer em melhor posição na ordem de classificação.
Sistema	22/07/2022 10:07:02	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	22/07/2022 10:07:02	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	22/07/2022 10:08:02	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	22/07/2022 10:12:12	Senhores, sabemos que apenas uma instituição bancaria encontra-se participando, mas se houver a possibilidade de um lance melhor, esta Instituição agradece para dar continuidade a parceria existente (caso for o mesmo Banco) ou nova parceria.
Sistema	22/07/2022 10:18:03	O item 1 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro.
Sistema	22/07/2022 10:18:24	O item 1 está encerrado.
Sistema	22/07/2022 10:18:37	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	22/07/2022 10:22:51	Para BANCO BRADESCO S.A. - Bom dia Sr. Licitante, neste momento estarei verificando sua proposta a fim de compatibilizar as informações solicitadas em Edital, favor aguardar!
Pregoeiro	22/07/2022 10:24:51	Para BANCO BRADESCO S.A. - Em razão do disposto no art. 38 do decreto 10.024/2019 e também na condição 9.30 e ss. c/c subitem 10.1 do edital, solicito que verifique a possibilidade de ofertar uma melhor proposta.

Ata de Realização - PE 4031/2022 (0864055) SEI 2021.011045 / pg. 1045

60.746.948/0001-12	22/07/2022 10:30:14	Bom dia! Estamos consultando nossa diretoria.
Pregoeiro	22/07/2022 10:31:44	Para BANCO BRADESCO S.A. - Perfeito, fico no aguardo!
Pregoeiro	22/07/2022 10:32:38	Para BANCO BRADESCO S.A. - O chat permanece aberto!
60.746.948/0001-12	22/07/2022 10:38:57	Perfeito! Só mais uns minutinhos, por favor.
Pregoeiro	22/07/2022 10:42:00	Para BANCO BRADESCO S.A. - Claro, o campo para envio de mensagens continua habilitado!
60.746.948/0001-12	22/07/2022 10:46:14	Após consulta, o Bradesco melhora a oferta para R$ 4.600.000,00.
Pregoeiro	22/07/2022 10:50:14	Para BANCO BRADESCO S.A. - Agradeço vosso retorno, considerando a necessidade de alteração, promoverei a convocação para envio da Nova Proposta Reajustada.
Pregoeiro	22/07/2022 10:51:38	Para BANCO BRADESCO S.A. - Atenção ao prazo para envio de 24 horas!
Sistema	22/07/2022 10:51:55	Senhor fornecedor BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
60.746.948/0001-12	22/07/2022 10:54:04	Considerando o reajuste a ser feito na proposta, informamos que o percentual de desconto ficará em 2,22% equivalente a R$ 4.600.000,00, correto?
Pregoeiro	22/07/2022 11:01:24	Para BANCO BRADESCO S.A. - Prezado Licitante, infelizmente não existe possibilidade de arredondar para baixo, o Banco Bradesco aceitaria o percentual de 2,23%, consistindo em R$ 4.600.350,00?
Pregoeiro	22/07/2022 11:03:54	Para BANCO BRADESCO S.A. - Mais R$ 350,00 da sua ultima oferta!?
Pregoeiro	22/07/2022 11:07:32	Para BANCO BRADESCO S.A. - Pedimos escusas por esse contratempo, mas realmente é pacífico a impossibilidade de aceitar arredondamento para baixo.
60.746.948/0001-12	22/07/2022 11:07:36	Percentual aceito. Proposta do Bradesco no valor de R$ 4.600.350,00.
Pregoeiro	22/07/2022 11:08:35	Para BANCO BRADESCO S.A. - Sr. Licitante o Banco Bradesco está on-line? Conectado?
Pregoeiro	22/07/2022 11:09:22	Para BANCO BRADESCO S.A. - Ótimo a convocação está em aberto, qualquer dúvida estamos à disposição.
60.746.948/0001-12	22/07/2022 11:10:05	Sim, conectados.
Sistema	22/07/2022 11:15:02	Senhor Pregoeiro, o fornecedor BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	22/07/2022 11:40:34	A proposta preenche os requisitos editalícios, de forma que está apta para ser aceita.
Pregoeiro	22/07/2022 11:42:21	Outrossim, considerando que são muitos documentos para análise da documentação de habilitação, decido suspender o certame, retornado na segunda-feira (25.07) às 9 hrs (Horário Local) e 10 hrs (Brasília).
Pregoeiro	25/07/2022 10:01:50	Bom dia! Como mencionado, vamos dar continuidade ao certame!
Pregoeiro	25/07/2022 10:02:18	Para BANCO BRADESCO S.A. - A instituição encontra-se conectada?
60.746.948/0001-12	25/07/2022 10:03:34	Bom dia. Conectados!
Pregoeiro	25/07/2022 10:04:29	Para BANCO BRADESCO S.A. - A Instituição teria interesse em retificar alguma informação de sua proposta?
60.746.948/0001-12	25/07/2022 10:04:52	Sim, por favor.
Pregoeiro	25/07/2022 10:06:03	Para BANCO BRADESCO S.A. - Certo, considerando essa ponderação, promoverei a convocação no sistema, para juntada de nova proposta.
Sistema	25/07/2022 10:06:06	Senhor fornecedor BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	25/07/2022 10:13:47	Senhor Pregoeiro, o fornecedor BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	25/07/2022 10:30:00	Para BANCO BRADESCO S.A. - Prezado Banco Bradesco, recebemos a proposta devidamente correta, tendo sido alterado apenas a agência que atenderá esta Instituição. Dessa forma, mantenho a aceitação da proposta pelo fundamentos anteriores.
Pregoeiro	25/07/2022 10:42:58	Senhores, retomando os trabalhos deste pregão, informo que a instituição bancária BANCO BRADESCO S.A. comprovou atender às exigências editalícias.
Pregoeiro	25/07/2022 10:43:05	Nessa etapa, verificou-se a autenticidade das certidões negativa de débitos mediante SICAF, bem como da ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio da licitante melhor

Ata de Realização - PE 4031/2022 (0864055) SEI 2021.011045 / pg. 1046

		classificada. Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação.
Pregoeiro	25/07/2022 10:44:16	CONSIDERANDO a Lei de Desburocratização, Lei n. 13.726 de 2018 e ainda que os documentos apresentados gozam de presunção relativa de autenticidade; CONSIDERANDO que todos os documentos eivados de certificação apresentados foram convalidados, CONSIDERANDO que o Contrato atual encontra-se em eminente encerramento, logo, pelo interesse público,
Pregoeiro	25/07/2022 10:45:10	afasto a priori a disposição do subitem 12.11.5 c/c 12.12 do Edital os quais exigem a documentação original ou autenticada.
Pregoeiro	25/07/2022 10:45:49	Outrossim, nada impede que futuramente seja solicitado os documentos para conferência.
Pregoeiro	25/07/2022 10:46:53	Ressalta-se que este Pregoeiro, diligenciou ao site dos Fiscos respectivos e se utilizou da informação do SICAF, para verificar o preenchimento dos requisitos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista.
Pregoeiro	25/07/2022 10:51:51	Ademais, o Balanço Patrimonial fora conferido junto ao site do SPED, bem como, o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.
Pregoeiro	25/07/2022 10:52:00	Passo seguinte, verificou-se as condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do Comprasnet, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE, na Relação de Licitantes Inidôneos do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU.
Pregoeiro	25/07/2022 10:52:44	Igualmente, na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.
Pregoeiro	25/07/2022 10:52:47	Ademais, diligenciou-se à Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da SEFAZ-AM, NÃO sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.
Pregoeiro	25/07/2022 10:52:49	Oportunamente, registre-se que com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis n.ºs 12.965/14 e 13.460/18; e no Decreto nº 8.638/2016, o Tribunal de Contas da União passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em um só lugar.
Pregoeiro	25/07/2022 10:52:52	Logo, em relatório único, contendo as Licitantes Inidôneos do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência.
Pregoeiro	25/07/2022 10:53:15	Assim, este Pregoeiro promoveu a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica e SICAF da Instituição Bancária BANCO BRADESCO S.A, inscrita no CNPJ (MF) n.º 60.746.948/0001-12 nos autos do procedimento interno desta Instituição, bem como no sítio eletrônico desta Instituição, acessível pelo endereço:
Pregoeiro	25/07/2022 10:53:34	https://mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15377-pe-4031-2022-cpl-mp-pgj-instituicao-bancaria-processamento-da-folha-de-pagamentos-credito-consignado-e-dentre-outros
Pregoeiro	25/07/2022 10:53:51	Concluída a análise dos documentos de habilitação conforme item 12 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com a previsões editalícias, este Pregoeiro decide HABILITAR a empresa em foco.
Pregoeiro	25/07/2022 10:54:05	*HABILITAR a Instituição Bancária em foco.
Pregoeiro	25/07/2022 10:54:07	Sendo assim, promoverei sua habilitação no sistema, momento no qual será aberto o prazo de 30 (trinta) minutos para registro de eventual intenção recursal.
Pregoeiro	25/07/2022 10:54:20	Na hipótese de alguma participante manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso o pregoeiro aceite a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
Pregoeiro	25/07/2022 10:54:29	Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.
Pregoeiro	25/07/2022 11:03:20	Por derradeiro, destaco que fora diligenciado ao site do Banco Central, acessível pelo endereço: https://www3.bcb.gov.br/ifdata/, para fins de confirmação do índice de Basiléia do Banco, tendo confirmado o pleno atendimento do subitem 12.9.1.4 do Edital.
Pregoeiro	25/07/2022 11:05:00	Feitas tais considerações, adotarei os procedimentos necessários para habilitação e encerramento do certame!
Sistema	25/07/2022 11:05:17	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	25/07/2022 11:05:29	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 25/07/2022 às 11:35:00.

Ata de Realização - PE 4031/2022 (0864055) SEI 2021.011045 / pg. 1047

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	19/07/2022 12:49:58	
Abertura da sessão pública	22/07/2022 10:00:02	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	22/07/2022 10:07:02	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	22/07/2022 10:18:37	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	25/07/2022 11:05:17	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	25/07/2022 11:05:29	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 25/07/2022 às 11:35:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 11:57 horas do dia 25 de julho de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO
Pregoeiro Oficial

MAURICIO ARAUJO MEDEIROS
Equipe de Apoio

SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO
Equipe de Apoio

CLEITON DA SILVA ALVES
Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

Ata de Realização - PE 4031/2022 (0864055) SEI 2021.011045 / pg. 1048

PREGÃO ELETRÔNICO

Procuradoria Geral de Justiça

Pregão Eletrônico Nº 04031/2022

RESULTADO POR FORNECEDOR

60.746.948/0001-12 - BANCO BRADESCO S.A.

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Serviço bancário	UNIDADE	1	R$ 4.500.000,0000	-	2,2300%

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital.

Valor c/ Desconto: R$ 4.399.650,0000

Valor c/ Desconto: R$ 4.399.650,0000

Total do Fornecedor: **R$ 4.399.650,0000**

Valor Global da Ata: **R$ 4.399.650,0000**

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o Relatório

Voltar

Anexo Resultado por Fornecedor (0864056) SEI 2021.011045 / pg. 1049

Pregão Eletrônico

Termo de Adjudicação de Propostas

UASG 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Pregão nº: **40312022**
Modo de Disputa: Aberto

Menu Voltar

Selecione a proposta para efetuar a Adjudicação:

Item 1 - Serviço bancário **Qtde Estimada: 1** **Qtde Adjudicada: 1** **Valor Referência: R$ 4.500.000,0000**

Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: 0,01 %

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Qtde Ofertada	Melhor Lance (%)	Perc. Negociado (%)	Situação da Proposta	Anexo
60.746.948/0001-12	BANCO BRADESCO S.A.	1	0,0100	2,2300		

Descrição detalhada do objeto ofertado: contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos...
Porte da Empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)
Declaração ME/EPP: Não **Participou Convocação Desempate ME/EPP:** Não

Valor c/ Desconto: R$ 4.499.550,0000
Valor c/ Desconto Negociado: R$ 4.399.650,0000
Adjudicada
Consultar

Para mais informações sobre o porte da empresa, clique **aqui**.

Observações:

Caracteres restantes: 300

Menu Voltar Cancelar Item Adjudicar Negociar Valor Cancelar Adjudicação Convocar Anexo Encerrar Convocação

Anexo Ordem de Classificação Geral - PE 4031/2022 (0864057) SEI 2021.011045 / pg. 1050

Pregão Eletrônico

Procuradoria Geral de Justiça

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico

Nº 04031/2022

Às 11:59 horas do dia 25 de julho de 2022, após analisado o resultado do Pregão nº 04031/2022, referente ao Processo nº 2021.011045, o pregoeiro, Sr(a) EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1
Descrição: Serviço bancário
Descrição Complementar: Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Referência: R$ 4.500.000,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** 0,01 %
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: BANCO BRADESCO S.A. **, pelo melhor lance de** 0,0100 % (**valor com desconto:** R$ 4.499.550,0000) **, com desconto negociado a** 2,2300 % (**valor com desconto:** R$ 4.399.650,0000) .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	25/07/2022 11:59:22	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/CPF: 60.746.948/0001-12, Melhor lance: 0,0100 %, Percentual Negociado: 2,2300 %

Fim do documento

Termo de Adjudicação - COMPRASNET (0864058) SEI 2021.011045 / pg. 1051

IF.data

Relatórios () | Idioma/Language ()

Dados selecionados

Selecione o relatório desejado

Data-base: 09/2021 | Tipo de instituição: Conglomerados Prudenciais e Instituições Independentes | Relatório: Resumo

Resumo
Valores monetários em R$ mil
Informações com base nos documentos entregues até: 22/11/2021
CSV Composição de Colunas Composição de Colunas em PDF

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
BB - PRUDENCIAL	b1	S1	I	1	BRASILIA	DF	09/2021	1.959.470.213	745.401.380	1.822.459.745	1.551.411.782	137.010.468	4.634.106	167.786.026	19,34%	14,80%	3.988	719
ITAU - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.935.715.336	768.483.906	1.785.602.454	1.330.043.047	150.112.883	5.982.861	161.098.702	14,71%	17,58%	2.904	958
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PRUDENCIAL	b1	S1	I	1	BRASILIA	DF	09/2021	1.485.966.190	845.013.915	1.409.426.772	1.223.556.036	76.539.418	2.832.540	123.031.986	20,77%	12,85%	3.377	895
BRADESCO - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	OSASCO	SP	09/2021	1.448.810.802	580.194.074	1.301.190.429	1.042.575.018	147.620.373	6.653.244	141.772.638	15,18%	29,42%	3.112	1.388
SANTANDER - PRUDENCIAL	b1	S1	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	983.517.695	447.470.397	899.622.991	694.928.033	83.894.703	4.445.068	85.679.408	14,30%	15,71%	2.609	1.953
BNDES - PRUDENCIAL	b4	S2	I	1	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	724.573.230	298.895.433	605.505.614	211.633.753	119.067.616	11.254.526	182.208.695	37,47%	6,47%	5	0
BTG PACTUAL - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	366.008.028	96.561.392	328.138.811	263.173.293	37.869.217	1.743.180	36.249.231	16,06%	30,99%	39	0
SAFRA - PRUDENCIAL	b1	S2	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	238.333.042	101.729.739	223.172.843	191.310.586	15.160.199	593.053	21.114.446	14,23%	32,92%	120	4
CITIBANK - PRUDENCIAL	b1	S2	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	137.400.578	25.476.698	126.673.850	70.825.673	10.726.728	320.767	10.517.740	16,98%	2,54%	57	8
VOTORANTIM - PRUDENCIAL	b1	S2	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	120.368.338	65.154.349	108.264.802	84.832.872	12.103.535	377.770	12.359.250	15,66%	17,80%	9	29
BANRISUL - PRUDENCIAL	b1	S2	I	1	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	101.668.567	38.701.792	92.919.417	77.735.865	8.749.150	156.602	6.831.201	14,46%	11,41%	520	127
JP MORGAN CHASE - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	101.198.589	4.303.514	94.563.630	61.886.757	6.634.959	218.394	6.620.902	14,05%	1,16%	9	0
BCO COOPERATIVO SICREDI - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	98.206.707	16.479.631	95.702.310	88.750.811	2.504.397	30.297	2.091.621	13,20%	4,79%	7	0
CIELO - PRUDENCIAL	n4		I	2	BARUERI	SP	09/2021	89.516.718	61.234	76.610.976	3.997.643	12.905.741	266.827	NA	NA	NA	1	0
XP INVESTIMENTOS CCTVM S/A - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	88.188.534	10.547.461	83.517.954	62.966.349	4.670.579	-62.344	3.683.130	15,25%	4,82%	6	0
BANCOOB - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	81.968.792	14.700.756	79.752.476	67.663.567	2.216.316	55.067	2.209.701	13,86%	12,69%	8	0
BNP PARIBAS - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	80.024.865	14.777.281	75.528.334	23.862.454	4.496.531	68.504	5.032.889	13,55%	1,80%	7	0
NU PAGAMENTOS - PRUDENCIAL	n1		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	73.435.390	28.006.458	70.154.745	44.847.829	3.280.644	-47.014	*	*	*	7	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1052

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S2	I	1	FORTALEZA	CE	09/2021	60.535.639	14.828.044	53.407.986	19.548.103	7.127.653	191.467	9.586.555	13,85%	2,64%	296	2
BCO DAYCOVAL S.A - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	57.826.739	36.366.650	52.483.897	44.595.612	5.342.842	334.717	5.797.153	14,00%	18,01%	50	0
ABC-BRASIL - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	49.078.770	21.699.739	44.523.078	34.098.832	4.555.692	151.691	5.504.330	14,61%	0,48%	14	0
BCO RABOBANK INTL BRASIL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	46.020.427	27.522.732	41.343.995	28.651.123	4.676.432	185.956	6.305.224	16,54%	0,30%	19	0
CREDIT SUISSE - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	45.417.237	12.762.561	39.224.952	24.447.180	6.192.286	187.997	4.816.998	13,96%	4,73%	10	0
CREDIT AGRICOLE - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	42.364.039	3.352.935	39.996.367	8.551.609	2.367.672	4.048	2.361.277	24,99%	0,60%	5	0
BOFA MERRILL LYNCH - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	38.693.646	1.021.615	35.051.261	17.427.612	3.642.384	158.367	3.642.384	21,54%	0,99%	3	0
BANESTES - PRUDENCIAL	b1	S3	I	1	VITORIA	ES	09/2021	33.766.231	6.110.911	31.928.467	30.685.679	1.837.763	60.009	1.693.698	15,23%	11,41%	108	50
INTER - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	33.378.031	14.789.037	24.975.061	21.013.286	8.402.970	31.025	7.955.023	49,74%	2,55%	21	0
BMG - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	33.085.806	15.431.304	28.951.606	25.848.456	4.134.200	121.598	2.662.606	14,23%	49,03%	37	0
BRB - PRUDENCIAL	b1	S3	I	1	BRASILIA	DF	09/2021	28.840.399	20.688.127	26.360.214	22.817.576	2.480.185	202.706	2.640.733	14,48%	7,81%	128	23
STONE PAGAMENTOS - PRUDENCIAL	n1		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	27.635.193	1.872.202	21.000.056	2.235.243	6.635.137	-92.564	*	*	*	3	0
GOLDMAN SACHS - PRUDENCIAL	b2	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	27.501.192	63.029	25.256.482	9.105.407	2.244.710	33.152	2.244.710	22,09%	0,61%	4	0
BCO MUFG BRASIL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	27.369.887	2.637.119	26.051.738	5.993.375	1.318.149	6.480	1.298.648	30,60%	0,75%	2	0
PAGSEGURO - PRUDENCIAL	b1		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	26.971.089	438.791	17.882.419	7.126.592	9.088.670	301.157	*	*	*	4	0
VOLKSWAGEN - PRUDENCIAL	b2	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	26.689.691	22.285.106	23.909.316	19.051.304	2.780.375	39.124	3.204.532	14,25%	0,22%	3	0
MORGAN STANLEY - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	25.881.138	2.217.066	21.648.098	6.542.837	4.233.040	-3.962	4.187.326	22,62%	2,22%	4	0
BANCO ORIGINAL - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	25.119.274	11.024.615	22.449.806	20.630.917	2.669.467	-265.585	1.482.991	10,43%	9,56%	7	0
BCO DA AMAZONIA S.A. - PRUDENCIAL	b1	S3	I	1	BELEM	PA	09/2021	24.214.388	9.375.029	21.356.780	7.902.567	2.857.608	121.787	3.438.177	11,74%	3,70%	119	0
SOCIETE GENERALE - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	21.279.046	1.907.975	19.711.044	4.863.452	1.568.002	10.500	1.567.944	37,63%	0,25%	4	0
ALFA - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	20.867.965	12.808.919	18.217.266	17.201.047	2.650.699	36.269	2.620.522	14,14%	14,40%	44	3
BANCO C6 - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	19.692.389	11.728.573	17.634.120	13.964.416	2.058.269	-144.273	1.333.302	12,44%	22,09%	6	1
HSBC BI - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	17.907.853	1.998.717	16.866.188	5.109.707	1.041.665	-11.869	1.025.999	18,06%	0,93%	2	0
CCB - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	17.877.682	9.748.950	16.761.447	13.871.519	1.116.235	16.779	2.011.860	16,69%	0,85%	14	0
BD REGIONAL DO EXTREMO SUL - PRUDENCIAL	b4	S3	I	1	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	16.416.103	13.229.456	13.127.659	11.890.389	3.288.443	55.593	3.271.907	20,96%	1,21%	4	0
DEUTSCHE - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	15.590.309	1.991.038	13.968.148	5.735.249	1.622.161	33.208	1.530.784	19,94%	0,82%	2	0
MERCEDES-BENZ - PRUDENCIAL	b2	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	14.776.186	14.185.575	12.580.275	11.942.107	2.195.911	52.795	2.189.155	14,29%	0,49%	4	0
PINE - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	14.761.046	4.190.144	13.989.794	11.725.591	771.253	2.812	739.090	10,54%	19,65%	4	0
BS2 - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	13.793.959	723.624	13.109.909	5.207.884	684.051	10.318	567.365	11,25%	32,24%	7	0
BCO CLASSICO S.A. - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	13.771.469	0	4.172.946	168	9.598.523	80.438	9.233.802	38,89%	3,69%	2	0
BCO DO EST. DO PA S.A. - PRUDENCIAL	b1	S3	I	1	BELEM	PA	09/2021	13.226.704	8.005.843	11.594.494	11.172.887	1.632.211	71.754	1.508.518	19,72%	3,73%	141	34
BCO CSF S.A. - PRUDENCIAL	b2	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	13.199.038	12.131.014	10.154.966	1.513.299	3.044.072	62.776	2.297.364	18,99%	4,23%	2	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1053

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A - PRUDENCIAL	b2	S3	I	3	CURITIBA	PR	09/2021	13.146.674	11.988.806	11.478.042	10.988.581	1.668.632	70.461	1.664.174	14,08%	0,25%	2	0
PORTO SEGURO - PRUDENCIAL	n1	S3	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	12.562.312	12.192.172	11.269.023	2.869.506	1.293.289	54.722	1.538.908	11,90%	0,07%	5	0
MERCANTIL DO BRASIL - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	12.064.535	8.113.957	10.906.175	9.347.786	1.158.361	40.143	1.158.438	15,96%	29,27%	51	226
BOCOM - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SALVADOR	BA	09/2021	12.054.727	7.222.290	11.239.126	10.129.802	815.601	42.928	984.868	13,35%	1,09%	8	0
SCOTIABANK BRASIL - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	11.915.342	1.950.002	10.683.765	4.411.172	1.231.577	24.619	1.227.996	16,47%	0,73%	4	0
BCO FIBRA S.A. - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	11.387.962	3.917.850	10.212.647	9.066.753	1.175.315	-10.829	771.123	11,67%	2,25%	2	0
MIZUHO - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	11.073.974	1.966.065	10.277.781	7.742.476	796.192	18.451	781.843	15,75%	2,95%	2	0
APE POUPEX - PRUDENCIAL	n1	S3	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	10.985.451	2.817.492	2.351.335	2.212.981	8.634.115	54.225	1.163.466	30,25%	1,71%	63	0
MERCADOPAGO PRUDENCIAL	n1		I	2	OSASCO	SP	09/2021	10.936.834	63.547	10.473.302	5.720.560	463.532	50.699	*	*	*	3	0
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS	b3C	S4	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	10.645.051	189.477	9.981.240	170.445	663.811	13.414	400.742	14,60%	16,36%	0	0
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB SÃO PAULO	b3C	S4	I	2	RIBEIRAO PRETO	SP	09/2021	10.437.587	2.239	10.148.885	427.715	288.702	4.181	186.023	13,94%	1,61%	0	0
GM - PRUDENCIAL	b2	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	10.134.401	7.171.557	7.332.249	5.108.425	2.802.152	88.132	2.696.656	38,62%	8,51%	3	0
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO SUL E SUDESTE - CENTRAL SICREDI SUL/SUDESTE	b3C	S3	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	10.087.018	0	9.496.144	0	590.874	0	241.127	45,32%	2,03%	0	0
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS	b3C	S3	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	9.639.741	201.221	9.061.026	1.711.257	578.714	6.629	377.466	19,29%	1,40%	0	0
JOHN DEERE - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	INDAIATUBA	SP	09/2021	9.625.722	8.472.081	7.935.679	7.767.950	1.690.043	24.853	1.682.498	19,69%	0,25%	2	0
SOFISA - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	9.344.443	6.118.689	8.417.254	7.888.034	927.189	50.585	855.820	14,69%	10,35%	20	0
PARANÁ BANCO - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	9.158.899	5.876.615	7.799.377	7.501.560	1.359.522	15.529	1.175.135	27,39%	10,55%	4	0
COOPERATIVA DE CREDITO CREDICITRUS	b3S	S4	I	2	BEBEDOURO	SP	09/2021	9.101.917	4.016.747	7.190.699	6.474.563	1.911.218	65.122	1.907.334	30,98%	5,43%	0	119
BCO SUMITOMO MITSUI BRASIL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	9.047.313	3.183.778	7.125.155	6.115.459	1.922.158	58.198	1.939.014	22,59%	0,19%	2	0
ING - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	8.977.939	595.780	8.132.978	1.819.324	844.960	38.320	842.600	43,53%	0,38%	4	0
COOPERATIVA DE CREDITO VALE DO ITAJAI - VIACREDI	b3S	S4	I	2	BLUMENAU	SC	09/2021	8.959.692	6.213.408	7.010.045	6.480.099	1.949.647	63.457	1.949.607	22,58%	2,37%	0	109
BANCO MASTER - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	8.493.513	5.192.721	7.978.714	7.341.361	514.799	1.173	463.824	12,11%	19,06%	6	2
BCO DES. DE MG S.A. - PRUDENCIAL	b4	S3	I	1	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	8.481.239	5.876.438	6.359.429	5.505.616	2.121.810	90.682	1.612.891	26,23%	1,04%	2	0
BCO TOYOTA DO BRASIL S.A. - PRUDENCIAL	b2	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	8.353.742	6.492.804	7.115.298	6.270.123	1.238.444	55.593	1.228.283	20,26%	0,90%	2	0
BCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	8.253.262	7.811.144	7.037.150	6.327.352	1.216.112	28.624	1.216.029	16,51%	1,88%	3	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1054

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CREDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE	b3C	S4	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	8.246.461	878.992	7.933.979	412	312.482	3.949	191.584	13,09%	6,80%	0	0
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS ESTADOS DO PARANÁ, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO - CENTRAL SICREDI PR/SP/RJ	b3C	S3	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	7.917.166	0	7.552.342	0	364.825	0	240.100	61,44%	1,56%	0	0
AGIBANK - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	CAMPINAS	SP	09/2021	7.908.563	5.470.317	7.112.016	6.603.587	796.547	-42.264	607.913	9,71%	13,04%	5	0
BCO DO EST. DE SE S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	1	ARACAJU	SE	09/2021	7.769.612	3.542.046	7.165.051	6.236.366	604.561	21.801	603.222	13,34%	14,58%	65	9
VOLVO - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	CURITIBA	PR	09/2021	7.697.945	7.452.392	6.387.127	6.173.710	1.310.818	46.372	1.305.315	17,52%	1,66%	3	0
SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO	b3S	S4	I	2	SERTAOZINHO	SP	09/2021	6.932.385	3.851.957	6.038.153	4.519.801	894.232	22.932	889.719	17,72%	9,73%	0	34
BCO MODAL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	6.856.998	912.708	5.511.712	3.647.639	1.345.286	75.370	1.020.629	21,96%	4,73%	9	0
CREFISA S.A. CFI - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.707.548	2.117.041	680.270	185.191	6.027.278	83.638	5.974.379	62,21%	0,33%	4	0
HONDA - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	6.703.771	4.227.467	4.688.327	3.101.216	2.015.444	97.026	1.559.778	27,87%	0,22%	5	0
BANCO VOITER - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.567.584	907.643	6.120.939	5.544.444	446.645	-29.185	345.598	11,27%	38,73%	9	0
SCANIA - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	09/2021	6.361.817	6.080.239	5.586.401	5.217.646	775.416	32.112	772.827	12,62%	1,39%	3	0
OMNI - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.328.561	4.806.278	5.755.050	4.537.350	573.510	10.093	816.305	14,41%	2,60%	6	0
MIDWAY S.A. - SCFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.218.136	4.428.152	5.048.933	2.139.924	1.169.202	29.211	920.762	17,46%	1,85%	2	0
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - CENTRAL CRESOL BASER	b3C	S4	I	2	FRANCISCO BELTRAO	PR	09/2021	6.207.779	112.316	5.973.643	4.442.054	234.136	1.684	233.929	18,72%	15,16%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO PARANÁ/SÃO PAULO - SICREDI UNIÃO PR/SP	b3S	S4	I	2	MARINGA	PR	09/2021	6.180.190	3.508.717	5.537.497	3.646.256	642.693	23.678	626.720	14,57%	31,38%	0	112
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO OURO VERDE DO MATO GROSSO - SICREDI OURO VERDE MT	b3S	S4	I	2	LUCAS DO RIO VERDE	MT	09/2021	6.115.183	4.077.782	5.181.193	2.874.418	933.990	43.938	925.584	19,83%	6,08%	0	32
CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO	b3C	S4	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	5.794.716	35.460	5.607.863	0	186.853	1.909	186.558	20,28%	14,00%	0	0
HAITONG - PRUDENCIAL	b2	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	5.666.395	756.326	5.093.537	4.549.619	572.858	11.219	488.208	19,32%	1,60%	6	0
BANCO FIDIS - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	BETIM	MG	09/2021	5.655.781	5.020.985	4.654.057	4.513.921	1.001.724	37.206	995.811	21,38%	0,05%	3	0
INDUSTRIAL DO BRASIL - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	5.642.925	4.541.199	5.008.984	4.761.379	633.941	17.329	633.941	14,20%	7,48%	12	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO VALE DO PIQUIRI ABCD - SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD PR/SP	b3S	S4	I	2	PALOTINA	PR	09/2021	5.437.325	3.560.394	4.899.258	3.222.214	538.066	33.883	557.483	13,35%	9,06%	0	96

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1055

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO VANGUARDA DA REGIÃO DAS CATARATAS DO IGUAÇU E VALE DO PARAÍBA - SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ	b3S	S4	I	2	MEDIANEIRA	PR	09/2021	5.371.102	3.688.704	4.742.307	3.267.124	628.795	28.703	614.416	13,92%	18,96%	0	77
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO - AILOS	b3C	S4	I	2	BLUMENAU	SC	09/2021	5.189.276	501.603	4.687.957	413.751	501.319	0	360.987	36,97%	11,18%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS - SICOOB MAXICRÉDITO	b3S	S5	I	2	CHAPECO	SC	09/2021	5.066.760	3.432.584	4.454.970	3.894.218	611.790	44.732	574.672	16,28%	11,48%	0	91
RODOBENS - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	5.059.767	2.295.919	3.684.054	2.604.745	1.375.713	94.060	918.282	19,78%	50,90%	7	0
BANCO DIGIMAIS - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	4.986.759	2.323.504	4.642.386	3.744.784	344.373	20.192	309.961	12,49%	7,86%	4	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CAMPOS GERAIS - SICREDI CAMPOS GERAIS PR/SP	b3S	S4	I	2	PONTA GROSSA	PR	09/2021	4.795.114	2.447.669	4.368.364	3.369.273	426.750	22.103	420.268	14,09%	18,00%	0	33
UNIPRIME NORTE DO PARANÁ - COOPERATIVA DE CRÉDITO LTDA	b3S	S4	I	2	LONDRINA	PR	09/2021	4.667.884	2.270.774	3.956.506	3.705.538	711.378	31.905	709.618	20,82%	3,28%	0	38
COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES	b3C	S4	I	2	VITORIA	ES	09/2021	4.532.977	106.316	4.296.808	211.837	236.169	3.197	178.680	14,41%	10,41%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA.	b3S	S5	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	4.453.572	2.595.667	3.749.547	3.640.687	704.025	42.760	694.100	24,70%	6,50%	0	41
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO CENTRO NORTE DO BRASIL - CENTRAL SICREDI CENTRO NORTE	b3C	S4	I	2	CUIABA	MT	09/2021	4.417.446	0	4.073.770	0	343.676	0	81.519	25,83%	2,39%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO DE ESTADOS RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E MINAS GERAIS - SICREDI UNIESTADOS	b3S	S4	I	2	ERECHIM	RS	09/2021	4.233.875	2.843.184	3.805.218	2.564.274	428.658	23.583	435.236	13,77%	14,14%	0	57
BCO TRIANGULO S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	UBERLANDIA	MG	09/2021	4.224.870	2.606.212	3.599.219	2.644.091	625.651	8.891	508.785	12,84%	13,02%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI PIONEIRA RS - SICREDI PIONEIRA RS	b3S	S4	I	2	NOVA PETROPOLIS	RS	09/2021	4.181.995	2.583.727	3.663.728	3.161.184	518.266	22.038	501.606	16,77%	8,85%	0	44
REALIZE CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	3	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	4.121.579	3.750.204	3.405.477	783.230	716.102	29.870	593.151	16,14%	0,68%	2	0
SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MEDICOS E PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE DO BRASIL LTDA.	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	4.116.553	2.184.347	3.534.418	3.409.654	582.135	24.048	543.929	21,31%	2,75%	0	38
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI SERRANA RS/ES	b3S	S4	I	2	CARLOS BARBOSA	RS	09/2021	4.109.133	2.910.400	3.610.468	2.797.998	498.665	29.194	490.506	14,32%	6,49%	0	36

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1056

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA. - SICOOB CREDISUL.	b3S	S5	I	2	VILHENA	RO	09/2021	4.051.692	3.260.068	3.546.919	2.272.046	504.773	37.552	497.312	15,70%	10,28%	0	42
BCO CARGILL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	4.047.907	2.845.076	3.372.487	2.842.530	675.419	4.617	675.306	57,01%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE CRéDITO, POUPANçA E INVESTIMENTO UNIãO - SICREDI UNIAO RS/ES	b3S	S4	I	2	CERRO LARGO	RS	09/2021	4.039.209	2.628.179	3.470.676	2.191.131	568.533	21.119	548.666	18,40%	6,62%	0	47
CREDICOAMO CREDITO RURAL COOPERATIVA	b3S	S4	I	2	CAMPO MOURAO	PR	09/2021	3.997.550	1.898.595	3.057.108	2.940.567	940.442	29.837	937.481	46,82%	0,01%	0	46
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO PLANALTO – SICREDI PLANALTO RS/MG	b3S	S4	I	2	CRUZ ALTA	RS	09/2021	3.728.908	2.403.949	3.067.000	1.598.971	661.908	42.120	657.926	22,22%	1,52%	0	29
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO CENTRO SUL DO MATO GROSSO DO SUL – SICREDI CENTRO-SUL MS	b3S	S4	I	2	DOURADOS	MS	09/2021	3.697.040	2.437.611	3.043.825	2.196.369	653.216	40.451	645.897	22,98%	6,10%	0	40
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO SUDOESTE MT/PA - SICREDI SUDOESTE MT/PA	b3S	S4	I	2	TANGARA DA SERRA	MT	09/2021	3.666.068	2.482.780	3.084.092	2.074.242	581.975	48.657	574.610	18,98%	8,51%	0	51
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO	b3S	S5	I	2	RIO VERDE	GO	09/2021	3.534.424	2.723.435	2.793.607	2.090.058	740.817	44.344	718.906	28,15%	2,93%	0	19
RENDIMENTO - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	3.446.976	807.366	3.022.147	1.846.278	424.829	14.627	349.603	14,63%	4,59%	13	1
BANCO DIGIO - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	BARUERI	SP	09/2021	3.397.526	2.213.108	2.853.003	1.213.382	544.523	-15.457	434.815	16,11%	0,23%	2	0
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO UNICRED CONEXÃO LTDA - UNICRED CENTRAL CONEXÃO	b3C	S4	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	3.382.178	0	3.238.176	0	144.002	1.353	143.986	14,72%	2,23%	0	0
BCO DA CHINA BRASIL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	3.353.749	1.734.811	2.926.839	2.843.419	426.909	4.910	376.501	19,88%	0,61%	2	1
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NORTE/NORDESTE - CENTRAL SICREDI NORTE/NORDESTE	b3C	S4	I	2	CABEDELO	PB	09/2021	3.350.500	163.568	3.176.544	0	173.955	1.326	173.955	85,81%	3,48%	0	0
GENIAL - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	3.350.249	694.222	3.155.202	2.287.419	195.047	9.179	188.553	18,62%	25,27%	10	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO DO SUL, TOCANTINS E OESTE DA BAHIA - SICREDI UNIÃO MS/TO	b3S	S4	I	2	CAMPO GRANDE	MS	09/2021	3.339.714	1.937.952	2.974.483	1.948.598	365.231	20.285	359.973	16,05%	12,23%	0	35
WILL FINANCEIRA - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	3.336.604	632.944	2.998.983	1.625.665	337.621	-20.621	52.670	1,93%	20,87%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGU - SICREDI ARAXINGU	b3S	S4	I	2	CANARANA	MT	09/2021	3.303.125	2.436.693	2.769.132	1.152.483	533.993	42.557	529.733	18,03%	7,03%	0	20

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1057

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SORRISO - SICREDI CELEIRO MT/RR	b3S	S4	I	2	SORRISO	MT	09/2021	3.293.792	1.690.753	2.736.654	2.156.552	557.138	22.036	551.644	24,27%	8,78%	0	18
PAYPAL DO BRASIL SERV. DE PAGAMENTOS - PRUDENCIAL	n4		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	3.259.594	0	3.185.361	691.501	74.233	-52.503	NA	NA	NA	1	0
PEFISA S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	3.211.645	1.957.516	2.606.240	1.073.301	605.405	7.500	430.555	18,63%	15,57%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO NORTE MATO-GROSSENSE E OESTE PARAENSE – SICREDI GRANDES RIOS MT/PA	b3S	S4	I	2	COLIDER	MT	09/2021	3.175.823	2.165.159	2.710.858	1.795.735	464.965	26.366	458.421	17,50%	8,79%	0	40
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO	b3S	S4	I	2	CAMPO VERDE	MT	09/2021	3.173.381	2.537.181	2.774.852	1.319.962	398.529	18.093	393.133	14,57%	7,31%	0	17
INTESA SANPAOLO BRASIL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	3.099.596	2.035.513	2.139.038	2.078.953	960.558	7.464	960.410	59,32%	0,07%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA	b3S	S5	I	2	LINHARES	ES	09/2021	3.059.161	2.096.514	2.398.776	2.093.994	660.385	50.214	623.098	28,46%	5,25%	0	21
BCO CATERPILLAR S.A. - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	3.048.955	2.883.999	2.035.731	1.896.205	1.013.224	15.120	983.908	31,06%	0,67%	2	0
BCO ABN AMRO S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	3.027.454	0	2.430.363	1.063.664	597.091	4.264	591.516	62,35%	0,31%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DA REGIÃO DOS VALES - SICREDI REGIÃO DOS VALES RS	b3S	S4	I	2	ENCANTADO	RS	09/2021	3.004.617	1.235.254	2.414.256	2.084.972	590.361	24.463	576.539	31,93%	5,67%	0	21
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB METROPOLITANO	b3S	S5	I	2	MARINGA	PR	09/2021	2.907.773	1.766.292	2.625.404	2.350.447	282.369	8.373	270.888	13,39%	11,18%	0	97
BANCO IBM S.A. - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.857.273	2.478.147	2.405.055	2.166.443	452.218	9.682	439.532	49,49%	0,00%	2	0
STATE STREET BRASIL - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	2.852.353	0	2.442.119	1.028.255	410.234	2.766	404.606	406,81%	0,85%	2	0
AF DESENVOLVE SP S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	SAO PAULO	SP	09/2021	2.827.634	1.966.359	1.544.202	1.433.788	1.283.433	26.185	928.670	38,74%	3,16%	1	0
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DE MATO GROSSO DO SUL, GOIÁS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS – CENTRAL SICREDI BRASIL CENTRAL	b3C	S4	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	2.661.968	0	2.473.638	0	188.330	0	83.874	76,01%	1,74%	0	0
BADESUL DESENVOLVIMENTO AF/RS - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	2.637.392	1.992.318	1.881.717	1.581.551	755.675	11.792	649.844	26,64%	3,84%	2	0
COOPERFORTE - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DE FUNCIONÁRIOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS LTDA.	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	2.629.754	1.942.337	1.971.266	1.898.615	658.489	22.843	656.375	29,35%	1,09%	0	5
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CREDITO UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB	b3C	S4	I	2	MARINGA	PR	09/2021	2.615.264	27.933	2.465.428	5	149.836	-616	97.093	16,40%	27,04%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1058

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CELEIRO CENTRO OESTE – SICREDI CELEIRO CENTRO OESTE	b3S	S4	I	2	SAO GABRIEL DO OESTE	MS	09/2021	2.581.562	1.711.645	2.268.369	1.205.706	313.194	16.231	309.988	15,23%	11,15%	0	24
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS	b3S	S5	I	2	SAO MIGUEL D'OESTE	SC	09/2021	2.513.935	1.593.876	2.231.406	1.891.239	282.530	13.193	262.893	15,58%	10,37%	0	48
AF PARANÁ - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	CURITIBA	PR	09/2021	2.503.037	1.325.118	547.331	362.724	1.955.707	13.640	393.609	50,96%	0,12%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO ALTO URUGUAI - SICREDI ALTO URUGUAI RS/SC/MG	b3S	S4	I	2	RODEIO BONITO	RS	09/2021	2.487.841	1.842.495	2.159.287	1.470.328	328.554	14.963	322.157	15,25%	9,37%	0	34
BMW - PRUDENCIAL	n1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	2.485.407	2.290.197	1.968.504	1.860.692	516.903	23.364	516.409	22,14%	0,08%	4	0
BR PARTNERS - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	2.476.660	67.868	1.854.161	1.759.314	622.499	14.670	620.193	35,04%	0,76%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED VALOR CAPITAL LTDA – UNICRED VALOR CAPITAL	b3S	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	2.459.078	1.042.096	2.132.374	2.070.838	326.704	12.089	326.384	23,87%	3,73%	0	16
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP.	b3S	S5	I	2	PIMENTA BUENO	RO	09/2021	2.447.761	1.627.333	2.093.089	1.592.056	354.672	31.033	348.967	19,63%	5,01%	0	42
COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO	b3S	S5	I	2	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	ES	09/2021	2.364.294	1.490.178	1.869.869	1.705.904	494.425	30.731	466.587	29,13%	3,55%	0	31
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DA REGIÃO DA PRODUÇÃO - SICREDI REGIÃO DA PRODUÇÃO RS/SC/MG	b3S	S4	I	2	SARANDI	RS	09/2021	2.328.602	1.567.355	2.091.086	1.549.366	237.515	16.735	230.095	13,82%	16,50%	0	26
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DAS REGIÕES CENTRO DO RS E MG – SICREDI REGIÃO CENTRO RS/MG	b3S	S4	I	2	SANTA MARIA	RS	09/2021	2.248.162	1.331.653	1.875.702	1.306.443	372.460	12.623	366.323	24,55%	7,86%	0	30
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE	b3C	S4	I	2	PORTO VELHO	RO	09/2021	2.207.014	65.884	2.100.226	12.066	106.789	-640	95.033	18,70%	2,50%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI EVOLUÇÃO - SICREDI EVOLUÇÃO	b3S	S5	I	2	JOAO PESSOA	PB	09/2021	2.202.157	1.326.970	1.723.561	1.583.554	478.595	12.053	472.310	33,23%	7,13%	0	19
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - CRESOL CENTRAL SC/RS	b3C	S4	I	2	CHAPECO	SC	09/2021	2.185.200	2.630	2.117.312	1.203.496	67.888	-305	67.713	14,81%	3,64%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSÃO AGROEMPRESARIAL - SICREDI AGROEMPRESARIAL PR/SP	b3S	S4	I	2	MANDAGUARI	PR	09/2021	2.177.273	1.332.913	1.939.088	1.495.014	238.185	20.131	232.338	16,00%	11,96%	0	32
BNY MELLON - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.120.451	0	1.609.994	1.419.397	510.457	20.444	496.580	61,43%	5,30%	5	0
NEON PAGAMENTOS - PRUDENCIAL	n4		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	2.078.543	710.613	1.374.096	321.805	704.447	-163.575	NA	NA	NA	1	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1059

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO ALIANÇA RS/SC/ES - SICREDI ALIANÇA RS/SC/ES	b3S	S4	I	2	MARAU	RS	09/2021	2.057.249	1.284.694	1.827.065	1.277.861	230.184	13.267	226.277	14,69%	26,01%	0	33
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO OURO BRANCO – SICREDI OURO BRANCO RS	b3S	S4	I	2	TEUTONIA	RS	09/2021	2.027.800	1.316.511	1.706.388	1.267.191	321.411	12.568	316.044	21,26%	9,27%	0	23
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DA REGIÃO ALTOS DA SERRA - SICREDI ALTOS DA SERRA RS/SC	b3S	S4	I	2	TAPEJARA	RS	09/2021	1.994.270	1.453.470	1.743.007	1.053.664	251.263	12.097	245.896	15,16%	16,55%	0	32
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIVALES – SICREDI UNIVALES MT/RO	b3S	S4	I	2	JUINA	MT	09/2021	1.960.830	1.429.409	1.582.228	972.011	378.602	23.978	372.466	22,56%	7,20%	0	29
BCO LUSO BRASILEIRO S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.948.462	1.448.910	1.753.502	1.685.353	194.961	2.503	200.893	12,47%	9,34%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL	b3S	S5	I	2	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	09/2021	1.938.282	1.122.649	1.511.429	1.368.744	426.853	21.383	401.192	32,77%	2,31%	0	31
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO FRONTEIRAS DO PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO - SICREDI FRONTEIRAS PR/SC/SP	b3S	S4	I	2	CAPANEMA	PR	09/2021	1.934.003	1.438.835	1.667.932	1.083.690	266.070	13.482	259.393	15,70%	13,39%	0	36
COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CENTRAL CRESOL SICOPER	b3C	S4	I	2	PASSO FUNDO	RS	09/2021	1.927.169	23.620	1.880.655	1.254.992	46.513	-917	46.513	13,94%	2,00%	0	0
CENTRAL DE COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL LTDA - UNICRED CENTRAL RS	b3C	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	1.886.239	60.637	1.765.850	0	120.389	882	120.379	21,74%	6,82%	0	0
YAMAHA MOTOR - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	GUARULHOS	SP	09/2021	1.870.573	1.600.352	1.414.311	1.223.574	456.262	34.792	455.663	33,44%	0,09%	3	0
COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO ALIANÇA - SICREDI ALIANÇA PR/SP	b3S	S4	I	2	MARECHAL CANDIDO RONDON	PR	09/2021	1.867.025	1.310.818	1.612.971	1.063.295	254.054	11.827	249.643	15,11%	16,87%	0	26
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DE LAJEADO - SICREDI INTEGRAÇÃO RS/MG	b3S	S4	I	2	LAJEADO	RS	09/2021	1.831.515	997.400	1.558.966	1.386.771	272.548	13.532	268.323	20,58%	17,31%	0	22
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO ESSÊNCIA RS/ES – SICREDI ESSÊNCIA	b3S	S4	I	2	ITAQUI	RS	09/2021	1.815.317	1.153.213	1.392.193	923.607	423.124	15.457	418.583	31,07%	5,57%	0	14
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - SICREDI PLANALTO CENTRAL	b3S	S4	I	2	CRISTALINA	GO	09/2021	1.806.152	841.039	1.617.551	1.274.688	188.600	8.157	186.136	16,43%	13,87%	0	18

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1060

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRéDITO, POUPANçA E INVESTIMENTO INTERESTADOS - SICREDI INTERESTADOS RS/ES	b3S	S4	I	2	PELOTAS	RS	09/2021	1.766.977	1.059.655	1.509.565	991.168	257.412	17.501	252.830	20,54%	17,25%	0	21
CRED-SYSTEM SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	BARUERI	SP	09/2021	1.759.195	0	1.467.105	7	292.090	80.433	253.789	7,60%	2,17%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DE CAMPO GRANDE E REGIÃO - SICREDI CAMPO GRANDE MS	b3S	S4	I	2	CAMPO GRANDE	MS	09/2021	1.751.714	1.181.728	1.544.173	922.102	207.541	13.124	204.264	15,74%	6,86%	0	16
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DE IBIRAIARAS – SICREDI IBIRAIARAS RS/MG	b3S	S4	I	2	IBIRAIARAS	RS	09/2021	1.746.730	1.174.578	1.451.892	953.042	294.838	18.571	290.745	22,57%	4,30%	0	23
COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO IGUACU - SICREDI IGUACU PR/SC/SP	b3S	S4	I	2	SAO JOAO	PR	09/2021	1.739.199	1.165.591	1.474.163	1.093.183	265.036	15.999	260.173	19,20%	5,88%	0	28
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO REGIÕES DAS CULTURAS – SICREDI DAS CULTURAS RS/MG	b3S	S4	I	2	IJUI	RS	09/2021	1.738.431	1.172.996	1.425.285	837.480	313.147	16.338	307.815	20,86%	8,71%	0	21
NOVO BCO CONTINENTAL S.A. - BM - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	1.722.113	1.383.091	1.531.412	1.477.761	190.701	6.242	170.932	13,95%	3,24%	4	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SUL RIOGRANDENSE - SICREDI UNIÃO METROPOLITANA RS	b3S	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	1.717.473	973.711	1.562.676	1.383.581	154.797	9.579	161.695	15,14%	7,92%	0	22
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – SICOOB CREDIAUC	b3S	S5	I	2	CONCORDIA	SC	09/2021	1.693.373	1.101.614	1.479.521	1.222.454	213.852	13.691	194.922	16,01%	8,70%	0	23
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO INTEGRAÇÃO DE ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA - SICREDI INTEGRAÇÃO DE ESTADOS RS/SC	b3S	S4	I	2	PASSO FUNDO	RS	09/2021	1.686.607	1.183.556	1.478.445	960.194	208.162	13.916	204.615	15,28%	6,86%	0	20
COOPERATIVA DE CRÉDITO ARACOOP LTDA. - SICOOB ARACOOP	b3S	S5	I	2	ARAGUARI	MG	09/2021	1.649.239	1.279.209	1.390.046	1.029.578	259.192	14.225	247.950	20,06%	8,09%	0	21
COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO PARQUE DAS ARAUCARIAS - SICREDI PARQUE DAS ARAUCARIAS PR/SC/SP	b3S	S4	I	2	MARIOPOLIS	PR	09/2021	1.645.917	931.052	1.463.825	1.036.987	182.091	8.815	177.525	16,68%	10,90%	0	34
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE SANTA CATARINA - SICREDI NORTE SC	b3S	S4	I	2	JOINVILLE	SC	09/2021	1.622.234	942.745	1.415.673	1.262.240	206.561	13.359	208.753	19,08%	8,36%	0	23
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE DO ITAJAÍ E LITORAL CATARINENSE – SICREDI VALE LITORAL SC	b3S	S4	I	2	ITAPEMA	SC	09/2021	1.605.456	1.030.583	1.414.494	1.261.339	190.962	12.779	187.262	16,60%	12,78%	0	25

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1061

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB OURO VERDE	b3S	S5	I	2	LONDRINA	PR	09/2021	1.598.692	1.073.671	1.451.258	1.151.815	147.434	2.475	140.180	11,60%	15,87%	0	54
BANCO TOPÁZIO S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	1.577.938	799.270	1.443.499	1.298.843	134.439	7.906	127.898	22,04%	3,19%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED UNIÃO LTDA - UNICRED UNIÃO	b3S	S5	I	2	ITAJAI	SC	09/2021	1.570.084	942.706	1.382.339	1.329.782	187.745	12.866	187.716	17,11%	4,28%	0	16
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO BOTUCARAÍ – SICREDI BOTUCARAÍ RS/MG	b3S	S4	I	2	SOLEDADE	RS	09/2021	1.567.220	1.192.315	1.314.673	799.329	252.547	9.317	248.667	18,37%	11,86%	0	18
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED CENTRAL MULTIRREGIONAL LTDA. - UCM	b3C	S4	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	1.566.518	62.861	1.461.220	0	105.298	122	95.680	25,10%	0,37%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO NOROESTE RS – SICREDI NOROESTE RS	b3S	S4	I	2	TRES DE MAIO	RS	09/2021	1.565.844	1.041.495	1.230.647	771.667	335.196	11.937	328.675	27,93%	11,73%	0	18
COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA. - SICOOB AGROCREDI	b3S	S4	I	2	GUAXUPE	MG	09/2021	1.554.617	530.027	1.248.381	1.164.018	306.237	12.513	306.237	30,49%	4,74%	0	27
BANCO PAULISTA - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.541.186	741.508	1.347.810	1.272.732	193.376	5.224	172.504	11,10%	1,52%	2	0
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA	b3C	S4	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	1.538.603	15.199	1.406.238	26	132.365	3.363	32.902	15,71%	21,93%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NOROESTE DE MATO GROSSO, ACRE E AMAZONAS - SICREDI BIOMAS	b3S	S4	I	2	ARAPUTANGA	MT	09/2021	1.519.540	1.109.460	1.294.755	771.436	224.785	14.555	220.761	15,42%	13,91%	0	24
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MEDICOS DE PORTO ALEGRE LTDA-UNICRED PORTO ALEGRE	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	1.497.883	867.767	1.288.402	1.233.968	209.481	10.640	209.477	20,21%	3,01%	0	19
BCO KDB BRASIL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	1.494.560	80.310	1.209.137	1.174.674	285.423	1.643	285.343	98,41%	0,16%	2	0
COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CREDITO	b3S	S4	I	2	GUARIBA	SP	09/2021	1.488.329	478.390	1.117.375	1.074.212	370.955	9.774	370.667	39,87%	3,74%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO RAÍZES – SICREDI RAÍZES RS/SC/MG	b3S	S4	I	2	CAMPO NOVO	RS	09/2021	1.473.035	1.039.112	1.184.290	816.296	288.744	13.886	283.508	23,70%	4,65%	0	32
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB ENGECRED LTDA.	b3S	S5	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	1.468.444	820.948	1.185.230	1.124.323	283.214	13.355	264.592	29,87%	1,83%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE GOIANO	b3S	S5	I	2	ANAPOLIS	GO	09/2021	1.463.166	1.009.031	1.256.514	913.236	206.652	8.641	204.314	20,15%	8,88%	0	25
HP FINANCIAL SERVICES AM S.A - PRUDENCIAL	n1	S4	I	3	BARUERI	SP	09/2021	1.462.504	1.457.102	746.951	610.994	715.553	12.780	715.553	42,78%	0,00%	4	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1062

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
UNIPRIME CENTRAL - CENTRAL INTERESTADUAL DE COOPERATIVAS DE CREDITO LTDA.	b3C	S4	I	2	LONDRINA	PR	09/2021	1.458.899	0	1.411.431	1	47.468	31	44.237	28,99%	3,77%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO INTEGRAÇÃO DO SUL DE MATO GROSSO, AMAPÁ E PARÁ - SICREDI INTEGRAÇÃO MT/AP/PA	b3S	S4	I	2	RONDONOPOLIS	MT	09/2021	1.448.584	797.432	1.252.840	802.776	195.744	10.598	192.660	20,17%	13,40%	0	14
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP	b3C	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.443.556	15.424	1.313.521	1.151.999	130.036	2.945	13.961	11,04%	30,57%	0	0
RENASCENCA DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.439.177	0	1.365.210	1.324.739	73.967	3.007	73.967	38,80%	1,96%	2	0
COOPERATIVA DE CREDITO CENTRO-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO-SERRANO	b3S	S5	I	2	SANTA MARIA DE JETIBA	ES	09/2021	1.433.601	963.884	1.177.216	1.056.714	256.385	16.069	238.357	23,26%	4,52%	0	16
COOPERATIVA DE CRÉDITO INTEGRAÇÃO ROTA DAS TERRAS – SICREDI INTEGRAÇÃO ROTA DAS TERRAS RS/MG	b3S	S4	I	2	TAPERA	RS	09/2021	1.394.087	1.052.722	1.139.482	599.132	254.605	12.387	252.075	21,72%	6,55%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO PROGRESSO - SICREDI PROGRESSO PR/SP	b3S	S4	I	2	TOLEDO	PR	09/2021	1.392.806	970.742	1.220.609	817.945	172.197	8.037	168.681	13,59%	9,60%	0	20
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED CENTRO-SUL LTDA - UNICRED CENTRO-SUL	b3S	S5	I	2	CRICIUMA	SC	09/2021	1.380.994	768.455	1.202.917	1.166.114	178.077	8.852	178.032	20,53%	3,58%	0	14
SOROCRED - PRUDENCIAL	b1		I	2	BARUERI	SP	09/2021	1.343.178	790.265	1.180.330	728.807	162.848	-16.802	*	*	*	3	1
BANCO PACCAR - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	PONTA GROSSA	PR	09/2021	1.332.276	1.312.759	826.118	735.991	506.158	2.493	502.966	36,98%	0,12%	2	0
SICREDI EXPANSÃO - COOPERATIVA DE CRÉDITO	b3S	S5	I	2	MACEIO	AL	09/2021	1.331.482	824.137	1.123.884	1.042.915	207.599	13.090	203.789	23,37%	8,02%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS - SICOOB CREDICANOINHAS/SC	b3S	S5	I	2	CANOINHAS	SC	09/2021	1.315.120	980.774	1.156.951	927.036	158.169	7.252	145.939	15,56%	10,05%	0	34
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVAR LTDA. - SICOOB CREDIVAR	b3S	S5	I	2	VARGINHA	MG	09/2021	1.307.366	768.571	1.145.525	1.015.427	161.842	11.333	147.443	17,57%	10,70%	0	26
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MEDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE DO ESTADO DE SAO PAULO LTDA UNICRED DO ESTADO DE SAO PAULO	b3S	S5	I	2	CAMPINAS	SP	09/2021	1.292.228	676.868	1.133.396	1.103.998	158.832	8.133	158.818	20,88%	1,31%	0	24
BANCO BARI DE INVESTIMENTO E FINANCI. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	1.289.991	928.750	1.146.112	1.063.450	143.878	211	109.930	15,61%	9,01%	4	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1063

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ITAIPU SICOOB CREDITAIPU	b3S	S5	I	2	PINHALZINHO	SC	09/2021	1.282.122	701.699	1.074.366	900.350	207.757	7.946	188.988	21,34%	8,70%	0	20
GUIDE INVESTIMENTOS - PRUDENCIAL	n2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	1.275.340	0	1.092.852	929.959	182.488	-22.758	36.102	6,29%	55,85%	8	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SICREDI SUL SC	b3S	S4	I	2	CRICIUMA	SC	09/2021	1.274.387	799.180	1.132.953	922.521	141.434	8.728	142.476	16,03%	8,43%	0	16
BANCO B3 - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.261.030	0	1.126.537	1.096.702	134.494	7.722	132.991	87,82%	0,20%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CENTRO SUL - SICREDI CENTRO SUL PR/SC/RJ	b3S	S4	I	2	PRUDENTOPOLIS	PR	09/2021	1.257.604	806.006	1.098.453	671.823	159.151	5.874	154.757	17,05%	16,93%	0	25
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CENTRO SERRA - SICREDI CENTRO SERRA RS	b3S	S4	I	2	AGUDO	RS	09/2021	1.249.273	661.925	972.580	716.732	276.693	8.995	272.901	34,16%	2,21%	0	15
BANCO RIBEIRÃO PRETO - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	RIBEIRAO PRETO	SP	09/2021	1.248.910	580.089	1.065.724	1.036.641	183.186	835	183.186	16,42%	5,73%	2	0
UBS - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	1.242.205	0	737.147	0	505.058	43.373	459.165	52,65%	6,50%	5	0
RANDON - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	CAXIAS DO SUL	RS	09/2021	1.237.960	1.040.575	964.785	838.675	273.175	12.566	266.789	16,88%	1,00%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB NORTE	b3S	S5	I	2	SAO GABRIEL DA PALHA	ES	09/2021	1.235.068	692.843	975.473	810.833	259.594	20.284	239.904	30,73%	3,24%	0	19
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SUL CATARINENSE - SICOOB CREDISULCA SC	b3S	S5	I	2	TURVO	SC	09/2021	1.213.868	531.452	1.023.192	925.614	190.677	8.893	176.562	26,65%	5,46%	0	25
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS AURIVERDE - SICOOB - CREDIAL SC/RS	b3S	S5	I	2	CUNHA PORA	SC	09/2021	1.193.840	811.995	987.532	822.365	206.307	8.640	189.316	19,80%	7,83%	0	13
BCO DES. DO ES S.A. - PRUDENCIAL	b4	S4	I	1	VITORIA	ES	09/2021	1.191.226	657.834	883.814	582.754	307.413	26.839	231.036	27,07%	0,90%	2	0
AF DO ESTADO DE SC S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	1.183.655	834.615	465.632	337.075	718.022	5.572	509.233	55,19%	0,40%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO POUPANÇA E INVESTIMENTO PANTANAL DO MATO GROSSO DO SUL - SICREDI PANTANAL MS	b3S	S4	I	2	MARACAJU	MS	09/2021	1.175.548	841.360	959.479	518.289	216.069	15.187	214.377	21,55%	5,60%	0	8
BCO KEB DO BRASIL SA - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	1.171.780	238.471	1.014.390	999.135	157.389	1.473	157.263	58,72%	0,49%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO NOVOS HORIZONTES - SICREDI NOVOS HORIZONTES PR/SP	b3S	S4	I	2	ARAPOTI	PR	09/2021	1.168.613	587.027	1.062.070	819.582	106.543	4.439	104.805	15,78%	16,74%	0	15
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO VALE DO RIO PARDO - SICREDI VALE DO RIO PARDO RS	b3S	S4	I	2	SANTA CRUZ DO SUL	RS	09/2021	1.164.428	852.786	965.212	735.860	199.216	9.704	194.933	20,42%	11,96%	0	16
COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRO LESTE - SICREDI CENTRO LESTE RS	b3S	S4	I	2	CACHOEIRA DO SUL	RS	09/2021	1.162.354	778.608	1.007.426	719.095	154.928	10.132	151.196	17,71%	11,73%	0	16

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1064

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO NOSSA TERRA - SICREDI NOSSA TERRA PR/SP	b3S	S4	I	2	CAFELANDIA	PR	09/2021	1.159.044	721.079	1.010.703	679.141	148.341	5.044	145.434	16,30%	23,69%	0	22
COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA	b3S	S5	I	2	JACINTO MACHADO	SC	09/2021	1.150.615	628.828	995.750	856.778	154.865	8.311	141.687	19,20%	20,79%	0	15
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CASCAVEL E REGIÃO - SICOOB CREDICAPITAL	b3S	S5	I	2	CASCAVEL	PR	09/2021	1.144.992	888.847	1.023.924	786.653	121.068	5.538	117.203	12,77%	15,05%	0	33
ICBC DO BRASIL BM S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	1.143.894	415.242	980.229	974.618	163.665	-3.054	163.491	26,35%	0,45%	2	0
CAIXA GERAL - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	1.142.665	305.429	841.395	687.530	301.270	-2.038	301.441	37,46%	0,50%	4	0
COOPERATIVA DE CREDITO COM INTERACAO SOLIDARIA PIONEIRA - CRESOL PIONEIRA	b3S	S5	I	2	DOIS VIZINHOS	PR	09/2021	1.134.866	914.741	1.007.734	405.105	127.132	5.623	127.132	15,99%	5,22%	0	19
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO MÉDIO PIRACICABA E DO CIRCUITO DO OURO LTDA. - SICOOB CREDIMEPI	b3S	S5	I	2	JOAO MONLEVADE	MG	09/2021	1.130.906	716.557	988.929	967.365	141.977	8.248	135.182	18,02%	11,95%	0	22
COOPERATIVA DE CREDITO DO ALTO PARANAIBA E REGIÃO LTDA. - SICOOB CREDIPATOS	b3S	S5	I	2	PATOS DE MINAS	MG	09/2021	1.129.831	884.223	997.663	647.832	132.168	7.595	116.892	13,93%	9,28%	0	14
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA ZONA DA MATA LTDA SICOOB COOPEMATA	b3S	S5	I	2	CATAGUASES	MG	09/2021	1.127.540	840.384	973.842	943.351	153.697	9.595	145.683	18,72%	6,88%	0	17
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED DESBRAVADORA LTDA - UNICRED DESBRAVADORA	b3S	S5	I	2	CHAPECO	SC	09/2021	1.114.861	704.637	1.000.996	971.852	113.866	4.404	113.847	14,52%	11,53%	0	17
MONEY PLUS SCMEPP LTDA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.112.354	475.129	1.031.914	962.089	80.440	21.847	77.698	13,67%	0,83%	4	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE	b3S	S4	I	2	PIRACICABA	SP	09/2021	1.109.360	372.895	989.375	955.246	119.985	2.245	119.658	18,02%	5,52%	0	21
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO VINHO - SICOOB VALE DO VINHO	b3S	S5	I	2	VIDEIRA	SC	09/2021	1.108.215	616.907	972.698	733.339	135.517	7.790	125.291	14,75%	12,02%	0	29
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS PROPRIETÁRIOS DA INDÚSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCÁRIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS	b3S	S5	I	2	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	09/2021	1.107.635	694.006	948.535	901.955	159.100	8.940	147.817	20,70%	5,94%	0	17
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NORTE DO PARANÁ E SUL DE SÃO PAULO - SICREDI NORTE SUL PR/SP	b3S	S4	I	2	SANTO ANTONIO DA PLATINA	PR	09/2021	1.107.493	642.483	984.481	693.446	123.012	5.748	118.770	16,14%	15,32%	0	22
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE EMPRESÁRIOS - SICOOB/TRANSCREDI	b3S	S5	I	2	CONCORDIA	SC	09/2021	1.102.295	807.844	942.429	895.728	159.866	11.385	149.515	19,06%	4,28%	0	6

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1065

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO UNICRED INTEGRAÇÃO LTDA.	b3S	S5	I	2	CAXIAS DO SUL	RS	09/2021	1.097.324	728.135	970.498	936.566	126.826	5.376	126.766	16,20%	9,09%	0	11
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA LTDA.	b3S	S5	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	1.095.728	679.272	900.091	796.776	195.636	9.501	163.156	23,69%	4,56%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL	b3S	S5	I	2	TOLEDO	PR	09/2021	1.085.847	737.716	969.105	804.103	116.742	5.768	113.083	12,86%	9,64%	0	25
M PAGAMENTOS S.A. CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	BARUERI	SP	09/2021	1.077.916	426.664	726.660	480.141	351.256	8.574	322.587	15,25%	0,36%	2	0
COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO RIO PARANA - SICREDI RIO PARANA PR/SP	b3S	S4	I	2	NOVA LONDRINA	PR	09/2021	1.073.152	677.597	931.561	607.476	141.591	9.205	137.654	18,00%	11,52%	0	30
COOPERATIVA DE CRéDITO, POUPANçA E INVESTIMENTO CAMINHO DAS ÁGUAS RS - SICREDI CAMINHO DAS ÁGUAS RS	b3S	S4	I	2	ROLANTE	RS	09/2021	1.068.931	725.497	971.386	783.920	97.545	4.635	107.320	14,12%	12,94%	0	22
BCO WOORI BANK DO BRASIL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	1.066.826	93.312	960.968	946.932	105.858	3.618	95.623	28,70%	1,61%	3	0
BANCO SEMEAR - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	1.064.199	718.826	934.852	865.189	129.347	362	116.930	12,82%	1,31%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE - SICOOB CREDINORTE	b3S	S5	I	2	MAFRA	SC	09/2021	1.063.317	693.037	949.423	657.267	113.894	6.825	105.395	12,97%	19,05%	0	10
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DE ESPUMOSO – SICREDI ESPUMOSO RS/MG	b3S	S4	I	2	ESPUMOSO	RS	09/2021	1.060.471	765.346	814.421	369.003	246.050	12.566	244.290	25,25%	6,07%	0	15
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO PONTAL DO TRIANGULO LTDA - SICOOB CREDIPONTAL	b3S	S5	I	2	ITUIUTABA	MG	09/2021	1.060.236	751.064	943.919	688.062	116.317	5.507	108.345	15,39%	1,38%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO PARANAPANEMA PR/SP - SICREDI PARANAPANEMA PR/SP	b3S	S4	I	2	CAMBARA	PR	09/2021	1.049.355	679.922	952.364	638.623	96.991	7.469	98.321	13,81%	13,65%	0	28
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE SUL	b3S	S5	I	2	FRANCISCO BELTRAO	PR	09/2021	1.045.242	823.420	935.776	643.025	109.466	4.766	105.874	12,51%	14,78%	0	33
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SUL MINAS DO RIO GRANDE DO SUL E MINAS GERAIS – SICREDI SUL MINAS RS/MG.	b3S	S4	I	2	ESTACAO	RS	09/2021	1.040.381	706.582	891.686	530.072	148.695	6.340	150.954	16,47%	10,04%	0	16
OURINVEST - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.036.939	54.842	900.505	234.668	136.435	432	136.256	20,91%	1,34%	2	0
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS	b3C	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.033.753	30.000	980.057	0	53.696	766	39.140	14,17%	4,64%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1066

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS, PROFISSIONAIS DA SAÚDE E EMPRESÁRIOS DE MATO GROSSO	b3S	S5	I	2	CUIABA	MT	09/2021	1.032.355	673.078	835.009	788.345	197.346	7.930	197.342	27,91%	4,38%	0	14
COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL	b3S	S5	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	1.031.359	671.553	911.363	818.469	119.996	3.590	115.673	16,10%	5,09%	0	31
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO VALE DO JAGUARI E ZONA DA MATA – SICREDI VALE DO JAGUARI E ZONA DA MATA RS/MG	b3S	S4	I	2	SANTIAGO	RS	09/2021	1.030.524	679.524	768.100	397.206	262.424	13.125	259.131	32,16%	4,68%	0	13
DESENBAHIA AG FOMENTO BAHIA SA - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	SALVADOR	BA	09/2021	1.023.780	658.409	374.329	330.692	649.451	44	344.967	48,10%	10,32%	2	0
TULLETT PREBON BRASIL S.A. CTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	1.013.880	4.560	927.604	84.139	86.276	115	84.014	23,63%	5,17%	7	0
COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO	b3S	S5	I	2	JI-PARANA	RO	09/2021	1.006.577	793.502	874.379	515.962	132.199	8.707	128.533	15,83%	9,21%	0	17
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS DE CRÉDITO E ECONOMIA FAMILIAR E SOLIDÁRIA - CRESOL CONFEDERAÇÃO	b3C	S4	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	981.193	560	949.332	0	31.861	3.986	26.637	119,69%	19,58%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO CERRADO DE GOIÁS - SICREDI CERRADO GO	b3S	S4	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	978.815	588.150	857.190	656.801	121.625	6.193	119.976	16,17%	12,87%	0	19
CONFIDENCE - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	951.760	0	814.960	162.780	136.800	6.900	92.149	13,40%	9,50%	20	0
SICREDI CEARÁ CENTRO NORTE - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRO NORTE DO CEARÁ	b3S	S5	I	2	FORTALEZA	CE	09/2021	935.354	426.117	794.604	733.698	140.750	6.570	137.758	24,61%	6,36%	0	15
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO INTEGRAÇÃO - SICREDI INTEGRAÇÃO PR/SC	b3S	S4	I	2	LAPA	PR	09/2021	925.865	389.328	827.058	642.103	98.807	4.858	95.989	20,20%	7,63%	0	21
COOPERATIVA DE CREDITO CREDICERIPA - SICOOB CREDICERIPA	b3S	S4	I	2	ITAI	SP	09/2021	925.378	492.845	831.422	736.211	93.956	3.128	93.888	13,55%	15,00%	0	29
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDILIVRE LTDA. - SICOOB CREDILIVRE	b3S	S5	I	2	MANHUACU	MG	09/2021	923.151	587.945	788.557	561.898	134.594	5.751	121.429	20,37%	16,90%	0	19
BCO GUANABARA S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	919.261	657.433	748.933	730.014	170.328	-2.062	169.519	18,74%	0,79%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED VALE EUROPEU SANTA CATARINA LTDA - UNICRED VALE EUROPEU	b3S	S5	I	2	BLUMENAU	SC	09/2021	915.803	542.131	818.707	787.606	97.096	5.159	97.093	15,60%	8,30%	0	11
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO GRANDES LAGOS DO PARANÁ E LITORAL PAULISTA – SICREDI GRANDES LAGOS PR/SP	b3S	S4	I	2	LARANJEIRAS DO SUL	PR	09/2021	915.021	632.039	790.166	470.272	124.854	5.447	121.919	17,13%	12,25%	0	23

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1067

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - VIACREDI ALTO VALE	b3S	S5	I	2	IBIRAMA	SC	09/2021	885.149	622.310	749.717	690.046	135.432	5.176	135.428	18,53%	5,36%	0	25
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUL DE MINAS LTDA - SICOOB CREDIVASS	b3S	S5	I	2	SAO GONCALO DO SAPUCAI	MG	09/2021	882.884	590.894	767.085	664.486	115.799	8.039	108.214	17,70%	16,53%	0	35
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL	b3C	S4	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	878.971	178.418	646.495	0	232.476	5.034	51.068	27,96%	5,20%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP	b3S	S4	I	2	GUARAPUAVA	PR	09/2021	875.164	481.627	736.330	464.068	138.835	6.401	136.525	20,21%	11,85%	0	17
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS OESTE CATARINENSE	b3S	S5	I	2	PALMITOS	SC	09/2021	871.207	575.697	743.175	575.091	128.032	6.367	117.767	17,64%	14,89%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DO CIRCUITO CAMPOS DAS VERTENTES LTDA - SICOOB COPERMEC	b3S	S5	I	2	CLAUDIO	MG	09/2021	868.009	538.495	751.449	725.945	116.561	7.819	109.726	19,34%	15,72%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE - SICOOB CREDIVALE/SC	b3S	S5	I	2	BRACO DO NORTE	SC	09/2021	867.006	505.637	779.984	642.143	87.022	4.646	81.637	14,13%	23,03%	0	15
COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPERAÇÃO RS/SC – SICREDI COOPERAÇÃO RS/SC	b3S	S4	I	2	NAO-ME-TOQUE	RS	09/2021	864.623	620.320	698.698	427.501	165.925	7.026	163.788	21,12%	5,22%	0	16
LEASEPLAN AM S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	3	BARUERI	SP	09/2021	864.256	167.693	651.537	473.665	212.719	12.264	211.192	21,35%	0,32%	2	0
SINGULARE CTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	854.480	0	794.365	730.171	60.115	3.234	54.245	15,34%	16,18%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO PARANAÍBA, NOROESTE E OESTE DE MINAS LTDA - UNICRED INTEGRAÇÃO DE MINAS	b3S	S5	I	2	PATOS DE MINAS	MG	09/2021	854.217	618.316	752.127	720.717	102.089	9.108	102.089	16,01%	5,22%	0	15
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DA REGIÃO CENTRO OESTE PAULISTA - SICREDI CENTRO OESTE PAULISTA	b3S	S4	I	2	MARILIA	SP	09/2021	841.745	508.678	745.428	642.275	96.317	3.095	93.851	17,21%	15,98%	0	16
COOPERATIVA DE CRÉDITO - SICREDI RIO GRANDE DO NORTE	b3S	S5	I	2	NATAL	RN	09/2021	835.793	420.270	716.790	663.913	119.004	11.147	117.260	22,78%	10,56%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIGUAÇU - SICOOB CREDIGUAÇU	b3S	S4	I	2	DESCALVADO	SP	09/2021	831.751	451.910	702.025	668.318	129.727	3.079	129.572	19,27%	16,91%	0	30

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1068

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS E EMPREGADOS DOS TRANSPORTES E CORREIOS DO SUL DO BRASIL - TRANSPOCRED	b3S	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	830.915	641.396	719.521	677.237	111.394	2.129	111.388	17,13%	4,89%	0	32
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA FRONTEIRA SUL – SICREDI FRONTEIRA SUL RS	b3S	S4	I	2	BAGE	RS	09/2021	824.293	521.420	675.559	481.233	148.734	8.776	146.377	28,17%	5,93%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DO VALE EUROPEU - CRESOL VALE EUROPEU	b3S	S5	I	2	AGUAS MORNAS	SC	09/2021	823.527	612.841	713.325	430.626	110.202	4.277	110.202	19,27%	12,34%	0	37
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO CENTRAL E OESTE MINEIRO LTDA. - SICOOB DIVICRED	b3S	S5	I	2	DIVINOPOLIS	MG	09/2021	812.970	569.024	714.736	689.285	98.234	6.197	93.528	17,41%	10,60%	0	17
CARUANA SCFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	810.215	667.499	699.592	662.227	110.623	-839	129.104	14,45%	0,98%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO ALTO VALE DO ITAJAÍ - SICOOB ALTO VALE	b3S	S5	I	2	RIO DO SUL	SC	09/2021	806.756	483.008	726.916	639.848	79.840	5.982	74.821	14,29%	8,18%	0	21
CREDIARE CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	FARROUPILHA	RS	09/2021	806.221	662.456	623.507	473.609	182.714	4.406	156.005	24,72%	1,29%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA	b3S	S5	I	2	BURITIS	RO	09/2021	805.019	618.988	653.053	443.226	151.966	8.403	145.384	23,28%	13,35%	0	23
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO OESTE MINEIRO LTDA. - SICOOB CREDICOPA	b3S	S5	I	2	PATOS DE MINAS	MG	09/2021	802.000	544.410	665.029	588.352	136.971	8.109	129.739	23,86%	18,71%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO MÉDIO LESTE DE MATO GROSSO - SICOOB PRIMAVERA MT	b3S	S5	I	2	PRIMAVERA DO LESTE	MT	09/2021	778.136	648.783	683.285	503.917	94.851	4.896	90.974	14,35%	7,85%	0	5
BOLETOBANCARIO.COM TEC PAGAMENTOS - PRUDENCIAL	n4		I	2	CURITIBA	PR	09/2021	777.831	0	773.487	740.263	4.344	1.199	NA	NA	NA	1	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO VALOR SUSTENTÁVEL - SICREDI VALOR SUSTENTÁVEL PR/SP	b3S	S4	I	2	JANDAIA DO SUL	PR	09/2021	767.026	552.288	693.928	416.649	73.099	3.269	70.980	10,96%	17,93%	0	16
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE PRIMAVERA DO LESTE	b3S	S5	I	2	PRIMAVERA DO LESTE	MT	09/2021	763.242	470.277	643.873	623.127	119.369	2.834	115.209	22,03%	53,31%	0	2
MIRAE CCTVM LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	762.198	6.554	489.305	451.659	272.894	2.830	271.131	86,95%	1,31%	2	0
ÓRAMA DTVM S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	754.626	0	712.598	335.063	42.027	-17.968	15.266	8,74%	42,43%	2	0
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO - SICOOB CENTRAL RONDON	b3C	S4	I	2	CUIABA	MT	09/2021	747.906	20.054	685.765	0	62.141	850	54.054	27,19%	7,29%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1069

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS	b3S	S5	I	2	PAPANDUVA	SC	09/2021	745.115	438.455	654.652	507.919	90.463	2.296	83.755	16,37%	11,96%	0	15
BANCO MONEO S.A. - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	CAXIAS DO SUL	RS	09/2021	745.000	713.828	518.537	506.177	226.463	2.674	226.160	26,83%	0,41%	2	0
SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO	b3S	S5	I	2	TAUBATE	SP	09/2021	735.017	489.997	654.603	609.894	80.414	2.421	75.667	14,75%	11,64%	0	19
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS UNICRED LTDA. - UNICRED DO BRASIL.	b3C	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	724.168	0	629.569	348	94.600	1.979	52.772	74,19%	24,73%	0	1
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DAS UNICREDS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DO MATO GROSSO LTDA UNICRED CENTRAL RJ/MT	b3C	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	722.371	0	689.520	8.159	32.850	0	32.846	18,85%	1,62%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA FRONTEIRAS PR/SC/SP/ES - CRESOL FRONTEIRAS PR/SC/SP/ES	b3S	S5	I	2	REALEZA	PR	09/2021	722.225	585.241	631.593	274.396	90.632	5.165	90.632	17,52%	9,08%	0	27
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL - SICOOB UNIÃO MT/MS	b3S	S5	I	2	CUIABA	MT	09/2021	721.682	552.710	652.455	540.585	69.227	-375	66.486	12,24%	11,01%	0	15
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO PARANAÍBA LTDA.	b3S	S5	I	2	QUIRINOPOLIS	GO	09/2021	714.346	380.247	570.648	422.545	143.698	4.799	116.897	27,04%	8,58%	0	15
AGENCIA FOMENTO EST RJ S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	713.260	311.434	219.988	98.400	493.272	3.698	442.892	94,91%	0,54%	1	0
MS BANK S.A. BCO CÂMBIO - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	712.343	0	683.211	9.716	29.132	-671	28.554	4,20%	2,40%	3	0
CREDISIS CREDIARI - COOPERATIVA DE CRÉDITO LTDA.	b3S	S5	I	2	ARIQUEMES	RO	09/2021	710.332	521.891	447.577	392.052	262.755	11.839	262.560	52,95%	5,04%	0	10
FORTBRASIL IP - PRUDENCIAL	n4		I	2	FORTALEZA	CE	09/2021	700.969	604.767	654.418	117.088	46.551	6.905	NA	NA	NA	1	0
BRK S.A. CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	700.565	542.054	658.926	626.254	41.640	6.203	5.376	0,95%	12,30%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAÚNA E REGIÃO LTDA - SICOOB CENTRO-OESTE	b3S	S5	I	2	ITAUNA	MG	09/2021	695.063	307.368	600.589	588.222	94.474	3.567	89.205	24,10%	6,98%	0	7
ZEMA CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	ARAXA	MG	09/2021	690.176	717.997	463.912	396.908	226.264	11.076	223.380	21,60%	0,67%	3	0
COOPERATIVA DE CREDITO CREDISUDESTE LTDA. - SICOOB CREDISUDESTE	b3S	S5	I	2	MURIAE	MG	09/2021	689.859	439.103	620.403	491.790	69.456	3.912	61.267	13,03%	23,66%	0	25
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA TRADIÇÃO – CRESOL TRADIÇÃO	b3S	S5	I	2	FRANCISCO BELTRAO	PR	09/2021	682.420	531.308	592.580	289.251	89.840	3.928	89.840	18,81%	8,15%	0	12

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1070

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE E NOROESTE DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CREDIGERAIS	b3S	S5	I	2	PARACATU	MG	09/2021	673.962	503.018	533.402	374.632	140.559	9.336	133.893	26,13%	6,90%	0	13
BCO TRICURY S.A. - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	673.874	304.919	424.666	411.380	249.208	4.709	249.174	53,24%	5,86%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB CREDICAF	b3S	S5	I	2	LAJINHA	MG	09/2021	671.083	483.886	580.734	379.531	90.350	5.913	80.185	16,73%	9,89%	0	11
DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	669.435	367.537	593.296	295.917	76.139	1.244	76.139	18,65%	0,24%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPACREDI LTDA. - SICOOB COOPACREDI	b3S	S5	I	2	PATROCINIO	MG	09/2021	666.243	454.905	556.649	401.121	109.594	6.284	101.016	20,98%	26,13%	0	18
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA UNIÃO DOS VALES DO PIRANGA E MATIPÓ LTDA. SICOOB UNIÃO	b3S	S5	I	2	RAUL SOARES	MG	09/2021	664.229	469.727	580.157	441.442	84.072	5.038	76.782	15,62%	25,85%	0	24
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA.	b3C	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	663.179	25.132	617.110	0	46.069	917	28.218	16,98%	22,01%	0	1
BCO ARBI S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	661.011	176.820	613.589	605.770	47.422	577	45.044	18,76%	20,93%	3	0
UNIPRIME CENTRO-OESTE DO BRASIL - COOPERATIVA DE CRÉDITO	b3S	S5	I	2	CAMPO GRANDE	MS	09/2021	660.135	431.652	534.155	520.857	125.980	4.687	125.976	28,09%	7,12%	0	14
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB NOSSACOOP	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	651.399	380.309	594.897	572.253	56.502	1.417	51.004	12,93%	27,05%	0	27
CHG-MERIDIAN DO BRASIL AM S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	3	BARUERI	SP	09/2021	643.333	473.048	549.840	482.492	93.494	19.647	93.494	35,89%	1,43%	2	0
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA – SICOOB CENTRAL BA	b3C	S4	I	2	SALVADOR	BA	09/2021	642.961	34.110	565.534	7.689	77.427	1.433	41.201	25,28%	2,87%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO	b3S	S5	I	2	PATO BRANCO	PR	09/2021	642.040	369.549	587.133	547.948	54.908	-1.313	52.954	12,39%	23,26%	0	51
COOPERATIVA DE CRéDITO NOROESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB NOROESTE DE MINAS	b3S	S5	I	2	UNAI	MG	09/2021	631.932	470.767	536.469	340.903	95.463	6.828	85.592	19,07%	4,44%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO	b3S	S5	I	2	ALFREDO CHAVES	ES	09/2021	631.422	316.020	500.263	460.729	131.159	5.534	120.178	30,76%	5,21%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVERTENTES LTDA. - SICOOB CREDIVERTENTES	b3S	S5	I	2	SAO TIAGO	MG	09/2021	630.808	399.531	552.255	503.714	78.553	5.642	73.658	18,05%	9,15%	0	20
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA.	b3S	S5	I	2	MINEIROS	GO	09/2021	630.160	270.436	415.215	364.708	214.945	10.314	210.708	53,15%	3,21%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA PARAÍBA - SICOOB PARAÍBA	b3S	S5	I	2	CAMPINA GRANDE	PB	09/2021	627.959	431.315	510.055	487.382	117.905	7.124	117.005	25,77%	7,13%	0	7

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1071

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA - SICOOB NOSSOCRÉDITO	b3S	S5	I	2	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	MG	09/2021	627.239	384.530	537.879	496.240	89.361	3.554	81.916	20,64%	20,15%	0	11
PORTOCRED S.A. - CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	626.726	503.503	515.743	438.695	110.983	-2.132	63.703	13,69%	8,73%	3	0
FATOR - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	624.777	22.889	369.081	350.173	255.696	-15.739	57.956	15,18%	17,78%	4	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI RECIFE - SICREDI RECIFE	b3S	S5	I	2	RECIFE	PE	09/2021	623.669	388.618	541.603	506.101	82.066	1.144	80.586	20,27%	6,22%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL	b3S	S5	I	2	SAO LOURENCO D'OESTE	SC	09/2021	618.464	318.959	538.696	457.835	79.768	3.350	74.349	17,57%	17,04%	0	13
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS - SICOOB CREDICARU SC/RS	b3S	S5	I	2	SAO JOSE DO CERRITO	SC	09/2021	614.128	416.004	488.352	344.892	125.776	6.578	116.836	25,48%	3,98%	0	10
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB ARENITO	b3S	S5	I	2	UMUARAMA	PR	09/2021	612.503	393.922	553.723	449.633	58.780	1.550	56.856	12,53%	24,28%	0	21
ACESSO SOLUÇÕES DE PAGAMENTO - PRUDENCIAL	n4		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	608.906	5.569	586.159	415.905	22.747	-9.261	NA	NA	NA	1	0
CREDI SHOP S.A. - PRUDENCIAL	n4		I	2	TERESINA	PI	09/2021	605.987	479.190	360.494	0	245.493	7.135	NA	NA	NA	1	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICOCAPEC	b3S	S4	I	2	FRANCA	SP	09/2021	597.241	380.938	463.928	349.081	133.313	6.167	133.188	26,05%	2,94%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DO NOROESTE – CRESOL NOROESTE RS/PE/CE	b3S	S5	I	2	CONSTANTINA	RS	09/2021	595.355	469.272	532.244	238.141	63.110	2.307	63.110	14,01%	15,40%	0	18
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO UNICRED PONTO CAPITAL - UNICRED PONTO CAPITAL.	b3S	S5	I	2	SANTA MARIA	RS	09/2021	593.658	409.029	536.543	517.415	57.114	3.498	57.112	13,30%	17,35%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA UNIÃO DOS PINHAIS - CRESOL UNIÃO DOS PINHAIS	b3S	S5	I	2	CORONEL VIVIDA	PR	09/2021	592.088	495.680	527.727	244.797	64.361	3.730	64.361	14,89%	11,72%	0	11
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA INTEGRAÇÃO - CRESOL INTEGRAÇÃO	b3S	S5	I	2	TOLEDO	PR	09/2021	590.506	479.132	524.534	204.239	65.972	4.186	65.972	15,67%	8,75%	0	18
COOPERATIVA DE CREDITO CREDIMOTA SICOOB CREDIMOTA	b3S	S5	I	2	CANDIDO MOTA	SP	09/2021	586.779	389.938	529.101	421.298	57.678	1.554	53.586	13,14%	18,11%	0	23
SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA – COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO	b3S	S5	I	2	SANTOS	SP	09/2021	585.206	326.771	503.737	482.508	81.469	-1.172	76.255	19,88%	6,94%	0	13
CREDISIS - CENTRAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO LTDA.	b3C	S4	I	2	JI-PARANA	RO	09/2021	582.995	2.003	535.937	73.694	47.057	1.327	45.539	19,70%	14,65%	0	0
CREDISIS JICRED – COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO JICRED	b3S	S5	I	2	JI-PARANA	RO	09/2021	572.485	391.384	448.835	409.540	123.650	7.608	123.556	31,27%	3,60%	0	15

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1072

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS DOS VALES DO TAQUARI E RIO PARDO E REGIÃO DA PRODUÇÃO LTDA	b3S	S5	I	2	LAJEADO	RS	09/2021	569.054	388.743	500.622	478.885	68.432	3.221	68.317	16,59%	6,80%	0	12
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE	b3C	S4	I	2	JOAO PESSOA	PB	09/2021	565.325	72.760	526.979	70.139	38.346	455	38.238	22,06%	12,79%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA - UNICRED ALIANÇA	b3S	S5	I	2	UBERLANDIA	MG	09/2021	556.956	418.026	499.112	470.223	57.844	3.435	57.785	13,84%	9,39%	0	25
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDCOOPER LTDA - SICOOB CREDCOOPER	b3S	S5	I	2	CARATINGA	MG	09/2021	550.919	298.018	483.970	337.574	66.950	2.687	58.494	17,74%	5,42%	0	10
COOPERATIVA DE CREDITO NOSSO - SICOOB NOSSO	b3S	S5	I	2	ADAMANTINA	SP	09/2021	549.471	379.413	455.344	383.226	94.127	6.944	89.604	21,56%	11,49%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIFIEMG LTDA. - SICOOB CREDIFIEMG	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	549.178	273.011	494.259	481.820	54.919	2.918	52.089	17,91%	2,54%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOR LTDA - SICOOB CREDINOR	b3S	S5	I	2	MONTES CLAROS	MG	09/2021	548.806	392.665	455.731	387.895	93.076	4.635	87.056	21,70%	17,47%	0	22
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS NOVA TRENTO SICOOB TRENTOCREDI SC	b3S	S5	I	2	NOVA TRENTO	SC	09/2021	544.829	210.062	453.650	440.268	91.179	4.152	84.653	28,68%	12,22%	0	12
CSILATINA A.M. S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	3	BARUERI	SP	09/2021	543.719	308.023	462.643	284.176	81.076	5.586	80.828	30,62%	0,57%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ITAPIRANGA - SICOOB CREDITAPIRANGA SC/RS	b3S	S5	I	2	ITAPIRANGA	SC	09/2021	541.703	280.476	481.483	397.205	60.220	770	54.556	12,82%	18,57%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA	b3S	S5	I	2	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	09/2021	541.540	360.766	477.707	459.083	63.832	2.928	62.015	16,03%	9,32%	0	20
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA. - SICOOB CREDISG	b3S	S5	I	2	SAO GOTARDO	MG	09/2021	536.696	375.986	439.598	323.595	97.098	5.246	90.654	25,59%	6,87%	0	1
COOPERATIVA DE CREDITO COOPLIVRE	b3S	S5	I	2	CAPIVARI	SP	09/2021	526.590	235.196	467.810	447.493	58.780	4.383	54.710	16,99%	31,32%	0	13
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA. SICOOB SAROMCREDI	b3S	S5	I	2	SAO ROQUE DE MINAS	MG	09/2021	525.884	359.617	460.621	416.206	65.263	3.614	61.973	16,02%	30,91%	0	18
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CENTRO-SUL RS/MS - CRESOL CENTRO-SUL RS/MS	b3S	S5	I	2	ERECHIM	RS	09/2021	524.602	415.574	446.182	273.001	78.420	2.830	78.420	20,36%	13,02%	0	10
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO SERRA DO RIO GRANDE DO SUL - CRESOL PLANALTO SERRA	b3S	S5	I	2	SANANDUVA	RS	09/2021	523.739	344.793	476.775	268.433	46.964	2.378	46.964	14,03%	8,29%	0	23

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1073

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA LIDERANÇA - CRESOL LIDERANÇA	b3S	S5	I	2	CHOPINZINHO	PR	09/2021	521.673	429.248	448.613	179.204	73.060	1.864	73.060	19,28%	13,83%	0	10
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBOM LTDA. - SICOOB CREDIBOM	b3S	S5	I	2	BOM DESPACHO	MG	09/2021	520.591	253.255	448.320	409.677	72.271	5.763	67.696	21,96%	20,12%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS VALE DO RIO DO PEIXE - SICOOB CREDIRIO SC	b3S	S5	I	2	JOACABA	SC	09/2021	520.291	221.880	480.895	407.415	39.395	1.665	35.999	11,54%	21,00%	0	10
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO TRÊS FRONTEIRAS - SICOOB TRÊS FRONTEIRAS	b3S	S5	I	2	FOZ DO IGUACU	PR	09/2021	518.671	332.602	469.154	391.940	49.517	2.478	47.799	12,48%	15,45%	0	19
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO PARANAPANEMA	b3S	S5	I	2	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	09/2021	518.010	214.435	431.632	399.120	86.378	2.847	83.381	26,12%	9,45%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIFOR LTDA - SICOOB CREDIFOR	b3S	S5	I	2	FORMIGA	MG	09/2021	517.298	324.740	458.045	398.180	59.252	3.720	54.646	14,81%	17,38%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI PERNAMBUCRED	b3S	S5	I	2	RECIFE	PE	09/2021	511.572	369.659	421.961	390.642	89.612	1.219	88.370	24,05%	8,08%	0	14
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIUNA LTDA - SICOOB CREDIUNA	b3S	S5	I	2	ITAUNA	MG	09/2021	506.112	293.642	426.195	355.593	79.918	6.610	74.386	23,18%	11,51%	0	10
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS PROFISSIONAIS DOS CREAS E DEMAIS ÁREAS TECNOLÓGICAS – CREDCREA	b3S	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	502.922	246.402	433.251	417.909	69.671	2.938	69.670	19,61%	4,53%	0	15
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS VALE DO CHAPECOZINHO - SICOOB VALCREDI SUL	b3S	S5	I	2	PASSOS MAIA	SC	09/2021	499.812	298.133	430.705	357.479	69.107	3.279	64.073	17,99%	11,72%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI ARACAJU - SICREDI ARACAJU	b3S	S5	I	2	ARACAJU	SE	09/2021	496.216	267.078	419.203	383.541	77.014	2.778	75.949	25,87%	12,82%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB ALIANÇA	b3S	S5	I	2	APUCARANA	PR	09/2021	495.799	387.325	427.903	363.904	67.896	1.955	65.086	17,42%	11,22%	0	35
BANCO KOMATSU DO BRASIL - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	490.910	453.328	375.050	349.679	115.860	2.125	115.860	24,07%	0,52%	2	0
ATIVA S.A. CTCV - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	489.317	1.700	422.051	16.003	67.266	7.699	66.511	14,04%	18,12%	6	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE - ACREDICOOP	b3S	S5	I	2	JOINVILLE	SC	09/2021	489.086	360.067	437.197	401.163	51.889	27	51.885	13,33%	19,40%	0	18
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINTER LTDA. - SICOOB CREDINTER	b3S	S5	I	2	GUARANESIA	MG	09/2021	487.898	334.351	410.918	336.225	76.981	3.544	72.658	20,61%	4,81%	0	11
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSÃO DO TRIÂNGULO LTDA SICOOB CREDITRIL	b3S	S5	I	2	UBERLANDIA	MG	09/2021	486.798	151.009	425.370	418.172	61.428	2.070	50.625	23,15%	26,15%	0	7
REPOM S.A. - PRUDENCIAL	n4		I	2	BARUERI	SP	09/2021	486.695	0	389.206	107.246	97.489	7.603	NA	NA	NA	1	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1074

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO E NEGÓCIOS - SICOOB INTEGRAÇÃO	b3S	S5	I	2	CUIABA	MT	09/2021	485.409	365.333	426.043	337.387	59.365	111	56.107	15,20%	9,74%	0	13
BBC LEASING - PRUDENCIAL	n1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	481.283	229.066	417.033	177.297	64.250	1.296	43.917	14,72%	0,10%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISETE LTDA. - SICOOB CREDISETE	b3S	S5	I	2	SETE LAGOAS	MG	09/2021	480.665	282.053	417.448	401.003	63.217	4.707	60.383	19,48%	32,80%	0	10
COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA - SICOOB CREDIRIODOCE	b3S	S5	I	2	GOVERNADOR VALADARES	MG	09/2021	472.423	313.461	407.925	379.548	64.498	3.990	59.424	18,05%	11,13%	0	21
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE LAGOA DA PRATA E REGIÃO LTDA. SICOOB LAGOACRED GERAIS	b3S	S5	I	2	LAGOA DA PRATA	MG	09/2021	471.171	330.097	401.588	333.720	69.583	2.407	65.921	18,76%	9,92%	0	2
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO NORDESTE MINEIRO LTDA - SICOOB CREDICENM	b3S	S5	I	2	GUANHAES	MG	09/2021	468.295	220.114	423.672	415.306	44.623	2.549	42.513	17,31%	10,33%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE MINAS GERAIS - CRESOL MINAS GERAIS	b3S	S5	I	2	MURIAE	MG	09/2021	467.735	346.247	416.573	201.430	51.162	2.281	51.162	16,19%	9,69%	0	20
COOPERATIVA DE CRéDITO CREDICOPE LTDA. - SICOOB CREDICOPE	b3S	S5	I	2	CONSELHEIRO PENA	MG	09/2021	465.417	311.925	412.579	333.533	52.838	3.440	48.739	15,49%	14,10%	0	17
COOPERATIVA DE CRéDITO SICOOB CREDSEGURO LTDA.	b3S	S5	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	462.876	235.581	316.578	298.270	146.298	7.850	141.970	55,16%	1,12%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COOPAVEL	b3S	S5	I	2	CASCAVEL	PR	09/2021	461.983	243.292	361.746	353.659	100.237	5.520	100.237	22,80%	0,48%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA	b3S	S5	I	2	SAO JOSE	SC	09/2021	460.960	156.645	408.685	401.307	52.275	2.240	48.091	19,21%	4,52%	0	13
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO SÃO PATRICIO LTDA.	b3S	S5	I	2	GOIANESIA	GO	09/2021	459.960	169.788	355.243	297.535	104.718	1.048	96.543	42,16%	2,79%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO, INVESTIMENTO E SERVIÇOS FINANCEIROS SICOOB UNI SUDESTE	b3S	S5	I	2	UBA	MG	09/2021	458.072	256.507	393.147	370.639	64.925	3.053	63.224	21,94%	8,93%	0	13
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT	b3S	S5	I	2	SINOP	MT	09/2021	457.414	361.854	400.286	306.337	57.128	2.539	55.194	15,84%	11,35%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ AÇU - CREDIFOZ	b3S	S5	I	2	ITAJAI	SC	09/2021	456.471	315.117	368.153	338.308	88.318	1.560	88.315	21,42%	6,44%	0	17
HUB PAGAMENTOS - PRUDENCIAL	n4		I	2	BARUERI	SP	09/2021	453.199	0	428.326	163.436	24.873	-4.555	NA	NA	NA	1	0
UNIPRIME PIONEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO	b3S	S5	I	2	TOLEDO	PR	09/2021	451.097	312.471	386.011	364.756	65.086	3.154	65.086	18,80%	25,46%	0	11
ANDBANK - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	447.587	32.784	199.019	118.247	248.568	-5.595	97.470	25,68%	4,81%	4	2

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1075

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICARPA LTDA. - SICOOB CREDICARPA	b3S	S5	I	2	CARMO DO PARANAIBA	MG	09/2021	446.945	290.024	342.565	250.750	104.379	5.202	99.893	35,07%	5,43%	0	4
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO UNICRED ELEVA LTDA.	b3S	S5	I	2	SANTO ANGELO	RS	09/2021	445.239	323.542	397.169	383.259	48.070	3.230	48.064	14,36%	8,42%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA OESTE CATARINENSE - CRESOL OESTE CATARINENSE	b3S	S5	I	2	XAXIM	SC	09/2021	435.650	348.368	395.186	156.385	40.464	1.741	40.464	13,20%	5,89%	0	13
COOPERATIVA DE CRÉDITO POUPANÇA E INVESTIMENTO DA ALTA NOROESTE DE SÃO PAULO - SICREDI ALTA NOROESTE SP	b3S	S4	I	2	BIRIGUI	SP	09/2021	434.240	279.790	383.299	328.262	50.942	2.691	49.856	17,32%	11,07%	0	7
STARA FINANCEIRA S.A. - CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	NAO-ME-TOQUE	RS	09/2021	431.530	386.624	342.688	331.312	88.843	3.244	88.843	26,98%	0,08%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS CAMPOS NOVOS - SICOOB CAMPOS NOVOS	b3S	S5	I	2	CAMPOS NOVOS	SC	09/2021	431.189	265.036	376.519	269.481	54.669	2.066	48.868	16,25%	5,99%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO DO CONTESTADO - CIVIA	b3S	S5	I	2	SAO BENTO DO SUL	SC	09/2021	430.560	261.846	379.252	350.653	51.308	803	51.302	15,97%	13,35%	0	21
COOPERATIVA DE CRÉDITO COOCRELIVRE	b3S	S4	I	2	ORLANDIA	SP	09/2021	430.321	188.738	274.601	207.539	155.720	4.796	155.701	48,09%	1,28%	0	11
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA. – SICOOB CECREMEF	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	425.702	149.701	369.626	364.050	56.076	328	49.200	18,64%	19,32%	0	13
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ - EVOLUA	b3S	S5	I	2	FRANCISCO BELTRAO	PR	09/2021	421.201	337.795	343.836	295.823	77.366	1.059	77.345	20,77%	7,94%	0	12
COMMERZBANK BRASIL - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	420.559	235.503	311.111	254.888	109.448	-1.211	109.448	23,14%	4,38%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB UNIMAIS CENTRO LESTE PAULISTA - SICOOB UNIMAIS CENTRO LESTE PAULISTA	b3S	S5	I	2	RIO CLARO	SP	09/2021	415.986	310.005	371.384	362.342	44.602	1.872	39.806	13,05%	11,90%	0	9
BRASIL PRÉ-PAGOS - PRUDENCIAL	n4		I	2	BARUERI	SP	09/2021	412.145	0	389.958	293.629	22.187	234	NA	NA	NA	1	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO TEIXEIRA DE FREITAS LTDA. - SICOOB EXTREMO SUL	b3S	S5	I	2	TEIXEIRA DE FREITAS	BA	09/2021	410.654	180.711	291.192	281.672	119.462	3.119	97.706	45,77%	1,67%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO SERRA MAR LTDA. - UNICRED SERRA MAR	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	409.896	213.215	377.104	358.315	32.792	389	32.745	12,37%	28,30%	0	14
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA GRANDE GOIÂNIA LTDA.	b3S	S5	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	406.073	279.996	296.491	285.662	109.581	2.994	93.059	33,93%	5,45%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA UNIÃO DOS VALES – CRESOL UNIÃO DOS VALES	b3S	S5	I	2	IVAIPORA	PR	09/2021	404.083	355.130	349.818	163.160	54.265	3.338	54.265	17,66%	8,52%	0	12

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1076

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE LTDA. SICOOB CREDIMONTE	b3S	S5	I	2	SANTO ANTONIO DO MONTE	MG	09/2021	403.630	243.231	362.920	281.392	40.710	1.370	35.517	13,63%	28,57%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAER – COOPEREMB	b3S	S5	I	2	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	09/2021	388.001	207.594	82.582	59.154	305.419	5.864	303.305	119,40%	2,85%	0	12
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE PARA DE MINAS LTDA - SICOOB ASCICRED	b3S	S5	I	2	PARA DE MINAS	MG	09/2021	382.641	129.283	336.659	327.030	45.981	2.414	43.846	23,92%	10,16%	0	3
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO DE ARAXÁ LTDA. - SICOOB CREDIARA	b3S	S5	I	2	ARAXA	MG	09/2021	380.730	247.373	320.995	276.482	59.735	2.985	54.813	20,52%	31,35%	0	8
SICREDI NORTE - COOPERATIVA DE CRÉDITO	b3S	S5	I	2	BELEM	PA	09/2021	380.115	238.004	337.274	314.716	42.840	681	42.140	16,62%	36,90%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA SICOOB OUROCREDI	b3S	S5	I	2	OURO PRETO DO OESTE	RO	09/2021	378.540	274.398	315.270	184.134	63.271	4.668	61.205	23,11%	6,32%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE FRUTAL LTDA. SICOOB FRUTAL	b3S	S5	I	2	FRUTAL	MG	09/2021	375.218	232.173	299.325	264.720	75.892	4.460	71.380	29,48%	6,43%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA HORIZONTE - CRESOL HORIZONTE	b3S	S5	I	2	UNIAO DA VITORIA	PR	09/2021	374.945	323.899	326.821	155.745	48.124	520	48.124	16,62%	19,46%	0	14
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB CRED-ACIF	b3S	S5	I	2	FRANCA	SP	09/2021	373.964	203.350	344.477	337.970	29.487	1.360	27.199	11,64%	11,84%	0	10
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO MEIO OESTE CATARINENSE - SICOOB CREDIMOC SC	b3S	S5	I	2	XANXERE	SC	09/2021	373.496	174.630	336.062	312.625	37.435	1.311	34.244	14,09%	39,61%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO E CAPTAÇÃO SICOOB UNICIDADES	b3S	S5	I	2	RIO VERDE	GO	09/2021	372.064	232.801	307.004	219.237	65.060	2.673	63.606	24,79%	9,48%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PERNAMBUCO - SICOOB PERNAMBUCO	b3S	S5	I	2	SAO JOSE DO EGITO	PE	09/2021	371.993	282.557	322.258	305.256	49.735	1.140	48.912	17,13%	18,70%	0	27
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA PROGRESSO - CRESOL PROGRESSO	b3S	S5	I	2	CASCAVEL	PR	09/2021	370.869	311.849	336.964	136.504	33.905	414	33.905	12,30%	16,17%	0	11
KREDILIG S.A. - CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	BIGUACU	SC	09/2021	370.723	363.567	199.682	104.163	171.041	6.037	170.789	20,11%	0,22%	2	0
SICOOB CREDINOVA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE NOVA SERRANA E REGIÃO CENTRO-OESTE LTDA.	b3S	S5	I	2	NOVA SERRANA	MG	09/2021	370.359	169.199	316.631	305.958	53.728	2.905	50.519	24,83%	11,22%	0	7
IUGU IP - PRUDENCIAL	n4		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	365.436	0	314.888	116.711	50.549	-12.061	NA	NA	NA	1	0
VR - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	364.628	0	334.794	292.175	29.835	-1.886	29.835	17,43%	0,10%	4	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1077

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRéDITO COM INTERAçãO SOLIDáRIA DO RIO GRANDE DO SUL - CRESOL RIO GRANDE DO SUL	b3S	S5	I	2	BENTO GONCALVES	RS	09/2021	363.737	287.055	332.950	152.284	30.787	-104	30.787	11,65%	28,28%	0	19
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB ARACREDI LTDA - SICOOB ARACREDI	b3S	S5	I	2	ARAGUARI	MG	09/2021	363.408	284.002	312.933	195.826	50.475	2.156	44.346	16,49%	14,11%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE POMPÉU LTDA. - SICOOB CREDIPÉU	b3S	S5	I	2	POMPEU	MG	09/2021	362.470	176.998	308.710	242.800	53.759	3.275	48.911	22,58%	4,74%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMATA LTDA. - SICOOB CREDIMATA	b3S	S5	I	2	VOLTA GRANDE	MG	09/2021	362.366	194.943	315.068	276.500	47.298	1.846	43.854	19,58%	16,10%	0	19
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO E DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE VEÍCULOS – SICOOB CREDCEG	b3S	S5	I	2	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	09/2021	361.935	252.130	272.576	266.263	89.359	5.053	82.293	29,47%	0,59%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDSAOPAULO - SICOOB CREDSAOPAULO	b3S	S5	I	2	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	09/2021	359.419	171.328	320.743	314.312	38.676	1.485	35.966	12,92%	20,40%	0	13
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA	b3S	S5	I	2	PORTO VELHO	RO	09/2021	357.375	236.748	306.059	260.941	51.316	4.332	50.249	19,45%	17,44%	0	7
CREDIALIANÇA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL	b3S	S5	I	2	ROLANDIA	PR	09/2021	356.501	135.769	313.044	299.550	43.457	436	43.384	16,98%	9,80%	0	13
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE PARÁ DE MINAS LTDA - SICOOB CREDIRURAL	b3S	S5	I	2	PARA DE MINAS	MG	09/2021	356.344	205.428	312.617	303.049	43.727	2.784	41.517	19,49%	16,21%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICREDI NOROESTE SP	b3S	S4	I	2	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	09/2021	356.251	183.561	312.941	268.928	43.309	2.942	41.943	18,04%	16,79%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDILUZ LTDA. - SICOOB CREDILUZ	b3S	S5	I	2	LUZ	MG	09/2021	354.908	248.601	314.528	260.924	40.380	2.019	36.762	14,79%	18,71%	0	4
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO VALE DO AÇO LTDA - SICOOB VALE DO AÇO	b3S	S5	I	2	IPATINGA	MG	09/2021	353.801	213.615	285.980	271.273	67.821	1.883	62.882	24,72%	13,47%	0	19
COBUCCIO SCD - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	MONTE BELO	MG	09/2021	353.038	452.525	303.989	29.000	49.050	15.562	NI	NI	NI	4	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DE ARARAQUARA E REGIÃO - SICREDI CENTRO NORTE SP	b3S	S4	I	2	ARARAQUARA	SP	09/2021	352.605	197.299	312.978	271.804	39.627	1.675	38.708	16,54%	9,72%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO DE FRONTEIRAS DE RO/MT LTDA. - SICOOB FRONTEIRAS	b3S	S5	I	2	CACOAL	RO	09/2021	351.341	252.308	289.125	219.997	62.216	1.761	60.542	23,08%	14,24%	0	9

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1078

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA REGIÃO DA ALTA MOGIANA - SICOOB CREDIMOGIANA	b3S	S5	I	2	FRANCA	SP	09/2021	350.852	174.601	303.751	295.067	47.101	621	42.115	14,86%	6,54%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB JUS-MP	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	349.709	168.525	286.961	282.739	62.748	1.525	59.723	31,95%	1,15%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIJEQUITINHONHA LTDA. - SICOOB CREDIJEQUITINHONHA	b3S	S5	I	2	CAPELINHA	MG	09/2021	349.458	146.086	290.467	240.865	58.992	2.385	55.450	27,74%	22,19%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO VALE DO MUCURI LTDA. - SICOOB CREDIVALE	b3S	S5	I	2	TEOFILO OTONI	MG	09/2021	348.910	158.292	291.544	277.361	57.366	2.325	53.317	26,62%	13,74%	0	23
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED REGIÃO DOS VALES LTDA. - UNICRED REGIÃO DOS VALES	b3S	S5	I	2	NOVO HAMBURGO	RS	09/2021	348.152	235.800	312.335	297.974	35.817	1.823	35.775	14,09%	11,14%	0	10
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO BRF - CREDIBRF	b3S	S5	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	347.549	112.237	186.175	177.964	161.373	3.563	161.345	59,35%	0,15%	0	26
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA.	b3S	S5	I	2	PIUMHI	MG	09/2021	343.263	245.230	299.547	226.372	43.716	4.336	41.783	16,26%	35,94%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA. – SICOOB CREDIJUSTRA	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	336.000	197.448	278.949	271.642	57.051	1.107	31.723	15,93%	6,20%	0	12
BEXS - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	335.642	0	225.581	81.683	110.061	-5.777	105.865	20,19%	4,41%	4	0
TODESCREDI S/A - CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	BENTO GONCALVES	RS	09/2021	334.220	338.064	268.221	257.282	65.999	3.523	65.999	24,52%	0,08%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO LTDA	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	334.019	166.690	285.454	264.224	48.566	-445	23.685	12,35%	10,84%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES MILITARES, POLÍCIA CIVIL E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB COOPEMG	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	333.739	251.198	279.939	273.043	53.800	2.790	50.812	21,89%	3,68%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO LESTE DA BACIA DO RIO DOCE LTDA SICOOB CREDILESTE	b3S	S5	I	2	CARATINGA	MG	09/2021	331.337	234.413	273.452	267.019	57.885	2.991	55.061	23,14%	21,16%	0	2
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LIMITADA. - SICOOB COMPERJ	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	325.582	104.578	275.237	269.688	50.344	915	44.075	20,01%	14,24%	0	5

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1079

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO UNICRED REGIÃO DA CAMPANHA LTDA - UNICRED REGIÃO DA CAMPANHA	b3S	S5	I	2	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	09/2021	324.165	240.632	277.350	267.494	46.815	3.068	46.809	19,88%	5,81%	0	3
VIA CERTA CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	SANTO CRISTO	RS	09/2021	321.359	271.372	280.737	268.740	40.621	479	35.935	15,42%	25,06%	2	0
SICOOB AC CREDI - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE E NORDESTE MINEIRO LTDA.	b3S	S5	I	2	GOVERNADOR VALADARES	MG	09/2021	317.982	189.381	269.166	257.321	48.816	1.816	42.177	20,41%	20,43%	0	11
SOCIEDADE COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPERE LTDA. - SICOOB COOPERE	b3S	S5	I	2	VALENTE	BA	09/2021	314.064	234.845	245.628	215.863	68.436	1.811	57.968	25,49%	8,43%	0	19
VERDE ADMINISTRADORA DE CARTõES - PRUDENCIAL	n4		I	2	CACHOEIRINHA	RS	09/2021	313.031	134.794	249.564	857	63.467	2.002	NA	NA	NA	1	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE SANTO CRISTO - CRESOL SANTO CRISTO	b3S	S5	I	2	SANTO CRISTO	RS	09/2021	312.763	217.747	280.189	187.317	32.574	1.708	32.574	14,99%	19,99%	0	15
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA RAIZ – CRESOL RAIZ	b3S	S5	I	2	FREDERICO WESTPHALEN	RS	09/2021	312.467	226.269	285.278	175.910	27.189	1.921	27.189	11,93%	22,49%	0	12
LEBES FINANCEIRA S.A. - CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	ELDORADO	RS	09/2021	312.390	320.170	227.757	216.442	84.633	3.166	84.633	32,17%	0,23%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA GERAÇÕES – CRESOL GERAÇÕES	b3S	S5	I	2	TENENTE PORTELA	RS	09/2021	307.916	237.707	271.783	159.142	36.133	1.166	36.133	14,41%	18,30%	0	14
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO TOCANTINS LTDA	b3S	S5	I	2	PARAISO DO NORTE DO TOCANTINS	TO	09/2021	307.784	160.022	260.834	236.360	46.949	2.147	37.357	19,74%	15,06%	0	13
FINAMAX S.A. CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	JUNDIAI	SP	09/2021	306.685	169.391	240.890	235.968	65.795	170	65.473	24,83%	0,69%	3	0
SICREDI CREDUNI - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERV DAS INST PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DA PARAÍBA E DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS PÚBLICOS NO ESTADO DA PARAIBA LTDA.	b3S	S5	I	2	CAMPINA GRANDE	PB	09/2021	305.639	214.707	233.979	217.930	71.660	3.315	70.173	32,87%	2,39%	0	7
CORA SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	305.327	0	219.675	200.020	85.652	935	85.652	206,09%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA TRIUNFO - CRESOL TRIUNFO	b3S	S5	I	2	SAO JOAO DO TRIUNFO	PR	09/2021	303.381	240.752	267.555	95.963	35.826	993	35.826	16,63%	11,90%	0	7
SICOOB CREDIGOIÁS COOPERATIVA DE CRÉDITO LTDA.	b3S	S5	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	302.447	177.989	211.692	154.796	90.755	3.282	85.354	43,59%	2,84%	0	0
AGENCIA FOMENTO GOIAS - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	GOIANIA	GO	09/2021	302.064	161.996	99.708	89.835	202.356	678	198.994	49,87%	2,05%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS MÉDICOS DO PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL LTDA - CREDIPLAN	b3S	S5	I	2	PASSO FUNDO	RS	09/2021	301.438	155.493	274.323	270.038	27.116	2.159	26.942	16,97%	2,35%	0	2

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1080

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE GOIÂNIA E MICRORREGIÕES LTDA.	b3S	S5	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	300.880	150.713	241.286	226.610	59.594	1.051	58.365	34,40%	8,38%	0	7
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO UNICRED ERECHIM LTDA	b3S	S5	I	2	ERECHIM	RS	09/2021	299.785	206.972	266.488	260.081	33.297	1.506	33.285	16,21%	3,37%	0	2
BCO INBURSA S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	297.864	249.143	216.610	209.429	81.254	-7.259	58.458	26,58%	-10,79%	2	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO MÉDIO OESTE - SICOOB MÉDIO OESTE	b3S	S5	I	2	ASSIS CHATEAUBRIAND	PR	09/2021	296.034	227.326	256.093	180.279	39.941	2.136	38.693	15,51%	13,23%	0	5
HS FINANCEIRA - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	DOIS IRMAOS	RS	09/2021	295.929	121.062	101.099	45.683	194.831	7.900	193.869	32,09%	0,50%	3	0
UNIPRIME DO IGUAÇU - COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO	b3S	S5	I	2	PATO BRANCO	PR	09/2021	295.285	194.713	262.326	258.207	32.959	761	32.940	17,07%	15,34%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO RIO GRANDE DO NORTE - SICOOB RIO GRANDE DO NORTE	b3S	S5	I	2	NATAL	RN	09/2021	291.795	250.565	245.913	196.219	45.882	429	45.571	20,40%	6,74%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA VALE DAS ÁGUAS - CRESOL VALE DAS ÁGUAS	b3S	S5	I	2	LARANJEIRAS DO SUL	PR	09/2021	289.833	238.401	242.380	90.072	47.454	1.880	47.454	22,36%	6,59%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PITANGUI, PAPAGAIOS, MARAVILHAS E REGIÃO LTDA. - SICOOB CREDICOOP	b3S	S5	I	2	PITANGUI	MG	09/2021	288.435	201.564	250.234	225.458	38.200	839	35.841	17,17%	36,60%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS LTDA. - SICOOB UNIÃO CENTRAL	b3S	S5	I	2	PARAOPEBA	MG	09/2021	287.161	130.646	243.305	215.782	43.856	2.374	40.817	23,88%	17,96%	0	9
COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DO RIO DE JANEIRO - SICREDI RIO RJ	b3S	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	285.750	152.814	222.325	201.613	63.425	450	62.494	32,98%	20,50%	0	10
SANTINVEST - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	285.558	277.739	152.030	141.651	133.527	4.325	133.404	55,82%	0,58%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE RONDÔNIA - CRESOL RONDÔNIA	b3S	S5	I	2	JI-PARANA	RO	09/2021	285.005	241.517	244.769	82.935	40.236	2.357	40.236	18,24%	14,47%	0	14
TERRA INVESTIMENTOS DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	284.436	0	247.513	190.765	36.923	1.172	34.945	15,62%	24,11%	5	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO DO CENTRO OESTE DE MINAS LTDA - SICOOB CREDESP	b3S	S5	I	2	BOM DESPACHO	MG	09/2021	283.471	194.156	249.048	242.183	34.423	3.113	32.697	16,01%	7,41%	0	4
AFEAM - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	MANAUS	AM	09/2021	281.598	36.316	176.499	14.097	105.099	3.378	104.527	76,10%	9,43%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA. - SICOOB CREDIPRATA	b3S	S5	I	2	LAGOA DA PRATA	MG	09/2021	280.292	173.750	236.115	203.448	44.177	2.837	41.424	21,53%	33,21%	0	3

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1081

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
CREDISAN COOPERATIVA DE CRÉDITO	b3S	S5	I	2	SAO JOAO DA BOA VISTA	SP	09/2021	276.944	104.031	239.357	215.569	37.588	1.345	37.552	26,89%	19,90%	0	14
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DO VALE DAS ARAUCÁRIAS- CRESOL VALE DAS ARAUCÁRIAS	b3S	S5	I	2	GUARAPUAVA	PR	09/2021	276.364	216.401	241.501	109.881	34.864	836	34.792	16,98%	14,56%	0	11
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO SUL MINEIRO LTDA. - SICOOB CENTRO SUL MINEIRO	b3S	S5	I	2	CARMOPOLIS DE MINAS	MG	09/2021	276.032	146.243	241.685	229.576	34.347	2.952	30.561	18,84%	17,01%	0	10
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE	b3S	S5	I	2	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	09/2021	275.061	194.239	227.206	200.259	47.855	-339	45.511	22,49%	15,36%	0	16
AGORACRED S/A SCFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	VITORIA	ES	09/2021	274.475	306.256	210.291	194.890	64.184	2.334	58.368	12,64%	7,55%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE DIVINÓPOLIS LTDA - SICOOB CREDIVERDE	b3S	S5	I	2	DIVINOPOLIS	MG	09/2021	273.782	134.086	230.663	218.808	43.119	2.682	41.121	26,75%	11,91%	0	10
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOPMIL	b3S	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	273.566	219.397	140.629	127.960	132.937	-2.301	132.077	45,93%	4,96%	0	28
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO GRANDE LTDA. - SICOOB UBERABA	b3S	S5	I	2	UBERABA	MG	09/2021	273.155	167.971	234.475	199.468	38.680	2.368	36.006	20,16%	22,58%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS URUBICI - SICOOB CREDIARAUCÁRIA/SC	b3S	S5	I	2	URUBICI	SC	09/2021	269.534	121.743	238.076	210.007	31.458	1.898	29.189	16,29%	8,89%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO MONTECREDI LTDA. - SICOOB MONTECREDI	b3S	S5	I	2	MONTE CARMELO	MG	09/2021	268.113	130.655	222.628	179.735	45.485	1.702	40.741	26,96%	5,10%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE DO ITAJAÍ E VALE DO ITAPOCÚ - SICOOB MULTICREDI	b3S	S5	I	2	BLUMENAU	SC	09/2021	265.490	168.818	209.866	202.622	55.624	1.557	51.843	25,24%	3,20%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIOESTE LTDA. - SICOOB CREDIOESTE	b3S	S5	I	2	ABAETE	MG	09/2021	265.402	152.694	230.454	193.998	34.948	120	31.718	18,04%	9,92%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICAMPO LTDA.- SICOOB CREDICAMPO	b3S	S5	I	2	ENTRE RIOS DE MINAS	MG	09/2021	264.804	141.850	222.761	209.468	42.042	2.741	39.502	24,21%	25,89%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO VERDE E REGIÃO LTDA.	b3S	S5	I	2	RIO VERDE	GO	09/2021	262.449	175.314	221.680	174.894	40.769	1.567	40.148	23,09%	2,04%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO E COLAR METROPOLITANO DO VALE DO AÇO LTDA. - SICOOB COSMIPA	b3S	S5	I	2	IPATINGA	MG	09/2021	261.065	178.106	188.573	181.196	72.491	1.916	68.143	37,59%	5,27%	0	10
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DA REGIÃO DAS FLORES, DAS ÁGUAS E DOS VENTOS SP - SICREDI FORÇA DOS VENTOS SP	b3S	S4	I	2	JAGUARIUNA	SP	09/2021	260.574	109.751	241.949	211.913	18.626	90	21.330	15,19%	31,37%	0	7

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1082

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
VIC DTVM S/A - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	259.903	20.882	107.747	0	152.156	6.040	135.040	28,83%	0,16%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO GUARANICREDI LTDA. - SICOOB GUARANICREDI	b3S	S5	I	2	GUARANI	MG	09/2021	259.485	109.746	236.826	229.676	22.660	1.265	20.381	15,11%	22,60%	0	7
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA. - SICOOB EMPRESARIAL	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	257.822	110.806	215.870	201.979	41.952	-2.308	15.070	11,49%	8,99%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS, TÉCNICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO SUL DE MINAS LTDA., UNICRED SUL DE MINAS	b3S	S5	I	2	VARGINHA	MG	09/2021	253.844	91.649	226.445	217.118	27.399	1.702	27.394	20,90%	7,27%	0	11
AL5 S.A. CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	CUIABA	MT	09/2021	253.311	191.319	209.450	206.492	43.861	-846	37.672	19,18%	0,62%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIRAMA LTDA - SICOOB CREDIRAMA	b3S	S5	I	2	ITURAMA	MG	09/2021	252.863	199.155	195.024	146.586	57.839	3.097	53.539	28,26%	5,18%	0	4
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RUBIATABA E REGIAO LTDA	b3S	S5	I	2	RUBIATABA	GO	09/2021	252.601	168.390	206.785	176.936	45.816	1.386	34.877	21,08%	10,47%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA NORTE PARANAENSE - CRESOL NORTE PARANAENSE	b3S	S5	I	2	GRANDES RIOS	PR	09/2021	252.000	199.087	220.727	123.718	31.273	662	31.273	17,06%	13,37%	0	10
BCO FORD S.A. - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	09/2021	250.742	144.286	66.731	9.548	184.011	-8.450	184.011	75,14%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB SERTÃO LTDA	b3S	S5	I	2	PINTADAS	BA	09/2021	250.227	159.477	193.950	182.124	56.277	2.888	46.177	26,46%	18,33%	0	16
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO OESTE LTDA.	b3S	S5	I	2	GOIANESIA	GO	09/2021	249.972	185.693	192.931	158.308	57.041	2.644	49.954	27,23%	5,43%	0	6
COOPERATIVA DE CRéDITO COPERSUL LTDA - SICOOB COPERSUL	b3S	S5	I	2	TRES PONTAS	MG	09/2021	247.375	120.540	213.397	182.076	33.977	2.256	30.789	21,42%	12,69%	0	4
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA E ÓRGÃOS OFICIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB COOPSEF	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	245.056	109.955	164.341	148.362	80.715	1.379	72.427	56,96%	1,83%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA COOPERAR - CRESOL COOPERAR	b3S	S5	I	2	HUMAITA	RS	09/2021	244.924	183.455	223.959	128.257	20.964	523	20.964	11,58%	17,88%	0	12
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES DOS PODERES LEGISLATIVOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO SEU ÓRGÃO AUXILIAR LTDA. - SICOOB COFAL	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	239.094	79.219	190.992	185.831	48.102	1.025	43.845	41,69%	1,64%	0	3
NOVA FUTURA DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	237.388	0	199.155	127.048	38.233	4.780	37.623	19,67%	13,15%	5	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1083

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRO LESTE NORTE MARANHENSE - SICOOB CENTROLESTE	b3S	S5	I	2	GRAJAU	MA	09/2021	236.277	169.863	187.681	114.457	48.596	2.413	48.289	27,53%	11,96%	0	16
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CERRADO MATO-GROSSENSE - SICOOB CERRADO MT	b3S	S5	I	2	RONDONOPOLIS	MT	09/2021	236.056	167.618	204.546	174.854	31.510	497	30.099	16,98%	16,11%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO E DOS ADVOGADOS LTDA. - SICOOB CREDIJUR	b3S	S5	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	234.234	83.047	187.374	183.479	46.860	78	32.284	29,29%	13,31%	0	3
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNIÃO CENTRO OESTE LTDA. - SICOOB UNIÃO CENTRO OESTE	b3S	S5	I	2	ARCOS	MG	09/2021	233.681	118.856	193.346	162.786	40.336	1.820	38.283	27,19%	28,73%	0	2
PLANNER - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	233.615	8	203.114	141.758	30.501	-1.051	30.501	10,62%	24,20%	8	0
BCO SENFF S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	231.937	158.740	171.376	163.021	60.561	1.581	60.561	25,69%	0,00%	2	0
GERENCIANET - PRUDENCIAL	n1		I	2	OURO PRETO	MG	09/2021	231.751	97	209.946	200.023	21.805	880	*	*	*	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO-SUL GOIANO LTDA	b3S	S5	I	2	MORRINHOS	GO	09/2021	230.671	166.101	190.634	149.796	40.037	1.350	30.393	17,56%	8,42%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO CARLOS CHAGAS LTDA. - SICOOB CARLOS CHAGAS	b3S	S5	I	2	CARLOS CHAGAS	MG	09/2021	229.034	130.351	167.382	154.488	61.652	2.350	58.053	40,46%	3,88%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDFAZ LTDA. - SICOOB CREDFAZ	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	228.905	161.361	138.889	126.517	90.015	1.300	56.625	38,55%	3,69%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DA COSTA OESTE - CRESOL COSTA OESTE	b3S	S5	I	2	MEDIANEIRA	PR	09/2021	221.609	178.750	198.791	94.401	22.818	923	22.818	13,66%	20,63%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSA SENHORA DO DESTERRO - SICOOB CREDISC	b3S	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	220.300	131.720	188.874	183.562	31.426	1.761	29.205	21,68%	4,93%	0	5
ASAAS GESTAO FINANCEIRA IP - PRUDENCIAL	n4		I	2	JOINVILLE	SC	09/2021	219.839	0	207.707	105.248	12.132	-6.166	NA	NA	NA	1	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE EUROPEU - SICOOB EURO VALE	b3S	S5	I	2	TIMBO	SC	09/2021	218.352	137.862	190.876	185.347	27.476	668	25.668	17,67%	10,85%	0	13
SOCINAL S.A. CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	ARARUAMA	RJ	09/2021	218.269	175.919	185.242	169.022	33.027	1.015	33.027	18,72%	8,90%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNIÃO DO CENTRO OESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB CENTRO UNIÃO	b3S	S5	I	2	CARMO DO CAJURU	MG	09/2021	217.477	86.696	181.393	162.288	36.084	1.757	33.887	28,94%	13,68%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE MANAUS	b3S	S5	I	2	MANAUS	AM	09/2021	216.260	188.870	152.922	140.174	63.338	2.627	62.302	35,76%	4,71%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - SICREDI VALE DO SÃO FRANCISCO	b3S	S5	I	2	PETROLINA	PE	09/2021	215.061	118.004	175.453	162.043	39.609	1.732	39.036	28,30%	10,21%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED COOMARCA LTDA. - COOMARCA	b3S	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	214.890	134.070	178.884	173.235	36.006	1.111	36.006	25,02%	4,07%	0	2

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1084

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
NEGRESCO S.A. - CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	214.433	224.116	124.583	106.666	89.851	2.180	88.229	42,50%	0,67%	2	0
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE PITANGUI E REGIAO LTDA. - SICOOB CREDPIT	b3S	S5	I	2	PITANGUI	MG	09/2021	213.206	133.135	188.687	182.284	24.518	1.365	22.702	14,91%	16,91%	0	5
SINOSSERRA FINANCEIRA S/A - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	NOVO HAMBURGO	RS	09/2021	212.872	162.404	178.778	129.003	34.094	1.623	33.932	14,94%	15,16%	3	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE - SICOOB-CRESSEM	b3S	S5	I	2	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	09/2021	211.004	174.604	61.834	43.210	149.170	2.448	135.589	80,58%	4,83%	0	2
STONEX DTVM - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	210.218	0	125.745	0	84.472	893	84.472	61,86%	1,86%	4	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA ESPERANÇA LTDA. - SICOOB BELCREDI	b3S	S5	I	2	BOA ESPERANCA	MG	09/2021	209.313	124.931	180.914	143.723	28.399	1.168	24.503	17,70%	1,80%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA - SICOOB.	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	208.223	151.221	160.182	153.614	48.041	1.124	26.437	18,12%	23,12%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI CENTRO PERNAMBUCANA	b3S	S5	I	2	CARUARU	PE	09/2021	207.985	107.772	153.398	139.948	54.587	598	53.746	42,67%	6,13%	0	9
COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROFISSIONAIS DE SAUDE DO TRIANGULO MINEIRO E SUL DE MINAS LTDA.-UNICRED PROGRESSO	b3S	S5	I	2	UBERABA	MG	09/2021	207.477	77.409	185.005	175.672	22.472	635	22.458	20,40%	4,29%	0	6
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRéDITO MúTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIáRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DEMAIS ÓRGãOS PúBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA. –	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	207.388	151.521	131.158	120.461	76.230	2.841	73.280	52,25%	0,37%	0	3
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA.	b3S	S5	I	2	PALMEIRAS DE GOIAS	GO	09/2021	207.201	130.552	148.951	87.907	58.251	492	48.248	35,90%	6,88%	0	3
COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE GOIÁS - CRESOL GOIÁS	b3S	S5	I	2	ORIZONA	GO	09/2021	204.399	174.754	173.884	63.095	30.515	1.225	30.515	19,92%	7,55%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINORTE LTDA. - SICOOB CREDINORTE	b3S	S5	I	2	NANUQUE	MG	09/2021	204.335	98.093	163.874	130.037	40.461	2.264	38.091	30,71%	29,26%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA. SICOOB COOPJUS	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	203.540	126.043	134.988	127.443	68.552	1.742	64.663	45,93%	11,15%	0	2
COOPERATIVA DE CREDITO CECRES - SICOOB CECRES	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	203.045	150.528	69.739	57.007	133.306	-2.818	127.110	82,05%	4,85%	0	11

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1085

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PEDRO LEOPOLDO LTDA - SICOOB CREDIPEL	b3S	S5	I	2	PEDRO LEOPOLDO	MG	09/2021	203.040	100.060	178.482	165.164	24.557	647	22.939	19,07%	17,59%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO NOROESTE DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB CREDIPINHO	b3S	S5	I	2	JOAO PINHEIRO	MG	09/2021	202.538	141.902	170.109	140.277	32.430	1.920	29.992	21,16%	5,04%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - ÚNILOS	b3S	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	199.921	103.380	169.391	165.251	30.530	241	30.530	20,56%	4,44%	0	9
WESTERN UNION - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	199.095	0	49.240	0	149.854	5.836	149.631	39,36%	12,63%	4	0
SICREDI CARIRI - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO DO CARIRI	b3S	S5	I	2	JUAZEIRO DO NORTE	CE	09/2021	198.944	120.241	162.493	147.605	36.451	383	35.872	26,52%	8,65%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS LTDA. – SICOOB JUDICIÁRIO	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	196.705	116.006	165.906	162.837	30.799	-263	14.084	12,46%	13,46%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO SACRAMENTO LTDA - SICOOB SACRAMENTO	b3S	S5	I	2	SACRAMENTO	MG	09/2021	195.245	154.909	166.603	111.907	28.641	1.834	26.314	19,25%	12,83%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE DONA EMMA - CRESOL DONA EMMA	b3S	S5	I	2	DONA EMMA	SC	09/2021	194.676	142.777	170.064	112.170	24.611	727	24.455	17,02%	13,41%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA	b3S	S5	I	2	RIO BRANCO	AC	09/2021	192.232	142.200	155.864	107.524	36.368	-35	35.819	26,62%	11,44%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ABELARDO LUZ - SULCREDI/CREDILUZ	b3S	S5	I	2	ABELARDO LUZ	SC	09/2021	191.330	126.498	155.885	151.444	35.445	922	35.426	18,70%	6,77%	0	15
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA. - SICOOB CRED EXECUTIVO	b3S	S5	I	2	SALVADOR	BA	09/2021	191.018	145.897	161.317	158.183	29.701	270	26.243	20,36%	2,24%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ANÁPOLIS E REGIÃO LTDA	b3S	S5	I	2	ANAPOLIS	GO	09/2021	189.615	111.027	150.695	140.609	38.920	2.053	32.582	26,36%	29,27%	0	6
COOPERATIVA DE CRéDITO CREDIVAZ LTDA. - SICOOB CREDIVAZ	b3S	S5	I	2	VAZANTE	MG	09/2021	189.200	124.504	148.862	126.426	40.338	2.002	38.049	29,55%	9,36%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIALP LTDA - SICOOB CREDIALP	b3S	S5	I	2	ALPINOPOLIS	MG	09/2021	189.075	127.341	159.812	119.303	29.262	1.421	24.955	20,21%	5,19%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS, SERVIDORES PÚBLICOS E EMPRESÁRIOS DO NORDESTE LTDA - UNICRED DO NORDESTE	b3S	S5	I	2	FEIRA DE SANTANA	BA	09/2021	187.869	109.286	166.930	156.869	20.939	215	20.735	17,83%	6,38%	0	9
BGC LIQUIDEZ DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	3	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	187.754	0	114.958	20.000	72.796	12.322	72.700	22,92%	3,50%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS DO ESTADO DE GOIÁS LTDA	b3S	S5	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	185.720	119.171	150.205	144.067	35.515	322	34.090	25,92%	7,99%	0	6
FITBANK - PRUDENCIAL	n4		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	185.327	0	147.409	145.933	37.918	-1.261	NA	NA	NA	1	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1086

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA SERRA CATARINENSE - CREDICOMIN	b3S	S5	I	2	LAGES	SC	09/2021	185.124	115.137	159.050	151.167	26.073	903	26.072	19,40%	9,26%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI INTEGRAÇÃO BAHIA - SICREDI INTEGRAÇÃO BAHIA	b3S	S5	I	2	ITABUNA	BA	09/2021	184.718	87.008	142.283	125.091	42.435	1.232	41.656	36,24%	30,82%	0	5
COOPERATIVA DE CREDITO DO PLANALTO SUL - SICOOB CREDISSERRANA	b3S	S5	I	2	LAGES	SC	09/2021	184.178	101.676	164.486	126.374	19.692	283	18.553	14,39%	10,60%	0	8
VITREO DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	184.086	0	145.745	135.883	38.341	-5.622	38.341	39,23%	4,64%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE IRAÍ DE MINAS LTDA -SICOOB CREDIMIL	b3S	S5	I	2	IRAI DE MINAS	MG	09/2021	183.248	67.605	146.328	129.829	36.920	889	32.704	39,54%	1,88%	0	0
COOPERATIVA DE CRéDITO DE LIVRE ADMISSãO SICOOB CREDIACIL	b3S	S5	I	2	LEME	SP	09/2021	182.868	88.525	163.931	158.178	18.937	1.107	17.371	16,38%	17,12%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CONFIANÇA – CRESOL CONFIANÇA	b3S	S5	I	2	PAIM FILHO	RS	09/2021	182.757	141.587	164.718	72.439	18.039	1.037	18.039	12,97%	8,82%	0	6
BECKER FINANCEIRA S.A. - CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	CERRO LARGO	RS	09/2021	181.090	107.433	125.367	84.956	55.723	2.451	55.672	26,23%	0,13%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO MÉDIO SUL BAIANO LTDA. - SICOOB COSTA DO DESCOBRIMENTO	b3S	S5	I	2	ITAMARAJU	BA	09/2021	180.044	144.350	153.327	124.095	26.717	457	22.038	15,91%	9,69%	0	6
SUL AMERICA INVEST DTVM S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	179.884	0	14.256	0	165.628	1.003	98.451	68,79%	29,52%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUL CATARINENSE - ACENTRA	b3S	S5	I	2	CRICIUMA	SC	09/2021	179.276	142.291	151.645	142.904	27.631	1.055	27.631	16,17%	6,45%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS JUÍZES E CARREIRAS PÚBLICAS DO DIREITO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SICREDI AJURIS RS	b3S	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	178.681	52.654	161.424	156.042	17.257	663	17.116	23,61%	2,83%	0	1
COOPERATIVA DE CREDITO CLASSICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB EMPRESAS RJ	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	177.816	28.462	152.655	140.178	25.161	2.996	23.884	31,29%	8,29%	0	6
COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI - CHP - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	177.801	14.462	152.660	8.668	25.140	2.258	9.140	21,92%	3,71%	2	0
AGÊNCIA DE FOMENTO MATO GROSSO - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	CUIABA	MT	09/2021	177.169	44.698	44.187	41.254	132.982	81	132.982	62,95%	1,86%	1	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO UNICRED HORIZONTES LTDA - UNICRED HORIZONTES	b3S	S5	I	2	IJUI	RS	09/2021	175.797	106.882	137.868	130.634	37.930	1.500	37.923	31,95%	0,56%	0	2
SANTANA S.A. - CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	175.275	155.299	141.792	138.345	33.483	420	31.214	21,51%	1,73%	2	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1087

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBELO LTDA. - SICOOB CREDIBELO	b3S	S5	I	2	CAMPO BELO	MG	09/2021	173.749	114.488	148.441	133.751	25.308	1.659	22.878	19,49%	7,14%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO SERRANO - SICOOB CREDISERRA SC	b3S	S5	I	2	URUPEMA	SC	09/2021	173.457	105.948	147.066	108.252	26.392	1.040	24.502	20,23%	7,83%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPCRED	b3S	S5	I	2	VALPARAISO	SP	09/2021	172.018	91.256	135.613	111.087	36.405	1.788	34.266	28,54%	12,67%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON E REGIÃO - SICOOB CONFIANÇA	b3S	S5	I	2	MARECHAL CANDIDO RONDON	PR	09/2021	171.838	128.432	150.652	126.026	21.186	935	20.456	13,48%	20,09%	0	10
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO, SESC E SENAC DE SÃO PAULO	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	171.806	125.865	6.815	0	164.991	3.154	164.991	112,12%	0,09%	0	0
BANCO XCMG BRASIL - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	POUSO ALEGRE	MG	09/2021	171.246	139.862	72.010	68.856	99.236	738	99.236	67,10%	0,18%	2	0
GAZIN - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	DOURADINA	PR	09/2021	169.596	116.351	70.159	56.177	99.437	6.602	98.830	37,37%	0,47%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E EMPREGADOS DA CELG LTDA.	b3S	S5	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	167.782	104.865	117.575	110.771	50.207	-243	45.131	41,86%	1,41%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO HORIZONTE - SICOOB HORIZONTE	b3S	S5	I	2	ARAPONGAS	PR	09/2021	162.233	112.855	144.438	133.851	17.796	145	16.964	12,62%	28,04%	0	19
COOPERATIVA DE CRéDITO DE TIROS E MATUTINA LTDA.- SICOOB CREDITIROS	b3S	S5	I	2	TIROS	MG	09/2021	160.804	119.736	132.811	83.124	27.994	1.949	25.508	23,32%	6,60%	0	1
COOPERATIVA DE CREDITO CREDIAGRO LTDA. - SICOOB CREDIAGRO	b3S	S5	I	2	CAMPOS ALTOS	MG	09/2021	160.718	97.532	123.061	99.508	37.658	1.445	34.033	32,76%	7,75%	0	1
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL – CRESOL ENCOSTAS DA SERRA GERAL	b3S	S5	I	2	SANTA ROSA DE LIMA	SC	09/2021	159.063	92.455	144.798	112.036	14.265	386	14.258	15,30%	10,40%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA MEIO OESTE - CRESOL MEIO OESTE	b3S	S5	I	2	TANGARA	SC	09/2021	158.916	108.741	141.653	86.747	17.263	810	17.263	14,75%	14,99%	0	12
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO COSAN - BARRACRED COSAN	b3S	S5	I	2	BARRA BONITA	SP	09/2021	157.287	121.096	3.049	0	154.237	3.640	153.074	114,37%	1,21%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO NOS ESTADOS DE ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA - SICOOB LESTE	b3S	S5	I	2	MACEIO	AL	09/2021	156.853	115.922	116.772	105.632	40.081	489	39.768	33,76%	15,88%	0	6
ECONOMIA CI S.A.-ECONOMISA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	156.690	4.742	129.728	13.587	26.962	-622	26.962	65,74%	1,98%	3	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1088

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CARMO DO RIO CLARO LTDA - SICOOB CREDICARMO	b3S	S5	I	2	CARMO DO RIO CLARO	MG	09/2021	155.037	90.881	114.627	106.540	40.409	1.540	37.736	36,54%	15,68%	0	1
WESTERN ASSET DTVM LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	154.455	0	38.203	0	116.252	5.984	116.246	37,14%	2,35%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB COOPERAC	b3S	S5	I	2	RIBEIRAO PRETO	SP	09/2021	154.367	43.610	138.211	135.181	16.156	48	14.933	13,31%	7,25%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO LTDA. - SICOOB PARAÍSOCRED	b3S	S5	I	2	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	MG	09/2021	153.069	107.492	130.198	125.945	22.871	1.987	21.676	19,41%	17,62%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE GUARANI DAS MISSÕES - CRESOL GUARANI DAS MISSÕES	b3S	S5	I	2	GUARANI DAS MISSOES	RS	09/2021	152.930	118.232	138.292	71.312	14.638	57	14.638	12,46%	17,49%	0	8
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DE NÍVEL SUPERIOR DE JUIZ DE FORA LTDA. - UNICRED JUIZ DE FORA	b3S	S5	I	2	JUIZ DE FORA	MG	09/2021	152.652	95.696	133.870	126.682	18.781	493	18.767	18,10%	7,88%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO VALE DO CANOAS - SICOOB/SC CREDICANOAS	b3S	S5	I	2	ABDON BATISTA	SC	09/2021	152.504	75.549	129.098	105.178	23.406	554	21.398	22,76%	3,72%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO EMPREENDEDORES - SICREDI EMPREENDEDORES PR	b3S	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	150.163	49.260	138.207	126.488	11.955	718	11.556	18,28%	13,88%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICAMPINA LTDA. - SICOOB CREDICAMPINA	b3S	S5	I	2	CAMPINA VERDE	MG	09/2021	149.939	94.284	130.845	93.142	19.094	483	16.052	16,80%	16,17%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE CURITIBANOS - CRESOL CURITIBANOS	b3S	S5	I	2	CURITIBANOS	SC	09/2021	148.046	113.947	126.375	63.142	21.671	713	21.671	18,95%	12,60%	0	5
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI / SECOVI - SICOOB SECOVICRED MG	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	147.411	27.112	128.899	125.935	18.511	1.331	17.654	33,64%	2,60%	0	0
COOPERATIVA DE CRéDITO CREDIBAM LTDA. - SICOOB CREDIBAM	b3S	S5	I	2	BAMBUI	MG	09/2021	147.192	62.067	116.948	107.404	30.244	1.521	28.800	35,27%	12,73%	0	3
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SERTÃO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB SERTÃO MINAS	b3S	S5	I	2	PIRAPORA	MG	09/2021	143.854	97.361	125.593	111.513	18.261	171	17.330	18,02%	10,56%	0	5
CREDISIS CAPITALCREDI - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ACRE LTDA	b3S	S5	I	2	RIO BRANCO	AC	09/2021	143.007	104.072	116.580	113.912	26.427	2.209	26.418	28,46%	3,60%	0	1
BANCO RNX S.A. - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	142.228	95.212	123.793	117.824	18.435	324	18.282	15,46%	1,86%	2	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1089

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MEDICOS E CATEGORIAS AFINS-UNICRED NITEROI LTDA	b3S	S5	I	2	NITEROI	RJ	09/2021	142.090	57.851	117.425	110.181	24.665	408	24.659	28,82%	9,34%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO DO SUDOESTE BAIANO LTDA - SICOOB CREDICONQUISTA	b3S	S5	I	2	VITORIA DA CONQUISTA	BA	09/2021	141.728	60.427	116.650	111.645	25.078	684	21.614	27,55%	7,13%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA PLANALTO SERRANO – CRESOL PLANALTO SERRANO	b3S	S5	I	2	SAO JOAQUIM	SC	09/2021	141.461	89.962	122.538	73.403	18.923	240	18.923	17,83%	16,13%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE ARATIBA – CRESOL ARATIBA	b3S	S5	I	2	ARATIBA	RS	09/2021	141.345	80.063	130.610	77.688	10.735	366	10.735	12,62%	6,48%	0	4
CM CAPITAL MARKETS - PRUDENCIAL	n2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	140.977	0	109.134	0	31.844	874	31.302	15,86%	10,24%	4	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE XAVANTINA - CRESOL XAVANTINA	b3S	S5	I	2	XAVANTINA	SC	09/2021	139.712	85.239	121.782	74.777	17.930	625	17.930	21,58%	7,23%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO	b3S	S5	I	2	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	SP	09/2021	139.028	49.903	122.087	118.102	16.940	1.043	15.513	15,11%	16,83%	0	3
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DO VALE DAS ANTAS LTDA. - UNICRED VALE DAS ANTAS	b3S	S5	I	2	CASCA	RS	09/2021	138.895	103.159	117.369	114.609	21.526	1.475	21.523	22,30%	2,92%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS INTEGRANTES DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ESTADO DO PARANÁ - SICREDI CREDJURIS	b3S	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	138.766	32.378	121.577	113.924	17.189	487	17.023	35,66%	0,93%	0	1
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE E DOS TRABALHADORES EM ENSINO DO DISTRITO FEDERAL LTDA. SICOOB EXECUTIVO	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	137.779	86.510	105.293	99.722	32.486	-234	12.501	13,97%	15,94%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL DE MATO GROSSO DO SUL - SICOOB CENTRO SUL MS	b3S	S5	I	2	DOURADOS	MS	09/2021	137.521	91.980	117.594	99.065	19.927	326	19.008	18,67%	8,73%	0	3
CENTROCRED CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SANTA CRUZ DO SUL	RS	09/2021	137.189	86.705	94.048	90.546	43.141	1.296	43.141	30,56%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PIRACANJUBA LTDA	b3S	S5	I	2	PIRACANJUBA	GO	09/2021	137.109	111.136	112.979	85.921	24.130	1.572	19.931	19,62%	3,83%	0	2
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO GORUTUBA LTDA - SICOOB CREDIVAG	b3S	S5	I	2	JANAUBA	MG	09/2021	137.032	75.532	105.539	87.065	31.493	920	28.923	34,06%	10,80%	0	6

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1090

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI ALTO SERTÃO PARAIBANO - SICREDI ALTO SERTÃO PARAIBANO	b3S	S5	I	2	SOUSA	PB	09/2021	134.201	59.284	96.065	89.569	38.136	504	37.839	49,87%	3,69%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIESMERALDAS LTDA. - SICOOB CREDIESMERALDAS	b3S	S5	I	2	ESMERALDAS	MG	09/2021	134.132	73.306	115.442	110.936	18.690	253	17.484	19,51%	25,87%	0	8
FINSOL SCMEPP S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	3	RECIFE	PE	09/2021	133.812	91.301	105.806	100.713	28.006	-50	27.559	13,52%	1,70%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO SUL DO BRASIL - CREVISC	b3S	S5	I	2	GUARAMIRIM	SC	09/2021	132.644	91.034	104.500	98.275	28.144	793	28.143	25,28%	8,69%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CAMPOS GERAIS E CAMPO DO MEIO LTDA - SICOOB CREDCAM	b3S	S5	I	2	CAMPOS GERAIS	MG	09/2021	130.838	89.104	106.994	84.612	23.843	862	21.944	23,47%	11,11%	0	2
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA JOHNSON & JOHNSON	b3S	S5	I	2	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	09/2021	130.379	79.633	10.593	0	119.786	2.102	119.741	103,25%	11,97%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE ALFREDO WAGNER - CRESOL ALFREDO WAGNER	b3S	S5	I	2	ALFREDO WAGNER	SC	09/2021	129.355	99.079	114.378	55.805	14.978	290	14.978	14,62%	15,82%	0	3
UNIPRIME SUL MS - COOPERATIVA DE CRÉDITO	b3S	S5	I	2	DOURADOS	MS	09/2021	128.668	74.575	95.243	91.441	33.425	870	33.425	42,40%	5,66%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE WITMARSUM - CRESOL WITMARSUM	b3S	S5	I	2	WITMARSUM	SC	09/2021	128.349	110.939	105.909	63.642	22.440	582	22.440	22,37%	9,89%	0	4
VORTX DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	127.280	0	114.704	0	12.576	1.214	9.875	14,33%	15,81%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA SAÚDE E LIVRE ADMISSÃO MINAS - ESPÍRITO SANTO LTDA. - UNICRED MINAS - ES	b3S	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	126.757	71.578	109.819	98.872	16.937	272	16.919	19,05%	9,79%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB TRANSAMAZÔNICA	b3S	S5	I	2	PACAJA	PA	09/2021	126.692	71.024	113.049	110.073	13.643	-924	13.017	15,24%	39,94%	0	11
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE CAÇADOR SICOOB CAÇADOR SC	b3S	S5	I	2	CACADOR	SC	09/2021	126.518	83.935	107.201	97.393	19.317	70	17.958	20,04%	10,53%	0	4
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA ÁREA DE SAÚDE DE OURINHOS - OURICRED	b3S	S5	I	2	OURINHOS	SP	09/2021	126.496	46.003	108.771	106.747	17.725	248	16.217	17,00%	5,48%	0	3

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1091

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB NORTE SUL LTDA	b3S	S5	I	2	GANDU	BA	09/2021	125.231	96.313	107.409	104.077	17.823	221	14.358	15,89%	11,09%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA MARGEM ESQUERDA DO URUCUIA E SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDICHAPADA	b3S	S5	I	2	CHAPADA GAUCHA	MG	09/2021	123.824	76.235	102.709	77.122	21.115	2.122	17.598	23,87%	4,94%	0	2
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA NOTARIAL E REGISTRAL - COOPNORE	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	123.318	40.044	114.352	104.841	8.966	603	8.926	15,03%	7,33%	0	4
BCO LA PROVINCIA B AIRES BCE - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	123.114	0	6.417	0	116.697	1.630	116.697	323,44%	0,09%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DE LIVRE ADMISSÃO DE ARARAQUARA E REGIÃO - SICOOB	b3S	S5	I	2	ARARAQUARA	SP	09/2021	123.077	33.135	108.086	101.827	14.991	200	13.570	15,56%	6,24%	0	6
BCO CEDULA S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	122.563	1.623	86.486	85.478	36.077	-2.296	36.077	27,17%	0,76%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO - SICOOB CEJASCRED	b3S	S5	I	2	JARAGUA DO SUL	SC	09/2021	121.023	44.982	106.280	103.382	14.744	1.438	13.580	16,59%	2,86%	0	2
UNICRED REGIONAL NORTE LAGOS - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO REGIONAL NORTE LAGOS LTDA	b3S	S5	I	2	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	09/2021	120.701	70.835	101.904	97.114	18.797	343	18.795	23,11%	9,99%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO DO VALE DO RIO GRANDE LTDA. - SICOOB CREDILEITE	b3S	S5	I	2	UBERABA	MG	09/2021	119.962	53.636	104.973	87.714	14.989	1.133	14.339	21,83%	5,57%	0	3
COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CRESOL EVOLUÇÃO	b3S	S5	I	2	DIONISIO CERQUEIRA	SC	09/2021	118.544	93.013	101.961	54.296	16.583	1.354	16.582	19,54%	7,03%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA SAÚDE, ARQUITETOS E URBANISTAS DE SETE LAGOAS E REGIÃO LTDA - UNICRED SETE LAGOAS	b3S	S5	I	2	SETE LAGOAS	MG	09/2021	118.054	77.431	96.899	91.862	21.155	705	21.143	25,08%	1,03%	0	1
SITA SCCVM S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	117.879	0	49.927	0	67.952	1.570	55.589	43,75%	0,24%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE JACUTINGA - CRESOL JACUTINGA	b3S	S5	I	2	JACUTINGA	RS	09/2021	116.854	80.995	104.167	51.133	12.687	4	12.687	15,26%	14,09%	0	11
COOPERATIVA DE CREDITO E ECONOMIA COM INTERACAO SOLIDARIA DE CHAPECO - CRESOL CHAPECO	b3S	S5	I	2	CHAPECO	SC	09/2021	114.883	81.590	100.874	54.344	14.009	311	14.009	17,62%	22,70%	0	5

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1092

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRéDITO MúTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO CASINO, GRUPO PãO DE AçúCAR E GRUPO ASSAí	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	113.922	84.708	18.125	0	95.797	4.645	95.484	115,75%	0,22%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SULCREDI/SÃO MIGUEL	b3S	S5	I	2	SAO MIGUEL D'OESTE	SC	09/2021	113.694	83.455	97.040	96.201	16.654	1.151	14.140	17,53%	8,73%	0	5
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL SEARA - CREDISEARA	b3S	S5	I	2	SEARA	SC	09/2021	113.184	65.293	94.333	87.417	18.850	760	18.850	19,31%	5,56%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB ITAPAGIPE LTDA - SICOOB ITAPAGIPE	b3S	S5	I	2	ITAPAGIPE	MG	09/2021	113.134	43.242	83.693	60.346	29.440	733	27.550	49,49%	4,14%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAJUBÁ LTDA - SICOOB SUL DE MINAS	b3S	S5	I	2	ITAJUBA	MG	09/2021	112.330	58.697	95.409	92.311	16.920	1.155	15.957	22,95%	8,92%	0	4
BBVA BRASIL BI S.A. - PRUDENCIAL	b2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	111.955	0	2.697	0	109.258	-421	109.258	107,87%	0,14%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOBMAIS LTDA. - SICOOBMAIS	b3S	S5	I	2	IGUATAMA	MG	09/2021	111.734	81.114	88.309	64.696	23.424	778	22.237	26,54%	16,00%	0	4
COOPERATIVA DE CREDITO CREDLIDER - SICOOB CREDLIDER	b3S	S5	I	2	VOTUPORANGA	SP	09/2021	111.453	35.171	93.556	79.217	17.896	883	17.204	30,55%	20,07%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL - CREDICANA	b3S	S5	I	2	ASSIS	SP	09/2021	111.349	14.029	97.602	96.707	13.747	82	13.745	29,00%	0,43%	0	0
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO SUDESTE DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CREDISUCESSO	b3S	S5	I	2	BOM SUCESSO	MG	09/2021	110.712	40.820	98.373	94.939	12.339	942	11.713	22,46%	10,97%	0	7
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CONCÓRDIA - CRESOL CONCÓRDIA	b3S	S5	I	2	CONCORDIA	SC	09/2021	110.120	71.178	100.360	57.647	9.760	273	9.760	14,07%	8,70%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOPEMAR LTDA	b3S	S5	I	2	MAIRI	BA	09/2021	108.390	44.445	93.676	88.812	14.714	312	12.532	19,29%	19,55%	0	8
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE GETÚLIO VARGAS - CRESOL GETÚLIO VARGAS	b3S	S5	I	2	GETULIO VARGAS	RS	09/2021	107.964	76.901	95.391	55.213	12.573	600	12.573	17,13%	8,02%	0	5
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDARIA DE SARANDI-CRESOL SARANDI	b3S	S5	I	2	SARANDI	RS	09/2021	106.803	88.304	95.717	62.974	11.085	660	11.085	12,41%	8,19%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DO GRUPO VALLOUREC NO BRASIL - COOVALL LTDA.	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	106.547	90.336	10.500	0	96.047	1.789	95.780	113,63%	0,00%	0	1

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1093

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO PODER JUDICIÁRIO NOS ESTADOS DO AMAPÁ E CEARÁ E LIVRE ADMISSÃO NO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COIMPPA	b3S	S5	I	2	BELEM	PA	09/2021	105.997	71.248	46.062	38.450	59.934	320	58.799	81,34%	1,15%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA ALTERNATIVA – CRESOL ALTERNATIVA	b3S	S5	I	2	APIUNA	SC	09/2021	105.730	88.819	90.936	57.481	14.794	184	14.794	17,30%	22,93%	0	5
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO ATACADÃO	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	105.559	56.193	4.893	0	100.666	3.082	100.653	105,39%	0,02%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DO GRUPO SÃO MARTINHO USICRED	b3S	S5	I	2	PRADOPOLIS	SP	09/2021	104.757	59.756	5.479	2.502	99.278	3.959	99.255	107,55%	0,08%	0	0
SUMUP SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	104.300	0	101.642	69.041	2.658	-10.110	46	0,22%	0,00%	2	0
GREENCRED - COOPERATIVA DE CREDITO	b3S	S5	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	103.692	30.048	78.556	65.842	25.136	755	25.131	24,73%	0,00%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DE RONDÔNIA - SICOOB CREDJURD	b3S	S5	I	2	PORTO VELHO	RO	09/2021	102.681	33.264	71.572	68.928	31.108	1.684	30.109	57,67%	7,02%	0	3
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MAXION - CREDMAXION	b3S	S5	I	2	CRUZEIRO	SP	09/2021	101.746	71.477	2.343	0	99.403	2.307	99.388	112,61%	0,69%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS MILITARES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL - SICREDI MIL RS	b3S	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	100.125	61.430	83.517	74.894	16.608	408	16.309	23,75%	5,87%	0	4
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MILITARES ESTADUAIS DE SANTA CATARINA - CREDPOM	b3S	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	99.322	47.641	86.936	84.835	12.386	-55	11.403	19,36%	10,64%	0	6
B & T ASSOCIADOS CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	98.879	0	72.960	0	25.919	484	24.426	14,76%	3,18%	4	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICAPI LTDA - SICOOB CREDICAPI	b3S	S5	I	2	CAPITOLIO	MG	09/2021	98.574	56.220	79.924	71.100	18.650	1.594	17.456	26,10%	3,21%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO OESTE MARANHENSE - SICOOB OESTE MARANHENSE	b3S	S5	I	2	ACAILANDIA	MA	09/2021	98.470	43.195	79.345	69.378	19.125	1.025	18.966	31,75%	10,10%	0	8
FC FINANCEIRA CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	97.479	69.394	79.496	76.401	17.984	-1.225	14.348	18,99%	13,55%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE RIO RUFINO - SICOOB CREDIUNIÃO	b3S	S5	I	2	RIO RUFINO	SC	09/2021	96.085	46.573	82.114	63.820	13.971	739	13.114	19,60%	14,92%	0	2
OLIVEIRA TRUST DTVM S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	96.020	0	58.991	14	37.029	7.836	36.976	21,41%	4,04%	3	0
UNICRED COSTA DO SOL RJ - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO LTDA.	b3S	S5	I	2	MACAE	RJ	09/2021	94.744	42.702	79.573	74.303	15.170	324	15.162	25,69%	6,77%	0	2

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1094

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - CRESOL ALIANÇA	b3S	S5	I	2	PINHALZINHO	SC	09/2021	93.839	69.402	84.354	47.762	9.484	261	9.481	14,34%	24,11%	0	6
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO SICOOB COOPERCREDI - SP	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	93.550	75.722	33.408	29.740	60.142	440	55.082	71,97%	3,97%	0	0
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE MARTINHO CAMPOS LTDA - SICOOB CREDIMAC	b3S	S5	I	2	MARTINHO CAMPOS	MG	09/2021	93.197	54.116	76.287	67.654	16.910	791	15.925	24,71%	24,81%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DOS FORNECEDORES DE CANA DA REGIÃO DE CATANDUVA-COFOCRED	b3S	S5	I	2	CATANDUVA	SP	09/2021	93.171	40.366	8.873	0	84.298	2.653	84.298	101,18%	0,58%	0	0
CREDITÁ S.A. CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	92.248	35.306	69.966	67.868	22.283	105	22.283	25,98%	1,30%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE DORES DO INDAIÁ LTDA. - SICOOB CREDINDAIÁ	b3S	S5	I	2	DORES DO INDAIA	MG	09/2021	92.020	49.118	79.102	64.463	12.918	321	11.951	20,04%	20,81%	0	0
JBCRED S.A. SCFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	91.952	27.453	3.178	0	88.773	-478	88.706	121,07%	1,22%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA	b3S	S5	I	2	CERES	GO	09/2021	91.275	37.805	71.703	64.407	19.572	22	15.944	34,75%	5,26%	0	2
COOPERATIVA DE CRéDITO RURAL COM INTERAçãO SOLIDáRIA CENTRO NORTE - CRESOL CENTRO NORTE	b3S	S5	I	2	MARCELINO RAMOS	RS	09/2021	91.189	74.705	82.787	44.244	8.403	201	8.403	11,74%	17,10%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB IPÊ - SICOOB IPÊ	b3S	S5	I	2	CAMPO GRANDE	MS	09/2021	90.756	68.556	79.580	77.090	11.176	359	10.727	16,40%	6,70%	0	2
CREDISIS SUDOESTE/RO - COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO DO SUDOESTE DE RONDÔNIA LTDA.	b3S	S5	I	2	ROLIM DE MOURA	RO	09/2021	90.500	58.047	70.640	68.003	19.860	771	19.843	31,19%	11,71%	0	2
SICOOB UNISP - COOPERATIVA DE CRÉDITO	b3S	S5	I	2	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	09/2021	90.071	14.237	81.214	79.838	8.858	102	8.534	24,12%	6,10%	0	2
COOPERATIVA DE CREDITO POTIGUAR - SICOOB POTIGUAR	b3S	S5	I	2	NATAL	RN	09/2021	90.034	69.499	72.865	68.887	17.169	552	17.038	23,17%	8,33%	0	3
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE SÃO VALENTIM - CRESOL SÃO VALENTIM	b3S	S5	I	2	SAO VALENTIM	RS	09/2021	89.759	64.482	80.312	42.624	9.447	557	9.447	14,95%	5,78%	0	5
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS - SICOOB CRUZ ALTA	b3S	S5	I	2	CRUZ ALTA	RS	09/2021	89.681	58.510	76.315	71.151	13.366	621	12.350	19,01%	11,41%	0	3
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE POUSO REDONDO - CRESOL POUSO REDONDO	b3S	S5	I	2	POUSO REDONDO	SC	09/2021	88.660	69.134	75.626	41.402	13.034	-71	13.034	18,92%	5,64%	0	3

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1095

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
MONEYCORP - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	87.557	865	71.677	0	15.881	2.148	15.789	27,78%	3,72%	4	0
ELITE - CCVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	87.539	0	69.554	60.224	17.985	45	17.631	22,21%	1,08%	3	0
SOLIDEZ CCTVM LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	86.564	0	329.943	0	-243.379	-1.303	-244.346	-282,88%	-0,40%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA LTDA. - SICOOB UFVCREDI	b3S	S5	I	2	VICOSA	MG	09/2021	85.225	52.097	55.182	53.087	30.043	939	28.547	53,38%	1,18%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS	b3S	S5	I	2	AGUAS DE LINDOIA	SP	09/2021	84.498	44.834	75.239	72.948	9.259	172	7.559	14,01%	38,53%	0	5
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MAGISTRADOS DE SÃO PAULO - MAGISCRED	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	84.489	18.853	71.453	70.167	13.035	17	11.653	20,31%	9,49%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO COGEM	b3S	S5	I	2	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	09/2021	83.262	61.698	8.201	0	75.062	1.186	75.062	109,06%	0,97%	0	8
SIMPALA CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	82.004	66.217	72.412	65.743	9.591	-178	10.491	15,15%	8,59%	3	0
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DE RIO FORTUNA - CRESOL RIO FORTUNA	b3S	S5	I	2	RIO FORTUNA	SC	09/2021	81.944	41.944	74.427	60.689	7.518	119	7.515	16,79%	14,04%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE VITOR MEIRELES - CRESOL VITOR MEIRELES	b3S	S5	I	2	VITOR MEIRELES	SC	09/2021	81.831	50.641	71.586	47.058	10.245	347	10.242	20,57%	27,85%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB UNIDAS	b3S	S5	I	2	BELEM	PA	09/2021	81.577	63.848	60.073	56.234	21.504	225	20.484	27,76%	17,46%	0	9
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MILITARES E DA SEGURANÇA PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL LTDA. - SICOOB DFMIL	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	81.559	57.158	64.827	61.973	16.732	252	7.936	15,09%	4,76%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DO CAPARAÓ LTDA. - SICOOB SAÚDE	b3S	S5	I	2	CARATINGA	MG	09/2021	81.495	56.696	69.107	65.668	12.388	760	11.819	19,82%	2,42%	0	2
BRL TRUST DTVM SA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	81.344	0	49.363	0	31.981	9.284	21.270	16,50%	8,81%	1	0
ATRIA S.A. - CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	ARAUCARIA	PR	09/2021	81.118	64.327	14.594	0	66.524	962	66.524	117,12%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	b3S	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	80.094	41.054	47.471	42.870	32.623	201	31.910	61,55%	4,07%	0	6
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DO CEARÁ - SICOOB CEARÁ	b3S	S5	I	2	FORTALEZA	CE	09/2021	79.684	59.149	65.396	62.188	14.288	240	14.178	24,64%	3,42%	0	1
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA - ASCOOB CENTRAL	b3C	S4	I	2	SERRINHA	BA	09/2021	79.080	1.205	75.987	0	3.093	103	3.093	69,49%	12,30%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1096

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
FAIR CC S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	78.924	0	66.100	0	12.824	-394	12.796	8,87%	2,23%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ARCOS LTDA. - SICOOB ARCOMCREDI	b3S	S5	I	2	ARCOS	MG	09/2021	78.358	47.353	65.628	63.612	12.730	861	12.028	23,12%	4,82%	0	0
SICOOB CREDIMONTES - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO REGIONAL DE MONTES CLAROS LTDA	b3S	S5	I	2	MONTES CLAROS	MG	09/2021	78.200	48.210	63.072	57.313	15.128	434	14.330	27,87%	10,91%	0	3
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE JATAÍ E REGIÃO LTDA.	b3S	S5	I	2	JATAI	GO	09/2021	78.011	50.180	61.998	60.197	16.013	522	15.620	29,38%	9,39%	0	0
GREEN NET - PRUDENCIAL	n4		I	2	CUIABA	MT	09/2021	77.663	0	68.891	20.553	8.772	1.470	NA	NA	NA	1	0
AGENCIA DE FOMENTO DO RN S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	NATAL	RN	09/2021	77.647	38.037	25.313	7.024	52.334	839	52.330	69,36%	1,81%	2	0
COOPERATIVA DE CREDITO , POUPANÇA E INVESTIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ - SICREDI PIAUÍ	b3S	S5	I	2	TERESINA	PI	09/2021	77.104	45.045	65.844	58.718	11.260	401	10.979	21,22%	17,70%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA VALE DO CONTESTADO - CRESOL VALE DO CONTESTADO	b3S	S5	I	2	IRINEOPOLIS	SC	09/2021	76.693	63.958	68.006	37.096	8.688	-25	8.688	13,89%	36,68%	0	5
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ASCOOB SISAL	b3S	S5	I	2	SERRINHA	BA	09/2021	76.574	31.303	72.355	70.586	4.219	-307	4.219	9,86%	19,14%	0	12
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CREDJUS	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	75.289	38.212	37.825	34.105	37.465	849	36.144	85,77%	6,88%	0	2
LECCA - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	75.204	68.647	54.909	48.962	20.295	-173	20.295	16,24%	0,00%	4	0
COOPERATIVA DE CREDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DE QUILOMBO - CRESOL QUILOMBO	b3S	S5	I	2	QUILOMBO	SC	09/2021	75.104	54.379	65.486	35.929	9.618	266	9.618	18,44%	10,33%	0	5
H.H.PICCHIONI - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	74.417	0	67.745	0	6.673	-468	5.738	35,26%	19,25%	4	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS LTDA. - SICOOB COOPERCORREIOS	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	74.416	28.919	46.588	44.994	27.828	486	26.198	67,49%	3,00%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE	b3S	S5	I	2	RIO BRANCO	AC	09/2021	73.900	54.777	47.373	43.073	26.527	-1.211	25.522	39,11%	32,69%	0	3
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA NESTLÉ - CREDI NESTLÉ	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	73.550	35.189	1.008	0	72.542	1.189	72.422	107,66%	0,10%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1097

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
ALESTA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	JAGUARIUNA	SP	09/2021	73.501	3.456	4.557	0	68.944	7.951	44.821	94,26%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RORAIMA LTDA.	b3S	S5	I	2	BOA VISTA	RR	09/2021	73.335	24.670	59.648	48.845	13.686	325	13.495	34,93%	11,52%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO ALTO RIO GRANDE MG - SICREDI CREDIGRANDE MG	b3S	S4	I	2	LAVRAS	MG	09/2021	73.285	50.899	63.370	48.928	9.915	720	9.789	16,77%	26,40%	0	3
CODEPE CORRETORA DE VAL. S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	RECIFE	PE	09/2021	73.250	128	28.892	21.958	44.358	-62	44.358	93,33%	3,81%	5	0
BCO LA NACION ARGENTINA - PRUDENCIAL	b1	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	72.499	18.841	37.375	31.536	35.124	-1.946	35.124	42,55%	42,46%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE FORMOSA DO SUL - CRESOL FORMOSA	b3S	S5	I	2	FORMOSA DO SUL	SC	09/2021	71.914	47.933	62.938	38.047	8.975	392	8.975	19,35%	7,24%	0	3
WARREN CCVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	71.862	0	50.663	6.602	21.199	2.298	11.965	49,18%	20,40%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO BANDEIRANTES – SICREDI BANDEIRANTES SP	b3S	S4	I	2	SAO CARLOS	SP	09/2021	71.554	39.314	61.973	51.449	9.581	676	9.326	20,27%	18,98%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE JAGUARUNA – CRESOL JAGUARUNA	b3S	S5	I	2	JAGUARUNA	SC	09/2021	71.439	46.277	64.356	49.825	7.083	-349	7.079	15,64%	12,74%	0	4
BIORC FINANCEIRA - CFI S.A. - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	71.365	67.830	64.306	63.213	7.058	309	7.058	13,46%	5,19%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE DORES DO INDAIÁ LTDA - COOPCREDI	b3S	S5	I	2	DORES DO INDAIA	MG	09/2021	71.333	32.510	58.975	57.579	12.357	244	11.491	27,51%	25,76%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB CREDCOOP LTDA.	b3S	S5	I	2	VITORIA DA CONQUISTA	BA	09/2021	70.360	60.515	51.150	49.771	19.210	118	16.648	31,14%	3,91%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE GUAXUPÉ LTDA. - SICOOB ACICREDI	b3S	S5	I	2	GUAXUPE	MG	09/2021	70.305	37.600	60.772	58.290	9.534	629	8.873	19,80%	11,34%	0	4
ADVANCED CC LTDA - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	70.071	0	66.113	0	3.958	-2.234	3.926	2,73%	35,27%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA	b3S	S5	I	2	BELEM	PA	09/2021	69.804	52.440	53.453	48.828	16.351	434	15.764	27,12%	23,20%	0	3
PIAUÍ FOMENTO - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	TERESINA	PI	09/2021	69.767	35.625	42.327	25.029	27.440	-288	27.338	37,08%	0,35%	1	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE AMERICANA, LIMEIRA E REGIÃO - SICOOB ACICRED	b3S	S5	I	2	AMERICANA	SP	09/2021	69.661	28.363	60.926	58.846	8.735	364	7.985	16,18%	3,84%	0	2
ACCREDITO SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	69.512	21.186	748	0	68.764	-1.135	67.786	169,34%	0,50%	2	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1098

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS PROFISSIONAIS MÉDICOS E DA SAÚDE DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - SICREDI MEDICRED PR	b3S	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	69.377	21.266	59.556	52.491	9.821	495	9.627	28,55%	5,46%	0	2
AF ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	RECIFE	PE	09/2021	68.677	44.533	12.438	11.167	56.240	-1.387	56.236	67,38%	0,54%	1	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DE PORTO XAVIER – CRESOL PORTO XAVIER	b3S	S5	I	2	PORTO XAVIER	RS	09/2021	68.646	54.050	57.665	27.429	10.982	676	10.982	21,64%	4,18%	0	4
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL E DO DISTRITO FEDERAL - SICOOB LEGISLATIVO	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	68.640	45.164	50.875	47.849	17.764	159	6.820	16,47%	4,43%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO CLÁSSICA DOS EMPREGADOS DA VALE S/A E ENTIDADES VINCULADAS LTDA. – SICOOB COOPVALE	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	68.439	32.802	53.654	49.706	14.786	-680	12.989	29,90%	4,27%	0	4
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO FEMSA BRASIL	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	68.387	54.406	6.458	0	61.929	1.699	61.929	105,99%	0,28%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DAS EMPRESAS, EMPREGADOS E PRESTADORES DE SERVIÇO DAS METALÚRGICAS, SIDERÚRGICAS E INDUSTRIAIS – SICOOB COPESITA	b3S	S5	I	2	TIMOTEO	MG	09/2021	68.324	46.151	45.986	43.126	22.338	930	20.190	39,05%	11,46%	0	2
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB METALCRED	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	68.135	45.972	21.056	15.234	47.079	102	41.714	71,82%	22,27%	0	5
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR E EMPREGADOS DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES DE BELO HORIZONTE, REGIÃO METROPOLITANA E ZONA DA MATA LTDA.- SICOOB CECREF	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	68.062	45.018	41.419	35.405	26.643	-5	20.949	46,25%	3,67%	0	5
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDARIA CONEXÕES -CRESOL CONEXÕES	b3S	S5	I	2	SANTA MARIA	RS	09/2021	67.688	49.537	60.570	41.300	7.118	101	7.118	14,27%	31,58%	0	3
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO BANRISUL	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	67.582	43.640	33.115	28.272	34.467	129	34.432	65,19%	1,33%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO CEARÁ - SICREDI COOPERJURIS	b3S	S5	I	2	FORTALEZA	CE	09/2021	66.989	52.133	55.224	51.683	11.765	433	11.614	24,14%	7,11%	0	1

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1099

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE XANXERÊ - CRESOL XANXERÊ	b3S	S5	I	2	XANXERE	SC	09/2021	66.540	48.804	60.116	37.627	6.424	252	6.424	13,79%	9,47%	0	4
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS RANDON	b3S	S5	I	2	CAXIAS DO SUL	RS	09/2021	65.966	35.713	11.844	3.226	54.122	1.136	49.649	124,99%	0,31%	0	0
COOPERATIVA DE CRéDITO, POUPANçA E INVESTIMENTO DOS ADVOGADOS E SERVENTUáRIOS DO PODER JUDICIáRIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SICREDI COOABCRED RS	b3S	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	65.347	13.104	61.044	57.781	4.302	223	4.190	20,42%	6,41%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS DESPACHANTES DE TRÂNSITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CREDITRAN	b3S	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	64.885	22.176	51.291	39.343	13.594	484	12.169	28,41%	26,42%	0	2
DUFRIO CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	64.698	59.390	37.335	34.858	27.362	-141	25.459	52,29%	0,22%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PEQUENOS EMPRESÁRIOS, MICROEMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - COOPESA	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	64.660	827	59.976	59.669	4.684	363	4.614	27,75%	2,95%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS ESCRIVÃES, NOTÁRIOS E REGISTRADORES NO ESTADO DO PARANÁ - SICREDI CREDENOREG PR	b3S	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	63.980	12.626	54.838	50.445	9.141	435	8.869	40,27%	1,68%	0	1
CREDISIS CREDIBRÁS COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSÃO DO OESTE DE RONDÔNIA	b3S	S5	I	2	NOVA BRASILANDIA	RO	09/2021	63.239	44.609	46.050	41.061	17.189	809	17.106	37,10%	10,05%	0	2
SICOOB CRED COPERCANA COOPERATIVA DE CRÉDITO	b3S	S5	I	2	SERTAOZINHO	SP	09/2021	63.044	25.805	39.332	36.580	23.712	449	21.564	45,37%	0,79%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE CORONEL MARTINS - CRESOL PEDRA BRANCA	b3S	S5	I	2	CORONEL MARTINS	SC	09/2021	62.270	46.501	50.832	25.014	11.438	251	11.438	25,79%	9,87%	0	4
COOPERATIVA DE CRéDITO, POUPANçA E INVESTIMENTO DAS CARREIRAS DO MINISTéRIO PúBLICO, TRIBUNAL DE CONTAS E SECRETARIA DA FAZENDA DO RIO GRANDE DO SUL – SICREDI MP RS	b3S	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	61.794	16.542	54.985	53.175	6.810	173	6.758	25,13%	4,84%	0	1

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1100

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS POLICIAIS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA – SICREDI POL RS/SC	b3S	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	61.661	49.849	53.117	46.749	8.544	151	8.448	15,03%	4,13%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA	b3S	S5	I	2	SAO JOAO DA BOA VISTA	SP	09/2021	61.547	43.853	39.046	37.611	22.501	226	22.411	41,10%	2,45%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO NO PIAUÍ - SICOOB PIAUÍ	b3S	S5	I	2	TERESINA	PI	09/2021	61.331	40.074	50.618	46.271	10.714	417	10.590	23,00%	5,94%	0	2
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DO GRUPO BASF	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	61.280	36.355	1.651	0	59.629	545	59.581	109,42%	0,04%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ARAXÁ LTDA - SICOOB COOCREZ	b3S	S5	I	2	ARAXA	MG	09/2021	60.762	42.647	39.267	35.927	21.495	475	18.609	43,40%	4,57%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE VITÓRIA DA CONQUISTA	b3S	S5	I	2	VITORIA DA CONQUISTA	BA	09/2021	60.144	19.575	45.887	42.816	14.257	605	14.257	44,28%	0,27%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS CORRETORES DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CREDICOR/SP	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	60.071	10.529	51.021	50.152	9.050	431	8.303	21,93%	7,86%	0	0
TRANSFERWISE BRASIL CC - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	59.444	0	33.856	0	25.588	883	25.588	27,88%	0,00%	2	0
IDEAL CTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	59.011	0	16.560	148	42.452	3.958	42.029	46,10%	2,53%	2	0
PARATI - CFI S.A. - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	58.199	23.201	49.550	40.008	8.649	183	8.649	41,11%	0,31%	2	0
F D GOLD DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	58.142	0	36.771	0	21.371	677	21.363	15,08%	8,84%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA CEPLAC LTDA. - SICOOB COOPEC	b3S	S5	I	2	ITABUNA	BA	09/2021	57.737	40.715	22.645	19.969	35.092	9	30.523	69,68%	17,88%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE ÁUREA - CRESOL ÁUREA	b3S	S5	I	2	AUREA	RS	09/2021	57.052	36.537	50.533	30.290	6.519	234	6.519	18,58%	4,36%	0	3
FINAXIS - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	55.653	0	29.493	13.623	26.161	588	25.599	18,37%	3,09%	4	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREDIPAULISTA	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	55.402	7.080	4.437	0	50.965	553	50.962	91,86%	8,11%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL MARANHENSE - SICOOB SUL MARANHENSE	b3S	S5	I	2	BALSAS	MA	09/2021	55.398	13.329	49.320	48.416	6.078	467	6.034	25,88%	3,22%	0	0
PARMETAL DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	BARUERI	SP	09/2021	55.244	0	30.502	0	24.742	1.501	24.742	38,20%	0,99%	6	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1101

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRéDITO MúTUO DE LIVRE ADMISSãO DA REGIãO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA – SICOOB COOPERASO	b3S	S5	I	2	SOROCABA	SP	09/2021	54.902	31.218	40.690	37.998	14.212	47	12.958	28,71%	21,14%	0	4
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE OURO SULCREDI/OURO	b3S	S5	I	2	OURO	SC	09/2021	54.686	31.437	43.645	42.154	11.041	558	10.837	21,01%	8,12%	0	5
CREDISIS OESTE - COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO DO OESTE	b3S	S5	I	2	ESPIGAO D'OESTE	RO	09/2021	54.492	31.226	43.378	34.611	11.114	684	11.084	33,87%	1,96%	0	0
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DE TREZE DE MAIO - CRESOL TREZE DE MAIO	b3S	S5	I	2	TREZE DE MAIO	SC	09/2021	53.515	27.269	49.191	37.357	4.324	84	4.322	14,99%	12,65%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB ITAPICURU - ASCOOB ITAPICURU.	b3S	S5	I	2	SANTALUZ	BA	09/2021	53.399	29.298	52.636	50.986	763	-1.739	-699	-2,02%	241,63%	0	12
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - COOPERSERV	b3S	S5	I	2	LENCOIS PAULISTA	SP	09/2021	53.318	39.793	36.493	34.276	16.825	334	15.501	38,17%	1,21%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SÃO FRANCISCO DE SALES LTDA. - SICOOB CREDISALES	b3S	S5	I	2	SAO FRANCISCO DE SALES	MG	09/2021	53.119	39.567	40.907	33.236	12.212	206	11.451	30,35%	3,15%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE JACINTO MACHADO - CRESOL JACINTO MACHADO	b3S	S5	I	2	JACINTO MACHADO	SC	09/2021	52.986	31.211	48.651	32.342	4.334	-62	4.332	13,67%	9,49%	0	2
COOPERATIVA DE CRéDITO MúTUO DOS PROFISSIONAIS DA SAúDE E LIVRE ADMISSãO DE TEóFILO OTONI LTDA. - UNICRED TRêS VALES	b3S	S5	I	2	TEOFILO OTONI	MG	09/2021	52.270	21.508	42.976	39.383	9.294	348	9.289	29,92%	0,39%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ALUNOS DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – SICREDI COOPERUCS	b3S	S4	I	2	CAXIAS DO SUL	RS	09/2021	52.245	33.872	42.612	38.038	9.633	595	9.455	22,86%	2,69%	0	1
SICOOB CREDICONSUMO - COOPERATIVA DE CRéDITO	b3S	S5	I	2	SANTO ANDRE	SP	09/2021	52.141	30.570	26.185	24.400	25.956	809	23.825	44,77%	2,97%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE RIO CRIXÁS LTDA.	b3S	S5	I	2	CRIXAS	GO	09/2021	51.419	24.953	37.717	36.802	13.702	264	10.657	36,40%	13,97%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES DA UNIÃO, EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS E LIBERAIS - SICOOB CENTRO NORDESTE	b3S	S5	I	2	JOAO PESSOA	PB	09/2021	51.012	41.837	35.363	32.778	15.649	-122	15.511	37,18%	14,40%	0	2
BCO INDUSCRED DE INVESTIM. S/A - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	50.161	39.085	23.517	23.322	26.644	-1.050	16.143	29,48%	0,23%	2	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1102

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDINOSSO LTDA - SICOOB CREDINOSSO	b3S	S5	I	2	MONTES CLAROS	MG	09/2021	50.137	31.597	40.774	39.177	9.363	382	9.054	26,26%	12,34%	0	1
SICREDI COOMAMP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MEMBROS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DAS CARREIRAS JURÍDICAS E DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS EM SÃO LUÍS/MA E MUNICÍPIOS CIRCUNVIZIN	b3S	S5	I	2	SAO LUIS	MA	09/2021	49.985	33.724	34.395	29.932	15.590	350	15.358	41,92%	3,06%	0	2
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL - SICOOB CREDSEF	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	49.384	23.029	37.615	36.304	11.769	147	6.142	26,61%	1,06%	0	0
GERAL CCVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	48.984	0	23.395	8.507	25.589	306	11.425	24,45%	1,50%	2	0
OM DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	47.767	0	26.217	0	21.550	1.256	21.550	17,53%	3,85%	2	0
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DE SÃO JOÃO DO SUL - CRESOL SÃO JOÃO DO SUL	b3S	S5	I	2	SAO JOAO DO SUL	SC	09/2021	47.362	32.055	42.132	26.991	5.230	177	5.228	16,96%	8,89%	0	2
DIRECAO S.A. CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SANTOS	SP	09/2021	47.325	10.747	494	0	46.831	6.058	NI	NI	NI	3	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MEDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA SAUDE DE JOACABA	b3S	S5	I	2	JOACABA	SC	09/2021	46.306	5.344	33.810	32.979	12.496	186	12.496	27,20%	0,01%	0	0
SENSO CCVM S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	45.975	0	17.287	0	28.688	-2.546	29.316	36,91%	0,44%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS CONTABILISTAS E CORRETORES DE SEGUROS DA GRANDE BELO HORIZONTE LTDA. - SICOOB CREDITABIL	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	45.728	8.402	38.047	36.274	7.682	87	7.198	38,68%	17,99%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB DO GRANDE ABC - SICOOB GRANDE ABC	b3S	S5	I	2	SANTO ANDRE	SP	09/2021	45.610	24.421	39.820	38.186	5.790	413	5.334	14,80%	8,09%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE CORONEL FREITAS - CRESOL CORONEL FREITAS	b3S	S5	I	2	CORONEL FREITAS	SC	09/2021	45.435	32.599	40.596	19.375	4.839	196	4.839	16,01%	6,56%	0	1
GUITTA CC LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	44.700	0	34.376	0	10.324	554	10.218	18,53%	13,32%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPIMENTA LTDA. - SICOOB CREDIPIMENTA	b3S	S5	I	2	PIMENTA	MG	09/2021	44.389	24.070	37.624	33.132	6.765	189	6.113	22,73%	5,41%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA CARGILL	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	43.975	28.756	9.892	8.343	34.083	973	34.074	86,77%	0,15%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1103

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
SERVICOOP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	43.915	17.967	27.799	24.455	16.116	11	16.082	52,91%	5,55%	0	4
COOPERÁGUIA - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO ÁGUIA BRANCA	b3S	S5	I	2	CARIACICA	ES	09/2021	43.200	28.594	6.247	0	36.953	792	36.953	111,19%	0,07%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE SÃO LUÍS - SICREDI SÃO LUÍS	b3S	S5	I	2	SAO LUIS	MA	09/2021	43.002	23.329	38.029	33.711	4.973	353	4.887	17,35%	1,07%	0	1
COOPERATIVA DE CAPITAL E EMPRÉSTIMO COOPERMULTICRED - COOPERMC	b3S	S5	I	2	GUARULHOS	SP	09/2021	42.453	37.206	501	0	41.952	821	41.952	120,25%	0,03%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CREDELESC	b3S	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	42.091	19.782	34.995	33.252	7.096	-48	7.096	25,28%	8,56%	0	5
MEDCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO	b3S	S5	I	2	RIBEIRAO PRETO	SP	09/2021	41.726	11.194	39.200	38.487	2.526	100	2.492	14,80%	5,11%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO SUL DO MARANHÃO - SICREDI SUL DO MARANHÃO	b3S	S5	I	2	IMPERATRIZ	MA	09/2021	41.238	10.833	35.445	32.697	5.792	74	5.691	30,49%	0,43%	0	1
SIMPAUL CCVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	40.597	0	27.829	25.773	12.767	195	12.762	36,64%	1,32%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS - SICOOB COOPMOND	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	39.916	17.306	3.315	0	36.601	633	33.132	126,90%	0,57%	0	0
H.COMMCOR DTVM LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	39.189	0	25.859	16.653	13.330	448	13.296	26,02%	4,99%	2	0
TREVISO CC S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	38.776	0	34.477	0	4.298	102	4.293	8,31%	14,79%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - CREDIABC	b3S	S5	I	2	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	09/2021	38.712	27.345	11.795	8.859	26.916	238	26.914	81,21%	7,11%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOPERBOM LTDA	b3S	S5	I	2	SALVADOR	BA	09/2021	38.252	27.936	21.712	18.917	16.540	-1.011	12.196	42,84%	32,36%	0	2
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO SCHAEFFLER	b3S	S5	I	2	SOROCABA	SP	09/2021	38.216	27.244	1.080	0	37.136	369	37.136	117,59%	0,11%	0	0
NOVINVEST CVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	37.551	1.067	27.722	18.160	9.829	-2.409	9.771	24,08%	4,79%	2	0
SICOOB CREDIMED - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA CIDADE DE UBERABA LTDA.	b3S	S5	I	2	UBERABA	MG	09/2021	37.521	23.289	26.263	25.259	11.258	-22	10.625	40,65%	8,17%	0	0
COOPERATIVA DE CRéDITO MúTUO - SICOOB CREDIACISC	b3S	S5	I	2	SAO CARLOS	SP	09/2021	37.141	11.430	32.933	32.241	4.208	-55	3.843	15,44%	5,27%	0	2

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1104

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SERVIDORES PÚBLICOS COOPERPLAN LTDA. - SICOOB COOPERPLAN	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	36.381	27.413	27.684	26.692	8.697	-197	3.548	14,50%	21,81%	0	1
AGK CC S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	35.874	0	31.210	0	4.664	120	4.660	11,42%	4,44%	2	0
COOPERUFPA - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS E ESTADUAIS E DAS ENTIDADES DE ENSINO COM SEUS RESPECTIVOS FUNCIONÁRIOS NO ESTADO DO PARÁ	b3S	S5	I	2	BELEM	PA	09/2021	35.304	13.562	5.405	1.977	29.899	598	29.894	151,98%	6,09%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE PRAIA GRANDE E REGIÃO - SICOOB COOPERACE	b3S	S5	I	2	PRAIA GRANDE	SP	09/2021	34.914	11.613	26.696	25.494	8.218	-189	7.586	33,26%	5,59%	0	1
BROOKFIELD - PRUDENCIAL	n2	S4	I	3	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	34.846	0	13.024	0	21.823	-44	21.816	60,07%	8,18%	2	0
COOPERATIVA ECONOMIA CRÉDITO MÚTUO SERVS E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNIC DE BELO HORIZONTE BETIM BRUMADINHO CONTAGEM IBIRITÉ NOVA LIMA RIBEIRÃO DAS NEVES SABARÁ SANTA LUZIA E VESPASIANO SICOOB CREDISERV	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	34.592	18.403	17.694	15.418	16.898	216	15.251	75,19%	3,30%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES NA ÁREA DE SAÚDE, AFINS E EMPRESÁRIOS VINCULADOS À ACCI DE ERECHIM-RS-CREDISUL	b3S	S5	I	2	ERECHIM	RS	09/2021	34.366	25.804	29.409	28.553	4.957	918	4.957	20,78%	3,10%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE ITATIBA DO SUL - CRESOL ITATIBA DO SUL	b3S	S5	I	2	ITATIBA DO SUL	RS	09/2021	34.239	24.114	30.092	14.937	4.147	-134	4.147	16,40%	13,88%	0	2
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS DE MANAUS - SICOOB CREDEMPRESAS-AM	b3S	S5	I	2	MANAUS	AM	09/2021	33.288	22.419	25.776	24.763	7.512	218	7.194	29,99%	4,22%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE ITAPETININGA - SICOOB CRED-ACI	b3S	S5	I	2	ITAPETININGA	SP	09/2021	33.277	6.650	27.728	26.601	5.549	469	5.047	20,52%	8,01%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	32.853	29.032	13.074	9.797	19.778	-2.332	19.261	66,38%	7,36%	0	3
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO MAGAZINE LUIZA, EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS – COOPLUIZA	b3S	S5	I	2	FRANCA	SP	09/2021	32.766	30.729	7.500	4.371	25.266	1.188	25.266	94,14%	0,10%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1105

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
AG. FOMENTO ESTADO DO TOCANTINS - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	PALMAS	TO	09/2021	32.624	18.245	11.264	10.429	21.360	-637	21.349	58,84%	1,63%	1	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA FUNDAÇÃO ZERBINI E DA FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) – COOPINCOR	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	31.863	15.128	1.096	0	30.767	466	30.755	105,32%	0,14%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES FEDERAIS NA PARAÍBA - SICOOB COOPERCRET	b3S	S5	I	2	JOAO PESSOA	PB	09/2021	31.791	23.089	22.033	20.882	9.757	156	9.686	38,84%	1,24%	0	1
COINVALORES - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	31.327	0	7.125	0	24.201	83	24.047	423,39%	0,75%	4	0
SCD CREDITAS - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	31.084	20.807	10.210	512	20.874	3.804	20.569	80,42%	0,00%	2	0
GRAZZIOTIN FINANCIADORA SA CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	PASSO FUNDO	RS	09/2021	30.433	26.911	2.817	0	27.615	1.217	27.615	115,96%	0,00%	2	0
BCO CAPITAL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S4	I	2	SALVADOR	BA	09/2021	30.356	2.508	13.232	12.584	17.124	-598	17.124	47,25%	1,68%	2	0
CALCRED CFI PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	SAO JOSE	SC	09/2021	28.970	1.767	5.888	5.055	23.082	-535	18.979	42,30%	6,52%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO COLORADO	b3S	S5	I	2	GUAIRA	SP	09/2021	28.864	26.091	1.393	0	27.471	1.010	26.108	122,55%	0,10%	0	0
AMARIL FRANKLIN CTV LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	28.562	0	16.397	0	12.165	-232	12.003	34,23%	1,88%	2	0
MUNDINVEST S.A. - CCVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	27.866	0	4.869	0	22.997	71	22.990	78,53%	0,13%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO CLÁSSICA DOS FUNCIONÁRIOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS DAS EMPRESAS LIGADAS AO GRUPO EUCATUR LTDA. - SICOOB EUCRED	b3S	S5	I	2	JI-PARANA	RO	09/2021	27.695	15.724	22.374	21.622	5.321	245	5.085	24,88%	16,41%	0	4
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA.	b3S	S5	I	2	ARAXA	MG	09/2021	27.588	23.410	1.307	0	26.281	992	26.281	111,86%	0,04%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - CRESOL SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	b3S	S5	I	2	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	SC	09/2021	27.490	22.233	23.681	11.170	3.809	135	3.809	19,13%	11,60%	0	2
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS DO GRUPO ECONÔMICO RHODIA - CREDIRHODIA	b3S	S5	I	2	PAULINIA	SP	09/2021	27.424	22.647	4.418	3.852	23.006	330	19.377	106,95%	0,24%	0	1
RB INVESTIMENTOS DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	27.380	0	17.975	14.914	9.405	-566	6.127	22,07%	0,04%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO MINUANO	b3S	S5	I	2	CANOAS	RS	09/2021	27.265	10.041	11.110	10.370	16.156	184	16.140	62,32%	5,49%	0	5

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1106

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO - COOPEMESP	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	27.167	18.106	9.897	9.189	17.271	61	15.766	72,23%	0,07%	0	0
BANCO PORTO REAL DE INVEST.S.A - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	PORTO REAL	RJ	09/2021	26.903	25.109	444	0	26.459	-1.123	26.459	81,84%	0,10%	2	0
VALOR - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	26.664	26.432	5.783	0	20.881	725	20.869	72,76%	0,73%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - COOPERUNICAMP	b3S	S5	I	2	CAMPINAS	SP	09/2021	26.531	17.640	4.024	0	22.507	734	22.507	144,33%	0,00%	0	0
PÓLOCRED SCMEPP LTDA. - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	26.412	23	25.257	0	1.156	38	1.156	18,46%	2,02%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ERICSSON - COOPERICSSON	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	25.993	11.838	1.117	0	24.875	170	24.875	105,75%	0,07%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ALTEROSA LTDA - SICOOB COOPEROSA	b3S	S5	I	2	ALTEROSA	MG	09/2021	25.670	14.681	18.278	15.553	7.392	507	6.936	34,82%	9,21%	0	1
BROKER BRASIL CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	25.350	0	20.783	0	4.567	224	4.505	14,46%	6,03%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA. - MAGICREDI-RJ	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	24.844	13.253	15.334	14.533	9.510	293	9.510	80,06%	2,11%	0	2
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COLABORADORES DA VALE S.A LTDA. – SICOOB CREDIVALE	b3S	S5	I	2	ITABIRA	MG	09/2021	24.632	13.635	18.454	13.634	6.178	80	5.675	31,64%	21,79%	0	1
FÊNIX DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	CUIABA	MT	09/2021	24.511	0	22.151	0	2.361	-349	2.361	25,97%	0,56%	2	0
COOPERATIVA DE CREDITO DOS FORNECEDORES DE CANA E DEMAIS PRODUTORES RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SAO PAULO - CREDICENTRO	b3S	S5	I	2	ARARAQUARA	SP	09/2021	24.120	9.615	10.005	8.717	14.115	-406	14.095	105,98%	0,18%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA TETRA PAK	b3S	S5	I	2	MONTE MOR	SP	09/2021	23.995	12.248	419	0	23.576	622	23.557	106,06%	0,11%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA COMIGO	b3S	S5	I	2	RIO VERDE	GO	09/2021	23.844	16.061	8.639	7.372	15.204	282	14.717	79,46%	2,60%	0	0
CREBEL - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COLABORADORES DAS EMPRESAS BELGO BEKAERT - CREBEL LTDA.	b3S	S5	I	2	CONTAGEM	MG	09/2021	23.696	9.223	1.443	0	22.254	325	22.253	103,87%	0,06%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FORNECEDORES DE CANA DE BARRA BONITA E REGIÃO	b3S	S5	I	2	BARRA BONITA	SP	09/2021	23.525	4.782	5.441	2.671	18.084	244	18.007	78,32%	0,77%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1107

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO - INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	23.523	5.183	19.134	13.135	4.390	-1.538	4.390	30,00%	1,54%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB CRED-ACILPA	b3S	S5	I	2	LENCOIS PAULISTA	SP	09/2021	23.075	9.597	15.950	15.109	7.125	206	6.650	33,59%	3,59%	0	1
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREDIPRODESP	b3S	S5	I	2	TABOAO DA SERRA	SP	09/2021	22.169	6.355	768	0	21.402	244	19.584	150,16%	0,13%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DOS PLANTADORES DE CANA DE ALAGOAS	b3S	S5	I	2	MACEIO	AL	09/2021	22.048	5.665	2.796	1.573	19.253	-428	19.246	91,46%	2,98%	0	0
SLW CVC LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	21.764	0	22.360	1.460	-596	-1.460	-766	-3,04%	-28,43%	2	0
CREFAZ SCMEPP LTDA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	MARINGA	PR	09/2021	21.746	18.022	9.755	0	11.991	1.948	11.991	30,27%	24,47%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE PEQUENOS AGRICULTORES E DA REFORMA AGRÁRIA DO CENTRO OESTE DO PARANÁ - CREHNOR LARANJEIRAS	b3S	S5	I	2	LARANJEIRAS DO SUL	PR	09/2021	21.462	3.863	20.616	20.534	846	-45	808	17,23%	9,58%	0	3
FOURTRADE COR. DE CAMBIO LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	21.451	0	17.728	0	3.723	137	3.723	13,09%	7,30%	3	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO ALGAR E EMPREENDEDORES DO TRIÂNGULO MINEIRO LTDA - SICOOB TRIÂNGULO	b3S	S5	I	2	UBERLANDIA	MG	09/2021	20.662	6.501	13.925	12.124	6.737	-66	6.184	59,15%	4,34%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	b3S	S5	I	2	ALUMINIO	SP	09/2021	20.421	11.437	891	0	19.529	239	19.528	102,81%	4,98%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA VILLARES METALS	b3S	S5	I	2	SUMARE	SP	09/2021	19.910	16.543	274	0	19.636	274	19.620	117,29%	8,13%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB COOPERAR	b3S	S5	I	2	ARACI	BA	09/2021	19.833	15.290	17.349	16.402	2.485	-182	2.485	14,57%	47,43%	0	5
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PETROLEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - COPETRO	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	19.825	16.007	850	0	18.975	-22	18.975	129,22%	0,08%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DE ELEVADORES ATLAS	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	19.680	10.784	1.437	0	18.243	196	18.243	169,76%	0,02%	0	0
AZIMUT BRASIL DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	19.454	0	15.801	14.702	3.653	-291	3.589	10,70%	2,26%	2	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1108

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS COLABORADORES DA SG INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, VIDROS E AFINS	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	19.450	12.828	1.406	0	18.044	252	18.044	105,72%	1,01%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO OWENS-ILLINOIS DO BRASIL	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	19.210	8.959	684	0	18.526	184	18.526	105,03%	0,07%	0	0
PLANTAE CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	09/2021	19.129	8.372	1.546	1.002	17.583	-826	17.568	122,88%	0,75%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA JOYSON SAFETY SYSTEMS - COOPERJSS	b3S	S5	I	2	JUNDIAI	SP	09/2021	19.097	18.759	2.762	0	16.336	809	15.472	107,69%	0,10%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO JAL LTDA.	b3S	S5	I	2	SAO JOAO DE MERITI	RJ	09/2021	19.059	5.027	3.434	0	15.624	156	15.617	134,91%	27,89%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COOPERALESP	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	19.058	12.214	974	0	18.084	735	18.071	107,27%	0,10%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA	b3S	S5	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	18.340	8.878	9.052	8.699	9.288	185	9.288	52,28%	3,69%	0	0
PATAÇÃO DTVM LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SOROCABA	SP	09/2021	17.647	65	16.412	0	1.235	194	1.235	10,18%	1,51%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB CREDMETAL	b3S	S5	I	2	OSASCO	SP	09/2021	17.529	12.111	5.725	3.991	11.804	51	10.701	73,59%	3,92%	0	1
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MINERACÃO RIO DO NORTE S/A, EM PORTO TROMBETAS LIMITADA - CREDNORTE	b3S	S5	I	2	ORIXIMINA	PA	09/2021	17.382	10.641	789	0	16.592	371	16.592	108,40%	0,51%	0	0
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE IBIAM - SULCREDI/IBIAM	b3S	S5	I	2	IBIAM	SC	09/2021	17.370	11.307	13.254	12.897	4.116	145	4.032	24,37%	5,57%	0	4
COBANSA CH S.A. - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	GUARULHOS	SP	09/2021	17.247	0	14.513	376	2.735	-378	2.735	15,66%	0,03%	2	0
GOLCRED - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	SAO JOSE	SC	09/2021	17.125	5.943	5.728	0	11.397	169	11.398	28,26%	0,47%	3	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA - CRED SERV	b3S	S5	I	2	ORLANDIA	SP	09/2021	17.075	14.877	1.681	1.418	15.394	346	14.098	110,32%	0,14%	0	0
FAMILIA PAULISTA CI S.A. - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SANTOS	SP	09/2021	16.963	194	5.940	0	11.023	43	11.023	154,67%	2,35%	2	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1109

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA AÇO MINAS GERAIS S.A. - AÇOMINAS E EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS EM OURO BRANCO LTDA. - COOPAÇO	b3S	S5	I	2	OURO BRANCO	MG	09/2021	16.925	7.914	1.946	0	14.980	280	14.977	96,55%	1,91%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COLABORADORES DA CEBRACE	b3S	S5	I	2	JACAREI	SP	09/2021	16.667	13.002	290	0	16.377	296	15.509	140,72%	0,07%	0	2
HEDGE INVESTMENTS - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	16.608	0	6.002	0	10.607	-485	10.535	36,75%	2,55%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO BAYER LTDA	b3S	S5	I	2	BELFORD ROXO	RJ	09/2021	16.574	11.668	1.654	0	14.921	310	14.921	109,50%	0,08%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COLABORADORES DO GRUPO EMPRESARIAL A COSTA LTDA.	b3S	S5	I	2	VISCONDE DO RIO BRANCO	MG	09/2021	16.379	12.103	1.209	10	15.169	220	15.169	108,58%	0,13%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA TEKSID DO BRASIL LTDA., E NEMAK ALUMÍNIO DO BRASIL LTDA.	b3S	S5	I	2	BETIM	MG	09/2021	16.276	5.622	591	0	15.685	186	15.685	155,41%	0,11%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA CRÉDITO MÚTUO – SICOOB CREDSAÚDE	b3S	S5	I	2	PIRACICABA	SP	09/2021	16.211	6.556	13.637	13.034	2.574	-138	2.265	16,53%	0,97%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS METALÚRGICAS DE MATÃO - METALCOOPERCRED	b3S	S5	I	2	MATAO	SP	09/2021	16.136	9.504	1.007	0	15.129	741	14.100	127,43%	0,17%	0	0
ÍNDIGO INVESTIM DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	16.128	0	4.947	0	11.181	43	7.549	16,63%	55,75%	2	0
DIBRAN DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	15.992	0	853	0	15.140	-712	15.140	450,46%	0,49%	2	0
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE GUACUI - CREDIGUAÇUÍ	b3S	S5	I	2	GUACUI	ES	09/2021	15.792	5.133	7.422	6.400	8.369	180	8.369	53,65%	3,23%	0	0
COPERCRED - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS ZILLO LORENZETTI	b3S	S5	I	2	LENCOIS PAULISTA	SP	09/2021	15.611	8.932	2.814	2.193	12.796	139	11.282	107,86%	0,61%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES PUBLICOS DE PINHÃO - CRESERV-PINHÃO	b3S	S5	I	2	PINHAO	PR	09/2021	15.536	13.029	9.597	8.578	5.939	156	5.939	53,09%	1,22%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS TRABALHADORES PORTUARIOS DA GRANDE VITORIA - CREDESTIVA.	b3S	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	15.375	9.145	2.210	1.553	13.165	-82	13.159	101,08%	4,78%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1110

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM JOÃO MONLEVADE LTDA. - COPREMON	b3S	S5	I	2	JOAO MONLEVADE	MG	09/2021	15.269	14.337	1.421	0	13.848	224	13.848	114,32%	0,26%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA INTERNATIONAL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA DA AMÉRICA DO SUL	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	15.158	9.337	559	0	14.599	272	14.599	112,57%	0,14%	0	0
GLOBAL EXCHANGE CC - PRUDENCIAL	n2	S4	I	3	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	15.012	0	548	0	14.464	-488	4.467	14,76%	20,04%	4	0
CENTRAL COOPERATIVA DE CRÉDITO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CECOOP	b3C	S4	I	2	VITORIA	ES	09/2021	15.005	0	14.791	13.658	214	0	-9	-0,37%	154,39%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COLABORADORES DA UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, UNIÃO NORTE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA & UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CATÓLICA LTDA - COOMAR	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	14.982	8.161	1.228	0	13.753	219	13.753	128,75%	1,36%	0	0
TENTOS CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	IJUI	RS	09/2021	14.908	11.066	286	0	14.623	-35	14.556	112,31%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - COOPSEFES	b3S	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	14.891	9.086	2.154	1.109	12.737	348	12.737	103,60%	2,59%	0	0
LISTO SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	14.629	11.200	2.794	0	11.835	-94	11.835	95,30%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO - CREDFEDERAL	b3S	S5	I	2	VILA VELHA	ES	09/2021	14.423	11.178	9.682	9.093	4.741	85	4.738	39,11%	0,74%	0	1
LAR COOPERATIVA DE CRÉDITO - LAR CREDI	b3S	S5	I	2	MEDIANEIRA	PR	09/2021	14.293	1.460	10.538	10.447	3.754	-117	3.754	29,01%	2,32%	0	15
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MERCK SHARP & DOHME FARMACÊUTICA - COOPERMSD	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	14.097	7.810	204	0	13.893	65	13.893	109,46%	0,07%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS DA USINA SANTA ADELIA - USAGRO	b3S	S5	I	2	JABOTICABAL	SP	09/2021	14.042	10.586	1.520	379	12.521	281	11.364	105,80%	0,40%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DE ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	13.942	9.365	469	0	13.473	221	13.473	125,49%	0,18%	0	0
PINTOS CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	TERESINA	PI	09/2021	13.745	1.762	113	0	13.632	-255	13.632	100,35%	0,00%	2	0
ASPECIR SCMEPP LTDA. - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	13.641	13.177	3.832	0	9.809	249	9.764	80,18%	0,83%	2	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1111

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO JOHN F. KENNEDY LTDA	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	13.456	7.488	7.582	7.450	5.874	67	5.870	48,96%	0,99%	0	2
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DE CHOCOLATES GAROTO LTDA. - CREDI-GAROTO	b3S	S5	I	2	VILA VELHA	ES	09/2021	13.450	5.529	10.809	10.129	2.642	33	2.638	34,49%	12,28%	0	0
COOPERATIVA DE CREDITO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	b3S	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	13.442	10.902	4.015	1.631	9.427	54	9.408	85,32%	0,35%	0	2
INTERCAM CC LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	13.343	0	5.063	0	8.279	537	8.194	22,86%	10,86%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASTRAZENECA DO BRASIL	b3S	S5	I	2	COTIA	SP	09/2021	13.324	3.956	555	0	12.769	249	12.769	102,47%	0,08%	0	0
OPPORTUNITY - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	13.207	0	2.197	0	11.010	1.116	11.010	34,20%	2,24%	3	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA NOVELIS	b3S	S5	I	2	SANTO ANDRE	SP	09/2021	13.072	8.970	1.243	0	11.829	158	10.148	116,88%	0,08%	0	0
CAROL DTVM LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	13.072	0	4.491	0	8.581	1.246	8.581	28,38%	1,58%	2	0
BANCO VIPAL - PRUDENCIAL	b2	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	12.993	0	59	0	12.934	-1.064	12.934	79,99%	0,02%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SKF E COLIGADAS	b3S	S5	I	2	CAJAMAR	SP	09/2021	12.691	9.736	187	0	12.504	177	12.504	118,13%	0,10%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA TICKET SERVIÇOS COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	12.656	2.253	3.258	0	9.398	84	9.398	75,36%	0,21%	0	0
ED&F MAN CAPITAL DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	CAMPINAS	SP	09/2021	12.621	0	6.219	0	6.402	-2.638	6.247	14,41%	31,81%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CEMIG E DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO E DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JUIZ DE FORA LTDA. - SICOOB CECREMEC	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	12.542	7.125	5.559	3.876	6.982	24	6.551	65,31%	5,66%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO SISTEMA FIERGS - CRESUL	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	12.282	7.654	494	0	11.789	332	11.788	151,63%	0,03%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREDIFISCO	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	12.259	11.115	7.308	6.515	4.951	-141	4.907	49,08%	3,52%	0	0
NOSSA TERRA COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE AGRONEGÓCIO E AFINS	b3S	S5	I	2	CAJATI	SP	09/2021	12.036	3.623	363	0	11.672	41	10.282	114,82%	0,13%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1112

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRéDITO MúTUO DO ABC - COOPER 7	b3S	S5	I	2	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	09/2021	11.750	9.594	2.432	1.505	9.318	447	8.334	87,69%	0,65%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO COMOLATTI - SÃO PAULO	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	11.637	6.439	1.382	0	10.256	251	10.256	98,85%	0,00%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA BOMBRIL	b3S	S5	I	2	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	09/2021	11.433	7.875	1.173	0	10.260	162	10.258	101,25%	0,19%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPIRA - CREDITA	b3S	S5	I	2	ITAPIRA	SP	09/2021	11.413	9.711	711	0	10.702	217	10.674	114,08%	0,35%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRéDITO MúTUO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS – SICOOB COOPERNAPI	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	11.349	4.793	10.242	7.601	1.107	-46	901	11,87%	1,60%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES ESTATUTARIOS DA ADMINISTRACAO DIRETA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - COOPFISCO	b3S	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	11.294	5.688	4.529	3.405	6.765	-25	6.739	67,86%	3,09%	0	0
DILLON S/A DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	11.122	0	3.370	31	7.751	-211	7.741	52,96%	5,25%	3	0
FINANSINOS S.A. CFI - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	NOVO HAMBURGO	RS	09/2021	11.027	0	1.001	0	10.026	-272	7.192	130,67%	13,05%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POÇOS DE CALDAS LTDA. - COOPOÇOS	b3S	S5	I	2	POCOS DE CALDAS	MG	09/2021	11.013	7.231	2.833	829	8.181	227	7.846	102,56%	0,25%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMÓTEO LTDA. - COOPERTIM	b3S	S5	I	2	TIMOTEO	MG	09/2021	10.962	6.773	1.321	0	9.641	286	9.277	136,88%	0,04%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA CIA AÇUCAREIRA VALE DO ROSÁRIO - COOPERVALE	b3S	S5	I	2	MORRO AGUDO	SP	09/2021	10.774	6.147	814	0	9.959	167	8.997	124,21%	0,03%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DA COMLURB LTDA	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	10.756	3.662	583	0	10.173	46	10.173	168,17%	1,76%	0	0
SOLUÇÃO FINANCAS SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	10.739	8.949	138	1	10.601	-2	10.175	120,84%	0,35%	2	0
MOVA SEP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	10.720	0	4.483	0	6.238	-1.897	NI	NI	NI	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - CREDISIS CREDBEM METROPOLITANA	b3S	S5	I	2	BELEM	PA	09/2021	10.578	7.691	1.186	0	9.392	252	9.387	115,77%	3,22%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1113

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO - PROMOCRED	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	10.488	2.414	1.719	912	8.769	140	8.769	85,77%	0,19%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO FLEURY	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	10.445	4.645	410	0	10.036	138	9.340	104,32%	0,72%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO SBF LTDA. - COOPER ATIVA SBF	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	10.394	5.767	3.636	0	6.758	120	6.743	113,51%	0,00%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO LORENZETTI	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	10.343	2.544	572	0	9.771	123	9.771	258,41%	0,02%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS DA REGIÃO DE CONGONHAS LTDA. - COOFERSE	b3S	S5	I	2	CONGONHAS	MG	09/2021	10.335	5.065	685	0	9.650	68	9.650	102,50%	6,81%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE SANTO ANDRÉ - SP – SICOOB CECRESA	b3S	S5	I	2	SANTO ANDRE	SP	09/2021	10.184	8.598	3.017	2.579	7.167	-35	6.386	83,33%	2,29%	0	0
CREDJUST - COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS INTEGRANTES DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO LTDA.	b3S	S5	I	2	JOAO PESSOA	PB	09/2021	10.139	9.428	3.225	2.762	6.914	41	6.883	84,41%	2,45%	0	1
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAMARCO MINERAÇÃO S.A. LTDA - CREDISAM	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	9.844	3.670	845	0	9.000	21	9.000	135,59%	0,04%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EATON	b3S	S5	I	2	VALINHOS	SP	09/2021	9.691	5.726	582	0	9.109	60	7.375	129,54%	0,01%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO AVIBRAS - COOPER AVIBRAS	b3S	S5	I	2	JACAREI	SP	09/2021	9.680	5.127	566	0	9.114	128	9.114	108,45%	0,14%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITABIRA LTDA. - SICOOB COSEMI	b3S	S5	I	2	ITABIRA	MG	09/2021	9.652	5.570	2.472	1.733	7.180	132	6.854	111,60%	0,35%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CONFAB	b3S	S5	I	2	PINDAMONHANGABA	SP	09/2021	9.583	4.743	412	0	9.171	146	8.493	111,50%	0,12%	0	0
INVEST CC - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	9.490	0	5.695	0	3.795	-7	3.759	10,00%	3,68%	2	0
CARTOS SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	9.320	5.134	6.142	4.336	3.178	-131	3.178	39,43%	28,06%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA PILKINGTON BRASIL	b3S	S5	I	2	CACAPAVA	SP	09/2021	9.097	4.829	428	0	8.669	118	8.669	111,59%	0,17%	0	0
LABOR CC - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	RECIFE	PE	09/2021	8.966	0	3.218	0	5.748	234	5.267	30,97%	1,50%	14	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1114

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DOS PLANTADORES DE CANA DA REGIÃO DE IGARAPAVA	b3S	S5	I	2	IGARAPAVA	SP	09/2021	8.965	2.022	1.262	0	7.703	153	7.703	229,27%	1,84%	0	0
SOCIALCRED S/A SCMEPP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	8.936	10.627	143	0	8.793	229	8.785	110,59%	2,57%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ABRIL	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	8.857	5.526	1.135	0	7.722	-34	7.722	82,85%	0,33%	0	0
N26 SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	8.735	0	1.103	9	7.632	-1.555	6.227	364,01%	0,00%	2	0
COLUNA S.A. DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	8.727	0	1.296	0	7.431	189	7.418	23,20%	1,39%	3	0
BOA VIAGEM SCC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RECIFE	PE	09/2021	8.675	0	4.461	0	4.214	64	3.305	13,81%	0,87%	10	0
FRENTE CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	8.583	0	17.706	0	-9.123	-1.650	-9.525	-9,57%	-3,99%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO - CREDIAFAM	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	8.176	3.600	509	0	7.667	76	7.664	99,80%	0,32%	0	0
CAMBIONET CC LTDA - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	7.945	0	2.527	0	5.418	83	5.417	22,38%	10,14%	7	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL LTDA. - COOSERVCRED	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	7.914	6.764	3.297	2.121	4.616	9	4.616	74,09%	5,02%	0	0
PENTAGONO S/A DTVM - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	7.823	0	3.328	0	4.495	1.820	4.365	20,98%	10,06%	3	0
SOCRED S.A. SCM - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	BELEM	PA	09/2021	7.807	7.341	3.766	3.516	4.041	245	4.041	61,82%	2,94%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA MORLAN - CRED MORLAN	b3S	S5	I	2	ORLANDIA	SP	09/2021	7.752	5.531	101	0	7.651	199	7.648	127,85%	0,00%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E SERVIÇOS FINANCEIROS DO CENTRO OESTE - CREDITAG	b3S	S5	I	2	MINEIROS	GO	09/2021	7.665	6.142	5.830	5.694	1.835	-225	1.710	29,65%	6,61%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS LTDA	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	7.631	3.799	56	0	7.575	-353	7.575	99,26%	27,35%	0	1
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - COOPSESP	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	7.630	3.770	640	0	6.990	-32	6.989	100,10%	2,92%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS - CAMPUS DE JABOTICABAL/SP - COOPERFAC	b3S	S5	I	2	JABOTICABAL	SP	09/2021	7.536	5.738	425	0	7.111	95	7.100	109,98%	0,77%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1115

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO TELEFÔNICA	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	7.533	3.921	358	0	7.176	25	7.171	100,79%	1,49%	0	0
GET MONEY CC - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	7.495	0	1.436	0	6.058	-105	5.216	27,60%	2,26%	2	0
CRETOVALE - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA VALE	b3S	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	7.472	5.724	1.464	0	6.008	44	6.005	90,58%	2,08%	0	1
FIDUCIA SCMEPP LTDA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SOROCABA	SP	09/2021	7.428	469	5.108	3.522	2.320	164	2.320	103,00%	5,80%	2	0
DASCAM CC LTDA - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	7.354	0	2.996	0	4.358	368	4.324	25,33%	4,56%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FABRICANTES DE CALÇADOS DE SAPIRANGA LTDA.	b3S	S5	I	2	SAPIRANGA	RS	09/2021	7.314	4.697	3.334	2.836	3.980	289	3.980	72,63%	1,76%	0	0
SCB CRÉDITO SCMEPP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	FORTALEZA	CE	09/2021	7.270	6.841	4.565	0	2.705	-63	2.705	31,75%	0,06%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DAS EMPRESAS FERROVIÁRIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	b3S	S5	I	2	OSASCO	SP	09/2021	7.224	3.631	507	0	6.717	145	6.626	98,95%	1,91%	0	0
BMS SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	FORTALEZA	CE	09/2021	7.130	6.989	911	11	6.219	-66	NI	NI	NI	2	0
CAPTALYS DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	7.100	0	427	0	6.673	60	6.364	34,81%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO - DIVISÃO VIDRO PLANO	b3S	S5	I	2	MAUA	SP	09/2021	7.001	4.209	790	0	6.211	136	6.206	98,82%	0,30%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA FACULDADE DE ENGENHARIA DE ILHA SOLTEIRA - COOPERFEIS	b3S	S5	I	2	ILHA SOLTEIRA	SP	09/2021	6.917	4.647	156	0	6.761	62	6.379	115,54%	0,25%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA OWENS CORNING FIBERGLAS AMÉRICA DO SUL	b3S	S5	I	2	RIO CLARO	SP	09/2021	6.881	4.451	1.566	1.184	5.315	134	5.315	87,98%	0,58%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.857	4.389	3.958	3.701	2.898	-75	2.898	43,87%	0,52%	0	4
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO ALIANÇA - COOPERNITRO	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.800	5.056	137	0	6.663	105	6.647	113,28%	0,31%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES COLETIVOS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS DO GRANDE RIO LTDA	b3S	S5	I	2	SAO GONCALO	RJ	09/2021	6.654	2.820	761	0	5.893	139	5.890	140,70%	6,18%	0	1

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1116

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO SERTÃO ALAGOANO ASCOOB COCREAL	b3S	S5	I	2	PAO DE ACUCAR	AL	09/2021	6.650	5.017	4.977	4.439	1.673	122	1.673	29,80%	40,56%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA RICLAN	b3S	S5	I	2	RIO CLARO	SP	09/2021	6.541	4.294	428	0	6.112	87	6.112	108,61%	0,77%	0	0
FACEBOOK INSTITUICAO PAGAMENTO - PRUDENCIAL	n4		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.434	0	1.357	0	5.077	48	NA	NA	NA	1	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DO IRB-BRASIL RE LTDA.	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	6.432	802	745	0	5.686	-14	5.686	89,30%	2,12%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DE ÓRGAOS GESTORES DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COOPERHIDRO	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.404	3.628	1.034	498	5.370	52	5.370	135,36%	0,02%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ELGIN	b3S	S5	I	2	MOGI DAS CRUZES	SP	09/2021	6.391	3.094	644	0	5.747	187	5.259	125,93%	0,14%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS PLASCAR	b3S	S5	I	2	JUNDIAI	SP	09/2021	6.353	1.764	409	0	5.944	68	5.944	99,37%	0,18%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO – COOPERMEL	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.309	3.365	219	0	6.090	76	6.090	104,95%	0,22%	0	0
DECYSEO CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.283	0	5.312	0	970	-28	954	10,95%	19,26%	2	0
INFINITY CCTVM S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.275	0	4.531	0	1.744	-373	1.744	12,35%	0,44%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - COOPERTREM	b3S	S5	I	2	OSASCO	SP	09/2021	6.262	1.145	164	0	6.098	2	5.343	149,96%	0,02%	0	0
HSCM SCMEPP LTDA. - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	IBIA	MG	09/2021	6.169	5.501	474	0	5.694	86	5.694	110,88%	0,23%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA PRODAM/SP - CREDIPRODAM	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	6.158	1.327	180	0	5.978	9	5.305	154,15%	0,07%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A. LTDA. - CECREM	b3S	S5	I	2	CONTAGEM	MG	09/2021	6.121	2.202	503	0	5.618	25	5.615	100,38%	0,04%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DO GRUPO AKZO NOBEL BRASIL - COOP AKZONOBEL	b3S	S5	I	2	MAUA	SP	09/2021	6.118	1.954	675	0	5.443	-67	5.443	97,87%	0,20%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1117

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPSEBRAE - COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO SEBRAE/PB, SEBRAE/RN E SESC, SENAC E SENAR EM JOÃO PESSOA	b3S	S5	I	2	JOAO PESSOA	PB	09/2021	6.066	3.177	1.733	1.439	4.333	61	4.326	84,34%	0,83%	0	0
MONOPÓLIO CC - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	BELEM	PA	09/2021	6.056	0	1.828	0	4.227	196	4.227	36,44%	0,26%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB COOPEC - ASCOOB COOPEC	b3S	S5	I	2	POCO VERDE	SE	09/2021	6.034	2.166	4.904	4.636	1.130	-32	1.130	35,10%	4,25%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA E ELETRICITÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL CRECE	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	5.902	4.509	3.134	2.308	2.767	-25	2.699	54,64%	3,72%	0	1
LEVYCAM CCV LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	5.816	0	4.349	0	1.468	-310	1.466	7,67%	2,37%	5	0
RJI CTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SALVADOR	BA	09/2021	5.784	0	3.316	0	2.468	-641	2.446	8,35%	6,02%	3	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO GERDAU - AÇOS FINOS PIRATINI	b3S	S5	I	2	CHARQUEADAS	RS	09/2021	5.712	2.200	187	0	5.525	78	5.519	103,41%	1,46%	0	0
TURCAMBIO CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	GAROPABA	SC	09/2021	5.685	0	2.328	0	3.356	41	3.269	17,38%	10,75%	10	0
CASA CREDITO S.A. SCM - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	5.649	1.543	2.269	2.078	3.380	99	3.380	118,95%	0,27%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DAS EMPRESAS ITAÚ	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	5.570	1.811	497	0	5.074	64	5.074	95,10%	0,01%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BEBEDOURO - COOCRESB.	b3S	S5	I	2	BEBEDOURO	SP	09/2021	5.450	4.632	2.505	2.310	2.945	9	2.696	60,22%	3,08%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MOSAIC FERTILIZANTES DE UBERABA - COPERURA LTDA.	b3S	S5	I	2	UBERABA	MG	09/2021	5.351	2.263	201	0	5.150	45	5.150	159,85%	3,65%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DO GRUPO MAUA LTDA	b3S	S5	I	2	SAO GONCALO	RJ	09/2021	5.341	1.114	573	0	4.768	32	4.768	226,03%	0,10%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO SUL FLUMINENSE LTDA.	b3S	S5	I	2	VOLTA REDONDA	RJ	09/2021	5.312	1.594	1.024	0	4.288	64	4.288	138,20%	8,21%	0	0
IB CCTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	5.262	0	3.094	67	2.167	1	2.162	11,49%	7,84%	2	0
CREDEXTRA - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA REALMAR DISTRIBUIDORA LTDA	b3S	S5	I	2	SERRA	ES	09/2021	5.152	2.493	674	0	4.477	39	4.477	133,64%	0,09%	0	1

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1118

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE SUL - COOPSERGS	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	5.129	3.452	3.892	0	1.237	204	1.237	27,52%	23,63%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS METALÚRGICOS DO ABC - CREDABC	b3S	S5	I	2	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	09/2021	5.113	58	1.601	1.425	3.512	-24	3.512	308,15%	0,00%	0	0
COOPESTADO - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LIMITADA	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	4.855	1.978	963	0	3.892	96	NI	NI	NI	0	0
VISION S.A. CC - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	4.845	0	3.552	0	1.293	-647	1.267	5,43%	17,54%	2	0
BIGCASH SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	GOVERNADOR VALADARES	MG	09/2021	4.807	2.882	145	0	4.662	355	4.636	175,02%	0,09%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS SIDERÚRGICAS, METALÚRGICAS E ELETRO-MECÂNICAS DE JOÃO MONLEVADE LTDA. - CREDIBELGO	b3S	S5	I	2	JOAO MONLEVADE	MG	09/2021	4.762	2.853	828	645	3.934	-17	3.931	83,47%	45,20%	0	0
INTRADER DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	4.758	0	1.960	0	2.798	-215	2.785	12,86%	26,42%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA UNESP - COOPUNESP	b3S	S5	I	2	RIO CLARO	SP	09/2021	4.724	2.189	1.169	927	3.555	18	3.555	85,66%	6,86%	0	0
TANGER SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	LINS	SP	09/2021	4.723	2.221	229	0	4.494	-65	4.487	99,93%	0,00%	2	0
CONECTA CC LTDA - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	SALVADOR	BA	09/2021	4.701	0	2.817	0	1.884	316	1.883	20,32%	0,89%	2	0
GDC PART SERV FIDUC DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	4.678	0	2.725	0	1.952	200	1.952	44,94%	6,31%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES E DA BAUMINAS LTDA. - SICOOB COOPECIC	b3S	S5	I	2	CATAGUASES	MG	09/2021	4.642	2.578	709	177	3.933	-38	3.621	113,46%	5,04%	0	0
TRINUS CAPITAL DTVM - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	GOIANIA	GO	09/2021	4.631	0	605	74	4.026	-649	3.973	30,05%	7,70%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DOS SUPERMERCADOS RUSSI	b3S	S5	I	2	JUNDIAI	SP	09/2021	4.594	2.651	329	0	4.265	60	4.265	114,22%	0,00%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS INDÚSTRIAS UNILEVER DO BRASIL	b3S	S5	I	2	VALINHOS	SP	09/2021	4.575	2.633	291	0	4.284	52	4.269	103,60%	3,56%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1119

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - EDUCREDI	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	4.567	541	1.491	0	3.076	96	3.075	182,94%	1,48%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA FIAÇÃO ALPINA - COOPERALPINA	b3S	S5	I	2	MORUNGABA	SP	09/2021	4.545	2.441	49	0	4.496	95	4.496	116,33%	0,35%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA RECKITT BENCKISER	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	4.495	2.841	42	0	4.453	51	4.453	120,05%	0,37%	0	0
FFCRED SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	ERECHIM	RS	09/2021	4.494	1.837	69	0	4.426	-158	4.426	149,85%	0,39%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DAS EMPRESAS DO GRUPO DANA - COOPDANA	b3S	S5	I	2	GRAVATAI	RS	09/2021	4.454	2.761	168	0	4.286	35	4.286	153,66%	0,06%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA CNC SESC E SENAC ADMINISTRAÇÕES NACIONAIS LTDA	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	4.419	3.739	282	0	4.137	95	4.137	128,98%	0,31%	0	0
COOPERATIVA DE CRéDITO MúTUO DOS FUNCIONáRIOS PúBLICOS DO PODER JUDICIáRIO DA CAPITAL DO ESTADO DE SãO PAULO – SICOOB JUDCRED	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	4.319	3.147	1.657	841	2.661	-81	2.172	66,09%	7,23%	0	0
CF GROUP SEP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	4.269	0	3.196	3.149	1.073	72	1.073	31,65%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS LTDA. - COOPECREMT-UFMG	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	4.226	3.653	730	0	3.497	-50	3.497	118,52%	1,56%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NAS REGIÕES DE SÃO PAULO E CAMPINAS (SP) - CREDISCOOP	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	4.214	2.834	2.412	2.042	1.802	2	1.802	46,78%	0,61%	0	0
EXECUTIVE CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	NOVO HAMBURGO	RS	09/2021	4.190	0	1.162	0	3.028	24	3.008	23,50%	1,15%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRéDITO MúTUO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAçãO PúBLICA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - MUNICRED	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	4.087	2.708	2.615	856	1.472	-452	1.457	30,08%	22,11%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	4.083	2.945	1.225	179	2.859	32	2.858	82,52%	12,58%	0	0
BONUSPAGO SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	CASCAVEL	PR	09/2021	4.042	0	510	435	3.532	-175	3.532	229,61%	0,00%	2	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1120

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS - CRESOL OLIVEIRA DOS BREJINHOS	b3S	S5	I	2	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	BA	09/2021	4.028	2.901	3.398	2.896	630	-25	630	22,66%	7,35%	0	0
UP.P SEP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	3.945	0	785	508	3.160	-337	2.483	419,90%	0,27%	2	0
EXIM CC LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	3.941	0	3.054	0	887	21	870	21,61%	3,39%	2	0
SIMPLIFIC PAVARINI - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	3.925	0	1.494	0	2.431	458	2.431	17,89%	9,50%	2	0
NEXOOS SEP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	3.865	0	2.688	0	1.177	33	1.177	23,94%	5,85%	2	0
PLATACRED SCD - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	3.774	226	16	0	3.758	-248	750	45,64%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DOS LABORATORIOS B.BRAUN LTDA	b3S	S5	I	2	SAO GONCALO	RJ	09/2021	3.762	1.621	318	0	3.445	25	3.441	170,55%	0,81%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DE ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES DO SUL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SULCRED	b3S	S5	I	2	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	09/2021	3.760	2.505	171	0	3.589	5	3.589	101,55%	0,44%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS PUBLICAS NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - CREDBRASIL-ES	b3S	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	3.683	1.885	807	0	2.876	52	2.876	88,13%	0,24%	0	0
MAGNETIS DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	3.656	0	484	312	3.172	-170	3.172	958,11%	0,17%	2	0
MAGLIANO S.A. CTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	3.644	0	264	27	3.380	-861	3.349	58,08%	1,85%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DAS EMPRESAS DE CERÂMICA - COOPASPACER	b3S	S5	I	2	SANTA GERTRUDES	SP	09/2021	3.539	2.126	1.243	1.109	2.295	106	2.295	77,87%	1,25%	0	0
ARC CORRETORA CAMBIO S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SANTOS	SP	09/2021	3.497	0	1.180	0	2.317	412	2.317	24,71%	2,58%	2	0
INTEGRAL ACCESS DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	3.490	0	223	0	3.267	-197	3.267	24,37%	0,58%	2	0
DOURADA CORRETORA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	3.489	0	1.317	0	2.172	311	2.172	8,31%	12,49%	3	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ACUMENT BRASIL	b3S	S5	I	2	ATIBAIA	SP	09/2021	3.476	2.570	189	0	3.287	27	3.287	123,49%	0,07%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DO EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS	b3S	S5	I	2	PONTA GROSSA	PR	09/2021	3.462	2.551	30	0	3.433	51	3.433	137,48%	0,19%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DA ASCAR/EMATER-RS LTDA-CRESAL	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	3.437	914	638	488	2.799	10	NI	NI	NI	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1121

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SELENE	b3S	S5	I	2	CERQUILHO	SP	09/2021	3.400	1.796	201	0	3.199	114	3.010	133,84%	0,36%	0	0
MULTICRED SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SALVADOR	BA	09/2021	3.355	170	20	0	3.334	-166	3.334	91,81%	1,99%	2	0
FONTECRED SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	LAGOA DA PRATA	MG	09/2021	3.290	3.071	453	0	2.837	-247	2.837	83,04%	4,66%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA USINA SANTA MARIA - PILONCRED	b3S	S5	I	2	CERQUILHO	SP	09/2021	3.250	1.113	188	0	3.061	77	3.061	99,10%	0,33%	0	0
BR-CAPITAL DTVM S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	3.130	0	449	0	2.682	106	2.682	37,01%	2,24%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COLABORADORES DA COOPEDER LTDA - COOPCREDER	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	2.982	2.352	473	0	2.509	-42	2.509	109,84%	2,66%	0	0
STARK SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	2.974	0	10	0	2.964	-43	2.964	452,94%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA JOLIMODE ROUPAS E EMPRESAS COLIGADAS LTDA	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.940	1.118	202	0	2.739	8	2.737	178,41%	0,45%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FUNCIONÁRIOS DA PERPART, DO IPA E DA ADAGRO - COOPEMATER	b3S	S5	I	2	RECIFE	PE	09/2021	2.934	2.006	112	0	2.822	-21	2.819	110,29%	0,48%	0	0
NUMBER ONE SCC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.924	0	834	0	2.090	-263	2.079	29,88%	1,51%	3	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE AEROPORTOS - AEROCRED	b3S	S5	I	2	GUARULHOS	SP	09/2021	2.917	1.609	96	0	2.821	-20	2.810	102,78%	0,30%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EMPRESA SUPERMERCADOS JAU SERVE - COOPERJS	b3S	S5	I	2	JAU	SP	09/2021	2.821	1.215	137	0	2.684	10	2.412	137,74%	0,00%	0	0
REAG DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	2.816	0	1.230	0	1.585	321	1.585	14,69%	39,33%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA NAKATA	b3S	S5	I	2	OSASCO	SP	09/2021	2.793	2.177	21	0	2.772	8	2.772	115,81%	0,12%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DA UERJ LTDA. - COOPUERJ	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.769	1.615	429	0	2.340	39	2.331	93,94%	2,57%	0	0
EUROINVEST S/A CCTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.767	0	72	0	2.694	251	2.694	58,82%	0,00%	2	0
RAPIDIUM SCMEPP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	TOLEDO	PR	09/2021	2.741	1.136	937	920	1.803	16	1.803	100,31%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS DO GRUPO INDORAMA NO BRASIL	b3S	S5	I	2	POCOS DE CALDAS	MG	09/2021	2.739	1.331	196	0	2.543	-20	2.540	174,53%	0,09%	0	0
DEBONI DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	2.738	0	839	0	1.899	-20	1.899	16,24%	7,89%	3	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1122

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO COLEGIO PEDRO II	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.674	1.068	181	0	2.494	-3	2.494	186,60%	1,13%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS PRIVADOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO LTDA.	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.669	1.548	1.364	0	1.305	-42	1.301	62,82%	3,58%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA FIEP, SESI, SENAI, IEL E DO CONDOMÍNIO AGOSTINHO VELLOSO DA SILVEIRA (CEAVS) - CREDFISP LTDA.	b3S	S5	I	2	CAMPINA GRANDE	PB	09/2021	2.650	1.375	198	0	2.451	14	2.451	99,49%	1,27%	0	0
CPCI - CIA CRED IMOBILIARIO - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	2.638	0	1.781	409	857	-313	857	48,05%	25,25%	2	0
MOMENTO DTVM LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.479	0	350	0	2.129	31	2.129	53,67%	1,00%	2	0
COOPSERJ - COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA.	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.453	1.591	1.527	0	927	68	927	50,33%	3,31%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA VIACAO NOSSA SENHORA DO AMPARO LTDA. - COPERFAMP	b3S	S5	I	2	MARICA	RJ	09/2021	2.390	1.145	252	0	2.138	14	2.138	133,56%	12,89%	0	0
GOOD CC - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	2.377	0	316	0	2.060	25	2.060	33,04%	0,88%	2	0
BRCARD SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	CALDAS NOVAS	GO	09/2021	2.354	2.215	179	0	2.175	80	2.175	115,05%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA., LTDA.	b3S	S5	I	2	JUIZ DE FORA	MG	09/2021	2.346	1.025	279	0	2.068	13	2.068	177,11%	0,18%	0	0
CORREPARTI CC LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR	09/2021	2.316	0	462	0	1.855	177	1.711	20,81%	2,98%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO SUGGAR LTDA.	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	2.302	1.419	76	0	2.227	92	2.227	106,23%	0,02%	0	0
BRX CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.288	0	1.192	0	1.095	-67	1.095	9,77%	2,08%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA LTDA. - COOPERLEGIS	b3S	S5	I	2	JOAO PESSOA	PB	09/2021	2.278	2.218	347	0	1.931	-72	1.918	98,45%	1,58%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1123

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS TRABALHADORES EM CONSELHOS DE FISCALIZACAO PROFISSIONAL NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO LTDA.	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	2.254	938	184	0	2.070	8	2.070	107,24%	38,67%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO PARAMOUNT	b3S	S5	I	2	SAPUCAIA DO SUL	RS	09/2021	2.229	1.129	92	0	2.137	7	2.137	163,94%	0,24%	0	0
PACIFIC INVEST DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	JOACABA	SC	09/2021	2.217	0	615	0	1.602	-60	1.604	31,06%	1,58%	8	0
SADOC CC - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	FORTALEZA	CE	09/2021	2.148	0	185	0	1.963	24	1.963	43,58%	1,33%	2	0
LASTRO RDV DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	ARARAS	SP	09/2021	2.082	0	1.438	1.203	645	-336	627	13,39%	5,73%	2	0
NUMATUR CC LTDA - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	2.081	0	31	0	2.050	22	2.050	98,64%	0,90%	3	0
AMAZÔNIA CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	MANAUS	AM	09/2021	2.074	0	424	0	1.650	-22	1.650	16,24%	26,53%	2	0
LAMARA SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	FORTALEZA	CE	09/2021	2.072	564	495	0	1.577	52	1.577	99,01%	1,51%	2	0
FINANCRED SCMEPP LTDA. - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	CAMPO GRANDE	MS	09/2021	2.009	2.036	242	0	1.767	34	1.767	105,74%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO DA REGIÃO CENTRO-OESTE PAULISTA - CREDMIL	b3S	S5	I	2	BAURU	SP	09/2021	2.006	1.552	716	416	1.290	-86	1.142	63,36%	16,78%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA PROLEC GE BRASIL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	b3S	S5	I	2	CANOAS	RS	09/2021	1.927	1.587	348	290	1.579	9	1.577	94,49%	0,50%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVENTUÁRIOS DA CIMENTO TUPI S.A. E EMPRESAS COLIGADAS LTDA. - TUPICRED	b3S	S5	I	2	CARANDAI	MG	09/2021	1.890	1.381	137	0	1.754	21	1.754	104,57%	0,94%	0	0
CREDIHOME SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.881	0	13	0	1.868	-68	1.534	91,21%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DA CBA ITAPISSUMA E EMPREGADOS DE EMPRESAS PRESTADORA DE SERVIÇOS INDUSTRIAIS, NO ESTADO DE PERNAMBUCO – CREDCOOPE	b3S	S5	I	2	ITAPISSUMA	PE	09/2021	1.855	962	85	0	1.771	-26	1.771	104,67%	0,11%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA GKN DO BRASIL LTDA	b3S	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	1.836	1.354	90	0	1.747	-97	1.747	156,04%	0,00%	0	0
VIPS CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.757	0	280	0	1.476	-118	1.240	19,90%	24,65%	2	0
CREDIFIT SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SALVADOR	BA	09/2021	1.678	953	105	0	1.573	-64	1.477	109,25%	0,35%	2	0
STARCRED SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	TAQUARA	RS	09/2021	1.662	1.412	39	0	1.623	15	1.623	70,07%	0,00%	2	0
BULLLA SEP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.661	0	356	0	1.306	192	1.032	194,13%	2,01%	2	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1124

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS BANCÁRIOS DO TRIÂNGULO LTDA.	b3S	S5	I	2	UBERLANDIA	MG	09/2021	1.645	185	867	0	778	9	778	84,88%	0,75%	0	0
PROSEFTUR CC - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	JUNDIAI	SP	09/2021	1.637	0	629	0	1.008	-327	1.006	12,79%	8,23%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO USINA PAINEIRAS LTDA - CRED-PAN	b3S	S5	I	2	ITAPEMIRIM	ES	09/2021	1.624	411	116	0	1.508	-7	1.508	94,10%	0,04%	0	0
ATLANTA SCM LTDA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	PASSOS	MG	09/2021	1.607	1.494	13	0	1.594	77	1.594	117,55%	0,89%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO PPG	b3S	S5	I	2	SUMARE	SP	09/2021	1.601	874	39	0	1.562	5	1.421	139,76%	0,73%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DO SISTEMA FINANCEIRO DE CURITIBA E REGIÃO - COOPCREFI	b3S	S5	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	1.581	1.156	205	0	1.376	46	1.376	131,00%	0,51%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA GERDAU S/A-UNIDADE MOGI DAS CRUZES	b3S	S5	I	2	MOGI DAS CRUZES	SP	09/2021	1.572	563	38	0	1.535	2	1.535	101,33%	0,12%	0	0
NGO ASSOCIADOS CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.548	0	550	0	999	-39	991	31,15%	3,89%	2	0
LIMINE TRUST DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.543	0	399	0	1.144	120	1.144	32,65%	9,06%	2	0
AVS CORRETORA DE CÂMBIO LTDA - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	1.533	0	358	0	1.175	33	1.175	23,11%	2,85%	3	0
ID CTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.533	0	200	0	1.333	-626	1.333	143,61%	10,57%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS SOMART LTDA.	b3S	S5	I	2	URUCANIA	MG	09/2021	1.522	644	228	0	1.295	24	1.295	90,70%	0,19%	0	0
GLOBAL SCM LTDA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	AMERICANA	SP	09/2021	1.509	927	230	120	1.279	-5	1.279	98,27%	6,81%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DO COLEGIO SANTO INACIO - COESI	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	1.500	1.162	70	0	1.431	-3	1.431	132,32%	0,06%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES LTDA. - COOFAB	b3S	S5	I	2	VICOSA	MG	09/2021	1.481	1.079	116	0	1.365	23	1.365	126,27%	0,13%	0	0
LUMINA CC - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	SALVADOR	BA	09/2021	1.465	0	235	0	1.230	7	1.230	30,64%	24,16%	2	0
DELCRED SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	ARACAJU	SE	09/2021	1.457	1	22	2	1.435	-218	1.435	271,07%	0,00%	2	0
EGONCRED SCMEPP LTDA. - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	CAMPINAS	SP	09/2021	1.394	232	458	0	936	57	936	111,42%	0,02%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS NAS INDUSTRIAS QUIMICAS, FARMACEUTICAS E SIMILARES DA REGIAO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO LTDA	b3S	S5	I	2	SAO GONCALO	RJ	09/2021	1.388	634	94	0	1.294	10	1.294	173,75%	0,59%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1125

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS INDÚSTRIAS DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DE OTACÍLIO COSTA, LAGES E CORREA PINTO - PAPELCREDI	b3S	S5	I	2	OTACILIO COSTA	SC	09/2021	1.383	997	720	704	663	16	644	57,75%	12,32%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO VOTORANTIM LIMITADA.	b3S	S5	I	2	RIO BRANCO DO SUL	PR	09/2021	1.382	1.197	45	0	1.337	-6	1.337	135,63%	0,00%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS TRABALHADORES DO GRUPO EMPRESARIAL ITATIAIA LTDA. - COOPERITA	b3S	S5	I	2	UBA	MG	09/2021	1.366	784	35	0	1.332	-4	1.332	164,42%	0,00%	0	0
VNK SCMEPP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	FORTALEZA	CE	09/2021	1.366	488	217	0	1.149	75	1.149	80,38%	2,40%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DA CIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DO RJ CREDICERJ LTDA	b3S	S5	I	2	NITEROI	RJ	09/2021	1.344	814	226	0	1.119	6	1.119	109,54%	3,61%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA UNIFI - CREDIUNIFI	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.330	882	155	0	1.176	-25	1.165	105,28%	0,86%	0	0
DMCARD SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	09/2021	1.311	0	24	0	1.287	-85	1.287	96,32%	0,00%	2	0
GIRO SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	1.309	0	70	0	1.239	41	NI	NI	NI	2	0
ONNIX CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	1.303	0	393	0	910	71	881	17,14%	11,50%	2	0
ZIPDIN SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	1.302	99	160	0	1.142	-79	1.142	227,35%	0,00%	2	0
CAPITAL CONSIG SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.252	253	263	0	989	38	765	75,30%	66,84%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CAPITAL E EMPRÉSTIMO DOS EMPREGADOS CELETISTAS DE COOPERATIVAS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS - COCREUNI	b3S	S5	I	2	RIBEIRAO PRETO	SP	09/2021	1.171	512	125	0	1.046	0	1.035	159,76%	0,18%	0	0
ICARO CC LTDA - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	1.156	0	177	0	979	42	942	171,27%	0,00%	2	0
HEMERA DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	1.109	0	59	0	1.050	-228	1.050	14,51%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE DIVERSÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.087	673	146	0	940	10	940	117,48%	0,10%	0	0
WORK SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.069	0	165	0	904	-305	904	154,69%	0,00%	2	0
COOPESA-COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA COESA TRANSPORTES E EMPRESAS COLIGADAS LTDA	b3S	S5	I	2	SAO GONCALO	RJ	09/2021	1.061	598	129	0	932	7	932	155,70%	0,38%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1126

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SERVIDORES DA UESC - UESCOOP	b3S	S5	I	2	ILHEUS	BA	09/2021	1.056	617	53	0	1.003	2	1.003	105,21%	0,09%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA FMC LTDA	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	1.047	626	38	0	1.009	12	1.009	140,01%	1,64%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO JOSE NEFFA LTDA	b3S	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	1.044	498	37	0	1.007	1	1.007	150,19%	0,12%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICOPER	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.043	243	4	0	1.039	-29	1.039	92,46%	0,00%	0	0
EMCASH SERVICOS FINANCEIROS SEP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	1.021	0	31	0	990	-41	576	87,49%	0,00%	2	0
FIDO SEP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	1.000	0	0	0	1.000	0	1.000	NI	0,00%	2	0
EBADIVAL - E BAGGIO DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	994	0	14	0	980	28	980	59,13%	0,81%	2	0
GERU SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	992	0	1	0	991	-4	986	210,21%	0,00%	2	0
FACILICRED SCM LTDA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	CURITIBA	PR	09/2021	964	341	6	0	958	6	958	161,52%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM	b3S	S5	I	2	VOTORANTIM	SP	09/2021	960	731	41	0	919	5	919	109,45%	1,50%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA INDÚSTRIA DE PAPÉIS SUDESTE LTDA . - CREDESTE	b3S	S5	I	2	JUIZ DE FORA	MG	09/2021	957	632	137	0	820	8	820	92,72%	0,06%	0	0
CEM SCMEPP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	JAU	SP	09/2021	955	383	13	0	942	6	942	299,23%	0,74%	2	0
FIDD DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	925	0	713	0	212	-1.304	82	0,73%	111,48%	2	0
OPUS PLATAFORMA DIGITAL SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	MARINGA	PR	09/2021	912	0	18	0	894	-306	894	445,99%	0,00%	2	0
HARMONIA DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	911	0	63	0	848	-165	843	10,15%	34,78%	2	0
SINGRATUR CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	MARINGA	PR	09/2021	902	0	118	0	784	12	784	25,87%	0,07%	2	0
AZUMI DTVM PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	897	0	81	0	816	-504	816	8,60%	0,00%	2	0
CONEXION CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIBEIRAO PRETO	SP	09/2021	890	0	439	0	452	-291	301	7,62%	18,26%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO AGRESTE ALAGOANO - COOPERAGRE	b3S	S5	I	2	IGACI	AL	09/2021	875	709	592	548	284	-95	284	36,74%	4,32%	0	0
SOL CC - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	NATAL	RN	09/2021	849	0	533	63	316	-258	220	2,69%	24,58%	7	0
COOPERASA - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONARIOS DAS EMPRESAS DA AGUIA PARTICIPAÇÕES	b3S	S5	I	2	PONTA GROSSA	PR	09/2021	838	748	6	0	832	-19	832	101,43%	0,00%	0	0
CREDBRASIL - SCM LTDA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	PAULINIA	SP	09/2021	819	95	150	0	670	-77	668	139,78%	0,00%	2	0
CONSEGTUR CC - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	791	0	374	0	417	26	417	11,40%	1,62%	2	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1127

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA LTDA. - CREDIPAIVA	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	770	369	4	0	766	8	762	103,92%	3,11%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL - COCRESGO LTDA.	b3S	S5	I	2	CATALAO	GO	09/2021	755	641	17	0	738	10	738	126,90%	1,33%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA LTDA. - COOPEB	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	738	490	54	0	685	3	685	143,71%	0,18%	0	0
CORPORE SCMEPP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	DOURADOS	MS	09/2021	736	326	21	0	715	-75	715	95,83%	16,66%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANESPA DE BOTUCATU E CIDADES LIMÍTROFES	b3S	S5	I	2	BOTUCATU	SP	09/2021	725	621	40	0	685	11	685	126,03%	0,00%	0	0
SAGITUR CORRETORA DE CÂMBIO LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	720	0	834	0	-115	-144	NI	NI	NI	3	0
HR SCMEPP LTDA. - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	MACEIO	AL	09/2021	675	341	10	0	665	-59	665	70,09%	2,77%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE PORTO ALEGRE E GRANDE PORTO ALEGRE	b3S	S5	I	2	CACHOEIRINHA	RS	09/2021	671	545	31	0	640	16	640	113,59%	4,76%	0	0
CP & FRIZZO - DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	633	0	59	0	574	-52	574	33,64%	1,63%	2	0
LIONS TRUST DTVM PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	621	0	4	0	617	-20	617	11,68%	0,00%	2	0
CC AÇORIANA LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	FLORIANOPOLIS	SC	09/2021	598	0	68	0	530	20	530	26,66%	7,27%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS BANCÁRIOS DE JUIZ DE FORA LTDA. - COCBAN	b3S	S5	I	2	JUIZ DE FORA	MG	09/2021	541	456	10	0	531	-7	531	127,44%	0,60%	0	0
FIDUCIAL DTVM LTDA - PRUDENCIAL	n2	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	497	0	89	0	408	-3	408	25,54%	1,14%	2	0
TURMA CORRETORA DE CÂMBIO - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	URUGUAIANA	RS	09/2021	495	0	45	0	450	-64	450	134,10%	0,18%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DO GRUPO PROGRESSO LTDA - PROCRED	b3S	S5	I	2	TRES RIOS	RJ	09/2021	438	323	266	0	172	-44	172	43,09%	0,29%	0	1
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DOS AGROPECUARISTAS DA REGIÃO DE PORTO FELIZ	b3S	S5	I	2	PORTO FELIZ	SP	09/2021	419	164	153	0	266	21	266	83,63%	2,70%	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1128

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CAPITAL E EMPRÉSTIMO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA DE BELO HORIZONTE E CIDADES LIMÍTROFES LTDA - COOPERINFOR	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	408	366	9	0	399	11	399	134,64%	0,00%	0	0
AVIPAM CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	407	0	40	0	367	-7	367	19,01%	0,00%	2	0
MEGA CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO CLARO	SP	09/2021	397	0	10	0	387	-36	387	15,95%	1,35%	2	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS BANCÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO	b3S	S5	I	2	SOROCABA	SP	09/2021	390	132	31	0	358	3	NI	NI	NI	0	0
BOM CRÉDITO SCMEPP LTDA. - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	VOLTA REDONDA	RJ	09/2021	381	272	1	0	380	25	380	123,26%	2,70%	2	0
CREDILON SCM REG. LONDRINA LTD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	LONDRINA	PR	09/2021	330	308	5	0	325	-67	325	127,08%	1,58%	2	0
BNS SCM LTDA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	JACUTINGA	MG	09/2021	316	0	108	0	208	-6	208	70,47%	0,00%	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA FÁBRICA DE CIMENTO VOTORAN	b3S	S5	I	2	VOTORANTIM	SP	09/2021	292	254	222	0	71	-56	71	27,06%	0,00%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS IND.ALIMENTACAO REG.GRDE.VITORIA EST.ES-CREDI-ALIMENTO	b3S	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	278	118	23	6	255	-13	NI	NI	NI	0	1
DOURADA SCMEPP LTDA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	LAGOA DOURADA	MG	09/2021	242	0	55	0	186	-4	NI	NI	NI	2	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS DISTRIBUIDORES DE BEBIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CREDIBESP	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	163	102	88	0	75	-25	51	31,81%	23,93%	0	0
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICA E MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO LEOPOLDO E REGIÃO - COOPERMETAL	b3S	S5	I	2	SAO LEOPOLDO	RS	09/2021	87	29	9	0	78	-19	78	65,76%	20,05%	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JABOTICABAL - COOPERSERV	b3S	S5	I	2	JABOTICABAL	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	0	0
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA GRANDE VITÓRIA/ES	b3S	S5	I	2	VITORIA	ES	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	0	1
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA SANEPAR - CREDISANEPAR	b3S	S5	I	2	CASCAVEL	PR	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	0	0

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1129

IF.data

Relatórios () Idioma/Language ()

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA COOPER STANDARD AUTOMOTIVE BRASIL SEALING LTDA. E FLUID SYSTEMS LTDA.	b3S	S5	I	2	VARGINHA	MG	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	0	1
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO SEBRAE BAHIA LTDA.	b3S	S5	I	2	SALVADOR	BA	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	0	0
AG. FOMENTO ESTADO DE RORAIMA - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	BOA VISTA	RR	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	11.811	83,50%	6,94%	2	0
AFAL - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	MACEIO	AL	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	1	0
AG. FOMENTO AMAPA S.A. - PRUDENCIAL	n1	S4	I	1	MACAPA	AP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
LEROSA S.A. CVC - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	-660	-2,12%	3.391,00%	2	0
RPW SCMEPP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
ACCESSCREDITO SCMEPP - PRUDENCIAL	n1	S5	I	3	MANAUS	AM	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
MUTUAL APETRIM CI S/A - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
FACTA S.A. CFI - PRUDENCIAL	n1	S4	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
FRAM CAPITAL DTVM S.A. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
FFA SCMEPP LTDA - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
QI SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	4	0
MARU SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
NUMBRS SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
BARU SCD - PRUDENCIAL	n1	S5	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
BNQI SCD - PRUDENCIAL	n1		I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	*	*	*	1	0

TCB - Tipo de Consolidado Bancário

SR - Segmento Resolução nº 4.553/2017

TD - Tipo de Consolidação

TC - Tipo de Controle

1. De acordo com a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as instituições financeiras devem apurar resultados em 30 de junho e em 31 de dezembro de cada ano, obrigatoriamente, com observância às regras contábeis estabelecidas pelo CMN. Dessa forma, em março e setembro, os dados contábeis referentes às receitas e às despesas correspondem aos saldos acumulados entre janeiro e março e entre julho e setembro, respectivamente. Os demonstrativos de resultado de junho e dezembro registram os valores acumulados entre janeiro e junho e entre julho e dezembro, respectivamente.
2. Os dados constantes deste relatório são fornecidos pelas próprias instituições, podendo apresentar diferenças em relação aos dados divulgados na imprensa em atendimento à legislação societária pelas instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade anônima.
3. NI: Não informado pela instituição até a publicação do relatório.
4. Na data-base de dezembro, serão republicados os dados contábeis, de capital e de crédito dos últimos quatro trimestres, com as informações mais recentes recebidas das instituições. Dessa forma, os dados poderão ser alterados no caso de reapresentação de documentos.
5. O recurso de "Composição de Colunas" e "Composição de Colunas em PDF" permite consultar as rubricas contábeis de cada coluna do relatório.
6. As informações resumidas de Capital estão disponíveis no relatório Resumo para as instituições selecionadas do tipo Conglomerados Financeiros e Instituições Independentes de dezembro/2000 até dezembro/2014 e para as instituições selecionadas do tipo Conglomerado Prudencial e Instituições Independentes a partir de março/2015.

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1130

(*) Limites calculados no relatório ‘Informações de Capital’ por instituição financeira caracterizada como subsidiária em conglomerado liderado por instituição de pagamento.

7. Entre setembro/2017 e março/2018, o cálculo do número de agências inclui as sedes. A partir de junho/2018, o número de agências inclui as sedes, exceto para cooperativas.

IF.data

Anexo Índice de Basiléia - BCB - Bradesco (0864347) SEI 2021.011045 / pg. 1131

RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 28.2022.CPL.0864059.2021.011045

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ.

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

O Pregoeiro, Senhor **EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO**, designado por força da PORTARIA N° 760/2022/SUBADM, de 25 de julho de 2022, apresenta e submete à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ, **tipo MAIOR OFERTA**, concernente ao **Processo SEI n.º** 2021.011045, que tem por objeto a ***contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.***

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

A evolução dos autos ocorreu conforme descrição e datas do documento **Histórico do Processo 2021.011045**, disponível no Sistema SEI, em Consultar Andamento.

2. DA PUBLICIDADE

Os Avisos da Licitação foram publicados no *Comprasnet*, aos 08/07/2022 (doc. 0855027 e 0855028), no matutino local "Jornal do Commercio", Edição n.º 43.581, de 09/07/2022 (doc. 0855030), no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, Edição n.º 2406, no dia 08/07/2022 (doc. 0855029) e no sítio institucional do MP/AM, acessível pelo endereço: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15377-pe-4031-2022-cpl-mp-pgj-instituicao-bancaria-processamento-da-folha-

de-pagamentos-credito-consignado-e-dentre-outros.

3. DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. Do Credenciamento – As licitantes credenciaram-se na Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamente e Gestão, através das regras do sistema *Comprasnet*, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. Da Proposta – As propostas foram enviadas pelos licitantes através da internet desde 11/07/2022 até a data e hora marcada para a abertura da sessão, a saber, dia 22/07/2022, às 10h. (horário de Brasília).

Iniciada a sessão, a única proposta fora analisada conforme prescrição dos itens 7, 8 e 9 do Edital (doc. 0854560), compatibilizando-a com as especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045.**

O Pregoeiro ressaltou pontos do edital reputados importantes e alertou os participantes para que observassem com cautela as disposições concernentes às convocações emitidas e aos prazos previstos para implementação das providências por ele requeridas, comunicando a todos que os eventos seriam devidamente informados no próprio sistema, para o adequado acompanhamento do cotejo.

Nessa etapa, ainda, recomendou-se aos interessados que considerassem atentamente, quando da oferta dos lances, as condições de fornecimento dos materiais e/ou prestação dos serviços reclamados, uma vez que aquelas deveriam ser rigorosamente cumpridas quando da execução, com destaque aos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer-se em infração administrativa.

3.3. Da Fase de Lances – Antes de iniciar os lances, o Pregoeiro pontuou quanto ao modo de oferta de lances (ABERTO), bem como acerca da prorrogação automática e encerramento automático pelo Sistema Comprasnet, conforme se verifica na **ATA DA SESSÃO** do pregão em epígrafe (doc. 0864055).

3.4. Da Aceitação – Logo em seguida, o Pregoeiro convocou para apresentação a proposta a única licitante participante na ordem de classificação dos lances, quem seja, **BANCO BRADESCO S/A**, inscrita no CNPJ n.º 60.746.948/0001-12, conforme subitem 10.1 do instrumento convocatório.

Outrossim, impende destacar que consoante disciplina o subitem 9.5.1. do instrumento convocatório, para viabilizar a realização da licitação pelo Portal do COMPRASNET e tendo em vista que este Sistema não disponibiliza o julgamento por MAIOR OFERTA, as propostas de preços serão formuladas com a indicação do percentual de acréscimo (para fins do sistema, maior "desconto") ofertado sobre o valor mínimo aceitável (subitem 9.5. anterior).

Para efeito de julgamento por MAIOR OFERTA, será considerado o valor resultante da aplicação percentual de acréscimo ofertado (para fins do sistema, maior "desconto") pelo licitante sobre o valor mínimo aceitável como oferta. 9.5.3. Serão admitidos valores percentuais positivos, com até 2 (duas) casas decimais. Ademais, o percentual de "desconto" ofertado será o critério adotado para classificação e julgamento das propostas única e exclusivamente para fins dos LANCES no Sistema COMPRASNET,

demonstrando, ao final, o quanto a licitante se dispõe a pagar a título de CONTRAPARTIDA, sendo considerado como valor efetivo da proposta ou do lance (MAIOR OFERTA) o montante de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), acrescido do valor resultante da aplicação do percentual sobre o valor mínimo aceitável como oferta.

Soma-se a isso, o que disciplina o subitem 9.5.4.1., ao fixar que o percentual de "desconto" ofertado será convertido no valor da CONTRAPARTIDA, conforme fórmula a seguir:

C = 4.500.000,00 x (1+P/100)

Em que: C = contrapartida;

P = percentual de "desconto" ofertado na proposta/lance.

Neste ponto, registre-se que a única participante ofertou inicialmente, o valor de contrapartida mínimo, qual seja, **R$ 4.500.450,00** ***(quatro milhões quinhentos mil reais) + 0,01%, significando o montante de*** **R$ 4.500.450,00** ***(quatro milhões, quinhentos mil quatrocentos e cinquenta reais)***. Ato contínuo, em razão do disposto no art. 38 do decreto 10.024/2019 e também na condição 9.30 e ss. c/c subitem 10.1 do edital, o Pregoeiro promoveu negociação com a **ÚNICA** licitante, obtendo-se uma melhor oferta de **R$ 4.600.350,00** ***(quatro milhões, seiscentos mil trezentos e cinquenta reais).***

Daí, por atender aos prazos fixados e, também, a todos os aspectos formais reclamados pela Administração, inclusive figurando ACIMA da contrapartida mínima prevista no subitem 3.1. do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045**, fora devidamente **aceita** pelo Pregoeiro a proposta da Instituição Bancária **BANCO BRADESCO S/A**, inscrita no CNPJ n.º 60.746.948/0001-12, conforme registrado na **ATA DE REALIZAÇÃO** (doc. 0864055) do certame em cotejo.

3.5. Da Habilitação – Na sequência, o pregoeiro examinou a documentação de habilitação da licitante melhor classificada e única participante.

Procedeu-se, então, à fase de julgamento das condições de habilitação da Instituição Bancária **BANCO BRADESCO S/A**, inscrita no CNPJ n.º 60.746.948/0001-12, dentre eles, CRC - Comprasnet, Relatório Nível I - Credenciamento e SICAF - Comprasnet, devidamente anexada aos autos (doc. 0864054, pág. 1-39).

Nessa etapa, ainda, verificou-se a autenticidade das certidões negativa de débitos mediante SICAF, bem como da de ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio de cada licitante (doc. 0864052, pág. 176). Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação eletrônica, conforme consta dos autos (doc. 0864052).

Os documentos de habilitação (doc. 0864052) interpostos, em sua grande maioria, gozavam da possibilidade de serem todos, em sua integralidade, convalidados via internet, as Certidões Negativas nos Fiscos respectivos, o Balanço Patrimônial via SPED, razão pela qual o Pregoeiro deixou de convocar seus originais e/ou cópias autenticadas, tendo por corolário os *Princípios da Celeridade e Finalidade dos Atos Públicos.*

Importante enfatizar que este Pregoeiro promoveu diligência ao site do Banco Central do

Brasil (acessível pelo endereço: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>) para fins de conferência do **Índice de Basiléia**, tendo verificado que o **BANCO BRADESCO S/A**, inscrita no CNPJ n.º 60.746.948/0001-12 possui o percentual de **15,18%**, bem superior ao exigido no subitem 12.9.1.4. do instrumento convocatório (doc. 0854560). Desta forma, o pregoeiro promoveu a juntada da da tela do Banco Central nestes autos (doc. 0864347).

Passo seguinte, verificou-se as condições das licitantes quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do *Comprasnet*, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE** , na Relação de Licitantes Inidôneos do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU,** na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL**, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU**, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** e na Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da **SEFAZ-AM**, **NÃO** sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

Oportunamente, registre-se que com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis n.ºs 12.965/14 e 13.460/18; e no Decreto nº 8.638/2016, o **Tribunal de Contas da União** passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em um só lugar – e em relatório único, contendo as Licitantes Inidôneos do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência. Assim, o pregoeiro promoveu a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica da Instituição vencedora (doc. 0864054, pág. 40-41).

Concluída a análise dos documentos de habilitação, conforme item 12 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com a previsão editalícia, o Pregoeiro decidiu **HABILITAR** a empresa vencedora em foco.

3.6. Do Recurso – Logo após, concedeu-se o prazo de **30 (trinta) minutos** para registro de intenção de recurso por parte das demais licitantes, quanto aos itens vencidos pela empresa habilitada, **não** havendo nenhuma manifestação nesse sentido.

4. DA ADJUDICAÇÃO

Inexistindo manifestação de interposição recursal da parte dos interessados, foi encerrada a sessão pública do cotejo e, de acordo com o Ato PGJ n.º 389 de 2007 em seu artigo 8.º, inciso X, o Pregoeiro decidiu **ADJUDICAR** o objeto do Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ à licitante que, concomitantemente, obteve a maior oferta e atendeu integralmente às exigências do Edital, conforme se vê do **TERMO DE ADJUDICAÇÃO** (doc. 0864058). Segue o detalhamento do resultado:

- Instituição Bancária **BANCO BRADESCO S/A**, inscrita no CNPJ n.º 60.746.948/0001-12, no valor percentual de 2,23% (para efeitos e lances no COMPRASNET), representando um valor total de oferta de **R$ 4.600.350,00** ***(quatro milhões, seiscentos mil trezentos e cinquenta reais).***

5. DA RECEITA AUFERIDA

Destaque-se que a receita estimada com a contratação de que trata o objeto do certame foi de **R$ 4.500.000,00** ***(quatro milhões e quinhentos mil reais)***, sendo que o valor total da adjudicação decorrente do êxito da presente licitação foi de **R$ 4.600.350,00** ***(quatro milhões, seiscentos mil, trezentos e cinquenta reais)***. Logo, a realização deste Pregão significou um acréscimo de receita, em que pese uma única participante e após negociação do Pregoeiro condutor, na ordem de **R$ 100.350,00** ***(cem mil trezentos e cinquenta reais)***, ou seja, um lucro de aproximadamente 2,23% (dois inteiros e vinte e três centésimos por cento) acima do valor estimado pela Administração.

É o Relatório.

Manaus, 25 de julho de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022

Pregoeiro, designado pela PORTARIA N° 760/2022/SUBADM

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 25/07/2022, às 11:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0864059** e o código CRC **47C2E96D**.

MINUTA Nº DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO SEI N.º 2021.011045

Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ

ADJUDICAÇÃO E H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO os termos do **MEMORANDO Nº 33.2021.DG.0658698.2021.011045**, datado de 13/07/2021, subscrito, à época, pelos Senhores **Vívian da Silva Donato Lopes Martins,** Diretora-Geral da PGJ/AM, **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho,** Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM, **Patrícia Costa Martins,** Diretora de Administração da PGJ/AM, **Ivanete de Oliveira Nascimento,** Diretora de Planejamento da PGJ/AM, **Marcus Roberto Laranjeira da Silva,** Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM, bem como o teor da última versão do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045;**

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na ata da sessão pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 22/07/2022 e 25/07/2022, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.*

CONSIDERANDO o **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 28.2022.CPL. 0864059.2021.011045**, no qual demonstra que a realização deste Pregão significou um acréscimo de receita previsto na ordem de **R$ 100.350,00** ***(cem mil trezentos e cinquenta reais)***, ou seja, um lucro de aproximadamente 2,23% (dois inteiros e vinte e três centésimos por cento) acima do valor estimado pela Administração.

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 389/2007, do Decreto Federal n.º 3.555/2000 e do Decreto Estadual n.º 21.178/2000;

CONSIDERANDO a não interposição de Recurso, por parte da única participante, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei n.º 10.520/2002,

R E S O L V E:

I - ADJUDICAR o objeto do certame à Instituição Bancária **BANCO BRADESCO S.A. – CNPJ n.º 60.746.948/0001-12**, no percentual de 2,23% (apenas para ordenação das propostas) sobre o valor mínimo de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões quinhentos mil reais), representando, ao final, a **CONTRAPARTIDA** no valor global de **R$ 4.600.350,00** ***(quatro milhões, seiscentos mil trezentos e cinquenta reais)*****;**

II – HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ**, em consonância com as atas de realização do cotejo e demais documentações complementares;

III – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, para as providências cabíveis;

IV – Após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS** para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), XX de julho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenador de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 25/07/2022, às 11:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0864061** e o código CRC **D22590A1**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 71.2022.CPL.0864060.2021.011045

Objeto: *Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.*

Considerando a realização do Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ, iniciado em 22 de julho e encerrado em 25 de julho do corrente ano;

Considerando que, dentre os requisitos de validade, o resultado do certame necessita de homologação pelo Ordenador de Despesas desta Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 389/2007, Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

Encaminhem-se os autos do Processo em epígrafe ao Exmo. Sr. Dr. **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS** , para análise e pronunciamento decisório quanto à homologação do objeto do certame licitatório em espeque à Instituição Bancária vencedora, caso assim entenda.

Manaus, 25 de julho de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022

Pregoeiro, designado pela PORTARIA N° 760/2022/SUBADM

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 25/07/2022, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0864060** e o código CRC **7F50EC0B**.

DESPACHO Nº 508.2022.03AJ-SUBADM.0864786.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Pregão Eletrônico nº 4.031/2022-CPL/MP/PGJ.

A D J U D I C A Ç Ã O E H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO os termos do **MEMORANDO nº 33.2021.DG.0658698.2021.011045**, datado de 13/07/2021, subscrito, à época, pelos Senhores **Vívian da Silva Donato Lopes Martins,** Diretora-Geral da PGJ/AM, **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho,** Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM, **Patrícia Costa Martins,** Diretora de Administração da PGJ/AM, **Ivanete de Oliveira Nascimento,** Diretora de Planejamento da PGJ/AM, **Marcus Roberto Laranjeira da Silva,** Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM, bem como o teor da última versão do **TERMO DE REFERÊNCIA nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045;**

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na ata da sessão pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 22/07/2022 e 25/07/2022, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a *contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.*

CONSIDERANDO o **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO nº 28.2022.CPL.0864059.2021.011045**, no qual demonstra que a realização deste Pregão significou um acréscimo de receita previsto na ordem de **R$100.350,00** ***(cem mil trezentos e cinquenta reais)***, ou seja, um lucro de aproximadamente 2,23% (dois inteiros e vinte e três centésimos por cento) acima do valor estimado pela Administração.

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 389/2007, do Decreto Federal n.º 3.555/2000 e do Decreto Estadual n.º 21.178/2000;

CONSIDERANDO a não interposição de Recurso, por parte da única participante, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei n.º 10.520/2002,

R E S O L V E:

I - ADJUDICAR o objeto do certame à Instituição Bancária **BANCO BRADESCO S.A., CNPJ n.º 60.746.948/0001-12**, no percentual de 2,23% (apenas para ordenação das propostas) sobre o valor mínimo de R$4.500.000,00 (quatro milhões quinhentos mil reais), representando, ao final, a **CONTRAPARTIDA** no valor global de **R$4.600.350,00** ***(quatro milhões seiscentos mil trezentos e cinquenta reais)*;**

II – HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 4.031/2022-CPL/MP/PGJ**, em consonância com as atas de realização do cotejo e demais documentações complementares;

III – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, para as providências cabíveis;

IV – Após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS** para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 25 de julho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenador de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 26/07/2022, às 19:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0864786** e o código CRC **ED95F934**.

CONCEDER, por 7 (sete) dias, no período de 12 a 18 de julho de 2022, licença médica para tratamento de saúde à servidora PATRÍCIA COSTA MARTINS, Agente de Apoio-Administrativo, nos termos do art. 65, inciso I, c/c o art. 68, todos da Lei nº 1.762, de 14 de novembro de 1986 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 26 de julho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PORTARIA Nº 775/2022/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2022.012162 – SEI,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o(a) Diretor(a) de Administração da Procuradoria-Geral de Justiça para acompanhar, gerir e fiscalizar o Termo de Cessão de Servidor nº 023/2022 - MP/PGJ, firmado entre este Ministério Público Estadual e a Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM, cujo objeto consiste em disciplinar a cessão do servidor ANTONIO CHARLES ALVES LIMA, Cargo Auxiliar de Serviços Gerais, pertencente ao quadro de pessoal efetivo da Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM, que será designado exclusivamente para desempenhar suas funções nas Promotorias de Justiça do CESSIONÁRIO instaladas na comarca a que pertencer o município;

II – No impedimento e/ou afastamento do(a) gerenciador(a) titular, fica designado como gestor/fiscal do referido Termo de Cessão de Servidor o(a) chefe da Divisão de Recursos Humanos.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 26 de julho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PORTARIA Nº 776/2022/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2022.014184 – SEI;

CONSIDERANDO a necessidade verificada para prestação de serviços auxiliares às Promotorias de Justiça vinculadas ao CAO-CÍVEL, por necessidade de reforço técnico ou durante os afastamentos legais de seus servidores;

RESOLVE:

I – CONSTITUIR Grupo de Trabalho para análise e elaboração de manifestações em autos processuais judiciais conclusos as 32.ª, 37.ª, 44.ª, 48.ª e 72.ª Promotorias de Justiça e demais Promotorias que vierem necessitar de reforço técnico, vinculadas ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis;

II – DESIGNAR, para compor o referido Grupo de Trabalho, as servidoras ADRIANA MARIA MORAIS LOPES, ÉRIKA VANESSA RORIZ HIPÓLITO VIEIRA, FERNANDA PRATA FERNANDES FERRAREZ, MARIANA MARGARETH E SILVA LAGES, RAINEYRE MONTEIRO ROCHA, SUELEN SOUSA DIAS, TATIANE GUEDES PIRES e THAISA RODRIGUES LUSTOSA DE CAMARGO, Agentes Técnico-Jurídicos, sob coordenação do Exmo. Sr. Dr. JORGE WILSON LOPES CAVALCANTE, Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-CÍVEL;

III – FIXAR o prazo para a realização dos trabalhos no período de 27/07/2022 a 26/08/2022, e a meta individual de 120 (cento e vinte) pontos, baseados na tabela de pontuação apresentada no Documento nº 0845588;

IV – AUTORIZAR o pagamento da gratificação estabelecida pelo § 1.º, alínea “d”, do art. 6.º, do ATO PGJ N.º 233/2011, alterado pelo ATO PGJ N.º 091/2014, aos servidores integrantes do referido grupo, após a apresentação do Relatório Final.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 26 de julho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 508.2022.03AJ-SUBADM.0864786.2021.011045

Autos nº 2021.011045

Assunto: Pregão Eletrônico nº 4.031/2022-CPL/MP/PGJ.

–

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONSIDERANDO os termos do MEMORANDO nº 33.2021.DG.0658698.2021.011045, datado de 13/07/2021, subscrito, à época, pelos Senhores Vívian da Silva Donato Lopes Martins, Diretora-Geral da PGJ/AM, Francisco Edinaldo Lira de Carvalho, Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM, Patrícia Costa Martins, Diretora de Administração da PGJ/AM, Ivanete de Oliveira Nascimento, Diretora de Planejamento da PGJ/AM, Marcus Roberto Laranjeira da Silva, Chefe da Seção de Folha de Pagamento da PGJ/AM, bem como o teor da última versão do TERMO DE REFERÊNCIA nº 5.2022.DG.0849405.2021.011045;

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na ata da sessão pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.031/2022-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 22/07/2022 e 25/07/2022, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, compreendendo o processamento da folha de pagamentos e concessão de créditos consignados para os membros e servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, assessoramento no gerenciamento dos recursos financeiros desta, o pagamento de fornecedores e demais credores da instituição, dentre outros serviços correlatos, com cessão onerosa de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário – PAB, pelo período de 60 (sessenta) meses.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma

José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação DOMPE - Ed. 2419 - 27/07/2022 _ Desp. Homologação (0865991) SEI 2021.011045 / pg. 1143

CONSIDERANDO o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO nº 28.2022.CPL.0864059.2021.011045, no qual demonstra que a realização deste Pregão significou um acréscimo de receita previsto na ordem de R$100.350,00 (cem mil trezentos e cinquenta reais), ou seja, um lucro de aproximadamente 2,23% (dois inteiros e vinte e três centésimos por cento) acima do valor estimado pela Administração.

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 389/2007, do Decreto Federal n.º 3.555/2000 e do Decreto Estadual n.º 21.178/2000;

CONSIDERANDO a não interposição de Recurso, por parte da única participante, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei n.º 10.520/2002,

RESOLVE:

I - ADJUDICAR o objeto do certame à Instituição Bancária BANCO BRADESCO S.A., CNPJ n.º 60.746.948/0001-12, no percentual de 2,23% (apenas para ordenação das propostas) sobre o valor mínimo de R$4.500.000,00 (quatro milhões quinhentos mil reais), representando, ao final, a CONTRAPARTIDA no valor global de R$4.600.350,00 (quatro milhões seiscentos mil trezentos e cinquenta reais);

II – HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 4.031/2022-CPL/MP/PGJ, em consonância com as atas de realização do cotejo e demais documentações complementares;

III – À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, para as providências cabíveis;

IV – Após, à DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 25 de julho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenador de Despesas

ATOS DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO/CPJ Nº 020/2022-CPJ

EXTRATO

ESTABELECE REGRAS PARA O PROCESSO ELEITORAL, VISANDO A FORMAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE PARA A ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, BIÊNIO 2022/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a deliberação do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, pela unanimidade de seus membros presentes, em reunião ordinária realizada em 26 de julho de 2022;

RESOLVE:

Art. 1.º – A eleição destinada à formação da lista tríplice, visando à escolha do Procurador-Geral de Justiça, biênio 2022/2024, realizar-se-á no dia 1.º de setembro de 2022, das 8:00 às 16:00 horas, de forma virtual, por meio do sistema Votus.

Seção I

Da Inscrição

Art. 2.º – O Procurador-Geral de Justiça fará publicar, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, o edital de inscrição para as eleições de que trata o artigo 1.º desta Resolução, no qual constará o prazo de registro dos candidatos, na forma do art. 19, da Lei Complementar n.º 011/1993.

Art. 3.º – Não poderão se candidatar ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, os membros integrantes da carreira que não preencham os requisitos do art. 20 e incisos, da Lei Complementar Estadual n.º 11, de 17 de dezembro de 1993.

Art. 4.º – Os pedidos de registro de candidaturas deverão ser formulados, via requerimento, ao Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do Edital de Inscrição de que trata o artigo 2.º desta Resolução, acompanhado de fotografia a ser utilizada no sistema de votação.

§ 1.º – Os pedidos serão instruídos pelo Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos, após o que os fará conclusos ao Procurador-Geral de Justiça para análise.

§ 2.º – No prazo de cinco dias úteis após o encerramento das inscrições, o Colégio de Procuradores de Justiça reunir-se-á, extraordinariamente, para julgamento dos pedidos.

§ 3.º – A listagem dos candidatos com inscrição homologada para a eleição será publicada, uma vez, no Diário Oficial Eletrônico e terá destaque no site institucional da Procuradoria-Geral de Justiça, com os nomes relacionados em ordem alfabética.

§ 4.º – Os candidatos inscritos poderão depositar junto à Comissão Eleitoral, os respectivos programas e propostas de trabalho até a data da eleição, para fins de consulta pelos interessados.

Seção II

Do Processo de Votação

Art. 5.º – A eleição a que se refere esta resolução realizar-se-á virtualmente, por meio do sistema Votus, no dia 1.º de setembro de 2022, das 8:00 às 16:00 horas.

§ 1.º – O voto será facultativo, direto e secreto.

§ 2.º – Não será permitido o voto por portador, mandatário ou por correspondência.

§ 3.º – O processo de votação dar-se-á do seguinte modo:

I - A votação será plurinominal, em até três (03) candidatos, pelo voto de todos os integrantes da carreira do Ministério Público do Estado do Amazonas em efetivo exercício da função.

II – Os votos serão colhidos através de procedimento de votação virtual, realizada por intermédio de cédulas eletrônicas geradas pelo sistema Votus, com acesso restrito a membros ministeriais, na forma da Resolução n.º 021/2022-CPJ.

III – Na cédula de votação constarão os nomes e fotos dos candidatos, obedecendo a ordem alfabética dos inscritos.

IV – A cédula eletrônica de votação ficará acessível no horário de início da votação, por meio de link a ser disponibilizado

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma

José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva